



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 3027

Terça-feira - 14 de Janeiro de 2020

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	3	Entre Rios	315	Mafra	616
Agronômica	14	Erval Velho	316	Maracajá	618
Água Doce	20	Faxinal dos Guedes	318	Maravilha	657
Águas de Chapecó	23	Formosa do Sul	328	Massaranduba	661
Alfredo Wagner	33	Forquilha	342	Matos Costa	666
Alto Bela Vista	35	Fraiburgo	347	Mondaí	668
Anchieta	36	Garopaba	352	Monte Carlo	672
Angelina	41	Garuva	355	Monte Castelo	673
Anitápolis	49	Gaspar	356	Morro da Fumaca	713
Antônio Carlos	50	Governador Celso Ramos	357	Navegantes	718
Apiuna	52	Grão Pará	359	Nova Erechim	725
Arabitã	54	Gravatal	360	Nova Itaberaba	727
Arroio Trinta	69	Guaraciaba	361	Nova Trento	729
Balneário Arroio do Silva	73	Guaramirim	363	Nova Veneza	732
Balneário Gaivota	76	Guarujá do Sul	365	Novo Horizonte	733
Balneário Piçarras	82	Herval d'Oeste	366	Orleans	810
Balneário Rincão	87	Ibiam	388	Otacílio Costa	813
Bandeirante	88	Ibicare	393	Ouro	814
Barra Bonita	89	Ibirama	394	Ouro Verde	816
Bela Vista do Toldo	92	Ilhota	398	Palhoça	821
Biguaçu	94	Imbituba	400	Palma Sola	832
Bom Jesus	102	Indaial	420	Palmitos	835
Bom Jesus do Oeste	103	Iomerê	422	Papanduva	836
Braço do Trombudo	107	Ipira	424	Paraíso	879
Brusque	109	Ipuacú	425	Passo de Torres	880
Caçador	116	Ipumirim	434	Passos Maia	882
Caibi	124	Iraceminha	437	Penha	891
Camboriú	125	Irani	451	Peritiba	901
Campo Alegre	130	Irineópolis	452	Pinhalzinho	911
Campo Erê	139	Itá	453	Pinheiro Preto	917
Campos Novos	142	Itaiópolis	455	Planalto Alegre	942
Canoinhas	146	Itapiranga	456	Pomerode	953
Capão Alto	158	Itapoá	474	Ponte Serrada	961
Capinzal	180	Ituporanga	478	Porto Belo	998
Catanduvas	183	Jaborá	481	Porto União	1002
Caxambu do Sul	184	Jacinto Machado	493	Praia Grande	1014
Chapadão do Lageado	185	Jaraguá do Sul	496	Presidente Getúlio	1015
Concórdia	221	Joaçaba	506	Princesa	1018
Cordilheira Alta	224	José Boiteux	532	Quilombo	1025
Coronel Freitas	230	Lacerdópolis	533	Rancho Queimado	1027
Coronel Martins	231	Lages	541	Rio do Campo	1028
Correia Pinto	235	Laguna	542	Rio do Oeste	1029
Corupá	247	Lebon Regis	559	Rio dos Cedros	1053
Cunha Porã	249	Leoberto Leal	561	Rio do Sul	1035
Cunhataí	296	Lindóia do Sul	569	Rio Fortuna	1061
Curitibanos	297	Lontras	570	Rio Negrinho	1062
Descanso	300	Luiz Alves	571	Rio Rufino	1064
Dionísio Cerqueira	307	Luzerna	576	Rodeio	1065
Doutor Pedrinho	308	Macieira	579	Romelândia	1066

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br





Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 3027

Terça-feira - 14 de Janeiro de 2020

Florianópolis/SC

Sumário

Salto Veloso.....	1073	São Lourenço do Oeste.....	1196	Tunápolis.....	1252
Santa Cecília.....	1074	São Miguel do Oeste.....	1199	Turvo.....	1300
Santa Rosa de Lima.....	1075	São Pedro de Alcântara.....	1200	União do Oeste.....	1302
Santiago do Sul.....	1076	Schroeder.....	1206	Urubici.....	1312
Santo Amaro da Imperatriz.....	1077	Seara.....	1207	Urussanga.....	1313
São Bento do Sul.....	1079	Serra Alta.....	1209	Vargeão.....	1314
São Bernardino.....	1088	Sombrio.....	1214	Vargem.....	1315
São Carlos.....	1110	Sul Brasil.....	1216	Vidal Ramos.....	1316
São Francisco do Sul.....	1111	Tangará.....	1217	Videira.....	1317
São João Batista.....	1166	Tigrinhos.....	1220	Vitor Meireles.....	1327
São João do Oeste.....	1179	Tijucas.....	1225	Xanxerê.....	1328
São João do Sul.....	1180	Timbó.....	1228	Xavantina.....	1331
São Joaquim.....	1181	Três Barras.....	1236	Xaxim.....	1334
São José.....	1189	Treviso.....	1246		
São José do Cedro.....	1195	Trombudo Central.....	1251		

Associações

FECAM.....	1337
------------	------

Consórcios

ARIS.....	1338
CISNORDESTE.....	1342
CITMAR.....	1360
CVC.....	1361
CIM-AMREC.....	1370
CINFRA.....	1371
CIRSURES.....	1371



Abdon Batista

PREFEITURA

PORTARIA 03 DE 06 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2309947

Portaria nº 003/2020

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA QUE MENCIONA

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 60 da lei 420/02 de 06 de junho de 2002.

Resolve:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade a ANDRIELI APARECIDA MOCELIN GARCIA, Professora ACT, do quadro de pessoal do Magistério Público Municipal.

Art. 2º - O período de Licença Maternidade será de 120 (cento e vinte) dias, de 02 de janeiro a 30 de abril de 2020.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2020.

Art. 4º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista – SC, em 06 de janeiro de 2020.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

PORTARIA 04 DE 06 JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2309944

Portaria nº 004/2020

EXONERA À PEDIDO SERVIDORA QUE MENCIONA

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e a Lei 420 e,

Considerando Requerimento protocolado junto ao Departamento de Recursos Humanos.

Resolve:

Art. 1º - Exonerar à pedido ANANDA SILVA COUTINHO BARBOSA, Contratada em Caráter Temporário através da portaria nº 323/2019 de 19 de setembro de 2019 no cargo de Servente.

Art. 2º - Este ato tem efeitos na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, 06 de janeiro de 2020.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

PORTARIA 05 DE 07 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2309939

Portaria nº 005/2020

EXONERA À PEDIDO SERVIDORA QUE MENCIONA

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e a Lei 420 e,

Considerando Requerimento protocolado junto ao Departamento de Recursos Humanos.

Resolve:

Art. 1º - Exonerar à pedido Beloni Guzatti da Silveira, Contratada em Caráter Temporário através da portaria nº 229/2017 de 17 de abril de 2017 no cargo de Servente.

Art. 2º - Este ato tem efeitos na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, 07 de janeiro de 2020.

Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

PORTARIA 06 DE 07 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2309965

Portaria nº 006/2020
Concede Férias a Servidor que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 76 da Lei 420/2002

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: Dilmar Demeneck, ocupante do cargo em provimento efetivo de Técnico Administrativo, referente ao período aquisitivo de 01.10.2018 a 30.09.2019.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos retroativos 02 de janeiro de 2020.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, 07 de janeiro de 2020.

Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

PORTARIA 07 DE 07 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2309969

Portaria nº 007/2020
Concede Férias a Servidor que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 76 da Lei 420/2002

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: CLAUDIA ALINE MOCELIN, ocupante do cargo em provimento efetivo de Assistente de Contabilidade, referente ao período aquisitivo de 02.09.2018 a 01.09.2019.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos retroativos 02 de janeiro de 2020.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, 07 de janeiro de 2020.

Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

PORTARIA 07 DE JANEIRO DE 2019

Publicação Nº 2310397

Portaria nº 016/2020
Concede Férias a Servidora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 76 da Lei 420/2002

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: TEREZINHA SANTIN BORTOLI ocupante do cargo em provimento efetivo de Servente, referente ao período aquisitivo de 01.11.2018 a 31.10.2019.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2020.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, 07 de janeiro de 2020.

Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

PORTARIA 08 DE 07 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2309984

Portaria nº 008/2020
Concede Férias a Servidora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 76 da Lei 420/2002

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: DÉBORA CRISTINA CEREGATTI, ocupante do cargo em provimento em comissão de Diretora Tributária, referente ao período aquisitivo de 07.03.2018 a 06.03.2019.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2020.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, 07 de janeiro de 2020.

Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

PORTARIA 09 DE 07 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2310028

Portaria nº 009/2020

Concede Férias a Servidora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 76 da Lei 420/2002

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: DILVANE FATIMA VARELA DOS PASSOS MANCHEIN ocupante do cargo em provimento efetivo de Servente, referente ao período aquisitivo de 01.11.2018 a 31.10.2019.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2020.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, 07 de janeiro de 2020.

Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

PORTARIA 10 DE 07 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2310035

Portaria nº 010/2020

Concede Férias a Servidor que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 76 da Lei 420/2002

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: JEVERSON BORTOLI ocupante do cargo em provimento em comissão de Secretário de Gabinete, referente ao período aquisitivo de 01.03.2018 a 28.02.2019.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2020.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, 07 de janeiro de 2020.

Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

PORTARIA 11 DE 07 DE JANEIRO 2020

Publicação Nº 2310062

Portaria nº 011/2020

Concede Férias a Servidor que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 76 da Lei 420/2002

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: NILTON JOSÉ MOCELIN ocupante do cargo em provimento efetivo de Administrador Rural, referente ao período

aquisitivo de 11.09.2018 a 10.09.2019.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2020.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, 07 de janeiro de 2020.

Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

PORTARIA 12 DE 07 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2310076

Portaria nº 012/2020
Concede Férias a Servidor que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 76 da Lei 420/2002

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: ODAIR ROGERIO ROSA ocupante do cargo em provimento em comissão de Coordenador Ambiental, referente ao período aquisitivo de 09.01.2019 a 08.01.2020.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2020.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, 07 de janeiro de 2020.

Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

PORTARIA 13 DE 07 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2310260

Portaria nº 013/2020
Concede Férias a Servidor que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 76 da Lei 420/2002

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: OSEIAS INACIO DA SILVA ocupante do cargo em provimento em comissão de Assessor Especial de Comunicação e Transparência, referente ao período aquisitivo de 01.02.2018 a 31.01.2019.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2020.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, 07 de janeiro de 2020.

Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

PORTARIA 14 DE 07 DE JANEIRO DE 2019

Publicação Nº 2310355

Portaria nº 014/2020

Concede Férias a Servidora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 76 da Lei 420/2002

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: REGIANE PEREIRA DOS SANTOS ocupante do cargo em provimento em comissão de Assistente de Gabinete, referente ao período aquisitivo de 07.03.2018 a 06.03.2019.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2020.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, 07 de janeiro de 2020.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

PORTARIA 15 DE 07 JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2310368

Portaria nº 015/2020

Concede Férias a Servidora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 76 da Lei 420/2002

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: CARLA ZANCHETT ocupante do cargo em provimento efetivo de Servente, referente ao período aquisitivo de 03.03.2018 a 02.03.2019.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2020.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, 07 de janeiro de 2020.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

PORTARIA 17 DE 07 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2310414

Portaria nº 017/2020

Concede Férias a Servidora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 76 da Lei 420/2002

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: VALDETE GOULART ROSS, ocupante do cargo em provimento efetivo de Servente, referente ao período aquisitivo de 25.09.2018 a 24.09.2019.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2020.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, 07 de janeiro de 2020.

Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal
Registrada e publicada em data supra mencionada

PORTARIA 18 DE 07 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2310423

Portaria nº 018/2020
Concede Férias a Servidora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 76 da Lei 420/2002

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: MARISTELA LORENZONI, ocupante do cargo em provimento efetivo de Assistente Social, referente ao período aquisitivo de 01.03.2018 a 28.02.2019.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2020.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, 07 de janeiro de 2020.

Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal
Registrada e publicada em data supra mencionada

PORTARIA 19 DE 07 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2310450

Portaria nº 019/2020
Concede Férias a Servidora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 76 da Lei 420/2002

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: FABIANA MECABO, ocupante do cargo em provimento em comissão de Secretária de Ação Social, referente ao período aquisitivo de 03.10.2018 a 02.10.2019.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2020.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, 07 de janeiro de 2020.

Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal
Registrada e publicada em data supra mencionada

PORTARIA 20 DE 07 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2310459

Portaria nº 020/2020

Concede Férias a Servidor que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 76 da Lei 420/2002

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: JEAN RODRIGO DA ROCHA, ocupante do cargo em provimento efetivo de Orientador Social- CRAS, referente ao período aquisitivo de 08.03.2018 a 07.03.2019.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2020.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, 07 de janeiro de 2020.

Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

PORTARIA 21 DE 07 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2310471

Portaria nº 021/2020

Concede Férias a Servidor que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 76 da Lei 420/2002

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: TELMO JOSE GERENT, ocupante do cargo em provimento em comissão de Secretário de Cultura e Turismo, referente ao período aquisitivo de 23.01.2018 a 22.01.2019.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2020.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, 07 de janeiro de 2020.

Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

PORTARIA 22 DE 07 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2310478

Portaria nº 022/2020

Concede Férias a Servidora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 76 da Lei 420/2002

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: EDILSE APARECIDA SAURIN ANTUNES, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, referente ao período aquisitivo de 25.09.2018 a 24.09.2019.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2020.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, 07 de janeiro de 2020.

Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

PORTARIA 23 DE 07 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2310484

Portaria nº 023/2020
Concede Férias a Servidora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 76 da Lei 420/2002

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: GISIANE NISSEL, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, referente ao período aquisitivo de 25.09.2018 a 24.09.2019.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2020.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, 07 de janeiro de 2020.

Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal
Registrada e publicada em data supra mencionada

PORTARIA 24 DE 07 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2310489

Portaria nº 024/2020
Concede Férias a Servidora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 76 da Lei 420/2002

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: IVONETE DELFES GUESSER, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, referente ao período aquisitivo de 25.09.2018 a 24.09.2019.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2020.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, 07 de janeiro de 2020.

Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

PORTARIA 25 DE 07 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2310500

Portaria nº 025/2020

Concede Férias a Servidora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 76 da Lei 420/2002

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: KARINE CRISTINA VARELA, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, referente ao período aquisitivo de 25.09.2018 a 24.09.2019.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2020.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, 07 de janeiro de 2020.

Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

PORTARIA 26 DE 07 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2310504

Portaria nº 026/2020

Concede Férias a Servidora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 76 da Lei 420/2002

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: MARIZA ROSA, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, referente ao período aquisitivo de 25.09.2018 a 24.09.2019.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2020.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, 07 de janeiro de 2020.

Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

PORTARIA 27 DE 07 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2310511

Portaria nº 027/2020

Concede Férias a Servidora que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 76 da Lei 420/2002

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: RAQUEL ALBUQUERQUE, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, referente ao período aquisitivo de 25.09.2018 a 24.09.2019.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 02 a 31 de janeiro de 2020.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos retroativos em 02 de janeiro de 2020.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, 07 de janeiro de 2020.

Lucimar Antonio Salmoria
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

Agronômica

PREFEITURA

Nº 030/2020

Publicação Nº 2309642

PORTARIA Nº 30/2020 DE 14 DE JANEIRO DE 2020.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agronômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01/90 de 31/10/1990 e suas alterações posteriores, e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo, da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Considerando o disposto no Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, que determina a concessão anual de trinta dias de férias, aos servidores municipais,

Considerando que a servidora desta municipalidade Sra. ELIANE SOUZA, matrícula nº 827, ocupante do cargo de provimento efetivo de MERENDEIRA – TSA 3.09 e lotação no Departamento de Educação, encontra-se com as férias do período aquisitivo 14/09/2019 à 14/09/2020 à vencer.

RESOLVE:

1-) Fica, fulcro Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, homologa por este ato os períodos de férias concedidos na data de 20/01/2020 A 29/01/2020, 10 (dez) dias, que referem-se ao período aquisitivo 14/09/2019 à 14/09/2020, para a servidora municipal Sra. ELIANE SOUZA, matrícula nº 827, ocupante do cargo de provimento efetivo de MERENDEIRA – TSA 3.09 e lotação no Departamento de Educação.

2-) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 14 DE JANEIRO DE 2020.

CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

Nº 031/2020

Publicação Nº 2309644

PORTARIA Nº 31/2020 DE 14 DE JANEIRO DE 2020.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores,

Considerando, que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder Executivo Municipal, permite-lhe editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Considerando, que para o desempenho de atividades laborais a que foram investidos no ato da posse para com a administração pública municipal, os servidores se encontram amparados e submetidos ao que dispõe e determina o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, que se traduz na Lei Complementar n.º 01/90 de 31/10/90 e suas alterações posteriores, e com supedâneo 38, II e III, da Constituição Federal.

Considerando, o estabelecido no Art. 40 da Lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/2003 e suas alterações posteriores,

Considerando ainda, atendimento a solicitação da servidora Sra. ELIANE SOUZA, matrícula nº 827, ocupante do cargo de provimento efetivo de MERENDEIRA – TSA 3.09 e lotação no Departamento de Educação, conforme requerimento já anteriormente protocolizado nesta municipalidade com deferimento em 13/01/2020,

RESOLVE:

1-) Concede a partir de 30/01/2020 (trinta de janeiro de dois mil e vinte) até 08/02/2020 (oito de fevereiro de dois mil e vinte), 10 (dez) dias de licença sem vencimentos (remuneração) para a servidora municipal Sra. ELIANE SOUZA, matrícula nº 827, ocupante do cargo de provimento efetivo de MERENDEIRA – TSA 3.09 e lotação no Departamento de Educação.

2-) Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, EM 14 DE JANEIRO DE 2020.

CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

Nº 032/2020

Publicação Nº 2309678

PORTARIA N.º 032/2020 DE 14 DE JANEIRO DE 2020.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal,

Considerando que para o desempenho de atividades laborais a que foram investidos no ato da posse para com a administração pública municipal, os servidores públicos se encontram amparados e submetidos ao que dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais da Lei Complementar nº 01/90 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/91 de 16/04/91, todas com alterações posteriores.

Considerando concurso público Nº 001/2019 efetuado por esta municipalidade, objetivando preencher vagas de caráter efetivo de vínculo definitivo para com esta municipalidade e existentes no quadro de carreira, cujo provimento é de vital importância quando na prestação dos serviços públicos a que está incumbida esta fazenda pública municipal,

Considerando que quando da realização daquele tudo correu dentro da normalidade, ainda, o resultado se encontra homologado através do Decreto nº 040/2019 de 31/05/2019.

Considerando o atendimento das necessidades que urgem, haja vista ação desenvolvida por esta fazenda municipal, promove-se o chamamento dos aprovados em concurso público e pela ordem de classificação,

Considerando ainda, o disposto no Art. 37, seus incisos e Parágrafos, Art. 39 e parágrafos da CF/88, bem como as Emendas Constitucionais correlatas,

RESOLVE:

1-) Fica homologado este ato a partir de 13/01/2020 (treze de janeiro de dois mil e vinte), nomeada a Sra. FABIANA MARIA DALPIAZ, brasileira, portadora do RG Nº 4.118.321, inscrita no CPF/MF sob o Nº 038.935.899-10, que se encontra em dia com as obrigações eleitorais para ocupar o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL do quadro de carreira e lotação no Departamento de Educação, com jornada laboral integral de 40 (quarenta) horas semanais, submetido a acompanhamento em estágio probatório pelo período de três anos á contarem da posse na vaga alcançada.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 14 DE JANEIRO DE 2020.

CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

Nº 033/2020

Publicação Nº 2309687

PORTARIA N.º 033/2020 DE 14 DE JANEIRO DE 2020.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal,

Considerando que para o desempenho de atividades laborais a que foram investidos no ato da posse para com a administração pública municipal, os servidores públicos se encontram amparados e submetidos ao que dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais da Lei Complementar nº 01/90 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/91 de 16/04/91, todas com alterações posteriores.

Considerando concurso público Nº 001/2019 efetuado por esta municipalidade, objetivando preencher vagas de caráter efetivo de vínculo definitivo para com esta municipalidade e existentes no quadro de carreira, cujo provimento é de vital importância quando na prestação dos serviços públicos a que está incumbida esta fazenda pública municipal,

Considerando que quando da realização daquele tudo correu dentro da normalidade, ainda, o resultado se encontra homologado através do Decreto nº 040/2019 de 31/05/2019.

Considerando o atendimento das necessidades que urgem, haja vista ação desenvolvida por esta fazenda municipal, promove-se o chamamento dos aprovados em concurso público e pela ordem de classificação,

Considerando ainda, o disposto no Art. 37, seus incisos e Parágrafos, Art. 39 e parágrafos da CF/88, bem como as Emendas Constitucionais

correlatas,

RESOLVE:

1-) Fica homologado este ato a partir de 13/01/2020 (treze de janeiro de dois mil e vinte), nomeada a Sra. LUCIANA CARDOSO, brasileira, portadora do RG Nº 4.317.127, inscrita no CPF/MF sob o Nº 037.583.349-85, que se encontra em dia com as obrigações eleitorais para ocupar o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL do quadro de carreira e lotação no Departamento de Educação, com jornada laboral integral de 40 (quarenta) horas semanais, submetido a acompanhamento em estágio probatório pelo período de três anos á contarem da posse na vaga alcançada.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 14 DE JANEIRO DE 2020.

CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

Nº 034/2020

Publicação Nº 2309693

PORTARIA N.º 034/2020 DE 14 DE JANEIRO DE 2020.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal,

Considerando que para o desempenho de atividades laborais a que foram investidos no ato da posse para com a administração pública municipal, os servidores públicos se encontram amparados e submetidos ao que dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais da Lei Complementar nº 01/90 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/91 de 16/04/91, todas com alterações posteriores.

Considerando concurso público Nº 001/2019 efetuado por esta municipalidade, objetivando preencher vagas de caráter efetivo de vínculo definitivo para com esta municipalidade e existentes no quadro de carreira, cujo provimento é de vital importância quando na prestação dos serviços públicos a que está incumbida esta fazenda pública municipal,

Considerando que quando da realização daquele tudo correu dentro da normalidade, ainda, o resultado se encontra homologado através do Decreto nº 040/2019 de 31/05/2019.

Considerando o atendimento das necessidades que urgem, haja vista ação desenvolvida por esta fazenda municipal, promove-se o chamamento dos aprovados em concurso público e pela ordem de classificação,

Considerando ainda, o disposto no Art. 37, seus incisos e Parágrafos, Art. 39 e parágrafos da CF/88, bem como as Emendas Constitucionais correlatas,

RESOLVE:

1-) Fica homologado este ato a partir de 13/01/2020 (treze de janeiro de dois mil e vinte), nomeada a Sra. MARCIA RAMOS, brasileira, portadora do RG Nº 4.068.573-0, inscrita no CPF/MF sob o Nº 007.039.049-57, que se encontra em dia com as obrigações eleitorais para ocupar o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL do quadro de carreira e lotação no Departamento de Educação, com jornada laboral integral de 40 (quarenta) horas semanais, submetido a acompanhamento em estágio probatório pelo período de três anos á contarem da posse na vaga alcançada.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 14 DE JANEIRO DE 2020.

CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

Nº 035/2020

Publicação Nº 2310032

PORTARIA N.º 035/2020 DE 14 DE JANEIRO DE 2020.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal,
Considerando que para o desempenho de atividades laborais a que foram investidos no ato da posse para com a administração pública municipal, os servidores públicos se encontram amparados e submetidos ao que dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais da Lei Complementar nº 01/90 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/91 de 16/04/91, todas com alterações posteriores.
Considerando concurso público Nº 001/2019 efetuado por esta municipalidade, objetivando preencher vagas de caráter efetivo de vínculo definitivo para com esta municipalidade e existentes no quadro de carreira, cujo provimento é de vital importância quando na prestação dos serviços públicos a que está incumbida esta fazenda pública municipal,
Considerando que quando da realização daquele tudo correu dentro da normalidade, ainda, o resultado se encontra homologado através do Decreto nº 040/2019 de 31/05/2019.
Considerando o atendimento das necessidades que urgem, haja vista ação desenvolvida por esta fazenda municipal, promove-se o chamamento dos aprovados em concurso público e pela ordem de classificação,
Considerando ainda, o disposto no Art. 37, seus incisos e Parágrafos, Art. 39 e parágrafos da CF/88, bem como as Emendas Constitucionais correlatas,

RESOLVE:

1-) Fica homologado este ato a partir de 13/01/2020 (treze de janeiro de dois mil e vinte), nomeada a Sra. VIVIANI DE CAMPOS, brasileira, portadora do RG Nº 4.171.606-0, inscrita no CPF/MF sob o Nº 055.912.829-03, que se encontra em dia com as obrigações eleitorais para ocupar o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL do quadro de carreira e lotação no Departamento de Educação, com jornada laboral integral de 40 (quarenta) horas semanais, submetido a acompanhamento em estágio probatório pelo período de três anos á contarem da posse na vaga alcançada.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 14 DE JANEIRO DE 2020.

CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

Nº 036/2020

Publicação Nº 2310036

PORTARIA N.º 036/2020 DE 14 DE JANEIRO DE 2020.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal,
Considerando que para o desempenho de atividades laborais a que foram investidos no ato da posse para com a administração pública municipal, os servidores públicos se encontram amparados e submetidos ao que dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais da Lei Complementar nº 01/90 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/91 de 16/04/91, todas com alterações posteriores.
Considerando concurso público Nº 001/2019 efetuado por esta municipalidade, objetivando preencher vagas de caráter efetivo de vínculo definitivo para com esta municipalidade e existentes no quadro de carreira, cujo provimento é de vital importância quando na prestação dos serviços públicos a que está incumbida esta fazenda pública municipal,
Considerando que quando da realização daquele tudo correu dentro da normalidade, ainda, o resultado se encontra homologado através do Decreto nº 040/2019 de 31/05/2019.
Considerando o atendimento das necessidades que urgem, haja vista ação desenvolvida por esta fazenda municipal, promove-se o chamamento dos aprovados em concurso público e pela ordem de classificação,
Considerando ainda, o disposto no Art. 37, seus incisos e Parágrafos, Art. 39 e parágrafos da CF/88, bem como as Emendas Constitucionais correlatas,

RESOLVE:

1-) Fica homologado este ato a partir de 13/01/2020 (treze de janeiro de dois mil e vinte), nomeada a Sra. NAINA CAROLINE DOS SANTOS, brasileira, portadora do RG Nº 4.203.816, inscrita no CPF/MF sob o Nº 052.497.689-97, que se encontra em dia com as obrigações eleitorais para ocupar o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL do quadro de carreira e lotação no Departamento de Educação, com jornada laboral integral de 40 (quarenta) horas semanais, submetido a acompanhamento em estágio probatório pelo período de três anos á contarem da posse na vaga alcançada.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 14 DE JANEIRO DE 2020.

CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

Nº 037/2020

Publicação Nº 2310038

PORTARIA N.º 037/2020 DE 14 DE JANEIRO DE 2020.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal,

Considerando que para o desempenho de atividades laborais a que foram investidos no ato da posse para com a administração pública municipal, os servidores públicos se encontram amparados e submetidos ao que dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais da Lei Complementar nº 01/90 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/91 de 16/04/91, todas com alterações posteriores.

Considerando concurso público Nº 001/2019 efetuado por esta municipalidade, objetivando preencher vagas de caráter efetivo de vínculo definitivo para com esta municipalidade e existentes no quadro de carreira, cujo provimento é de vital importância quando na prestação dos serviços públicos a que está incumbida esta fazenda pública municipal,

Considerando que quando da realização daquele tudo correu dentro da normalidade, ainda, o resultado se encontra homologado através do Decreto nº 040/2019 de 31/05/2019.

Considerando o atendimento das necessidades que urgem, haja vista ação desenvolvida por esta fazenda municipal, promove-se o chamamento dos aprovados em concurso público e pela ordem de classificação,

Considerando ainda, o disposto no Art. 37, seus incisos e Parágrafos, Art. 39 e parágrafos da CF/88, bem como as Emendas Constitucionais correlatas,

RESOLVE:

1-) Fica homologado este ato a partir de 13/01/2020 (treze de janeiro de dois mil e vinte), nomeada a Sra. NEIDE ELIAS, brasileira, portadora do RG Nº 3.164.251, inscrita no CPF/MF sob o Nº 029.497.329-09, que se encontra em dia com as obrigações eleitorais para ocupar o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL do quadro de carreira e lotação no Departamento de Educação, com jornada laboral integral de 40 (quarenta) horas semanais, submetido a acompanhamento em estágio probatório pelo período de três anos á contarem da posse na vaga alcançada.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 14 DE JANEIRO DE 2020.

CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

Nº 038/2020

Publicação Nº 2310052

PORTARIA Nº 038/2020 DE 14 DE JANEIRO DE 2020.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal em exercício de Agrônoma Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal,

Considerando o disposto no Art. 37, item I, da Lei Complementar n.º 01/90 de 31/10/90 e suas alterações posteriores, Estatuto dos servidores públicos municipais de Agrônoma,

RESOLVE:

1-) Fica exonerada, de seu cargo e funções a partir de 13/01/2020 (treze de janeiro de dois mil e vinte), a servidora municipal Sra. JAQUELINE SCHREINER BONACOLSI matrícula n.º 956, ocupante do cargo de provimento temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, do quadro do município e lotação no Departamento de Saúde.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 13 de janeiro de 2020.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, EM 14 DE JANEIRO DE 2020.

CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

Nº 29/2020

Publicação Nº 2309599

PORTARIA Nº 29/2020 DE 14 DE JANEIRO DE 2020.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agronômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01/90 de 31/10/1990 e suas alterações posteriores, e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo, da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Considerando o disposto no Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, que determina a concessão anual de trinta dias de férias, aos servidores municipais,

Considerando que o servidor desta municipalidade Sr. ANILTON TRIDAPALLI, matrícula nº 292, ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA - TSA 3.02, e lotação no Departamento de Saúde, encontra-se com as férias do período aquisitivo 01/04/2018 a 01/04/2019 vencidas.

RESOLVE:

1-) Fica, fulcro Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, homologa por este ato os períodos de férias concedidos na data de 27/12/2019 A 19/01/2020, 25 (VINTE E CINCO) dias, que referem-se ao período aquisitivo 01/04/2018 a 01/04/2019, para o servidor municipal Sr. ANILTON TRIDAPALLI, matrícula nº 292, ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA - TSA 3.02, e lotação no Departamento de Saúde.

2-) Revoga-se a portaria nº 576/2019 de 13 de dezembro de 2019.

3-) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 14 DE JANEIRO DE 2020.

CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

Água Doce

PREFEITURA

044/2020

Publicação Nº 2309487

PORTARIA Nº 044/2020 – DE 13 DE JANEIRO DE 2020

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias a servidora SILVIA MONICA BORTOLINI BRAGA, inscrita no CPF nº 029.199.929-88, ocupante do cargo efetivo de Enfermeira, no período de 13/01/2020 até 11/02/2019, período 18/19.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 13 de janeiro de 2020.

ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER
Diretora Dpto Recursos Humanos

045/2020

Publicação Nº 2309488

PORTARIA Nº 045/2020 – DE 13 DE JANEIRO DE 2020

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias a servidora SILVIA DE BASTIANI, inscrita no CPF nº 055.676.559-16, ocupante do cargo efetivo de Técnica em Enfermagem, no período de 13/01/2020 até 27/01/2020, período 18/19.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 13 de janeiro de 2020.

ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER
Diretora Dpto Recursos Humanos

046/2020

Publicação Nº 2309489

PORTARIA Nº 046/2020 – DE 13 DE JANEIRO DE 2020

“CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77

e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias ao servidor CARLOS ALBERTO BARBIERI, inscrito no CPF nº 638.652.119-68, ocupante do cargo efetivo de Médico Clínico Geral, no período de 13/01/2020 até 27/01/2020, referente ao período 18/19.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 13 de janeiro de 2020.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Diretora Dpto Recursos Humanos

047/2020

Publicação Nº 2309490

PORTARIA Nº 047/2020 – DE 13 DE JANEIRO DE 2020

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias a servidora ROSANE CORRÊA PEREIRA, inscrita no CPF nº 008.634.399-85, ocupante do cargo efetivo de Agente Operacional de Manutenção e Limpeza, no período de 08/01/2020 até 06/02/2020, período 18/19.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 08/01/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 13 de janeiro de 2020.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Diretora Dpto Recursos Humanos

048/2020

Publicação Nº 2309491

PORTARIA Nº 048/2020 – DE 13 DE JANEIRO DE 2020

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias a servidora VANESSA BAÚ, inscrita no CPF nº 062.874.799-30, ocupante do cargo de Diretora do Departamento de Transportes, no período de 13/01/2020 até 27/01/2020, período 19/2020.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 13 de janeiro de 2020.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER
Diretora Dpto Recursos Humanos

049/2020

Publicação Nº 2309492

PORTARIA Nº 049/2020 – DE 13 DE JANEIRO DE 2020

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce – SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias a servidora EDNA DE FÁTIMA LEMOS VIEIRA BISSANI, inscrita no CPF nº 570.410.679-04, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, no período de 13/01/2020 até 22/01/2020, referente ao período 18/19.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 13 de janeiro de 2020.

ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER
Diretora Dpto Recursos Humanos

050/2020

Publicação Nº 2309533

PORTARIA Nº 050/2020 – DE 13 DE JANEIRO DE 2020

“CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce – SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias ao servidor HILÁRIO BARTZ, inscrito no CPF nº 543.834.129-04, ocupante do cargo efetivo de Mecânico, no período de 13/01/2020 até 01/02/2020, período 18/19.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 13 de janeiro de 2020.

ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER
Diretora Dpto Recursos Humanos

Águas de Chapecó

PREFEITURA

2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº04/2019-REGISTRO DE PREÇO P/ AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE COMBUSTÍVEL (ÓLEO DIESEL S10, GASOLINA COMUM, ARLA) COM FINALIDADE DE ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DA MUNICIPALIDADE.

Publicação Nº 2310152

SEGUNDO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº04/2019, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ E A EMPRESA COMÉRCIO DE AUTO ABASTECEDORA DO CAZA LTDA, PARA REGISTRO DE PREÇOS P/ "REGISTRO DE PREÇOS P/ AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE COMBUSTÍVEIS (OLEO DIESEL S10, GASOLINA COMUM) COM A FINALIDADE DE ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DA MUNICIPALIDADE".

Aos 13 dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e vinte, o Município de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, que diante deste denomina-se CONTRATANTE, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Leonir Antonio Hentges, e a empresa AUTO ABASTECEDORA DO CAZA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº04.589.335/0001-48, situada na Rua Videira, nº10, centro no Município de Águas de Chapecó, que diante deste denomina-se CONTRATADA, representada pelo Sr. Maicon Alencar Bervian, inscrito no CPF sob nº039.396.869-30 resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2019 que tem por objeto "REGISTRO DE PREÇOS P/ AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE COMBUSTÍVEIS (OLEO DIESEL S10, GASOLINA COMUM ARLA) COM A FINALIDADE DE ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DA MUNICIPALIDADE", de acordo com o Processo de Licitação nº 18/2019, Modalidade Pregão Presencial P/ Registro de Preços nº10/2019.

Cláusula Primeira: Fica aditado o Preço do Litro de óleo Diesel S10 em 0,163(dezeceis centavos de reais e três décimos de centavos), passando de R\$ 3,73(três reais e setenta e três centavos) para R\$ 3,88(três reais e oitenta e oito centavos) por litro, e o Preço do Litro de Gasolina Comum em 0,185(dezoito centavo e cinco décimos de centavos) passando de R\$4,40(quatro reais e quarenta centavos) para R\$ 4,58(quatro reais e cinquenta e oito centavos) por litro a partir do dia 15 de Janeiro de 2020, conforme prevê a Cláusula Segunda - inciso 2.2.1- e de acordo com os termos constantes na Lei Federal Nº 8.666/93, art. 57 § 1º e suas alterações posteriores.

"NAO HAVERÁ REAJUSTE DE PREÇOS, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do Inciso II, do Artigo 65, da Lei8.666/93.

"Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando á ela econômica extraordinária e extracontratual. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994) "

Cláusula Segunda: As demais cláusulas e condições do Contrato são ratificadas pelo presente instrumento, permanecendo vigentes e inalteradas.

E, porque assim se acham justos e avindos, fizeram lavrar o presente, em três vias de igual teor e um só efeito, que assinam as partes adiante firmadas.

Águas de Chapecó/SC, 13 de Janeiro de 2020.

LEONIR ANTONIO HENTGES MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ CONTRATANTE	MAICON ALENCAR BERVIAN AUTO ABASTECEDORA DO CAZA LTDA CONTRATADA
--	--

EDITAL DE 02º CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2019

Publicação Nº 2310071

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE CHAPECÓ
Rua Porto União, 968 – Fone/Fax: (49) 3339.0855
CEP: 89883-000 – Águas de Chapecó - SC

PROCESSO SELETIVO Nº 002/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, Sr. Leonir Antônio Hentges, no uso de suas atribuições, torna público

para o conhecimento dos interessados a CONVOCAÇÃO para o provimento das vagas de: Auxiliar de Serviços Gerais e Motorista, conforme abaixo especificado.

1. Da data e endereço:

DATA: 15 de Janeiro de 2020

LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE CHAPECÓ
Rua Porto União, 968, Centro, Águas de Chapecó-SC.

2. Dos candidatos convocados:

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – 02 VAGAS

HORÁRIO: 14:00 hs

INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
1823122	JOÃO VITOR ALBERTI	5º
1825121	PEDRO RODRIGUES PEREIRA	6º

CARGO: MOTORISTA – 02 VAGAS

HORÁRIO: 15:00 hs

INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
1824293	FERNANDO LAUSCHNER	5º
1819226	EVERTON EDSON DOS SANTOS	6º

Águas de Chapecó, 13 de Janeiro de 2020.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 022, DE 14 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2310781

PORTARIA Nº 022/2020 De 14 de Janeiro de 2020	DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO DE SERVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em conformidade com o inciso I, do Art. 37 da Constituição Federal combinado com o Art. 18, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, inciso V do Art. 4 da Lei Municipal nº 1.586/2007 e demais disposições legais vigentes;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica prorrogado até 14 de Julho de 2020, o prazo de vigência do Contrato Administrativo de que trata a Portaria nº 0036/2019; conforme Termo Aditivo de Contrato Administrativo de Trabalho por Prazo Determinado nº 1, da Sra. IVETE APARECIDA SALES DOS SANTOS

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Águas de Chapecó/SC, em 14 de Janeiro de 2020.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

Dispõe sobre prorrogação do Contrato de Servidora para atender atividades de interesse público

Em cumprimento ao Inciso V do Art. 4º da Lei Municipal nº 1.586/2007 (Dispõe sobre Contratação por Prazo Determinado) e justificativa da

Secretaria, a Prefeitura Municipal de Águas de Chapecó, representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. LEONIR ANTÔNIO HENTGES, adiante assinado, simplesmente denominado CONTRATANTE e IVETE APARECIDA SALES DOS SANTOS, adiante assinada, doravante simplesmente denominada CONTRATADA, já qualificada no Contrato principal firmado em 15 de Janeiro de 2019, resolvem de comum acordo prorrogar o prazo do Contrato, obedecendo as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Conforme previsto na Cláusula Sexta do Contrato, celebrado entre as partes em 15/01/2019; resolvem firmar o presente 1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo de Trabalho, visando atender as atividades de interesse público e ajustando o prazo de vigência do contrato de trabalho, ficando prorrogado até 14 de Julho de 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – As demais cláusulas ajustadas no Contrato principal, não atingidas neste Termo de Prorrogação de Contrato, permanecem em vigor, sendo ratificadas entre as partes contratadas.

CLÁUSULA TERCEIRA – E, por estarem justas e acertadas, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo a tudo presentes, para que produza seus legais e jurídicos efeitos.

Águas de Chapecó – SC, em 14 de Janeiro de 2020.

IVETE APARECIDA S. DOS SANTOS LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Servidora Prefeito Municipal

Testemunhas:

PESQUISA DE SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS DE SERV. PÚBLICOS - 2019

Publicação Nº 2309689

PESQUISA DE SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS DE SERVIÇOS PÚBLICOS - 2019

1 – NORMATIZAÇÃO

1.1 Lei Federal nº 13.460/2017, que dispõe sobre a participação, proteção e defesa dos direitos dos usuários dos serviços públicos da Administração Pública.

1.2 Decreto Municipal nº 53/2019 de 28 de Maio de 2019, que dispõe sobre a criação, organização, e funcionamento da ouvidoria do Município de Águas de Chapecó.

1.3 Decreto Municipal nº 120/2019 de 05 de Novembro de 2019, que dispõe sobre a avaliação continuada dos Serviços Públicos.

2 – DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

A coleta das informações foi realizada no período compreendido entre 01 de Novembro de 2019 à 15 de Dezembro de 2019 por meio de formulários impressos disponibilizados junto às Secretarias com maior fluxo de pessoas, ou seja, nas Secretarias da Administração, Saúde e Educação/Cultura/Esporte.

Os formulários respondidos foram recepcionados e analisados pelo Setor de Controle Interno do Município sendo que as respostas foram classificadas de acordo com o serviço procurado bem como pela respectiva Secretaria ao qual o serviço se reporta.

Formulários sem indicação do serviço utilizado ou com informações incompletas não foram contabilizados.

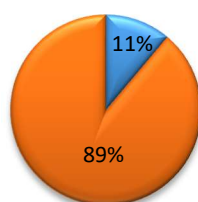
As manifestações dos usuários descritas nos formulários foram classificadas como: Denúncia, Solicitação, Sugestão, Reclamação, Elogios e Sugestão de Simplificação.

E o grau de satisfação foi classificado como: Muito Satisfeito, Satisfeito, Insatisfeito e Não se Aplica.

3 – COMPILAÇÃO GERAL DAS INFORMAÇÕES

Após análise dos dados da pesquisa, foi possível, de um modo geral, chegar nos seguintes resultados.

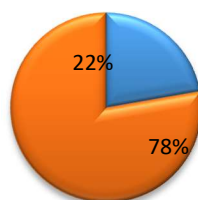
GRÁFICO 01

Procura de Serviço por Secretaria

■ Secretaria da Saúde ■ Secretaria da Educação, Cultura e Esporte

Do total dos questionários respondidos, 89% foram direcionados à Secretaria da Saúde e 11% à Secretaria da Educação, Cultura e Esporte. Demais setores não tiveram citações.

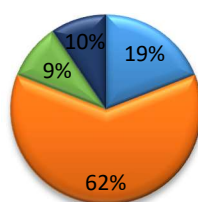
GRÁFICO 02

Gênero

■ Masculino ■ Feminino

Percebe-se que o Gênero Feminino está mais propenso a procurar os Serviços Públicos na Área da Saúde. Neste caso específico, 78% do público que respondeu a pesquisa, foram Mulheres.

GRÁFICO 03

Grau de Satisfação

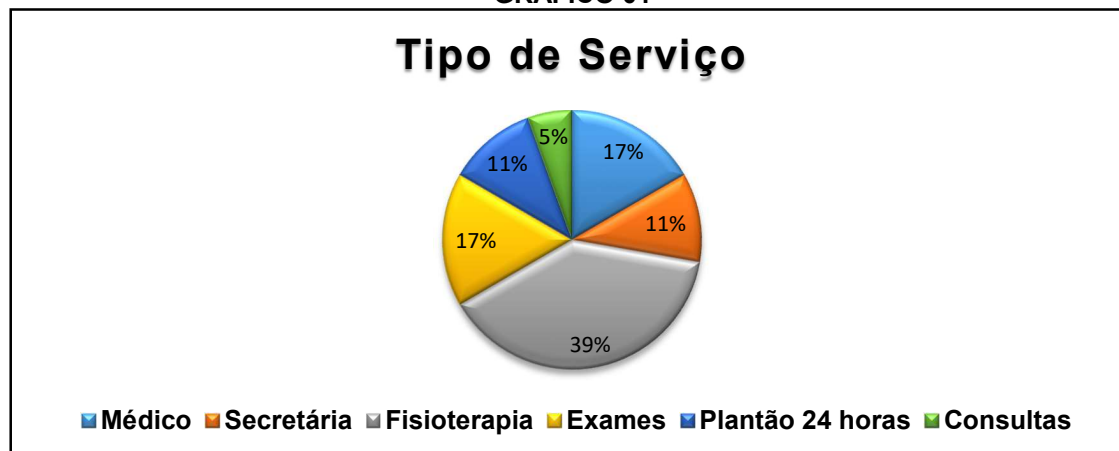
■ Muito Satisfeito ■ Satisfeito ■ Insatisfeito ■ Não Se Aplica

Quanto ao Grau de Satisfação, 81% do público que respondeu o questionário, entende estar Satisfeito ou Muito Satisfeito com o Serviços Públicos prestados pelo Município.

4 – COMPILAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DIRECIONADAS À SECRETARIA DA SAÚDE

Pelos questionários respondidos e direcionados aos Serviços Prestados pela Secretaria da Saúde, foi possível chegar aos seguintes resultados:

GRÁFICO 01



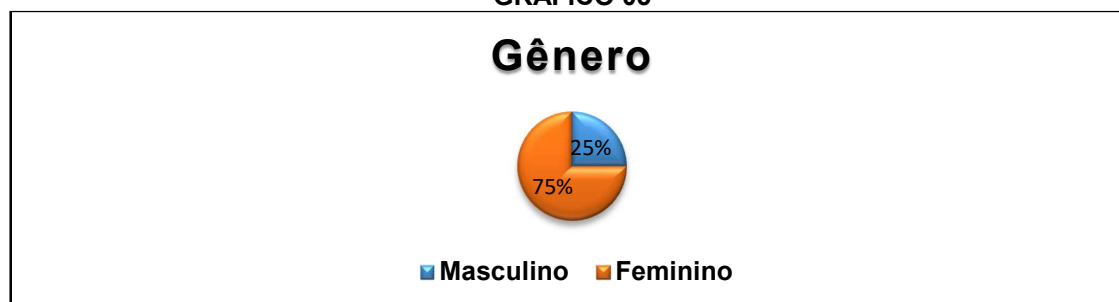
As maiores procuras na área da Saúde são pelos serviços de Fisioterapia, que representam 39%. A procura por Exames e Plantão 24 horas totalizam 34% e os outros 11% procuram ser atendidos pela Secretária Municipal da Saúde.

GRÁFICO 02



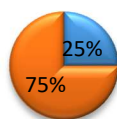
Do quantitativo das manifestações recebidas, exatamente 50% fizeram algum tipo de Reclamação e os demais fizeram algum tipo de Elogio.

GRÁFICO 03



Percebe-se que as mulheres são as que mais procuram Serviços de Saúde. Dos questionários foram respondidos, 75% foram realizados por pessoas do Gênero Feminino.

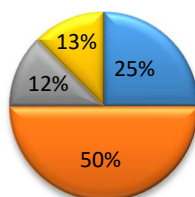
GRÁFICO 04

Acesso à Informação sobre o Serviço

■ Muito Satisfeito ■ Satisfeito ■ Insatisfeito ■ Não se Aplica

75% dos usuários dizem estar satisfeitos com o Acesso à Informação sobre o serviço ao qual procuram junto a Secretaria da Saúde.

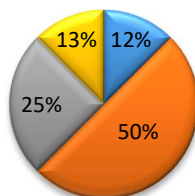
GRÁFICO 05

Horários de Atendimento

■ Muito Satisfeito ■ Satisfeito ■ Insatisfeito ■ Não se Aplica

Chega a 75% o grau de satisfação com o horário de atendimento da Secretaria da Saúde entre os Satisfeitos e Muito Satisfeitos. Não se aplica ou não souberam responder ainda supera os Insatisfeitos.

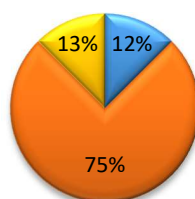
GRÁFICO 06

Cortesia e Educação dos Atendentes

■ Muito Satisfeito ■ Satisfeito ■ Insatisfeito ■ Não se Aplica

Em relação à Cortesia e Educação dos Atendentes da Área da Saúde, 62% entendem estar Satisfeito ou Muito Satisfeito. Outros 25% sentem-se Insatisfeitos e 13% não soube opinar.

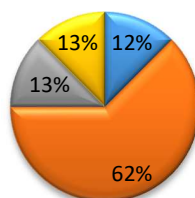
GRÁFICO 07

Tempo de Espera

■ Muito Satisfeito ■ Satisfeito ■ Insatisfeito ■ Não se Aplica

O tempo de espera por um atendimento neste setor deixa 75% das pessoas Satisfeitas e outras 12% Muito Satisfeitas. Apenas 13% não souberam opinar e não teve insatisfações neste quesito.

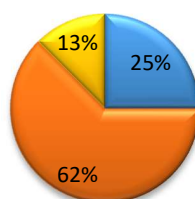
GRÁFICO 08

Prazo para Conclusão do Serviço

■ Muito Satisfeito ■ Satisfeito ■ Insatisfeito ■ Não se Aplica

Após realizados procedimentos no setor da Saúde e durante todo percurso do processo, pode-se concluir que 74% dos usuários ficam Satisfeitos ou Muito Satisfeitos com o prazo de término do serviço. Outros 26% ficam divididos entre Insatisfeitos e os que não Opinaram.

GRÁFICO 09

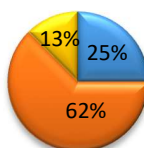
Instalações Físicas

■ Muito Satisfeito ■ Satisfeito ■ Insatisfeito ■ Não se Aplica

Chega perto de 90% o grau de satisfação positiva em relação às Instalações Físicas no Setor da Saúde.

GRÁFICO 10

Conservação e Limpeza Local de Atendimento



■ Muito Satisfeito ■ Satisfeito ■ Insatisfeito ■ Não se Aplica

Não há registro de insatisfeitos com a Conservação e Limpeza do Local de Atendimento. Cerca de 13% não opinaram e a grande maioria, ou seja, 87% dizem estar Satisfeitos ou Muito Satisfeitos.

5 – COMPILAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DIRECIONADAS À SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Com os dados compilados da Secretaria da Educação, Cultura e Esporte referentes à Pesquisa de Satisfação de 2019, faz-se o fechamento do Relatório Anual, com os seguintes resultados:

GRÁFICO 01

Serviços Procurados



■ Diversos

Do público que respondeu a Pesquisa de Satisfação, conclui-se que 100% procurou por serviços caracterizados “Diversos”. Desta forma não foi possível especificar o tipo de serviços mais procurados.

GRÁFICO 02

Tipo de Manifestação



■ Denúncia ■ Solicitação ■ Sugestão ■ Reclamação ■ Elogios ■ Sugestão de Simplificação

O mesmo público do gráfico anterior realizou alguma sugestão para Simplificar algum tipo de serviço da área de Educação, Cultura e Esporte.

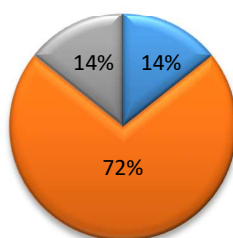
GRÁFICO 03

Gênero

■ Feminino ■ Masculino

Todas pessoas que se reportam a este setor são do Gênero Feminino.

GRÁFICO 04

Grau de Satisfação com Serviços Prestados

■ Muito Satisfeito ■ Satisfeito ■ Insatisfeito ■ Não Se Aplica

E em relação ao Grau de Satisfação com o Serviços Prestados, que nesta pesquisa fez relação com o Acesso à Informação, Horários de Atendimento, Cortesia e Educação dos Atendentes, Tempo de Espera, Prazo para Conclusão dos Serviços, Instalações Físicas, Conservação e Limpeza Local de Atendimento, conclui-se que 90% dos usuários sentem-se Satisfeitos ou Muito Satisfeitos e somente 14% Insatisfeitos.

Águas de Chapecó-SC, 13 de Janeiro de 2020.

LEANDRO LUIS GUSATTO
Matrícula 10.771
Controlador Interno / Ouvidor Geral

Alfredo Wagner

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº01/2020

Publicação Nº 2310419

MUNICÍPIO DE ALFREDO WAGNER

AVISO DE LICITAÇÃO

Tipo de Licitação: Menor preço por Item

Data de Abertura: 27 de Janeiro de 2020.

Horário de Abertura: 10h00min

Local da Abertura: Prefeitura Municipal, Rua Anitápolis nº250, Centro- Alfredo Wagner.

Referente a Contratação de serviço de Borracharia, Recapes, Vulcanizos, Balanceamento, Alinhamento, Cambagem e Geometria para manutenção dos veículos da frota municipal, cujas especificações detalhadas encontram-se nos Anexos, parte integrante do edital. Informa ainda que o edital e seus anexos encontram-se no site: www.alfredowagner.sc.gov.br, dúvidas pelo telefone (48)- 3276 1211 Setor de Licitações. Alfredo Wagner, em 14 de Janeiro de 2020.

Naudir Antônio Schmitz

Prefeito Municipal

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.37

Publicação Nº 2310054

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.37 DE 28 DE JUNHO DE 2018.

Autos do Processo Licitatório n.22/2018 - Modalidade PP n.09/2018

Contrato n.37/2018

Causa da Rescisão: Inexecução parcial do objeto contratual.

Fundamento Legal: art.77, art.78, inciso I, II e V c/c art.79 inciso I e seguintes, todos da Lei n.8.666/93, e violação contratual por parte da Empresa Efetiva Construções Eireli - ME.

Termo de Rescisão do Contrato nº 37/2018, cujo objeto é contratação de empresa especializada para manutenção e recuperação de estradas vicinais, em 12 (Doze) localidades na área rural do município de Alfredo Wagner-S.C, totalizando 64,9 km, em regime de empreitada por preço global, com recursos do mapa e orçamento geral do município, conforme projeto executivo de infraestrutura, parte integrante deste edital, firmado entre a o Município de Alfredo Wagner, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.608/0001-54, com sede Rua Anitápolis, nº 250, 1º andar, Centro, Alfredo Wagner/SC neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Naudir Antonio Schmitz, e a empresa Efetiva Construções Eireli - ME, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº 25.256.024/0001-00, com sede atual na Rua Almirante Barbosa, nº 1342, sala 07, Vila Nova, Blumenau/SC, CEP:89035-402, através de seu representante legal Sr. Luiz Carlos Ferreira – CPF nº 007.047.999-28.

Considerando o disposto nos arts. 77 e 78, da Lei nº 8.666 de 1993;

Considerando o disposto no inciso II do artigo 58, e no inciso I do art. 79, ambos da Lei nº 8.666, de 1993;

Considerando o disposto no Contrato nº 37/2018;

Considerando o descumprimento das obrigações contratuais assumidas, caracterizado pela paralização das obras por motivos não justificáveis;

Considerando as notificação extrajudiciais via postal com aviso de recebimento e tentativas de notificações amigáveis para reestabelecimento da execução contratual;

Considerando a inercia da empresa contratada, bem como pela não comunicação da paralização das obras;

RESOLVE:

I – Rescindir, unilateralmente, a partir da data de assinatura do presente termo, o Contrato nº 37/2018, firmado entre o Município de Alfredo Wagner, e a empresa Efetiva Construções Eireli – ME.

II – Declarar que a rescisão unilateral do Contrato nº 37/2018 que aqui se opera não exime a contratada das multas a serem aplicadas e de outras que porventura venham a ser impostas em razão do descumprimento das disposições contratuais ocorridas durante a vigência do ajuste, conforme autoriza a Cláusula Décima do respectivo instrumento contratual e o art. 87 da Lei nº 8.666/1993, bem assim não a isenta do dever de reparar os danos emergentes do inadimplemento contratual ensejador da presente dissolução de vínculo contratual, os quais deverão ser todos apurados em procedimento administrativo próprio, com garantia ao contraditório e à ampla defesa.

III - Fique ciente a empresa que NÃO deverá efetuar serviços após a rescisão unilateral do Contrato nº 37/2018.

IV - Abre-se o prazo legal de 05 (cinco) dias úteis para o contraditório e a ampla defesa, nos termos do inciso I do art. 109 da Lei Federal 8.666/93, que assim prevê:

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

(...)

e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 desta Lei;

Publique-se o presente termo na imprensa oficial do Município, e notifique-se imediatamente a empresa Efetiva Construções Eireli - ME, via correios na modalidade de AR-MP.

Transitado em julgado, sem manifestação da empresa notificada, providencie a cobrança da multa administrativa, administrativamente ou judicial, bem como retornem os autos conclusos, após parecer jurídico para deliberar a respeito das demais sanções cabíveis.

Alfredo Wagner/SC, 10 de janeiro de 2020.

Naudir Antonio Schmitz
Prefeito Municipal

Alto Bela Vista

PREFEITURA

DECRETO 2940 DE 03 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2309516

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do Art. 2º da Lei Complementar nº 014, de janeiro de 2005 e suas alterações;

DECRETA

Art. 1º. Fica nomeado o Sr. VILMAR BERNARDI, para exercer o Cargo de MÉDICO VETERINÁRIO, contratação temporária por tempo determinado para atendimento a necessidade temporária de excepcional interesse público, com vencimento salarial previsto no Anexo III da lei Complementar Nº 012, de 10 de janeiro de 2005 e suas alterações.

Art. 2º A contratação ora realizada, dar-se-á a partir de 02 a 31 de janeiro de 2020, para substituir servidor em férias.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 03 de janeiro de 2020.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ADRIANA KOLLER
Responsável pelas publicações

Anchieta

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA 009/2020 - PM

Publicação Nº 2309985

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO DE DISPENSA

O Prefeito Em Exercício de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna a público, de acordo com a Lei 8.666/93 e posteriores alterações, que realizou Licitação na Modalidade Dispensa 009/2020. Para: Contratação de profissionais, para prestar serviços na formação continuada com professores da Rede Municipal de Ensino de Anchieta/SC.

Fundamento Legal: Art. 24, II da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Contratadas:

IZOLDI KLEIN PINHEIRO.

Valor R\$: 532,00 (Quinhentos e Trinta e Dois Reais).

MARINES ANDRES SCHONS.

Valor R\$: 860,00 (Oitocentos e Sessenta Reais).

Anchieta, 13 de Janeiro de 2020.

VILMAR PAULO PIOVEZANI

Prefeito Em Exercício

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO

Publicação Nº 2310755

Anchieta (SC), 14 de Janeiro de 2020.

Ilma. Senhora

Rosimeri Otto

Assunto: CONVOCAÇÃO – Processo Seletivo nº 003/20019

Prezada Candidata,

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADA para comparecer junto a Prefeitura Municipal de Anchieta (SC), no setor de Recursos Humanos, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, para tratar da contratação para o cargo de Agente Comunitário de Saúde – Micro Área 3 – Linha João Café Filho, da qual prestou provas do Processo Seletivo nº 003/2019. A contratação se dará até o término da Licença Maternidade da titular Laiz Franciele Tedesco Draszkeski, ou seja, até 26/04/2020.

Salientamos que o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática o direito da contratação para a qual foi convocada.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Vilmar Paulo Piovezani,

Prefeito em Exercício

COMUNICADO

Com o presente, comunicamos que de acordo com a realização do Processo Seletivo nº 003/2019, Vossa Senhoria foi aprovada e consequentemente classificada para assumir a vaga na qual concorreu.

É necessário apresentar a relação de documentos abaixo descrita:

- Fotocópia da Certidão de nascimento ou casamento;
- Fotocópia do RG;
- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da Carteira Profissional de Trabalho com o número do PIS/PASEP;
- Fotocópia do Título de Eleitor;
- Comprovante de residência;
- Possuir bons antecedentes Judiciais (folha corrida);
- Uma fotografia 3x4 atual;
- Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos, quando for o caso;
- Conta corrente no Banco do Brasil, que será realizado o depósito dos pagamentos, sendo que não poderá ser conta poupança;
- Comprovante de Escolaridade de acordo com a exigência do Cargo e Registro no órgão competente;

m) Certidão Negativa de Débito Municipal;
 n) Gozo dos direitos políticos (certidão retirada pela internet);
 o) Quitação com as obrigações militares, quando for o caso;
 p) Quitação com as obrigações eleitorais (comprovante de votação ou certidão de quitação da Justiça Eleitoral);
 q) Comprovação relativa à habilitação exigida;
 r) Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo servidor;
 s) No caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, informar o cargo, o órgão ao qual pertence e a carga horária;
 t) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;
 u) Declaração de bens;
 v) Efetuar a Qualificação cadastral para o eSocial junto a Receita Federal no portal <http://portal.esocial.gov.br/institucional/consulta-qualificacao-cadastral>;
 x) Laudo de inspeção de saúde, procedida por órgão médico oficial, comprovando estar em gozo de saúde física e mental- ASO.
 Dúvidas e esclarecimentos contatar no telefone (49) 3653 3200.
 Atenciosamente,

Vilmar Paulo Piovezani,
 Prefeito em Exercício

Ilma. Senhora
 Rosimeri Otto

DECRETO Nº 009/2020

Publicação Nº 2310571

DECRETO Nº. 09/2020, DE 13 DE JANEIRO DE 2020

Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 460.000,00 (quatrocentos e sessenta mil reais) e contém outras providências.

O Prefeito Em Exercício do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.469, de 19 de novembro de 2019 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

TÍTULO I CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.469, de 19 de novembro de 2019, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Créditos Adicionais Suplementares na importância de até R\$ 460.000,00 (quatrocentos e sessenta mil reais), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Ficam abertos Créditos Adicionais Suplementares na importância de até R\$ 460.000,00 (quatrocentos e sessenta mil reais), destinados a reforçar a dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento Geral do Município, na seguinte conta, a saber:

07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
 01 – PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS
 15.452.0016.1.004 - EQUIP/OBRAS/PAVIMENTAÇÃO, REVITALIZAÇÃO DE PASSEIOS, RUAS, AVENIDAS, PRAÇAS E AFINS
 (158) 4.4.90.00.00.00.00.00.2073 -Aplicações Diretas R\$ 40.000,00
 (159) 4.4.90.00.00.00.00.00.0073 -Aplicações Diretas R\$ 160.000,00
 (160) 4.4.90.00.00.00.00.00.0064 -Aplicações Diretas R\$ 160.000,00
 (161) 4.4.90.00.00.00.00.00.0074 -Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
 Total R\$ 460.000,00

Art. 3º Para atendimento parcial da abertura dos Créditos constantes deste ato, fica utilizada a importância de até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), concernente ao Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2019, após deduzidos os Restos a Pagar, em conformidade com o disposto no art. 43, §1º, I, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes, conforme

BANCO/CONTA	RECURSO	UTILIZAÇÃO NESTE ATO
B.B. Conv. Sec. Estado Infr. e Mobilidade - Recuperação Asfáltico - Proposta nº 21954 - 14.131-3 COD. REDUZIDO 72913	073/2073	R\$ 40.000,00



TOTAL SUPERÁVIT FINANCEIRO	R\$ 40.000,00
----------------------------	---------------

a tabela abaixo:

Art. 4º Para o atendimento do restante dos Créditos, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, a proceder por ato próprio, a abertura de Créditos Adicionais Suplementares, permitindo a utilizar o produto do Provável Excesso de Arrecadação no valor de até R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), dos recursos provenientes da Secretaria de Estado da Infraestrutura Proposta 21954 Programa 20190008228, sob o código 0073 (00.01.0073); no valor de até R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), dos recursos provenientes da Secretaria de Estado da Infraestrutura Proposta 22049 Programa 20190008262, sob o código 0064 (00.01.0064) e no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), dos recursos provenientes do Convênio Sec. Estado Infraestrutura Programa 2019008599, sob o código 0074 (00.01.0074), conforme disposto no inciso II do § 4º do art.43 da Lei Federal 4.320/64 e demais Constitucionais e Legais vigentes.

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2468, de 14 de novembro de 2019, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas no presente Decreto.

Art. 6º Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Em Exercício do Município de Anchieta (SC), 13 de janeiro 2020.

VILMAR PAULO PIOVEZANI
Prefeito Municipal Em Exercício

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial do Município – www.diariomunicipal.sc.gov.br

Camila Baronio - Secretária de Administração e Gestão

DECRETO Nº 010/2020

Publicação Nº 2310572

DECRETO Nº. 010/2020, DE 13 DE JANEIRO DE 2020

Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 420.148,29 (quatrocentos e vinte mil, cento e quarenta e oito reais e vinte e nove centavos) e contém outras providências.

O Prefeito Em Exercício do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.469, de 19 de novembro de 2019 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

TÍTULO I CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.469, de 19 de novembro de 2019, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Créditos Adicionais Suplementares na importância de até R\$ 420.148,29 (quatrocentos e vinte mil, cento e quarenta e oito reais e vinte e nove centavos), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Ficam abertos Créditos Adicionais Suplementares na importância de até R\$ 420.148,29 (quatrocentos e vinte mil, cento e quarenta e oito reais e vinte e nove centavos), destinado a reforçar as dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento Geral do Município, nas seguintes contas, a saber:

08 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
28.846.0002.0.003 – CONTRIBUIÇÃO AO PASEP
(162) 3.3.90.00.00.00.00.2279 -Aplicações Diretas R\$ 3.877,11

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
02 – ENSINO FUNDAMENTAL
12.361.0008.2.015 – ADM. GERAL DOS BENS E SERVIÇOS DO ENSINO FUNDAMENTAL
(163) 3.1.90.00.00.00.00.1121 -Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
03 – ENSINO INFANTIL

12.365.0009.2.018 – ADM. GERAL DOS BENS E SERVIÇOS DO ENSINO INFANTIL
(164) 3.1.90.00.00.00.00.1121 -Aplicações Diretas R\$ 54.287,18

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0023.2.101 – ADM. GERAL DOS BENS E SERVIÇOS DA ATENÇÃO BÁSICA

(64) 3.3.90.00.00.00.00.2095 -Aplicações Diretas R\$ 101.984,00

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0023.2.102 – ADM. GERAL DOS BENS E SERVIÇOS DA FARMÁCIA BÁSICA

(65) 3.3.90.00.00.00.00.2095 -Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Total R\$ 420.148,29

Art. 3º Para atendimento da abertura dos Créditos constantes deste ato, fica utilizada a importância de até R\$ 420.148,29 (quatrocentos e vinte mil, cento e quarenta e oito reais e vinte e nove centavos), concernentes ao Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2019, após deduzidos os Restos a Pagar, em conformidade com o disposto no art. 43, §1º, I, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes, conforme a tabela abaixo:

BANCO/CONTA	RECURSO	UTILIZAÇÃO NESTE ATO
BCO BRASIL - LEI 7525- FEP- 22.118-X COD. REDUZIDO 62936	279/2279	R\$ 3.877,11
BCO DO BRASIL S/A - FUNDEB 13.795-2 COD. REDUZIDO 68794	121/1121	R\$ 114.287,18
CEF Ag. 1885 cta Custeio SUS c/c 624.045-8 COD. REDUZIDO 63999	095/2095	R\$ 301.984,00
TOTAL SUPERÁVIT FINANCEIRO		R\$ 420.148,29

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2468, de 14 de novembro de 2019, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas no presente Decreto.

Art. 5º Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Em Exercício do Município de Anchieta (SC), 13 de janeiro 2020.

VILMAR PAULO PIOVEZANI

Prefeito Municipal Em Exercício

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial do Município – www.diariomunicipal.sc.gov.br

Camila Baronio - Secretária de Administração e Gestão

PORTARIA Nº 52/2020

Publicação Nº 2310774

PORTARIA nº. 52/2020

De, 13 de Janeiro de 2020.

Vilmar Paulo Piovezani, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para o Servidor Público Municipal Diego Alves Rei, ocupante do cargo de Gerente de Controle em Saúde Pública, matrícula 2427, lotado na Secretaria Municipal da Saúde, relativas ao período de 2017/2018, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período 13/01/2020 a 22/01/2020.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),

Em 13 de Janeiro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Vilmar Paulo Piovezani,
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

PREGÃO PRESENCIAL N 005/2020 - PM

Publicação Nº 2309987

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 005/2020

O Prefeito Em Exercício de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93, 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, Menor Preço Por Lote, para: Contratação de empresa para prestação de serviços de mão de obra especializada, para realizar reparos mecânicos, elétricos, hidráulicos e desmontagem e montagem do motor da máquina Motoniveladora 120 K Caterpillar, do Setor de Obras e Serviços Rodoviários do município de Anchieta/SC. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:30 horas do dia 30/01/2020. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, de Segunda à Sexta – Feira.

Anchieta, 13 de Janeiro de 2020.

VILMAR PAULO PIOVEZANI

Prefeito Em Exercício.

Angelina

PREFEITURA

EDITAL CMDCA Nº 001/2020 - EDITAL DE INSCRIÇÃO

Publicação Nº 2309635

Edital CMDCA Nº 001/20120

"EDITAL DE ESCOLHA SUPLEMENTAR DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE ANGELINA – ELEIÇÕES UNIFICADAS 2019".

Dispõe sobre o processo de escolha suplementar unificada dos Conselheiros Tutelares no Município de Angelina.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Angelina, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 132 e 139 da Lei Federal Nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), na Resolução Conanda Nº 170/2014 e na Lei Municipal Nº 1.257/2019, abre as inscrições para a escolha suplementar dos membros do Conselho Tutelar, para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Angelina, e dá outras providências.

1. DO CARGO, DAS VAGAS E DA REMUNERAÇÃO

1.1. Fica aberta 1 (uma) vaga para a função pública de membro do Conselho Tutelar do Município de Angelina, para cumprimento de mandato de 4 (quatro) anos, no período de 10 (dez) de abril de 2020 (data da posse) a 09 (nove) de janeiro de 2024, em conformidade com o art. 139, §2o, da Lei Federal Nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

1.2. O exercício efetivo da função de membro do Conselho Tutelar do Município Angelina, constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral, não gerando vínculo empregatício com o Poder Executivo Municipal.

1.3. O candidato que obtiver o maior número de votos, em conformidade com o disposto neste edital, assumirá o cargo de membro titular do Conselho Tutelar.

1.4. Todos os demais candidatos habilitados serão considerados suplentes, seguindo a ordem decrescente de votação.

1.5. A vaga, o vencimento mensal e carga horária são apresentados na tabela a seguir:

Cargo	Vagas	Carga Horária Semanal	Vencimentos
Membro do Conselho Tutelar	01	30	R\$ 1.300,00

1.6. O horário de expediente do membro do Conselho Tutelar é das 08:00 às 14:00 horas, sem prejuízo do atendimento ininterrupto à população.

1.7. Todos os membros do Conselho Tutelar ficam sujeitos a períodos de sobreaviso, inclusive nos finais de semana e feriados.

1.8. A jornada extraordinária do membro do Conselho Tutelar, em sobreaviso, deverá ser remunerada ou compensada, conforme dispõe a Lei Municipal Nº 1.257/2019, ou a que a suceder.

1.9. As especificações relacionadas ao vencimento, aos direitos sociais e aos deveres do cargo de membro do Conselho Tutelar serão aplicadas de acordo com a Lei Federal Nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a Lei Municipal Nº 1.257/2019, ou a que a suceder.

2. DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES

2.1. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar de Angelina ocorrerá em consonância com o disposto no art. 139, §1o, da Lei Federal Nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e na Lei Municipal Nº 1.257/2019.

2.2. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar seguirá as etapas abaixo:

I. Inscrição para registro das candidaturas;

II. Capacitação e aplicação de prova de conhecimentos específicos de caráter eliminatório;

III. Apresentação/divulgação dos candidatos habilitados e do processo eleitoral para a Comunidade, através de ampla divulgação;

IV. Sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores do Município de Angelina, cujo domicílio eleitoral tenha sido fixado dentro de prazo de 90 (noventa) dias anteriores ao pleito.

3. DOS REQUISITOS A CANDIDATURA E DA DOCUMENTAÇÃO

3.1. Somente poderão concorrer ao cargo de membro do Conselho Tutelar, os candidatos que preencherem os requisitos para candidatura fixados na Lei Federal Nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a Lei Municipal Nº 1.257/2019, a saber:

I. reconhecida idoneidade moral;

II. idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III. residência no Município;

IV. experiência mínima de 02 (dois) anos na defesa dos direitos da criança e do adolescente ou curso de especialização em matéria de infância e juventude, com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas, dispensável nesta eleição suplementar;

V. conclusão do ensino médio;

VI. não ter sido anteriormente suspenso ou destituído do cargo de membro do Conselho Tutelar, em mandato anterior, por decisão administrativa ou judicial;

VII. não incidir nas hipóteses do art. 1o, inc. I, da Lei Complementar Federal Nº 64/1990 (Lei de Inelegibilidade);

VIII. não ser membro, no momento da publicação deste Edital, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IX. não possuir os impedimentos previstos no art. 140 e parágrafo único da Lei Federal Nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

3.2. Deverão ser apresentados, por ocasião da inscrição, os seguintes documentos:

I. Certidão de Nascimento ou Casamento;

II. Comprovante de residência dos três meses anteriores à publicação deste Edital (Lançado diretamente em nome do candidato ou declaração, com reconhecimento de assinatura em cartório, do proprietário da imóvel);

III. Certificado de quitação eleitoral;

IV. Certidão negativa de antecedentes criminais da Justiça Estadual;

V. Certidão negativa da Justiça Eleitoral;

VI. Certidão negativa da Justiça Federal;

VII. Certidão da Justiça Militar da União;

VIII. Diploma ou Certificado de Conclusão do ensino médio;

IX. A experiência na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente poderá ser comprovada da seguinte forma, dispensável na presente eleição suplementar:

a) declaração fornecida por organização da sociedade civil que atua no atendimento à criança e ao adolescente, com especificação do serviço prestado; ou

b) declaração emitida por órgão público, informando da experiência na área com criança e adolescente; ou

c) registro em carteira profissional de trabalho comprovando experiência na área com criança e adolescente; ou

d) diploma ou certificado de conclusão curso de especialização em matéria de infância e juventude, reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas;

3.3. O candidato servidor público municipal deverá comprovar, no momento da inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar.

4. DOS IMPEDIMENTOS PARA EXERCER O MANDATO

4.1. São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, sogro e genro ou nora, cunhados, durante o cunhadio, padrasto ou madrastra e enteado ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.2. Estende-se o impedimento ao membro do Conselho Tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público, com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma Comarca.

5. DAS INSCRIÇÕES

5.1. As inscrições ficarão abertas do dia 14 a 29 de janeiro de 2020, em horário de atendimento ao público, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, no Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Angelina, localizada à Rua Manoel Lino Koerich, 80, Centro, Angelina – SC.

5.2. Nenhuma inscrição será admitida fora do período determinado neste Edital.

5.3. As candidaturas serão registradas individualmente e numeradas de acordo com a ordem de inscrição.

5.4. No ato da inscrição, os candidatos deverão apresentar, ficha de inscrição para registro da candidatura, além dos documentos previstos no item 3 (três) deste edital.

5.5. Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica e fotocópia de documento de identidade do procurador.

5.6. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e na Lei Municipal Nº 1.257/2019, bem como das decisões que possam ser tomadas pela Comissão Especial Eleitoral e pelo CMDCA em relação aos quais não poderá alegar desconhecimento.

5.7. O deferimento da inscrição dar-se-á mediante o correto preenchimento da ficha de Inscrição e a apresentação da documentação exigida no item 3 (três) deste edital.

5.8. A inscrição será gratuita.

5.9. É de exclusiva responsabilidade do candidato ou de seu representante legal o correto preenchimento do requerimento de inscrição e a entrega da documentação exigida.

6. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DAS CANDIDATURAS

6.1. As informações prestadas na ficha de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato ou de seu procurador.

6.2. O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos.

6.3. A Comissão Especial Eleitoral tem o direito de excluir do processo de escolha o candidato que não preencher o respectivo documento de forma completa e correta, bem como fornecer dados inverídicos ou falsos.

6.4. A Comissão Especial Eleitoral tem o direito de, em decisão fundamentada, indeferir as inscrições de candidatos que não cumpram os requisitos mínimos estabelecidos neste Edital, na Lei Municipal Nº 1.257/2019 e na Lei Federal Nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

6.5. A relação de inscrições deferidas será publicada no dia 31 de janeiro de 2020, nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica.

6.6. O candidato cuja inscrição for indeferida poderá interpor recurso ao CMDCA, de forma escrita e fundamentada, no período de 3 a 5 de fevereiro de 2020, no horário de atendimento ao público, no Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal, não se admitindo o envio de recurso por meio digital (e-mail). No mesmo prazo, qualquer pessoa da comunidade poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, admitindo-se o envio de impugnações por meio eletrônico, vedado o anonimato. A impugnação por pessoa da comunidade poderá, inclusive, ser em desfavor de candidato já indeferido, considerando o prazo concomitante para a apresentação das impugnações.

6.7. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, após deliberação sobre os recursos interpostos, publicará a lista final dos candidatos aptos a participar da capacitação e da prova preambular, no dia 7 de fevereiro de 2020.

- 6.8. No dia 15 de fevereiro de 2020 será realizada a capacitação dos candidatos considerados aptos
- 6.9. No dia 16 de fevereiro de 2020, das 09:00 às 12:00 horas, será realizada a prova de conhecimentos sobre o Direito da Criança e do Adolescente, sobre o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes e sobre informática básica, para a qual o candidato deve obter a nota mínima de 6 (seis).
- 6.10. A divulgação das notas ocorrerá até o dia 20 de fevereiro de 2020, sendo possível a interposição de recurso pelos candidatos no período de 26 a 28 de fevereiro de 2020.
- 6.11. Os recursos serão apreciados diretamente pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que deverá publicar decisão até o dia 4 de março de 2020.
- 6.12. Os candidatos habilitados receberão um número de identificação, composto por, no mínimo, 02 (dois) dígitos, considerando sua classificação na prova.
- 6.13. A divulgação à comunidade da lista dos candidatos para a fase de eleição e dos locais de votação será feita até o dia 6 de março de 2020 pela Comissão Especial Eleitoral.

7. DA PROPAGANDA ELEITORAL

- 7.1. Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.
- 7.2. A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas número, nome e foto do candidato e curriculum vitae.
- 7.3. A veiculação de propaganda eleitoral pelos candidatos somente é permitida após a publicação, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, da relação final e oficial dos candidatos considerados habilitados. A campanha eleitoral se dará, portanto, entre os dias 7 de março e 28 de março de 2020.
- 7.4. É permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-se a igualdade de condições a todos os candidatos.
- 7.5. Aplicam-se, no que couber, as regras relativas à campanha eleitoral previstas na Lei Federal Nº 9.504/1997 e alterações posteriores, inclusive quanto aos crimes eleitorais, observadas ainda as seguintes vedações:
- I. abuso do poder econômico na propaganda feita através dos veículos de comunicação social, com previsão legal no art. 14, § 9º, da Constituição Federal; na Lei Complementar Federal Nº 64/1990 (Lei de Inelegibilidade); e art. 237 do Código Eleitoral, ou as que as suceder;
 - II. doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;
 - III. propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público;
 - IV. a participação de candidatos, nos 3 (três) meses que precedem o pleito, de inaugurações de obras públicas;
 - V. a vinculação político-partidária das candidaturas e a utilização da estrutura dos partidos políticos para campanha eleitoral;
 - VI. a vinculação religiosa das candidaturas e a utilização da estrutura das Igrejas ou cultos para campanha eleitoral;
 - VII. favorecimento de candidatos por qualquer autoridade pública ou a utilização, em benefício daqueles, de espaços, equipamentos e serviços da Administração Pública Municipal;
 - VIII. confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário;
 - IX. propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors ou carro de som;
 - X. propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa:
- a. considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana;
 - b. considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;
 - c. considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir, com isso, vantagem à determinada candidatura.
- 7.6. No dia da eleição, é vedado aos candidatos:
- I. Utilização de espaço na mídia;
 - II. Transporte aos eleitores;
 - III. Uso de alto-falantes e amplificadores de som ou promoção de comício ou carreata;
 - IV. Distribuição de material de propaganda política ou a prática de aliciamento, coação ou manifestação tendente a influir na vontade do eleitor;
 - V. Propaganda num raio de 100 (cem) metros do local da votação e nas dependências deste;
 - VI. Qualquer tipo de propaganda eleitoral, inclusive "boca de urna".
- 7.7. Compete à Comissão Especial Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.
- 7.8. Os recursos interpostos contra decisões da Comissão Especial Eleitoral, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de três dias.
- 7.9. O candidato envolvido e o denunciante, bem como o Ministério Público, serão notificados das decisões da Comissão Especial Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- 7.10. É vedado aos órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, Federais, Estaduais ou Municipais, realizar qualquer tipo de propaganda que possa caracterizar como de natureza eleitoral, ressalvada a divulgação do pleito, sem a individualização dos candidatos.
- 7.11. É vedado, aos atuais membros do Conselho Tutelar e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros, na campanha para a escolha dos membros do Conselho Tutelar, bem como fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

8. DA ELEIÇÃO

- 8.1. Os membros do Conselho Tutelar serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores aptos no cadastro da Justiça Eleitoral no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.
- 8.2. A eleição suplementar será realizada no dia 29 de março de 2020, no horário das 8:00 às 17:00 horas, nos seguintes locais de votação:
- I. Escola de Educação Básica Nossa Senhora;

- II. Escola de Ensino Fundamental João Frederico Heck;
- III. Escola de Ensino Fundamental Norberto Teodoro de Melo;
- IV. Núcleo Escolar Municipal Professora Ermelinda Goedert Pereira.

- 8.3. Nos locais de votação, deverá ser afixada lista dos candidatos habilitados, com os seus respectivos números.
- 8.4. Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município no prazo de até 3 (três) meses antes do pleito eleitoral, cujo nome conste do caderno de eleitores fornecido pelo Tribunal Regional Eleitoral.
- 8.5. Não se admitirá a inclusão manual de nomes ao caderno de eleitores, nem o voto de eleitores cujo nome não esteja ali indicado.
- 8.6. O voto é sigiloso e o eleitor votará em cabina indepassável.
- 8.7. O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos a carteira de identidade ou outro documento equivalente a esta, com foto.
- 8.8. Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.
- 8.9. A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de este ser admitido a votar.
- 8.10. O eleitor votará uma única vez, em um único candidato, na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.
- 8.11. A votação se dará em urna eletrônica, cedida pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, com a indicação do respectivo número do candidato.
- 8.12. Caso não seja possível contar com a cessão das urnas eletrônicas, a votação se dará por meio de cédulas eleitorais impressas e padronizadas, aprovadas previamente pela Comissão Especial Eleitoral, constando, em sua parte frontal, espaço para o preenchimento do número do candidato, sem se admitir a indicação do nome dos candidatos.
- 8.13. Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, indicados pela Comissão Especial Eleitoral.
- 8.14. O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.
- 8.15. O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando a impossibilidade de comparecimento ao Mesário e ao Secretário, pelo menos, 24 (vinte e quatro) horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se a impossibilidade se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.
- 8.16. Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Especial Eleitoral.
- 8.17. A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Especial Eleitoral.
- 8.18. Não podem ser nomeados Presidente, Mesário ou Secretário:
 - I. Os candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;
 - II. O cônjuge ou o companheiro do candidato;
 - III. As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.
- 8.19. Os candidatos poderão indicar até 2 (dois) fiscais por cada seção eleitoral (local de votação), que deverão estar identificados por meio de crachá padronizado, encaminhando o nome e a cópia do documento de identidade destes à Comissão Especial Eleitoral até o dia 15 de março de 2020.

9. DA APURAÇÃO

- 9.1. A apuração dar-se-á na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou em local definido pela Comissão Especial Eleitoral, imediatamente após o encerramento do pleito eleitoral, contando com a presença do representante do Ministério Público e da Comissão Especial Eleitoral.
- 9.2. Após a apuração dos votos, poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 9.3. Após o término das votações, o Presidente, o Mesário e o Secretário da seção elaborarão a Ata da votação.
- 9.4. Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação.
- 9.5. O candidato mais votado assumirá o cargo de membro titular do Conselho Tutelar.
- 9.6. Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.
- 9.7. No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato com melhor nota na prova de avaliação; persistindo o empate, será considerado eleito o candidato com mais idade.

10. DA PROCLAMAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE DOS ELEITOS

- 10.1. O resultado da eleição será publicado no dia 30 de março de 2020, em Edital publicado nos espaços oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.
- 10.2. Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- 10.3. A posse do candidato eleito que receber o maior número de votos será em 10 de abril de 2020.
- 10.4. Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos.
- 10.5. Os candidatos eleitos deverão participar de uma capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob pena de não poderem assumir a função de membro do Conselho Tutelar, sendo os suplentes também convidados a participar.
- 10.6. Os candidatos eleitos têm o direito de, durante o período de transição, consistente em 10 (dez) dias anteriores à posse, ter acesso ao Conselho Tutelar, acompanhar o atendimento dos casos, e ter acesso aos documentos e relatórios expedidos pelo órgão.

11. DO CALENDÁRIO

- 11.1. Calendário simplificado da inscrição para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar:

Data	Etapa
13/01/2020	Publicação do Edital
14 a 29/01/2020	Prazo para registro das candidaturas
30/01/2020	Análise do pedido de registro das candidaturas, pela CEE.
31/01/2020	Publicação da relação dos candidatos inscritos, deferidos e indeferidos, pela CEE.
03 a 05/02/2020	Prazo ao candidato indeferido e à população para proceder interposição de recurso junto ao CMDCA.
07/02/2020	Publicação, pelo CMDCA, do resultado dos recursos interpostos pelos candidatos e pela população, bem como de edital informando o nome de todos os candidatos cuja inscrição foi deferida e que estão aptos a participar da capacitação e prova.
15/02/2020	Capacitação dos candidatos.
16/02/2020	Realização da prova de conhecimentos específicos
20/02/2020	Divulgação dos resultados
26 a 28/02/2020	Recurso dos candidatos não aprovados
04/03/2020	Publicação do resultado final da prova pelo CMDCA
06/03/2020	Divulgação, pela Comissão Especial Eleitoral, dos locais e votação; e divulgação dos candidatos à comunidade.
07 a 28/03/2020	Campanha Eleitoral
29/03/2020	Eleição
29/03/2020	Apuração dos votos
30/03/2020	Publicação do resultado apuração
10/04/2020	Posse

11.2. Fica facultada à Comissão Especial Eleitoral e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente promover alterações do calendário proposto neste Edital, que deverá ser amplamente divulgado e sem prejuízo ao processo.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As atribuições do cargo de membro do Conselho Tutelar são as constantes na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e na Lei Municipal Nº 1.257/2019, sem prejuízo das demais leis afetas.

12.2. O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste Edital.

12.3. A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

12.4. As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este Edital.

12.5. Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Especial Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante Ministério Público.

12.6. O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

12.7. É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

12.8. O membro do Conselho Tutelar eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

12.9. O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital e das demais deliberações da Comissão Especial Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.

12.10. Fica eleito o Foro da Comarca de (nome da Comarca) para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Angelina, 13 de Janeiro de 2020

José Valmir Schmitt
Presidente do CMDCA

ANEXO – I		Nº da Inscrição
INSCRIÇÃO PARA O PROCESSO DE ESCOLHA SUPLEMENTAR DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR – ELEIÇÕES UNIFICADAS 2019 - EDITAL CMDCA Nº 01/2020		
Código do Cargo:	Nome do Cargo:	
Nome do (a) Candidato (a):		
Identidade:	Data de Nascimento: / /	Sexo: M() F()
CPF:	Título Eleitoral:	Estado Civil:
Endereço:		Bairro:

Município:	Estado:	CEP:
Fone: ()	E-mail :	
Portador de Necessidade Especial () Sim () Não	Declaração de Condições Especiais: () Sim () Não	
Declaro que aceito todas as exigências especificadas no Edital de abertura deste Processo de Escolha-Eleição, responsabilizando-me pelas informações aqui prestadas.		
Angelina, em/ /2020	Assinatura do Candidato:	

Via Prefeitura

INSCRIÇÃO PARA O PROCESSO ESCOLHA SUPLEMENTAR DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR – ELEIÇÕES UNIFICADAS 2019 - EDITAL CMDCA Nº 01/2020		Nº da Inscrição
Código do Cargo:	Nome do Cargo:	
Nome do (a) Candidato (a):		
Obrigatório a apresentação deste, juntamente com a carteira de identidade no local da prova.		
Angelina, em/ /2020	Assinatura do Responsável pelo Recebimento:	

EDITAL Nº 02/2019/B - BOLSISTA - RELAÇÃO DE INSCRITOS

Publicação Nº 2310665

ATO 01 – RELAÇÃO DOS CANDIDATOS REGULARMENTE INSCRITOS

O Prefeito Municipal de Angelina e a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto no uso de suas atribuições, tornam público, a relação dos candidatos regularmente inscritos no Edital 02/2019/b para seleção de Bolsistas para os anos de 2020 e 2021.

RELAÇÃO DE CANDIDATOS INSCRITOS - BOLSISTA DE NÍVEL MÉDIO

NOME DO CANDIDATO	RG	CPF	INSTITUIÇÃO
Erick Macedo	7.340.379	153.825.829-39	Escola de Educação Básica Nossa Senhora
Erik Kammers	7.243.171	110.916.439-46	Escola de Educação Básica Nossa Senhora
Gabrielly Ferreira	7.554.207	122.238.489-23	Escola de Educação Básica Nossa Senhora
Kauan Sens da Silva	7.042.453	107.539.859-26	Escola de Educação Básica Nossa Senhora
Lucas Francisco Felipe	6.897.518	111.699.399-61	EEB NORBERTO TEODORO DE MELO
Maria Eduarda Cruz	7.479.217	120.235.799-70	Escola de Educação Básica Nossa Senhora
Michelly Hammes	7.261.585	111.075.749-27	Escola de Educação Básica Nossa Senhora
Pedro Antônio Baungarten	7.030.830	095.869.079-02	Escola de Educação Básica Nossa Senhora
Vinícius Heiderscheidt	7.083.318	108.758.649-61	Escola de Educação Básica Nossa Senhora

RELAÇÃO DE CANDIDATOS INSCRITOS - BOLSISTA DE NÍVEL SUPERIOR

NOME DO CANDIDATO	RG	CPF	INSTITUIÇÃO
Aline Küster Silverio	5.978.295	078.354.439-10	Unigran – Universidade da Grande Dourados
Karina Vermoehlen	6.863.420	102.488.499-64	Unigran – Universidade da Grande Dourados

Karoline Borges Fuck	5.820.205	099.198.199-56	Unisul- Universidade do Sul de Santa Catarina
----------------------	-----------	----------------	---

RELAÇÃO DE INSCRIÇÕES INDEFERIDAS

NOME DO CANDIDATO	RG	CPF	MOTIVO
Natalia Matos Machado	6.980.521	105.718.239-71	Falta de Comprovante de Matrícula

Angelina, 13 de janeiro de 2020.

GILBERTO ORLANDO DORIGON
Prefeito Municipal

ROSI MERI DA SILVA
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto

PORTARIA LEGISLATIVA Nº 001/2020

Publicação Nº 2310486

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE ANGELINA

PORTARIA Nº 001/2020

“NOMEIA SERVIDORA MARIA APARECIDA ZIMMERMANN PARA O EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES DE TESOUREIRA DA CÂMARA DE VEREADORES DE ANGELINA”

Ramon Exterkoetter, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Angelina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Legislação vigente,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Servidora Publica Municipal, Maria Aparecida Zimmermann, para exercer as funções de tesoureira da Câmara Municipal de Vereadores, a partir do dia 02 de janeiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Angelina, 02 de Janeiro de 2020.

Ramon Exterkoetter
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

PORTARIA Nº 006/2020

Publicação Nº 2309889

PORTARIA Nº 006/2020
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER EMPREGO PÚBLICO.

Gilberto Orlando Dorigon, Prefeito Municipal de Angelina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 002/2009, de 20/07/2009, e em conformidade com a Lei Federal nº 11.350 de 05/10/2006, Emenda Constitucional nº 051, de 14/02/2006, e considerando o resultado do Concurso Público nº 001/2019;

RESOLVE:

Art 1º Nomear Carla Clarice Blosfeld, portadora do CPF 586.663.629-87, RG 1.790.794, para exercer o emprego público de Agente Comunitário da Estratégia de Saúde da Família, com vencimento mensal de R\$ 1.267,59 (um mil duzentos e sessenta e sete reais e cinquenta e nove centavos), a partir da presente data.

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando se a disposições em contrário.

Art 3º Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Angelina, 13 de janeiro de 2020.

Gilberto Orlando Dorigon
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 007/2020

Publicação Nº 2309890

PORTARIA Nº 007/2020

Concede Gratificação para atuar no Programa de Estratégia de Saúde da Família - ESF.

Gilberto Orlando Dorigon, Prefeito Municipal de Angelina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 54 § 1º da lei complementar nº 020/2013 de 23/12/2013,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Gratificação para atuar no Programa de Estratégia de Saúde da Família – ESF á Servidora Juliana Debei Herling matrícula funcional nº 2017 ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico do quadro de pessoal.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Angelina, 13 de Janeiro de 2020.

Gilberto Orlando Dorigon
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2020 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Publicação Nº 2309638

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO nº 002/2020 – OBJETO: Contratação/custeio da hora plantão/sobreaviso de profissional médico- clínico geral, visando a operacionalização financeira do PA – Pronto Atendimento de Urgência e Emergência no Município de Angelina, por parte do Hospital e Maternidade Nossa Senhora da Conceição, através de plantão médico em sobreaviso, em horário noturno (das 18:00 às 08:00 horas), no que se refere à dias uteis, e de 24 (vinte e quatro) horas em dias não úteis (sábados, domingos e feriados), no que tange ao atendimento estendido do Programa de Atenção Básica de Saúde. Fundamento Legal: Art. 25 da Lei 8.666/93. Contratada: Associação das Irmãs Franciscanas de São José, CNPJ nº 86.185.220/0054-64. Valor: R\$ 269.081,04 (duzentos e sessenta e nove mil e oitenta e um reais e quatro centavos). Angelina/SC, 14 de janeiro de 2020. Gilberto Orlando Dorigon – Prefeito Municipal.

Anitápolis

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2020

Publicação Nº 2310497

PREGAO PRESENCIAL Nº 003/2020 – O Município de Anitápolis torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade pregão presencial no dia 27/01/2020, às 09:00 horas, na Sala de reuniões de licitações. Objeto: O presente pregão tem como objeto a contratação de empresa especializada para realizar conserto do motor do caminhão FORD CARGO/BASCULANTE, Placa MEM-5137 (ano de fabricação 2007, modelo 2007), que está à serviço da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos do Município de Anitápolis. O Edital completo, contendo as instruções, especificações e condições para participação, estará a disposição dos interessados, no dia 14/01/2020, da seguinte forma: Email: licita@anitapolis.sc.gov.br; no site: www.anitapolis.sc.gov.br, e na Prefeitura Municipal de Anitápolis, Rua Gonçalves Junior, nº 260 – CEP: 88475-000 - Centro – Anitápolis. FONE: (48) 3256-0188. Anitápolis, 13/01/2020. Ricardo Altemiro da Silva – Secretário de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Antônio Carlos

PREFEITURA

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2020

Publicação Nº 2310256

Estado de Santa Catarina
Município de Antônio Carlos

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2020

Geraldo Pauli, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições nos termos do art. 37 da Constituição Federal e da Lei Orgânica Municipal:

- CONSIDERANDO, a necessidade emergencial de nova contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme solicitação do Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social;

-CONSIDERANDO, que já se esgotou a lista de aprovados no Processo Seletivo nº 001/2019.

Torna público que tem necessidade de contratar por tempo determinado o profissional abaixo indicado, devendo os interessados comparecerem na Secretaria de Saúde e Assistência Social, situada na Rua 6 de Novembro, nº 186, Centro, Antônio Carlos, impreterivelmente até a data de 17 de janeiro 2020, no horário das 07:30h às 11:30 e das 13:00 às 17:00h, aos cuidados do Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social, munidos dos seguintes documentos: currículo (contendo os dados pessoais, telefone, email, etc); carteira de identidade; carteira de trabalho e documentos exigidos para critério de seleção.

Cargos	Vaga	Formação/Exigência	Carga Horária	Local de Trabalho	Remuneração	Vínculo
Médico Clínico Geral	01	Conclusão de curso de graduação em Medicina, com diploma registrado no MEC ou Instituição autorizada por Lei e registro no Órgão Fiscalizador da Classe.	40hr	Posto de Saúde do Município – Estratégia Saúde da Família (ESF)	R\$ 7.605,10	Contrato temporário

CRITÉRIOS A SEREM SEGUIDOS PARA A SELEÇÃO:

• 1)Títulos; Critério para apuração dos pontos:

- a) Doutorado – 4 Pontos
- b) Mestrado – 3 Pontos
- c) Pós-Graduação – 2 Pontos
- d) Conclusão Curso Superior – 1 Ponto

- 3) Idade;
- 4) Sorteio.

• Os interessados devem apresentar a documentação no dia do chamamento que comprovem os itens citados nos critérios para seleção.

A presente chamada pública destina-se à admissão em caráter temporário para o ano de 2020, será por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

O prazo de contratação será estipulado no momento da contratação, bem como a jornada de trabalho, atendendo o interesse público.

Antônio Carlos, 13 de janeiro de 2020.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 02 -2020 - FÉRIAS**

Publicação Nº 2309787

PORTARIA 02/2020

Dispõe sobre a concessão de férias a funcionário e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 23, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno da Câmara de Vereadores, resolve:

Art. 1º Conceder, a pedido, a JEAN CARLO DA LUZ, ocupante do Cargo de ASSESSOR DA PRESIDÊNCIA, do Poder Legislativo Municipal, Férias Regulamentares, por 20 (vinte) dias, com abono pecuniário de 10 (dez) dias, do dia 13 ao dia 22 de janeiro de 2020, referente ao período de 04/02/2019 à 03/02/2020, com gratificação especial de 1/3 a mais do que o vencimento normal.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Portaria correrão por conta de dotação específica do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de janeiro de 2020.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 13 de janeiro de 2020.

JOSÉ AIRTON DECKER
PRESIDENTE

Apiuna

PREFEITURA

DECRETO NO 3423/2020

Publicação Nº 2310460

DECRETO No 3423/2020
De 13/01/2020

ATUALIZA A UNIDADE MONETÁRIA AMBIENTAL (UMA) PARA O EXERCÍCIO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito de Apiúna, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e do artigo 2º da Lei Ordinária nº 856/2017, de 12 de dezembro de 2017;

DECRETA:

Art.1º Fica atualizada a UNIDADE MONETÁRIA AMBIENTAL (UMA), para o exercício de 2020 em R\$110,29 (cento e dez reais e vinte e nove centavos).

Art.2º O valor da UNIDADE MONETÁRIA AMBIENTAL (UMA) foi atualizado em 4,48%, com base na variação anual do INPC de 2019 publicado pelo IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Apiúna, 19 de Fevereiro de 2019.

JOSE GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3418

Publicação Nº 2309992

DECRETO Nº3418/2020
De 06/01/2020

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETA

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64, VI da Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 8º, da Lei nº 918/2019 de 26/11/2019:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Apiúna, até o valor de 25.000,00(Vinte e cinco mil Reais), da seguinte dotação orçamentária:

13	Secretaria de Esporte e Lazer	
001	Secretaria de Esporte e Lazer	
0027.0812.1301.2131	Manutenção Geral da Secretaria de Esporte e Lazer	
30000000000	Despesas Correntes	
33000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	20.000,00
	Subtotal	20.000,00
0027.0812.1301.2131	Manutenção Geral da Secretaria de Esporte e Lazer	
40000000000	Despesas de Capital	
44000000000	Investimentos	
44900000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	5.000,00
	Subtotal	5.000,00
	TOTAL	25.000,00

Art. 2º - Por conta da anulação constante no Art. 1º, o Chefe do Poder Executivo Municipal fica autorizado a suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Apiúna, até o valor de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil Reais), na seguintes dotação orçamentária:

13	Secretaria de Esporte e Lazer
----	-------------------------------

001	Secretaria de Esporte e Lazer	
0027.0812.1301.2131	Manutenção Geral da Secretaria de Esporte e Lazer	
300000000000	Despesas Correntes	
310000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
319000000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	25.000,00
	TOTAL	25.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Apiúna em, 06 de Janeiro de 2020.

JOSÉ GERSON GONÇALVES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3419

Publicação Nº 2309993

DECRETO Nº 3419/2020

De 06/01/2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA UTILIZANDO O SUPERAVIT FINANCEIRO APURADO NO EXERCÍCIO DE 2019.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64, VI da Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 8º da Lei nº 918/2019 de 26/11/2019:

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementado no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Apiúna o valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil Reais) na seguinte classificação orçamentária:

13	Secretaria de Esporte e Lazer	
001	Secretaria de Esporte e Lazer	
0027.0812.1301.2131	Manutenção Geral da Secretaria de Esporte e Lazer	
3000000000000000	Despesas Correntes	
3300000000000000	Outras Despesas Correntes	
3390000000000000	Aplicações Diretas	
30.000	Recursos Ordinários	30.000,00
	TOTAL	30.000,00

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 06 de Janeiro de 2020.

JOSÉ GERSON GONÇALVES
Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO OFICIAL PP 144/2019 ALTERAÇÃO

Publicação Nº 2308344

PREFEITURA DE APIÚNA

Aviso de alteração de edital de licitação – Pregão Presencial Registro de Preço nº 144/2019

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO PARA TODAS AS SECRETARIAS

O Prefeito de Apiúna em uso de suas atribuições legais torna público para o conhecimento de quem possa interessar, que houve alteração edital acima referido. Em virtude da alteração afetar a formulação da proposta, fica alterada a data e hora da sessão de credenciamento, abertura e julgamento.

Local da Abertura: Prefeitura de Apiúna, térreo, sala nº 06, Rua Quintino Bocaiúva, 204, Centro, Apiúna/SC

Data/ Hora Protocolo dos envelopes/Autenticação da documentação/Credenciamento dos participantes: 24/01/2020 – Das 09 horas às 09 horas e 20 minutos

Data/Hora da Abertura, lances e julgamento: 24/01/2020 – Após as 09 horas e 20 minutos

Edital disponível no site www.apiuna.sc.gov.br e no Setor de Licitações, localizado junto a Prefeitura de Apiúna, atendimento de segunda a sexta feira, das 07h30min às 12h e das 13h30 às 17h.

Maiores Informações Fone 47 3353 2000

Jose Gerson Goncalves/Prefeito de Apiúna

Arabutã

PREFEITURA

2539

Publicação Nº 2309895

DECRETO Nº 2539, DE 06 DE JANEIRO DE 2020.

Abre crédito suplementar adicional por conta do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2019 no valor de R\$ 659.931,53 no Orçamento do Município de Arabutã.

OLGUIN RICARDO METZ, Prefeito em Exercício do Município de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e nos termos das Leis 955 de 30 de outubro de 2019, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2020 – LDO e dá outras providências, e 958 de 30 de dezembro de 2019, que estima a Receita e Fixa a Despesa, do Município de Arabutã - SC, para o exercício de 2020 – LOA, combinado com o inciso I, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o seguinte crédito adicional suplementar:

Órgão	13	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
Unidade	01	Diretoria de Educação		
Projeto Atividade	1.012	Infraestrutura Predial - Educação Infantil		
Modalidade	174	449000000000000030190	Aplicações Diretas	85.211,12
Órgão	16	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO		
Unidade	01	Diretoria de Infraestrutura e Urbanismo		
Projeto Atividade	2.110	Ações de Saneamento Básico Municipal		
Modalidade	177	3393000000000000030000	Aplicações Diretas	4.200,00
Órgão	16	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO		
Unidade	02	Gerência de Transportes Rodoviários		
Projeto Atividade	1.105	Pavimentação da Rodovia de Acesso ao Distrito de Nova Estrela		
Modalidade	172	4490000000000000030000	Aplicações Diretas	570.520,41
TOTAL				659.931,53

Art. 2º Os créditos adicionais suplementar constante do art. 1º da presente Lei será aberto por conta do provável excesso de arrecadação na fonte específica:

Fonte Financiadora: Superávit:

Descrição da Fonte: 0.3.0190 – MDE Superávit Financeiro R\$ 85.211,12

Descrição da Fonte: 0.3.0000 – Superávit Financeiro Recursos não Vinculados R\$ 574.720,41

TOTAL R\$ 659.931,53

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã - SC, 06 de janeiro de 2020.

Olguin Ricardo Metz
Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e Publica-se
Em, 06 de janeiro de 2020.

Jaíne Walmann da Silva
Responsável Pelas Publicações

2540

Publicação Nº 2309894

DECRETO Nº 2540, DE 06 DE JANEIRO DE 2020.

Abre crédito suplementar adicional por conta do provável Excesso de Arrecadação no valor de R\$ 2.682.081,64 no Orçamento do Município de Arabutã.

OLGUIN RICARDO METZ, Prefeito em Exercício do Município de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e nos termos das Leis 955 de 30 de outubro de 2019, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2020 – LDO e dá outras providências, e 958 de 30 de dezembro de 2019, que estima a Receita e Fixa a Despesa, do Município de Arabutã - SC, para o exercício de 2020 – LOA, combinado com o inciso I, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o seguinte crédito adicional suplementar:

Órgão	15	SECRETARIA MUN. AGRIC. IND. COM. SERV. E MEIO AMB.		
Unidade	01	Setor dos Prog. Ações e Ativ. da Agric. e Pecuária		
Projeto Atividade	1.019	Aquisição de Veículos Máquinas, Equipamentos e Implem. Agrícolas		
Modalidade	175	449000000000000000010881	Aplicações Diretas	400.000,00
Órgão	16	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO		
Unidade	02	Gerência de Transportes Rodoviários		
Projeto Atividade	1.105	Pavimentação da Rodovia de Acesso ao Distrito de Nova Estrela		
Modalidade	173	449000000000000000010342	Aplicações Diretas	2.282.081,64
TOTAL				2.682.081,64

Art. 2º Os créditos adicional suplementar constante do art. 1º da presente Lei será aberto por conta do provável excesso de arrecadação na fonte específica:

Fonte Financiadora: Excesso de Arrecadação:

Descrição da Fonte: 0.1.0881 – Convênio MAPA – Escavadeira Hidráulica R\$ 400.000,00

Descrição da Fonte: 0.1.0342 – Recursos Vinculados Operação de Crédito R\$ 2.282.081,64

TOTAL R\$ 2.682.081,64

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã - SC, 06 de janeiro de 2020.

Olguin Ricardo Metz
Prefeito Municipal em Exercício
Registra-se e Publica-se
Em, 06 de janeiro de 2020.

Jaíne Walmann da Silva
Responsável Pelas Publicações

2541

Publicação Nº 2309838

DECRETO Nº 2541, DE 06 DE JANEIRO DE 2020.

Abre crédito suplementar adicional por conta da anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de R\$ 640,00 no Orçamento do Município de Arabutã.

OLGUIN RICARDO METZ, Prefeito em Exercício do Município de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e nos termos das Leis 955 de 30 de outubro de 2019, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2020 – LDO e dá outras providências, e 958 de 30 de dezembro de 2019, que estima a Receita e Fixa a Despesa, do Município de Arabutã - SC, para o exercício de 2020 – LOA, combinado com o inciso I, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar:				
Órgão	15	SECRETARIA MUN. AGRIC. IND. COM. SERV. E MEIO AMB.		
Unidade	03	Setor de Meio Ambiente		

Projeto Atividade	2.101	Participação no Consórcio Lambari		
Modalidade	77	31710000000000000010000	Aplicações Diretas	550,00
Modalidade	78	33710000000000000010000	Aplicações Diretas	90,00
TOTAL				640,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar constante do art. 1º deste Decreto será aberto por conta da anulação parcial da seguinte dotação:

Órgão	15	SECRETARIA MUN. AGRIC. IND. COM. SERV. E MEIO AMB.		
Unidade	03	Setor de Meio Ambiente		
Projeto Atividade	2.101	Participação no Consórcio Lambari		
Modalidade	80	44710000000000000010000	Aplicações Diretas	640,00
TOTAL				640,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã - SC, 06 de janeiro de 2020.

Olguin Ricardo Metz
Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e Publica-se
Em, 06 de janeiro de 2020.

Jaíne Walmann da Silva
Responsável Pelas Publicações

2542

Publicação Nº 2309837

DECRETO Nº 2542, DE 06 DE JANEIRO DE 2020.

Abre crédito suplementar adicional por conta de anulação parcial de dotação orçamentária no valor de R\$ 6.000,00 no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde.

OLGUIN RICARDO METZ, Prefeito em Exercício do Município de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e nos termos das Leis 955 de 30 de outubro de 2019, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2020 – LDO e dá outras providências, e 958 de 30 de dezembro de 2019, que estima a Receita e Fixa a Despesa, do Município de Arabutã - SC, para o exercício de 2020 – LOA, combinado com o inciso I, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar:				
Órgão	09	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
Unidade	01	Fundo Municipal de Saúde - FMS		
Projeto Atividade	2.078	Serviços Médicos Hosp. Ambulatorial Especializados e Diagnóstico		
Modalidade	33	3171000000000000010121	Aplicações Diretas	664,00
Modalidade	34	3371000000000000010121	Aplicações Diretas	5.336,00
TOTAL				6.000,00

Art. 2º Os créditos adicionais suplementar constante do art. 1º deste Decreto será aberto por conta da anulação parcial da seguinte dotação:

Órgão	09	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
Unidade	01	Fundo Municipal de Saúde - FMS		
Projeto Atividade	2.078	Serviços Médicos Hosp. Ambulatorial Especializados e Diagnóstico		
Modalidade	35	33900000000000000010121	Aplicações Diretas	6.000,00
TOTAL				6.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã - SC, 06 de janeiro de 2020.

Olguin Ricardo Metz
Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e Publica-se
Em, 06 de janeiro de 2020.

Jaíne Walmann da Silva
Responsável Pelas Publicações

2543

Publicação Nº 2309836

DECRETO Nº 2543, DE 06 DE JANEIRO DE 2020.

Abre crédito suplementar adicional por conta do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2019 no valor de R\$ 100.000,00 no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde.

OLGUIN RICARDO METZ, Prefeito em Exercício do Município de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e nos termos das Leis 955 de 30 de outubro de 2019, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2020 – LDO e dá outras providências, e 958 de 30 de dezembro de 2019, que estima a Receita e Fixa a Despesa, do Município de Arabutã - SC, para o exercício de 2020 – LOA, combinado com o inciso I, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o seguinte crédito adicional suplementar:

Órgão	09	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
Unidade	01	Fundo Municipal de Saúde - FMS		
Projeto Atividade	1.041	Aquisição de Mobiliário e Equipamentos - Atenção Básica		
Modalidade	52	4490000000000000030863	Aplicações Diretas	100.000,00
TOTAL				100.000,00

Art. 2º Os créditos adicionais suplementar constante do art. 1º da presente Lei será aberto por conta do provável excesso de arrecadação na fonte específica:

Fonte Financiadora: Superávit:

Descrição da Fonte: 0.3.0863 – Estruturação Atenção Básica 2018 Superávit Finan... R\$ 100.000,00

TOTALR\$ 100.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã - SC, 06 de janeiro de 2020.

Olguin Ricardo Metz
Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e Publica-se
Em, 06 de janeiro de 2020.

Jaíne Walmann da Silva
Responsável Pelas Publicações

2544

Publicação Nº 2309834

Decreto nº 2544, de 06 de janeiro de 2020.

ESTABELECE CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS, PARA O EXERCÍCIO 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Olguin Ricardo Metz, Prefeito em Exercício de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o Cronograma de Pagamentos dos fornecedores da Administração Municipal e fundos, para o exercício 2020, conforme segue:

Mês	Data
Janeiro	31/01/2020
Fevereiro	10/02/2020
	20/02/2020
	28/02/2020
Março	10/03/2020
	20/03/2019
	30/03/2020
Abril	09/04/2020
	20/04/2020
	30/04/2020
Maio	08/05/2020
	20/05/2019
	29/05/2020
Junho	10/06/2020
	19/06/2019
	30/06/2020
Julho	10/07/2020
	20/07/2020
	30/07/2020
Agosto	10/08/2020
	20/08/2020
	30/08/2020
Setembro	11/09/2020
	18/09/2020
	30/09/2020
Outubro	09/10/2020
	20/10/2020
	30/10/2020
Novembro	10/11/2020
	20/11/2020
	30/11/2020
Dezembro	10/12/2020
	18/12/2020
	29/12/2020

Art. 2º Fica estabelecido o Cronograma de Pagamentos da Folha dos Servidores Públicos Municipais, para o exercício de 2020, em todos os meses do ano, conforme segue:
- último dia útil do mês.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arabutã SC – 06 de janeiro de 2020.

Olguin Ricardo Metz
Prefeito em Exercício

Registrado e publicado em data supra.
Jaíne Walmann da Silva
Responsável Pelas Publicações

CHAMAMENTO 01/2020

Publicação Nº 2309584

O MUNICÍPIO DE ARABUTÃ - SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Lauro Muller, 210- Centro inscrito no CNPJ sob o Nº 95.995.221/0001-53, neste ato representada pelo prefeito em exercício Olguin Ricardo Metz, observadas as normas estabelecidas na Lei Federal 13.019/2014, torna público o Edital de Chamamento Público destinado à seleção de organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, para entabulação de parceria com o Município de Arabutã para realização de projetos que promovam o desenvolvimento sustentável, melhorias nos sistemas produtivo, fortalecimento do associativismo para as famílias de agricultores e comunidades rurais, mecanização rural. Recebimento dos envelopes nº 1 e 2: até 08h30 do dia 18/02/2020. Abertura: às 08h45 do dia 18/02/2020. Local: Protocolo Central da Prefeitura de Arabutã. Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.arabuta.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Avenida Lauro Muller, 210, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3448-0048.
Arabutã SC, 13 de janeiro de 2020
Olguin Ricardo Metz-Prefeito em Exercício

DL 01/2020

Publicação Nº 2310818

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2020

O Prefeito Municipal, em exercício, torna público que ratificou o ato Senhor Douglas Braun, Diretor de Agricultura, que declarou dispensável a licitação, em conformidade com o Inciso XXX do artigo 24 da Lei nº 8.666/93, Processo nº 003/2020, que tem por objeto a contratação dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural contendo as ações descritas no Plano anual de trabalho (PAT), junto a Empresa de Pesquisa Agropecuária E Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI, visando promover o desenvolvimento de todo o setor de agricultura familiar no Município, em favor da Empresa de Pesquisa Agropecuária E Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI, no valor total de R\$ 42.126,36(quarenta e dois mil cento e vinte e seis reais e trinta e seis centavos), com vigência até 31/12/2020. Arabutã SC, 13 de janeiro de 2020.

OLGUIN RICARDO METZ

Prefeito Municipal, em Exercício

DL 02/2020

Publicação Nº 2310819

MUNICÍPIO E ARABUTÃ- SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2020

O Prefeito Municipal, em exercício, torna público que ratificou o ato do CLEITON JAIR LERMEN, Secretário de Saúde, que declarou dispensável a licitação, nos Inciso IV, do Artigo 24, da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, para Contratação Emergencial de serviços especializados na área Exames Laboratoriais especificados, com a empresa GÊNESE – ANÁLISES CLÍNICAS SOCIEDADE SIMPLES LTDA, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 07.171.451/0001-30, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

Arabutã SC, 13 de janeiro de 2020.

OLGUIN RICARDO METZ

Prefeito em Exercício

PORTARIA 018/2020

Publicação Nº 2309637

PORTARIA Nº 018/2020

DESIGNA SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Olguin Ricardo Metz, Prefeito em Exercício de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR, a servidora GLAUCIA POTTRATZ, inscrita no CPF sob nº. 053.825.249-98, ocupante do cargo de Diretora de Administração e Fazenda para exercer a função de responsável pelas Publicações dos Atos Administrativos expedidos pela Municipalidade, bem como pela afixação dos mesmos junto ao Mural Público.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário em especial os termos da portaria nº 320 de 20 de dezembro de 2019, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 13 de janeiro de 2020.

OLGUIN RICARDO METZ

Prefeito em Exercício

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glauca Pottratz

Responsável pela publicação

PORTARIA 019/2020

Publicação Nº 2309640

PORTARIA Nº 019/2020

SUSPENDE FÉRIAS DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Olguin Ricardo Metz, Prefeito em Exercício de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art. 1º. SUSPENDER, a partir de 13 de janeiro de 2020, as férias concedidas por meio da Portaria nº. 360/2019, de 23 de dezembro de 2019, do servidor JACKSON LUIZ SPELLMEIER, inscrito no CPF sob nº. 732.385.119-04, ocupante do cargo de Consultor Jurídico, sendo que 20 dias restantes serão gozados em época oportuna.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 13 de janeiro de 2020.

OLGUIN RICARDO METZ

Prefeito em Exercício

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

PORTARIA 020/2020

Publicação Nº 2310039

PORTARIA Nº 020/2020

DESIGNA SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Olguin Ricardo Metz, Prefeito em Exercício de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei; Considerando a necessidade de autoridade Municipal de Trânsito exigido pela LC nº206 de 23 de março de 2018;

Resolve:

Art. 1º. DESIGNAR a partir de 01 de janeiro de 2020 com base no art.17 da Lei Complementar nº206 de 23 de março de 2018 a servidora DANIELA LAMB, inscrita no CPF sob nº. 033.055.019-52, ocupante do cargo de Técnico de Esportes, para a função de Autoridade Municipal de Trânsito.

Art. 2º Os efeitos desta portaria retroagem a data de 01 de janeiro de 2020.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Arabutã/SC, 13 de janeiro de 2020.

OLGUIN RICARDO METZ

Prefeito em Exercício

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

PORTARIA 021/2020

Publicação Nº 2310040

PORTARIA Nº 021/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Olguin Ricardo Metz, Prefeito em Exercício de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora BIANCA DANUSA PETRY, inscrita no CPF sob nº. 100.465.709-93, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Creche, férias referentes ao aquisitivo de 03 de fevereiro de 2018 a 02 de fevereiro de 2019, para serem gozadas no período de 15 de janeiro a 13 de fevereiro de 2020.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 13 de janeiro de 2020.

OLGUIN RICARDO METZ
Prefeito em Exercício

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz
Responsável pela publicação.

CONTRATO SAUDE 12/2019

Publicação Nº 2309927

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos - Mês: Dezembro/2019

Contratado: VANIA BRATTI
CNPJ: 35.281.242/0001-85
Modalidade: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Número da Licitação: 8/2019 Número do Processo: 83/2019 Outra Entidade: Sim
Número do Contrato ou Aditivo: 061/2019 1ºAdt
Fundamento Legal:
Objeto: CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES

2.1. Ao valor total de R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais), fica acrescida a quantia de R\$ 3.360,00 (Três mil, trezentos e sessenta reais), passando o valor total do contrato a ser de R\$ 16.860,00.

Data da Assinatura: 10/12/2019
Data da Publicação no Diário Oficial: 10/12/2019
Vigência: 10/12/2019 Término: 31/12/2019
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 3.360,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: Digimaq Multimarcas Com. de Maquinas e Sup. Ltda
CNPJ: 01.974.813/0001-45
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 95/2017 Número do Processo: 111/2017 Outra Entidade: Sim
Número do Contrato ou Aditivo: 009/2018 6ºAdt
Fundamento Legal:
Objeto: Fica reajustado em 5,3598% o valor da prestação do objeto deste contrato, de acordo com a variação do índice do IGP-DI (Índice Geral de Preço-Disponibilidade Interna) calculado e publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV acumulado no período de 12 (doze) meses com base do mês de outubro/2019, ficando os itens com os seguintes valores:

Data da Assinatura: 19/12/2019
Data da Publicação no Diário Oficial: 19/12/2019
Vigência: 01/01/2020 Término: 31/12/2020
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 10.336,20 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 05.531.725/0001-20
Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO
Número da Licitação: 2/2019 Número do Processo: 39/2019 Outra Entidade: Sim
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 076/19 1ºAdt
Fundamento Legal:
Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1. Ficam reajustados os valores unitários do Item 150 (Dipirone 500mg/ml 2ml) nos seguintes termos:

a) Reequilíbrio Econômico-financeiro no Item 150 - (Dipirone 500mg/ml 2ml), passando o preço unitário de R\$ 0,40 (quarenta centavos) por unidade, para R\$ 0,487 (Quatrocentos e oitenta e sete centavos) por unidade

Data da Assinatura: 26/12/2019
Data da Publicação no Diário Oficial: 26/12/2019
Vigência: 26/12/2019 Término: 15/07/2020
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 0,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 12.889.035/0001-02
Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO
Número da Licitação: 2/2019 Número do Processo: 39/2019 Outra Entidade: Sim
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 073/19 1ºAdt
Fundamento Legal:
Objeto: 1.1. Fica acrescido o seguinte item:
252 9.000,00 COMP PREDNISONA 5 MG 0,06 540,00
Total 540,00

Data da Assinatura: 30/12/2019
Data da Publicação no Diário Oficial: 30/12/2019
Vigência: 30/12/2019 Término: 15/07/2020
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 540,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

CONTRATOS ADM 12/2019

Publicação Nº 2309920

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos - Mês: Dezembro/2019

Contratado: Digimaq Multimarcas Com. de Maquinas e Sup. Ltda
CNPJ: 01.974.813/0001-45
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 95/2017 Número do Processo: 111/2017 Outra Entidade: Não
Número do Contrato ou Aditivo: 009/2019 5ºAdt
Fundamento Legal:
Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES
2.1 Fica acrescido as seguintes quantidades:
Item 01: 33.000ser - Serviço de impressão, através de locação de Multifuncional a laser.
Item 02: 2.000ser - Serviço de impressão, CÓPIA COLOR, através de locação de equipamentos Multifuncional Color

Data da Assinatura: 05/12/2019
Data da Publicação no Diário Oficial: 05/12/2019
Vigência: 05/12/2019 Término: 31/12/2019
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 2.428,70 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: ODILA GRANDO - ME
CNPJ: 03.523.498/0001-65
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 51/2019 Número do Processo: 70/2019 Outra Entidade: Não
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 123/19 1ºAdt
Fundamento Legal:
Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES 1.1. Ficam reajustados os valores unitários do Item 01 (Carne bovina) em 25,8992% e do Item 03 (Carne suína) 26% nos seguintes termos:
a) Reequilíbrio Econômico-financeiro no Item 01 - Carne Bovina, passando o preço unitário de R\$ 19,99, para R\$ 25,17;
b) Reequilíbrio Econômico-financeiro no Item 03 - Carne suína, passando o preço unitário de R\$ 10,99, para R\$13,85.

Data da Assinatura: 04/12/2019
Data da Publicação no Diário Oficial: 04/12/2019
Vigência: 04/12/2019 Término: 03/10/2020
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 0,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: ODILA GRANDO - ME
CNPJ: 03.523.498/0001-65
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 14/2019 Número do Processo: 20/2019 Outra Entidade: Não
Número do Contrato ou Aditivo: Ata 032/19 1ºAdt
Fundamento Legal:
Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES 1.1. Ficam reajustados os valores unitários do Item 16 (Carne bovina magra) em 29% e do Item 17 (Carne suína) 40% nos seguintes termos:
a)Reequilíbrio Econômico-financeiro no Item 16 - Carne Bovina magra, passando o preço unitário de R\$ 18,80, para R\$ 24,25;
b)Reequilíbrio Econômico-financeiro no Item 17 - Carne suína, passando o preço unitário de R\$ 9,48, para R\$13,27

Data da Assinatura: 04/12/2019
Data da Publicação no Diário Oficial: 04/12/2019
Vigência: 04/12/2019 Término: 13/03/2020
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 0,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: ANGONESE & PICININI CONTABILIDADE E ASSESSORIA LTD
CNPJ: 07.874.478/0001-90
Modalidade: TOMADA DE PREÇO P/ COMPRAS E SERVIÇOS
Número da Licitação: 1/2017 Número do Processo: 7/2017 Outra Entidade: Não
Número do Contrato ou Aditivo: 033/2017 3ºAdt
Fundamento Legal:
Objeto: CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E DO PRAZO PARA A EXECUÇÃO
Dos prazos, do contrato primitivamente celebrado entre as partes fica prorrogada a sua vigência, para o período compreendido entre 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020.
CLÁUSULA SEGUNDA CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL E CONDIÇÕES
Fica reajustado em 3,2808% o valor da prestação do objeto deste contrato, de acordo com a variação do índice do IGP-DI (Índice Geral de Preço-Disponibilidade Interna) calculado e

Data da Assinatura: 04/12/2019
Data da Publicação no Diário Oficial: 04/12/2019
Vigência: 01/01/2020 Término: 31/12/2020
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 115.261,32 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: FAEE Suprimentos e Locação de Sistemas Ltda
CNPJ: 07.753.029/0001-93
Modalidade: null
Número da Licitação: 0/0 Número do Processo: null/null Outra Entidade: Não
Número do Contrato ou Aditivo: 091/2018 1ºAdt
Fundamento Legal:
Objeto: CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS I De Vigência - do contrato primitivamente celebrado entre as partes fica prorrogada a sua vigência, para o período compreendido entre 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020.
Fica reajustado em 3,2808% o valor da prestação do objeto deste contrato, de acordo com a variação do índice do IGP-DI (Índice Geral de Preço-Disponibilidade Interna) calculado e publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV acumulado no período de 12 (doze) meses com base do mês de out

Data da Assinatura: 06/12/2019
Data da Publicação no Diário Oficial: 06/12/2019
Vigência: 01/01/2020 Término: 31/12/2020
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 4.957,44 Forma de Pagamento: Conforme croograma de pagamentos

Contratado: ABREU & ABREU SERVICOS EIRELI

CNPJ: 14.100.924/0001-74

Modalidade: null

Número da Licitação: 0/0 Número do Processo: null/null Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 066/2019

Fundamento Legal:

Objeto: Realizar a pintura em esmalte sintético semi brilho em madeira ou metal (cor conforme a escolha da solicitante), com no mínimo 02 de mãos em portas, janelas e grades das janelas, sendo as duas primeiras internamente e externamente e a segunda somente externamente; pintura com tinta acrílica premium ou superior, nas paredes da parte externa da escola com no mínimo duas de mãos e colocação de uma placa de obra em chapa de aço galvanizado no PRÉ ESCOLAR CINDERELA

Data da Assinatura: 09/12/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 09/12/2019

Vigência: 09/12/2019 Término: 27/12/2019

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 10.177,57 Forma de Pagamento: conforme cronograma

Contratado: AUTO POSTO ZANETTI LTDA - EPP

CNPJ: 20.897.131/0001-20

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 80/2018 Número do Processo: 110/2018 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: Ata 005/19 14Adt

Fundamento Legal:

Objeto: Ficam reajustados os valores unitários nos seguintes termos:

a)Item 01 - Gasolina Comum, passando o preço unitário de R\$ 4,50 (quatro reais e cinquenta centavos) por litro para R\$ 4,56 (quatro reais e cinquenta e seis centavos) por litro;

b) Item 02 - Diesel S500, passando o preço unitário de R\$ 3,79 (três reais e setenta e nove centavos) por litro para R\$ 3,80 (três reais e oitenta centavos) por litro;

c)Item 03 - Diesel S10, passando o preço unitário de R\$ 3,82 por litro para R\$ 4,00

Data da Assinatura: 11/12/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 11/12/2019

Vigência: 11/12/2019 Término: 17/01/2020

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 0,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: VIVEIRO FLORESTAL DOIS IRMAOS LTDA

CNPJ: 21.829.495/0001-36

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 63/2019 Número do Processo: 87/2019 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: Ata 137/2019

Fundamento Legal:

Objeto: Aquisição de 10.000 Mudas de Erva Mate Nativa (com alto potencial de produtividade, produzidas com sementes nativas, produzidas com tubetes, altura de parte aérea com no mínimo 15 cm e 6 folhas, caule com diâmetro superior a 2,0mm, tronco reto, livre de pragas e doenças.

Data da Assinatura: 11/12/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 11/12/2019

Vigência: 11/12/2019 Término: 10/12/2020

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 12.800,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: BC AGRO COMERCIO DE SEMENTES EIRELI

CNPJ: 29.220.447/0001-58

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 63/2019 Número do Processo: 87/2019 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: Ata 138/2019

Fundamento Legal:**Objeto:** Aquisição de mudas e grama**Data da Assinatura:** 11/12/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 11/12/2019**Vigência:** 11/12/2019 **Término:** 10/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora/Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:**Gestão/Número:** / Nr.:**Número do Empenho:****Valor:** 15.630,00 **Forma de Pagamento:** Conforme cronograma de pagamentos**Contratado:** MOACIR FORNARI E FILHOS LTDA**CNPJ:** 85.206.811/0001-04**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 64/2019 **Número do Processo:** 88/2019 **Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** Ata 139/2019**Fundamento Legal:****Objeto:** Serviço de Mão de obra tornearia e de HORA DE FRESA.**Data da Assinatura:** 11/12/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 11/12/2019**Vigência:** 11/12/2019 **Término:** 10/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora/Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:**Gestão/Número:** / Nr.:**Número do Empenho:****Valor:** 33.380,00 **Forma de Pagamento:** Conforme cronograma de pagamentos**Contratado:** TORNEARIA ARABUTA LTDA - ME**CNPJ:** 85.406.858/0001-03**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 64/2019 **Número do Processo:** 88/2019 **Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** Ata 140/2019**Fundamento Legal:****Objeto:** Serviço de Mão de obra tornearia e de HORA DE FRESA.**Data da Assinatura:** 11/12/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 11/12/2019**Vigência:** 11/12/2019 **Término:** 10/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora/Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:**Gestão/Número:** / Nr.:**Número do Empenho:****Valor:** 34.370,00 **Forma de Pagamento:** Coforme cronograma de pagamentos**Contratado:** MASTER ASSESSORIA E TREINAMENTO LTDA - ME**CNPJ:** 18.715.826/0001-00**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 61/2019 **Número do Processo:** 85/2019 **Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** Ata 141/2019**Fundamento Legal:****Objeto:** Contratação de empresa para realização de serviços relacionados à medicina do trabalho**Data da Assinatura:** 11/12/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 11/12/2019**Vigência:** 11/12/2019 **Término:** 10/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora/Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:**Gestão/Número:** / Nr.:**Número do Empenho:****Valor:** 28.050,00 **Forma de Pagamento:** Conforme cronograma de pagamentos**Contratado:** BRITAX BRITAGEM E CONSTRUCOES LTDA**CNPJ:** 21.157.133/0001-46**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 60/2019 **Número do Processo:** 84/2019 **Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** Ata 142/2019**Fundamento Legal:**

Objeto: Aquisição de 1.000 m3 de Brita Mista; 2.000 m3 de Brita nº 01 e 1.000 m3 de Brita nº 02.

Data da Assinatura: 11/12/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 11/12/2019

Vigência: 11/12/2019 Término: 10/12/2020

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 163.000,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: KERBERMIX MINERACAO ERECHIM LTDA

CNPJ: 16.941.208/0001-45

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 60/2019 Número do Processo: 84/2019 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: Ata 143/2019

Fundamento Legal:

Objeto: Aquisição de 5.000 m3 de Pedra 0/Pedrisco; 500 m3 de Pedra Graduada; 500 m3 de Pedra Maroadada e 500 m3 de Pó de Brita..

Data da Assinatura: 11/12/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 11/12/2019

Vigência: 11/12/2019 Término: 10/12/2020

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 277.950,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: AUTO POSTO ZANETTI LTDA - EPP

CNPJ: 20.897.131/0001-20

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 80/2018 Número do Processo: 110/2018 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: Ata 005/19 15Adt

Fundamento Legal:

Objeto: Reequilíbrio Econômico-financeiro no Item 03 - Diesel S10, passando o preço unitário de R\$ 3,82 (três reais e oitenta e dois centavos) por litro para R\$ 3,90 (três reais e noventa centavos) por litro.

Data da Assinatura: 17/12/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 17/12/2019

Vigência: 17/12/2019 Término: 17/01/2020

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 0,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: PG COMUNICACAO LTDA

CNPJ: 15.503.398/0001-56

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 79/2018 Número do Processo: 109/2018 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 002/2019 1ºAdt

Fundamento Legal:

Objeto: Do contrato primitivamente celebrado entre as partes fica prorrogada a sua vigência da data de 08 de Janeiro de 2020 até 07 de Janeiro de 2021.

Fica reajustado em 3,27% o valor da prestação do objeto deste contrato, de acordo com a variação do Índice de Preços do consumidor Amplo - IPCA/ IBGE, acumulado no período de 12 (doze) meses, passando o valor total anual de R\$ 21.600,00 (Vinte e um mil e seiscentos reais) para R\$ 22.306,32 (Vinte e dois mil, trezentos e seis reais e trinta e dois centavos)

Data da Assinatura: 19/12/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 19/12/2019

Vigência: 08/01/2020 Término: 07/01/2021

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 22.306,32 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: CRI COLETA E INDUSTRIALIZACAO DE RESIDUOS LTDA

CNPJ: 00.239.339/0001-45

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 105/2017 Número do Processo: 122/2017 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 010/2018 3ºAdt

Fundamento Legal:

Objeto: Dos prazos, do contrato primitivamente celebrado entre as partes fica prorrogada a sua vigência, para o período compreendido entre 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020.

Fica reajustado em 5,3598% o valor da prestação do objeto deste contrato, de acordo com a variação do IGP-DI/ FGV, acumulado no período de 12 (doze) meses com base o mês de novembro de 2019, passando o valor total anual de R\$ 369.495,00 (Trezentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e noventa e cinco reais) para R\$ 38

Data da Assinatura: 19/12/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 19/12/2019

Vigência: 01/01/2020 Término: 31/12/2020

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 389.299,20 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: RADIO ALIANCA LTDA - EPP

CNPJ: 75.787.630/0001-57

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 66/2017 Número do Processo: 72/2017 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 067/2017 4ºAdt

Fundamento Legal:

Objeto: Dos prazos, do contrato primitivamente celebrado entre as partes fica prorrogada a sua vigência, para o período compreendido entre 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020.

Fica reajustado em 5,3598% o valor da prestação do objeto deste contrato, de acordo com a variação do IGP-DI/ FGV, acumulado no período de 12 (doze) meses, passando o valor total anual de R\$ 8.469,84 (Oito mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e oitenta e quatro centavos) para R\$ 8.923,80 (Oito mil, novecentos e vi

Data da Assinatura: 19/12/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 19/12/2019

Vigência: 01/01/2020 Término: 31/12/2020

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 8.923,80 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: Digimaq Multimarcas Com. de Maquinas e Sup. Ltda

CNPJ: 01.974.813/0001-45

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 95/2017 Número do Processo: 111/2017 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 009/2018 6ºAdt

Fundamento Legal:

Objeto: Fica reajustado em 5,3598% o valor da prestação do objeto deste contrato, de acordo com a variação do índice do IGP-DI (Índice Geral de Preço-Disponibilidade Interna) calculado e publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV acumulado no período de 12 (doze) meses com base do mês de outubro/2019, ficando os itens com os seguintes valores:

Data da Assinatura: 19/12/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 19/12/2019

Vigência: 01/01/2020 Término: 31/12/2020

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:

Gestão/Número: / Nr.:

Número do Empenho:

Valor: 46.354,40 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Contratado: SENFFNET LTDA

CNPJ: 03.877.288/0001-75

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 5/2015 Número do Processo: 7/2015 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 13/2015 6ºAdt

Fundamento Legal:

Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação de prazo, ficando o prazo de vigência da data de 01 de janeiro de 2020 até 31 de janeiro de 2020.

Data da Assinatura: 17/12/2019
Data da Publicação no Diário Oficial: 17/12/2019
Vigência: 01/01/2020 Término: 31/01/2020
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 0,00 Forma de Pagamento:

Contratado: CONSORCIO DE INFORMATICA NA GESTAO PUBLICA MUNICIP
CNPJ: 09.427.503/0001-12

Modalidade: null

Número da Licitação: 0/0 Número do Processo: null/null Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 095/2017 2ºAdt

Fundamento Legal:

Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

Dos prazos, do contrato primitivamente celebrado entre as partes fica prorrogada a sua vigência, para o período compreendido entre 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020, Conforme Comunicado Interno advindo da Diretoria de Administração e Fazenda.

Data da Assinatura: 19/12/2019
Data da Publicação no Diário Oficial: 19/12/2019
Vigência: 01/01/2020 Término: 31/12/2020
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA / Nr.:
Gestão/Número: / Nr.:
Número do Empenho:
Valor: 4.200,00 Forma de Pagamento: Conforme cronograma de pagamentos

Arroio Trinta

PREFEITURA

TERMO DE ADITIVO Nº 0004/2019 AO CONTRATO Nº 0002/2016 (IPREARROIO)

Publicação Nº 2310544

TERMO ADITIVO Nº 0004/2019 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 0002/2016, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0001/2016, TOMADA DE PREÇOS Nº 0001/2016. QUE CELEBRAM O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA – IPREARROIO E KRAUSE CONSULTORES ASSOCIADOS S/S LTDA

Pelo presente TERMO ADITIVO, O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA – IPREARROIO, inscrito no CNPJ sob nº 03.548.627/0001-70, com endereço na Rua XV de Novembro, 26, Centro, no Município de Arroio Trinta - SC, neste ato representada por seu Diretor-Executivo, o Senhor JOÃO MARCOS FERRONATO, Brasileiro, casado, Servidor Municipal, Portador do CPF sob nº: 052.490.069-81 e RG 4.948.174, residente e domiciliado na Rua Félix Antônio Spricigo, 351, Centro de Arroio Trinta – SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e KRAUSE CONSULTORES ASSOCIADOS S/S LTDA, com sede na Rua Adolfo Melo, 35, Sl. 1102, Centro, Florianópolis – SC, registrada no CNPJ nº 03.448.633/0001-55 neste ato representada por seu representante legal Sra. ANDREIA CRISTINE KRAUSE, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Processo Licitatório nº 0001/2016, TOMADA DE PREÇOS nº 0001/2016, homologado em 31/08/2016, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 8.666, de 21/06/93 e suas alterações posteriores, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente Termo Aditivo de acordo com os Arts. 65, Inciso II, alínea “d” e Art. 57, § 1º Inciso II, da Lei 8.666/93, para nele promover as seguintes alterações:

CLAUSULA ADITIVA PRIMEIRA – Fica aditivado o prazo do contrato nº 0002/2016, por mais 12(doze) meses, ou seja, de 1º/01/2020 a 31/12/2020, podendo ser renovado em comum acordo entre as partes e em conformidade com a Legislação pertinente.

CLAUSULA ADITIVA SEGUNDA – O valor mensal dos serviços a partir de 1º de janeiro de 2020, será de R\$3.193,28(TRÊS MIL, CENTO E NOVENTA E TRÊS REAIS E VINTE E OITO CENTAVOS), perfazendo um total de R\$38.319,36(TRINTA E OITO MIL, TREZENTOS E DEZENOVE REAIS E TRINTA E SEIS CENTAVOS).

8.2. (...)

CLAUSULA ADITIVA TERCEIRA As demais cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

E Por assim estarem justos e contratados, assinam o presente Termo Aditivo m 3(três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Arroio Trinta – SC, 19 de dezembro de 2019.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - IPREARROIO

CNPJ 03.548.627/0001-70

JOÃO MARCOS FERRONATO

Diretor Executivo

Contratante

KRAUSE CONSULTORES ASSOCIADOS S/S LTDA

CNPJ nº 03.448.633/0001-55

ANDREA CRISTINE KRAUSE

Contratada

TESTEMUNHAS:

RONIVAN BRANDALISE EVERTON CAMPAGNIN

CPF: 027.783.989-02 CPF: 715.611.619-34

AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAR TERMO ADITIVO

JOÃO MARCOS FERRONATO, Diretor Executivo do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - IPREARROIO, autorizo, através do presente, em conformidade com a Lei 8.666/93, a celebração de Termo Aditivo para aditar prazo por mais 12(doze) meses, ou seja de 1º/01/2020 a 31/12/2020, bem como aplicar o índice de reajuste (INPC) 3,3668%, com correção do valor, conforme tabela anexa, referente contrato nº 0002/2016, celebrado com a empresa KRAUSE CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA.

Arroio Trinta – SC, 19 de dezembro de 2019.

JOÃO MARCOS FERRONATO

Diretor Executivo

Mês/ano	Índice do mês (em %)	Índice acumulado no ano (em %)	Índice acumulado nos últi- mos 12 meses (em %)	Número índice acumulado a partir de Jan/93
Nov/2019	0,54	3,2223	3,3668	1.394,0636

Out/2019	0,04	2,6679	2,5546	1.386,5761
Set/2019	-0,05	2,6268	2,9236	1.386,0217
Ago/2019	0,12	2,6782	3,2840	1.386,7151
Jul/2019	0,10	2,5551	3,1602	1.385,0530
Jun/2019	0,01	2,4526	3,3148	1.383,6693
Mai/2019	0,15	2,4424	4,7818	1.383,5310
Abr/2019	0,60	2,2890	5,0747	1.381,4588
Mar/2019	0,77	1,6789	4,6674	1.373,2195
Fev/2019	0,54	0,9019	3,9403	1.362,7265
Jan/2019	0,36	0,3600	3,5681	1.355,4073
Dez/2018	0,14	3,4340	3,4340	1.350,5453
Nov/2018	-0,25	3,2893	3,5579	1.348,6572

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0003/2020

Publicação Nº 2309648

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTAProcesso Administrativo Nº 0007/2020 - DL
Dispensa por Justificativa Nº 0003/2020 - DL**TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

O Prefeito de Arroio Trinta, senhor Claudio Spricigo, considerando a decisão proferida pela Comissão designada através do Decreto nº 1948, bem como o parecer favorável emitido pela assessoria jurídica, e tendo constatado que o procedimento atendeu à legislação pertinente em toda sua tramitação, com fundamento no Art. 43º, VI da Lei 8.666/93, resolve:

RATIFICAR a presente Dispensa por Justificativa, do tipo Menor preço Por item, embasada no Art. 24, inc. II da Lei 8.666/93 e tendo como objeto Aquisição de peças necessárias para realizar manutenção corretiva do eixo do Caminhão Ford Cargo 1319 ano 2014, utilizado no atendimento das necessidades da Secretaria de Infraestrutura., nestes termos:

Proponentes que apresentaram o menor preço e seus respectivos itens:

1773 - MECANICA AUTO PEÇAS TRENTIN LTDA ME (82.756.164/0001-08)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	33851 - 000995 SEMI-EIXO TRAS/VWC/CARGO DIF-240 C1-D7	Un	1	1.178,90	1.178,90
2	33852 - 018333 JUNTA SEMI EIXO VW 12180/14150/14200 C5-D2	Un	2	7,42	14,84
3	33853 - 032985 SILICONE ESPECIAL 100G/70ML CINZA DIRKO C4-H2	Un	1	41,35	41,35
1.235,09				1.235,09	

Emita-se a nota de empenho ou, sendo o caso, o respectivo contrato, publicando-se em seguida.
Arroio Trinta - SC, 13 de janeiro de 2020.

Claudio Spricigo.
Prefeito de Arroio Trinta.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0004/2020

Publicação Nº 2310409

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTAProcesso Administrativo Nº 0008/2020 - DL
Dispensa por Justificativa Nº 0004/2020 - DL**TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

O Prefeito de Arroio Trinta, senhor Claudio Spricigo, considerando a decisão proferida pela Comissão designada através do Decreto nº 1948, bem como o parecer favorável emitido pela assessoria jurídica, e tendo constatado que o procedimento atendeu à legislação pertinente em toda sua tramitação, com fundamento no Art. 43º, VI da Lei 8.666/93, resolve:

RATIFICAR a presente Dispensa por Justificativa, do tipo Menor preço Por item, embasada no Art. 24, inc. II da Lei 8.666/93 e tendo como objeto Contratação de serviços de concertos, revisões, soldas e lubrificações, afim de realizar recuperação de diversos instrumentos musicais

utilizados pela Banda Municipal, para atendimento das necessidades da Secretaria de Cultura do Município de Arroio trinta., nestes termos:
Proponentes que apresentaram o menor preço e seus respectivos itens:

494 - CLARINS INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA (00.689.008/0001-07)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	31533 - Clarinete Weril - 88050015 Troca de 3 cortiças, conserto de vazamentos, limpeza e lubrificação.	SV	2	300,00	600,00
2	31536 - Clarinete Weril - B21053 Troca de 3 cortiças, troca de sapatilhas, limpeza e lubrificação.	SV	2	300,00	600,00
3	31538 - Clarinete Weril - J18874 Troca de calços, troca de sapatilhas, limpeza e lubrificação.	SV	1	350,00	350,00
4	33857 - Clarinete Weril Troca de 1 cortiça, troca de sapatilhas, limpeza e lubrificação	Un	1	300,00	300,00
5	33858 - Clarinete Cruzeiro Troca de 02 cortiças, troca de sapatilhas, limpeza e lubrificação	Un	1	300,00	300,00
6	31545 - Sax alto Weril SpectraB32639 Limpeza geral, regulação das chaves e lubrificação.	SV	2	300,00	600,00
7	31546 - Sax alto Weril 58420047 Limpeza geral, regulação das chaves e lubrificação.	SV	1	300,00	300,00
8	31547 - Sax tenor Weril Spectra II Limpeza geral, regulação das chaves, troca da cortiça do tudel, limpeza e lubrificação.	SV	2	300,00	600,00
9	31549 - Saxofone tenor Bentley 89150033 Sapatilhamento completo, limpeza e lubrificação.	SV	1	300,00	300,00
10	31550 - Saxofone tenor s/ nº Sapatilhamento completo, limpeza e lubrificação.	SV	1	300,00	300,00
11	33859 - Bombardino Weril 2 soldas, limpeza geral e lubrificação	Un	1	400,00	400,00
12	31552 - Bombardino Conn USA 372973 2 soldas, limpeza geral, desemperramento de curvas e lubrificação.	SV	1	450,00	450,00

13	33860 - Trompete Weril Master Limpeza geral, desemperramento de curvas e lubrificação	Un	1	250,00	250,00
14	31559 - Trompete Weril 1 solda, limpeza geral e lubrificação.	SV	1	250,00	250,00
15	31554 - Trompete Weril Regium Concert ET 9071 Limpeza geral e lubrificação.	SV	1	200,00	200,00
16	31555 - Flughorn 2 soldas, limpeza geral, desemperramento de curvas e lubrificação.	SV	1	300,00	300,00
17	33861 - Flauta Transversal Limpeza geral e lubrificação	Un	5	300,00	1.500,00
Total				7.600,00	

Emita-se a nota de empenho ou, sendo o caso, o respectivo contrato, publicando-se em seguida.

Arroio Trinta - SC, 13 de janeiro de 2020.
Claudio Spricigo.
Prefeito de Arroio Trinta.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0005/2020

Publicação Nº 2310513

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

Processo Administrativo Nº 0009/2020 - DL
Dispensa por Justificativa Nº 0005/2020 - DL

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Prefeito de Arroio Trinta, senhor Claudio Spricigo, considerando a decisão proferida pela Comissão designada através do Decreto nº 1948, bem como o parecer favorável emitido pela assessoria jurídica, e tendo constatado que o procedimento atendeu à legislação pertinente em toda sua tramitação, com fundamento no Art. 43º, VI da Lei 8.666/93, resolve:

RATIFICAR a presente Dispensa por Justificativa, do tipo Menor preço Por item, embasada no Art. 24, inc. II da Lei 8.666/93 e tendo como objeto Aquisição de larvicida biológico para distribuição aos agricultores do Município de Arroio Trinta, visando o controle da fauna nociva, como mosquitos e pernilongos, que representam risco à saúde pública, nestes termos:
Proponentes que apresentaram o menor preço e seus respectivos itens:

1839 - MM DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS VETERINARIOS LTDA (76.612.506/0001-13)

Item	Material	Unid.	Marca	Quant.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	3357 - Larvicida Biológico BTI (Bacillus Thuringiensis variedade Israelensis) AM65-52, com concentração de 1,2 % e potência de 1200 Bt UTI/MG Validade do produto: 24 meses a partir da data de fabricação, com no mínimo 80% da validade vigente a partir da entrega do produto. Galões de 10 litros. Possui registro na ANVISA	Un	Vectobac	20	129,00	2.580,00
Total (R\$):						2.580,00

Emita-se a nota de empenho ou, sendo o caso, o respectivo contrato, publicando-se em seguida.

Arroio Trinta - SC, 13 de janeiro de 2020.

Claudio Spricigo.
Prefeito de Arroio Trinta.

Balneário Arroio do Silva

PREFEITURA

CHAMAMENTO Nº 002/2020 - PROCESSO SELETIVO Nº 003/2018

Publicação Nº 2310272

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 002/2020

Data: 13 de janeiro de 2020.

Referente: EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 003/2018

Ementa: Convoca Candidatos aprovados aos cargos do Processo Seletivo Público nº 003/2018.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES, Prefeito do Município de Balneário Arroio do Silva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o resultado do Processo Seletivo Público nº 003/2018, homologado pelo Decreto nº 19, de 15 de fevereiro de 2019, considerando a necessidade da Secretaria Municipal e ainda a existência de vaga temporária, convoca os candidatos adiante relacionados, aprovados e classificados no Processo Seletivo Público nº 003/2018, realizado pela Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva, para manifestar o seu interesse ou não na vaga, no período de 14 de janeiro de 2020 a 15 de janeiro de 2020, no horário das 12h às 18h, no Departamento de Pessoal da Prefeitura de Balneário Arroio do Silva.

Salientamos, ainda, que conforme o Edital de Processo Seletivo Público nº 003/2018:

13. O candidato, após a publicação na imprensa oficial do município da sua convocação, terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da publicação para manifestar seu interesse na vaga ou apresentar sua carta de desistência, e, caso manifeste interesse pela vaga terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar a documentação exigida para a contratação.

13.1. A relação dos documentos admissionais será entregue no ato da convocação;

13.2. O Candidato deverá manter atualizado o seu cadastro junto ao Departamento Pessoal do Município de Balneário Arroio do Silva – SC;

13.3. O Município de Balneário Arroio do Silva – SC utilizará dos seguintes meios para convocação, nesta ordem: Publicação na Imprensa Oficial e Site do Município.

13.4. O Candidato que não comparecer no dia, hora e local de acordo com a convocação será ELIMINADO deste PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO.

Caso os candidatos convocados neste Edital não compareçam até o dia 15 de janeiro de 2020, no horário das 12h às 18h, serão considerados desistentes e serão automaticamente desclassificados do Processo, sem direito a recurso. Caso necessário, aplica-se ao presente chamamento, os efeitos da retroatividade.

Segue abaixo a Relação dos candidatos Convocados por este Edital:

Técnico de Enfermagem

Inscrição	Nome	Posição
144371	Cleusa da Silva	16º Lugar

Balneário Arroio do Silva/SC, 13 de janeiro de 2020.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na Secretaria de Administração e Finanças em data supra.

WANDERLEI LUCIANO NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

CHAMAMENTO Nº 002/2020- PROCESSO SELETIVO Nº 002/2018

Publicação Nº 2310269

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 002/2020

Data: 13 de janeiro de 2020

Referente: EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 002/2018 - SAÚDE

Ementa: Convoca Candidatos aprovados aos cargos do Processo Seletivo Público nº 002/2018.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES, Prefeito do Município de Balneário Arroio do Silva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o resultado do Processo Seletivo Público nº 002/2018, homologado pelo Decreto nº 67, de 07 maio de 2018, considerando a necessidade da Secretaria Municipal e ainda a existência de vagas temporárias, convoca os candidatos adiante relacionados, aprovados e classificados no Processo Seletivo Público nº 002/2018, realizado pela Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva, para manifestar o seu interesse ou não na vaga, no período de 14 de janeiro de 2020 a 15 de janeiro de 2020, no horário das 12h às 18h, no Departamento de Pessoal da Prefeitura de Balneário Arroio do Silva.

Salientamos, ainda, que conforme o Edital de Processo Seletivo Público nº 002/2018:

13. O candidato, após a publicação na imprensa oficial do município da sua convocação, terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da publicação para manifestar seu interesse na vaga ou apresentar sua carta de desistência, e, caso manifeste interesse pela vaga terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar a documentação exigida para a contratação.

13.1. A relação dos documentos admissionais será entregue no ato da convocação;

13.2. O Candidato deverá manter atualizado o seu cadastro junto ao Departamento Pessoal do Município de Balneário Arroio do Silva – SC;
13.3. O Município de Balneário Arroio do Silva – SC utilizará dos seguintes meios para convocação, nesta ordem: Publicação na Imprensa Oficial e Site do Município.

13.4. O Candidato que não comparecer no dia, hora e local de acordo com a convocação será ELIMINADO deste PROCESSO SELETIVO PÚBLICO.

Caso os candidatos convocados neste Edital não compareçam até o dia 15 de janeiro de 2020, no horário das 12h às 18h, serão considerados desistentes e serão automaticamente desclassificados do Processo, sem direito a recurso. Caso necessário, aplica-se ao presente chamamento, os efeitos da retroatividade.

Segue abaixo a Relação dos candidatos Convocados por este Edital:

Agente Comunitário de Saúde – Micro Área 07

Inscrição	Nome	Posição
117963	Eduardo Arnold Policarpo	2º Lugar

Balneário Arroio do Silva/SC, 13 de janeiro de 2020.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na Secretaria de Administração e Finanças em data supra.

WANDERLEI LUCIANO NAGEL
Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DE EDITAL Nº 002/2020

Publicação Nº 2309848

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA torna público o EDITAL Nº 002/2020 - EDUCAÇÃO que abre inscrições para o CONCURSO PÚBLICO destinado a selecionar candidatos para o provimento de cargos efetivos para o quadro de pessoal da Administração Municipal nos termos do Art. 37, II da Constituição Federal, da Lei Complementar nº 108, de 13 de Dezembro de 2019, da Lei Complementar nº 109, de 13 de Dezembro de 2019 e da Lei Complementar nº 111, de 13 de Dezembro de 2019 e todas as suas alterações, o qual será executado pela FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL - FAEPESUL.

O Edital completo estará disponível a partir do dia 14 de janeiro 2020 nos seguintes endereços eletrônicos:

- No sítio de internet do Município de Balneário Arroio do Silva/SC: (<http://www.arroiodosilva.sc.gov.br>);
- No site de internet da FAEPESUL: (www.faepesul.org.br/concursos);

Balneário Arroio do Silva - SC, 14 de janeiro de 2020.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES
Prefeito Municipal

EXTRATO DO EDITAL Nº 001/2020

Publicação Nº 2309846

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA torna público o EDITAL Nº 001/2020 - ADMINISTRAÇÃO que abre inscrições para o CONCURSO PÚBLICO destinado a selecionar candidatos para o provimento de cargos efetivos para o quadro de pessoal da Administração Municipal nos termos do Art. 37, II da Constituição Federal, da Lei Complementar nº 108, de 13 de Dezembro de 2019, da Lei Complementar nº 110, de 13 de Dezembro de 2019 e da Lei Complementar nº 111, de 13 de Dezembro de 2019 e todas as suas alterações, o qual será executado pela FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL - FAEPESUL.

O Edital completo estará disponível a partir do dia 14 de janeiro 2020 nos seguintes endereços eletrônicos:

- No sítio de internet do Município de Balneário Arroio do Silva/SC: (<http://www.arroiodosilva.sc.gov.br>);
- No site de internet da FAEPESUL: (www.faepesul.org.br/concursos);

Balneário Arroio do Silva - SC, 14 de janeiro de 2020.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2020 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Publicação Nº 2310265

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA
SECRETARIA DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2020
EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2020
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

OBJETO: Contratação de empresa prestadora de serviços veterinários itinerante de castração cirúrgica (unidade móvel cirúrgica) para a realização de procedimentos cirúrgicos, castração e chipagem em fêmeas e machos das espécies canina e felina, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas no termo de referência.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei nº 10.520/02, Le nº 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14h00min do dia 24 de janeiro de 2020, no Setor de Licitações, na Sede da Prefeitura Municipal, situado na Avenida Santa Catarina, nº 1122, Centro, na Cidade de Balneário Arroio do Silva/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (48)3526-1445. Email: licitacao@arroiodosilva.sc.gov.br,

Balneário Arroio do Silva, 13 de janeiro de 2020.

PAULO MARTINS DOS SANTOS JUNIOR
Secretário de Saúde

Balneário Gaivota

PREFEITURA

PORTARIA 006/2020

Publicação Nº 2309645

PORTARIA N. 006 DE 08 DE JANEIRO DE 2020

Nomeia DIRETOR DE PROTOCOLO E ATENDIMENTO do GABINETE DO Município de Balneário Gaivota.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO GAIVOTA E. E. , no uso de sua competência privativa que lhe confere os incisos V e IX do Artigo 58, da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei 002/97 e alterações posteriores.

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeada a Senhora Barbara Sabrine dos Santos Muller, para exercer o cargo comissionado de Diretor de Protocolo e Atendimento do Gabinete do Município de Balneário Gaivota, a partir de 02 de Janeiro de 2020.

Art. 2º Revoga-se na integra a portaria nº 181 de 03 de Dezembro de 2018 e as demais disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 02/01/2020.

Balneário Gaivota, 08 de Janeiro de 2020.

EVÂNIO IRIS MACHADO
PREFEITO MUNICIPAL E. E.

Publicada e Registrada na Secretaria de Administração e Finanças na data supra.

JEFERSON RAUPP
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA 007/2020

Publicação Nº 2309649

PORTARIA N. 007 DE 08 DE JANEIRO DE 2020

Nomeia DIRETOR DE almoxarifado administrativo DO Município de Balneário Gaivota.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO GAIVOTA E. E. , no uso de sua competência privativa que lhe confere os incisos V e IX do Artigo 58, da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei 002/97 e alterações posteriores.

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeado o Senhor Antonio da Silva Silveira, para exercer o cargo comissionado de Diretor de Almoxarifado Administrativo do Município de Balneário Gaivota, a partir de 02 de Janeiro de 2020.

Art. 2º Revoga-se na integra a portaria nº 078 de 14 de Março de 2017 e as demais disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 02/01/2020.

Balneário Gaivota, 08 de Janeiro de 2020.

EVÂNIO IRIS MACHADO
PREFEITO MUNICIPAL E. E.

Publicada e Registrada na Secretaria de Administração e Finanças na data supra.

JEFERSON RAUPP
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA 008/2020

Publicação Nº 2309650

PORTARIA N. 008 DE 08 DE JANEIRO DE 2020

Nomeia DIRETOR DE transporte escolar DO Município de Balneário Gaivota.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO GAIVOTA E. E. , no uso de sua competência privativa que lhe confere os incisos V e IX do Artigo 58, da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei 002/97 e alterações posteriores.

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeado o Senhor Antonio Sergio Piazzolli, para exercer o cargo comissionado de Diretor de Transporte Escolar do Município de Balneário Gaivota, a partir de 02 de Janeiro de 2020.

Art. 2º Revoga-se na integra a portaria nº 019 de 15 de Fevereiro de 2018 e as demais disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 02/01/2020.

Balneário Gaivota, 08 de Janeiro de 2020.

EVÂNIO IRIS MACHADO
PREFEITO MUNICIPAL E. E.

Publicada e Registrada na Secretaria de Administração e Finanças na data supra.

JEFERSON RAUPP
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA 009/2020

Publicação Nº 2309652

PORTARIA N. 009 DE 08 DE JANEIRO DE 2020

Nomeia DIRETOR DE CONTROLE SISTEMAS E PROGRAMAS DO Município de Balneário Gaivota.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO GAIVOTA E. E. , no uso de sua competência privativa que lhe confere os incisos V e IX do Artigo 58, da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei 002/97 e alterações posteriores.

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeada a Senhora Cidnéia Lopes de Borba, para exercer o cargo comissionado de Diretor de Controle Sistemas e Programas do Município de Balneário Gaivota, a partir de 02 de Janeiro de 2020.

Art. 2º Revoga-se na integra a portaria nº 019 de 02 de Janeiro de 2013 e as demais disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 02/01/2020.

Balneário Gaivota, 08 de Janeiro de 2020.

EVÂNIO IRIS MACHADO
PREFEITO MUNICIPAL E. E.

Publicada e Registrada na Secretaria de Administração e Finanças na data supra.

JEFERSON RAUPP
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA 010/2020

Publicação Nº 2309654

PORTARIA N. 010 DE 08 DE JANEIRO DE 2020

Nomeia DIRETOR DE ALMOXARIFADO SOCIAL DO Município de Balneário Gaivota.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO GAIVOTA E. E. , no uso de sua competência privativa que lhe confere os incisos V e IX do Artigo 58, da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei 002/97 e alterações posteriores.

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeada a Senhora Josane Américo Raupp de Freitas, para exercer o cargo comissionado de Diretor de Almoxarifado Social do Município de Balneário Gaivota, a partir de 02 de Janeiro de 2020.

Art. 2º Revoga-se na integra a portaria nº 182 de 03 de Dezembro de 2018 e as demais disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 02/01/2020.

Balneário Gaivota, 08 de Janeiro de 2020.

EVÂNIO IRIS MACHADO
PREFEITO MUNICIPAL E. E.

Publicada e Registrada na Secretaria de Administração e Finanças na data supra.

JEFERSON RAUPP
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA 011/2020

Publicação Nº 2309655

PORTARIA N. 011 DE 08 DE JANEIRO DE 2020

Nomeia DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO Município de Balneário Gaivota.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO GAIVOTA E. E. , no uso de sua competência privativa que lhe confere os incisos V e IX do Artigo 58, da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei 002/97 e alterações posteriores.

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeada o Senhor Jedson Barbosa Lúcio, para exercer o cargo comissionado de Diretor de Administração do Município de Balneário Gaivota, a partir de 02 de Janeiro de 2020.

Art. 2º Revoga-se na integra a portaria nº 030 de 15 de Fevereiro de 2019 e as demais disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 02/01/2020.

Balneário Gaivota, 08 de Janeiro de 2020.

EVÂNIO IRIS MACHADO
PREFEITO MUNICIPAL E. E.

Publicada e Registrada na Secretaria de Administração e Finanças na data supra.

JEFERSON RAUPP
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA 012/2020

Publicação Nº 2309656

PORTARIA N. 012 DE 08 DE JANEIRO DE 2020

Nomeia CHEFE DA DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS DO Município de Balneário Gaivota.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO GAIVOTA E. E., no uso de sua competência privativa que lhe confere os incisos V e IX do Artigo 58, da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei 002/97 e alterações posteriores.

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeado o Senhor Valério Borges Serafim, para exercer o cargo comissionado de Chefe da Divisão de Serviços Urbanos do Município de Balneário Gaivota, a partir de 02 de Janeiro de 2020.

Art. 2º Revoga-se na integra a portaria nº 183 de 03 de Dezembro de 2018 e as demais disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 02/01/2020.

Balneário Gaivota, 08 de Janeiro de 2020.

EVÂNIO IRIS MACHADO
PREFEITO MUNICIPAL E. E.

Publicada e Registrada na Secretaria de Administração e Finanças na data supra.

JEFERSON RAUPP
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA 013/2020

Publicação Nº 2309657

PORTARIA N. 013 DE 08 DE JANEIRO DE 2020

Nomeia CHEFE DA DIVISÃO DE OBRAS DO Município de Balneário Gaivota.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO GAIVOTA E. E., no uso de sua competência privativa que lhe confere os incisos V e IX do Artigo 58, da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei 002/97 e alterações posteriores.

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeado o Senhor Erlandesson da Silva Camargo, para exercer o cargo comissionado de Chefe da Divisão de Obras do Município de Balneário Gaivota, a partir de 02 de Janeiro de 2020.

Art. 2º Revoga-se na integra a portaria nº 041 de 01 de Março de 2018 e as demais disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 02/01/2020.

Balneário Gaivota, 08 de Janeiro de 2020.

EVÂNIO IRIS MACHADO
PREFEITO MUNICIPAL E. E.

Publicada e Registrada na Secretaria de Administração e Finanças na data supra.

JEFERSON RAUPP
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA 014/2020

Publicação Nº 2309659

PORTARIA N. 014 DE 08 DE JANEIRO DE 2020

Nomeia CHEFE DA DIVISÃO DE PROTOCOLO E ATENDIMENTO DE EDUCAÇÃO DO Município de Balneário Gaivota.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO GAIVOTA E. E., no uso de sua competência privativa que lhe confere os incisos V e IX do Artigo 58, da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei 002/97 e alterações posteriores.

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeada a Senhora Marisete Cabreira Gomes, para exercer o cargo comissionado de Chefe da Divisão de Protocolo e Atendimento de Educação do Município de Balneário Gaivota, a partir de 02 de Janeiro de 2020.

Art. 2º Revoga-se na integra a portaria nº 082 de 17 de Maio de 2018 e as demais disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 02/01/2020.

Balneário Gaivota, 08 de Janeiro de 2020.

EVÂNIO IRIS MACHADO
PREFEITO MUNICIPAL E. E.

Publicada e Registrada na Secretaria de Administração e Finanças na data supra.

JEFERSON RAUPP
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA 015/2020

Publicação Nº 2309660

PORTARIA N. 015 DE 08 DE JANEIRO DE 2020

Nomeia CHEFE DA DIVISÃO DE TERAPIAS ALTERNATIVAS DO Município de Balneário Gaivota.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO GAIVOTA E. E., no uso de sua competência privativa que lhe confere os incisos V e IX do Artigo 58, da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei 002/97 e alterações posteriores.

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeada a Senhora Luciana Piva Pereira, para exercer o cargo comissionado de Chefe da Divisão de Terapias Alternativas do Município de Balneário Gaivota, a partir de 02 de Janeiro de 2020.

Art. 2º Revoga-se na integra a portaria nº 070 de 04 de Abril de 2019 e as demais disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 02/01/2020.

Balneário Gaivota, 08 de Janeiro de 2020.

EVÂNIO IRIS MACHADO
PREFEITO MUNICIPAL E. E.

Publicada e Registrada na Secretaria de Administração e Finanças na data supra.

JEFERSON RAUPP
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA 016/2020

Publicação Nº 2309664

PORTARIA N. 016 DE 08 DE JANEIRO DE 2020

Nomeia CHEFE DA DIVISÃO DE PROTOCOLO E ATENDIMENTO DE SAÚDE DO Município de Balneário Gaivota.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO GAIVOTA E. E., no uso de sua competência privativa que lhe confere os incisos V e IX do Artigo 58, da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei 002/97 e alterações posteriores.

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeada a Senhora Mara Regina Gomes da Silva, para exercer o cargo comissionado de Chefe da Divisão de Protocolo e Atendimento de Saúde do Município de Balneário Gaivota, a partir de 02 de Janeiro de 2020.

Art. 2º Revoga-se na integra a portaria nº172 de 29 de Outubro de 2018 e as demais disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 02/01/2020.

Balneário Gaivota, 08 de Janeiro de 2020.

EVÂNIO IRIS MACHADO
PREFEITO MUNICIPAL E. E.

Publicada e Registrada na Secretaria de Administração e Finanças na data supra.

JEFERSON RAUPP
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA 017/2020

Publicação Nº 2309667

PORTARIA N. 017 DE 08 DE JANEIRO DE 2020

Nomeia Diretor de cadastro tecnico DO Município de Balneário Gaivota.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO GAIVOTA E. E., no uso de sua competência privativa que lhe confere os incisos V e IX do Artigo 58, da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei 002/97 e alterações posteriores.

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeada a Senhora Mirian dos Anjos, para exercer o cargo comissionado de Diretor de Cadastro Técnico do Município de Balneário Gaivota, a partir de 02 de Janeiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 02/01/2020.

Balneário Gaivota, 08 de Janeiro de 2020.

EVÂNIO IRIS MACHADO
PREFEITO MUNICIPAL E. E.

Publicada e Registrada na Secretaria de Administração e Finanças na data supra.

JEFERSON RAUPP
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA 018/2020

Publicação Nº 2309669

PORTARIA N. 018 DE 08 DE JANEIRO DE 2020
Nomeia CHEFE De fiscalização DO Município de Balneário Gaivota.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO GAIVOTA E. E., no uso de sua competência privativa que lhe confere os incisos V e IX do Artigo 58, da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei 002/97 e alterações posteriores.

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeada a Senhora Aline Coelho, para exercer o cargo comissionado de Chefe de Fiscalização do Município de Balneário Gaivota, a partir de 27 de Dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 27/12/2019.

Balneário Gaivota, 08 de Janeiro de 2020.

EVÂNIO IRIS MACHADO
PREFEITO MUNICIPAL E. E.

Publicada e Registrada na Secretaria de Administração e Finanças na data supra.

JEFERSON RAUPP
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA 019/2020

Publicação Nº 2309671

PORTARIA N. 019, DE 08 DE JANEIRO DE 2020.
ALTERA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO GAIVOTA E. E., usando da competência privativa que lhe confere os incisos V e VII do Artigo 58, da Lei Orgânica Municipal, e com base na Lei 905/2016 e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º Restabelecer carga horária da servidora Leidiane Coelho Jorge, ocupante do cargo de Professor, matrícula 3226, passando de 40 (vinte) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais a partir do dia 02 de Janeiro de 2020.

Art. 2º Revoga-se na íntegra a Portaria Nº 076 de 16/04/2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 02 de Janeiro de 2020.

Balneário Gaivota, 08 de Janeiro de 2020.

EVÂNIO IRIS MACHADO
PREFEITO MUNICIPAL E. E.

Publicada e Registrada na Secretaria de Administração e Finanças na data supra.

JEFERSON RAUPP
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Balneário Piçarras

PREFEITURA

CONTRATO 001/2020 FME

Publicação Nº 2310420

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
CONTRATO Nº 001/2020 – FME DE 10/01/2020
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 15/2019 – FME
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2018 – FME
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2018 – FME
HOMOLOGADO EM 11/01/2019

O presente contrato é decorrente do Processo Licitatório nº 024/2018, Pregão Presencial nº 014/2018, Ata de Registro de Preços 015/2019 do qual foi vencedora a CONTRATADA, obrigando-se a mesma a fornecer tênis para distribuição aos alunos das Escolas de Ensino fundamental e Centros de educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Balneário Piçarras.

O valor total deste contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$ 374.832,00 (trezentos e setenta e quatro mil, oitocentos e trinta e dois reais), a ser(em) pago(s) em até 30 (trinta) dias após o fornecimentos dos itens, mediante apresentação da Nota Fiscal. Os preços serão fixos e irrevogáveis.

O presente contrato terá vigência até o dia 31/12/2020, podendo o mesmo ser prorrogado nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93.

TEXTIL BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA – ME

Balneário Piçarras, 10 de janeiro de 2020

LAURECI BERNADETE SCHNEIDER PEREIRA – Gestora do Fundo Municipal de Educação

CONTRATO 002/2020 FME

Publicação Nº 2310424

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
CONTRATO Nº 002/2020 – FME DE 10/01/2020
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 16/2019 – FME
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2018 – FME
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2018 – FME
HOMOLOGADO EM 11/01/2019

O presente contrato é decorrente do Processo Licitatório nº 025/2018, Pregão Presencial nº 015/2018, Ata de Registro de Preços 016/2019 do qual foi vencedora a CONTRATADA, obrigando-se a mesma a fornecer uniformes escolares (inverno e verão) para distribuição aos alunos das Escolas de Ensino fundamental e Centros de educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Balneário Piçarras.

O valor total deste contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$ 1.737.439,19 (um milhão, setecentos e trinta e sete mil, quatrocentos e trinta e nove reais e dezenove centavos), a ser(em) pago(s) em até 30 (trinta) dias após o fornecimentos dos itens, mediante apresentação da Nota Fiscal. Os preços serão fixos e irrevogáveis.

O presente contrato terá vigência até o dia 31/12/2020, podendo o mesmo ser prorrogado nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93.

TEXTIL BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA – ME

Balneário Piçarras, 10 de janeiro de 2020

LAURECI BERNADETE SCHNEIDER PEREIRA – Gestora do Fundo Municipal de Educação

DECRETO 001-02012020-CALENDÁRIO MUNICIPAL

Publicação Nº 2310559

DECRETO Nº 001/2020
Divulga o Calendário dos Feriados e Pontos Facultativos para o Ano de 2020.

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 90, inciso VII da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam divulgados os dias de feriados municipais, estaduais e nacionais, bem como estabelecidos os dias de pontos facultativos no Ano de 2020 para os Órgãos e Entidades da Administração do Poder Executivo Municipal sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais:

I. 1º de janeiro, quarta-feira, Confraternização Universal (Feriado Nacional);

II. 24 de janeiro, sexta-feira, Padroeira do Município Nossa Senhora da Paz (Feriado Municipal);

III. 24 de fevereiro, segunda-feira, carnaval (Ponto Facultativo);

IV. 25 de fevereiro, terça-feira, carnaval (Ponto Facultativo);

V. 26 de fevereiro, quarta-feira de Cinzas (Ponto Facultativo até às 13:30);

VI. 09 de abril, quinta-feira (Ponto Facultativo)
VII. 10 de abril, sexta-feira, Paixão de Cristo (Feriado Nacional);
VIII. 12 de abril, domingo, Páscoa (Feriado Nacional);
IX. 20 de abril, segunda-feira (Ponto Facultativo);
X. 21 de abril, terça-feira, Tiradentes (Feriado Nacional);
XI. 1º de maio, sexta-feira, Dia do Trabalho (Feriado Nacional);
XII. 11 de junho, quinta-feira, Corpus Christi (Feriado Nacional);
XIII. 12 de junho, sexta-feira (Ponto Facultativo);
XIV. 7 de setembro, segunda-feira, Independência do Brasil (Feriado Nacional);
XV. 12 de outubro, segunda-feira, Nossa Senhora Aparecida (Feriado Nacional);
XVI. 28 de outubro, quarta-feira, Dia do Servidor Público (Ponto Facultativo);
XVII. 2 de novembro, segunda-feira, Finados (Feriado Nacional);
XVIII. 15 de novembro, domingo, Proclamação da República (Feriado Nacional);
XIX. 14 de dezembro, segunda-feira, Emancipação Política Administrativa do Município de Balneário Piçarras (Feriado Municipal);
XX. 24 de dezembro, quinta-feira, véspera do Natal (Ponto Facultativo);
XXI. 25 de dezembro, sexta-feira, Natal (Feriado Nacional);
XXII. 31 de dezembro, quinta-feira, véspera do Ano Novo (Ponto Facultativo);
Art. 2º O atendimento dos serviços públicos essenciais nas datas mencionadas no Artigo anterior deverá ser garantido pelos órgãos da Administração Municipal, por intermédio de escalas de serviço ou plantão, compreendendo:
- Secretaria Municipal de Saúde;
- Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Rurais;
- Secretaria Municipal de Assistência Social (Conselho Tutelar) e
- Secretaria Municipal de Administração e Fazenda (Departamento de Tributação e Cadastro).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Balneário Piçarras/SC, 02 de janeiro de 2020.

LEONEL JOSÉ MARTINS
Prefeito Municipal

O presente Decreto nº 001/2020 foi registrado na Secretaria de Administração e Fazenda e publicado no Mural do Edifício Sede da Prefeitura em 02 de janeiro de 2020.

ANA LÚCIA WILVERT
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO 002-06012020-TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO 2020

Publicação Nº 2310560

DECRETO Nº 002/2020

Dispõe sobre a Regulamentação e Critérios para Utilização de Veículos de Transporte Escolar Universitário e Dá Outras Providências.

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 90, inciso VII da Lei Orgânica do Município e demais disposições legais pertinentes,

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar o Transporte de Universitários do Ano de 2020 aos residentes e domiciliados no Município de Balneário Piçarras para Universidades dos Municípios da região do Vale do Itajaí;

CONSIDERANDO que tal regulamentação se deve em razão do art. 168, § 4º, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º Compete ao Município viabilizar o transporte escolar a estudantes residentes e domiciliados no Município de Balneário Piçarras, que encontram-se devidamente matriculados em Instituição de Ensino de Nível Superior no período noturno, desde que obedecidas às exigências deste decreto.

§1º O transporte escolar fornecido pelo Município de Balneário Piçarras, conforme tratado no presente Decreto, refere-se somente ao transporte fornecido por veículos de sua propriedade ou terceirizado pelo Município, ficando vedado o transporte escolar por meio de ajuda financeira;

§ 2º O benefício será concedido a pessoas que não possuem renda familiar superior a 5 (cinco) salários mínimos vigentes na ocasião, sendo que para concessão do benefício será levado em consideração, de forma preferencial, aquele cujo aluno tenha frequência regular de segunda a sexta-feira;

§ 3º O transporte escolar destinado a atender aos alunos de ensino superior, será concedido em atenção as possibilidades econômicas e financeiras do Município de Balneário Piçarras;

§ 4º O benefício previsto neste Decreto não será concedido a estudantes do ensino médio, cursinhos de pré-vestibular ou preparatórios para concursos públicos, curso pós-médio, complementação ou extensão pedagógica, pós-graduação, mestrado ou doutorado;

§ 5º Não farão jus aos benefícios deste Decreto, os estudantes matriculados em curso superior que recebam, de outro órgão, ajuda de custo, seja de forma parcial ou integral para custeio de transporte escolar.

§ 6º Os benefícios de que trata este Decreto, não será concedido nos períodos de recesso escolar.

Art. 2º O Município de Balneário Piçarras, disponibilizará o transporte de estudantes universitários residentes e domiciliados no Município de Balneário Piçarras há mais de 02 (dois) anos e regularmente matriculados em instituições localizadas nos Municípios da Região do Vale do Itajaí.

§ 1º Os estudantes matriculados em cursos universitários, interessados no transporte escolar fornecido pelo Município de Balneário Piçarras, deverão procurar a Secretaria Municipal de Educação, nas datas previamente definidas em edital munidos com os seguintes documentos:

I. Cópia da Carteira de Identidade e CPF do candidato;

II. Título de eleitor

III. Comprovante de residência atualizado;

IV. Comprovante de matrícula em instituição de ensino superior;

V. Cópia e original da Carteira de Trabalho e Previdência Social, ou comprovante de renda de todos os integrantes da família residentes em mesmo imóvel em que reside o estudante.

VI. Comprovante de frequência mínima de 80% (oitenta por cento) no curso matriculado, referente ao exercício anterior, sendo tal exigência somente para os estudantes já matriculados a época da publicação do Edital;

§ 2º A Secretaria Municipal de Educação, caso julgue necessário, poderá requisitar ao estudante inscrito novos documentos ou documentos complementares não previstos neste Decreto.

§ 3º Os requerimentos dos estudantes serão submetidos à análise pela Comissão Organizadora de Transporte de Universitários, a ser instituída por Portaria do Chefe do Poder Executivo, e devidamente autorizados, se estiverem de acordo com o presente Decreto.

Art. 3º O estudante perderá automaticamente o benefício caso comprovada as seguintes hipóteses:

I. Informação falsa ou inverídica no momento do cadastro;

II. Faltas e/ou ausências injustificadas que atinjam mais de 25% (vinte e cinco por cento);

III. Desligamento do curso ou trancamento de matrícula.

Parágrafo único. O estudante que se enquadrar dentre uma das hipóteses acima previstas, não poderá promover novo cadastro no mesmo semestre em que for penalizado, podendo se inscrever nos semestres seguintes.

Art. 4º A obtenção do benefício de que trata este Decreto para determinado exercício financeiro, não resulta em direito adquirido ao beneficiário para os exercícios financeiros subsequentes.

Art. 5º Os casos omissos serão analisados e regulamentados pela Comissão Organizadora de Transporte de Universitários.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Balneário Piçarras/SC, 06 de janeiro de 2020.

LEONEL JOSÉ MARTINS

Prefeito Municipal

O presente Decreto nº 002/2020 foi registrado na Secretaria de Administração e Fazenda e publicado no Mural do Edifício Sede da Prefeitura em 06 de janeiro de 2020.

ANA LÚCIA WILVERT

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO 003-09012020-SUPLEMENTAÇÃO-EXCESSO

Publicação Nº 2310562

DECRETO Nº 003/2020

Dispõe sobre a Abertura de Crédito Adicional Suplementar, Autorizado pelo Artigo 19, Inciso I da Lei Municipal nº 731/2019, de 20/11/2019 – LOA, e Dá Outras Providências.

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o Artigo 90, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e autorizado pela Lei nº 731/2019, de 20 de novembro de 2019 e demais disposições legais pertinentes,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de 296.709,28 (Duzentos e noventa e seis mil, setecentos e nove reais e vinte e oito centavos), destinado a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 15 – Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 001 – Fundo Municipal de Educação

Funcional-Programática: 12.365.0009

Projeto: 1.025 – Construção de unidades da Educação Infantil

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 0.2.37.0654 – Construção de Unidades Escolares - Par

Valor: R\$ 296.709,28

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com o recurso proveniente do excesso de arrecadação apurado no exercício de 2020 por conta dos recursos vinculados à Construção de Unidades Escolares – Par na importância de R\$ 296.709,28 (Duzentos e noventa e seis mil, setecentos e nove reais e vinte e oito centavos).

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Balneário Piçarras/SC, 09 de janeiro de 2020.

LEONEL JOSÉ MARTINS
Prefeito Municipal

O presente Decreto nº 003/2020 foi registrado na Secretaria de Administração e Fazenda e publicado no Mural do Edifício Sede da Prefeitura em 09 de janeiro de 2020.

ANA LÚCIA WILVERT
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO 004-09012020-SUPLEMENTAÇÃO-SUPERÁVIT FINANCEIRO

Publicação Nº 2310564

DECRETO Nº 004/2020

Dispõe sobre a Abertura de Crédito Adicional Suplementar, Autorizado pelo Artigo 19, Inciso III da Lei Municipal nº 731/2019, de 20/11/2019 – LOA, e Dá Outras Providências.

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o Artigo 90, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e autorizado pela Lei nº 731/2019, de 20 de novembro de 2019 e demais disposições legais pertinentes,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de 60.000,00 (Sessenta mil reais), destinado a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Rurais

Unidade Orçamentária: 001 – Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Rurais Funcional-Programática: 27.812.0005

Projeto: 1.012 – Ampliação e reforma de unidades esportiva e de lazer

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 0.3.00.1000 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 60.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com o recurso proveniente do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2019 por conta dos recursos ordinários na importância de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais).

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Balneário Piçarras/SC, 09 de janeiro de 2020.

LEONEL JOSÉ MARTINS
Prefeito Municipal

O presente Decreto nº 004/2020 foi registrado na Secretaria de Administração e Fazenda e publicado no Mural do Edifício Sede da Prefeitura em 09 de janeiro de 2020.

ANA LÚCIA WILVERT
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2019 – FMAS PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2019 – FMAS SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS TERMO DE CANCELAMENTO

Publicação Nº 2310082

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2019 – FMAS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2019 – FMAS
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
TERMO DE CANCELAMENTO

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA, por intermédio de sua Comissão de Licitação, respeitando os princípios gerais de Direito Público, as prescrições da Lei Federal nº 8.666/93 (Lei de Licitações), procedem em defesa do interesse público, a REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2019 – FMAS, em razão da necessidade de alteração no descritivo do item. A Administração Municipal efetua a revogação do processo licitatório para posteriormente, efetuar as correções necessárias e proceder nova abertura do certame.

Balneário Piçarras, 13 de janeiro de 2020.

Ana Paula Ribeiro Stiebler
Secretária Municipal de Assistência Social

CÂMARA MUNICIPAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2020

Publicação Nº 2309530

EXTRATO DO EDITAL

A Câmara de Vereadores de Balneário Piçarras torna público para conhecimento dos interessados a abertura do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2020, exclusivo para MICROEMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, Nº 01/2020, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, sob o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS cujo objeto visa a aquisição parcelada de condicionadores de ar e a contratação de serviços correlatos de limpeza, manutenção e instalação, destinados à Câmara Municipal de Vereadores do Município de Balneário Piçarras. A sessão de abertura dos envelopes de propostas está prevista para o dia 29 de janeiro de 2020 às 09:30 horas, na sala do Plenário da Casa Legislativa, situada na Rua Nereu Ramos 299, Centro, Balneário Piçarras. O Edital e seus respectivos modelos e anexos, poderão ser examinados e suas cópias digitais, adquiridas no site www.camarapicarras.sc.gov.br ou na Sede da Câmara Municipal, de segunda a sexta-feira das 07:30 às 13:30 horas. Dúvidas serão esclarecidas pelo telefone (47) 3345-1034 Ramal: 212 ou pelo e-mail compras@camarapicarras.sc.gov.br.

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE CHAMADA PUBLICA Nº. 009/PMBR/2020

Publicação Nº 2310634

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ASSISTENCIA SOCIAL

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº. 009/PMBR/2020.

Data e horário da sessão de abertura: 03/02/2020 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.
Objeto: O Município de Balneário Rincão/SC, Estado da Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados a Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar da Secretaria de Educação E Assistência Social de Balneário Rincão/SC, conforme resolução Nº. 026/2013 do FNDE.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou pelos telefones (***48) 3468-7218, ou através do endereço eletrônico licitacao@balneariorincao.sc.gov.br

Balneário Rincão – SC, 13 de Janeiro de 2020.

Adroaldo Faraco

Presidente da Comissão de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/FMS/2020

Publicação Nº 2310635

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/FMS/2020.

Tipo: MENOR PREÇO por hora

Data e horário da sessão de abertura: 04/02/2020 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.
Objeto: Registro de Preços para futuras locações de ambulâncias de remoção, para atender a Secretaria Municipal de Saúde em diversos eventos promovidos pelo Município de Balneário Rincão/SC, conforme especificações do Anexo I – Termo de Referencia do presente edital.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou através do endereço eletrônico: <http://balneariorincao.impactolicitacoes.com.br/#/publico/licitacoes> ou pelo site www.balneariorincao.sc.gov.br no link Licitações/Editais.

Balneário Rincão – SC, 13 de Janeiro de 2020.

Pregoeira

Gisele Ferreira.

EXTRATO DO TERMO ADMINISTRATIVO DA DESAPROPRIAÇÃO 007/2019

Publicação Nº 2309983

EXTRATO DO TERMO DE ACORDO ADMINISTRATIVO DA DESAPROPRIAÇÃO 007/2019.

Objeto da Desapropriação: uma área de 300 m² do imóvel com matrícula nº 3.209 (Ofício de Registro de Imóveis de Içara) declarado de utilidade pública pelo Decreto Municipal nº 095/2019. Valor do imóvel desapropriado: o imóvel desapropriado foi avaliado em R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais). Utilidade Pública: Construção de um Centro de Educação Infantil. EXPROPRIANTE: pelo Município o Sr. Jairo Celoy Custódio (Prefeito Municipal). EXPROPRIADOS: Daniele Campos Dos Santos e Camila Campos dos Santos.

Bandeirante

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 02/2020 PMB

Publicação Nº 2302296

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 02/2020

Objeto: RATEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CONDER, ENTRE OS CONSORCIADOS NOS TERMOS DO ART. 8º DA LEI Nº 11.107/05.

Fundamento legal: Inciso XXVI do Art. 24 da Lei 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE (CPNJ: 01.612.528/0001-84)

CONTRATADA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL-CONDER (CPNJ: 23.773.012/0001-54)

Valor: R\$ 7.633,92 (sete mil seiscentos e trinta e três reais e noventa e dois centavos)

Bandeirante, 07 de janeiro de 2020

CELSO BIEGELMEIER – Prefeito Municipal

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 03/2020 PMB

Publicação Nº 2302433

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 03/2020

Objeto: RATEIO DOS RECURSOS NECESSÁRIOS À ESTRUTURAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE "GESTÃO AMBIENTAL" QUE PREVÊ SOBRE A GESTÃO ASSOCIADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS NO LICENCIAMENTO, MONITORAMENTO, CONTROLE, INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL DAS ATIVIDADES DE IMPACTO LOCAL, BEM COMO NO DESENVOLVIMENTO, ARTICULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES E PROJETOS DE CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE, DO USO SUSTENTÁVEL E DE REDUÇÃO DOS IMPACTOS DA AÇÃO HUMANA NOS ECOSISTEMAS NATURAIS DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE ATRAVÉS DO CONDER NO EXERCÍCIO FISCAL DE 2020.

Fundamento legal: Inciso XXVI do Art. 24 da Lei 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE (CPNJ: 01.612.528/0001-84)

CONTRATADA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL-CONDER (CPNJ: 23.773.012/0001-54)

Valor: R\$ 19.852,92 (dezenove mil oitocentos e cinquenta e dois reais e noventa e dois centavos)

Bandeirante, 07 de janeiro de 2020.

CELSO BIEGELMEIER – Prefeito Municipal

Barra Bonita

PREFEITURA

PORTARIA N.º018, DE 09 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2310168

PORTARIA N.º018, de 09 de janeiro de 2020.

Designa servidora e da outras providencias.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei I Orgânica do Município,

Resolve,

Art.1º. Fica designada a servidora Mariclei de March da Rocha, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, para desempenhar as funções de seu cargo na Secretaria Municipal de Saúde, todas as terças-feiras e quintas-feiras.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 09 de janeiro de 2020.

Moacir Piroca
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei .

PORTARIA Nº 019, DE 09 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2310182

PORTARIA Nº 019, de 09 de janeiro de 2020
Concede adiantamento e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI do artigo 73, da Lei I Orgânica do Município; combinado com o que consta no Anexo-I, da Lei nº 009, de 22 de janeiro de 1997,

Resolve.

Art.1º. Conceder Adiantamento ao servidor Vanderlei Ferronato ocupante do cargo de Motorista com exercício na Secretaria Municipal da Saúde, do Quadro de Geral da Prefeitura Municipal, na importância de R\$200,00 (Duzentos reais) , conforme memorando nº07/2020 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. A aplicação do referido adiantamento far-se-á em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 009/97, de 22 de janeiro de 1997.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, 09 de janeiro de 2020.

Moacir Piroca
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº 020, DE 09 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2310188

PORTARIA Nº 020, de 09 de janeiro de 2020

“Concede diária e da outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve.

Art.1º- Conceder 0,5 (meia) diária ao servidor Volnei demari, Matricula nº 155201, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 77,50 (setenta e sete reais e cinquenta centavos), para realizar transporte de pacientes, na cidade de Pato Branco/PR, conforme Memorando Nº09/2020 e Roteiro de Viagem nº04/2020 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 09 de janeiro de 2020.

Moacir Piroca
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº 021, DE 09 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2310192

PORTARIA Nº 021, de 09 de janeiro de 2020

“Concede diária e da outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve.

Art.1º- Conceder 0,5 (meia) diária ao servidor Luiz Antonio Zaccaron, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 77,50 (setenta e sete reais e cinquenta centavos), para realizar transporte de pacientes, na cidade de Cascavel/PR, conforme Memorando Nº08/2020 e Roteiro de Viagem nº03/2020 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 09 de janeiro de 2020.

Moacir Piroca
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº 022, DE 09 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2310199

PORTARIA Nº 022, de 09 de janeiro de 2020

“Concede diária e da outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve.

Art.1º- Conceder 3,0(três) diárias ao servidor Luiz Antonio Zaccaron, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 519,00 (quinhentos e dezenove reais), para realizar transporte de pacientes em tratamento de saúde fora do domicílio em Florianópolis/SC, conforme Memorando Nº11/2020 e Roteiro de Viagem nº05/2020 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º.Conceder ADIANTAMENTO ao servidor acima citado na importância de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), para conduzir pacientes em tratamento de saúde até a cidade de Florianópolis/SC, conforme Memorando nº010//2020, da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 09 de janeiro de 2020.

Moacir Piroca
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº 023, DE 13 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2310202

PORTARIA Nº 023, de 13 de janeiro de 2020.

“Concede diária e da outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve.

Art.1º- Conceder complementação de 1,0 (uma) diária ao servidor Taferel Boss, Matrícula nº 409501, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 173,00 (cento e setenta e três reais), para realizar transporte de pacientes em tratamento de saúde fora do domicílio em Florianópolis/SC, conforme Memorando Nº12/2020 e Roteiro de Viagem nº06/2020 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 13 de janeiro de 2020.

Moacir Piroca
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº 17, DE 08 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2310145

PORTARIA Nº 17, de 08 de janeiro de 2020
Concede adiantamento e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI do artigo 73, da Lei Orgânica do Município; combinado com o que consta no Anexo-I, da Lei nº 009, de 22 de janeiro de 1997,

Resolve.

Art.1º. Conceder Adiantamento ao servidor Volnei demari ocupante do cargo de Motorista com exercício na Secretaria Municipal da Saúde, do Quadro de Geral da Prefeitura Municipal, na importância de R\$200,00 (Duzentos reais) , conforme memorando nº06/2020 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. A aplicação do referido adiantamento far-se-á em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 009/97, de 22 de janeiro de 1997.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, 08 de janeiro de 2020.

Moacir Piroca
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

RESOLUÇÃO CMDCA 03

Publicação Nº 2309531

RESOLUÇÃO Nº 03, de 13 de janeiro de 2020.

Dispõe sobre a convocação de 2ª Conselheira Tutelar Suplente para exercer função.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e pela Lei Municipal nº 1.184, de 07 de novembro de 2016 que institui a Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Lei nº 1.331 de 01 de abril de 2019 que estabelece a estrutura e o funcionamento do Conselho Tutelar de Bela Vista do Toldo,

Considerando o Edital de nº 01/2019, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Bela Vista do Toldo/SC,

Considerando a necessidade de substituição de 01(um) membro do conselho tutelar titular, mandato 2020/2024;

Considerando que a Sra. Ana Claudia Pinto (1ª Suplente) declarou que no presente momento não tem disponibilidade para assumir como Conselheira Tutelar Titular e conforme a Lei Municipal nº 1.331/2019 no seu art. 63, não é caso de perda de suplência mas sim em declinar momentaneamente da convocação e ser posicionada para o final na lista de suplentes.

RESOLVE:

Art. 1º. CONVOCAR, a Sra. Taís Adriane Nunes dos Santos, candidata eleita em 2º (segundo) lugar no processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares Suplentes, conforme o Edital nº 01/2019, para assumir a função de Conselheira Tutelar, durante o período de Licença Maternidade da Conselheira Tutelar Titular Sra. Kelly Caroline Lietz Alves David.

Art. 2º. A candidata suplente deverá se apresentar ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo/SC, munido de seus documentos pessoais, até o dia 14 de janeiro de 2020 no período matutino, munido de seus documentos pessoais.

Art. 3º. Em caso de não comparecimento até o dia 14 de janeiro de 2020, as 12:00hs, determinará a vacância do cargo.

Art. 4º. A candidata suplente passará a ser candidata titular na vaga iniciando seu trabalho no dia 14 de janeiro de 2020.

Art. 5º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Bela Vista do Toldo/SC, 13 de janeiro de 2020.

Silvana do C. Dambroski
Presidente do CMDCA

CÂMARA MUNICIPAL

RELATORIO OUVIDORIA

Publicação Nº 2309740

Ouvidoria – Relatório Estatístico e Analítico do Atendimento.

EXERCICIO 2019

A Ouvidoria do Poder Legislativo do Município de Bela Vista do Toldo/SC, nos termos do disposto na Lei nº 13.460/2017, regulamentada pelo Decreto Legislativo n.01 de 18 de junho de 2019, apresenta Relatório de Gestão referente às atividades realizadas no exercício de 2019 em cumprimento a suas atribuições.

DO FUNCIONAMENTO DA OUVIDORIA

A Ouvidoria funciona junto a sede do Poder Legislativo, como canal de comunicação direta entre a sociedade e o Poder Legislativo, recebendo reclamações, denúncias, sugestões, pedidos de informação e elogios, de modo a estimular a participação do cidadão no controle e avaliação dos serviços prestados e na gestão dos recursos públicos.

CANAIS DE ATENDIMENTO

As demandas de Ouvidoria são recebidas, na maior parte, por meio do sistema de Ouvidoria da Controladoria Geral da União, eOuv, plataforma integrada de ouvidoria, pesquisa presencial e no endereço eletrônico <https://sistema.ouvidorias.gov.br/publico/sc/BelaVistadoToldo/Manifestacao/RegistrarManifestacao>

Eventuais manifestações recebidas por escrito ou em atendimento presencial são inseridas no Sistema Eletrônico eOuv para tramitação

eletrônica.

DO NÚMERO DE MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS NO ANO ANTERIOR

Em 2019, foram recebidas 02(dois), manifestações sendo classificadas como

Elogios:01(um)

Denúncias:

Reclamações:

Sugestões:

Solicitação:

Comunicação:01(um)

As manifestações foram respondida em um prazo médio de 10 dias.

Apontar falhas: nenhuma

Sugestão de melhorias: nenhuma

Em que pese o esforço envidado para o melhor atendimento possível aos cidadãos, a capacidade de absorção da Ouvidoria ainda está atendendo o quantitativo de manifestações recebidas.

DOS MOTIVOS DAS MANIFESTAÇÕES

Elogio e Comunicação.

DA ANÁLISE DOS PONTOS RECORRENTES

Comunicado os interessados.

DAS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELO PODER LEGISLATIVO NAS SOLUÇÕES APRESENTADAS.

Foi comunicado os interessados

O relatório de gestão será:

II - disponibilizado integralmente na internet.

Assim, eu Genice Kucarz Schiessl, devidamente designada pelo decreto nº 01 de 18 de junho de 2019, assino o presente Relatório Estatístico e Analítico do atendimento.

GENICE KUCARZ SCHIESSL

Ouvidora da Câmara Municipal de Vereadores de Bela Vista do Toldo

Biguaçu

PREFEITURA

DL58/2019-FMS

Publicação Nº 2310056

DESPACHO DE REVOGAÇÃO

O Município de Biguaçu comunica a Revogação do Processo Licitatório Dispensa de Licitação nº 58/2019-FMS, objetivando "aquisição de Kit Educativo Ação em Saúde" por razões de interesse público, pautados na oportunidade e na conveniência Administrativa, provocados por fatos supervenientes.

Biguaçu, 13 de janeiro de 2020.

Daniella Garcia Fabricio Galiani
Secretário de Administração

PE 59/2019-FMS

Publicação Nº 2310491

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO 59/2019- FMS

OBJETO: Aquisição de equipamentos médico-hospitalares para o Hospital Regional de Biguaçu, mediante proposta de Emenda Parlamentar Nº 08999.257000/1160-01.

Recebimento das Propostas: das 13:45h do dia 14/01/2020, às 13:45h do dia 24/01/2020.

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14:00h do dia 24/01/2020, no endereço eletrônico comprasbr.com.br, horário de Brasília - DF.

Local para obtenção do edital: o site da Prefeitura bigua.atende.net e site comprasbr.com.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 30944100.

Biguaçu, 13 de janeiro de 2020.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 33/2020

Publicação Nº 2310133

PORTARIA Nº 33/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), RONALDO CIDRAO VIRISSIMO, ocupante do cargo efetivo de ESCRITURÁRIO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 10/2020 em anexo, no período de 02/01/2020 a 31/01/2020.

Biguaçu, 10 de janeiro de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 34/2020

Publicação Nº 2310135

PORTARIA Nº 34/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), FABIO SALUM, ocupante do cargo efetivo de ODONTOLOGO, o afastamento de suas funções laborativas em

virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 127/2020 em anexo, no período de 06/01/2020 a 15/01/2020.

Biguaçu, 10 de janeiro de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 35/2020

Publicação Nº 2310138

PORTARIA Nº 35/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), LUIZ ANTONIO SANTANA, ocupante do cargo efetivo de CALCETEIRO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 15485/2019 em anexo, no período de 17/12/2019 a 20/12/2019.

Biguaçu, 10 de janeiro de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 36/2020

Publicação Nº 2310140

PORTARIA Nº 36/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), CAREN LIDIANE DA ROSA PEDROSO, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 15133/2019 em anexo, no período de 09/12/2019 a 22/12/2019.

Biguaçu, 10 de janeiro de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 37/2020

Publicação Nº 2310142

PORTARIA Nº 37/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), TAISY DE AGAPITO ROSA DELGADO, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 15347/2019 em anexo, no período de 10/12/2019 a 19/12/2019.

Biguaçu, 10 de janeiro de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 38/2020

Publicação Nº 2310143

PORTARIA Nº 38/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), DANIELLA RUBIA DA SILVA GOMES, ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 15567/2019 em anexo, no período de 14/12/2019, 16/12/2019 e 19/12/2019 a 28/12/2019.

Biguaçu, 10 de janeiro de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 39/2020

Publicação Nº 2310144

PORTARIA Nº 39/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), KARINE PAULA SANTIN, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 78/2020 em anexo, no período de 16/12/2019 e 20/12/2019 a 22/12/2019.

Biguaçu, 10 de janeiro de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 40/2020

Publicação Nº 2310149

PORTARIA Nº 40/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), KARINE PAULA SANTIN, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 144/2020 em anexo, no período de 06/01/2020 e 08/01/2020 a 14/01/2020.

Biguaçu, 10 de janeiro de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 41/2020

Publicação Nº 2310150

PORTARIA Nº 41/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), ALEX JANUARIO FERREIRA, ocupante do cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 15517/2019 em anexo, no período de 18/12/2019 a 22/12/2019.

Biguaçu, 10 de janeiro de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 42/2020

Publicação Nº 2310153

PORTARIA nº 42 de 10 de janeiro de 2020

Concede Readaptação ao(a) servidor(a), ocupante do cargo efetivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Readaptação ao(a) servidor(a) Neide Teresinha Regis, de acordo com o art. 64 da Lei Complementar nº 54/2012, inscrito(a) na matrícula funcional nº 1251, ocupante do cargo efetivo de Professor I (Ensino Fundamental), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º O Servidor desenvolverá suas atividades no Centro Educacional Infantil Municipal Algodão Doce, desempenhando as seguintes funções:

I – Colaborar com os órgãos de administração e gestão da escola onde desenvolve suas atividades;

II – Desenvolver estudos, propostas e ações destinadas a eliminar e prevenir a fuga à escolaridade obrigatória, ao abandono precoce e ao absentismo sistemático;

III – Desenvolver estudos e propor medidas que sustentem a diversificação das estratégias e de métodos educativos para promover, de forma diferenciada, o sucesso escolar;

IV – Participar em ações destinadas a informar e sensibilizar os pais e a comunidade relativamente problemática das opções escolares e profissionais, bem como em ações e medidas de reforço da ligação escola-comunidade;

V – Propor medidas de inovação e de fomento da qualidade da gestão das condições e do ambiente educativo;

VI – Participar na concepção, acompanhamento e avaliação dos projetos educativos;

VII – Participar em experiências pedagógicas, bem como em projetos de investigação e em ações de formação dos órgãos de administração e gestão das escolas, do pessoal docente e do pessoal não docente, com especial incidência em modalidades de formação centradas na escola;

VIII – Colaborar no âmbito da sua especialidade, na organização e promoção de ações de avaliação e apoio aos alunos com necessidades educativas especiais;

IX – Desenvolver e contribuir para a realização do trabalho burocrático da secretaria da unidade escolar ou na Secretaria Municipal de Educação;

X – Desempenhar atividades correlatas ao cargo de Técnico em Educação.

§ 2º O período de manutenção da readaptação é de 20/12/2019 a 11/06/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 20/12/2019.

Biguaçu, 10 de janeiro de 2020.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 43/2020

Publicação Nº 2310154

PORTARIA Nº 43/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), DANIELA DOS SANTOS SILVA, ocupante do Cargo efetivo de BIBLIOTECÁRIO – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, conforme Processo nº 15521/2019, no período de 15/12/2019 a 20/12/2019.

Biguaçu, 10 de janeiro de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 44/2020

Publicação Nº 2310630

PORTARIA nº 44 de 10 de janeiro de 2020

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) MARILIA SCHERER, detentor do cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE SOCIAL para exercer a Função de Confiança COORDENADORA DO BOLSA FAMÍLIA na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 09/01/2020.

Biguaçu, 10 de janeiro de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 45/2020

Publicação Nº 2310631

PORTARIA nº 45/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER, Licença Maternidade à servidora, ANDREIA DALPASQUALE ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, no período de 17/12/2019 a 13/06/2020.

Biguaçu, 10 de janeiro de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

CONVOCAÇÃO Nº 27 EDITAL 004/2018

Publicação Nº 2310487



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

CONVOCAÇÃO Nº 027 – Edital 004/2018

A Secretaria Municipal de Administração, **no uso das atribuições**, CONVOCA o candidato **aprovado no Processo Seletivo SEMAD Edital 004/2018, abaixo relacionado para comparecer na Rua:** Praça Nereu Ramos, Nº 90 - Bairro: Centro – Biguaçu – SC, até o dia **22/01/2020**, munidos da Carteira de Identidade, PIS e CPF (originais) para dar início ao processo de sua admissão.

O COMPARECIMENTO PESSOAL DO CANDIDATO ABAIXO RELACIONADO É INDISPENSÁVEL, NO PRAZO ACIMA MENCIONADO, ENTENDENDO-SE QUE O NÃO COMPARECIMENTO NO PRAZO SERÁ TIDO COMO DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA. Após entrega de documentos, incluindo aprovação no exame pré-admissional, o candidato assinará contrato e iniciará suas atividades.

Biguaçu, 13 de janeiro de 2020.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

CARGO: ASSISTENTE SOCIA – 30HS

005 – ANNE ELIZA VIEIRA CHEREM - Chamada de acordo com o Art. 2º da Lei Nº 1528 DE 02 DE MAIO DE 2001.

006 – IRACEMA WOLAN - Chamada de acordo com o Art. 2º da Lei Nº 1528 DE 02 DE MAIO DE 2001.

Rua: Praça Nereu Ramos, nº 90,
Bairro: Centro – Biguaçu – CEP 88160-000
Telefone (48) 3094-4100

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA DE EXONERAÇÃO 040/2020 - JOSIANE**

Publicação Nº 2310699

PORTARIA Nº 040/2020

O Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas que lhe são conferidas no Art. 24, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno,

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar, a partir de 14 de Janeiro de 2020, a Sra. Josiane da Cunha Crescêncio, do cargo em comissão de Assessoria Parlamentar – Nível I da vereadora Magali Eliane Prazeres Pereira.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu/SC, 13 de Janeiro de 2020.

Vereador Nei Cláudio da Cunha
Presidente

PORTARIA DE EXONERAÇÃO 041/2020 - CLAUDIA

Publicação Nº 2310700

PORTARIA Nº XXX/2020

O Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas que lhe são conferidas no Art. 24, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno,

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar, a partir de XX de Janeiro de 2020, a Sra. Funcionária Exonerada, do cargo em comissão de Assessoria Parlamentar – Nível II do vereador Nome do Vereador.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo ao dia 22 de novembro de 2019.

Biguaçu/SC, XX de Janeiro de 2020.

Vereador Nei Cláudio da Cunha
Presidente

PORTARIA DE FÉRIAS 037/2020 - ARLINDO

Publicação Nº 2310213

PORTARIA Nº 037/2020

O Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas que lhe são conferidas no Art. 24, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao servidor Arlindo Neis Netto, ocupante do cargo comissionado de Diretor Legislativo, por 15 (quinze) dias. Início 13/01/2020 e término 27/01/2020. Referente ao período concessivo 2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 13 de janeiro de 2020.

Biguaçu/SC, 13 de janeiro de 2020.

Vereador Nei Claudio da Cunha
Presidente

PORTARIA DE NOMEAÇÃO 042/2020 - AMANDA

Publicação Nº 2310704

PORTARIA Nº 042/2020

O Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas que lhe são conferidas no Art. 24, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear, a partir de 14 de janeiro de 2020, a Sra. Amanda da Silva Damásio, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Compras e Contratos.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu/SC, 13 de Janeiro de 2020.

Vereador Nei Cláudio da Cunha
Presidente

Bom Jesus

PREFEITURA

DIVULGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS - CONSELHO TUTELAR - ELEIÇÃO SUPLEMENTAR

Publicação Nº 2310743



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA

DIVULGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS

A Comissão Especial Eleitoral constituída por meio da Resolução nº 002/2019 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Bom Jesus, no uso de suas atribuições legais, e conforme determinado no Edital de Abertura, divulga as inscrições deferidas e indeferidas relativamente ao Processo de escolha para Conselheiros Tutelares Suplentes Gestão 2020-2023.

Não houveram inscritos como Portadores de Necessidades Especiais nem para condições especiais de realização de provas.

Comunica ainda os candidatos que se sentirem prejudicados quanto a divulgação das Inscrições deferidas e indeferidas, os mesmos poderão interpor recurso conforme o Edital de abertura.

INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	DEFERIMENTO
01	JUCIMARA MARIA ALBERICI	CPF. 018.574.939-90	DEFERIDO
02	ELIANE MANGONI	CPF. 021.648.789-73	DEFERIDO
03	MARISETE PINHEIRO FELISBINO IUNG	CPF. 093.543.999-40	DEFERIDO
04	CLAUDIMARA GONSALVES DE MELLO	CPF. 096.909.049-81	DEFERIDO

Bom Jesus - SC, 13 de janeiro de 2020.

CINTHIA SCHNEIDER PELLEGRINI
PRESIDENTE DA CEE

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 08/2020

Publicação Nº 2309573

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 08/2020

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: VIGA CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI EPP.

Objeto: Contratação de empresa para execução de obra de vestiários e banheiros na praça municipal totalizando 61,50 m², conforme memorial descritivo, cronograma físico – financeiro e projetos anexos ao Processo Licitatório.

Valor do Objeto R\$ 131.312,32 (cento e trinta e um mil trezentos e doze reais e trinta e dois centavos).

Processo Licitatório nº. 2316/2019

Bom Jesus do Oeste/SC, 06 de janeiro de 2020.

Ronaldo Luiz Senger

Prefeito Municipal

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 09-2020

Publicação Nº 2309827

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 09/2020

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: Clínica DR. Valdir LTDA.

Objeto: Contratação de consultas medicas especializadas na área de ginecologia para o exercício de 2020.

Valor do Objeto ITEM 02 R\$ 76.000,00 (setenta e seis mil reais).

Processo Licitatório nº. 2705/2019

Bom Jesus do Oeste/SC, 08 de janeiro de 2020.

Elmer Zimmermann

Prefeito Municipal em Exercício

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 10-2020

Publicação Nº 2309828

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 10/2020

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: Clínica Pediátrica Dra. Carina Quiben LTDA.

Objeto: Contratação de consultas medicas especializadas na área de pediatria para o exercício de 2020.

Valor do Objeto ITEM 01 R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais).

Processo Licitatório nº. 2705/2019

Bom Jesus do Oeste/SC, 08 de janeiro de 2020.

Elmer Zimmermann

Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO MUNICIPAL Nº. 5396/2020

Publicação Nº 2309631

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

Decreto Municipal nº. 5396/2020 de 08 de janeiro de 2020.

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, do Processo Licitatório nº. 2705/2019, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere as Leis Federais nº. 10.520/02, 8.666/93 e suas atualizações;

DECRETA: Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, nomeada pelo Decreto Municipal nº. 5258/2019 de 02 de janeiro de 2019, sob o Processo de Licitação nº. 2705/2019, que tem por objeto Contratação de empresa para consultas médicas nas especialidades de pediatria e ginecologia para o exercício de 2020.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto		Valor Unitário R\$	Valor (R\$)
2	Clinica Valdir EIRELI ME	Consulta médica na área de ginecologia, com atendimento de no mínimo um turno de 4 horas durante a semana, no Centro Municipal de Saúde, no período de janeiro a dezembro de 2020	800	95,00	76.000,00
1	Clínica Pediátrica Dra. Carina Quiben LTDA	Consulta médica na área de pediatria, com atendimento de no mínimo um turno de 4 horas durante a semana, no Centro Municipal de Saúde, no período de janeiro a dezembro de 2020	500	110,00	55.000,00

Setenta e seis mil reais	76.000,00
Cinquenta e cinco mil reais	55.000,00

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto Municipal nº. 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC,
aos 08/01/2020.

Elmer Zimmermann
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 011/2020, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2309539

PORTARIA Nº 011/2020, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES MUNICIPAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELMER ZIMMERMANN, Prefeito Municipal em Exercício de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER férias por merecimento a Servidores Públicos Municipais nas suas diversas secretarias, conforme períodos aquisitivos e concessões abaixo relacionadas:

Nome	Período Aquisitivo	Período Concessão	Matrícula
Silvio Cesar Ceccon	06.02.18 a 05.02.19	13.01.20 a 27.01.20	349-2
Valdir Becker	01.08.17 a 31.07.18	15.01.20 a 29.01.20	152-0
Neiva Dall Agnol Hahn	01.04.18 a 31.03.19	15.01.20 a 13.02.20	516-9
Mariliva Ames Aiolfi	18.02.18 a 17.02.19	20.01.20 a 03.02.20	56-6
Janiara Keller Ceccon	13.03.18 a 12.03.19	13.01.20 a 27.01.20	482-0
Hari Schmidt	13.02.18 a 12.02.19	15.01.20 a 03.02.20	353-0
Fernanda Borgheti	26.07.18 a 25.07.19	20.01.20 a 03.02.20	688-2

Everaldo Ceccon	14.07.18 a 13.07.19	15.01.20 a 29.01.20	548-7
Elizangela Rogovski	05.05.18 a 04.05.19	20.01.20 a 29.01.20	511-8
Lanoir Luiz Schmitt	18.02.18 a 17.02.19	13.01.20 a 22.01.20	58-2
Rosilene Kuhn	03.05.18 a 02.05.19	13.01.20 a 27.01.20	760-9
Vilmar Adriano Bortolozo	12.02.19 a 11.02.20	13.01.20 a 01.02.20	382-4
Charlaine Kreuz	01.11.18 a 31.10.19	13.01.20 a 01.02.20	369-7
Fernanda Baldissera	04.04.18 a 03.04.19	13.01.20 a 11.02.20	512-6

Art. 2º. Os Servidores Srº Hari Schmidt, inscrito na matrícula sob nº 353-0, Srº Vilmar Adriano Bortolozo, inscrito na matrícula sob nº 382-4, Srª Charlaine Kreuz, inscrita na matrícula sob nº 369-7, irão gozar de férias pelo período de 20 dias, tendo 10 dias convertidos em abono pecuniário conforme prevê o art. 62 & 2º da Lei nº 542/2006(Estatuto dos Servidores)

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 13 de janeiro de 2020.

ELMER ZIMMERMANN
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 012/2020, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2310374

PORTARIA Nº 012/2020, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES MUNICIPAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELMER ZIMMERMANN, Prefeito Municipal em Exercício de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER férias por merecimento a Servidores Públicos Municipais nas suas diversas secretarias, conforme períodos aquisitivos e concessões abaixo relacionadas:

Nome	Período Aquisitivo	Período Concessão	Matrícula
Vanusa D. Nascimento	06.03.19 a 05.03.20	02.01.20 a 31.01.20	817-6
Tatiane Ribeiro Lopes	01.07.18 a 30.06.19	02.01.20 a 31.01.20	682-3
Solange A. B. Debastiani	16.03.18 a 15.03.19	02.01.20 a 31.01.20	391-3
Solange A. B. Debastiani	21.02.18 a 20.02.19	02.01.20 a 31.01.20	179-1
Silvia Endler	20.04.19 a 19.04.20	02.01.20 a 31.01.20	344-1
Silene Seelig Reinehr	02.01.19 a 01.02.20	02.01.20 a 31.01.20	40-0
Sandra F. M. Steffler	13.02.19 a 12.02.20	02.01.20 a 31.01.20	180-5
Salette F. Zimmermann	27.03.19 a 26.03.20	02.01.20 a 31.01.20	394-8
Salette Escher	02.05.18 a 01.05.19	02.01.20 a 31.01.20	534-7
Marilei S. O. Horn	22.04.17 a 21.04.19	02.01.20 a 31.01.20	183-0
Loreni Salete Diel	28.07.18 a 27.07.19	02.01.20 a 31.01.20	181-3
Leonir Simonetti	02.03.19 a 01.03.20	02.01.20 a 31.01.20	393-0
Josiane Serpa Bordin	21.05.18 a 20.05.19	02.01.20 a 31.01.20	536-3
Fernando Melchior	01.07.18 a 30.06.19	02.01.20 a 31.01.20	684-0
Fabricio Scapin	01.07.18 a 30.06.19	02.01.20 a 31.01.20	685-8
Fabiane A. Morandini	16.04.18 a 15.04.19	02.01.20 a 31.01.20	514-2
Eni R. Wesner	24.05.18 a 23.05.19	02.01.20 a 31.01.20	268-2

Eleni Pereira Schmitt	08.06.18 a 07.06.19	02.01.20 a 31.01.20	709-9
Cleusa B. Mosmann	02.05.18 a 01.05.19	02.01.20 a 31.01.20	532-0
Angelita Schmitt	03.07.18 a 02.07.19	02.01.20 a 31.01.20	679-3
Alexandra Dos S. Vargas	26.07.18 a 25.07.19	02.01.20 a 31.01.20	683-1
Adriane W. Dos Santos	08.03.19 a 07.03.20	02.01.20 a 31.01.20	727-7
Adriane Baumbach	22.02.18 a 21.02.19	02.01.20 a 31.01.20	184-8
Vera Lucia C. Flores	02.03.19 a 01.03.20	06.01.20 a 04.02.20	392-1

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 13 de janeiro de 2020.

ELMER ZIMMERMANN
Prefeito Municipal em Exercício

Braço do Trombudo

PREFEITURA

DECRETO Nº 002/2020

Publicação Nº 2310161

DECRETO Nº 002/2020
NOMEIA CONSELHEIROS(AS) TUTELARES

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito Municipal em Exercício de Braço do Trombudo, no uso de suas atribuições legais, e amparado na Lei Municipal nº 0794/2014 de 12/05/2014.

DECRETA:

Art.1º - Ficam nomeados(as) a partir de 10/01/2020 (data da posse), os Conselheiros(as) Tutelares, conforme segue:

ADRIANO JOSÉ GUIMARÃES DA SILVA

CRISTIANE APARECIDA DE SOUZA

DAMARIS CRISTINA STUWER BAADE

JANE SÔNIA GIESELER

MARIZETE BESCHTOLD DO NASCIMENTO

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 10/01/2020.

Braço do Trombudo em 13 de Janeiro de 2020.

Vilberto Muller Schovinder
Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO Nº 003/2020

Publicação Nº 2310421

DECRETO Nº 003/2020

Reajusta pagamento de diárias.

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito em Exercício do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado na Lei nº 0738/2013 de 01.03.13, etc...

DECRETA

Art. 1º O valor dos pagamentos de diárias ao Prefeito Municipal, Vice-Prefeito, Secretários e demais Servidores do Poder Executivo Municipal, terá um reajuste na razão de 7,31% (sete inteiros e trinta e um centésimos por cento), apurado pelo IGP-M (Índice geral de preços do mercado) acumulado entre o período de 01.01.2019 a 31.12.2019, passando a ser com os seguintes valores:

Destino da Viagem	Servidores do Executivo	Secretários Municipais Vice-Prefeito	Prefeito Municipal
Alto Vale do Itajaí	R\$ 305,75	R\$ 305,75	R\$ 305,75
Outras Regiões do Estado	R\$ 592,39	R\$ 592,39	R\$ 592,39
Outros Estados e Distrito Federal	R\$ 954,00	R\$ 954,00	R\$ 954,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 13 de janeiro de 2020.

Vilberto Muller Schovinder
Prefeito em Exercício

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 3/2020 - SRP

Publicação Nº 2309781

PROCESSO ADMINISTRATIVO 5/2020
EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 3/2020 - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 08h30min do dia 29/01/2020, estará selecionando a melhor proposta Registro de Preços para eventual aquisição de material de limpeza e outros materiais para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo, SC, informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 13 de janeiro de 2020.

Vilberto Muller Schovinder - Prefeito Municipal em exercício.

EXTRATO DE CONTRATO 03/2020

Publicação Nº 2309783

EXTRATO DE CONTRATO 03/2020

Contratante: Município de Braço do Trombudo

CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: Rinnert e Cia LTDA

CNPJ 05.572.506/0001-99

Rua Dom Pedro, 101, Bairro Centro

Cidade Braço do Trombudo – SC

Objeto: fornecimento aproximado de 82.500 litros de Gasolina Comum com o valor de R\$ 4,53 (quatro reais e cinquenta e três centavos) por litro, 37.800 litros de Óleo Diesel S500 com o valor de R\$ 3,65 (três reais e sessenta e cinco centavos) por litro, 11.500 litros de Óleo Diesel S10 com o valor de R\$ 3,75 (três reais e setenta e cinco centavos) por litro e 1.400 litros de Etanol com o valor de R\$3,87 (três reais e oitenta e sete centavos) por litro, de acordo com as necessidades da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.

Vigência: até 31.12.2020.

Data da assinatura: 13.01.2020

Vilberto Muller Schovinder

Prefeito Municipal em Exercício

Brusque

PREFEITURA

DECRETO Nº 8526-2020

Publicação Nº 2310654

DECRETO N.º 8.526, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

Decreta LUTO OFICIAL em todo território municipal em virtude do falecimento do Sr. Osmar Ristow.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e considerando o falecimento do Sr. Osmar Ristow, ex-vereador de Brusque, no dia 12 de janeiro do corrente ano,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado LUTO OFICIAL, por 03 (três) dias, em todo território municipal, em virtude do falecimento do Sr. Osmar Ristow.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13/01/2020.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de janeiro de 2020.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

EXTRATO CONTRATO Nº 01 -2020

Publicação Nº 2310609

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

EXTRATO 01/2020

EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:

SERVIDOR	VIGÊNCIA DO CONTRATO
SILVANA MORANDI SACHETE	'02/12/2019 - '30/11/2020

ORIGEM: Processo Seletivo 11/2019

FUNDAMENTO: Lei nº 2174/1997

OBJETO: O empregado trabalhará para a contratante nas funções de CIRURGIÃO DENTISTA dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 40 horas semanais.

Brusque, 13/01/2020

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

EXTRATO CONTRATO Nº 02 -2020

Publicação Nº 2310610

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

EXTRATO 02/2020

EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:

SERVIDOR	VIGÊNCIA DO CONTRATO
GRACIELA MACHADO	'02/12/2019 - '30/11/2020
VANIA ANA SILVEIRA MUNIZ	'02/12/2019 - '30/11/2020

ORIGEM: Processo Seletivo 11/2019

FUNDAMENTO: Lei nº 2174/1997

OBJETO: O empregado trabalhará para a contratante nas funções de ENFERMEIRO dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 40 horas semanais.

Brusque, 13/01/2020

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

EXTRATO CONTRATO Nº 03 -2020

Publicação Nº 2310611

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

EXTRATO 03/2020

EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:

SERVIDOR	VIGÊNCIA DO CONTRATO
ANA PAULA SERPA	'05/12/2019 - '03/12/2020

ORIGEM: Processo Seletivo 18/2019

FUNDAMENTO: Lei nº 2174/1997

OBJETO: O empregado trabalhará para a contratante nas funções de MÉDICO dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 40 horas semanais.

Brusque, 13/01/2020

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

EXTRATO CONTRATO Nº 04 -2020

Publicação Nº 2310612

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

EXTRATO 04/2020

EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:

SERVIDOR	VIGÊNCIA DO CONTRATO
JEAN PIERRE FARIAS	'02/12/2019 - '30/11/2020
SIONARA GUACIRA DE SOUZA	'02/12/2019 - '30/11/2020

ORIGEM: Processo Seletivo 10/2018

FUNDAMENTO: Lei nº 2174/1997

OBJETO: O empregado trabalhará para a contratante nas funções de MONITOR dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 40 horas semanais.

Brusque, 13/01/2020

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

EXTRATO CONTRATO Nº 05 -2020

Publicação Nº 2310613

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

EXTRATO 05/2020

EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:

SERVIDOR	VIGÊNCIA DO CONTRATO
ROBSON CESAR DE ANDRADE ALMEIDA	'20/12/2019 - '18/12/2020

ORIGEM: Processo Seletivo 21/2019

FUNDAMENTO: Lei nº 2174/1997

OBJETO: O empregado trabalhará para a contratante nas funções de MOTORISTA DE AMBULÂNCIA dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 40 horas semanais.

Brusque, 13/01/2020

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

EXTRATO CONTRATO Nº 06 -2020

Publicação Nº 2310614

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

EXTRATO 06/2020

EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:

SERVIDOR	VIGÊNCIA DO CONTRATO
ROBSON LOPES DOS SANTOS	'02/12/2019 - '29/05/2020

ORIGEM: Processo Seletivo 13/2018

FUNDAMENTO: Lei nº 2174/1997

OBJETO: O empregado trabalhará para a contratante nas funções de MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 40 horas semanais.

Brusque, 13/01/2020

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

EXTRATO CONTRATO Nº 07 -2020

Publicação Nº 2310615

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

EXTRATO 07/2020

EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:

SERVIDOR	VIGÊNCIA DO CONTRATO
JOEZER MATOS DOGADO	'03/12/2019 - '01/12/2020

ORIGEM: Processo Seletivo 11/2019

FUNDAMENTO: Lei nº 2174/1997

OBJETO: O empregado trabalhará para a contratante nas funções de PSICÓLOGO dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 40 horas semanais.

Brusque, 13/01/2020

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

EXTRATO CONTRATO Nº 08 -2020

Publicação Nº 2310620

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

EXTRATO 08/2020

EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:

SERVIDOR	VIGÊNCIA DO CONTRATO
GILSON MATOS DOS SANTOS	'05/12/2019 - '03/12/2020
GUTEMBERG MASCARENHAS DA SILVA	'04/12/2019 - '02/12/2020
JOEL MARCOS DA SILVA	'05/12/2019 - '03/12/2020

ORIGEM: Processo Seletivo 08/2019

FUNDAMENTO: Lei nº 2174/1997

OBJETO: O empregado trabalhará para a contratante nas funções de SERVENTE SERVIÇOS GERAIS dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 40 horas semanais.

Brusque, 13/01/2020

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

EXTRATO CONTRATO Nº 09 -2020

Publicação Nº 2310622

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

EXTRATO 09/2020

EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:

SERVIDOR	VIGÊNCIA DO CONTRATO
CARLOS EDUARDO DAROCESKI	'02/12/2019 - '30/11/2020
KELI CRISTIANE CORREIA MELO DE OLIVEIRA	'02/12/2019 - '30/11/2020
ALINE NUNES BONFIM DOMINGUES	'02/12/2019 - '30/11/2020
TATIANA DE SENA SILVA	'02/12/2019 - '30/11/2020

ORIGEM: Processo Seletivo 15/2018

FUNDAMENTO: Lei nº 2174/1997

OBJETO: O empregado trabalhará para a contratante nas funções de SERVENTE SERVIÇOS GERAIS dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 40 horas semanais.

Brusque, 13/01/2020

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

EXTRATO CONTRATO Nº 10 -2020

Publicação Nº 2310623

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

EXTRATO 10/2020

EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:

SERVIDOR	VIGÊNCIA DO CONTRATO
JANE FERNANDA PANTOJA SANTOS	'02/12/2019 - '30/11/2020

ORIGEM: Processo Seletivo 10/2018

FUNDAMENTO: Lei nº 2174/1997

OBJETO: O empregado trabalhará para a contratante nas funções de SERVENTE SERVIÇOS GERAIS dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 40 horas semanais.

Brusque, 13/01/2020

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

EXTRATO CONTRATO Nº 11 -2020

Publicação Nº 2310624

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

EXTRATO 11/2020

EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:

SERVIDOR	VIGÊNCIA DO CONTRATO
FABIANA DIAS MIRON	'05/12/2019 - '03/12/2020
MARIA TEREZINHA BERTON	'02/12/2019 - '30/11/2020

ORIGEM: Processo Seletivo 11/2019

FUNDAMENTO: Lei nº 2174/1997

OBJETO: O empregado trabalhará para a contratante nas funções de TÉCNICO EM ENFERMAGEM dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 40 horas semanais.

Brusque, 13/01/2020

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

EXTRATO CONTRATO Nº 003-2020 -SAMAE

Publicação Nº 2310607

EXTRATO DO CONTRATO 003/2020

ESPÉCIE: Publicações no Diário Oficial do Estado dos atos do SAMAE de Brusque/SC; MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Dispensa; PROCESSO LICITATÓRIO: 001/2020; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.001.0004.0122.0300.2291.333903947000000000.2000000; VIGÊNCIA: 12 Meses. VALOR: R\$ 50.000,00. DATA DA ASSINATURA: 13/01/2020; CONTRATADA: Secretaria de Estado da Administração / Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais. Diretor do SAMAE.

Brusque, 13 de janeiro de 2020.

PUBLIQUE-SE

Dejair Machado
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037-2019

Publicação Nº 2310626

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO nº 037/2019

Concorrência nº 002/2019

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIA DE PUBLICIDADE

Recorrente: BAR PROPAGANDA E MARKETING LTDA, JSMAx PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA, TEMPO BRASIL COMUNICAÇÃO E DESIGN LTDA, TÁTICAS PUBLICIDADE E PROPAGANDA

RESULTADO DO RECURSO ADMINISTRATIVO: Pelo exposto, conhecer o recurso apresentado pelas empresas acima mencionadas, e no mérito julgá-los parcialmente procedentes com fundamento no artigo 41 da Lei 8666/93. 13/01/2020

WILSON SCHMIDT JUNIOR
Secretaria de Comunicação Social

PORTARIA Nº 071-2020-ERRATA

Publicação Nº 2310628

ERRATA

Na Portaria nº 071/2020, de 08 de Janeiro de 2020, que concede férias à Servidora CATIA REGINA PEREIRA, publicada em 09 de Janeiro de 2020, no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC,

Onde se lê:

Lotação: Procuradoria-geral do Município

Leia-se:

Lotação: Ouvidoria-geral do Município

Prefeitura Municipal de Brusque, em 10 de Janeiro de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 093-2020

Publicação Nº 2310629

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 093/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
1084410	1	ELISANGELA HOFFMANN	Secretaria Municipal de Educação	13/01/2020	11/02/2020	30
508071	3	EVELINE SIQUEIRA TEIXEIRA	Secretaria Municipal de Educação	13/01/2020	11/02/2020	30

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 13 de Janeiro de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUEMO
Secretária Municipal de Educação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2615-2019

Publicação Nº 2310636

PORTARIA Nº 2615/2019

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017;

Considerando a solicitação de Vacância do Cargo Público, por posse em outro cargo não acumulável da Servidora GEDALIA BRITO SAMPAIO DE JESUS.

RESOLVE:

Art. 1º Declarar a vacância do cargo de MONITOR ESCOLAR II, na forma do Art. 41, inciso V, da Lei Complementar nº 147/2009, em virtude de posse em outro cargo inacumulável da servidora GEDALIA BRITO SAMPAIO DE JESUS, matrícula nº 10000001066-1, lotada na Secretaria Municipal de Educação/C.E.I. LAURA CATTANI, a contar de 11/12/2019.

Parágrafo Único – A Vacância que trata o caput deste artigo encontra fulcro nos art. 41, inciso V, c/c com o art. 280 da Lei Complementar nº 147/09 e alterações.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 11/12/2019, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 18 de dezembro de 2019.
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretária de Orçamento e Gestão
Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora
Recursos Humanos

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUEMO
Secretária de Educação

PORTARIA Nº 2616-2019

Publicação Nº 2310637

PORTARIA Nº 2616/2019

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017;

Considerando a solicitação de Vacância do Cargo Público, por posse em outro cargo não acumulável do Servidor JOÃO LUIZ MONTENEGRO

DE OLIVEIRA.

RESOLVE:

Art. 1º Declarar a vacância do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, na forma do Art. 41, inciso V, da Lei Complementar nº 147/2009, em virtude de posse em outro cargo incompatível do servidor JOÃO LUIZ MONTENEGRO DE OLIVEIRA, matrícula nº 354066-2, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 13/12/2019.

Parágrafo Único – A Vacância que trata o caput deste artigo encontra fulcro nos art. 41, inciso V, c/c com o art. 280 da Lei Complementar nº 147/09 e alterações.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 13/12/2019, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 18 de dezembro de 2019.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretária de Orçamento e Gestão

Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora

Recursos Humanos

HUMBERTO MARTINS FORNARI

Secretário de Saúde

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037-2019- ADENDO ATA

Publicação Nº 2310627

ADENDO ATA DA AVALIAÇÃO TÉCNICA E CLASSIFICAÇÃO CONCORRÊNCIA N. 002/2019 Fica alterada a Ata de Licitação lavrada em 22/out/2019, tendo em vista necessidade de readequar a classificação conforme o julgamento dos recursos interpostos, passando a vigorar da seguinte forma: Ficam desclassificadas as empresas: JS MAX Publicidade e Propaganda Ltda e Agência de Publicidade Tig Ltda, pelos motivos descritos na decisão do recurso. Ficaram identificadas as empresas da seguinte forma: Agência 01 (Primeira Parte) e Agência 08 (Segunda Parte): PUBLICA COMUNICAÇÃO LTDA – 76,85 Agência 02 (Primeira Parte) e Agência 07 (Segunda Parte): FOCO PROPAGANDA LTDA – 68,78 Agência 03 (Primeira Parte) e Agência 05 (Segunda Parte): BAR PROPAGANDA E MARKETING LTDA – 81,03 Agência 04 (Primeira Parte) e Agência 03 (Segunda Parte): JS MAX PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA – desclassificada Agência 05 (Primeira Parte) e Agência 02 (Segunda Parte): TATTICAS PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA – 81,04 Agência 06 (Primeira Parte) e Agência 06 (Segunda Parte): TEMPO BRASIL COMUNICAÇÃO E DESIGN LTDA – 82,71 Agência 07 (Primeira Parte) e Agência 01 (Segunda Parte): PROPAGA COMUNICAÇÃO LTDA – 73,85 Agência 08 (Primeira Parte) e Agência 04 (Segunda Parte): AGENCIA DE PUBLICIDADE TIG LTDA – desclassificada Dessa forma as empresas ficaram classificadas: 1ª Classificada: TEMPO BRASIL COMUNICAÇÃO E DESIGN LTDA – 82,71 2ª Classificada: TATTICAS PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA – 81,04 3ª Classificada: BAR PROPAGANDA E MARKETING LTDA – 81,03 4ª Classificada: PUBLICA COMUNICAÇÃO LTDA – 76,85 5ª Classificada: PROPAGA COMUNICAÇÃO LTDA – 73,85 6ª Classificada: FOCO PROPAGANDA LTDA – 68,78 Publique-se. Brusque, 13 de janeiro de 2020. CHRISTIANE DOS SANTOS DA SILVA Presidente da Comissão de Licitação

Caçador

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2020

Publicação Nº 2309972

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO 01/2020 – PREGÃO PRESENCIAL – 01/2020-PREFEITURA

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2020

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE ÓLEOS E LUBRIFICANTES DESTINADOS A MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS, CAMINHÕES E VEÍCULOS DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 24/01/2020 às 14hrs00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 24/01/2020 às 14h15min. Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site cacador.sc.gov.br no ícone licitações – editais, no horário de expediente em vigor.

Caçador-SC, 13 de janeiro de 2020.

SAULO SPEROTTO
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2020

Publicação Nº 2310024

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO 02/2020 – PREGÃO PRESENCIAL – 02/2020-PREFEITURA

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2020

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS VETERINÁRIOS DESTINADOS AO CENTRO DE BEM ESTAR ANIMAL MARIA ALVES, PARA ATENDIMENTO DE CÃES E GATOS DE RUAS, OU DA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA, EM SITUAÇÃO DE SOFRIMENTO E RISCO À VIDA.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 27/01/2020 às 14hrs00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 27/01/2020 às 14h15min. Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site cacador.sc.gov.br no ícone licitações – editais, no horário de expediente em vigor.

Caçador-SC, 13 de janeiro de 2020.

SAULO SPEROTTO
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2020

Publicação Nº 2310046

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO 03/2020 – PREGÃO PRESENCIAL – 03/2020-PREFEITURA

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2020

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA DESTINADOS AS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 28/01/2020 às 14hrs00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 28/01/2020 às 14h15min. Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site cacador.sc.gov.br no ícone licitações – editais, no horário de expediente em vigor.

Caçador-SC, 13 de janeiro de 2020.

SAULO SPEROTTO
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 8.522

Publicação Nº 2310675

DECRETO Nº 8.522, de 20 de dezembro de 2019.

Torna ato sem efeitos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, e em conformidade com os arts. 20 e 22 da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a Portaria nº 31.561, de 11 de setembro de 2019, que nomeia Denise Stefaniak Senn para ocupar o cargo de Enfermeira, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC em 16/09/2019,

CONSIDERANDO a Portaria nº 31.800, de 15 de outubro de 2019, que prorroga o prazo para tomada de posse no cargo até 13/11/2019, publicada no DOM/SC em 17/10/2019,

CONSIDERANDO a Portaria nº 32.032, de 26 de novembro de 2019, que suspende o curso do prazo para tomada de posse, tendo em conta a requisição de exames complementares por parte da empresa responsável pela realização dos exames admissionais dos funcionários do Município,

CONSIDERANDO o Despacho nº 11 contido no Protocolo nº 27.512/2019,

DECRETA:

Art. 1º. Tornar sem efeitos a Portaria nº 31.561, de 11 de setembro de 2019, que nomeou DENISE STEFANIAK SENN para ocupar o cargo de Enfermeira, em decorrência do não cumprimento das condições estabelecidas em lei e no regulamento do Concurso para a investidura no cargo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 20 de dezembro de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 8.523

Publicação Nº 2310678

DECRETO Nº 8.523, de 20 de dezembro de 2019.

Homologa a classificação final do Edital de Processo Seletivo nº 05/2019 – da Secretaria Municipal de Educação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA :

Art. 1º Fica homologada a classificação final do Edital nº 05/2019, de 31 de outubro de 2019 - do Edital de Processo Seletivo destinado à admissão em caráter temporário (ACT) para os cargos de Psicólogo e Fonoaudiólogo para atuarem temporariamente no Projeto "Equipe de Apoio de Multidisciplinar" da Secretaria Municipal de Educação, conforme Anexo que fica fazendo parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 20 de dezembro de 2019.
Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

EDITAL Nº 05/2019 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
CLASSIFICAÇÃO FINAL

CARGO: PSICÓLOGO ESCOLAR

CLASSIFICAÇÃO	NOME	Leg. Educ.	Port.	Conhec. Téc.	Total	Situação
1º	Luana Carolina Bellan Posser	100	90	180	370	Classificado
2º	Marza Bazan de Freitas Ferrer	80	100	140	320	Classificado
3º	Mariana Faoro	100	80	140	320	Classificado
4º	Alessandra dos Santos Selinka	80	90	140	310	Classificado
5º	Aurea Cristina Olenka Alexal	100	80	130	310	Classificado
6º	Francine de Matias	100	70	130	300	Classificado
7º	Caroline Comelli	90	80	130	300	Classificado
8º	Roberta Aparecida Varaschin	100	80	120	300	Classificado
9º	Silvane Andrioni	100	60	130	290	Classificado
10º	Diana Tavares da Rosa	100	60	130	290	Classificado
11º	Patricia Heusser Danette	70	60	150	280	Classificado
12º	Natiele Santin de Moura	80	60	140	280	Classificado
13º	Kaliandra Cristina Schneider	90	60	130	280	Classificado
14º	Rafaela Ziegelmaier Ribeiro	80	80	120	280	Classificado
15º	Simone Casagrande	90	70	120	280	Classificado
16º	Juliane de Paula	100	70	110	280	Classificado
17º	Erika Melisse Samora	80	60	130	270	Classificado
18º	Analú Santin	90	50	130	270	Classificado
19º	Luana dos Anjos Gaspar da Silva	90	50	130	270	Classificado
20º	Rita de Cássia Coelho Penna	90	70	110	270	Classificado
21º	Monica Kazi-mierczak dos Santos	90	70	110	270	Classificado
22º	Eliane Balvedi Medeiros	90	50	120	260	Classificado
23º	Meire Ane Correia	90	60	110	260	Classificado
24º	Caroline Citadin	100	50	110	260	Classificado
25º	Franciane Regina Pezzole	100	60	100	260	Classificado
26º	Maristela de Siqueira Mendes	80	50	110	240	Classificado
27º	Joice Aparecida Gomes	70	60	110	240	Classificado
28º	Aline Fátima de Mattos	50	60	120	230	Classificado
29º	Tatiane Sorg Rosa	70	50	100	220	Classificado
30º	Sara Rafaely Moreira Albiero	100	40	120	260	Desclassificado
31º	Micheli de Almeida Gomes	90	80	90	260	Desclassificado
32º	Vanessa Cinelli Maceri	90	40	120	250	Desclassificado
33º	Vanessa Colaço Miranda	80	20	140	240	Desclassificado
34º	Ane Caroline Dobler	80	40	110	230	Desclassificado

35º	Valéria Fortes	70	50	90	210	Desclassificado
36º	Christianne Pereira Feigl	-	-	-	-	Não compareceu
37º	Jéssica Amaro Ferreira	-	-	-	-	Não compareceu
38º	Maria Augusta Nhoato Moreira	-	-	-	-	Não compareceu
39º	Renata Amazonas	-	-	-	-	Não compareceu

CARGO: FONOAUDIÓLOGO ESCOLAR

CLASSIFICAÇÃO	NOME	Leg. Educ.	Port.	Conhec. Téc.	Total	Situação
1º	Tatiane Machado Lima	100	100	190	390	Classificado

DECRETO Nº 8.525

Publicação Nº 2310679

DECRETO Nº 8.525, de 07 de janeiro de 2020.

Homologa Resolução do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA :

Art. 1º. Fica homologada a Resolução nº 19, de 13 de dezembro de 2019, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, conforme previsto no art. 10, da Lei nº 3.214, de 31 de março de 2015, a qual fica fazendo parte integrante deste Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 07 de janeiro de 2020.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

Resolução 019/2019 de 13 de dezembro de 2019.

Dispõe sobre a aprovação da proposta “Projeto Matraca” apresentada pela Associação Brasileira de Educação e Cultura – ABEC – Marista Escola Social - Unidade Caçador, inscrita no Banco de Projetos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA de Caçador/SC para captação de recursos.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3.214, de 31 de março de 2015.

CONSIDERANDO a Deliberação nº 001/2018 – CMDCA Caçador.

CONSIDERANDO o Decreto 7.809 de 02 de Outubro de 2018 que nomeia Comissão Especial;

CONSIDERANDO a solicitação da inscrição da proposta da Entidade Associação Brasileira de Educação e Cultura – ABEC – Marista Escola Social - Unidade Caçador, no Banco de Projetos FIA, através do Protocolo 17.957/2018;

CONSIDERANDO o Parecer 11/2018 da Comissão de Seleção;

CONSIDERANDO a Reunião Extraordinária realizada no dia 05 de outubro de 2018, Ata nº 369.

CONSIDERANDO a Reunião Extraordinária realizada no dia 29 de outubro de 2018, Ata nº 371.

CONSIDERANDO a Reunião Ordinária realizada no dia 10 de dezembro de 2019, Ata nº 389.

Resolve:

Art. 1º Aprovar a Inscrição da proposta “Projeto Matraca” apresentada pela Associação Brasileira de Educação e Cultura – ABEC – Centro Social Marista de Caçador no Banco de Projetos FIA no valor de R\$160.545,19 (cento e sessenta mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e dezenove centavos), sendo que conforme artigo 6º, §2º da Deliberação 001/2018 “Do total de recursos captados pelos Órgãos da Sociedade

civil através do Banco de Projetos FIA, o percentual de 10% (dez por cento) será destinado ao FIA Municipal, visando o financiamento de projetos de interesse do conselho”.

Art. 2º O Projeto aprovado será incluso no site da Prefeitura Municipal de Caçador, em área destinada ao CMDCA – Banco de Projetos FIA e no site do CMDCA www.cmdcacacadorsc.com.

Art. 3º A proposta inscrita no Banco de Projetos FIA ficará apta à captação de recursos pelo período de 02 (dois) anos, contados da data da aprovação pelo CMDCA Caçador.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 13 de outubro de 2019.

MILENE RODRIGUES DA SILVA

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

DECRETO Nº 8.527

Publicação Nº 2310682

DECRETO Nº 8.527, de 08 de janeiro de 2020.

Designa Comissão Especial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam designados os Servidores Alan Rocha Liegel, Antonio Carlos do Nascimento Bittencourt e Ivolneia Alves de Freitas para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de Julgamento do Processo Licitatório nº 165/2019 – Concorrência nº 04/2019, cujo objeto é a permissão de uso das salas comerciais pertencentes ao Município e integrantes do terminal do Aeroporto Dr. Carlos Alberto da Costa Neves, com as seguintes características: a) loja 2 – sala com 15,46m², para fins de funcionamento de café/lanchonete e b) loja 3 – sala com 4,0 m², para fins de funcionamento e serviços de locação de veículos.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 08 de janeiro de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 8.536

Publicação Nº 2310683

DECRETO Nº 8.536, de 09 de janeiro de 2020.

Aprova desmembramento e remembramento de terrenos urbanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 – Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano com superfície de 343,80m² (trezentos e quarenta e três metros e oitenta decímetros quadrados) devidamente matriculado no Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 4.040, de propriedade de Renato Rodrigues, ficando após o desmembramento constituído de 02 (duas) áreas, com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I – área com 103,67m² (cento e três metros e sessenta e sete decímetros quadrados) que inicia se no vértice P9, de coordenadas N 7.039.065,86m e E 499.460,81m; deste, segue confrontando com área de posse de Maria Salete Rodrigues com azimuth de 98°55'14" e 3,53 m até o vértice P4, de coordenadas N 7.039.065,32m e E 499.464,30m; deste, segue confrontando com o imóvel Matrícula:12.966 de Maria Salete Rodrigues, com os seguintes azimutes e distâncias: 98°55'14" e 13,00m até o vértice P3, de coordenadas N 7.039.063,30m e E 499.477,14m; deste, segue confrontando a RUA - LUIZ TORTATTO, com os seguintes azimutes e distâncias: 187°04'09" e 7,15 m até o vértice P10, de coordenadas N 7.039.056,20m e E 499.476,26m; deste, segue confrontando com Renato Rodrigues, matr.4.040, com os

seguintes azimutes e distâncias: 276°00'46" e 12,42 m até o vértice P11, de coordenadas N 7.039.057,50m e E 499.463,91m; deste, segue confrontando com, Renato Rodrigues, matr.4.040, com os seguintes azimutes e distâncias: 5°33'37" e 5,38 m até o vértice P12, de coordenadas N 7.039.062,86m e E 499.464,43m; deste, segue confrontando com, Renato Rodrigues, matr.4.040, com os seguintes azimutes e distâncias: 275°33'36" e 4,14 m até o vértice P13, de coordenadas N 7.039.063,26m e E 499.460,30m; deste, segue confrontando com FAIXA DE DOMÍNIO - RFFSA, com os seguintes azimutes e distâncias: 11°03'32" e 2,64 m até o vértice P9, ponto inicial da descrição deste perímetro. Fechando assim uma área de 103,67m².

II – área com 240,13m² (duzentos e quarenta metros e treze décimos quadrados), que inicia-se a descrição deste perímetro no vértice P13, de coordenadas N 7.039.063,26m e E 499.460,30m; deste, segue confrontando com imóvel Matrícula:12.966 de Maria Salete Rodrigues, com os seguintes azimutes e distâncias: 95°33'36" e 4,14m até o vértice P12, de coordenadas N 7.039.062,86m e E 499.464,43m, com os seguintes azimutes e distâncias: 185°33'37" e 5,38m até o vértice P11, de coordenadas N 7.039.057,50m e E 499.463,91m; deste, segue confrontando com imóvel Matrícula:12.966 de Maria Salete Rodrigues, com os seguintes azimutes e distâncias: 96°00'46" e 12,42m até o vértice P10, de coordenadas N 7.039.056,20m e E 499.476,26m; deste, segue confrontando a RUA - LUIZ TORTATTO, com os seguintes azimutes e distâncias: 187°04'09" e 12,20m até o vértice P5, de coordenadas N 7.039.044,09m e E 499.474,76m; deste, segue confrontando com Loreni S. Cardoso Transc.17.285, com os seguintes azimutes e distâncias: 269°10'38" e 15,84m até o vértice P6, de coordenadas N 7.039.052,87m e E 499.458,94m; deste, segue confrontando com FAIXA DE DOMÍNIO - RFFSA, com os seguintes azimutes e distâncias: 00°09'04" e 9,00m, até o vértice P7, de coordenadas N 7.039.060,76m e E 499.459,81m; deste, segue confrontando com com FAIXA DE DOMÍNIO - RFFSA, com os seguintes azimutes e distâncias: 06°17'56" e 7,94m até o vértice P8, de coordenadas N 7.039.063,26m e E 499.460,30m; deste, segue confrontando com FAIXA DE DOMÍNIO - RFFSA, com os seguintes azimutes e distâncias: 11°03'32" e 2,55m até o vértice P13, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir, de coordenadas N m e E m, e encontram-se representadas no Sistema U T M, referenciadas ao Meridiano Central nº 51°00', fuso -22, tendo como datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção U T M.

Art. 2º. Fica aprovado o remembramento das áreas de terrenos urbanos abaixo descritas, com as seguintes medidas e confrontações:

I - a área descrita no art. 1º, inciso I, será lembrada a um terreno urbano com área de 143,00m² (cento e quarenta e três metros quadrados) de propriedade de Maria Salete Rodrigues, devidamente matriculado no Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 12.966, resultando em uma área total com superfície de 246,67m² (duzentos e quarenta e seis metros e setenta e sete décimos quadrados) que Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice P1, de coordenadas N 7.039.076,22m e E 499.465,74m; deste, segue confrontando com o imóvel Matrícula 3.590 de Luzia Aparecida de Souza, com os seguintes azimutes e distâncias: 98°55'37" e 13,00 m até o vértice P2, de coordenadas N 7.039.074,20m e E 499.478,59m; deste, segue confrontando com RUA - LUIZ TORTATTO, com os seguintes azimutes e distâncias: 187°24'05" e 11,00 m até o vértice P3, de coordenadas N 7.039.063,30m e E 499.477,14m; deste, segue confrontando com RUA - LUIZ TORTATTO, com os seguintes azimutes e distâncias: 187°04'09" e 7,15 m até o vértice P10, de coordenadas N 7.039.056,20m e E 499.476,26m; deste, segue confrontando com Renato Rodrigues, matr.4.040, com os seguintes azimutes e distâncias: 276°00'46" e 12,42 m até o vértice P11, de coordenadas N 7.039.057,50m e E 499.463,91m; deste, segue confrontando com Renato Rodrigues, matr.4.040, com os seguintes azimutes e distâncias: 5°33'37" e 5,38 m até o vértice P12, de coordenadas N 7.039.062,86m e E 499.464,43m; deste, segue confrontando com Renato Rodrigues, matr.4.040, com os seguintes azimutes e distâncias: 275°33'36" e 4,14 m até o vértice P13, de coordenadas N 7.039.063,26m e E 499.460,30m; deste, segue confrontando com FAIXA DE DOMÍNIO - RFFSA com os seguintes azimutes e distâncias: 11°03'32" e 2,64 m até o vértice P9, de coordenadas N 7.039.065,86m e E 499.460,81m; deste, segue confrontando com Área de posse de Maria Salete Rodrigues, com os seguintes azimutes e distâncias: 98°55'14" e 3,53 m até o vértice P4, de coordenadas N 7.039.065,32m e E 499.464,30m; deste, segue confrontando com Área de posse de Maria Salete Rodrigues, com os seguintes azimutes e distâncias: 7°32'40" e 11,00 m até o vértice P1, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir, de coordenadas N m e E m, e encontram-se representadas no Sistema U T M, referenciadas ao Meridiano Central nº 51°00', fuso - 22, tendo como datum o SIRGAS2000.

Art. 3º. A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes deste desmembramento e remembramento.

Art. 4º. O registro do Desmembramento no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, deverá ocorrer no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação, nos termos do art. 14, da Lei Complementar nº 128, de 12/05/2008.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Fica revogado o Decreto nº 8.162, de 9 de maio de 2019.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 09 de janeiro de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 32.154

Publicação Nº 2310684

PORTARIA Nº 32.154, de 20 de dezembro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

Considerando a Portaria nº. 31.070, de 26 de junho de 2019, que instaura processo administrativo para apurar supostas irregularidades na execução das obras realizadas na quadra poliesportiva da Pista Olímpica Ivo Roman Ros pela empresa Esporte Center Fraiburgo Ltda – ME, objeto do Contrato Administrativo nº 54/2018,

Considerando o gozo de férias da servidora Carolina Fruet de Lima, membro da comissão, a contar de 13/12/2019,

Considerando o Decreto nº. 8.447, de 31 de outubro de 2019, que concede férias coletivas aos Servidores Públicos Municipais de Caçador, efetivos, contratados e comissionados, lotados nas diversas Secretarias e no IPPUC por um período de 15 (quinze) dias, a partir do dia 23 de dezembro de 2019 à 06 de janeiro de 2020,

Considerando o gozo de licença-prêmio da Servidora Deisiane Santana Telles, presidente da comissão, no período de 07/01/2020 a 05/02/2020,

RESOLVE:

Art. 1º. SUSPENDER o curso do prazo do Processo Administrativo nº 07/2019 – para apurar supostas irregularidades na execução das obras realizadas na quadra poliesportiva da Pista Olímpica Ivo Roman Ros pela empresa Esporte Center Fraiburgo Ltda – ME, objeto do Contrato Administrativo nº 54/2018 – a partir de 23 de dezembro de 2019 a 07 de fevereiro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 20 de dezembro de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 32.155

Publicação Nº 2310685

PORTARIA Nº 32.155, de 20 de dezembro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

CONSIDERANDO a falta de Servidores concursados,

CONSIDERANDO o caráter essencial de atendimento à saúde da população que não pode ficar desassistida,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR LENISE HEINZMANN para exercer o cargo de Médica, pertencente ao Grupo Ocupacional Superior, referência 39, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais e vinculada à Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º. A vigência do contrato está vinculada à realização e publicação do resultado final de novo Concurso Público e/ou Processo Seletivo.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 04 de novembro de 2019.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 20 de dezembro de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 32.156

Publicação Nº 2310686

PORTARIA Nº 32.156, de 20 de dezembro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

CONSIDERANDO a falta de Servidores concursados,

CONSIDERANDO o caráter essencial de atendimento à saúde da população que não pode ficar desassistida,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR ELITON OTÁVIO FELIZ para exercer a função de Técnico em Enfermagem, pertencente ao Grupo Ocupacional Técnico-Profissional, referência 30, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais e vinculado à Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º. A vigência do contrato está vinculada à realização e publicação do resultado final de novo Concurso Público e/ou Processo Seletivo.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 03 de dezembro de 2019.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 20 de dezembro de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 32.213

Publicação Nº 2310687

PORTARIA Nº 32.213, de 10 de janeiro de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com os arts. 124 e 128 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença prêmio à Servidora lotada na Secretaria Municipal de Administração, especificando código, nome, cargo, período de aquisição e de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Período de aquisição	Período de gozo
12812	Deisiane Santana Telles	Assistente Administrativo	14/01/2010 a 14/01/2015	07/01/2020 a 05/02/2020

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração de Caçador, em 10 de janeiro de 2020.

Antonio Carlos Castilho – SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.

Caibi

PREFEITURA

PORTARIA 105/20

Publicação Nº 2309507

PORTARIA Nº 105/20

ELOI JOSÉ LÍBANO , Prefeito Municipal de Caibi , estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, a Servidora Municipal GUIOMAR BONA , matrícula nº 8030-6, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS , com carga horária de 40 horas semanais, lotado no Departamento Municipal de Promoção Social , referente ao período aquisitivo de 16/05/2018 à 15/05/2019, pelo período de 30 dias consecutivos, tendo como início dia 13/01/2020 à 11/02/2020 .

Conceder 1/3 constitucional a servidora.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 13 de Janeiro de 2020

Eloi José Líbano
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Dirlei Lemes de Almeida
Diretor de Administração

PORTARIA 106/20

Publicação Nº 2309991

PORTARIA Nº 106/20

ELOI JOSÉ LÍBANO , Prefeito Municipal de Caibi , estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas,

RESOLVE:

REGOVAR PORTARIA 065/20 , que concedia férias , ao Servidor Municipal JONATAN BORGES , matrícula nº 8793-9 , AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS , com carga horária de 40 horas semanais, lotado no Departamento Municipal de Obras e Serviços Urbanos , referente ao período aquisitivo de 07/04/2019 à 06/04/2020, pelo período de 30 dias consecutivos, tendo como início dia 02/01/2020 à 31/01/2020 .

Revoga-se a portaria 065/20.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 13 de Janeiro de 2020

Eloi José Líbano
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Dirlei Lemes de Almeida
Diretor de Administração

Camboriú

PREFEITURA

024/2020

Publicação Nº 2310184

PORTARIA Nº024/2020
NOMEIA ASSESSOR DE CONTROLE INTERNO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, EBER VALDEVINO DE OLIVEIRA, no cargo de ASSESSOR DE CONTROLE INTERNO da Secretária Municipal da Administração, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
Em 07 de janeiro de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1898/2019

Publicação Nº 2309982

PORTARIA Nº1.898/2019

concede licença maternidade

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Complementar nº 039/2012 de 02.01.2012, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, licença maternidade de 180 (cento e oitenta) dias, a funcionária JUCELI APARECIDA LEITE, matrícula nº. 19165-1, servidora EFETIVA no cargo de MONITOR (A), a partir de 12/12/2019.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos á 12/12/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 19 de dezembro de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1899/2019

Publicação Nº 2310008

PORTARIA Nº1.899/2019

RESCINDE CONTRATO A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº 1091/2019 de 07/11/2019, firmado entre SOLANGE NEUSA MARTIN, matrícula nº 24480-1, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de ENFERMEIRO a partir de 19/12/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 19 de dezembro de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH

Secretário da Administração

1901/2019

Publicação Nº 2310043

PORTARIA Nº1.901/2019

RESCINDE CONTRATO A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº 863/2017 de 03/07/2017, firmado entre PAULO LIRIO VENTURA, matrícula nº 22386-11, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA a partir de 31/12/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 31/12/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 19 de dezembro de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH

Secretário da Administração

1902/2019

Publicação Nº 2310044

PORTARIA Nº1.902/2019

RESCINDE CONTRATO A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº 862/2017 de 03/07/2017, firmado entre ELEANDRO APARECIDO ROSA DE OLIVEIRA, matrícula nº 22385-6, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de OPERARIO BRACAL apartir de 31/12/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 31/12/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 19 de dezembro de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH

Secretário da Administração

1903/2019

Publicação Nº 2310045

PORTARIA Nº1.903/2019

EXONERA DIRETOR(A) DE ESCOLA

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município, na Lei Complementar nº.026/2009 e posteriores alterações.

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, JUCIMAR MATTOS DA SILVA, matrícula nº 12720-5, do cargo em comissão de DIRETOR(A) DE ESCOLA da Secretaria Municipal de Educação, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 31/12/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 19 de dezembro de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH

Secretário da Administração

1904/2019

Publicação Nº 2310047

PORTARIA Nº1.904/2019

EXONERA DIRETOR(A) DE ESCOLA

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município, na Lei Complementar nº.026/2009 e posteriores alterações.

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, MARIA APARECIDA BORBA, matrícula nº 3604-1, do cargo em comissão de DIRETOR(A) DE ESCOLA da Secretaria Municipal de Educação, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 31/12/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 19 de dezembro de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1906/2019

Publicação Nº 2310498

PORTARIA Nº1.906/2019

RESCINDE CONTRATO A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº 010/2018 de 01/02/2018, firmado entre DAYANE DA SILVA FERREIRA, matrícula nº 22743-1, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de ENFERMEIRO a partir de 19/12/2019.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos à 19/12/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 20 de dezembro de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1907/2019

Publicação Nº 2310499

PORTARIA Nº1.907/2019

concede função gratificada a servidor(a)

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009, de 18/12/2009;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder função gratificada ao servidor que relaciona;

Nome Função Gratificada

4910-2	MARY LUCIA PEREIRA OLEGARIO	FG-2
--------	-----------------------------	------

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 30 de dezembro de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

EXTRATO DE EDITAL DE ABERTURA N.º 001/2020/FME

Publicação Nº 2310663

EXTRATO DO EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2020/FME

O Município de Camboriú, por intermédio da Fundação Municipal de Esportes, na pessoa de seu presidente, no uso de suas atribuições legais, torna pública a abertura de inscrições destinadas à realização de seleção pública de projetos esportivos e /ou paradesportivos, que se regerá pelas normas estabelecidas no Edital 001/2020/FME e seus anexos. As inscrições serão de 13/01/2020 a 13/02/2020 e se efetivará com base em critérios para seleção dos projetos. Os detalhes sobre a administração do recurso, condições para participação, formas de classificação de projetos, e outras determinações constam do inteiro teor do Edital 001/2020/FME, que se encontra divulgado na Fundação Municipal de Esportes e no site <http://www.camboriu.sc.gov.br/>.

Camboriú/SC, 13 de janeiro de 2019.

ALTAIR KADIZ DOS SANTOS

Presidente da Fundação Municipal de Esportes

Campo Alegre

PREFEITURA

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 001/2020

Publicação Nº 2310716

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 001/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADO: FRANCISCO NIVALDO HACK, no Cargo Público de Fiscal na Função de Fiscal de Obras, Posturas e Meio Ambiente, portador do CPF/MF nº 293.066.129-15, residente domiciliado na Rua Karl Wilhlem Bendlin, nº 1234, Bairro Brasília, Município de São Bento do Sul/SC.

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no inciso VII e IX do artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

JUSTIFICATIVA: Contratação em caráter Temporário devido à substituição do Servidor Público Municipal Titular Sérgio da Costa, atualmente exercendo o Cargo Público de Provimento em Comissão de Coordenador do Serviço de Iluminação Pública, conforme ofício expedido pela Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras nº 039/2019.

PRAZO: Início: 14 de janeiro de 2020;

Término: 14 de janeiro de 2021.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no inciso IX, do artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese à contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 1.970,21 (um mil novecentos e setenta reais, vinte e um centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho do contratado é de 40 (quarenta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do §13 do art. 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem às partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 14 de janeiro de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal		FRANCISCO NIVALDO HACK Contratado
--	--	--------------------------------------

Testemunhas:

1. _____

2. _____

DECRETO Nº 12.518 DE 13 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2309696

GABINETE DO PREFEITO**DECRETO Nº 12.518 DE 13 DE JANEIRO DE 2020****DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.**

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o artigo 91 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art. 1º Exonerar a pedido do Quadro de Pessoal efetivo do Poder Executivo Municipal, a Servidora Pública Municipal CINTIA PILAT, matrícula funcional nº 000986, registro no sistema sob nº 955955, ocupante do Cargo Público e na Função de Atendente de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. A exoneração de que trata o caput deste artigo a partir de 13 de janeiro de 2020, em atenção ao Requerimento devidamente assinado pela Servidora Pública Municipal, protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 13 de janeiro de 2020, sob nº 00001.

Art. 2º Fica a partir desta data declarada a vacância do Cargo Público e na Função de Atendente de Sala, com carga horária de 40 (quarenta) semanais, em decorrência do pedido de exoneração da Servidora Pública Municipal mencionada no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 13 de janeiro de 2020.

RUBENS BLASWZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/01/2020.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 12.519 DE 13 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2309782

GABINETE DO PREFEITO**DECRETO Nº 12.519 DE 13 DE JANEIRO DE 2020****DISPÕE SOBRE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO A PEDIDO.**

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, conforme previsto no inciso II do art. 309 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art. 1º Rescindir a pedido o Contrato de Trabalho Temporário firmado com o Sr. GABRIEL KOTH, do Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, registro no sistema sob nº 955952, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 13 de janeiro de 2020.

Parágrafo único. A Rescisão de que trata o caput deste artigo em atenção ao Requerimento do pedido devidamente assinado pelo Servidor Público Municipal Contratado, protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 13 de janeiro de 2020 sob nº 00002.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 13 de janeiro de 2020.

Art. 3º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 13 de janeiro de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/01/2020.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 12.520 DE 13 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2309785

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 12.520 DE 13 DE JANEIRO DE 2020
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o artigo 91 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art. 1º Exonerar a pedido do Quadro de Pessoal efetivo do Poder Executivo Municipal, o Servidor Público Municipal JAILSON LUIZ ROCHA, matrícula funcional nº 000787, registro no sistema sob nº 955441, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional III, na Função de Operador de Veículos Pesados, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.

Parágrafo único. A exoneração de que trata o caput deste artigo a partir de 13 de janeiro de 2020, em atenção ao Requerimento devidamente assinado pelo Servidor Público Municipal, protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 13 de janeiro de 2020, sob nº 00003.

Art. 2º Fica a partir desta data declarada a vacância do Cargo Público de Agente Operacional III, na Função de Operador de Veículos Pesados, com carga horária de 40 (quarenta) semanais, em decorrência do pedido de exoneração do Servidor Público Municipal mencionado no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 13 de janeiro de 2020.

RUBENS BLASWZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/01/2020.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 12.521 DE 13 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2309842

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 12.521 DE 13 DE JANEIRO DE 2020
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial o Artigo 1º da Lei Complementar Municipal nº 108 de 25 de setembro de 2014; Decreta:

Art. 1º Nomear o Sr. JAILSON LUIZ ROCHA, matrícula funcional nº 000994, registro no sistema sob nº 955970, ao Cargo Público de Motorista, para exercer a Função de Motorista de Transporte de Pessoas, a partir de 13 de janeiro de 2020, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, lotado na Secretaria Municipal de Educação, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, alterado pela Lei Complementar Municipal nº 108 de 25 de setembro de 2014, a qual autorizou sua criação.

Art. 2º O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006, é o Nível 3 Sub-Nível 31, Referência A, no valor de R\$ 1.317,83 (um mil trezentos e dezessete reais e oitenta e três centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º A presente nomeação, dá-se em razão da classificação do Sr. JAILSON LUIZ ROCHA, aprovado em 1º lugar no Concurso Público

Municipal nº 01/2019, homologado pelo Decreto nº 12.157 em data de 13 de agosto de 2019.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
13 de janeiro de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/01/2020.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 12.522 DE 13 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2310434

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 12.522 DE 13 DE JANEIRO DE 2020
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CONSELHEIRA TUTELAR POR TÉRMINO DE MANDATO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial a Lei Federal nº 8.069/90 alterada pela Lei Federal nº 12.696/12, e Lei Municipal nº 3.425 de 25 de novembro de 2008, alterada pela Lei Municipal nº 4.040 de 04 de dezembro de 2013; Decreta:

Art. 1º Exonerar a Conselheira Tutelar ARLETE SCHADECK, registro no sistema sob nº 955543, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 09 de janeiro de 2020.

Parágrafo único. A exoneração de que trata o caput deste artigo referente ao mandato início de 10 de janeiro de 2016 com término em 09 de janeiro de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 09 de janeiro de 2020.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 13 de janeiro de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/01/2020.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 12.523 DE 13 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2310438

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 12.523 DE 13 DE JANEIRO DE 2020
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CONSELHEIRA TUTELAR POR TÉRMINO DE MANDATO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial a Lei Federal nº 8.069/90 alterada pela Lei Federal nº 12.696/12, e Lei Municipal nº 3.425 de 25 de novembro de 2008, alterada pela Lei Municipal nº 4.040 de 04 de dezembro de 2013; Decreta:

Art. 1º Exonerar a Conselheira Tutelar IVANIR LARSON, registro no sistema sob nº 955546, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 09 de janeiro de 2020.

Parágrafo único. A exoneração de que trata o caput deste artigo referente ao mandato início de 10 de janeiro de 2016 com término em 09 de janeiro de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 09 de janeiro de 2020.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 13 de janeiro de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/01/2020.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 12.524 DE 13 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2310440

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 12.524 DE 13 DE JANEIRO DE 2020
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CONSELHEIRA TUTELAR POR TÉRMINO DE MANDATO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial a Lei Federal nº 8.069/90 alterada pela Lei Federal nº 12.696/12, e Lei Municipal nº 3.425 de 25 de novembro de 2008, alterada pela Lei Municipal nº 4.040 de 04 de dezembro de 2013; Decreta:

Art. 1º Exonerar a Conselheira Tutelar PAULA ROSELIANE CORDEIRO DA CRUZ WALDMANN, registro no sistema sob nº 955545, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 09 de janeiro de 2020.

Parágrafo único. A exoneração de que trata o caput deste artigo referente ao mandato início de 10 de janeiro de 2016 com término em 09 de janeiro de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 09 de janeiro de 2020.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 13 de janeiro de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/01/2020.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 12.525 DE 13 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2310448

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 12.525 DE 13 DE JANEIRO DE 2020
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CONSELHEIRA TUTELAR POR TÉRMINO DE MANDATO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial a Lei Federal nº 8.069/90 alterada pela Lei Federal nº 12.696/12, e Lei Municipal nº 3.425 de 25 de novembro de 2008, alterada pela Lei Municipal nº 4.040 de 04 de dezembro de 2013; Decreta:

Art. 1º Exonerar a Conselheira Tutelar PRICILA GREFFIN, registro no sistema sob nº 955542, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 09 de janeiro de 2020.

Parágrafo único. A exoneração de que trata o caput deste artigo referente ao mandato início de 10 de janeiro de 2016 com término em 09 de janeiro de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 09 de janeiro de 2020.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 13 de janeiro de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/01/2020.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 12.526 DE 13 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2310480

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 12.526 DE 13 DE JANEIRO DE 2020
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CONSELHEIRA TUTELAR POR TÉRMINO DE MANDATO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial a Lei Federal nº 8.069/90 alterada pela Lei Federal nº 12.696/12, e Lei Municipal nº 3.425 de 25 de novembro de 2008, alterada pela Lei Municipal nº 4.040 de 04 de dezembro de 2013; Decreta:

Art. 1º Exonerar a Conselheira Tutelar LENITA APARECIDA ROZARIO ROCHA, registro no sistema sob nº 955963, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 09 de janeiro de 2020.

§1º A exoneração de que trata o caput deste artigo referente substituição da Conselheira Tutelar Titular Srª. Eliana Pessoa Machado Collet, a qual faleceu e em data de 07 de novembro de 2019;

§ 2º A substituição referente ao período de 14 de novembro de 2019 com término em data de 09 de janeiro de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 09 de janeiro de 2020.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 13 de janeiro de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/01/2020.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 12.527 DE 13 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2310481

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 12.527 DE 14 DE JANEIRO DE 2020

REAJUSTA O VALOR DE REFERÊNCIA, PARA CÁLCULOS DE TRIBUTOS MUNICIPAIS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos VII e XVI, do art. 71 da Lei Orgânica Municipal e nos termos da Lei Municipal nº 2.293, de 23 de dezembro de 1997 "Código Tributário Municipal", alterada pela Lei Municipal nº 2.793, de 28 de outubro de 2003;

DECRETA:

Art. 1º O valor referente à Unidade de Padrão deste Município (UPM), fixado pelo Decreto nº 11.718 de 21 de janeiro de 2019, passa a ser de R\$ 3,45 (três reais vírgula quarenta e cinco centavos).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor a partir de 14 de janeiro de 2020.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 11.718 de 21 de janeiro de 2019.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 14 de janeiro de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/01/2020.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 12.528 DE 14 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2310567

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 12.528 DE 14 DE JANEIRO DE 2020
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO DE TRABALHO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial aos incisos VII e IX do art. 300 Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, e suas alterações; DECRETA:

Art. 1º Contratar FRANCISCO NIVALDO HACK, para exercer o Cargo Público de Fiscal, na Função de Fiscal de Obras, Posturas e Meio Ambiente, registro no sistema sob nº 955971, Regime Jurídico Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no inciso IX, do artigo 37 da CF/88, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Parágrafo único. A contratação de que trata o caput deste artigo, pelo período de 14 de janeiro de 2020 a 14 de janeiro de 2021, em substituição ao Servidor Público Municipal Titular SÉRGIO DA COSTA, matrícula funcional nº 000449, registro no sistema sob nº 954399, o qual assumiu o Cargo Público de Provimento em Comissão de Coordenador do Serviço de Iluminação Pública.

Art. 2º O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006/02, é o Nível 5, Sub-Nível 51, Referência A, no valor de R\$ 1.970,21 (um mil, novecentos e setenta reais e vinte e um centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º A presente nomeação, dá-se em razão da classificação do Sr. FRANCISCO NILVADO HACK aprovado em 2º lugar no Processo Seletivo Público Municipal nº 01/2019, Homologado pelo Decreto nº 12.350 de 05 de novembro de 2019.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
14 de janeiro de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/01/2020.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2020

Publicação Nº 2310717

EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2020
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTE E OBRAS
CONTRATADO: FRANCISCO NIVALDO HACK
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: 14 de janeiro de 2020 até 14 de janeiro de 2021
AMPARO LEGAL: Lei Complementar Municipal nº 006, de 19 de setembro de 2002 e alterações.
CARGO PÚBLICO: Fiscal
FUNÇÃO: Fiscal de Obras, Posturas e Meio Ambiente.
CARGA HORÁRIA: 40 horas semanais
SALÁRIO BASE: R\$ 1.970,21 (um mil novecentos e setenta reais, vinte e um centavos).

CAMPO ALEGRE/SC., 14 de janeiro de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 17.768 DE 13 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2310718

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 17.768 DE 13 DE JANEIRO DE 2020
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 15 (quinze) dias de férias ao Servidor Público Municipal, CRISTIANO CUNHA, matrícula funcional nº 000847, registro no sistema sob nº 955541, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional III, exercendo a Função de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, referente aos períodos aquisitivos: 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018 = 10 (dez dias; 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019 = 05 (zero cinco) dias.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019.

Art. 2º O Servidor Público Municipal, gozará as férias no período de 13 de janeiro de 2020 á 27 de janeiro de 2020, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal, devidamente protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 13 de janeiro de 2020 sob nº 00007.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
13 de janeiro de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/01/2020.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

TERMO DE POSSE Nº 07/2020

Publicação Nº 2309844

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE Nº 07/2020

JAILSON LUIZ ROCHA

Aos treze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, do Estado de Santa Catarina Sr. RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao senhor JAILSON LUIZ ROCHA, nomeado pelo Decreto nº 12.521 de 13 de janeiro de 2020 ao Cargo

Público de Motorista, Função Motorista de Transporte de Pessoas, Nível 3 Sub-Nível 31 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, Regime Estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

O Servidor Público Municipal ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do Cargo Público, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

Em cumprimento as Alíneas, Incisos I, II, III, §2º do Artigo 31 da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de Setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor Público Municipal empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

JAILSON LUIZ ROCHA

TERMO DE POSSE Nº 08/2020

Publicação Nº 2310715

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE Nº 08/2020

FRANCISCO NIVALDO HACK

Aos quatorze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse ao Sr. FRANCISCO NIVALDO HACK, nomeado pelo Decreto Municipal nº 12.528 de 14 de janeiro de 2020, no Cargo Público de Fiscal, na Função de Fiscal de Obras, Posturas e Meio Ambiente, Nível 5 Sub-Nível 51, Referência A, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.

O Servidor Público Municipal Contratado ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as alíneas do §2º Incisos I, II, III do Artigo 31 da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pelo Servidor Público Municipal Contratado empossado.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

FRANCISCO NIVALDO HACK

Campo Erê

PREFEITURA

3º TERMO ADITIVO CONTRATO 01/2018

Publicação Nº 2309706

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2018

TERMO ADITIVO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ E A EMPRESA DUETO TECNOLOGIA LTDA, OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO.

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto à Prefeitura Municipal de Campo Erê, SC, sita à Rua 1º de Maio, 736 inscrito no CNPJ nº 83.026.765/0001-28, representado pelo Prefeito Municipal Sr. ODILSON VICENTE DE LIMA, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Campo Erê, inscrito no RG nº 312584 e CPF nº 546.727.169-53, denominado para este instrumento particular simplesmente CONTRATANTE e de outro lado a empresa DUETO TECNOLOGIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Av. Pernambuco, nº 1328, sala 202 e 206 – Bairro Navegantes, na cidade de Porto Alegre – RS, inscrita no CNPJ sob nº 04.311.157/0001-99, neste ato, representada pelo Sr. Rafael Mario Sebben, residente e domiciliado na Rua Antônio Parreiras, 339/1002, Bairro Bela Vista, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, portador do documento de identidade nº 1042197432SSP/RS e inscrito no CPF sob nº 641.074.180-49, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente TERMO ADITIVO ao Contrato 01/2018, oriundo do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2290/2017 na Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 84/2017, com fundamento no Inciso IV, do art. 57, da Lei nº 8.666/93, suas alterações e Lei 10.520/02 e demais normas pertinentes, e nas condições a seguir mencionadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - do objeto

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato 01/2018, para até 31/12/2020, com vigência a partir de 01/01/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES GERAIS

Ficam ratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Original, as quais se aplicam ao presente Termo Aditivo.

E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, assinam o presente, na presença de duas testemunhas, sendo posteriormente publicado e arquivado, nos termos da Lei.

Campo Erê - SC, aos 11 de dezembro de 2019.

ODILSON VICENTE DE LIMA PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE	DUETO TECNOLOGIA LTDA CNPJ-MF 04.311.157/0001-99 CONTRATADA
--	---

TESTEMUNHAS:

Leonice de Fatima Comin CPF nº 991.321.509-97	Maiara Bombieri CPF nº 097.736.049-00
--	--

Visto da assessoria jurídica
MATHEUS BRUNO POLI VALGOI
Assessor Jurídico
OAB/SC n. 54.780

ESCLARECIMENTO PREGÃO PRESENCIAL 54/2019

Publicação Nº 2309582

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1480/2019
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2019
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, do TIPO MENOR PREÇO POR ITEM é a FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS ESCOLARES, para a utilização nas diversas atividades da Secretaria de Educação.

TERMO DE ESCLARECIMENTO

A comissão de licitação vem por meio deste termo efetuar esclarecimento nos itens a seguir expostos:

2 – CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

(...)

2.2 – As empresas participantes deste certame deverão apresentar obrigatoriamente, sob pena de desclassificação, no departamento de Educação, AMOSTRA DOS PRODUTOS COTADOS, com a identificação da empresa proponente (e-mail para contato), do edital e do nº do item correspondente, em até 03 (três) dias anteriores ao da abertura das propostas, que após a análise da Comissão da Secretaria Municipal de Educação de Campo Erê(SC), será emitido laudo/parecer atestando o atendimento das exigências dos produtos, fixadas no presente Edital. O referido laudo deverá ser apresentado pelas empresas dentro do envelope da proposta. Tal requisito se faz necessário para verificação de qualidade/durabilidade dos produtos, visando assim obter um melhor desempenho e aproveitamento dos produtos/materiais pelas crianças e professores da Rede municipal de ensino de Campo Erê.

6 – Da forma e apresentação da Proposta de Preços

(...)

6.3 - As empresas participantes deste certame deverão apresentar obrigatoriamente, sob pena de desclassificação, no departamento de Educação, AMOSTRA DOS PRODUTOS COTADOS, com a identificação da empresa proponente (e-mail para contato), do edital e do nº do item correspondente, em até 03 (três) dias anteriores ao da abertura das propostas, que após a análise da Comissão da Secretaria Municipal de Educação de Campo Erê(SC), será emitido laudo/parecer atestando o atendimento das exigências dos produtos, fixadas no presente Edital. O referido laudo deverá ser apresentado pelas empresas dentro do envelope da proposta. Tal requisito se faz necessário para verificação de qualidade/durabilidade dos produtos, visando assim obter um melhor desempenho e aproveitamento dos produtos/materiais pelas crianças e professores da Rede municipal de ensino de Campo Erê.

Campo Erê/SC, 13 de Janeiro de 2020.

CLEZIO COMONELO
PREGOEIRO

ESCLARECIMENTO PREGÃO PRESENCIAL 54/2019

Publicação Nº 2310034

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1480/2019

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, do TIPO MENOR PREÇO POR ITEM é a FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS ESCOLARES, para a utilização nas diversas atividades da Secretaria de Educação.

TERMO DE ESCLARECIMENTO

A comissão de licitação vem por meio deste termo efetuar esclarecimento nos itens a seguir expostos:

2 – CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

(...)

2.2 – As empresas participantes deste certame deverão apresentar obrigatoriamente, sob pena de desclassificação, no departamento de Educação, AMOSTRA DOS PRODUTOS COTADOS, com a identificação da empresa proponente (e-mail para contato), do edital e do nº do item correspondente, em até 03 (três) dias anteriores ao da abertura das propostas, que após a análise da Comissão da Secretaria Municipal de Educação de Campo Erê(SC), será emitido laudo/parecer atestando o atendimento das exigências dos produtos, fixadas no presente Edital. O referido laudo deverá ser apresentado pelas empresas dentro do envelope da proposta. Tal requisito se faz necessário para verificação de qualidade/durabilidade dos produtos, visando assim obter um melhor desempenho e aproveitamento dos produtos/materiais pelas crianças e professores da Rede municipal de ensino de Campo Erê.

6 – Da forma e apresentação da Proposta de Preços

(...)

6.3 - As empresas participantes deste certame deverão apresentar obrigatoriamente, sob pena de desclassificação, no departamento de Educação, AMOSTRA DOS PRODUTOS COTADOS, com a identificação da empresa proponente (e-mail para contato), do edital e do nº do item correspondente, em até 03 (três) dias anteriores ao da abertura das propostas, que após a análise da Comissão da Secretaria Municipal de Educação de Campo Erê(SC), será emitido laudo/parecer atestando o atendimento das exigências dos produtos, fixadas no presente Edital. O referido laudo deverá ser apresentado pelas empresas dentro do envelope da proposta. Tal requisito se faz necessário para verificação de qualidade/durabilidade dos produtos, visando assim obter um melhor desempenho e aproveitamento dos produtos/materiais pelas crianças e professores da Rede municipal de ensino de Campo Erê.

Onde se lê:

Item nº 40: Pincel para quadro branco, ponta de acrílico 4.0 mm. Espessura de escrita 2.0 mm, não recarregável nas cores vermelho, azul, verde e preto. Caixa c/12 unidades.

Leia-se:

Item nº 40 Pincel para quadro branco, ponta de acrílico 4.0 mm. Espessura de escrita 2.0 mm, recarregável nas cores vermelho, azul, verde e preto. Caixa c/12 unidades.

Demais cláusulas permanecem inalteradas.

Campo Erê/SC, 13 de Janeiro de 2020.

CLEZIO COMONELO
PREGOEIRO

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2020

Publicação Nº 2310694

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2020.
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2020

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA – SISTEMA DE ENSINO APRENDE BRASIL PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DIDÁTICO PEDAGÓGICO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPOS NOVOS/SC.

Fornecedor: EDITORA APRENDE BRASIL LTDA
Valor R\$ 1.686.470,00 (Um milhão, seiscentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e setenta reais).

Campos Novos, 13 de janeiro de 2020.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO.
Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2020 - CULTURAL

Publicação Nº 2309981

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE COMPRA Nº 01/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2020

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 27 de janeiro de 2020, às 14h30min, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por Item, tendo como objeto o CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS COM PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM MINISTRAR AULAS DE MÚSICA, CANTO, DANÇA E INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA A FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, no horário das 13h15min às 18h45min diariamente.

Campos Novos, 13 de janeiro de 2020.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2020

Publicação Nº 2309976

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE COMPRA Nº 03/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2020

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 24 de janeiro de 2020, às 14h30min, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por Item, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PÉTREO PARA MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS DO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, CONFORME NECESSIDADE.

Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, no horário das 13h15min às 18h45min diariamente.

Campos Novos, 13 de janeiro de 2019.
SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2020

Publicação Nº 2309988

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE COMPRA Nº 05/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2020

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 29 de janeiro de 2020, às 14h30min, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por Item, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO DE LOGRADOUROS PARA IDENTIFICAÇÃO DE RUAS A FIM DE ATENDER À DEMANDA DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, no horário das 13h15min às 18h45min diariamente.

Campos Novos, 13 de janeiro de 2020.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 8.483/19 DE 20/12/2019 REGULAMENTA LEI Nº 4.589/2019

Publicação Nº 2310462

DECRETO Nº 8.483/19 DE 20/12/2019

REGULAMENTA LEI Nº 4.589/2019

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 100 VIII da Lei Orgânica do Município, c/c Lei Nº 4.371 de 21/09/17 (Plano Plurianual), Lei nº 4.432 de 07/06/2018 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.516/18 de 31/12/2018 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementados em R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais) na dotação orçamentária constantes dos Art.º 1 da Lei nº 4.589/2019.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 20 de dezembro de 2019.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 19/2020**

Publicação Nº 2309543

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS**

Rua Coronel Lucidoro, 1301
Fone: (49) 3541-0599
89620-000 - Campos Novos - Santa Catarina

PORTARIA Nº 19/2020

**NOMEIA A SENHORA LUCIMARA ANTUNES
DA FONSECA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE
ASSESSORA LEGISLATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL
DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS - SC.**

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65 do Regimento Interno, e art. 58 da LOM

RESOLVE:

Art. 1º. Nomeia a senhora **LUCIMARA ANTUNES DA FONSECA**, brasileira, com união estável, inscrita sob RG nº 4.983.737 e CPF nº 053.987.649-69, para o cargo em Comissão de **Assessora Legislativa - AL - 01**, da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 10 de Janeiro de 2020.

Maurílio Castro Campagnoni
Presidente da Mesa

e-mail: administrativo@camaracampnosnovos.sc.gov.br
www.camaracampnosnovos.sc.gov.br

SAMAE - CAMPOS NOVOS**EXT CT 12-2020**

Publicação Nº 2308525

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA
TERMO DE CONTRATO CNO - 12/2020

DATA DE ASSINATURA: 13 de janeiro de 2020

OBJETO: Contratação Temporária de funcionária para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

CONTRATADA: Vanda Poltronieri Mocelin

VALOR: R\$ 1.183,27 (Um mil, cento e oitenta e três reais e vinte e sete centavos), por 200 (duzentas) horas mensais.

PRAZO: 31.12.2020

Campos Novos – SC, 13 de janeiro de 2020.

ALEXANDRE KUNEN

DIRETOR DO SAMAE

PORTARIA 19/2020

Publicação Nº 2308515

PORTARIA SAMAE CNO 019/2020, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

CONTRATAR, em caráter temporário, VANDA POLTRONIERI MOCELIN, para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, do quadro de pessoal desta Autarquia, à contar desta data com os vencimentos de Lei. Devido ao afastamento por licença maternidade da servidora Priscila Aparecida Francisco.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Alexandre Kunen
Diretor do SAMAE

PORTARIA 20/2020

Publicação Nº 2309930

PORTARIA SAMAE CNO 020/2020, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições,

RESOLVE

REVOGAR a portaria 141/2019 de 02 de Setembro de 2019.

NOMEAR, Comissão Permanente de Licitação na modalidade Pregão, composta pelos seguintes servidores:

Pregoeiro Scheila Oliveira Lopes

Membro Cleiton Oneda

Membro Priscilla de Oliveira Souza da Silva

Membro Vitória Brocardo de Leon

Na ausência do pregoeiro titular, assume o primeiro membro.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Alexandre Kunen
Diretor do SAMAE

Data de Exposição: ____ / ____ / ____

Data de Retirada: ____ / ____ / ____

Canoinhas

PREFEITURA

PORTARIA Nº 043/2020

Publicação Nº 2310404

PORTARIA Nº. 043/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias a servidora BIANCA ROBERTA COSER NEPPEL, que exerce o cargo de Procurador do Município, junto ao Gabinete do Prefeito, referente ao período aquisitivo de 2018/2019, a desfrutar no período de 13/01/2020 a 22/01/2020, conforme Memorando nº 407/GAB/2020.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de janeiro de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 13/01/2020.

PORTARIA Nº 044/2020

Publicação Nº 2310406

PORTARIA Nº. 044/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

RETIFICAR

Art. 1º - Fica retificado o artigo 3º da Portaria nº. 040/2020, passando a vigor com a seguinte redação:

Art. 3º. Fica nomeada para exercício de cargo eletivo MARIA ANGELA RODRIGUES DA CONCEIÇÃO, para exercer o cargo de Conselheiro Tutelar junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 10/01/2020, conforme Memorando nº 422/SEMAS/2020.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de janeiro de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 13/01/2020.

PORTARIA Nº 045/2020

Publicação Nº 2310408

PORTARIA Nº. 045/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 80 da LC nº 070/2019, resolve:

PRORROGAR AUXÍLIO DOENÇA

Art. 1º - Fica prorrogado o Auxílio Doença da servidora LUCIMARA APARECIDA DE FARIAS MARTINHAK, efetiva no cargo de Técnico em

Enfermagem, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a partir 13/01/2020 a 16/02/2020, conforme Memorando nº 433/SMAFO/2020 e atestado médico.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de janeiro de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 13/01/2020.

PORTARIA Nº 046/2020

Publicação Nº 2310403

PORTARIA Nº. 046/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

RETIRAR

Art.1º. Fica retirado, a partir de janeiro de 2020, a gratificação de função de 30%, concedido ao servidor MÁRCIO CORDEIRO, efetivo no cargo de Operador de Máquinas, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, conforme Memorando nº 356/SMO/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de janeiro de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 13/01/2020.

PORTARIA Nº 047/2020

Publicação Nº 2310385

PORTARIA Nº. 047/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

NOMEAR APROVADA PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º – Fica nomeada para exercer o cargo de Agente Administrativo, a profissional MARIANA PAULA SCHEUER FEDORGCHYN, aprovado em hábil e competente concurso público Edital nº 001/2017, e convocado conforme Edital nº 104/2019, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, iniciando suas atividades a partir de 13/01/2020, conforme Memorando nº 375/SMS/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de janeiro de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 13/01/2020.

PORTARIA Nº 048/2020

Publicação Nº 2310389

PORTARIA Nº. 048/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e Lei Complementar Municipal nº 038 de 14/11/2011, resolve:

CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL VERTICAL

Art. 1º - Fica concedido a servidora DIONEIA SANTANA, efetiva no cargo de Monitor de Educação Especial, junto a Secretaria Municipal de Educação, a Progressão Funcional Vertical, em razão da conclusão de "Graduação", incorporando em seus vencimentos o percentual de 30% (trinta por cento), conforme Memorando nº 159/SME/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de janeiro de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 13/01/2020.

PORTARIA Nº 049/2020

Publicação Nº 2310393

PORTARIA Nº. 049/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE

Art. 1º - Fica designado o servidor LUIZ AUGUSTO FONTANA JUNIOR, como Responsável Contábil do Setor de Patrimônio, a partir de janeiro, conforme Comunicação Interna nº 001/SMAFO/2020.

Art. 2º - Fica designada a servidora TAYNÁ MACHADO, como Responsável Contábil da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de janeiro, conforme Comunicação Interna nº 001/SMAFO/2020.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de janeiro de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 13/01/2020.

PORTARIA Nº 050/2020

Publicação Nº 2310399

PORTARIA Nº 050/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, da Lei Orgânica do Município de Canoinhas e art. 58 da LC 070/2019, resolve;

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Gratificação de Função de 30%, a partir de janeiro de 2020, a servidora TAYNÁ MACHADO, efetiva no cargo de Contador, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, conforme Comunicação Interna nº 001/SMAFO/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de janeiro de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 13/01/2020.

PUBLICAÇÃO DA ATA DE ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº FMS 03/2019 - DESERTA

Publicação Nº 2310003

ATA DA REUNIÃO RELATIVA À TOMADA DE PREÇO Nº FMS 03/2019, QUE TEM POR OBJETO REALIZAR REFORMA DAS SALAS DO UPA - UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO DE CANOINHAS (TRIAGEM, SALA DE EMERGÊNCIA, SALA DE MEDICAMENTO, SALA DE PREPARO DE MEDICAMENTOS E RECEPÇÃO), COM FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS.

Aos 13 (treze) dias do mês de janeiro do ano de 2020, às 13h45min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Adilson Fernando Ribeiro, Sr. Maurício Afonso Sobczak, Sr. José Carlos Herbst e a Sra. Andreia Fontana Kauva, nomeados pela Portaria nº 120/2019, a fim de receber os invólucros de documentação e das propostas relativas ao certame, conforme previsto no Edital correspondente. Abertos os trabalhos, verificou-se que nenhuma empresa resolveu participar do certame, caracterizando licitação deserta. E, nada mais havendo a constar, foi lavrada a presente Ata, a qual depois de lida e achada conforme, vai assinada pela Comissão de Licitação.

Adilson Fernando Ribeiro Mauricio Afonso Sobczak José Carlos Herbst Andreia Fontana Kauva
Presidente Secretário Membro Membro

PUBLICAÇÃO DA ATA DE ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº PMC 30/2019

Publicação Nº 2309622

ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO PROCESSO LICITATÓRIO, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº PMC 30/2019, QUE TEM POR OBJETO CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAR O TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM VIAS DE DIFÍCIL ACESSO E DE CARÁTER EXCEPCIONAL.

Aos 13 (treze) dias do mês de janeiro do ano de 2020, às 08h45min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Adilson Fernando Ribeiro, Sr. Maurício Afonso Sobczak, Sr. José Carlos Herbst e a Sra. Andreia Fontana Kauva, nomeados pela Portaria nº 120/2019, sob a Presidência do primeiro, a fim de receber os invólucros de documentação e das propostas relativas ao certame conforme previsto no Edital correspondente. Abertos os trabalhos verificou-se a participação das empresas CARLOS EDUARDO MAYER MAIA, representada pelo Sr. Laudecir Falkiewicz, empresa HELAUTUR TRANSPORTES LTDA EPP, representada pelo Sr. Jhoyner Krainski da Silveira, empresa MARCOS JAIR RINCON – CPF 746.187.689-91, representada pelo Sr. Marcos Jair Rincon, empresa AVS TRANSPORTES EIRELI - ME, representada pelo Sr. Aristeu Olsen e empresa TRANSPORTES E FRETAMENTOS SANTA CRUZ LTDA, sem representante presente. Primeiramente foram verificados todos os protocolos a fim de ser verificado o cumprimento do horário limite. Neste momento, observou-se que a empresa Transportes e Fretamentos Santa Cruz apresentou envelopes com horário de protocolo de 08h36min, desatendendo a exigência constante no item 1.1 do edital, e por esse motivo foi desclassificada. O representante da empresa assinou termo desistindo do certame e retirando o envelope protocolado. Dando continuidade aos trabalhos, foi aberto o envelope contendo a documentação das empresas participantes, as quais foram analisadas e rubricadas pela Comissão de Licitação e representantes presentes. O CNPJ das empresas participantes foram consultados no Portal da Transparência, onde foi constatado que as empresas participantes não constam como inidôneas no referido Portal. Todas empresas apresentaram documentação comprovando enquadramento de ME/EPP e, por este motivo, participam com os benefícios garantidos pela Lei Complementar 123/2006. A empresa CARLOS EDUARDO MAYER MAIA foi considerada inabilitada por não apresentar comprovante de inscrição estadual ou municipal, indo contra a exigência do item 6.2.2, alínea "b" do edital. A empresa HELAUTUR TRANSPORTES LTDA EPP foi considerada inabilitada por não apresentar declaração de disponibilidade de veículo, indo contra a exigência do item 6.2.3, alínea "b" do edital e certificado de registro cadastral, ou protocolo em até 3 dias antes da abertura dos envelopes, indo contra o item 6.2.7 do edital. A empresa MARCOS JAIR RINCON – CPF 746.187.689-91 foi considerada inabilitada por não apresentar comprovante de inscrição estadual ou municipal, indo contra a exigência do item 6.2.2, alínea "b" do edital, apresentar certidão de falência e concordata sem validade, conforme expresso no item 6.2.4.2, no campo "observação" e por não apresentar declaração de disponibilidade de veículo, indo contra a exigência do item 6.2.3, alínea "b" do edital. A empresa AVS TRANSPORTES EIRELI – ME foi considerada inabilitada por apresentar contrato social em cópia simples, indo contra o item 6.2.7.3 do edital e por não apresentar a certidão negativa federal, desatendendo a exigência constante no item 6.2.2, alínea "c.1". Em razão da documentação apresentada por todos os participantes não atender as exigências do Edital, considerando o artigo 48, § 3º da lei 8.666/93, a Comissão de Licitação abre o prazo de 08 (oito) dias úteis, a contar da publicação desta ata para que as empresas regularizem os documentos apontados como fator de inabilitação. Caso alguma empresa deixe de apresentar os documentos que geraram sua inabilitação, esta será considerada inabilitada definitivamente, abrindo-se a proposta apenas das empresas que regularizarem seus documentos. Se nenhuma empresa regularizar os documentos, a comissão irá encerrar o processo, declarando-o como fracassado. Decorrido os 08 (oito) dias previstos nesta ata, a comissão irá emitir nova ata, declarando as empresas habilitadas e inabilitadas, abrindo então o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a interposição de possíveis recursos. Aberta a palavra aos participantes, os mesmos declinaram de usá-la. O envelope maior contendo os envelopes das propostas de preço das empresas participantes ficará acondicionado no cofre da Prefeitura. A comissão de licitação encerrou os trabalhos, nada mais havendo a tratar, a presente ata vai assinada pela Comissão de Licitação e representantes presentes.

Adilson Fernando Ribeiro Mauricio Afonso Sobczak José Carlos Herbst Andreia Fontana Kauva
Presidente Secretário Membro Membro

CARLOS EDUARDO MAYER MAIA HELAUTUR TRANSPORTES LTDA

MARCOS JAIR RINCON AVS TRANSPORTES EIRELI – ME

PUBLICAÇÃO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 143/2019 (PRESENCIAL)

Publicação Nº 2310208

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 143/2019 (PRESENCIAL)
ALTERAÇÃO DE EDITAL E DATA DE ABERTURA

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público, que alterou o edital descrito acima. Diante disto, a data de entrega e abertura dos envelopes contendo a documentação e propostas, foi transferida para o dia 24/01/2020, ficando estipulado os seguintes horários: às 08h15min (entrega) e 08h20min. (abertura). Informações (047) 3621 7705. O edital alterado está disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº. FMS 01/2020 (ELETRÔNICO)

Publicação Nº 2310239

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
EDITAL DE PREGÃO Nº. FMS 01/2020 (ELETRÔNICO)

O Município de Canoinhas/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº. 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 28/01/2020, às 15h00min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS DE SORO FISIOLÓGICO, GLICOFISIOLÓGICO E GLICOSADO, DESTINADOS AO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL, POLICLÍNICA MUNICIPAL, FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL, ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA, CLÍNICA DA MULHER E DA CRIANÇA, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, AMBULATÓRIO MUNICIPAL DE EPIDEMIOLOGIA, CENTRO INTEGRADO DE SAÚDE BUCAL, SERVIÇO MÓVEL DE URGÊNCIA, CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL E LABORATÓRIO MUNICIPAL DE ANÁLISES CLÍNICAS, PARA AQUISIÇÃO PELO PERÍODO DE 12 MESES. Recebimento de propostas até às 14h00min do dia 28/01/2020. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site: www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº. FMS 02/2020 (ELETRÔNICO)

Publicação Nº 2310237

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
EDITAL DE PREGÃO Nº. FMS 02/2020 (ELETRÔNICO)

O Município de Canoinhas/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº. 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 31/01/2020, às 09h00min, licitação para REGISTRO DE PREÇO PARA A COMPRA PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO GRATUITA E CONSUMO, NA FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL, CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, AMBULATÓRIO DE EPIDEMIOLOGIA, NOS PROGRAMAS EXISTENTES PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Recebimento de propostas até às 08h00min do dia 31/01/2020. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site: www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 01/2020 (PRESENCIAL)

Publicação Nº 2310234

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 01/2020 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 28/01/2020, às 08h20min, licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS, IMPRESSORAS MULTIFUNÇÃOAIS LASER COM FORNECIMENTO DE SUPRIMENTOS, EXCETO PAPEL, DESTINADAS A DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS

E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS. Recebimento de propostas até às 08h15min do dia 28/01/2020, no setor de protocolo da prefeitura. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos

Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 02/2020 (PRESENCIAL)

Publicação Nº 2310227

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 02/2020 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 27/01/2020, às 08h20min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GALERIAS CELULARES, DESTINADAS A CONSTRUÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO QUE PRECISEM DE UMA RESISTÊNCIA MAIOR E TAMBÉM PARA CONSTRUÇÃO DE PONTES, EM SUBSTITUIÇÃO AS DE MADEIRA, UMA VEZ QUE EXIGEM MENOS MANUTENÇÃO. Recebimento de propostas até às 08h15min do dia 27/01/2020, no setor de protocolo da prefeitura. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos

Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 04/2020 (PRESENCIAL)

Publicação Nº 2310212

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 04/2020 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 29/01/2020, às 08h20min, licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA REPAROS MECANICOS NA RETROESCAVADEIRA JCB 4CX4W nº160, ANO 2014, E NA RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB90, Nº37, ANO 2009DE USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até às 08h15min do dia 29/01/2020, no setor de protocolo da prefeitura. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos

Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 05/2020 (PRESENCIAL)

Publicação Nº 2310216

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 05/2020 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 29/01/2020, às 13h20min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ANEL DE VEDAÇÃO PARA MOTONIVELADORA VOLVO G930, DESTINADOS A SUBSTITUIÇÃO DESTAS PEÇAS, QUANDO DESGASTADAS, NAS MÁQUINAS UTILIZADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO. Recebimento de propostas até às 13h15min do dia 29/01/2020, no setor de protocolo da prefeitura. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos

Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 06/2020 (ELETRÔNICO)

Publicação Nº 2310231

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 06/2020 (ELETRÔNICO)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 30/01/2020, às 14h30min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA E COZINHA DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO E FUNDOS MUNICIPAIS. Recebimento de propostas até às 13h30min, no endereço eletrônico www.licitações-e.com.br do dia 30/01/2020. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos

Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 07/2020 (PRESENCIAL)

Publicação Nº 2310218

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 07/2020 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 27/01/2020, às 13h20min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓLEO DIESEL S-10, DESTINADO AO ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS, CAMINHÕES E MÁQUINAS DA PREFEITURA, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL, PELO PERÍODO DE 12 MESES. Recebimento de propostas até às 13h15min do dia 27/01/2020, no setor de protocolo da prefeitura. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. PMC 01/2020

Publicação Nº 2310206

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. PMC 01/2020

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 31/01/2020, às 08h45min, licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA, PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS A REALIZAÇÃO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO QUIOSQUE DA PRAÇA LAURO MULLER, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA. Recebimento de propostas até às 08h30min do dia 31/01/2020, no setor de protocolo da prefeitura. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos
Prefeito

REPUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 139/2019 (PRESENCIAL)

Publicação Nº 2310223


MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 139/2019 (PRESENCIAL)
1ª REPUBLICAÇÃO

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 30/01/2020, às 13h20min, licitação para CONTRATAÇÃO DE EMISSORAS DE RADIODIFUSÃO EM FREQUÊNCIA MODULADA (FM), EDUCATIVA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVOS A DIVULGAÇÃO DE ATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL. Recebimento de propostas até às 13h15min do dia 30/01/2020. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 22.2019

Publicação Nº 2309647

 Prefeitura Municipal de Canoinhas Rua Felipe Schmidt, 10 - Centro - 89.460-000 - Canoinhas/ SC CNPJ: 83.102.384/0001-80 Fone: (47) 3621-7700 https://www.pmc.sc.gov.br	Usuário: Maurício Afonso	Chave de Autenticação Digital 1884-5363-826	Página 1 / 1
--	---------------------------------	---	------------------------

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Licitação: CC22/2019 **Modalidade:** Concorrência **Julgamento:** Lote **Registro de preço:** Não **Controla quantidade:** Sim
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA, PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS RUAS ALFREDO MAYER – TRECHO 2, COM EXTENSÃO DE 133,54 METROS E GUILHERME GONCHOROVSKI TRECHO 2A, NA EXTENSÃO DE 140,00 METROS, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA.

		CPF/CNPJ: 23.153.183/0001-80		Valor total (R\$):	
Data	Item	Material/Serviço/Denominação	Un. Medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)
09/01/2020	1	64027 - PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA GUILHERME GONCHOROVSKI TRECHO 2A, NA EXTENSÃO DE 140,00 METROS	SERVICO	1,00000	251.125,88000
09/01/2020	2	64026 - PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA ALFREDO MAYER – TRECHO 2, COM EXTENSÃO DE 133,54 METROS	SERVICO	1,00000	261.793,67000
Total Adjudicado (R\$):				512.919,55	

Total de licitações adjudicadas: 1

Total Geral Adjudicado (R\$):


512.919,55

Gilberto dos Passos
 Prefeito

Winston Beyersdorff Lucchiari
 Assessor Jurídico

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº PMC 28.2019

Publicação Nº 2309797

 Prefeitura Municipal de Canoinhas Rua Felipe Schmidt, 10 - Centro - 89.460-000 - Canoinhas/ SC CNPJ: 83.102.384/0001-80 Fone: (47) 3621-7700 https://www.pmc.sc.gov.br	Usuário: Maurício Afonso	Chave de Autenticação Digital 1527-8469-626	Página 1 / 1
--	--------------------------	--	-----------------

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Licitação: TP28/2019 **Modalidade:** Tomada de Preço **Julgamento:** Global **Registro de preço:** Não **Controla quantidade:** Sim
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MOBILIÁRIO URBANO, INCLUINDO BANCOS, LIXEIRAS, BALIZADORES E BICICLETÁRIOS, DE ACORDO COM O QUE SE ENCONTRA DEFINIDO NAS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

Fornecedor: 11918 - MNCITE8 - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MOBILIÁRIO URBANO LTDA		CPF/CNPJ: 18.335.753/0001-13		Valor total (R\$):		159.993,86	
Data	Item	Material/Serviço/Denominação	Un. Medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)	
10/01/2020	1	63900 - BANCO ESTRUTURA EM AÇO GALVANIZADA	UNIDADE	35,00000	1.638,70000	57.354,50	
10/01/2020	2	63901 - LIXEIRA ESTRUTURA EM BARRA DE AÇO GALVANIZADO	UNIDADE	55,00000	1.649,28000	90.710,40	
10/01/2020	3	63902 - BALIZADOR EM AÇO GALVANIZADO E ACABAMENTO EM PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ NA COR GRAFITE	UNIDADE	12,00000	380,33000	4.563,96	
10/01/2020	4	63903 - BICICLETÁRIO, INCLINADO OU RETO, EM AÇO GALVANIZADO COM PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ NA COR GRAFITE	UNIDADE	20,00000	368,25000	7.365,00	
Total Adjudicado (R\$):						159.993,86	

Total de licitações adjudicadas: 1**Total Geral Adjudicado (R\$):****159.993,86**

Gilberto dos Passos
 Prefeito

Winston Beyersdorff Lucchiari
 Assessor Jurídico

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 142.2019 (PRESENCIAL)

Publicação Nº 2309880

 Prefeitura Municipal de Canoinhas Rua Felipe Schmidt, 10 - Centro - 89.460-000 - Canoinhas/ SC CNPJ: 83.102.384/0001-80 Fone: (47) 3621-7700 https://www.pmc.sc.gov.br			
	Usuário: Maurício Afonso	Chave de Autenticação Digital 1854-0012-818	Página 1 / 3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Licitação: PR142/2019 **Modalidade:** Pregão **Julgamento:** Por item **Registro de preço:** Sim **Controla quantidade:** Sim
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS AOS PROGRAMAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E FROHAB.

Fornecedor: 2013 - CERAMICA OURO DA TERRA EIRELI		CPF/CNPJ: 09.314.237/0001-11		Valor total (R\$):		672.571,00
Data	Item	Material/Serviço/Denominação	Un. Medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
08/01/2020	1	3165 - AREIA MÉDIA	METRO CUBICO	3.000,00000	94,00000	282.000,00
08/01/2020	5	43742 - PEDRA BRITA Nº 1	METRO CUBICO	1.500,00000	100,00000	150.000,00
08/01/2020	6	7624 - BRITA Nº 1	METRO CUBICO	1.500,00000	83,50000	125.250,00
08/01/2020	23	56745 - TIJOLO 4 Furos	UNIDADE	70.000,00000	0,77000	53.900,00
08/01/2020	35	56741 - TIJOLO 06 Furos	UNIDADE	30.000,00000	0,79000	23.700,00
08/01/2020	47	60057 - TUBO DE PVC ESGOTO 100 MM	BARRA	100,00000	48,00000	4.800,00
08/01/2020	50	29904 - JOELHO ESGOTO 100	UNIDADE	400,00000	3,49000	1.396,00
08/01/2020	68	46742 - PORTA EXTERNA	UNIDADE	100,00000	277,50000	27.750,00
08/01/2020	73	46768 - PORTA INTERNA	UNIDADE	50,00000	75,50000	3.775,00
Fornecedor: 5993 - JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA		CPF/CNPJ: 02.672.502/0001-94		Valor total (R\$):		1.488.144,40
08/01/2020	2	10253 - CAL VIRGEM, SACO C/ 20 KG	SACA	2.000,00000	7,60000	15.200,00
		Marca: HIDRA				
08/01/2020	3	10239 - CAL HIDRATADA 20KG	SACA	2.000,00000	8,35000	16.700,00
		Marca: HIDRA				
08/01/2020	4	14389 - CIMENTO COM 50 KG	SACA	2.000,00000	21,40000	42.800,00
		Marca: CSN				
08/01/2020	7	31686 - KIT POSTINHO MONOFÁSICO, PADRÃO CELESC, 07 METROS, COM 01 CX	UNIDADE	50,00000	938,00000	46.900,00
		KIT POSTINHO MONOFÁSICO, PADRÃO CELESC, COM UMA CAIXA, CAPACIDADE CARGA DISJUNTOR (A) DE 40 A 70, ESFORÇO (daN) 100, ALTURA 07 METROS - O FABRICANTE DEVERÁ SER HOMOLOGADO NA CELESC.				
		Marca: CERAFIM				
08/01/2020	8	31688 - KIT POSTINHO MONOFÁSICO, PADRÃO CELESC, 08 METROS, COM 01 CX	UNIDADE	50,00000	1.031,00000	51.550,00
		KIT POSTINHO MONOFÁSICO, PADRÃO CELESC, COM UMA CAIXA, CAPACIDADE CARGA DISJUNTOR (A) DE 40 A 70, ESFORÇO (daN) 100, ALTURA 08 METROS - O FABRICANTE DEVERÁ SER HOMOLOGADO NA CELESC.				
		Marca: CERAFIM				
08/01/2020	10	31687 - KIT POSTINHO MONOFÁSICO, PADRÃO CELESC, 07 METROS, COM 02 CX	UNIDADE	20,00000	1.380,00000	27.600,00
		KIT POSTINHO MONOFÁSICO, PADRÃO CELESC, COM DUAS CAIXAS, CAPACIDADE CARGA DISJUNTOR (A) DE 40 A 70, ESFORÇO (daN) 100, ALTURA 07 METROS - O FABRICANTE DEVERÁ SER HOMOLOGADO NA CELESC.				
		Marca: CERAFIM				
08/01/2020	11	31689 - KIT POSTINHO MONOFÁSICO, PADRÃO CELESC, 08 METROS, COM 02 CX	UNIDADE	15,00000	1.520,00000	22.800,00
		KIT POSTINHO MONOFÁSICO, PADRÃO CELESC, COM DUAS CAIXAS, CAPACIDADE CARGA DISJUNTOR (A) DE 40 A 70, ESFORÇO (daN) 100, ALTURA 08 METROS - O FABRICANTE DEVERÁ SER HOMOLOGADO NA CELESC.				
		Marca: CERAFIM				
08/01/2020	13	50310 - RIPA DE PINHEIRO	METRO	5.000,00000	2,69000	13.450,00
		Marca: Zandonia				
08/01/2020	14	47256 - PREGO 17 X 27.	QUILOGRAMA	500,00000	9,80000	4.900,00
		Marca: GUERDAL				
08/01/2020	15	47261 - PREGO 18 X 36	QUILOGRAMA	500,00000	9,30000	4.650,00
		Marca: GUERDAL				
08/01/2020	16	54852 - TÁBUA DE PINHEIRO	UNIDADE	2.500,00000	23,80000	59.500,00
		Marca: Zandonia				
08/01/2020	17	64222 - TÁBUA DE PINHEIRO DE 20 CM	UNIDADE	2.500,00000	19,40000	48.500,00
		Marca: Zandonia				
08/01/2020	18	56075 - TELHA FRANCESA	UNIDADE	50.000,00000	1,58000	79.000,00
		Marca: SANTA TEREZINHA				
08/01/2020	19	27786 - GOIVAS DE BARRO	UNIDADE	10.000,00000	3,39000	33.900,00
		Marca: SANTA TEREZINHA				
08/01/2020	20	64223 - CAIBRO DE PINHEIRO 2' X 4' X 4,5 M	UNIDADE	2.500,00000	34,50000	86.250,00
		Marca: Zandonia				
08/01/2020	21	9601 - CAIBRO DE PINHEIRO 3,5 M	UNIDADE	2.500,00000	39,50000	98.750,00
		Marca: Zandonia				
08/01/2020	22	5005 - BARRA DE FERRO 8 MM, BARRAS C/ 12 METROS	BARRA	500,00000	25,90000	12.950,00
		Marca: CSN				
08/01/2020	24	56060 - TELHA DE FIBROCIMENTO 1,53 X 1,10 X 5 MM	UNIDADE	2.000,00000	23,80000	47.600,00
		Marca: HISDRALIT				
08/01/2020	25	56063 - TELHA DE FIBROCIMENTO 1,83x1,10 C/ 5mm	UNIDADE	2.000,00000	28,90000	57.800,00
		Marca: HISDRALIT				
08/01/2020	26	56065 - TELHA DE FIBROCIMENTO 2,44 X 1,10 X 5MM	UNIDADE	1.000,00000	37,50000	37.500,00
		Marca: HISDRALIT				
08/01/2020	27	27777 - GOIVA DE FIBROCIMENTO 5 MM 15º MACHO E FÊMEA ARTICULADA	UNIDADE	500,00000	42,50000	21.250,00
		GOIVA DE FIBROCIMENTO 5 MM 15º MACHO E FÊMEA ARTICULADA				
		Marca: HISDRALIT				
08/01/2020	28	21962 - ESPIGÃO DE FIBROCIMENTO	UNIDADE	300,00000	32,50000	9.750,00
		Marca: HISDRALIT				
08/01/2020	29	9600 - CAIBRO DE PINHEIRO 2' X 4' X 3,00M	UNIDADE	800,00000	28,50000	22.800,00
		Marca: Zandonia				
08/01/2020	30	29681 - JANELA DE CORRER EM FERRO 1,00 X 1,20 M COM VIDROS	UNIDADE	100,00000	265,00000	26.500,00
		Marca: METAL NORTE				
08/01/2020	31	64224 - JANELA DE FERRO, DE CORRER, ESTRUTURA EM FERRO COM 04 FOLHAS	UNIDADE	100,00000	265,00000	26.500,00
		Marca: METAL NORTE				
08/01/2020	32	64225 - JANELA TIPO MAXIM-AR EM FERRO 1 FOLHA MÍNIMA 0,40MX0,60	UNIDADE	100,00000	85,00000	8.500,00
		JANELA TIPO MAXIM-AR EM FERRO 1 FOLHA MÍNIMA 0,40MX0,60MX5CM, COM VIDRO LISO INCOLOR DE 3MM.				
		Marca: METAL NORTE				
08/01/2020	33	46668 - PORTA DE FERRO 210 X 80 - ABERTURA L.D	UNIDADE	150,00000	215,00000	32.250,00
		Marca: METAL NORTE				
08/01/2020	34	46669 - PORTA DE FERRO 210 X 80 - ABERTURA L.E	UNIDADE	150,00000	215,00000	32.250,00
		Marca: METAL NORTE				
08/01/2020	36	26802 - FORRO PVC BRANCO	BARRA	2.000,00000	15,24000	30.480,00
		Marca: PLASTILIT				
08/01/2020	39	16217 - CONEXÃO LUVA L/L 25	UNIDADE	1.500,00000	0,39000	585,00
		Marca: PLASTILIT				
08/01/2020	40	16218 - CONEXÃO LUVA L/R 25	UNIDADE	500,00000	0,95000	475,00
		Marca: PLASTILIT				
08/01/2020	41	16230 - CONEXÃO T L/L 25	UNIDADE	1.000,00000	0,65000	650,00
		Marca: PLASTILIT				
08/01/2020	42	16232 - CONEXÃO T L/R 25	UNIDADE	500,00000	2,95000	1.475,00
		Marca: PLASTILIT				
08/01/2020	43	16213 - CONEXÃO JOELHO L/L 25	UNIDADE	1.000,00000	0,39000	390,00
		Marca: PLASTILIT				
08/01/2020	44	16214 - CONEXÃO JOELHO L/R 25	UNIDADE	500,00000	1,89000	945,00
		Marca: PLASTILIT				

 Prefeitura Municipal de Canoinhas Rua Felipe Schmidt, 10 - Centro - 89.460-000 - Canoinhas/ SC CNPJ: 83.102.384/0001-80 Fone: (47) 3621-7700 https://www.pmc.sc.gov.br			
	Usuário: Maurício Afonso	Chave de Autenticação Digital 1854-0012-818	Página 2 / 3


TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

08/01/2020	45	6365 - BÓIA PARA CAIXA D' ÁGUA Marca: PLASTILT	UNIDADE	50,00000	10,80000	540,00
08/01/2020	46	9676 - CAIXA D'ÁGUA 500 LITROS POLIETILENO Marca: BAKOF	UNIDADE	50,00000	165,00000	8.250,00
08/01/2020	48	60014 - TUBO DE ESGOTO 50 MM Marca: PLASTILT	BARRA	100,00000	24,00000	2.400,00
08/01/2020	49	60022 - TUBO DE ESGOTO PVC 40 MM Marca: PLASTILT	BARRA	100,00000	13,80000	1.380,00
08/01/2020	51	29912 - JOELHO ESGOTO 50 Marca: PLASTILT	UNIDADE	400,00000	1,68000	672,00
08/01/2020	52	3803 - ASSOALHO DE MADEIRA BENEFICIADO TIPO MACHO E FÊMEA Marca: Zandonia	UNIDADE	2.000,00000	58,00000	116.000,00
08/01/2020	55	24785 - FIO FLEXÍVEL 10 MM AZUL Marca: CORFIO	METRO	1.000,00000	4,30000	4.300,00
08/01/2020	56	24786 - FIO FLEXÍVEL 10 MM PRETO Marca: CORFIO	METRO	1.000,00000	4,30000	4.300,00
08/01/2020	57	24787 - FIO FLEXÍVEL 10 MM VERDE Marca: CORFIO	METRO	1.000,00000	4,30000	4.300,00
08/01/2020	58	24793 - FIO FLEXIVEL 2,50 MM PRETO Marca: CORFIO	METRO	2.000,00000	1,38000	2.760,00
08/01/2020	59	24792 - FIO FLEXIVEL 2,50 MM AZUL Marca: CORFIO	METRO	2.000,00000	1,38000	2.760,00
08/01/2020	60	24791 - FIO FLEXIVEL 2,5 MM VERDE Marca: CORFIO	METRO	2.000,00000	1,38000	2.760,00
08/01/2020	61	24782 - FIO FLEXIVEL 1,5 MM PRETO Marca: CORFIO	METRO	2.000,00000	0,79000	1.580,00
08/01/2020	62	24784 - FIO FLEXÍVEL 1,5MM AZUL Marca: CORFIO	METRO	1.000,00000	0,79000	790,00
08/01/2020	63	24781 - FIO FLEXIVEL 1,5 MM BRANCO Marca: CORFIO	METRO	2.000,00000	0,79000	1.580,00
08/01/2020	64	58520 - TORNEIRA DE BANCADA EM METAL ROSCA 3/4 Marca: HIDRAFIX	UNIDADE	50,00000	37,00000	1.850,00
08/01/2020	65	58607 - TORNEIRA PARA LAVATÓRIO EM PVC - 1a LINHA Marca: PLASTILT	UNIDADE	50,00000	26,50000	1.325,00
08/01/2020	66	47240 - PREGO 12 X 12 Marca: GUERDAL	QUILOGRAMA	500,00000	12,00000	6.000,00
08/01/2020	67	9611 - CAIBRO DE PINUS 4X4 Marca: Zandonia	UNIDADE	2.500,00000	13,45000	33.625,00
08/01/2020	69	60894 - VASO SANITÁRIO Marca: FIORI	UNIDADE	50,00000	235,00000	11.750,00
08/01/2020	70	2241 - ANEL DE VEDAÇÃO P/ VASO SANITARIO Marca: PLASTILT	UNIDADE	50,00000	8,80000	440,00
08/01/2020	71	53391 - SIFAO Marca: PLASTILT	UNIDADE	50,00000	6,80000	340,00
08/01/2020	72	48275 - RALO Marca: PLASTILT	UNIDADE	50,00000	6,80000	340,00
08/01/2020	74	10209 - CAIXILHO DE 1ª 14CM C/ VISTA, CEDRO Marca: FURMANN	JOGO	50,00000	94,00000	4.700,00
08/01/2020	75	10211 - CAIXILHO DE 1ª, 16 CM COM VISTA, PINHO Marca: FURMANN	JOGO	50,00000	127,00000	6.350,00
08/01/2020	76	10210 - CAIXILHO DE 1ª, 15CM, COM VISTA, PINHO Marca: FURMANN	JOGO	50,00000	118,00000	5.900,00
08/01/2020	77	64228 - JOGO DE CAIXILHO 07 CM Marca: FURMANN	JOGO	50,00000	85,00000	4.250,00
08/01/2020	78	23080 - FECHADURA EXTERNA Marca: SOPRANO	UNIDADE	50,00000	38,00000	1.900,00
08/01/2020	79	58571 - TORNEIRA JARDIM 3/4 PVC - 1a LINHA Marca: PLASTILT	UNIDADE	50,00000	2,99000	149,50
08/01/2020	80	64229 - RIPAO DE PINHEIRO Marca: Zandonia	UNIDADE	200,00000	17,50000	3.500,00
08/01/2020	81	3112 - ARAME RECOZIDO Marca: WONDER	QUILOGRAMA	50,00000	10,70000	535,00
08/01/2020	82	59047 - TRELIÇA 06 METROS Marca: GUERDAL	BARRA	500,00000	25,80000	12.900,00
08/01/2020	83	20889 - ELETRODUTO FLEXÍVEL, 3/4 Marca: PLASTILT	UNIDADE	2.500,00000	1,19000	2.975,00
08/01/2020	85	9834 - CAIXA DE LUZ 2x4 Marca: pc	UNIDADE	50,00000	0,79000	39,50
08/01/2020	86	58165 - TOMADA SIMPLES Marca: VELTRA	UNIDADE	40,00000	7,95000	318,00
08/01/2020	88	29379 - INTERRUPTOR 1 TECLA COM TOMADA EMBUTIR Marca: VELTRA	UNIDADE	50,00000	4,08000	204,00
08/01/2020	89	64230 - PLAFONIER SIMPLES COM BOCAL Marca: Plastuning	UNIDADE	50,00000	3,38000	169,00
08/01/2020	90	32891 - LAVATORIO Marca: FIORI	UNIDADE	20,00000	56,00000	1.120,00
08/01/2020	91	14191 - CHUVEIRO Marca: HYDRA	UNIDADE	30,00000	33,90000	1.017,00
08/01/2020	92	49151 - REGISTRO ESFERA SOLDÁVEL 32 MM Marca: PLASTILT	UNIDADE	40,00000	6,96000	278,40
08/01/2020	95	64231 - REGISTRO DE PRESSÃO Marca: PLASTILT	UNIDADE	30,00000	14,90000	447,00
08/01/2020	96	64226 - CAIBRO DE PINHEIRO 3X4" 4,5 M Marca: Zandonia	UNIDADE	2.500,00000	48,50000	121.250,00
08/01/2020	97	4986 - BARRA DE FERRO 10 MM Marca: SCN	UNIDADE	2.500,00000	34,80000	87.000,00

Total Adjudicado (R\$): 2.160.715,40

Total de licitações adjudicadas: 1

Total Geral Adjudicado (R\$): 2.160.715,40



Prefeitura Municipal de Canoinhas

Rua Felipe Schmidt, 10 - Centro - 89.460-000 - Canoinhas/ SC
CNPJ: 83.102.384/0001-80 Fone: (47) 3621-7700
<https://www.pmc.sc.gov.br>

Usuário: Maurício Afonso

Chave de Autenticação Digital
1854-0012-818

Página
3 / 3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Gilberto dos Passos
Prefeito

Winston Beyersdorff Lucchiari
Assessor Jurídico

Capão Alto

PREFEITURA

CHAMADA PÚBLICA 001/2020

Publicação Nº 2310724

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO****MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO****SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2020, para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural conforme Resolução CD/FNDE nº 26, alterada pela Resolução CD/FNDE nº 04/2015 e Lei nº 11.947/2009.

O **MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.599.409-0001/39, com sede administrativa à Rua João Vieira de Oliveira, nº 500, Centro, SC, através do Prefeito Municipal, Sr. TITO PEREIRA FREITAS, no uso de suas prerrogativas legais e considerando o disposto no art. 208, VII da Constituição Federal, Resolução CD/FNDE nº 26, alterada pela Resolução CD/FNDE nº 04/2015 e art. 14 da Lei nº 11.947/2009, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, vem realizar **CHAMADA PÚBLICA para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, durante o período de fevereiro a dezembro de 2020.** Os interessados (Grupos Formais, Informais ou Fornecedores Individuais) deverão apresentar a documentação para habilitação e Projeto de Venda de **14 de Janeiro de 2020 a 03 de Fevereiro de 2020** no Setor de Protocolo deste Município, localizado no endereço supracitado.

1. OBJETO

1.1. O objeto da presente Chamada Pública é a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, conforme especificações dos gêneros alimentícios abaixo:

Item	Especificação	Quant.	Unid.	Preço Unitário Proposto (R\$)	Preço Total (R\$)
1	ALFACE COM CARACTERÍSTICAS BEM DEFINIDAS, LIMPAS E DE COLORAÇÃO PRÓPRIA, ISENTA DE PRAGAS.- PESO MÍNIMO 300 GRAMAS -	1500	UNIDADE	R\$ 1,86	R\$ 2.790,00
2	ABOBRINHA ITALIANA (BOA QUALIDADE), CASCA CORIÁCEA COM PAREDES ESPESSAS E DE COR VERDE.	110	KG	R\$ 3,73	R\$ 410,30
3	ÇAFAFRÃO DA TERRA, BOA QUALIDADE.	15	KG	R\$ 20,00	R\$ 300,00
4	AIPIIM (MANDIOCA) COM CASCA, BOA QUALIDADE E TAMANHO MÉDIO.	180	KG	R\$ 2,62	R\$ 471,60
5	ALHO, BOA QUALIDADE. EMBALADOS EM PLÁSTICO DE POLIETILENO TRANSPARENTE.	15	KG	R\$ 36,37	R\$ 545,55
6	ALHO PORÓ, BOA QUALIDADE.	50	UNIDADE	R\$ 4,80	R\$ 240,00

Fl. 1/22

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO

Item	Especificação	Quant.	Unid.	Preço Unitário Proposto	Preço Total (R\$)
7	AMEIXA. BOA QUALIDADE. LIVRE DE DEFEITOS.	300	KG	R\$ 9,26	R\$ 2.778,00
8	AMORA IN NATURA, BOA QUALIDADE, EMBALADOS EM BANDEJAS QUE GARANTAM A QUALIDADE DO PRODUTO, EVITANDO DETERIORAÇÃO DO MESMO.	110	KG	R\$ 23,00	R\$ 2.530,00
9	BANANA (BRANCA OU CATURRA). BOA QUALIDADE. APTA PARA CONSUMO. NÃO SERÃO ACEITAS MUITO MADURAS, NEM MUITO VERDES.	3000	KG	R\$ 2,71	R\$ 8.130,00
10	BATATA SALSA (BOA QUALIDADE), FIRME E LIVRE DE DEFEITOS, TAMANHO MÉDIO.	100	KG	R\$ 8,54	R\$ 854,00
11	BATATA INGLESA (BOA QUALIDADE), FIRME E LIVRE DE DEFEITOS, TAMANHO MÉDIO.	300	KG	R\$ 3,66	R\$ 1.098,00
12	BATATA DOCE (BOA QUALIDADE), FIRME E LIVRE DE DEFEITOS, TAMANHO MÉDIO.	200	KG	R\$ 3,10	R\$ 620,00
13	BERGAMOTA (BOA QUALIDADE), DEVERÁ APRESENTAR TAMANHO, COR E CONFORMAÇÃO UNIFORMES, DESENVOLVIDOS E MADUROS. A POLPA DEVE ESTAR INTACTA E FIRME. APRESENTAR AROMA, COR E SABOR PRÓPRIOS DA ESPÉCIE E VARIEDADE. APRESENTAR GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHES PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO MEDIATO E IMEDIATO. NÃO CONTER SUJIDADES OU CORPOS ESTRANHOS ADERENTES À SUPERFÍCIE DA CASCA.	600	KG	R\$ 3,46	R\$ 2.076,00
14	BETERRABA TAMANHO MÉDIO, APRESENTAR CARACTERÍSTICAS DA CULTIVAR BEM DEFINIDAS, COM BOA FORMAÇÃO, LIMPAS E DE COLORAÇÃO PRÓPRIA, ISENTA DE FOLHAS E PRAGAS.	300	KG	R\$ 3,48	R\$ 1.044,00
15	BRÓCOLIS VERDES E NÃO FLORADAS ISENTO DE PRAGAS. – PESO MÍNIMO 250 GRAMAS	250	MAÇO	R\$ 4,02	R\$ 1.005,00
16	CAQUI, APTO PARA O CONSUMO. O MESMO NÃO DEVE ESTAR AMARRENTO. (BOA QUALIDADE)	500	KG	R\$ 5,42	R\$ 2.710,00
17	CEBOLA DE CABECA BRANCA OU ROXA (BOA QUALIDADE)	360	KG	R\$ 5,22	R\$ 1.879,20
18	CHUCHU (BOA QUALIDADE).	200	KG	R\$ 3,86	R\$ 772,00
19	CENOURA (BOA QUALIDADE), TAMANHO MÉDIO, APRESENTAR CARACTERÍSTICAS DA CULTIVAR BEM DEFINIDAS, COM BOA FORMAÇÃO, LIMPAS E DE COLORAÇÃO PRÓPRIA, ISENTA DE FOLHAS E PRAGAS.	300	KG	R\$ 4,23	R\$ 1.269,00

Fl. 2/22

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO

Item	Especificação	Quant.	Unid.	Preço Unitário Proposto	Preço Total (R\$)
20	CHÁS DIVERSOS (CAMOMILA, CIDREIRA, ERVA-DOCE, HORTELÃ, POEJO) PESO MÍNIMO DE 50 GRAMAS	30	MAÇO	R\$ 3,46	R\$ 103,80
21	CHICÓREA COM CARACTERÍSTICAS BEM DEFINIDAS, LIMPAS E DE COLORAÇÃO PRÓPRIA, ISENTA DE PRAGAS.- PESO MÍNIMO 300 GRAMAS -	500	UNIDADE	R\$ 2,48	R\$ 1.240,00
22	COUVE-FLOR, BOA QUALIDADE, COM AS FLORESCÊNCIAS LIMPAS, SEM PONTOS PRETOS.	100	UNIDADE	R\$ 4,55	R\$ 455,00
23	COUVE MANTEIGA, TENRA, MACIA, SEM SINAIS DE DETERIORAÇÃO LIVRE DE SUJIDADES E PRAGAS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PARA ALIMENTOS, LIMPAS E SEM RUPTURAS (BOA QUALIDADE) - PESO MÍNIMO DO MAÇO 200 GRAMAS. SERÃO ACEITAS COMO SUBSTITUIÇÃO MOSTARDA,	600	MAÇO	R\$ 2,55	R\$ 1.530,00
24	ERVILHA IN NATURA EM VAGEM, BOA QUALIDADE	100	KG	R\$ 7,41	R\$ 741,00
25	ESPINAFRE, LIMPO, COR E ODOR CARACTERÍSTICOS, LIVRE DE SUJIDADES E PRAGAS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PARA ALIMENTOS, LIMPAS E SEM RUPTURAS. PESO MÍNIMO DO MAÇO 200 GRAMAS	400	MAÇO	R\$ 2,65	R\$ 1.060,00
26	FEIJÃO PRETO (BOA QUALIDADE), O PRODUTO DEVE SER DA SAFRA DO ANO CORRENTE.	700	KG	R\$ 4,68	R\$ 3.276,00
27	FIGO, APTO PARA O CONSUMO. LIVRE DE SUJIDADES E PRAGAS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PARA ALIMENTOS, LIMPAS E SEM RUPTURAS (BOA QUALIDADE)	200	KG	R\$ 6,00	R\$ 1.200,00
28	GENGIBRE, BOA QUALIDADE	15	KG	R\$ 12,94	R\$ 194,10
29	GOIABA SERRANA, APTA PARA O CONSUMO. LIVRE DE SUJIDADES E PRAGAS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PARA ALIMENTOS, LIMPAS E SEM RUPTURAS (BOA QUALIDADE)	100	KG	R\$ 6,96	R\$ 696,00
30	KIWI, APTO PARA O CONSUMO. LIVRE DE SUJIDADES E PRAGAS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PARA ALIMENTOS, LIMPAS E SEM RUPTURAS (BOA QUALIDADE)	600	KG	R\$ 10,99	R\$ 6.594,00
Item	Especificação	Quant.	Unid.	Preço Unitário Proposto	Preço Total (R\$)

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO

31	LARANJA TIPO RUBI, VALENCIA E/OU LIMA. DEVERÁ APRESENTAR TAMANHO, COR E CONFORMAÇÃO UNIFORMES, DESENVOLVIDOS E MADUROS. A POLPA DEVE ESTAR INTACTA E FIRME. APRESENTAR AROMA, COR E SABOR PRÓPRIOS DA ESPÉCIE E VARIEDADE. APRESENTAR GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHES PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO MEDIATO E IMEDIATO. NÃO CONTER SUJIDADES OU CORPOS ESTRANHOS ADERENTES À SUPERFÍCIE DA CASCA.	600	KG	R\$ 2,99	R\$ 1.794,00
32	LIMÃO, BOA QUALIDADE.	50	KG	R\$ 4,63	R\$ 231,50
33	MAÇÃ. DEVERÁ APRESENTAR TAMANHO, COR E CONFORMAÇÃO UNIFORMES, DESENVOLVIDOS E MADUROS. A POLPA DEVE ESTAR INTACTA E FIRME. APRESENTAR AROMA, COR E SABOR PRÓPRIOS DA ESPÉCIE E VARIEDADE. APRESENTAR GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHES PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO MEDIATO, NÃO CONTER SUJIDADES OU CORPOS ESTRANHOS ADERENTES À SUPERFÍCIE DA CASCA., BEM COMO DETERIORAÇÃO.	1000	KG	R\$ 5,05	R\$ 5.050,00
34	MELÃO DEVERÁ APRESENTAR TAMANHO, COR E CONFORMAÇÃO UNIFORMES, DESENVOLVIDOS E MADUROS. A POLPA DEVE ESTAR INTACTA E FIRME. APRESENTAR AROMA, COR E SABOR PRÓPRIOS DA ESPÉCIE E VARIEDADE. APRESENTAR GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHES PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO MEDIATO, NÃO CONTER SUJIDADES OU CORPOS ESTRANHOS ADERENTES À SUPERFÍCIE DA CASCA., BEM COMO DETERIORAÇÃO.	400	KG	R\$ 5,38	R\$ 2.152,00
Item	Especificação	Quant.	Unid.	Preço Unitário Proposto	Preço Total (R\$)

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO

35	MELANCIA DEVERÁ APRESENTAR TAMANHO, COR E CONFORMAÇÃO UNIFORMES, DESENVOLVIDOS E MADUROS. A POLPA DEVE ESTAR INTACTA E FIRME. APRESENTAR AROMA, COR E SABOR PRÓPRIOS DA ESPÉCIE E VARIEDADE. APRESENTAR GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHES PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO MEDIATO, NÃO CONTER SUJIDADES OU CORPOS ESTRANHOS ADERENTES À SUPERFÍCIE DA CASCA., BEM COMO DETERIORAÇÃO.	400	KG	R\$ 1,73	R\$ 692,00
36	MILHO VERDE (EM ESPIGA SEM PALHA), APTO PARA O CONSUMO, COM OS GRÃOS AMARELO-CLAROS, NOVO, FRESCOS.	300	KG	R\$ 4,45	R\$ 1.335,00
37	MIRTILO IN NATURA, BOA QUALIDADE, EMBALADOS EM BANDEJAS QUE GARANTAM A QUALIDADE DO PRODUTO, EVITANDO DETERIORAÇÃO DO MESMO.	50	KG	R\$ 61,75	R\$ 3.087,50
39	MORANGO IN NATURA, BOA QUALIDADE, EMBALADOS EM BANDEJAS QUE GARANTAM A QUALIDADE DO PRODUTO, EVITANDO DETERIORAÇÃO DO MESMO.	900	KG	R\$ 22,47	R\$ 20.223,00
40	PERA. DEVERÁ APRESENTAR TAMANHO, COR E CONFORMAÇÃO UNIFORMES, DESENVOLVIDOS E MADUROS. A POLPA DEVE ESTAR INTACTA E FIRME. APRESENTAR AROMA, COR E SABOR PRÓPRIOS DA ESPÉCIE E VARIEDADE. APRESENTAR GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHES PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO MEDIATO, NÃO CONTER SUJIDADES OU CORPOS ESTRANHOS ADERENTES À SUPERFÍCIE DA CASCA., BEM COMO DETERIORAÇÃO.	120	KG	R\$ 8,33	R\$ 999,60
41	PEPINO VERDE IN NATURA MEDINDO DE 15 A 20CM (BOA QUALIDADE)	100	KG	R\$ 4,50	R\$ 450,00
Item	Especificação	Quant.	Unid.	Preço Unitário Proposto	Preço Total (R\$)

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO

42	PÊSSEGO. DEVERÁ APRESENTAR TAMANHO, COR E CONFORMAÇÃO UNIFORMES, DESENVOLVIDOS E MADUROS. A POLPA DEVE ESTAR INTACTA E FIRME. APRESENTAR AROMA, COR E SABOR PRÓPRIOS DA ESPÉCIE E VARIEDADE. APRESENTAR GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHES PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO MEDIATO, NÃO CONTER SUJIDADES OU CORPOS ESTRANHOS ADERENTES À SUPERFÍCIE DA CASCA, BEM COMO DETERIORAÇÃO.	120	KG	R\$ 8,33	R\$ 999,60
43	PIMENTÃO (BOA QUALIDADE). SERÃO ACEITAS AS TRÊS VARIAÇÕES DE CORES (VERDE, VERMELHO E AMARELO), BEM COMO A VARIAÇÃO CHAPÉU DE BISPO.	60	KG	R\$ 6,36	R\$ 381,60
44	PINHÃO COM CASCA (BOA QUALIDADE)	150	KG	R\$ 7,13	R\$ 1.069,50
45	REPOLHO FRESCO, CARACTERÍSTICAS BEM DEFINIDAS, COLORAÇÃO PRÓPRIA, LIVRE DE DANOS E PRAGAS. SERÁ ACEITA A CELGA COMO SUBSTITUIÇÃO.	300	KG	R\$ 4,00	R\$ 1.200,00
46	RÚCULA LIVRE DE SUJIDADES E PRAGAS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PARA ALIMENTOS, LIMPAS E SEM RUPTURAS (BOA QUALIDADE) – PESO MÍNIMO DO MAÇO 100 GRAMAS	500	MAÇO	R\$ 2,62	R\$ 1.310,00
47	TEMPERO VERDE (cebolinha, salsa, sálvia, manjerição, manjerona) LIVRE DE SUJIDADES E PRAGAS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PARA ALIMENTOS, LIMPAS E SEM RUPTURAS (BOA QUALIDADE) – PESO MÍNIMO DO MAÇO 100 GRAMAS	400	MAÇO	R\$ 2,43	R\$ 972,00
48	TOMATE, CARACTERÍSTICAS BEM DEFINIDAS, COLORAÇÃO PRÓPRIA, LIVRE DE DANOS E PRAGAS. (BOA QUALIDADE). SERÃO ACEITAS TODAS VARIEDADES DE TOMATE.	180	KG	R\$ 6,05	R\$ 1.089,00
49	UVA IN NATURA, BOA QUALIDADE, APATA PARA O CONSUMO. EMBALADOS EM BANDEJAS QUE GARANTAM A QUALIDADE DO PRODUTO, EVITANDO DETERIORAÇÃO DO MESMO. SERÃO ACEITAS TODAS VARIEDADES DE UVA	150	KG	R\$ 6,66	R\$ 999,00
50	PHISALIS IN NATURA, BOA QUALIDADE, EMBALADOS EM BANDEJAS QUE GARANTAM A QUALIDADE DO PRODUTO, EVITANDO DETERIORAÇÃO DO MESMO.	50	KG	R\$ 81,67	R\$ 4.083,50
Item	Especificação	Quant.	Unid.	Preço Unitário Proposto	Preço Total (R\$)

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO**

51	VAGEM (FEIJÃO DE VAGEM) CARACTERÍSTICAS BEM DEFINIDAS, COLORAÇÃO PRÓPRIA, LIVRE DE DANOS E PRAGAS. (BOA QUALIDADE)	100	KG	R\$ 7,99	R\$ 799,00
52	MEL DE ABELHA PURO OU MELATO DA BRACATINGA C/ INSPEÇÃO, EMBALAGEM ESTERIL, VEDADA, COM ROTULAGEM NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. DEVE APRESENTAR REGISTRO DE INSPEÇÃO. O PRODUTO (PODERÁ SER ENTREGUE EM EMBALAGENS DE 500 GRAMAS, KG, BISNAGA OU SA55CHÊS)	100	KG	R\$ 31,50	R\$ 3.150,00
53	QUEIJO COLONIAL SERRANO COM INSPEÇÃO ENTREGUE EM EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE RESISTENTE. DEVERÁ APRESENTAR ROTULAGEM NUTRICIONAL	300	KG	R\$ 25,83	R\$ 7.749,00
54	IOGURTE NATURAL CASEIRO, COM INSPEÇÃO SANITÁRIA.	600	LITROS	R\$ 9,00	R\$ 5.400,00

2. FONTE DO RECURSO

2.1. Serão utilizados para pagamento do objeto da presente Chamada Pública recursos Federais oriundos do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e recursos próprios, previstos nas seguintes dotações constantes da Lei Orçamentária Anual:

Cód. Red.	Ação	Código Dotação	Descrição
103	2.20	103- 1.7001.12.361.6.2.20.0.339000	Manutenção do Programa de Alimentação Escolar
104	2.20	104-1.7001.12.361.6.2.20.0.339000	Manutenção do Programa de Alimentação Escolar

3. HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR

Os Fornecedores da Agricultura Familiar poderão comercializar sua produção agrícola na forma de Fornecedores Individuais, Grupos Informais e Grupos Formais, de acordo com o Art. 27 da Resolução CD/FNDE nº 26, alterada pela Resolução CD/FNDE nº 04/2015.

3.1. ENVELOPE - **HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR INDIVIDUAL** (não organizado em grupo).

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO**

3.1.1. O Fornecedor Individual deverá apresentar no envelope os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

I - a prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF e RG;

II - o extrato da DAP Física do agricultor familiar participante;

III - o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura do agricultor participante;

IV - a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada no projeto de venda;

V – cópia do Certificado orgânico no nome do agricultor inscrito no Projeto de venda;

VI – cópia da Carteira de Saúde e Certificado de curso de Boas Práticas de Fabricação, no caso de quem manipula alimentos;

VII - cópia do cartão do banco/dados bancários: constando agência e conta corrente (em um destes bancos: Banco do Brasil, Sicoob). A conta deve estar no nome do agricultor inscrito na Chamada Pública;

VIII - para os produtos derivados de laticínios, panificados, produtos de origem vegetal minimamente manipulados (mel, queijo serrano e iogurte) deverá ser apresentado registro no Serviço de Inspeção (SIM, SIE e SIF) e/ou Rotulagem Nutricional;

3.1.2 – Os documentos deverão ser entregues num envelope, contendo a documentação para habilitação. Na parte externa deverão constar as seguintes indicações:

ENVELOPE

À PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO

PARA: COMISSÃO DE ANÁLISE DE DOCUMENTOS DO EDITAL

REFERENTE: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA A AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR 2020

PARTICIPANTE: RAZÃO SOCIAL/NOME

3.2. ENVELOPE - HABILITAÇÃO DO GRUPO INFORMAL

3.2.1. O Grupo Informal deverá apresentar no Envelope, os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

I - a prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF e RG;

II - o extrato da DAP Física de cada agricultor familiar participante;

III - o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura de todos os agricultores participantes;

IV - a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos agricultores familiares relacionados no projeto de venda.

Fl. 8/22

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO**

V – cópia do Certificado Orgânico no nome do agricultor inscrito no Projeto de venda;

VI – cópia da Carteira de Saúde e Certificado de Curso de Boas Práticas de Fabricação, no caso de quem manipula alimentos;

VII- cópia do Cartão do Banco/dados bancários: constando agência e conta corrente (em um destes bancos: Banco do Brasil, Sicoob). A conta deve estar no nome do agricultor inscrito na Chamada Pública.

VIII - para os produtos derivados de laticínios, panificados, produtos de origem vegetal minimamente manipulados (mel, queijo serrano e iogurte) deverá ser apresentado registro no Serviço de Inspeção (SIM, SIE e SIF) e/ou Rotulagem Nutricional

3.2.2 – Os documentos deverão ser entregues num envelope, contendo a documentação para habilitação. Na parte externa deverão constar as seguintes indicações:

ENVELOPE

À PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO

PARA: COMISSÃO DE ANÁLISE DE DOCUMENTOS DO EDITAL

REFERENTE: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA A AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR 2020

PARTICIPANTE: RAZÃO SOCIAL/NOME

3.3. ENVELOPE - HABILITAÇÃO DO GRUPO FORMAL

3.3.1. O Grupo Formal deverá apresentar no Envelope, os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

I - a prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

II - o extrato da DAP Jurídica para associações e cooperativas;

III - a prova de regularidade com a Fazenda Federal, relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

IV - as cópias do Estatuto e Ata de Posse da atual Diretoria da Entidade registrada no órgão competente;

V - o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar;

VI - a Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados/cooperados;

VII - a Declaração do seu representante legal, de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados/associados.

VIII – cópia do Certificado Orgânico do Grupo Formal;

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO

IX – cópia da Carteira de Saúde e Certificado de Curso de Boas Práticas de Fabricação, no caso de quem manipula alimentos;

X - cópia do cartão do banco/dados bancários: constando agência e conta corrente (em um destes bancos: Banco do Brasil, Sicoob). A conta deve estar no nome do Grupo Formal inscrito na Chamada Pública.

XI - para os produtos derivados de laticínios, panificados, produtos de origem vegetal minimamente manipulados (mel e queijo serrano) deverá ser apresentado registro no Serviço de Inspeção (SIM, SIE e SIF) e/ou Rotulagem Nutricional

3.3.2 – Os documentos deverão ser entregues num envelope, contendo a documentação para habilitação. Na parte externa deverão constar as seguintes indicações:

ENVELOPE

**À PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO
PARA: COMISSÃO DE ANÁLISE DE DOCUMENTOS DO EDITAL
REFERENTE: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA A AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR 2020
PARTICIPANTE: RAZÃO SOCIAL/NOME**

4. DA ABERTURA DOS ENVELOPES E JULGAMENTO:

4.1 - O interessado será avaliado, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da data final de entrega dos envelopes, por Comissão Julgadora nomeada pelo Município, tendo como base para avaliação a regularidade da documentação relacionada no item 3.

4.2 - Sempre que possível serão priorizados os alimentos orgânicos e/ou agroecológicos.

4.3 - Serão também priorizados alimentos produzidos em âmbito local, regional, territorial, estadual e nacional, nesta ordem.

4.4 - No caso de mais de um proponente por produto, optar-se-á pela divisão no fornecimento dos produtos a serem adquiridos entre os finalistas.

4.5 - Devem constar nos Projetos de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar o nome, o CPF e nº da DAP Física de cada agricultor familiar fornecedor quando se tratar de Fornecedor Individual ou Grupo Informal, e o CNPJ E DAP jurídica da organização produtiva quando se tratar de Grupo Formal.

4.6. Na ausência ou desconformidade de qualquer desses documentos, constatada na abertura dos envelopes, poderá ser concedido abertura de prazo para sua regularização de até 05 dias úteis, conforme análise da Comissão Julgadora.

5. DAS AMOSTRAS DOS PRODUTOS

5.1. Os participantes deverão apresentar amostra dos gêneros alimentícios dos itens **52, 53 e 54** no Setor de Merenda na Secretaria Municipal de Educação, a qual analisará as amostras, divulgando o resultado no prazo máximo de 3 dias úteis.

Fl. 10/22

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO

6. LOCAL E PERIODICIDADE DE ENTREGA DOS PRODUTOS

6.1. A entrega dos gêneros alimentícios deverá ser de forma parcelada, conforme necessidade/demanda do Município, obedecido Cronograma de Entrega que será fornecido pelo Setor de Merenda Escolar da Secretaria Municipal de Educação, contendo as quantidades dos produtos e datas de entrega.

6.2. Os gêneros alimentícios deverão ser entregues no seguinte local: Sala da Merenda Escolar situada na Rua João Vieira de Oliveira, s/nº, Bairro Centro, Capão Alto, SC.

6.3. Os horários para entrega serão das 8h às 10h e das 13h às 15h, sendo que fora desse horário os produtos não serão recebidos, ficando a CONTRATADA passível de multa por descumprimento contratual.

6.4. O prazo de validade mínimo dos gêneros alimentícios perecíveis será de 7 (sete) dias e dos não perecíveis de 4 (quatro) meses, a contar da data de entrega do produto.

6.5. Em nenhuma hipótese serão recebidos gêneros alimentícios que não atendam ao padrão de qualidade exigido e à descrição correta do produto mencionada neste Edital.

6.5.1. Caso o produto não corresponda ao exigido no Edital, a CONTRATADA deverá providenciar, no prazo máximo de 2 (dois) dias corridos, a sua substituição, visando ao atendimento das especificações, sob pena de rescisão contratual e aplicação das sanções previstas neste Instrumento.

6.6. Os produtos deverão ser entregues em veículo apropriado, com carroceria fechada, em boas condições de higiene e limpeza, sendo os alimentos secos separados de alimentos frios, bem como, os alimentos que necessitem de refrigeração devem ser acondicionados em caixas térmicas e transportados em veículo refrigerado até o momento da entrega.

7. PAGAMENTO

7.1 O pagamento será realizado conforme cronograma de pagamentos do Município, com estimativa de 30 dias após a entrega, através de depósito em conta corrente de titularidade da futura CONTRATADA, mediante apresentação de documento fiscal correspondente ao fornecimento efetuado, vedada à antecipação de pagamento, para cada faturamento.

7.2 Os fornecedores que apresentarem certificação orgânica, terão um acréscimo de 30% sobre o preço de aquisição estabelecido no presente edital.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. A presente Chamada Pública poderá ser obtida nos seguintes locais: Departamento de Licitações e Compras e site www.capaoalto.sc.gov.br, Link "Licitações".

8.2. Os produtos alimentícios deverão atender ao disposto na legislação sanitária (federal, estadual ou municipal) específica para os alimentos de origem animal e vegetal.

8.3 Os gêneros alimentícios deverão ser de primeira qualidade, e estar rigorosamente de acordo com as especificações exigidas.

Fl. 11/22

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO**

8.4. O limite individual de venda do agricultor familiar e do empreendedor familiar rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), por DAP/Ano/Entidade Executora, e obedecerá as seguintes regras:

I - Para a comercialização com fornecedores individuais e grupos informais, os contratos individuais firmados deverão respeitar o valor máximo de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), por DAP/Ano/E.Ex.

II - Para a comercialização com grupos formais o montante máximo a ser contratado será o resultado do número de agricultores familiares inscritos na DAP jurídica multiplicado pelo limite individual de comercialização, utilizando a seguinte fórmula:

Valor máximo a ser contratado = nº de agricultores familiares inscritos na DAP jurídica x R\$ 20.000,00.

8.5. A aquisição dos gêneros alimentícios será formalizada através de Contrato de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar que estabelecerá com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em Cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da Chamada Pública e da proposta a que se vinculam, bem como do Capítulo III - Dos Contratos, da Lei 8.666/1993.

9. DOS ANEXOS DO EDITAL

9.1. Integra o presente Edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

9.1.1 **Anexo I** – Modelo de Projeto de venda de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar.

9.1.2 **Anexo II**- Minuta de Contrato.

Capão Alto, SC, 14 de Janeiro de 2020.

TITO PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO****EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2020****ANEXO I****MINUTA DO CONTRATO****CONTRATO Nº ____/2020****CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE.**

O **MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO**, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecido na Rua João Vieira de Oliveira, 500, Centro, Capão Alto /SC, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.599.409/0001-39, neste ato representado por seu Prefeito, Tito Pereira Freitas, doravante denominado **CONTRATANTE**, e por outro lado _____, com sede na _____, inscrita no CNPJ/CPF, sob nº _____, por seu representante legal, Sr. _____, portador da Cédula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF-MF sob o nº _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, fundamentado nas disposições contidas na Lei nº 11.947/2009 e na Lei nº 8.666/93, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 001/2020, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta Contratação, a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de Educação Básica Pública, verba FNDE/PNAE, descritos no quadro previsto na Cláusula Quarta, todos de acordo com a CHAMADA PÚBLICA n.º 001/2020, a qual fica fazendo parte integrante do presente Contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

A CONTRATADA se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito na Cláusula Quarta deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios da CONTRATADA, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos abaixo (no quadro), de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, a CONTRATADA receberá o valor total de R\$ _____ (_____).

Fl. 13/22

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO**

a) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela Alimentação no local de entrega, consoante Anexo deste Contrato.

b) O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

Produto	Quant.	Und.	Valor Unit.	Valor Total

CLÁUSULA QUINTA:

As despesas decorrentes do presente Contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2020:

Cód. Red.	Ação	Código Dotação	Descrição
103	2.20	103- 1.7001.12.361.6.2.20.0.339000	Manutenção do Programa de Alimentação Escolar
104	2.20	104-1.7001.12.361.6.2.20.0.339000	Manutenção do Programa de Alimentação Escolar

CLÁUSULA SEXTA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na Cláusula Quarta, alínea "a", e após a tramitação do processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

CLÁUSULA SÉTIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento da CONTRATADA, está sujeito a pagamento de multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida.

CLÁUSULA OITAVA:

O CONTRATANTE se compromete em guardar, pelo prazo estabelecido no § 11 do art. 45 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013, as cópias das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO****CLÁUSULA NONA:**

É de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE em razão da supremacia do interesse público sobre os interesses particulares poderá:

- a) modificar unilateralmente o Contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos da CONTRATADA;
- b) rescindir unilateralmente o Contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão da CONTRATADA;
- c) fiscalizar a execução do Contrato;
- d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do respectivo Fiscal de Contrato do Município da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar - CAE e outras entidades designadas pelo Contratante ou pela legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

O presente Contrato rege-se, ainda, pela Chamada Pública nº 001/2020, pela Resolução CD/FNDE nº 04/2015, em todos os seus termos. Lei nº 8.666/1993 e pela Lei nº 11.947/2009.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:

Fl. 15/22

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO**

As comunicações e notificações com origem neste Contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta com aviso de recebimento, e-mail, ou qualquer outro meio que alcance sua finalidade

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:

Este Contrato poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a) por acordo entre as partes;
- b) pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c) por quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:

O presente Contrato vigorará da data de sua assinatura até a entrega dos produtos mediante o cronograma apresentado, ou até 31 de dezembro de 2020.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:

É competente o Foro da Comarca de Campo Belo do Sul/SC para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste Contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente Instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Capão Alto, SC, ____ de _____ de 2020.

CONTRATADA**Tito Pereira Freitas
Prefeito
CONTRATANTE****Testemunhas:**

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Fl. 16/22

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO
ANEXO II
Modelo de Projeto de Venda

Modelo proposto para os Grupos Formais

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE									
IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA Nº									
I – IDENTIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES									
GRUPO FORMAL									
1. Nome do Proponente				2. CNPJ					
3. Endereço		4. Município/Uf							
5- Email		6. DDD/Fone				7. CEP			
8- Nº DAP Jurídica		9. Banco		10. Agência Corrente		11. Conta Nº da Conta			
12. Nº de Associados		13. Nº de Associados de acordo com a Lei nº 11.326/2006		14. Nº de Associados com DAP Física					
15. Nome do representante legal		16. CPF		17. DDD/Fone					
18. Endereço		19. Município/Uf							
II – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC									
1. Nome da Entidade		2. CNPJ		3. Município/Uf					
4. Endereço				5. DDD/Fone					
6. Nome do representante e e-mail				7. CPF					
III – RELAÇÃO DE PRODUTOS									
1. Produto		2. Unidade		3. Quantidade		4. Preço de Aquisição *		5. Cronograma de Entrega dos produtos	
						4.1. Unitário		4.2. Total	
1									
OBS:		* Preço publicado no Edital n xxx/xxxx (o mesmo que consta na chamada pública).							
Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.									
Local e Data:		Assinatura do Representante do Grupo Formal							
		Fone/E-mail:							

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO

Modelo Proposto para os Grupos Informais

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE									
IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA Nº--									
I – IDENTIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES									
Grupo informal									
1. Nome do Proponente		2. CPF							
3. Endereço		4. Município/UF		5. CEP					
6. E-mail (quando houver)		7. Fone							
8. Organizado por Entidade Articuladora() Sim () Não		9. Nome da Entidade Articuladora (quando houver)		10. E-mail/Fone					
II – FORNECEDORES PARTICIPANTES									
1. Nome do Agricultor (a) Familiar		2. CPF		3. DAP		4. Banco		5. Nº Agência	
1								6. Nº Conta Corrente	
2									
3									
III – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC									
1. Nome da Entidade		2. CNPJ		3. Município					

Fl. 18/22

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO

IV – TOTALIZAÇÃO POR PRODUTO

1. Produto	2. Unidade	3. Quantidade	4. Preço/Unidade	5. Valor Total por Produto	6. Cronograma de Entrega dos Produtos
Total do projeto:					

Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.

Local e Data:

Assinatura do Representante do Grupo Informal

Fone/E-mail:

CPF:

Local e Data:

Agricultores (as) Fornecedores (as) do Grupo Informal

Assinatura

Modelo Proposto para os Fornecedores Individuais

Fl. 20/22

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA Nº--

I- IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR

FORNECEDOR (A) INDIVIDUAL

1. Nome do Proponente		2. CPF	
3. Endereço	4. Município/UF	5. CEP	
6. Nº da DAP Física	7. DDD/Fone	8. E-mail (quando houver)	
9. Banco	10. Nº da Agência	11. Nº da Conta Corrente	

II- Relação dos Produtos

Produto	Unidade	Quantidade	Preço de Aquisição*		Cronograma de Entrega dos produtos
			Unitário	Total	
1					
* Preço publicado no Edital n xxx/xxxx (o mesmo que consta na chamada pública).					
OBS					

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO

III – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC

Nome		CNPJ	Município
Endereço		Fone	
Nome do Representante Legal		CPF	
Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.			
Local e Data:	Assinatura do Fornecedor Individual		
	CPF:		

Fl. 22/22

Capinzal

PREFEITURA

PORTARIA 1395/2019

Publicação Nº 2310762

PORTARIA Nº 1395, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2019

Coloca servidor à disposição

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Colocar à disposição da Secretaria da Assistência Social, a contar de 13 de dezembro de 2019, a servidora Silvana Salete Bonato, matrícula nº 319104/01, ocupante do cargo de Escriturário, nível 153, referência J, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 13 de dezembro de 2019.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

THIAGO CASARA

Secretário da Assistência Social

TERMO DE CONVOCAÇÃO EDITAL 039/2018 - CRISTIANE NORA

Publicação Nº 2309990

TERMO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO EDITAL 039/2018

Nome: CRISTIANE NORA

Cargo: ODONTÓLOGO

O MUNICÍPIO DE CAPINZAL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Carmelo Zocoli, 155, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.406/0001-07, representado neste ato, pela Diretora de Recursos Humanos, Sra. Ticiane Paula Hachmann de Lacerda da Gama, vem, CONVOCÁ-LO(A) para assumir a vaga na qual encontra-se classificado(a).

O candidato deverá manifestar-se junto à Diretoria de Recursos Humanos e trazer cópia da documentação abaixo, num prazo de até cinco (05) dias a contar da publicação desta no Diário Oficial dos Municípios:

- 1) Identidade - RG
- 2) Cadastro de Pessoa Física - CPF
- 3) Título de Eleitor e comprovante da última votação
- 4) Certidão de Casamento ou Nascimento
- 5) Certidão de Nascimento de Filhos (até 21 anos)
- 6) Carteira de Trabalho – CTPS
- 7) Comprovante de Residência
- 8) Certificado de Quitação com as obrigações militares (em caso de sexo masculino)
- 9) Habilitação para o cargo – Comprovação nos termos do Edital 039/2018.
- 10) Certidão antecedentes criminais – www.esaj.tjsc.jus.br
- 11) CPF dependentes

E ainda,

- 12) Uma (01) Foto 3x4 recente (colorida)
- 13) Conta para receber – Caixa Econômica (operação 037)
- 14) Exame médico admissional – Engmed

O não cumprimento dos requisitos estabelecidos nesta convocação no prazo acima estielado impede a contratação do candidato, passando o mesmo a ocupar o último lugar na lista dos classificados.

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL**PORTARIA N º 01/2020/SIMAE-CAO**

Publicação Nº 2310167

PORTARIA Nº 01/2020/SIMAE-CAO, de 14 de janeiro de 2020.

Nomeia servidor para o quadro funcional da Autarquia, que especifica. O DIRETOR do SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições de Lei,

RESOLVE:

NOMEAR o Sr. EDILSON DOS SANTOS VILARINO, nascido em 13/10/1977, inscrito no CPF sob nº 017.459.929-36, para exercer o cargo de provimento efetivo de Contador, Padrão 6.0, Nível 01, Referência A, do Quadro Pessoal da Autarquia, conforme Lei Complementar nº 147, de 04 de abril de 2012, do município de Capinzal, com vencimentos a partir da data de posse, devendo esta se realizar no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da presente Portaria.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENZO
Diretor Geral

PORTARIA N º 02/2020/SIMAE-CAO

Publicação Nº 2310171

PORTARIA Nº 02/2020/SIMAE-CAO, de 14 de janeiro de 2020.

Nomeia servidora para o quadro funcional da Autarquia, que especifica. O DIRETOR do SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições de Lei,

RESOLVE:

NOMEAR a Sra. PATRÍCIA HUTHER ZAMBÃO, nascida em 02/11/1993, inscrita no CPF sob nº 078.236.679-16, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar Técnico, Padrão 5.0, Nível 01, Referência A, do Quadro Pessoal da Autarquia, conforme Lei Complementar nº 147, de 04 de abril de 2012, do município de Capinzal, com vencimentos a partir da data de posse, devendo esta se realizar no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da presente Portaria.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENZO
Diretor Geral

PORTARIA N º 03/2020/SIMAE-CAO

Publicação Nº 2310174

PORTARIA Nº 03/2020/SIMAE-CAO, de 14 de janeiro de 2020.

Nomeia servidor para o quadro funcional da Autarquia, que especifica. O DIRETOR do SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições de Lei,

RESOLVE:

NOMEAR o Sr. RUDI FERNANDO DOS SANTOS, nascido em 05/11/1983, inscrito no CPF sob nº 813.086.800-82, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico em Tratamento de Água e Esgoto, Padrão 6.0, Nível 01, Referência A, do Quadro Pessoal da Autarquia, conforme Lei Complementar nº 147, de 04 de abril de 2012, do município de Capinzal, com vencimentos a partir da data de posse, devendo esta se realizar no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da presente Portaria.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENZO
Diretor Geral

PORTARIA N º 04/2020/SIMAE-CAO

Publicação Nº 2310175

PORTARIA Nº 04/2020/SIMAE-CAO, de 14 de janeiro de 2020.

Nomeia servidora para o quadro funcional da Autarquia, que especifica. O DIRETOR do SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições de Lei,

RESOLVE:

NOMEAR a Sra. NAILA APARECIDA BAZI, nascida em 11/01/2000, inscrita no CPF sob nº 100.111.199-00, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, Padrão 1.0, Nível 01, Referência A, do Quadro Pessoal da Autarquia, conforme Lei Complementar nº 147, de 04 de abril de 2012, do município de Capinzal, com vencimentos a partir da data de posse, devendo esta se realizar no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da presente Portaria.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENZO
Diretor Geral

PORTARIA N º 05/2020/SIMAE-CAO

Publicação Nº 2310180

PORTARIA Nº 05/2020/SIMAE-CAO, de 14 de janeiro de 2020.

Nomeia servidora para o quadro funcional da Autarquia, que especifica. O DIRETOR do SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições de Lei,

RESOLVE:

NOMEAR a Sra. TEANE FERREIRA DE LIMA, nascida em 16/01/1979, inscrita no CPF sob nº 020.677.259-98, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, Padrão 1.0, Nível 01, Referência A, do Quadro Pessoal da Autarquia, conforme Lei Complementar nº 147, de 04 de abril de 2012, do município de Capinzal, com vencimentos a partir da data de posse, devendo esta se realizar no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da presente Portaria.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENZO
Diretor Geral

Catanduvas

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0002/2020 FMS - PREGÃO Nº 0002/2020 FMS

Publicação Nº 2310721

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0002/2020 - FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2020 - FMS

Objeto: Contratação de empresa especializada para serviço e fornecimento de peças para conserto de veículo Peugeot Boxer, placa QHM-9694, da frota do Fundo Municipal de Saúde do município de Catanduvas – SC.

Abertura das Propostas: 08h45min do dia 11 de fevereiro de 2020.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 14 de janeiro de 2020, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Maiores Informações: das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira pelo telefone (049) 3525-6529, ou pelo e-mail licitacao@catanduvas.sc.gov.br

Catanduvas – SC, 13 de janeiro de 2020.

Ely Terezinha Magnabosco Moterle
Secretária Municipal de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0006/2020 - PREGÃO Nº 0006/2020

Publicação Nº 2310719

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0006/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2020

Objeto: Registro de Preços para futura e eventuais requisições de materiais para manutenção e ampliação da rede de iluminação pública no município de Catanduvas - SC, visando a necessidade da manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Infraestrutura para o exercício 2020.

Abertura das Propostas: 08h45min do dia 04 de fevereiro de 2020.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 13 de janeiro de 2020, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Maiores Informações: das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira pelo telefone (049) 3525-6529, ou pelo e-mail licitacao@catanduvas.sc.gov.br

Catanduvas – SC, 13 de janeiro de 2020.

Marcia Pasqualli
Secretária Municipal de Infraestrutura

Caxambu do Sul

PREFEITURA

PP Nº 006/2020 PCS

Publicação Nº 2309639

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2020 PCS

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço contínuo em regime de fretamento de transporte de alunos das redes municipal e estadual de ensino, conforme especificações constantes no Anexo "A" deste Edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 24/01/2020.

Abertura: dia 24/01/2020, às 09:00 horas.

O Edital e Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul, localizada na Avenida Presidente Getúlio Vargas, 615, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou pelo telefone (0**49) 3326-0127.

Caxambu do Sul - SC, em 14 de janeiro de 2020.

EDI MARCOS ANTUNES DE MELLO,
Prefeito Municipal em Exercício.

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

DECRETO Nº 001, DE 13.01.2020

Publicação Nº 2309850

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº 001, DE 13.01.2020

Dispõe sobre a programação financeira e o cronograma de desembolso para o exercício de 2020.

A PREFEITA MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o que dispõe sobre os arts. 8º e 13, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (LRF);

DECRETA:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica estabelecida a programação financeira e o cronograma de desembolso, consoante a Lei nº 0727 de 13.12.2019, que Estima a receita e fixa a despesa do Município de Chapadão do Lageado para o exercício de 2020 (LOA) e conforme determina o art.11 da Lei nº 0724 de 22.11.2019, que Dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária para 2020 (LDO).

Parágrafo único: Faz parte integrante deste Decreto:

I – Anexo I — Demonstrativo do desdobramento da receita em metas mensais- Exercício 2020;

II – Anexo II — Demonstrativo da Programação Financeira - Cronograma mensal de desembolso;

III – Anexo III – Evolução dos créditos tributáveis.

CAPÍTULO II

DAS FINALIDADES DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Art. 2º A programação financeira e o cronograma de desembolso obedece aos princípios do planejamento e do equilíbrio das contas públicas e destina-se a:

I – assegurar às Secretarias ou órgãos de Governo a efetividade do planejamento realizado em cada pasta, com vistas à melhor execução dos programas e das ações de governo;

II – identificar as causas do déficit financeiro ou orçamentário, quando houver;

III – servir de subsídio para a definição dos critérios para a limitação de empenho e movimentação financeira, em caso de não-atingimento dos resultados fiscais, nominal e primário previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme art. 4º, §1º da Lei Complementar nº 101/2000;

IV – possibilitar identificar as falhas no planejamento orçamentário e financeiro;

V – permitir o planejamento do fluxo de caixa de toda a Administração Municipal, direta e indireta, e o controle deste fluxo, conforme prevê o art. 50, II, da Lei Complementar nº 101/2000;

VI – fazer frente, financeiramente, aos riscos fiscais previstos no Anexo de Riscos Fiscais de que trata o art. 4º, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000 e previstos no orçamento na Reserva de Contingência, conforme art. 5º, III, "b" da mesma Lei;

VII – permitir a correta utilização dos recursos financeiros legalmente vinculados ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorreu o ingresso;

VIII – permitir ao Município o cumprimento em ordem cronológica de vencimentos dos compromissos legais e os decorrentes de fornecimentos e prestação de serviços com o Poder Público;

IX – viabilizar o instrumento de comprovação do planejamento do impacto orçamentário-financeiro, previsto na Lei Complementar nº 101, art. 14, 16 e 17.

CAPÍTULO III

DAS METAS DE ARRECADAÇÃO E DE EXECUÇÃO DA DESPESA

Art. 3º As metas de arrecadação e a programação da despesa deverão ser revistas mensalmente com vistas a adequar o planejamento à receita realizada.

Parágrafo único: Para efeitos de padronização de procedimentos não serão realizados empenhos por estimativa, devendo ser emitidos apenas no mês de competência da despesa.

CAPÍTULO IV

DOS DESEMBOLSOS FINANCEIROS

Seção I

Dos Critérios Para os Desembolsos Financeiros

Art. 4º As exigibilidades inscritas na contabilidade no Passivo Circulante, de origem financeira, obedecerão a estrita ordem cronológica de

seus vencimentos de acordo com o vínculo de recursos, nos termos da Lei nº 8.666/93, art. 5º.

Parágrafo único. A observância da ordem de que trata o caput poderá ser alterada:

I – para os pagamentos de adiantamentos de despesas e diárias;

II – nos casos em que decorram vantagens financeiras para o erário, como descontos e abatimentos iguais ou superiores a 5% do valor a pagar;

III – nos casos em que for decretada situação de emergência ou estado de calamidade pública no Município;

IV – no pagamento de sentenças judiciais ou do Ministério Público.

Art. 5º Nos casos de transferências de créditos orçamentários, o limite financeiro correspondente será igualmente transferido, tendo como respaldo o decreto de abertura de crédito devidamente publicado, hipótese em que os limites dos valores dos anexos descritos nos incisos I e II, do parágrafo único do art. 1º, serão atualizados, independentemente da publicação de novo Decreto.

Seção II

Dos Repasses Financeiros Para o Poder Legislativo

Art. 6º Os repasses financeiros ao Poder Legislativo serão efetuados até o dia vinte de cada mês, em conta bancária específica para esta finalidade em nome e movimentação daquele Poder.

Parágrafo único. Ao final do exercício, após deduzidas todas as exigibilidades inscritas no passivo circulante de natureza financeira, relativo aos valores da Câmara e os valores para os quais haja vinculação de gastos do Legislativo, os saldos de recursos financeiros deverão ser devolvidos ao Executivo ou contabilizados como adiantamento de valores para o próximo exercício.

CAPÍTULO V

DA ALTERAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Art. 7º A Secretaria da Fazenda, ficará responsável pela coordenação, planejamento e acompanhamento deste Decreto, procedendo as medidas necessárias a sua execução.

Parágrafo único. A limitação de empenho e movimentação financeira deverá obedecer aos critérios previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias e serem indicadas pelas respectivas Secretarias.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º Em atendimento ao art. 13, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal e em complemento do Anexo III, deste Decreto, no propósito de alcançar as metas estabelecidas nos ANEXOS I e II, o Poder Executivo Municipal adotará medidas de combate à evasão e a sonegação fiscal, referente à cobrança da dívida e ao montante dos créditos tributários, as quais serão:

- a) Capacitação do quadro de servidores da Secretaria da Fazenda para o aprimoramento dos processos de lançamento, arrecadação e fiscalização de tributos;
- b) Aperfeiçoamento da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços Municipais, a fim de facilitar os processos de fiscalização e combate à sonegação;
- c) Reestruturação dos mecanismos de cobrança dos contribuintes inadimplentes, com ajuizamento de ações, conforme rege a legislação;
- d) Revisão das plantas genéricas de valores imobiliários do Código Tributário Municipal;

Art. 9º A responsabilidade pelo cumprimento e aprimoramento das normas deste Decreto é de cada Secretaria Municipal.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 13 de janeiro de 2020.

Marli Goretti Kammers

Prefeita Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR

Publicação Nº 2309869

Edital de convocação DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR

A Prefeita Municipal de Chapadão do Lageado, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 40, §4º, inciso I, da Lei Federal 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), visando assegurar a participação da população no processo de revisão do Plano Diretor Municipal, CONVOCA a população em geral, bem como as associações representativas interessadas e demais segmentos da comunidade, para a Audiência Pública de revisão dos Capítulos I, II e III do Plano Diretor Municipal (Lei Complementar nº 0035/2008), a ser realizada no dia 30 de janeiro de 2020, às 9:00 horas, na Câmara de Vereadores.

A referida Audiência Pública será pública, aberta à participação de qualquer munícipe, visando a apresentação, divulgação e o debate sobre os temas. Mais informações referentes à Audiência Pública poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal através do telefone 47 3537 00 72, com Diego Fernando Chiquio ou no endereço eletrônico <http://www.chapadaodolageado.sc.gov.br>, a partir desta publicação.

Chapadão do Lageado, 13 de janeiro de 2020.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

ERRATA DA PORTARIA Nº 355/2019

Publicação Nº 2309910

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

ERRATA

Na Edição nº 3013 do Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, publicada em 27.12.2019, p.222, Portaria nº 355/2019, de 27.12.2019.

Onde se lê:

“ de 13.01.2020 à 11.02.2020”

Leia-se:

“ de 13.01.2020 à 20.01.2020”

Em decorrência do exposto, republica-se o texto integral da Portaria citada.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 13 de janeiro de 2020.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 355/2019

CONSIDERANDO a concessão e autorização de férias em favor do servidor público Fabiano Brunetto, conforme Portaria nº 007/2019.

CONSIDERANDO a Portaria nº 052/2019 que suspendeu o gozo de férias do servidor, nos termos do §4º do art.78 da Lei Complementar nº 008/99;

CONSIDERANDO que o servidor tem direito a gozar 08 (oito) dias de férias, referente ao período remanescente.

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, §4º da Lei Complementar nº 008/99.

RESOLVE:

Art.1º Autorizar o Servidor Público FABIANO BRUNETTO, ocupante do Emprego Público de Odontólogo - 40 (quarenta) horas, no Programa de Saúde da Família-PSF, em exercício na Secretaria Municipal da Saúde, a gozar férias no período de 13.01.2020 à 20.01.2020, num total de 08 (oito) dias, relativo ao período remanescente, de que trata a Portaria nº 052/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 27 de dezembro 2019.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 002/2020

Publicação Nº 2309571

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 002/2020

“CONSTITUI COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.”

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea “c”, da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado-SC, e em conformidade com o preceituado no art. 51 e seus parágrafos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas modificações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir a Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado e do Fundo Municipal da Saúde, para atuar durante o exercício de 2020, composta pelos seguintes membros:

MEMBROS TITULARES:

- I - DANIELY APARECIDA ESSER;
- II – ALEXSANDRA INÁCIO; e
- III – JAQUELINE FRANCISCO.

MEMBROS SUPLENTE:

- I – JAISON INÁCIO;
- II – NEUSA FRANCISCO LUCKMANN; e
- III - DJENYFER CRISTINY SEBOLD.

Art. 2º A Comissão será presidida pela Senhora Daniely Aparecida Esser e Secretariada pela Senhora Jaqueline Francisco.

Parágrafo único. A Comissão Permanente de Licitação citada no art. 1º, reunir-se-á, sempre que necessário, com a presença de no mínimo 03 (três) de seus membros.

Art. 3º São atribuições da Comissão de que trata o art. 1º desta Portaria, dentre outras previstas em leis ou regulamentos, a habilitação preliminar, a inscrição em registro cadastral, a sua alteração ou cancelamento, o processamento e julgamento das propostas dos licitantes.

Parágrafo único. No caso de concurso, o julgamento será feito por uma Comissão Especial a ser constituída por ato do Poder Executivo Municipal.

Art. 4º A licitação será processada e julgada pela Comissão Permanente de Licitação em estrita conformidade com os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Art. 5º Os membros da Comissão Permanente de Licitação responderão solidariamente por todos os atos praticados pela referida Comissão, salvo se posição individual divergente estiver devidamente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que tiver sido tomada a decisão.

Art. 6º A abertura dos envelopes contendo a documentação para habilitação e as propostas será realizada sempre em ato público previamente designado, do qual se lavrará ata circunstanciada, assinada pelos licitantes presentes e pela Comissão Permanente de Licitação.

Art. 7º Todos os documentos e propostas serão rubricados pelos licitantes presentes e pelos membros da Comissão Permanente de Licitação.

Art. 8º O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão Permanente de Licitação realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle.

Art. 9º Os Servidores especificados nesta Portaria desempenharão as suas atribuições de MEMBROS DA COMISSÃO, concomitantemente com as de seus respectivos cargos.

Art.10. Todos os trabalhos desta Comissão deverão ser registrados em atas, devidamente assinadas e arquivadas no setor competente.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2020.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 13 de janeiro de 2020.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 003/2020

Publicação Nº 2309614

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 003/2020

“NOMEIA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO DENOMINADA PREGÃO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de competência legal e de acordo com o que lhe confere o Artigo 70, Inciso II da Lei Orgânica Municipal, em conformidade com a Lei Federal nº. 10.520/2002 e o disposto no inciso II, art. 7º do Anexo I, do Decreto 035/2008,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear JAQUELINE FRANCISCO, como Pregoeira da Modalidade de Licitação denominada Pregão, para o exercício de 2020, tendo como substituta a Senhora Daniely Aparecida Esser.

Art. 2º Nomear a Equipe de Apoio ao Pregão, que será composta pelos seguintes membros:

MEMBROS TITULARES:

I – Daniely Aparecida Esser;
II – Elaine da Silveira; e
III – Djenyfer Cristiny Sebold.

MEMBROS SUPLENTES:

I - Alexsandra Inácio;
II –Neusa Francisco Luckmann; e
III –Jhon Lucas de Oliveira.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2020.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 13 de janeiro de 2020.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 004/2020

Publicação Nº 2309855

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 004/2020

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, §4º da Lei Complementar nº 008/99,

RESOLVE:

Art. 1º Convocar, por necessidade de serviço público o servidor CLAUDINEI FRANÇA, para permanecer em pleno exercício de suas atividades, nos dias 15, 22 e 29 de janeiro e nos dias 04 e 11 de fevereiro de 2020, totalizando 05 (cinco) dias, das férias referentes ao período aquisitivo 2018/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 13 de janeiro de 2020.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 005/2020

Publicação Nº 2309856

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 005/2020

CONSIDERANDO a concessão e autorização de férias em favor do servidor público André Sebold, conforme Portaria nº 231/2015, relativas ao período 2014/2015;

CONSIDERANDO a Portaria nº 360/2015 que suspendeu o gozo de férias do servidor, nos termos do §4º do art.78 da Lei Complementar nº 008/99;

CONSIDERANDO que o servidor tem direito a gozar 02 (dois) dias de férias, referente ao período remanescente.

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º Autorizar o Servidor Público ANDRÉ SEBOLD, do cargo de Auxiliar Administrativo, a gozar férias nos dias 14 e 15 de janeiro de 2020, num total de 02 (dois) dias, relativo ao período remanescente, de que trata a Portaria nº 360/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 13 de janeiro de 2020.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 006/2020

Publicação Nº 2310822

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 006/2020

- CONSIDERANDO, a apresentação do atestado médico para tratamento de saúde;

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

RESOLVE:

Art.1º Conceder licença para tratamento de saúde a servidora pública CRISTIANE SOTELI BETTOLY, matriculada sob o nº 1176/01, pelo período de 07 (sete) dias, conforme atestado médico, de 13.01.2020 a 19.01.2020, remunerados pelo município.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 13 de janeiro de 2020.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

Página: 2/10
Data: 13/01/2020

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Métricas Mensais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios (2017 até 2019) - L.R.F., Artigo 8º, da L.C. 101/00

Código	Especificação	Janário	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dzembro	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO		1.102.834,08	1.382.300,13	1.008.457,94	766.446,86	809.558,87	761.446,87	893.744,67	816.814,05	647.862,57	679.260,99	764.692,05	1.283.542,22	10.936.961,30
1.1.1.8.01.4.4.03.00.00	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos"	1,25	1,25	1,25	1,25	1,25	1,25	1,25	1,25	1,25	1,25	1,25	1,25	15,00
1.1.1.8.02.0.0.00.00.00	Impostos sobre a Produção, circulação de IV	8.013,94	7.886,87	3.514,24	1.091,89	3.642,29	1.332,68	2.050,89	3.689,66	676,96	1.633,07	5.151,24	32.966,27	71.800,00
1.1.1.8.02.3.1.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natur	8.013,94	7.886,87	3.514,24	1.091,89	3.642,29	1.332,68	2.050,89	3.689,66	676,96	1.633,07	5.151,24	32.966,27	71.800,00
1.1.1.8.02.3.1.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Nat	7.031,00	7.861,50	3.465,49	1.073,14	3.617,24	1.302,46	2.028,20	3.614,75	666,93	1.614,32	4.772,49	32.932,48	70.000,00
1.1.1.8.02.3.1.01.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Na	7.031,00	7.861,50	3.465,49	1.073,14	3.617,24	1.302,46	2.028,20	3.614,75	666,93	1.614,32	4.772,49	32.932,48	70.000,00
1.1.1.8.02.3.1.01.01.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer N	3.827,42	5.265,13	1.656,13	399,42	2.405,96	829,26	1.291,33	2.301,47	15,53	1.027,82	2.724,37	20.258,28	42.000,00
1.1.1.8.02.3.1.01.02.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer N	1.804,38	1.206,05	2,98	188,31	1.001,06	390,95	606,78	1.085,00	7,32	484,55	1.170,15	9.550,47	17.500,00
1.1.1.8.02.3.1.01.03.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer N	1.399,20	1.392,04	1.836,38	485,41	210,62	82,25	129,09	228,28	634,08	101,95	877,97	3.123,73	10.500,00
1.1.1.8.02.3.2.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Nat	964,19	0,00	0,00	0,00	6,30	11,47	1,72	0,00	1,28	0,00	0,00	15,04	1.000,00
1.1.1.8.02.3.2.01.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Na	568,08	0,00	0,00	0,00	3,71	11,41	1,01	0,00	0,75	0,00	0,00	15,04	600,00
1.1.1.8.02.3.2.02.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Na	247,57	0,00	0,00	0,00	1,62	0,04	0,44	0,00	0,33	0,00	0,00	0,00	250,00
1.1.1.8.02.3.3.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Nat	148,54	0,00	0,00	0,00	0,97	0,02	0,27	0,00	0,33	0,00	0,00	0,00	150,00
1.1.1.8.02.3.3.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Nat	16,67	16,67	16,67	16,67	16,67	16,67	16,67	16,67	16,67	16,67	316,67	16,63	500,00
1.1.1.8.02.3.3.01.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Na	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00	0,00	300,00
1.1.1.8.02.3.3.02.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Na	10,42	10,42	10,42	10,42	10,42	10,42	10,42	10,42	10,42	10,42	10,42	10,38	125,00
1.1.1.8.02.3.3.03.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Na	6,25	6,25	6,25	6,25	6,25	6,25	6,25	6,25	6,25	6,25	6,25	6,25	75,00
1.1.1.8.02.3.4.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Nat	2,08	8,70	2,08	2,08	2,08	2,08	4,30	8,24	2,08	2,08	62,08	2,12	100,00
1.1.1.8.02.3.4.01.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Na	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60,00	0,00	60,00
1.1.1.8.02.3.4.02.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Na	2,08	2,08	2,08	2,08	2,08	2,08	2,08	2,08	2,08	2,08	2,08	2,12	25,00
1.1.1.8.02.3.4.03.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Na	0,00	6,62	0,00	0,00	0,00	0,00	2,22	6,16	0,00	0,00	0,00	0,00	15,00
Taxes		2.646,84	6.104,43	3.508,50	4.083,53	1.879,35	1.855,02	4.068,37	1.903,96	387,52	1.559,03	7.523,89	3.184,56	38.700,00
1.1.2.10.00.0.00.00.00	Taxes pelo Exercício do Poder de Polícia	432,54	1.896,06	3.428,25	871,89	271,85	445,14	3.065,28	1.762,67	86,50	83,32	626,60	129,90	13.100,00
1.1.2.10.10.0.00.00.00	Taxes de Inspeção, Controle e Fiscalizaç	432,54	1.896,06	3.428,25	871,89	271,85	445,14	3.065,28	1.762,67	86,50	83,32	626,60	129,90	13.100,00
1.1.2.10.11.0.00.00.00	Taxes de Inspeção, Controle e Fiscalizaç	349,22	1.812,74	3.272,53	774,41	184,02	365,94	2.481,96	1.173,30	3,18	0,00	543,28	46,42	11.000,00
1.1.2.10.11.1.02.00.00	Taxes de Inspeção, Controle e Fiscalizaç	108,53	762,00	2.894,91	521,38	145,87	270,53	1.564,11	223,92	3,18	0,00	481,36	14,21	7.000,00
1.1.2.10.11.1.03.00.00	Taxes de Inspeção, Controle e Fiscalizaç	240,69	1.050,74	380,62	253,03	38,15	85,41	167,85	199,38	0,00	0,00	51,92	32,21	2.500,00
1.1.2.10.11.1.04.00.00	Taxes de Inspeção, Controle e Fiscalizaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	750,00	750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
1.1.2.10.11.2.00.00.00	Taxes de Inspeção, Controle e Fiscalizaç	41,67	41,67	41,67	41,67	41,67	41,67	541,67	541,67	41,67	41,67	41,67	41,63	1.500,00
1.1.2.10.11.2.02.00.00	Taxes de Inspeção, Controle e Fiscalizaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
1.1.2.10.11.2.03.00.00	Taxes de Inspeção, Controle e Fiscalizaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
1.1.2.10.11.2.04.00.00	Taxes de Inspeção, Controle e Fiscalizaç	41,67	41,67	41,67	41,67	41,67	41,67	41,67	41,67	41,67	41,67	41,67	41,63	500,00
1.1.2.10.11.3.00.00.00	Taxes de Inspeção, Controle e Fiscalizaç	16,66	16,66	86,06	30,82	21,17	22,54	16,66	22,71	16,66	16,66	16,66	16,74	300,00
1.1.2.10.11.3.02.00.00	Taxes de Inspeção, Controle e Fiscalizaç	0,00	0,00	69,40	14,16	4,51	5,88	0,00	6,05	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
1.1.2.10.11.3.03.00.00	Taxes de Inspeção, Controle e Fiscalizaç	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,37	100,00
1.1.2.10.11.3.04.00.00	Taxes de Inspeção, Controle e Fiscalizaç	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,37	100,00
1.1.2.10.11.4.00.00.00	Taxes de Inspeção, Controle e Fiscalizaç	24,99	24,99	24,99	24,99	24,99	24,99	24,99	24,99	24,99	24,99	24,99	25,11	300,00
1.1.2.10.11.4.02.00.00	Taxes de Inspeção, Controle e Fiscalizaç	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,37	100,00
1.1.2.10.11.4.03.00.00	Taxes de Inspeção, Controle e Fiscalizaç	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,37	100,00
1.1.2.10.11.4.04.00.00	Taxes de Inspeção, Controle e Fiscalizaç	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,37	100,00
1.1.2.2.0.0.0.00.00.00	Taxes pela Prestação de Serviços	2.214,30	4.208,37	80,25	3.211,64	1.607,50	1.409,88	998,09	141,29	301,02	1.475,71	6.897,29	3.054,66	25.800,00
1.1.2.2.01.0.00.00.00	Taxes pela Prestação de Serviços	2.214,30	4.208,37	80,25	3.211,64	1.607,50	1.409,88	998,09	141,29	301,02	1.475,71	6.897,29	3.054,66	25.800,00
1.1.2.2.01.1.00.00.00	Taxes pela Prestação de Serviços - Princi	2.084,74	4.111,72	63,59	3.194,98	1.580,84	1.393,22	981,43	124,63	284,36	1.459,05	6.746,13	2.986,31	25.000,00
1.1.2.2.01.1.01.00.00	Taxes pela Prestação de Serviços - Unif	64,10	0,00	0,00	3.194,98	1.580,84	41,71	108,38	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,01	5.000,00
1.1.2.2.01.1.02.00.00	Taxes pela Prestação de Serviços - Outr	2.020,64	4.111,72	63,59	0,00	0,00	1.351,51	873,05	124,63	284,36	1.459,05	6.746,13	2.986,32	20.000,00
1.1.2.2.01.1.2.00.00.00	Taxes pela Prestação de Serviços - Multa	94,46	10,32	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	20,21	8,37	200,00
1.1.2.2.01.1.2.01.00.00	Taxes pela Prestação de Serviços - Mult	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,37	8,37	100,00
1.1.2.2.01.1.2.02.00.00	Taxes pela Prestação de Serviços - Mult	86,13	1,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11,88	0,00	100,00
1.1.2.2.01.1.3.00.00.00	Taxes pela Prestação de Serviços - Divid	11,66	10,52	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	31,96	79,22	200,00
1.1.2.2.01.1.3.01.00.00	Taxes pela Prestação de Serviços - Divi	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,37	8,37	100,00
1.1.2.2.01.1.3.02.00.00	Taxes pela Prestação de Serviços - Divi	3,33	2,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23,63	70,85	100,00
1.1.2.2.01.1.4.00.00.00	Taxes pela Prestação de Serviços - Divid	23,44	75,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	98,99	1,76	200,00
1.1.2.2.01.1.4.01.00.00	Taxes pela Prestação de Serviços - Divi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	98,24	1,76	100,00

Página: 4/10
Data: 13/01/2020

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Métr Mensais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios (2017 até 2019) - L.R.F., Artigo 8º, de L.C. 101/00

Código	Especificação	Janário	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dzembro	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO														
1.7.1.8.01.1.5.1.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Proprieda	0,00	43,66	35,52	8,11	7,81	8,20	121,47	17,84	692,26	520,10	44,94	0,00	1.500,00
1.7.1.8.01.1.5.1.01.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propried	0,00	38,37	21,01	4,80	4,62	4,85	71,87	10,61	409,57	307,72	26,59	-0,01	900,00
1.7.1.8.01.1.5.1.02.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propried	0,00	3,20	9,07	2,07	1,99	2,09	31,00	4,58	176,68	132,74	11,47	0,01	375,00
1.7.1.8.01.1.5.1.03.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propried	0,00	1,98	5,44	1,24	1,20	1,26	18,60	2,75	106,01	79,64	6,88	0,00	225,00
1.7.1.8.01.1.6.0.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre Produtos I	2.384,25	6.052,44	2.934,17	3.132,61	3.162,64	3.505,94	2.950,37	3.190,88	3.190,41	3.238,26	3.108,91	3.118,12	40.000,00
1.7.1.8.01.1.6.1.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre Produtos I	2.384,25	6.052,44	2.934,17	3.132,61	3.162,64	3.505,94	2.950,37	3.190,88	3.190,41	3.238,26	3.108,91	3.118,12	40.000,00
1.7.1.8.01.1.6.1.01.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre Produtos I	2.384,25	4.286,86	1.465,83	1.694,98	1.594,96	1.751,47	1.473,93	1.594,08	1.593,85	1.617,75	1.553,13	3.118,12	24.000,00
1.7.1.8.01.1.6.1.02.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre Produtos I	0,00	1.103,62	917,71	979,77	988,55	1.066,54	922,77	998,00	997,85	1.012,82	972,36	0,01	10.000,00
1.7.1.8.01.1.6.1.03.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre Produtos I	0,00	662,17	550,63	587,86	599,13	667,93	553,67	598,80	598,71	607,69	593,42	-0,01	6.000,00
1.7.1.8.02.0.0.00.00.00	Transferência da Compensação Financeira I	8.369,61	8.521,85	4.081,73	4.106,23	4.427,31	4.784,77	5.593,32	5.451,31	5.672,62	5.471,69	6.698,46	6.228,10	70.000,00
1.7.1.8.02.6.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo	7.536,28	7.688,52	3.848,40	3.272,90	3.593,98	3.951,44	4.752,99	4.617,98	4.839,29	4.636,36	5.865,13	5.394,73	60.000,00
1.7.1.8.02.6.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróle	7.536,28	7.688,52	3.848,40	3.272,90	3.593,98	3.951,44	4.752,99	4.617,98	4.839,29	4.636,36	5.865,13	5.394,73	60.000,00
1.7.1.8.02.9.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróle	7.536,28	7.688,52	3.848,40	3.272,90	3.593,98	3.951,44	4.752,99	4.617,98	4.839,29	4.636,36	5.865,13	5.394,73	60.000,00
1.7.1.8.02.9.1.00.00.00	Outras Transferências decorrentes de Corr	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,37	10.000,00
1.7.1.8.02.9.1.00.00.00	Outras Transferências decorrentes de Co	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,37	10.000,00
1.7.1.8.02.9.1.01.00.00	Outras Transferências decorrentes de Ci	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,37	10.000,00
1.7.1.8.05.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nac	15.376,48	32.093,01	17.542,53	18.282,84	18.038,35	18.079,60	13.091,11	10.183,66	24.866,41	20.099,55	18.716,66	13.629,80	220.000,00
1.7.1.8.05.1.0.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	15.376,48	29.269,73	10.130,97	10.022,22	9.777,73	9.818,98	9.924,83	10.183,66	9.570,61	9.910,87	15.550,38	10.463,54	150.000,00
1.7.1.8.05.1.1.00.00.00	Transferências do Salário-Educação - P	15.376,48	29.269,73	10.130,97	10.022,22	9.777,73	9.818,98	9.924,83	10.183,66	9.570,61	9.910,87	15.550,38	10.463,54	150.000,00
1.7.1.8.05.1.1.01.00.00	Transferências do Salário-Educação	0,00	2.823,28	3.166,28	3.166,28	3.166,28	3.166,28	3.166,28	3.166,28	3.166,28	3.166,28	3.166,28	3.166,28	25.000,00
1.7.1.8.05.3.0.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referente	0,00	2.823,28	3.166,28	3.166,28	3.166,28	3.166,28	3.166,28	3.166,28	3.166,28	3.166,28	3.166,28	3.166,28	25.000,00
1.7.1.8.05.3.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referente	0,00	2.823,28	3.166,28	3.166,28	3.166,28	3.166,28	3.166,28	3.166,28	3.166,28	3.166,28	3.166,28	3.166,28	25.000,00
1.7.1.8.05.3.1.01.00.00	Programa Nacional de Alimentação Esc	0,00	2.823,28	3.166,28	3.166,28	3.166,28	3.166,28	3.166,28	3.166,28	3.166,28	3.166,28	3.166,28	3.166,28	25.000,00
1.7.1.8.05.4.0.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referente	0,00	0,00	4.246,28	5.094,34	5.094,34	5.094,34	5.094,34	5.094,34	5.094,34	5.094,34	5.094,34	5.094,34	46.000,00
1.7.1.8.05.4.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referente	0,00	0,00	4.246,28	5.094,34	5.094,34	5.094,34	5.094,34	5.094,34	5.094,34	5.094,34	5.094,34	5.094,34	46.000,00
1.7.1.8.05.4.1.01.00.00	Programa Nacional de Apoio ao Transp	0,00	0,00	4.246,28	5.094,34	5.094,34	5.094,34	5.094,34	5.094,34	5.094,34	5.094,34	5.094,34	5.094,34	46.000,00
1.7.1.8.05.6.0.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Deson	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	12.000,00
1.7.1.8.05.6.1.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Desor	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	12.000,00
1.7.1.8.06.1.0.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Desc	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	12.000,00
1.7.1.8.06.1.1.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Des	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	12.000,00
1.7.1.8.06.1.1.01.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Des	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	12.000,00
1.7.1.8.06.1.1.02.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Des	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	12.000,00
1.7.1.8.06.1.1.03.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Des	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	12.000,00
1.7.1.8.06.1.1.03.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Des	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	12.000,00
1.7.1.8.06.1.1.03.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Des	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	12.000,00
1.7.1.8.06.1.1.03.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Des	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	12.000,00
1.7.1.8.06.1.1.03.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Des	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	12.000,00
1.7.1.8.06.1.1.03.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Des	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	12.000,00
1.7.1.8.06.1.1.03.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Des	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	12.000,00
1.7.1.8.06.1.1.03.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Des	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	12.000,00
1.7.1.8.06.1.1.03.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Des	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	12.000,00
1.7.1.8.06.1.1.03.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Des	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	12.000,00
1.7.1.8.06.1.1.03.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Des	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	12.000,00
1.7.1.8.06.1.1.03.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Des	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	12.000,00
1.7.1.8.06.1.1.03.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Des	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	12.000,00
1.7.1.8.06.1.1.03.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Des	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	12.000,00
1.7.1.8.06.1.1.03.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Des	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	12.000,00
1.7.1.8.06.1.1.03.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Des	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	12.000,00
1.7.1.8.06.1.1.03.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Des	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	12.000,00
1.7.1.8.06.1.1.03.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Des	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.065,13	1.06.								

Página: 5/10
Data: 13/01/2020

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Mês Mensais de Anulação - Média dos 3 Últimos Exercícios (2017 até 2019) - L.R.F., Artigo 8º, da L.C. 101/00

Código	Especificação	Janário	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO														
17.2.801.2.1.03.00.00	Cota-Parte do IPVA - 15	2.174,73	3.196,16	3.889,17	2.176,05	1.697,34	2.144,37	1.600,66	1.964,83	1.072,08	1.313,58	646,57	664,46	22.500,00
17.2.801.4.0.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção	2.033,01	5,21	0,00	1.184,41	0,00	0,00	1.181,29	0,00	0,00	596,07	0,00	0,01	5.000,00
17.2.801.4.1.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção	2.033,01	5,21	0,00	1.184,41	0,00	0,00	1.181,29	0,00	0,00	596,07	0,00	0,01	5.000,00
17.2.801.9.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	0,00	0,00	55.989,65	0,00	0,00	0,00	55.989,65	52.905,69	0,00	0,00	0,00	0,01	164.885,00
17.2.801.9.1.00.00.00	Outras Transferências dos Estados - Pini	0,00	0,00	55.989,65	0,00	0,00	0,00	55.989,65	52.905,69	0,00	0,00	0,00	0,01	164.885,00
17.2.801.9.1.01.00.00	Outras Transferências dos Estados - Pini	0,00	0,00	55.989,65	0,00	0,00	0,00	55.989,65	52.905,69	0,00	0,00	0,00	0,01	164.885,00
17.2.807.0.0.00.00.00	Transferências de Estados destinadas à As	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,37	10.000,00
17.2.807.1.0.00.00.00	Transferências de Estados destinadas à As	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,37	10.000,00
17.2.807.1.1.00.00.00	Transferências de Estados destinadas à As	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,37	10.000,00
17.2.807.1.1.01.00.00	Transferências de Estados destinadas à As	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,37	10.000,00
17.2.899.0.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	0,00	11.909,97	0,00	14.551,60	0,00	13.230,78	13.230,78	13.230,78	0,00	13.230,78	13.230,78	14.153,75	120.000,00
17.2.899.1.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	0,00	11.909,97	0,00	14.551,60	0,00	13.230,78	13.230,78	13.230,78	0,00	13.230,78	13.230,78	14.153,75	120.000,00
17.2.899.1.1.00.00.00	Outras Transferências dos Estados - Pini	0,00	11.909,97	0,00	14.551,60	0,00	13.230,78	13.230,78	13.230,78	0,00	13.230,78	13.230,78	14.153,75	120.000,00
17.2.899.1.1.01.00.00	Outras Transferências dos Estados - Pini	0,00	11.909,97	0,00	14.551,60	0,00	13.230,78	13.230,78	13.230,78	0,00	13.230,78	13.230,78	14.153,75	120.000,00
17.5.000.0.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas	174.637,73	159.365,98	94.208,10	112.097,24	96.422,59	91.261,08	69.687,19	124.975,50	116.053,25	100.284,38	85.427,23	75.579,73	1.300.000,00
17.5.000.0.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas	174.637,73	159.365,98	94.208,10	112.097,24	96.422,59	91.261,08	69.687,19	124.975,50	116.053,25	100.284,38	85.427,23	75.579,73	1.300.000,00
17.5.001.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de M	174.637,73	159.365,98	94.208,10	112.097,24	96.422,59	91.261,08	69.687,19	124.975,50	116.053,25	100.284,38	85.427,23	75.579,73	1.300.000,00
17.5.001.1.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de M	174.637,73	159.365,98	94.208,10	112.097,24	96.422,59	91.261,08	69.687,19	124.975,50	116.053,25	100.284,38	85.427,23	75.579,73	1.300.000,00
17.5.001.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de M	174.637,73	159.365,98	94.208,10	112.097,24	96.422,59	91.261,08	69.687,19	124.975,50	116.053,25	100.284,38	85.427,23	75.579,73	1.300.000,00
17.5.801.1.1.01.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de M	120.008,24	113.235,58	43.922,98	52.263,50	44.955,44	42.548,98	32.490,51	58.267,77	54.107,91	50.917,28	83.682,46	83.599,35	780.000,00
17.5.801.1.1.02.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de M	54.629,49	46.130,40	50.285,12	59.833,74	51.467,15	48.712,10	37.196,68	66.707,73	61.945,34	49.367,10	1.744,77	-8.019,62	520.000,00
19.0.000.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes	13.485,86	15.300,50	25.113,04	10.617,89	10.416,81	10.416,83	10.381,18	10.416,82	10.416,71	10.416,68	10.394,95	94.483,73	233.001,00
19.1.000.0.0.00.00.00	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,09	0,09	0,00	0,09	0,14	0,16	0,13	0,15	0,04	0,01	0,03	0,07	1,00
19.1.001.0.0.00.00.00	Multas Previstas em Legislação Específica	0,09	0,09	0,00	0,09	0,14	0,16	0,13	0,15	0,04	0,01	0,03	0,07	1,00
19.1.001.1.0.00.00.00	Multas Previstas em Legislação Específica	0,09	0,09	0,00	0,09	0,14	0,16	0,13	0,15	0,04	0,01	0,03	0,07	1,00
19.1.001.1.1.00.00.00	Multas Previstas em Legislação Específica	0,09	0,09	0,00	0,09	0,14	0,16	0,13	0,15	0,04	0,01	0,03	0,07	1,00
19.2.000.0.0.00.00.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	3.089,10	4.883,74	14.696,37	201,13	0,00	0,00	564,38	0,00	0,00	0,00	518,25	84.067,03	108.000,00
19.2.000.0.0.00.00.00	Restituições	3.089,10	4.883,74	14.696,37	201,13	0,00	0,00	564,38	0,00	0,00	0,00	518,25	84.067,03	108.000,00
19.2.299.0.0.00.00.00	Outras Restituições	3.089,10	4.883,74	14.696,37	201,13	0,00	0,00	564,38	0,00	0,00	0,00	518,25	84.067,03	108.000,00
19.2.299.1.0.00.00.00	Outras Restituições	3.089,10	4.883,74	14.696,37	201,13	0,00	0,00	564,38	0,00	0,00	0,00	518,25	84.067,03	108.000,00
19.9.000.0.0.00.00.00	Demais Receitas Correntes	10.416,67	10.416,67	10.416,67	10.416,67	10.416,67	10.416,67	10.416,67	10.416,67	10.416,67	10.416,67	10.416,67	10.416,63	125.000,00
19.9.000.0.0.00.00.00	Outras Receitas	10.416,67	10.416,67	10.416,67	10.416,67	10.416,67	10.416,67	10.416,67	10.416,67	10.416,67	10.416,67	10.416,67	10.416,63	125.000,00
19.9.000.0.0.00.00.00	Outras Receitas	10.416,67	10.416,67	10.416,67	10.416,67	10.416,67	10.416,67	10.416,67	10.416,67	10.416,67	10.416,67	10.416,67	10.416,63	125.000,00
19.9.000.0.0.00.00.00	Outras Receitas	10.416,67	10.416,67	10.416,67	10.416,67	10.416,67	10.416,67	10.416,67	10.416,67	10.416,67	10.416,67	10.416,67	10.416,63	125.000,00
2.0.0.000.0.0.00.00.00	Recursos de Capital	267,45	267,45	267,45	267,45	267,45	2.267,45	267,45	1.267,45	1.267,45	267,45	268,25	268,05	6.211,00
2.1.0.000.0.0.00.00.00	Operações de Crédito	0,32	0,32	0,32	0,32	0,32	0,32	0,32	0,32	0,32	0,32	0,32	0,48	4,00
2.1.1.000.0.0.00.00.00	Operações de Crédito - Mercado Interno	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,24	2,00
2.1.1.200.0.0.00.00.00	Operações de Crédito Contratuais - Mercado	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.1.1.200.1.0.00.00.00	Operações de Crédito Contratuais - Mercar	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.1.1.200.1.1.00.00.00	Operações de Crédito Contratuais - Mercar	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.1.1.200.1.1.01.00.00	Operações de Crédito Contratuais - Mercar	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.1.1.200.1.1.01.00.00	Operações de Crédito Internas para Prog	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.1.1.200.1.1.01.00.00	Operações de Crédito Internas para Prog	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.1.1.200.1.1.01.00.00	Operações de Crédito Internas para Prog	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.1.1.200.1.1.01.00.00	Operações de Crédito Internas para Prog	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.1.1.200.1.1.01.00.00	Operações de Crédito Internas para Prog	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.1.1.200.1.1.01.00.00	Operações de Crédito Internas para Prog	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.1.1.200.1.1.01.00.00	Operações de Crédito Internas para Prog	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.1.1.200.1.1.01.00.00	Operações de Crédito Internas para Prog	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.1.1.200.1.1.01.00.00	Operações de Crédito Internas para Prog	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.1.1.200.1.1.01.00.00	Operações de Crédito Internas para Prog	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.1.1.200.1.1.01.00.00	Operações de Crédito Internas para Prog	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.1.1.200.1.1.01.00.00	Operações de Crédito Internas para Prog	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.1.1.200.1.1.01.00.00	Operações de Crédito Internas para Prog	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.1.1.200.1.1.01.00.00	Operações de Crédito Internas para Prog	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.1.1.200.1.1.01.00.00	Operações de Crédito Internas para Prog													

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Metas Mensais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios (2017 até 2019) - L.R.F. Artigo 8º, da L.C. 101/00

Código	Especificação	Janaro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembre	Dzembro	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGUADI														
2.1.2.2.0.0.1.1.00.00.00	Operações de Crédito Contratuais - Mercú	1.102.834,08	1.382.300,13	1.008.457,94	786.448,86	809.598,87	761.448,87	893.744,67	816.814,05	647.862,57	675.260,99	764.892,05	1.283.542,22	10.936.961,30
2.1.2.2.0.0.1.1.00.00.00	Operações de Crédito Contratuais - Mercú	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.1.2.2.0.0.1.1.00.00.00	Operações de Crédito Contratuais - Mercú	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.1.2.8.0.0.0.0.00.00.00	Operação de Crédito Externas - Estados/OFFI	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.1.2.8.0.1.0.0.00.00.00	Operações de Crédito Externas - Estados/O	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.1.2.8.0.1.1.0.0.00.00.00	Operações de Crédito Externas para Progr	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.1.2.8.0.1.1.1.0.00.00.00	Operações de Crédito Externas para Proj	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.1.2.8.0.1.1.1.01.00.00.00	Operações de Crédito Externas para Proj	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.2.0.0.0.0.0.0.00.00.00	Alocação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
2.2.1.0.0.0.0.0.00.00.00	Alocação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
2.2.1.3.0.0.0.0.00.00.00	Alocação de Bens Móveis e Semovientes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
2.2.1.3.0.0.1.0.00.00.00	Alocação de Bens Móveis e Semovientes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
2.2.1.3.0.0.1.1.00.00.00	Alocação de Bens Móveis e Semovientes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
2.2.1.3.0.0.1.1.01.00.00.00	Alocação de Bens Móveis e Semoviente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
2.2.1.3.0.0.1.1.02.00.00.00	Alocação de Bens Móveis e Semoviente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
2.4.0.0.0.0.0.0.00.00.00	Transferências de Capital	267,13	267,13	267,13	267,13	267,13	267,13	267,33	267,13	1.267,13	267,13	267,93	267,57	4.207,00
2.4.1.0.0.0.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades	258,56	258,56	258,56	258,56	258,56	258,56	258,56	258,56	1.258,56	258,56	258,56	258,84	4.103,00
2.4.1.1.0.0.0.0.00.00.00	Transferências da União	258,56	258,56	258,56	258,56	258,56	258,56	258,56	258,56	1.258,56	258,56	258,56	258,84	4.103,00
2.4.1.8.1.0.0.0.00.00.00	Transferência de Convênios da União e de s	83,57	83,57	83,57	83,57	83,57	83,57	83,57	83,57	1.083,57	83,57	83,57	83,73	2.003,00
2.4.1.8.1.0.2.0.0.00.00.00	Transferências de Convênio da União dest	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
2.4.1.8.1.0.2.1.0.0.00.00.00	Transferências de Convênio da União dest	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
2.4.1.8.1.0.2.1.0.1.00.00.00	Transferências de Convênio da União de s	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.4.1.8.1.0.2.1.0.1.00.00.00	Transferências de Convênios da União de s	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.4.1.8.1.0.2.1.0.1.00.00.00	Transferências de Convênios da União de s	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.4.1.8.1.0.2.1.0.1.00.00.00	Transferências de Convênios da União de s	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.4.1.8.1.0.2.1.0.1.00.00.00	Transferências de Convênios da União de s	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.4.1.8.1.0.2.1.0.1.00.00.00	Transferências de Convênios da União de s	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.4.1.8.1.0.2.1.0.1.00.00.00	Transferências de Convênios da União de s	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.4.1.8.1.0.2.1.0.1.00.00.00	Transferências de Convênios da União de s	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.4.1.8.1.0.2.1.0.1.00.00.00	Transferências de Convênios da União de s	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.4.1.8.1.0.2.1.0.1.00.00.00	Transferências de Convênios da União de s	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.4.1.8.1.0.2.1.0.1.00.00.00	Transferências de Convênios da União de s	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.4.1.8.1.0.2.1.0.1.00.00.00	Transferências de Convênios da União de s	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.4.1.8.1.0.2.1.0.1.00.00.00	Transferências de Convênios da União de s	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.4.1.8.1.0.2.1.0.1.00.00.00	Transferências de Convênios da União de s	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.4.1.8.1.0.2.1.0.1.00.00.00	Transferências de Convênios da União de s	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.4.1.8.1.0.2.1.0.1.00.00.00	Transferências de Convênios da União de s	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.4.1.8.1.0.2.1.0.1.00.00.00	Transferências de Convênios da União de s	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.4.1.8.1.0.2.1.0.1.00.00.00	Transferências de Convênios da União de s	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.4.1.8.1.0.2.1.0.1.00.00.00	Transferências de Convênios da União de s	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.4.1.8.1.0.2.1.0.1.00.00.00	Transferências de Convênios da União de s	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.4.1.8.1.0.2.1.0.1.00.00.00	Transferências de Convênios da União de s	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.4.1.8.1.0.2.1.0.1.00.00.00	Transferências de Convênios da União de s	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.4.1.8.1.0.2.1.0.1.00.00.00	Transferências de Convênios da União de s	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.4.1.8.1.0.2.1.0.1.00.00.00	Transferências de Convênios da União de s	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.4.1.8.1.0.2.1.0.1.00.00.00	Transferências de Convênios da União de s	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.4.1.8.1.0.2.1.0.1.00.00.00	Transferências de Convênios da União de s	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.4.1.8.1.0.2.1.0.1.00.00.00	Transferências de Convênios da União de s	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.4.1.8.1.0.2.1.0.1.00.00.00	Transferências de Convênios da União de s	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.4.1.8.1.0.2.1.0.1.00.00.00	Transferências de Convênios da União de s	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.4.1.8.1.0.2.1.0.1.00.00.00	Transferências de Convênios da União de s	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.4.1.8.1.0.2.1.0.1.00.00.00	Transferências de Convênios da União de s	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.4.1.8.1.0.2.1.0.1.00.00.00	Transferências de Convênios da União de s	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.4.1.8.1.0.2.1.0.1.00.00.00	Transferências de Convênios da União de s	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.4.1.8.1.0.2.1.0.1.00.00.00	Transferências de Convênios da União de s	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.4.1.8.1.0.2.1.0.1.00.00.00	Transferências de Convênios da União de s	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.4.1.8.1.0.2.1.0.1.00.00.00	Transferências de Convênios da União de s	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.4.1.8.1.0.2.1.0.1.00.00.00	Transferências de Convênios da União de s	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.4.1.8.1.0.2.1.0.1.00.00.00	Transferências de Convênios da União de s	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.4.1.8.1.0.2.1.0.1.00.00.00	Transferências de Convênios da União de s	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.4.1.8.1.0.2.1.0.1.00.00.00	Transferências de Convênios da União de s	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.4.1.8.1.0.2.1.0.1.00.00.00	Transferências de Convênios da União de s	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.4.1.8.1.0.2.1.0.1.00.00.00	Transferências de Convênios da União de s	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.4.1.8.1.0.2.1.0.1.00.00.00	Transferências de Convênios da União de s	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.4.1.8.1.0.2.1.0.1.00.00.00	Transferências de Convênios da União de s	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.4.1.8.1.0.2.1.0.1.00.00.00	Transferências de Convênios da União de s	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.4.1.8.1.0.2.1.0.1.00.00.00	Transferências de Convênios da União de s	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.4.1.8.1.0.2.1.0.1.00.00.00	Transferências de Convênios da União de s	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.4.1.8.1.0.2.1.0.1.00.00.00	Transferências de Convênios da União de s	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.4.1.8.1.0.2.1.0.1.00.00.00	Transferências de Convênios da União de s	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.4.1.8.1.0.2.1.0.1.00.00.00	Transferências de Convênios da União de s	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.4.1.8.1.0.2.1.0.1.00.00.00	Transferências de Convênios da União de s													

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Metas Mensais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios (2017 até 2019) - L.R.F. Artigo 8º, da L.C. 101/00

[illegible]

Página: 8/10
Data: 13/01/2020

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Métricas Mensais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios (2017 até 2019) - L.R.F., Artigo 8º, da L.C. 101/00

Código	Especificação	Janário	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dzembro	Total
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CHAPADÃO DO LAGEADO														
1.12.8.011.1.1.03.00.00	Dívida Ativa - Vigilância Sanitária	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	16.517,34	19.774,82	16.483,68	30.958,88	391.857,00
1.12.8.011.1.1.04.00.00	Multa Juros Dívida Ativa - Vigilância Sanitária	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	100,00
1.3.2.0.000.0.0.00.00.00	Receita Patrimonial	565,01	390,55	121,84	112,95	265,59	110,56	259,91	214,15	190,58	4.396,75	640,44	462,67	7.720,00
1.3.2.0.000.0.0.00.00.00	Valores Mobiliários	565,01	390,55	121,84	112,95	265,59	110,56	259,91	214,15	190,58	4.396,75	640,44	462,67	7.720,00
1.3.2.1.000.0.0.00.00.00	Juros e Correções Monetárias	565,01	390,55	121,84	112,95	265,59	110,56	259,91	214,15	190,58	4.396,75	640,44	462,67	7.720,00
1.3.2.1.001.1.02.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	565,01	390,55	121,84	112,95	265,59	110,56	259,91	214,15	190,58	4.396,75	640,44	462,67	7.720,00
1.3.2.1.001.1.02.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - F	565,01	390,55	121,84	112,95	265,59	110,56	259,91	214,15	190,58	4.396,75	640,44	462,67	7.720,00
1.3.2.1.001.1.02.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - F	565,01	390,55	121,84	112,95	265,59	110,56	259,91	214,15	190,58	4.396,75	640,44	462,67	7.720,00
1.3.2.1.001.1.02.01.00.00	Rem Depósitos Bancários - Saúde	215,09	74,14	0,00	0,00	138,64	0,31	42,11	3,12	92,03	4.283,92	37,97	112,67	5.000,00
1.3.2.1.001.1.02.02.00.00	Rem Depósitos Bancários - Atenção Ba	176,26	207,72	35,37	0,00	42,62	0,00	0,00	147,86	34,61	53,15	45,17	257,24	1.000,00
1.3.2.1.001.1.02.03.00.00	Rem Depósitos Bancários - Vigilância	50,66	0,94	0,10	22,23	8,08	5,02	0,00	3,80	2,93	3,38	1,85	1,00	100,00
1.3.2.1.001.1.02.04.00.00	Rem Depósitos Bancários - NASF	31,68	0,00	0,00	0,00	24,14	14,12	12,18	0,00	7,89	0,00	0,00	-0,01	90,00
1.3.2.1.001.1.02.05.00.00	Rem Depósitos Bancários - Farmácia	2,08	32,43	32,36	0,12	0,32	32,20	0,14	0,09	0,07	0,08	0,00	0,11	100,00
1.3.2.1.001.1.02.06.00.00	Rem Depósitos Bancários - Convênio	0,77	0,75	0,19	0,19	0,06	0,06	0,28	3,47	1,35	1,57	1,37	-0,06	10,00
1.3.2.1.001.1.02.07.00.00	Rem Depósitos Bancários - Alernação	35,50	22,33	0,00	1,89	0,00	1,90	2,01	2,10	0,00	2,03	2,29	29,95	100,00
1.3.2.1.001.1.02.08.00.00	Rem Depósitos Bancários - Bucal	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	8,33	100,00
1.3.2.1.001.1.02.09.00.00	Rem Depósitos Bancários - Estadual	0,83	0,83	0,83	0,83	0,83	0,83	0,83	0,83	0,83	0,83	0,83	0,87	10,00
1.3.2.1.001.1.02.10.00.00	Rem Depósitos Bancários - PAB Variáv	0,12	0,00	0,00	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	499,85	-0,01	500,00
1.3.2.1.001.1.02.11.00.00	Rem Depósitos Bancários - PAB Fixo	41,67	41,67	41,67	41,67	41,67	41,67	41,67	41,67	41,67	41,67	41,67	41,63	500,00
1.3.2.1.001.1.02.12.00.00	Rem Depósitos Bancários - PACS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150,00
1.3.2.1.001.1.02.13.00.00	Rem Depósitos Bancários - SUS Outro:	1,19	0,58	2,16	36,84	0,04	5,29	0,53	2,05	0,04	0,96	0,28	0,04	50,00
1.3.2.1.001.1.02.14.00.00	Rem Depósitos Bancários - MAC	0,83	0,83	0,83	0,83	0,83	0,83	0,83	0,83	0,83	0,83	0,83	0,87	10,00
1.7.0.0.000.0.0.00.00.00	Transferências Correntes	49.983,15	100.808,23	15.545,46	74.777,27	15.864,89	15.876,94	15.884,00	15.358,04	16.299,95	15.351,26	15.816,43	30.478,38	381.804,00
1.7.1.000.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades	49.983,07	100.807,15	15.545,38	74.777,19	15.864,81	15.876,86	15.883,92	15.357,96	16.299,87	15.351,18	15.816,35	30.478,26	381.802,00
1.7.1.000.0.0.00.00.00	Transferências da União - Específica EM	49.983,07	100.807,15	15.545,38	74.777,19	15.864,81	15.876,86	15.883,92	15.357,96	16.299,87	15.351,18	15.816,35	30.478,26	381.802,00
1.7.1.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único	49.982,99	100.807,07	15.545,30	74.777,11	15.864,73	15.875,78	15.883,84	15.357,88	16.299,79	15.351,10	15.816,27	30.478,14	381.800,00
1.7.1.8.03.1.1.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS - Atenç	32.062,99	52.707,07	15.145,30	74.377,11	15.464,73	15.475,78	15.483,84	14.957,88	15.899,79	14.951,10	15.416,27	30.078,14	312.000,00
1.7.1.8.03.1.1.00.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Ú	32.062,99	52.707,07	15.145,30	74.377,11	15.464,73	15.475,78	15.483,84	14.957,88	15.899,79	14.951,10	15.416,27	30.078,14	312.000,00
1.7.1.8.03.1.1.02.00.00	PAB VARIÁVEL	24.576,67	23.412,28	10,94	0,00	0,00	0,00	0,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48.000,00
1.7.1.8.03.1.1.03.00.00	PAB FIXO	4.103,61	7.870,32	6.161,36	6.161,36	6.501,93	6.501,93	6.501,93	5.964,86	6.996,77	5.948,08	5.948,08	9.446,77	78.000,00
1.7.1.8.03.1.1.06.00.00	PACS AGENTES COMUNITÁRIOS DE E	0,00	18.288,97	5.580,09	5.580,09	5.580,09	5.580,09	5.580,09	5.580,09	5.580,09	16.740,22	5.580,09	16.740,22	85.000,00
1.7.1.8.03.1.1.07.00.00	SAÚDE BUCAL	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,33	2.083,37	25.000,00
1.7.1.8.03.1.1.09.00.00	NASF União	1.299,38	1.302,17	1.309,58	60.552,33	1.299,38	1.210,43	1.298,38	1.339,60	1.339,60	1.339,60	1.804,77	1.804,78	76.000,00
1.7.1.8.03.2.0.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS - Alern	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
1.7.1.8.03.2.1.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS - Alern	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
1.7.1.8.03.2.1.01.00.00	MAC Alta e Média Complexidade	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
1.7.1.8.03.3.0.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS - Vigil	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
1.7.1.8.03.3.1.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS - Vigil	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
1.7.1.8.03.3.1.01.00.00	Vigilância Sanitária União	0,00	18.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.000,00
1.7.1.8.03.3.1.02.00.00	Vigilância Epidemiológica União	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
1.7.1.8.03.4.0.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS - Assis	7.500,00	7.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
1.7.1.8.03.4.1.01.00.00	Transferência de Recursos do SUS - Ass	7.500,00	7.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
1.7.1.8.03.4.1.01.00.00	Assistência Farmacêutica União	7.500,00	7.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
1.7.1.8.03.9.0.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS - Quirr	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00	4.800,00
1.7.1.8.03.9.1.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS - Out	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00	4.800,00
1.7.1.8.03.9.1.01.00.00	Outros Programas Fundo a Fundo	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00	4.800,00
1.7.1.8.08.0.0.00.00.00	Transferências Atividades de Emergências Paiter	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	1,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	2,00
1.7.1.8.08.1.0.00.00.00	Transferências Atividades de Emergências Paiter	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	1,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	2,00
1.7.1.8.08.1.1.00.00.00	Transferências Atividades de Emergências Paiter	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	1,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	2,00
1.7.1.8.08.1.1.01.00.00	Transf Emergências Paiter Individuais PAB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
1.7.1.8.08.1.1.02.00.00	Transf Emergências Paiter Individuais PAB	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
1.7.2.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Fedei	0,08	1,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	2,00
1.7.2.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados - Específica EM	0,08	1,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	2,00
1.7.2.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para f	0,08	1,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	2,00



Página: 9/10
Data: 13/01/2020

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020
Métricas Mensais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios (2017 até 2019) - L.R.F., Artigo 8º, da L.C. 101/00

Código	Especificação	Janário	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dzembro	Total
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CHAPADÃO DO LAGEADO														
17.2.8.03.1.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para	50.555,21	102.025,59	15.694,11	74.917,04	16.157,29	17.014,31	16.159,73	15.599,00	16.217,34	19.774,82	16.483,68	30.958,88	391.857,00
17.2.8.03.1.1.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para	0,08	1,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	2,00
17.2.8.03.1.1.01.00.00	Transferência de Recursos do Estado para	0,08	1,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	2,00
17.2.8.03.1.1.01.00.00	Saúde Estado	0,08	1,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	2,00
17.2.8.03.1.1.02.00.00	Farmácia Estado	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
19.0.0.0.0.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes	0,24	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,75	1,00
19.2.0.0.0.0.0.00.00.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,24	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,75	1,00
19.2.2.0.0.0.0.00.00.00	Restituições	0,24	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,75	1,00
19.2.2.99.0.0.00.00.00	Outras Restituições	0,24	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,75	1,00
19.2.2.99.1.0.00.00.00	Outras Restituições	0,24	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,75	1,00
19.2.2.99.1.1.00.00.00	Outras Restituições - Principal	0,24	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,75	1,00
19.2.2.99.1.1.01.00.00	Outras Restituições	0,24	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,75	1,00
2.0.0.0.0.0.0.00.00.00	Receitas de Capital	1,82	1,82	1,82	1,82	1,82	1.001,82	11,83	1,82	1,82	1,82	1,82	1,97	1.032,00
2.1.0.0.0.0.0.00.00.00	Operações de Crédito	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,24	2,00
2.1.1.0.0.0.0.00.00.00	Operações de Crédito - Mercado Interno	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.1.1.8.0.0.0.00.00.00	Operações de Crédito - Mercado Interno - Est	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.1.1.8.0.1.0.0.00.00.00	Operações de Crédito Internas de Estados/(0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.1.1.8.0.1.0.0.00.00.00	Operações de Crédito Internas para Progr	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.1.1.8.0.1.2.0.00.00.00	Operações de Crédito Internas para Progr	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.1.1.8.0.1.2.1.00.00.00	Operações de Crédito Internas para Progr	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.1.1.8.0.1.2.1.01.00.00	Operações de Crédito Internas para Progr	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.1.1.8.0.1.2.1.01.00.00	Operações de Crédito Internas para Progr	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.1.2.0.0.0.0.00.00.00	Operações de Crédito - Mercado Externo	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.1.2.8.0.0.0.00.00.00	Operações de Crédito Externas - Estados/D	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.1.2.8.0.1.0.0.00.00.00	Operações de Crédito Externas para Progr	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.1.2.8.0.1.2.0.00.00.00	Operações de Crédito Externas para Progr	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.1.2.8.0.1.2.1.00.00.00	Operações de Crédito Externas para Progr	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.1.2.8.0.1.2.1.01.00.00	Operações de Crédito Externas para Progr	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.2.0.0.0.0.0.00.00.00	Operações de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
2.2.1.0.0.0.0.00.00.00	Operações de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
2.2.1.3.0.0.0.00.00.00	Operações de Bens Móveis e Semovientes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
2.2.1.3.0.0.1.0.00.00.00	Operações de Bens Móveis e Semovientes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
2.2.1.3.0.0.1.1.03.00.00	Operações de Bens Móveis e Semovientes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
2.2.1.3.0.0.1.1.03.00.00	Operações de Bens Móveis e Semovientes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
2.4.0.0.0.0.0.00.00.00	Transferências de Capital	1,66	1,66	1,66	1,66	1,66	1,66	11,67	1,66	1,66	1,66	1,66	1,73	30,00
2.4.1.0.0.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades	0,83	0,83	0,83	0,83	0,83	0,83	10,84	0,83	0,83	0,83	0,83	0,86	20,00
2.4.1.8.0.0.0.00.00.00	Transferências da União	0,83	0,83	0,83	0,83	0,83	0,83	10,84	0,83	0,83	0,83	0,83	0,86	20,00
2.4.1.8.0.4.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Sistema Un	0,83	0,83	0,83	0,83	0,83	0,83	0,83	0,83	0,83	0,83	0,83	0,87	10,00
2.4.1.8.0.4.1.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Sistema Un	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	3,00
2.4.1.8.0.4.1.1.01.00.00	Transferências de Recursos do Sistema Un	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	3,00
2.4.1.8.0.4.1.1.01.00.00	Transferências de Recursos do Sistema Un	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	3,00
2.4.1.8.0.4.2.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Sistema Un	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	3,00
2.4.1.8.0.4.2.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Sistema Un	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	3,00
2.4.1.8.0.4.2.1.01.00.00	Transferências de Recursos do Sistema Un	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	3,00
2.4.1.8.0.4.3.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Sistema Un	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.4.1.8.0.4.3.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Sistema Un	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.4.1.8.0.4.3.1.01.00.00	Transferências de Recursos do Sistema Un	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
2.4.1.8.0.4.6.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Sist	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	3,00
2.4.1.8.0.4.6.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Sist	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	3,00
2.4.1.8.0.4.6.1.01.00.00	Transferências de Recursos do Sist	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	3,00
2.4.1.8.99.0.0.00.00.00	Transferências da União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,01	10,00
2.4.1.8.99.1.0.00.00.00	Transferências da União - Pr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,01	10,00
2.4.1.8.99.1.1.01.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Fed	0,83	0,83	0,83	0,83	0,83	0,83	0,83	0,83	0,83	0,83	0,83	0,87	10,00
2.4.2.0.0.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados, Distrito Federal,	0,83	0,83	0,83	0,83	0,83	0,83	0,83	0,83	0,83	0,83	0,83	0,87	10,00
2.4.2.8.0.0.0.00.00.00	Transferências de Convênios dos Estados e	0,83	0,83	0,83	0,83	0,83	0,83	0,83	0,83	0,83	0,83	0,83	0,87	10,00



Página: 10/10
Data: 13/01/2020

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020
Métas Mensais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios (2017 até 2019) - L.R.F., Artigo 8º, da L.C. 101/00

Código	Especificação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CHAPADÃO DO LAGEADO		50.555,21	102.025,59	15.694,11	74.917,04	16.157,29	17.014,31	16.159,73	15.599,00	16.517,34	19.774,82	16.483,68	30.958,88	391.857,00
2.4.2.8.10.1.0.00.00.00	Transferências de Convênios dos Estados	0,83	0,83	0,83	0,83	0,83	0,83	0,83	0,83	0,83	0,83	0,83	0,87	10,00
2.4.2.8.10.1.1.00.00.00	Transferências de Convênios dos Estados	0,83	0,83	0,83	0,83	0,83	0,83	0,83	0,83	0,83	0,83	0,83	0,87	10,00
2.4.2.8.10.1.1.01.00.00	Transferências de Convênios dos Estados	0,83	0,83	0,83	0,83	0,83	0,83	0,83	0,83	0,83	0,83	0,83	0,87	10,00
TOTAL GERAL:		1.153.389,29	1.484.325,72	1.024.152,05	861.363,90	825.716,16	778.461,18	909.904,40	832.413,05	664.379,91	699.035,81	781.175,73	1.314.501,10	11.328.818,30

Página: 1/19

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2020

Programa Mensal de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Seleção: Realização de despesas por Emprego

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

Órgão: 03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Unidade Orçamentária: 03.03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Código	Especificação	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Agos	Sep	Out	Nov	Dez	Total
04	Administração													
04.122	Administração Geral													
04.122.0022	CONSELHO TUTELAR													
04.122.0022.2096.1	CONSELHO TUTELAR													
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	6.250,00	6.250,00	6.250,00	6.250,00	6.250,00	6.250,00	6.250,00	6.250,00	6.250,00	6.250,00	6.250,00	6.250,00	75.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,74	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
04.122.0006	ADMINISTRAÇÃO GERAL													
04.122.0006.1007.2	REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PAÇO MUNICI													
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	83,16	83,16	83,16	83,16	83,16	83,16	83,16	83,16	83,16	83,16	83,16	83,24	998,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	83,08	83,08	83,08	83,08	83,08	83,08	83,08	83,08	83,08	83,08	83,08	83,12	997,00
04.122.0006.1009.3	AQUISIÇÃO E DESAPROPRIACAO DE IMOV													
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	8,49	8,49	8,49	8,49	8,49	8,49	8,49	8,49	8,49	8,49	8,49	8,61	102,00
04.122.0006.1010.4	AQUISIÇÃO DE IMOVEIS, EQUIPAMENTOS E													
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	841,74	841,74	841,74	841,74	841,74	841,74	841,74	841,74	841,74	841,74	841,74	841,86	10.101,00
04.122.0006.1015.5	CONSTRUÇÃO DO ALMOXARIFADO CENTR													
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
04.122.0006.1016.6	CONSTRUÇÃO DO AUDITÓRIO													
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,24	2,00
04.122.0006.1017.7	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO PARQUE													
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,24	0,24	0,24	0,24	0,24	0,24	0,24	0,24	0,24	0,24	0,24	0,36	3,00
04.122.0006.1018.8	REFORMA E AMPLIAÇÃO DA PRAÇA DA FÉ													
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	833,41	833,41	833,41	833,41	833,41	833,41	833,41	833,41	833,41	833,41	833,41	833,49	10.001,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas													
04.122.0006.2003.9	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINI													
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	26.562,00	26.562,00	26.562,00	26.562,00	26.562,00	26.562,00	26.562,00	26.562,00	26.562,00	26.562,00	26.562,00	26.562,00	318.744,00
3.3.30.00.00.00.00.00	Transferências a Estados e ao Distrito Fi	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas se	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,74	5.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	24.038,20	24.038,20	24.038,20	24.038,20	24.038,20	24.038,20	24.038,20	24.038,20	24.038,20	24.038,20	24.038,20	24.038,35	288.458,55
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Oprente	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,37	10.000,00
06	Segurança Pública													
06.181	Policamento													
06.181.0004	SEGURANÇA PÚBLICA													
06.181.0004.2014.10	MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA													
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	625,00	625,00	625,00	625,00	625,00	625,00	625,00	625,00	625,00	625,00	625,00	625,00	7.500,00
	Total Unidade:	63.825,85	63.825,85	63.825,85	63.825,85	63.825,85	63.825,85	63.825,85	63.825,85	63.825,85	63.825,85	63.825,85	63.827,20	765.911,55

Página: 2/19

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2020
 Programa Mensal de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)
 Situação: Realização da despesa por 1º Empenho

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

Órgão: 04.00 - SECRETARIA DA FAZENDA

Unidade Orçamentária: 04.04 - SECRETARIA DA FAZENDA

Código	Especificação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
04	Administração													
04.123	Administração Financeira													
04.123.0002	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA													
04.123.0002.1011.11	AQUISIÇÃO DE MOVES, EQUIPAMENTOS E													
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.674,99	1.674,99	1.674,99	1.674,99	1.674,99	1.674,99	1.674,99	1.674,99	1.674,99	1.674,99	1.674,99	1.675,11	20.100,00
04.123.0002.2005.12	MANUTENÇÃO PESSOAL DA SECRETARIA													
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,74	200.000,00
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
3.3.30.00.00.00.00.00	Transferências a Estados e ao Distrito F	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	16.674,91	16.674,91	16.674,91	16.674,91	16.674,91	16.674,91	16.674,91	16.674,91	16.674,91	16.674,91	16.674,91	16.674,99	200.099,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	60.000,00
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
04.123.0002.2006.13	PROCESSAMENTO DE DÍVIDAS DE EXERC													
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	3.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,74	2.000,00
04.123.0002.2007.14	CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES MUNICIPAIS													
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas se	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,37	100.000,00
04.123.0002.2008.15	CONTRIBUIÇÃO AO PASEP													
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	9.166,66	9.166,66	9.166,66	9.166,66	9.166,66	9.166,66	9.166,66	9.166,66	9.166,66	9.166,66	9.166,66	9.166,74	110.000,00
04.123.0002.2009.16	CAPACITAÇÃO DE PESSOAL													
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,74	5.000,00
	Total Unidade:	58.350,19	58.350,19	58.350,19	58.350,19	58.350,19	58.350,19	58.350,19	58.350,19	58.350,19	58.350,19	58.350,19	58.350,91	700.203,00



Página: 3/19

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Programa Mensal de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Seleção Realização de despesas por: Emprego

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

Órgão: 05.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária: 05.01 - DIVISÃO DE ENSINO

Código	Especificação	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ag	Sep	Out	Nov	Dez	Total
12	Educação													
12.361	Ensino Fundamental													
12.361.0007	EDUCAÇÃO PARA O FUTURO													
12.361.0007.1019.17	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, EQUIPAMENTOS E													
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	10.258,32	10.258,32	10.258,32	10.258,32	10.258,32	10.258,32	10.258,32	10.258,32	10.258,32	10.258,32	10.258,32	10.258,32	123.100,00
12.361.0007.1022.18	- Construção, Reforma e Ampliação dos Centr													
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	6.291,74	6.291,74	6.291,74	6.291,74	6.291,74	6.291,74	6.291,74	6.291,74	6.291,74	6.291,74	6.291,74	6.291,74	75.501,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	2.468,57	2.468,57	2.468,57	2.468,57	2.468,57	2.468,57	2.468,57	2.468,57	2.468,57	2.468,57	2.468,57	2.468,57	29.503,00
12.361.0007.2016.19	FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSOR													
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	8.741,74	8.741,74	8.741,74	8.741,74	8.741,74	8.741,74	8.741,74	8.741,74	8.741,74	8.741,74	8.741,74	8.741,74	104.901,00
12.361.0007.2016.20	DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO - PE													
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	3.124,99	3.124,99	3.124,99	3.124,99	3.124,99	3.124,99	3.124,99	3.124,99	3.124,99	3.124,99	3.124,99	3.125,11	37.500,00
12.361.0007.2017.21	- Realstruturação do Plano de Carreira de Mag													
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	666,66	666,66	666,66	666,66	666,66	666,66	666,66	666,66	666,66	666,66	666,66	666,74	8.000,00
12.361.0007.2018.22	- Implimentação da Biblioteca Pública Municipi													
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	2.572,91	2.572,91	2.572,91	2.572,91	2.572,91	2.572,91	2.572,91	2.572,91	2.572,91	2.572,91	2.572,91	2.572,99	30.875,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	2.427,08	2.427,08	2.427,08	2.427,08	2.427,08	2.427,08	2.427,08	2.427,08	2.427,08	2.427,08	2.427,08	2.427,12	29.125,00
12.361.0007.2019.23	Implantação da Educação em Período Integral													
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	833,41	833,41	833,41	833,41	833,41	833,41	833,41	833,41	833,41	833,41	833,41	833,49	10.001,00
12.361.0007.2020.24	Implantação de hortas escolares.													
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,24	2,00
12.361.0007.2023.25	Manutenção/pessoal do Ensino Fundamental.													
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	76.133,32	76.133,32	76.133,32	76.133,32	76.133,32	76.133,32	76.133,32	76.133,32	76.133,32	76.133,32	76.133,32	76.133,48	913.600,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas se	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	46.035,32	46.035,32	46.035,32	46.035,32	46.035,32	46.035,32	46.035,32	46.035,32	46.035,32	46.035,32	46.035,32	46.035,48	552.424,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.291,66	1.291,66	1.291,66	1.291,66	1.291,66	1.291,66	1.291,66	1.291,66	1.291,66	1.291,66	1.291,66	1.291,74	15.500,00
12.361.0007.2025.26	Concessão de bolsa de estudos													
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	7.500,08	7.500,08	7.500,08	7.500,08	7.500,08	7.500,08	7.500,08	7.500,08	7.500,08	7.500,08	7.500,08	7.500,12	90.001,00
12.361.0007.2026.27	Distribuição de Uniformes Escolares													
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.041,74	1.041,74	1.041,74	1.041,74	1.041,74	1.041,74	1.041,74	1.041,74	1.041,74	1.041,74	1.041,74	1.041,86	12.501,00
12.361.0007.2068.28	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MERENDA I													
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	7.458,33	7.458,33	7.458,33	7.458,33	7.458,33	7.458,33	7.458,33	7.458,33	7.458,33	7.458,33	7.458,33	7.458,37	89.500,00
12.361.0007.2069.29	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA TRANSPORT													
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	3.125,08	3.125,08	3.125,08	3.125,08	3.125,08	3.125,08	3.125,08	3.125,08	3.125,08	3.125,08	3.125,08	3.125,12	37.501,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	15.437,49	15.437,49	15.437,49	15.437,49	15.437,49	15.437,49	15.437,49	15.437,49	15.437,49	15.437,49	15.437,49	15.437,61	185.250,00
12.365	Educação Infantil													
12.365.0007	EDUCAÇÃO PARA O FUTURO													
12.365.0007.1020.30	Construção de prédio para creche e para educ													
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	2,08	2,08	2,08	2,08	2,08	2,08	2,08	2,08	2,08	2,08	2,08	2,12	25,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	5.245,98	5.245,98	5.245,98	5.245,98	5.245,98	5.245,98	5.245,98	5.245,98	5.245,98	5.245,98	5.245,98	5.246,22	62.952,00
12.365.0007.2021.31	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MERENDA I													
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	7.374,99	7.374,99	7.374,99	7.374,99	7.374,99	7.374,99	7.374,99	7.374,99	7.374,99	7.374,99	7.374,99	7.375,11	88.500,00
12.365.0007.2022.32	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA TRANSPORT													
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	3.958,33	3.958,33	3.958,33	3.958,33	3.958,33	3.958,33	3.958,33	3.958,33	3.958,33	3.958,33	3.958,33	3.958,37	47.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	15.437,49	15.437,49	15.437,49	15.437,49	15.437,49	15.437,49	15.437,49	15.437,49	15.437,49	15.437,49	15.437,49	15.437,61	185.250,00
12.365.0007.2024.33	Manutenção/pessoal da Educação Infantil.													
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	40.449,99	40.449,99	40.449,99	40.449,99	40.449,99	40.449,99	40.449,99	40.449,99	40.449,99	40.449,99	40.449,99	40.450,11	485.400,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	31.193,40	31.193,40	31.193,40	31.193,40	31.193,40	31.193,40	31.193,40	31.193,40	31.193,40	31.193,40	31.193,40	31.193,60	374.321,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.012,07	1.012,07	1.012,07	1.012,07	1.012,07	1.012,07	1.012,07	1.012,07	1.012,07	1.012,07	1.012,07	1.012,23	12.145,00
12.367	Educação Especial													
12.367.0007	EDUCAÇÃO PARA O FUTURO													
12.367.0007.2004.34	MANUTENCAO/ PESSOAL DA EDUCAÇÃO E													
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas se													
	Total Unidade:	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	24.000,00
		302.073,01	302.073,01	302.073,01	302.073,01	302.073,01	302.073,01	302.073,01	302.073,01	302.073,01	302.073,01	302.073,01	302.075,89	3.624.875,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020
Programa Mensal de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Sigla: Realização de despesas por 7. Emprego

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO
Órgão: 05.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade Orçamentária: 05.02 - DIVISÃO DE CULTURA

Código	Especificação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
13	Cultura													
13.392	Difusão Cultural													
13.392.0010	VIDA EM MOVIMENTO - IDOSOS													
13.392.0010.1033.35	Construção de um Centro de Convivência para													
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	833,41	833,41	833,41	833,41	833,41	833,41	833,41	833,41	833,41	833,41	833,41	833,49	10.001,00
13.392.0010.2076.37	FORMAÇÃO DE GRUPOS DE DANÇA DE ID													
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,86	5.001,00
13.392.0010.2079.38	REALIZAÇÃO DE ENCONTRO DE IDOSOS													
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,86	5.001,00
13.392.0010.2080.39	Incentivo à prática de jogos como domínio, bar													
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,86	5.001,00
13.392.0010.2081.40	Incentivo à criação de grupos para Atividades													
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,37	4.000,00
13.392.0010.2082.41	Criação de Projeto "MEU LIVRO DE RECEITA													
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	208,41	208,41	208,41	208,41	208,41	208,41	208,41	208,41	208,41	208,41	208,41	208,49	2.501,00
13.392.0010.2083.42	Criação de Projeto "Vô Sabia Vó Ensinar"													
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	208,41	208,41	208,41	208,41	208,41	208,41	208,41	208,41	208,41	208,41	208,41	208,49	2.501,00
13.392.0010.2084.43	Cursos específicos de artesanato, culinária, a													
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,86	5.001,00
13.392.0010.2085.44	MANUTENÇÃO PESSOAL IDOSOS													
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,37	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,74	2.000,00
13.392.0009	RESGATE DA CULTURA													
13.392.0009.2028.45	Incentivo à criação de grupos folclóricos, artíst													
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,24	2,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,24	2,00
13.392.0009.2029.46	Realização de eventos culturais													
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	1.875,08	1.875,08	1.875,08	1.875,08	1.875,08	1.875,08	1.875,08	1.875,08	1.875,08	1.875,08	1.875,08	1.875,12	22.501,00
13.392.0009.2031.48	Manutenção pessoal													
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,37	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
13.392.0009.2091.49	FORMAÇÃO DA BANDA MUNICIPAL													
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,24	2,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,24	2,00
13.392.0009.2092.50	FORMAÇÃO DE GRUPO DE DANÇA MUNICI													
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,86	5.001,00
13.392.0009.2093.51	FORMAÇÃO DE GRUPOS TEATRAIS:													
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	208,41	208,41	208,41	208,41	208,41	208,41	208,41	208,41	208,41	208,41	208,41	208,49	2.501,00
13.392.0009.2094.52	REALIZAÇÃO DE FESTIVALS DE MUSICAL													
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,24	2,00
	Total Unidade:	7.751,69	7.751,69	7.751,69	7.751,69	7.751,69	7.751,69	7.751,69	7.751,69	7.751,69	7.751,69	7.751,69	7.753,41	93.022,00

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAJEADO		Especificação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dzembro	Total
Código															
27	Desporto e Lazer														
27.812	Desporto Comunitário														
27.812.0008	ESPORTE E VIDA														
27.812.0008.1025.53	- Construção, ampliação e manutenção de gin														
3.390.000.000.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1,696,74	1,696,74	1,696,74	1,696,74	1,696,74	1,696,74	1,696,74	1,696,74	1,696,74	1,696,74	1,696,74	1,696,74	1,696,86	20,001,00
4.490.000.000.00.00.00	Aplicacoes Diretas	166,74	166,74	166,74	166,74	166,74	166,74	166,74	166,74	166,74	166,74	166,74	166,74	166,86	2,001,00
27.812.0008.2027.54	- Manutenção da divisão de esportes/pessoal,														
3.190.000.000.00.00.00	Aplicacoes Diretas	2,500,00	2,500,00	2,500,00	2,500,00	2,500,00	2,500,00	2,500,00	2,500,00	2,500,00	2,500,00	2,500,00	2,500,00	2,500,00	30,000,00
3.390.000.000.00.00.00	Aplicacoes Diretas	5,833,33	5,833,33	5,833,33	5,833,33	5,833,33	5,833,33	5,833,33	5,833,33	5,833,33	5,833,33	5,833,33	5,833,33	5,833,37	70,000,00
4.490.000.000.00.00.00	Aplicacoes Diretas	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,74	2,000,00
	Total Unidade:	10,333,47	10,333,47	10,333,47	10,333,47	10,333,47	10,333,47	10,333,47	10,333,47	10,333,47	10,333,47	10,333,47	10,333,47	10,333,83	124,002,00

Página: 6/19

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Programa Mensal de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Solução: Realização da despesa por Empenho

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

Órgão: 07.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA

Unidade Orçamentária: 07.01 - DIVISÃO DE AGRICULTURA

Código	Especificação	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Agos	Sep	Out	Nov	Dez	Total
11	Trabalho													
11.334	Fomento ao Trabalho													
11.334.0014	GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA													
11.334.0014.2039.56	Incentivo à instalação de novos empreendimentos	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	15.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas													
20	Agricultura													
20.606	Extensão Rural													
20.606.0012	AGRICULTURA SUSTENTÁVEL													
20.606.0012.1026.57	Aquisição de máquinas e veículos	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	500,07	500,07	500,07	500,07	500,07	500,07	500,07	500,07	500,07	500,07	500,07	500,23	6.001,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas													
20.606.0012.2032.58	Celebração e manutenção de convênios EPA	2.083,41	2.083,41	2.083,41	2.083,41	2.083,41	2.083,41	2.083,41	2.083,41	2.083,41	2.083,41	2.083,41	2.083,49	25.001,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	2.083,41	2.083,41	2.083,41	2.083,41	2.083,41	2.083,41	2.083,41	2.083,41	2.083,41	2.083,41	2.083,41	2.083,49	25.001,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas													
20.606.0012.2033.59	Manutenção Pessoal da Secretaria, com veic.	430,00	430,00	430,00	430,00	430,00	430,00	430,00	430,00	430,00	430,00	430,00	430,00	5.160,00
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	18.348,97	18.348,97	18.348,97	18.348,97	18.348,97	18.348,97	18.348,97	18.348,97	18.348,97	18.348,97	18.348,97	18.348,97	220.187,75
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	85,00	85,00	85,00	85,00	85,00	85,00	85,00	85,00	85,00	85,00	85,00	85,00	1.020,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	60.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,74	2.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas													
20.606.0012.2034.60	Execução do Programa de distribuição de cal	1.666,74	1.666,74	1.666,74	1.666,74	1.666,74	1.666,74	1.666,74	1.666,74	1.666,74	1.666,74	1.666,74	1.666,86	20.001,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	1.666,74	1.666,74	1.666,74	1.666,74	1.666,74	1.666,74	1.666,74	1.666,74	1.666,74	1.666,74	1.666,74	1.666,86	20.001,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas													
20.606.0012.2035.61	Realização da Festa do Colono	1.985,08	1.985,08	1.985,08	1.985,08	1.985,08	1.985,08	1.985,08	1.985,08	1.985,08	1.985,08	1.985,08	1.985,12	23.821,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	83,41	83,41	83,41	83,41	83,41	83,41	83,41	83,41	83,41	83,41	83,41	83,49	1.001,00
20.606.0012.2036.62	Fomento e incentivo à diversificação das prop	4.166,74	4.166,74	4.166,74	4.166,74	4.166,74	4.166,74	4.166,74	4.166,74	4.166,74	4.166,74	4.166,74	4.166,86	50.001,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	83,41	83,41	83,41	83,41	83,41	83,41	83,41	83,41	83,41	83,41	83,41	83,49	1.001,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas													
20.606.0012.2037.55	Manutenção de máquinas, implementos e veic	9.166,74	9.166,74	9.166,74	9.166,74	9.166,74	9.166,74	9.166,74	9.166,74	9.166,74	9.166,74	9.166,74	9.166,86	110.001,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,24	2,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas													
20.606.0013	PAMEC													
20.606.0013.2038.63	Contratação de serviços terceirizados, manut	46.683,29	46.683,29	46.683,29	46.683,29	46.683,29	46.683,29	46.683,29	46.683,29	46.683,29	46.683,29	46.683,29	46.683,29	560.200,75
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	46.683,29	46.683,29	46.683,29	46.683,29	46.683,29	46.683,29	46.683,29	46.683,29	46.683,29	46.683,29	46.683,29	46.683,29	560.200,75
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas													
Total Unidade:		46.683,29	46.683,29	46.683,29	46.683,29	46.683,29	46.683,29	46.683,29	46.683,29	46.683,29	46.683,29	46.683,29	46.683,29	560.200,75

Página: 7/19

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Programa Mensal de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)
 Seleção: Realização de despesas por Empenho

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO
Órgão: 08.00 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS
Unidade Orçamentária: 08.01 - DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS

Código	Especificação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
15	Urbanismo													
15.451	Infra-Estrutura Urbana													
15.451.0021	URBANISMO													
15.451.0021.1042.64	Abrutura e pavimentação de ruas e avenidas	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,37	4.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.666,49	1.666,49	1.666,49	1.666,49	1.666,49	1.666,49	1.666,49	1.666,49	1.666,49	1.666,49	1.666,49	1.666,49	19.999,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas													
15.451.0021.1043.65	CONSTRUÇÃO DO PORTAL TURISTICO	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,24	2,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas													
15.451.0021.1044.66	CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS E JARDINS	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,24	2,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas													
15.451.0021.1045.67	AQUISIÇÃO E DESAPROPRIÇÃO DE MOV	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,24	2,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas													
15.451.0021.2086.68	Manutenção e conservação das ruas, com aja	2.583,08	2.583,08	2.583,08	2.583,08	2.583,08	2.583,08	2.583,08	2.583,08	2.583,08	2.583,08	2.583,08	2.583,12	30.897,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,37	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas													
15.451.0021.2089.69	Manutenção e Ampliação dos serviços de Ilum	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	36.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,37	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas													
15.451.0021.2090.70	MANUTENÇÃO PESSOAL	20.833,33	20.833,33	20.833,33	20.833,33	20.833,33	20.833,33	20.833,33	20.833,33	20.833,33	20.833,33	20.833,33	20.833,37	250.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	20.833,41	20.833,41	20.833,41	20.833,41	20.833,41	20.833,41	20.833,41	20.833,41	20.833,41	20.833,41	20.833,41	20.833,49	250.001,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	833,41	833,41	833,41	833,41	833,41	833,41	833,41	833,41	833,41	833,41	833,41	833,49	10.001,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas													
	Total Unidade:	51.750,27	51.750,27	51.750,27	51.750,27	51.750,27	51.750,27	51.750,27	51.750,27	51.750,27	51.750,27	51.750,27	51.751,03	621.004,00

Página: 8/19

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Programa Mensal de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

Órgão: 08.00 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS

Unidade Orçamentária: 08.03 - DIVISÃO DE OBRAS

Código	Especificação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
20	Agricultura													
20.782	Transporte Rodoviário													
20.782.0020	ESTRADAS VICINAIS													
20.782.0020.1041.71	PROJETO SERRA VALE													
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,24	2,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,24	2,00
26	Transporte													
26.782	Transporte Rodoviário													
26.782.0020	ESTRADAS VICINAIS													
26.782.0020.1035.72	CONSTRUÇÃO DE PONTES, BUEIROS E TL	7.500,08	7.500,08	7.500,08	7.500,08	7.500,08	7.500,08	7.500,08	7.500,08	7.500,08	7.500,08	7.500,08	7.500,12	90.001,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	2.099,66	2.099,66	2.099,66	2.099,66	2.099,66	2.099,66	2.099,66	2.099,66	2.099,66	2.099,66	2.099,66	2.099,74	25.196,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	2.099,66	2.099,66	2.099,66	2.099,66	2.099,66	2.099,66	2.099,66	2.099,66	2.099,66	2.099,66	2.099,66	2.099,74	25.196,00
26.782.0020.1037.73	CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS, JARDINS, POA													
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	2.696,58	2.696,58	2.696,58	2.696,58	2.696,58	2.696,58	2.696,58	2.696,58	2.696,58	2.696,58	2.696,58	2.696,62	31.999,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	833,41	833,41	833,41	833,41	833,41	833,41	833,41	833,41	833,41	833,41	833,41	833,49	10.001,00
26.782.0020.1039.74	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, EQUIPAMENTOS E													
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	899,91	899,91	899,91	899,91	899,91	899,91	899,91	899,91	899,91	899,91	899,91	899,99	10.799,00
26.782.0020.1040.75	PAVIMENTAÇÃO E ALARGAMENTOS DE RU													
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,86	5.001,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	2.912,83	2.912,83	2.912,83	2.912,83	2.912,83	2.912,83	2.912,83	2.912,83	2.912,83	2.912,83	2.912,83	2.912,87	34.954,00
26.782.0020.2086.76	MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS E													
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	16.696,74	16.696,74	16.696,74	16.696,74	16.696,74	16.696,74	16.696,74	16.696,74	16.696,74	16.696,74	16.696,74	16.696,86	200.001,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,86	5.001,00
26.782.0020.2087.77	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA/PESSOAL													
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	29.166,66	29.166,66	29.166,66	29.166,66	29.166,66	29.166,66	29.166,66	29.166,66	29.166,66	29.166,66	29.166,66	29.166,74	350.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	28.849,22	28.849,22	28.849,22	28.849,22	28.849,22	28.849,22	28.849,22	28.849,22	28.849,22	28.849,22	28.849,22	28.849,33	346.190,75
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,86	5.001,00
Total Unidade:		92.845,71	92.845,71	92.845,71	92.845,71	92.845,71	92.845,71	92.845,71	92.845,71	92.845,71	92.845,71	92.845,71	92.846,94	1.114.146,75

Página: 10/19

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Cronograma Mensal de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Seleção: Realização da despesa por Empenho

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO
Órgão: 09.00 - Fundo de Assistência Social
Unidade Orçamentária: 09.02 - DIVISÃO DO FUNDO HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL

Código	Especificação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
16	Habitação													
16.481	Habitação Rural													
16.481.0015	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA													
16.481.0015.2010.93	MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS HABITAC	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
Total Unidade:		83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00

Página: 11/19

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2020
 Programa Mensal de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Seleção Realização da despesa por 7 Emprego

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

Órgão: 09.00 - Fundo de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 09.03 - DIVISÃO DO FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Código	Especificação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
08	Assistência Social													
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente													
08.243.0016	GESTÃO - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - MÓDULO													
08.243.0016.2044.94	Acolhimento Institucional de Criança e Adolescente													
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	2.687,49	2.687,49	2.687,49	2.687,49	2.687,49	2.687,49	2.687,49	2.687,49	2.687,49	2.687,49	2.687,49	2.687,49	32.250,00
08.243.0017	GESTÃO - ASSISTÊNCIA SOCIAL													
08.243.0017.2054.95	Mobilizações e Campanha de Orientação e Pr	333,32	333,32	333,32	333,32	333,32	333,32	333,32	333,32	333,32	333,32	333,32	333,32	4.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	3.020,81	3.020,81	3.020,81	3.020,81	3.020,81	3.020,81	3.020,81	3.020,81	3.020,81	3.020,81	3.020,81	3.020,81	36.250,00
	Total Unidade:	3.020,81	3.020,81	3.020,81	3.020,81	3.020,81	3.020,81	3.020,81	3.020,81	3.020,81	3.020,81	3.020,81	3.020,81	

Página: 12/19

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Programa Mensal de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)
 Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO
 Órgão: 10.00 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO
 Unidade Orçamentária: 10.01 - DIVISÃO DO MEIO AMBIENTE

Código	Especificação	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Agos	Sep	Out	Nov	Dez	Total
18	Gestão Ambiental													
18.541	Preservação e Conservação Ambiental													
18.541.0018	SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL													
18.541.0018.2066.96	Proteção de Fontes D'água e recuperação de:													
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	1.166,66	1.166,66	1.166,66	1.166,66	1.166,66	1.166,66	1.166,66	1.166,66	1.166,66	1.166,66	1.166,66	1.166,66	14.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	1.000,00
18.541.0018.2067.97	Coleta seletiva e reciclagem de Lixo Rural													
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	15.000,00
18.541.0018.2068.98	Perfuração de poços artesianos													
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,24	2,00
18.541.0018.2069.99	Manutenção/pessoal da Secretaria do Meio Ar													
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,74	50.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	2.833,41	2.833,41	2.833,41	2.833,41	2.833,41	2.833,41	2.833,41	2.833,41	2.833,41	2.833,41	2.833,41	2.833,48	34.001,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,86	5.001,00
18.541.0018.2070.100	IMPLANTAR O SETOR DE DENÚNCIAS/AMB													
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
18.541.0018.2071.101	DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS EDUCATIVOS													
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,24	2,00
	Total Unidade:	9.917,36	9.917,36	9.917,36	9.917,36	9.917,36	9.917,36	9.917,36	9.917,36	9.917,36	9.917,36	9.917,36	9.918,04	119.009,00

Página: 13/19

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Programa Mensal de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Situação: Realização da despesa por Empenho

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO														
Órgão: 10.00 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO														
Unidade Orçamentária: 10.02 - DIVISÃO DE TURISMO														
Código	Especificação	Jan/20	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
23.695	Comércio e Serviços													
23.695.0019	Turismo													
23.695.0019.1032.102	TURISMO E DESENVOLVIMENTO													
06 - Aquisição de máquinas, móveis, equipam														
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	1.666,74	1.666,74	1.666,74	1.666,74	1.666,74	1.666,74	1.666,74	1.666,74	1.666,74	1.666,74	1.666,74	1.666,86	20.001,00
23.695.0019.2072.103	Abertura de Trilhas Ecológicas e diagnósticos													
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,86	5.001,00
23.695.0019.2073.104	CRIAÇÃO DE OFICINAS DE ARTESANATO C													
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	583,41	583,41	583,41	583,41	583,41	583,41	583,41	583,41	583,41	583,41	583,41	583,49	7.001,00
23.695.0019.2074.105	Arborização de Vias públicas, recuperação e n													
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,74	5.000,00
23.695.0019.2075.106	Manutenção/pessoal da Secretaria													
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	60.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	3.333,41	3.333,41	3.333,41	3.333,41	3.333,41	3.333,41	3.333,41	3.333,41	3.333,41	3.333,41	3.333,41	3.333,49	40.001,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,74	416,86	5.001,00
23.695.0019.2076.107	Criação de mapa e sinalização dos pontos tur													
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	3.000,00
23.695.0019.2077.108	Divulgação do potencial turístico do municípi													
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	333,41	333,41	333,41	333,41	333,41	333,41	333,41	333,41	333,41	333,41	333,41	333,49	4.001,00
Total Unidade:		12.500,44	12.500,44	12.500,44	12.500,44	12.500,44	12.500,44	12.500,44	12.500,44	12.500,44	12.500,44	12.500,44	12.501,16	150.006,00

Página: 14/19

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Programa Mensal de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)
 Seleção Realização da despesa por Empenho

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO
 Órgão: 10.00 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO
 Unidade Orçamentária: 10.03 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO

Código	Especificação	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Agos	Sep	Out	Nov	Dez	Total
17	Saneamento													
17.512	Saneamento Básico Urbano													
17.512.0018	SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL													
17.512.0018.2065.109	Fiscalização e indenização sanitária nas resid													
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	916,41	916,41	916,41	916,41	916,41	916,41	916,41	916,41	916,41	916,41	916,41	916,49	10.997,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	208,33	208,33	208,33	208,33	208,33	208,33	208,33	208,33	208,33	208,33	208,33	208,37	2.500,00
	Total Unidade:	1.124,74	1.124,74	1.124,74	1.124,74	1.124,74	1.124,74	1.124,74	1.124,74	1.124,74	1.124,74	1.124,74	1.124,86	13.497,00

Página: 15/19

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2020

Programa Mensal de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

Órgão: 12.00 - GABINETE DO PREFEITO E VICE

Unidade Orçamentária: 12.02 - GABINETE DO PREFEITO E VICE

Código	Especificação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
04	Administração													
04-122	Administração Geral													
04-122.0003	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR													
04-122.0003.1014.110	AQUISIÇÃO DE MOVES, EQUIPAMENTOS E													
4.490.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	833,41	833,41	833,41	833,41	833,41	833,41	833,41	833,41	833,41	833,41	833,41	833,49	10.001,00
04-122.0003.2002.111	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO													
3.190.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	29.166,66	29.166,66	29.166,66	29.166,66	29.166,66	29.166,66	29.166,66	29.166,66	29.166,66	29.166,66	29.166,66	29.166,74	350.000,00
3.390.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,33	13.333,37	160.000,00
4.490.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,74	5.000,00
	Total Unidade:	43.750,06	43.750,06	43.750,06	43.750,06	43.750,06	43.750,06	43.750,06	43.750,06	43.750,06	43.750,06	43.750,06	43.750,34	525.001,00

Página: 16/19

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020
 Programa Mensal de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Seleção Realização da despesa por Empenho

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO
 Órgão: 12.00 - GABINETE DO PREFEITO E VICE
 Unidade Orçamentária: 12.03 - COMDEC

Código	Especificação	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ag	Sep	Out	Nov	Dez	Total
05	Defesa Nacional													
05-182	Defesa Civil													
05-182.0003	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR													
05-182.0003.2095.112	DEFESA CIVIL													
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	250,08	250,08	250,08	250,08	250,08	250,08	250,08	250,08	250,08	250,08	250,08	250,12	3.001,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,24	2,00
	Total Unidade:	250,24	250,24	250,24	250,24	250,24	250,24	250,24	250,24	250,24	250,24	250,24	250,36	3.003,00

Página: 18/19

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Programa Mensal de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)

Situação: Realização da despesa por 7 Emprego

Entidade: 2 - CAMARA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

Órgão: 01.00 - CAMARA DE VEREADORES

Unidade Orçamentária: 01.01 - CAMARA DE VEREADORES

Código	Especificação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dzembro	Total
01	Legislativa													
01.031	Ação Legislativa													
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO													
01.031.0001.1001.1	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFOR													
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	20.000,00
01.031.0001.1003.3	REFORMA													
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	5.000,00
01.031.0001.2001.4	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA CAI													
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	44.658,33	44.658,33	44.658,33	44.658,33	44.658,33	44.658,33	44.658,33	44.658,33	44.658,33	44.658,33	44.658,33	44.658,33	535.900,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas se	1.708,33	1.708,33	1.708,33	1.708,33	1.708,33	1.708,33	1.708,33	1.708,33	1.708,33	1.708,33	1.708,33	1.708,33	20.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	11.458,33	11.458,33	11.458,33	11.458,33	11.458,33	11.458,33	11.458,33	11.458,33	11.458,33	11.458,33	11.458,33	11.458,33	137.500,00
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Oprente	258,33	258,33	258,33	258,33	258,33	258,33	258,33	258,33	258,33	258,33	258,33	258,33	3.100,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	3.000,00
	Total Unidade:	60.833,30	60.833,30	60.833,30	60.833,30	60.833,30	60.833,30	60.833,30	60.833,30	60.833,30	60.833,30	60.833,30	60.833,70	730.000,00

Página: 19/19

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Programa Mensal de Desembolso por Órgão e Unidade Orçamentária (Art. 8º, da L.C. 101/00)
 Seleção: Realização de despesas por Empenho

Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CHAPADÃO DO LAGEADO
Órgão: 0600 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 06.01 - DIVISÃO DO FUNDO DE SAÚDE

Código	Especificação	Janero	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dzembro	Total
10	Saúde													
10.301	Atenção Básica													
10.301.0011	SAÚDE - PRIORIDADE É VOCÊ													
10.301.0011.1028.1	Aquisição de materiais médicos e odontológicos	833,49	833,49	833,49	833,49	833,49	833,49	833,49	833,49	833,49	833,49	833,49	833,61	10.002,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas													
10.301.0011.1028.2	Aquisição de móveis, equipamentos e veículos	1.760,14	1.760,14	1.760,14	1.760,14	1.760,14	1.760,14	1.760,14	1.760,14	1.760,14	1.760,14	1.760,14	1.760,46	21.122,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas													
10.301.0011.1031.3	Aquisição de bens imóveis													
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,12	1,00
10.301.0011.2056.4	Manutenção/Pessoal da Secretaria Municipal													
3.1.71.00.00.00.00.00	Transferência a Consórcios Públicos	560,00	560,00	560,00	560,00	560,00	560,00	560,00	560,00	560,00	560,00	560,00	560,00	6.720,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	32.096,91	32.096,91	32.096,91	32.096,91	32.096,91	32.096,91	32.096,91	32.096,91	32.096,91	32.096,91	32.096,91	32.096,99	385.163,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	150.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	140,00	140,00	140,00	140,00	140,00	140,00	140,00	140,00	140,00	140,00	140,00	140,00	1.680,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	27.584,23	27.584,23	27.584,23	27.584,23	27.584,23	27.584,23	27.584,23	27.584,23	27.584,23	27.584,23	27.584,23	27.584,47	331.011,00
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Opente	9.583,33	9.583,33	9.583,33	9.583,33	9.583,33	9.583,33	9.583,33	9.583,33	9.583,33	9.583,33	9.583,33	9.583,37	115.000,00
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos													
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	499,41	499,41	499,41	499,41	499,41	499,41	499,41	499,41	499,41	499,41	499,41	499,49	5.993,00
10.301.0011.2057.5	Atendimento em clínica geral e médicos especialistas													
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	7.591,91	7.591,91	7.591,91	7.591,91	7.591,91	7.591,91	7.591,91	7.591,91	7.591,91	7.591,91	7.591,91	7.591,99	91.103,00
10.301.0011.2058.6	Realização de exames laboratoriais e distribui													
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	2.249,99	2.249,99	2.249,99	2.249,99	2.249,99	2.249,99	2.249,99	2.249,99	2.249,99	2.249,99	2.249,99	2.250,11	27.000,00
10.301.0011.2059.7	Implantação de Métodos Contraceptivos, com													
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	916,66	916,66	916,66	916,66	916,66	916,66	916,66	916,66	916,66	916,66	916,66	916,74	11.000,00
10.301.0011.2062.8	Execução e manutenção do Programa Saúde													
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	12.916,66	12.916,66	12.916,66	12.916,66	12.916,66	12.916,66	12.916,66	12.916,66	12.916,66	12.916,66	12.916,66	12.916,74	155.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	11.876,64	11.876,64	11.876,64	11.876,64	11.876,64	11.876,64	11.876,64	11.876,64	11.876,64	11.876,64	11.876,64	11.876,96	142.520,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	1.217,15	1.217,15	1.217,15	1.217,15	1.217,15	1.217,15	1.217,15	1.217,15	1.217,15	1.217,15	1.217,15	1.217,35	14.606,00
10.301.0011.2063.9	Reestruturação e reforma dos Postos de Saúde													
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	1.583,15	1.583,15	1.583,15	1.583,15	1.583,15	1.583,15	1.583,15	1.583,15	1.583,15	1.583,15	1.583,15	1.583,35	18.996,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	83,49	83,49	83,49	83,49	83,49	83,49	83,49	83,49	83,49	83,49	83,49	83,61	1.002,00
10.301.0023	PROGRAMA MAIS MEDICOS													
10.301.0023.2011.11	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MAIS MEDIC													
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	3.200,00	3.200,00	3.200,00	3.200,00	3.200,00	3.200,00	3.200,00	3.200,00	3.200,00	3.200,00	3.200,00	3.200,00	38.400,00
10.307	Vigilância em Saúde													
10.307.0011	SAÚDE - PRIORIDADE É VOCÊ													
10.307.0011.2060.14	Manutenção/Pessoal do sistema de Vigilância													
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	1.133,33	1.133,33	1.133,33	1.133,33	1.133,33	1.133,33	1.133,33	1.133,33	1.133,33	1.133,33	1.133,33	1.133,37	13.600,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	468,33	468,33	468,33	468,33	468,33	468,33	468,33	468,33	468,33	468,33	468,33	468,37	5.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	208,33	208,33	208,33	208,33	208,33	208,33	208,33	208,33	208,33	208,33	208,33	208,37	2.500,00
10.307.0011.2061.13	- Manutenção/Pessoal do sistema de Vigilância													
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,66	416,74	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	833,32	833,32	833,32	833,32	833,32	833,32	833,32	833,32	833,32	833,32	833,32	833,48	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	499,99	499,99	499,99	499,99	499,99	499,99	499,99	499,99	499,99	499,99	499,99	500,11	6.000,00
Total Unidade:		130.743,28	130.743,28	130.743,28	130.743,28	130.743,28	130.743,28	130.743,28	130.743,28	130.743,28	130.743,28	130.743,28	130.745,92	1.568.922,00
Total Geral:		944.066,69	944.066,69	944.066,69	944.066,69	944.066,69	944.066,69	944.066,69	944.066,69	944.066,69	944.066,69	944.066,69	944.064,71	11.328.816,30

ANEXO III – EVOLUÇÃO DOS CREDITOS TRIBUTAVEIS

(Art. 13 da Lei de Responsabilidade Fiscal)

INSCRIÇÃO	2017	2018	2019
Divida Ativa Tributária	15.299,77	7.098,64	4.167,52
Divida Ativa não Tributária	35.967,33	47.640,56	35.002,56

Concórdia

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO 002/2019

Publicação Nº 2310170

Município de Concórdia
Fundação Municipal de Esportes de Concórdia - FMEC

CONVOCAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO 002/2019

A Fundação Municipal de Esportes de Concórdia convoca, para que no prazo de 15 dias, a contar da data desta publicação, as Organizações da Sociedade Civil que tiveram as propostas escolhidas, conforme Anexo Único, apresentem plano de trabalho e demais documentos solicitados no edital de chamamento público FMEC 002/2019.

Concórdia – SC, 19 de dezembro de 2019

Fabio Peliser
Superintendente em exercício

ANEXO ÚNICO

Processo de Seleção de Propostas Edital 002/2019 FMEC					
Modalidade (Objeto) / Entidade	Item A	Item B	Item C	Item D	Total
Atletismo					
Associação Concor- diense de Atletismo - ASCOA	2,0	2,0	2,0	2,0	8,0
Corrida de Ruas					
Clube dos Corredores de Concórdia - CCC	4,0	2,0	2,0	1,0	9,0
Basquetebol					
Associação Concor- diense de Basquetebol – ACOB	4,0	2,0	2,0	2,0	10
Basquetebol em Cadei- ra de Rodas					
Associação de Porta- dores Deficiência Física – Águias	4,0	2,0	2,0	2,0	10
Ciclismo					
Associação Concor- diense de Ciclismo - ACC	2,0	2,0	2,0	1,0	7,0
Futebol de Base Ini- ciação					
Associação Esporte Clube Canarinho	2,0	2,0	2,0	1,0	7,0
Futebol de Base					
Associação dos Amigos do Futebol Concor- diense - AAFC	2,0	1,0	1,0	1,0	5,0
Futsal Masculino					
Associação Concor- diense de Futsal – ACF	4,0	2,0	2,0	1,0	9,0
Futsal Masculino de Base					
Associação Atlético Esporte para Todos – Futsal Moleque	4,0	2,0	2,0	1,0	9,0

Judô					
Associação Cultural Esportiva de Judô Concórdia – ACEJC	4,0	2,0	2,0	1,0	9,0
Natação					
Associação de Pais e Amigos da Natação – APAN	4,0	2,0	2,0	2,0	10
Tiro ao Prato Adulto					
Clube Concordeense de Tiro Esportivo	4,0	2,0	2,0	1,0	9,0
Tiro Fogo Central e Pressão					
Clube Esporte Espectacular de Tiro Caça e Pesca	4,0	2,0	2,0	1,0	9,0
Voleibol					
Associação dos Pais e Amigos do Voleibol - APAV	4,0	2,0	2,0	2,0	10
Xadrez					
Clube Concordeense de Xadrez - CCX	4,0	2,0	2,0	1,0	9,0

Fábio José Peliser Jorge Takeo Tokusumi Carina Andréia Mariani Dias
Presidente Membro Membro

ERRATA AO EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2020 - PMC

Publicação Nº 2309964

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA-SC

ERRATA AO EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2020 - PMC

Na publicação nº 2300155, veiculada no Diário Oficial dos Municípios, edição nº 3020, página 440, da data de 06 de janeiro de 2020:
Onde lê-se:

[...]O Secretário Municipal de Educação, torna público que ratificou o ato do Fernando Svillen, Diretor Administrativo, que declarou inexigível a licitação, [...]

[...]NEURI COMIN
Secretário Municipal de Educação[...]

Leia-se:

[...]O Secretário Municipal de Urbanismo e Obras, torna público que ratificou o ato do Alcemir Toldo, Diretor de Urbanismo, em exercício, que declarou inexigível a licitação, [...]

[...]ELTON POLINA
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras[...]

Concórdia, SC, 13 de janeiro de 2020

ELTON POLINA
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 4/2019 – FMS

Publicação Nº 2310422

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 4/2019 – FMS

ESPÉCIE: Convênio que celebram entre si o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS e a BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL – HOSPITAL SÃO FRANCISCO, para os fins que específica.

OBJETO: O objeto do convênio é o repasse de recursos do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE à BENEFICENCIA CAMILIANA DO SUL – HOSPITAL SÃO FRANCISCO objetivando a manutenção da prestação de assistência à saúde oferecida a população usuária do Sistema Único de Saúde, SUS, do Município de Concórdia, no pronto-socorro do Hospital São Francisco, em atendimentos aos casos de urgência e emergência por meio de escala de sobreaviso nas especialidades de Clínica Médica, Pediatria, Gineco-Obstetrícia, Cirurgia Geral, Anestesiologia, Neurocirurgia, Ortopedia e Traumatologia, Cirurgia Vascular e Cardiologia; e nas especialidades de Oftalmologia, Pneumologia, Otorrinolaringologia, Urologia e Psiquiatria, mediante chamados, cujos profissionais serão acionados pelo especialista que estiver atendendo ao usuário.

VALOR: R\$ 1.357.339,20 (um milhão, trezentos e cinquenta e sete mil, trezentos e trinta e nove reais e vinte centavos).

PRAZO: A vigência deste Convênio é de 1º de janeiro até 31 de dezembro de 2020.

DATA DA ASSINATURA: 23 de dezembro de 2019.

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 11/2020

Publicação Nº 2310165

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 11/2020

ESPÉCIE: Termo de Colaboração celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES e a ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA ESPORTE PARA TODOS, inscrita no CNPJ sob o nº 80.623.374/0001-00, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor ITAMAR BIONDO.

OBJETO: A presente parceria tem por objeto o projeto de formação esportiva na modalidade de Futsal masculino, com atendimento à categoria Sub 16. Realizar atividades nas fases de treinamento e formação de equipe de rendimento para participação de amistosos, competições regionais e estaduais, sendo que a equipe terá que representar o Município de Concórdia no evento "Evolution Cup – Mundo do Futsal" prevista para Janeiro de 2020, em ao menos uma competição a nível estadual, e na OLESC (Olimpíada Estudantil Catarinense) conforme o calendário da FESPORTE, através do repasse financeiro, para a PARTÍCIPE, na forma do Plano de trabalho apresentado, conforme art. 42, parágrafo único, da Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações.

VALOR: R\$ 16.000,00

PRAZO: Até 30/11/2020

DATA DA ASSINATURA: 14 de janeiro de 2020.

Cordilheira Alta

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROC. 15/2020 PREGÃO PRESENCIAL RP 02/2020

Publicação Nº 2310125

Estado de Santa Catarina
Município de Cordilheira Alta
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, representado por seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis, conforme informações abaixo:

Processo Administrativo n. 15/2020
Pregão Presencial RP n. 02/2020
Tipo: Menor preço por Lote

Objeto: A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE UNIFORME ESCOLAR PARA ALUNOS E PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL, conforme especificações constantes no anexo "A" deste edital.

Entrega dos Envelopes: até às 08:30 horas do dia 27/01/2020.
Abertura dos Envelopes: 09:30 horas do dia 27/01/2020.

O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente, ou ainda no site www.pmcordi.sc.gov.br. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.
Cordilheira Alta, 13 de janeiro de 2020.

CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito Municipal

GABARITO PRELIMINAR PS 006/2019

Publicação Nº 2310057

PROCESSO SELETIVO N.º 006/2019

GABARITO PRELIMINAR

O Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, Sr. Carlos Alberto Tozzo, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, o Gabarito Preliminar referente ao Processo Seletivo n.º 006/2019, destinado a contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária e de excepcional interesse público.

1. Apresentamos abaixo o Gabarito Preliminar da prova escrita/objetiva do Processo Seletivo n.º 006/2019, do Município de Cordilheira Alta (SC), conforme segue:

ALFABETIZADO

Língua Portuguesa

01 – A	02 – C	03 – D	04 – E	05 – A
--------	--------	--------	--------	--------

Conhecimentos Gerais

06 – D	07 – D	08 – B	09 – A	10 – A
--------	--------	--------	--------	--------

Auxiliar de Serviços Gerais

11 – A	12 – B	13 – D	14 – E	15 – B	16 – E	17 – B	18 – A	19 – D	20 – B
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

Operador de Máquinas

11 – A	12 – B	13 – E	14 – B	15 – A	16 – E	17 – A	18 – C	19 – B	20 – A
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

ENSINO MÉDIO**Língua Portuguesa**

01 – E	02 – C	03 – B	04 – E	05 – C
--------	--------	--------	--------	--------

Conhecimentos Gerais

06 – D	07 – D	08 – B	09 – A	10 – A
--------	--------	--------	--------	--------

Agente Comunitário de Saúde

11 – A	12 – B	13 – D	14 – E	15 – D	16 – A	17 – B	18 – D	19 – B	20 – B
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

Agente de Combate às Endemias

11 – A	12 – B	13 – B	14 – D	15 – A	16 – C	17 – E	18 – A	19 – D	20 – B
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

Assistente Odontológico

11 – A	12 – B	13 – D	14 – E	15 – D	16 – A	17 – A	18 – D	19 – D	20 – D
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

ENSINO SUPERIOR**Língua Portuguesa**

01 – D	02 – E	03 – D	04 – B	05 – C
--------	--------	--------	--------	--------

Conhecimentos Gerais

06 – D	07 – D	08 – B	09 – A	10 – A
--------	--------	--------	--------	--------

Assistente Social

11 – D	12 – B	13 – E	14 – B	15 – A	16 – E	17 – C	18 – B	19 – A	20 – C
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

Engenheiro Civil

11 – D	12 – B	13 – C	14 – C	15 – B	16 – D	17 – C	18 – E	19 – A	20 – A
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

Médico Clínico Geral

11 – D	12 – A	13 – C	14 – E	15 – A	16 – A	17 – D	18 – E	19 – D	20 – A
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

Médico Especialista - Ginecologista

11 – E	12 – D	13 – E	14 – A	15 – D	16 – C	17 – E	18 – E	19 – D	20 – A
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

Professor(a) de Educação Especial - Habilitado

11 – C	12 – B	13 – C	14 – D	15 – D	16 – A	17 – D	18 – D	19 – E	20 – E
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

Professor(a) de Educação Física e Atividades Esportivas - Habilitado

11 – E	12 – C	13 – A	14 – A	15 – C	16 – B	17 – D	18 – C	19 – D	20 – D
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

Professor(a) de Educação Física e Atividades Esportivas - Não Habilitado

11 – E	12 – C	13 – A	14 – A	15 – C	16 – B	17 – D	18 – C	19 – D	20 – D
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

Professor(a) de Educação Infantil (Creche e Pré-Escola) - Habilitado

11 – C	12 – B	13 – C	14 – C	15 – C	16 – B	17 – E	18 – C	19 – D	20 – D
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

Professor(a) de Educação Infantil (Creche e Pré-Escola) - Não Habilitado

11 – C	12 – B	13 – C	14 – C	15 – C	16 – B	17 – E	18 – C	19 – D	20 – D
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

Professor(a) de Ensino Fundamental (Anos Iniciais) - Habilitado

11 – D	12 – D	13 – A	14 – B	15 – E	16 – A	17 – E	18 – C	19 – D	20 – E
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

Professor(a) de Ensino Fundamental (Anos Iniciais) - Não Habilitado

11 – D	12 – D	13 – A	14 – B	15 – E	16 – A	17 – E	18 – C	19 – D	20 – E
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

Professor(a) de Ensino Religioso - Habilitado

11 – B	12 – E	13 – D	14 – A	15 – C	16 – C	17 – A	18 – D	19 – E	20 – C
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

Professor(a) de Ensino Religioso - Não Habilitado

11 – B	12 – E	13 – D	14 – A	15 – C	16 – C	17 – A	18 – D	19 – E	20 – C
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

Professor(a) de Geografia - Habilitado

11 – A	12 – B	13 – C	14 – D	15 – E	16 – D	17 – A	18 – C	19 – D	20 – D
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

Professor(a) de Habilidades Artísticas e Culturais - Arte - Habilitado

11 - B	12 - C	13 - D	14 - A	15 - C	16 - E	17 - B	18 - C	19 - D	20 - D
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

Professor(a) de História - Habilitado

11 - A	12 - B	13 - C	14 - D	15 - E	16 - A	17 - B	18 - C	19 - D	20 - D
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

Professor(a) de Inglês - Não Habilitado

11 - A	12 - D	13 - B	14 - E	15 - D	16 - B	17 - D	18 - C	19 - D	20 - D
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

Professor(a) de Língua Portuguesa - Habilitado

11 - C	12 - E	13 - D	14 - B	15 - A	16 - B	17 - D	18 - C	19 - D	20 - D
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

Professor(a) de Língua Portuguesa - Não Habilitado

11 - C	12 - E	13 - D	14 - B	15 - A	16 - B	17 - D	18 - C	19 - D	20 - D
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

Professor(a) de Matemática - Habilitado

11 - A	12 - D	13 - D	14 - A	15 - E	16 - C	17 - D	18 - C	19 - D	20 - D
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

Psicóloga

11 - D	12 - B	13 - C	14 - C	15 - D	16 - B	17 - A	18 - E	19 - D	20 - D
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

2. É facultado ao candidato interpor recurso contra as questões da prova escrita/objetiva à empresa responsável pelo Processo Seletivo, Alternative Concursos, exclusivamente através do e-mail recursos@alternativeconcursos.com.br, no prazo de 14 e 15 de janeiro de 2020, conforme Formulário de Recurso constante em Anexo V, com a estrita observância ao disposto no Capítulo 10 do Edital, em especial ao item 10.2.

3. O presente documento entra em vigor na data de sua publicação.

4. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Cordilheira Alta (SC), 13 de janeiro de 2020.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

ANDRÉ RODRIGUES

Comissão de Acompanhamento

RESPOSTA PEDIDO DE CANCELAMENTO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROC. 123/2019

Publicação Nº 2309775

PROCESSO LICITATÓRIO: 123/2019

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS: 54/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 34/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE, MOBILIÁRIOS E ELETRODOMÉSTICOS

RESPOSTA AO PEDIDO DE CANCELAMENTO DE REGISTRO DE PREÇOS

Trata-se de manifestação apresentada pela empresa ATENA COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA, aspirando o cancelamento do registro de preços consignados na Ata nº 34/2019, firmada em 30/10/2019.

Cumprasse assinalar que, a empresa instrui tal pedido com os seguintes documentos: Requerimento, Procuração e Contrato Social, enviados para o e-mail compras@pmcordi.sc.gov.br, na data de 13/12/2019.

Registra-se que, a empresa ATENA COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA logrou vencedora exclusivamente dos itens nº 16 e 17, do Processo Licitatório nº 123/2019, Pregão Presencial Registro de Preços nº 54/2019, conforme tabela a seguir:

Item	Quant.	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
16	21,00	un	LG- DUAL INVERTER	CLIMATIZADOR INSTALADO COM ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DE:- SISTEMA INVERTER QUENTE E FRIO,18.000 BTUS, CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS, ALIMENTAÇÃO (VOLTS): 220V, CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA CLASSE A;CONSUMO DE ENERGIA PROCEL (KWH/MÊS): 34,2;TIPO DO CONDENSADOR: AXIAL FRONTAL; TIPO DE TECNOLOGIA DO COMPRESSOR: DUAL INVERTER;- CONTROLE DA DIREÇÃO DO AR (PARA CIMA - PARA BAIXO): AUTOMÁTICO;CONTROLE DE TEMPERATURA ESTÁVEL;TIMER;REGULAGEM DE VELOCIDADE DE VENTILAÇÃO:SLEEP;SWING;- TURBO;FILTRO ANTI-BACTÉRIA;- DESUMIDIFICAÇÃO;MATERIAL DA SERPENTINA: COBRE;PROTEÇÃO ANTI-CORROSÃO;CONTROLE DA DIREÇÃO DO AR (ESQUERDA - DIREITA): MANUAL;INDICADOR DE TEMPERATURA NA EVAPORADORA;- FREQUÊNCIA: 60.	2.932,00	61.572,00

17	6,00	un	LG- DUAL INVERTER	CLIMATIZADOR DE AR 9.000 BTUS, INSTALADO, COM ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DE: SISTEMA INVERTER QUENTE E FRIO, 09.000 BTUS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS; ALIMENTAÇÃO (VOLTS): 220V; CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA CLASSE A; CONSUMO DE ENERGIA PROCEL (KWH/MÊS): 34,2; TIPO DO CONDENSADOR: AXIAL FRONTAL ; TIPO DE TECNOLOGIA DO COMPRESSOR: DUAL INVERTER ; CONTROLE DA DIREÇÃO DO AR (PARA CIMA - PARA BAIXO): AUTOMÁTICO; CONTROLE DE TEMPERATURA ESTÁVEL , TIMER; REGULAGEM DE VELOCIDADE DE VENTILAÇÃO; SLEEP; SWING; TURBO; FILTRO ANTI-BACTÉRIA; DESUMIDIFICAÇÃO; MATERIAL DA SERPENTINA: COBRE ; PROTEÇÃO ANTI-CORROSÃO ; CONTROLE DA DIREÇÃO DO AR (ESQUERDA - DIREITA): MANUAL ; INDICADOR DE TEMPERATURA NA EVAPORADORA; FREQUÊNCIA: 60.	2.077,00	12.462,00
					Valor Total:	R\$ 74.034,00

Alega, em síntese, que no presente caso o fato superveniente decorrente de caso fortuito ou força maior prejudica o cumprimento da ata, em razão do aumento de custo dos produtos.

Da análise do pleito, constata-se que a empresa ATENA COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA não apresenta comprovação que sustente e assegure o acolhimento de seu pedido.

Nesse sentido, o artigo 21 do Decreto Federal nº 7.892/2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no artigo 15 da Lei 8.666/1993, dispõe:

“Artigo 21 - O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor. ”

Ainda, o artigo 43, § 6º da Lei 8.666/1993, estabelece ser inaceitável a desistência da proposta após a fase de habilitação, “salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão. ”

Em que pese a empresa ter apresentado requerimento visando o cancelamento do registro de preços, não restou demonstrado pela requerente ATENA COMERCIO DE MÓVEIS LTDA a impossibilidade de cumprimento das obrigações.

Portanto, levando-se em consideração que um dos objetivos do procedimento licitatório é o de selecionar a proposta mais vantajosa, espera-se que ela seja feita com acuidade e seriedade pelo interessado em contratar com a Administração Pública.

Insta salientar que, a Ata de Registro de Preços nº 34/2019, dispõe expressamente as sanções aplicáveis no caso de descumprimento contratual, nos termos a seguir:

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

(...)

8.5. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a empresa contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

8.6. Pelo atraso injustificado na execução do contrato, sujeita-se a CONTRATADA à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

8.7. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá garantir a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal 8.666/1999, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida.

8.8. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.”

Ante as circunstâncias apresentadas, decido por NÃO ACOLHER o pedido de cancelamento do registro de preços, formulado pela empresa ATENA COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA, diante da ausência de instrução probatória, não trazendo aos autos nenhum acréscimo significativo além do documento apresentado que justificasse o cancelamento.

Cumpra evidenciar, que o pleito de cancelamento de preços registrados em ata só merecerá provimento por parte da Administração Pública quando da comprovação, pelo fornecedor, da ocorrência de “caso fortuito” ou “força maior”.

Frente ao exposto, a contratada deverá cumprir com o objeto do edital, conforme autorizações de fornecimento (quando emitidas), sob pena de descumprimento contratual.

É a decisão.

Publique-se e intemem-se.

Cordilheira Alta/SC, 27 de dezembro de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Coronel Freitas

PREFEITURA

TERMO DE POSSE DOS CONSELHEIROS TUTELARES

Publicação Nº 2310130

TERMO DE POSSE DOS(AS) CONSELHEIROS(AS) TUTELARES
GESTÃO 2020-2024
MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS/SC

No décimo dia do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte, às nove horas, na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal, no Município de Coronel Freitas foi dada posse, pela Prefeita Municipal, em exercício, senhora Isaura Candida Provin e de acordo com a Lei Federal nº 8.069/1990, com a Resolução n. 170/2014 do CONANDA e Lei Municipal nº 1334/2003, aos (às) Conselheiros (as) Tutelares Titulares do Município de Coronel Freitas SC, eleitos (as) no dia seis de outubro de dois mil e dezenove em processo de escolha conduzido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), para um mandato de 04 (quatro) anos, a contar da data de hoje. O presente Termo de Posse será datado e assinado pelos (as) Conselheiros (as) Tutelares eleitos. Coronel Freitas/SC, 10 de janeiro de 2020.

Isaura Candida Provin
Prefeita Municipal

Conselheiros Tutelares titulares eleitos e empossados na data de hoje:

Katia Lunardi Martinelli

Odinéia Gonçalves Brugalli

Fabiane Soares

Clarice Justina Gollo Debortolli

Samoel Henrique Casagrande

Coronel Martins

PREFEITURA

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO N. 01/2020, TOMADA DE PREÇO 01/2020

Publicação Nº 2309675

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS – SC
PROCESSO LICITATÓRIO N. 01/2020
TOMADA DE PREÇO Nº 01/2020

O Município de Coronel Martins – SC comunica que em observância aos princípios da administração pública, em razão da Tomada de Preço nº 01/2020 ter restado deserta na data de 07/01/2020, a qual objetiva a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, VISANDO À REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DO GRUPO ESCOLAR MUNICIPAL MONTEIRO LOBATO CONFORME PROJETO E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS EM EDITAL E EM SEUS ANEXOS. O presente certame ficará remarcado para a data do dia 28/01/2020 os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 08:45 min, procedendo à abertura às 09:00 min do mesmo dia, sendo que a visita técnica deverá ser efetuada até 03 dias úteis anteriores a abertura do presente certame. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos no site www.coronelmartins.sc.gov.br, e a visita poderá ser agenda junto à sede do Município de Coronel Martins - SC, sito à Rua Porto Alegre nº 47, com o Setor de Licitações, ou através do telefone (49) 3459-0102 em horário de expediente de segunda a sexta-feira.

Coronel Martins - SC, 13 de janeiro de 2020.

Kaue Paulo Schuster
Pregoeiro

DECRETO Nº 006/2020

Publicação Nº 2309823

DECRETO Nº. 006, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.
EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Servidora Pública Municipal Sra. Eloide Terezinha Guisolphi ocupante de cargo de provimento Comissionado de Diretor Geral Assistência Social, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, a partir de 16/01/2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 13 de Janeiro de 2020.

ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Sec. Munic. De Administração, Planejamento e Finanças.

DECRETO Nº 007/2020

Publicação Nº 2309824

DECRETO Nº. 007, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.
DECRETA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES PERTINENTES AO CARGO DE AUXILIAR administrativo e dá outras providências.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO

- a observância dos princípios norteadores da Administração Pública, sendo legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, e da economicidade;
- que Administração Pública, pode rever seus atos a qualquer momento, para fins de atender ao princípio da eficiência para melhor atender aos interesses da coletividade;
- que a Servidora não exercerá mais o cargo em comissão de Secretária de Assistência Social.

DECRETA:

Art. 1º A partir da data de 17 de Janeiro de 2020 a servidora Sra. Rosa Maria Camargo, ocupante do cargo de provimento efetivo passará a desempenhar normalmente as funções pertinentes ao seu cargo, denominado Auxiliar Administrativo, exercendo as funções junto a Secretaria de Assistência Social, do Município de Coronel Martins.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 13 de Janeiro de 2020.

ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Sec. de Adm. Planej. E Finanças

DECRETO Nº 008/2020

Publicação Nº 2309825

DECRETO Nº. 008 DE 13 DE JANEIRO DE 2020

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO AOS SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o disposto no art. 26, da Lei Complementar Municipal n. 034/2013 que estabelece sobre o adicional por tempo de serviço, concedido a cada ano de serviço público efetivo;

Considerando que os servidores farão jus ao adicional a partir do mês seguinte ao que completarem o anuênio;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade;

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido adicional por tempo de serviço ao servidor público efetivo abaixo relacionado, equivalente à conquista de 1% (um por cento) incidente sobre o vencimento do cargo de provimento efetivo.

Nome	Data de Admissão	Nível anterior	Nível atual
Ramon Castilho Ravarena	08/12/2014	1%	2%

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC,
em 13 de Janeiro de 2020

ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra

GIUVANI SCHUSTER
Secretário Municipal de Administração Planejamento e Finanças

PORTARIA Nº 006/2020

Publicação Nº 2310245

PORTARIA Nº.006 DE 13 DE JANEIRO DE 2020
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade, do interesse público e da publicidade;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período de referência que especifica:

01 – Para gozo de 30 (Trinta) dias no período de 20 de Janeiro de 2020 á 18 de Fevereiro de 2020.

NOME	CARGO	REFERENCIA
Joel de Jesus dos Santos	Motorista	03/04/2018 á 02/04/2019

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário,
Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 13 de Janeiro de 2020

ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Secretário de Administração Planejamento e Finanças

PORTARIA Nº 007/2020

Publicação Nº 2310246

PORTARIA Nº.007 DE 13 DE JANEIRO DE 2020
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade, do interesse público e da publicidade;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Férias a Servidora abaixo relacionada, no período de referência que especifica:

01 – Para gozo de 30 (Trinta) dias no período de 03 de Fevereiro de 2020 á 03 de Março de 2020.

NOME	CARGO	REFERENCIA
Roseli Brandalise	Técnica em Enfermagem	02/03/2018 á 01/03/2019

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário,
Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 13 de Janeiro de 2020

ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Secretário de Administração Planejamento e Finanças

PORTARIA Nº 008/2020

Publicação Nº 2310247

PORTARIA Nº.008 DE 13 DE JANEIRO DE 2020

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade, do interesse público e da publicidade;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período de referência que especifica:

01 – Para gozo de 15 (Quinze) dias no período de 10 de Fevereiro de 2020 á 24 de Fevereiro de 2020.

NOME	CARGO	REFERENCIA
Mareci Angelo Trento	Motorista	03/06/2018 á 02/06/2019

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário,
Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 13 de Janeiro de 2020

ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Secretário de Administração Planejamento e Finanças

Correia Pinto**PREFEITURA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 1/2020 PMCP - PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 58/2019 PMCP**

Publicação Nº 2310026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2020 – PMCP PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2019 – PMCP

No dia 17 de dezembro de 2019, compareceram, de um lado O MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 75.438.655/0001-45, com sede administrativa localizada na Avenida Duque de Caxias, n. 3601, Centro, CEP nº. 88535-000, nesta cidade de Correia Pinto/SC, representado pelo Prefeito em exercício, Sr. Casimiro Reuter de Liz, inscrito no CPF sob o nº 196.277.269-15, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 58/2019 PMCP, Processo Licitatório nº. 58/2019 PMCP, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA E PREDIAL NO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC E SUAS SECRETARIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2019/2020, em conformidade com as especificações constantes no Edital. Abaixo segue os licitantes que tiveram itens vencedores:

Nome da Empresa	CNPJ
ELETROCIDADE COMÉRCIO DE ELETROFERRAGENS EIRELI	27.192.870/0001-66
GVC ELETRICIDADE LTDA	08.957.686/0001-15
LENZI FILHOS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA	80.126.840/000-34
MULTILUZ COMERCIAL EIRELI	31.128.170/0001-80
NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA	13.192.721/0001-92
NOVA ERA INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI	06.325.185/0001-90

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pela Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007 e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto e sua Execução

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando: O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA E PREDIAL NO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC E SUAS SECRETARIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2019/2020, tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 30 (trinta) dias, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço por item e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado se torna inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor preço por item.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços ficará vinculada à validade dos créditos orçamentários do ano de 2019, limitado a 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecido ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, II e excepcionalmente nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos desta Lei.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Setor de Licitações e Contratos, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1. 3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos/serviços entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos/serviços nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independentemente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua

capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei nº 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial cumprir as obrigações trabalhistas e previdenciárias de seus colaboradores, bem como fornecer e fiscalizar a correta utilização dos equipamentos de segurança e de proteção individual;

5.3.4. Substituir os produtos/refazer os serviços recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos/serviços já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

5.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de esta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

5.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

5.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

5.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

5.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos/serviços solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. De Fornecimento do(s) produto(s) cotado(s), que será de acordo com as necessidades da contratante, sendo de até 5 dias úteis, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), conforme solicitação, mediante autorização emitida e assinada pelo responsável do setor de compras do Município de Correia Pinto/SC.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. Todas as despesas relativas ao serviço, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo do serviço, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei nº 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.

9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.

9.3. A supressão dos produtos/serviços registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.1.2. Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas faltas leves;

b) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do contrato, ao dia, sobre o valor inadimplente, que não excederá a 20% (vinte por cento) do montante;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.2.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.2. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.2.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.2.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.2.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.2, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Correia Pinto para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo.

Correia Pinto, 13 de janeiro de 2020.

Casimiro Reuter de Liz
Prefeito em Exercício

DETENTORAS DA ATA:

ELETROCIDADE COMÉRCIO DE _____
ELETROFERRAGENS EIRELI

GVC ELETRICIDADE LTDA _____

LENZI FILHOS MATERIAL DE _____
CONSTRUÇÃO LTDA

MULTILUZ COMERCIAL EIRELI _____

NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS _____
AGROPECUARIOS LTDA

NOVA ERA INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE _____
CIMENTO EIRELI

EXTRATO DE CONTRATOS 003/2020 PMCP, 004/2020 FMS, 005/2020 FMAS, 006/2020 FHMCP, 007/2020 FMEC, 008/2020 FIA - CONTRATAÇÃO DIRETA

Publicação Nº 2310078

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATAÇÃO DIRETA

Instrumentos: Contratos nº 003/2020 PMCP
004/2020 FMS
005/2020 FMAS
006/2020 FHMCP
007/2020 FMEC
008/2020 FIA

Partes: Município de Correia Pinto/SC e BETHA SISTEMAS LTDA, CNPJ 00.456.865/0001-67.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de licenças de uso, não exclusiva, mediante contratação de empresa para licenciamento do direito de uso dos aplicativos em ambiente Windows, conforme suas funcionalidades.

Valor dos Contratos: Contrato nº 003/2020 PMCP R\$ 11.505,24 (onze mil, quinhentos e cinco reais e vinte e quatro centavos).
Contrato nº 004/2020 FMS R\$ 1.434,56 (um mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e cinquenta e seis centavos).
Contrato nº 005/2020 FMAS R\$ 1.434,56 (um mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e cinquenta e seis centavos).
Contrato nº 006/2020 FHMCP R\$ 3.517,14 (três mil, quinhentos e dezessete reais e quatorze centavos).
Contrato nº 007/2020 FMEC R\$ 2.172,82 (dois mil, cento e setenta e dois reais e oitenta e dois centavos).
Contrato nº 008/2020 FIA R\$ 642,04 (seiscentos e quarenta e dois reais e quatro centavos).

Vigência: de 13/01/2020 à 12/02/2020.

CASIMIRO REUTER DE LIZ
Prefeito em exercício

EXTRATO DE CONTRATOS N. 011/2020, 012/2020, 013/2020, 014/2020, 015/2020 E 016/2020 PMCP - PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 58/2019 PMCP

Publicação Nº 2309971

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2019 PMCP
EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA E PREDIAL NO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC E SUAS SECRETARIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2019/2020.

Partes: Município de Correia Pinto e ELETROCIDADE COMÉRCIO DE ELETROFERRAGENS EIRELI, CNPJ nº 27.192.870/0001-66
Instrumento: Contrato nº 011/2020 PMCP
Vigência: Da assinatura a 31/12/2020.

Partes: Município de Correia Pinto e GVC ELETRICIDADE LTDA, CNPJ nº 08.957.686/0001-15
Instrumento: Contrato nº 012/2020 PMCP
Vigência: Da assinatura a 31/12/2020.

Partes: Município de Correia Pinto e LENZI FILHOS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ nº 80.126.840/0001-34
Instrumento: Contrato nº 013/2020 PMCP
Vigência: Da assinatura a 31/12/2020.

Partes: Município de Correia Pinto e MULTILUZ COMERCIAL EIRELI, CNPJ nº 31.128.170/0001-80
Instrumento: Contrato nº 014/2020 PMCP
Vigência: Da assinatura a 31/12/2020.

Partes: Município de Correia Pinto e NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA, CNPJ nº 13.192.721/0001-92
Instrumento: Contrato nº 015/2020 PMCP
Vigência: Da assinatura a 31/12/2020.

Partes: Município de Correia Pinto e NOVA ERA INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI, CNPJ nº 06.325.185/0001-90
Instrumento: Contrato nº 016/2020 PMCP
Vigência: Da assinatura a 31/12/2020.

CASIMIRO REUTER DE LIZ
Prefeito em Exercício

ANEXO DE ITENS VENCEDORES - PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 58/2019 PMCP

Publicação Nº 2310031

Página: 1/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 58/2019 Licitação: 58/2019 - PR Data da Homologação: 17/12/2019 Fornecedor: 8032 - LENZI FILHOS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA E									
14	19144	CABO 1KV 6MM	CORFIO	M	360,000	0,0000	2,7500	990,00	Venceu
17	15725	CABO FLEXIVEL 2,5 mm	CORFIO	M	5,000,000	0,0000	0,7500	3.750,00	Venceu
20	40767	CABO MULTIPLEXADO 2X10MM² ENCAPADOS EM PVC; HOMOLOGADO CELESC	CORFIO	MTS	1,000,000	0,0000	2,1500	2.150,00	Venceu
23	19321	CAIXA DE LUZ 2X4 PVC PRETA	METASUL	UN	330,000	0,0000	0,4000	132,00	Venceu
26	19317	CANAleta VENTILADA 30X30	DURIN	UN	330,000	0,0000	15,0000	4.950,00	Venceu
27	26014	CHAVE AUTOMÁTICA PARA COMANDO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA. INVOLUC	EXATRON	UN	70,000	0,0000	199,0000	13.930,00	Venceu
36	26027	Conector cunha de baixa tensão tipo A - Padrão CELESC.	INTELLI	UN	120,000	0,0000	6,7000	804,00	Venceu
37	26028	Conector cunha de baixa tensão tipo B - Padrão CELESC.	INTELLI	UN	120,000	0,0000	6,6000	792,00	Venceu
38	26029	Conector cunha de baixa tensão tipo I - Padrão CELESC.	INTELLI	UN	120,000	0,0000	6,9500	834,00	Venceu
39	26030	Conector cunha de baixa tensão tipo II - Padrão CELESC.	INTELLI	UN	120,000	0,0000	6,9000	828,00	Venceu
40	26031	Conector cunha de baixa tensão tipo III - Padrão CELESC.	INTELLI	UN	120,000	0,0000	6,9000	828,00	Venceu
44	10174	DISJUNTOR 30amp MONOFÁSICO	TRAMONTINA	UN	200,000	0,0000	7,4000	1.480,00	Venceu
47	22356	DISJUNTOR 40 AMP TRIFÁSICO	TRAMONTINA	UN	150,000	0,0000	45,0000	6.750,00	Venceu
51	19933	ELETRODUTO 3/4	TUBO VALE	KG.	80,000	0,0000	6,3500	508,00	Venceu
54	38865	FILTRO DE LINHA 12 SAÍDAS 220 V 10 A	MEGATRON	UN	30,000	0,0000	88,0000	2.640,00	Venceu
57	8576	FIO PARALELO 2 X 2,5 mm	CORFIO	M	4.500,000	0,0000	1,7000	7.650,00	Venceu
58	8577	FIO PARALELO 2 X 4,0 mm	CORFIO	M	5,000,000	0,0000	3,5700	17.850,00	Venceu
59	20770	Fita Alumínio ou aço inoxidável 19mm x 1000 mm	JANDRIGUES	UN	400,000	0,0000	2,0000	800,00	Venceu
60	16734	FITA ISOLANTE 19mmX20 - Rolo	TRAMONTINA	UN	900,000	0,0000	4,2000	3.780,00	Venceu
61	26051	Fita Isolante; 19 mm x 20 m; conforme. NBR5037.	TRAMONTINA	UN	500,000	0,0000	4,5000	2.250,00	Venceu
63	19326	HASTE TERRA COBRE 5/8 2,40m	INTELLI	UN	150,000	0,0000	21,0000	3.150,00	Venceu
64	22384	INTERRUPTOR 2T PARALELO E TOMADA SIST X	ILUMI	UN	600,000	0,0000	11,0000	6.600,00	Venceu
68	24055	INTERRUPTOR EMBUTIR BR 2 TC SIMPLES	TRAMONTINA	UN	250,000	0,0000	7,3500	1.837,50	Venceu
69	22385	INTERRUPTOR EXTERNO PARALELO SIST X	ILUMI	UN	250,000	0,0000	7,0000	1.750,00	Venceu
71	22386	INTERRUPTOR SIMPLES PADRÃO SIST X	ILUMI	UN	520,000	0,0000	5,8700	3.052,40	Venceu
74	22740	Lâmpada Fluorescente Compacta Eletrônica 15W, Tensão 220v	EMPALUX	UN	600,000	0,0000	7,8000	4.680,00	Venceu
75	22741	Lâmpada Fluorescente Compacta Eletrônica 20W, Tensão 220v	EMPALUX	Un.Im	600,000	0,0000	8,4500	5.070,00	Venceu
76	22742	Lâmpada Fluorescente Compacta Eletrônica 25W, Tensão 220v	EMPALUX	UN	600,000	0,0000	9,8500	5.910,00	Venceu
77	22743	Lâmpada Fluorescente Compacta Eletrônica 59W, Tensão 220v	ALUMBRA	UN	600,000	0,0000	40,0000	24.000,00	Venceu
78	26016	Lâmpada Fluorescente Compacta Eletrônica Alta Potencia 105W,	ALUMBRA	UN	600,000	0,0000	75,0000	45.000,00	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 58/2019 Licitação: 58/2019 - PR Forneceador: 8032 - LENZI FILHOS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA E Data da Homologação: 17/12/2019									
81	38846	LAMPADA INCANDESCENTE 100W	EMPALUX	UN	500,000	0,0000	3,8900	1.945,00	Venceu
88	22752	LUMINÁRIA AUTÔNOMA 30 LEDS - LUMINÁRIA AUTÔNOMA DE EMERGÊNCIA	GLITH	UN	300,000	0,0000	13,5000	4.050,00	Venceu
92	19103	PASSA FIO 20 metros	TRAMONTINA	UN	110,000	0,0000	4,2000	462,00	Venceu
100	19232	PINO FÊMEA 3 FUROS 20º PADRÃO NOVO	MEGATRON	UN	500,000	0,0000	16,5000	8.250,00	Venceu
101	19111	PINO MACHO FORTE PAD. BRASIL 3P 20A	TRAMONTINA	UN	180,000	0,0000	3,7000	666,00	Venceu
102	19112	PINO MACHO NYLON 3 x 30A	TRAMONTINA	UN	180,000	0,0000	3,8500	693,00	Venceu
103	22471	PINO MACHO NYLON 2 x 30A	TRAMONTINA	UN	150,000	0,0000	10,8500	1.627,50	Venceu
104	22472	PINO MACHO NYLON 2 x 30A	TRAMONTINA	UN	150,000	0,0000	9,9400	1.491,00	Venceu
106	38855	POSTE JARDIM SOLAR 0,1W	TASCHIBRA	UN	100,000	0,0000	35,0000	3.500,00	Venceu
108	40784	PROJETOR DE LED EM ALUMÍNIO, 50W, 100 A 240 VAC, 50/60HZ, TE	AVANT	UN	50,000	0,0000	50,0000	2.500,00	Venceu
113	26056	Reator vapor de Sódio 70W - 220V . Baixa perda, uso externo.	DEMAPE	UN	500,000	0,0000	31,0000	15.500,00	Venceu
114	38851	REGUA ELETRICA COM 8 TOMADAS	TRAMONTINA	UN	50,000	0,0000	27,0000	1.350,00	Venceu
118	26022	SOQUETE BOCAL E-40, DE PORCELANA VITRIFICADA. CONTATOS EM LA	ENERBLU	UN	200,000	0,0000	5,9000	1.180,00	Venceu
119	22523	TOMADA BIPOLAR 20A EXTERNA	TRAMONTINA	UN	100,000	0,0000	5,4900	549,00	Venceu
120	22524	TOMADA DUPLA RET. EMBUTIR BRANCA TRD - E6M	TRAMONTINA	UN	100,000	0,0000	7,0000	700,00	Venceu
121	24066	TOMADA EMBUTIR BRANCA 10A	TRAMONTINA	UN	100,000	0,0000	3,2000	320,00	Venceu
122	22516	TOMADA EXTERNA TRIFÁSICA 3 x 30A	TRAMONTINA	UN	100,000	0,0000	11,5000	1.150,00	Venceu
123	22525	TOMADA FONE EXTERNO AMERICANO SIST X	ILUMI	UN	100,000	0,0000	8,9000	890,00	Venceu
124	22517	TOMADA FONE FÊMEA - AMER SIST X BEGE	ILUMI	UN	100,000	0,0000	8,3000	830,00	Venceu
125	22526	TOMADA NYLON 2 x 30AMP	LUMIBRAS	UN	100,000	0,0000	10,0000	1.000,00	Venceu
128	22520	TOMADA PADRÃO NOVO 10AMP EXTERNA	TRAMONTINA	UN	120,000	0,0000	4,3000	516,00	Venceu
130	22522	TOMADA SOBREPOR 10AMP	TRAMONTINA	UN	650,000	0,0000	4,4000	2.860,00	Venceu
131	22528	TORNEIRA ELÉTRICA PARA PIA DE COZINHA	ZAGONEL	UN	150,000	0,0000	63,9000	9.585,00	Venceu
Total do Fornecedor ----->					28.810,000			236.360,40	

Nr. do Processo: 58/2019 Licitação: 58/2019 - PR Forneceador: 10994 - GVC ELETRECIDADE ME Data da Homologação: 17/12/2019									
1	26050	(CABO) CONDUTOR FORMADO POR FIOS DE COBRE ELETROLITICO NU, T	Corfio	MT	3.500,000	0,0000	4,9000	17.150,00	Venceu
8	22297	BOCAL DE LUZ PLÁSTICO	Enerbras	UN	330,000	0,0000	2,7100	894,30	Venceu
15	15724	CABO FLEXIVEL 1,5 mm	Corfio	M	5.000,000	0,0000	0,6600	3.300,00	Venceu
24	19955	CAIXA PVC EMBUTIR P 6 DISJUNTOR	Bet	UN	200,000	0,0000	12,5500	2.510,00	Venceu

Página: 3/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Desccto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 58/2019 Licitação: 58/2019 - PR Data da Homologação: 17/12/2019									
Fornecedor: 10994 - GVC ELETRECIDADE ME									
25	24073	CAIXA PVC EMBUTIR P/3 DISJUNTOR	Bet	UN	175,000	0,0000	8,9000	1.557,50	Venceu
41	40775	CONECTOR DE DERIVAÇÃO PERFORANTE PIERCING 10X95MM2 - 1,5-10,	Intelli	UN	500,000	0,0000	5,4000	2.700,00	Venceu
42	9531	CONECTOR P/ HASTE REFORÇADO	Conimel	UN	120,000	0,0000	6,4000	768,00	Venceu
46	22358	DISJUNTOR 40 AMP MONOFÁSICO	Weg	UN	200,000	0,0000	8,4000	1.680,00	Venceu
48	20773	Disjuntor Termomagnético monopolar 40A padrão DIN curva C	Weg	UN	300,000	0,0000	8,6500	2.595,00	Venceu
65	24053	INTERRUPTOR EMBUTIR BR 1 TC SIMPLES	Weg	UN	500,000	0,0000	3,7000	1.850,00	Venceu
66	24054	INTERRUPTOR EMBUTIR BR 1 TC SIMPLES + TOMADA	Weg	UN	300,000	0,0000	8,0500	2.415,00	Venceu
67	24056	INTERRUPTOR EMBUTIR BR 1 TC SIMPLES MADEIRA	Weg	UN	400,000	0,0000	3,9000	1.560,00	Venceu
70	24057	INTERRUPTOR MODULO 1 TC SIMPLES	Weg	UN	520,000	0,0000	2,3500	1.222,00	Venceu
72	40776	ISOLADOR DE PORCELANA, TIPO ROLDANA, NA COR MARROM, 76 X 79,	Germer	UN	100,000	0,0000	5,5500	555,00	Venceu
93	19136	MODULO TOMADA COAXIAL P/ TV E VIDEO	Weg	UN	110,000	0,0000	2,3000	253,00	Venceu
					Total do Fornecedor ----->			41.008,80	
12,255,000									
Nr. do Processo: 58/2019 Licitação: 58/2019 - PR Data da Homologação: 17/12/2019									
Fornecedor: 11307 - Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me									
9	22298	BOCAL DE LUZ PORCELANA	MECTRONIC	UN	430,000	0,0000	2,8000	1.204,00	Venceu
11	19935	BOCAL PORCELANA REFORÇADA	MECTRONIC	UN	500,000	0,0000	2,8400	1.420,00	Venceu
28	897	CHUVEIRO	SINTEX	UN	220,000	0,0000	43,0000	9.460,00	Venceu
117	26023	SOQUETE BOCAL E-27, DE PORCELANA VITRIFICADA, CONTATOS EM LA	mectronic	UN	200,000	0,0000	2,5900	518,00	Venceu
126	22519	TOMADA P/ INSTALAÇÃO DE LUZ - INTERRUPTOR SIMPLES SIST X	ILUMI	UN	420,000	0,0000	7,7500	3.255,00	Venceu
129	22518	TOMADA PARA COMPUTADOR 2P + T 10ª SIST X	ILUMI	UN	200,000	0,0000	6,9000	1.380,00	Venceu
					Total do Fornecedor ----->			17.237,00	
1,970,000									
Nr. do Processo: 58/2019 Licitação: 58/2019 - PR Data da Homologação: 17/12/2019									
Fornecedor: 13389 - NOVA ERA ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI									
2	19964	ABRACADEIRA CX PARA MEDIDOR GALV. FOGO	usaf	UN	60,000	0,0000	9,9000	594,00	Venceu
3	38852	ADAPTADOR TE	real	UN	100,000	0,0000	4,9000	490,00	Venceu

Página: 4/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<p>Nr. do Processo: 58/2019 Licitação: 58/2019 - PR Fornecedor: 13389 - NOVA ERA ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI</p> <p>Data da Homologação: 17/12/2019</p>									
10	24178	BOCAL PLASTICO PENDENTE	meatroni	UN	280,000	0,0000	2,4300	680,40	Venceu
16	15727	CABO FLEXIVEL 10,0 mm	sill	M	5,000,000	0,0000	4,2900	21,450,00	Venceu
18	16080	CABO FLEXIVEL 4mm	sill	MT	5,000,000	0,0000	1,6800	8,400,00	Venceu
19	15726	CABO FLEXIVEL 6,0 mm	sill	M	5,000,000	0,0000	2,4000	12,000,00	Venceu
21	19155	CABO PP 2X1,5	sill	M	2,000,000	0,0000	1,7900	3,580,00	Venceu
22	12455	CABO PP 2X2,5	sill	M	1,300,000	0,0000	2,8000	3,640,00	Venceu
29	40768	CINTA CIRCULAR 190 MM, GALVANIZADO A FOGO COM DUAS PEÇAS + P	ilumi	JOG	50,000	0,0000	15,4000	770,00	Venceu
30	40769	CINTA CIRCULAR 200 MM, GALVANIZADO A FOGO COM DUAS PEÇAS + P	ilumi	JOG	50,000	0,0000	16,2000	810,00	Venceu
31	40770	CINTA CIRCULAR 220 MM, GALVANIZADO A FOGO COM DUAS PEÇAS + P	ilumi	JOG	50,000	0,0000	16,5000	825,00	Venceu
32	40771	CINTA CIRCULAR 240 MM, GALVANIZADO A FOGO COM DUAS PEÇAS + P	ilumi	JOG	50,000	0,0000	16,5000	825,00	Venceu
33	40772	CINTA CIRCULAR 260 MM, GALVANIZADO A FOGO COM DUAS PEÇAS + P	ilumi	JOG	50,000	0,0000	18,0000	900,00	Venceu
34	40773	CINTA CIRCULAR 280 MM, GALVANIZADO A FOGO COM DUAS PEÇAS + P	ilumi	JOG	50,000	0,0000	18,3000	915,00	Venceu
35	40774	CINTA CIRCULAR 300 MM, GALVANIZADO A FOGO COM DUAS PEÇAS + P	ilumi	JOG	50,000	0,0000	19,9500	997,50	Venceu
43	22355	DISJUNTOR 25AMP MONOFÁSICO	weg	UN	200,000	0,0000	7,4900	1,498,00	Venceu
45	22357	DISJUNTOR 35 AMP MONOFÁSICO	weg	UN	200,000	0,0000	9,4500	1,890,00	Venceu
49	24077	ELETRODO 46 3,25mm	workwe	KG	350,000	0,0000	14,9900	5,246,50	Venceu
50	22360	ELETRODUTO 1"	real	KG.	80,000	0,0000	8,5000	680,00	Venceu
52	38850	EXTENÇÃO ELÉTRICA 8 METROS	ilumi	UN	50,000	0,0000	17,3500	867,50	Venceu
53	38849	EXTENÇÃO ELÉTRICA 3 METROS	ilumi	UN	50,000	0,0000	10,3000	515,00	Venceu
55	19312	FILTRO DE LINHA 3 SAIDAS 220V	mx	UN	50,000	0,0000	20,4000	1,020,00	Venceu
56	8579	FIO PARALELO 2 X 1,5mm	sill	M	4,300,000	0,0000	1,2700	5,461,00	Venceu
62	8587	HASTE P/CHUVEIRO 35cm BR 1/2	krona	UN	50,000	0,0000	7,4900	374,50	Venceu
89	38854	LUMINÁRIA LED ILUMINAÇÃO PÚBLICA	tachibra	UN	250,000	0,0000	350,0000	87,500,00	Venceu
105	19937	PLAFON SOLARI	meatroni	UN	250,000	0,0000	11,0000	2,750,00	Venceu
127	22521	TOMADA PADRÃO 2P + 10ª SIST X	meatroni	UN	380,000	0,0000	7,4500	2,831,00	Venceu
Total do Fornecedor ----->					25,300,000			167,510,40	



Página: 5/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 58/2019 - PR Fornecedor: 13408 - Eletrocidade Comércio de Eletroferragens EIRELI Licitação: 58/2019 - PR Data da Homologação: 17/12/2019									
4	40765	ARMAÇÃO VERTICAL (AR1) GALVANIZADA 1 X 1 3/16	OLIVO	UN	100,000	0,0000	9,7000	970,00	Venceu
5	40766	ARRUELA QUADRADA MAQ 16, 38X38X3MM, GALVANIZADA	OLIVO	UN	300,000	0,0000	0,4000	120,00	Venceu
12	26012	BRACO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA 1METRO - RETO, GALVANIZADO POR	OLIVO	UN	200,000	0,0000	25,1700	5.034,00	Venceu
13	26013	BRACO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, GALVANIZADO POR IMERSÃO A QU	OLIVO	UN	200,000	0,0000	82,6000	16.520,00	Venceu
90	26052	LUMINARIA PÚBLICA EM ALUMÍNIO ANODIZADO (INTERIOR E EXTERIOR	OLIVO	UN	100,000	0,0000	39,4400	3.944,00	Venceu
91	26053	LUMINARIA PÚBLICA EM ALUMÍNIO ANODIZADO E SELADO	OLIVO	UN	100,000	0,0000	80,2500	8.025,00	Venceu
94	40777	PARAFUSO FRANCÊS M16 X 45 X 38MM, COM PORCA GALVANIZADO A FO	OLIVO	UN	200,000	0,0000	2,0100	402,00	Venceu
95	40778	PARAFUSO FRANCÊS M16 X 70 X 60MM, COM PORCA GALVANIZADO A FO	OLIVO	UN	200,000	0,0000	2,4900	498,00	Venceu
96	40779	PARAFUSO MÁQUINA M16X150MM COM PORCA, PADRÃO CELESC.	OLIVO	UN	500,000	0,0000	3,6200	1.810,00	Venceu
97	40780	PARAFUSO MÁQUINA M16X200MM COM PORCA, PADRÃO CELESC.	OLIVO	UN	500,000	0,0000	4,2600	2.130,00	Venceu
98	40781	PARAFUSO MÁQUINA M16X250MM COM PORCA, PADRÃO CELESC.	OLIVO	UN	500,000	0,0000	4,9500	2.475,00	Venceu
99	40782	PARAFUSO MÁQUINA M16X300MM COM PORCA, PADRÃO CELESC.	OLIVO	UN	500,000	0,0000	5,8900	2.945,00	Venceu
107	40783	PROJETOR DE LED EM ALUMÍNIO, 30W, 100 A 240 VAC, 50/60HZ, TE	OLIVO	UN	50,000	0,0000	42,5000	2.125,00	Venceu
					Total do Fornecedor ----->			46.998,00	
Nr. do Processo: 58/2019 Fornecedor: 13409 - MULTILUZ COMERCIAL EIRELI Licitação: 58/2019 - PR Data da Homologação: 17/12/2019									
6	26011	BASE PARA RELÉ FOTOELÉTRICO 10A 220V, GIRO DA TOMADA EM 360°	TECNOLINSA	UN	600,000	0,0000	6,7000	4.020,00	Venceu
73	22776	Lâmpada de multivapores metálicos 250W, com as seguintes CA	NSK	UN	500,000	0,0000	24,5000	12.250,00	Venceu
79	22729	Lâmpada Fluorescente Tubular 20W Temperatura de Cor	NSK	UN	600,000	0,0000	5,7000	3.420,00	Venceu
80	22730	Lâmpada Fluorescente Tubular 40W Temperatura de Cor 6400K	NSK	UN	600,000	0,0000	5,6500	3.390,00	Venceu
82	26017	Lâmpada Vapor de Sódio 070W. Bulbo tubular. Base E-27, Flux.	NSK	UN	550,000	0,0000	13,0000	7.150,00	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 6/6

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<p>Nr. do Processo: 58/2019 Licitação: 58/2019 - PR Data da Homologação: 17/12/2019</p> <p>Fornecedor: 13409 - MULTILUZ COMERCIAL EIRELI</p>									
83	26032	Lâmpada Vapor de Sódio 150W. Bulbo Tubular, Clara, Base E-40	NSK	UN	450,000	0,0000	14,0000	6.300,00	Venceu
84	26018	Lâmpada Vapor de Sódio 250W. Bulbo Tubular, Clara, Base E-	NSK	UN	450,000	0,0000	16,0000	7.200,00	Venceu
85	26033	Lâmpada Vapor de Sódio 400W. Bulbo Tubular Clara, Base E-40	NSK	UN	300,000	0,0000	18,0000	5.400,00	Venceu
86	26034	Lâmpada Vapor Metálico 250W. Bulbo Tubular Clara, Base E-40	NSK	UN	300,000	0,0000	25,0000	7.500,00	Venceu
87	26019	Lâmpada Vapor Metálico 400W. Bulbo Tubular Clara, Base E	NSK	UN	300,000	0,0000	28,0000	8.400,00	Venceu
110	26035	Reator vapor de Sódio 150W - 220V . Baixa perda, uso exte.	NSK	UN	500,000	0,0000	43,5000	21.750,00	Venceu
111	26054	Reator vapor de Sódio 250W - 220V . Baixa perda, uso exte	NSK	UN	500,000	0,0000	51,0000	25.500,00	Venceu
112	26055	Reator vapor de Sódio 400W - 220V . Baixa perda, uso exte	NSK	UN	200,000	0,0000	67,5000	13.500,00	Venceu
115	40785	RELE FOTOELÉTRICO, TIPO RM 74/NF, SISTEMA MAGNÉTICO DE CORRE	NSK	UN	500,000	0,0000	13,7500	6.875,00	Venceu
116	26021	Rele Fotoeletrônico para comando de iluminação pública, de	NSK	UN	1.500,000	0,0000	12,0000	18.000,00	Venceu
					Total do Fornecedor ----->		7.850,000	150.655,00	

Correia Pinto, 13 de Janeiro de 2020.

Corupá

PREFEITURA

ERRATA PREGÃO 003/2020

Publicação Nº 2310751

ERRATA AVISO LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2020

Errata referente ao aviso de licitação do Pregão Presencial nº 003/2020 publicado no Diário Oficial dos Municípios – SC, no dia 10/01/2020 edição nº 2307419.

Onde se lê – pág. 08, item 7, letra d:

II - A licitante interessada deverá apresentar Certidão de Conformidade Ambiental expedida pela FATMA ou órgãos municipais habilitados, para empresas que possuem oficina com área útil inferior a 1.000 metros quadrados ou Licença Ambiental de Operação – LAO, expedida pela FATMA ou órgãos municipais habilitados, para empresas que possuem oficina com área útil superior a 1.000 metros quadrados. Ambos dentro da validade.

Leia-se – pág. 08, item 7, letra d:

II - A licitante interessada deverá apresentar, nos termos da legislação vigente, Certidão de Conformidade Ambiental, ou Declaração de Dispensa de tal exigência, expedida por órgão competente (municipal, estadual ou federal, conforme o caso), dentro da validade.

Onde se lê – págs. 27 e 28:

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	TOTAL EM HORAS DOS SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO HORA	VALOR MÁXIMO TOTAL HORA	PERCENTUAL MÍNIMO DE DESCONTO
01	Prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica mecânica e eletro hidráulica para os veículos pesados da frota municipal (caminhonete, micro-ônibus, ônibus e caminhão)	2.000 HORAS	R\$ 110,00	R\$ 220.000,00	
02	DESCONTO MATERIAL (PEÇAS) SOBRE O SISTEMA AUDATEX QUE SERÃO DISPONIBILIZADOS PELA CONTRATANTE, SEM CUSTO ADICIONAL À CONTRATADA				10%

Leia-se – págs. 27 e 28:

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	TOTAL EM HORAS DOS SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO HORA	VALOR MÁXIMO TOTAL HORA	PERCENTUAL DE DESCONTO
01	Prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica mecânica e eletro hidráulica para os veículos pesados da frota municipal (caminhonete, micro-ônibus, ônibus e caminhão)	2.000 HORAS	R\$ 110,00	R\$ 220.000,00	

02	DESCONTO MATERIAL (PEÇAS) SOBRE O SISTEMA AUDATEX QUE SERÃO DISPONIBILIZADOS PELA CONTRATANTE, SEM CUSTO ADICIONAL À CONTRATADA				10%
----	---	--	--	--	-----

Onde se lê – págs. 33 e 44:

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	TOTAL EM HORAS DOS SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO HORA	VALOR MÁXIMO TOTAL HORA	PERCENTUAL MÍNIMO DE DESCONTO
01	Prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica mecânica e eletro hidráulica para os veículos pesados da frota municipal (caminhonete, micro-ônibus, ônibus e caminhão)	2.000 HORAS	xxxxx	xxxxx	
02	DESCONTO MATERIAL (PEÇAS) SOBRE O SISTEMA AUDATEX QUE SERÃO DISPONIBILIZADOS PELA CONTRATANTE, SEM CUSTO ADICIONAL À CONTRATADA			R\$	10%

Leia-se – págs. 33 e 44:

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	TOTAL EM HORAS DOS SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO HORA	VALOR MÁXIMO TOTAL HORA	PERCENTUAL DE DESCONTO
01	Prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica mecânica e eletro hidráulica para os veículos pesados da frota municipal (caminhonete, micro-ônibus, ônibus e caminhão)	2.000 HORAS	xxxxx	xxxxx	
02	DESCONTO MATERIAL (PEÇAS) SOBRE O SISTEMA AUDATEX QUE SERÃO DISPONIBILIZADOS PELA CONTRATANTE, SEM CUSTO ADICIONAL À CONTRATADA			R\$	10%

Devido a retificação do edital a data de abertura foi alterada, conforme informações abaixo:

Recebimento dos envelopes: Até às 09h30min do dia 24/01/2020.

Abertura: às 10h do dia 24/01/2020.

JOSIMAR CALDEIRA
PREGOEIRO

Cunha Porã

PREFEITURA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 55/2019, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2309493

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 55/2019

DAS PARTES: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ E FM PNEUS LTDA; BORILLI PNEUS LTDA; JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA – EPP; RECAPADORA MARRECA LTDA – EPP; A.R PNEUS LTDA; RM PNEUS E RECAPAGENS LTDA – ME; F. WACHILESKI E CIA LTDA .

PROCESSO LICITATÓRIO: 1665/2019

PREGÃO PRESENCIAL: 77/2019

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL, PARCELADA E FUTURA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERVIÇOS DE RECAPAGENS, RECAUCHUTAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS USADOS NAS MÁQUINAS PESADAS, CAMINHÕES E ÔNIBUS PERTENCENTES A FROTA DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ – SC, VISANDO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ – SC.

Empresa Proponente Vencedora:	Valor Total
FM PNEUS LTDA	R\$ 81.300,00
BORILLI PNEUS LTDA	R\$ 46.110,00
JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA EPP	R\$ 43.800,00
RECAPADORA MARRECA - EPP	R\$ 60.420,00
AR PNEUS LTDA EPP	R\$ 23.655,00
R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA ME	R\$ 49.850,00
F. WACHILESKI & CIA LTDA	R\$ 45.130,00

DATA DA ATA: 26 DE DEZEMBRO DE 2019

DA VALIDADE: 26/12/2019 À 25/12/2020

JAIR RIVELINO EBELING – PREFEITO MUNICIPAL.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 56/2019, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2309494

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 56/2019

DAS PARTES: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ E ADELINO BERNARDI – ME E NEREU WEILER 59058781968 – MEI

PROCESSO LICITATÓRIO: 1673/2019

PREGÃO PRESENCIAL: 79/2019

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL, PARCELADA E FUTURA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA PARA CONsertos de PNEUS e Câmaras de Ar, Montagem e Desmontagem de PNEUS, Troca Simples de PNEUS, Alinhamento de Direção e Balanceamento de Rodas, Além do Fornecimento de Reparos para Conserto de PNEUS das Máquinas Pesadas, Caminhões, Ônibus e Veículos Leves Pertencentes a Frota do Município de Cunha Porã – SC, Visando a Manutenção das Atividades das Diversas Secretarias Municipais.

EMPRESA PROPONENTE VENCEDORA	VALOR TOTAL
ADELINO BERNARDI - ME	42.250,00
NEREU WEILER - MEI	51.850,00

DATA DA ATA: 26 DE DEZEMBRO DE 2019

DA VALIDADE: 26/12/2019 À 25/12/2020

JAIR RIVELINO EBELING – PREFEITO MUNICIPAL.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 57/2019, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2309495

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 57/2019

DAS PARTES: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ E REISEBUS AUF TURISMO LTDA - ME

PROCESSO LICITATÓRIO: 1674/2019

PREGÃO PRESENCIAL: 80/2019

DO OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL, PARCELADA E FUTURA REALIZAÇÃO DE

SERVIÇOS DE FRETAMENTO COM VAN/MINIBUS, ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS – ESTUDANTES, PACIENTES, ATLETAS, GRUPO DE IDOSOS, AGRICULTORES E GRUPOS CULTURAIS – COM DISPONIBILIDADE DE MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO, COMBUSTÍVEL E SEGURO TOTAL PARA TODOS OS PASSAGEIROS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC.

ITEM	QUANT.	UND.	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	PROP. VENCEDOR
1	35.000	KMR	FRETAMENTO DE ÔNIBUS COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES: SEMI-LEITO COM NO MÍNIMO 42 POLTRONAS COM DESCANSO PARA PERNAS, SEGURO TOTAL PARA TODOS OS PASSAGEIROS, COM AR CONDICIONADO, CALEFAÇÃO, TOALETE, FRIGOBAR/FRIGOBAR, SOM E VÍDEO AMBIENTE, INCLUINDO MOTORISTA HABILITADO E COMBUSTÍVEL. O VEÍCULO PARA O TRANSPORTE DEVE TER ANO DE FABRICAÇÃO DE NO MÍNIMO 2013.	R\$ 4,90	R\$ 171.500,00	REISEBUS AUF TURISMO LTDA – ME
2	100.000	KMR	FRETAMENTO DE MINI-BUS (VAN) COM NO MÍNIMO 17 POLTRONAS, COM AR CONDICIONADO, SOM AMBIENTE, SEGURO TOTAL PARA TODOS OS PASSAGEIROS, COM DISPONIBILIDADE DE MOTORISTA HABILITADO E COMBUSTÍVEL. O VEÍCULO PARA O TRANSPORTE DEVE TER ANO DE FABRICAÇÃO 2018 OU SUPERIOR.	R\$ 2,96	R\$ 296.000,00	REISEBUS AUF TURISMO LTDA – ME

3	35.000	KMR	FRETAMENTO DE MICRO ÔNIBUS COM NO MÍNIMO 27 LUGARES, BANCO SOFT, COM AR CONDICIONADO, CALEFAÇÃO, FRIGOBAR, SOM E VÍDEO AMBIENTE, SEGURO TOTAL PARA TODOS OS PASSAGEIROS, COM DISPONIBILIDADE DE MOTORISTA HABILITADO E COMBUSTÍVEL. O VEÍCULO PARA O TRANSPORTE DEVE TER ANO DE FABRICAÇÃO DE NO MÍNIMO 2011 OU SUPERIOR.	R\$ 3,77	R\$ 131.950,00	REISEBUS AUF TURISMO LTDA – ME
---	--------	-----	---	----------	----------------	--------------------------------

DATA DA ATA: 27 DE DEZEMBRO DE 2019

DA VALIDADE: 27/12/2019 À 26/07/2020

JAIRO RIVELINO EBELING – PREFEITO MUNICIPAL.

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 221, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2309913

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

Contrato Administrativo nº 221/2019.

Terceiro termo aditivo ao Contrato Administrativo 50/2017

Das Partes: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ E EMPRESA CLEUMIR DAVILA 66815320049 – MEI

Do Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objetivo a prorrogação de prazo e concessão de reajuste para os serviços constantes do Contrato Administrativo nº 50/2017, celebrado em 13 de março de 2017, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS COM PROFISSIONAL HABILITADO PARA MINISTRAR OFICINAS DE MÚSICA E DANÇA, FORNECIDAS PELO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS E CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS COM PROFISSIONAL HABILITADO PARA MINISTRAR OFICINAS DE INSTRUMENTO DE CORDA, DANÇA GAUCHESCA E PREPARAÇÃO VOCAL DO CORAL MUNICIPAL, PROPORCIONADOS PELO DEPARTAMENTO DE CULTURA.

Processo Licitatório: 253/2017

Modalidade: Pregão Presencial nº 19/2017

Do reajuste do Contrato:

ITEM	QUANT.	UND.	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR ORIGINAL	% DE CORREÇÃO	VALOR ATUAL	VALOR TOTAL
1	12	MÊS	OFICINA DE MÚSICA E CANTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTE, IDOSOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, INCLUINDO A CONFEÇÃO DE INSTRUMENTOS COM MATERIAIS ALTERNATIVOS (SUCATAS E MATERIAIS RECICLÁVEIS), COM CARGA HORÁRIA 20 HORAS SEMANAIS.	R\$ 1.680,00	3,9856%	R\$ 1.746,96	R\$ 20.963,52

Data do Contrato: 26/12/2019

Da Vigência do Contrato: 01/01/2020 à 31/12/2020

Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 222, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2309914

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

Contrato Administrativo nº 222/2019.

Terceiro termo aditivo ao Contrato Administrativo 104/2017

Das Partes: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ E EMPRESA RÁDIO IRACEMA LTDA

Do Objeto: O presente aditivo de prazo ocorre em comum acordo entre as partes, conforme previsão na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo nº 104/2017 de 29 de junho de 2017, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE ESPAÇO EM EMISSORA DE RÁDIO, EM ONDAS MÉDIAS, COM PENETRAÇÃO REGIONAL, PARA A DIVULGAÇÃO DE NOTÍCIAS E COMUNICADOS DE INTERESSE DA POPULAÇÃO DE CUNHA PORÃ, BEM COMO A PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE CUNHA PORÃ, ATRAVÉS DE AVISOS, RECADOS DE UTILIDADE PÚBLICA E ENTREVISTAS DURANTE A SEMANA COM DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES E PROGRAMAS DE TODAS AS SECRETARIAS EM EMISSORA AM, NAS QUARTAS-FEIRAS E SÁBADOS, COM DURAÇÃO DE 15 MINUTOS.

Processo Licitatório: 1023/2017

Modalidade: Pregão Presencial nº 59/2017

Do valor do Contrato: R\$ 48.600,00 (quarenta e oito mil e seiscentos reais)

Data do Contrato: 30/12/2019

Da Vigência do Contrato: 01/01/2020 à 31/12/2020

Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 223, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2309915

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

Contrato Administrativo nº 223/2019.

Terceiro termo aditivo ao Contrato Administrativo 105/2017

Das Partes: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ E EMPRESA RÁDIO MORADA DO VERDE LTDA. - ME

Do Objeto: O presente aditivo de prazo ocorre em comum acordo entre as partes, conforme previsão na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo nº 105/2017 de 29 de junho de 2017, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE ESPAÇO EM EMISSORA DE RADIO, EM FREQUENCIA MOLDULADA, COM PENETRAÇÃO LOCAL E REGIONAL, PARA DIVULGAÇÃO DE NOTÍCIAS E COMUNICADOS DE INTERESSE DA POPULAÇÃO CUNHA PORÃ, BEM COMO A PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE CUNHA PORA, ATRAVES DE AVISOS, RECADOS DE UTILIDADE PUBLICA E ENTREVISTAS DURANTE A SEMANA COM DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES E PROGRAMAS DO PODER PUBLICO MUNICIPAL.

Processo Licitatório: 1023/2017

Modalidade: Pregão Presencial nº 59/2017

Do valor do Contrato: R\$ 26.160,00 (vinte e seis mil, cento e sessenta reais)

Data do Contrato: 30/12/2019

Da Vigência do Contrato: 01/01/2020 à 31/12/2020

Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 224, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2309917

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

Contrato Administrativo nº 224/2019.

Terceiro termo aditivo ao Contrato Administrativo 08/2017

Das Partes: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ E ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CUNHA PORÃ – APAE

Do Objeto: O presente aditivo de prazo ocorre em comum acordo entre as partes, conforme previsão na Cláusula Décima Quarta do Contrato Administrativo nº 8/2017, celebrado em 02 de janeiro de 2017, que tem como objeto a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE PARA ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO AMBULATORIAL DE PACIENTES EM REABILITAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR AOS USUÁRIOS DO SUS - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.

Processo Licitatório: 17/2017

Modalidade: Dispensa de Licitação por Inexigibilidade nº 5/2017

Do valor do Contrato: R\$ 206.559,36 (duzentos e seis mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e trinta e seis centavos).

Data do Contrato: 30/12/2019

Da Vigência do Contrato: 01/01/2020 à 31/12/2020

Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 225, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2309918

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

Contrato Administrativo nº 225/2019.

Segundo termo aditivo ao Contrato Administrativo 09/2018

Das Partes: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ E EMPRESA INFO DIGITALE – SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS PARA GESTÃO DOCUMENTAL LTDA – ME

Do Objeto: O presente aditivo de prazo e reajuste ocorre em comum acordo entre as partes, conforme previsão nas Cláusulas Segunda e Terceira do Contrato Administrativo nº 9/2018, celebrado em 02 de janeiro de 2018, que tem como objeto a LOCAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMÁTICA GEDOC (GERENCIADOR ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS) SOB FORMA DE LICENÇA DE USO, NÃO EXCLUSIVA, EM AMBIENTE WINDOWS, destinado ao gerenciamento eletrônico e digitalização dos seguintes documentos administrativos (Atas das Sessões, Audiências Públicas, Contratos, Certidões, Ofícios/Correspondências, Decretos, Editais, Emendas, Indicações, Medidas Provisórias, Moções, Pareceres, Parecer Jurídico, Pedidos de Informação, Projetos de Lei/Leis, Protocolo, Portarias, Relatório de Controle Interno, Requerimentos, Resoluções, Lei Orgânica, Subemendas e Vetos) com o devido acompanhamento de todas as suas fases processuais, de forma ordenada, possibilitando a pesquisa e a visualização de todas as peças e o seu armazenamento digital.

Processo Licitatório: 04/2018

Modalidade: Dispensa de Licitação por Limite de Preços nº 3/2018

Data do Contrato: 30/12/2019

Da Vigência do Contrato: 01/01/2020 à 31/12/2020

Do valor total do Contrato: R\$ 5.733,12 (cinco mil, setecentos e trinta e três reais e doze centavos)

Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 226, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2309922

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

Contrato Administrativo nº 226/2019.

Terceiro termo aditivo ao Contrato Administrativo 69/2017

Das Partes: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ E EMPRESA CONCEITO GESTÃO E GOVERNANÇA PÚBLICA LTDA.

Do Objeto: O presente Termo Aditivo de prazo e reajuste ocorre em comum acordo entre as partes, conforme previsão nas Cláusulas Segunda e Quarta do Contrato Administrativo nº 69/2017, celebrado em 04 de maio de 2017, que tem como objeto a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM SAÚDE PÚBLICA, INCLUINDO A GESTÃO CENTRAL, O PLANEJAMENTO, A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, O TREINAMENTO DE PESSOAL, E AUXÍLIO NA ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS, SENDO: CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO DOS SERVIDORES E DAS EQUIPES DA ESTRATÉGIA DA FAMÍLIA – ESF, NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA – NASF, PROGRAMA NACIONAL DE MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE DA ATENÇÃO BÁSICA – PMAQ/AB, PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA – PSE, DENTRE OUTROS.

Processo Licitatório: 684/2017

Modalidade: Pregão Presencial nº 36/2017

Data do Contrato: 30/12/2019

Da Vigência do Contrato: 01/01/2020 à 31/12/2020

Do valor total do Contrato: R\$ 37.434,84 (trinta e sete mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e oitenta e quatro centavos).

Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 227, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2309924

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

Contrato Administrativo nº 227/2019.

Terceiro termo aditivo ao Contrato Administrativo 52/2017

Das Partes: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ E ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CUNHA PORÃ – ASCUP.

Do Objeto: O presente aditivo de prazo ocorre em comum acordo entre as partes, conforme previsão na Cláusula Terceira do Contrato Administrativo nº 52/2017, celebrado em 13 de março de 2017, que tem como objeto a LOCAÇÃO DE IMÓVEL EDIFICADO EM ALVENARIA, COM APROXIMADAMENTE 800 M², EM PARTE DA CHÁCARA Nº 57, SITUADA NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ, PARA SER UTILIZADO EM REUNIÕES, AUDIÊNCIAS PÚBLICAS, EVENTOS SOCIAIS, CULTURAIS E ESPORTIVOS PROMOVIDOS PELO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ E ENTIDADES/INSTITUIÇÕES POR ELE AUTORIZADOS.

Processo Licitatório: 401/2017

Modalidade: Dispensa de Licitação por Justificativa nº 371/2017

Data do Contrato: 30/12/2019

Da Vigência do Contrato: 01/01/2020 à 31/12/2020

Do valor total do Contrato: R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais)

Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 228, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2309925

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

Contrato Administrativo nº 228/2019.

Segundo termo aditivo ao Contrato Administrativo 06/2018

Das Partes: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ E GRUPO ESCOTEIRO LÍRIOS DO CAMPO DE CUNHA PORÃ/SC.

Do Objeto: O presente aditivo de prazo ocorre em comum acordo entre as partes, conforme previsão na Cláusula Terceira do Contrato Administrativo nº 6/2018, celebrado em 02 de janeiro de 2018, que tem como objeto a LOCAÇÃO PARCIAL DO PRÉDIO COM ÁREA MEDINDO APROXIMADAMENTE 200 M², SITUADO NA RUA 20 DE JULHO, Nº 367, BAIRRO CIDADE ALTA, DESTINADO AO PROGRAMA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC.

Processo Licitatório: 02/2018

Modalidade: Dispensa de Licitação por Justificativa nº 01/2018

Data do Contrato: 30/12/2019

Da Vigência do Contrato: 01/01/2020 à 31/12/2020

Do valor total do Contrato: R\$ 3.000,00 (três mil reais)

Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 229, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2309932

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

Contrato Administrativo nº 229/2019.

Terceiro termo aditivo ao Contrato Administrativo 66/2017

Das Partes: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ E EMPRESA INTELLIBR SISTEMAS LTDA. – ME

Do Objeto: O presente aditivo de prazo e reajuste ocorre em comum acordo entre as partes, conforme previsão na Cláusula Quinta do Contrato Administrativo nº 66/2017, celebrado em 02 de maio de 2017, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO NA ÁREA DE INFORMÁTICA, PARA LICENÇA DE USO DE SOFTWARES PARA GESTÃO ESCOLAR INTEGRADO, COMPREENDENDO SISTEMAS DE: CADASTRO DE UNIDADES ESCOLARES; MATRIZ CURRICULAR; FÓRMULAS DE AVALIAÇÃO; CALENDÁRIO ESCOLAR; ENSINO INFANTIL; ENSINO REGULAR; GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS; CONSULTA, ESTATÍSTICO E GERENCIAL (WEB); E PORTAL DO ALUNO (WEB), BEM COMO SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTO NOS REFERIDOS SISTEMAS, e com base também no Primeiro Termo Aditivo ao contrato supracitado, celebrado em 29 de dezembro de 2017.

Processo Licitatório: 773/2017

Modalidade: Dispensa de Licitação por Limite de Preços nº 720/2017

Data do Contrato: 30/12/2019

Da Vigência do Contrato: 01/01/2020 à 31/12/2020

Do valor total do Contrato: R\$ 3.186,36 (três mil, cento e oitenta e seis reais e trinta e seis centavos)

Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 230, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2309933

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

Contrato Administrativo nº 230/2019.

Segundo termo aditivo ao Contrato Administrativo 42/2018

Das Partes: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ E EMPRESA JULIAN CESAR BONFANTI – ME

Do Objeto: O presente Termo Aditivo de prazo e de reajuste ocorre em comum acordo entre as partes, conforme previsão nas Cláusulas Segunda e Quarta do Contrato Administrativo nº 42/2018, celebrado em 01 de março de 2018, que tem como objeto a EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PODA DE ÁRVORES COM SIMULTÂNEO AMONTOAMENTO, RECOLHA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE GALHOS E FOLHAS RESULTANTES DA PODA, LIMPEZA E AJARDINAMENTOS EM TODOS OS LOCAIS PÚBLICOS TAIS COMO: ESCOLAS, CRECHES, RUAS, AVENIDAS, TREVOS, PRAÇAS, CALÇADAS DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO (INCLUINDO TODOS OS BAIRROS).

Processo Licitatório: 119/2018

Modalidade: Pregão Presencial nº 9/2018

Data do Contrato: 30/12/2019

Da Vigência do Contrato: 01/01/2020 à 31/12/2020

Do valor total do Contrato: R\$ 97.829,64 (noventa e sete mil, oitocentos e vinte e nove reais e sessenta e quatro centavos)

Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 231, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2309935

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ
Contrato Administrativo nº 231/2019.

Terceiro termo aditivo ao Contrato Administrativo 72/2017

Das Partes: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ E EMPRESA CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – CIEE/SC

Do Objeto: O presente aditivo de prazo ocorre em comum acordo entre as partes, conforme previsão na Cláusula Quinta do Contrato Administrativo nº 72/2017, celebrado em 09 de maio de 2017, que tem como objeto a COOPERAÇÃO ENTRE AS PARTES, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES CONJUNTAS CAPAZES DE PROPICIAR “A PROMOÇÃO DA INTEGRAÇÃO AO MERCADO DE TRABALHO”, E A “FORMAÇÃO PARA O TRABALHO”, DE ACORDO COM A LEI Nº 11.788 DE 25 DE SETEMBRO DE 2008 E COM A LEI N. 9.394 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 – LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, ATRAVÉS DO ESTÁGIO, QUE OBRIGATÓRIO OU NÃO, DEVERÁ SER PEDAGOGICAMENTE ÚTIL E POR ISSO, DE INTERESSE CURRICULAR, ENTENDIDO COMO UM ATO EDUCATIVO ESCOLAR SUPERVISIONADO, DESENVOLVIDO NO AMBIENTE DE TRABALHO.

Processo Licitatório: 865/2017

Modalidade: Dispensa de Licitação por Inexigibilidade nº 11/2017

Data do Contrato: 30/12/2019

Da Vigência do Contrato: 01/01/2020 à 31/12/2020

Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 232, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2309936

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ
Contrato Administrativo nº 232/2019.

Quarto termo aditivo ao Contrato Administrativo 07/2017

Das Partes: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ E EMPRESA CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA

Do Objeto: O presente Termo Aditivo estabelece a prorrogação da vigência do Contrato Administrativo nº 7/2017, celebrado em 02 de janeiro de 2017, nos termos do art. 57, II, da Lei Federal nº 8.666/1993, observando-se o limite legal remanescente e em conformidade ao respectivo Contrato firmado pelas partes.

Processo Licitatório: 10/2017

Modalidade: Dispensa de Licitação por Justificativa nº 05/2017

Data do Contrato: 30/12/2019

Da Vigência do Contrato: 01/01/2020 à 31/12/2020

Do valor total do Contrato: R\$ 6.643,56 (seis mil, seiscentos e quarenta e três reais e cinquenta e seis centavos)

Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 233, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2309937

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ
Contrato Administrativo nº 233/2019.

Terceiro termo aditivo ao Contrato Administrativo 03/2017

Das Partes: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ E CELSON EDEMAR BENDER

Do Objeto: O presente aditivo de prazo ocorre em comum acordo entre as partes, conforme previsão na Cláusula Terceira do Contrato Administrativo nº 3/2017, celebrado em 02 de janeiro de 2017, que tem como objeto a LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO DA FAMÍLIA DE MARLENE DA SILVA, RG Nº 4991635, CPF Nº 074.327.249-10, NIS 13215414723, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. IMÓVEL RESIDENCIAL, LOCALIZADO NA ESTRADA SÃO DOMINGOS, Nº 1431, BAIRRO JARDIM NA CIDADE DE CUNHA PORÃ (SC), COM ÁREA APROXIMADA 60,00M².

Processo Licitatório: 05/2017

Modalidade: Dispensa de Licitação por Justificativa nº 02/2017

Data do Contrato: 30/12/2019

Da Vigência do Contrato: 01/01/2020 à 31/12/2020

Do valor total do Contrato: R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais)

Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 234, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2309938

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ
Contrato Administrativo nº 234/2019.

Primeiro termo aditivo ao Contrato Administrativo 03/2019

Das Partes: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ E EMPRESA PRECISA GESTÃO EM TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA

Do Objeto: O presente Termo Aditivo de prazo e reajuste ocorre em comum acordo entre as partes, conforme previsão nas Cláusulas Quarta e Quinta do Contrato Administrativo nº 3/2019, de 02 de janeiro de 2019, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL COM USO POR TEMPO DETERMINADO, HOSPEDAGEM EM SERVIDOR VIRTUAL E ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC

Processo Licitatório: 1816/2018

Modalidade: Pregão Presencial nº 77/2018

Do reajuste do Contrato:

LOTE	ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	VALOR ANTERIOR	% REAJUSTE	VALOR ATUAL	VALOR TOTAL
1	1	12	MÊS	LICENÇA DE USO DE SISTEMA/SOFTWARE DE GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL POR PRAZO DE DETERMINADO.	R\$ 895,00	5,1209%	R\$ 940,83	R\$ 11.289,96
1	2	12	MÊS	HOSPEDAGEM DE SISTEMA DE GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL EM SERVIDOR VIRTUAL "DATACENTER", POR PRAZO DETERMINADO.	R\$ 270,00	5,1209%	R\$ 283,83	R\$ 3.405,96
1	3	50	HORA	HORA TÉCNICA PARA SUPORTE APÓS O PERÍODO DE IMPLANTAÇÃO (INCLUINDO DESPESAS DE DESLOCAMENTO E ESTADIAS).	R\$ 182,00	5,1209%	R\$ 191,32	R\$ 2.2595,84

Data do Contrato: 30/12/2019

Da Vigência do Contrato: 01/01/2020 à 31/12/2020

Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 235, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2309941

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ
Contrato Administrativo nº 235/2019.

Primeiro termo aditivo ao Contrato Administrativo 04/2019

Das Partes: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ E EMPRESA REISEBUS AUF TURISMO LTDA – ME

Do Objeto: O presente Termo Aditivo de prazo e reajuste ocorre em comum acordo entre as partes, conforme previsão nas Cláusulas Terceira e Sexta do Contrato Administrativo nº 4/2019, de 02 de janeiro de 2019, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE FRETAMENTO COM ÔNIBUS DE NO MÍNIMO 28 LUGARES COM MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO, COMBUSTÍVEL E SEGURO TOTAL PARA TODOS OS PASSAGEIROS, PARA REALIZAÇÃO DE TRANSPORTE DIÁRIO DE TRABALHADORES COM SAÍDA DO PERÍMETRO URBANO (PRAÇA DA BANDEIRA) ATÉ A EMPRESA AVIOESTE NA LINHA HUMAITÁ, PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ – SC.

Processo Licitatório: 1882/2018

Modalidade: Pregão Presencial nº 79/2018

Do reajuste do Contrato:

LOTE	ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	VALOR ANTERIOR	% REAJUSTE	VALOR ATUAL	VALOR TOTAL
1	1	12	MÊS	SERVIÇOS DE FRETAMENTO COM ÔNIBUS DE NO MÍNIMO 28 LUGARES, PARA TRANSPORTE DIÁRIO DE TRABALHADORES DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ AOS SEUS LOCAIS DE TRABALHO, QUANDO EMPREGADOS EM EMPRESAS ESTABELECIDAS E QUE GEREM MOVIMENTO ECONÔMICO NO MUNICÍPIO, LOCALIZADAS A DISTÂNCIA IGUAL OU SUPERIOR A 5 QUILOMETROS DO CENTRO DA CIDADE (PRAÇA DA BANDEIRA), TUDO EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 2.633, DE 06 DE MAIO DE 2014. O HORÁRIO DE SAÍDA DO CENTRO DA CIDADE (PRAÇA DA BANDEIRA) SERÁ ÀS 06:40HRS, PERCORRENDO A BR 158, ATÉ A EMPRESA AVIOESTE, LOCALIZADA NA LINHA HUMAITÁ, INTERIOR DE CUNHA PORÃ, COM RETORNO ÀS 17:00HRS.	R\$ 3.980,00	5,1209%	R\$ 4.183,81	R\$ 50.205,72

Data do Contrato: 30/12/2019

Da Vigência do Contrato: 01/01/2020 à 31/12/2020

Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 236, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2309942

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

Contrato Administrativo nº 236/2019.

Primeiro termo aditivo ao Contrato Administrativo 06/2019

Das Partes: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ E EMPRESA MHNET TELECOMUNICAÇÕES EIRELI

Do Objeto: O presente Termo Aditivo de prazo e de reajuste ocorre em comum acordo entre as partes, conforme previsão nas Cláusulas Segunda e Terceira do Contrato Administrativo nº 6/2019, celebrado em 02 de janeiro de 2019, que tem como objeto a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES PARA A IMPLEMENTAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UM LINK DE ACESSO DEDICADO À INTERNET, NA VELOCIDADE DE 80 (OITENTA) MBPS FULL DUPLEX, COM DISPONIBILIDADE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS POR DIA, DURANTE 07 (SETE) DIAS DA SEMANA, A PARTIR DE SUA ATIVAÇÃO ATÉ O TÉRMINO DO CONTRATO, MEDIANTE IMPLANTAÇÃO DE LINK DE COMUNICAÇÃO DE DADOS A SER INSTALADO NA PREFEITURA MUNICIPAL USANDO INFRAESTRUTURA DE FIBRA ÓPTICA, COM FORNECIMENTO DOS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO SERVIÇO E SUPORTE TÉCNICO, PELO PRAZO DE 12 MESES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E DEMAIS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ-SC.

Processo Licitatório: 1894/2018

Modalidade: Pregão Presencial nº 80/2018

Do valor total do Contrato: R\$ 32.350,92 (trinta e dois mil, trezentos e cinquenta reais e noventa e dois centavos).

Data do Contrato: 30/12/2019

Da Vigência do Contrato: 01/01/2020 à 31/12/2020

Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 237, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2309946

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

Contrato Administrativo nº 237/2019.

Primeiro termo aditivo ao Contrato Administrativo 11/2019



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Das Partes: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ E EMPRESA MHNET TELECOMUNICAÇÕES EIRELI

Do Objeto: O presente Termo Aditivo de prazo e de reajuste ocorre em comum acordo entre as partes, conforme previsão nas Cláusulas Segunda e Sexta do Contrato Administrativo nº 11/2019, celebrado em 02 de janeiro de 2019, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – ANATEL, PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE TELEFÔNIA FIXA COMUTADA (STFC), NAS MODALIDADES LOCAL E LONGA DISTÂNCIA NACIONAL – FIXO-FIXO E FIXO-MÓVEL, POR MEIO DE ENTRONCAMENTO E1 OU SIP COM IP DEDICADO, COM DISCAGEM DIRETA A RAMAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC.

Processo Licitatório: 06/2019

Modalidade: Dispensa de Licitação por Limite de Preços nº 05/2019

Do valor total do Contrato: R\$ 17.660,28 (dezesete mil, seiscentos e sessenta reais e vinte e oito centavos)

Data do Contrato: 30/12/2019

Da Vigência do Contrato: 01/01/2020 à 31/12/2020

Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 238, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2309948

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

Contrato Administrativo nº 238/2019.

Segundo termo aditivo ao Contrato Administrativo 15/2018

Das Partes: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ E SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CUNHA PORÃ/SC

Do Objeto: O presente aditivo de prazo ocorre em comum acordo entre as partes, conforme previsão na Cláusula Terceira do Contrato Administrativo nº 15/2018, celebrado em 01 de fevereiro de 2018, que tem como objeto a LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL, COM APROXIMADAMENTE 300M2, LOCALIZADO NA RUA MOURA BRASIL, Nº 859, 2º ANDAR, PARA FINS DE DESENVOLVER AS ATIVIDADES VOLTADAS A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SENDO: CRAS, PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL À FAMÍLIA – PAIF, SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS. INCLUINDO SALA DE REUNIÕES E UMA SALA COM ASCESSIBILIDADE PARA USO EVENTUAL.

Processo Licitatório: 129/2018

Modalidade: Dispensa de Licitação por Justificativa nº 117/2018

Do valor total do Contrato: R\$ 19.800,00 (dezenove mil e oitocentos reais).

Data do Contrato: 30/12/2019

Da Vigência do Contrato: 01/01/2020 à 31/12/2020

Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 239, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2309949

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

Contrato Administrativo nº 239/2019.

Primeiro termo aditivo ao Contrato Administrativo 10/2019

Das Partes: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ E MITRA DIOCESANA DE CHAPECÓ/COMUNIDADE CATÓLICA CRISTO REI

Do Objeto: O presente aditivo de prazo ocorre em comum acordo entre as partes, conforme previsão na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo nº 10/2019, celebrado em 02 de janeiro de 2019, que tem como objeto a LOCAÇÃO DE IMÓVEL TIPO BARRACÃO, PARA USO COMERCIAL COM ÁREA APROXIMADA DE 400 METROS QUADRADOS, CONSTRUÍDO EM ALVENARIA ESTRUTURAL E COBERTO COM TELHAS DE FIBROCIMENTO, SITUADO NA LINHA CRISTO REI, INTERIOR DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC, PERTENCENTE A COMUNIDADE CATÓLICA CRISTO REI/MITRA DIOCESANA DE CHAPECÓ, DESTINADO PARA GUARDA E DEPÓSITO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E BENS MÓVEIS PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL.

Processo Licitatório: 05/2019

Modalidade: Dispensa de Licitação por Justificativa nº 04/2019

Do valor total do Contrato: R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais).

Data do Contrato: 30/12/2019

Da Vigência do Contrato: 01/01/2020 à 31/12/2020

Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 240, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2309950

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

Contrato Administrativo nº 240/2019.

Primeiro termo aditivo ao Contrato Administrativo 08/2019

Das Partes: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ E VOLMIR PAULO SCHWERTZ

Do Objeto: O presente Termo Aditivo de prazo e de reajuste ocorre em comum acordo entre as partes, conforme previsão na Cláusula

Quarta do Contrato Administrativo nº 8/2019, celebrado em 02 de janeiro 2019, que tem como objeto a LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL, TIPO APARTAMENTO QUE PODE SER UTILIZADO TANTO PARA FINS COMERCIAIS E/OU RESIDENCIAIS, COM ÁREA APROXIMADA DE 150 METROS QUADRADOS, (SEGUNDO DADOS DO CADASTRO MUNICIPAL DE IMÓVEL), CONSTRUÍDO EM ALVENARIA ESTRUTURAL, SITUADO NA RUA CLÓVIS BEVILÁQUA, 1133, CENTRO, CUNHA PORÃ/SC, MATRÍCULA 5.253 – CRI/CP, PARA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Processo Licitatório: 03/2019

Modalidade: Dispensa de Licitação por Justificativa nº 02/2019

Do valor total do Contrato: R\$ 14.681,04 (quatorze mil, seiscentos e oitenta e um reais e quatro centavos)

Data do Contrato: 30/12/2019

Da Vigência do Contrato: 01/01/2020 à 31/12/2020

Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 241, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2309952

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

Contrato Administrativo nº 241/2019.

Primeiro termo aditivo ao Contrato Administrativo 83/2019

Das Partes: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ E EMPRESA REUNIDAS TRANSPORTES S/A

Do Objeto: O presente aditivo de prazo ocorre em comum acordo entre as partes, conforme previsão na Cláusula Terceira do Contrato Administrativo nº 83/2019, celebrado em 26 de abril de 2019, que tem como objeto o FORNECIMENTO DE PASSAGENS TERRESTRES, ATRAVÉS DE SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO REGULAR INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS MUNICÍPIOS QUE NECESSITAM DE TRATAMENTO MÉDICO-HOSPITALAR FORA DO DOMICÍLIO, VISANDO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC.

Processo Licitatório: 543/2019

Modalidade: Dispensa de Licitação por Inexigibilidade nº 06/2019

Data do Contrato: 30/12/2019

Da Vigência do Contrato: 01/01/2020 à 31/12/2020

Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 242, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2309954

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

Contrato Administrativo nº 242/2019.

Primeiro termo aditivo ao Contrato Administrativo 13/2019

Das Partes: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ E EMPRESA FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA

Do Objeto: O presente aditivo de prazo ocorre em comum acordo entre as partes, conforme previsão na Cláusula Quinta do Contrato Administrativo nº 13/2019, celebrado em 11 de janeiro de 2019, que tem como objeto o CREDENCIAMENTO DE LABORATÓRIOS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC, COM BASE NA TABELA SUS (SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE), COMPREENDENDO COLETA, ANÁLISE E EMISSÃO DE LAUDO DE RESULTADO.

Processo Licitatório: 01/2019

Modalidade: Dispensa de Licitação por Inexigibilidade nº 01/2019

Data do Contrato: 30/12/2019

Da Vigência do Contrato: 01/01/2020 à 31/12/2020

Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 243, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2309956

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

Contrato Administrativo nº 243/2019.

Primeiro termo aditivo ao Contrato Administrativo 14/2019

Das Partes: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ E EMPRESA LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS E CITOLOGIA SAVIAN LTDA.,

Do Objeto: O presente aditivo de prazo ocorre em comum acordo entre as partes, conforme previsão na Cláusula Quinta do Contrato Administrativo nº 14/2019, celebrado em 16 de janeiro de 2019, que tem como objeto o CREDENCIAMENTO DE LABORATÓRIOS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC, COM BASE NA TABELA SUS (SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE), COMPREENDENDO COLETA, ANÁLISE E EMISSÃO DE LAUDO DE RESULTADO.

Processo Licitatório: 01/2019

Modalidade: Dispensa de Licitação por Inexigibilidade nº 01/2019

Data do Contrato: 30/12/2019

Da Vigência do Contrato: 01/01/2020 à 31/12/2020
Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 244, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2309959

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

Contrato Administrativo nº 244/2019.

Primeiro termo aditivo ao Contrato Administrativo 17/2019

Das Partes: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ E EMPRESA VANDERLEI JANTSCH – ME

Do Objeto: O presente aditivo de prazo ocorre em comum acordo entre as partes, conforme previsão na Cláusula Sexta do Contrato Administrativo nº 17/2019, celebrado em 22 de janeiro de 2019, que tem como objeto a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECCÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS PARCIAIS E TOTAIS, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE COM TRATAMENTO DE SAÚDE BUCAL DE ACORDO COM O PROGRAMA BRASIL SORRIDENTE.

Processo Licitatório: 015/2019

Modalidade: Dispensa de Licitação por Inexigibilidade nº 03/2019

Data do Contrato: 30/12/2019

Da Vigência do Contrato: 01/01/2020 à 31/12/2020

Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 245, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2309961

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

Contrato Administrativo nº 245/2019.

Primeiro termo aditivo ao Contrato Administrativo 21/2019

Das Partes: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ E EMPRESA DIRCEU ANTÔNIO PERONDI – ME

Do Objeto: O presente aditivo de prazo ocorre em comum acordo entre as partes, conforme previsão na Cláusula Sexta do Contrato Administrativo nº 21/2019, celebrado em 28 de janeiro de 2019, que tem como objeto a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECCÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS PARCIAIS E TOTAIS, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE COM TRATAMENTO DE SAÚDE BUCAL DE ACORDO COM O PROGRAMA BRASIL SORRIDENTE

Processo Licitatório: 15/2019

Modalidade: Dispensa de Licitação por Inexigibilidade nº 03/2019

Data do Contrato: 30/12/2019

Da Vigência do Contrato: 01/01/2020 à 31/12/2020

Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 246, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2309963

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

Contrato Administrativo nº 246/2019.

Primeiro termo aditivo ao Contrato Administrativo 75/2019

Das Partes: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ E EMPRESA CLÍNICA ODONTOLÓGICA MARTINELLI LTDA – ME

Do Objeto: O presente aditivo de prazo ocorre em comum acordo entre as partes, conforme previsão na Cláusula Sexta do Contrato Administrativo nº 75/2019, celebrado em 12 de abril de 2019, que tem como objeto a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECCÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS PARCIAIS E TOTAIS, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE COM TRATAMENTO DE SAÚDE BUCAL DE ACORDO COM O PROGRAMA BRASIL SORRIDENTE.

Processo Licitatório: 15/2019

Modalidade: Dispensa de Licitação por Inexigibilidade nº 03/2019

Data do Contrato: 30/12/2019

Da Vigência do Contrato: 01/01/2020 à 31/12/2020

Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

LEI COMPLEMENTAR Nº 77, DE 06 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2310604

LEI COMPLEMENTAR Nº 77, de 6 de janeiro de 2020.

DISPÕE SOBRE A REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE CARREIRA NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE CUNHA PORÃ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIRO RIVELINO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

CAPITULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Esta Lei Complementar dispõe sobre a reformulação do sistema de carreira dos servidores da administração municipal de Cunha Porã, instituído pela Lei Complementar n. 39, de 23 de dezembro de 2010.

Art. 2º. Fica alterado por esta Lei Complementar, o sistema de carreiras na administração direta, destinado a organizar os cargos públicos de provimento efetivo em planos de carreira, fundamentado nos princípios de qualificação profissional e desempenho, objetivando dar continuidade com maior eficiência e eficácia ao serviço público municipal.

Art. 3º. Os cargos da administração pública municipal direta, serão organizados e providos em carreiras, observadas as diretrizes estabelecidas nesta Lei Complementar.

CAPITULO II DA COMPOSIÇÃO DA CARREIRA

Art. 4º. Carreira é o agrupamento de cargos e funções integrantes da estrutura organizacional da administração direta, das autarquias e fundações públicas municipais, observadas a natureza e complexidade das atribuições de acordo com a área de atuação e habilitação profissional.

Parágrafo único. As carreiras compreendem níveis e referências de cargos do mesmo grupo profissional, distribuídos em categorias funcionais reunidas em segmentos distintos de acordo com a escolaridade exigível para o ingresso.

Art. 5º. Grupo profissional é o conjunto de categorias funcionais agrupadas segundo a natureza das atribuições e grau de conhecimento.

Art. 6º. Categoria funcional é a profissão ou conjunto de profissões afins, vinculadas a um grupo profissional.

Art. 7º. Cargo é conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades cometido a um servidor, previsto na estrutura organizacional.

Art. 8º. Nível é a fração menor da unidade de carreira e corresponde à graduação ascendente existente em cada grupo profissional, determinando a progressão funcional.

Parágrafo único. Os níveis serão desdobrados em referências.

Art. 9º. Referência é a graduação ascendente, em cada nível, determinando a progressão funcional horizontal a que correspondem os respectivos vencimentos.

Art. 10. São considerados critérios fundamentais para estruturação das carreiras:

I - análise das atividades identificadas e agrupadas conforme o grau de complexidade e demais requisitos previamente definidos, para fins de hierarquização das carreiras;

II - definição dos requisitos de escolaridade ou experiência exigidas;

III - habilitação profissional.

CAPÍTULO III DO INGRESSO NA CARREIRA

Art. 11. Os cargos de provimento efetivo no serviço público municipal são acessíveis aos brasileiros e, aos estrangeiros, na forma da lei, e o ingresso dá-se na primeira referência do nível inicial da respectiva categoria funcional da carreira, atendidos os requisitos de escolaridade e habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos.

Art. 12. Após homologação do resultado do concurso público, poderão ser nomeados os candidatos habilitados, obedecida à ordem de classificação estabelecida no respectivo regulamento.

Art. 13. Nomeado o servidor municipal cumpre estágio probatório de três anos de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 14. Durante o tempo de validade do concurso, o aprovado excedente será convocado para assumir o cargo, com prioridade sobre os novos concursados na mesma carreira.

CAPÍTULO IV DO PROGRESSO FUNCIONAL

Art. 15. O progresso funcional do servidor na carreira ocorre mediante progressão por cursos de aperfeiçoamento, de dois em dois anos, concedida sempre nos anos ímpares, consistindo na passagem de um nível para outro superior, dentro da mesma categoria funcional e respectivo grupo profissional, e dá-se pela realização de cursos de aperfeiçoamento e especialização na área de atuação e do interesse da administração municipal, observando-se como data base o mês de maio, conforme constante no Anexo I desta Lei.

§ 1º. Para efeitos da progressão vertical a que se refere o caput deste artigo, os cursos de aperfeiçoamento deverão acumular a seguinte carga horária mínima:

- I - Grupo de Serviços Gerais e Auxiliares: 40 (quarenta) horas aula;
- II - Grupos de Serviços Operacionais e de Manutenção: 60 (sessenta) horas aula;
- III - Grupo de Atividade Técnica de Nível Médio: 80 (oitenta) horas aula;
- IV - Grupo de Atividade Técnica de Nível Superior: 100 (cem) horas aula.

§ 2º. Não poderão beneficiar-se da progressão vertical no Grupo de Atividade Técnica de Nível Superior os servidores públicos municipais que não detenham a correspondente habilitação profissional exigida.

§ 3º. Para progressão por cursos de aperfeiçoamento serão computados os certificados dos cursos realizados nos períodos compreendidos entre o dia posterior a data da progressão anterior e a data da nova progressão, não podendo ser usada a mesma carga horária para outras progressões, salvo o excedente não utilizado para o mesmo fim.

§ 4º. As horas excedentes somente poderão ser utilizadas na progressão seguinte, independente da carga horária acumulada, e deverão ser validadas por mais um curso com qualquer carga horária no período previsto no Edital.

CAPÍTULO V

DA ORGANIZAÇÃO DOS QUADROS DE PESSOAL

Art. 16. Os quadros de pessoal dos órgãos ou entidades de que trata o Art. 1º desta Lei estão organizados de acordo com as diretrizes desta Lei, compreendendo:

- I - os cargos em comissão de livre nomeação e exoneração;
- II - os cargos de provimento efetivo;
- III - as funções de chefia, assessoramento e assistência em funções gratificadas.

Parágrafo único. A especificação das atribuições dos cargos e funções, bem como o número de vagas de cada carreira constam no Quadro Único de Pessoal de que tratam os Anexos III, IV e V desta Lei, onde está elencado o índice de remuneração inicial, a carga horária, o vínculo e o número de vagas por categoria funcional.

Art. 17. Os cargos em comissão de livre nomeação e exoneração que integram os quadros de pessoal da administração pública municipal, bem como as funções de confiança são aqueles constantes do Grupo VII do Anexo III da presente Lei Complementar.

Art. 18. Quando o servidor municipal efetivo for nomeado para ocupar cargo comissionado, poderá optar pelo vencimento de seu cargo efetivo acrescido da diferença entre o vencimento do seu cargo efetivo com o vencimento do cargo comissionado.

Parágrafo único. Também, o ocupante de cargo efetivo que for nomeado para ocupar cargo de provimento comissionado poderá optar pela percepção do vencimento do cargo efetivo mais a importância equivalente a 40% (quarenta por cento) sobre o seu cargo comissionado.

Art. 19. Os cargos de provimento efetivo serão reunidos através dos seguintes grupos profissionais:

- I – Grupo I: Serviços Gerais – SEG;
- II – Grupo II: Serviços Auxiliares – SAU;
- III – Grupo III: Serviços Operacionais e de Manutenção – SOM;
- IV – Grupo IV: Atividade Técnica de Nível Médio – ATM;
- V – Grupo V: Atividade Técnica de Nível Superior - ATS.

CAPÍTULO VI

DAS APOSENTADORIAS

Art. 20. Os servidores públicos municipais terão seus proventos de aposentadoria e pensão calculados de acordo com as regras do regime geral de previdência.

Seção I DO QUADRO PERMANENTE

Art. 21. Os ocupantes de cargos existentes nos quadros permanentes dos atuais planos de cargos dos órgãos a que se refere o Art. 1º desta Lei ingressarão nos cargos de carreira do plano de cargos de que trata esta Lei desde que:

- I – tenha ingressado através de concurso público, na forma da legislação vigente;
- II - estejam lotados ou em exercício nos órgãos ou entidades na data da publicação desta Lei;
- III - as atribuições do cargo sejam iguais ou semelhantes àquelas dos cargos de carreira;
- IV - preencham os demais requisitos exigidos para o seu ingresso.

Seção II DO QUADRO SUPLEMENTAR

Art. 22. Os servidores municipais estáveis nos termos do Art. 19, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, permanecerão no Quadro Suplementar, na forma disposta em Regulamento, até a sua completa extinção.

Art. 23. Aos servidores de que trata o artigo anterior, não se aplicam os dispositivos referentes à progressão horizontal estabelecidos nesta Lei.

Art. 24. Os Cargos de Auxiliar de Enfermagem, Assistente Social, Telefonista, Engenheiro Agrônomo e Mecânico ficam sob o regime de cargo em extinção e será definitivamente extinto na medida em que vagar.

Parágrafo único. Os servidores atualmente ocupantes dos cargos de definidos no caput deste artigo se submetem ao regime de progressão previsto nesta Lei e tem assegurados os direitos adquiridos.

Art. 25. Aos ocupantes do cargo de Assistente Administrativo ficam assegurados os direitos adquiridos na vigência da legislação anterior a publicação desta Lei.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 26. A alteração de carga horária de servidor municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de carreira, de (12) doze, 20 (vinte). 30 (trinta) ou 40 (quarenta) horas semanais para mais ou para menos, dependerá de chamamento em edital próprio, sempre observado o quadro de vagas disponível.

§ 1º. No caso de não haver concorrência entre servidores pretendentes, a alteração da carga horária se dará mediante a edição de ato administrativo.

§ 2º. Na alteração da carga horária o servidor municipal permanecerá com a suas respectivas atribuições decorrentes do concurso público de ingresso, bem como permanecerá no respectivo cargo.

§ 3º. No caso de alteração de carga horária, o vencimento será proporcional às horas trabalhadas.

§ 4º. No caso de redução de carga horária fica vedada a ocupação das horas remanescentes por outro profissional efetivo ou contratado.

Art. 27. Quando necessário, e de comum acordo, o Chefe do Poder Executivo poderá movimentar pessoal, de um órgão para outro, mediante atribuição de exercício, sem prejuízo de descesso funcional e remuneratório, como forma de aproveitamento.

Parágrafo único. Cessadas as razões da movimentação o servidor movimentado retornará a sua lotação ou será adequadamente aproveitado em outro órgão.

Art. 28. Cabe à Secretaria de Administração e Fazenda coordenar, supervisionar e orientar a implantação dos planos de carreira para a administração direta.

Art. 29. Os planos de cargos serão instituídos exclusivamente com observância das diretrizes contidas nesta Lei, não prevalecendo para nenhum efeito os procedimentos conflitantes.

Art. 30. O disposto nesta Lei não se aplica aos membros do magistério público que contam com Plano de Carreira próprio.

Art. 31. Fica mantido o Piso de Vencimento, fixado em R\$ 497,15 (quatrocentos e noventa e sete reais com quinze centavos), cujos reajustes se darão na forma definida no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Parágrafo único. Nenhum Servidor Municipal receberá, a título de vencimento do cargo, importância inferior ao Salário Mínimo Nacional, cuja atualização será reconhecida por Ato Administrativo declaratório.

Art. 32. O Setor de Pessoal fica autorizado, por Ato Administrativo, a promover todas as adequações pertinentes a correta aplicação desta Lei Complementar.

Art. 33. Fica autorizado aos servidores a realização de trabalhos técnicos fora das dependências da sede do Poder Executivo, cujas regras serão definidas por meio de Decreto específico.

Art. 34. Fazem parte integrante desta Lei Complementar os seguintes Anexos:

- I - Fluxograma da Progressão Funcional;
- II - Habilitação Necessária ao Ingresso;
- III - Quadro Único de Pessoal;
- IV - Lotação de Pessoal por Unidade Administrativa;
- V - Descrição das atribuições.

Art. 35. Vetado

Art. 36. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar serão cobertas com recursos do orçamento municipal.

Art. 37. Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

Cunha Porã, SC, 6 de janeiro de 2020.

JAIRO EBELING
Prefeito Municipal

ANEXO I

FLUXOGRAMA DA PROGRESSÃO FUNCIONAL

Referência	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
Percentual	3%	6%	9%	12%	15%	18%	21%	24%	27%	30%

A porcentagem das referências incidirá sobre o vencimento inicial da categoria, determinando a remuneração. A concessão será de acordo com os cursos de aperfeiçoamento.

ANEXO II
HABILITAÇÃO NECESSÁRIA AO INGRESSO

Cargo	Habilitação
Auxiliar de Serviços Gerais	Alfabetizado
Vigia	Alfabetizado
Agente Administrativo	Ensino médio
Agente de Defesa Civil	Ensino médio, conhecimento na área de informática e Carteira Nacional de Habilitação conforme categoria definida no respectivo Edital de Concurso.
Auxiliar Administrativo	Ensino médio
Auxiliar de Enfermagem	Cargo em extinção
Recepcionista	Ensino médio
Agente de Endemias	I - haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada; II - ensino fundamental.
Auxiliar de Odontologia	Ensino médio e curso de Auxiliar de Saúde Bucal
Telefonista	Ensino médio
Motorista	Alfabetizado e Carteira Nacional de Habilitação conforme categoria definida no respectivo Edital de Concurso
Mecânico	Alfabetizado
Operador de Máquinas	Alfabetizado e Carteira Nacional de Habilitação conforme categoria definida no respectivo Edital de Concurso
Assistente Administrativo	Ensino superior
Fiscal de Tributos Municipais	Ensino superior
Técnico Agrícola	Ensino médio específico
Técnico em Enfermagem	Ensino médio específico e registro no órgão fiscalizador da profissão
Assistente Social de Políticas Públicas	Ensino Superior específico e registro no órgão fiscalizador da profissão
Assistente Social	Ensino Superior específico e registro no órgão fiscalizador da profissão
Assistente Social de Programas	Ensino Superior específico e registro no órgão fiscalizador da profissão
Educador Físico	Ensino Superior específico e registro no órgão fiscalizador da profissão
Farmacêutico	Ensino Superior específico e registro no órgão fiscalizador da profissão
Bioquímico	Ensino Superior específico e registro no órgão fiscalizador da profissão
Enfermeiro ESF	Ensino Superior específico e registro no órgão fiscalizador da profissão
Engenheiro Civil	Ensino Superior específico e registro no órgão fiscalizador da profissão
Engenheiro Agrônomo	Ensino Superior específico e registro no órgão fiscalizador da profissão
Fiscal de Vigilância Sanitária	Ensino Superior na área de biologia, ou farmácia, ou bioquímica, ou química.
Odontólogo	Ensino Superior específico e registro no órgão fiscalizador da profissão
Odontólogo ESF	Ensino Superior específico e registro no órgão fiscalizador da profissão
Médico Veterinário	Ensino Superior específico e registro no órgão fiscalizador da profissão
Médico Especialista	Ensino superior específico na área de atuação, com registro no órgão fiscalizador da profissão e especialização, na área específica de atuação
Médico ESF	Ensino Superior específico e registro no órgão fiscalizador da profissão
Psicólogo	Ensino Superior específico e registro no órgão fiscalizador da profissão
Pedagogo Social	Ensino Superior específico e registro no órgão fiscalizador da profissão
Psicólogo Social	Ensino Superior específico e registro no órgão fiscalizador da profissão
Nutricionista	Ensino Superior específico e registro no órgão fiscalizador da profissão
Fisioterapeuta	Ensino Superior específico e registro no órgão fiscalizador da profissão
Contador Geral do Município	Ensino Superior específico e registro no órgão fiscalizador da profissão
Advogado	Ensino Superior específico e registro no órgão fiscalizador da profissão
Fonoaudiólogo	Ensino Superior específico e registro no órgão fiscalizador da profissão
Professor de Educação Física	Ensino Superior específico e registro no órgão fiscalizador da profissão
Controlador Interno	Curso superior em contabilidade (Ciências Contábeis) ou Direito, com inscrição (registro) válida no órgão de Classe respectivo.

ANEXO III - Lei Complementar nº 77/2020

QUADRO ÚNICO DE PESSOAL				
GRUPO I	SERVIÇOS GERAIS - SEG			
CATEGORIA FUNCIONAL	INDICE	CARGA HOR.	VINCULO	VAGAS
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	2,50	40 horas	EFETIVO	52
VIGIA	2,50	40 horas	EFETIVO	5

SUBTOTAL				57
GRUPO II	SERVIÇOS AUXILIARES - SAL			
CATEGORIA FUNCIONAL	INDICE	CARGA HOR.	VINCULO	VAGAS
AGENTE ADMINISTRATIVO	3,00	40 horas	EFETIVO	6
AGENTE DE DEFESA CIVIL	3,00	40 horas	EFETIVO	2
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	2,70	40 horas	EFETIVO	10
AUXILIAR DE ENFERMAGEM (em extinção)	3,50	40 horas	EFETIVO	1
RECEPCIONISTA	2,50	40 horas	EFETIVO	2
AGENTE DE ENDEMIAS	3,00	40 horas	EFETIVO	1
AUXILIAR DE ODONTOLOGIA	3,00	40 horas	EFETIVO	2
TELEFONISTA	2,50	30 horas	EFETIVO	3
SUBTOTAL				27
GRUPO III SERVIÇOS OPERACIONAIS E DE MANUTENÇÃO – SOM				
CATEGORIA FUNCIONAL	INDICE	CARGA HOR.	VINCULO	VAGAS
MOTORISTA	3,50	40 horas	EFETIVO	24
MECANICO (em extinção)	4,50	40 horas	EFETIVO	1
OPERADOR DE MAQUINAS	4,50	40 horas	EFETIVO	15
SUBTOTAL				40
GRUPO IV ATIVIDADE TECNICA DE NIVEL MEDIO - ATM				
CATEGORIA FUNCIONAL	INDICE	CARGA HOR.	VINCULO	VAGAS
TECNICO AGRICOLA	5,00	40 horas	EFETIVO	2
TECNICO EM ENFERMAGEM	5,00	40 horas	EFETIVO	11
SUBTOTAL				13
GRUPO V ATIVIDADE TECNICA DE NIVEL SUPERIOR – ATS				
CATEGORIA FUNCIONAL	INDICE	CARGA HOR.	VINCULO	VAGAS
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	5,00	40,00 horas	EFETIVO	7
ASSISTENTE SOCIAL DE PROGRAMAS	10,00	40 horas	EFETIVO	1
ASSISTENTE SOCIAL DE POLITICAS PÚBLICAS	4,00	20 horas	EFETIVO	1
ASSISTENTE SOCIAL (em extinção)	7,00	20 horas	EFETIVO	1
FARMACÊUTICO	7,00	20 horas	EFETIVO	2
BIOQUIMICO	7,00	20 horas	EFETIVO	2
ENFERMEIRO ESF	9,00	40 horas	EFETIVO	4
ENGENHEIRO CIVIL	4,00	20 horas	EFETIVO	1
FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	5,00	40 horas	EFETIVO	2
FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	5,00	40 horas	EFETIVO	1
ODONTÓLOGO ESF	7,00	20 horas	EFETIVO	1
ODONTÓLOGO	10,00	40 horas	EFETIVO	1
MEDICO VETERINÁRIO	3,00	12 horas	EFETIVO	1
MÉDICO ESPECIALISTA	22,00	20 horas	EFETIVO	2
MEDICO ESF	30,00	40 horas	EFETIVO	4
PSICOLOGO	10,00	40 horas	EFETIVO	2
PSICOLOGO	5,00	20 horas	EFETIVO	1
PSICOLOGO SOCIAL	8,00	40 horas	EFETIVO	2
PEDAGOGO SOCIAL	3,00	20 horas	EFETIVO	2
EDUCADOR FISICO	3,00	20 horas	EFETIVO	1
NUTRICIONISTA	5,00	20 horas	EFETIVO	1
NUTRICIONISTA	8,00	40 horas	EFETIVO	1
FISIOTERAPÊUTA	10,00	40 horas	EFETIVO	1

CONTADOR GERAL DO MUNICÍPIO	12,00	40 horas	EFETIVO	1
ADVOGADO	9,00	30 horas	EFETIVO	1
FONOAUDIOLOGO	5,00	20 horas	EFETIVO	1
CONTROLADOR INTERNO	Vetado	40 horas	EFETIVO	1
SUBTOTAL				46
GRUPO VI	DOCENTE - DOC			
CATEGORIA FUNCIONAL	INDICE	CARGA HOR.	VINCULO	VAGAS
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	3,00	20 horas	EFETIVO	2
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	6,00	40 horas	EFETIVO	2
***Demais cargos vide Lei Complementar específica				
SUBTOTAL				4
GRUPO VII	CARGOS EM COMISSÃO - CC			
CATEGORIA FUNCIONAL	INDICE	CARGA HOR.	VINCULO	VAGAS
CHEFE DE GABINETE	8,00	INTEGRAL	CC	1
GERENTE DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ADMINISTRATIVA	12,00	INTEGRAL	CC	1
ASSESSOR DE GABINETE	3,50	INTEGRAL	CC	1
ASSESSOR JURÍDICO	9,00	30 HORAS	CC	1
ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL/IMPRESA	5,00	INTEGRAL	CC	1
ASSESSOR DA POLÍTICA DA MULHER E DO IDOSO	5,00	INTEGRAL	CC	1
ASSESSOR DE PROGRAMAS SOCIAIS	5,00	INTEGRAL	CC	1
DIRETOR DE CULTURA	8,00	INTEGRAL	CC	1
DIRETOR DE SAÚDE	8,00	INTEGRAL	CC	1
DIRETOR DE PLANEJAMENTO	8,00	INTEGRAL	CC	1
DIRETOR DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES DE OBRAS URBANAS	8,00	INTEGRAL	CC	1
DIRETOR DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES DE OBRAS RURAIS	8,00	INTEGRAL	CC	1
DIRETOR DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	8,00	INTEGRAL	CC	1
DIRETOR DE INDÚSTRIA COM. SERVIÇOS E TURISMO	8,00	INTEGRAL	CC	1
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS	8,00	INTEGRAL	CC	1
DIRETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES	8,00	INTEGRAL	CC	1
DIRETOR FINANCEIRO	8,00	INTEGRAL	CC	1
DIRETOR DE TECNOLOGIA EM INFORMAÇÃO	8,00	INTEGRAL	CC	1
DIRETOR DE PROGRAMAS HABITACIONAIS	8,00	INTEGRAL	CC	1
DIRETOR DE ESPORTE E LAZER	8,00	INTEGRAL	CC	1
DIRETOR DE ATENÇÃO BÁSICA	8,00	INTEGRAL	CC	1
COORDENADOR DE ALMOXARIFADO	6,00	INTEGRAL	CC	1

COORDENADOR DE GESTÃO FINANCEIRA	7,00	INTEGRAL	CC	1
SECRETÁRIO MUNICIPAL		INTEGRAL		7
SUBTOTAL				30
GRUPO VIII	FUNÇÕES DE CONFIANÇA-FC			
CATEGORIA FUNCIONAL	ÍNDICE	CARGA HOR.	VINCULO	VAGAS
ENCARREGADO DE SETOR	1,00	INTEGRAL	FC	4
ENCARREGADO DE SETOR	1,50	INTEGRAL	FC	7
ENCARREGADO DE SETOR	2,50	INTEGRAL	FC	2
ENCARREGADO DE SETOR DE REC. HUMANOS	3,50	INTEGRAL	FC	1
COORDENADOR DO CRAS	2,50	INTEGRAL	FC	1
CHEFE DE SETOR DE VIGI-LÂNCIA SANITÁRIA	2,50	INTEGRAL	FC	1
SECRETÁRIO ADJUNTO (educação)	2,50	INTEGRAL	FC	1
SUBTOTAL				17

TOTAL DE VAGAS NO QUADRO DE PESSOAL EFETIVO 188
TOTAL DE VAGAS NO QUADRO DE PESSOAL COMISSIONADO 23
TOTAL DE VAGAS PARA AS FUNÇÕES DE CONFIANÇA 17
TOTAL DE VAGAS DE SECRETÁRIO MUNICIPAL 07
TOTAL GERAL DE VAGAS 235

ANEXO IV - Lei Complementar nº 77/2020

QUADRO DE PESSOAL POR UNIDADE ADMINISTRATIVA

GABINETE DO PREFEITO	VAGAS	ÍNDICE	VÍNCULO
GERENTE DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ADMINISTRATIVA	1	12,00	CC
CHEFE DE GABINETE	1	8,00	CC
ASSESSOR DE GABINETE	1	3,50	CC
ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL/IMPrensa	1	5,00	CC
DIRETOR DE TECNOLOGIA EM INFORMAÇÃO	1	8,00	CC
ENCARREGADO DE SETOR	2	1,00	FC
SUBTOTAL	7		
CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	VAGAS	ÍNDICE	VÍNCULO
CONTADOR GERAL DO MUNICÍPIO	1	12,00	EFETIVO
SUBTOTAL	1		
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	VAGAS	ÍNDICE	VÍNCULO
ASSESSOR JURÍDICO	1	9,00	CC
ADVOGADO	1	9,00	EFETIVO
SUBTOTAL	2		
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	VAGAS	ÍNDICE	VÍNCULO
CONTROLADOR INTERNO	1	Vetado	EFETIVO
SUBTOTAL	1		
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	VAGAS	ÍNDICE	VÍNCULO
SECRETARIO MUNICIPAL	1		CC

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS	1	8,00	CC
DIRETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES	1	8,00	CC
DIRETOR FINANCEIRO	1	8,00	CC
COORDENADOR DE GESTÃO FINANCEIRA	1	7,00	CC
COORDENADOR DE ALMOXARIFADO	1	7,00	CC
AGENTE ADMINISTRATIVO	2	3,00	EFETIVO
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	5	5,00	EFETIVO
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	2	2,70	EFETIVO
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	3	2,50	EFETIVO
FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	2	5,00	EFETIVO
TELEFONISTA (em extinção)	3	2,50	EFETIVO
RECEPCIONISTA	1	2,50	EFETIVO
ENCARREGADO DE SETOR DE RECURSOS HUMANOS	1	3,50	FC
ENCARREGADO DE SETOR	1	1,00	FC
ENCARREGADO DE SETOR	2	1,50	FC
ENCARREGADO DE SETOR	1	2,50	FC
SUBTOTAL	29		
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	VAGAS	ÍNDICE	VÍNCULO
SECRETARIO MUNICIPAL	1		CC
SECRETÁRIO ADJUNTO	1	2,50	FC
DIRETOR DE ESPORTES E LAZER	1	8,00	CC
DIRETOR DE CULTURA	1	8,00	CC
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	2	2,70	EFETIVO
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1	5,00	EFETIVO
AGENTE ADMINISTRATIVO	2	3,00	EFETIVO
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	29	2,50	EFETIVO
MOTORISTA	6	3,50	EFETIVO
VIGIA	1	2,50	EFETIVO
PSICOLOGO	1	10,00	EFETIVO
NUTRICIONISTA	1	5,00	EFETIVO
FONOAUDIOLOGO	1	5,00	EFETIVO
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	2	6,00	EFETIVO
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	2	3,00	EFETIVO
SUBTOTAL	52		
SECRETARIA DE SAÚDE	VAGAS	ÍNDICE	VÍNCULO
SECRETARIO MUNICIPAL	1		CC
DIRETOR DE SAÚDE	1	8,00	CC
DIRETOR DE ATENÇÃO BÁSICA	1	8,00	CC
ENCARREGADO DE SETOR	1	1,50	FC
ENCARREGADO DE SETOR	1	2,50	FC
CHEFE DE SETOR DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	1	2,50	FC
ENCARREGADO DE SETOR	2	1,00	FC
BIOQUÍMICO	2	7,00	EFETIVO
FARMACÊUTICO	2	7,00	EFETIVO
FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	1	5,00	EFETIVO
ENFERMEIRO ESF	4	9,00	EFETIVO
MÉDICO ESPECIALISTA	2	22,00	EFETIVO
MÉDICO ESF	4	30,00	EFETIVO
ODONTÓLOGO ESF	1	7,00	EFETIVO
ODONTÓLOGO	1	10,00	EFETIVO
PSICOLOGO	1	10,00	EFETIVO
PSICOLOGO	1	5,00	EFETIVO

FISIOTERAPÊUTA	1	10,00	EFETIVO
NUTRICIONISTA	1	8,00	EFETIVO
AGENTE DE ENDEMIAS	1	3,00	EFETIVO
AUXILIAR DE ODONTOLOGIA	2	3,00	EFETIVO
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	11	5,00	EFETIVO
AUXILIAR DE ENFERMAGEM	1	3,50	EFETIVO
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	2	2,70	EFETIVO
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	5	2,50	EFETIVO
MOTORISTA	7	3,50	EFETIVO
VIGIA	2	2,50	EFETIVO
RECEPCIONISTA	1	2,50	EFETIVO
SUBTOTAL	61		
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	VAGAS	ÍNDICE	VÍNCULO
SECRETÁRIO MUNICIPAL	1		CC
DIRETOR DE PROGRAMAS HABITACIONAIS	1	8,00	CC
ASSESSOR DA POLITICA DA MULHER E DO IDOSO	1	5,00	CC
ASSESSOR DE PROGRAMAS SOCIAIS	1	5,00	CC
COORDENADOR DO CRAS	1	2,50	FC
ASSISTENTE SOCIAL DE POLITICAS PÚBLICAS	1	4,00	EFETIVO
ASSISTENTE SOCIAL DE PROGRAMAS	1	10,00	EFETIVO
ASSISTENTE SOCIAL (em extinção)	1	7,00	EFETIVO
PSICOLOGO SOCIAL	2	8,00	EFETIVO
PEDAGOGO SOCIAL	2	3,00	EFETIVO
EDUCADOR FISICO	1	3,00	EFETIVO
MOTORISTA	1	3,50	EFETIVO
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	1	2,70	EFETIVO
AGENTE ADMINISTRATIVO	1	3,00	EFETIVO
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	2	2,50	EFETIVO
ENCARREGADO DE SETOR	1	1,50	FC
SUBTOTAL	19		
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	VAGAS	ÍNDICE	VÍNCULO
SECRETARIO MUNICIPAL	1		CC
DIRETOR DE INFRAESTRUTURA, TRANSPORTE E OBRAS URBANAS	1	8,00	CC
DIRETOR DE INFRAESTRUTURA, TRANSPORTE E OBRAS RURAIS	1	8,00	CC
DIRETOR DE PLANEJAMENTO	1	8,00	CC
ENGENHEIRO CIVIL	1	4,00	EFETIVO
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	1	2,70	EFETIVO
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	10	2,50	EFETIVO
AGENTE DE DEFESA CIVIL	2	3,00	EFETIVO
MOTORISTA	7	3,50	EFETIVO
OPERADOR DE MÁQUINAS	10	4,50	EFETIVO
MECÂNICO (em extinção)	1	4,50	EFETIVO
VIGIA	2	2,50	EFETIVO
ENCARREGADO DE SETOR	2	1,50	FC
SUBTOTAL	40		
SEC. DE AGRICULTURA ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE	VAGAS	ÍNDICE	VÍNCULO
SECRETÁRIO MUNICIPAL	1		CC
DIRETOR DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	1	8,00	CC

AGENTE ADMINISTRATIVO	1	3,00	EFETIVO
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	1	2,70	EFETIVO
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1	5,00	EFETIVO
MÉDICO VETERINÁRIO	1	3,00	EFETIVO
MOTORISTA	3	3,50	EFETIVO
OPERADOR DE MÁQUINA	5	4,50	EFETIVO
TÉCNICO AGRÍCOLA	2	5,00	EFETIVO
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	3	2,50	EFETIVO
ENCARREGADO DE SETOR	1	1,50	FC
SUBTOTAL	20		
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO	VAGAS	ÍNDICE	VÍNCULO
SECRETÁRIO MUNICIPAL	1		CC
DIRETOR DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS E TURISMO	1	8,00	CC
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	1	2,70	EFETIVO
SUBTOTAL	3		

ANEXO V

DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES

GRUPO I - SERVIÇOS GERAIS

I - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

1. Zelar pela manutenção das instalações, mobiliário e equipamentos do órgão.
2. Executar trabalhos braçais que lhe forem cometidos.
3. Executar serviços auxiliares de limpeza, revisão e acondicionamento das peças e lubrificação das máquinas.
4. Efetuar limpezas internas e externas no parque de máquinas, jardins, garagens e veículos.
5. Efetuar serviços de copa e cozinha, com atendimento a servidores e estudantes.
6. Receber protocolos e entregar correspondências internas e externas.
7. Processar cópias de documentos.
8. Receber, orientar e encaminhar o público, informando sobre a localização de pessoas ou dependências do órgão.
9. Receber e transmitir mensagens.
10. Encarregar-se da abertura e fechamento das dependências do órgão, quando estiver incumbido desse ato.
11. Relatar toda e qualquer anormalidade verificada, ao chefe imediato.
12. Efetuar pequenos consertos necessários à conservação e bom funcionamento dos bens e instalações.
13. Executar serviços simples de carpintaria, marcenaria, encanador, pedreiro e eletricista.
14. Fazer manutenção preventiva, sob a orientação da chefia imediata.
15. Executar serviços de pavimentação de vias urbanas com pedra irregular.
16. Analisar e interpretar plantas e projetos arquitetônicos de obras do interesse da municipalidade.
17. Coordenar a preparação da argamassa para assentamento de tijolos e execução de vigamentos de concreto.
18. Executar o levantamento das paredes das edificações.
19. Executar a concretagem de pilares de pontes e pontilhões.
20. Instalar e ajustar esquadrias de madeira e outras peças tais como: janelas, portas, escadas, rodapés, divisórias, forro e guarnições;
21. Construir formas de madeira para concretagem;
22. Reparar elementos de madeira, substituir total ou parcialmente, peças desajustadas ou deterioradas ou fixando partes soltas;
23. Afiar ferramentas de corte;
24. Efetuar pequenos consertos necessários à conservação dos bens e instalações, providenciando, se for o caso, a sua execução;
25. Executar serviços simples de carpintaria, encanador, pedreiro e eletricista;
26. Fazer a manutenção preventiva, sob a orientação da chefia;
27. Construir, encaixar e montar no local das obras, armações de madeira dos edifícios e obras similares, utilizando processos e ferramentas adequadas para compor alvenarias, armações de telhado, andaimes e elementos afins.
28. Executar outras tarefas afins, de acordo com as necessidades e peculiaridades do órgão em que estiver lotado.

II - VIGIA

1. Manter vigilância em geral.
2. Controlar a entrada e saída de pessoas e veículos no local de trabalho, exigindo, quando for o caso, identificação ou autorização para o ingresso.
3. Relatar as anormalidades verificadas.
4. Requisitar reforço policial quando necessário, dando ciência do fato à chefia imediata.
5. Desenvolver outras atividades semelhantes.

GRUPO II - SERVIÇOS AUXILIARES

I - AGENTE ADMINISTRATIVO

1. Selecionar, organizar e manter atualizados, arquivos, cadastros e fichas funcionais.
2. Prestar auxílio a toda atividade técnica desenvolvida na sua área de atuação.
3. Organizar e controlar os serviços de recepção e encaminhamento de documentação e correspondência.
4. Controlar e arquivar publicações oficiais.
5. Orientar e elaborar a classificação, codificação, catalogação e tramitação de papéis e documentos sob sua responsabilidade.
6. Elaborar certidões e demais atos administrativos.
7. Participar de trabalhos relacionados com tomada de preços, convites e concorrências para aquisição de materiais, serviços e outros, redigindo atos e termos correspondentes.
8. Executar serviços de digitação e digitalização em geral
9. Executar outras tarefas correlatas.

II - AGENTE DE DEFESA CIVIL

1. Auxiliar em ações da defesa civil;
2. Receber, analisar as informações, classificar as ocorrências e acionar o Sistema de Defesa Civil quando necessário;
3. ter conhecimento em tecnologia de informação para operar sistemas de interesse da defesa civil;
4. organizar e secretariar reuniões e ações da defesa civil e manter organizados os arquivos pertinentes;
5. atender ao público no seu local de trabalho e nas atividades operacionais em campo;
6. registrar ocorrências verificadas em seu horário de trabalho preenchendo formulários e relatórios necessários;
7. dirigir viaturas da Defesa Civil, ou sob responsabilidade expressa desta;
8. operar rádios portáteis e/ou estações fixas e móveis, recebendo e transmitindo mensagens de interesse da Defesa Civil;
9. Executar as ações laborais preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas inerentes aos trabalhos operacionais;
10. participar de vistorias em imóveis, encostas, árvores, bem como outros locais que poderão colocar em risco a segurança da comunidade redigindo formulários e relatórios necessários;
11. identificar e cadastrar locais públicos ou privados para utilização de abrigo em caso de situação emergencial;
12. atuar em caso de emergência ou incidentes de pequeno, médio e grandes proporções, calamidade pública, incêndio, acidentes em instalações industriais, desabamentos, enchentes, deslizamentos, vendavais, acidentes químicos, nuclear e radiológico, acidentes em via pública, entre outros, apresentando-se prontamente, mesmo não havendo comunicação formal;
13. recepcionar e cadastrar famílias em abrigos organizando o espaço físico de acordo com o sexo e faixa etária, solicitando alimentação, atendimento médico, social e outras necessidades afins;
14. Desenvolver outras atividades correlatas que lhes forem designadas.

III - AUXILIAR ADMINISTRATIVO

1. Executar serviços de digitação e digitalização em geral.
2. Atender usuários da biblioteca.
3. Transcrever atos oficiais;
4. Preencher formulários, fichas, cartões e outros.
5. Preparar índices e fichários, mantendo-os atualizados
6. Selecionar e arquivar documentos diversos.
7. Executar serviços de reprografia e multiplicação de documentos;
8. Receber e registrar materiais destinados a exames de laboratório.
9. Efetuar entrega de resultados de exames de laboratório e manter organizado o seu arquivo de cópias.
10. Executar serviços de apoio nas áreas de recursos humanos, administração, finanças e logística;
11. Atender fornecedores e clientes, fornecendo e recebendo informações sobre produtos e serviços;
12. Executar serviços gerais de escritório;
13. Supervisionar rotinas administrativas nas instituições públicas, chefiando diretamente equipe de escriturários, auxiliares administrativos, secretários de expediente, operadores de máquina de escritório e contínuos;
14. Coordenar serviços gerais de malotes, mensageiros, transporte, cartório, limpeza, terceirizados, manutenção de equipamento, mobiliário, instalações e outros;
15. Administrar recursos humanos, bens patrimoniais e materiais de consumo; organizar documentos e correspondências;
16. Manter rotinas financeiras, controlando fluxo de caixa e conta bancária, conferindo notas fiscais e recibos, prestando contas e recolhendo impostos.
17. Atender e orientar o público em geral;
18. Atender telefone.

IV - AUXILIAR DE ENFERMAGEM

1. Executar procedimentos de enfermagem, de acordo com as normas técnicas da instituição.
2. Participar na orientação à saúde do indivíduo e de grupos da comunidade.
3. Participar ativamente de ações de saúde desenvolvidas pela comunidade.
4. Fazer notificação de doenças transmissíveis.
5. Participar das atividades de vigilância epidemiológica.
6. Coletar material para exames de laboratório.
7. Administrar medicamentos mediante prescrição médica e utilizando técnicas de aplicação adequadas.
8. Lavar, empacotar e esterilizar materiais de uso médico, utilizando métodos e técnicas apropriados.
9. Desenvolver atividades de pré e pós consulta médica, odontológica, de enfermagem e de atendimento emergencial.
10. Participar de atividades de assistência comunitária em caso de calamidade e emergência.
11. Efetuar visitas domiciliares.
12. Solicitar material de consumo e permanente necessários à sua atividade.
13. Realizar registros das atividades executadas em formulários próprios da instituição.

14. Promover, na medida do possível, a melhoria das condições sanitárias do meio ambiente.
15. Desempenhar atividades técnicas em estabelecimentos de saúde e de assistência médica e domicílios;
16. Atuar em cirurgia, terapia, puericultura, pediatria, psiquiatria, obstetrícia, saúde ocupacional e outras áreas;
17. Prestar assistência ao paciente zelando pelo seu conforto e bem estar, administrando medicamentos e desempenhando tarefas de instrumentação cirúrgica, posicionando de forma adequada o paciente e o instrumental.
18. Organizar o ambiente de trabalho e dar continuidade aos plantões.
19. Trabalhar em conformidade às boas práticas, normas e procedimentos de biossegurança.
20. Realizar registros e elaborar relatórios técnicos.
21. Desempenhar atividades e realizar ações para promoção da saúde da família.
22. Executar outras tarefas afins.

V - TELEFONISTA

1. Operar centrais telefônicas, troncos e ramais.
2. Atender chamadas internas e externas, localizando pessoas quando solicitadas.
3. Prestar informações gerais ligadas com o órgão.
4. Manter registros de ligações de longa distância.
5. Receber e transmitir mensagens pelo telefone.
6. Comunicar à chefia imediata eventuais defeitos verificados nas linhas e mesas.
7. Fornecer dados para elaboração de expedientes à empresa concessionária dos serviços telefônicos a respeito de mudanças, instalação, retirada, defeito, etc.
8. Prestar informações gerais aos usuários do serviço telefônico sob sua responsabilidade.
9. Propor normas de serviços visando modernizar o atendimento.
10. Executar outras tarefas semelhantes.

VI - RECEPCIONISTA

1. Operar centrais telefônicas, troncos e ramais.
2. Atender chamadas internas e externas, localizando pessoas quando solicitadas.
3. Receber e encaminhar o público em geral aos departamentos necessários;
4. Fotocopiar documentos;
5. Executar serviços de digitação em geral, solicitados pelos demais departamentos;
6. Manter registro de ligações a longa distância;
7. Receber e transmitir mensagens;
8. Atender postos de Correio e suas atividades correlatas;
9. Selecionar, organizar e manter atualizados, arquivos, cadastros e fichas funcionais;
10. Executar outras tarefas semelhantes.

VII - AGENTE DE ENDEMIAS

1. O Agente de Combate às Endemias tem como atribuição o exercício de atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor de cada ente federado.
2. O Ministério da Saúde disciplinará as atividades de prevenção de doenças, de promoção da saúde, de controle e de vigilância estabelecerá os parâmetros dos cursos previstos nos incisos II do art. 6º e I do art. 7º, observadas as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação.

VIII - AUXILIAR DE ODONTOLOGIA

1. Sob a supervisão do cirurgião dentista, realizar procedimentos preventivos, individuais ou coletivos, nos usuários para o atendimento clínico, como escovação supervisionada, evidênciação de placa bacteriana, aplicação tópica de flúor, selantes, raspagem, alisamento e polimento, bochechos com flúor, entre outros;
2. Realizar procedimentos reversíveis em atividades restauradoras, sob supervisão do cirurgião dentista;
3. Cuidar da manutenção e conservação dos equipamentos odontológicos;
4. Acompanhar e apoiar o desenvolvimento dos trabalhos da equipe de saúde da família no tocante à saúde bucal;

GRUPO III - SERVIÇOS OPERACIONAIS E DE MANUTENÇÃO

I - MOTORISTA

1. Dirigir veículos oficiais, transportando pessoas e materiais.
2. Zelar pelo abastecimento, limpeza e conservação dos veículos sob sua guarda e responsabilidade.
3. Efetuar pequenos reparos no veículo sob sua responsabilidade.
4. Comunicar à chefia imediata a ocorrência de irregularidades e avarias no veículo que está sob sua responsabilidade.
5. Proceder ao controle contínuo do consumo de combustível, lubrificantes e manutenção em geral.
6. Promover o mapeamento de viagens, identificando o destino e a quilometragem de saída e chegada.
7. Manter atualizada a sua Carteira Nacional de Habilitação, bem como, a documentação do veículo.
8. Executar outras atividades delegadas pelo Secretário da Pasta ou pelo Prefeito Municipal.

II - MECÂNICO

1. Identificar defeitos mecânicos e orientar os reparos necessários.
2. Orientar e treinar mecânicos auxiliares quanto a técnicas e processos de trabalhos que necessitem de aperfeiçoamento.
3. Executar trabalhos de rotina, relacionados à montagem, reparo e ajustagem de motores de baixa e alta compressão, movidos a álcool, gasolina ou óleo Diesel ou outros conjuntos de caminhões, automóveis, tratores ou pás carregadeiras e assemelhados.
4. Desmontar, reparar, montar e ajustar cubos de rodas, carburador, eixos de transmissão, bombas d'água, de gasolina, caixa de mudanças,

freios, embreagem, rolamentos, retentores, radiadores, válvulas, diferencial, distribuição, direção, engrenagens, amortecedores, magnetos, pistões, bielas e outros.

5. Desmontar, reparar e montar distribuidores.

6. Desmontar, reparar, montar e ajustar motores, localizando os eventuais defeitos mecânicos.

7. Trocar o óleo dos veículos e efetuar lavagem e lubrificação em máquinas pesadas.

8. executar o saneamento de vazamentos de óleo, a troca e recuperação de peças danificadas.

9. Executar serviços de emergência no sistema elétrico dos veículos, tais como: troca de chaves, relés, faróis e chicotes danificados em razão de curto circuito.

10. Executar todos os demais serviços que exijam uma oficina mecânica de manutenção, menos retífica de motores e outros que exijam mão-de-obra especializada.

11. Executar serviços de solda elétrica e de oxigênio.

12. Desempenhar outras tarefas semelhantes.

III - OPERADOR DE MÁQUINAS

1. Providenciar o abastecimento, lubrificação e lavagem da máquina sob sua responsabilidade.

2. Efetuar pequenos reparos no equipamento.

3. Operar motoniveladora, tratores, pás carregadeiras, retroescavadeira e demais máquinas existentes no patrimônio público municipal.

4. Comunicar à chefia imediata a ocorrência de irregularidades, danos ou avarias na máquina sob sua responsabilidade.

5. Proceder ao controle contínuo do consumo de combustível, lubrificantes e manutenção em geral.

6. Manter atualizada a sua Carteira Nacional de Habilitação.

7. Executar outras atividades delegadas pelo Secretário da Pasta ou pelo Prefeito Municipal.

GRUPO IV - ATIVIDADE TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO

I - TÉCNICO AGRÍCOLA

1. Elaborar e orientar estudos ou programas para a recuperação e desenvolvimento de propriedades rurais.

2. Dar pareceres e sugestões sobre os aspectos da atividade rural, atendendo ao seu aperfeiçoamento e às condições sócio-econômicas do homem do campo.

3. Orientar a execução do trabalho de campo na área de mecanização do solo, fertilizante mineral e orgânico e, auxiliar na elaboração de projetos respectivos.

4. Prestar assistência aos agricultores e pecuaristas.

5. Atender a consultas feitas por lavradores e criadores, dando orientações precisas e simplificadas.

6. Orientar a produção, administração e planejamento na agropecuária em geral.

7. Organizar e inspecionar granjas, pomares, hortas e a plantação em geral.

8. Orientar a armazenagem e a comercialização de produtos de origem animal e vegetal.

9. Orientar e fiscalizar os trabalhos de experimentação de campo.

10. Prestar assistência nos programas de extensão rural.

11. Orientar trabalhos de conservação do solo.

12. Participar dos trabalhos de experimentação, como adubação, variedades resistentes à ferrugem, herbicidas e fungicidas.

13. Participar nas reuniões de previsão de safras a cargo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

14. Prestar assistência no tocante ao crédito agrícola.

15. Orientar a produção de sementes e mudas florestais.

16. Executar outras tarefas semelhantes.

II - TÉCNICO EM ENFERMAGEM

1. Desempenhar atividades técnicas de enfermagem em estabelecimento de assistência médica e domicílios, atuando em conjunto com o enfermeiro ou médico, prestando assistência ao paciente;

2. Desempenhar tarefas de instrumentação cirúrgica, organizar ambiente de trabalho; trabalhar em conformidade às boas práticas, normas e procedimentos de biossegurança;

3. Realizar registros e elaborar relatórios técnicos; comunicar-se com pacientes e familiares e com a equipe de saúde; preparar o paciente para consultas, exames e tratamentos;

4. Observar, reconhecer e descrever sinais e sintomas, ao nível de sua qualificação;

5. Executar tratamentos especificamente prescritos, ou de rotina, além de outras atividades de enfermagem, tais como: ministrar medicamentos, realizar controle hídrico, fazer curativos, aplicar oxigenioterapia, nebulização, enterocisma, enema, calor ou frio, executar tarefas referentes à conservação e aplicação de vacinas, efetuar o controle de pacientes e comunicantes em doenças transmissíveis, realizar testes e proceder à sua leitura, para subsídio de diagnóstico, colher material para exames laboratoriais, prestar cuidados de enfermagem pré e pós operatórios;

6. Executar atividades de desinfecção e esterilização; prestar cuidados de higiene e conforto ao paciente e zelar por sua segurança, inclusive: alimentá-lo ou auxiliá-lo a alimentar-se;

7. Proceder a limpeza e ordem do material, de equipamentos e de dependências de unidades de saúde; integrar a equipe de saúde; participar de atividades de educação em saúde, inclusive: orientar os pacientes na pós consulta, quanto ao cumprimento das prescrições de enfermagem e médicas; auxiliar o enfermeiro na execução dos programas de educação para a saúde; executar os trabalhos de rotina vinculados à alta de pacientes;

8. Participar dos procedimentos pós-morte;

9. Participar efetivamente da política de saúde do Município, através dos programas implantados pela Secretaria de Saúde;

10. Executar procedimentos de enfermagem, de acordo com as normas técnicas da instituição; participar na orientação à saúde do indivíduo e grupos da comunidade; participar de ações de saúde desenvolvidas pela comunidade;

11. Fazer notificações de doenças transmissíveis;

12. Participar das atividades de vigilância epidemiológica;

13. Solicitar material de consumo e permanente, necessários a suas atividades; realizar os registros das atividades executadas em formulários próprios;
14. Fazer atendimentos emergenciais sob a supervisão ou acompanhamento do enfermeiro ou médico;
15. Remover aparelhos e outros objetos utilizados pelos pacientes; executar outras tarefas de enfermagem.

GRUPO V - ATIVIDADE TÉCNICA DE NÍVEL SUPERIOR

I - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

1. Coordenar e executar trabalhos relacionados com a organização e atualização dos arquivos e fichários.
2. Redigir instruções, ordens de serviço, minutas de ofícios, cartas, memorandos e atos administrativos sobre assuntos do órgão.
3. Auxiliar na aquisição e suprimento de material permanente e de consumo, divulgações de editais e outras tarefas afins.
4. Minutar contratos e convênios em geral.
5. Colaborar na redação de relatórios anuais ou parciais, atendendo às normas do órgão.
6. Expedir atestados, lavrar termos de posse, certidões e termos de ocorrências em geral.
7. Preparar os documentos necessários ao funcionamento do órgão em que presta serviços.
8. Secretariar autoridades de hierarquia superior, anotando expedientes relacionados às suas atividades.
9. Realizar registros em geral.
10. Providenciar os serviços de reprografia e multiplicação de documentos.
11. Sugerir métodos e processos de trabalho para a simplificação, recebimento, classificação, registro, guarda, tramitação e conservação de documentos, processos e papéis em geral.
12. Colaborar nos estudos e elaboração de trabalhos técnicos relativos a projetos de planos de ação.
13. Acompanhar ou participar na elaboração de anteprojetos de leis e decretos.
14. Pesquisar sobre atribuições de cargos, a fim de possibilitar a sua classificação, organização de novos quadros de servidores, novos sistemas de ascensão, progressão e avaliação.
15. Estudar e propor normas para a administração de material.
16. Desempenhar outras tarefas e atribuições afins.

II - FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

1. Fiscalizar o cumprimento do Código Tributário Municipal, Código de Obras, Código de Posturas e demais disposições legais pertinentes.
2. Verificar a exatidão dos lançamentos efetuados pelo contribuinte nos livros fiscais e contábeis, à vista dos documentos fiscais correspondentes.
3. Efetuar diligências para verificação de notas fiscais de prestação de serviços, apuração de denúncias, concessão de inscrição municipal e informações em processo fiscal.
4. Retificar e aplicar penalidades previstas em lei e regulamentos municipais.
5. Localizar e identificar evasões e clandestinidade de receitas municipais.
6. Atender consultas de caráter tributário, de posturas e edificações na área urbana.
7. Cooperar na atualização e aperfeiçoamento da legislação tributária municipal.
8. Executar inspeção em livros, documentos, registros e imóveis para constatar a satisfação plena do crédito tributário municipal.
9. Fiscalizar o transporte coletivo municipal, os táxis e lotações, os serviços funerários e outros serviços municipais permitidos, autorizados ou concedidos pelo Município.
10. Desincumbir-se de outras tarefas assemelhadas.

III – ENFERMEIRO ESF

1. Participar no planejamento, execução e avaliação de planos e programas de saúde.
2. Participar da formulação das diretrizes gerais dos programas de saúde desenvolvidos pela instituição.
3. Formular normas e diretrizes específicas de enfermagem.
4. Organizar e dirigir serviços de enfermagem e suas atividades na instituição.
5. Fazer consultoria e auditoria e emitir pareceres sobre a matéria de enfermagem.
6. Desenvolver atividades de supervisão em todos os níveis assistenciais.
7. Desenvolver educação continuada na área de saúde de acordo com as necessidades identificadas.
8. Promover a avaliação periódica da qualidade da assistência de enfermagem prestada.
9. Participar do planejamento e prestar assistência em situação de emergência e de calamidade pública, quando solicitado.
10. Elaborar e executar política de formação de recursos humanos de acordo com as necessidades da instituição.
11. Realizar consultas de enfermagem e prescrever a assistência requerida.
12. Fazer notificação de doenças transmissíveis.
13. Participar das atividades de vigilância epidemiológica.
14. Identificar e preparar grupos da comunidade para participar de atividades de prevenção da saúde.
15. Promover e participar de atividades de pesquisa operacional e estudos epidemiológicos.
16. Elaborar informes técnicos para divulgação.
17. Direção do órgão de enfermagem integrante da estrutura básica da instituição de saúde e chefia de serviço e de unidade de enfermagem. Organização e direção dos serviços de enfermagem e de suas atividades técnicas e auxiliares.
18. Planejamento, organização, coordenação, execução e avaliação dos serviços da assistência de enfermagem.
19. Cuidados de enfermagem de maior complexidade técnica e que exijam conhecimentos de base científica e capacidade de tomar decisões imediatas. Participação no planejamento, execução e avaliação da programação de saúde. Participação na elaboração e avaliação dos planos assistenciais de saúde. Prescrição de medicamentos estabelecidos em rotina aprovada pela instituição de saúde.
20. Executar as diversas tarefas de enfermagem, como administração de medicamentos por via oral e/ou parenteral, além de tratamentos específicos como quimioterapia, controle de pressão venosa e arterial, monitorização de pacientes com respiradores artificiais.
21. Executar tarefas complementares ao tratamento médico especializado em casos de carmo cardíaco, transplante de órgãos, hemodiálise e outros. Responsabilizar-se pelo aperfeiçoamento técnico e cultural do pessoal sob sua orientação e supervisão.

22. Elaborar programas de educação para a saúde, para grupos de risco como: hipertensos, tuberculosos, gestantes, grupo infanto-juvenil entre outros. Realizar pesquisas que visem o desenvolvimento da profissão e a melhoria da assistência prestada ao cliente.
23. Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de dificuldade.

IV - BIOQUÍMICO

1. Coordenar, supervisionar e executar atividades relacionadas a análises clínicas, bromatológicas e de medicamentos.
2. Coordenar, supervisionar e executar a preparação de reagentes, corantes, anticoagulantes, meios de cultura, soluções detergentes e outros produtos utilizados em laboratório.
3. Coordenar e executar pesquisas, montagens e implantação de novos métodos de análises para determinações laboratoriais.
4. Orientar e supervisionar os técnicos de laboratório e auxiliares de laboratório em suas atividades.
5. Coordenar e supervisionar a solicitação, recebimento e acondicionamento de materiais de laboratório e de farmácia.
6. Responder pelos aparelhos e equipamentos do laboratório, bem como, orientar para sua correta utilização.
7. Responsabilizar-se pelo arquivo de documentos e registros relacionados com o setor.
8. Coordenar e supervisionar a coleta, identificação e registro de materiais biológicos para exame.
9. Executar determinações laboratoriais pertinentes à parasitologia, urianálise, imunologia, hematologia, bioquímica e microbiologia - (bacteriologia, virologia e micologia).
10. Coordenar e executar a preparação de produtos imunobiológicos destinados a análises, prevenção e tratamento de doenças;
11. Efetuar o controle de qualidade de todas as técnicas, equipamentos e materiais utilizados nas análises laboratoriais e na farmácia.
12. Emitir pareceres e laudos técnicos sobre resultados de análises laboratoriais e de medicamentos.
13. Articular-se com a chefia imediata visando o bom desempenho nas atividades laboratoriais e de farmácia.
14. Assinar documentos, resultados e laudos elaborados no laboratório sob sua responsabilidade.
15. Planejar, coordenar e supervisionar as atividades laboratoriais inerentes à vigilância sanitária, vigilância epidemiológica e serviços básicos de saúde.
16. Participar de outras atividades específicas.

V - ASSISTENTE SOCIAL

1. Planejar, coordenar, controlar e avaliar programas e projetos na área do serviço social a indivíduos, grupos e comunidades;
2. Elaborar e/ou participar de projetos de pesquisa visando a implantação e aplicação de serviços especializados na área de desenvolvimento comunitário,
3. Participar no desenvolvimento de pesquisa médico-sociais interpretar junto à equipe de saúde a situação social do indivíduo e sua família,
4. Fornecer dados sociais para elucidação de diagnósticos médico e pericial,
5. Diagnosticar e tratar problemas sociais que impeçam comunidades, grupos e indivíduos de atingirem um nível satisfatório de saúde,
6. Desenvolver atividades que visem a promoção, proteção e recuperação da saúde da população, ocupando-se de aplicações sociais, culturais e econômicas, que influem diretamente na situação da saúde, através da mobilização e desenvolvimento das potencialidades humanas e sociais.
7. Mobilizar recursos da comunidade para que sejam devidamente utilizados e para que possam proporcionar os benefícios necessários a população.
8. Promover, adequar e capacitar recursos humanos, institucionais e comunitários, necessários à realização de atividades na área do serviço social.
9. Participar de programas de treinamento de pessoal técnico e auxiliar para o desenvolvimento das ações de educação em saúde.
10. Participar das ações que visem a promoção dos servidores da instituição.
11. Desempenhar atividades no conselho Municipal de Assistência Social.
12. Desempenhar outras tarefas inerentes ao cargo.

VI - ASSISTENTE SOCIAL DE PROGRAMAS SOCIAIS

1. Planejar, coordenar, controlar e avaliar programas e projetos na área do serviço social a indivíduos, grupos e comunidades;
2. Elaborar e/ou participar de projetos de pesquisa visando a implantação e aplicação de serviços especializados na área de desenvolvimento comunitário;
3. Participar no desenvolvimento de pesquisa médico-sociais interpretar junto à equipe de saúde a situação social do indivíduo e sua família,
4. Fornecer dados sociais para elucidação de diagnósticos médico e pericial;
5. Diagnosticar e tratar problemas sociais que impeçam comunidades, grupos e indivíduos de atingirem um nível satisfatório de saúde;
6. Desenvolver atividades que visem a promoção, proteção e recuperação da saúde da população, ocupando-se de aplicações sociais, culturais e econômicas, que influem diretamente na situação da saúde, através da mobilização e desenvolvimento das potencialidades humanas e sociais;
7. Mobilizar recursos da comunidade para que sejam devidamente utilizados e para que possam proporcionar os benefícios necessários a população;
8. Promover, adequar e capacitar recursos humanos, institucionais e comunitários, necessários à realização de atividades na área do serviço social.
9. Participar de programas de treinamento de pessoal técnico e auxiliar para o desenvolvimento das ações de educação em saúde.
10. Desempenhar atividades no conselho Municipal de Assistência Social;
11. Desenvolver todas as ações relacionadas aos Programas sociais e institucionais desenvolvidos pelo Município em parceria com o governo do Estado e da União, bem como elaborar Projetos para busca de recursos financeiros junto às demais esferas de Governo, relacionados ao setor social;
12. Desempenhar outras tarefas inerentes ao cargo.

VII.I – PSICÓLOGO DA SAÚDE

- 1 - Realiza avaliação e diagnóstico psicológicos de entrevistas, observação, testes e dinâmica de grupo, com vistas à prevenção e tratamento de problemas psíquicos;
- 2 - Realiza atendimento psicoterapêutico individual ou em grupo, adequado às diversas faixas etárias, adequado as faixas etárias na Unidade

Básica De Saúde;

- 3 - Realiza atendimento familiar e/ou de casal para orientação ou acompanhamento psicoterapêutico;
- 4 - Realiza atendimento a crianças com problemas emocionais, psicomotores e psicopedagógico;
- 5- Acompanha psicologicamente gestantes durante a gravidez, parto e puerpério, procurando integrar suas vivências emocionais e corporais, bem como incluir o parceiro, como apoio necessário em todo este processo;
- 6- Prepara o paciente para entrada, permanência e alta hospitalar, inclusive em hospitais psiquiátricos;
- 7- Trabalha em situações de agravamento físico e emocional, inclusive no período terminal, participando das decisões com relação à conduta a ser adotada pela equipe, como: internações, intervenções cirúrgicas, exames e altas hospitalares;
- 8- Participa da elaboração de programas de pesquisa sobre a saúde mental da população, bem como sobre a adequação das estratégias diagnósticas e terapêuticas a realidade psicossocial da clientela;
- 9 - Cria, coordena e acompanha, individualmente ou em equipe multiprofissional, tecnologias próprias ao treinamento em saúde, particularmente em saúde mental, com o objetivo de qualificar o desempenho de várias equipes;
- 10 - Participa e acompanha a elaboração de programas educativos e de treinamento em saúde mental, a nível de atenção primária, em instituições formais e informais como: creches, asilos, sindicatos, associações, instituições de menores, penitenciárias, entidades religiosas e etc;
- 11 - Colabora, em equipe multiprofissional, no planejamento das políticas de saúde, em nível de macro e microsistemas;
- 12 - Realiza pesquisas visando à construção e a ampliação do conhecimento teórico e aplicado, no campo da saúde mental;
- 13 - Atua junto à equipe multiprofissional no sentido de leva-las a identificar e compreender os fatores emocionais que intervêm na saúde geral do indivíduo, em unidades básicas, ambulatórios de especialidades, hospitais gerais, prontos-socorros e demais instituições;
- 14 - Atua como facilitador no processo de integração e adaptação do indivíduo à instituição. Orientação e acompanhamento a clientela, familiares, técnicos e demais agentes que participam, diretamente ou indiretamente dos atendimentos;
- 15 - Participa dos planejamentos e realiza atividades culturais, terapêuticas e de lazer com o objetivo de propiciar a reinserção social da clientela egressa de instituições;
- 16 - Participa de programas de atenção primária em Centros e Postos de Saúde ou na comunidade; organizando grupos específicos, visando a prevenção de doenças ou do agravamento de fatores emocionais que comprometam o espaço psicológico;
- 17 - Participa da elaboração, execução e análise da instituição, realizando programas, projetos e planos de atendimentos, em equipes multiprofissionais, com o objetivo de detectar necessidades, perceber limitações, desenvolver potencialidades do pessoal envolvido no trabalho da instituição, tanto nas atividades fim, quanto nas atividades meio.

VII.II – PSICOLÓGO EDUCACIONAL

- 1 - Colabora com a adequação, por parte dos educadores, de conhecimentos da Psicologia que lhes sejam úteis na consecução crítica e reflexiva de seus papéis;
- 2 - Desenvolve trabalhos com educadores e alunos, visando a explicitação e a superação de entraves institucionais ao funcionamento produtivo das equipes e ao crescimento individual de seus integrantes;
- 3 - Desenvolve, com os participantes do trabalho escolar (pais, alunos, diretores, professores, técnicos, pessoal administrativo), atividades visando a prevenir, identificar e resolver problemas psicossociais que possam bloquear, na escola, o desenvolvimento de potencialidades, a auto-realização e o exercício da cidadania consciente;
- 4 - Elabora e executa procedimentos destinados ao conhecimento da relação professor-aluno, em situações escolares específicas, visando, através de uma ação coletiva e interdisciplinar a implementação de uma metodologia de ensino que favoreça a aprendizagem e o desenvolvimento;
- 5 - Planeja, executa e/ou participa de pesquisas relacionadas a compreensão de processo ensino-aprendizagem e conhecimento das características Psicossociais da clientela, visando a atualização e reconstrução do projeto pedagógico da escola, relevante para o ensino, bem como suas condições de desenvolvimento e aprendizagem, com a finalidade de fundamentar a atuação crítica do Psicólogo, dos professores e usuários e de criar programas educacionais completos, alternativos, ou complementares;
- 6 - Participa do trabalho das equipes de planejamento pedagógico, currículo e políticas educacionais, concentrando sua ação naqueles aspectos que digam respeito aos processos de desenvolvimento humano, de aprendizagem e das relações interpessoais, bem como participa da constante avaliação e do redirecionamento dos planos, e práticas educacionais implementados;
- 7 - Desenvolve programas de orientação profissional, visando um melhor aproveitamento e desenvolvimento do potencial humano, fundamentados no conhecimento psicológico e numa visão crítica do trabalho e das relações do mercado de trabalho;
- 8 - Diagnostica as dificuldades dos alunos dentro do sistema educacional e encaminha, aos serviços de atendimento da comunidade, aqueles que requeiram diagnóstico e tratamento de problemas psicológicos específicos, cuja natureza transcenda a possibilidade de solução na escola, buscando sempre a atuação integrada entre escola e a comunidade;
- 9 - Supervisiona, orienta e executa trabalhos na área de Psicologia Educacional.

VIII.I – NUTRICIONISTA (Educação)

1. Elaborar o cardápio escolar, conforme as exigências nutricionais das idades, respeitando os hábitos alimentares do município e seguindo orientações do PNAE/FNDE.
2. Acompanhamento periódico nas unidades escolares para orientação dos servidores responsáveis pela preparação de alimentos, quanto a higiene, limpeza, condições físicas (higiene corporal, uso de uniforme).
3. Executar atendimento individualizado com pais de alunos orientando sobre a alimentação da família.
4. Realizar avaliação nutricional.
5. Realizar palestras com alunos sobre a importância de uma boa alimentação.
6. Realizar reuniões periódicas com o Conselho Municipal de Alimentação Escolar COMAE, informando o andamento das atividades do Convênio PNAE/FNDE.
7. Emitir laudos e pareceres da área afim, quando solicitado.
8. Fornecer dados estatísticos de suas atividades.
9. Desempenhar outras tarefas inerentes ao cargo.
10. Executar outras atividades delegadas pelo Secretário da Pasta.

VIII.II – NUTRICIONISTA (Saúde)

1. Realizar o diagnóstico da situação alimentar e nutricional da população com a identificação de áreas geográficas e segmentos de maior risco aos agravos nutricionais, grupos em situação de insegurança alimentar e nutricional com base no sistema de vigilância alimentar e nutricional e em inquéritos locais e outras fontes de informação pertinentes, considerando a intersectorialidade e a multicausalidade da situação alimentar na Atenção Primária à Saúde nutricional.
2. Favorecer a inclusão social por meio da ampliação do acesso à informação sobre programas sociais e direitos relacionados à alimentação e ao estabelecimento de parcerias locais interinstitucionais e comunitárias, incentivando a inserção das famílias e indivíduos nos programas e nos equipamentos sociais disponíveis e a busca de redes de apoio.
3. Auxiliar na identificação de características domiciliares e familiares que orientem a detecção precoce de dificuldades que possam afetar o estado nutricional e a segurança alimentar e nutricional da família;
4. Avaliar, em conjunto com as Equipes Saúde da Família e os Conselhos de Saúde, o desenvolvimento e a implementação das ações de saúde e de alimentação e nutrição e seu impacto na população.
5. Desenvolver ações de distintas naturezas para a promoção de práticas alimentares saudáveis em todas as fases do curso da vida e em respostas às principais demandas assistenciais quanto aos transtornos e aos distúrbios alimentares, estabelecendo estratégias conjuntas com diferentes setores e atuando nos espaços sociais da comunidade.
6. Socializar o conhecimento sobre os alimentos e o processo de alimentação, bem como desenvolver estratégias de resgate de hábitos e práticas alimentares regionais relacionadas ao consumo de alimentos saudáveis. Para além do nutriente, da doença, da dieta, da restrição, da reflexão sobre a alimentação cotidiana da população, essa estratégia deve incorporar os saberes sobre a comida, a culinária, a cultura, o prazer, a saúde e a qualidade do alimento, tanto do ponto de vista sanitário quanto nutricional.
7. Elaborar, em conjunto com a equipe de saúde, rotinas de atenção nutricional e atendimento para doenças relacionadas à alimentação e à nutrição, de acordo com protocolos de atenção básica, organizando a referência e a contra-referência.
8. Atuar na formação e na educação continuada das equipes de saúde e participar de ações vinculadas aos programas de controle e prevenção dos distúrbios nutricionais como carências por micronutrientes, sobrepeso, obesidade, Doenças Crônicas Não Transmissíveis e desnutrição;
9. Elaborar planos terapêuticos, por meio de discussões periódicas que permitam a apropriação coletiva pela equipe de saúde, realizando ações multiprofissionais e interdisciplinares, desenvolvendo a responsabilidade compartilhada.
10. Desenvolver, coletivamente, com vistas à intersectorialidade ações que se integrem a outras políticas sociais como educação, esporte, cultura, trabalho, lazer, entre outras.
11. Promover a alimentação saudável para reduzir, prevenir complicações ou melhorar a qualidade de vida dos usuários com doenças crônicas não transmissíveis.
12. Promover conjuntamente a prática de atividade física e a promoção da alimentação saudável na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis.
13. Promove a digitação das vigências do Programa Bolsa Família e também do Programa SISVAN.
14. Participar de ações junto aos beneficiários do Programa Bolsa Família, através de orientações nutricionais, as pesagens e atendimento aos usuários com problemas relacionados ao peso corporal.
15. Participa orientando grupos específicos, como por exemplo, de Diabéticos, Hipertensos, Gestantes e de Tabagismo no que tange os cuidados alimentares para o controle e melhora das patologias.
16. Participar das Avaliações Antropométricas junto aos alunos dos educandários, e todas as ações pertencentes ao PSE (Programa Saúde na Escola) junto a Educação orientando os educandos para terem uma alimentação saudável, evitando doenças no futuro.
17. Fazer acompanhamento nutricional através de prescrição dietética com pacientes encaminhados pelos ESFs, estes diabéticos, hipertensos, obesos, com dislipidemias, anemias, entre outros.
18. Realizar visitas domiciliares junto a outros profissionais do NASF e ESFs para pacientes debilitados que necessitam de suporte nutricional.

IX - FONOAUDIÓLOGO

1. Desenvolver ações que viabilizam a adequação da linguagem oral e ou escrita otimizando o padrão de aprendizagem nas unidades educacionais.
2. Realizar triagens fonoaudiológicas com estudantes e crianças indicadas pelo professores para detectar as prováveis dificuldades e distúrbios apresentados.
3. Realizar triagens auditivas nos estudantes e crianças com queixa e dificuldade de aprendizagem para detectar alterações auditivas.
4. Orientar os professores e demais profissionais da área da educação sobre a maneira mais eficaz de suprir dificuldades apresentadas pelos estudantes e crianças.
5. Promover e ministrar palestras e cursos para o corpo docente e discente.
6. Orientar e integrar os pais das crianças de maneira mais efetiva no fazer fonoaudiológico dentro da escola.
7. Promover a valorização da saúde vocal do corpo docente e discente.
8. Emitir laudos e pareceres da área afim, quando solicitado.
9. Fornecer dados estatísticos de suas atividades.
10. Desempenhar outras tarefas inerentes ao cargo.

X - ENGENHEIRO CIVIL

1. Planejar, programar, organizar e coordenar a execução das atividades relacionadas com a construção, reforma, manutenção e locação de prédios escolares, administrativos e esportivos, bem como, a definição de instalações e equipamentos.
2. Executar serviços de urbanismo, obras de arquitetura paisagística e obras de decoração arquitetônica.
3. Orientar o mapeamento e a cartografia de levantamentos feitos para áreas operacionais.
4. Realizar exame técnico de processos relativos à execução de obras, compreendendo a verificação de projetos e das especificações quanto às normas e padronizações.
5. Participar da elaboração de convênios que incluam projetos de construção, ampliação ou remoção de obras e instalações
6. Fazer avaliações, perícias e arbitramentos relativos à sua especialidade.
7. Acompanhar e analisar o cumprimento dos contratos celebrados para a execução de obras e serviços.
8. Propor o embargo de construções que não atendam as especificações do projeto e as normas de responsabilidade técnica.

9. Executar estudo, projeto, fiscalização e construção de conjuntos habitacionais.
10. Fiscalizar imóveis de propriedade do Município e participar de comissões técnicas.
11. Elaborar e analisar projetos de loteamentos.
12. Elaborar projetos, analisar, fiscalizar e executar instalações elétricas em prédios públicos.
13. Executar a locação de obras junto à topografia e a batimetria.
14. Apresentar relatórios de suas atividades.
15. Executar outras tarefas relacionadas com a engenharia civil.

XI - ENGENHEIRO AGRÔNOMO

1. Orientar e revisar, com autonomia de ação e critério, as atividades de equipes de servidores de categoria inferior e executar trabalhos de engenharia agrônoma.
2. Introduzir a criação de variedades de plantas de elevada produtividade, características tecnológicas e de mercado desejáveis.
3. Introduzir melhoramentos na produção de legumes, cereais, raízes, tubérculos, bulbos, hortícolas, frutícolas e outras culturas de interesse econômico.
4. Promover a produção, multiplicação e tecnologia de mudas e sementes em viveiro.
5. Difundir a nutrição vegetal com corretivos e fertilizantes.
6. Orientar o emprego de produtos químicos e biológicos na agricultura.
7. Orientar aos usuários em técnicas relacionadas com a produção vegetal, uso e conservação do solo.
8. Organizar programas e campanhas de profilaxia e combate a doenças e pragas dos vegetais.
9. Divulgar, com fins educativos, métodos e processos de combate a pragas e doenças dos vegetais, pelos meios de comunicação usuais.
10. Executar serviços de desinfecção fitossanitária.
11. Integrar o setor agrícola local nos planos e programas regionais e nacionais.
12. Analisar a viabilidade econômica dos experimentos agropecuários sob seu controle e condução.
13. Orientar aos usuários sobre técnicas relacionadas com a economia rural.
14. Promover e orientar a mecanização e a avaliação agrícola.
15. Projetar construções rurais e instalações elétricas de baixa tensão para fins agrícolas.
16. Executar levantamentos topográficos de irrigação e drenagem, para fins agrícolas.
17. Orientar a construção de reservatórios e barragens para fins agrícolas.
18. Examinar e resolver problemas técnicos de engenharia rural, inclusive estradas vicinais para fins agrícolas.
19. Orientar aos usuários em relação à tecnologia agrícola.
20. Avaliar os resultados do uso de herbicidas nas plantas visadas e na flora circundante.
21. Promover estudos do solo, mananciais e vegetação neles existente ou ao longo dos cursos d'água e alagados, para identificar criadouros de parasitas patogênicos ou vetores de doenças endêmicas.
22. Manter permanente articulação com órgãos estaduais e federais visando a aplicação de melhores técnicas.
23. Orientar os trabalhadores na agricultura sobre os benefícios da adubação orgânica, verde ou chorume.
24. Orientar sobre a adoção e implantação de dispositivos destinados à conservação do solo e da água potável.
25. Emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua competência.
26. Apresentar relatórios circunstanciados, periodicamente.
27. Desempenhar outras tarefas e funções assemelhadas.

XII - ODONTÓLOGOS

1. Participar da elaboração de normas gerais de organização dos serviços odonto-sanitários.
2. Aplicar as normas técnicas que regem as atividades de odontologia sanitária afim de que sejam integralmente cumpridas da maneira prevista ou na forma de adaptação que mais convenha ao serviço.
3. Encarar paciente e sua saúde como um todo, evidenciando as causas de suas necessidades odontológicas.
4. Examinar as condições buco-dentárias do paciente, esclarecendo-o sobre diagnóstico e tratamento.
5. Fazer encaminhamento a serviços ou entidades competentes dos casos que exijam tratamento especializado.
6. Promover e participar do programa de educação e prevenção de doenças da boca, ensinando métodos eficazes para evitá-las.
7. Requisitar ao órgão competente todo o material técnico e administrativo necessário.
8. Prestar assistência odontológica curativa, priorizando o grupo materno-infantil.
9. Prestar assistência odontológica ao escolar, dentro da filosofia do sistema incremental.
10. Promover o incremento e utilização de outras medidas e métodos preventivos e de controle.
11. Propor e participar da definição e execução da política de desenvolvimento de recursos humanos.
12. Realizar e participar de estudos e pesquisas direcionados à área da saúde pública.
13. Apresentar propostas de modernização de procedimentos objetivando maior dinamização dos trabalhos na área de atuação.
14. Desenvolver todas as demais atividades relacionadas com a administração sanitária.

XIII - MÉDICO VETERINÁRIO

1. Exercer a prática da clínica veterinária em todas as suas modalidades.
2. Coordenar a assistência técnica e sanitária dos animais, sob qualquer forma.
3. Exercer a direção técnica sanitária dos estabelecimentos industriais, comerciais, desportivos, recreativos ou de proteção, onde estejam em exposição, em serviço ou para qualquer outro fim, animais ou produtos de sua origem.
4. Desempenhar peritagem sobre animais, identificação de defeitos, acidentes e exames em questões judiciais.
5. Executar perícias, exames e pesquisas reveladoras de fraudes ou operação dolosa nos animais insertos em exposições e feiras pecuárias.
6. Orientar o ensino, a direção, o controle e os serviços de inseminação artificial.
7. Participar de eventos destinados ao estudo da medicina veterinária em geral ou especializada.
8. Desenvolver estudos e medidas de saúde pública no tocante às doenças animais transmissíveis ao ser humano.
9. Proceder à padronização e classificação dos produtos de origem animal.
10. Proceder à defesa da fauna, especialmente o controle da exploração de animais silvestres.

11. Participar do planejamento e execução das campanhas de vacinação anti-rábica e anti-aftosa.
12. Emitir relatório final sobre as campanhas de imunização.
13. Participar do planejamento e execução da educação rural.
14. Desincumbir-se de outras tarefas semelhantes.

XIV – MÉDICO ESF

1. Realizar atendimento ambulatorial.
2. Participar dos programas de atendimento a populações atingidas por calamidade pública.
3. Integrar-se com a execução dos trabalhos de vacinação e saneamento.
4. Realizar estudos e inquéritos sobre os níveis de saúde das comunidades e sugerir medidas destinadas à solução dos problemas.
5. Participar da elaboração e execução dos programas de erradicação de endemias na sua área.
6. Participar das atividades de apoio médico-sanitário das Unidades Sanitárias da Secretaria de Saúde e Promoção Social.
7. Emitir laudos e pareceres quando solicitado.
8. Integrar, quando designado, a Junta Médica Municipal.
9. Emitir atestados a servidores municipais momentaneamente incapacitados para o trabalho em função de lesões ou doenças.
10. Participar de trabalhos que visem o aprimoramento técnico-científico profissional, que atendam aos interesses da instituição.
11. Participar de treinamento para pessoal de nível auxiliar, médio e superior.
12. Proceder à notificação das doenças compulsórias à autoridade local.
13. Prestar à clientela, assistência médica especializada, através de diagnóstico, tratamento e prevenção de moléstias e educação sanitária em geral.
14. Opinar a respeito de aquisição de aparelhos, equipamentos e materiais a serem utilizados no desenvolvimento dos serviços relacionados com a sua especialidade.
15. Desempenhar outras tarefas afins.

XV - MÉDICO ESPECIALISTA

1. Realizar atendimento ambulatorial especializado, na respectiva área de atuação, seguindo as normas inerentes à especialidade que possui;
2. Participar dos programas de atendimento a populações atingidas por calamidades públicas;
3. Integrar-se com a execução dos trabalhos de vacinação e saneamento;
4. Realizar estudos e inquéritos sobre os níveis de saúde das comunidades e sugerir medidas destinadas à solução dos problemas levantados;
5. Participar da elaboração e execução dos programas de erradicação e controle de endemias na área respectiva;
6. Participar das atividades de apoio médico-sanitário das Unidades Sanitárias da Secretaria da Saúde;
7. Emitir laudos e pareceres, quando solicitado;
8. Participar de eventos que visem seu aprimoramento técnico-científico e que atendam os interesses da Instituição;
9. Fornecer dados estatísticos de suas atividades;
10. Participar de treinamento para pessoal de nível auxiliar médio e superior;
11. Proceder a notificação das doenças compulsórias à autoridade sanitária local;
12. Prestar à clientela assistência médica especializada, através de: diagnóstico, tratamento e prevenção de moléstias e educação sanitária;
13. Opinar a respeito da aquisição de aparelhos, equipamentos e materiais a serem utilizados no desenvolvimento de serviços relacionados a sua especialidade;

XVI - FARMACÊUTICO

1. Executar tarefas relacionadas com a composição e fornecimento de medicamentos e outros preparados semelhantes, a análise de toxinas, de substâncias de origem animal e vegetal, de matérias-primas e de produtos acabados, valendo-se de técnicas e aparelhos especiais e baseando-se em fórmulas estabelecidas, para atender a receitas médicas, odontológicas e veterinárias, a dispositivos legais, a finalidades industriais e a outros propósitos.
2. Fazer a manipulação de insumos farmacêuticos, como medicação, pesagem e mistura, utilizando instrumentos especiais e fórmulas químicas. Controlar entorpecentes e produtos equiparados, anotando sua venda em mapas, guias e livros, segundo os receituários devidamente preenchidos.
3. Analisar produtos farmacêuticos acabados e em fase de elaboração de seus insumos, valendo-se de métodos químicos. Analisar soro antiofídico, pirogênio e outras substâncias, valendo-se de meios biológicos. Fazer análise clínica de exudatos e transudatos humanos, como sangue e urina, valendo-se de diversas técnicas específicas. Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de dificuldade.

XVII - FISIOTERAPÊUTA

Realizar atendimento ambulatorial. Participar das atividades de apoio médico das Unidades Sanitárias do Departamento Municipal de Saúde. Emitir laudos e pareceres, quando solicitado. Participar de eventos que visem seu aprimoramento técnico-científico e que atendam os interesses da instituição. Desenvolver atividades educativas de saúde na área de sua competência. Participar de treinamento do pessoal de nível auxiliar, médio e superior. Fornecer dados estatísticos de suas atividades. Desenvolver outras tarefas semelhantes. Dirigir veículos oficiais para o exercício das atribuições específicas do cargo.

XVIII – CONTADOR GERAL DO MUNICÍPIO

1. Promover a execução orçamentária dos órgãos integrantes da estrutura administrativa e dos registros contábeis da Receita e da Despesa.
2. Acompanhar e controlar os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do órgão.
3. Elaborar a proposta orçamentária, colhendo sugestões dos demais órgãos da administração municipal.
4. Classificar a receita.
5. Emitir e assinar empenhos de despesas.
6. Relacionar notas de empenho, sub empenhos e estornos emitidos no mês, com as somatórias para fechar com a despesa orçamentária.
7. Realizar balancetes mensais e balanço final.

8. Elaborar termo de conferência de caixa e demonstração de saldo existente.
9. Registrar bens e valores existentes nos órgãos públicos.
10. Controlar os serviços orçamentários e bancários, inclusive a alteração orçamentária.
11. Elaborar registros contábeis da execução orçamentária.
12. Elaborar mapas e demonstrativos com elementos retirados do razão, de toda a movimentação financeira e contábil do órgão
13. Conferir boletins de caixa.
14. Controlar a execução orçamentária.
15. Relacionar e classificar a despesa e os empenhos por itens orçamentários.
16. Relacionar restos a pagar.
17. Reparar recursos financeiros, solicitando provisoriamente de dotações orçamentárias através de suplementações.
18. Elaborar demonstrativo da despesa com pessoal de recursos recebidos a qualquer título.
19. Coordenar e controlar as prestações de contas de responsável por valores em dinheiro.
20. Fiscalizar e controlar as entradas e saídas de materiais permanentes do almoxarifado, bem como, os bens adquiridos ou baixados para doação, permuta ou transferência.
21. Inventariar anualmente o material e os bens pertencentes ao respectivo órgão.
22. Expedir termos de responsabilidade referentes a bens móveis e imóveis de caráter permanente.
23. Controlar os valores arrecadados e conferir, diariamente, extratos contábeis.
24. Zelar pelo cumprimento financeiro no âmbito da administração pública municipal.
25. Controlar os recursos extra-orçamentários provenientes de convênios.
26. Elaborar os balancetes mensais, orçamentários, financeiro e patrimonial com os respectivos demonstrativos; elaborar balanços gerais com os respectivos demonstrativos; elaborar informações ao Tribunal de Contas;
27. Desempenhar outras tarefas atinentes à contabilidade.

XIX - ADVOGADO

1. Representar em juízo ou fora dele a instituição nas ações em que estes forem autores, réus ou interessados, acompanhando o andamento do processo e prestando assistência jurídica para defender direitos e interesses;
2. Elaborar peças técnicas em geral, defendendo a entidade;
3. Assistir os órgãos na elaboração e interpretação de leis, decretos, convênios, contratos e instrumentos congêneres;
4. Emitir pareceres;
5. Realizar estudos específicos sobre temas e problemas jurídicos de interesse da entidade;
6. Prestar informações e esclarecimentos sobre Legislação e Normas no âmbito da administração;

XX - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

1. Participará das atividades da Comissão Municipal de Esportes, quando da elaboração de carnês de competições esportivas;
2. Acompanhar e aprimorar o desenvolvimento físico-atlético dos estudantes atletas;
3. Implantar e treinar novas modalidades esportivas, tanto nas competições coletivas quanto individuais;
4. Criar e desenvolver as chamadas "escolinhas", incentivando as crianças na prática do esporte nas modalidades sugeridas pela Comissão Municipal de Esportes;
5. Preparar física e tecnicamente as equipes que representarão o Município nas competições oficiais ou amistosas;
6. Acompanhar a delegação esportiva da CME nas competições oficiais e amistosas, dentro e fora do Município e do Estado;
7. Promover jogos amistosos, visando o aprimoramento das condições físicas, técnicas e emocionais dos integrantes das equipes;
8. Promover torneios a nível municipal e intermunicipal;
9. Encarregar-se da organização de campeonatos municipais nas diversas modalidades;
10. Implantar a disciplina e o bom relacionamento nos grupos sob sua responsabilidade;
11. Desempenhar outras tarefas semelhantes atribuídas pela Comissão Municipal de Esportes e da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

XXI - PEDAGOGO SOCIAL

1. Integrar ao Centro de Referência e Assistência Social desenvolvendo e promovendo ações voltadas ao campo educacional e social.
2. Realizar serviços de abordagem de rua;
3. Realizar visitas domiciliares;
4. efetuar abordagens da família para sensibilização em relação a necessidade de atendimento;
5. Acompanhar "in loco" a situação de crianças e adolescentes atendidos nas redes de serviços assistenciais e estabelecimentos de ensino;
6. promover a realização de reforço escolar as crianças e adolescentes atendidos pela assistência social;
7. efetuar acompanhamentos diversos a sua área de atuação;
8. elaborar, programas, projetos e atividades de trabalho, buscando a participação de indivíduos e grupos, nas definições de alternativas para os problemas identificados;
9. interpretar, de forma diagnostica, a problemática sócio educacional para atuar na prevenção e tratamento de problemas de origem social, psicológica e educacional, que interferem na aprendizagem ao trabalho;
10. participar da elaboração de programas para a comunidade, nos campos educacional e social, analisando os recursos disponíveis e as carências dos grupos, com vistas ao desenvolvimento social;
11. realizar atividade de caráter educativo, recreativo e assistencial, objetivando a facilitar a integração e inserção social;
12. elaborar projetos, planos e programa na área de gestão social;
13. coordenar o desenvolvimento de projetos acompanhando sua operacionalização;
14. emitir pareceres parciais ou conclusivos sobre assuntos relacionados à área de sua atuação;
15. elaborar relatórios e manuais de normas e procedimentos, material didático e divulgação de projetos desenvolvidos;
16. realizar pesquisas, estudos e análise, buscando a participação e grupos nas definições de alternativas para problemas identificados;
17. prestar serviços de educação para área social, a indivíduos e famílias e grupos comunitários, como forma de proteção social básica;
17. atuar em equipe multiprofissional;

18. executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade, associadas ao seu cargo;
19. Realizar tarefas inerentes à profissão, tais como planejar, orientar, decidir, escolher formas de ensino e material didático apropriado aos programas de ensino que se pretende atingir;
20. exercer atividades correlatas, para as quais for designado.

XXII - EDUCADOR FÍSICO:

1. Integrar a Secretaria de Assistência Social desenvolvendo e promovendo ações voltadas ao campo educacional e social;
2. Planejar suas ações com equipe multidisciplinar considerando as experiências culturais dos usuários para então ampliar seus conhecimentos, a partir de atividades lúdicas que estimulem a imaginação, a expressão e a criação em diferentes espaços e a socialização.
3. Preparar as atividades físicas a serem ministradas aos usuários, atentando para a faixa etária e à sua condição física;
4. desenvolver exercícios físicos e atividades motivacionais sobre os cuidados com o corpo, a mente e a saúde em geral, determinando as estratégias a serem adotadas para alcançar a eficiência e os objetivos almejados;
5. promover o hábito da prática de atividades físicas;
6. promover o desenvolvimento dos usuários por trazer à tona aspectos como o lúdico, e nele a individualidade de cada um se expressa, favorecendo um bom ambiente para a aprendizagem.
7. promover o desenvolvimento integralmente aspectos motores, afetivos, cognitivos e sociais, promovendo a inclusão na comunidade.
8. facilitar a integração entre os usuários, visando o desenvolvimento integral, buscando mais que aptidão física e condicionamento, mas sim um indivíduo mais social, autônomo, valorizando família e comunidade;
9. zelar pelo uso adequado e conservação dos bens e materiais públicos;
10. Desenvolver outras atividades correlatas que lhes forem designadas.

XXIII - ASSISTENTE SOCIAL DE POLITICAS PÚBLICAS

1. Planejar, coordenar, controlar e avaliar programas e projetos na área do serviço social a indivíduos, grupos e comunidades;
2. Elaborar e/ou participar de projetos de pesquisa visando a implantação e aplicação de serviços especializados na área de desenvolvimento comunitário,
3. Participar no desenvolvimento de pesquisa médico-sociais interpretar junto à equipe de saúde a situação social do indivíduo e sua família,
4. Fornecer dados sociais para elucidação de diagnósticos médico e pericial,
5. Diagnosticar e tratar problemas sociais que impeçam comunidades, grupos e indivíduos de atingirem um nível satisfatório de saúde,
6. Desenvolver atividades que visem a promoção, proteção e recuperação da saúde da população, ocupando-se de aplicações sociais, culturais e econômicas, que influem diretamente na situação da saúde, através da mobilização e desenvolvimento das potencialidades humanas e sociais.
7. Mobilizar recursos da comunidade para que sejam devidamente utilizados e para que possam proporcionar os benefícios necessários a população.
8. Promover, adequar e capacitar recursos humanos, institucionais e comunitários, necessários à realização de atividades na área do serviço social.
9. Participar de programas de treinamento de pessoal técnico e auxiliar para o desenvolvimento das ações de educação em saúde.
10. Participar das ações que visem a promoção dos servidores da instituição.
11. Desempenhar atividades no Conselho Municipal de Assistência Social.
12. Participar da formulação da Política Municipal de Assistência Social;
13. Promover a articulação com outras políticas públicas de âmbito municipal, com vistas à inclusão dos destinatários da assistência social;
14. Desenvolver outras atividades correlatas que lhes forem designadas.

XXIV - PSICÓLOGO SOCIAL

- 1 - Promover estudos sobre características psicossociais de grupos étnicos, religiosos, classes e segmentos sociais, culturais, intra e interculturais.
- 2 - Atuar em consonância com as diretrizes e objetivos da Lei Orgânica da Assistência Social – Loas, do Plano Nacional da Assistência Social – PNAS e da Legislação Municipal da Assistência Social, cooperando para a efetivação das políticas públicas de desenvolvimento social e para a construção de sujeitos cidadãos;
- 3 - Atuar de modo integrado à perspectiva interdisciplinar, em especial nas interfaces entre a Psicologia e o Serviço Social (atendimento psicossocial), buscando a interação de saberes e a complementação de ações, com vistas à maior resolutividade dos serviços oferecidos;
- 4 - Atuar de modo integrado às redes de proteção com ênfase para a intersetorialidade;
- 5 - Atuar no atendimento psicossocial, desenvolver as ações de acolhida, realizar entrevistas e orientações, referenciamento e contrareferenciamento, visitas e entrevistas domiciliares, articulações institucionais dentro e fora do território de abrangência, proteção pró-ativa, atividades socioeducativas e de convívio, facilitação de grupos, estimulando processos contextualizados, auto-gestionados, práticos e valorizadores das alteridades;
- 6 - Atuar de forma integrada com o contexto local, com a realidade municipal e territorial, fundamentada em seus aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais;
- 7 - Atuar para identificar e potencializar os recursos psicossociais, tanto individuais como coletivos, realizando intervenções nos âmbitos individual, familiar, grupal e comunitário;
- 8 - Atuar a partir do diálogo entre o saber popular e o saber científico da Psicologia, valorizando as expectativas, experiências e conhecimentos na proposição de ações;
- 9 - Atuar para favorecer processos e espaços de participação social, mobilização social e organização comunitária, contribuindo para o exercício da cidadania ativa, autonomia e controle social, evitando a cronificação da situação de vulnerabilidade e que impliquem na efetivação de direitos sociais e na melhoria das condições de vida presentes no território em questão;
- 10 - Manter-se em permanente processo de formação profissional, buscando a construção de práticas contextualizadas e coletivas, à exemplo de ações de formação permanente;
- 11 - Atuar com prioridade de atendimento aos casos e situações de maior vulnerabilidade e risco psicossocial;
- 12 - Atuar com compromisso e ética na ofertas, serviços, programas e projetos que garantam a oportunidade de convívio para o fortalecimento de laços familiares e sociais;

- 13 - Garantir proteção à privacidade dos usuários, observando o sigilo profissional, reservando sua privacidade e opção, resgatando a sua história de vida;
- 14 - Incentivar em sua prática profissional que os usuários exerçam seu direito de participar de fóruns, conselhos, movimentos sociais e cooperativas populares de produção, como estratégia para o empoderamento e protagonismo social;
- 15 - Reconhecer e difundir os direitos dos usuários a terem acesso a benefícios, renda e a programas de oportunidades para inserção profissional e social;
- 16 - Contribuir para a criação de mecanismos que venham a desburocratizar a relação com os usuários, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados;
- 17 - Desenvolver modalidades interventivas coerentes com os objetivos do trabalho social desenvolvido pela Proteção Social Básica e Proteção Social Especial (média e alta), considerando que o objetivo da intervenção em cada uma difere, assim como o momento em que ele ocorre na família, em seus membros ou indivíduos;
- 18 - Facilitar processos de identificação, construção e atualização de potenciais pessoais, grupais e comunitários, de modo a fortalecer atitudes e positividade já existentes nas interações dos moradores, nos arranjos familiares e na atuação dos grupos, propiciando formas de convivência familiar e comunitária que favoreçam a criação de laços afetivos e colaborativos entre os atores envolvidos;
- 19 - Fomentar espaços de interação dialógica que integrem vivências, leitura crítica da realidade e ação criativa e transformadora, a fim de que as pessoas reconheçam-se e se movimentem na condição de co-construtoras de si e dos seus contextos social, comunitário e familiar;
- 20 - Participar da implementação, elaboração e execução dos projetos de trabalho específicos e condizentes com a Assistência Social de acordo com as normativas vigentes

XXV - FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

1. identificar os problemas de saúde comuns ocasionados por medicamentos, cosméticos, saneantes e domissanitários, radiações, alimentos, zoonoses, condições do ambiente de trabalho e profissões ligadas à saúde, relacionando-os com as condições de vida da população;
2. identificar as opiniões, necessidades e problemas da população relacionada ao uso indevido de produtos e serviços de interesse da vigilância sanitária, ao exercício ilegal de profissões relacionadas com a saúde, ao controle sanitário dos alimentos e das principais zoonoses;
3. realizar e/ou atualizar o cadastro de estabelecimentos e profissionais de interesse da vigilância sanitária;
4. classificar os estabelecimentos e produtos segundo o critério de risco epidemiológico;
5. promover a participação de grupos da população (associação de bairros, entidades representativas e outros) no planejamento, controle e avaliação das atividades de vigilância sanitária;
6. participar de programação de atividades de inspeção sanitária para estabelecimentos, produtos e serviços de interesse da vigilância sanitária, segundo as prioridades definidas;
7. participar na programação das atividades de coleta de amostras de produtos de interesse da vigilância sanitária (alimentos, água, medicamentos, cosméticos, saneantes, domissanitários e correlatos), inclusive com fins de análise fiscal, surto e controle de rotina;
8. realizar levantamento de produtos alimentares disponíveis e de maior consumo, bem como o comportamento das doenças veiculadas por alimentos, condições sanitárias dos estabelecimentos e o perfil da contaminação dos alimentos;
9. realizar e/ou acompanhar inspeções de rotinas (programadas) e emergenciais (surtos, reclamações, registros e outros) em estabelecimentos alimentares e outros de interesse da vigilância sanitária;
10. auxiliar na inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal;
11. participar da criação de mecanismos de notificação de casos e/ou surtos de doenças veiculadas por alimento e zoonoses;
12. participar da investigação epidemiológica de doenças veiculadas por alimentos e zoonoses;
13. Aplicar, quando necessárias medidas previstas em legislação sanitária vigente (intimações, infrações e apreensões);
14. orientar responsáveis e manipuladores de estabelecimentos quando da emissão dos autos/termos;
15. validar a licença sanitária de estabelecimentos de menor risco epidemiológico, mediante aprovação das condições sanitárias encontradas por ocasião da inspeção;
16. participar da avaliação dos resultados das atividades desenvolvidas e do seu redirecionamento;
17. participar na promoção de atividades de informações de debates com a população, profissionais e entidades representativas de classe sobre temas da vigilância sanitária;
18. executar atividades internas administrativas relacionadas com execução de cadastro/arquivos e atendimento ao público;
19. emitir relatórios técnicos e/ou pareceres relativos à sua área de atuação;
20. efetuar vistoria e fiscalização em estabelecimentos públicos, comerciais e industriais verificando as condições gerais de higiene, limpeza de equipamentos, refrigeração, suprimento de água, instalações sanitárias, armazenagem, estado e graus de deterioração de produtos perecíveis e condições de asseio;
21. inspecionar imóveis antes de serem habitados, verificando condições físicas e sanitárias do local para assegurar as medidas profiláticas e de segurança necessárias, com o fim de obter alvarás;
22. vistoriar estabelecimentos de saúde, salão de beleza e outros, verificando as condições gerais, de higiene, data de vencimento de medicamentos e registro psicotrópicos;
23. coletar para análise físico-química medicamentos e outros produtos relacionados à saúde;
24. entregar quando solicitadas notificações e correspondências diversas;
25. Desenvolver outras atividades correlatas que lhes forem designadas.

XXVI - CONTROLADOR INTERNO

1. exercer a plena fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos e das entidades públicas da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas;
2. verificar a exatidão e a regularidade das contas e a boa execução do orçamento, adotando medidas necessárias ao seu fiel cumprimento;
3. realizar auditoria e exercer o controle interno e a conformidade dos atos financeiros e orçamentários dos órgãos do Poder Executivo com a legalidade orçamentária do Município;
4. no exercício do controle interno dos atos da administração, determinar as providências exigidas para o exercício do controle externo da Administração Pública Municipal Direta e Indireta a cargo da Câmara Municipal, com o auxílio do Tribunal de Contas;

5. avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo, acompanhando e fiscalizando a execução orçamentária;
6. avaliar os resultados, quanto à eficácia e à eficiência, da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal, nos órgãos públicos da Administração Municipal, bem como da aplicação das subvenções e dos recursos públicos, por entidades de direito privado;
7. exercer o controle das operações de crédito e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município;
8. fiscalizar o cumprimento do disposto na Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000;
9. examinar as fases de execução da despesa, inclusive verificando a regularidade das licitações e contratos, sob os aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade, inclusive solicitando pareceres de auditores fiscais municipais, estaduais e federais quando julgar necessários;
10. orientar e supervisionar tecnicamente as atividades de fiscalização financeira e auditoria na Administração Municipal;
11. expedir atos normativos concernentes à fiscalização financeira e à auditoria dos recursos do Município;
12. proceder ao exame prévio nos processos originários dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos da Administração Pública Municipal e nos de aplicação de recursos públicos municipais nas entidades de direito privado;
13. promover a apuração de denúncias formais, relativas a irregularidades ou ilegalidades praticadas, em relação aos atos financeiros e orçamentários, em qualquer órgão da Administração Municipal;
14. propor ao Prefeito Municipal a aplicação das sanções cabíveis, conforme a legislação vigente, aos gestores inadimplentes, podendo, inclusive, sugerir o bloqueio de transferências de recursos do Tesouro Municipal e de contas bancárias;
15. sistematizar informações com o fim de estabelecer a relação custo/benefício para auxiliar o processo decisório do Município;
16. implementar o uso de ferramentas da tecnologia da informação como instrumento de controle social da Administração Pública Municipal;
17. tomar medidas que confirmam transparência integral aos atos da gestão do Executivo Municipal, inclusive dos órgãos da Administração Indireta;
18. criar comissões para o fiel cumprimento das suas atribuições;
19. implementar medidas de integração e controle social da Administração Municipal;
20. promover medidas de orientação e educação com vistas a dar efetividade ao Controle Social e à Transparência da Gestão nos órgãos Administração Pública Municipal;
21. proceder, no âmbito do Poder Executivo, à gestão e ao controle financeiro dos recursos orçamentários previstos na sua Unidade, bem como à gestão de pessoas e recursos materiais existentes, em consonância com as diretrizes e regulamentos emanados do Chefe do Poder Executivo;
22. velar para que sejam revistos ou suspensos temporariamente os contratos de prestação de serviços terceirizados, assim considerados aqueles executados por uma contratada, pessoa jurídica ou física especializada, para o contratante Município, caso a contratada tenha pendências fiscais ou jurídicas.
23. Sugerir, no âmbito do Poder Executivo, instauração de processo administrativo disciplinar ou sindicância para apurar conduta de servidores quando atuarem em desacordo com as previsões legais.
24. exercer outras atividades correlatas.

GRUPO VII - CARGOS EM COMISSÃO

GABINETE DO PREFEITO	
CARGO	Atribuições e Responsabilidades
Gerente de Planejamento e Gestão	<ul style="list-style-type: none"> - Assessorar direta e imediatamente ao Prefeito na gestão e administração das atividades públicas; - coordenar e supervisionar a execução das atividades de planejamento; - zelar pela preservação dos documentos oficiais; - realizar em nome do Prefeito diligências e inspeções nos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, de acordo com as determinações prévias e expressamente fixadas pelo Prefeito; - zelar pelo apoio administrativo aos órgãos colegiados da Administração Pública Municipal; - desempenhar missões específicas, formal e expressamente atribuídas pelo Chefe do Poder Executivo; - assessorar o Poder Executivo Municipal na representação com as autoridades, comunidade e demais esferas; - articular politicamente as ações governamentais de forma integrada, compartilhada e desconcentrada; - assessorar e controlar o sistema de prestação de contas de convênios, ajustes, subvenções, auxílios e outras espécies de acordos firmados com a Administração Pública Municipal de Cunha Porã; - expedir informações, relatórios e outros instrumentos visando o controle dos repasses de recursos por parte do Município de Cunha Porã; - acompanhar o controle de recursos, andamento de projetos e a prestação de contas de recursos dos projetos de captação de recursos apresentados ao Governo do Estado, União Federal e a órgãos de financiamento públicos nacionais e internacionais; - Dirigir, devidamente habilitado, veículo automotor no desempenho de atividades de interesse público; - desenvolver outras tarefas determinada pelo chefe do poder executivo.

<p>Chefe de Gabinete</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Organizar, elaborar e viabilizar a execução da agenda do Prefeito Municipal; - Controlar o atendimento de munícipes e visitantes nas dependências do Gabinete do Prefeito; - Auxiliar na coordenação das atividades do Gabinete do Prefeito; - Organizar o recebimento e auxiliar na elaboração de correspondência do Gabinete do Prefeito; - Supervisionar e auxiliar na organização de eventos; - Supervisionar a compra e recebimento de materiais e equipamentos do Gabinete do Prefeito; - Dirigir, devidamente habilitado, veículo automotor no desempenho de atividades de interesse público; - desenvolver outras tarefas determinadas pelo chefe do poder executivo.
<p>Assessor de Gabinete</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Assessorar o Prefeito nas atividades administrativas do gabinete; - Assessorar o Prefeito Municipal no atendimento à população e entidades; - Assessorar o Prefeito Municipal quanto ao recebimento e entrega de documentos oficiais; - executar tarefas e missões que lhe forem determinadas pelo Prefeito ou Chefe de Gabinete; - Dirigir, devidamente habilitado, veículo automotor no desempenho de atividades de interesse público; - desenvolver outras atividades determinadas pelo Chefe do Poder Executivo ou pelo Chefe de Gabinete.
<p>Assessor de Comunicação Social e Imprensa</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Assessorar o desenvolvimento da política de comunicação social do Poder executivo, definindo diretrizes para o alinhamento das informações à opinião pública; - promover ações que informem o público sobre os atos do governo municipal, por meio de canais de comunicação disponíveis; - Assessorar na coleta, redação e transmissão aos meios de comunicação social, informações relativas aos interesses da administração públicas; - manter um sistema de arquivamento dos elementos usados para a confecção do material informativo, tanto divulgado como recebido; - atuar no sentido de que exista perfeito relacionamento entre os órgãos da administração, tanto interna como externamente, com os meios de comunicação social e, a partir daí com a opinião pública, visando a promoção do Município; - promover entrevistas ou encontros do interesse da Administração Municipal; - manter um sistema interno para recolhimento de matéria informativa; - elaborar boletins, programas de apresentações oportunas para a imprensa, rádio ou televisão; - atuar, emprestar apoio e colaboração aos demais órgãos da Administração, por ocasião de atos e solenidades pública; - planejar e executar campanhas institucionais ou de interesse público no âmbito da Administração Municipal; - preparar minuta de pronunciamentos oficiais, na forma solicitada pelo Prefeito Municipal; - registrar, fotograficamente, os acontecimentos e eventos municipais; - planejar e conduzir pesquisas de opinião pública; - editar publicações jornalísticas ou institucionais de interesse da Administração Municipal; - elaborar material jornalístico para a difusão de atos e fatos da Administração Municipal, de acordo com a especificidade de cada veículo de comunicação social, seja rádio, jornal, televisão ou revista especializada; - Assessorar na edição da publicidade legal do Município; - coordenar a criação e aprovar as peças publicitárias para campanhas institucionais e de interesse público, com prévia e expressa autorização do Prefeito Municipal; - Assessorar as atividades de cerimonial, protocolo, inaugurações e outras ações de comunicação social; - Dirigir, devidamente habilitado, veículo automotor no desempenho de atividades de interesse público; - desenvolver outras tarefas natureza técnico-administrativas determinadas pelo chefe do poder executivo.

Assessor Jurídico	<ul style="list-style-type: none"> -Desempenhar ações de defesa do Município de Cunha Porã no âmbito jurídico; - prestar assessoramento, orientação e defesa administrativa ou judicial dos órgãos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal de Cunha Porã; - emitir parecer jurídico referente a solicitações das Secretarias e demais órgãos do Poder Executivo; - orientar, no âmbito jurídico, às Secretarias e demais órgãos do Poder Executivo; - desenvolver outras tarefas no âmbito jurídico determinadas pelo chefe do poder executivo do Município. - representar e defender, judicial e extrajudicialmente, os direitos e interesses do Município; - Assessorar na elaboração de contratos, projetos de lei, justificativas de veto, portarias e instruções normativas, regulamentos e outros documentos de natureza jurídica; - prestar assessoramento jurídico aos órgãos da Prefeitura e ao Prefeito Municipal; - orientar as Comissões de Sindicância e Processos Administrativos; - requisitar parecer técnico e procedimentos administrativos fiscal e processos legislativos; - coordenar as atividades de Execução Fiscal; - Dirigir, devidamente habilitado, veículo automotor no desempenho de atividades de interesse público; - executar outras atribuições afins ou determinadas pelo Chefe do Poder Executivo.
-------------------	---

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

CARGO	Atribuições e Responsabilidades
Secretário/a Administração e Fazenda	<ul style="list-style-type: none"> - Gerir o orçamento da Secretaria, administrando as receitas e despesas; - Assinar atos da secretaria; - Supervisionar, coordenar e orientar as atividades da Secretaria de Administração e Fazenda; - Coordenar as questões de ordem administrativa, financeira e funcional relativas aos serviços, projetos e programas da secretaria; - Gerir a política municipal de finanças públicas; - Supervisionar a arrecadação, pagamentos, prestação de contas, gestão de compras, licitações e contratos e demais atividades inerentes a Secretaria; - Coordenar as ações tributárias, fiscalização tributárias mobiliária e imobiliária; - Supervisionar, planejar e avaliar, juntamente com o Setor de Recursos Humanos, as ações administrativas a serem executadas, de modo a garantir a efetivação das ações da Secretaria; - Garantir, com qualidade e eficiência, os recursos físicos, humanos e materiais necessários ao pleno funcionamento da Secretaria; - Avaliar necessidades de treinamento dos servidores e prover ferramentas de desenvolvimento; - Dirigir, devidamente habilitado, veículo automotor no desempenho de atividades de interesse público; - Desenvolver outras ações determinadas pelo Prefeito Municipal.
Diretor de Administração e Serviços Gerais	<ul style="list-style-type: none"> - Auxiliar o Secretário nas atividades inerentes a Diretoria; - Dirigir as atividades inerentes a diretoria conforme definido na legislação específica; - Dirigir e executar as atividades administrativas do desenvolvimento organizacional, suprimindo a Administração Pública Municipal de recursos humanos e materiais; - Zelar pela publicação de atos oficiais; - Zelar pelo acervo da legislação municipal; - Dirigir as atividades de controle patrimonial; - Dirigir, devidamente habilitado, veículo automotor no desempenho de atividades de interesse público; - desenvolver outras ações determinadas pelo Chefe do Poder Executivo ou titular da secretaria

Diretor Financeiro	<ul style="list-style-type: none">- Auxiliar o Secretário nas atividades inerentes a Diretoria;- Dirigir as atividades inerentes a diretoria conforme definido na legislação específica;- Zelar pelo cumprimento de calendário de recebimentos notas fiscais, contratos, emissão de ordem compras e empenho das despesas.- Dirigir a execução da política econômico-financeira do Município, na emissão dos empenhos, com o devido arquivamento de documentos aplicando os princípios básicos da administração pública.- Dirigir, devidamente habilitado, veículo automotor no desempenho de atividades de interesse público;- desenvolver outras ações determinadas pelo Chefe do Poder Executivo ou titular da secretaria
Diretor de Compras e Licitações	<ul style="list-style-type: none">- Auxiliar o Secretário nas atividades inerentes a Diretoria;- Dirigir as atividades inerentes a diretoria conforme definido na legislação específica;- Zelar pela observância da legislação pertinente as licitações;- Promover pesquisa de mercado referente às modalidades previstas na legislação de licitações, bem como, dos valores das contratações diretas realizadas pelos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta;- Coordenar, organizar e manter atualizado o Cadastro Geral de Licitantes do Município;- Coordenar a elaboração dos respectivos editais de acordo com a legislação vigente;- disponibilizar à Comissão Permanente de Licitações, todos os documentos e informações necessárias ao bom andamento dos processos licitatórios;- Dirigir, devidamente habilitado, veículo automotor no desempenho de atividades de interesse público;- desenvolver outras ações determinadas pelo Chefe do Poder Executivo ou titular da secretaria
Coordenador de Gestão Financeira	<ul style="list-style-type: none">- Coordenar a atividades de gestão financeira, fluxo de caixa, contas a pagar e receber;- Coordenar a conciliação de contas, controle de contas, garantia (conta de boletos);- Conduzir relacionamento operacional com bancos, emissão de boletos, controle de custos e caixas.- Realizar projeção e organização de contas a pagar de acordo com fluxo de caixa projetado;- Coordenar a organização e procedimentos para a contabilidade nas datas necessárias;- Coordenar, apoiar e interagir com as demais áreas meio.- Viabilizar a elaboração de prestações de contas de recursos públicos;- Dirigir, devidamente habilitado, veículo automotor no desempenho de atividades de interesse público;- desenvolver outras ações determinadas pelo Chefe do Poder Executivo ou titular da secretaria.

Coordenador de Almoxarifado	<ul style="list-style-type: none"> - Coordenar o trabalho de recebimento, estocagem, cadastramento e liberação de materiais - Realizar controles diversos e expedição de produtos utilizados na empresa, visando assegurar o abastecimento dos setores. - Coordenar a ordem e o mapeamento de produtos dentro do almoxarifado; - Supervisionar e instruir colaboradores para atendimento de procedimentos operacionais visando atendimento de qualidade assegurada e perda zero; - Acompanhar relatórios de avaliação de fornecedores objetivando maior entendimento do processo e divulgando as regras da área junto aos mesmos do ponto de vista de horário, documentação e material, - Avaliar constantemente o orçamento da área e pedidos colocados com o objetivo de evitar falta ou excesso de itens dentro da área, controlar o orçamento através desta análise, prover análise de materiais, promover análises de recebimentos de materiais, avaliando restrições para dias e horários dentro da dinâmica do almoxarifado, - Desenvolver com a área de compras estratégias para diluir da melhor forma dias e horários para entrega, evitando a concentração elevada de fornecedores, - Dirigir, devidamente habilitado, veículo automotor no desempenho de atividades de interesse público; - desenvolver outras ações determinadas pelo Chefe do Poder Executivo ou titular da secretaria
Diretor de Tecnologia e Informação	<ul style="list-style-type: none"> - Planejar, organizar, implantar e controlar as atividades de informática e redes na Prefeitura Municipal; - Levantar, analisar e propor soluções alternativas para os sistemas de informações e equipamentos da Prefeitura; - formular e propor diretrizes para o uso da tecnologia da informação e comunicação na administração pública, apoiando a promoção e implantação de produtos e serviços que facilitem o acesso e a disseminação de informações; - promover a integração de sistemas de informação, a melhoria na comunicação, a segurança e o compartilhamento de informações, com vistas à racionalização e otimização de recursos. - garantir processo permanente de inovação da gestão institucional no Poder Executivo, visando à eficiência, à eficácia e à efetividade na administração pública; - gerenciar, em parceria com órgãos, entidades e unidades responsáveis pela modernização administrativa, a concepção, o desenvolvimento e a implementação de produtos e serviços de informação de interesse para a consecução dos programas e projetos estratégicos; - Dirigir, devidamente habilitado, veículo automotor no desempenho de atividades de interesse público; - desenvolver outras ações determinadas pelo Chefe do Poder Executivo ou titular da secretaria

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CARGO	Atribuições e Responsabilidades
-------	---------------------------------

Secretário/a Municipal de Educação	<ul style="list-style-type: none"> - Gerir o orçamento da Secretaria, administrando as receitas e despesas; - Assinar atos da secretaria; - Supervisionar, coordenar e orientar as atividades da Secretaria; - Coordenar as questões de ordem administrativa, financeira e funcional relativas aos serviços, projetos e programas da secretaria; - Gerir a política municipal de educação e a política municipal de alimentação escolar; - Supervisionar a e coordenar o Projeto Político Pedagógico; - Supervisionar o planejamento, organização, administração, execução, coordenação, orientação, supervisão e controle da Rede Municipal de Ensino, - Supervisionar, planejar e avaliar, juntamente com o Setor de Recursos Humanos, as ações administrativas a serem executadas, de modo a garantir a efetivação das ações da Secretaria; - Garantir, com qualidade e eficiência, os recursos físicos, humanos e materiais necessários ao pleno funcionamento das Unidades Escolares e da Secretaria de Educação. - Supervisionar a formulação e execução de programas de incentivo ao desenvolvimento cultural; - Gerir a política municipal de cultura, conservação do patrimônio histórico e memória; - Promover o desenvolvimento de ações públicas de desenvolvimento da cultura no Município; - Supervisionar a formulação e execução de programas de incentivo ao desenvolvimento do esporte e lazer; - Promover o desenvolvimento de ações públicas de desenvolvimento dos esportes no Município; - Avaliar necessidades de treinamento dos servidores e prover ferramentas de desenvolvimento; - Dirigir, devidamente habilitado, veículo automotor no desempenho de atividades de interesse público; - exercer outras atribuições definidas por lei ou determinadas pelo Prefeito Municipal.
Diretor de Esportes e Lazer	<ul style="list-style-type: none"> - Auxiliar o titular da Secretaria nas atividades inerentes a Diretoria; - Dirigir as atividades do Departamento de Esporte e Lazer, bem como o desenvolvimento de projetos voltados ao esporte e lazer no município de Cunha Porã. - Dirigir, planejar, executar e controlar as ações voltadas ao desenvolvimento da política do esporte e lazer; - Dirigir, devidamente habilitado, veículo automotor no desempenho de atividades de interesse público; - desenvolver outras ações determinadas pelo Chefe do Poder Executivo ou titular da secretaria.
Diretor de Cultura	<ul style="list-style-type: none"> - Auxiliar o titular da Secretaria nas atividades inerentes a Diretoria; - Dirigir, coordenar e executar as atividades inerentes do Departamento de Cultura definidas em legislação própria. - Supervisionar a promoção de eventos culturais, cívicos e outras atividades artísticas no âmbito do Município e Região; - Dirigir, devidamente habilitado, veículo automotor no desempenho de atividades de interesse público; - desenvolver outras ações determinadas pelo Chefe do Poder Executivo ou titular da secretaria.
SECRETARIA DA SAUDE	
CARGO	Atribuições e Responsabilidades

Secretário/a Municipal de Saúde

- Gerir o orçamento da Secretaria, administrando as receitas e despesas;
- Assinar atos da secretaria;
- Supervisionar, coordenar e orientar as atividades da Secretaria;
- Coordenar as questões de ordem administrativa, financeira e funcional relativas aos serviços, projetos e programas da secretaria;
- representar o executivo municipal nos atos relativos a política de saúde, sempre que se fizer necessário;
- Supervisionar o planejamento e a gestão pública da saúde, no âmbito municipal, o desenvolvimento de políticas sociais, ambientais e econômicas, visando a redução do risco de doença e de outros agravos, em obediência à legislação vigente e aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde - Sistema Único de Saúde;
- viabilizar o acesso universal e contínuo a serviços de saúde de qualidade e resolutivos;
- efetivar a integralidade em seus vários aspectos, a integração de ações programáticas e demanda espontânea, articulação das ações de promoção à saúde, prevenção de agravos, vigilância em saúde, tratamento e reabilitação, trabalho de forma interdisciplinar e em equipe, e coordenação do cuidado na rede de serviços;
- desenvolver relações de vínculo e responsabilização entre as equipes e a população adstrita garantindo a continuidade das ações de saúde e a longitudinalidade do cuidado;
- valorizar os profissionais de saúde por meio do estímulo e do acompanhamento constante de sua formação e capacitação;
- realizar avaliação e acompanhamento sistemático dos resultados alcançados, como parte do processo de planejamento e programação;
- estabelecer mecanismos para a gestão da ética, com enfoque na conformidade de conduta como instrumento de sustentabilidade e melhoria da gestão pública do Sistema Único de Saúde, bem como a sua implementação no âmbito municipal;
- coordenar a elaboração de propostas do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual da Secretaria, bem como do Plano Municipal de Saúde e do Relatório de Gestão Municipal e demais instrumentos e normatizações necessárias ao planejamento municipal da saúde;
- estimular a participação popular e o controle social.
- coordenar as questões de ordem administrativa, financeira e funcional relativas aos serviços, projetos e programas da secretaria;
- Dirigir, devidamente habilitado, veículo automotor no desempenho de atividades de interesse público;
- desenvolver outras ações determinadas pelo Chefe do Poder Executivo

Diretor de Saúde

- Auxiliar o Secretário nas atividades inerentes a Diretoria;
- Dirigir as atividades inerentes a diretoria conforme definido na legislação específica;
- participar da formulação e implementação da política de assistência à saúde, observados os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde;
- planejar, orientar e avaliar as ações e serviços prestados à população nas unidades básicas de Saúde e outros serviços e programas aprovados no Plano Municipal de saúde, em articulação com as demais instâncias da Secretaria de Saúde;
- definir, coordenar e assessorar o sistema de redes integradas de ações e serviços de saúde;
- identificar os serviços de referência para o estabelecimento de padrões técnicos de assistência à saúde;
- elaborar e propor normas para disciplinar as relações entre as instâncias gestoras do Sistema Único de saúde e os serviços privados contratados de assistência à saúde;
- promover o desenvolvimento de ações estratégicas voltadas para a reorientação do modelo de atenção à saúde, tendo como eixo estruturador as ações de atenção básica em saúde;
- participar da elaboração, implantação e implementação de normas, instrumentos, indicadores e métodos que fortaleçam a qualidade e a capacidade de gestão do Sistema Único de Saúde, no município;
- promover a integração dos setores da saúde e da educação no sentido de fortalecer as instituições formadoras de profissionais atuantes na área;
- contribuir para a equidade, apoiando e articulando grupos sociais que demandam políticas específicas de saúde;
- participar na coordenação da Política de Monitoramento e Avaliação da Gestão do Sistema Único de Saúde, por meio da análise de seu desenvolvimento, da identificação e disseminação de experiências inovadoras, produzindo subsídios para a tomada de decisões e a organização dos serviços;
- assumir a direção técnica, organizar, supervisionar e avaliar o atendimento e produção médica em toda a rede de serviços prestados pela Secretaria de Saúde;
- supervisionar e monitorar o uso de equipamentos médicos de diagnóstico;
- participar na seleção e contratação dos profissionais que compõem as equipes multiprofissionais de saúde, em conformidade com a legislação vigente;
- definir em conjunto com a equipe s diferentes fluxos de referência e contra referência para serviços básicos e de maior complexidade ou de apoio diagnóstico, de acordo com a rede instalada;
- Avaliar necessidades de treinamento dos servidores e prover ferramentas de desenvolvimento;
- Dirigir, devidamente habilitado, veículo automotor no desempenho de atividades de interesse público;
- desenvolver outras ações determinadas pelo Chefe do Poder Executivo ou titular da secretaria.

Diretor de Atenção Básica da Saúde.

- coordenar à rede de atenção básica a saúde do município com princípios e diretrizes do SUS.
- coordenar a ampliação e qualificação da estratégia da saúde da família.
- coordenar a implantação e coordenação de avaliações de políticas e programas.
- coordenar ações de educação básica em saúde, juntamente com avaliações periódicas em conjunto com as equipes de saúde e gestão.
- Acompanhar e coordenar avaliação e execução de atividades prevista na legislação federal e estadual.
- promover o desenvolvimento de ações estratégicas voltadas para a reorientação do modelo de atenção à saúde, tendo como eixo estruturador as ações de atenção básica em saúde;
- participar da elaboração, implantação e implementação de normas, instrumentos, indicadores e métodos que fortaleçam a qualidade e a capacidade de gestão do Sistema Único de Saúde, no município.
- promover a integração dos setores da saúde e da educação no sentido de fortalecer as instituições formadoras de profissionais atuantes na área da saúde;
- Dirigir, devidamente habilitado, veículo automotor no desempenho de atividades de interesse público;
- desenvolver outras atividades técnico-administrativas determinadas pelo Chefe do Poder Executivo ou titular da pasta.

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

CARGO	Atribuições e Responsabilidades
Secretário/a Municipal de Assistência Social	<ul style="list-style-type: none"> - Gerir o orçamento da Secretaria, administrando as receitas e despesas; - Assinar atos da secretaria; - Supervisionar, coordenar e orientar as atividades da Secretaria; - Coordenar as questões de ordem administrativa, financeira e funcional relativas aos serviços, projetos e programas da secretaria; - Planejar, organizar, executar e controlar a política municipal do desenvolvimento comunitário, ocupacional e habitacional e sua adequada administração - Supervisionar a execução da política de assistência social do município, alinhada as normas operacionais do SUAS; - representar o executivo municipal nos atos relativos a política de assistência social, sempre que se fizer necessário; -coordenar as questões de ordem administrativa, financeira e funcional relativas aos serviços, projetos e programas da secretaria; -Planejar e organizar as ações da secretaria, visando o aprimoramento da gestão e a sustentabilidade da organização; - Promover a divulgação de atos, normas e resoluções da secretaria; - Promover a articulação entre a secretaria e órgãos de controle social, entidades e parceiros, visando fortalecer a rede sócio assistencial; - Dirigir, devidamente habilitado, veículo automotor no desempenho de atividades de interesse público; -Avaliar necessidades de treinamento dos servidores e prover ferramentas de desenvolvimento
Diretor de Programas Habitacionais	<ul style="list-style-type: none"> - Auxiliar o Secretário nas atividades inerentes a Diretoria; - Dirigir as atividades inerentes a diretoria conforme definido na legislação específica; -Conduzir a política habitacional do Município de Cunha Porã, dirigida às famílias em situação de vulnerabilidade social, proporcionando o acesso a moradia; -Planejar, organizar, executar e controlar as atividades da política habitacional; -Dirigir, conjuntamente com outros órgãos públicos, o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social; -efetuar levantamentos, estudos, pareceres e outros documentos necessários ao desenvolvimento de projetos habitacionais, articuladamente com outros órgãos da administração municipal visando o desenvolvimento das atividades da Diretoria; -Dirigir o cadastramento de interessados em ingressar no programa de habitação popular, desenvolvido pelo Município; -selecionar, com base nas informações cadastrais, os casos prioritários de atendimento, desde que atendidos os requisitos básicos estabelecidos; - Administrar a execução do programa habitacional, com a construção de moradias populares e demais projetos, com vistas a minimizar o déficit habitacional no Município; - Promover, articuladamente com órgãos da administração estadual e federal, o desenvolvimento de programas e projetos de atendimento à comunidade; - Efetuar o acompanhamento social dos projetos, ações de habitação e das famílias atendidas pela política de habitação. - Dirigir, devidamente habilitado, veículo automotor no desempenho de atividades de interesse público; - desenvolver outras ações determinadas pelo Chefe do Poder Executivo ou titular da secretaria.
Assessor de Programas Sociais	<ul style="list-style-type: none"> - assessorar e gerenciar a execução dos programas de inclusão produtiva; - assessorar na execução de programas de enfrentamento à pobreza; - assessorar na execução de programas de transferência de renda; - Dirigir, devidamente habilitado, veículo automotor no desempenho de atividades de interesse público; - desenvolver outras ações determinadas pelo Chefe do Poder Executivo ou titular da secretaria

Assessor da Política da Mulher e do Idoso	<ul style="list-style-type: none"> - promover a cooperação técnica entre os órgãos do Poder Público e entidades privadas, a fim de assegurar o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à mulheres e idosos; -organizar campanhas e atividades que fomentem a inclusão social de mulheres e idosos; - promover e divulgar eventos e atividades sociais, educacionais, esportivas e culturais referentes à mulheres e idosos; -instituir projetos e ações visando o acesso d mulheres e idosos à educação e ao mercado de trabalho; - Assessorar nos atendimentos a mulheres e idosos. - Dirigir, devidamente habilitado, veículo automotor no desempenho de atividades de interesse público; - desenvolver outras ações determinadas pelo Chefe do Poder Executivo ou titular da secretaria
---	--

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

CARGO	Atribuições e Responsabilidades
Secretário Municipal de Infraestrutura.	<ul style="list-style-type: none"> - Gerir o orçamento da Secretaria, administrar as receitas e despesas; - Assinar atos da secretaria; - Supervisionar, coordenar e orientar as atividades da Secretaria; - Coordenar as questões de ordem administrativa, financeira e funcional relativas aos serviços, projetos e programas da secretaria; - planejar, executar e controlar as ações voltadas ao desenvolvimento da política de obras e serviços urbanos e rurais; -Supervisionar a fiscalização da execução dos trabalhos desenvolvidos por empresas contratadas; - Dirigir, devidamente habilitado, veículo automotor no desempenho de atividades de interesse público; -desenvolver outras ações determinadas pelo Prefeito Municipal.
Diretor de Infraestrutura, transporte e obras rurais	<ul style="list-style-type: none"> - Auxiliar o Secretário nas atividades inerentes a Diretoria; - Dirigir as atividades inerentes a diretoria conforme definido na legislação específica; - Dirigir e supervisionar os serviços prestados; - Dirigir as atividades de do pátio de máquinas e equipamentos do Município; - Dirigir as ações e serviços de apoio em todo território rural do município; - Assessorar o Secretário de infraestrutura nos trabalhos administrativos e financeiros da Secretaria; - Dirigir, devidamente habilitado, veículo automotor no desempenho de atividades de interesse público; - desenvolver outras ações determinadas pelo Chefe do Poder Executivo ou titular da secretaria.
Diretor de Infraestrutura, transporte e obras urbanas.	<ul style="list-style-type: none"> - Auxiliar o Secretário nas atividades inerentes a Diretoria; - Dirigir as atividades inerentes a diretoria conforme definido na legislação específica -Coordenar e supervisionar os serviços prestados; - coordenar as ações de obras públicas Urbanas; -coordenar o pátio de máquinas e equipamentos do Município; -coordenar as ações e serviços de apoio na área urbana; -coordenar as ações de serviços urbanos; -assessorar o Secretário de infraestrutura nos trabalhos administrativos e financeiros da Secretaria; - Dirigir, devidamente habilitado, veículo automotor no desempenho de atividades de interesse público; - desenvolver outras ações determinadas pelo Chefe do Poder Executivo ou titular da secretaria

Diretor de Planejamento	<ul style="list-style-type: none"> - Auxiliar o Secretário nas atividades inerentes a Diretoria; - Dirigir as atividades inerentes a diretoria conforme definida na legislação específica - Coordenar o planejamento e a coordenação das atividades da secretaria. - Dirigir a política de planejamento urbano e rural do Município; - Promover a realização de estudos e a adoção de ações que visem a melhoria urbanística de Cunha Porã; - Executar a política de planejamento urbano e rural; - Coordenar o planejamento, organizar, dirigir e controlar as atividades relativas a estudos e pesquisas, necessárias ao acompanhamento do desenvolvimento urbano do município áreas industriais e região do município; - Dirigir, devidamente habilitado, veículo automotor no desempenho de atividades de interesse público; - desenvolver outras ações determinadas pelo Chefe do Poder Executivo ou titular da secretaria
-------------------------	--

SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

CARGO	Atribuições e Responsabilidades
Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.	<ul style="list-style-type: none"> - Gerir o orçamento da Secretaria, administrar as receitas e despesas; - Assinar atos da secretaria; - Supervisionar, coordenar e orientar as atividades da Secretaria; - Coordenar as questões de ordem administrativa, financeira e funcional relativas aos serviços, projetos e programas da secretaria; - planejar, executar e controlar as ações voltadas a implantação e aprimoramento da política de desenvolvimento rural; - gerir a política municipal de agricultura e abastecimento; - gerir a política municipal de meio ambiente; - gerir a política municipal de desenvolvimento rural - Dirigir, devidamente habilitado, veículo automotor no desempenho de atividades de interesse público; - desenvolver outras ações determinadas pelo Prefeito Municipal.
Diretor de Agricultura e Meio Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> - Auxiliar o Secretário nas atividades inerentes a Diretoria; - Dirigir as atividades inerentes a diretoria conforme definido na legislação específica - efetuar assessoramento e planejamento da área técnica da Secretaria, - intermediar entre a Secretaria e sua área técnica políticas de planejamento, execução e controlar, na forma da lei, a política agrícola no Município, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização e de armazenamento da produção; - Dirigir, devidamente habilitado, veículo automotor no desempenho de atividades de interesse público; - desenvolver outras atividades técnico-administrativas determinadas pelo Chefe do Poder Executivo ou titular da Secretaria.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TURISMO

CARGO	Atribuições e Responsabilidades
-------	---------------------------------

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo	<ul style="list-style-type: none"> - Gerir o orçamento da Secretaria, administrar as receitas e despesas; - Assinar atos da secretaria; - supervisionar, coordenar e orientar as atividades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico; - Coordenar as questões de ordem administrativa, financeira e funcional relativas aos serviços, projetos e programas da secretaria; - gerir a política municipal de desenvolvimento econômico e a política de turismo; - gerenciar as ações municipais, a política municipal e planejar, controlar e executar as ações municipais de incentivo ao empreendedorismo; - articular-se com a sociedade civil quanto ao fomento de suas ações; - fomentar a instalação de empreendimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços no município de Cunha Porã; - viabilizar incentivos para o desenvolvimento de novos empreendimentos; -desenvolver ações públicas com vistas a implantação de Distritos Industriais; -gerenciar as áreas industriais em implantação e já implantadas pelo Poder Executivo Municipal; - Dirigir, devidamente habilitado, veículo automotor no desempenho de atividades de interesse público; - desenvolver outras ações determinadas pelo Prefeito Municipal.
Diretor de Indústria, comércio, Serviço e Turismo	<ul style="list-style-type: none"> - Auxiliar o Secretário nas atividades inerentes a Diretoria; - Dirigir as atividades inerentes a diretoria conforme definido na legislação específica - divulgar as ações de desenvolvimento econômico; -coordenar as ações de incentivo ao empreendedorismo; -coordenar as ações de geração de emprego e renda; -promover e incentivar o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico; -incentivar empreendimentos turísticos; - divulgar os pontos de interesse turístico; - Promover o Município no roteiro turístico do Estado; - Promover a divulgação do Município, por meio da realização de eventos tradicionais e característicos, efetuados regularmente, gerenciando a sua inclusão no calendário de eventos elaborado pelo órgão estadual de turismo; -apoiar e incentivar a realização de eventos folclóricos, tradicionalistas e socioculturais; - representar e divulgar o Município em eventos diversos, em âmbito interno e externo; - articular-se com entidades públicas e privadas, bem como com os demais órgãos da Administração Municipal, para viabilizar o desenvolvimento harmonioso do setor turístico no Município. - Dirigir, devidamente habilitado, veículo automotor no desempenho de atividades de interesse público; - desenvolver outras ações determinadas pelo Chefe do Poder Executivo ou titular da secretaria.

GRUPO VIII - FUNÇÕES DE CONFIANÇA

ENCARREGADO DE SETOR:

- chefiar setores da Administração;
- dar suporte necessário à Secretaria ou Diretoria que estiver lotado, no âmbito das informações administrativas e técnicas necessárias para a execução dos serviços públicos;
- controlar administrativamente as ações do setor ao qual estiver vinculado;
- chefiar ações públicas determinadas pelo Secretário ou Diretor, com vistas a realização de serviços públicos;
- providenciar o material necessário para a execução dos serviços do setor;
- organizar o atendimento ao público do setor ao qual está vinculado;
- prestar informações à população e aos superiores hierárquicos referentes ao setor que chefia;
- desenvolver outras atividades além das atribuições do cargo efetivo;
- desenvolver outras tarefas de natureza técnico-administrativa determinada pelo Chefe do Poder Executivo, Secretário Titular da Pasta ou Diretoria.

ENCARREGADO SETOR RECURSOS HUMANOS:

- promover o recrutamento, seleção, admissão e treinar o pessoal do Quadro do Poder Executivo;
- promover o registro da movimentação de pessoal, com as anotações funcionais pertinentes;
- providenciar o cumprimento das obrigações e encargos sociais, na forma estabelecida;
- promover o enquadramento, reenquadramento, transposição, progressão funcional, transferência e demais atos pertinentes à vida funcional do servidor, procedendo o respectivo registro;

- controlar a carga horária e o ponto dos servidores municipais;
- elaborar as folhas de pagamento dos servidores ativos e inativos do Município;
- elaborar, tempestivamente, as folhas referentes às contribuições dos servidores e do Município aos Fundos Municipais, para o devido recolhimento, conforme determinado nos respectivos regulamentos;
- promover sindicâncias, processos disciplinares e administrativos para apurar a denúncia de possíveis irregularidades cometidas por servidor municipal;
- conceder férias e licenças regulares;
- aplicar penalidades disciplinares ao servidor municipal incurso em ilícito previsto em lei;
- lavrar apostilamentos funcionais;
- promover e executar os serviços relativos à segurança básica e necessária ao trabalho;
- efetuar a política de gestão de pessoas no Poder Executivo Municipal;
- desenvolver treinamentos e demais atos visando a qualificação do serviço público;
- coordenar as ações de implementação de planos, projetos e ações voltadas aos servidores públicos municipais;
- desenvolver outras tarefas de natureza técnico-administrativa determinada pelo Chefe do Poder Executivo, Secretário Titular da Pasta ou Diretoria.

FC COORDENADOR DO CRAS:

- Articular, acompanhar e avaliar atividades do CRAS e a implementação dos programas, serviços, projetos de proteção social básica operacionalizadas nessa unidade;
- Coordenar a execução e o monitoramento dos serviços, o registro de informações e a avaliação das ações, programas, projetos, serviços e benefícios;
- Participar da elaboração, acompanhar e avaliar os fluxos e procedimentos para garantir a efetivação da referência e contrarreferência;
- Coordenar a execução das ações, de forma a manter o diálogo e garantir a participação dos profissionais, bem como das famílias inseridas nos serviços ofertados pelo CRAS e pela rede prestadora de serviços no território;
- Definir, com participação da equipe de profissionais, os critérios de inclusão, acompanhamento e desligamento das famílias, dos serviços ofertados no CRAS;
- Coordenar a definição, junto com a equipe de profissionais e representantes da rede socioassistencial do território, o fluxo de entrada, acompanhamento, monitoramento, avaliação e desligamento das famílias e indivíduos nos serviços de proteção social básica da rede socioassistencial referenciada ao CRAS;
- Promover a articulação entre serviços, transferência de renda e benefícios socioassistenciais na área de abrangência do CRAS;
- Definir, junto com a equipe técnica, os meios e as ferramentas teórico-metodológicos de trabalho social com famílias e dos serviços de convivência;
- Contribuir para avaliação, a ser feita pelo gestor, da eficácia, eficiência e impactos dos programas, serviços e projetos na qualidade de vida dos usuários;
- Efetuar ações de mapeamento, articulação e potencialização da rede socioassistencial no território de abrangência do CRAS e fazer a gestão local desta rede;
- Efetuar ações de mapeamento e articulação das redes de apoio informais existentes no território (lideranças comunitárias, associações de bairro);
- Coordenar a alimentação de sistemas de informação de âmbito local e monitorar o envio regular e nos prazos, de informações sobre os serviços socioassistenciais referenciados, encaminhando-os à Secretaria Municipal (ou do DF) de Assistência Social;
- Participar dos processos de articulação intersectorial no território do CRAS;
- Averiguar as necessidades de capacitação da equipe de referência e informar a Secretaria de Assistência Social do Município;
- Planejar e coordenar o processo de busca ativa no território de abrangência do CRAS, em consonância com diretrizes da Secretaria de Assistência Social do Município
- desenvolver outras tarefas de natureza técnico-administrativa determinada pelo Chefe do Poder Executivo, Secretário Titular da Pasta ou Diretoria.

FC CHEFE DE SETOR DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA:

- Promover e proteger a saúde da população viabilizando a eliminação, diminuição ou prevenção der riscos à saúde e intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção, da circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde;
- Promover a prevenção de agravos a saúde da população;
- Coordenar e supervisionar as ações do Programa de Vigilância Sanitária em Estabelecimentos Prestadores Serviços de Saúde;
- Estabelecer e acompanhar indicadores sanitários e de qualidade do funcionamento dos estabelecimentos prestadores de serviços de saúde;
- Realizar inspeções sanitárias complementar e/ou suplementar junto no Município;
- Promover palestras, elaborar matérias e materiais de orientação e esclarecimento a respeito de assuntos de abrangência da vigilância sanitária destinada à: profissionais de saúde, alunos da área de saúde de universidades, faculdades e cursos técnicos, imprensa e população em geral.

FC SECRETÁRIO ADJUNTO:

- Atuar diretamente com o Secretário de Educação e substituí-lo quando necessário;
- Auxiliar o Secretário Titular da Pasta na organização, orientação, coordenação e controle de atividades;
- Exercer atividades delegadas pelo Secretário;
- Despachar com o Secretário;
- Substituir automática e eventualmente o Secretário em suas ausências impedimentos ou afastamentos legais;
- Desempenhar outras tarefas compatíveis com suas atribuições e de acordo com as determinações do Secretário.
- Desenvolver outras tarefas de natureza técnico-administrativa determinada pelo Chefe do Poder Executivo ou Secretário Titular da Pasta.

Cunhataí

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03/2020

Publicação Nº 2309958

Extrato DO CONTRATO ADM Nº 03/2020

Processo Administrativo nº 57/2019

Tomada de Preço nº 09/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CUNHATAI – SC

CONTRATADA: CS SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS CLINICO GERAL E REGULADOR, PARA ATENDIMENTO DOS USUÁRIOS DA UNIDADE DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ/SC.

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato se iniciará na data de assinatura deste termo e se findará em 31/12/2020.

VALOR: R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais) mensais.

DOTAÇÃO: As despesas decorrentes do presente correrão por conta do Orçamento vigente, cuja fonte de recurso tem a seguinte classificação:

Projeto/Atividade nº: 2.065;

Modalidade de Aplicação nº: 3.1.90;

Signatários: Luciano Franz e Paulo Sampaio Camargo.

Cunhataí/SC, 13/01/2020.

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DÍVIDA ATIVA Nº 01/2020

Publicação Nº 2310650

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Edital de Notificação de Dívida Ativa nº 01/2020

Ficam os contribuintes abaixo relacionados notificados a comparecer ao Departamento de Tributação da Prefeitura para, no prazo de 30 (trinta) dias promover a regularização dos débitos inscritos em Dívida Ativa na forma do Artigo 180 da Lei Complementar 184/2017. Os débitos poderão ser pagos à vista ou em até 36 parcelas mensais com juro de 1% (um por cento) ao mês. Na eventualidade de não ocorrer o pagamento espontâneo do débito tributário, o município de Curitibanos não hesitará em submeter o seu crédito ao Poder Judiciário para cobrança coercitiva, através da Ação de Execução Fiscal, onde serão exigidos multa, juros, correção monetária, e todos os demais encargos originados pela demanda civil fiscal (despesas processuais e honorários advocatícios), com a possibilidade, inclusive, de arresto, penhora e leilão de bens, visto que o bem comum exige que os tributos sejam rigorosamente arrecadados.

NOTIFICAÇÃO DE DÍVIDA ATIVA EDITAL				
Número	Nome	CPF/CNPJ	Receita	Valor
64/2020	LUIZ DIAS PRESTES	352.209.709-25	300	R\$ 616,02
63/2020	PHILIPPUS CONFECÇÃO LTDA	10.583.905/0002-76	300	R\$ 418,44
63/2020	PHILIPPUS CONFECÇÃO LTDA	10.583.905/0002-76	5000	R\$ 30,42
21/2020	PHILIPPUS CONFECÇÕES LTDA ME	10.583.905/0001-95	300	R\$ 675,94
21/2020	PHILIPPUS CONFECÇÕES LTDA ME	10.583.905/0001-95	300	R\$ 63,96
62/2020	MARCELO FELIPPI LUTZ ME	10.450.612/0001-30	300	R\$ 418,44
33/2020	JACIR BERGMANN	559.145.789-49	300	R\$ 156,61
33/2020	JACIR BERGMANN	559.145.789-49	400	R\$ 982,81
38/2020	LIVRARIA EVANGELICA CANAA LTDA ME	06.121.616/0001-05	300	R\$ 1.615,98
39/2020	EQUIWEST COM E MANUT EQUIP ELETROELE LTD	06.014.804/0001-26	300	R\$ 865,03
23/2020	COMERCIO DE SUCATAS SÃO LUIZ LTDA ME	11.631.032/0001-01	300	R\$ 2.847,05
42/2020	LUCIA GISELDA DE O CHE-ROBIM ME	02.838.104/0001-03	300	R\$ 1.615,98
32/2020	JOSE MILTON DE CARVALHO ME	04.290.150/0001-38	300	R\$ 2.000,45
52/2020	NILTON S. ANTUNES ME	10.824.378/0001-63	300	R\$ 1.615,98
59/2020	TORNADO SERVIÇOS FLORESTAIS LTDA ME	12.595.539/0001-10	300	R\$ 829,88
58/2020	EKIS-G MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME	16.808.457/0001-67	300	R\$ 289,69
58/2020	EKIS-G MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME	16.808.457/0001-67	5000	R\$ 60,34
22/2020	SANTOS ROSA BENEFICIAMENTO DE CEREAIS LTDA ME	09.211.448/0001-29	300	R\$ 2.847,05
29/2020	L7 INDUSTRIA E COMERCIO-DE ROUPAS LTDA ME	81.296.097/0001-23	300	R\$ 2.847,05
55/2020	JOSE C P SILVA & CIA LTDA ME	02.225.992/0001-80	300	R\$ 289,69
55/2020	JOSE C P SILVA & CIA LTDA ME	02.225.992/0001-80	5000	R\$ 30,42
47/2020	ELIANE APARECIDA ROSA ME	07.349.107/0001-99	300	R\$ 2.000,45
51/2020	LUIZ CARLOS CHAVES	248.666.109-30	300	R\$ 1.615,98

35/2020	CATARINA FARIAS-ME	04.955.304/0001-63	300	R\$ 1.615,98
65/2020	JOSE IVAN FELIPE BIANECKI & CIA LTDA - ME	08.471.711/0001-56	300	R\$ 133,95
65/2020	JOSE IVAN FELIPE BIANECKI & CIA LTDA - ME	08.471.711/0001-56	5000	R\$ 30,42
50/2020	JOEL SEBASTIAO ANTUNES	10.397.075/0001-01	300	R\$ 2.000,45
24/2020	GV COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA ME	09.296.016/0001-68	300	R\$ 2.847,05
37/2020	MARIO PEDRO DOS SANTOS	896.302.900-00	300	R\$ 1.615,98
37/2020	MARIO PEDRO DOS SANTOS	896.302.900-00	400	R\$ 418,96

Legenda Receitas:

Imposto Predial e Territorial: 100

Taxas do Econômico: 300

Imposto Sobre Serviço 400

Receitas Diversas: 1000

Taxas Corpo de Bombeiros Militar 3800

Taxas de Bombeiros 3400

Taxas Vigilância Sanitária 3600

Taxa Protocolo 5000

Curitiba (SC), 13 de janeiro de 2020

Francisco B. Pereira Jr

Fiscal de Tributos

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2/2020

Publicação Nº 2310697

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2/2020

REFERENTE: Contrato de prestação de serviços firmado entre o Fundo Municipal de Educação de Curitiba e as empresas MARISSA DE BRITO COSTA com o valor de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), REINOLDO FRANCISCO CARDINAL HUTH com o valor de R\$ 8.600 (oito mil e seiscentos reais), MARCOS PETRY com o valor de R\$ 2.980,00 (dois mil novecentos e oitenta reais) e CURSO DE FORM. PERM. DE PROF. E EVENTOS TANTAS PALAVRAS com o valor de R\$ 11.475,00 (onze mil quatrocentos e setenta e cinco reais), totalizando o valor de R\$ 29.555,00 (vinte e nove mil quinhentos e cinquenta e cinco reais).

RESUMO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE CAPACITAÇÕES DIRECIONADAS AOS PROFESSORES DA REDE DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL INICIAL E FINAL. NA FORMA DO ARTIGO DO ART. 25, INCISO II DA LEI 8.666/93 E DOCUMENTOS EM ANEXO.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 25 – É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

II – “para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;”

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 25, inciso II da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitiba, 13 de janeiro de 2020.

Diego Sebem Wordell Cristina Melo Menegotto

Presidente da Comissão Membro

Cristiano França Pereira Roberto Carlos da Silva Cristiane J. P. Sandri

Membro Membro Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente inexigibilidade cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações de acordo com o Art. 25 o inciso II dou como aprovada.

Curitiba, 13 de janeiro de 2020.

Hérion Adalberto Rech

Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a contratação da prestação de serviços mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitiba, 13 de janeiro de 2020.

Kleberson Luciano Lima

Presidente do Fundo

REPUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 244/2019

Publicação Nº 2310121

REPUBLICAÇÃO**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 244/2019**

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei complementar 123/2006, Decretos Municipais 3.524/2007 e 3.525/2007 e pela Lei Federal nº 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LICENÇA DO SOFTWARE COREL DRAW E ADOBE CREATIVE PARA USO NA ASSESSORIA DE IMPRENSA, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 27/01/2020, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitiba, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 14:00 horas do dia 27/01/2020, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na pagina da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 13 de Janeiro de 2020.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

Descanso

PREFEITURA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2020 ABRE INSCRIÇÕES E BAIXAS NORMAS PARA SELEÇÃO DE PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA

Publicação Nº 2310799

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2020, de 13 de janeiro de 2020.
ABRE INSCRIÇÕES E BAIXAS NORMAS PARA SELEÇÃO DE PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais nos termos do artigo 303, da Lei nº 086/91, 27.12.91, alterado pela Lei nº 106/97, de 22.09.97, Lei nº 354/2001, de 18.12.2001, alterada pela Lei nº 1009/2010, de 22.11.2010 e Lei nº 1281/2013, de 25.11.2013, Lei nº 04/90, de 02.03.90, Lei nº 263/2000, de 03.04.2000, Lei nº 086/91 de 27.12.91 e Lei Orgânica do Município, torna público aos interessados, que estarão abertas as inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para contratação/admissão de servidores por prazo determinado, sob o Regime Estatutário, vinculados ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, na classe inicial das categorias funcionais do Plano de Carreira dos Profissionais em Educação do Magistério Público do Município de Descanso, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, de acordo com o disposto no Artigo 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, para a função de professor de Língua Portuguesa, conforme instruções deste Edital e demais normas atinentes.

CAPÍTULO I

1. DA FUNÇÃO E VAGA

1.1 O Processo Seletivo destina-se ao preenchimento de vaga, para contratação temporária de Professor de Língua Portuguesa, até o dia 18 de dezembro de 2020, salvo determinação em contrário e/ou homologação de processo seletivo e/ou concurso público, e compor reserva técnica para ocupação de vagas vinculadas, que venham a surgir no decorrer do prazo pelo motivo de não haver classificados no processo seletivo de nº 02/2019 de 02 de outubro de 2019, homologado pelo DECRETO Nº 2098/2019, de 20 de Dezembro de 2019.

PROFESSORES HABILITADOS					
Cargo/ Função	Nº Vagas	Vencimento R\$	Carga Horária	Habilitação Profissional	Tipo de Prova
Professor de Língua Portuguesa Lei nº 263/2000	01	R\$ 655,34	10h/sem	Nível Superior completo específico na área de atuação.	- Títulos - Tempo de Experiência

PROFESSORES NÃO HABILITADOS					
Cargo/ Função	Nº Vagas	Vencimento R\$	Carga Horária	Habilitação Profissional	Tipo de Prova
Professor de Língua Portuguesa Lei nº 263/2000	01	R\$ 639,44	10h/sem	Cursando nível superior específico na área de atuação.	- Títulos - Tempo de Experiência

Subst. è Substituição

1.2 A vaga existe por não haver classificados no processo seletivo de 02/2019, 02 de outubro de 2019, homologado pelo Decreto Nº 2098/2019, de 20 de Dezembro de 2019.

1.3 A vaga para professor será oferecida com carga horária semanal de 10(dez) horas, percebendo salário proporcional às horas efetivamente trabalhadas, conforme previsto no Estatuto do Servidor Público do Município de Descanso em seu artigo 47, § 2º, da Lei nº 086/91 e Art. 29 da Lei nº 263/2000.

2. A VAGA EXISTENTE e/ou vinculada para até, Professor Língua Portuguesa, para até o dia 20 de dezembro de 2020, salvo determinação em contrário e/ou homologação de processo seletivo e concurso público:

ESCOLA	Cargo/Função	Horas Semanais	Período
EBM Cachoerinha	Professor de Língua Portuguesa	10h/sem	03/02/2020 a 18/12/2020

* 2.a.1 O profissional será admitido pelo período, salvo determinação em contrário e/ou homologação de concurso público.

CAPÍTULO II

2 - DAS INSCRIÇÕES

2.1 As inscrições estarão abertas no período de 15, 16 e 17 de janeiro de 2020, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, junto a Prefeitura Municipal, sito à Avenida Marechal Deodoro, nº 146, nesta cidade de Descanso/SC.

2.2 A inscrição no presente Processo Seletivo Simplificado implicará, desde logo, no conhecimento e aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste Edital.

2.3 São condições para inscrição:

2.3.1 - Ser brasileiro nato ou naturalizado;

2.3.2 - Encontrar-se em pleno exercício dos direitos políticos, nos termos da Constituição Federal;

2.3.3 - Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos, na data da admissão;

2.3.4 - Ter cumprido com as obrigações eleitorais;

2.3.5 - Ter certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, em caso de candidato do sexo masculino;

2.3.6 - Possuir o nível de escolaridade e/ou experiência comprovada na área de atuação, exigido para o exercício do cargo/função na data da admissão e provimento ao cargo;

2.3.7 - As inscrições poderão ser feitas mediante procuração autenticada em cartório;

2.3.8 - Cumprir as determinações deste Edital.

2.4 Documentos para inscrição:

2.4.1 - Cópia legível, recente e em bom estado da Cédula de Identidade;

2.4.2 - Cópia do Título de Eleitor com comprovante da última eleição 2018, ou justificativa da Justiça Eleitoral;

2.4.3 - Cópia do CPF - Cadastro de Pessoa Física;

2.4.4 - Cópia da Prova de quitação com o Serviço Militar (sexo masculino);

2.4.5 - Certificado de comprovação de escolaridade / formação, expedido pelos órgãos competentes;

2.4.6 - Comprovação legal da habilitação (para fins de classificação de Professores);

a) Certificado de Registro de professor, expedido pelo MEC ou Diploma do curso superior – Licenciatura Plena e/ou cursando nível superior específico na área de atuação e ou outra habilitação;

2.4.7 - Certificados de cursos de formação na área de Professor, expedido pelos órgãos competentes;

2.4.8 - Atestado de comprovação do tempo de serviço, específico de Professor, expresso em anos, meses e dias, expedido pelos órgãos competentes;

Obs: Todos os documentos e certificados exigidos devem ser apresentados em via original acompanhado de cópia para conferência.

2.5 – Para inscrever-se, o candidato deverá atender ao que segue:

2.5.1 - Comparecer no local, período e horário indicado no presente Edital e preencher a ficha de inscrição.

2.5.2 - Para efetivar a inscrição, o candidato deverá estar munido de Cédula de Identidade, bem como as cópias dos documentos exigidos neste edital, para então receber o comprovante de inscrição.

2.5.3 - As informações prestadas na ficha de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato.

2.5.4 - O comprovante de inscrição deverá ser mantido em poder do candidato devendo ser apresentado no local e dia da escolha de vaga.

CAPÍTULO III

3- DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES:

3.1 - As inscrições serão homologadas pelo Prefeito Municipal de Descanso - SC, no dia 20 de janeiro de 2020 às 08:00hs, após o encerramento das inscrições e publicadas no seguinte endereço eletrônico: www.descanso.sc.gov.br.

3.2 - Os candidatos que tiverem suas inscrições não homologadas, terão prazo até as 13:00hs do dia 20 de janeiro de 2020, a partir da publicação, para querendo, impetrar recurso junto à Prefeitura Municipal de Descanso, e endereçado à Secretaria de Educação e Cultura.

3.2.1 - Todos os recursos movidos pelos candidatos deverão obrigatoriamente dar entrada com protocolo na Prefeitura Municipal de Descanso - SC.

CAPÍTULO IV

4 - DAS PROVAS E DE TÍTULOS:

4.1 - A classificação do candidato habilitado, dar-se-á de acordo com os seguintes critérios na provas de títulos:

4.2 - Certificado de comprovação de escolaridade / formação, expedido pelos órgãos competentes, valendo:

4.2.1 - 5,0 pontos para nível superior na área de atuação;

4.2.2 - 4,0 pontos para cursando nível superior na área atuação;

4.2.3 - 3,0 pontos para nível superior na área de educação;

4.2.4 - 2,0 pontos cursando nível superior na área de educação;

4.2.5 - 1,6 pontos cursando nível superior;

4.3 - Certificados de cursos de formação valendo 0,20 (vinte décimos de ponto) para cada 20 (vinte) horas de curso frequentado e ou ministrado na área de Professor, expedido pelos órgãos competentes, a partir de 2015, até o limite de 2,00 pontos;

4.4 - Certificados de cursos de formação valendo 1,00 (um ponto) para professor com Diploma ou Certificado de pós-graduação, na área de atuação (Pós na área de atuação);

4.5 - Certificados de cursos de formação valendo 0,50 (zero vírgula cinquenta pontos) para professor com Diploma ou Certificado de pós-graduação na área da educação;

4.6 - Atestado de comprovação do tempo de serviço, específico de Professor, expresso em anos, meses e dias, expedido pelos órgãos competentes e/ou comprovado em registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS;

4.6.1 - No cálculo por tempo de serviço computar-se-á 0,10 (décimo de ponto) para cada mês de tempo de serviço de Professor, no serviço público e privado, até o limite de 1,50 pontos.

4.6.2 - Para contagem do tempo de serviço, será considerada como data fim, 30 de dezembro de 2019.

CAPÍTULO V

5 – CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO PARA PROFESSOR

5.1 A seleção dos classificados ocorrerá no dia 22 de janeiro, às 08h00min na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

5.2 Os critérios de classificação serão por eliminação na seguinte ordem abordada:

5.2.1 Certificado de registro de professor, expedido pelo MEC ou diploma curso superior – na área de atuação;

5.2.2 Diploma ou Certificado de pós-graduação, na área de atuação (Pós na área de atuação)

5.2.3 Diploma ou Certificado de pós-graduação na área da educação;

5.2.4 Cursando nível superior específico na área de atuação;

5.2.5 Diploma de outras Licenciaturas;

5.2.6 Tempo de serviço na educação (em sala de aula);

5.2.7 Frequência de maior período no Ensino Superior;

5.2.8 Maior idade;

5.2.9 Números de filhos;

5.3 Após a classificação será feita a contratação dos classificados a partir de 03/02/2020.

5.4 A classificação acontecerá na forma de eliminação;

5.5 Permanecendo o empate, adotar-se-á o item subsequente e sucessivo, como critério de desempate;

5.6 Para admissão serão solicitados pela Divisão de Pessoal, documentos previsto em Legislação Municipal, INTC nº 07/08 e nº 08/10 TC-SC.

CAPÍTULO VI

6.1. DA PROVA DE TÍTULOS - Para os cargos de PROFESSOR HABILITADO ou NÃO HABILITADO de Língua Portuguesa . Valendo 8,50 (oito vírgula cinquenta) pontos, sendo considerado título:

Títulos	Nº de Títulos	Valor do Título	Total
Curso completo de Pós-Graduação na área de atuação	01	1,00 pontos	1,00
Curso completo de Pós-Graduação na área de educação	01	0,50 pontos	0,50
Comprovante de conclusão de Graduação nível superior na área de atuação	01	5,00 pontos	5,00
Comprovante de Graduação cursando nível superior na área atuação	Até 08 períodos	0,50 pontos Por período Já cursado	4,00
Comprovante de conclusão de Graduação nível superior na área de educação	01	3,00 pontos	3,00
Comprovante de Graduação cursando nível superior na área de educação	Até 08 períodos	0,25 pontos Por período Já cursado	2,00
Comprovante de Graduação cursando nível superior	Até 08 períodos	0,20 pontos Por período Já cursado	1,60
Cursos de aperfeiçoamento na área de Educação, com carga horária igual ou Superior a 20 horas (período 01.01.2015 à 31.12.2016)	10	0,20 pontos	2,00
TOTAL	*_*	*_*	8,50

6.1.1 A prova de título será somada à média obtida pelos candidatos aprovados nas provas objetiva e tempo de experiência, somente para efeitos de classificação.

6.1.2. Os pontos destinados às especializações de Pós-Graduação e cursos de aperfeiçoamento, somente serão válidos com apresentação de diploma ou Certificado de Conclusão da Instituição de Ensino.

6.1.3. As cópias dos documentos para a PROVA DE TÍTULOS juntamente com o formulário de títulos preenchido e assinado, deverão ser entregues na Secretária de Educação da Prefeitura Municipal de DESCANSO, sito à Avenida Marechal Deodoro nº 146, durante o período de inscrições, em horário de expediente da Prefeitura, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, juntamente com os documentos originais para conferência, (ficarão retidas somente as cópias dos documentos, os originais serão devolvidos ao candidato após a conferência).

6.1.4. Os Títulos serão relacionados em formulário próprio com assinatura do candidato e do responsável pela inscrição.

6.1.5. Os cursos de Pós – Graduação incompletos não tem validade como curso de aperfeiçoamento, para este Processo Seletivo.

6.1.6. Para o Professor não habilitado será considerado pontuação de acordo com o período concluído mediante apresentação de comprovante

de conclusão do respectivo período.

6.1.7. A constatação de qualquer irregularidade ou falsidade de documento apresentado na Prova de títulos implicará na imediata desclassificação do candidato sem prejuízo das sanções legais.

6.1.8. O candidato é responsável por conferir sua pontuação antes de assinar o formulário.

6.2. DA PROVA DE TEMPO DE EXPERIÊNCIA - Para os cargos de PROFESSOR HABILITADO e/ou NÃO HABILITADO. Valendo 1,50 (um vírgula cinquenta) pontos, sendo considerado tempo de serviço:

Tempo de Experiência Profissional	Nº máximo de meses	Valor do mês	Pontuação
Professores habilitados: o valor de 0,03 (zero vírgula zero três) pontos para cada mês de efetivo exercício de docência no magistério seja na rede de ensino municipal, estadual, particular, filantrópica ou outras instituições de ensino. Professores não habilitados: o valor de 0,03 (zero vírgula zero três) pontos para cada mês de efetivo exercício da função seja na rede de ensino municipal, estadual, particular, filantrópica ou outras instituições de ensino.	50	0,03 pontos	1,50
TOTAL	*_*	*_*	1,50

6.2.1. A data de contagem do tempo de experiência será considerada como data fim 30 de dezembro de 2019;

6.2.2. No cálculo de pontos por tempo de experiência computar-se-á a fração de 15 (quinze) dias ou mais, como 01(um) mês;

6.3.3. A comprovação de Tempo de Experiência, será avaliada mediante apresentação de Certidão específica, emitidas pelo órgão correspondente ou Carteira de trabalho.

6.2.4. Entende-se por Tempo de Experiência o tempo que o candidato exerceu atribuições em função que tenha relação direta com a função para o qual se inscreveu.

6.2.5. Havendo apresentação de mais de uma certidão específica, que tenha Tempo de Experiência na função concomitante em um determinado período, será totalizado o tempo de serviço de apenas uma certidão.

6.2.6. A certidão não poderá conter rasuras.

CAPÍTULO VII

7 – DO EMPATE NA NOTA FINAL:

7.1 - Ocorrendo empate no resultado final das provas de títulos, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que tiver:

7.1.1 – Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, o mais velho, até o último dia de inscrição neste concurso público, na forma do dispositivo no parágrafo único de art. 27, da Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso);

7.1.2 – Maior número de pontos pelo tempo de serviço de Professor na área;

7.1.3 – Maior nota na Prova de títulos;

7.1.4 – Maior idade;

7.1.5 – Sorteio Público.

CAPÍTULO VIII

8 - DA APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO:

8.1 – A nota final, para efeito de classificação dos candidatos, será igual a soma das notas obtidas na(s) Prova(s), observando-se os limites máximos estipulados neste Edital.

8.2 – A lista final de classificação do Processo Seletivo Simplificado poderá apresentar apenas os candidatos classificados, por cargo/função.

8.3 – Para o cargos/função os candidatos aprovados serão classificados na ordem decrescente da(s) nota(s) obtidas(s).

CAPÍTULO IX

9- DOS RECURSOS:

9.1 - É admitido recurso quanto a divergências:

a) a não homologação ou indeferimento da inscrição;

b) ao resultado da divulgação da Classificação do Processo Seletivo Simplificado.

9.2 - Os recursos deverão ser interpostos à Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Descanso, SC, no prazo é de 01 (um) dia útil após cada ato.

9.3 - Somente será apreciado o recurso expresso em termos convenientes e que apontar a(s) circunstância(s) que o justifique.

9.4 - O recurso interposto fora do respectivo prazo não será conhecido, considerando-se para tal a data e hora do respectivo protocolo.

9.5 - Os candidatos poderão interpor recursos entregues e protocolados pessoalmente junto a Prefeitura Municipal de Descanso.

9.6 - O parecer dos recursos interpostos ficarão a disposição dos candidatos, podendo ser retirada cópia em forma física junto a Prefeitura.

CAPÍTULO X**10. DO PROVIMENTO / ADMISSÃO DOS CARGO/FUNÇÃO:**

10.1 - Para provimento /admissão no serviço público, o candidato obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos aprovados deverá satisfazer os seguintes requisitos básicos:

10.1.1 - Cópia legível da Carteira de Identidade (RG).

10.1.2 - Cópia legível do CPF.

10.1.3 - Cópia legível do Título de Eleitor.

10.1.4 - Cópia legível do Certificado de Reservista (sexo masculino).

10.1.5 - Cópia legível do comprovante de voto da última eleição, ou justificativa da Justiça Eleitoral.

10.1.6 - Cópia legível do Diploma ou Escolaridade e/ou experiência exigida para a cargo.

10.1.7 - Cópia de Certidão de Nascimento ou Casamento, conforme o caso.

10.1.8 - Apresentar declaração de não acumulação de cargos públicos, vedados em lei.

10.1.9 - Atestado de Saúde Ocupacional.

10.1.10 - Inscrição no PIS/PASEP.

10.1.11 - Certidão de nascimento dos filhos, carteira de vacinação para menores de 7 anos.

10.1.12 - Alvará de folha corrida judicial e/ou certidão negativa para efeitos criminais, fornecidos pelo Foro de residência do candidato.

10.1.13 - Declaração de não ter sofrido penalidades disciplinares, nos termos da lei.

10.1.14 - 01 Foto recente 3 x 4.

10.1.15 - Demais documentos solicitados pela Divisão de Pessoal, ou previsto em Legislação Municipal, INTC nº 07/08 e nº 08/10 TC-SC.

10.2 - Os candidatos aprovados e classificados no Processo Seletivo Simplificado poderão ser chamados de acordo com a necessidade do serviço e a contratação será sob o Regime Estatutário, vinculados ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

10.3 - O provimento do cargo/função obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos aprovados.

10.4 - Os candidatos classificados e nomeados estarão regidos pelo Regime Estatutário, e determinação Legal.

10.5 - O candidato obriga-se a manter atualizado seu endereço junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Descanso - SC.

10.6 - O Processo Seletivo Simplificado terá validade de até 18 de dezembro de 2020, ou com a homologação de resultado final de Teste Seletivo ou Concurso Público.

10.7 – Caso o candidato não possa assumir o cargo/função quando convocado, ficará automaticamente desclassificado/desistente.

CAPÍTULO XI**11 – CRONOGRAMA:**

CRONOGRAMA	DATA	HORÁRIO
Recebimento das inscrições	15, 16 a 17 de janeiro de 2020	07h30min às 11h30min e 13h00min às 17h00min
Resultado da homologação das inscrições e Divulgação do Resultado de Classificação Preliminar - concomitante	20 de janeiro de 2020	A partir das 8h00min
Resultados dos Recursos (se houver)	21 de janeiro de 2020	A partir das 13h00min
Divulgação do Resultado Final e escolha de vagas, Juntamente com os candidatos.	22 de janeiro de 2020	A partir das 08h00min

Obs: Caso não houver recursos a homologação e o chamamento poderá ser antecipado.

CAPÍTULO XII**12 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1 - A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura ao candidato sua nomeação, mas apenas a expectativa de ser admitido segundo as vagas existentes ou necessidade futura, na ordem de classificação, ficando a nomeação condicionada às disposições pertinentes e à necessidade e conveniência da Prefeitura Municipal de Descanso - SC.

12.2 - Quando o candidato for chamado para assumir vaga existente e desistir da mesma deverá assinar um termo de desistência junto a Divisão de Pessoal.

12.3 - A inexatidão das informações e/ou irregularidades nos documentos apresentados no ato da inscrição, ainda que verificados posteriormente ao provimento, ocasionarão sua dispensa/exoneração.

12.4 - As publicações sobre o Processo Seletivo Simplificado serão feitas por Edital/Extrato e Veiculadas na imprensa, no mural público da Prefeitura Municipal de Descanso - SC e no endereço eletrônico www.descanso.sc.gov.br

12.5 - São impedidos de atuar como membros de quaisquer das comissões deste certame ou de ser responsáveis pela elaboração e/ou aplicação das provas, cônjuges, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida.

12.6 – O Foro para dirimir qualquer questão relacionada com o presente Processo Seletivo Simplificado é o da Comarca de Descanso - SC.

12.7 - Os casos não previstos no presente Edital, no que tange ao Processo Seletivo Simplificado em questão, serão resolvidos, pela Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria de Administração, juntamente com a Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Descanso, conforme a legislação vigente.

12.8 - Integram o presente Edital para todos os fins e efeitos os seguintes anexos:

ANEXO I – Ficha de Inscrição;

ANEXO II – Protocolo de Identificação de Inscrição;

ANEXO III - Atribuições dos cargos.

Publique-se, afixem-se nos locais de costume.

Descanso – SC, 13 de janeiro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Marise T. Previde Giombelli
Secretária de Educação e Cultura

Certifico que publiquei o presente Edital em data supra.

Jucimir Frigo – Assessor Técnico – Administração RH / Divisão de Pessoal.

ANEXO I - EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2020

HOMOLOGADA: () SIM () NÃO

FICHA DE INSCRIÇÃO DATA: ____/____/____

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL nº 01/2020, de 13/01/2020.

INSCRIÇÃO Nº ____/ 2020

CARGO:	PROFESSOR DE				
NOME COMPLETO:					
GRAU DE INSTRUÇÃO:					
ENDEREÇO: (Rua, Praça, etc.)					Nº
COMPLEMENTO: (Apto, sala, casa, etc.)			BAIRRO OU DISTRITO:		
CEP:		MUNICÍPIO:		UF:	TELEFONE:
FILIAÇÃO:					
PAI: MÃE:					
DATA DE NASCIMENTO:	//	IDADE:		SEXO:	() MASCULINO () FEMININO
LOCAL DO NASCIMENTO:				ESTADO:	
ESTADO CIVIL:	() SOLTEIRO () CASADO () VIÚVO () OUTROS				DEPENDENTES Nº
CPF/CIC Nº:			Portador de Deficiência Física: () Sim () Não		
		Tipo de Deficiência:			
CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº:		ÓRGÃO EMISSOR:		DATA:	
TÍTULO DE ELEITOR Nº: ZONA: SEÇÃO: MUNICÍPIO:					
CERTIFICADO DE RESERVISTA – MILITAR Nº:					
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO Nº:					CATEGORIA:

Declaro conhecer as disposições do presente Processo Seletivo Simplificado e que as declarações acima prestadas são verdadeiras, assumo total responsabilidade dos dados declarados nesta ficha de inscrição. Anexo incluo cópia xerográfica dos seguintes documentos:

- () CPF/CIC;
 () CARTEIRA DE IDENTIDADE;
 () TÍTULO DE ELEITOR COM QUITAÇÃO ELEITORAL;
 () CERTIFICADO DE RESERVISTA - MILITAR;
 () CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO;
 () DIPLOMA COM HISTÓRICO ESCOLAR: FORMAÇÃO _____ PONTOS _____;
 () CERTIFICADOS E DIPLOMAS PARA EFEITO DE TÍTULOS EM Nº DE _____ HORAS/PONTOS;
 () RECIBO DE PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO
 () TEMPO DE SERVIÇO: _____ ANOS, _____ MESES e _____ DIAS.
 () OUTROS - RELACIONAR _____

DESCANSO - SC, _____ DE JANEIRO DE 2020.

ASSINATURA DO CANDIDATO

ANEXO II - EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2020

PROTOCOLO DE IDENTIFICAÇÃO DE INSCRIÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL nº 01/2020 de 13/01/2020

INSCRIÇÃO Nº ____/ 2020

CARGO:	PROFESSOR DE				
NOME COMPLETO:					
CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº:					
Escolaridade Formação/pontos	Cursos na Área Horas/Pontos	Pós na área de atuação	Pós na área de Educação	Tempo de Serviço anos/meses/dias	Total de Pontos

Descanso - SC, _____ de janeiro de 2020

Assinatura Responsável Assinatura do Candidato

.	.
Estado de Santa Catarina Prefeitura Municipal de Descanso Secretaria de Administração – CNPJ/MF 83.026.138/0001-97 Avenida Marechal Deodoro nº 146 – CEP 89910-000 - Descanso – SC. Telefone: (49)3623-0161 e Fone/Fax 3623-0162 – E-mail: administracao@descanso.sc.gov.br	

PROTOCOLO DE IDENTIFICAÇÃO DE INSCRIÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
 EDITAL nº 01/2020, de 13/01/2020

INSCRIÇÃO Nº _____ / 2020

CARGO:	PROFESSOR DE				
NOME COMPLETO:					
CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº:					
Escolaridade Formação/pontos	Cursos na Área Horas/Pontos	Pós na área de atuação	Pós na área de Educação	Tempo de Serviço anos/meses/dias	Total de Pontos

Descanso - SC, _____ de janeiro de 2020

Assinatura Responsável Assinatura do Candidato

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

CONTRATO 6-2020 - PREGÃO PRESENCIAL 110-2019 - PMDC

Publicação Nº 2309840

Contrato Nº.: 6/2020 - PMDC
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
Contratada.: ELSON HAUSCHILD 02247729967
Valor : 59.763,20 (cinquenta e nove mil setecentos e sessenta e três reais e vinte centavos)
Vigência : Início: 30/01/2020 Término: 20/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 110/2019
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECER O TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, BEM COMO PARA PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, REFERENTE A LINHA DE SÃO PEDRO TOBIAS, CONFORME DESCRIÇÃO DO ITEM. THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES
PREFEITO MUNICIPAL
Dionísio Cerqueira, 13 de Janeiro de 2020

EXTRATO CONCORRÊNCIA 8/2020 - PMDC

Publicação Nº 2310139

MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA - SC.

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 8/2020.

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, promove Processo Licitatório nº 8/2020, Edital de Concorrência Nº 8/2020, Objeto: VENDA DE BENS IMOVEIS (3 TERRENOS) DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA – SC. O recebimento dos envelopes de habilitação e propostas fica até às 09:00 horas do dia 20/02/2020. Abertura dos envelopes às 09:00 horas do mesmo dia, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sito à Rua Santos Dumont, nº 413, Dionísio Cerqueira – SC, maiores informações, www.dionisiocerqueira.sc.gov.br, pelo e-mail– comprasdionisiocerqueira@hotmail.com, pelo telefone: 0xx49-36436738, no Depto de Compras, das 08:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:30. Dionísio Cerqueira - SC. Thyago W. G. Gonçalves – Prefeito Municipal.

HOMOLOGAÇÃO PREGAO PRESENCIAL 110-2019 - PMDC

Publicação Nº 2309820

PREGÃO PRESENCIAL Nº 110/19
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/19
HOMOLOGAÇÃO: 13/01/20
CONTRATADO: ELSON HAUSCHILD 02247729967
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECER O TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, BEM COMO PARA PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, REFERENTE A LINHA DE SÃO PEDRO TOBIAS, CONFORME DESCRIÇÃO DO ITEM.
VALOR DA DESPESA: R\$ 59.763,20 (cinquenta e nove mil setecentos e sessenta e três reais e vinte centavos)
DATA: 13/01/20 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES - Prefeito Municipal.

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

DECRETO Nº 001/2020

Publicação Nº 2310570

DECRETO nº 001, de 13 de janeiro de 2020.

Atualiza o valor da Unidade Fiscal Municipal - UFM para o exercício de 2020.

SIMONI MERCIA MESCH NONES, Prefeita do Município de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, incisos V, VII, XX e XXI, c/c art. 72 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, combinado com o § 1º do artigo 395 da Lei Complementar nº 17, de 20 de dezembro de 2002; e

Considerando que a Unidade Fiscal Municipal deve ser atualizada com base na variação anual do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M (FGV), desde o exercício fiscal 2003, onde foi fixada em R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos);

Considerando-se que a variação acumulada do índice no ano de 2019 correspondeu a 7,31% e que o valor da UFM em 2019 correspondia a R\$ 3,95 (três reais e noventa e cinco centavos);

DECRETA:

Art. 1º - O valor da Unidade Fiscal Municipal – UFM para o exercício de 2020 fica atualizada em R\$ 4,24 (quatro reais e vinte e quatro centavos).

Parágrafo Único – O valor da UFM deverá ser utilizado como fator de atualização monetária no lançamento dos tributos municipais e das penalidades por descumprimento de obrigações tributárias acessórias (multas fixas).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro do corrente.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 13 de janeiro de 2020; 31o ano de Fundação; 30o ano de Emancipação Política.

SIMONI MERCIA MESCH NONES
Prefeita de Doutor Pedrinho/SC.

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.
Doutor Pedrinho, 13 de janeiro de 2020.

TARCISÍO LENZI
Chefe de Gabinete.

DECRETO Nº 002/2020

Publicação Nº 2310573

DECRETO nº 002, de 13 de janeiro de 2020.

Atualiza a Unidade Monetária Ambiental (UMA) para o exercício de 2020, e dá outras providências.

SIMONI MERCIA MESCH NONES, Prefeita do Município de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, incisos V, VII, XX e XXI, c/c art. 72 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, combinado com o artigo 2º da Lei Complementar nº 140, de 20 de dezembro de 2017;

DECRETA:

Art. 1º. Fica atualizada a UNIDADE MONETÁRIA AMBIENTAL (UMA), para o exercício de 2020 em R\$ 110,29 (cento e dez reais e vinte e nove centavos).

Art. 2º. O valor da UNIDADE MONETÁRIA AMBIENTAL (UMA) foi atualizado em 4,48%, com base na variação anual do INPC de 2019 publicado pelo IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 13 de janeiro de 2020; 31o ano de Fundação; 30o ano de Emancipação Política.

SIMONI MERCIA MESCH NONES
Prefeita de Doutor Pedrinho/SC.

O presente decreto foi devidamente registrado e publicado na forma determinada pela legislação vigente.

TARCÍSIO LENZI
Chefe de Gabinete.

CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA 122ª SESSÃO ORDINÁRIA

Publicação Nº 2310380

Ata da Centésima Vigésima Segunda Sessão Ordinária da Câmara de Vereadores de Doutor Pedrinho, na Oitava Legislatura do Município. Em vinte de dezembro de dois mil e dezenove (20/12/2019), com início às 08hs, reuniu-se a Câmara dos Vereadores do Município de Doutor Pedrinho, com a presença da totalidade dos Parlamentares, tendo na Presidência o Vereador Jackson Rodrigo de Castilho, Vice-Presidência o Vereador Luizinho Pereira da Silva, 1º Secretário o Vereador Luiz Henrique Stollmeier e 2º Secretário o Vereador Tony Tadeu Nones. Inicialmente, o Senhor Presidente cumprimentou os colegas Vereadores e demais presentes, e declarou aberta a Sessão Ordinária, com a invocação regimentalmente fixada. A seguir, sem inscritos para a Tribuna Livre, abriu-se o pequeno expediente, onde o senhor Presidente registrou a prévia entrega de cópia da ata da Sessão realizada no dia 09/12/2019 aos Senhores Vereadores, disponibilizada na própria sede e publicada no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br), colocando-a em discussão, e, não havendo manifestações, submeteu a votação, sendo a mesma aprovada pelos Vereadores presentes, passando-se para assinatura. Dando continuidade, convidou o 1º Secretário a fazer a leitura do expediente, assim constituído: a) Requerimento de inscrição da Chapa 01 para eleição de renovação da Mesa da Câmara Municipal dos Vereadores de Doutor Pedrinho/SC (Mandato 01/01/2020 à 31/12/2020); b) Requerimento de inscrição da Chapa 02 para eleição de renovação da Mesa da Câmara Municipal dos Vereadores de Doutor Pedrinho/SC (Mandato 01/01/2020 à 31/12/2020); O senhor Presidente anuncia despacho deferindo as inscrições da Chapa 01 e Chapa 02 para eleição de renovação da Mesa Diretora; c) Ofício recebido do Presidente do CMDCA convidando os Parlamentares para participarem da posse dos Conselheiros Tutelares dia 10/01/2020, às 10hs; d) Convite recebido da Direção da Escola Frei Lucínio Korte para a Solenidade de Colação de grau do 3º ano do ensino médio, que acontecerá na Igreja Evangélica Assembleia de Deus, dia 21/12/2019, às 19h. Abrindo-se o grande expediente em Tema Livre, não houve vereadores inscritos, de forma que se prosseguiu na pauta da sessão, abrindo-se espaço para "Comunicação de Lideranças", sem qualquer registro de manifestação pelos Líderes. Com uma proposição pautada, iniciou-se a ordem do dia, como segue: a) Projeto de Lei Ordinária nº 09/2019 – "Estima a receita e fixa a despesa do Município de Doutor Pedrinho para o exercício financeiro de 2020"; O Senhor Presidente solicita a leitura de parecer da Comissão Permanente de Economia e Finanças, e após procedida a leitura verificou-se a Comissão ser favorável a tramitação do projeto, passando-se então para a primeira discussão, sem qualquer manifestação, seguindo-se então para a primeira votação simbólica, restando o projeto aprovado pelos vereadores presentes; Proclamado o resultado de aprovação unânime da matéria por oito votos, foi apresentado questão de ordem pelo Parlamentar Merquides Martins solicitando a dispensa de segunda votação, donde o requerimento foi submetido ao Plenário, restando aprovado pelos Parlamentares presentes; Com a proposição aprovada com dispensa de segunda votação, a presidência solicita encaminhamento de ofício ao Poder Executivo comunicando o resultado do processo legislativo. Encerrada a ordem do dia, passou-se para a "Palavra Livre" pela ordem de inscrição, onde: a) O Vereador Merquides Martins deseja a todos um Feliz Natal e um próspero Ano Novo; b) O Parlamentar Amelio Alves Fernandes registra agradecimentos a Deus pelo ano que se encerra, e seguindo deseja um Feliz Natal e um 2020 de muita saúde e alegrias para todos; c) o Vereador Valmir Farias parabeniza o Poder Legislativo e o Poder Executivo pelos trabalhos no ano de 2019, agradecendo todo o Secretariado Municipal por todo empenho e dedicação, e prosseguindo deseja um abençoado Natal e um Feliz 2020 para todos; d) o Parlamentar Tony Tadeu Nones comenta com os colegas das constantes falta de água que estão ocorrendo no Bairro Piave, donde além de falta de água, os moradores reclamaram da qualidade da água que está vindo turva e barrenta; O Vereador então pede ajuda dos Colegas para que se faça uma cobrança da Casan, e solicita ao Líder de Governo que busque a Chefe do Poder Executivo para que sejam feitas mais cobranças da empresa responsável pelo fornecimento de água; O Parlamentar ainda registra que foram encaminhados ofícios tanto para a Casan quanto para a AGIR cobrando por essas melhorias, mas ainda não se viu solução desses problemas; Também registra que com o fim de ano o fluxo de turistas no Município será muito maior e a situação da Saframa ainda não foi resolvida, donde o telhado está aberto e se nota a falta de limpeza, de modo que o Vereador convida os colegas de Parlamento a visitarem o local para verificar o descaso com o Patrimônio público; Registra ainda sua insatisfação quanto a falta de encaminhamento para esta Casa do Projeto de Lei de incentivo as empresas, que atualmente estão desamparadas pelo Poder Executivo por não haver regulamentação sobre a matéria; Por fim, o Parlamentar deseja um Feliz e abençoado Natal e um 2020 de muita prosperidade a todos; e) o Vereador Luizinho Pereira da Silva registra que também recebeu reclamações da falta de água na Piave, e que inclusive conversou com o Líder de Governo e um dos funcionários da Casan para buscar soluções; Também deseja um feliz natal e um próspero ano novo para todos; Ainda na Palavra livre, o Vereador Presidente comenta que também está acompanhando os problemas de falta de água, registrando que a rede de fornecimento de água, por ser muito antiga, já não suporta o elevado número de residências no Bairro, o que ocasiona a falta de água, e como se sabe, a Casan faz poucos investimentos no Município; O Presidente ainda agradece em nome do Piquete das Tradições ao Poder Executivo, em especial ao Secretário de Desporto e Cultura por todo apoio na realização do evento, e por fim, deseja a todos um feliz e abençoado natal e um ano novo de muita prosperidade. Sem mais manifestações, o senhor Presidente agradeceu a presença de todos, convidando para a Sessão Extraordinária que se realizará na sequência desta Sessão Ordinária, com a pauta 'renovação da Mesa Diretora para o exercício 2020', na sede do Poder Legislativo, e em seguida encerrou a presente Sessão na forma regimental, da qual lavrou-se esta ata que será assinada por todos e publicada na forma da Lei.

ATA DA 7ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Publicação Nº 2310401

Ata da Sétima Sessão Extraordinária da Câmara de Vereadores de Doutor Pedrinho, na Oitava Legislatura do Município. Em vinte de dezembro de dois mil e dezenove (20/12/2019), com início às 08:30h, reuniu-se a Câmara dos Vereadores do Município de Doutor Pedrinho, com a presença de todos os Parlamentares, tendo na Presidência o Vereador Jackson Rodrigo de Castilho; Vice-Presidência o Vereador Luizinho Pereira da Silva; 1º Secretário o Vereador Luiz Henrique Stollmeier e 2º Secretário o Vereador Tony Tadeu Nones. Inicialmente, o Senhor Presidente cumprimentou os colegas Vereadores e demais presentes, e declarou aberta a Sessão Extraordinária, com a invocação regimentalmente fixada. Na sequência, declarou-se que o objeto exclusivo da presente sessão consiste na realização da eleição e demais atos para renovação da Mesa Diretora – Mandato 01/01/2020 à 31/12/2020; O Senhor Presidente faz a leitura da composição das chapas, sendo: a) Composição da chapa 01: Presidente o vereador Jackson Rodrigo de Castilho; Vice-presidente o vereador Luiz Henrique Stollmeier; 1º Secretário o vereador Luizinho Pereira da Silva e 2º secretário o vereador Tony Tadeu Nones; b) Composição da chapa 02: Presidente o vereador Merquides Martins; Vice-presidente o vereador Amelio Alves Fernandes; 1º Secretário o vereador Américo Nones e 2º secretário o vereador Valmir Farias; Iniciou-se então a votação secreta, donde o senhor Presidente convoca os Parlamentares, em ordem alfabética para votação; Encerrada a votação, foi realizada a apuração dos votos, restando 05 votos para a Chapa 01 e 04 votos para a Chapa 02; Desta forma, o senhor Presidente proclama o resultado restando a nova Mesa Diretora para o exercício 2020 com a seguinte composição: Presidente o Vereador Jackson Rodrigo de Castilho; Vice-Presidente o Vereador Luiz Henrique Stollmeier; Primeiro Secretário o Vereador Luizinho Pereira da Silva e Segundo Secretário o Vereador Tony Tadeu Nones. Terminados os trabalhos, e encaminhados o resultado para secretaria elaborar os correspondentes Termos de Posse a serem firmados em 1º de janeiro de 2020, o senhor Presidente agradece a presença de todos, convidando para a próxima Sessão Solene que se realizará no dia 01 de fevereiro de 2020, na sede do Poder Legislativo, e em seguida encerrou a presente Sessão Extraordinária na forma regimental, da qual lavrou-se esta ata que será assinada por todos e publicada na forma da Lei.

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03/2017

Publicação Nº 2309719

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03/2017

Considerando-se a necessidade de manutenção da locação de imóvel para funcionamento dos serviços da CÂMARA no próximo exercício, a disponibilidade do imóvel da LOCADORA, a existência de dotações orçamentárias consignadas na proposta orçamentária 2020 para esta finalidade e a previsão de prorrogação e/ou renovação do Contrato, conforme sua Cláusula Quarta, art. 57, II, da Lei nº 8.666/93 e Lei nº 8.245/91;

Por este Termo Aditivo ao Contrato supra, de um lado a CÂMARA MUNICIPAL DE DOUTOR PEDRINHO – SC, inscrita no CNPJ sob nº 09.074.166/0001-27, situado à Rua Brasília nº 307, Centro, CEP. 89126-000, nesta cidade de Doutor Pedrinho – SC, neste ato representada pelo Presidente da Mesa Diretora, Vereador Jackson Rodrigo de Castilho, doravante denominada simplesmente CÂMARA, e de outro lado KATIUSCIA MOSER, CPF 008.926.409-60, situada a Rua Brasília, nº 307, Centro, cidade de Doutor Pedrinho, SC, aqui denominada simplesmente LOCADORA, celebram este TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO E DA RENOVAÇÃO DO OBJETO:

1.1 - Fica novamente prorrogado o prazo de locação e de vigência contido na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo nº 03/2017, já prorrogado para o exercício de 2018 pelo Primeiro Termo Aditivo firmado em 19/12/2017 e para o exercício de 2019 pelo Segundo Termo Aditivo firmado em 18/12/2018, por mais um período de 12 (doze) meses, contados a partir de 1º de janeiro de 2020, renovando-se integralmente seu objeto para o exercício de 2020, sem prejuízo de novas prorrogações e/ou renovações, na forma da Lei.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1 – O valor mensal da locação, previsto no item 3.1 da Clausula Terceira do Contrato Administrativo nº 03/2017, já alterado pelo Terceiro Termo Aditivo firmado em 16/01/2019, será reajustado para o exercício de 2020, por Termo próprio, após a divulgação do índice Geral de Preços ao Consumidor - IGP-M/FGV relativo ao período contratual anterior (2019).

2.2 - Os recursos financeiros para pagamento do objeto deste Termo Aditivo correrão a conta do Orçamento-Programa 2020 da CÂMARA, na mesma dotação identificada no Cláusula Segunda do Contrato Administrativo nº 03/2017.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 - Permanecem inalteradas e ratificadas as demais disposições contratuais, com as alterações introduzidas pelo Primeiro Termo Aditivo firmado em 19/12/2017, pelo Segundo Termo Aditivo firmado em 18/12/2018, pelo Terceiro Termo Aditivo firmado em 16/01/2019 e pelo presente instrumento.

E, por estarem justos e contratados, assinam as partes o presente Termo Aditivo ao Contrato, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para os fins de direito.

Doutor Pedrinho (SC), 16 de dezembro de 2019.

CÂMARA LOCADORA

JACKSON RODRIGO DE CASTILHO KATIUSCIA MOSER

Gecimari Cordeiro
Fiscal do Contrato

→ Exame e aprovação da minuta deste Termo Aditivo pela Assessoria Jurídica (Parágrafo Único do Art. 38 da Lei nº 8.666/93):

Luiz Cláudio Kades
Advogado - OAB/SC 17.692

SEGUNDO TERMO ADITIVO - CONTRATO 05-2017 CIGA

Publicação Nº 2309711

SEGUNDA ALTERAÇÃO AO CONTRATO Nº 05/2017

Considerando-se a necessidade de manutenção dos serviços para o próximo exercício, a disponibilidade do Consórcio Público CONTRATADO, a existência de dotações orçamentárias consignadas na proposta orçamentária 2020 para esta finalidade e a previsão de prorrogação e/ou renovação do Contrato, conforme sua Cláusula Segunda e art. 57, IV, da Lei nº 8.666/93;

As partes, de um lado a CÂMARA MUNICIPAL DE DOUTOR PEDRINHO, inscrita no CNPJ sob o nº 09.074.166/0001-27, com sede na Rua Brasília, nº 307, Bairro Centro, CEP. 89.126-000, na cidade de Doutor Pedrinho - SC, representado pelo seu Presidente, Senhor Jackson Rodrigo de Castilho, portador da Carteira de Identidade nº 4.262.766 e CPF nº 048.848.989-07, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA, inscrito no CNPJ sob o nº 09.427.503/0001-12, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, Sala 102, Bairro Canto, CEP. 88.070-800, Florianópolis - SC, neste ato representado pelo Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 912.833.619-49, no uso de suas atribuições legais e regimentais, doravante denominado simplesmente como CONTRATADO, resolvem, de comum acordo, celebrar Alteração ao Contrato Administrativo nº 05/2017, firmado em 06/12/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES

1.1 – O prazo de vigência de que trata a Cláusula Segunda do Contrato Administrativo nº 05/2017, firmado em 06/12/2017, já alterado pelo Termo firmado em 18/12/2018, fica prorrogado por mais 01 (um) ano, a contar de 01 de janeiro de 2020, sendo seu objeto renovado para o exercício de 2020, sem prejuízo de novas prorrogações e/ou renovações, na forma da Lei.

1.2 – O valor Contratado, constante da Cláusula Terceira do Contrato Administrativo nº 06/2017, ficará mantido em igual valor para o exercício de 2020, com as mesmas condições de pagamento estabelecidas na Cláusula Quarta.

1.3 – Fica alterada a denominação do sistema de tecnologia da informação e comunicação contratado, atual Sistema Programa Gestão das Câmaras de Vereadores – G-CÂMARA, tendo como nova nomenclatura “CIGA CÂMARA”, mantendo-se inalterados as funções e os serviços já estabelecidos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

2.1 - Ficam inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições do contrato primitivo, firmado em 06/12/2017, com as alterações decorrentes do Primeiro Termo assinado em 18/12/2018 e do presente instrumento.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Doutor Pedrinho - SC, 16 de dezembro de 2019.

CONTRATANTE CONTRATADO

JACKSON RODRIGO DE CASTILHO GILSON LUNARDI ALBINO

Presidente Diretor Executivo do CIGA

GEIMARI CORDEIRO Fiscal do Contrato	FERNANDA ROSA SOCAL Gestora de Contrato do CIGA
--	--

è Exame e aprovação da minuta deste Termo Aditivo pela Assessoria Jurídica (Parágrafo Único do Art. 38 da Lei nº 8.666/93):

Luiz Cláudio Kades
Advogado - OAB/SC 17.692

TERCEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO 06-2017 IPM

Publicação Nº 2309715

TERCEIRA ALTERAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 06/2017

Considerando-se a necessidade de manutenção dos serviços para o próximo exercício, a disponibilidade da empresa CONTRATADA, a existência de dotações orçamentárias consignadas na proposta orçamentária 2020 para esta finalidade e a previsão de prorrogação e/ou renovação do Contrato, conforme sua Cláusula Segunda e art. 57, IV, da Lei nº 8.666/93;

As partes, de um lado a CÂMARA MUNICIPAL DE DOUTOR PEDRINHO, inscrita no CNPJ sob o nº 09.074.166/0001-27, com sede na Rua Brasília, nº 307, Bairro Centro, Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.126-000, representado pelo seu Presidente, Senhor Jackson Rodrigo de Castilho, portador da Carteira de Identidade nº 4.262.766 e CPF nº 048.848.989-07, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro a Empresa IPM SISTEMAS LTDA., inscrita no CNPJ nº 01.258.027/0003-03, com endereço na Rua Tuiuti, nº 20, 6º andar, Centro, Rio do Sul/SC, representada neste ato pelo diretor Presidente, Sr. Aldo Luiz Mees - CPF nº 292.867.519-15, denominada CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, celebrar Alteração ao Contrato Administrativo nº 06/2017, firmado em 20/12/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES

1.1 – O prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 06/2017, firmado em 20/12/2017, alterado pelo Primeiro Termo Aditivo, firmado em 18/12/2018, fica novamente prorrogado por mais 01 (um) ano, a contar de 01 de janeiro de 2020, renovando-se seu objeto para o exercício de 2020, sem prejuízo de novas prorrogações e/ou renovações, na forma da Lei.

1.2 – O valor Contratado, constante da Cláusula Terceira do Contrato Administrativo nº 06/2017, já reajustado para o exercício de 2019 pelo Segundo Termo Aditivo, será reajustado para o exercício de 2020, por Termo próprio, após a divulgação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor INPC/IBGE relativo ao ano de 2019.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

2.1 - Ficam inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições do contrato primitivo, com as alterações decorrentes do Primeiro Termo Aditivo firmado em 18/12/2018, do Segundo Termo Aditivo firmado em 16/01/2019 e do presente instrumento.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Doutor Pedrinho - SC, 16 de Dezembro de 2019.

CONTRATANTE CONTRATADA

Jackson Rodrigo de Castilho Aldo Luiz Mees

Presidente Administrador

Gecimari Cordeiro

Fiscal do Contrato

è Exame e aprovação da minuta deste Termo Aditivo pela Assessoria Jurídica (Parágrafo Único do Art. 38 da Lei nº 8.666/93):

Luiz Cláudio Kades

Advogado - OAB/SC 17.692

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO - PRESIDENTE DA MESA DIRETORA - MANDATO 2020

Publicação Nº 2309701

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO – MESA DIRETORA DA CÂMARA - MANDATO DE 01/01/2020 À 31/12/2020

Aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, (20/12/2019), às 08:30 horas, na sede da CÂMARA DE VEREADORES DE DOUTOR PEDRINHO, presente o Sr. JACKSON RODRIGO DE CASTILHO, Presidente da Câmara de Vereadores, e a Srta. GECIMARI CORDEIRO, Auxiliar Administrativo / Assessoria Legislativa da Mesa Diretora, compareceu o Sr. JACKSON RODRIGO DE CASTILHO- CPF nº 048.848.989-07, que declarou vir, na forma do Artigo 20 da Lei Orgânica Municipal e dos Artigos 12, 13 e 20 do Regimento Interno, prestar o compromisso de posse para função de Presidente da Mesa Diretora da Câmara para o mandato de 01/01/2020 à 31/12/2020.

Apresentou-se na oportunidade, os documentos legalmente exigidos, comprometendo-se a exercer com probidade e cumprir fielmente as atribuições, deveres e responsabilidades inerentes a função pública, na qual foi empossado a partir desta data, para exercício a contar de 1º de janeiro de 2020.

Assim sendo, foi lavrado o presente Termo de Posse e Compromisso, que lido e achado conforme, vai assinado em duas vias de igual teor e forma.

Doutor Pedrinho (SC), 20 de dezembro de 2019.

Vereador JACKSON RODRIGO DE CASTILHO

Presidente da Mesa Diretora – Mandato 2020

JACKSON RODRIGO DE CASTILHO

Presidente da Mesa Diretora

GECIMARI CORDEIRO

Assessoria Legislativa

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO - PRIMEIRO SECRETÁRIO DA MESA DIRETORA - MANDATO 2020

Publicação Nº 2309704

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO – MESA DIRETORA DA CÂMARA - MANDATO DE 01/01/2020 À 31/12/2020

Aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, (20/12/2019), às 08:30 horas, na sede da CÂMARA DE VEREADORES DE DOUTOR PEDRINHO, presente o Sr. JACKSON RODRIGO DE CASTILHO, Presidente da Câmara de Vereadores, e a Srta. GECIMARI CORDEIRO, Auxiliar Administrativo / Assessoria Legislativa da Mesa Diretora, compareceu o Sr. LUIZINHO PEREIRA DA SILVA- CPF nº 520.360.229-87, que declarou vir, na forma do Artigo 20 da Lei Orgânica Municipal e dos Artigos 12, 13 e 20 do Regimento Interno, prestar o compromisso de posse para função de Primeiro Secretário da Mesa Diretora da Câmara para o mandato de 01/01/2020 à 31/12/2020.

Apresentou-se na oportunidade, os documentos legalmente exigidos, comprometendo-se a exercer com probidade e cumprir fielmente as atribuições, deveres e responsabilidades inerentes a função pública, na qual foi empossado a partir desta data, para exercício a contar de 1º de janeiro de 2020.

Assim sendo, foi lavrado o presente Termo de Posse e Compromisso, que lido e achado conforme, vai assinado em duas vias de igual teor e forma.

Doutor Pedrinho (SC), 20 de dezembro de 2019.

Vereador LUIZINHO PEREIRA DA SILVA
Primeiro Secretário da Mesa Diretora – Mandato 2020

JACKSON RODRIGO DE CASTILHO
Presidente da Mesa Diretora

GECIMARI CORDEIRO
Assessoria Legislativa

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO - SEGUNDO SECRETÁRIO DA MESA DIRETORA - MANDATO 2020

Publicação Nº 2309707

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO – MESA DIRETORA DA CÂMARA - MANDATO DE 01/01/2020 À 31/12/2020

Aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, (20/12/2019), às 08:30 horas, na sede da CÂMARA DE VEREADORES DE DOUTOR PEDRINHO, presente o Sr. JACKSON RODRIGO DE CASTILHO, Presidente da Câmara de Vereadores, e a Srta. GECIMARI CORDEIRO, Auxiliar Administrativo / Assessoria Legislativa da Mesa Diretora, compareceu o Sr. TONY TADEU NONES- CPF nº 026.893.709-56, que declarou vir, na forma do Artigo 20 da Lei Orgânica Municipal e dos Artigos 12, 13 e 20 do Regimento Interno, prestar o compromisso de posse para função de Segundo Secretário da Mesa Diretora da Câmara para o mandato de 01/01/2020 à 31/12/2020.

Apresentou-se na oportunidade, os documentos legalmente exigidos, comprometendo-se a exercer com probidade e cumprir fielmente as atribuições, deveres e responsabilidades inerentes a função pública, na qual foi empossado a partir desta data, para exercício a contar de 1º de janeiro de 2020.

Assim sendo, foi lavrado o presente Termo de Posse e Compromisso, que lido e achado conforme, vai assinado em duas vias de igual teor e forma.

Doutor Pedrinho (SC), 20 de dezembro de 2019.

Vereador TONY TADEU NONES
Segundo Secretário da Mesa Diretora – Mandato 2020

JACKSON RODRIGO DE CASTILHO
Presidente da Mesa Diretora

GECIMARI CORDEIRO
Assessoria Legislativa

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO - VICE-PRESIDENTE DA MESA DIRETORA - MANDATO 2020

Publicação Nº 2309702

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO – MESA DIRETORA DA CÂMARA - MANDATO DE 01/01/2020 À 31/12/2020

Aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, (20/12/2019), às 08:30 horas, na sede da CÂMARA DE VEREADORES DE DOUTOR PEDRINHO, presente o Sr. JACKSON RODRIGO DE CASTILHO, Presidente da Câmara de Vereadores, e a Srta. GECIMARI CORDEIRO, Auxiliar Administrativo / Assessoria Legislativa da Mesa Diretora, compareceu o Sr. LUIZ HENRIQUE STOLLMEIER - CPF nº 379.636.518-15, que declarou vir, na forma do Artigo 20 da Lei Orgânica Municipal e dos Artigos 12, 13 e 20 do Regimento Interno, prestar o compromisso de posse para função de Vice-Presidente da Mesa Diretora da Câmara para o mandato de 01/01/2020 à 31/12/2020.

Apresentou-se na oportunidade, os documentos legalmente exigidos, comprometendo-se a exercer com probidade e cumprir fielmente as atribuições, deveres e responsabilidades inerentes a função pública, na qual foi empossado a partir desta data, para exercício a contar de 1º de janeiro de 2020.

Assim sendo, foi lavrado o presente Termo de Posse e Compromisso, que lido e achado conforme, vai assinado em duas vias de igual teor e forma.

Doutor Pedrinho (SC), 20 de dezembro de 2019.

Vereador LUIZ HENRIQUE STOLLMEIER
Vice-Presidente da Mesa Diretora – Mandato 2020

JACKSON RODRIGO DE CASTILHO
Presidente da Mesa Diretora

GECIMARI CORDEIRO
Assessoria Legislativa

Entre Rios

PREFEITURA

LICITAÇÃO 008-2020 PMER

Publicação Nº 2310758

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2020- SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2020 - PMER

1- PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Prefeito Municipal Sr. JURANDI DELL OSBEL, comunica que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial, pelo critério do menor preço por item, tendo por finalidade o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE ENTRE RIOS/SC, cujo processamento, direção e julgamento serão realizados pelo Pregoeiro, constituída pelo Decreto nº. 063/2019, em conformidade com os preceitos da Lei Federal nº 10.520/02, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, com suas alterações, demais legislação pertinentes, bem como as condições adiante fixadas.

0.1 - O recebimento dos Envelopes nº. 01 e nº. 02, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á até as 08h00min (horário oficial de Brasília) do dia 27 de janeiro de 2020, no Setor de Protocolo desta Prefeitura, na Rua Pergentino Alberici, nº 152, centro da cidade de Entre Rios/SC.

0.2 - A abertura dos Envelopes nº. 01 – PROPOSTA COMERCIAL, dar-se-á a partir das 08h15min (horário oficial de Brasília) 27 de janeiro de 2020 em sessão pública, realizada na Sala de Licitações da Prefeitura de Entre Rios, situada no endereço citado no item 1.2.

0.3 - Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

Entre Rios, SC, 13 de janeiro de 2020.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

Erval Velho

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO 001 Nº 001 DE 13 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2309697

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Edital de Credenciamento nº 001/2020

O Fundo Municipal de Saúde de Erval Velho torna público que fará realizar Credenciamento de Prestadores de Serviços de Exames Laboratoriais em conformidade com Lei Federal nº 8.666/93, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis

Objeto: Credenciamento de Prestadores de Serviços de Exames Laboratoriais, para o exercício de 2020.

Data: O recebimento dos envelopes de documentação para o Credenciamento será a partir do dia 13/01/2020. O Credenciamento fica permanentemente aberta aos interessados.

Local: Setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000

O Edital na íntegra está disponível no site do Município: www.ervalvelho.sc.gov.br

Maiores informações podem ser obtidas das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min no email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

Erval Velho, 13 de janeiro de 2020.

Silvano Rodrigo Pratto
Gestor do Fundo Municipal de Saúde.

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO 001 Nº 002 DE 13 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2309670

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo Licitatório nº 002/2020
Edital de Pregão nº 001/2020

O Fundo Municipal de Saúde de Erval Velho torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO sob a forma PRESENCIAL a ser Processado e Julgado em conformidade com o Decreto Municipal nº 1386/2010 que regulou a Lei Federal nº 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis

Objeto: Aquisição de Medicamentos Genéricos e Éticos para o Fundo Municipal de Saúde, para o exercício de 2020 conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos.

Data e Horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 15h00min do dia 27/01/2020.

Local: Setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000

O Edital na íntegra está disponível no site do Município: www.ervalvelho.sc.gov.br

Maiores informações podem ser obtidas das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min no email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

Silvano Rodrigo Pratto
Gestor do Fundo Municipal de Saúde.

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO 002 Nº 004 DE 13 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2309777

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 004/2020
Edital de Pregão nº 002/2020

O Município de Erval Velho torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO sob a forma PRESENCIAL a ser Processado e Julgado em conformidade com o Decreto Municipal nº 1386/2010 que regulou a Lei Federal nº 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados ao atendimento da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, da Merenda Escolar da Rede Municipal de Ensino, Creche e dos diversos Programas do Fundo Municipal de Assistência Social, durante o exercício de 2020, conforme relação, quantitativo e especificações constantes neste Edital e seus anexos.

Data e Horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 27/01/2020.

Local: Setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000

O Edital na íntegra está disponível no site do Município: www.ervalvelho.sc.gov.br

Maiores informações podem ser obtidas das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min no e-mail: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

Erval Velho, 13 de janeiro de 2020.

Reginaldo Alberto Lisot
Prefeito Municipal em Exercício.

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO N. 0003/2020

Publicação Nº 2309597

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N. 0003/2020
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que abriu licitação pública, regrada pelas disposições da Lei Federal n.10.520 de 17 de julho de 2002, mais o Decreto n. 234/2014 de 20 de Novembro de 2014 e subsidiariamente a Lei Federal n. 8.666/93 de 21 de junho e 1993 e Lei Complementar 123/2006 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 0003/2020 – Melhor Preço – Preço Unitário por Item, visando registro de preços para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESCOLARES de acordo com as especificações, quantidades e valores máximos previstos neste edital e, estará recebendo os envelopes contendo às propostas de preços e os envelopes para habilitação das 07h30m às 8h30m horas do dia 27 de Janeiro de 2020, na Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, sito à Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro e às 08h30m neste mesmo dia e local realizará a abertura dos envelopes dos interessados. A íntegra do Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos interessados no sítio do Município: www.faxinal.sc.gov.br ou junto ao Mural Público da Prefeitura de Faxinal dos Guedes, no átrio da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda no horário das 07h30m às 11h30m e das 13h00m às 17h00m de segunda a sexta-feira, na Av. Rio Grande do Sul, n. 458, fone/fax (0xx49) 3436-4300.

Faxinal dos Guedes/SC, SC, 13 de Janeiro de 2020.

GILBERTO ANGELO LAZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 328/2019

Publicação Nº 2309621

DECRETO G.P. Nº 0328/2019

FACULTA O PONTO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

Considerando a economicidade do erário público e o encerramento do exercício do ano de 2019 com o fechamento das contas;

Considerando a necessidade de ajuste das Secretarias Municipais com vistas a abertura do orçamento do exercício do ano de 2019;

Considerando que serão mantidos os serviços essenciais da Secretaria de Saúde de urgência e emergência, bem como os serviços essenciais da Secretaria de Educação e Cultura e Assistência Social.

DECRETA:

Art. 1º. Fica facultado o ponto para os servidores nas repartições públicas municipais dos dias 23/12/2019 a 05/01/2020.

§1º. Os programas sociais atenderão conforme horário organizado pela Secretaria de Assistência Social.

§2º. Os serviços essenciais de Educação atenderão conforme horário fixado pela Secretaria de Educação e Cultura.

§3º. Os serviços de urgência e emergência funcionarão em regime de plantão, organizados pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Os servidores cedidos atenderão os horários de expediente dos respectivos órgãos, instituições e entidades que se encontram lotados.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 12 de Dezembro de 2019.

GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 329/2019

Publicação Nº 2309623

DECRETO Nº. 0329/2019.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 5º da Lei Municipal nº. 2476 de 06 de Dezembro de 2018;

DECRETA:

Art. 1º. Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do excesso de arrecadação no valor de R\$ 88.000,00 (oitenta e oito mil reais), no orçamento de 2019 do Município de Faxinal dos Guedes, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão: 05 – Secretaria M. de Infraestrutura

Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria M. de Infraestrutura

Função: 26 – Transporte

Subfunção: 782 – Transporte Rodoviário

Programa: 2601 – Estradas Vicinais

Projeto/Atividade: 1067 – Aquisição de Máquinas e Veículos

Modalidade de Aplicação: 44900000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1183 – Operação de Crédito

Valor: R\$ 88.000,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o excesso de arrecadação do financiamento da Caixa Econômica Federal - FINISA nº. 2623.0531275-61/2019 - para aquisição de uma peneira vibratório incorporada ao britador móvel.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes - SC, 12 de Dezembro de 2019.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 330/2019

Publicação Nº 2309624

DECRETO Nº 330/2019.

ALTERA A FIXAÇÃO DO TURNO DE EXPEDIENTE DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica definido o turno de expediente externo das Secretarias Municipais e Conselho Tutelar a partir do dia 01 de Janeiro de 2020, com horário compreendido das 07h30m às 11h30m e das 13h00m às 17h00m.

Art. 2º - Os servidores públicos cedidos seguem os horário definidos nos órgãos aos quais estão lotados.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 0264/2019.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 12 de Dezembro de 2019.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 331/2019

Publicação Nº 2309625

DECRETO Nº 0331/2019.

DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DA EXPRESSÃO MONETÁRIA DO VALOR DE REFERÊNCIA MUNICIPAL – VRM, PARA O EXERCÍCIO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

Considerando o disposto da Lei Complementar nº 20/2003, Alterada pela Lei Complementar 040/2005 e da Lei nº 2.259/2013.

Considerando que o Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM, editado pela Fundação Getúlio Vargas, compreendido pelo período de Dezembro de 2018 a Novembro de 2019 atingiu o percentual acumulado de 3,9856%

Considerando que a expressão monetária do VRM é fixada atualmente, com vigência para o exercício de 2019 em R\$ 87,4397.

DECRETA:

Art. 1º. Altera a expressão monetária do valor de Referência Municipal (VRM), para o exercício de 2020, em R\$ 90,9246 (noventa reais noventa e dois e quarenta e seis centavos).

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 1º de Janeiro de 2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes – SC, em 16 de Dezembro de 2019.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 332/2019

Publicação Nº 2309628

Faxinal dos Guedes, SC, 16 de Dezembro de 2019.

DECRETO nº 332/2019.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO CALENDÁRIO FISCAL DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

Considerando o disposto da Lei Complementar nº 20/2003, Alterada pela Lei Complementar 040/2005.

DECRETA:

Art. 1º. É aprovado o calendário fiscal do município de Faxinal Dos Guedes para o exercício de 2020, conforme anexo único do presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes – SC,
16 de Dezembro de 2019.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

ANEXO ÚNICO DO DECRETO nº 332 /2019.

CALENDÁRIO FISCAL PARA O EXERCÍCIO DE 2020

I –IMPOSTO SOBRE PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA – IPTU	
PARCELA	VENCIMENTO
COTA ÚNICA com 20% (vinte por cento) de desconto.	15.06.2020
1	15.06.2020
2	15.07.2020
3	17.08.2020
4	15.09.2020
5	15.10.2020
6	16.11.2020

II- IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA – ISSQN FIXO	
PARCELA	VENCIMENTO
COTA UNICA	11.05.2020
1	11.05.2020

2	10.06.2020
3	10.07.2020
4	10.08.2020
5	10.09.2020

III - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN		
COMPETÊNCIA	PARCELA	VENCIMENTO
JANEIRO/2020	1	10.02.2020
FEVEREIRO/2020	2	10.03.2020
MARÇO/2020	3	13.04.2020
ABRIL/2020	4	11.05.2020
MAIO /2020	5	10.06.2020
JUNHO/2020	6	10.07.2020
JULHO/2020	7	10.08.2020
AGOSTO/2020	8	10.09.2020
SETEMBRO/2020	9	13.10.2020
OUTUBRO/2020	10	10.11.2020
NOVEMBRO/2020	11	10.12.2020
DEZEMBRO/2020	12	11.01.2021

IV - TAXA DE VERIFICAÇÃO E FUNCIONAMENTO REGULAR	
Vencimento 02 de MARÇO de 2020, já cadastrados	
V- ALVARÁ SANITÁRIO	
Vencimento 30 de JUNHO de 2020, já cadastrados.	

VI – Os tributos não constantes do calendário fiscal, a serem recolhidos por ocasião da entrada dos respectivos requerimentos ou quando da prática do ato que der origem ao seu pagamento.

DECRETO Nº 333/2019

Publicação Nº 2309800

DECRETO Nº 333/2019.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar no orçamento de 2019 da Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, no valor de R\$ 461.122,92 (quatrocentos e sessenta e um mil cento e vinte e dois reais e noventa e dois centavos), nas seguintes programações de despesas:

04.01 – SECRET. M. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

12.361.1201.2.00.6 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

319000000 -1119 Aplicações Diretas R\$ 90.000,00

04.01 – SECRET. M. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

12.361.1201.2.00.6 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

319000000 -1101 Aplicações Diretas R\$ 265.000,00

04.01 – SECRET. M. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

12.361.1201.2.00.6 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

339000000 -1101 Aplicações Diretas R\$ 106.122,92

TOTAL R\$ 461.122,92

Art. 2º - Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, serão anuladas as dotações e programações de despesas abaixo especificadas, do orçamento vigente, da Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, totalizando R\$ 461.122,92 (quatrocentos e sessenta e um mil cento e vinte e dois reais e noventa e dois centavos), a saber:

04.01 – SECRET. M. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

12.365.1201.2.00.9 – Manutenção da Educação Infantil - Creches

319000000 -1101 Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

04.01 – SECRET. M. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

12.365.1201.2.00.9 – Manutenção da Educação Infantil - Creches

339000000 -1101 Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

04.01 – SECRET. M. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

12.365.1201.2.01.0 – Manutenção da Educação Infantil – Pré-Escolar

319000000 -1101 Aplicações Diretas R\$ 65.000,00

04.01 – SECRET. M. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

12.365.1201.2.01.0 – Manutenção da Educação Infantil – Pré-Escolar

319000000 -1119 Aplicações Diretas R\$ 90.000,00

04.01 – SECRET. M. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

12.365.1201.2.01.0 – Manutenção da Educação Infantil – Pré-Escolar

339000000 -1101 Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

TOTAL R\$ 461.122,92

Art. 3o - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes - SC, 18 de Dezembro de 2019.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 334/2019

Publicação Nº 2309801

DECRETO Nº. 0334/2019.

DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 5º da Lei Municipal nº. 2476 de 06 de Dezembro de 2018;

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 21.457,11 (vinte e um mil quatrocentos e cinquenta e sete reais e onze centavos) para as seguintes dotações orçamentárias:

Subtrai das Dotações:

Órgão: 03 –Secretaria de Administração e Fazenda

Unidade Orçamentária: 01– Secretaria de Administração e Fazenda

Função: 04 – Administração

Subfunção: 122 – Administração Geral

Programa: 402 – Administração Geral

Projeto/Atividade: 2004 – Manut. das At. Adm. e Finanças

Modalidade de Aplicação: 33900000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1100 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 8.298,60

Órgão: 13 – Fundo M. de Saúde

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo M. de Saúde

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 1001 – Saúde com Qualidade

Projeto/Atividade: 2036 – Manut. dos Progr. do SUS Estado

Modalidade de Aplicação: 33900000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1167 – Transf. do SUS - Estado

Valor: R\$ 3.158,51

Órgão: 13 – Fundo M. de Saúde

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo M. de Saúde

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 1001 – Saúde com Qualidade

Projeto/Atividade: 2029 – Manut. das Atividades da Saúde

Modalidade de Aplicação: 33900000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1102 – Recursos Ordinários Saúde

Valor: R\$ 10.000,00

Adiciona para as Dotações:

Órgão: 03 – Secretaria de Administração e Fazenda
Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria de Administração e Fazenda
Função: 04 – Administração
Subfunção: 122 – Administração Geral
Programa: 402 – Administração Geral
Projeto/Atividade: 2004 – Manut. das At. Adm. e Finanças
Modalidade de Aplicação: 31900000 – Aplicações Diretas
Fonte: 1100 – Recursos Ordinários
Valor: R\$ 8.298,60

Órgão: 13 – Fundo M. de Saúde
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo M. de Saúde
Função: 10 – Saúde
Subfunção: 301 – Atenção Básica
Programa: 1001 – Saúde com Qualidade
Projeto/Atividade: 2036 – Manut. dos Progr. do SUS Estado
Modalidade de Aplicação: 31900000 – Aplicações Diretas
Fonte: 1167 – Transf. do SUS - Estado
Valor: R\$ 3.158,51

Órgão: 13 – Fundo M. de Saúde
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo M. de Saúde
Função: 10 – Saúde
Subfunção: 301 – Atenção Básica
Programa: 1001 – Saúde com Qualidade
Projeto/Atividade: 2029 – Manut. das Atividades da Saúde
Modalidade de Aplicação: 31900000 – Aplicações Diretas
Fonte: 1102 – Recursos Ordinários Saúde
Valor: R\$ 10.000,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes - SC, 18 de Dezembro de 2019.
GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 335/2019

Publicação Nº 2309804

DECRETO Nº. 0335/2019.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 5º da Lei Municipal nº. 2476 de 06 de Dezembro de 2018;

DECRETA:

Art. 1º. Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do excesso de arrecadação no valor de R\$ 546.853,59 (quinhentos e quarenta e seis mil e oitocentos e cinquenta e três reais e cinquenta e nove centavos), no orçamento de 2019 do Município de Faxinal dos Guedes, nas seguintes programações de despesas:

Suplementações:

Órgão: 05 – Secretaria M. de Infraestrutura
Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria M. de Infraestrutura
Função: 26 – Transporte
Subfunção: 782 – Transporte Rodoviário
Programa: 2601 – Estradas Vicinais
Projeto/Atividade: 2016 – Manut. das Ativ. de Infraestrutura
Modalidade de Aplicação: 31900000 – Aplicações Diretas
Fonte: 1000 – Recursos Ordinários
Valor: R\$ 124.989,10

Órgão: 05 – Secretaria M. de Infraestrutura
Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria M. de Infraestrutura
Função: 26 – Transporte
Subfunção: 782 – Transporte Rodoviário
Programa: 2601 – Estradas Vicinais

Projeto/Atividade: 2016 – Manut. das Ativ. de Infraestrutura

Modalidade de Aplicação: 33900000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1000 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 1.135,46

Órgão: 04 – Secretaria M. de Educação, Cultura e Esportes

Unidade Orçamentária: 03 – Departamento de Esporte

Função: 27 – Desporto e Lazer

Subfunção: 812 – Desporto Comunitário

Programa: 2701 – Esporte é Vida

Projeto/Atividade: 2015 – Manutenção das Atividades Esportivas

Modalidade de Aplicação: 31900000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1100 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 38.578,27

Órgão: 04 – Secretaria M. de Educação, Cultura e Esportes

Unidade Orçamentária: 03 – Departamento de Esporte

Função: 27 – Desporto e Lazer

Subfunção: 812 – Desporto Comunitário

Programa: 2701 – Esporte é Vida

Projeto/Atividade: 2015 – Manutenção das Atividades Esportivas

Modalidade de Aplicação: 33900000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1100 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 10,71

Órgão: 07 – S. M. de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 01 – S. M. de Assistência Social

Função: 08 – Assistência Social

Subfunção: 244 – Assistência Comunitária

Programa: 801 – Assistência Social Geral

Projeto/Atividade: 2023 – Manutenção das Ativ. Secretaria de Assistência Social

Modalidade de Aplicação: 33900000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1100 – Ordinários

Valor: R\$ 805,28

Órgão: 07 – S. M. de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 01 – S. M. de Assistência Social

Função: 08 – Assistência Social

Subfunção: 244 – Assistência Comunitária

Programa: 801 – Assistência Social Geral

Projeto/Atividade: 2023 – Manutenção das Ativ. Secretaria de Assistência Social

Modalidade de Aplicação: 31900000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1100 – Ordinários

Valor: R\$ 114.082,22

Órgão: 07 – Secretaria M. de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria M. de Assistência Social

Função: 08 – Assistência Social

Subfunção: 244 – Assistência Comunitária

Programa: 801 – Assistência Social Geral

Projeto/Atividade: 2024 – Manut. do Conselho Tutelar

Modalidade de Aplicação: 33900000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1100 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 5.086,34

Órgão: 04 – S. M. de Educação, Cultura e Esportes

Unidade Orçamentária: 01 – Departamento de Educação

Função: 12 – Educação

Subfunção: 365 – Educação Infantil

Programa: 1201 – Desenvolvimento Educacional

Projeto/Atividade: 2009 – Manut. da Ed. Infantil - Creches

Modalidade de Aplicação: 31900000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1101 – Ordinários Educação

Valor: R\$ 106.000,00

Órgão: 04 – S. M. de Educação, Cultura e Esportes

Unidade Orçamentária: 01 – Departamento de Educação

Função: 12 – Educação

Subfunção: 365 – Educação Infantil

Programa: 1201 – Desenvolvimento Educacional
Projeto/Atividade: 2010 – Manutenção da educação Infantil – Pré-Escolar
Modalidade de Aplicação: 31900000 – Aplicações Diretas
Fonte: 1101 – Ordinários Educação
Valor: R\$ 40.000,00

Órgão: 04 –S. M. de Educação, Cultura e Esportes
Unidade Orçamentária: 01 – Departamento de Educação
Função: 12 – Educação
Subfunção: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 1201 – Desenvolvimento Educacional
Projeto/Atividade: 1061 – Ampliação da Rede F. Fundamental
Modalidade de Aplicação: 449000000 – Aplicações Diretas
Fonte: 1101 – Recursos Ordinários Educação
Valor: R\$ 115.833,70

Órgão: 03 –Secretaria de Administração e Fazenda
Unidade Orçamentária: 01– Secretaria de Administração e Fazenda
Função: 04 – Administração
Subfunção: 122 – Administração Geral
Programa: 402 – Administração Geral
Projeto/Atividade: 2004 – Manut. das At. Adm. e Finanças
Modalidade de Aplicação: 31900000 – Aplicações Diretas
Fonte: 1100 – Recursos Ordinários
Valor: R\$ 332,51

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o excesso de arrecadação de recursos ordinários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes - SC, 18 de Dezembro de 2019.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 336/2019

Publicação Nº 2309806

DECRETO Nº. 0336/2019.

DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 5º da Lei Municipal nº. 2476 de 06 de Dezembro de 2018;

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 53.829,95 (cinquenta e três mil oitocentos e vinte e nove reais e noventa e cinco centavos) para as seguintes dotações orçamentárias:

Subtrai das Dotações:

Órgão: 03 –Secretaria de Administração e Fazenda
Unidade Orçamentária: 01– Secretaria de Administração e Fazenda
Função: 04 – Administração
Subfunção: 122 – Administração Geral
Programa: 402 – Administração Geral
Projeto/Atividade: 2004 – Manut. das At. Adm. e Finanças
Modalidade de Aplicação: 33900000 – Aplicações Diretas
Fonte: 1100 – Recursos Ordinários
Valor: R\$ 4.884,83

Órgão: 04 –S. M. de Educação, Cultura e Esportes
Unidade Orçamentária: 01 – Departamento de Educação
Função: 12 – Educação
Subfunção: 365 – Educação Infantil
Programa: 1201 – Desenvolvimento Educacional
Projeto/Atividade: 2009 – Manut. da Ed. Infantil - Creches
Modalidade de Aplicação: 31900000 – Aplicações Diretas
Fonte: 1119 – FUNDEB 40%

Valor: R\$ 22.735,96

Órgão: 04 –S. M. de Educação, Cultura e Esportes
Unidade Orçamentária: 01 – Departamento de Educação
Função: 12 – Educação
Subfunção: 365 – Educação Infantil
Programa: 1201 – Desenvolvimento Educacional
Projeto/Atividade: 2010 – Manutenção da educação Infantil – Pré-Escolar
Modalidade de Aplicação: 31900000 – Aplicações Diretas
Fonte: 1118 – FUNDEB 60%
Valor: R\$ 26.409,16

Adiciona para as Dotações:

Órgão: 03 –Secretaria de Administração e Fazenda
Unidade Orçamentária: 01– Secretaria de Administração e Fazenda
Função: 04 – Administração
Subfunção: 122 – Administração Geral
Programa: 402 – Administração Geral
Projeto/Atividade: 2004 – Manut. das At. Adm. e Finanças
Modalidade de Aplicação: 31900000 – Aplicações Diretas
Fonte: 1100 – Recursos Ordinários
Valor: R\$ 4.884,83

Órgão: 04 –S. M. de Educação, Cultura e Esportes
Unidade Orçamentária: 01 – Departamento de Educação
Função: 12 – Educação
Subfunção: 365 – Educação Infantil
Programa: 1201 – Desenvolvimento Educacional
Projeto/Atividade: 2009 – Manut. da Ed. Infantil - Creches
Modalidade de Aplicação: 31900000 – Aplicações Diretas
Fonte: 1118 – FUNDEB 60%
Valor: R\$ 22.735,96

Órgão: 04 –S. M. de Educação, Cultura e Esportes
Unidade Orçamentária: 01 – Departamento de Educação
Função: 12 – Educação
Subfunção: 365 – Educação Infantil
Programa: 1201 – Desenvolvimento Educacional
Projeto/Atividade: 2010 – Manutenção da educação Infantil – Pré-Escolar
Modalidade de Aplicação: 31900000 – Aplicações Diretas
Fonte: 1119 – FUNDEB 40%
Valor: R\$ 26.409,16

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes - SC, 27 de Dezembro de 2019.
GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 337/2019

Publicação Nº 2309807

DECRETO Nº. 0337/2019.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 5º da Lei Municipal nº. 2476 de 06 de Dezembro de 2018;

DECRETA:

Art. 1º. Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do excesso de arrecadação no valor de R\$ 37.229,14 (trinta e sete mil novecentos e vinte e nove reais e quatorze centavos), no orçamento de 2019 do Município de Faxinal dos Guedes, nas seguintes programações de despesas:

Suplementações:

Órgão: 04 –S. M. de Educação, Cultura e Esportes
Unidade Orçamentária: 01 – Departamento de Educação
Função: 12 – Educação

Subfunção: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 1201 – Desenvolvimento Educacional
Projeto/Atividade: 2006 – Manut. das At. Ensino Fundamental
Modalidade de Aplicação: 31900000 – Aplicações Diretas
Fonte: 1118 – FUNDEB 60%
Valor: R\$ 36.964,69

Órgão: 04 – S. M. de Educação, Cultura e Esportes
Unidade Orçamentária: 01 – Departamento de Educação
Função: 12 – Educação
Subfunção: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 1201 – Desenvolvimento Educacional
Projeto/Atividade: 2006 – Manut. das At. Ensino Fundamental
Modalidade de Aplicação: 31900000 – Aplicações Diretas
Fonte: 1187 – Alienação - Educação
Valor: R\$ 264,45

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o excesso de arrecadação de recursos do FUNDEB 60% e Alienação de Bens Educação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes - SC, 27 de Dezembro de 2019.
GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 338/2019

Publicação Nº 2309809

DECRETO Nº. 0338/2019.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 5º da Lei Municipal nº. 2476 de 06 de Dezembro de 2018;

DECRETA:

Art. 1º. Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do excesso de arrecadação no valor de R\$ 5.169,48 (cinco mil cento e sessenta e nove reais e quarenta e oito centavos), no orçamento de 2019 do Município de Faxinal dos Guedes, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão: 11 – Encargos Gerais do Município
Unidade Orçamentária: 01 – Encargos Gerais do Município
Função: 28 – Encargos Especiais
Subfunção: 846 – Outros Encargos Especiais
Programa: 2800 – Outros Encargos Especiais
Projeto/Atividade: 2028 – Amortização da Dív. e Encargos
Modalidade de Aplicação: 33900000 – Aplicações Diretas
Fonte: 1150 – Recursos Sessão Onerosa
Valor: R\$ 5.169,48

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o excesso de arrecadação de recursos da Sessão Onerosa.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes - SC, 31 de Dezembro de 2019.
GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

Formosa do Sul

PREFEITURA

AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL Nº06/2020

Publicação Nº 2309898

AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 06/2020

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº: 01/2020

Objeto: CONCESSÃO DO DIREITO REAL DE USO DE BENS PÚBLICOS SITUADOS NA LINHA SERRA ALTA, FORMOSA DO SUL/SC.

Comunicamos aos interessados as seguintes alterações realizadas no Edital Concorrência n. 01/2020, decorrente do Processo Licitatório n. 06/2020:

1. Ficam alterados os itens 1.2 e 1.3 do Edital, passando a vigorar com a seguinte redação:

“1. PREÂMBULO

1.1 (...)

1.2 O recebimento do Envelope 01 – DOCUMENTAÇÃO, contendo a documentação de habilitação dos interessados ocorrerá às 08h30min do dia 28 de fevereiro de 2020, no Setor de Compras, Contratos e Licitações Públicas do Município, sito a Avenida Getúlio Vargas, 580, Centro, CEP 89859-000, no Município de Formosa do Sul, SC.

1.3 O início da abertura do Envelope 01 – DOCUMENTAÇÃO, dar-se-á às 08h45min do dia 28 de fevereiro de 2020, na Sala de Licitações do Município de Formosa do Sul, SC, situada no endereço indicado no subitem 1.2. Havendo a concordância de todos os proponentes com o resultado da fase de habilitação, bem como a desistência expressa de interposição de recursos, de acordo com o disposto no inciso III, art. 43 da Lei 8.666/93, formalizada na respectiva Ata ou Termo de Renúncia (modelo constante do Anexo “B” deste Edital), proceder-se-á, nesta mesma data, à abertura dos Envelopes 02 – PROPOSTA, contendo as propostas dos proponentes habilitados.”

2. Fica acrescido o item 9.1.1.4 ao Edital, passando a vigorar com a seguinte redação:

“9.1.1 O julgamento da proposta será feito mediante atribuição de pontos atribuídos aos seguintes itens relativos à unidade produtiva:

9.1.1.1 (...)

9.1.1.4 Faturamento: Pelo faturamento e ou previsão de faturamento, este, sujeito à avaliação técnica pela comissão para a verificação da compatibilidade do valor fornecido com a capacidade produtiva da unidade, serão atribuídos 5 (cinco) pontos para cada 10.000,00 (dez mil reais) de faturamento.”

Maiores informações poderão ser obtidos junto ao site www.formosa.sc.gov.br e no seguinte endereço e horários: Av. Getúlio Vargas, Nº 580, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, pelo telefone (49) 3343 0043 ou pelo e-mail: licitacao@formosa.sc.gov.br

FORMOSA DO SUL, SC, 13 DE JANEIRO DE 2020.

RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL Nº07/2020

Publicação Nº 2309900

AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 07/2020
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº: 02/2020

Objeto: CONCESSÃO DO DIREITO REAL DE USO DE BENS PÚBLICOS SITUADOS NA SC 157, KM 43, FORMOSA DO SUL/SC.

Comunicamos aos interessados as seguintes alterações realizadas no Edital Concorrência n. 02/2020, decorrente do Processo Licitatório n. 07/2020:

1. Ficam alterados os itens 1.2 e 1.3 do Edital, passando a vigorar com a seguinte redação:

“1. PREÂMBULO**1.1 (...)**

1.2 O recebimento do Envelope 01 – DOCUMENTAÇÃO, contendo a documentação de habilitação dos interessados ocorrerá às 13h30min do dia 28 de fevereiro de 2020, no Setor de Compras, Contratos e Licitações Públicas do Município, sito a Avenida Getúlio Vargas, 580, Centro, CEP 89859-000, no Município de Formosa do Sul, SC.

1.3 O início da abertura do Envelope 01 – DOCUMENTAÇÃO, dar-se-á às 13h45min do dia 28 de fevereiro de 2020, na Sala de Licitações do Município de Formosa do Sul, SC, situada no endereço indicado no subitem 1.2. Havendo a concordância de todos os proponentes com o resultado da fase de habilitação, bem como a desistência expressa de interposição de recursos, de acordo com o disposto no inciso III, art. 43 da Lei 8.666/93, formalizada na respectiva Ata ou Termo de Renúncia (modelo constante do Anexo “B” deste Edital), proceder-se-á, nesta mesma data, à abertura dos Envelopes 02 – PROPOSTA, contendo as propostas dos proponentes habilitados.”

2. Fica alterado o item 2.2 do Edital, passando a vigorar com a seguinte redação:

“2.1 Por se tratar de concessão de bens imóveis com edificações, as empresas interessadas deverão realizar vistoria prévia para conhecimento do local do empreendimento e das condições necessárias ao cumprimento das obrigações do objeto da licitação, vistoria que deverá ocorrer entre os dias 03 de fevereiro a 18 de fevereiro de 2020, no horário das 13h00min às 16h30min, com a supervisão do servidor público municipal, Sr. ADEMAR ANDRÉ SZCZEPANSKI (Anexo “C”);”

3. Fica acrescido o item 9.1.1.4 ao Edital, passando a vigorar com a seguinte redação:

“9.1.1 O julgamento da proposta será feito mediante atribuição de pontos atribuídos aos seguintes itens relativos à unidade produtiva:

9.1.1.1 (...)

9.1.1.4 Faturamento: Pelo faturamento e ou previsão de faturamento, este, sujeito à avaliação técnica pela comissão para a verificação da compatibilidade do valor fornecido com a capacidade produtiva da unidade, serão atribuídos 5 (cinco) pontos para cada 10.000,00 (dez mil reais) de faturamento.”

Maiores informações poderão ser obtidos junto ao site www.formosa.sc.gov.br e no seguinte endereço e horários: Av. Getúlio Vargas, Nº 580, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, pelo telefone (49) 3343 0043 ou pelo e-mail: licitacao@formosa.sc.gov.br

FORMOSA DO SUL, SC, 13 DE JANEIRO DE 2020.

RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO Nº09/2020

Publicação Nº 2309903

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADM. Nº: 9/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 1/2020

Tipo: MENOR PREÇO UNITÁRIO (POR ITEM)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERNET PARA O PODER PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL - SC

Entrega dos Envelopes: 09:00 do dia 24/01/2020.

Abertura dos Envelopes: 09:00 do dia 24/01/2020.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos junto ao site www.formosa.sc.gov.br e no seguinte endereço e horários: Av. Getúlio Vargas, Nº 580, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, pelo telefone (49) 3343 0043 ou pelo e-mail: licitacao@formosa.sc.gov.br

FORMOSA DO SUL, 13 de Janeiro de 2020

RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL**AVISO DE LICITAÇÃO Nº10/2020**

Publicação Nº 2309905

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADM. Nº: 10/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 2/2020

Tipo: MENOR PREÇO UNITÁRIO (POR ITEM)

Objeto: AQUISIÇÃO DE GENÊROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DO NÚCLEO ESCOLAR MUNICIPAL VIDA E ALEGRIA E PARA CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL PRIMEIROS PASSOS

Entrega dos Envelopes: 09:00 do dia 28/01/2020.

Abertura dos Envelopes: 09:00 do dia 28/01/2020.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos junto ao site www.formosa.sc.gov.br e no seguinte endereço e horários: Av. Getúlio Vargas, Nº 580, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, pelo telefone (49) 3343 0043 ou pelo e-mail: licitacao@formosa.sc.gov.br

FORMOSA DO SUL, 13 de Janeiro de 2020

RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL**DECRETO MUNICIPAL N.º 4867/2020**

Publicação Nº 2310022

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N.º 4867, DE 10 DE JANEIRO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DA BASE DE CÁLCULO DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal De Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal e Art. 106 do Código Tributário Municipal;

Art. 1º Fica atualizada a base de cálculo dos tributos municipais em 7,32% (sete vírgula trinta e dois por cento), correspondente ao Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM de janeiro a dezembro de 2019.

Art. 2º As Tabelas II, III, IV, V, VI, VII E VIII do Código Tributário do Município de Formosa do Sul e a Tabela de Atos da Vigilância Sanitária Municipal, passam a vigorar na forma dos anexos do presente Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de janeiro de 2020.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 10 de janeiro de 2020.

RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

ESTADO DE SANTA CATARINA	
MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL	
ANEXO I	
TABELA II	
2020	
VALOR VENAL DAS EDIFICAÇÕES	
TIPO CONSTRUÇÃO	VALOR M2
EDIFICAÇÃO EM MADEIRA	R\$ 423,75
EDIFICAÇÃO MISTA	R\$ 508,49
EDIFICAÇÃO ALVENARIA	R\$ 762,73
BARRACAO EM ALVENARIA	R\$ 169,50
BARRAÇÃO EM MADERIA	R\$ 118,62

DECRETO MUNICIPAL N.º 4867, DE 10 DE JANEIRO DE 2020.

ESTADO DE SANTA CATARINA				
MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL				
ANEXO II				
TABELA III				
2020				
VALOR TAXA COLETA DE LIXO				
ZONA DE ABSORÇÃO	FATOR ABSORÇÃO			RESULTADO
ZONA 01		1		R\$ 156,12
ZONA 02		0,97		R\$ 148,04
ZONA 03		0,8		R\$ 124,92
ZONA 04		0,74		R\$ 115,52
ZONA 05		0,68		R\$ 106,15
ZONA 06	CHÁCARAS EDIFICA-DAS	0,6		R\$ 93,68

ZONA 07	CHÁCARAS EDIFICADAS		0,6		R\$ 93,68
ZONA 08	CHÁCARAS EDIFICADAS		0,6		R\$ 93,68

DECRETO MUNICIPAL N.º 4867 DE 10 DE JANEIRO DE 2020.

ESTADO DE SANTA CATARINA		
MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL		
ANEXO III		
TABELA VII		
2020		
VALOR VENAL DOS TERRENOS RURAIS		
TIPOS DE ÁREAS RURAIS		
	R\$ HECTÁRIE	R\$ m²
Terra de primeira	R\$ 18.900,00	R\$ 2,02
Terra de segunda	R\$ 11.600,00	R\$ 1,25
Terra de terceira (alta declividade)	R\$ 10.600,00	R\$ 1,14
Terra de campo nativo	R\$ 9.800,00	R\$ 1,05
Terra para servidão florestal	R\$ 8.300,00	R\$ 0,89

DECRETO MUNICIPAL N.º 4867, DE 10 DE JANEIRO DE 2020.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL

ANEXO IV

TABELA VIII

2020

PLANTA GENÉRICA DE VALORES

LOTEMANETO CIDADE DE FORMOSA DO SUL

ZONA 01	COR VERMELHA	R\$ 67,77 POR METRO QUADRADO
---------	--------------	------------------------------

LOTEAMENTO GIACONDO CELLA PLOÍGNO II

QUADRA 12 A - LOTE 01
QUADRA 17 - LOTES 01 e 02
QUADRA 19 – LOTES 01, 02, 03 e 04
QUADRA 21 – LOTES 01, 02, 03, 04, 05 e 06
QUADRA 24 – LOTES 01, 02, 03, 04, 05 e 06
QUADRA 29 - LOTE 16.
QUADRA 33 - LOTES 03 e 06.
QUADRA 34 - LOTE 06

ZONA 02	COR VERDE	R\$ 59,31 POR METRO QUADRADO
QUADRA 02 – LOTES 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 09A, 10 e 10A		
QUADRA 03 – LOTES 01, 02, 02A, 02B, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 11A, 12, 12A		
QUADRA 04 – LOTES 01, 02, 02A, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13 e 14		
QUADRA 05 – LOTES 01, 02, 02A, 04, 06, 08, 10, 12 e 14		
QUADRA 06 – LOTES 01, 01A, 02, 02A, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11 e 12		
QUADRA 07 – LOTES 01, 01A, 02, 02A, 03, 04, 05, 06, 07 e 08		
QUADRA 10 – LOTES 01, 03, 05, 07, 09 e 09A		
QUADRA 11 – LOTES 01, 03, 05, 02 e 02A		
QUADRA 12 – LOTES 01, 02, 02A, 03, 04, 06, 08, 10, 11, 11A, 12 e 12A.		
QUADRA 13 – LOTES 10 A		
QUADRA 16 - LOTES 02 e 04		
QUADRA 18 – PRAÇA		
QUADRA 19 A – LOTES DA IGREJA		
QUADRA 41 – LOTES 01, 02, 03, 04, 04A, 04B, 04C, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25 e 26		
QUADRA 42 – LOTES 01, 03, 05, 06, 07, 11, 13, lado 13,14, 15.		
QUADRA 43 – LOTES 18, 20, 22 e 23.		
QUADRA 48 - LOTES 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08 e 09		
QUADRA 51- LOTES 04, 05, 06, 07, 08, 09 ,10 e 11		
QUADRA 52- LOTES , 08, 09 e 10		
CHÁCARA 14		
ZONA 03	COR AZUL FRACO	R\$ 45,75 POR METRO QUADRADO
QUADRA 05 - LOTES 03, 05, 07, 09, 11 e 13		
QUADRA 08 - LOTES 01, 01A, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10 ,11, 12, 13 e 14		
QUADRA 09 - LOTES 01, 02, 02A, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10 ,11, 12, 13 e 14		
QUADRA 10 - LOTES 02, 04, 06, 08 e 10		
QUADRA 11 – LOTES 04, 06, 08, 10, 12 e 12 A		
QUADRA 12 - LOTES 05, 07 e 09.		
QUADRA 12A - LOTES 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09 e 10		
QUADRA 13 - LOTES 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07		
QUADRA 14 – LOTES 01, 02, 03 e 04		
QUADRA 16 – LOTES 01, 03 e 03A		
QUADRA 17 - LOTES 03, 04, 05, 06, 06A e 07		
QUADRA 19 - LOTES 05, 06 e 07		
QUADRA 20 - LOTES 01 e 02		
QUADRA 21 - LOTES 07, 08, 09, 10, 11 e 12		
QUADRA 22 - LOTES 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11 e 12		
QUADRA 23 - LOTES 01, 02, 03, 04 e 05		
QUADRA 24 - LOTES 07, 08, 09, 10 e 11		
QUADRA 25 - 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07		
QUADRA 26 - LOTES 01 e 02		
QUADRA 29 - LOTES 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14 e 15		
QUADRA 30 - LOTES 01,08, 09, 10, 11, 12, 13 e 14.		
QUADRA 31 - LOTES 01 e 08		
QUADRA 32 - LOTE 01		
QUADRA 33 - 04 e 05.		
QUADRA 36 – LOTE 07		
QUADRA 41 - LOTES 05, 06, 07, 14, 15 e 16		
QUADRA 47 - LOTES 01, 02 e 03		
QUADRA 48 - PARTE CHÁCARA N.º 07 e CHÁCARA N.º 08		
QUADRA 49 - LOTES 01, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20		
QUADRA 51 - LOTES 01, 02 , 03, 12, 13 e 14		
QUADRA 52- LOTES 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07		
ZONA 04	COR AMARELA	R\$ 33,86 POR METRO QUADRADO
QUADRA 01 – LOTES 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13 e 14		
QUADRA 02 - LOTES 01 e 02		
QUADRA 07 - LOTES 09, 10 e 11		
QUADRA 12A - CHÁCARA S/NÚMERO		
QUADRA 13 - LOTES 08, 09 e 10		

QUADRA 15 – LOTES 01, 02, 03, 04, 05 e 06
 QUADRA 23 - LOTES 06, 07, 08, 09 e 10
 QUADRA 24 - PÁRTE CHÁCARA S/NÚMERO
 QUADRA 25 - PÁRTE CHÁCARA S/NÚMERO
 QUADRA 26 - PÁRTE CHÁCARA S/NÚMERO
 QUADRA 27 - LOTES 01, 02 e PARTE CHÁCARA S/NÚMERO
 QUADRA 29 - LOTES 01, 17, 19, 19A, 19B e ÁREA DO CAMPO
 QUADRA 30 – LOTES 02, 03, 04, 05, 06 e 07
 QUADRA 31 - LOTES 02, 03, 04, 05, 06, 07, 09, 10, 11, 12, 13 e 14
 QUADRA 32 - LOTES 02, 03, 04, 05, 06 e 07
 QUADRA 33 - LOTES 01 e 02.
 QUADRA 34 - LOTES 01, 02, 03, 04 e 05
 QUADRA 35 - LOTES 01 e 02
 QUADRA 36 - LOTES 01, 01 A, 02, 03, 04, 05, 08, 09, 10, 11 e 12
 QUADRA 37 - LOTES 01A, 02 e parte do lote 02; LOTES 03 e 04
 QUADRA 38 - LOTES 01, 02, 03, PARTE CHÁCARA SEM NÚMERO
 QUADRA 39 - LOTES 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12 e PARTE DE CHÁCARA SEM NÚMERO
 QUADRA 40 - LOTES 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e PARTE DE CHÁCARA SEM
 QUADRA 42 - LOTES 02, 04, 08, 09, 10, 11, 12, 12A, 12B e 13
 QUADRA 43 - LOTES 11, 12C, 16,17, 19 e 21
 QUADRA 46 – CHÁCARA N.º 24 E PARTE DA CHÁCARA 24
 QUADRA 47 - LOTE 04
 QUADRA 49 - LOTES 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09 e 10

ZONA 05	COR COR -DE -ROSA	R\$ 23,43 POR METRO QUADRADO
---------	-------------------	------------------------------

QUADRA 14 - LOTES 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11 e 12
 QUADRA 17A - CHÁCARA SEM NÚMERO (Luiz Carlos Piccoli)
 PÁRTE DA CHÁCARA N.º 07
 QUADRA 35 - LOTE 03
 QUADRA 36 - LOTES 13, 13A e 06
 QUADRA 37 - LOTES 01 e 05
 QUADRA 44 - LOTES 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07

ZONA 06	COR AZUL FORTE	R\$ 10,14 POR METRO QUADRADO
---------	----------------	------------------------------

PARTE	CHÁCARA	N.º	10,	CHÁCARA,	CHÁCARA	N.º	11	e	CHÁCARA	N.º12
-------	---------	-----	-----	----------	---------	-----	----	---	---------	-------

ZONA 07	COR VERDE OLIVA	R\$ 6,76 POR METRO QUADRADO
---------	-----------------	-----------------------------

CHÁCARA	SEM	NÚMERO	(Ricieri	Malacarne)
---------	-----	--------	----------	------------

ZONA 08	COR MARRON	R\$ 5,08 POR METRO QUADRADO
---------	------------	-----------------------------

CHÁCARAS N.ºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22 e 23
 PARTES CHÁCARAS N.ºs 14 e 18.

DECRETO MUNICIPAL N.º 4867, DE 10 DE JANEIRO DE 2020.

ESTADO DE SANTA CATARINA
 MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL

TABELA IV

2020

TAXA DE SERVIÇOS DIVERSOS

SERVIÇOS	VALOR
APREENSÃO DE ANIMAIS, BENS E MERCADORIAS	R\$ 55,94
DEPÓSITO E LIBERAÇÃO DE BENS,ANIMAIS E MERCADORIAS APREENDI-DAS	R\$ 55,94
CEMITÉRIOS	R\$ 55,94

DECRETO MUNICIPAL N.º 4867, DE 10 DE JANEIRO DE 2020.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL

TABELA V

2020

PREÇOS PÚBLICOS

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Certidões de qualquer natureza, por unidades	R\$ 19,14
Atestados, por unidade	R\$ 19,14
Requerimento, por unidade	R\$ 19,14
Autorização, por unidade	R\$ 19,14
Permissões, por unidade	R\$ 19,14
Concessões, por objeto	R\$ 19,14
Declarações, por unidade	R\$ 19,14
Despachos e Consultas, por lauda	R\$ 19,14
Pareceres, por lauda	R\$ 19,14
Transferência de direitos	R\$ 258,99
Fornecimento de dados	R\$ 19,14
Informações funcionais, por lauda	R\$ 19,14
Numeração de prédios (excluído o custo do material)	R\$ 19,14
Alinhamento por metro linear	R\$ 19,14
Nivelamento por 1.000 m²	R\$ 258,99
Habite-se, por unidade construída	R\$ 19,14
Taxa Utilização Terminal Rodoviário Percurso até 25 Km	R\$ 0,62
Taxa Utilização Terminal Rodoviário Percurso acima 25 Km	R\$ 1,02

DECRETO MUNICIPAL N.º 4867, DE 10 DE JANEIRO DE 2020.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL

TABELA VI

2020

TAXA DE LICENÇA E LOCALIZAÇÃO

TIPOS E RAMOS DE ATIVIDADES	R\$ P/ EXERCÍCIO	FISCALIZAÇÃO	TOTAL
INDÚSTRIA			
Vestuário	R\$ 414,38	R\$ 72,52	R\$ 486,90
Metalúrgica	R\$ 414,38	R\$ 72,52	R\$ 486,90
Moveleira	R\$ 414,38	R\$ 72,52	R\$ 486,90
Alimentos	R\$ 414,38	R\$ 72,52	R\$ 486,90
Artefatos de Cimento	R\$ 414,38	R\$ 72,52	R\$ 486,90
COMÉRCIO			
Açougue	R\$ 404,03	R\$ 72,52	R\$ 476,55
Agropecuária	R\$ 476,53	R\$ 72,52	R\$ 549,05
Auto Elétricos	R\$ 476,53	R\$ 72,52	R\$ 549,05
Autônomos	R\$ 273,48	R\$ 72,52	R\$ 346,00
Bar	R\$ 273,48	R\$ 72,52	R\$ 346,00
Bar e Lanchonete	R\$ 549,04	R\$ 72,52	R\$ 621,56
Bar e Mini Mercado	R\$ 549,04	R\$ 72,52	R\$ 621,56
Bar, Hotel e Restaurante	R\$ 725,16	R\$ 72,52	R\$ 757,68
Bazar	R\$ 404,02	R\$ 72,52	R\$ 476,54
Borracharia e Lavagem	R\$ 435,10	R\$ 72,52	R\$ 507,62
Botequim	R\$ 182,32	R\$ 72,52	R\$ 254,84
Com. Combust. Borracharia e Lavagem	R\$ 808,06	R\$ 72,52	R\$ 880,58

Com. Materiais Eletrônicos	R\$ 663,02	R\$ 72,52	R\$ 735,54
Com. Cereais, Loja e Mercado	R\$ 1.035,99	R\$ 72,52	R\$ 1.108,51
Comércio de Madeiras	R\$ 663,02	R\$ 72,52	R\$ 735,54
Comércio de Peças e Mecânica	R\$ 663,02	R\$ 72,52	R\$ 735,54
	R\$ 663,02	R\$ 72,52	R\$ 735,54
Ferragem e Mat. de Construção	R\$ 663,02	R\$ 72,52	R\$ 735,54
Fruteiras	R\$ 435,10	R\$ 72,52	R\$ 507,62
Livraria	R\$ 435,10	R\$ 72,52	R\$ 507,62
Loja – Com. Confeccões	R\$ 663,02	R\$ 72,52	R\$ 735,54
Loja e Mercado	R\$ 725,16	R\$ 72,52	R\$ 797,68
Mercado	R\$ 517,58	R\$ 72,52	R\$ 590,50
Mini Mercado	R\$ 435,10	R\$ 72,52	R\$ 507,62
Padaria	R\$ 366,72	R\$ 72,52	R\$ 439,24
Padaria e Mercado	R\$ 517,98	R\$ 72,52	R\$ 590,50
Posto de Medicamentos	R\$ 579,70	R\$ 72,52	R\$ 652,22
Prestadores de Serviços	R\$ 435,10	R\$ 72,52	R\$ 507,12
Supermercado	R\$ 808,06	R\$ 72,52	R\$ 880,58
Transportadores	R\$ 435,10	R\$ 72,52	R\$ 507,62
Demais Comércios	R\$ 366,72	R\$ 72,52	R\$ 439,24
Produção Caseira de Doces	R\$ 155,37		R\$ 157,37
Atividade Eventual ou Ambulante	Por Dia		R\$ 62,14
	Por Mês		R\$ 372,93
Aprovação Loteamento	Por Unidade		R\$ 41,41
Construções	Madeira		R\$ 31,05
	Mista		R\$ 41,44
	Alvenaria		R\$ 51,78
Ocupação Áreas Públicas	Por Dia		R\$ 41,41
	Por Mês		R\$ 186,46
	Por ano		R\$ 414,39
Diversões e Shows	Por Dia		R\$ 19,14
	Por Semana		R\$ 104,96

DECRETO MUNICIPAL N.º 4867, DE 10 DE JANEIRO DE 2020.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL

2020

TABELA DE ATOS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	
1 - ALVARÁ SANITÁRIO ANUAL	
Quiosques, driv-in, trailers, congêneres	R\$ 44,55
Bares, lanchonetes, pastelarias, pizzarias e sorvetes	R\$ 89,12
Panificadora e confeitarias.	R\$ 131,39
Boates e wiskerias.	R\$ 131,39
Peixarias e Açougues	R\$ 131,39
Assadores de aves e outras carnes.	R\$ 44,55
Restaurantes, Rotisseries e churrasarias	R\$ 131,39
Casas de Frios (embutidos, afiambros e laticínios)	R\$ 117,29
Casas de sucos, caldo de cana e similares	R\$ 44,51
Cozinha de escolas, clubes, creches, hotéis, hospitais, clínicas e similares	R\$ 131,39
Feiras livres, comércio ambulante com vendas de carne, pescados e outros.	R\$ 44,55
Comércio de produtos congelados.	R\$ 131,39
Produção doméstica de bolos, pastéis, tortas, croquetes e congêneres.	R\$ 89,12
Mercado ou mini-mercado	R\$ 131,39

Comércio de secos e molhados (mercearias e armazém)	R\$ 131,39
Fruteiras, verdureiras e quitandas.	R\$ 44,55
Comércio atacadista de gêneros alimentícios perecíveis	R\$ 182,98
Comércio atacadista de gêneros alimentícios não perecíveis	R\$ 131,39
Bomboniers	R\$ 89,12
Depósitos de bebidas	R\$ 89,12
Vendas ambulantes de pipocas, amendoim, milho verde cozido, pastéis e congêneres.	R\$ 44,55
II - ALVARÁ SANITÁRIO PARA ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS:	
Indústria ou engarrafamento de bebidas	R\$ 433,33
Indústria de agrotóxicos	R\$ 433,33
Industria de cosméticos e produtos de higiene	R\$ 433,33
Indústria de insumos farmacêuticos	R\$ 433,33
Indústria de produtos farmacêuticos	R\$ 433,33
Indústria de produtos biológicos	R\$ 433,33
Indústria de produtos de uso laboratorial	R\$ 433,33
industria de produtos de uso médico-hospitalar	R\$ 433,33
Indústria de produtos de uso odontológicos	R\$ 433,33
Próteses (ortopédicas, estética, auditiva, etc.)	R\$ 433,33
Saneantes domissanitários	R\$ 433,33
Embalagens	R\$ 255,69
Equipamentos / instrumentos laboratoriais	R\$ 255,69
Equipamentos / instrumentos odontológicos	R\$ 255,69
Produtos veterinários	R\$ 255,69
Rações de uso animal	R\$ 131,39
Pequenas indústrias Artesanais	R\$ 131,39
III - ALVARÁ SANITÁRIO PARA EST. QUE COMER. PRO.DE INT. DA SAÚDE	
Agrotóxicos (atacado), Agrotóxicos (varejo), Comércio / dis. pro. Vet. e químicos.	R\$ 241,65
Com.dist.de medi. pro laboratoriais pro. Médicos ou os/ produtos odontológicos	R\$ 131,39
Comércio / distribuição de saneantes / domissanitários	R\$ 265,12
Alim. animal (ração/supletivos), equi./instr.agri. ferragens, etc, ferti.corretivos /mudas.	R\$ 131,39
Embalagens	R\$ 105,52
Equipamentos / instrumentos laboratoriais, médico/hospitalar e equip odontológicos	R\$ 95,09
IV - ALVARÁ SANITÁRIO ANUAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE:	
Ambulatórios / clínicas	
Ambulatórios / médico	R\$ 85,12
Ambulatório veterinário	R\$ 85,12
Banco de leite Humano	R\$ 44,55
Banco de órgãos (olhos, rins, etc.)	R\$ 44,55
Clinica médica (policlínica)	
De 01à 10 profissionais médicos atuando	R\$ 265,12
Acima de 10 médicos atuando	R\$ 511,41
Clínica Veterinária (3 profissionais	R\$ 131,39
Clínica de hemodiálise	R\$ 265,12
Pronto socorro	R\$ 89,12
Clinica de e Fisioterapia e/ ou reabilitação	R\$ 89,12
Clínica de psicoterapia desintoxicação	R\$ 89,12
Clínica de psicanálise	R\$ 89,12
CLINICA ODONTOLÓGICA	
De 01 à 06 odontólogos atuando	R\$ 265,12
Acima de 07 odontólogos atuando	R\$ 351,90

Clínica de tratamento e repouso	R\$ 265,12
CLÍNICA DE ORTOPEDIA / TRAUMATOLOGIA:	
De 01 à 06 médicos atuando	R\$ 265,12
Acima de 07 médicos atuando	R\$ 352,58
FONTES DE RADIAÇÕES IONIZANTES	
Serviço de medicina nuclear	R\$ 352,58
Radium ensaio	R\$ 131,39
Serviço de radioterapia	R\$ 131,39
Radiologia médica	R\$ 131,39
Radiologia odontológica	R\$ 131,39
ESTABELECIMENTOS FARMACÊUTICOS:	
Farmácia alopática	R\$ 441,03
Farmácia Homeopática	R\$ 441,03
Drogaria	R\$ 441,03
Posto de medicamentos	R\$ 131,39
Dispensários de medicamentos	R\$ 131,39
Ervaria	R\$ 131,39
Estabelecimentos Hospitalares	R\$ 265,12
Farmácia Privativa hospitalar	R\$ 131,39
ESTABELECIMENTOS LABORATÓRIAS	
Laboratórios de análises clínicas	R\$ 265,12
Laboratórios de anatomia e patologia	R\$ 265,12
Laboratório de análises bromatológicas	R\$ 265,12
Laboratório cito /genético	R\$ 265,12
Laboratório químico - toxicológico	R\$ 265,12
ESTABELECIMENTOS DE HEMOTERAPIA:	
Serviços de hemoterapia	R\$ 265,12
Banco de sangue	R\$ 175,92
Posto de coleta de sangue	R\$ 131,39
Agência transfusional de sangue	R\$ 131,39
Serviço industrial de derivados de sangue	R\$ 265,12
CONSULTÓRIOS	
Consultório médico	R\$ 131,39
Consultório Odontológico	R\$ 131,39
Consultório veterinário	R\$ 89,12
Consultório psicológico	R\$ 89,12
Consultório nutricional	R\$ 89,12
Consultório fonoaudiólogo	R\$ 89,12
OUTROS:	
Estabelecimentos de massagem	R\$ 89,12
Laboratório de prótese dentária /auditiva e ortopédica	R\$ 131,39
Laboratório de ótica	R\$ 175,92
Ótica	R\$ 131,39
V - ALVARÁ SANITÁRIO ANUAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL	
Desinsetizadora e/ ou desratizadora	R\$ 265,12
Estação hidrominera/termal e climatérios	R\$ 175,92
Estabelecimento de ensino pré - escolar maternal	R\$ 265,12
Estabelecimento de ensino pré - escolar creche	R\$ 265,12
Estabelecimento de ensino pré - escolar jardim de infância	R\$ 265,12
Estabelecimento de 1º, 2º, 3º graus e similares	R\$ 175,92
Sauna	R\$ 175,92

Aviário / pequenos animais	R\$ 44,55
Academia de ginástica	R\$ 44,55
Barbearia / salão de beleza/ estética facial	R\$ 44,55
Camping e piscina coletiva	R\$ 89,12
Casa de espetáculo (discoteca, baile, similares	R\$ 89,12
Cemitério / necrotério	R\$ 44,55
Cinema/ auditório/ teatro / e circo	R\$ 44,55
Hotel / motel	R\$ 131,39
Lavanderia	R\$ 89,12
Oficinas e concertos	R\$ 89,12
Pensão	R\$ 44,55
Postos de combustíveis / lubrificantes	R\$ 89,12
SERVIÇOS DIVERSOS	
Serviço e veículos de transporte de alimentos	R\$ 89,12
Serviço de coleta, transporte e destino de lixo	R\$ 89,12
Serviços de lavagem de veículos	R\$ 44,55
Serviços de limpeza de fossas	R\$ 44,55
Serviços de limpeza / desinfecção de caixas/ poço d`água	R\$ 23,43
Serviços de transporte de produtos perecíveis / (por veículos)	R\$ 23,43
Serviços de transporte coletivo por veículo	R\$ 23,43
VI - ALVARÁ SANITÁRIO ÚNICO PARA HABITAÇÃO	
UNIDADE HABITACIONAL DE MADEIRA	
Até 80 metros quadrados	R\$ 23,43
De 81 a 120 metros	R\$ 44,55
Acima de 120 metros	R\$ 89,12
UNIDADE HABITACIONAL MISTA	
Até 80 metros quadrados	R\$ 23,43
De 81 a 120 metros	R\$ 44,55
Acima de 120 metros	R\$ 89,12
UNIDADE HABITACIONAL DE ALVENARIA	
Até 80 metros quadrados	R\$ 23,43
De 81 a 120 metros	R\$ 89,12
Acima de 120 metros	R\$ 131,39
Outras edificações de uso coletivo como ginásios, ginásticas, etc..	R\$ 131,39
VII - SERVIÇOS DIVERSOS	
Vistoria Prévia	R\$ 44,55
Início das atividades sem alvará implicará em multa de 50 % do valor aut. do alvará	
Renovação do alvará sanitário fora do prazo	R\$ 131,39
For. renovação de receita (bloco) ou de comer de cola de sap. ou de pro. Agrotóxicos	R\$ 44,55
Certidão de qualquer natureza	R\$ 19,14
Autenticações de livros de farmácias / drogaria/laboratórios de prótese/ ótica e similares	ISENTA
VIII - OUTRAS ISENÇÕES	
Comercio em geral (eletrodoméstico, calçados,tecidos, brinquedos, livros	
Escritório em geral	
Igrejas e similares	
Creches e escolas públicas	
Asilos e orfanatos	

DECRETO MUNICIPAL N.º 4867, DE 10 DE JANEIRO DE 2020.

DECRETO MUNICIPAL N.º 4868/2020

Publicação Nº 2310025

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N.º 4868, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE A VACÂNCIA DE CARGO PÚBLICO POR MOTIVO DE APOSENTADORIA PELO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL”.

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal, de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Art. 71. Inciso XXIV da Lei Orgânica Municipal, Artigo 32. Inciso IV da Lei Complementar N.º 017, de 22 de dezembro de 2006 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado vago o cargo de PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, do grupo docente, 20 horas semanais, ocupado pela servidora pública municipal IVONE TERESINHA SZCZEPANSKI por motivo de aposentadoria pelo Regime Geral de Previdência Social, conforme concessão do Benefício N.º 191.351.926-8, do Instituto Nacional de Previdência Social – INSS.

Art. 2º Fica declarado vago o cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, do grupo docente, 20 horas semanais, ocupado pela servidora pública municipal IVONE TERESINHA SZCZEPANSKI por motivo de aposentadoria pelo Regime Geral de Previdência Social, conforme concessão do Benefício N.º 191.351.926-8, do Instituto Nacional de Previdência Social – INSS.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir do dia 01 de fevereiro de 2020.

.
Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 13 de janeiro de 2020.

RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

EXTRATO CONTRATUAL CONTRATO ADM. N.º: 115/2019 – ADITIVO N.º 01/2019 – CONTRATO SUPERIOR N.º 050/2019 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL CONTRATADO: MAYLIN CRISTINA CREMONINI

Publicação Nº 2309515

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL
EXTRATO CONTRATUAL
CONTRATO ADM. N.º: 115/2019 – ADITIVO N.º 01/2019 – CONTRATO SUPERIOR N.º 050/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL
CONTRATADO: MAYLIN CRISTINA CREMONINI
0.1 OBJETO: Fica prorrogado o prazo de vigência fixado na Cláusula Quinta do Contrato Originário por mais 12 (doze) meses, passando a vigorar do dia 1º de janeiro à 31 de dezembro de 2020.
FORMOSA DO SUL, 27 DE DEZEMBRO DE 2019.
RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO Nº 01 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/2019, DE 31 DE JULHO DE 2019.

Publicação Nº 2310151

TERMO ADITIVO Nº 01
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/2019, DE 31 DE JULHO DE 2019.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 48/2019
PREGÃO PRESENCIAL: Nº 27/2019
OBJETO: AQUISIÇÃO E MANUTENÇÃO DE CONDICIONAR DE AR.

O MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL, com sede na Avenida Getúlio Vargas, 580, Centro, por seu Prefeito Municipal, senhor Rudimar Conte, e a empresa NYLAND CLIMATIZADORES E EQUIPAMENTOS LTDA,, por seu representante legal, resolvem aditar o item da Ata de Registro de Preços acima mencionada, o que fazem de acordo com as seguintes Cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) ao quantitativo dos itens constante do objeto licitado e a Ata de Registro de Preços em referência, nos termos do § 1º do art. 65 da Lei de Licitação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA QUANTIDADE ACRESCIDA

ITEM	QUANT ACRESCIDA	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
3	1,0	CONDICIONADOR DE AR, MODELO SPLIT, COM AS SEGUINTE DESCRITORES MÍNIMAS: CAPACIDADE 18000 BTU/S, COMPREENDENDO 1 UNIDADE CONDENSADORA EXTERNA (ANTICORROSÃO) E 1 UNIDADE EVAPORADORA INTERNA; COMPRESSOR ROTATIVO; QUENTE/FRIO; COR BRANCO; 220V; GAS R410A; CICLO REVERSO; POTÊNCIA MÍNIMA DE 1630W; CLASSIFICAÇÃO ENERGIA INMETRO "A"; CONTROLE REMOTO SEM FIO; COM GARANTIA DE, NO MÍNIMO, 2 ANOS; MANUAL DE INSTRUÇÕES E SERVIÇO DE INSTALAÇÃO COM ART.	1.785,19	1.785,19
			TOTAL	1.785,19

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1 Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços N.º 48/2019 acima citada.
Formosa do Sul-SC, 02 de janeiro de 2020.

RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

Forquilha

PREFEITURA

ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 189/PMF/2019

Publicação Nº 2309866

	ESTADO DE SANTA CATARINA GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
--	--

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 189/PMF/2019

SEGUNDA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ANÁLISE DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 189/PMF/2019, QUE TEM COMO OBJETIVO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RECONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL SONHO MÁGICO, COM ÁREA DE 349,63M², LOCALIZADO NA RUA SANTA BÁRBARA, BAIRRO CIDADE ALTA, FORQUILHINHA/SC.

Às onze horas do dia treze do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município, para abertura, processamento e julgamento do EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº. 189/PMF/2019. Abertos os trabalhos pelo Sr. Presidente, Valdecir Tiscoski, o mesmo informou que as empresas RONCHI PAVIMENTAÇÕES LTDA, e CONSTRUTORA NELGUI LTDA. renunciaram expressamente o prazo para interposição de recurso da fase de habilitação durante o certame que gerou a Ata 01 e, posteriormente a empresa TEMPPUS CONSTRUÇÃO INSTALAÇÃO E COMÉRCIO EIRELI encaminhou seu termo de renúncia via e-mail com o mesmo objetivo (parte integrante do processo licitatório). Desta forma, decide esta Comissão, por unanimidade, dar prosseguimento ao presente processo licitatório, com abertura dos envelopes de nº. 02 – Da Proposta de Preço das licitantes RONCHI PAVIMENTAÇÕES LTDA, TEMPPUS CONSTRUÇÃO INSTALAÇÃO E COMÉRCIO EIRELI e CONSTRUTORA NELGUI LTDA para as 10:00 horas do dia 15 de janeiro de 2020, na Sala de reuniões desta Municipalidade. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). As empresas habilitadas serão comunicadas via e-mail desta decisão. Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão. Forquilha, 13 de janeiro de 2020.

VALDECIR TISCOSKI ROSINETE MENEGON ZANIVAN WARMLING
Presidente da Comissão de Licitação Membro da Comissão

HENRIQUE DE OLIVEIRA SANTOS
Membro da Comissão

CONTRATO DE RATEIO Nº 134/2019

Publicação Nº 2309520

CONTRATO DE RATEIO Nº 134/2019

PARTES CONTRATANTES:

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMREC (CIM-AMREC), pessoa jurídica de direito público, com sede à Av. Santos Dumont, nº 855, bairro Pinheirinho, CEP 88804-490, Criciúma – SC, inscrita no CNPJ sob o nº 34.629.547/0001-72, neste ato representado por seu Presidente, Sr. HÉLIO ROBERTO CESA, brasileiro, CPF nº 415.499.109-49, doravante denominado CONSÓRCIO; e

o MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ do MF sob nº 81.531.162/0001-58, com sede administrativa na Avenida 25 de julho, nº 3400, Centro, Forquilha/SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Dimas Kammer, doravante denominado CONSORCIADO, têm entre si ajustado o que segue:

Cláusula primeira - O presente contrato tem por objeto o rateio das despesas necessárias à manutenção do CONSÓRCIO para o exercício de 2020, inclusive as pré-operacionais bem como aqueles referentes aos serviços que serão contratados e disponibilizados ao MUNICÍPIO. Parágrafo Único - As despesas de manutenção do CONSÓRCIO, com base neste contrato são referentes à:

1. Despesas de Pessoal e Encargos, referente à Folha do CONSÓRCIO; valores para suportar folha de pagamento em todos os seus termos, incluindo encargos sociais e provisão para eventual rescisão de contrato de trabalho;
2. Despesas com contratos de prestadores, outras despesas administrativas e operacionais do CONSÓRCIO, incluindo obrigações acessórias;
3. Despesas com Investimentos, para bens patrimoniais do CONSÓRCIO; valores destinados à aquisição de móveis e equipamentos para instalação e funcionamento do CONSÓRCIO.

III - DAS OBRIGAÇÕES

Cláusula segunda - É de responsabilidade do MUNICÍPIO:

Parágrafo 1º - Repassar mensalmente ao CONSÓRCIO, conforme o Anexo I deste contrato, referente à manutenção do CONSÓRCIO na conta bancária nº: 0020.911-2, Banco do Brasil (001), Agência: 3226-3, Criciúma/SC;

Parágrafo 3 - Informar o CONSÓRCIO quaisquer situações que impossibilitem de formalizar o repasse dos valores, bem como as providências adotadas para regularizar tais pendências;

Parágrafo 4 - Incluir em sua prestação de contas os valores repassados ao CONSÓRCIO;

Parágrafo 5 - Apresentar ao seu legislativo, proposta de alteração orçamentária a tempo de formalizar aditivo, a fim de adequar sua legislação atendendo a legalidade para a continuidade dos serviços públicos sustentados por este contrato;

Cláusula terceira - É de responsabilidade do CONSÓRCIO:

Parágrafo 1 - Gerir de forma regular os valores recebidos, sendo expressamente vedada à aplicação de recursos de modo diverso ao disposto no orçamento do CONSÓRCIO, aprovada em Assembleia Geral;

Parágrafo 2 - Apresentar em assembleia geral ordinária aos MUNICÍPIOS relatório contábil bimestral, bem como relatório discriminando serviços contratados utilizados e os respectivos valores;

Parágrafo 3 - Prestar informações pertinentes quando solicitado;

Parágrafo 4 - Controlar a utilização dos serviços do MUNICÍPIO em função do repasse de valores efetivado;

Parágrafo 5 - Fornecer todas as informações necessárias para que os entes possam contabilizar, nos termos da legislação vigente, as despesas realizadas com recursos entregues em razão do contrato de rateio.

Parágrafo 6 - Remeter ao MUNICÍPIO, depois de efetuado o pagamento ao prestador do serviço disponibilizado ao município, os respectivos documentos comprobatórios.

IV – DAS PENALIDADES

Cláusula quarta - O inadimplemento das obrigações financeiras estabelecidas neste Contrato sujeita o MUNICÍPIO faltoso às penalidades previstas no Protocolo de Intenções e no Art. 8º da Lei 11.107/05.

Parágrafo 1 - Havendo exclusão do MUNICÍPIO da condição de integrante do presente CONSÓRCIO ocorrerá automaticamente a rescisão do presente instrumento, ficando o MUNICÍPIO obrigado a repassar os valores referentes aos serviços que tenham sido utilizados.

V – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula quinta - Este contrato terá vigência de 02 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020, podendo ser rescindido automaticamente no caso de o MUNICÍPIO deixar de integrar o CONSÓRCIO;

Cláusula sexta - Fica eleito o foro da Comarca de Criciúma (SC) para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente contrato.

Cláusula sétima - O repasse financeiro do valor orçado para suporte dos procedimentos pretendidos, disponibilizados ao município, referente ao mês objeto, será realizado até o dia 28 do mês anterior.

Cláusula oitava - O repasse financeiro do valor para pagamento da parte fixa, referente ao mês objeto, será realizado até o dia 10 do mês posterior.

Cláusula nona - O valor da parte fixa da cota de rateio poderá ser alterado conforme decisão da Assembleia Geral para fins de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do CONSÓRCIO.

Criciúma – SC, 27 de dezembro de 2019.

Dimas Kammer
CPF: 500.962.909-78
Prefeito de Forquilha

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMREC – CIM-AMREC

Hélio Roberto Cesa
CPF 415.499.109-49

Presidente do CIM-AMREC
Prefeito de Siderópolis

1ª TESTEMUNHA	2ª TESTEMUNHA
Valdecir Tiscoski	Tainara Silveira Redivo

Anexo I - CIM-AMREC
- Rateio
ORÇAMENTO PARA 2020

				Classificação			
Municípios	Índice	Mensal	Anual	31.71	33.71	44.71	TOTAL
Balneário Rincão	1,0288%	205,76	2.469,09	1.375,04	1.044,67	49,38	2.469,09

Cocal do Sul	6,7886%	1.357,72	16.292,68	9.073,39	6.893,43	325,85	16.292,68
Criciúma	28,5558%	5.711,15	68.533,86	38.166,51	28.996,67	1.370,68	68.533,86
Forquilha	8,6885%	1.737,70	20.852,36	11.612,68	8.822,63	417,05	20.852,36
Içara	13,2981%	2.659,61	31.915,32	17.773,64	13.503,37	638,31	31.915,32
Lauro Muller	4,4487%	889,74	10.676,88	5.945,95	4.517,39	213,54	10.676,88
Morro da Fumaça	5,9024%	1.180,48	14.165,75	7.888,91	5.993,53	283,32	14.165,75
Nova Veneza	6,5685%	1.313,69	15.764,33	8.779,15	6.669,89	315,29	15.764,33
Orleans	7,8602%	1.572,03	18.864,41	10.505,59	7.981,53	377,29	18.864,41
Siderópolis	4,1706%	834,12	10.009,44	5.574,26	4.234,99	200,19	10.009,44
Treviso	4,2746%	854,92	10.259,07	5.713,28	4.340,61	205,18	10.259,07
Urussanga	8,4153%	1.683,07	20.196,79	11.247,59	8.545,26	403,94	20.196,79
TOTAL	100,0000%	20.000,00	239.999,97	133.655,99	101.543,99	4.800,00	239.999,97

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 02/2020

Publicação Nº 2309870

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 02/2020

CONTRATANTE – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – JULIO CESAR FORGIARINI & CIA LTDA ME

OBJETO – Contratação de empresa especializada para fornecimento de refeições diversas, em atendimento as necessidades da Secretaria de Saúde de Forquilha/SC, durante o exercício de 2020.

VALOR – R\$ 2.437,50 (dois mil quatrocentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos).

VIGÊNCIA – 31/12/2020.

DOTAÇÃO – 1701.2073.3390 (74); 1701.2067.3390 (92).

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 179/PMF/2019 (Multientidades).

DATA DA ASSINATURA – 03 de janeiro de 2020.

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 09/2020

Publicação Nº 2309517

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 09/2020

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – ROSILEIA RAUPP DE BEM MACHADO ME

DO OBJETO – Aquisição de "gêneros alimentícios", merenda escolar, através de empresas do ramo pertinente, conforme Programa Nacional de Alimentação Escolar, em atendimento às Escolas e Creches da Rede Municipal de Ensino de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 30.330,05 (quinta mil trezentos e trinta reais e cinco centavos).

VIGÊNCIA – 31/07/2020.

DOTAÇÃO – 0501.2014.3390 (56), (57); 0501.2016.3390 (75), (76).

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal nº. 8.666/93, Pregão Presencial nº. 173/PMF/2019.

DATA DA ASSINATURA – 02 de janeiro de 2020.

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 12/2020

Publicação Nº 2309872

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 12/2020

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – JULIO CESAR FORGIARINI & CIA LTDA ME

OBJETO – Contratação de empresa especializada para fornecimento de refeições diversas, em atendimento as necessidades das Secretarias do Município de Forquilha/SC, durante o exercício de 2020.

VALOR – R\$ 54.210,00 (cinquenta e quatro mil duzentos e dez reais).

VIGÊNCIA – 31/12/2020.

DOTAÇÃO – 0701.2032.3390 (119); 0803.2021.3390 (167); 1101.2037.3390 (196).

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 179/PMF/2019.

DATA DA ASSINATURA – 06 de janeiro de 2020.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 124/2019

Publicação Nº 2309867

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 124/2019

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO – RAC SANEAMENTO LTDA

OBJETO – A presente licitação tem como objetivo a contratação de empresa especializada para prestação de serviços para tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos do Município de Forquilha, em aterro sanitário, devidamente licenciado, para atender as necessidades do município de Forquilha/SC.

VALOR – Preço tonelada para a prestação dos serviços objeto deste Contrato é o valor de R\$ 126,00 (cento e vinte e seis reais). O valor global deste contrato, para um período de 12 (doze) meses é de R\$ 604.800,00 (seiscentos e quatro mil e oitocentos reais).

VIGÊNCIA – O prazo de vigência do presente Contrato será a partir de 01 de janeiro de 2020 até 31 de dezembro de 2020.

DOTAÇÃO – 0701.2032.3390.

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 169/PMF/2019.

DATA DA ASSINATURA – 13 de dezembro de 2019.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 127/2019

Publicação Nº 2309525

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 127/2019

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO – COONAFOR – COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE FORQUILHINHA

OBJETO – Aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar, com verbas do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, em consonância com o estabelecido na Lei nº 11.947/2009, Artigo 14, § 1º, Resoluções FNDE nº. 26/2013 e 04/2015, Instrução Normativa Conjunta nº 01 de 15/04/19, Instrução Normativa Conjunta INC nº 02 de 07/02/18 e de acordo com o edital de Chamamento Público para Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar.

VALOR – R\$ 109.853,80 (cento e nove mil oitocentos e cinquenta e três reais e oitenta centavos).

VIGÊNCIA – 31/08/2020.

DOTAÇÃO – 0501.2014.3390 (56), (57); 0501.2016.3390 (75), (76).

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Dispensa de Licitação nº. 176/PMF/2019.

DATA DA ASSINATURA – 23 de dezembro de 2019.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS Nº 45/2019

Publicação Nº 2309868

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS Nº 45/2019

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS 03/2019

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO – FORFISIO CLÍNICA DE FISIOTERAPIA LTDA ME

DO OBJETO – Credenciamento de prestadores de serviços de Fisioterapia, de forma complementar ao Sistema único de Saúde (SUS), para o exercício 2019.

DO PRAZO – O presente termo tem por objetivo a prorrogação da vigência do Contrato nº. 03/FMS/2019 de 31/12/2019 para 31/12/2020 conforme artigo 57 da Lei 8.666/93.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 03 de dezembro de 2019.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS Nº 56/2019

Publicação Nº 2309522

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS Nº 56/2019

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 01/2016

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – BÚRIGO E ESTEVES KRUGER LTDA ME.

DO OBJETO – Contratação de empresas para prestar serviços de comunicação multimídia, para instalação de serviço dedicado de conectividade à internet, e de integração das unidades do Fundo Municipal de Saúde de Forquilha/SC.

DO PRAZO – O presente termo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato FMS 01/2016 de 31/12/2019 para 31/12/2020.

DO VALOR – R\$ 10.240,44 (dez mil e duzentos e quarenta reais e quarenta e quatro centavos).

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 12 de dezembro de 2019.

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 95/2019

Publicação Nº 2309524

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 95/2019

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 32/2019

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – MINEIRA CONSTRUÇÕES LTDA

DO OBJETO – Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de mão de obra para assentamento de meio fio e blocos intertravados de concreto em pavimentos novos e recuperação de pavimentos existentes em logradouros, praças, parques e estacionamentos públicos do Município de Forquilha/SC.

DO PRAZO – Fica acrescido 90 (noventa) dias no prazo de prestação de serviços, objeto do Contrato nº. 32/PMF/2019 passando de 31/12/2019 para 30/03/2020 bem como a prorrogação da vigência do contrato para 12/01/2025.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 18 de dezembro de 2019.

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DE ERRATA DO AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001_2020 RP 0001 PMF

Publicação Nº 2310638

Errata do aviso de Pregão Presencial nº 0001/2020 RP 0001 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Na Publicação do dia 13/01/2020, edição nº 3026, página 777, do Diário Oficial dos Municípios (DOM), na publicação do Aviso do Pregão Presencial nº 0001_2020 RP 0001 PMF : Onde se lê: "Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 14:00 do dia 23.01.2019". Leia-se: Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 14:00 do dia 23.01.2020.

Fraiburgo (SC), 13 de janeiro de 2020.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

AVISO DE ERRATA DO AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0002_2020 RP 0002 PMF

Publicação Nº 2310640

Errata do aviso de Pregão Presencial nº 0002/2020 RP 0002 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Na Publicação do dia 13/01/2020, edição nº 3026, página 777, do Diário Oficial dos Municípios (DOM), na publicação do Aviso do Pregão Presencial nº 0001_2020 RP 0001 PMF : Onde se lê: "Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 14:00 do dia 24.01.2019". Leia-se: Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 14:00 do dia 24.01.2020.

Fraiburgo (SC), 13 de janeiro de 2020.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0004_2020-PMF

Publicação Nº 2310316

AVISO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0004/2020 – PMF

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0007/2020 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: Contratação de assinatura da revista "FIQUE DE OLHO" sendo um total de 576 revistas durante os meses de fevereiro a dezembro de 2020, diretamente da editora responsável pela publicação. Contratada: MARIANA POMERENING STEFANES ME, inscrita no CNPJ de nº 12.905.851/0001-62. Valor Total: R\$ 11.381,76 (onze mil trezentos e oitenta e um reais e setenta e seis centavos) e será pago em 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 948,48 (novecentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos). Fundamento legal. Artigo 25, Caput da Lei 8.666/93. Fraiburgo(SC), 13 de janeiro de 2020.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0003_2020

Publicação Nº 2310319

Aviso do Pregão Presencial nº 0003/2020 – PMF

Processo Administrativo Licitatório nº 0008/2020

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: Contratação de empresa do ramo para execução dos serviços para construção do Sistema de Tratamento de Esgoto no C.E.M São Cristóvão, localizada na FB 050 matrícula 9.694, bairro São Cristóvão, neste Município com fornecimento de material e mão de obra, conforme projetos, memorial descritivo e quantitativos (ANEXOS ao PAL) e parte dele integrante. Julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 14:00 horas do dia 28.01.2020, deverão ser entregues junto ao setor de Compras e Licitações, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 14:15 horas do mesmo dia, junto ao Setor de Compras e Licitação. Abertura: às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 13 de janeiro de 2020.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

DECRETO Nº 006 - 2020

Publicação Nº 2310591

DECRETO Nº 006, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2467 de 04 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Fraiburgo, para o exercício de 2020, no valor de R\$ 235.105,80 (duzentos e trinta e cinco mil e cento e cinco reais e oitenta centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

12.00 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura		
12.01 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura		
22.661.0025.2.063 – Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura		
3.3.50.00.00 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos – Recurso 0.1.0200 (170)	R\$	105.000,00
22.661.0026.2.066 – Projeto de Incentivo Econômico		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (175)	R\$	51.500,00
12.04 – Departamento de cultura		
13.392.0031.2.071 – Manutenção das Atividades Culturais		
3.3.50.00.00 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos – Recurso 0.1.0200 (186)	R\$	17.500,00
11.00 – Secretaria de Assistência Social		
11.01 – Fundo Municipal de Assistência Social de Fraiburgo		
08.244.0018.2.056 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social		
3.3.50.00.00 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos – Recurso 0.1.0200 (133)	R\$	56.105,80
07.00 – Secretaria de Educação		
07.01 – Secretaria de Educação		
12.366.0004.2.019 – Manutenção da Educação de Jovens e Adultos		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0300 (76)	R\$	5.000,00
TOTAL	R\$	235.105,80

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

12.00 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura		
12.01 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura		
22.661.0025.2.063 – Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (169)	R\$	55.000,00
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (171)	R\$	50.000,00
22.661.0026.2.066 – Projeto de Incentivo Econômico		
3.3.50.00.00 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos – Recurso 0.1.0200 (174)	R\$	50.000,00

4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (176)	R\$	1.500,00
12.04 – Departamento de cultura		
13.392.0031.2.071 – Manutenção das Atividades Culturais		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (185)	R\$	17.500,00
11.00 – Secretaria de Assistência Social		
11.01 – Fundo Municipal de Assistência Social de Fraiburgo		
08.244.0018.2.056 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (132)	R\$	56.105,80
07.00 – Secretaria de Educação		
07.01 – Secretaria de Educação		
12.366.0004.2.019 – Manutenção da Educação de Jovens e Adultos		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0300 (78)	R\$	5.000,00
TOTAL	R\$	235.105,80

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA.
FRAIBURGO, 13 DE JANEIRO 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

O presente instrumento foi publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 3027 de 14/01/2020, disponibilizada no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, com fundamento no artigo 81, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal 2034/2009 e Decreto 303/2009. Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

DECRETO Nº 007 - 2020

Publicação Nº 2310592

DECRETO Nº 007, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com os Artigos 14 e 16 da Lei 2467 de 04 de Dezembro de 2019;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2019 no valor de R\$ 483.600,00 (quatrocentos e oitenta e três mil e seiscentos reais), nas seguintes dotações:

08.00 – Secretaria de Saúde		
08.01 – Fundo Municipal de Saúde		
10.301.0007.2.025 – Atenção Básica		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0458 (53)	R\$	60.000,00
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0472 (55)	R\$	183.600,00
10.572.0012.1.011 – Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde		

4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0400 (1)	R\$	240.000,00
TOTAL	R\$	483.600,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício de acordo com cada fonte de recurso.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA.
FRAIBURGO, 13 DE JANEIRO DE 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

O presente instrumento foi publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 3027 de 14/01/2020, disponibilizada no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, com fundamento no artigo 81, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal 2034/2009 e Decreto 303/2009. Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

DECRETO Nº 008 - 2020

Publicação Nº 2310594

DECRETO Nº 008, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com os artigos 14 e 17 da Lei 2467 de 04 de Dezembro de 2019.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2019 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 401.502,76 (quatrocentos e um mil, quinhentos e dois reais e setenta e seis centavos), nas seguintes dotações:

08.00 – Secretaria de saúde		
08.01 – Fundo Municipal de Saúde		
10.302.0008.2.032 – Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.3.0462 (54)	R\$	401.502,76
TOTAL	R\$	401.502,76

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2019, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA.
FRAIBURGO, 13 DE JANEIRO DE 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

O presente instrumento foi publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 3027 de 14/01/2020, disponibilizada no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, com fundamento no artigo 81, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal 2034/2009 e Decreto 303/2009. Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

DECRETO Nº 009 - 2020

Publicação Nº 2310595

DECRETO Nº 009, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

ESTABELECE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE EXPEDIENTE DO CONSELHO TUTELAR.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, especialmente o contido no art. 32, § 3º e 35, ambos da Lei Complementar Municipal nº 109/2010 e suas alterações;

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido horário de funcionamento do Conselho Tutelar, sendo de 08 (oito) horas diárias – segunda a sexta-feira, no período matutino das 08:00 as 12:00 e vespertino das 13:30 as 17:30 horas, a partir de 14 de janeiro de 2020.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA
FRAIBURGO, SC, 13 DE JANEIRO DE 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

O presente instrumento foi publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 3027 de 14/01/2020, disponibilizada no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, com fundamento no artigo 81, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal 2034/2009 e Decreto 303/2009. Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

PORTARIA 00292020

Publicação Nº 2310588

PORTARIA Nº 0029, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

Rescinde o contrato administrativo
em Regime Especial de Contratação

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido o contrato de MARGARIDA DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 811.784.929-15, contratada em caráter de Regime Especial na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - NAÇÕES, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 13 de janeiro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de janeiro de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração e Planejamento

Garopaba

PREFEITURA

AVISO CANCELAMENTO DO ITEM 156 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 079/2019

Publicação Nº 2310084

AVISO DE CANCELAMENTO DE ITEM DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 079/2019

OBJETO DO CANCELAMENTO: Item 156 da Ata de Registro de Preços nº 079/2019, originada do Pregão Eletrônico nº 005/2019, firmada com a empresa S&R DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ nº 04.889.315/0001-92, cujo objeto é a aquisição parcelada de medicamentos para farmácia básica, pronto atendimento, de uso contínuo, controlados e de demandas judiciais do município de Garopaba. DATA DO CANCELAMENTO: 13/12/2019.

AVISO DE LICITAÇÃO PE100/2019

Publicação Nº 2310041

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 100/2019

PROCESSO Nº 134/2019

LICITAÇÃO COM LOTES PARA AMPLA CONCORRÊNCIA E LOTES EXCLUSIVOS PARA PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP – Atendimento ao inciso I do Artigo 48 da LC147/2014

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição de mobiliário, conforme a necessidade das secretarias administradas pela Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Garopaba. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no sítio <http://blcompras.org.br> até as 14h00min do dia 24/01/2020. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 24/01/2020, no endereço eletrônico <http://blcompras.org.br>.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba - SC, 13 de janeiro de 2020.

Paulo Sérgio de Araujo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 001/2020 – CONCURSO PUBLICO 001/2015.

Publicação Nº 2310646

CONVOCAÇÃO 001/2020 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
LETÍCIA DA SILVA MADEIRA
Candidato(a): 263628
Cargo: AUXILIAR ADMINISTRATIVO
Classificação: 18º LUGAR

Garopaba, 13 de janeiro de 2020.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de AUXILIAR ADMINISTRATIVO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 18º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 002/2020 – CONCURSO PUBLICO 001/2015.

Publicação Nº 2310647

CONVOCAÇÃO 002/2020 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
JUCIARA DE PAULAS
Candidato(a): 242555
Cargo: AUXILIAR ADMINISTRATIVO
Classificação: 19º LUGAR

Garopaba, 13 de janeiro de 2020.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de AUXILIAR ADMINISTRATIVO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 19º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 003/2020 – CONCURSO PUBLICO 001/2015.

Publicação Nº 2310648

CONVOCAÇÃO 003/2020 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
ANDERSON SOARES
Candidato(a): 264649
Cargo: AUXILIAR ADMINISTRATIVO
Classificação: 20º LUGAR

Garopaba, 13 de janeiro de 2020.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de AUXILIAR ADMINISTRATIVO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 20º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 004/2020 – CONCURSO PUBLICO 001/2015.

Publicação Nº 2310698

CONVOCAÇÃO 004/2020 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
NATHANAEL ANAEL ELIZEIRE SPEZIA DE CAMPOS
Candidato(a): 261177
Cargo: RECEPCIONISTA
Classificação: 19º LUGAR

Garopaba, 13 de janeiro de 2020.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de RECEPCIONISTA para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 19º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 005/2020 – CONCURSO PUBLICO 001/2015.

Publicação Nº 2310677

CONVOCAÇÃO 005/2020 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).

LUCIANA BAMPA SILVA

Candidato(a): 252964

Cargo: PROFESSOR DE ARTES 20 HORAS

Classificação: 14º LUGAR

Garopaba, 13 de janeiro de 2020.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR DE ARTES 20 HORAS para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 14º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

EXTRATO DISTRATO DO CONTRATO 094/2019

Publicação Nº 2310053

EXTRATO DE CONTRATO Nº 094/2019

PMG

PROCESSO Nº: 019/2019; MODALIDADE: PE 063/2019 CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GAROPABA CONTRATADA: START SERVICE ASSESSORIA, PLANEJAMENTO, CONTROLE E AVALIAÇÃO EM SAUDE LTDA CNPJ/MF Nº: 20.778.584/0001-38; OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE TERMO É A RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO ACIMA ESPECIFICADO. DATA DA ASSINATURA: 06/01/2020.

PORTARIA N.º 112/2020.

Publicação Nº 2309943

PORTARIA N.º 112, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

ALTERA O ARTIGO 2º DA PORTARIA N.º 1581, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ALTERAR o Artigo 2º da Portaria nº 1581/2019, que constitui a Comissão do Processo Administrativo Disciplinar, passando a ser composta por: KAREN LLOYD ALVES MOREIRA, BRUNA DA SILVA BATTISTELLA E REGINA BERNARDO JOÃO para, sob a presidência da primeira, conduzirem o Processo Administrativo de que trata a presente portaria.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de janeiro de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 14/01/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO 004/2020

Publicação Nº 2310205

Resolução nº 0004/2020

Dispõe sobre a Diretoria Administrativa do Poder Legislativo Municipal.

Considerando a vacância do Cargo de Diretor Administrativo – CC/FG-03;

Considerando a necessidade do atendimento aos trabalhos administrativos da Câmara Municipal;

Considerando previsão legal na LC 86/2015, combinado com a LC 94/2017.

A Presidente da Câmara Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e regimentais, em especial ao artigo 40, §1º, III do Regimento Interno desta Casa Legislativa, Resolve:

Art. 1º Designar o servidor José Carlos Schutz, para responder pela Diretoria Administrativa do Poder Legislativo Municipal, com as atribuições constantes na LC 86/2015 combinado com a LC 94/2017.

§1º Para desempenho das atribuições acima fica concedida a gratificação de Diretor Administrativo-FG 03, constante no art. 13 da LC 86/2015 combinado pela LC 94/2017, no valor de R\$1.000,00 (um mil reais), a partir da competência janeiro/2020, acrescido da revisão geral anual de 5,07% conforme Decreto Legislativo 05/2017; 2,12% conforme Decreto Legislativo 03/2018 e 5,78% conforme Decreto Legislativo 03/2019 perfazendo o total atualizado de R\$ 1.134,99 (um mil e cento e trinta e quatro reais e noventa e nove centavos).

§2º O valor da função gratificada será atualizado nos mesmos índices e datas dos vencimentos dos servidores do Poder Legislativo Municipal.

Art. 2º O Servidor José Carlos Schutz continuara respondendo pelas atribuições de seu cargo efetivo de Contador sem prejuízo dos seus vencimentos e vantagens legais acrescido da gratificação concedida no art.1º, §1º.

Art. 3º Além das atribuições constantes no art. 1º, fica o servidor responsável pela execução e envio do sfinge aos órgãos competentes, bem como demais relatórios legais que forem instituídos.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Garuva, 13 de janeiro de 2020.

Marli Terezinha Leandro Simmermam
Presidente da Câmara

RESOLUÇÃO 005/2020

Publicação Nº 2310435

Resolução nº 0005/2020

Dispõe sobre nomeação de servidora.

A Presidente da Câmara Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e regimentais, em especial ao artigo 40, §1º, III do Regimento Interno desta Casa Legislativa, resolve:

Art. 1º Nomear a Srta. Paula Roberta Conte para o cargo comissionado de Assessor de Comissões, constante no art. 13 da Lei Complementar 86/2015 combinada com a Lei Complementar 94/2017.

Art. 2º O vencimento do referido cargo será constante no art. 13 da Lei Complementar 86/2015 combinada com a Lei Complementar 94/2017.

Art. 3º O servidor será regido pelas disposições contidas na Lei Complementar 01/98 (Estatuto do Servidor Público), a Lei Complementar 86/2015 e alterações posteriores.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Garuva, 13 de janeiro de 2020.

Marli Terezinha Leandro Simmermam
Presidente da Câmara

Gaspar

PREFEITURA

PORTARIA Nº 6.167, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2309792

PORTARIA Nº 6.167, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2019.

DESIGNA PATRICIA SCHEIDT MARQUES PARA ATUAR COMO FISCAL DO CONTRATO SAF Nº 098/2019.

CLEVERTON JOÃO BATISTA, Secretário Municipal de Planejamento Territorial, no uso de suas atribuições legais, e em observância ao disposto no Decreto nº 7.889, de 05 de fevereiro de 2018, e no Decreto nº 8.092, de 26 de abril de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a partir de 11 de dezembro de 2019, a servidora PATRICIA SCHEIDT MARQUES, inscrita no CPF sob o nº 031.910.669-18, ocupante do cargo de Desenhista, para atuar como Fiscal do Contrato SAF nº 098/2019, firmado entre o Município de Gaspar e a empresa Iguatemi Consultoria e Serviços de Engenharia Ltda.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 11 de dezembro de 2019.

Gaspar, 13 de dezembro de 2019.

CLEVERTON JOÃO BATISTA
Secretário Municipal de Planejamento Territorial

PORTARIA RH 133/2019

Publicação Nº 2309658

MUNICÍPIO DE GASPAR

PORTARIA RH 133/2019

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) EMERSON SEBERINO DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Obras e Serviços Urbanos, referente ao período aquisitivo de 29/07/2013 a 16/03/2019, devendo folgar a partir de 13/01/2020 a 11/04/2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de dezembro de 2019.

KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000 -Fone/Fax (0**47) 3331-1825-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

Governador Celso Ramos

SAMAE - Gov. CELSO RAMOS

PORTARIA 001/2020 - FÉRIAS

Publicação Nº 2310514

PORTARIA Nº 01/2020

O DIRETOR DO SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Governador Celso Ramos Autorizado pela Lei 369/91 / Lei 1085/2016 / 1234/2017

RESOLVE:

1º - Conceder férias de direito adquirido de 30 (trinta) dias, para o funcionário ANTONIO MARCOS TESTONI, matrícula nº 74, referente ao período aquisitivo de 30/12/2018 à 29/12/2019

Período de Gozo de Férias 11/01/2019 a 30/01/2019

Sendo 10 (dez) dias de abono pecuniário.

2º - Sendo Antecipado 50% (cinquenta por cento) do Décimo Terceiro Salário nas Férias, conforme Lei 1234/2017

A presente portaria entra em vigor na data de publicação.

Governador Celso Ramos, 06 de Janeiro de 2020.

DANILO VALDENIR MARTINS

Diretor Geral do Samae

PORTARIA 002/2020 - FÉRIAS

Publicação Nº 2310515

PORTARIA Nº 02/2019

O DIRETOR DO SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Governador Celso Ramos Autorizado pela Lei 369/91 / Lei 1085/2016 / 1234/2017

RESOLVE:

1º - Conceder férias de direito adquirido de 30 (trinta) dias, para o funcionário EDSON ANTÔNIO MARTINS, matrícula nº 83 , referente ao período aquisitivo de 30/12/2018 à 29/12/2019

Período de Gozo de Férias 11/01/2019 a 30/01/2019

Sendo 10 (dez) dias de abono pecuniário.

A presente portaria entra em vigor na data de publicação.

Governador Celso Ramos, 06 de Janeiro de 2020.

DANILO VALDENIR MARTINS

Diretor Geral do Samae

PORTARIA 003/2020 - FÉRIAS

Publicação Nº 2310517

PORTARIA Nº 03/2019

O DIRETOR DO SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Governador Celso Ramos Autorizado pela Lei 369/91 / Lei 1085/2016 / 1234/2017

RESOLVE:

1º - Conceder férias de direito adquirido de 30 (trinta) dias, para o funcionário ESAU SILVA, matrícula nº 174 , referente ao período aquisitivo de 01/01/2018 à 02/01/2019

Período de Gozo de Férias 06/01/2019 a 04/02/2019

A presente portaria entra em vigor na data de publicação.

Governador Celso Ramos, 06 de Janeiro de 2020.

DANILO VALDENIR MARTINS

Diretor Geral do Samae

PORTARIA 004/2020 - COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SAMAE 001/2020

Publicação Nº 2310520

PORTARIA Nº 04/2020

O DIRETOR DO SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

1º Ficam designados os servidores municipais Kleber Kair matrícula 162, Diretor do Departamento de Administração/Finanças, Renato da Silva, matrícula 081 Oficial Administrativo e Simone Eugenita dos Passos Cabral Telefonista Matrícula 058, sob a presidência do primeiro para comporem a Comissão do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2020, amparado pela Lei 1.125/2016 que dispõe sobre a contratação de pessoal para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público.

2º A presente comissão do Processo Seletivo Simplificado publicará nos próximos dias, Edital marcando dada da inscrição para o respectivo, bem como todos os detalhes pertinentes a seleção.

Registre-se Pública-se De-se ciência

Governador Celso Ramos, 07 de Janeiro de 2018

DANILO VALDENIR MARTINS

Diretor Geral do Samae

Grão Pará

PREFEITURA

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Publicação Nº 2310649

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa POSTO GRÃO-PARÁ LTDA possui valores em haver do Município de Grão-Pará; considerando que o Município está em mora com os referidos pagamentos e que isso pode acarretar prejuízos financeiros futuros para o Município; considerando que o fornecimento de combustível é atividade/serviço público essencial, nos termos da Lei nº 7.783/1989; em atendimento ao interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento da obrigação no valor de R\$ 150.123,55 fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Prefeitura Municipal de Grão-Pará

Restos a Pagar nº 830, 831, 832, 851, 852, 853, 854, 856, 872, 879, 880, 914, 915, 924, 2524, 2525, 2526, 2554, 2555, 2701, 2702, 2703, 2704, 2705, 2707, 2708, 2712, 2713, 2714 e 2775/2020

Desta forma, tendo em vista o acima justificado efetua-se o pagamento do credor e PUBLIQUE-SE esta justificativa, para que a mesma surta os efeitos jurídicos legais.

Grão-Pará/SC, 13 de janeiro de 2020.

MARCIO BORBA BLASIU

Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO PARÁ

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N 01-2020 (RESUMO JORNAL) ABC FARMA

Publicação Nº 2310067

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE de Grão-Pará

Estado de Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo DE LICITAÇÃO N. 01/2020

Edital de PREGÃO PRESENCIAL n. 01/2020-PR

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DE USO EMERGENCIAL PARA PACIENTES DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, conforme "Guia da Farmácia", de publicação oficial da ABCFARMA (Associação Brasileira de Comércio Farmacêutico), constantes no site <http://www.abcfarma.org.br>. Data e Horário de Abertura: 30/01/2019, às 13 h. Local: Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, no prédio da Prefeitura Municipal. Demais informações pelo telefone (48) 3652-1177, com a Pregoeira. Grão-Pará/ SC, 13 de janeiro de 2020.

MARCIO BORBA BLASIU

Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N 02-2020 (RESUMO JORNAL) PSIQUIATRA

Publicação Nº 2310069

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE de Grão-Pará

Estado de Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo DE LICITAÇÃO N. 02/2020

Edital de PREGÃO PRESENCIAL n. 02/2020-PR

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PROFISSIONAL MÉDICO PSIQUIATRA, PARA ATENDER ATRAVÉS DE CONSULTAS/ SESSÕES MENSIS PROGRAMAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO-PARÁ/SC. Data e Horário de Abertura: 31/01/2020, às 13 h. Local: Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, no prédio da Prefeitura Municipal. Demais informações pelo telefone (48) 3652-1177, com a Pregoeira. Grão-Pará/ SC, 13 de janeiro de 2020.

MARCIO BORBA BLASIU

Prefeito Municipal

Gravatal

PREFEITURA

EXTRATO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 20/2019 - GRAVATAL NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS - PMG

Publicação Nº 2309532

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 20/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2019

OBJETO: "I TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 20/2019 PARA PRORROGAÇÃO DE PRAZO E SUPRESSÃO REFERENTE À LOCAÇÃO DE IMÓVEL SITUADO NA RUA ENGº. ANNES GUALBERTO, Nº 340, BAIRRO CENTRO – GRAVATAL/SC, PARA ATENDER OS PROGRAMAS DESENVOLVIDOS PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GRAVATAL/SC."

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE GRAVATAL.

CNPJ: 82.926.569/0001-47.

LOCADOR: GRAVATAL NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA

ENDEREÇO: Av. Pedro Zappellini, 51 bairro Termas do Gravatal, Gravatal/SC.

CNPJ: 85.138.824/0001-85.

Cláusula I – Fica a presente avença prorrogada até o dia 31/12/2020, iniciando-se em 01/01/2020.

Cláusula II – O valor mensal do contrato para o exercício de 2020 será de R\$ 2.000,00 (Dois mil Reais), totalizando R\$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil Reais).

Cláusula III – As despesas resultantes deste correrão a conta da Dotação Orçamentária de 2020.

Cláusula IV – As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Fundamento Legal: Previsão contida na cláusula 2 do contrato aditado, nos termos do inciso II, do art. 57 e no § 1º, alínea "d" do art. 65 da Lei Federal 8.666/93. Mais informações, Rua Eng. Annes Gualberto, nº 121, Bairro Centro.

Gravatal (SC), 19 de dezembro de 2019.

Wanderlei Nazário Marega

Prefeito Municipal

EXTRATO 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 64/2017 - GRAVATAL NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS - PMG

Publicação Nº 2309843

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 64/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2017
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2017

OBJETO: "III TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 64/2017 DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO DENOMINADO BRINCARTE".

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE GRAVATAL.

CNPJ: 82.926.569/0001-47.

LOCADOR: GRAVATAL NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

CNPJ: 85.138.824/0001-85.

ENDEREÇO: Av. Pedro Zappellini, 51, bairro Termas do Gravatal /SC.

Cláusula I – Fica a presente avença prorrogada até o dia 31/12/2020 iniciando em 01/01/2020.

Cláusula II – O valor mensal do contrato será de R\$ 1.250,00 (Hum mil duzentos e cinquenta Reais), totalizando R\$ 15.000,00 (Quinze mil Reais).

Cláusula III – Alterar a cláusula quinta, letra "e" do Contrato, que passa a ter a seguinte redação:

e) As taxas de água, energia elétrica, IPTU e as taxas incidentes sobre o imóvel durante o período de locação ficarão sob o encargo da LOCATÁRIA.

Cláusula IV – As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Fundamento Legal: Previsão contida na cláusula 2 e 3 do contrato aditado e nos termos do inciso II, do art. 57, da Lei Federal 8.666/93. Mais informações, Rua Eng. Annes Gualberto, nº 121, Bairro Centro.

Gravatal (SC), 09 de dezembro de 2019.

Wanderlei Nazário Marega

Prefeito Municipal

Guaraciaba

PREFEITURA

EXTRATOS CONTRATOS 05 E 06.2020 FMS.DOCX

Publicação Nº 2310322

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 05/2020
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
Contratada.: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO
EXTREMO OESTE
Valor : 18.943,24 (dezoito mil novecentos e quarenta e três reais e vinte e quatro centavos)
Vigência : Início: 13/01/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2020
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE CONSÓRCIO PÚBLICO COM
OBJETIVO DE ASSEGURAR A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE
ESPECIALIZADOS DE REFERÊNCIA, DE MÉDIA E ALTA
COMPLEXIDADE A NÍVEL AMBULATORIAL PARA A POPULAÇÃO DO
MUNICÍPIO DE GUARACIABA, EM CONFORMIDADE COM AS
DIRETRIZES DO SUS, ASSEGURANDO O ESTABELECIMENTO DE UM
SISTEMA DE REFERÊNCIA E CONTRA-REFERÊNCIA PARA O ANO DE
2020.

Contrato Nº.: 06/2020
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
Contratada.: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO
EXTREMO OESTE
Valor : 344.296,76 (trezentos e quarenta e quatro mil duzentos e noventa e seis reais e setenta e seis centavos)
Vigência : Início: 13/01/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2020
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE CONSÓRCIO PÚBLICO COM
OBJETIVO DE ASSEGURAR A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE
ESPECIALIZADOS DE REFERÊNCIA, DE MÉDIA E ALTA
COMPLEXIDADE A NÍVEL AMBULATORIAL PARA A POPULAÇÃO DO
MUNICÍPIO DE GUARACIABA, EM CONFORMIDADE COM AS
DIRETRIZES DO SUS, ASSEGURANDO O ESTABELECIMENTO DE UM
SISTEMA DE REFERÊNCIA E CONTRA-REFERÊNCIA PARA O ANO DE
2020.

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 11.2020 FMS.DOCX

Publicação Nº 2310295

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1/2020
PROCESSO Nº 11/2020 HOMOLOGAÇÃO: 13/01/2020
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA
SC
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE CONSÓRCIO PÚBLICO COM
OBJETIVO DE ASSEGURAR A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
SAÚDE ESPECIALIZADOS DE REFERÊNCIA, DE MÉDIA E ALTA
COMPLEXIDADE A NÍVEL AMBULATORIAL PARA A POPULAÇÃO
DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA, EM CONFORMIDADE COM AS
DIRETRIZES DO SUS, ASSEGURANDO O ESTABELECIMENTO DE
UM SISTEMA DE REFERÊNCIA E CONTRA-REFERÊNCIA PARA O
ANO DE 2020.

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO
EXTREMO OESTE
VALOR DA DESPESA: R\$ 363.240,00 (trezentos e sessenta e três

mil duzentos e quarenta reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso XXVI da Lei de Licitações.

MINUTA EDITAL DE CREDENCIAMENTO 01.20 CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS RETROESCAVADEIRA E MONIVELADORA.DOC

Publicação Nº 2310516

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2020

Processo Licitatório nº 11/2020

O município de Guaraciaba, SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 82.821.216/0001-82, representado neste ato pelo Prefeito em Exercício, Sr. Vandecir Dorigon, com a autoridade que lhe é atribuída pela Lei 8.666/93, com a autoridade que lhe é atribuída pela Lei 8.666/93, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar CREDENCIAMENTO para CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS HORA/MÁQUINA COM RETROESCAVADEIRA E MOTONIVELADORA, PARA PRESTAR SERVIÇOS NO MUNICÍPIO DE GUARACIABA/SC. Para tanto, estará recebendo até as 08h00min do dia 27 de janeiro de 2020 para o primeiro julgamento, na Prefeitura Municipal de GUARACIABA, no Departamento de Compras e Licitações, sito a Rua Ademar de Barros, nº 85, Guaraciaba – SC, os requerimentos e documentos pertinentes ao credenciamento de acordo com o presente Edital; maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 horas e no site www.guaraciaba.sc.gov.br. A análise da documentação para o referido credenciamento ocorrerá no dia 27 de janeiro de 2020, a partir das 08h00min, no mesmo local e endereço anteriormente citado e permanecerá aberto aos demais interessados até o dia 30/11/2020.

Guaraciaba 13 de janeiro de 2020.

Vandecir Dorigon,
Prefeito Municipal em Exercício

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 05.20 AQUISIÇÃO SERVIÇOS DE LAVAGENS DE VEÍCULOS, CAMINHÕES, MÁQUINAS E ONIBUS.DOC

Publicação Nº 2310518

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº05/2020.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 12/20, Edital de Pregão Presencial Nº 05/20, Sistema de Registro de Preços - Tipo Menor Preço por Item. Objeto: Aquisição de Serviços de Lavagem de Veículos, Caminhões, Máquinas e Ônibus; recebimento de propostas até às 10:30 horas do dia 24/01/20; a abertura do Edital será às 10:30 horas do dia 24/01/20, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30 às 17:30 horas e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 13 de janeiro de 2020.

Vandecir Dorigon,
Prefeito Municipal em Exercício

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 06.20 AQUISIÇÃO DE ESTRUTURA DE CONCRETO.DOC

Publicação Nº 2310586

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº06/2020.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 13/20, Edital de Pregão Presencial Nº 06/20, Objeto: AQUISIÇÃO DE ESTRUTURA DE CONCRETO PRÉ-FABRICADA PARA UMA OBRA NOVA, DIMENSIONADA EM 2,00X3,30MTS, PÉ DIREITO DE 1,50MTS E 2,00MTS, ENGASTAMENTO NO SOLO DE 1,00MTS, TOTALIZANDO UMA ÁREA DE 6,6 M²; recebimento de propostas até às 08:00 horas do dia 24/01/20; a abertura do Edital será às 08:00 horas do dia 24/01/20, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 13 de janeiro de 2020.

Vandecir Dorigon,
Prefeito Municipal em Exercício

Guaramirim

PREFEITURA

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2020 – FMS

Publicação Nº 2310129

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2020 – FMS
Processo Licitatório nº 70/2018 – FMS

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação – Credenciamento.

Base Legal: art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93.

Objeto da Licitação: CREDENCIAMENTO UNIVERSAL DE LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS INTERESSADOS EM PARTICIPAR, DE FORMA COMPLEMENTAR, NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM/SC, inscrito no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, 2042, Centro – Guaramirim/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60.

Contratada: SDD LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 04.857.491/0001-42 e Inscrição Estadual Isento, estabelecida na Rua João Butschardt, nº 40, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000.

Data da Assinatura: 08/01/2020 Vigência: 31/12/2020

Guaramirim (SC), 13 de janeiro de 2020.

LUIS ANTONIO CHIODINI

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 03/2020 – FMS

Publicação Nº 2310162

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 03/2020 – FMS
Processo Licitatório nº 70/2018 – FMS

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação – Credenciamento.

Base Legal: art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93.

Objeto da Licitação: CREDENCIAMENTO UNIVERSAL DE LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS INTERESSADOS EM PARTICIPAR, DE FORMA COMPLEMENTAR, NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM/SC, inscrito no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, 2042, Centro – Guaramirim/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60.

Contratada: LABORSAD LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 81.372.641/0001-79 e Inscrição Estadual Isento, estabelecida na Rua João Butschardt, nº 414, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000.

Data da Assinatura: 13/01/2020 Vigência: 31/12/2020

Guaramirim (SC), 13 de janeiro de 2020.

LUIS ANTONIO CHIODINI

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 79/2019 – FMS

Publicação Nº 2310217

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 79/2019 – FMS
Processo Licitatório nº 52/2019 – FMS

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação – Credenciamento.

Base Legal: art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93.

Objeto da Licitação: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS E PROCEDIMENTOS COM

FINALIDADE DIAGNÓSTICA E CIRÚRGICA.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM/SC, inscrito no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, 2042, Centro – Guaramirim/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60.

Contratada: ZANDAVALLI CLÍNICA MÉDICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.835.416/0001-55, estabelecida na Rua João Picolli, nº 348, sala 01, bairro Centro, município de Jaraguá do Sul, estado de Santa Catarina, CEP 89.251-590.

Vigência: Início: 19/12/2019 Término: 31/12/2020

Guaramirim (SC), 13 de janeiro de 2020.

LUIS ANTONIO CHIODINI

Prefeito Municipal

Guarujá do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREF 03/2019

Publicação Nº 2309776

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Guarujá do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 03/2020 - Pregão Presencial Nº. 02/2020

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para Aquisição de tubos pre moldados de concreto e concreto usinado bombeado para serem utilizados pelo município de Guarujá do Sul.

Propostas e Habilitação: 29/01/2020 (13:15 Documentação - 13:30 Abertura).

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:30 as 11:30, de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122 e site www.guarujadosul.sc.gov.br.

Guarujá do Sul, SC, 13 de janeiro de 2020.

Claudio Júnior Weschenfelder,

Prefeito Municipal.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

EDITAL Nº 01/2020 - FIA

Publicação Nº 2310400

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA REPASSE DE RECURSOS

Nº 01/2020 - FIA

(Atendida a Lei Federal 13.019/ 2014 e Instrução Normativa TC 14/2012 TCE-SC)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL DOESTE (SC), pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Nereu Ramos, nº 389, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.430/0001-38, neste ato representado pelo prefeito, Sr. Américo Lorini, por meio do FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE, com CNPJ 09.217.081/0001-50, observadas as normas estabelecidas na Resolução nº. 008/2019/CMDCA, torna público o Edital de Chamamento Público destinado à seleção de Organizações da Sociedade Civil atuantes na área da infância e adolescência, para estabulação de parceria, na forma de termo de fomento para a realização de ações na área da criança e adolescente.

1 OBJETO E VALORES MÁXIMOS DO PROJETO

1.1 Este Edital de Chamamento Público destina-se à seleção de entidades para celebração de parceria na forma de fomento, envolvendo a transferência de recursos financeiros para custeio e investimentos a ser estabelecida pelo Fundo da Infância e Adolescência, com entidades cadastradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que executam ações na área da criança e adolescente, para a consecução de finalidades de interesse público; num valor máximo de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), de recursos já disponíveis pelo Fundo da Infância e Adolescência.

1.2 As entidades interessadas deverão habilitar-se mediante a apresentação da documentação exigida no presente Edital de Chamamento e apresentação do Plano de Trabalho, na forma do Anexo I, quantificando os recursos financeiros pretendidos para custeio e investimentos, dentro dos limites fixados no presente edital

1.3 Os recursos financeiros para custeio e investimentos disponibilizados para rateio através do presente edital atenderão ao limite máximo global de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) para recursos financeiros. No caso do somatório dos valores conquistados pelas entidades que realizam atendimento a criança e adolescente ultrapassar o limite máximo global (R\$ 60.000,00) estabelecido no presente Edital, haverá uma redução proporcional para todas as entidades, com base no cálculo na pontuação obtida.

1.4 Fica fixado o valor máximo do projeto em R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), facultado a entidade definir a quantia para custeio e/ou investimento. Com liberação prevista em parcela única.

1.5 A entidade não é obrigada a solicitar todo o recurso financeiro estabelecido pela soma dos critérios fixados pelo presente Edital, de maneira que a entidade deverá preencher no Plano de Trabalho o valor a ser solicitado e este corresponder aos valores constantes no cronograma de desembolso e plano de aplicação, obedecidos os tetos máximos conquistados pela entidade e os fixados no presente Edital.

1.6 Apenas poderão apresentar projetos para o recebimento de recursos as entidades de atendimento e defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente que estiverem devidamente cadastradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Herval d Oeste. (art. 2º da Resolução nº 008/2019/CMDCA)

2 - DOS REQUISITOS DA ENTIDADE

2.1 As OSC proponentes de Projeto, objeto deste Edital de Chamamento, estarão aptas a protocolar projeto, se possuírem regularidade administrativa e forem regidas por estatutos cujas normas disponham, expressamente, sobre (art. 33 da Lei Federal 13.019/2014):

I - No mínimo, 01 (um) ano de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ e dispor de regularidade administrativa;

II – Ser regida por normas de organização interna que prevejam, expressamente:

a) Objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;

b) Que, em caso de dissolução da OSC, o respectivo patrimônio líquido seja transferido à outra pessoa jurídica de igual natureza e cujo objeto social, preferencialmente, o mesmo da OSC extinta;

c) Escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade.

III - Experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante;

IV - Capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades previstas e o cumprimento das metas estabelecidas, a serem analisadas pela comissão de seleção.

3 - DO PROTOCOLO DOS PROJETOS E SEUS REQUISITOS

3.1 Os Projetos deverão ser protocolizados junto ao Setor de Protocolo do Município de Herval d Oeste, no período do dia 03 de fevereiro a 03 de março de 2020, das 7:45h as 11:45 e 13:30 as 17:30h.

3.2 Os projetos deverão conter Plano de Trabalho (modelo anexo I) demonstrando o atendimento a Criança e Adolescente.

3.3 Cada entidade poderá protocolizar apenas 01 projeto, conforme descrito no item 1.1 do presente Edital.

3.4 Os planos de trabalho deverão prever a manutenção das atividades a serem executadas com crianças e adolescente entre 1º de abril e 30 de novembro de cada ano.

3.5 Juntamente ao Plano de Trabalho deverá ser protocolados os seguintes documentos exigidos pela Instrução Normativa TC 14/2014 do Tribunal de Contas de Santa Catarina:

- I - Solicitação (Ofício) da entidade;
- II – Comprovante de inscrição no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- III - Cópia do CNPJ da entidade;
- IV - Comprovante de endereço (água ou luz) da entidade e do seu representante legal;
- V - Cópia do RG e do CPF do presidente da entidade e tesoureiro;
- VI - Cópia do estatuto e de suas alterações, devidamente registrados no cartório competente;
- VII - Cópia da ata da última assembleia que elegeu o corpo dirigente da entidade, registrada em cartório, sendo obrigatória a informação em eventual mudança da diretoria da entidade, mantendo o cadastro atualizado;
- VIII - Cópia do alvará de funcionamento fornecido pela Prefeitura do Município;
- IX - Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da união;
- X - Certidão Negativa de Débitos – Previdência Social;
- XI - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;
- XII - Certidão Negativa de débitos municipais e estaduais;
- XIII - Relatório de atividades desenvolvidas pela entidade nos últimos doze meses;
- XIV - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do artigo 29, V da Lei 8.666/93, quando envolver o pagamento de pessoal com os recursos pretendidos.
- XV - Comprovante de abertura de conta corrente vinculada ao projeto.
- XVI - Plano de trabalho devidamente preenchido e assinado pelo representante legal da entidade interessada;
- XVII - Apresentação de, no mínimo, três orçamentos, para comprovar o valor dos produtos e bens a serem adquiridos, no momento da entrega do projeto.

3.6 – As cópias autenticadas dos documentos de que trata o presente Edital poderão ser procedidas por servidor público competente do Município de Herval d Oeste.

4 - DO PARECER TÉCNICO E DO PARECER DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

4.1 Os projetos protocolizados após aprovado pela Comissão de Avaliação e Seleção, serão submetidos a parecer técnico da comissão, que deverá pronunciar-se expressamente, a respeito (art. 35, V da Lei Federal 13.019/2014):

- I - Do mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada;
- II - Da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria prevista nesta Lei;
- III - Da viabilidade de sua execução;
- IV - Da verificação do cronograma de desembolso;
- V - Da descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos;
- VI - Da designação do gestor da parceria;
- VII - Da designação da comissão de monitoramento e avaliação da parceria.

4.2 Os projetos serão submetidos a parecer da Procuradoria Geral do Município (art. 35, VI da Lei Federal 13.019/2014).

5 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 As despesas provenientes da execução deste Edital de Chamamento serão custeadas por conta da Dotação Orçamentária do exercício financeiro de 2020.

Órgão: 11

Unidade Orçamentária 01: FUNDO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE, Proj./Atividade: 2.083 DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS/PROJETOS APROVADOS PELO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE.

Modalidade Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.00 0106 (Transf. a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos) e 4.4.50.00.00.00.00.00 0106 (Transf. a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos).

5.2 A celebração do Termo de Fomento decorrentes do presente Edital de Chamamento e o eletivo repasse para a entidade estão vinculados ao empenhamento da despesa a ser custeada por conta da Dotação Orçamentária acima transcrita.

6 – DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

6.1 Os projetos serão submetidos à análise da Comissão de Avaliação e Seleção de Projetos do FIA, formada por 03 (três membros), indicados pelo CMDCA:

- I – O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente ou conselheiro indicado em reunião;
- II – Dois servidores efetivos, designados por ato do Prefeito.

6.2 A seleção das propostas será analisada pela Comissão de Seleção em três fases distintas e subsequentes:

I - HABILITAÇÃO: nesta fase, será analisada a apresentação do Plano de Trabalho (Anexo I), que deverá ser protocolizada na Prefeitura de Herval d Oeste.

A) O projeto deverá ser apresentado com as páginas numeradas.

II - AVALIAÇÃO E SELEÇÃO: nesta fase somente os proponentes habilitados, terão suas propostas avaliadas, pela Comissão de Avaliação e Seleção segundo os critérios elencados, analisando também:

- Os serviços, programas e projetos atendendo aos requisitos técnicos em Edital;
- Análise financeira dos projetos no plano de trabalho conforme pontuação alcançada, e se necessários cálculos para redução proporcional;
- Publicação dos projetos aprovados com as devidas pontuações e demais procedimentos previstos no edital;
- Análise da documentação se atende os requisitos deste edital.

III – ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO: Na ultima fase, a OSC classificada deverá entregar a documentação para a habilitação final.

- Apresentar toda documentação indicada no item 3.5, faltante;
- Reapresentar o Plano de Trabalho se houver mudança de valores solicitada, readequando as ações se necessário.

6.3 A Comissão de Avaliação e Seleção utilizará os critérios citados na tabela abaixo para classificação dos projetos.

6.4 Serão adotados os seguintes critérios de desempate:

- Projeto com maior número de pessoas a serem atendidas;

6.5 Cada ponto conquistado pela OSC corresponde ao valor a ser solicitado pela entidade.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

	Peso	Plenamente Satisfatório	Satisfatório	Insatisfatório
Pontuação		2 ou 3	1 ou 2	0
1. Viabilidade da execução das Metas Propostas.	3			
2. Consonância com objetivos propostos.	3			
3. Metodologia e Estratégia de Ação.	2			
4. Coerência no Plano de Aplicação de Recursos.	2			
5. Viabiliza a execução de ações com foco nos temas propostos.	3			
6. Oferta de oportunidades de participação das famílias, nas ações de conscientização.	2			
Total de pontuação	15			

Descrição dos Critérios de Seleção dos Projetos:

1. Viabilidade da execução das Metas Propostas: Peso: 3.

Se as metas propostas estão de acordo com o solicitado pelo chamamento e se são passíveis de executá-las.

2. Consonância com objetivos propostos: Peso: 3.

Se os objetivos a serem atingidos estão de acordo com as metas previstas.

3. Metodologia e Estratégia de Ação: Peso: 2.

Se o projeto demonstra clareza na forma como vai se desenvolver; deve descrever o caminho escolhido, os métodos, técnicas e estratégias pensadas para cada objetivo proposto.

4. Coerência no Plano de Aplicação de Recursos: Peso: 2.

Se há compatibilidade na aplicação dos recursos com a proposta de trabalho.

5. Viabiliza a execução de ações com foco nos temas propostos: Peso: 3

Prevê ações que oportunizarão o público atendido ser conscientizado.

6. Oferta de oportunidades de participação das famílias, nas ações de conscientização: Peso: 2.

Participação das famílias no projeto com oferta de atividades que favoreçam a informação, a orientação e o apoio às famílias.

7 - DA FISCALIZAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

7.1 O órgão concedente fica incumbido de realizar procedimentos de fiscalização das parcerias celebradas antes do término da sua vigência, inclusive por meio de visitas in loco, para fins de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto, na forma estabelecida no Termo de Fomento.

7.2 A Comissão de Normas e Financiamento do CMDCA, formada por membros já estabelecidos pela resolução 005/2019 do CMDCA serão responsáveis pela emissão de relatório técnico de monitoramento e avaliação, sendo pessoalmente responsáveis pela veracidade das informações lançadas em seu relatório.

7.3 O relatório homologado que aponte ser insatisfatório o cumprimento do termo de fomento importa em:

- Rescisão de contrato de Fomento que a tenha como beneficiária;
- Impedimento de apresentar projeto de Fomento no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, pelo prazo de 01 (um) ano, a contar da data que foi imputada a penalidade;
- Devolução de recursos financeiros caso a entidade beneficiada venha a não executar o disposto no Plano de Trabalho por ela elaborado,

sem justificativa, a época do referido evento, encaminhada ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

8 - PRESTAÇÃO DE CONTA

8.1 A Prestação de Contas dos recursos recebidos dar-se-á na forma estabelecida na Instrução Normativa TC 14/2014 do Tribunal de Contas de Santa Catarina, obedecidos os critérios da Lei Federal 13.019/2014 e respectivo no Termo de Fomento.

8.2 A prestação de contas será a cada 60 dias contando a partir da data do recebimento da parcela, e conforme cronograma de execução do Plano de Trabalho.

8.3 Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a entidade deverá manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas. (art. 68, parágrafo único da Lei Federal nº 13.019/14).

8.4 Os seguintes documentos, obrigatoriamente, devem acompanhar a prestação de contas:

- I - Balancete de prestação de contas, assinado pelo representante legal da entidade beneficiária e pelo tesoureiro;
 - II - Parecer do conselho fiscal da entidade, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
 - III - Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos em que haja a cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;
 - IV - Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordem de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais, trabalhistas e de tributos, faturas, duplicatas, etc.) que deverá ser atestada como verdadeira por Servidor Efetivo ou autenticada em cartório;
 - V - Extratos bancários da conta corrente vinculada e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;
 - VI - Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário; na impossibilidade destes será aceito cópia dos cheques utilizados para pagamento das despesas, desde que justificado;
 - VII - Guia de recolhimento, ou comprovante de depósito, de saldo não aplicado, se for o caso;
 - VIII - Assinatura do responsável, nos documentos comprobatórios das despesas, certificando que o material foi recebido e/ou serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;
 - IX - Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotivo;
 - X - Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução.
- § 1º - O relatório de que trata o inciso X do caput deste artigo, deve apresentar de forma detalhada as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando as quantidades e os custos unitário e total dos serviços quando o objeto do repasse envolver a contratação de serviços, em especial os de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; produção, promoção de eventos, seminários, capacitação e congêneres, segurança e vigilância, bem como as justificativas da escolha.
- § 2º - Na contratação de serviços, especialmente os de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; produção, promoção de eventos, seminários, capacitação e congêneres; segurança e vigilância devem ser detalhadas as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando-se as quantidades e os custos unitário e total, bem como as justificativas da escolha. § 3º - As aquisições e as contratações realizadas pelas OSCs atenderão aos princípios constitucionais da impessoalidade, da moralidade, da transparência e da economicidade.

8.5 Além do disposto no artigo anterior também deve ser apresentado na prestação de contas.

§ 1º - No caso de despesas com cursos, palestras, seminários, work shop e congêneres será acompanhada de relação contendo o nome dos participantes, o número de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF, e respectivas assinaturas, bem como o nome do palestrante, temas abordados, a carga horária, local e data de realização e outros elementos capazes de comprovar a realização do objeto.

§ 2º - No caso de despesas com locação de veículo para transporte de pessoas, a prestação de contas será acompanhada de relação dos passageiros transportados, fornecida pelo transportador contratado.

§ 3º - No caso em que o objeto envolver a locação de imóveis, bens móveis, materiais ou equipamentos, tais como equipamentos de sonorização e iluminação, palcos e outras estruturas para eventos, a prestação de contas será acompanhada dos contratos de locação e de memorial descritivo fornecido pelo contratado que especifique o tipo de estrutura e equipamentos utilizados, quantidades, marcas, potência, prazo de locação e demais informações que permitam sua perfeita identificação.

§ 4º - No caso de aquisição de materiais para distribuição gratuita, a prestação de contas será acompanhada de relação na qual conste o nome, o número de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF, ou Registro Geral - RG, endereço dos beneficiários, e suas assinaturas e elementos comprobatórios da distribuição, como matérias jornalísticas, registro fotográfico, filmagem, dentre outros.

§ 5º - Nos casos de investimentos em construção de reforma, a OSC deverá apresentar documentação conforme disposto nas legislações vigentes.

§ 6º - Nos casos que o objeto envolver a realização de obra ou serviço de engenharia, a prestação de contas será acompanhada também dos seguintes documentos:

- I - Laudo técnico de cada medição, assinado pelo engenheiro responsável;
- II - Comprovação da realização com registros fotográficos da situação anterior e posterior às obras ou reformas realizadas;
- III - Declaração do responsável com sucinta caracterização das etapas efetuadas e, no caso de conclusão, acompanhada do respectivo termo de recebimento;
- IV - Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), conforme estabelecido na Legislação Federal.

§ 7º - No caso de pagamento de pessoal, apresentar a guia de recolhimento dos encargos patronais, durante o período de execução do projeto.

9 - DAS VEDAÇÕES PARA CELEBRAÇÃO DE PARCERIAS

9.1 Em atendimento a Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações ficarão impedidas de celebrar qualquer modalidade de parceria prevista nesta Lei a organização da sociedade civil que:

- I - Não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional;

- II - Esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;
- III - Tenha como dirigente agente político de Poder ou do Ministério Público, dirigente de órgão ou entidade da administração pública de qualquer esfera governamental, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;
- IV - Tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos, enquanto não for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e não forem quitados os débitos que lhe foram eventualmente imputados, ou for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;
- V - Tenha sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:
- a) Suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;
 - b) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;
 - c) Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois (2) anos;
 - d) Declaração de idoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.
- VI - Tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irreversível, nos últimos 8 (oito) anos;
- VII - Tenha entre seus dirigentes pessoa:
- a) Cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irreversível, nos últimos 8 (oito) anos;
 - b) Julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;
 - c) Considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa).

10 DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

10.1 As impugnações ao presente edital e os recursos das decisões proferidas nas etapas do processo de seleção e celebração das parcerias, nos prazos estipulados, deverão ser, devidamente protocolizados na Prefeitura Municipal, em formulário conforme modelo do anexo II, até às 17:30 hs da data limite para cada etapa.

10.2 Os recursos e impugnações somente serão analisados se contiverem, necessariamente:

- I - A identificação e qualificação do recorrente/impugnante;
- II - A indicação da decisão da qual se está recorrendo ou impugnando;
- III - As razões do recurso ou da impugnação, com os fundamentos essenciais à demonstração do direito pretendido;
- IV - Os pedidos do recorrente/impugnante.

10.3 Qualquer cidadão poderá apresentar impugnação aos termos do presente edital, nos prazos e termos estabelecidos neste instrumento.

10.4 As decisões acerca dos recursos e impugnações do presente edital, serão publicadas no site oficial da Prefeitura Municipal e no Diário Oficial dos Municípios e delas não caberão novos recursos na esfera administrativa.

10.5 Interposto o recurso, a Secretaria Municipal de Assistência Social dará ciência, por ofício, às partes diretamente afetadas para que estas, querendo, manifestem-se em até 02 (dois) dias úteis.

10.6 Havendo a impugnação do presente edital, a Secretaria Municipal de Assistência Social fará publicar no site oficial da Prefeitura Municipal os motivos da impugnação, resolvendo o mérito no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

10.7 Poderá a Secretaria Municipal de Assistência Social prorrogar, uma única vez e por igual período.

10.8 Serão admitidos recursos após a fase de Avaliação e Seleção que deverá ser interposto, exclusivamente por representante legal da OSC, desde que devidamente fundamentado e apresentado rigorosamente nos prazos estabelecidos no cronograma do anexo IV deste Edital.

10.9 Os recursos aqui mencionados deverão ser preenchidos em formulário modelo disponibilizado no anexo II e protocolizados dentro do prazo estabelecido no anexo III.

10.10 Os recursos e os pedidos de impugnação e revisão de notas deverão ser encaminhados conforme item 10.9, cabendo à comissão especial do CMDCA a apreciação e emissão de parecer dos mesmos.

10.11 Os recursos que se apresentarem sem fundamentação teórica, ilegíveis, fora do prazo e que não estiverem de acordo com o disposto nos subitens acima serão indeferidos automaticamente.

10.12 Às decisões dos recursos serão por meio de ofício à OSC requisitante, entregue até às 17:30 horas da data prevista no anexo III.

10.13 As OSC poderão solicitar revisão das notas apontadas nos critérios de seleção, sendo que a nota poderá ser mantida, aumentada ou diminuída.

10.14 Não serão admitidos pedidos de revisão de nota de outras OSC, ou seja, a OSC somente poderá requerer revisão da sua nota.

10.15 O CMDCA instituirá Comissão Especial para análise de recursos e emissão de parecer dos mesmos.

11 DAS MEDIDAS DE ACESSIBILIDADE

11.1 As OSC deverão comprovar o atendimento às medidas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e idosos, de acordo com o artigo 24, §1º, x, da Lei 13.019/2014.

12 - DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 A organização da sociedade civil deverá divulgar, em seu sítio na internet, caso mantenha, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias celebradas com o poder público, nos termos preconizados no art. 11 da Lei Federal nº 13.019/14..

12.2 Para celebração dos Termos de Fomento decorrentes do presente Edital de Chamamento deverão ser obedecias às normas estabelecidas na Lei Federal 13.019/2014, na Resolução nº. 008/2019 do CMDCA e na Instrução Normativa TC 14/2014 do Tribunal de Contas de Santa Catarina, e alterações.

12.3 Fica eleito o Foro da Comarca de Herval d Oeste (SC) para dirimir quaisquer dúvidas suscitadas na execução deste Edital, esgotadas as vias administrativas.

Herval d Oeste (SC), 13 de janeiro de 2020.

Américo Lorini
Prefeito Municipal
ANEXO I

Modelo de Plano de Trabalho da Organização da Sociedade Civil (OSC)
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO
FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENTE - FIA

I IDENTIFICAÇÃO DA OSC

Razão social da entidade:		CNPJ:
Endereço:		
Bairro:	Cidade:	CEP
Endereço eletrônico:		
Contato Telefônico:		

II IDENTIFICAÇÃO DO PRESIDENTE DA OSC

Nome:			
RG:	Órgão Expedidor:	UF:	CPF:
Endereço:			
Bairro:	Cidade:	CEP	
Endereço eletrônico:			
Contato Telefônico:			

III IDENTIFICAÇÃO DO TESOUREIRO DA OSC

Nome:			
RG:	Órgão Expedidor:	UF:	CPF:
Endereço:			
Bairro	Cidade:	CEP:	
Endereço eletrônico:			
Contato Telefônico:			

IV IDENTIFICAÇÃO DOS DEMAIS DIRIGENTES (Conselho Diretivo e Conselho Fiscal)

Nome	Endereço	RG/Órgão Exp.	CPF

V INDICAÇÃO DO DIRIGENTE DA OSC:

Dirigente RESPONSÁVEL, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria (art. 37 da Lei Federal nr. 13.019/14):

Nome do Dirigente: VI NATUREZA DA OSC

Tipo de entidade:
Tipo de trabalho desenvolvido pela entidade:
Tipo de público atendido:
Informações relativas à capacidade técnica e operacional para a execução do objeto:
Fontes de recursos da OSC: () Federal () Estadual () Municipal () Outras: _____

VII DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto:			
Período de Execução		Quantitativo de público que foi beneficiado em 2019:	Quantitativo de público que será beneficiado em 2020:
Data de Início	Data do Término		
Descrição do Público Beneficiado:			
Área de desenvolvimento do projeto: () Educacional () Assistência Social () Assistência Médica () Cultura () Esporte () Outro: Qual: _____			
Justificativa quanto ao interesse público, benefícios econômicos e sociais:			
Objetivos:			
Descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades e metas a serem atingidas:			
Forma de execução das atividades e de cumprimento das metas a eles atreladas:			
Descrição de metas a serem atingidas e de atividades a serem executados e, definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas:			
Previsão de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades abrangidas pela parceria:			

VIII DA PONTUAÇÃO (PREENCHIMENTO EXCLUSIVA DA COMISSÃO DE SELEÇÃO)

	Peso	Plenamente Satisfatório	Satisfatório	Insatisfatório
Pontuação		2 ou 3	1 ou 2	0
1. Viabilidade da execução das Metas Propostas.	3			
2. Consonância com objetivos propostos.	3			
3. Metodologia e Estratégia de Ação.	2			
4. Coerência no Plano de Aplicação de Recursos.	2			
5. Viabiliza a execução de ações com foco em atividade para criança e adolescente.	3			

6. Oferta de oportunidades de participação das famílias, nas ações de conscientização.	2			
Total de pontuação	15			

Descrição dos Critérios de Seleção dos Projetos:

1. Viabilidade da execução das Metas Propostas: Peso: 3.

Se as metas propostas estão de acordo com o solicitado pelo chamamento e se são passíveis de executá-las.

2. Consonância com objetivos propostos: Peso: 3.

Se os objetivos a serem atingidos estão de acordo com as metas previstas.

3. Metodologia e Estratégia de Ação: Peso: 2.

Se o projeto demonstra clareza na forma como vai se desenvolver; deve descrever o caminho escolhido, os métodos, técnicas e estratégias pensadas para cada objetivo proposto.

4. Coerência no Plano de Aplicação de Recursos: Peso: 2.

Se há compatibilidade na aplicação dos recursos com a proposta de trabalho.

5. Viabiliza a execução de ações com foco em atividade para criança e adolescente: Peso: 3.

Prevê ações que oportunizarão o público atendido ser conscientizado.

6. Oferta de oportunidades de participação das famílias, nas ações de conscientização: Peso: 2.

Participação das famílias no projeto com oferta de atividades que favoreçam a informação, a orientação e o apoio às famílias.

IX RECURSOS

Total dos Recursos Solicitado	R\$
Total dos Recursos Aprovados pela Pontuação (PREENCHIMENTO EXCLUSIVO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO)	R\$

X QUADRO DE INTENÇÃO DE AQUISIÇÕES

Preencher o quadro com as necessidades da OSC para elaboração das ações elencadas no projeto.

Após a análise do projeto e de acordo com a pontuação recebida, a OSC deverá preencher novamente o quadro com as reais intenções, podendo diminuir quantidades de produtos elencados ou subtrair itens, desde que não interfira nas ações de conscientização, foco deste edital.

Qtde	Descrição	Valor estimado
CUSTEIO		
INVESTIMENTO		

XI ORÇAMENTO DO PROJETO COM APRESENTAÇÃO DAS COTAÇÕES.

Qtde	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total

XII CRONOGRAMA FÍSICO DE EXECUÇÃO

Denominação	Data Início	Data Término

XIII PRAZO DE ANÁLISE (PREENCHIMENTO EXCLUSIVO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO)

Prazos de análise da prestação de contas pela administração pública responsável pela parcela

() PARCELA ÚNICA

ANEXO II FORMULÁRIO MODELO DE RECURSO

Nome da OSC:

Responsável legal:

Natureza do recurso

() Contra o Edital () Contra a nota da comissão de seleção Justificativa fundamentada:

Assinatura do responsável pela OSC

Herval d Oeste, de de 2020.

ANEXO III DO CRONOGRAMA

É de responsabilidade do representante legal da OSC ficar atento a todos os prazos estipulados no cronograma abaixo bem como ficar atento a todas as correspondências que possam ser encaminhadas via e-mail e via ofício, caso interponha recurso.

Item	Atos	Datas
1.	Divulgação e publicação do Edital de Chamamento	13/01/2020
2.	Período para protocolização de projetos	03/02/2020 a 03/03/2020
3.	Período de recursos quanto ao edital	13/01/2020 a 17/01/2020
4.	Período de resposta aos recursos do edital	20/01/2020 a 22/01/2020
5.	Análise dos projetos e documentação pela Comissão de Seleção e emissão de pareceres	04/03/2020 a 09/03/2020
6.	Divulgação dos resultados às OSC	12/03/2020
7.	Período para recursos quanto à avaliação da OSC	13/03/2020 a 16/03/2020
8.	Período de resposta aos recursos da avaliação	17/03/2020 a 20/03/2020
9.	Parecer dos projetos, emitido pela Procuradoria Geral do Município.	23/03/2020 a 25/03/2020
10.	Publicação das OSC selecionadas e dos valores conquistados	26/03/2020
11.	Assinatura do Termo de Fomento	30/03/2020
12.	Início da liberação dos recursos conforme cronograma físico de execução	01/04/2020

ANEXO IV Modelo Termo de Fomento EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

TERMO DE FOMENTO Nº / 2020- FIA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL DOESTE (SC), pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Nereu Ramos, nº 389, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.430/0001-38, neste ato representado pelo prefeito, Sr. Américo Lorini, por meio do FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENTE – FIA, com CNPJ 09.217.081/0001-50, doravante denominado CONCEDENTE e a (nome da OSC), Organização de Sociedade Civil, pessoa (Identificar), sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº (identificar), com sede administrativa à Rua (endereço), Município de (identificar), neste ato representada por seu Presidente, Sr. (nome do presidente), doravante denominada CONVENIENTE que ajustam-se mediante as seguintes Cláusulas e condições e em atendimento à Lei nº 4.320/64, Lei Federal nº 13.019/2014, obedecendo a Instrução Normativa TCE/SC-14/2012 e Resolução nº. 003/2018 CMDCA.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E FINALIDADE

O presente Termo de Fomento visa ao estabelecimento de bases para a cooperação e para promover o repasse de recursos financeiros destinados ao pagamento de despesas conforme Plano de Trabalho apresentado pela CONVENIENTE, parte integrante deste Termo, cuja finalidade é a realização (descrever), a ser executado pela CONVENIENTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E DESPESAS

2.1 DO VALOR: R\$

I) O CONCEDENTE efetuará o repasse financeiro no valor de R\$ (valor), em parcela única do exercício em curso, a partir 01 de abril de 2020, parte integrante deste Termo.

II) A CONVENIENTE empregará como contrapartida no projeto o valor de R\$ (valor), para o exercício de (ano), em conformidade com Plano de Trabalho, parte integrante deste Termo.

Ou

II) A CONVENIENTE não empregará contrapartida neste Termo.

2.2 DESPESAS

I) As despesas provenientes da execução deste Convênio serão custeadas por conta da Dotação Orçamentária da Unidade Fundo Municipal

da Infância e Adolescente, do Orçamento do exercício financeiro de 2020.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

3.1 DA CONVENIENTE

- I) Receber os recursos financeiros de que trata este termo, movimentá-lo em instituição financeira oficial, em conta corrente específica e vinculada ao presente termo, promovendo a fiel aplicação dos recursos recebidos, exclusivamente na consecução do objetivo aqui estabelecido, em conformidade com o Plano de Trabalho, anexo (I do) ao presente Termo;
- IV) Comunicar, prévia e imediatamente o Município de Herval d Oeste, qualquer alteração havida, inerente ao presente instrumento;
- III) Prestar contas dos recursos recebidos e da contrapartida, conforme legislação vigente e cláusula quarta deste Termo;
- IV) Devolver os recursos e rendimento da aplicação financeira;
- V) Responder a diligências decorrentes do processo de prestação de contas, quando ocorrer;
- VI) Manter atualizado seu cadastro junto ao CONCEDENTE, comunicando eventuais alterações de endereço e/ou de seus representantes legais;
- VII) Restituir ao CONCEDENTE eventual saldo de recursos não aplicados no objeto de repasse, inclusive os decorrentes de receitas de aplicações financeiras;
- VIII) Identificar os bens permanentes adquiridos e as obras executadas;
- IX) Permitir livre acesso aos agentes da administração pública, Controle Interno e Tribunal de Contas do Estado.

3.2 DA CONCEDENTE

- I) Efetuar o repasse financeiro no valor estabelecido neste convênio, destinados ao pagamento de despesas conforme Plano de Trabalho;
- II) Publicar extrato resumido do Termo de Fomento;
- III) Acompanhar e fiscalizar a concessão, aplicação e prestação de contas dos recursos repassados, emitindo o parecer na prestação de contas.

CLÁUSULA QUARTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas dos recursos financeiros de que trata o presente Termo deve ser encaminhada ao Poder Executivo e elaborada de acordo com as Normas de Contabilidade e de auditoria legais e vigentes, a cada 60 dias contando a partir da data do recebimento da parcela, conforme cronograma de execução do Plano de Trabalho.

Para prestar contas a CONVENIENTE deverá encaminhar ao CONCEDENTE:

- I - Balancete de prestação de contas, assinado pelo representante legal da entidade beneficiária e pelo tesoureiro;
- II - Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e o atendimento da finalidade pactuada;
- III - Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;
- IV - Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicatas, etc.);
- V - Extratos bancários da conta corrente vinculada e da aplicação financeira, com a movimentação completa de período;
- VI - Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário;
- VII - Guia de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;
- VIII - Declaração do responsável, nos documentos comprobatórios das despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;
- IX - Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, que conterá:
 - a) Descrição detalhada da execução, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução.
 - b) Detalhamento das horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando as quantidades e os custos unitários e totais dos serviços quando o objeto do repasse envolver a contratação de serviços especial os de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; produção, promoção de eventos, seminários, capacitação e congêneres, segurança e vigilância, bem como as justificativas da escolha.
 - c) Demonstração do alcance das metas e resultados previstos na parceria;
 - d) Apresentação da priorização do controle de resultados e a busca pela satisfação do objeto.

X - Emissão do comparecer técnico fundamentado pelo conselho fiscal, acerca da aplicação do recurso recebido pela entidade, em conformidade com art. 47 e seguintes da Instrução Normativa 14 do TCE-SC;

XI - Integram a prestação de contas e sujeitam-se às mesmas regras dos recursos concedidos, os recursos concernentes à contrapartida financeira ao encargo da CONVENIENTE.

CLÁUSULA QUINTA - DO ACOMPANHAMENTO

- I - O acompanhamento da execução física do objeto será realizado pelo CONCEDENTE, por meio da comissão de monitoramento e avaliação;
- II - Ficam os servidores conforme decreto de nomeação, para compor a Comissão de Monitoramento e Avaliação;
- III - A comissão deverá emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação, devendo especificar o efetivo cumprimento da aplicação dos recursos, na forma estabelecida no Plano de Trabalho, os quais ficarão anexos ao processo de prestação de contas.

CLÁUSULA SEXTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

A parcela dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com o respectivo cronograma de desembolso, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:

- I - Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela recebida;
- II - Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de colaboração ou de fomento;
- III - Quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PROIBIÇÃO

Fica proibido o repasse dos recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pela legislação própria do CONCEDENTE.

CLÁUSULA OITAVA – DIREITO DE PROPRIEDADE

O CONCEDENTE terá direito dos bens remanescentes na data da conclusão, rescisão ou extinção do ajuste, se houver.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Termo de Fomento é de 7 meses a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período se do interesse das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESPONSABILIDADE E DAS SANÇÕES

10.1 DA RESPONSABILIDADE DA CONVENIENTE

- I) Não havendo aplicação correta, na forma ajustada, dos recursos transferidos, a constatação de irregularidades insanáveis no processo de prestação de contas, ou a não apresentação da prestação de contas no prazo estipulado, será lançada a responsabilidade da CONVENIENTE, restituição do valor total do fomento ou da parcela, bem como dos rendimentos da aplicação financeira, acrescida da variação do índice do INPC e, também acrescido de juros à taxa de 12% (doze por cento) ao ano;
- II) É de responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil o gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal.

10.2 DA RESPONSABILIDADE DO CONCEDENTE

- I - O CONCEDENTE assumirá ou transferirá a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência do fato relevante do modo a evitar sua descontinuidade;
- II - Ocorrendo a ausência da prestação de contas, a autoridade administrativa competente do CONCEDENTE, sob pena de responsabilidade solidária, instaurará Tomada de Contas Especial na forma do regulamento do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – Instrução Normativa 13/2012.

10.3 DAS SANÇÕES

- I - O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do Chamamento Público. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas poderá acarretar a eliminação da proposta apresentada, a aplicação das sanções administrativas cabíveis e a comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime. Além disso, caso a descoberta da falsidade ou inverdade ocorra após a celebração da parceria, o fato poderá dar ensejo à rescisão do instrumento, rejeição das contas e/ou aplicação das sanções de que trata o art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014;
- II - As sanções administrativas cabíveis, garantida a prévia defesa, são as seguintes:

- a) Advertência;
- b) Inidoneidade – todas as esferas de governo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

O presente Termo poderá ser rescindido de pleno direito no caso de infração ou não cumprimento das cláusulas e condições nele estipuladas ou denunciadas por qualquer dos signatários com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, ou a qualquer tempo, em face de superveniência de impedimento legal que o torne inexecutável.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Herval d Oeste (SC) para dirimir quaisquer dúvidas suscitadas na execução deste Termo, esgotadas as vias administrativas.
E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firmou-se o presente Termo, em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas.

Herval d Oeste-SC, (data)

Américo Lorini
Prefeito de Herval d Oeste SC

Presidente da OSC

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

ANEXO V

REGULAMENTO DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

Art. 1º Este Regulamento institui normas para contratações de bens e serviços pela NOME DA ENTIDADE, feitas com o uso de recursos transferidos pela administração pública do Município de Herval d Oeste.

Art. 2º Observadas as normas estabelecidas na Lei Federal 13.019/2014, as contratações de bens e serviços pela NOME DA ENTIDADE, feitas com o uso de recursos transferidos pela administração pública do Município de Herval d Oeste, deverão observar os princípios da legalidade, da moralidade, da boa-fé, da probidade, da impessoalidade, da economicidade, da eficiência, da isonomia, da publicidade, da razoabilidade e do julgamento objetivo e a busca permanente de qualidade e durabilidade.

Art. 3º Todas as contratações de bens e serviços serão descritas de forma clara e precisa, nos orçamentos, contratos e/ou notas fiscais, com detalhamento dos quantitativos de seu objeto.

§. 1º Nas aquisições de produtos ou serviços comuns a Entidade fica vinculada a contratação da proposta mais econômica.

§. 2º É admitida a exigência de marca do produto a ser adquirido, desde que devidamente justificada a economicidade e a eficiência do referido produto.

§. 3º Para contratações de serviços continuados deverá ser firmado contrato de prestação de serviços descrevendo objeto, prazos e preços dos serviços, sendo a apresentação do contrato obrigatória para prestação de contas.

Art. 4º As contratações de bens e serviços deverão obrigatoriamente ser precedidas de apresentação de, no mínimo, três orçamentos do objeto contratado.

Par. Único. Excepcionalmente, em decorrência da exclusividade ou inviabilidade de competição de fornecedores, será admitida a apresentação de menos de três orçamentos do objeto contratado.

Art. 5º Nos casos omissos deste Regulamento a Entidade observará as normas estabelecidas na Lei Federal 13.019/2014.

Herval d Oeste, xxx de xxx

Ass do Dirigente da Entidade

(Obs: essas exigências são aquelas já cobradas pelo Município para a boa e regular prestação de contas. Pode a entidade aperfeiçoar as cláusulas acima).

HOMOLOGAÇÃO INSCRIÇÕES PROCESSO SELETIVO Nº 002/2019/SMS/HO

Publicação Nº 2310411

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – HERVAL D’ OESTE
Processo Seletivo – Edital nº 002/2019 de 18 de dezembro de 2019

LISTA DE INSCRIÇÕES DEFERIDAS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE

Nº	NOME	ÁREA	CPF	CARGO
01	Deomilda Varela de Amorim	Estação Luzerna	016.966.189-08	Agente Comunitário de Saúde
02	Thiago Antonio Alves	São Jorge	115.436.729-06	Agente Comunitário de Saúde
03	Idanir Salete Pinto	N. Senhora Aparecida	038.413.349-54	Agente Comunitário de Saúde
04	Scheroen Tamara Sutil	N. Senhora de Fatima	085.041.389-33	Agente Comunitário de Saúde
05	Ricardo Augusto de Lima	Vila Rica	023.180.039-80	Agente Comunitário de Saúde
06	Melissa da Cruz de Giacometi	Central	032.533.969-40	Agente Comunitário de Saúde

07	Jenifer Brenda M. Machado	Vila Rica	107.558.219-98	Agente Comunitário de Saúde
08	Fabiane Cristina D. Emmerich	Interior	069.803.159-86	Agente Comunitário de Saúde
09	Lucinara da Silva Laurentino	Santo Antônio	052.574.969-17	Agente Comunitário de Saúde
10	Ana Veronica R. dos Santos Wollinger	Interior	053.993.929-33	Agente Comunitário de Saúde
11	Bruna Rigo da Silva	Santo Antônio	125.378.919-37	Agente Comunitário de Saúde
12	Margarete Aparecida Lima de Souza	São Jorge	064.741.139-36	Agente Comunitário de Saúde
13	Cristina David Ramos	N. Senhora Aparecida	018.475.519-04	Agente Comunitário de Saúde
14	Sabrina da Rosa Samora	Santo Antônio	083.717.779-06	Agente Comunitário de Saúde
15	Caroline Aparecida Maciel dos Santos	Vila Rica	091.324.429-55	Agente Comunitário de Saúde
16	Joziane Carniel	Central	029.984.029-84	Agente Comunitário de Saúde
17	Mariana Aparecida da Zaccaron	Interior	077.788.119-52	Agente Comunitário de Saúde
18	Marieli da Silva	Interior	048.891.439-69	Agente Comunitário de Saúde
19	Salávia C. dos Santos Lins da Silva	Vila Rica	018.207.676-22	Agente Comunitário de Saúde
20	Giovani Pedroso	São Jorge	068.661.449-65	Agente Comunitário de Saúde
21	Laura M. dos Santos de Oliveira	N. Senhora Aparecida	068.258.489-41	Agente Comunitário de Saúde
22	Pamela de Paula	São Jorge	053.679.519-37	Agente Comunitário de Saúde
23	Andreia Juliana Fernandes	Vila Rica	051.559.829-10	Agente Comunitário de Saúde
24	Rosangela Dalberto	Santo Antônio	100.484.789-03	Agente Comunitário de Saúde
25	Nicole de Matos Scheitel	N. Senhora Aparecida	101.877.929-92	Agente Comunitário de Saúde
26	Carla Ramos de Souza	N. Senhora de Fatima	021.110.069-20	Agente Comunitário de Saúde
27	Ariadi Trevisol	Central	066.302.709-83	Agente Comunitário de Saúde
28	Gabriela de Fatima Ribeiro da Silva	N. Senhora Aparecida	065.607.979-70	Agente Comunitário de Saúde
29	Cristiane Regina de Oliveira Dacas	São Jorge	008.629.039-80	Agente Comunitário de Saúde
30	Marizete Aparecida da Costa	N. Senhora de Fatima	032.532.689-42	Agente Comunitário de Saúde
31	Nair Soave Santorun	Vila Rica	860.413.639-87	Agente Comunitário de Saúde
32	Jussara Walter dos Santos	Estação Luzerna	063.962.389-18	Agente Comunitário de Saúde
33	Janete Rovea	Central	956.610.349-20	Agente Comunitário de Saúde
34	Franciele Stollbaum	Santo Antônio	044.910.526-11	Agente Comunitário de Saúde
35	Juliane Pereira da Cruz	Vila Rica	077.058.609-02	Agente Comunitário de Saúde
36	Carla Maria Ludescher	Vila Rica	023.337.859-69	Agente Comunitário de Saúde
37	Gilson Patrick Menegassi	São Jorge	099.146.809-09	Agente Comunitário de Saúde
38	Fernanda Machado S. Parizotto	Vila Rica	091.662.989-97	Agente Comunitário de Saúde
39	Geisa Kesia da Silva	Santo Antônio	068.666.939-85	Agente Comunitário de Saúde

40	Cristiane Ouriques da Silva	Central	859.193.819-49	Agente Comunitário de Saúde
41	Legiane Aparecida de Moraes	Vila Rica	076.536.559-63	Agente Comunitário de Saúde
42	Luara de Lurdes Peres de Macedo	Central	119.094.709-96	Agente Comunitário de Saúde
43	Hallan Peterson Severino	N. Senhora Aparecida	068.272.039-99	Agente Comunitário de Saúde
44	Claudia Aparecida L. Pasquali	Vila Rica	039.276.669-99	Agente Comunitário de Saúde
45	Queli Cristiane Wasen	Central	085.751.199-82	Agente Comunitário de Saúde
46	Ana Flavia Moura de Sousa	N. Senhora de Fatima	028.978.973-76	Agente Comunitário de Saúde
47	Juliana Janaina da Silva Chaves	N. Senhora de Fatima	078.672.039-58	Agente Comunitário de Saúde
48	Sonia Mara Barbosa	N. Senhora de Fatima	043.492.749-01	Agente Comunitário de Saúde
49	Larissa de Oliveira	Central	111.985.369-93	Agente Comunitário de Saúde
50	Krisley Verginia da Silva	Vila Rica	010.968.649-75	Agente Comunitário de Saúde
51	Ketlin Leticia Kunze	Vila Rica	099.883.899-30	Agente Comunitário de Saúde
52	Camila Aparecida Ferrari	Central	051.356.909-05	Agente Comunitário de Saúde
53	Daniela Mezzomo	Central	021.099.350-22	Agente Comunitário de Saúde
54	Vagner Andrade	Santo Antônio	082.356.529-78	Agente Comunitário de Saúde
55	Luiza dos Santos	São Jorge	113.127.439-30	Agente Comunitário de Saúde
56	Noeliza Fatima Vancin Masson	Santo Antônio	054.737.239-69	Agente Comunitário de Saúde
57	Andrêa Ribeiro da Cruz	São Jorge	112.195.229-10	Agente Comunitário de Saúde
58	Luiz Henrique D. Parise	Vila Rica	087.414.839-10	Agente Comunitário de Saúde
59	Ana Carolina S. Brasileiro	Central	089.386.209-64	Agente Comunitário de Saúde
60	Cristine Sartori	Interior	097.759.579-07	Agente Comunitário de Saúde
61	Naiana Varela de B. Provenci	Interior	085.410.959-11	Agente Comunitário de Saúde
62	Irmgard Hansen Cristofoli	Vila Rica	449.990.119-72	Agente Comunitário de Saúde
63	Daniela Pensin	Vila Rica	040.777.089-58	Agente Comunitário de Saúde
64	Amanda de Oliveira	Santo Antônio	105.756.199-10	Agente Comunitário de Saúde
65	Juniara Alves	Central	039.210.889-50	Agente Comunitário de Saúde
66	Jessica Assunção	São Jorge	101.424.809-40	Agente Comunitário de Saúde
67	Silvio de Almeida Ramos	Santo Antônio	829.009.149-49	Agente Comunitário de Saúde
68	Rosana de Lurdes da Silva	N. Senhora de Fatima	095.766.449-41	Agente Comunitário de Saúde
69	Francielle Mario	N. Senhora Aparecida	079.584.609-61	Agente Comunitário de Saúde
70	Celuide de avila borges	N. Senhora Aparecida	044.899.649-94	Agente Comunitário de Saúde
71	Ivo Guilherme da Silva	N. Senhora de Fátima	089.294.579-67	Agente Comunitário de Saúde
72	Ducimar Merlini	São Jorge	828.408.739-15	Agente Comunitário de Saúde

73	Elenita Aparecida da Silva	Santo Antônio	046.884.019-22	Agente Comunitário de Saúde
74	Luana da Silva Paz	Central	062.935.399-90	Agente Comunitário de Saúde
75	Adriana Spier	Vila Rica	049.108.149-90	Agente Comunitário de Saúde
76	Tainara Eugenia Trevisol	Interior	085.443.989-79	Agente Comunitário de Saúde
77	Gean de Souza de Oliveira	Interior	085.511.159-36	Agente Comunitário de Saúde
78	Karolayne R. da Cruz	Central	105.533.459-90	Agente Comunitário de Saúde
79	Patrick Salvi	N. Senhora de Fátima	112.142.069-99	Agente Comunitário de Saúde
80	Liliane de Souza de Oliveira	Interior	120.014.259-45	Agente Comunitário de Saúde
81	Magdalena Ap. F.C. De Oliveira	Vila Rica	982.039.679-49	Agente Comunitário de Saúde
82	Indianara M. Modesto de Andrade	São Jorge	077.677.109-47	Agente Comunitário de Saúde
83	Leandra Vendrame	Santo Antônio	016.205.559-56	Agente Comunitário de Saúde
84	Evelyn Larissa da Silva Batista	São Jorge	102.556.979-29	Agente Comunitário de Saúde
85	Mari Aparecida Otto	Interior	072.826.599-07	Agente Comunitário de Saúde
86	Elisa Hoffmann	São Jorge	006.367.719-97	Agente Comunitário de Saúde
87	Carla da Silva de Oliveira	Santo Antônio	081.740.529-17	Agente Comunitário de Saúde
88	Juliana Gujel Machado	Santo Antônio	412.067.698-66	Agente Comunitário de Saúde
89	Denise Aparecida de Moraes	Santo Antônio	054.167.639-30	Agente Comunitário de Saúde
90	Talita Ap. Francozi	Central	081.231.779-33	Agente Comunitário de Saúde
91	Luciane Rezende	Santo Antônio	037.856.139-11	Agente Comunitário de Saúde
92	Ruana Danieli Pereira	Central	086.061.599-56	Agente Comunitário de Saúde
93	Maria Salete Pereira	Central	438.629.349-34	Agente Comunitário de Saúde
94	Lucimara Ribeiro	Vila Rica	012.258.429-56	Agente Comunitário de Saúde
95	Marilene Silveira De Avila	Estação Luzerna	923.687.359-68	Agente Comunitário de Saúde
96	Duranete Aparecida M. Massan	Santo Antônio	942.204.469-20	Agente Comunitário de Saúde
97	Elisangela de Quadros Martinazzo	N. Senhora de Fátima	015.992.589-43	Agente Comunitário de Saúde
98	Maria Lucia Borges do Amaral	Vila Rica	698.885.909-87	Agente Comunitário de Saúde
99	Fabiana Rosa de Mattos	Vila Rica	090.300.379-11	Agente Comunitário de Saúde
100	Adriana Ramella	Santo Antônio	022.330.209-01	Agente Comunitário de Saúde
101	Eduarda da Silva	Vila Rica	125.437.099-40	Agente Comunitário de Saúde
102	Pollyana Isler Mascarello	Vila Rica	105.956.859-43	Agente Comunitário de Saúde
103	Micheli França Danielli	Santo Antônio	045.449.399-17	Agente Comunitário de Saúde
104	Juliana da Silva Weber de Jesus	Santo Antônio	065.891.239-93	Agente Comunitário de Saúde
105	Francielle Schiggi	São Jorge	042.538.659-76	Agente Comunitário de Saúde

106	Roselei Lins	Santo Antônio	701.314.149-68	Agente Comunitário de Saúde
107	Lirian Daiani Dall'agnol	Centro	039.097.509-58	Agente Comunitário de Saúde
108	Crislen dos Santos	N. Senhora de Fátima	094.950.799-77	Agente Comunitário de Saúde
109	Elisangela Regina Pinho	Vila Rica	004.815.869-03	Agente Comunitário de Saúde
110	Patricia Esper	N. Senhora de Fátima	077.667.809-41	Agente Comunitário de Saúde
111	Jadir Antônio Ebert	Estação Luzerna	818.682.199-68	Agente Comunitário de Saúde
112	Emanuelle de Andrade da Costa	Santo Antônio	098.515.969-30	Agente Comunitário de Saúde
113	Maikel Adrian Danielli	N. Senhora de Fátima	110.634.499-52	Agente Comunitário de Saúde
114	Aline Tais F. de Lima	Anto Antônio	051.567.049-99	Agente Comunitário de Saúde
115	Jessica Renata Bedendo	Vila Rica	057.459.129-01	Agente Comunitário de Saúde
116	Leticia de Almeida Schaly	São Jorge	115.622.919-71	Agente Comunitário de Saúde
117	Elisana Fernandes S. Bilhar	N. Senhora Aparecida	048.955.819-42	Agente Comunitário de Saúde
118	Maristtela Alves	São Jorge	076.872.409-01	Agente Comunitário de Saúde
119	Josieli de Souza	N. Senhora de Fátima	012.258.459-71	Agente Comunitário de Saúde
120	Cristiane Dacas de Oliveira Bandeira	Santo Antônio	105.696.069-85	Agente Comunitário de Saúde
121	Juliano Stefane Dacas	São Jorge	056.410.189-37	Agente Comunitário de Saúde
122	Traudi Fatima B. Bortolossi	N. Senhora de Fátima	919.475.610-49	Agente Comunitário de Saúde
123	Daiane B. Vieira	São Jorge	015.601.160-30	Agente Comunitário de Saúde
124	Gislaine Bruna Pires Laurindo	Vila Rica	076.550.829-01	Agente Comunitário de Saúde
125	Ana Paula Ferreira Oliveira	Santo Antônio	114.246.349-46	Agente Comunitário de Saúde
126	Ana K. Pinto	Central	048.336.239-51	Agente Comunitário de Saúde
127	Thalik Rabi Bussacro	N. Senhora de Fátima	070.306.385-80	Agente Comunitário de Saúde
128	Marli Tarenti	Central	559.145.279-53	Agente Comunitário de Saúde
129	Gabrielli Giordana de Oliveira	São Jorge	113.145.059-04	Agente Comunitário de Saúde
130	Danieli Aparecida Nogueira	N. Senhora Aparecida	100.057.299-47	Agente Comunitário de Saúde
131	Aline Antunes Rodrigues Scapini	Santo Antônio	011.567.249-45	Agente Comunitário de Saúde
132	Solange Ribeiro	São Jorge	016.985.049-85	Agente Comunitário de Saúde
133	Siméia Cristina Maculan	Estação Luzerna	095.198.599-00	Agente Comunitário de Saúde
134	Jessica Aparecida da Silva Ribeiro	N. Senhora de Fátima	077.607.689-23	Agente Comunitário de Saúde
135	Euller D. dos Santos de Oliveira	Vila Rica	067.560.049-99	Agente Comunitário de Saúde
136	Jaila Schuastz	N. Senhora de Fátima	095.992.579-10	Agente Comunitário de Saúde

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – HERVAL D' OESTE
 Processo Seletivo – Edital nº 002/2019 de 18 de dezembro de 2019

LISTA DE INSCRIÇÕES DEFERIDAS

MÉDICO

Nº	NOME	CPF	CARGO
01	Gabrielle Trevisan	099.310.289-12	Médico
02	Gustavo Hohmann Caminã	006.339.659-95	Médico
03	Laura Cristina Hecht	074.513.289-88	Médico
04	Martina F. Pichler Von Tennenberg	075.323.769-58	Médico
05	Izadora Maciel de Souza	098.358.349-89	Médico
06	Georgia Westphal	057.358.349-89	Médico

PORTARIA Nº 234/2020

Publicação Nº 2310617

PORTARIA Nº 234/2020

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

INTERROMPER o gozo de férias, da Servidora IEDA SALETE VERGANI BARBOSA (MATRÍCULA 2565), ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, Nível – 7, Referência "E", 20 horas semanais, Anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013.

E, CONCEDER Licença Maternidade, à servidora supracitada, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 08 de janeiro de 2020 até 05 de julho de 2020, conforme preceitua o Artigo 107, da Lei Complementar Nº. 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 08 de janeiro de 2020.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 13 de Janeiro de 2020.

Américo Lorini
Prefeito

PORTARIA Nº 235/2020

Publicação Nº 2310619

PORTARIA Nº 235/2020

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR, MANUELA D'AGOSTINI HUGEN (MATRÍCULA 5131), a partir de 13 de janeiro de 2020, aprovada em 1º (primeiro) lugar através do Concurso Público 001/2019, de conformidade com Decreto nº 4.106/2019, de 13 de novembro de 2019, para ocupar o Cargo de Provisão Efetivo de FISCAL DE TRIBUTOS, Nível - 11, Referência - A, 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011. Sendo que seu contrato será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste, assegurada pelo Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 13 de Janeiro de 2020.

Américo Lorini
Prefeito

PORTARIA Nº 236/2020

Publicação Nº 2310785

PORTARIA Nº 236/2020

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR, LUCIANA GOMES DE CAMPOS (MATRÍCULA 5132), a partir de 13 de janeiro de 2020, aprovada em 5º (quinto) lugar através do Concurso Público 001/2018, de conformidade com Decreto nº 3.972/2018, de 26 de dezembro de 2018, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de PSICÓLOGO, Nível – 12/1, Referência - A, 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011. Sendo que seu contrato será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste, assegurada pelo Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 13 de Janeiro de 2020.

Américo Lorini
Prefeito

PORTARIA Nº 237/2020

Publicação Nº 2310788

PORTARIA Nº 237/2020

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR, GIOILLY MURIEL MOREIRA (MATRÍCULA 5133), a partir de 13 de janeiro de 2020, aprovada em 7º (sétimo) lugar através do Concurso Público 001/2018, de conformidade com Decreto nº 3.972/2018, de 26 de dezembro de 2018, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de PSICÓLOGO, Nível – 12/1, Referência - A, 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011. Sendo que seu contrato será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste, assegurada pelo Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 13 de Janeiro de 2020.

Américo Lorini
Prefeito

PORTARIA Nº 238/2020

Publicação Nº 2310621

PORTARIA Nº 238/2020

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA O RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a contar de 13 de janeiro de 2020, o servidor LORIVAN XAVIER DE ALMEIDA (MATRÍCULA 4810), ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, Nível – AGENTE POLÍTICO, Anexo I da Lei Complementar nº 374/2018, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 13 de Janeiro de 2020.

Américo Lorini
Prefeito

PORTARIA Nº 239/2020

Publicação Nº 2310625

PORTARIA Nº 239/2020

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA O RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a contar de 13 de janeiro de 2020, a servidora GERUSA LUCIAN (MATRÍCULA 4055), ocupante do cargo de provimento efetivo de PSICÓLOGO, Nível – 12/1, Referência - A, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 13 de Janeiro de 2020.

Américo Lorini
Prefeito

PORTARIA Nº 240/2020

Publicação Nº 2310641

PORTARIA Nº 240/2020

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 20 (VINTE) DIAS DE FÉRIAS NÃO USUFRUÍDAS, conforme Portaria Nº 095/2019, ao Servidor RUBENS ANTONIO CORREIA (MATRÍCULA 2878), ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, Nível – 9, Referência "D", anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 29 de dezembro de 2016 e 28 de dezembro de 2017, para serem gozadas a contar de 13 de janeiro de 2020 a 01 de fevereiro de 2020, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 13 de Janeiro de 2020.

Américo Lorini
Prefeito

PORTARIA Nº 241/2020

Publicação Nº 2310642

PORTARIA Nº 241/2020

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DESIGNAR A COMISSÃO ESPECIAL para acompanhar a realização das provas do Processo Seletivo que trata o Edital nº 002/2019/SMS/HO, que será composta pelos servidores abaixo relacionados, para que, sob a presidência do primeiro, exerçam as atribuições necessárias ao fiel cumprimento legal e do respectivo edital.

- PAULO CEZAR DOLEJAL BERTÉ (MATRÍCULA 516) – Presidente
- LUCIANI DONDONI GAZONI (MATRÍCULA 4891) – Membro
- SADIR ROVÊA (MATRÍCULA 1573) – Membro
- EUGÊNIA BUCCO (MATRÍCULA 1358) - Membro
- WILLIAM CÉSAR GAVASSO (MATRÍCULA 2751) - Membro

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 13 de Janeiro de 2020.

Américo Lorini
Prefeito

PORTARIA Nº 242/2020

Publicação Nº 2310813

PORTARIA Nº 242/2020

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, ao servidor CLAIR ZIMMER (MATRÍCULA 4041), ocupante do cargo de provimento efetivo de OPE-RADOR DE MÁQUINAS II, Nível – 8, Referência - A, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 15 de janeiro de 2018 e 14 de janeiro de 2019, para serem usufruídas a partir de 13 de janeiro de 2020 a 11 de fevereiro de 2020, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 13 de Janeiro de 2020.

Américo Lorini
Prefeito

TERMO DE POSSE CONSELHEIRO TUTELAR BIANCA ZANINI RIBEIRO

Publicação Nº 2309813

TERMO DE POSSE DOS CONSELHEIROS TUTELARES

GESTÃO 2020-2024

MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE/SC

No décimo dia do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte, às 16 horas, na Prefeitura Municipal, no Município de Herval d' Oeste foi dada posse, pelo Prefeito Municipal, senhor Américo Lorini, e de acordo com a Lei Federal nº 8.069/1990, com a Resolução n. 170/2014 do CONANDA e Lei Municipal nº 3334/2019, aos Conselheiros Tutelares Titulares do Município de Herval d' Oeste /SC, eleitos no dia seis de outubro de dois mil e dezenove em processo de escolha conduzido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), para um mandato de 04 (quatro) anos, a contar da data de hoje.

O presente Termo de Posse será datado e assinado pelos Conselheiros Tutelares eleitos.

Herval d' Oeste /SC, 10 de janeiro de 2020.

Américo Lorini
Prefeito Municipal

Conselheiro Tutelar titular eleito e empossado na data de hoje:

,

Bianca Zanini Ribeiro
050.121.419-46

TERMO DE POSSE CONSELHEIRO TUTELAR CHARLENE MICHELON ZILIO

Publicação Nº 2309815

TERMO DE POSSE DOS CONSELHEIROS TUTELARES

GESTÃO 2020-2024

MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE/SC

No décimo dia do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte, às 16 horas, na Prefeitura Municipal, no Município de Herval d' Oeste foi dada posse, pelo Prefeito Municipal, senhor Américo Lorini, e de acordo com a Lei Federal nº 8.069/1990, com a Resolução n. 170/2014 do CO-NANDA e Lei Municipal nº 3334/2019, aos Conselheiros Tutelares Titulares do Município de Herval d' Oeste /SC, eleitos no dia seis de outubro de dois mil e dezenove em processo de escolha conduzido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), para um mandato de 04 (quatro) anos, a contar da data de hoje.

O presente Termo de Posse será datado e assinado pelos Conselheiros Tutelares eleitos.

Herval d' Oeste /SC, 10 de janeiro de 2020.

Américo Lorini
Prefeito Municipal

Conselheiro Tutelar titular eleito e empossado na data de hoje:

Charlene Michelin Zílio
007.874.729-56

TERMO DE POSSE CONSELHEIRO TUTELAR DAIANE DE QUADROS

Publicação Nº 2309821

TERMO DE POSSE DOS CONSELHEIROS TUTELARES

GESTÃO 2020-2024

MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE/SC

No décimo dia do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte, às 16 horas, na Prefeitura Municipal, no Município de Herval d' Oeste foi dada posse, pelo Prefeito Municipal, senhor Américo Lorini, e de acordo com a Lei Federal nº 8.069/1990, com a Resolução n. 170/2014 do CO-NANDA e Lei Municipal nº 3334/2019, aos Conselheiros Tutelares Titulares do Município de Herval d' Oeste /SC, eleitos no dia seis de outubro de dois mil e dezenove em processo de escolha conduzido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), para um mandato de 04 (quatro) anos, a contar da data de hoje.

O presente Termo de Posse será datado e assinado pelos Conselheiros Tutelares eleitos.

Herval d' Oeste /SC, 10 de janeiro de 2020.

Américo Lorini
Prefeito Municipal

Conselheiro Tutelar titular eleito e empossado na data de hoje:

Daiane de Quadros
047.538.739-27

TERMO DE POSSE CONSELHEIRO TUTELAR RODOLFO TERTULIANO BAHÚ BACKES

Publicação Nº 2309811

TERMO DE POSSE DOS CONSELHEIROS TUTELARES

GESTÃO 2020-2024

MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE/SC

No décimo dia do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte, às 16 horas, na Prefeitura Municipal, no Município de Herval d' Oeste foi dada posse, pelo Prefeito Municipal, senhor Américo Lorini, e de acordo com a Lei Federal nº 8.069/1990, com a Resolução n. 170/2014 do CO-NANDA e Lei Municipal nº 3334/2019, aos Conselheiros Tutelares Titulares do Município de Herval d' Oeste /SC, eleitos no dia seis de outubro de dois mil e dezenove em processo de escolha conduzido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), para um mandato de 04 (quatro) anos, a contar da data de hoje.

O presente Termo de Posse será datado e assinado pelos Conselheiros Tutelares eleitos.

Herval d' Oeste /SC, 10 de janeiro de 2020.

Américo Lorini
Prefeito Municipal

Conselheiro Tutelar titular eleito e empossado na data de hoje:

Rodolfo Tertuliano Bahú Backes

066.377.089-09

TERMO DE POSSE CONSELHEIRO TUTELAR SILVANA MARIA NUNES DA SILVA

Publicação Nº 2309819

TERMO DE POSSE DOS CONSELHEIROS TUTELARES

GESTÃO 2020-2024

MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE/SC

No décimo dia do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte, às 16 horas, na Prefeitura Municipal, no Município de Herval d' Oeste foi dada posse, pelo Prefeito Municipal, senhor Américo Lorini, e de acordo com a Lei Federal nº 8.069/1990, com a Resolução n. 170/2014 do CONANDA e Lei Municipal nº 3334/2019, aos Conselheiros Tutelares Titulares do Município de Herval d' Oeste /SC, eleitos no dia seis de outubro de dois mil e dezenove em processo de escolha conduzido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), para um mandato de 04 (quatro) anos, a contar da data de hoje.

O presente Termo de Posse será datado e assinado pelos Conselheiros Tutelares eleitos.

Herval d' Oeste /SC, 10 de janeiro de 2020.

Américo Lorini
Prefeito Municipal

Conselheiro Tutelar titular eleito e empossado na data de hoje:

Silvana Maria Nunes da Silva

044.803.569-32

Ibiam**PREFEITURA****RESOLUÇÃO Nº 34/2020 - CMDCA**

Publicação Nº 2310753

RESOLUÇÃO Nº 34/2020, 13 de janeiro de 2020.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-CMDCA no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 622 de 28 de março de 2019 e, Ata de nº 125/2020.

Considerando, sua responsabilidade na construção de políticas públicas adequados às reais necessidades de atendimento às crianças e adolescentes do Município;

Considerando a Resolução nº. 170/2014, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente que dispõe sobre o processo de escolha em data unificada em todo território nacional dos membros do Conselho Tutelar.

Considerando Resolução de nº 32/2019 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que trata do resultado final do processo de eleição dos membros do Conselho Tutelar;

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, nos termos da Ata 125/2020-CMDCA, as Conselheiras Tutelares Titulares e Suplentes para a gestão 2020-2024 (dois mil e vinte- dois mil e vinte e quatro) que estavam presentes no ato da posse.

Art. 2º. A cerimonia de posse aconteceu no dia 10 (dez) de janeiro de 2020.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Registrada, Publicada, CUMPRA-SE.

IBIAM-SC 13 de janeiro de 2020.

Giseli Seffer Alves de Anhaia

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Homologada em: ____/____/____

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO N. 031/2019 - GENTE SEGURADORA

Publicação Nº 2309923

TERMO ADITIVO N.º 031/2019

CONTRATO ADITADO N.º 058/2016

Aditivo de Contrato de SEGURO DE VEÍCULOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE IBIAM, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa GENTE SEGURADORA S/A, autorizado através do Processo n 058/2016, Processo Licitatório n. 030/2016, modalidade Pregão Presencial.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM

CNPJ-MF nº. 01.612.745/0001-74

Endereço: Avenida 20 de julho, 649, Bairro: Centro, CEP: 89652-000,
Ibiam - SC.

Representada por: IVANIR ZANIN

CONTRATADA: GENTE SEGURADORA S/A

CNPJ-MF n.º. 90.180.605/0001-02

Endereço: Rua Marechal Floriano Peixoto, 450, Centro – CEP 9020-060 – Porto Alegre – RS.
Representada por: SERGIO SUSLIK WAIS

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO CONTRATO A SER ADITADO

1.1 O MUNICÍPIO DE IBIAM e a empresa GENTE SEGURADORA S/A, na data de 15 de setembro de 2016, firmaram contrato de "SEGURO DE VEÍCULOS", autorizado através do Processo n 058/2016, Licitação n. 030/2016, modalidade Pregão Presencial.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO ADITAMENTO

2.1 Considerando a vantagem para a administração municipal em manter os serviços prestados por essa empresa, devido os valores estarem dentro do praticado no mercado,

2.2 Considerando, ainda, que o valor do presente aditivo não ultrapassa o limite máximo previsto na lei 8.666/93, art. 65.

2.3 A data de vigência do presente aditivo, será até 10/05/2020.

2.4 Faz-se a Inclusão da Proposta de Endosso de Seguro 01.31.40506.0.10 no valor de R\$ 2.595,24 (dois mil quinhentos e noventa e cinco reais e vinte e quatro centavos), referente veículo da Secretaria Municipal de Educação, placa MLT 0204.

CLÁUSULA TERCEIRA: DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 As demais cláusulas do contrato nº 058/2016 continuam inalteradas, as quais são reiteradas e ratificadas pelas partes.

3.2 O presente aditamento tem como amparo legal a Lei n. 8.666/93 (Art. 57, § 2º, Art. 65), bem como a cláusula oitava do contrato ora aditado.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento de aditamento, em três vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

IBIAM – SC, 02 de dezembro de 2019.

MUNICÍPIO DE IBIAM

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

GENTE SEGURADORA S/A

TESTEMUNHAS

Matheus Ethierry Ceron Zanin Carmelita Chiesa Tragancin

CPF: 076.699.959-98 CPF: 490.157.409-30

RAFAEL GONZATTO ARALDI

Advogado – OAB/SC 32.184

TERMO ADITIVO N. 032/2019 - JM TUR TRANSPORTES LTDA

Publicação Nº 2309928

TERMO ADITIVO 32/2019

ARP N.º 019/2019

PROCESSO LICITATÓRIO N. 081/2019

Primeiro Termo Aditivo de Ata de Registro de Preço celebrado entre o MUNICÍPIO DE IBIAM, ESTADO DE SANTA CATARINA, e JM TUR TRANSPORTES LTDA, ARP nº 019/2019, Pregão Presencial Nº 035/2019.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM

CNPJ-MF nº. 01.612.745/0001-74

Endereço: Travessa Leoniza Carvalho Agostini, 20, Bairro: Centro, Ibiã - SC.

Representada por: IVANIR ZANIN

CONTRATADA: JM TUR TRANSPORTES LTDA

CNPJ – 21.492.868/0001-26

Endereço: Rua Maria Gomes de Oliveira, Centro, 239, Ibiã - SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO CONTRATO A SER ADITADO

O MUNICÍPIO DE IBIAM e JM TUR TRANSPORTES LTDA, na data de 09 de setembro de 2019, firmaram contrato de serviços de transportes de passageiros para o Fundo Municipal de Assistência Social e Grupo de Idosos, autorizado através Ata de Registro de Preço nº 019/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO ADITAMENTO

2.1. Considerando a lei federal nº 8666/93;

2.2. Considerando a necessidade de mais quilometragem para uma viagem programada com o grupo de idosos;

2.3. Fica aditada a quantidade de 200 quilômetros, totalizando R\$ 900,00 (novecentos reais), de forma estimativa.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 Devido o Aditivo ser somente de quantidade, não há alteração na dotação orçamentária, bem como os valores contratados se mantêm inalterados.

CLÁUSULA QUARTA: DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1 As demais cláusulas da Ata de Registro de Preço nº 019/2019, continuam inalteradas, as quais são reiteradas e ratificadas pelas partes.

4.2 O presente aditamento tem como amparo legal a Lei n. 8.666/93 (Art. 57, § 2º, Art. 65).

E, por assim acordarem, firmam este instrumento de aditamento, em duas vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

IBIAM – SC, 05 de dezembro de 2019.

MUNICÍPIO DE IBIAM
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA
JM TUR TRANSPORTES LTDA

TESTEMUNHAS

Rosinei Ceron Carmelita Chiesa Tragancin
CPF: 004.918.899-25 CPF: 490.157.409-30

Rafael Gonzatto Araldi
Advogado – OAB/SC 32.184

TERMO ADITIVO N. 033/2019 - JOÃO VILMAR PELENTIR

Publicação Nº 2309931

TERMO ADITIVO 33/2019
CONTRATO ADITADO N.º 008/2017
PROCESSO LICITATÓRIO N. 005/2017

Terceiro Termo Aditivo de Contrato de Prestação de Serviços celebrado entre o MUNICÍPIO DE IBIAM, ESTADO DE SANTA CATARINA, e JOÃO VILMAR PELENTIR, Contrato Administrativo 008/2017, Pregão Presencial 002/2017.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM
CNPJ-MF nº. 01.612.745/0001-74

Endereço: Travessa Leoniza Carvalho Agostini, 20, Bairro: CENTRO CEP: 89652-000 - Centro, Ibiã - SC.
Representada por: IVANIR ZANIN

CONTRATADA: JOÃO VILMAR PELENTIR
CNPJ-MF nº. 23.162.775/0001-69
Endereço: Rua Gloria Angela Recalcatti, nº 83, Centro, na cidade de Ibiã
CEP: 89652-000
Representada por: JOÃO VILMAR PELENTIR

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO CONTRATO A SER ADITADO

O MUNICÍPIO DE IBIAM e JOÃO VILMAR PELENTIR, na data de 07 de fevereiro 2017, firmaram contrato de "Prestação de Serviços de Transporte Escolar", autorizado através do contrato administrativo 008/2017, e renovado pelo Termo Aditivo N. 077/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO ADITAMENTO

- 2.1. Considerando que sendo insuficiente a quilometragem licitada, e havendo necessidade do transporte dos alunos.
- 2.2. Considerando os aumentos de dias letivos e outras datas no calendário escolar durante o ano letivo.
- 2.3. Fica aditada a quantidade de 490 quilômetros, totalizando R\$ 1.960,00 (um mil novecentos e sessenta reais), de forma estimativa.

CLÁUSULA TERCEIRA: DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 Devido o Aditivo ser somente de quantidade, não há alteração na dotação orçamentária, bem como os valores contratados se mantêm inalterados.

CLÁUSULA QUARTA: DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 As demais cláusulas do Contrato 008/2017 continuam inalteradas, as quais são reiteradas e ratificadas pelas partes.

3.2 O presente aditamento tem como amparo legal a Lei n. 8.666/93 (Art. 57, § 2º, Art. 65).

E, por assim acordarem, firmam este instrumento de aditamento, em duas vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

IBIAM – SC, 13 de dezembro de 2019.

MUNICÍPIO DE IBIAM
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA
JOÃO VILMAR PELENTIR

TESTEMUNHAS

Rosinei Ceron Carmelita Chiesa Tragancin
CPF: 004.918.899-25 CPF: 490.157.409-30

Rafael Gonzatto Araldi
Advogado – OAB/SC 32.184

TERMO ADITIVO N. 68/2019 - BETHA SISTEMAS COM ANEXO

Publicação Nº 2310529

TERMO ADITIVO N. 068/2019
CONTRATO ADITADO N. 087/2016

Quinto Termo Aditivo de Contrato de Prestação de Serviços celebrado entre o MUNICÍPIO DE IBIAM, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, Contrato Administrativo 087/2016, Pregão Presencial 078/2016.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM
CNPJ nº. 01.612.745/0001-74
Endereço: Av 20 de Julho, 649, Bairro: CENTRO - CEP: 89652-000
Centro, Ibiã - SC.
Representada por: IVANIR ZANIN

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA
CNPJ nº. 00.456.865/0001-67
Endereço: Avenida Oscar Barcelos, 1731 - Salas 101 e 102 – Centro –
Rio do Sul – SC - CEP: 89160-027

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO CONTRATO A SER ADITADO

O MUNICÍPIO DE IBIAM e BETHA SISTEMAS LTDA, na data de 23 de dezembro de 2016, firmaram contrato de "Prestação de Serviços", autorizado através do contrato administrativo 087/2016.

O prazo Contratual fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, até 31/12/2020.

Os valores contratados serão reajustados a partir de 21/12/2019 pelo IGP-M (FGV) acumulado no período conforme previsão do contrato inicialmente firmado.

Segue anexo tabela de valores. (Anexo I)

CLAUSULA SEGUNDA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 Para o próximo exercício financeiro, serão utilizadas as rubricas orçamentárias do orçamento de 2020, conforme informado na solicitação da secretaria.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA FISCALIZAÇÃO

3.1 Quaisquer situações advindas da execução do contrato, como dias da semana, carga horária, notificações, organização, entre outros, deverão ser tratados diretamente com o Gestor o Sr. Alcindo Perosa e fiscal deste contrato, a Servidora Flávia Lenita Pelentir, nos endereços eletrônicos; adm@ibiam.sc.gov.br e flavia@ibiam.sc.gov.br e/ou telefone (49) 35340044.

CLÁUSULA QUARTA: DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1 As demais cláusulas do Contrato 087/2016 continuam inalteradas, as quais são reiteradas e ratificadas pelas partes.

4.2 O presente aditamento tem como amparo legal a Lei n. 8.666/93 (Art. 57, § 2º, Art. 65).

E, por assim acordarem, firmam este instrumento de aditamento, em duas vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

IBIAM – SC, 20 de dezembro de 2019.

IVANIR ZANIN BETHA SISTEMAS LTDA
MUNICÍPIO DE IBIAM CONTRATADA
PREFEITO MUNICIPAL

TESTEMUNHAS

Rosinei Ceron Carmelita Chiesa Tragancin
CPF: 004.918.899-25 CPF: 490.157.409-30

Rafael Gonzatto Araldi
Advogado – OAB/SC 32.184

ANEXO I

ITEM	DESCRIÇÃO DO MÓDULO LOCADO	VALORES JANEIRO/2020
1	Sistema compras FMAS	224,39
2	Sistema contabilidade FMAS	329,98
3	Sistema compras FMS	224,39
4	Sistema contabilidade FMS	329,98
5	Sistema cidadão web tributos	322,83
6	Sistema contabilidade Prefeitura	1.979,86
7	Sistema controle frotas	369,57
8	Sistema e-social	320,96
9	Sistema Fly e-nota	451,96
10	Sistema Fly protocolo	263,98
11	Sistema Fly transparência	322,83
12	Sistema folha de pagamento	659,96
13	Sistema Licitações e Compras Prefeitura	897,54
14	Sistema Livro Eletrônico	322,83
15	Sistema Minha Folha	323,16
16	Sistema Patrimônio Público	369,57
17	Sistema planejamento	448,77
18	Sistema ponto eletrônico	369,57
19	Sistema pontual fly	322,83
20	Sistema portal do gestor	150,00
21	Sistema RH	448,77
22	Sistema saúde domiciliar	197,99
23	Sistema tributação	1.319,91
	VALOR TOTAL – R\$	10.971,63

VALOR MÓDULO ADITIVADO POR 03 MESES

ITEM	DESCRIÇÃO DO MÓDULO LOCADO	VALORES JANEIRO/20	VCTO
01	Sistema Fly Saúde	1.161,52	31/03/2020

VALORES MÓDULOS NÃO ADITIVADO PARA 2020

ITEM	DESCRIÇÃO DO MÓDULO LOCADO	VALOR JANEIRO/20	VCTO
01	Sistema Educação	500,00	NÃO PRORROGAR

VALORES SERVIÇOS TÉCNICOS

ITEM	DESCRIÇÃO DO MÓDULO LOCADO	VALOR JANEIRO/20
01	Serviços técnicos, após implantação dos aplicativos, quando solicitado.	91,22
02	Deslocamento nos serviços de suporte, quando exigida a presença de técnico "in loco".	0,91
03	Estada e alimentação nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico "in loco".	172,20

Valor Total R\$ 163.604,12

Ibicaré

PREFEITURA

PORTARIA Nº 089-2020

Publicação Nº 2310809

PORTARIA Nº 089, de 13 de janeiro de 2020.

“CONCEDE EXONERAÇÃO À SERVIDOR QUE MENCIONA”

O Prefeito de Ibicaré – SC, no uso de suas atribuições e, de conformidade com a Lei Complementar nº 010, de 25 de novembro de 2009, nos seus artigos 23, Inciso I e 24,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR A PEDIDO, o servidor PRISCILLA NUNES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Infantil em Creche e Pré- Escola, nível II, classe “A”, Anexo V – Quadro de Cargos, Nível Inicial, Carga Horária Semanal e Habilitação Mínima dos Servidores do Magistério Público Municipal de Ibicaré.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 13 de janeiro de 2020.

OLAVO BOESING
Prefeito em Exercício

Ibirama

PREFEITURA

CONTRATO Nº: 1/2020 CONTRATANTE: MUNICIPIO DE IBIRAMA

Publicação Nº 2310722

MUNICIPIO DE IBIRAMA

Contrato Nº: 1/2020

Contratante: MUNICIPIO DE IBIRAMA

Contratada: IGAM SC - CURSOS E CONSULTORIA LTDA-ME

Licitação: Dispensa de Licitação 1/2020

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE INFORMATIVOS TÉCNICOS MENSAIS "ON LINE".

Vigência: Início: 10/01/2020 Término: 09/01/2021

Assinatura: 10/01/2020

Valor R\$: 14.400,00 (Quatorze Mil e Quatrocentos Reais)

Dotação: 56 - 04.001.2004.3339039990000000000.01000000

FISCAL: FABIO LUIZ FUSINATO

DECRETO Nº 4.462, DE 08 DE JANEIRO DE 2020 - NOMEIA PREGOEIROS E MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2309784

DECRETO nº 4.462, de 08 de janeiro de 2020.

"NOMEIA PREGOEIROS E MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAMA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os servidores públicos a seguir relacionados, funcionários efetivos e comissionados da Prefeitura Municipal de Ibirama, para exercerem as funções de pregoeiros e membros da equipe de apoio, a saber:

1º PREGOEIRO: Agnaldo Luis Bona;

2º PREGOEIRO: Rony Márcio Paul;

EQUIPE DE APOIO: Iago Felipe Tottene;

Gerson Francisco;

Klaus Brodewolf.

Art. 2º Dentre os membros da Comissão Permanente de Licitações instituída, de 03 (três) a 05 (cinco) membros farão o julgamento de cada licitação.

Parágrafo Único. Deverão ser observados os critérios definidos pela Lei Municipal nº 2.998, de 23 de agosto de 2013, para pagamento da gratificação aos membros da Comissão Permanente de Licitações.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 4.315, de 09 de janeiro de 2019.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 08 de janeiro de 2020.

JUCÉLIO JOSÉ DE ANDRADE

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado o presente Decreto na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 4.463, DE 08 DE JANEIRO DE 2020 - NOMEIA PRESIDENTE, SECRETÁRIO E DEMAIS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES PARA O EXERCÍCIO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2309789

DECRETO nº 4.463, de 08 de janeiro de 2020.

“NOMEIA PRESIDENTE, SECRETÁRIO E DEMAIS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES PARA O EXERCÍCIO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAMA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os servidores públicos a seguir relacionados, funcionários efetivos e comissionados da Prefeitura Municipal de Ibirama, para integrarem a Comissão Permanente de Licitações para o exercício de 2020, incumbida de apreciar e julgar as licitações nas modalidades concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão, de interesse da municipalidade, a saber:

PRESIDENTE: Renato Alves de Borba;

SECRETÁRIO: Moacir Hajeck;

MEMBROS: Rony Márcio Paul;

Daniel Fernandes Porto;

Iago Felipe Tottene.

Art. 2º Dentre os membros da Comissão Permanente de Licitações instituída, de 03 (três) a 05 (cinco) membros farão o julgamento de cada licitação.

§ Único. Deverão ser observados os critérios definidos pela Lei Municipal nº 2.998, de 23 de agosto de 2013, para pagamento da gratificação aos membros da Comissão Permanente de Licitações.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 4.316, de 09 de janeiro de 2019.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 08 de janeiro de 2020.

JUCÉLIO JOSÉ DE ANDRADE
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado o presente Decreto na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO
Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 3.420, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019 - DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DA RUA SÃO PAULO NA CIDADE DE IBIRAMA E DA OUTRA PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2309764

LEI Nº 3.420, de 19 de dezembro de 2019.

“DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DA RUA SÃO PAULO NA CIDADE DE IBIRAMA E DA OUTRA PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada RUA SÃO PAULO, a via pública urbana, contida no imóvel matrícula n.º 21.946, tendo seu início no lado par da Rua Alberto Fuchs entre os lotes de número 03 e 04 do Loteamento Schmitz, até o lado par da Rua Santana, entre os lotes números 46 e 69 do Loteamento Schmitz, com uma extensão de 419,00 metros, e com largura de 13,50 metros.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário

Prefeitura Municipal de Ibirama, 19 de dezembro de 2019.
ADRIANO POFFO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO
Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 3.421, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019 - DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DA RUA 26 DE DEZEMBRO NA CIDADE DE IBIRAMA E DA OUTRA PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2309767

LEI Nº 3.421, de 19 de dezembro de 2019.

“DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DA RUA 26 DE DEZEMBRO NA CIDADE DE IBIRAMA E DA OUTRA PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada RUA 26 DE DEZEMBRO, a via pública urbana, contida no imóvel matrícula n.º 21.947, tendo seu início no lado par da Rua Santana entre os lotes de número 13 e 14 do Loteamento Schmitz, até o lado ímpar da Rua “A” imóvel matrícula n.º 21.946 do mesmo loteamento, entre os lotes números 33 e 34 do Loteamento Schmitz, com uma extensão de 50,46 metros, e com largura de 13,50 metros.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário

Prefeitura Municipal de Ibirama, 19 de dezembro de 2019.
ADRIANO POFFO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO
Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 3.422, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019 - DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DA RUA 28 DE SETEMBRO NA CIDADE DE IBIRAMA E DA OUTRA PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2309773

LEI Nº 3.422, de 19 de dezembro de 2019.

“DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DA RUA 28 DE SETEMBRO NA CIDADE DE IBIRAMA E DA OUTRA PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada RUA 28 DE SETEMBRO, a via pública urbana, contida no imóvel matrícula n.º 21.948, tendo seu início no lado par da Rua “A” imóvel de Matrícula n.º 21.946 do mesmo loteamento entre os lotes de número 56 e 57 do Loteamento Schmitz, até o imóvel de Olavo Baldo de matrícula n.º 2.005 e Denise Schmidt Riquieta de matrícula n.º 21.196, entre a Área Pública 01 e Área Verde 02 do mesmo loteamento, com uma extensão de 50, 46 metros, e com largura de 13,50 metros.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário

Prefeitura Municipal de Ibirama, 19 de dezembro de 2019.
ADRIANO POFFO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO
Secretário de Administração e Finanças

MUNICÍPIO DE IBIRAMA. DL - PROCESSO LICITATÓRIO 01/2020.

Publicação Nº 2310720

MUNICÍPIO DE IBIRAMA.

DL - Processo Licitatório 01/2020.

Base legal: Art. 24, inciso II da lei nº 8.666/93.

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de informativos técnicos mensais "on line".

Contratada: IGAM SC CURSOS E CONSULTORIA LTDA., Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 28.474.582/0001-67, Ibirama, 10 de janeiro de 2020. Jucelio Jose de Andrade - Vice-Prefeito no exercício.

Ilhota

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 005 - IX 02 2020 - AGRICULTURA - EPAGRI

Publicação Nº 2309788

Extrato de Contrato nº 005/2020
Estado de Santa Catarina
Município de Ilhota
Prefeitura Municipal de Ilhota
Setor de Compras e Licitações
Processo: Inexigibilidade nº 002/2020

Objeto: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA E A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, DE CONFORMIDADE COM A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES SUPERVENIENTES ÀS LICITAÇÕES PÚBLICAS.

Fornecedor: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina –Epagri

Prazo Contratual: 12 meses

Valor Global: R\$ 35.851,80(Trinta e cinco mil, oitocentos e cinquenta e um reais e oitenta centavos)

Vigência: 12 Meses.

Erico de Oliveira
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 08/2020

Publicação Nº 2309593

PORTARIA Nº 08/2020

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da Lei orgânica Municipal,

RESOLVE

EXONERAR, o Sr. Matheus Manoel Cordeiro, do cargo de CHEFE DE DIVISÃO, em caráter em comissão, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 06 de janeiro de 2020.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 13 de janeiro de 2020.

ERICO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 09/2020

Publicação Nº 2309594

PORTARIA Nº 09/2020

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da Lei orgânica Municipal,

RESOLVE

DEMITIR A PEDIDO DO MESMO, o Sr. José Geraldo de Oliveira, do cargo de CONTADOR, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 13 de janeiro de 2020.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 13 de janeiro de 2020.

ERICO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 10/2020

Publicação Nº 2309694

PORTARIA Nº 10/2020

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da Lei orgânica Municipal,

RESOLVE

NOMEAR o Sr. Matheus Manoel Cordeiro, no cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, em caráter em comissão, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 07 de janeiro de 2020.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 13 de janeiro de 2020.

ERICO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

ADITIVO CONVÊNIO DE ESTÁGIO Nº 10/2017

Publicação Nº 2310083

MUNICÍPIO DE IMBITUBA	
TERMO ADITIVO CONVÊNIO ESTÁGIO 3º Termo Aditivo ao Convênio de Estágio Nº 10/2017. PARTÍCIPES: Município de Imbituba e a Escola de Educação Básica Engº Álvaro Catão. FUNDAMENTO: Lei N. 4.494, de 11 de dezembro de 2014. OBJETO: É objeto deste Termo Aditivo a prorrogação de prazo por igual período, passando ter sua vigência em 31/12/2020. SIGNATÁRIOS: Secretário SEAD Bruno Pacheco da Costa, pelo Município de Imbituba e Sra. Andréia Martins Nunes, pela EEBEAC.	

CONVÊNIO DE ESTÁGIO Nº 01/2020

Publicação Nº 2309995

MUNICÍPIO DE IMBITUBA	
CONVÊNIO DE ESTÁGIO Termo de Convênio de Estágio Nº 01/2020 – UNIVINTE. PARTÍCIPES: Município de Imbituba e a UNIVINTE Centro Tecnológico EIRELI. FUNDAMENTO: Lei Municipal Nº 4.494, de 11 de dezembro de 2014. OBJETO: O presente CONVÊNIO tem como finalidade formalizar junto à concedente às condições básicas para a realização de estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios de estudantes regularmente matriculados nos cursos de nível superior da Conveniente. DESPESAS: As despesas decorrentes deste convênio correrá à conta do orçamento do vigente do Município. VIGÊNCIA: 31/12/2020. SIGNATÁRIOS: Sr. Rosivaldo da Silva Júnior, pelo Município de Imbituba e Sr. Expedito Michels pelo UNIVINTE.	

DECRETO PMI Nº 006, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2310599

DECRETO PMI Nº 006, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento – SEINFRA e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 39, da Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento – SEINFRA, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento – SEINFRA compete:

I – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de infraestrutura urbana, especialmente:

- a) execução e manutenção da infraestrutura urbana, das praças, parques, jardins e canteiros;
- b) conservação e recuperação dos prédios, vias e logradouros públicos municipais;
- c) controle, manutenção e recuperação da frota de veículos municipais;
- d) gestão, controle e fiscalização dos serviços de transporte público, funerários e de iluminação pública;
- e) gerir o consumo de energia elétrica nos prédios municipais e da iluminação pública das vias e logradouros públicos;
- f) planejar, operacionalizar e executar a política de obras públicas no Município;
- g) elaborar os orçamentos de obras públicas;
- h) executar e fiscalizar a execução de obras públicas no Município, por administração direta ou indireta, abrangendo a manutenção e

pavimentação de vias públicas, construção civil e obras de artes especiais;

- i) elaborar e gerenciar os cronogramas de projetos de obras públicas;
 - j) buscar parcerias com o governo do Estado ou Federal, para execução, fiscalização e gerenciamento de obras de interesse municipal;
 - k) promover constantemente a modernização técnica por meio de estudos para a melhoria dos serviços oferecidos pela Secretaria;
 - l) realizar serviços de topografia para a execução de obras públicas;
 - m) desenvolver ações integradas com outras Secretarias Municipais;
- II – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de mobilidade urbana, especialmente:
- a) planejar, executar e avaliar a política de mobilidade urbana, bem como promover a regulamentação dos serviços de transporte urbano;
 - b) prestar, direta, indiretamente ou por gestão associada, os serviços de transporte público coletivo urbano, que têm caráter essencial;
 - c) capacitar pessoas e desenvolver as instituições vinculadas à política de mobilidade urbana do Município;
 - d) planejar e coordenar os diferentes modos e serviços, observados os princípios e diretrizes da legislação vigente;
 - e) avaliar e fiscalizar os serviços e monitorar desempenhos, garantindo a consecução das metas de universalização e de qualidade;
 - f) implantar a política tarifária;
 - g) dispor sobre itinerários, frequências e padrão de qualidade dos serviços;
 - h) estimular a eficácia e a eficiência dos serviços de transporte público coletivo;
 - i) garantir os direitos e observar as responsabilidades dos usuários;
 - j) fiscalizar os serviços públicos relacionados à mobilidade urbana;
 - k) combater o transporte ilegal de passageiros;
 - l) editar os atos de outorga dos serviços autorizados ou permitidos, bem como conceder Licenças para Trafegar, na forma da legislação vigente;
 - m) desenvolver as atividades relacionadas ao trânsito, na forma da legislação vigente;
- III – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de saneamento, especialmente:
- a) coordenação da execução da política municipal de saneamento;
 - b) elaboração de projetos e prospecção de projetos, programas, convênios e ações junto a organismos públicos ou privados voltados ao saneamento;
 - c) gestão dos serviços de saneamento: resíduos sólidos e líquidos, abastecimento d'água, drenagem e limpeza urbana;
 - d) zelar pela aplicação do plano municipal de saneamento.
 - e) coordenar e executar os serviços de limpeza pública, coleta e destinação de resíduos sólidos;
 - f) requisitar aos órgãos competentes a fiscalização relativa à manutenção e limpeza de terrenos baldios ou ocupados;
 - g) gerenciar a usina de triagem de resíduos sólidos;
 - h) gerir os serviços de água e esgoto nos prédios municipais;
- IV – exercer o controle orçamentário no âmbito da Secretaria;
- V – executar atividades administrativas no âmbito da Secretaria;
- VI – efetuar o planejamento das atividades anuais e plurianuais, no âmbito da Secretaria;
- VII – zelar pelo patrimônio alocado na Secretaria, comunicando o órgão responsável sobre eventuais alterações;
- VIII – decidir sobre processos administrativos e solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência, na forma dos artigos 48 e 49 da Lei nº 3.442, de 22 de janeiro de 2009;
- IX – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário(a):

a) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

a) Superintendência de Infraestrutura e Serviços Públicos:

1. Diretoria de Serviços Públicos

1.1. Gerência de Execução de Obras Públicas

1.1.1. Coordenadoria de Execução de Vias

1.2. Coordenadoria de Iluminação Pública e Eficiência Energética

1.3. Gerência de Manutenção Viária

1.3.1. Coordenadoria de Operações Viárias

1.3.2. Coordenadoria de Transporte de Materiais

1.4. Departamento do Serviço Funerário Municipal

2. Diretoria de Manutenção Predial

3. Diretoria de Controle da Frota

3.1. Gerência de Operações de Máquinas Pesadas

3.2. Gerência de Controle Operacional de Frota

3.3. Unidade Gestora Organizacional de Serviços e Manutenção de Veículos

3.3.1. Coordenadoria de Abastecimento da Frota

b) Diretoria de Transporte e Mobilidade Urbana

1. Coordenação de Transporte Público

1.1. Supervisão de Fiscalização do Transporte Público

1.2. Gerência da Balsa do Sambaqui

c). Superintendência de Trânsito

1. Departamento Administrativo

- 1.2. Gerência de Análise de Transito
- 1.3. Coordenadoria de Fiscalização de Trânsito
 - 1.3.1. Supervisão de Fiscalização de Trânsito
- d) Superintendência de Saneamento
 1. Coordenadoria de Água e Esgoto
 2. Coordenadoria de Drenagem Urbana
 3. Supervisão de Campo
- e) Superintendência de Resíduos Sólidos
- f) Gerência de Infraestrutura e Serviços Públicos – Norte
- g) Departamento de Gestão Administrativa e Operacional - Sul
- h) Superintendência de Desenvolvimento Regional – Oeste
 1. Departamento de Gestão Administrativa e Operacional Regional – Oeste
 - 1.1. Coordenadoria de Limpeza de Praças, Parques e Jardins.
 - i) Superintendência de Limpeza Urbana e Serviços Públicos
 - j) Coordenadoria de Organização e Serviços das Agências de Correios
 - 1.1. Supervisão de Serviços de Limpeza e Organização da Agencia de Correio do Mirim
 - 1.2. Supervisão de Serviços de Limpeza e Organização da Agencia de Correio do Alto Arroio
 - 1.3. Supervisão Administrativa da Agência de Correio de Ibiraquera

III – órgão colegiado:

- a) Conselho Municipal de Trânsito e Transporte.

Art. 4º O titular da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria-Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores, assistentes e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III

DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

NOMINATA E REMUNERAÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Superintendente	Superintendência	6	Remuneração	3.700,00
Assessor(a) de Secretário(a)	Assessoria	2	Remuneração	2.200,00
Diretor(a)	Diretoria	4	Remuneração	1.900,00
Chefe de Departamento	Departamento	4	Remuneração	1.300,00
Assistente de Diretor	Assessoria	3	Remuneração	1.200,00
Assistente de Chefe de Departamento	Assessoria	4	Remuneração	1.000,00

II – Funções de Representação:

NOMINATA E VALOR DA FUNÇÃO DE REPRESENTAÇÃO – FR

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Superintendente	Gratificação	2.200,00
Assessor(a) de Secretário(a)	Gratificação	1.100,00
Diretor(a)	Gratificação	950,00
Assessor(a) Especial	Gratificação	950,00
Assistente de Diretor	Gratificação	600,00
Assistente de Chefe de Departamento	Gratificação	500,00

III – Funções Gratificadas:

NOMINATA E VALOR DA FUNÇÃO GRATIFICADA – FG

DENOMINAÇÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
		FORMA	VALOR (R\$)
Gestor(a) Organizacional	01	Gratificação	1.600,00
Gerente	08	Gratificação	800,00
Coordenador(a)	11	Gratificação	550,00
Supervisor(a)	6	Gratificação	250,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, estão definidas na Lei Complementar nº 4.800/2017

e seus Anexos, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento.

Art. 6º Revoga-se o Decreto PMI Nº 195, de 05 de novembro de 2019, ressaltando-se, todavia, os atos de nomeação/designação para órgãos cujas denominações se conservarem neste ato, os quais ficam convalidados.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 13 de janeiro de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito

Registre-se e Publique-se.
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini
Administrador

DECRETO PMI Nº 003, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2310589

DECRETO PMI Nº 003, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – SEDUCE e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 39, da Lei Complementar nº 4.800, de 29 de março de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – SEDUCE, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte compete:

I – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de educação, especialmente:

- a) programar, coordenar e executar a política educacional na rede pública municipal de ensino;
- b) instalar e manter estabelecimentos públicos municipais de ensino, controlando e fiscalizando o seu funcionamento;
- c) gerenciar a documentação escolar e estatística, a estrutura e funcionamento do programa federal vinculado à frequência do aluno à escola, bem como o registro escolar;
- d) manter e assegurar a universalização dos níveis e modalidades de ensino;
- e) ampliar gradativamente a jornada de tempo escolar;
- f) prover o atendimento educacional especializado com recursos tecnológicos, equipamentos adaptados, acessibilidade arquitetônica, entre outros, conforme a necessidade do aluno com deficiência;
- g) articular ações com outros órgãos públicos – municipais, estaduais e federais, entidades não-governamentais e de iniciativa privada sem fins lucrativos para complementar o atendimento especializado nas áreas de educação;
- h) incentivar a pesquisa didático-pedagógica no intuito de implementar uma prática contínua de divulgação e publicação por meio de eventos na área da educação;
- i) implementar o Sistema Municipal de Ensino;
- j) instituir gradativamente conselhos escolares;
- k) proporcionar acesso qualitativo aos recursos tecnológicos para alunos, professores e funcionários;
- l) implementar programas de alimentação e nutrição nos estabelecimentos públicos municipais de ensino;
- m) participar efetivamente nos conselhos municipais;
- n) prover de transporte escolar, sempre que possível em regime de colaboração com os governos estadual e federal, entidades não-governamentais e de iniciativa privada sem fins lucrativos, de forma a garantir o acesso dos alunos à escola;
- o) estabelecer plano de ação orçamentário anual que contemple: a criação de mecanismos de controle e avaliação do sistema de ensino, formação continuada, adequação do espaço físico, aquisição de materiais e equipamentos, entre outros;

II – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de cultura, especialmente:

- a) assegurar os meios para o desenvolvimento da cultura como direito de todos os cidadãos, com plena liberdade de expressão e criação;
- b) universalizar o acesso aos bens e serviços culturais;
- c) contribuir para a construção da cidadania cultural;
- d) reconhecer, proteger, valorizar e promover a diversidade das expressões culturais presentes no município;
- e) combater a discriminação e o preconceito de qualquer espécie e natureza;
- f) promover a equidade social e territorial do desenvolvimento cultural;

- g) qualificar e garantir a transparência da gestão cultural;
 - h) democratizar os processos decisórios, assegurando a participação e o controle social;
 - i) estruturar e regulamentar a economia da cultura, no âmbito local;
 - j) consolidar a cultura como importante vetor do desenvolvimento sustentável;
 - k) intensificar as trocas, os intercâmbios e os diálogos interculturais;
 - l) contribuir para a promoção da cultura da paz;
 - m) preservação, proteção e promoção do patrimônio cultural, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.
- III – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de esporte e lazer, especialmente:
- a) formular e executar a política esportiva e de lazer municipal;
 - b) efetuar o planejamento, coordenação, supervisão e avaliação dos planos e programas de incentivo aos esportes;
 - c) promover ações de democratização da prática esportiva e inclusão social por intermédio do esporte;
 - d) manter intercâmbio com organismos públicos e privados, nacionais, internacionais e estrangeiros, voltados à promoção do esporte;
 - e) elaborar o calendário de competições esportivas nas diversas modalidades, com integração dos bairros;
 - f) constituir projeto específico para esportes náuticos e aquáticos;
 - g) promover oportunidades esportivas para pessoas com deficiência;
 - h) incentivar e conscientizar sobre a importância da prática de atividades físicas, em todas as faixas etárias.
 - i) promover a representatividade do Município em eventos desportivos regionais, estaduais, nacionais e internacionais;
 - j) realizar e desenvolver eventos esportivos em suas diferentes modalidades;
 - k) sediar eventos esportivos;
 - l) promover o lazer a toda sociedade;
 - m) realizar atividades de lazer e recreação, mediante a utilização dos espaços disponíveis;
 - n) proporcionar a integração e o conagraçamento, às diferentes faixas etárias, através de atividades esportivas e recreativas;
 - o) incentivar através de ações, o esporte como pressuposto de saúde e vitalidade às diferentes faixas etárias;
 - p) implantar projeto para avaliação e orientação de atletas amadores do Município e praticantes de atividades físicas nos programas desenvolvidos pela Secretaria;
 - q) conservar os espaços esportivos pertencentes ao Município;
 - r) manter e adequar a infraestrutura dos locais para a realização de atividades esportivas e de lazer e demais serviços prestados à comunidade, no âmbito da Secretaria;
- IV – intermediar convênios, acordos, ajustes, termos de cooperação técnica e/ou financeira ou instrumentos congêneres, com entidades privadas sem fins lucrativos e órgãos da administração direta e indireta da União, Estados e outros Municípios;
- V – desenvolver ações integradas com outras Secretarias Municipais;
- VI – executar atividades administrativas no âmbito da Secretaria;
- VII – exercer o controle orçamentário no âmbito da Secretaria;
- VIII – efetuar o planejamento das atividades anuais e plurianuais, no âmbito da Secretaria;
- IX – zelar pelo patrimônio alocado na unidade, comunicando o órgão responsável sobre eventuais alterações;
- X – decidir sobre processos administrativos e solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência, na forma dos artigos 48 e 49 da Lei nº 3.442, de 22 de janeiro de 2009.
- XI – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário(a):

a) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

a) 1. Coordenadoria de Articulação Pedagógica do Ensino Fundamental:

- 1.1. Escola Básica Municipal Basileu José da Silva;
- 1.2. Escola Básica Municipal Deputado Joaquim Ramos;
- 1.3. Escola Básica Municipal José Vanderlei Mayer;
- 1.4. Escola Básica Municipal Pe. Dr. Itamar Luiz da Costa;
- 1.5. Escola Municipal Belarminda de Souza Pires;
- 1.6. Escola Municipal Etelvina de Souza Pereira;
- 1.7. Escola Municipal Herminia de Souza Marques;
- 1.8. Escola Municipal Terezinha Pinho de Souza;
- 1.9. Escola Municipal Ugero Pittigliani;

2. Coordenadoria de Educação Inclusiva do Ensino Fundamental;

3. Coordenadoria de Articulação Pedagógica da Educação Infantil:

- 3.1. Centro Municipal de Educação Infantil Alceu Rochadel;
- 3.2. Centro Municipal de Educação Infantil Altona;
- 3.3. Centro Municipal de Educação Infantil Cidália Soares Menezes;
- 3.4. Centro Municipal de Educação Infantil Clara Heitch Soares;
- 3.5. Centro Municipal de Educação Infantil Coração de Mãe;
- 3.6. Centro Municipal de Educação Infantil Domingos Frasson;

- 3.7. Centro Municipal de Educação Infantil Juci de Souza dos Santos;
- 3.8. Centro Municipal de Educação Infantil Laura Perfeito;
- 3.9. Centro Municipal de Educação Infantil Maria Lopes (Dona Pequena);
- 3.10. Centro Municipal de Educação Infantil Maria Virginia Soares;
- 3.11. Centro Municipal de Educação Infantil Marilene Polachini;
- 3.12. Centro Municipal de Educação Infantil Moacyr Orige;
- 3.13. Centro Municipal de Educação Infantil Menino Deus;
- 3.14. Centro Municipal de Educação Infantil Profª Doraci da Silva Spillere;
- 3.15. Centro Municipal de Educação Infantil Raios de Sol;
4. Coordenadoria de Acompanhamentos e Fiscalização da Proposta Curricular
5. Coordenadoria de Educação Inclusiva Infantil;
- 5.1. Supervisão de Atividades Complementares da Educação Infantil
6. Coordenadoria de Acompanhamento e Fiscalização do Plano Municipal de Educação;
7. Coordenadoria de Contratos Temporários da Educação;
8. Coordenadoria de Material Didático e Bibliotecas;
9. Coordenadoria de Educação Física;
10. Coordenadoria de Apoio Multiprofissional;
- 10.1. Supervisão de Gestão Democrática Escolar
11. Coordenadoria de Estatísticas e Censo Escolar.

c) Gerência de Gestão, Orçamento e Finanças;

1. Coordenadoria de Gestão de Pessoas
2. Coordenadoria de Orçamento e Finanças
- 2.1 Supervisão de Convênios e Licitações
3. Coordenadoria de Controle de Matrículas;
4. Coordenadoria do Passe Escolar
5. Gerência de Logística de Suprimentos e Serviços Gerais
- 5.1 Coordenadoria de Logística, Almoxarifado e Suprimentos
- 5.2 Supervisão de Segurança Patrimonial
6. Coordenadoria de Articulação da Educação
- 6.1. Supervisão de Projetos

d) Gerência de Mobilidade Escolar:

1. Supervisão de Transporte Escolar da Educação

e) Diretoria de Cultura:

1. Coordenadoria do Sistema Municipal de Bibliotecas, Livro, Leitura e Literatura - SMBLLL;
2. Coordenadoria de Articulação de Projetos da Educação, Cultura e Turismo.
- 2.1. Coordenação de Educação e Cultura
- 2.2. Supervisão de Articulação de Projetos da Educação

f) Diretor de Esportes

1. Unidade Gestora Organizacional Socioesportiva;
2. Diretor de Patrimônio e Infraestrutura Esportivas
3. Coordenadoria de Fomento e Incentivo ao Esporte

g) Unidade Gestora Organizacional de Aprendizagem Profissional, Tecnologia e Inovação.

III – órgãos colegiados:

- a) Conselho Municipal de Educação;
- b) Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação;
- c) Conselho Municipal de Alimentação Escolar;
- d) Conselho Municipal de Política Cultural;
- e) Conselho Municipal de Esporte
- f) Conselho Municipal do Idoso.

Art. 4º O titular da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria-Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores, assistentes e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III

DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

NOMINATA E REMUNERAÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Diretor(a)	Diretoria	3	Remuneração	1.900,00

II – Funções de Representação:**NOMINATA E VALOR DA FUNÇÃO DE REPRESENTAÇÃO – FR**

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Diretor(a)	Gratificação	950,00

III – Funções Gratificadas:**NOMINATA E VALOR DA FUNÇÃO GRATIFICADA – FG**

DENOMINAÇÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
		FORMA	VALOR (R\$)
Assessor(a) de Secretário(a)	1	Gratificação	2.200,00
Gestor(a) Organizacional	2	Gratificação	1.600,00
Gerente	3	Gratificação	800,00
Coordenador(a)	21	Gratificação	550,00
Supervisor(a)	7	Gratificação	250,00

NOMINATA E VALOR DA FUNÇÃO GRATIFICADA – FG

NOMENCLATURA		REMUNERAÇÃO	
		VALOR (R\$)	
Diretor(a) de Escola	Acima de 300 alunos	Gratificação	550,00
	Até 300 alunos	Gratificação	450,00
Diretor(a) de CEI		Gratificação	450,00
Secretário(a) de Escola	Acima de 300 alunos	Gratificação	420,00
	Até 300 alunos	Gratificação	350,00
Secretário(a) de CEI		Gratificação	350,00
Coordenador(a) Pedagógico(a)	Acima de 300 alunos	Gratificação	200,00
	Até 300 alunos	Gratificação	150,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, estão definidas na Lei Complementar nº 4.800/2017 e seus Anexos, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Art. 6º Revoga-se o Decreto PMI nº 165, de 27 de setembro de 2019, ressalvando-se, todavia, os atos de nomeação/designação para órgãos cujas denominações se conservarem neste ato, os quais ficam convalidados.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 13 de janeiro de 2020.

Rosenvaldo da Silva Júnior
Prefeito

Registre-se e Publique-se.
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini
Administrador

DECRETO PMI Nº 004, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2310596

DECRETO PMI Nº 004, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 39, da Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Saúde, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I**DA ESTRUTURA REGIMENTAL**

Art. 2º À Secretaria Municipal de Saúde compete desenvolver as atividades relacionadas com:

- I – elaborar o planejamento operacional e executar a política municipal de saúde, por meio da implementação do sistema municipal da saúde e do desenvolvimento de ações de prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde da população com a realização integrada de atividades assistenciais e preventivas;
- II – coordenar, controlar e fiscalizar o Sistema Único de Saúde – SUS no âmbito do Município;
- III – formular a política de saúde ambiental e ações de prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde individual e coletiva;
- IV – definir a política de regulação da Secretaria em relação ao Sistema Municipal de Saúde;
- V – elaborar boletins sobre informações da saúde;
- VI – as vigilâncias epidemiológicas, sanitárias, de orientação alimentar e de saúde do trabalhador;
- VII – realizar ações preventivas em geral, de vigilância e controle sanitário;
- VIII – a vigilância de saúde, especialmente quanto às drogas, medicamentos e alimentos;
- IX – estabelecer diretrizes para desenvolvimento do programa de controle de infecção nas áreas de abrangência da Secretaria;
- X – elaborar e realizar pesquisa científica e tecnológica na área de saúde;
- XI – elaborar, discutir, pactuar e recomendar as diretrizes básicas e as guias operacionais do atendimento integral às urgências no seu âmbito de responsabilidade, em consonância com as diretrizes estaduais e nacionais;
- XII – promover, coordenar e normatizar a organização e o desenvolvimento da política de média e alta complexidade, ambulatorial e hospitalar do SUS;
- XIII – promover campanhas de esclarecimento, visando a preservação da saúde da população;
- XIV – elaborar, discutir, pactuar e recomendar as diretrizes básicas e as guias operacionais do atendimento integral em saúde bucal no seu âmbito de responsabilidade, em consonância com as diretrizes estaduais e federais;
- XV – implantar e fiscalizar posturas municipais relativas a higiene e a saúde pública;
- XVI – promover, coordenar e normatizar a organização e o desenvolvimento da política de assistência farmacêutica em consonância com a Política Nacional de Medicamentos, observando os princípios do Plano Municipal de Saúde;
- XVII – articular com outros órgãos e secretarias municipais, estaduais e federais, entidades da iniciativa privada para o desenvolvimento de programas conjuntos;
- XVIII – elaborar, discutir, pactuar e recomendar as diretrizes básicas e as guias operacionais do atendimento integral em saúde mental no seu âmbito de responsabilidade, em consonância com as diretrizes estaduais e nacionais;
- XIX – estimular e apoiar o bom funcionamento do Conselho Municipal de Saúde, criando mecanismos para sua avaliação de forma permanente;
- XX – subsidiar os processos de elaboração, implantação e implementação de normas, instrumentos e métodos necessários ao fortalecimento do modelo de gestão do SUS;
- XXI – intermediar convênios, consórcios, acordos, ajustes, termos de cooperação técnica e/ou financeira ou instrumentos congêneres, com entidades privadas sem fins lucrativos e órgãos da administração direta e indireta da União, Estados e outros Municípios;
- XXII – desenvolver ações integradas com outras Secretarias Municipais;
- XXIII – exercer o controle orçamentário no âmbito da Secretaria;
- XXIV – executar atividades administrativas no âmbito da Secretaria;
- XXV – efetuar o planejamento das atividades anuais e plurianuais, no âmbito da Secretaria;
- XXVI – zelar pelo patrimônio alocado na unidade, comunicando o órgão responsável sobre eventuais alterações;
- XXVII – decidir sobre processos administrativos e solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência, na forma dos artigos 48 e 49 da Lei nº 3.442, de 22 de janeiro de 2009;
- XXVIII – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

CAPÍTULO II**DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Saúde, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário(a):

a) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

a) Unidade Gestora Organizacional de Saúde Pública

1. Diretoria Financeira

1.1. Tesouraria

2. Diretoria de Recursos Humanos

3. Diretoria de Suprimentos da Saúde

3.1. Departamento de Controle de Suprimentos

3.2. Departamento de Almoxarifado

4. Diretoria de Atenção Básica

4.1. Gerência de Programas – NASF/ ESF

4.1.1. Supervisão de Autorização de Internação Hospitalar

4.2. Diretoria de Logística

- 4.3. Gerência do Centro de Referência de Saúde da Mulher
- 4.4. Gerência da Policlínica
 - 4.4.1. Gerência do Laboratório de Análises Clínicas
 - 4.4.1.1. Coordenadoria do Laboratório de Análises Clínicas
 - 4.4.2. Coordenadoria Técnica do Laboratório de Análises Clínicas
- 4.5. Unidade Gestora Institucional do Programa PMAQ
5. Gerência do Centro de Especialidades Odontológicas
6. Gerência de Vigilância em Saúde e Assistência Farmacêutica
 - 6.1. Gerência de Imunização
 - 6.1.1. Coordenadoria de Vigilância Epidemiológica
7. Sistema Municipal de Auditoria do SUS
8. Coordenadoria de Farmácia Pública
9. Coordenadoria do Centro de Atenção Psicossocial
10. Diretoria de Tratamento Fora de Domicílio - TFD
 - 10.1. Coordenadoria de Tratamento Fora Domicílio
 - 10.2. Coordenadoria de Controle e Agendamento de Transportes
11. Coordenadoria Executiva de Autorização de Exames
12. Coordenadoria do SISREG Municipal
13. Unidade Gestora Organizacional de Transporte de Urgência.

III – órgão colegiado:

- a) Conselho Municipal da Saúde
- b) Conselho Municipal Antidrogas.

Art. 4º O titular da Secretaria Municipal de Saúde deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria-Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Saúde para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores, assistentes e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III

DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal de Saúde ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

NOMINATA E REMUNERAÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Diretor(a) Financeiro da SEMUSA	Diretoria	1	Remuneração	1.900,00
Diretor(a)	Diretoria	6	Remuneração	1.900,00
Assessor(a) Especial	Assessoria	2	Remuneração	1.900,00
Coordenador(a) Executivo(a)	Coordenação Executiva	1	Remuneração	1.600,00
Assessor(a) Técnico	Assessoria	1	Remuneração	1.600,00
Gestor(a) Institucional	Programa – PMAQ	1	Remuneração	1.800,00
Chefe de Departamento	Departamento	2	Remuneração	1.300,00
Assistente de Diretor	Assessoria	4	Remuneração	1.200,00
Assistente de Chefe de Departamento	Assessoria	1	Remuneração	1.000,00

II – Funções de Representação:

NOMINATA E VALOR DA FUNÇÃO DE REPRESENTAÇÃO – FR

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Diretor(a) Financeiro(a) da SEMUSA	Gratificação	950,00
Diretor(a)	Gratificação	950,00
Coordenador(a) Executivo(a)	Gratificação	800,00
Assessor(a) Especial	Gratificação	950,00
Assessor(a) Técnico	Gratificação	800,00
Gestor(a) Institucional	Gratificação	800,00
Chefe de Departamento	Gratificação	650,00
Assistente de Diretor	Gratificação	600,00
Assistente de Chefe de Departamento	Gratificação	500,00

III – Funções Gratificadas:

NOMINATA E VALOR DA FUNÇÃO GRATIFICADA – FG

DENOMINAÇÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
		FORMA	VALOR (R\$)
Gestor(a) Organizacional	2	Gratificação	1.600,00
Tesoureiro(a)	1	Gratificação	800,00
Gerente	7	Gratificação	800,00
Coordenador(a)	8	Gratificação	550,00
Supervisor(a)	1	Gratificação	250,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, estão definidas na Lei Complementar nº 4.800/2017 e seus Anexos, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 6º Revoga-se o Decreto PMI nº Decreto PMI nº 217, de 09 de dezembro de 2019, ressalvando-se, todavia, os atos de nomeação/de-signação para órgãos cujas denominações se conservarem neste ato, os quais ficam convalidados.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 13 de janeiro de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito

Registre-se e Publique-se.
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini
Administrador

DECRETO PMI Nº 005, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2310598

DECRETO PMI Nº 005, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal da Fazenda – SEFAZ e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 39, da Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal da Fazenda – SEFAZ, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal da Fazenda, compete:

- I – desenvolver o planejamento operacional e a execução da política financeira, tributária e econômica do Município;
- II – assessorar as secretarias municipais em assuntos financeiros;
- III – desenvolver estudos e coordenar o planejamento e a elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, bem como orientar, coordenar, acompanhar e controlar a execução do orçamento de acordo com as disposições legais, respeitando os princípios e limites estabelecidos na Lei Federal nº 8.666/1993, na Lei Federal nº 4.320/1964 e na Lei Complementar Federal nº 101/2000;
- IV – realizar o planejamento econômico e a proposta orçamentária;
- V – definir e executar as diretrizes das políticas orçamentárias, econômicas, tributárias e financeiras do município, atendendo a legislação em vigor e otimizando os recursos públicos;
- VI – acompanhar os sistemas orçamentário, financeiro, patrimonial e a dívida pública, proporcionando a contabilização e a liquidação da despesa pública;
- VII – realizar as prestações de contas do Município;
- VIII – elaborar demonstrativos e relatórios do comportamento das despesas orçamentárias;
- IX – programar o desembolso financeiro, o empenho, a liquidação e o pagamento das despesas;
- X – elaborar balancetes, demonstrativos e balanços, bem como, disponibilizar as informações estabelecidas na Lei Complementar Federal nº 101/2000 e demais legislações vigentes;
- XI – supervisionar os investimentos públicos e controlar a capacidade de endividamento do Município;
- XII – inscrever e cadastrar os contribuintes, bem como prestar orientação aos mesmos;
- XIII – realizar o lançamento, a arrecadação e fiscalização dos tributos devidos ao Município;
- XIV – realizar a inserção e baixa em dívida ativa dos contribuintes;
- XV – implementar campanhas visando à arrecadação;
- XVI – executar o registro e controles contábeis da administração financeira e patrimonial e o registro da execução orçamentária;

XVII – fiscalizar e autuar as infrações cometidas contra a legislação vigente relacionada à sua área de competência;
 XVIII – orientar as unidades administrativas sobre os possíveis remanejamentos e abertura de crédito adicional ao orçamento, bem como, sobre as necessidades de correção de eventuais desvios na execução do orçamento e nas diretrizes propostas;
 XIX – efetuar o remanejamento orçamentário e abertura de crédito adicional ao orçamento quando solicitado pelas unidades administrativas, de acordo com as disposições legais;
 XX – gerir e cumprir a legislação tributária e financeira do Município;
 XXI – manter, revisar e atualizar o cadastro econômico do Município;
 XXII – controlar e acompanhar a execução de convênios, acordos, ajustes, termos de cooperação técnica e/ou financeira ou instrumentos congêneres, com entidades privadas sem fins lucrativos e órgãos da administração direta e indireta da União, Estados e outros Municípios;
 XXIII – manter, revisar e atualizar os valores da Planta de Valores Genéricos;
 XXIV – executar em conjunto com a SEDAP a emissão e o cadastro da nota do produtor rural;
 XXV – desenvolver ações integradas com outras Secretarias Municipais;
 XXVI – exercer o controle orçamentário no âmbito da Secretaria;
 XXVII – executar atividades administrativas no âmbito da Secretaria;
 XXVIII – efetuar o planejamento das atividades anuais e plurianuais no âmbito da secretaria;
 XXIX – zelar pelo patrimônio alocado na unidade, comunicando o órgão responsável sobre eventuais alterações;
 XXX – orientar e coordenar o levantamento de informações, inclusive no que se refere à aplicação do orçamento municipal;
 XXXI – constituir projetos estratégicos para o Município e buscar os meios gerenciais e financeiros para viabilizá-los, junto aos governos federal e estadual, assim como, demais organismos de fomento e apoio;
 XXXII – decidir sobre processos administrativos e solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência, na forma dos artigos 48 e 49 da Lei nº 3.442, de 22 de janeiro de 2009;
 XXXIII – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal da Fazenda, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata a(o) Secretário(a):

a) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

1. Diretoria-Executiva Financeira

1.1. Departamento Administrativo-Financeiro

1.2. Departamento de Contabilidade Pública

1.3. Tesoureira-Geral

1.4. Coordenadoria de Organização e Manutenção do Arquivo Geral.

2. Departamento de Convênios

3. Unidade Gestora Organizacional Fazendária

3.1. Coordenadoria de Econômico Fiscal

3.2. Coordenadoria de Lançamento

3.3. Departamento de Arrecadação

4. Diretoria de Dívida Ativa

4.1. Gerente de Dívida Ativa

5. Coordenadoria de Fiscalização Tributária

6. Coordenadoria de Protestos

7. Gerência Administrativa de Processos Contábeis e Fiscais

III – órgão colegiado:

a) Conselho Municipal de Contribuintes.

Art. 4º O titular da Secretaria Municipal da Fazenda deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria-Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal da Fazenda para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores, assistentes e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III

DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal da Fazenda ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

NOMINATA E REMUNERAÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Diretor(a)-Executivo(a) Financeiro	Diretoria	1	Remuneração	3.700,00

Diretor(a)	Diretoria	1	Remuneração	1.900,00
Assessor(a) Técnico	Assessoria	1	Remuneração	1.600,00
Chefe de Departamento	Departamento	4	Remuneração	1.300,00
Assistente de Diretor	Assessoria	3	Remuneração	1.200,00
Assistente de Chefe de Departamento	Assessoria	2	Remuneração	1.000,00

II – Funções de Representação:

NOMINATA E VALOR DA FUNÇÃO DE REPRESENTAÇÃO – FR

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Diretor(a)-Executivo(a) Financeiro(a)	Gratificação	1.650,00
Diretor(a)	Gratificação	950,00
Chefe de Departamento	Gratificação	650,00
Assistente de Diretor	Gratificação	600,00
Assistente de Chefe de Departamento	Gratificação	500,00

III – Funções Gratificadas:

NOMINATA E VALOR DA FUNÇÃO GRATIFICADA – FG

DENOMINAÇÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
		FORMA	VALOR (R\$)
Assessor(a) de Secretário(a)	1	Gratificação	2.200,00
Gestor(a) Organizacional	1	Gratificação	1.600,00
Tesoureiro(a)-Geral	1	Gratificação	1.200,00
Gerência	2	Gratificação	800,00
Coordenador(a)	5	Gratificação	550,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, estão definidas na Lei Complementar nº 4.800/2017 e seus Anexos, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno da Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 6º Revoga-se o Decreto PMI Nº 121, de 09 de agosto de 2019, ressaltando-se, todavia, os atos de nomeação/designação para órgãos cujas denominações se conservarem neste ato, os quais ficam convalidados.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 13 de janeiro de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini
Administrador

DECRETO PMI Nº 007, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2310600

DECRETO PMI Nº 007, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Administração – SEAD e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 39, da Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Administração – SEAD, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I
DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal de Administração compete desenvolver as atividades relacionadas com:

I – o planejamento operacional e a execução da política administrativa no que compreende prover os órgãos da administração direta de suporte administrativo nas áreas de recursos humanos, serviços gerais, organização e métodos, informática, tecnologia da informação, manutenção e suprimentos para o desenvolvimento das atividades;

II – manter as atividades da Secretaria objetivando o apoio e a orientação às demais áreas;

III – realizar ações de inspeção e orientações nos locais de trabalho sobre medidas preventivas e uso de equipamentos de proteção individual visando à prevenção de acidentes de trabalho;

IV – implantar a medicina preventiva com vistas à prevenção de doenças ocupacionais;

V – realizar concurso público, processo seletivo público e processo seletivo simplificado de acordo com as necessidades administrativas e condições legais;

VI – operacionalizar as atividades relativas à folha de pagamento, registro e cadastro dos servidores;

VII – proporcionar condições de desenvolvimento do corpo funcional com vistas à melhoria da qualidade do serviço público;

VIII – planejar e executar programas de treinamento, evolução funcional, produtividade e gerenciamento do quadro de vagas;

IX – gerir os planos de cargos, carreiras e salários dos servidores;

X – administrar e controlar o patrimônio mobiliário e imobiliário pertencentes ao Município;

XI – administrar e controlar os processos de compras, em conformidade com a legislação vigente;

XII – manter os serviços de recepção e informações ao público em geral no Paço Municipal;

XIII – administrar os serviços de telefonia, monitorando as ligações telefônicas, visando o aperfeiçoamento do serviço e a redução de custos;

XIV – efetuar estudos e análises técnicas para redesenhos de processos, com normatização de procedimentos e elaboração dos regimentos internos dos órgãos municipais, em colaboração com os mesmos;

XV – desenvolver estudos e análises técnicas voltadas à racionalização e celeridade das atividades, visando obter eficiência e eficácia na prestação dos serviços públicos;

XVI – efetuar o desenvolvimento e a manutenção de sistemas de informação;

XVII – licenciar e manter contratos de softwares e de sistemas de informação no âmbito da administração municipal;

XVIII – manter os equipamentos de informática e solicitar a aquisição de suprimentos no âmbito da administração municipal;

XIX – coordenar as atividades da Defesa Civil;

XX – apoiar a Polícia Militar e a Polícia Civil nas ações de segurança, desenvolvidas no Município;

XXI – decidir sobre processos administrativos e solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência, na forma dos artigos 48 e 49 da Lei nº 3.442, de 22 de janeiro de 2009.

XXII – avaliar as contas de energia das unidades consumidoras municipais, cadastrar as unidades e encaminhar faturas para pagamento, a partir do controle realizado pela SEINFRA;

XXIII – avaliar as faturas de água e esgoto das unidades consumidoras municipais, a partir do controle do órgão de saneamento;

XXIV – gerenciar e manter os serviços de zeladoria, de reprografia, de protocolo, de vigilância, bem como a guarda e conservação de processos e documentos encaminhados ao Arquivo Público Municipal;

XXV – gerir os serviços de segurança patrimonial da municipalidade, em cooperação com os demais órgãos municipais;

XXVI – realizar a manutenção preventiva e de conservação das instalações do Paço Municipal Prefeito Nelson Souza, bem como adequar às instalações de acordo com as normas de acessibilidade, segurança e de medicina do trabalho;

XXVII – dar suporte à Junta de Serviço Militar;

XXVIII – desenvolver ações integradas com outros órgãos municipais;

XXIX – exercer o controle orçamentário no âmbito da Secretaria;

XXX – executar atividades administrativas no âmbito da Secretaria;

XXXI – efetuar o planejamento das atividades anuais e plurianuais, no âmbito da Secretaria;

XXXII – zelar pelo patrimônio alocado na unidade, comunicando o órgão responsável sobre eventuais alterações;

XXXIII – integração do Plano de Governo aos Planos, Projetos, Ações da Administração Municipal e demais instrumentos de planejamento estratégico do governo;

XXXIV – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Administração, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário(a):

a) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

1. Gerência de Pessoal

1.1. Coordenação de Gestão e Controle de Folha de Pagamento

1.2. Departamento de Controle de Estágio

1.3. Coordenadoria de Segurança e Saúde Ocupacional

1.4. Gerência de Atos de Pessoal

2. Departamento de Apoio Administrativo ao Gabinete

2.1 . Coordenadoria do Sistema de Telefonia

3. Departamento de Apoio Administrativo.

3.1. Gerência de Defesa Civil

3.2. Coordenadoria Executiva do Sistema de Protocolo-Central

3.3. Supervisão de Segurança Patrimonial do Paço Municipal

3.4. Supervisão de Vigilância do Paço Municipal

3.5. Supervisão de Limpeza do Paço Municipal

4. Diretoria de Licitação e Atos Contratuais

- 4.1. Unidade Gestora Organizacional de Análise Procedimental
- 4.2. Departamento de Editais e Publicações
5. Gerência de Patrimônio e Arquivo Público Municipal
- 5.1. Coordenadoria de Controle e Fiscalização de Frota
- 5.2. Coordenadoria de Manutenção Predial
- 5.3. Coordenadoria de Organização e Manutenção do Arquivo Público Municipal
6. Diretoria de Suprimentos
- 6.1. Coordenação de Organização e Serviços de Almoxarifado
- 6.2. Departamento de Expedição de Materiais
- 6.3. Departamento de Cotações
- 6.4. Gerência de Controle de Materiais
7. Departamento de Tecnologia da Informação
- 7.1. Gerência de Tecnologia da Informação

III – órgãos colegiados:

- a) Conselho Municipal de Segurança Pública de Imbituba;
- b) Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal;
- c) Comissão de Avaliação Especial de Desempenho; e
- d) Comissão de Avaliação Periódica de Desempenho.
- e) Conselho Diretor do FUNREBOM;
- f) Coordenadoria Municipal de Defesa Civil.

Art. 4º O(a) titular da Secretaria Municipal de Administração deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria-Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Administração para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores, assistentes e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III

DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal de Administração ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Assessor(a) de Secretário(a)	Assessoria	1	Remuneração	2.200,00
Diretor(a)	Diretoria	2	Remuneração	1.900,00
Coordenador(a) Executivo(a)	Coordenação Executiva	1	Remuneração	1.600,00
Assessor(a) Técnico	Assessoria	1	Remuneração	1.600,00
Chefe de Departamento	Departamento	7	Remuneração	1.300,00
Assistente de Diretor	Assessoria	4	Remuneração	1.200,00
Assistente de Chefe de Departamento	Assessoria	6	Remuneração	1.000,00

II – Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Assessor(a) de Secretário(a)	Gratificação	1.100,00
Diretor(a)	Gratificação	950,00
Coordenador(a) Executivo(a)	Gratificação	800,00
Assessor(a) Técnico	Gratificação	800,00
Chefe de Departamento	Gratificação	650,00
Assistente de Diretor	Gratificação	600,00
Assistente de Chefe de Departamento	Gratificação	500,00

III – Funções Gratificadas:

DENOMINAÇÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
		FORMA	VALOR (R\$)
Gestor(a) Organizacional	1	Gratificação	1.600,00
Gerente	7	Gratificação	800,00
Coordenador(a)	7	Gratificação	550,00
Supervisor (a)	4	Gratificação	250,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, estão definidas na Lei Complementar nº 4.800/2017 e seus anexos, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno da Secretaria Municipal

da Administração.

Art. 6º Revoga-se o Decreto PMI nº 215, de 09 de dezembro de 2019, ressalvando-se, todavia, os atos de nomeação/designação para órgãos cujas denominações se conservarem neste ato, os quais ficam convalidados.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 13 de janeiro de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito

Registre-se e Publique-se.
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini
Administrador

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 01/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2020 (DEMUTRAN-POLÍCIA CIVIL)

Publicação Nº 2310427

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
DEMUTRAN – POLÍCIA CIVIL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2020
PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 01/2020
LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP/MEI (LC – 147/2014)

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial e através da Delegacia de Polícia Civil da Comarca de Imbituba/SC, comunica, que realizará às 14:00 horas, do dia 24 de JANEIRO de 2020, licitação na modalidade de Pregão Presencial, pelo Sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço por ITEM, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, atualizada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, pelo Decreto 8.538/2015 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA O EXPEDIENTE, PARA A DELEGACIA DE POLÍCIA DE IMBITUBA/SC".

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na diretoria de licitações, situada à Rua Ernani Cotrim, 601, centro, das 13:00 às 19:00 horas, de segunda à sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link portal da transparência.

Imbituba, 14 de janeiro de 2020.

Juliano Baesso
Delegado de Polícia.

PORTARIA PMI/SEAD Nº 31/2020

Publicação Nº 2310132

PORTARIA PMI/SEAD Nº 31, de 13 de janeiro de 2020.

Dispõe sobre a alteração a pedido, do período de fruição de licença-prêmio, concedido através da Portaria PMI/SEAD nº 976, de 09 de outubro de 2019, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei Complementar nº 1.984, de 16 de dezembro de 1999, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando ainda o disposto no Protocolo nº 13.791/2019 e na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a pedido, o período de fruição de licença-prêmio, concedido através da Portaria PMI/SEAD nº 976, de 09 de outubro de 2019, da servidora, Sra. CLEIR PACHECO DE SOUZA MARCELINO, Professora, inscrita no CPF sob o n.º 854.589.299-34, admitida em 20 de maio de 1992, contrato nº 98, referente ao quinquênio devido, e nova fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2002 a 2007	03.08.2020 a 01.10.2020

Art. 2º Foi concedido a conversão de 1/3 em abono pecuniário, no mês de outubro de 2019, conforme Portaria PMI/SEAD nº 976, de 09 de outubro de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 13 de janeiro de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior Bruno Pacheco da Costa
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 32/2020

Publicação Nº 2310177

PORTARIA PMI/SEAD Nº 32, de 13 de janeiro de 2020.

Dispõe sobre a alteração a pedido, do período de fruição de licença-prêmio, concedido através da PORTARIA PMI/SEAD nº 929, de 26 de setembro de 2019, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando ainda o disposto no Protocolo nº 11.734/2019 e na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a pedido, o período de fruição de licença-prêmio, concedido através da PORTARIA PMI/SEAD nº 929, de 26 de setembro de 2019, da servidora, Sra. VIVIANE ALVES PACHECO, Servente Merendeira, inscrita no CPF sob o n.º 059.902.939-09, admitida em 27 de agosto de 2014, contrato nº 7883, referente ao quinquênio devido, e nova fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2014 a 2019	02.10.2019 a 30.11.2019 03.02.2020 a 03.03.2020 (nova fruição)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 13 de janeiro de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior Bruno Pacheco da Costa
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 33/2020

Publicação Nº 2310605

PORTARIA PMI/SEAD Nº 33, de 13 de janeiro de 2020.

Dispõe sobre a Exoneração de servidores de carreira do magistério, de funções gratificadas do órgão superior correspondente, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, considerando o Memorando nº 482/2020, ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, em 13 de janeiro de 2020, os (as) servidores (as) de carreira do magistério abaixo descritos (as), das respectivas funções gratificadas, do órgão superior correspondente.

SECRETÁRIO(A) DE ESCOLA - SEDUCE				
Unidades Escolares	Cargo/Função	Nome	CPF	Exoneração
Escola Pe. Itamar Luiz da Costa	Secretária	Scheila Regina Marques Pires Alves	037.053.809-90	13/01/2020

COORDENADOR(A) - SEDUCE			
Cargo	Nome	CPF	Exoneração
Coordenadora de Articulação de Projetos da Educação, Cultura e Esporte	Andreza Correa Pacheco	028.159.699-98	13/01/2020

COORDENADORES(AS) PEDAGÓGICOS(AS) - SEDUCE				
Cargo/Função	Órgão Superior	Nome	CPF	Exoneração
Coordenadora Pedagógica da Escola Terezinha Pinho de Souza	SEDUCE	Marluci Gonçalves	059.465.389-42	13/01/2020
Coordenadora Pedagógica da Escola Pe. Itamar Luiz da Costa	SEDUCE	Eliziane Hipólito da Rosa	784.793.719-00	13/01/2020

SUPERVISORES(AS) - SEDUCE			
Cargo/Função	Nome	CPF	Exoneração
Supervisora de Convênios e Licitações	Ingrid Gerlach	007.854.459-94	13/01/2020
Supervisora de Patrimônio, Logística de Serviços e Manutenções	Solange Ávila	725.624.209-34	13/01/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 13 de janeiro de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior Bruno Pacheco da Costa
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 34/2020

Publicação Nº 2310606

PORTARIA PMI/SEAD Nº 34, de 13 de janeiro de 2020.

Dispõe sobre a Nomeação de servidores de carreira do magistério, em funções gratificadas junto ao órgão superior correspondente, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, considerando o Memorando nº 482/2020, ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 14 de janeiro de 2020, os (as) servidores (as) de carreira do magistério abaixo descritos (as), nas respectivas funções gratificadas junto ao órgão superior correspondente.

SECRETÁRIO(A) DE ESCOLA - SEDUCE				
Unidades Escolares	Cargo/Função	Nome	CPF	Nomeação
Escola Pe. Itamar Luiz da Costa	Secretária	Eliziane Hipólito da Rosa	784.793.719-00	14/01/2020

COORDENADOR(A) - SEDUCE			
Cargo	Nome	CPF	Nomeação
Coordenadora de Articulação de Projetos da Educação, Cultura e Esporte	Ingrid Gerlach	007.854.459-94	14/01/2020
Coordenadora de Educação e Cultura	Rozani da Silva Tomé da Costa	725.624.719-20	14/01/2020

COORDENADORES(AS) PEDAGÓGICOS(AS) - SEDUCE				
Cargo/Função	Órgão Superior	Nome	CPF	Nomeação
Coordenadora Pedagógica da Escola Pe. Itamar Luiz da Costa	SEDUCE	Fernanda Olívia Drumond	915.751.840-87	14/01/2020

SUPERVISORES(AS) - SEDUCE			
---------------------------	--	--	--

Cargo/Função	Nome	CPF	Nomeação
Supervisor de Segurança Patrimonial da Educação	Rudinei de Campos Tim	749.719.059-87	14/01/2020
Supervisora de Convênios e Licitações	Solange Ávila	725.624.209-34	14/01/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 13 de janeiro de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior Bruno Pacheco da Costa
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 35/2020

Publicação Nº 2310608

PORTARIA PMI/SEAD Nº 35, de 13 de janeiro de 2020.

Dispõe sobre a nomeação de servidores de carreira, em funções gratificadas de Gerente(s), Coordenador(es) e Supervisor(es) dos órgãos superiores correspondentes, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, considerando o Memorando nº 526/2020, ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, os servidores de carreira abaixo descritos, nas funções gratificadas de Gerente(s), Coordenador(es) e Supervisor(es), junto aos respectivos órgãos superiores, conforme quadro abaixo:

GERENTE(S) – LC nº 4.800/2017				
Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Nomeação
GERENTE ADMINISTRATIVO DE PROCESSOS CONTÁBEIS E FISCAIS	SEFAZ	DANILO DOS SANTOS	009.610.509-77	14/01/2020

COORDENADOR(ES) – LC nº 4.800/2017				
Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Nomeação
COORDENAÇÃO DE GESTÃO E CONTROLE DE FOLHA DE PAGAMENTO	SEAD	FLAVIO SANCEVERINO	042.292.119-02	14/01/2020
COORDENAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO E SERVIÇOS DE ALMOXARIFADO	SEAD	EDUARDA DA SILVA CARVALHO	060.158.779-01	14/01/2020
COORDENAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO E SERVIÇOS DAS AGENCIAS DE CORREIO	SEINFRA	SANDRA MARIA DOS SANTOS	496.820.759-04	14/01/2020
COORDENAÇÃO DE CONTROLE E AGENDAMENTOS DE TRANSPORTES	SEMUSA	LINDOMAR PIRES DO NASCIMENTO	344.933.449-20	14/01/2020
COORDENAÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL	SEMUSA	MARIA DE LURDES BARCELOS	050.732.379-35	14/01/2020
COORDENAÇÃO DO SISREG MUNICIPAL	SEMUSA	INAJARA FERREIRA DE ALMEIDA	031.761.159-38	14/01/2020

SUPERVISOR(ES) – LC nº 4.800/2017				
Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Nomeação
SUPERVISÃO DE SEGURANÇA PATRIMONIAL DO PAÇO MUNICIPAL	SEAD	GUILHERME CASSAFUZ ANTUNES	846.780.030-53	14/01/2020
SUPERVISÃO DE VIGILÂNCIA DO PAÇO MUNICIPAL	SEAD	PAULO ROBERTO MORAES FILHO	059.320.569-32	14/01/2020

SUPERVISÃO DE ORGANIZAÇÃO E SERVIÇOS DE COPA DO PAÇO MUNICIPAL	SEAD	JANAINA LIVRAMENTO	730.115.509-30	14/01/2020
SUPERVISÃO DE LIMPEZA DO PAÇO MUNICIPAL	SEAD	AUREA BEATRIS FERNANDES	011.837.810-40	14/01/2020
SUPERVISÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E ORGANIZAÇÃO DA AGÊNCIA DE CORREIO DO MIRIM	SEINFRA	ROSANA CRESCENCIO DE SOUZA LAURENTINO	003.753.139-58	14/01/2020
SUPERVISÃO ADMINISTRATIVA DA AGÊNCIA DE CORREIO DE IBIRAQUERA	SEINFRA	JANKIEL SOIREFMAN	491.613.770-15	14/01/2020
SUPERVISÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E ORGANIZAÇÃO DA AGÊNCIA DE CORREIO DO ALTO ARROIO	SEINFRA	DANIELA DAVID CARDOSO	989.041.590-91	14/01/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 13 de janeiro de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior Bruno Pacheco da Costa
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD/DDP Nº 01/2020

Publicação Nº 2310137

PORTARIA PMI/SEAD/DDP Nº 01, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

Dispõe sobre a autorização temporária de uso de área pública e da outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 22 e o art. 26 § 5º, da Lei Orgânica do Município e,
Considerando a PORTARIA PMI/SEAD nº 1043, de 01 de novembro de 2019, a competência estabelecida pelo Art. 2º, II, do Decreto PMI nº 137 de 29 de julho de 2016;
Considerando as informações no Protocolo nº: 17.083/2019,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a utilização temporária de bem público municipal GINÁSIO DE ESPORTES OLIVAR FRANCISCO, referente à área pública, situada na Av. Brasil, Centro, Imbituba/SC, a Sra. JÚLIA MARIA GUEDES KOCH (Pink Mix Organização de Eventos), com inscrição no CNPJ sob o nº 20.472.220/0001-25, situada na Rua Nereu Ramos, nº 719, Sala nº 119, Centro, Imbituba-SC, para a realização do Evento "Feira Pink Mix", durante os dias 08 e 09/02/2020.

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatária usar o bem de que trata Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatária deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada para o período definido neste ato, a contar da edição/publicação deste ato, a título precário e de caráter intransferível.

Parágrafo único: A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatária.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatária devesse restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatária a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Autorização de Uso de Bem Público pelo autorizatário e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Imbituba, 13 de janeiro de 2020.

BRUNO PACHECO DA COSTA
Secretário Municipal de Administração

Registra-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

PPE - PMI/SEAD Nº 07/2020

Publicação Nº 2310645

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO
PPE - PMI/SEAD Nº 07/2020

O Secretário Municipal de Administração, Sr. BRUNO PACHECO DA COSTA, em conformidade com o disposto na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88, e no uso da competência que lhe foi delegada pela Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA nesta data, a servidora nomeada pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 13, de 06 de janeiro de 2020, para exercer o cargo de FISCAL DE OBRAS E POSTURAS, habilitado (a) pelo Processo Seletivo Simplificado n. 22/2019.

Art. 1º A servidora abaixo descrita, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Cargo	CPF
GEIZE PIRES	FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	008.129.229-56

Art. 2º Em conformidade com o disposto no Edital em que prestou o certame público, bem como, com a legislação municipal em vigor, a servidora entra em exercício em 09/01/2020.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 09 de janeiro de 2020.

Bruno Pacheco da Costa
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

Indaial

PREFEITURA

PORTARIA Nº 2358/19

Publicação Nº 2310124

PORTARIA Nº 2358/19

De 17 de dezembro de 2019

Normatiza Escala de Plantão e Sobreaviso Secretaria de Saúde – Transportes

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com a Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações, considerando o disposto da lei 4.507 de 03 de novembro de 2011, alterada pela lei 4.872/13 e o Decreto 1.406/15 de 20 de maio de 2015, que regulamenta o regime de sobreaviso e o regime de plantão na Secretaria Municipal de Saúde e considerando Comunicação confeccionada pela Secretaria de Saúde, resolve:

Normatizar as escalas de serviços de sobreaviso e hora plantão no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde/Transportes, com efeitos ao período de 01 de janeiro de 2020 até 31 de janeiro de 2020 conforme tabela abaixo:

Nome	Cargo	Períodos
Jediael Nilton Polleza	Motorista	25 e 26 (24 horas/cada); 20,21,22,23 e 24 (das 18:00 h/s às 6:00 h/s cada).
Regis Meurer da Silva	Motorista	01,04 e 05 (24 horas/cada); 02,03,06,07,27,28,29,30 e 31 (das 18:00 h/s às 6:00 h/s cada).
Denilson Bonelli	Motorista	11 e 12 (24 horas/cada); 08,09,10,13 e 14 (das 18:00 h/s às 6:00 h/s cada).
Everaldo Lamim	Motorista	18 e 19 (24 horas/cada); 15,16 e 17 (das 18:00 h/s às 6:00 h/s cada).

Prefeitura Municipal de Indaial em 17 de dezembro de 2019.

SÍLVIO CESAR DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

ALEXANDRE MANOEL DALABRIDA
Secretário de Saúde

JOSILENE DARUGNA
Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 2361/19

Publicação Nº 2310116

PORTARIA Nº 2361/19

De 17 de dezembro de 2019

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família/

Marina Carvalho Henrique

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações, Lei complementar 105/10, artigos 80 e 88 § 7º, alterados pela Lei Complementar nº 223 de 17 de abril de 2019 e demais dispositivos legais em vigor, como também CONSIDERANDO o atestado médico anexo do Dr. João José Heinzen, CRM/SC 3393 de 27 de novembro de 2019. RESOLVE:

Homologar 02 (dois) dias de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, a servidora, Marina Carvalho Henrique, ocupante do cargo de Professora do quadro de pessoal desta Prefeitura, para acompanhamento de sua filha Kashmir Pfeiffer, do dia 27 de novembro de 2019 à 28 de novembro de 2019.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 17 de dezembro de 2019.

SÍLVIO CESAR DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

JAIRO GEBIEN
Secretário de Educação

JOSILENE DARUGNA
Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 2382/19

Publicação Nº 2310126

PORTARIA Nº 2382/19

De 19 de dezembro de 2019

Promoção por nova Titulação/Qualificação /

Célio Kremer

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações; Lei Complementar 105, em seus artigos 18 e 19 e demais dispositivos legais em vigor e de acordo com a Decisão nº 141/2019 de 16 de dezembro de 2019, confeccionada pela Comissão Permanente de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório e de Promoção do art. 19, instituída pelo Decreto nº 1523/2019 e alterações, RESOLVE:

Conceder 10% (dez por cento) ao vencimento base do servidor Célio Kremer, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do quadro de pessoal desta prefeitura, tendo em vista a segunda promoção por nova titulação/qualificação, de acordo com os artigos 18 e 19 da Lei Complementar 105/10, alterada pela lei complementar 132/12.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 19 de dezembro de 2019.

SÍLVIO CESAR DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

JOSILENE DARUGNA
Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 2383/19

Publicação Nº 2310127

PORTARIA Nº 2383/19

De 19 de dezembro de 2019

Promoção por nova Titulação/Qualificação /

Gislaine Niezer Ruthes

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações; Lei Complementar 105, em seus artigos 18 e 19 e demais dispositivos legais em vigor e de acordo com a Decisão nº 150/2019 de 18 de dezembro de 2019, confeccionada pela Comissão Permanente de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório e de Promoção do art. 19, instituída pelo Decreto nº 1523/2019 e alterações, RESOLVE:

Conceder 10% (dez por cento) ao vencimento base da servidora Gislaine Niezer Ruthes, ocupante do cargo de Enfermeira IV, do quadro de pessoal desta prefeitura, tendo em vista a segunda promoção por nova titulação/qualificação, de acordo com os artigos 18 e 19 da Lei Complementar 105/10, alterada pela lei complementar 132/12, surtindo efeitos a partir de janeiro de 2020.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 19 de dezembro de 2019.

SÍLVIO CESAR DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

JOSILENE DARUGNA
Diretora de Gestão de Pessoal

Iomerê

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO MAQUINAS AGRICOLAS

Publicação Nº 2309523

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 47/2019 - PR Processo Administrativo: 74/2019 Processo de Licitação: 76/2019 Data do Processo: 03/12/2019 Folha: 1/2
--	--

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 76/2019
b) Licitação Nr.: 47/2019-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 13/01/2020
e) Data da Adjudicação: 13/01/2020 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

LOTE: 1**FREITAS COMERCIAL AGRICOLA EIRELI (5620)**

1	GRADE ARADORA - ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL - Marca: Metaifreitas	UN	1,00	0,0000	19.790,00	19.790,00
					Total do Fornecedor:	19.790,00

LOTE: 2**PORTALMAQ IND. COM. IMP. E EXPORTAÇÃO DELTDA EPP (5120)**

2	PLANTADEIRA SEMEADEIRA - Marca: Imasa	UN	1,00	0,0000	58.890,00	58.890,00
					Total do Fornecedor:	58.890,00

LOTE: 3**ALGOR METALURGICA LTDA (5618)**

3	Distribuidor de esterco liquido para 4000 mil litros - conforme edital. - Marca: Algor	UN	1,00	0,0000	22.890,00	22.890,00
					Total do Fornecedor:	22.890,00
					Total Geral:	101.570,00

Iomerê, 13 de Janeiro de 2020.

LUCIANO PAGANINI

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE

CNPJ: 01.612.744/0001-20
Rua João Rech
C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 47/2019 - PR

Processo Administrativo: 74/2019
Processo de Licitação: 76/2019
Data do Processo: 03/12/2019

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.056.4.4.90.00.00.00.00.00 (73), 1.056.4.4.90.00.00.00.00.00 (75)

Iomerê, 13 de Janeiro de 2020.

LUCIANO PAGANINI

Ipira

PREFEITURA

CONTRATO 007/2020-PMI

Publicação Nº 2309794

13/01/2020 29/02/2020 13/01/2020 2654 007/2020 0 1 Prestação de serviços referente á locação de 12 (doze) SPQ- sanitários portáteis químicos, sendo 02 unidades para deficientes físicos, com a higienização no período do evento, fornecimento de produto desodorizante, pessoal de apoio devidamente uniformizado durante o evento, frete de remessa e retorno, sucção dos dejetos e despejo em local devidamente autorizado pela FATMA e fornecimento de papel higiênico, para o evento KERB na praça, a ser realizado no dia 26 de Janeiro de 2020. AUTORIZADO PELA 1400,00 8157 BANXAP - BANHEIROS MOVEIS LTDA -ME J 1 0 0 52 34 C 24 8 8 DL 0 0 0 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

Ipuacú

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 002/2020 DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IPUAÇU - SC

Publicação Nº 2310060

PORTARIA Nº 002/2020

DESIGNA OS MEMBROS QUE IRÃO COMPOR A COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES DE IPUAÇU - SC.

IVAIR LUIZ CUNICO JUNIOR, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Ipuacú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, visando a economia de recursos público e visando a igualdade de direito a todos, bem resolve:

Art. 1º. Fica nomeada a Comissão de Licitação para o ano de 2020 com os seguintes membros.

- Presidente: Maiquel Orlandi
- Membro: Douglas Serena Mottin
- Membro: Marciano Carlos Giroto
- Membro: Celso Correia Melo
- Membro: Elisandro Casal
- Membro: Iarai Fongre
- Membro: Ladair Colpo
- Membro: Leonir Tedesco
- Membro: Lucindo Mick
- Membro: Marizete Leopoldino Belino
- Membro: Wanderlei Ramilo

Art. 2º. Esta Portaria Legislativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Ipuacú – SC, em 07 de janeiro de 2020.

IVAIR LUIZ CUNICO JUNIOR

Presidente

Esta portaria foi registrada e publicada em data supra.

WANDERLEI RAMILO

1º Secretário

PORTARIA 003/2020 DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IPUAÇU - SC

Publicação Nº 2310061

PORTARIA Nº 003/2019, DE 08 DE JANEIRO DE 2020.

Nomeia Servidor Público de Cargo Comissionado de Assessor Legislativo.

IVAIR LUIZ CUNICO JUNIOR Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Ipuacú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e considerar de interesse público, resolvem:

RESOLVE:

Art. 1º. Fica o Sr. RUAN MARCOS PINHEIRO RAMILO, nomeado para o Cargo Comissionado de ASSESSOR LEGISLATIVO, integrante do quadro de funcionários da Câmara Municipal de Ipuacú - SC.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Ipuacú – SC, em 08 de Janeiro de 2020.

IVAIR LUIZ CUNICO JUNIOR

Presidente

Esta Portaria Legislativa foi registrada e publicada em data supra.

WANDERLEI RAMILO

1º Secretário

AN 1 DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO CATEGORIA ECONÔMICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IPUAÇU - SC

Publicação Nº 2310079

SANTA CATARINA

Betha Sistemas

CAMARA MUNICIPAL DE IPUACU

Exercício de 2019

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 1
Administração Direta

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Receitas		Despesas	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
		DESPESAS CORRENTES	951.465,20
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	728.383,18
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	223.082,02
DEFICIT	951.465,20		
TOTAL	951.465,20	TOTAL	951.465,20
		DEFICIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	951.465,20
		DESPESAS DE CAPITAL	9.835,00
		INVESTIMENTOS	9.835,00
DEFICIT	961.300,20		
TOTAL	961.300,20	TOTAL	961.300,20

Resumo

SUPRIMENTOS	0,00	DESPESAS CORRENTES	951.465,20
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	DESPESAS DE CAPITAL	9.835,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	1.061.473,69	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	100.173,49
	0,00		0,00
TOTAL	1.061.473,69	TOTAL	1.061.473,69

Ipuacu, 26/12/2019

Celso Correia Melo
Presidente

Marciano Carlos Giroto
Contador CRC SC 027272/O-4

AN 10 COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IPUAÇU - SC

Publicação Nº 2310074

SANTA CATARINA

Betha Sistemas

CAMARA MUNICIPAL DE IPUACU

Exercício de 2019

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10

Período: Janeiro à Dezembro

Administração Direta

Página 1

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
INTERFERÊNCIAS FINANCEIRAS ATIVAS	0,00	1.061.473,69	1.061.473,69	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	0,00	1.061.473,69	1.061.473,69	0,00
Totais:	0,00	1.061.473,69	1.061.473,69	0,00

Ipuacu, 26/12/2019

Celso Correia Melo
Presidente

Marciano Carlos Giroto
Contador CRC SC 027272/O-4

AN 11 COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IPUAÇU - SC

Publicação Nº 2310075

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro a Dezembro
Página 1

SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE IPUACU
Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : CAMARA MUNICIPAL DE IPUACU

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	1.061.473,69	0,00	1.061.473,69	961.300,20	100.173,49
01.01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	1.061.473,69	0,00	1.061.473,69	961.300,20	100.173,49
0101.01 Legislativa	1.061.473,69	0,00	1.061.473,69	961.300,20	100.173,49
0101.01.031 Ação Legislativa	1.061.473,69	0,00	1.061.473,69	961.300,20	100.173,49
01.01.01.031.0101 PROCESSO LEGISLATIVO	1.061.473,69	0,00	1.061.473,69	961.300,20	100.173,49
01.01.01.031.0101.2.018 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS	782.140,64	0,00	782.140,64	691.114,40	91.026,24
3.1.90.00.00.00.00.00.306900 Aplicações Diretas	465.777,40	0,00	465.777,40	458.197,38	7.580,02
3.1.90.11.00.00.00.00.306900 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				390.618,12	
3.1.90.11.01.00.00.00.306900 vencimentos e salários				390.618,12	
3.1.90.13.00.00.00.00.306900 Obrigações Patronais				67.579,26	
3.1.90.13.02.00.00.00.306900 Contribuições Previdenciárias - INSS				67.579,26	
3.3.50.00.00.00.00.00.306900 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu					
3.3.90.00.00.00.00.00.306900 Aplicações Diretas	1.058,58	0,00	1.058,58	223.082,02	1.058,58
3.3.90.14.00.00.00.00.306900 Diárias - Civil	299.086,54	0,00	299.086,54	49.972,00	76.004,52
3.3.90.14.14.00.00.00.306900 Diárias no País - Civil				49.972,00	
3.3.90.30.00.00.00.00.306900 Material de Consumo				27.214,48	
3.3.90.30.01.00.00.00.306900 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				3.720,01	
3.3.90.30.04.00.00.00.306900 Gás Engarrafado				150,00	
3.3.90.30.07.00.00.00.306900 Gêneros de Alimentação				6.246,87	
3.3.90.30.15.00.00.00.306900 Material para Festividades e Homenagens				1.170,00	
3.3.90.30.16.00.00.00.306900 Material de Expediente				2.592,20	
3.3.90.30.21.00.00.00.306900 Material de Copa e Cozinha				5.078,31	
3.3.90.30.22.00.00.00.306900 Material de Limpeza e Produção de Higieneização				1.995,49	
3.3.90.30.24.00.00.00.306900 Material para Manutenção de Bens Imóveis				595,00	
3.3.90.30.26.00.00.00.306900 Material Elétrico e Eletrônico				4.551,60	
3.3.90.30.39.00.00.00.306900 Material para Manutenção de Veículos				495,00	
3.3.90.30.44.00.00.00.306900 Material de Sinalização Visual e Afins				620,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.306900 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				125.955,09	
3.3.90.39.11.00.00.00.306900 Locação de Softwares				21.056,62	
3.3.90.39.15.00.00.00.306900 Limpeza de Veículos				320,00	
3.3.90.39.17.00.00.00.306900 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip				875,00	
3.3.90.39.19.00.00.00.306900 Manutenção e Conservação de Veículos				120,00	

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE IPUACU
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas
 Exercício de 2019
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 2

Entidade : CAMARA MUNICIPAL DE IPUACU

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	1.061.473,69	0,00	1.061.473,69	961.300,20	100.173,49
01.01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	1.061.473,69	0,00	1.061.473,69	961.300,20	100.173,49
0101.01 Legislativa	1.061.473,69	0,00	1.061.473,69	961.300,20	100.173,49
0101.01.031 Ação Legislativa	1.061.473,69	0,00	1.061.473,69	961.300,20	100.173,49
01.01.01.031.0101 PROCESSO LEGISLATIVO	1.061.473,69	0,00	1.061.473,69	961.300,20	100.173,49
01.01.01.031.0101.2.018 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS	782.140,64	0,00	782.140,64	691.114,40	91.026,24
3.3.90.39.25.00.00.00.306900 Serviços de Instalação de Máquinas, Equip e Afins				1.960,00	
3.3.90.39.43.00.00.00.306900 Serviços de Energia Elétrica				2.385,52	
3.3.90.39.44.00.00.00.306900 Serviços de Água e Esgoto				863,83	
3.3.90.39.48.00.00.00.306900 Serviços de Seleção e Treinamento				11.460,00	
3.3.90.39.69.00.00.00.306900 seguros em Geral				3.360,35	
3.3.90.39.78.00.00.00.306900 Limpeza e Conservação				1.968,00	
3.3.90.39.83.00.00.00.306900 Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos				275,00	
3.3.90.39.88.00.00.00.306900 Serviços de Publicidade e Propaganda				62.265,00	
3.3.90.39.90.00.00.00.306900 Serviços de Publicidade Legal				17.850,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.306900 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				1.175,77	
3.3.90.40.00.00.00.00.306900 Serv. de Tec. da Inf. e Comun.(TIC)-Pessoa Jur.				19.940,45	
3.3.90.40.01.00.00.00.306900 Locação de equipamentos e softwares				4.630,56	
3.3.90.40.03.00.00.00.306900 Hospedagem de sistemas				5.008,32	
3.3.90.40.04.00.00.00.306900 Comunicação de dados				5.400,00	
3.3.90.40.05.00.00.00.306900 Serviços de telefonia fixa e móvel				1.722,57	
3.3.90.40.09.00.00.00.306900 Manutenção e conservação de equipamentos de TIC				155,00	
3.3.90.40.99.00.00.00.306900 Outros serviços de tecn. da informação e comun.				3.024,00	
4.4.90.00.00.00.00.00.306900 Aplicacoes Diretas	16.218,12	0,00	16.218,12	9.835,00	6.383,12
4.4.90.52.00.00.00.00.306900 Equipamentos e Material Permanente				9.835,00	
4.4.90.52.06.00.00.00.306900 Aparelhos e Equipamentos de Comunicação				3.590,00	
4.4.90.52.33.00.00.00.306900 Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto				4.945,00	
4.4.90.52.34.00.00.00.306900 Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos				1.300,00	
01.01.01.031.0101.2.050 SUBSIDIO DOS VEREADORES	279.333,05	0,00	279.333,05	270.185,80	9.147,25
3.1.90.00.00.00.00.00.306900 Aplicacoes Diretas	279.333,05	0,00	279.333,05	270.185,80	9.147,25
3.1.90.11.00.00.00.00.306900 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				221.402,96	

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE IPUACU
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas
 Exercício de 2019
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 3

Entidade : CAMARA MUNICIPAL DE IPUACU

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários		
01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	1.061.473,69	0,00	961.300,20	100.173,49
01.01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	1.061.473,69	0,00	961.300,20	100.173,49
0101.01 Legislativa	1.061.473,69	0,00	961.300,20	100.173,49
0101.01.031 Ação Legislativa	1.061.473,69	0,00	961.300,20	100.173,49
01.01.01.031.0101 PROCESSO LEGISLATIVO	1.061.473,69	0,00	961.300,20	100.173,49
01.01.01.031.0101.2.050 SUBSIDIO DOS VEREADORES	279.333,05	0,00	270.185,80	9.147,25
3.1.90.11.01.00.00.00.306900 vencimentos e salários			221.402,96	
3.1.90.13.00.00.00.00.306900 Obrigações Patronais			48.782,84	
3.1.90.13.02.00.00.00.306900 Contribuições Previdenciárias - INSS			48.782,84	
Total por Entidade:	1.061.473,69	0,00	961.300,20	100.173,49
Total Geral:	1.061.473,69	0,00	961.300,20	100.173,49

Ipuacu, 26/12/2019

Celso Correia Melo
 Presidente

Marciano Carlos Giroto
 Contador CRC SC 027272/O-4

AN 7 RESUMO DAS FUNÇÕES POR PROJETO ATIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IPUAÇU - SC

Publicação Nº 2310070

SANTA CATARINA

CAMARA MUNICIPAL DE IPUAÇU

Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07 - Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
01	Legislativa			961.300,20	961.300,20
01.031	Ação Legislativa			961.300,20	961.300,20
01.031.0101	PROCESSO LEGISLATIVO			961.300,20	961.300,20
01.031.0101.2.018	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS			691.114,40	691.114,40
01.031.0101.2.050	SUBSIDIO DOS VEREADORES			270.185,80	270.185,80
Total:		0,00	0,00	961.300,20	961.300,20

Ipuacu, 26/12/2019

Celso Correia Melo

Presidente

Marciano Carlos Giroto

Contador CRC SC 027272/O-4

AN 8 DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IPUAÇU - SC

Publicação Nº 2310072

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

SANTA CATARINA**CAMARA MUNICIPAL DE IPUACU**

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas Conforme o Vínculo com os Recursos

Anexo 08 - Administração Direta

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
1	Legislativa	961.300,20		961.300,20
01.031	Ação Legislativa	961.300,20		961.300,20
01.031.0101	PROCESSO LEGISLATIVO	961.300,20		961.300,20
01.031.0101.2.018	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS	691.114,40		691.114,40
01.031.0101.2.050	SUBSIDIO DOS VEREADORES	270.185,80		270.185,80
Total:		961.300,20		961.300,20

Ipuacu, 26/12/2019

Celso Correia Melo
Presidente

Marciano Carlos Giroto
Contador CRC SC 027272/O-4

AN 9 DEMOSNTRATIVO DA DESPESAS POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IPUAÇU - SC

Publicação Nº 2310073

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Janeiro à Dezembro
Página 1

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE IPUACU
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - Anexo 9 - Administração Direta

ÓRGÃOS	LEGISLATIVA	JUDICIÁRIA	ESSENCIAL A JUSTIÇA	ADMINISTRAÇÃO	DEFESA NACIONAL	SEGURANÇA PÚBLICA
1 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	961.300,20					
Total :	961.300,20					

ÓRGÃOS	ENERGIA	TRANSPORTES	DESPORTO E LAZER	ENCARGOS ESPECIAIS	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
1 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES						961.300,20
Total :						961.300,20

Ipuacu, 26/12/2019

Celso Correia Melo
Presidente

Mardiano Carlos Giroto
Contador CRC SC 027272/O-4

Ipumirim

PREFEITURA

EDITALNOTIFICAÇÃO092019

Publicação Nº 2310418

Edital de Notificação nº 09/2019

VOLNEI ANTÔNIO SCHMIDT, Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 2º da Lei Federal nº 9.452 de 20 de março de 1997 e Decreto nº 1.526/2007, de 25 de outubro de 2.007 que regulamenta notificação da liberação de recursos federais para o Município, NOTIFICA pelo presente EDITAL, todos os Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, que a Prefeitura Municipal de Ipumirim, recebeu recursos financeiros do Governo Federal, de acordo com as especificações a seguir:

Recursos recebidos no período de 25/10/2019 a 31/12/2019

Rúbrica	Descrição	Valor
417180311000001	Transferências SUS - PAB Fixo	32.630,00
417180311000002	Transferências SUS - ESF	49.047,59
417180311000003	Transferências SUS - ACS	120.000,00
417180311000001	Transferências SUS - Epidemiológica	0,00
417180311000004	Transferências SUS – Vigilância Sanitária	0,00
417180311000005	Transferências SUS - Farmácia Básica	7.234,67
417213307000000	Transferências SUS – SAÚDE BUCAL	0,00
417180311000008	Núcleo Apoio Saúde Família	0,00
417180311000009	Transferências Sus MAC	75.761,08
417180391010000	Políticas atenção básica psicossocial raps crack	20.000,00
417180411000002	FNAS – ATENÇÃO BÁSICA	66.000,00
417180411000001	Transferências FNAS – IGD BOLSA FAMILIA	8.372,71
417213402000000	Transferências FNAS – APAE	0,00
417180511000000	Transferências do Salário-Educação - PRINCIPAL	60.647,23
417180531000002	Transf Diretas do FNDE Merenda PNAEC Creche	3.017,40
417180531000003	Transf Diretas do FNDE Merenda PNAEP Pré-esc	2.014,00
417180531000004	Transf Diretas do FNDE Merenda PNAEF - Funda	5.092,20
417180541000001	Transf Diretas do FNDE Transporte PNATE Infantil	1.814,52
417180541000002	Transf Diretas do FNDE Transporte Fundame	12.157,28
417180541000003	Transf Diretas do FNDE Transporte PNATE Médio	2.419,36
417181011000001	Transf Advindas Emendas Parlamentares	22.000,00
417180811100000	Transf Advindas Emendas Parlamentares Indiv- duais	100.000,00
424181094000000	Quadra de Esportes Convenio 852831-2017	146.152,40
Total dos Recursos Recebidos no Período		734.360,46

Maiores informações a respeito do valor liberado e a íntegra dos Termos supramencionado, podem ser obtidas na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, na Prefeitura Municipal de Ipumirim, situada na Avenida D. Pedro II, 230, Centro, ou pelo telefone (49) 3438.11.11.

Ipumirim(SC), em 13.01.2020

VOLNEI ANTÔNIO SCHMIDT

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 083/2020, DE 10 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2309674

HOMOLOGA MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR MUNICIPAL DE IPUMIRIM – SC, DE 2020 A 2024

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito de Ipumirim - SC, no uso de suas atribuições e nos termos do Artigo 20 da Lei nº 895/92, que cria o conselho Municipal da Criança e do Adolescente – CDMCA e da outras providencias, combinado com os artigos 9 e 10 da Lei nº 1088/99 e Lei 1419/2006, de 11 de Agosto de 2006, que Regulamenta a Função do Conselheiro Tutelar e dá nova Redação ao Artigo 20 da Lei Municipal 0895/92, homologa os membros do novo Conselho Tutelar e dá outras providências.



HOMOLOGA

Art. 1º Ficam homologados os Seguintes nomes para comporem o Conselho Tutelar do município de Ipumirim – SC:

- MARILETE MAROSTICA SCHNEIDER
- ANDREIA HILLESCHEN BENELLI
- NADIA CANZI
- ELUANA SCHWERTZ
- DYONATAN LUIZ SCALCO.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrario a presente portaria entrará em vigor na data de 10 de Janeiro de 2020.

Ipumirim – SC, 10 de Janeiro de 2020.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 086/2020 DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2310370

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO NO CARGO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 002/2002, que Dispõe sobre o Plano de Carreira e remuneração para os Servidores do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências. e considerando também a homologação do resultado da chamada publica 20/2019

CONTRATA

ANILDE LUIZA EISENHARDT, sob a Matrícula 3097, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 2.695.805-8 e do CPF 806.493.009-04, para ocupar o cargo em caráter temporário de Auxiliar de Enfermagem, constante no Anexo II, Grupo B - Serviços Técnicos Profissionais, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 002/2002., nível salarial NIVEL CE 80, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Secretaria de Saúde, para o período de 13/01/2020 até a volta de titular Janaina de Col que esta em Licença e Licença Maternidade.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 13/01/2020.

Ipumirim - SC, 13 de janeiro de 2020.

VOLNEI Antonio Schmidt
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 087/2020 DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2310379

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO NO CARGO DE PSICOLOGA 40 HORAS SEMANAIS PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar .nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 020/2006, que Exclui artigo 23 e parágrafo único, altera tabelas dos grupos "A", "B", "C" e "D" dos Anexos II e III, altera o anexo VI da Lei Complementar nº 002/2002, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração para os servidores do Município de Ipumirim. e considerando também a homologação do resultado do Edital 010/2019

CONTRATA:

CONTRATA, sob a Matrícula 3098, MARIANGELA WERMEIER, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim - SC, Carteira de Identidade nº. 5.398.126 e do CPF 071.199.649-09, para o cargo em caráter temporário de PSICÓLOGO 40 HORAS, constante no Anexo II, Grupo B - Serviços Técnicos Profissionais, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 002/2002. nível salarial Nível 150, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Secretaria de Assistência Social e Habitação.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 13 de Janeiro de 2020.

Ipumirim - SC, 13 de Janeiro de 2020.

Volnei Antonio Schmidt
Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 088/2020 DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2310392

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR CONTRATADO EM CARGO POLITICO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A ADENIR ANTONIO FALABRETTI, matrícula 2604, férias de 10 dias, relativa ao período aquisitivo de 2018 a 2019 e gozo a partir de 13 de Janeiro de 2020 a 22 de Janeiro de 2020.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 13 de Janeiro de 2020.

Ipumirim - SC, 13 de Janeiro de 2020.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
Prefeito Municipal

Iraceminha

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PL 012/2020 TP 001/2020

Publicação Nº 2310238

MUNICIPIO DE IRACEMINHA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO 012/2020
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2020

Objeto: Contratação de empresa para EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, drenagem pluvial e sinalização, com área total de 2.627,20 m², a ser executado na Linha Bonita interior do Município de Iraceminha em conformidade com projeto, memorial descritivo, cronograma físico-financeiro e planilha orçamentária, anexas ao presente processo licitatório.

Modalidade: Tomada de Preços.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das Propostas: até as 08:30 do dia 29/01/2020.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município www.iraceminha.sc.gov.br ou no Departamento de Compras, situado na Rua Dona Paulina, nº 780, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:00 às 13:00.

Informações através do e-mail compras@iraceminha.sc.gov.br ou fone (49)3665-3200

Iraceminha, SC, 14 de janeiro de 2020.

Jean Carlos Nyland
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PL 013/2020 CC 001/2020

Publicação Nº 2310475

MUNICIPIO DE IRACEMINHA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO 013/2020
CONCORRÊNCIA PÚBLICA/CONCESSÃO Nº 01/2020

Objeto: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE IMÓVEL CONFORME PROJETO ESTRUTURAL A SER CONSTRUÍDO NA ÁREA INDUSTRIAL, SITUADA NA BR-282, KM 617, NO MUNICÍPIO DE IRACEMINHA.

Modalidade: Concorrência

Tipo: Melhor Oferta.

Recebimento das Propostas: até as 08:30 do dia 14/02/2020.

Abertura do certame: às 08:30 do dia 14/02/2020.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município www.iraceminha.sc.gov.br ou no Departamento de Compras, situado na Rua Dona Paulina, nº 780, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.

Informações através do e-mail compras@iraceminha.sc.gov.br ou fone (49)3665-3200

Iraceminha, SC, 14 de Janeiro de 2020.

Jean Carlos Nyland
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PL 014/2020 IL 003/2020

Publicação Nº 2310493

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA
PROCESSO LICITATÓRIO 014/2020
INEXIGIBILIDADE/CHAMADA PÚBLICA 003/2020

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural conforme §1º do art.14 da Lei n.º 11.947/2009, Resolução FNDE n.º 26/2013 e Resolução FNDE Nº 4/2015, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar –PNAE.

RECEBIMENTO DA HABILITAÇÃO E DOS PROJETOS DE VENDA: Durante o período de 14 de Janeiro de 2020 até 29 de janeiro de 2020, na Prefeitura Municipal de Iraceminha, Rua Dona Paulina, 780 – Centro, Iraceminha/SC – Departamento de Compras e Licitações, no horário das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min. SELEÇÃO DAS PROPOSTAS: 30 de janeiro de 2020, às 8h. EDITAL: Fornecimento do edital completo e anexos, na sede da Prefeitura Municipal de Iraceminha /SC, via Protocolo ou através do endereço eletrônico: www.iraceminha.br.

sc.gov.br. Maiores informações pelo telefone (49) 3665 3200 – Setor de Licitações.

Iraceminha SC, 14 de Janeiro de 2020.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

AVISO RETIFICAÇÃO PL 001/2020 PP 001/2020 - FMS

Publicação Nº 2309629

COMUNICADO AO EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL N.º 001/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2020

OBJETO: O objeto do presente Edital consiste na aquisição de uma Câmara para Conservação de Hemoderivados/ Imuno/Termolábeis (CÂMARA REFRIGERADA VERTICAL), conforme PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO/MATERIAL PERMANENTE nº 11420.453000/1190-03, para a Unidade Básica de Saúde do Município de Iraceminha.

Para que os interessados em participar do presente processo licitatório, possam fazê-lo com igualdade de condições, interpretando corretamente os itens especificados na presente, e para que ninguém alegue o desconhecimento, vimos através do presente, informar que a abertura das propostas referente ao processo licitatório acima citado foi adiada para o dia 21 de Janeiro de 2020 às 15:00 horas.

Desde já nos colocamos a disposição para maiores dúvidas e esclarecimentos.

Iraceminha/SC, 14 de janeiro de 2020.

Débora Spenazzatto

Pregoeira

EXTRATO DE CONTRATO 015/2020 AO 017/2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2310090

Contrato Nº.: 015/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA

Contratada.: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural

Valor : 35.780,00 (trinta e cinco mil setecentos e oitenta reais)

Vigência : Início: 14/01/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2020

Recursos : Dotação:

Objeto : Processo Licitatório na modalidade Dispensa de Licitação, com base no Inciso XXI, Artigo 24 da Lei Federal 8.666/93, objetivando a contratação dos Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural pela EPAGRI S.A., para a manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Iraceminha.

Iraceminha, 13 de Janeiro de 2020

Contrato Nº.: 016/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA

Contratada.: MATEUS AUGUSTO SCHABARUM

Valor : 14.850,00 (quatorze mil oitocentos e cinquenta reais)

Vigência : Início: 03/02/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 3/2020

Recursos : Dotação:

Objeto : Fica dispensada de licitação, cujo objeto é a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATIVIDADES DE CONDICIONAMENTO FÍSICO AOS ATLETAS QUE REPRESENTAM O MUNICÍPIO DE IRACEMINHA EM QUALQUER MODALIDADE ESPORTIVA", com fulcro no Art. 24, I da Lei no 8.666/93 e alterações posteriores e o Decreto nº 9.412 de 18 de junho de 2018.

Iraceminha, 13 de Janeiro de 2020

Contrato Nº.: 017/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA
Contratada.: FUNERARIA IRACEMINHA LTDA ME
Valor : 16.725,00 (dezesesseis mil setecentos e vinte e cinco reais)
Vigência : Início: 03/02/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 4/2020
Recursos : Dotação:
Objeto : Fica dispensada de licitação, cujo objeto é a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE PARQUE DE BRINQUEDOS INFANTIS PARA ATENDER O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO BRINCANDO NA PRAÇA", com fulcro no Art. 24, II da Lei no 8.666/93 e alterações posteriores e o Decreto nº 9.412 de 18 de junho de 2018.

Iraceminha, 13 de Janeiro de 2020

EXTRATO DE DISPENSA 002/2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2309859

PROCESSO LICITATÓRIO N. 009/2020.
DISPENSA DE LICITACAO N. 002/2020.

OBJETO:

ITEM 01: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA DISPONIBILIZAR PESSOAL TÉCNICO ESPECIALIZADO EM ASSESSORAMENTO PARA ELABORAÇÃO, ACOMPANHAMENTO, EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO DO PLANO ANUAL DE TRABALHO - PAT.

JUSTIFICATIVA: Dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente na execução de Políticas Públicas, Gestão e Desenvolvimento Institucional, Gestão e Educação Ambiental junto às famílias Rurais e Escolares no Oeste Catarinense, Produção de Leite a base de pastos perenes de verão na região oeste e Manejo do solo e ambiente sustentável para a produção de Grãos no Oeste Catarinense.

Em que pese, ainda, o artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal, impor como regra a obrigatoriedade de licitar, que por pertinência, transcreve-se:

"...XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações..."

Ademais, o artigo 3º da citada Lei, diz que a Licitação é o procedimento administrativo que visa selecionar a proposta mais vantajosa à Administração, e, nos termos do artigo 2º, licitar é a regra.

Porém, como nos ensina JESSÉ TORRES PEREIRA JUNIOR, "...licitação inexigível equivale a licitação impossível; é inexigível porque impossível; é impossível porque não há como promover-se a competição..."

Assim, com base no Inciso VIII, do art. 24, que nos ensina:

"...para aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico em data anterior a vigência desta Lei, desde que o prego contratado seja compatível com o praticado no mercado..."

Entretanto, demonstrando às características especiais e especificações ímpares, torna-se impossível a realização do procedimento licitatório, pois no universo de competidores restringe-se apenas a um único participante.

Considerando, ainda, a inviabilidade de competição, em razão das características dos serviços, pela singularidade de fornecimento devidamente comprovada através da exclusividade, declina-se então pela contratação direta.

Asseverasse, também, que diante da impossibilidade de competição, o Prejulgado n. 1673 do Tribunal de Contas do Estado de Santa

Catarina, assim nos ensina:

A contratação de serviços de sociedade de economia mista estadual por parte da Secretaria de Estado encontra guarida no Inciso VIII do artigo 24 da Lei Federal n. 8.666/93.

Contudo, deve o Controle Interno, acompanhar a execução dos serviços, objeto da presente dispensa de licitação, nos moldes do pré-julgado n. 714, também do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina que diz:

"...o documento hábil para comprovar as despesas realizadas pelos municípios junto à EPAGRI, em razão da prestação de serviços, é a nota fiscal de prestação de serviços, em consonância com o disposto nos artigos 57 e 58 c/c o artigo 61, caput, da Resolução n. TC-16/94..."

Iraceminha/SC, em 13 de Janeiro de 2020.

Joacir Carlos Bertoldo
Secretário Municipal De Agricultura E Meio Ambiente

PROCESSO LICITATÓRIO N. 009/2020.
DISPENSA DE LICITACAO N. 002/2020.

OBJETO:

ITEM 01: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA DISPONIBILIZAR PESSOAL TÉCNICO ESPECIALIZADO EM ASSESSORAMENTO PARA ELABORAÇÃO, ACOMPANHAMENTO, EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO DO PLANO ANUAL DE TRABALHO - PAT

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A presente Dispensa de Licitação encontra fundamento no Inciso VIII, do artigo 24, da Lei n. 8666/93, onde consta:

"...Art.24 ...

...

VIII - para aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico em data anterior a vigência desta Lei, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado...";

Iraceminha/SC, em 13 de Janeiro de 2020.

Joacir Carlos Bertoldo
Secretário Municipal De Agricultura E Meio Ambiente

PROCESSO LICITATÓRIO N. 009/2020.
DISPENSA DE LICITACAO N. 002/2020.

OBJETO:

ITEM 01: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA DISPONIBILIZAR PESSOAL TÉCNICO ESPECIALIZADO EM ASSESSORAMENTO PARA ELABORAÇÃO, ACOMPANHAMENTO, EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO DO PLANO ANUAL DE TRABALHO - PAT.

ITEM 01: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI
Endereço: Rua Padre Anchieta 527 centro
Palmitos - SC
CNPJ/MF: 83.052.191/0041-50

O PREÇO CERTO E AJUSTADO ENTRE AS PARTES:

Para a prestação dos serviços de que trata a presente dispensa de licitação, será repassado oito parcelas mensais de R\$ 4.472,50 (quatro mil quatrocentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos), iguais e sucessivas, pagáveis até o décimo quinto dia útil do mês subsequente ao que ocorrer os serviços, totalizando o importe de R\$ 35.780,00 (Trinta e cinco mil setecentos e oitenta reais).

JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

Considerando, que os valores que serão repassados, estão condizentes com os praticados no mercado na região.

Iraceminha/SC, em 13 de Janeiro de 2020.

Joacir Carlos Bertoldo
Secretário Municipal De Agricultura E Meio Ambiente

PROCESSO LICITATÓRIO N. 009/2020.

DISPENSA DE LICITACAO N. 002/2020.

Excelentíssimo Senhor Prefeito:

Encaminhamos a Vossa Excelência, para ratificação, o Processo de Dispensa de Licitação n. 002/2020, para o qual solicitamos a possibilidade de viabilizá-lo com expedição do presente Termo de Ratificação do Processo.

Iraceminha/SC, em 13 de Janeiro de 2020.

Joacir Carlos Bertoldo
Secretário Municipal De Agricultura E Meio Ambiente

PROCESSO LICITATÓRIO N. 009/2020.
DISPENSA DE LICITACAO N. 002/2020.

OBJETO:

ITEM 01: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA DISPONIBILIZAR PESSOAL TÉCNICO ESPECIALIZADO EM ASSESSORAMENTO PARA ELABORAÇÃO, ACOMPANHAMENTO, EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO DO PLANO ANUAL DE TRABALHO - PAT.

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Tendo em conta a necessidade de adquirir os serviços objeto da presente dispensa, os quais são necessários e imprescindíveis para dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente na execução de Políticas Públicas, Gestão e Desenvolvimento Institucional, Gestão e Educação Ambiental junto às famílias Rurais e Escolares no Oeste Catarinense, Produção de Leite a base de pastos perenes de verão na região oeste e Manejo do solo e ambiente sustentável para a produção de Grãos no Oeste Catarinense, mais a previsibilidade legal citada alhures, sopesando o Interesse Público, ratifico a dispensa de licitação, nos termos e condições constantes dos autos.

Publique-se a presente decisão.

Iraceminha/SC, em 13 de Janeiro de 2020.

JEAN CARLOS NYLAND
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0006/2020.
DISPENSA DE LICITACAO N. 0003/2020.

OBJETO:

ITEM 01: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA DISPONIBILIZAR PESSOAL TÉCNICO ESPECIALIZADO EM ASSESSORAMENTO PARA ELABORAÇÃO, ACOMPANHAMENTO, EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO DO PLANO ANUAL DE TRABALHO - PAT

CONTRATANTE: Município de Iraceminha, Estado de Santa Catarina

CONTRATADO:

ITEM 01: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI
Endereço: Rua Padre Anchieta 527 centro
Palmitos - SC
CNPJ/MF: 83.052.191/0041-50

O PREÇO CERTO E AJUSTADO ENTRE AS PARTES:

Para a prestação dos serviços de que trata a presente dispensa de licitação, será repassado oito parcelas mensais de R\$ 4.472,50 (quatro mil quatrocentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos), iguais e sucessivas, pagáveis até o décimo quinto dia útil do mês subsequente ao que ocorrer os serviços, totalizando o importe de R\$ 35.780,00 (Trinta e cinco mil setecentos e oitenta reais).

ORIGEM: Dispensa de Licitação n. 002/2020.

PROCESSO LICITATÓRIO N.: 009/2020.

VIGÊNCIA: doze meses, podendo ser prorrogado pelo período de sessenta meses nos termos do artigo 57, Inciso II.

Iraceminha/SC, em 13 de Janeiro de 2020.

JEAN CARLOS NYLAND
Prefeito Municipal

EXTRATO DE DISPENSA 003/2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2309886

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA**

Departamento de Compras, Licitações e Contratos
CNPJ: 80.623.606/0001-12
Rua Dona Paulina, 780 - Centro
Fone: (49) 3665-3200

PROCESSO Nº 010/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2020

OBJETO:

Fica dispensada de licitação, cujo objeto é a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATIVIDADES DE CONDICIONAMENTO FÍSICO AOS ATLETAS QUE REPRESENTAM O MUNICÍPIO DE IRACEMINHA EM QUALQUER MODALIDADE ESPORTIVA", com fulcro no Art. 24, I da Lei no 8.666/93 e alterações posteriores e o Decreto nº 9.412 de 18 de junho de 2018.

JUSTIFICATIVA:

A finalidade da implantação deste projeto é a prestação de serviços através de profissional com experiência em atividades de condicionamento físico. As atividades serão estendidas para todos os atletas do Município de Iraceminha, com idades entre 15 a 18 anos, desde que estejam representando o Município em qualquer modalidade esportiva. Os atletas serão selecionados pelo Departamento de Esportes, mediante comprovação de participação em alguma modalidade esportiva em que o Município seja participante.

O desenvolvimento das atividades terá a execução durante os meses de fevereiro a dezembro de 2020, sendo orientados e supervisionados pelo profissional de condicionamento. A carga horária para a prestação dos serviços será de 8 (oito) horas semanais em locais e horários a serem definidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo.

Iraceminha, SC, 13 de janeiro de 2020.

Silvane Elenir Schubert Pasqualotto

Sec. Interina Educação Cultura Esportes e Turismo

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

Daniela Assoni Bolfe
Presidente

Débora Spenazzatto
Membro

Gustavo Drescher
Membro

Evandro João Rauber
Membro

Fabício Farias
Membro

Rua Dona Paulina, nº 780, Centro, Iraceminha/SC, 89.891-000 – Fone: (49) 3665-3200 www.iraceminha.sc.gov.br Fls. 1/4

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA**

Departamento de Compras, Licitações e Contratos
CNPJ: 80.623.606/0001-12
Rua Dona Paulina, 780 - Centro
Fone: (49) 3665-3200

PROCESSO Nº 010/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2020

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

A execução do projeto tem como fundamento o Art. 24, I da Lei 8.666/93 e o Decreto Nº 9.412/2018, que dispõe:

I - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

Iraceminha, SC, 13 de janeiro de 2020.

Silvane Elenir Schubert Pasqualotto

Sec. Interina Educação Cultura Esportes e Turismo

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

Daniela Assoni Bolfe
Presidente

Débora Spenazzatto
Membro

Gustavo Drescher
Membro

Evandro João Rauber
Membro

Fabrício Farias
Membro



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA

Departamento de Compras, Licitações e Contratos
CNPJ: 80.623.606/0001-12
Rua Dona Paulina, 780 - Centro
Fone: (49) 3665-3200

PROCESSO Nº 010/2020 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2020

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

Identificada a necessidade pela Secretaria Requerente, buscou-se no mercado por empresas que atuassem em área compatível. Encontrou-se a empresa:

NOME DO FORNECEDOR: **MATEUS AUGUSTO SCHABARUM 07508040929**

CNPJ/CPF: 24.155.705/0001-46

ENDEREÇO: Av. Irineu Bornhausen, 197 – Bairro Centro – CEP 89891-000 NA CIDADE DE IRACEMINHA – SC

VALOR GLOBAL: **R\$ 14.850,00**

Dessa forma, como o proponente é do ramo pertinente e os preços praticados na presente contratação estão compatíveis com os praticados na região para objeto assemelhado justifica-se a contratação direta da mesma, conforme abaixo discriminado:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Mensal	Preço Total
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATIVIDADES DE CONDICIONAMENTO FÍSICO AOS ATLETAS QUE REPRESENTAM O MUNICÍPIO DE IRACEMINHA EM QUALQUER MODALIDADE ESPORTIVA. Carga horária para a prestação dos serviços será de 8 (oito) horas semanais em locais e horários a serem definidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo.	Mês	11,00	1.350,00	14.850,00
				Total	14.850,00

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A presente aquisição correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	Despesa	Valor	Descrição	Cod. Cat. Econ.	Cat. Econ.
Sec. Mun. Educação, Esportes, Cultura e Turismo	98	14.850,00	Departamento de Esportes	3.3.90.39.99	Outros Serviços de Terceiros PJ
Valor Total Reservado				R\$ 14.850,00	

Iraceminha, SC, 09 de janeiro de 2020.

Silvane Elenir Schubert Pasqualotto

Sec. Interina Educação Cultura Esportes e Turismo

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

Daniela Assoni Bolfe
Presidente

Débora Spenazzatto
Membro

Gustavo Drescher
Membro

Evandro João Rauber
Membro

Fabrizio Farias
Membro

Rua Dona Paulina, nº 780, Centro, Iraceminha/SC, 89.891-000 – Fone: (49) 3665-3200 www.iraceminha.sc.gov.br Fls. 3/4

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA**

Departamento de Compras, Licitações e Contratos
CNPJ: 80.623.606/0001-12
Rua Dona Paulina, 780 - Centro
Fone: (49) 3665-3200

PROCESSO Nº 010/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2020

DO DESPACHO:

A vista das exposições motivadas neste documento, e levando-se em consideração o alto e relevante interesse público municipal quanto à parte econômica e social da questão, com base no Art. 24, I da Lei 8.666/93 e o Decreto Nº 9.412/2018, ratifico este Processo de Dispensa de Licitação e autorizo a efetiva contratação da empresa **MATEUS AUGUSTO SCHABARUM 07508040929**, nos termos deste instrumento.

Iraceminha/SC, 14 de janeiro de 2020.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

7.1 – Fica Adjudicado e Homologado o presente processo licitatório em favor da empresa **MATEUS AUGUSTO SCHABARUM 07508040929**.

Iraceminha/SC, 14 de janeiro de 2020.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

EXTRATO DE DISPENSA 004/2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2310077

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA**

Departamento de Compras, Licitações e Contratos
CNPJ: 80.623.606/0001-12
Rua Dona Paulina, 780 - Centro
Fone: (49) 3665-3200

PROCESSO Nº 011/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2020

OBJETO:

Fica dispensada de licitação, cujo objeto é a “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE PARQUE DE BRINQUEDOS INFANTIS PARA ATENDER O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO BRINCANDO NA PRAÇA”, com fulcro no Art. 24, II da Lei no 8.666/93 e alterações posteriores e o Decreto nº 9.412 de 18 de junho de 2018.

JUSTIFICATIVA:

Do Objetivo: Proporcionar às crianças, em companhia de seus familiares, momentos de lazer, descontração e alegria. A intenção deste projeto é levar o lazer não apenas para as crianças, mas envolver toda a comunidade, além de conciliar, além de conciliar uma interação social, entre pais, filhos e aos que estiverem presentes no evento.

Do Desenvolvimento: Os brinquedos serão instalados de uma a duas vezes por mês (de acordo com a solicitação da Secretaria responsável) na Praça Municipal Jorge Lacerda, caso chova o parque deverá ser instalado nas dependências do Ginásio de Esportes da Escola Professor Manuel de Freitas Trancoso. Serão locados quatro brinquedos: duas cama elástica com capacidade de 8 a 10 pessoas, uma piscina de bolinhas com capacidade para quatro crianças e um tobogã inflável grande. Sendo que em cada brinquedo a empresa deverá disponibilizar um monitor que ficará responsável para cuidar e supervisionar as crianças e os brinquedos. Todas as crianças do Município poderão participar.

Iraceminha, SC, 13 de janeiro de 2020.

Silvane Elenir Schubert Pasqualotto

Sec. Interina Educação Cultura Esportes e Turismo

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

Daniela Assoni Bolfe
Presidente

Débora Spenazzatto
Membro

Gustavo Drescher
Membro

Evandro João Rauber
Membro

Fabrício Farias
Membro

Rua Dona Paulina, nº 780, Centro, Iraceminha/SC, 89.891-000 – Fone: (49) 3665-3200 www.iraceminha.sc.gov.br Fls. 1/4

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA**

Departamento de Compras, Licitações e Contratos
CNPJ: 80.623.606/0001-12
Rua Dona Paulina, 780 - Centro
Fone: (49) 3665-3200

PROCESSO Nº 011/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2020

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

A execução do projeto tem como fundamento o Art. 24, II da Lei 8.666/93 e o Decreto Nº 9.412/2018, que dispõe:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

Iraceminha, SC, 13 de janeiro de 2020.

Silvane Elenir Schubert Pasqualotto

Sec. Interina Educação Cultura Esportes e Turismo

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

Daniela Assoni Bolfe
Presidente

Débora Spenazzatto
Membro

Gustavo Drescher
Membro

Evandro João Rauber
Membro

Fabrício Farias
Membro



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA

Departamento de Compras, Licitações e Contratos
CNPJ: 80.623.606/0001-12
Rua Dona Paulina, 780 - Centro
Fone: (49) 3665-3200

PROCESSO Nº 011/2020 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2020

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

Identificada a necessidade pela Secretaria Requerente, buscou-se no mercado por empresas que atuassem em área compatível. Encontrou-se a empresa:

NOME DO FORNECEDOR: **FUNERÁRIA IRACEMINHA LTDA ME**

CNPJ/CPF: 00.988.797/0001-87

ENDEREÇO: Rua Dona Paulina, 535 – Bairro Centro – CEP 89891-000 NA CIDADE DE IRACEMINHA – SC

VALOR GLOBAL: **R\$ 16.725,00**

Dessa forma, como o proponente é do ramo pertinente e os preços praticados na presente contratação estão compatíveis com os praticados na região para objeto assemelhado justifica-se a contratação direta da mesma, conforme abaixo discriminado:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit.	Preço Total
1	Locação de Parque de Brinquedos infantis composto por: 01 Tobogã inflável 5,00 x 3,00 x 4,20m 01 Piscina de bolinhas 2,00 x 2,00 com 2.000 bolinhas 02 Cama elástica 3,66 m	Locação	15,00	1.115,00	16.725,00
				Total	16.725,00

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A presente aquisição correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	Despesa	Valor	Descrição	Cod. Cat. Econ.	Cat. Econ.
Sec. Mun. Educação, Esportes, Cultura e Turismo	71	16.725,00	Manutenção do Ensino Fundamental	3.3.90.39.99	Outros Serviços de Terceiros PJ
Valor Total Reservado				R\$ 16.725,00	

Iraceminha, SC, 09 de janeiro de 2020.

Silvane Elenir Schubert Pasqualotto

Sec. Interina Educação Cultura Esportes e Turismo

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

Daniela Assoni Bolfe
Presidente

Débora Spenazzatto
Membro

Gustavo Drescher
Membro

Evandro João Rauber
Membro

Fabício Farias
Membro

Rua Dona Paulina, nº 780, Centro, Iraceminha/SC, 89.891-000 – Fone: (49) 3665-3200 www.iraceminha.sc.gov.br Fls. 3/4

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA**

Departamento de Compras, Licitações e Contratos
CNPJ: 80.623.606/0001-12
Rua Dona Paulina, 780 - Centro
Fone: (49) 3665-3200

PROCESSO Nº 011/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2020

DO DESPACHO:

A vista das exposições motivadas neste documento, e levando-se em consideração o alto e relevante interesse público municipal quanto à parte econômica e social da questão, com base no Art. 24, II da Lei 8.666/93 e o Decreto Nº 9.412/2018, ratifico este Processo de Dispensa de Licitação e autorizo a efetiva contratação da empresa **FUNERÁRIA IRACEMINHA LTDA ME**, nos termos deste instrumento.

Iraceminha/SC, 14 de janeiro de 2020.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

7.1 – Fica Adjudicado e Homologado o presente processo licitatório em favor da empresa **FUNERÁRIA IRACEMINHA LTDA ME**

Iraceminha/SC, 14 de janeiro de 2020.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

Irani

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2020

Publicação Nº 2310456

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2020 - TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2020

O MUNICÍPIO DE IRANI torna público, que fará realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, objetivando a contratação de empresa de eventos especializada em organização, realização de feiras multisetoriais ou setoriais para a realização da EXPO IRANI 2020, que acontecerá nos dias 06, 07 e 08 de março de 2020, nas dependências do Parque de Exposição João Francisco Berton, nesta cidade de Irani - SC. Recebimento de Envelopes:

Interessados Não Cadastrados: até 24/01/2020 – Horário limite: 16h30min.

Interessados Cadastrados: até 29/01/2020- Horário limite: 08h30min.

Abertura: às 09h00min do dia 29/01/2020.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Irani, Rua Eilírio De Gregori, 207, Centro, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, no site www.irani.sc.gov.br, ou pelo telefone (0XX49) 3432-3214.

Irani, SC, 13 de janeiro de 2020.

Sídiane Salete Dalla Costa – Secretária de Agricultura

Irineópolis

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2020 - PM

Publicação Nº 2310050

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 02/2020
CONCORRÊNCIA N.º 01/2020

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 03 de março de 2020, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Concorrência, com critério de adjudicação MAIOR OFERTA de acordo com a Lei n.º 8.666/93, visando a "ALIENAÇÃO DE BENS PÚBLICOS, DE ACORDO COM A LEI Nº 1989/2018, DE 09 DE MAIO DE 2018, REGULAMENTADA PELO DECRETO Nº 3708/2020 DE 08 DE JANEIRO DE 2020". O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro – Irineópolis – SC, Fone (47) 3625-1111 e no site www.irineopolis.sc.gov.br. Irineópolis, 13 de janeiro de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

Itá

PREFEITURA

ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 004/2015

Publicação Nº 2309540

Aditivo Nº : 6AD - Contrato Nº: 004/2015
Contratante...: Itá Hidromineral S.A.
Contratada...: PROCONTA CONTABILIDADE LTDA
Valor : 2.085,00 (dois mil, oitenta e cinco reais) mensais
Vigência : Início: 01/01/2020 Término: 22/02/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 001/2015
Objeto : Aditivo de Prazo ao Contrato 004/2015.
JAIR FRANCISCO MOSCHETTA- Diretor Presidente

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2020 FMS, CREDENCIAMENTO Nº 003/2020 FMS

Publicação Nº 2310474

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITÁ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2020 - FMS

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2020 – FMS

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2020

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Itá - SC torna público que fará realizar licitação na modalidade Inexigibilidade de Licitação para Credenciamento Universal a partir de 14 de janeiro de 2020, para prestação de serviços de psicologia, fonoaudiologia, nutricionista, fisioterapia, consulta ambulatorial e mamografia, aos munícipes. Art. 25, "caput" da Lei nº. 8.666/93. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9510. Itá-SC, 13 de janeiro de 2020.

DARCI ANTONIO KOLAKOWSKI
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

CONTRATO Nº 002/2019

Publicação Nº 2309542

Aditivo Nº : Contrato Nº: 002/2019
Contratante...: Itá Hidromineral S.A.
Contratada...: SONDAOESTE SONDAGENS E GEOLOGIA LTDA
Valor : 2.379,23 (dois mil trezentos setenta e nove reais e vinte e três centavos) mensais
Vigência : Início: 01/01/2020 Término: 31/12/2020
Objeto : Prestar os serviços responsabilidade técnica junto ao CREA/SC, referente ao poço tubular profundo de captação de água de propriedade da Itá Hidromineral S.A., situado nesta cidade de Itá-SC, com carga horária de 20 horas mensais.
JAIR FRANCISCO MOSCHETTA- Diretor Presidente

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 005/2020 DISPENSA DE LICITAÇÃO 006/2020

Publicação Nº 2310776

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO 006/2020
AO CONTRATO 005/2020

A CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ-SC, com sede na Rua 01, no. 357, sala 01, Centro, Itá-SC, com CNPJ no. 10.561.999/0001-00, através de seu presidente Infra firmado, nos termos da Lei 8.666/93 e demais alterações, torna público a seguinte publicação:

Objeto: O presente contrato tem por objetivo que A CONTRATADA forneça serviços de manutenção de informática, sendo: serviços para manutenção de microcomputadores e notebooks, instalação, atualização e manutenção de sistemas, instalação e configuração de dispositivos, impressoras, periféricos e manutenção da rede de dados, instalação, configuração, backup diário e atualização dos sistemas de contabilidade, patrimônio, compras e recursos humanos utilizados na repartição; instalação e atualização dos demais sistemas de gestão pública utilizados, ambos em prol do desenvolvimento das atividades do Poder Legislativo Municipal.

Contratada: MARTIORI INFORMATICA LTDA – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 02.574.406/0001-03, com sede na Rua 01, n. 155, Centro Comercial Azaléia, Sala 02, Centro, Itá, SC.

Forma de Pagamento: Mensal, TED (Transferência Eletrônica Disponível) com emissão de boleto e Nota Fiscal.

Período: 09.01.2020 a 31.12.2020.

Valor Mensal: R\$ 450,00 (Quatrocentos e cinquenta reais).

Valor Global: R\$ 5.400,00 (Cinco mil e quatrocentos reais).

Data Assinatura: 09.01.2020

Itá, SC, 09 de Janeiro de 2020.

CLÉO CARLOS MOCELLIN

PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ-SC

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 005/2020

Publicação Nº 2310782

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

SOLICITAÇÃO 005/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO 005/2020

A CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ-SC, com sede na Rua 01, no. 357, sala 01, Centro, Itá-SC, com CNPJ no. 10.561.999/0001-00, através de seu presidente Infra firmado, nos termos da Lei 8.666/93 e demais alterações, torna público a seguinte publicação:

CONTRATADO: Fornecedor: HR FÁBRICA DE MÓVEIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 34.883.385/0001-02, com sede na Linha Passo do Uvá, s/n, Interior, Itá-SC Cep: 89.760-000.

Objeto: O objeto da presente dispensa de licitação é a prestação de serviços de fixação de 19 (dezenove) quadros que complementarão o acervo histórico da Câmara de Vereadores de Itá-SC., de acordo com as especificações na lista abaixo:

Quantidade	Especificação	Preço unitário	Preço total
15 un	Fixação de quadros em vidro 2mm, medidas 0,60X0,90m, moldura 2cm	15,50	232,50
01 un	Fixação de quadro para foto 30X45 cm	15,00	15,00
03 un	Fixação de quadros para fotos 25X30 cm	15,50	46,50
TOTAL			294,00

VALOR GLOBAL: R\$294,00 (Duzentos e noventa e quatro reais)

Forma de Pagamento: TED (Transferência Eletrônica Disponível) com emissão Nota Fiscal.

Itá, SC, 09 de janeiro 2020.

CLÉO CARLOS MOCELLIN

PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ-SC

Itaiópolis

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2020

Publicação Nº 2309526

OBJETO: Registro de Preços para aquisição parcelada de combustíveis (gasolina comum e óleo diesel S10). LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis – SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 28 de janeiro de 2020, até as 08h50. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 28 de janeiro de 2020, as 09:00 horas. O Edital está à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site www.itaioptis.sc.gov.br. Itaiópolis, 10 de janeiro de 2020. Alvaro Heilmann Prefeito Municipal em Exercício

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

RESULTADO DO PR 54/2019

Publicação Nº 2310436

Resultado de Licitação PR nº 54/2019. Objeto: Registro de Preços para aquisição de Materiais e Descartáveis para uso, consumo e Distribuição nas Unidades Sanitárias e ESF's da Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde e da Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio de Itaiópolis/SC. Empresas vencedoras: Metromed Comercio de material Médico Hospitalar Ltda. Valor: R\$ 34.470,50; Produvale Produtos Hospitalares Ltda. Valor: R\$ 81.865,00; Altermed material Médico Hospitalar Ltda. Valor R\$ 39.989,81; Soma/SC Produtos Hospitalares Ltda. Valor R\$ 80.099,30; Jardim Cosméticos Ltda. Valor R\$ 64.995,00; La Dalla Porta Junior. Valor R\$ 202.575,30; Infinity Medicamentos Eireli Epp. Valor R\$ 21.516,25; Maycon Will Eireli. Valor R\$ 33.579,00; Multihosp Comercial de Produtos Hospitalares Ltda. Valor R\$ 11.994,00; Odontomedi Produtos Odontologicos e hospitalares Ltda. valor\$ 60.366,00; ABC distribuidora de Medicamentos Ltda. Valor R\$ 15.262,37; Longevitá Produtos Higienicos Ltda. ValorR\$ 29.040,00 e Medefe Produtos Medico-Hospitalares Ltda. Valor R\$ 70.565,50. Vigência: 09/01/2021. Itaiópolis, 13/01/2020. Felipe Tavares – Secretário Municipal da Saúde.

Itapiranga

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 4/2020

Publicação Nº 2309700

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2020

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS, AVISOS E INFORMAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

Modalidade: Pregão Presencial.

Tipo: Menor Preço por item.

Recebimento das Propostas: até 08h30min do dia 24/01/2020.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município itapiranga.atende.net ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00. Informações através do e-mail compras@itapiranga.sc.gov.br ou fones (49) 3678-7714, (49) 3678-7700.

Itapiranga, SC, 13 de janeiro de 2020.

José Gilvane Lauer
Secretaria de Administração, Obras e Serviços Urbanos

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2020

Publicação Nº 2310492

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 9/2020

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS DESTES MUNICÍPIO.

Modalidade: Pregão Presencial

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das Propostas: até 14h do dia 28/01/2020.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município itapiranga.atende.net ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.

Informações através do e-mail compras@itapiranga.sc.gov.br ou fone (49) 3678-7714.

Itapiranga, SC, 13 de janeiro de 2020.

JOSÉ GILVANE LAUER
Secretaria de Educação, Cultura e Desporto

DECRETO Nº 02, DE 10 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2309602

DECRETO Nº 02, DE 10 DE JANEIRO DE 2020.

APROVA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2020, DO CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, em especial o inciso V, do art. 59, c/c a alínea "g" do inciso I, do art. 75, ambos da Lei Orgânica Municipal; e considerando a Lei Complementar nº 47/2012 e a Lei Municipal n. 3.234/2019;

DECRETA

Art. 1º Fica aprovada a Instrução Normativa SCI nº 01/2020 de responsabilidade da Coordenação do Controle Interno, constante do Anexo Único do presente Decreto, que disciplina a regulamentação da utilização dos recursos de informática e redes da Prefeitura Municipal de Itapiranga, visando estabelecer uma política de segurança dos dados e informações da instituição e a privacidade efetiva dos usuários.

Art. 2º Caberá a Coordenação de Controle Interno a divulgação da Instrução Normativa ora aprovada.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga, 10 de janeiro de 2020.

JORGE WELTER
Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios
José Gilvane Lauer
Secretaria Municipal de Administração, Obras e Serviços Urbanos.

ANEXO ÚNICO

INSTRUÇÃO NORMATIVA SCI Nº 01/2020

ASSUNTO: Dispõe sobre a regulamentação da utilização dos recursos de informática e redes da Prefeitura Municipal de Itapiranga, visando estabelecer uma política de segurança dos dados e informações da instituição e a privacidade efetiva dos usuários.

SETORES ENVOLVIDOS: PODER EXECUTIVO

Considerando o disposto na Lei Complementar n. 47/2012, que estabelece a possibilidade de regulamentação sobre normas de controle interno através de normas de aplicabilidade a todos os órgãos da administração Municipal;

Considerando a necessidade de fortalecer o controle interno no âmbito do Poder Executivo Municipal;

Considerando a necessidade de estabelecer uma política de segurança dos dados e informações da Prefeitura e a privacidade efetiva dos seus usuários;

Considerando a necessidade de definir responsabilidades e obrigações visando à ética de utilização por parte dos usuários e manter a confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação;

Resolve:
CAPÍTULO I
DA UTILIZAÇÃO

Art. 1º A presente Normativa visa estabelecer a política de segurança e racionalização na utilização dos recursos computacionais no âmbito da Prefeitura.

Parágrafo único. A utilização destes recursos está relacionada às funções dos usuários e à prestação de serviços das Unidades Administrativas.

Art. 2º Para obter o acesso à rede e recursos de informática, o servidor público deverá utilizar seu login e senha exclusivos, obtidos junto ao Setor de Tecnologia da Informação da Prefeitura.

Parágrafo único. Ao adotar e utilizar os recursos, o servidor manifesta conhecimento, concordância e comprometimento de acatar este regulamento e demais normas referentes ao uso da informática.

CAPÍTULO II RESPONSABILIDADES

Art. 3º São responsabilidades da Secretaria Municipal de Administração, Obras e Serviços Urbanos:

- I – promover a divulgação da Instrução Normativa mantendo-a atualizada e à disposição de todos os servidores, orientando as unidades executoras sobre a sua aplicação, e velando pelo seu fiel cumprimento;
- II – promover discussões técnicas com as unidades executoras e com a Unidade Central de Controle Interno para definir as rotinas de trabalho e os respectivos procedimentos de controle que devem ser objeto de alteração, atualização ou expansão sempre que se fizer necessário;
- III – promover o uso da informação e tecnologia da informação como instrumento estratégico de gestão e modernizador da Administração Pública Municipal.

Art. 4º São responsabilidades do Setor de Tecnologia da Informação:

- I – analisar periodicamente a efetividade da Política de Segurança da Informação, propondo mecanismos para sua melhoria contínua;
- II – avaliar as mudanças impactantes na exposição dos recursos de tecnologia da informação a riscos, identificando as principais ameaças;
- III – analisar criticamente os incidentes de segurança da informação e ações corretivas correlatas;
- IV – atender às solicitações da unidade responsável pela Instrução Normativa, quanto ao fornecimento de informações e à participação no processo de sua revisão;
- V – cumprir fielmente as determinações da Instrução Normativa, em especial quanto aos procedimentos de controle e quanto à padronização dos procedimentos na geração de documentos, dados e informações;
- VI – conscientizar os usuários internos em relação aos conceitos e as práticas de segurança da informação;
- VII – comunicar ao superior imediato e à unidade competente em caso de comprometimento da segurança e quaisquer outras falhas, desvios ou violação das regras estabelecidas para adoção de medidas cabíveis;
- VIII – prestar atendimento aos usuários, dando-lhes orientações, sanando dúvidas quanto aos recursos computacionais disponíveis, uso de

softwares, internet e de como fazer uso desses recursos com racionalidade e o máximo de eficiência possível;

IX – cadastrar usuários nos sistemas disponíveis e de internet;

X – zelar pela segurança do servidor armazenador de dados, bem como pela guarda dos arquivos;

XI - realizar auditorias periódicas dos ativos, de forma a aferir o correto cumprimento da Política de Segurança da Informação.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

SEÇÃO ÚNICA

DAS OBRIGAÇÕES E PERMISSÕES DOS USUÁRIOS

Art. 5º São considerados usuários autorizados para utilização dos sistemas de informações e das redes de computadores da Prefeitura todos os servidores municipais.

Parágrafo único. Compete ao Setor de Tecnologia da Informação a concessão de autorizações de acesso ao que se refere o caput deste artigo, mesmo aquelas de caráter especial ou por tempo determinado, desde que esta utilização esteja de acordo com as determinações deste regulamento.

Art. 6º Nenhum usuário poderá ter acesso, copiar, alterar ou remover arquivos de terceiros sem autorização explícita do usuário a quem os arquivos pertencam.

Parágrafo único. Ressalvam-se do dispositivo previsto no caput deste artigo, os casos especiais protegidos por lei ou regulamento.

Art. 7º O usuário é responsável por sua identificação na rede corporativa (login) e deverá protegê-lo de acessos de terceiros através de senhas secretas e procedimentos de segurança.

Art. 8º O usuário é inteiramente responsável pelo uso de sua conta de acesso à rede, senha e outros tipos de autorização, que são de uso individual e intransferível, e não podem ser compartilhados com terceiros.

Art. 9º É vedado ao usuário autorizar acesso de terceiros aos recursos de informática ou rede da Prefeitura, executando, instalando ou modificando a configuração de software ou hardware, sem a prévia autorização do Setor de Tecnologia da Informação.

Art. 10 O usuário é responsável pela manutenção de senhas seguras, devendo seguir normas e procedimentos padronizados e divulgados pelo Setor de Tecnologia da Informação.

Art. 11 O usuário é totalmente responsável por ações indevidas que venham a ser efetuadas a partir de sua conta de acesso à rede, caso alguém obtenha o acesso à sua conta devido à não utilização de senhas seguras ou por acessar sites duvidosos.

Art. 12 O usuário tem o dever de respeitar a propriedade intelectual e os direitos autorais, sob as penas previstas em lei.

Art. 13 Nenhum usuário pode, sob quaisquer circunstâncias, usar computadores e redes da Prefeitura para difamar, caluniar ou molestar outras pessoas.

Parágrafo único. Fica expressamente proibido a utilização de logins considerados fakes para ações previstas no caput deste parágrafo.

Art. 14 Entende-se por molestamento o uso intencional dos recursos de informática ou redes para:

I - perturbar, amedrontar, ameaçar ou ofender pessoas usando linguagem ou qualquer outro mecanismo ou material que comprometam a integridade física ou moral do receptor ou de sua família;

II - contatar alguém várias vezes com a intenção de perturbá-lo, enviando ou não mensagens, seja quando não existe uma proposta de comunicação ou quando o receptor expressa o desejo de finalizar a comunicação;

III - não disponibilizar recursos computacionais de forma intencional;

IV - invadir a privacidade da Prefeitura, seus usuários ou de terceiros.

§ 1º Os usuários não podem, deliberadamente, sobrecarregar os recursos computacionais ou de rede corporativa da Prefeitura.

§ 2º É vedado ao usuário conectar computadores mono e/ou multiusuário e servidores de rede ou similares de qualquer espécie, à rede de computadores da Prefeitura sem notificação e autorização dos administradores ou dos supervisores responsáveis pela rede computacional, assim como acessar a Internet por outro provedor que não seja o da Prefeitura.

Art. 15 É dever do usuário estar ciente do potencial e das possíveis consequências da manipulação de informações que acessa e/ou utiliza.

Art. 16 Os interessados, ao se cadastrarem como usuários dos recursos de informática e redes da Prefeitura, devem preencher e assinar uma ficha cadastral, manifestando conhecimento e concordância com as normas específicas e padrões para utilização e acesso aos recursos de cada unidade administrativa.

Art. 17 Os usuários, supervisores e administradores de rede tem o dever de denunciar qualquer desrespeito a este regulamento, tomando imediatamente as seguintes providências:

I - comunicar ao chefe imediato, à direção da unidade administrativa e ao Setor de Tecnologia da Informação;

II - manter o sigilo, para garantir a segurança e a conservação dos recursos.

Art. 18 Os usuários deverão estar cientes das regras e normas de uso dos recursos computacionais, evitando, desse modo, os procedimentos que prejudicam ou impedem outras pessoas de terem acesso a esses recursos ou de usá-los de acordo com o que é determinado.

Art. 19 Todo servidor que tiver conhecimento de ato ilícito praticado no uso dos recursos computacionais, assim como qualquer comportamento considerado inaceitável ou suspeito de violação dessas normas, deverá comunicar o fato imediatamente ao seu superior imediato, ao controle interno e/ou suporte técnico.

CAPÍTULO IV DOS PROCEDIMENTOS SEÇÃO I DO ACESSO ÀS INFORMAÇÕES

Art. 20 O acesso especial a senhas, informações ou outros privilégios só podem ser usados para o exercício de tarefas oficiais, como supervisão e administração das redes.

Art. 21 Informações obtidas por meio de direitos especiais e privilégios devem ser tratados como privativas e totalmente confidenciais pelos administradores de rede, que responderão por qualquer uso indevido.

Art. 22 Ao deixar de ser servidor da Prefeitura, ou ao ser nomeado para assumir uma nova função e/ou novas responsabilidades, o usuário não poderá fazer uso de benefícios, contas, senhas de acesso, direitos especiais ou informações aos quais não está autorizado em sua nova situação.

Parágrafo único. Privilégios especiais não são incorporados permanentemente aos direitos dos usuários.

Art. 23 O Setor de Tecnologia da Informação poderá suspender todos os privilégios de determinado usuário em relação ao uso das redes e computadores sob sua responsabilidade, por razões disciplinares ou relacionadas à segurança dos dados e informações e ao bem-estar dos servidores municipais ou da Prefeitura.

Parágrafo único. A ação de que trata este artigo será efetivada mediante comunicação e autorização do Chefe Superior do usuário infrator.

Art. 24 Todos os computadores conectados à rede da Prefeitura ou das unidades administrativas devem obedecer aos procedimentos padronizados estabelecidos pelo Setor de Tecnologia da Informação.

Art. 25 É facultado aos administradores de rede o acesso a todos os equipamentos ligados à rede, de forma a ser possível a realização de procedimentos de auditoria, controle, manutenção e segurança que se fizerem necessários.

Parágrafo único. Considerar-se-á também procedimentos de auditoria, controle, manutenção e segurança a que se refere o caput deste artigo, análise aos logs de eventos gerados por acessos aos servidores dedicados de rede, os quais serão armazenados durante o período máximo de uma semana ou enquanto houver espaço físico para armazenamento dos mesmos.

SEÇÃO II Do Correio Eletrônico (e-mail)

Art. 26 Acesso ao sistema de correio eletrônico será disponibilizado aos usuários com necessidade manifesta de usá-lo como ferramenta de apoio às atividades profissionais.

Art. 27 Não será permitido participar, criar, ou distribuir voluntariamente mensagens indesejáveis, como circulares, manifestos políticos, correntes de cartas ou similares que possam prejudicar o trabalho de terceiros, causar excessivo tráfego na rede ou sobrecarregar os sistemas computacionais desnecessariamente.

Art. 28 Ficará proibido utilizar os serviços para envio de SPAM. Considera-se SPAM o envio em massa de e-mails para usuários que não os solicitaram de forma explícita e com os quais o remetente não mantenha qualquer vínculo de relacionamento profissional e cuja quantidade comprometa o bom funcionamento dos servidores de E-Mail.

Art. 29 O usuário não deverá abrir E-Mails com arquivos anexados quando não conhecer o remetente sob o risco de estar infectando com vírus seu equipamento.

Art. 26 Não é permitido o uso de endereços de e-mail para troca de informações ligadas a práticas que infrinjam qualquer lei nacional ou internacional.

SEÇÃO III Das vedações do uso da Internet

Art. 30 O uso da Internet deverá ser controlado e restrito às atividades profissionais, no sentido de manter os mais altos níveis de qualificação em prol da atualização da informação. Os acessos à internet por meio dos recursos do Município, devem ser utilizados única e exclusivamente para a realização de atividades ligadas privativamente às atividades institucionais e vinculadas às atribuições do cargo.

Art. 31 Será inaceitável utilizar-se dos serviços internos de Internet do Município desvirtuando sua finalidade, com o intuito de cometer fraudes.

Art. 32 Não é permitido desfrutar de quaisquer ferramentas para baixar músicas, vídeos ou jogos e outros, exceto se o acesso for necessário para realização das atividades do Setor.

Art. 33 Não é permitido visualizar, criar, postar, carregar ou encaminhar quaisquer arquivos ou mensagens de conteúdos abusivos, obscenos, insultuosos, sexualmente tendenciosos, pornográficos, ofensivos, difamatórios, agressivos, ameaçadores, vulgares, racistas, de apologia ao uso de drogas, de incentivo à violência ou outro material que possa violar qualquer lei aplicável.

Art. 34 Ficará expressamente proibido utilizar ferramentas que burlam a segurança, para usufruir serviços que não lhes são autorizados.

Art. 35 Não será permitida a manutenção não autorizada de páginas pessoais ou de serviços particulares envolvendo comercialização pela Internet utilizando os recursos computacionais do Município.

SEÇÃO IV

Da Assistência Técnica aos Recursos Computacionais

Art. 36 Qualquer problema nos recursos computacionais do Município deverá ser comunicado pelo usuário ao Setor de TI.

Art. 37 É proibido o encaminhamento para manutenção terceirizada de qualquer equipamento sem conhecimento e autorização do Setor de Tecnologia da Informação.

CAPÍTULO V

DAS PROIBIÇÕES

Art. 38 Os usuários não podem utilizar qualquer software ou outro dispositivo para interceptar ou decodificar senhas ou similares.

Art. 39 É proibida toda e qualquer tentativa deliberada de retirar o acesso à rede ou a qualquer recurso de informática da Prefeitura, ou de prejudicar o seu rendimento.

Art. 40 É proibido autorizar acesso aos equipamentos ou sistemas a qualquer pessoa sem conhecimento e autorização do Setor de Tecnologia da Informação.

Art. 41 Os usuários não podem instalar nenhum tipo de software nos computadores sem a prévia autorização e acompanhamento do Setor de Tecnologia da Informação.

Art. 42 É considerado como procedimento grave:

I - criar ou propagar quaisquer tipos de Praga Virtual;

II - danificar serviços e arquivos;

III - destruir ou danificar intencionalmente equipamentos, software ou dados pertencentes à Prefeitura ou a outros usuários;

IV - obter acesso a qualquer recurso não autorizado;

V - destituir e/ou instituir direitos para outros usuários;

VI - instalação de software não autorizado.

§ 1º É proibida a veiculação de nomes de empresas, instituições ou pessoas junto aos sistemas de informação da Prefeitura que não estejam oficialmente reconhecidas através de convênios de cooperação ou parceria acadêmica, técnica ou científica.

§ 2º É proibida a utilização dos recursos de informática e redes para fins particulares, ou em benefício de organizações que não tenham relação ou não sejam do interesse da Prefeitura.

CAPÍTULO VII

DAS ADVERTÊNCIAS E PENALIDADES

Art. 43 A Administração se resguardará do direito de monitorar e interferir no tráfego de rede da Prefeitura, sempre que julgar necessário e sem aviso prévio, com o propósito de verificar o cumprimento dos padrões de segurança, além de fiscalizar e auditar todos os equipamentos eletrônicos, ambiente de rede, internet, contas de correio eletrônico corporativas.

Art. 44 O primeiro incidente envolvendo um usuário, será tratado a nível do Setor de Tecnologia da Informação, o qual tomará as providências previstas nesta Instrução Normativa ou em normas internas, com posterior registro da ocorrência.

Art. 45 Reincidências e incidentes considerados graves deverão ser tratados pelo Setor de Tecnologia da Informação, o qual informará o caso aos órgãos competentes, caso necessário, para determinação das sanções a serem impostas, com posterior registro da ocorrência.

Art. 46 Sempre que julgar necessário para a preservação da integridade dos recursos computacionais e segurança da informação ou em caso de constatação e identificação de não conformidade às normas, o Departamento de Informática fará imediatamente o bloqueio temporário da conta de acesso e comunicará o superior imediato o teor da infração e o nome do responsável para que sejam tomadas as medidas cabíveis para a apuração dos fatos;

Art. 47 Caso a violação de alguma norma for passível de aplicação de penalidade além das aqui determinadas, incluindo as situações consideradas graves ou reincidentes, o caso será apurado mediante a instauração de Processo de Sindicância, podendo derivar para Processo

Administrativo Disciplinar, considerando que, sempre que tiver ciência de irregularidade no Serviço Público, acha-se obrigada a autoridade competente de promover a sua apuração imediata.

CAPÍTULO VIII DAS PRÁTICAS RECOMENDADAS

Art. 48 São orientações práticas por parte do Setor de Tecnologia da Informação, visando normas de conduta quanto ao uso dos recursos tecnológicos:

- I – desligar os equipamentos corretamente, após cada término de expediente, principalmente computadores, impressoras e demais periféricos.
- II – evitar acesso a serviços de streaming, principalmente vídeos, quando não forem específicos e inerentes para a atividade profissional;
- III – o uso de smartphones e seus aplicativos, desde que voltados à assuntos de interesse público e profissional e não particular, e ainda, em momentos de não atendimento ao munícipe;
- IV – realização de backups rotineiros dos sistemas sob sua responsabilidade.

Parágrafo único. O que tange o inciso IV, deste artigo, buscar orientações junto ao Setor de Tecnologia da Informação, sobre a melhor forma de realização dos backups.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 49 O descumprimento do previsto nos procedimentos aqui definidos será objeto de instauração de sindicância e de processo administrativo disciplinar para apuração da responsabilidade da realização do ato contrário às normas instituídas, na qual terá como base legal para instauração do mesmo à Lei Complementar Municipal nº. 039/2011.

Art. 50 Todos os recursos de tecnologia da informação da prefeitura devem ser inventariados, classificados, atualizados periodicamente e mantidos em condição de uso.

Art. 51 Cada recurso de tecnologia da informação deverá ter um responsável formalmente designado.

Art. 52 O possível desconhecimento dessas normas por parte do usuário não o isenta das responsabilidades e das sanções aplicáveis, nem poderá minimizar as medidas cabíveis.

Art. 53 Os termos contidos nesta Instrução Normativa, não eximem a observância das demais normas competentes, que devem ser respeitadas.

Art. 54 Esta Instrução Normativa deverá ser atualizada sempre que fatores organizacionais, legais e/ou técnicos assim exigirem, bem como manter o processo de melhoria contínua dos serviços públicos municipais.

Art. 55 Integra para todos os fins e efeitos esta Instrução Normativa o seguinte Anexo:

Anexo I - Ficha cadastral de usuário

Art. 56 Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga, 10 de janeiro de 2020.

Nadir T. Etges
Coordenadora de Controle Interno
CPF 831.973.899-72 Matr. 1455/06

ANEXO I FICHA CADASTRAL DE USUÁRIO

Nome:

CPF:

Usuário:

Login:

Declaro para todos os fins e efeitos, que tenho conhecimento do conteúdo da Instrução Normativa n. 01/2020, que dispõe sobre a regulamentação da utilização dos recursos de informática e redes da Prefeitura Municipal de Itapiranga, visando estabelecer uma política de segurança dos dados e informações da instituição e a privacidade efetiva dos usuários.

Itapiranga(SC),

Nome
Matrícula

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019 / QUADRIMESTRE SETEMBRO-DEZEMBRO

CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITAPIRANGA - SC
Relatório de Gestão Fiscal
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: 266.528/12047

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2019 / Quadrimestre Setembro-Dezembro

Poder: Legislativo

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1.00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	LIQUIDADAS													
	Jan/2019	Fev/2019	Mar/2019	Abr/2019	Mai/2019	Jun/2019	Jul/2019	Ago/2019	Sep/2019	Out/2019	Nov/2019	Dez/2019	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)														
Pessoal Ativo	93.830,08	95.792,42	90.198,10	93.278,48	92.817,17	92.915,91	77.392,02	109.168,26	76.359,99	108.098,67	101.040,82	176.366,29	1.207.258,21	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	93.830,08	95.792,42	90.198,10	93.278,48	92.817,17	92.915,91	77.392,02	109.168,26	76.359,99	108.098,67	101.040,82	176.366,29	1.207.258,21	0,00
Obrigações Patronais	79.689,83	79.960,47	74.015,14	77.089,64	76.708,41	76.790,05	77.391,97	76.790,05	76.359,99	76.085,20	101.040,82	128.221,27	1.000.142,84	0,00
Benefícios Previdenciários	14.140,25	15.831,95	16.182,96	16.188,84	16.108,76	16.125,86	0,05	32.378,21	0,00	32.013,47	0,00	48.145,02	207.115,37	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	17.399,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.399,03	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	17.399,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.399,03	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	76.431,05	95.792,42	90.198,10	93.278,48	92.817,17	92.915,91	77.392,02	109.168,26	76.359,99	108.098,67	101.040,82	176.366,29	1.189.859,18	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	64.014.130,54	-
(-) Transfêrencias obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	363.087,00	-
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	63.651.043,54	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	1.189.859,18	1,87
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 06,00%	3.819.062,61	6,00
LIMITE PRECATORIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 05,70%	3.628.109,48	5,70
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 05,40%	3.437.156,35	5,40

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITAPIRANGA. Emissão: 13/01/2020, às 08:07:31.

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA:

Identificador: WPR3141101-2907-BDVG-316602394 - Emitido por: OTAVIANO JOSE AMARO GUERRA

Pág 1 / 2



CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITAPIRANGA - SC

Relatório de Gestão Fiscal
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: 266.528.12047
Poder: Legislativo

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2019 / Quadrimestre Setembro-Dezembro

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL					
2019			Exercício do primeiro período seguinte		
3º Quadrimestre			Primeiro período seguinte		
Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3 * c)	Limite (e) = (b-d)	% DTP (f)
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			Exercício do segundo período seguinte		
			Segundo período seguinte		
			Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (a)	% DTP (i)
			0,00	0,00	0,00

¹ DTP corresponde à Despesa Total com Pessoal.

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019 / BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

Publicação Nº 2309577

CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITAPIRANGA - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2019 / Bimestre Novembro-Dezembro



RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48) Em Reais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até 6º Bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	0,00
Previsão Atualizada	0,00
Receitas Realizadas	0,00
Déficit Orçamentário	1.528.421,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	0,00
DESPESAS	
Doação Inicial	1.720.793,00
Créditos Adicionais	0,00
Doação Atualizada	1.720.793,00
Despesas Empenhadas	1.528.421,00
Despesas Liquidadas	1.528.421,00
Despesas Pagas	1.528.421,00
Superávit Orçamentário	0,00

DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Até 6º Bimestre
Despesas Empenhadas	1.528.421,00
Despesas Liquidadas	1.528.421,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até 6º Bimestre
Receita Corrente Líquida	0,00

RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	Até 6º Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	0,00
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	0,00
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADOS NOMINAIS E PRIMÁRIO	Meta fixada no anexo de metas fiscais da LDO (a)	Resultado apurado Até 6º Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal	5.981.846,99	(1.528.421,00)	(25,55)
Resultado Primário	(153.482,04)	(1.528.421,00)	995,83

Identificador: WPR3131101-2907-XKDK-316804339 - Emitido por: OTAVIANO JOSE AMARO GUERRA

Pág 1 / 3



CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITAPIRANGA - SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2019 / Bimestre Novembro-Dezembro

RESTOS A PAGAR A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Canc. Até 6º Bimestre	Pag. Até 6º Bimestre	Saldo a pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até 6º Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até 6º Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	0,00	25,00	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	0,00	0,00	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	0,00	60,00	0,00
Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado Até 6º Bimestre	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	5.876,00	15.924,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

Identificador: WPR3131101-2907-XDK-316604339 - Emitido por: OTAVIANO JOSE AMARO GUERRA

Pág 2 / 3



CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITAPIRANGA - SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2019 / Bimestre Novembro-Dezembro

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor Apurado Até 6º Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até 6º Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exer.	% Aplicado Até 6º Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	0,00	15,00	0,00

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas / RCL (%)	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITAPIRANGA. Emissão: 13/01/2020, às 08:43:27.

NOTA:

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019 / BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

Publicação Nº 2309576

CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITAPIRANGA - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2019 / Bimestre Novembro-Dezembro



FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No 6º Bimestre	Até 6º Bimestre (b)	% (b/total b)	No 6º Bimestre	Até 6º Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	1.720.793,00	1.720.793,00	319.421,80	1.528.421,00	100,00	322.732,08	1.528.421,00	100,00	192.372,00	0,00
LEGISLATIVA	1.720.793,00	1.720.793,00	319.421,80	1.528.421,00	100,00	322.732,08	1.528.421,00	100,00	192.372,00	0,00
Agto Legislativa	1.720.793,00	1.720.793,00	319.421,80	1.528.421,00	100,00	322.732,08	1.528.421,00	100,00	192.372,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	1.720.793,00	1.720.793,00	319.421,80	1.528.421,00	100,00	322.732,08	1.528.421,00	100,00	192.372,00	0,00

RR - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

Fonte: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITAPIRANGA, Emissão: 13/01/2020, às 08:32:28.

NOTA:

Identificador: WPR3021101-2907-WLRB-316603896 - Emitido por: OTAVIANO JOSE AMARO GUERRA

Pág 1 / 2



CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITAPIRANGA - SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2019 / Bimestre Novembro-Dezembro

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS					
(a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
	(b)	% (b/III b)	(c) = (a-b)	(d)	% (d/III d)
				(e) = (a+d)	(f)

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019 / BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

Publicação Nº 2309575

CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITAPIRANGA - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2019 / Bimestre Novembro-Dezembro



RREO - Anexo I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (d-e)
			Nº 6º Bimestre (b)	% (b/a)	Até 6º Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Identificador: WPR3011101-2807-IYS-316604238 - Emitido por: OTAVIANO JOSE AMARO GUERRA

Pág 1 / 5



CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITAPIRANGA - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2019 / Bimestre Novembro-Dezembro

[illegible]



CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITAPIRANGA - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2019 / Bimestre Novembro-Dezembro

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ 6º Bimestre (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No 6º Bimestre	Até 6º Bimestre (f)		No 6º Bimestre	Até 6º Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	1.720.793,00	1.720.793,00	319.421,80	1.528.421,00	192.372,00	322.732,08	1.528.421,00	192.372,00	1.528.421,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	1.688.993,00	1.698.993,00	315.021,80	1.522.545,00	176.448,00	318.332,08	1.522.545,00	176.448,00	1.522.545,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	1.421.354,00	1.351.354,00	277.407,11	1.207.258,21	144.095,79	277.407,11	1.207.258,21	144.095,79	1.207.258,21	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	267.639,00	347.639,00	37.614,69	315.286,79	32.352,21	40.924,97	315.286,79	32.352,21	315.286,79	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	31.800,00	21.800,00	4.400,00	5.876,00	15.924,00	4.400,00	5.876,00	15.924,00	5.876,00	0,00
Investimentos	31.800,00	21.800,00	4.400,00	5.876,00	15.924,00	4.400,00	5.876,00	15.924,00	5.876,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	1.720.793,00	1.720.793,00	319.421,80	1.528.421,00	192.372,00	322.732,08	1.528.421,00	192.372,00	1.528.421,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (XI + XII)	1.720.793,00	1.720.793,00	319.421,80	1.528.421,00	192.372,00	322.732,08	1.528.421,00	192.372,00	1.528.421,00	0,00
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	1.720.793,00	1.720.793,00	319.421,80	1.528.421,00	-	322.732,08	1.528.421,00	-	1.528.421,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITAPIRANGA. Emissão: 13/01/2020, às 08:37:46.

¹ O déficit será apurado pela diferença entre a receita realizada e a despesa liquidada nos cinco primeiros bimestres e a despesa empenhada no último bimestre.

NOTA:

Identificador: WPR3011101-2907-1YIS-316804238 - Emitido por: OTAVIANO JOSE AMARO GUERRA

Pág 3 / 5

CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITAPIRANGA - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2019 / Bimestre Novembro-Dezembro



RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a-c)
			No 6º Bimestre (b)	% (b/a)	Até 6º Bimestre (c)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Identificador: WPR301101-2907-1YIS-31604238 - Emitido por: OTAVIANO JOSE AMARO GUERRA

CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITAPIRANGA - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2019 / Bimestre Novembro-Dezembro



Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ 6º Bimestre (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No 6º Bimestre	Até 6º Bimestre (f)		No 6º Bimestre	Até 6º Bimestre (h)			
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Identificador: WPR3011101-2907-1YIS-31604238 - Emitido por: OTAVIANO JOSE AMARO GUERRA

Pag 5 / 5

Itapoá

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 4261, DE 13 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2309888

DECRETO MUNICIPAL Nº 4261, DE 13 DE JANEIRO DE 2020

Dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares, proveniente de operações de crédito.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito de Itapoá, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 68, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com os artigos 41, inciso I e 43, inciso IV, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964 e artigo 5º da Lei Orçamentária nº 962, de 09 de dezembro de 2019 - LOA 2020,

DECRETA:

Art. 1º Abre-se no Orçamento Municipal créditos adicionais suplementares, proveniente de operações de crédito, perfazendo o montante de R\$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil) conforme segue:

Suplementações:

09 SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA

001 Departamento de Agricultura

0020.0608.0012.1040 Construção do Mercado Público Municipal Baln. Itapema do Norte

34490 Ap. Diretas Op. Crédito Internas - FINISA 01830500 (605) R\$ 2.500.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 2.500.000,00

Art. 2º Serviram como recursos para abertura do crédito de que trata o presente Decreto as receitas provenientes da Operação de crédito autorizada pela Lei nº 912, de 09 de setembro de 2019.

§ 1º Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 13 de janeiro de 2020.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito de Itapoá

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

Chefe de Gabinete

CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR

Secretário da Fazenda

PORTARIA Nº 5605/2019

Publicação Nº 2309558

PORTARIA Nº 5.605/2019.

De: 20 de dezembro de 2019.

DISPÕE SOBRE RERRATIFICAÇÃO DE PORTARIA DE READAPTAÇÃO DE SERVIDOR(A)

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Municipal 44/2014, e conforme:

· Resultado do Laudo Médico;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a rerratificação da Portaria nº 5.375 de 23.10.19 de readaptação do(a) Servidor(a) ELENITA SEBEN REICHARDT JUNG, investido(a) no cargo efetivo de PROFESSOR II, no nível salarial N II – H, mantendo as condições de trabalho da mesma, porém alterando a sua jornada de trabalho de 04 horas/dia para 08 horas/dia, de acordo com a carga horária inicial de Concurso Público.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 20 de dezembro de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento

de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 5634/2020

Publicação Nº 2309559

PORTARIA Nº 5.634/2020.

De: 09 de janeiro de 2020.

DISPÕE SOBRE RATIFICAÇÃO DE PORTARIA DE READAPTAÇÃO DE SERVIDOR(A)

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Municipal 44/2014, e conforme:

· Resultado do Laudo Médico;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a ratificação da Portaria nº 1.800 de 25.10.17 de readaptação do(a) Servidor(a) ROSELI GONÇALVES PINHEIRO, investido(a) no cargo efetivo de COZINHEIRA, no nível salarial N II – I, mantendo as condições de trabalho da mesma.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 09 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 5635/2020

Publicação Nº 2309560

PORTARIA Nº 5.635/2020.

De: 09 de janeiro de 2020.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO
AUXÍLIO-DOENÇA DE SERVIDOR(A)

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; e conforme:

· Resultado do Laudo Médico;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) Servidor(a) JUREMA DO ROCIO SARTOR, investido(a) no cargo efetivo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, no nível salarial IV – G, com vencimentos integrais, a partir de 17.12.19 e término em 17.03.20.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 17.12.19.

Itapoá - SC, 09 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 5636/2020

Publicação Nº 2309561

PORTARIA Nº 5.636/2020.
De: 09 de janeiro de 2020.
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO
AUXÍLIO-DOENÇA DE SERVIDOR(A)

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; e conforme:

· Resultado do Laudo Médico;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) Servidor(a) CHRISTIANE CHRISTINE CAMPANA PERES, investido(a) no cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, no nível salarial IV – B, com vencimentos integrais, a partir de 16.12.19 e término em 01.02.20.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 16.12.19.

Itapoá - SC, 09 de janeiro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos
CONFERIDO E PUBLICADO:

_____/_____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PREGÃO Nº04-20-FOLHA PAGAMENTO

Publicação Nº 2309569

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº04/2020
PROCESSO Nº 04/2020

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Maior Lance ou Oferta, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 08h:30min receberá o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09h:00min do dia 30 de janeiro de 2020, na sala do Setor de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, realizará Sessão Pública para abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável à participação no certame para a CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PROCESSAR E GERENCIAR OS CRÉDITOS PROVENIENTES DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS AGENTES PÚBLICOS E SERVIDORES PÚBLICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. O Edital poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br no link "pregão", ou extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou até mesmo na Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos das 07h:30m às 13h:30m.

Itapoá, 09 de janeiro de 2020.

ANGELA MARIA PUERARI
DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 3479/2018

JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 009/2020 EDITAL 077/2019 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Publicação Nº 2309887

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 009/2020
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 077/2019
TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Sandra Regina Medeiros da Silva, Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais CONVOCA a candidata Maria Lúcia Grassi para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim

de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados (cópia).

- Ø Cédula de Identidade (RG);
 - Ø Cadastro de Pessoa Física (CPF);
 - Ø Título de Eleitor;
 - Ø Certidão de Quitação Eleitoral (internet);
 - Ø Certidão de nascimento ou casamento;
 - Ø Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
 - Ø Uma foto recente;
 - Ø Comprovante de residência;
 - Ø Certificado do curso técnico;
 - Ø Registro no COREN/SC;
 - Ø Certidão de nascimento dos filhos;
 - Ø Atestado de vacinação dos filhos menores de 05 anos;
 - Ø Certidão de Antecedentes Criminais (Poder Judiciário);
 - Ø Certidão de Regularização do CPF (internet);
 - Ø Declaração de Qualificação Social (consultacadastral.inss.gov.br);
 - Ø Declaração de Bens e ou IRRF;
 - Ø Tipagem sanguínea;
 - Ø Laudo médico;
 - Ø Conta corrente na Caixa Econômica Federal de Itapoá (RH fornece declaração para abertura da conta)
- Itapoá, 13 de Janeiro de 2020

Sandra Regina Medeiros da Silva
Secretária Municipal de Saúde

Ituporanga

PREFEITURA

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N º 02/2020/PMI CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA (MATERIAIS E MÃO DE OBRA) PARA PAVIMENTAÇÃO DA RUA ONDINO DE SOUZA COM LAJOTAS DE CONCRETO - CONVÊNIO ESTADO Nº 2019TR001498

Publicação Nº 2309816

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 2/2020

Processo: 02/2020

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA (MATERIAIS E MÃO DE OBRA) PARA PAVIMENTAÇÃO DA RUA ONDINO DE SOUZA COM LAJOTAS DE CONCRETO - CONVÊNIO ESTADO Nº 2019TR001498. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Global. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 29 de janeiro de 2020 até as 09h00min horas no setor de Protocolo. ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: Dia 29 de janeiro de 2020 às 09h30min horas na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 08h00min às 12h00min e das 14h00min as 17h00min horas e pelo fone (**47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br, no link Prefeitura/Editais/Licitações. Ituporanga, 14 de janeiro de 2020 – Gervasio Jose Maciel – Prefeito em exercício

PORTARIA Nº 0031, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2310357

PORTARIA Nº 0031, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL Prefeito em exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município e conferida pelo art. 140, inciso II da Lei complementar nº 020/2008, RESOLVE;

Art. 1º Conceder licença gestação à servidora LAUANA KAROLAINÉ HENRIQUETA, ocupante do cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, na Secretaria da Administração, com desempenho da função no DEMUTRAN, no período de 26/12/2019 a 23/04/2020, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de dezembro de 2019.
Ituporanga, SC, 13 de janeiro de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

PORTARIA Nº 0033, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2310360

PORTARIA Nº 0033, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga – SC e conforme a Lei Complementar nº 20/2008, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a pedido, a servidora ELIZA GOEDERT MEES, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, em virtude de sua aposentadoria.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 31 de dezembro de 2019.
Ituporanga, SC, 13 de janeiro de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN
Secretária da Educação

PORTARIA Nº 0034, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2310362

PORTARIA Nº 0034, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga – SC e conforme a Lei Complementar nº 20/2008, RESOLVE: Art. 1º EXONERAR, a pedido, a servidora ZELIA MARIA WALTRICH, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, em virtude de sua aposentadoria.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 31 de dezembro de 2019.
Ituporanga, SC, 13 de janeiro de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNS CLASEN
Secretária da Educação

PORTARIA Nº 0035, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2310363

PORTARIA Nº 0035, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga – SC e conforme a Lei Complementar nº 20/2008, RESOLVE: Art. 1º EXONERAR, a pedido, a servidora RITA DE CÁSSIA SOUZA PEREIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, em virtude de sua aposentadoria.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 31 de dezembro de 2019.
Ituporanga, SC, 13 de janeiro de 2020.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNS CLASEN
Secretária da Educação

CÂMARA MUNICIPAL

1º TERMO ADITIVO/CONTRATO Nº 02/2019

Publicação Nº 2310632

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2019 – CM/ITU

CONTRATO QUE CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC E A EMPRESA PERSONAL NET TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO LTDA PARA SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO, POR MEIO DE CARTÃO MAGNÉTICO, AOS SERVIDORES DA CONTRATANTE.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 79.369.633/0001-21, com sede administrativa na Rua Vereador Joaquim Boing, nº 40, Centro, Ituporanga/SC, CEP 88400-000, representada neste ato por seu Presidente, Senhor ADRIANO JOSÉ COELHO, CPF nº 005.965.759-63.

CONTRATADA: PERSONAL NET TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 09.687.900/0002-04, com sede na Rua Blumenau, nº 178, Loja 02, Bairro América, Cidade de Joinville/SC, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr. Deny Guazi Rezende, CPF nº 157.774.486-15 e RG nº 6308203.

Os CONTRATANTES têm entre si justos e avençados os termos do presente termo aditivo ao contrato em epígrafe resultante do Processo de Licitação nº 09/2018, Pregão Presencial nº 07/2018, homologado em 11/12/2018, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente contrato a execução do serviço de gerenciamento e fornecimento de auxílio alimentação, por meio de cartão magnético, aos servidores da Câmara Municipal de Ituporanga/SC, conforme Termo de Referência do Edital de Pregão Presencial nº 07/2018 e itens constantes na proposta vencedora.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETIVO DO PRESENTE TERMO

2.1 - O presente termo aditivo tem como objetivo a majoração, em 25%, do valor contratual original acertado entre as partes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO TERMO ADITIVO

3.1 - O valor total deste termo aditivo, para cobrir as despesas relativas, será de R\$ 10.692,00 (dez mil, seiscentos e noventa e dois reais) a serem pagos de acordo com o número de auxílio concedidos durante a vigência do presente termo, sendo o valor do auxílio-alimentação atualmente fixado em R\$ 400,00 (quatrocentos reais) mensais por servidor.

CLÁUSULA QUARTA – DA DESPESA

4.1 - A despesa com este termo aditivo correrá à conta da seguinte dotação orçamentária:

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição
1	CÂMARA DE VEREADORES
1	Câmara de Vereadores
2001	Funcionamento e Manutenção da Câmara de Vereadores
3.3.90.46.01.000000	Auxílio-alimentação em Pecúnia
1000601	Recursos Ordinários

CLÁUSULA QUINTA – DO FUNDAMENTO LEGAL

5.1 - O presente termo aditivo decorre da previsão contratual inserta na Cláusula Sexta da avença originária, da manifestação de interesse da CONTRATANTE, e encontra amparo legal no artigo 65, inciso I, alínea "b" da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS

6.1 - Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Ituporanga/SC, 07 de novembro de 2019.

ADRIANO JOSÉ COELHO Presidente Câmara Municipal de Ituporanga/SC	PERSONAL NET TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO LTDA Contratada Representada por Deny Guazi Rezende
--	---

TESTEMUNHAS:

NOME: Jardel Pandini Regueira CPF: 089.470.369-27 RG n.º: 6.243.338/SSP-SC	NOME: Maurício Fróes Garcia CPF: 783.805.107-04 RG n.º: 04.159.561-2 SSP/RJ
--	---

Visto do órgão de assessoramento jurídico:

Célia Caroline Raitz de Lima
OAB/SC 47.512
Procuradora Legislativa
Câmara Municipal de Ituporanga/SC
Matrícula nº 211

Jaborá

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO 23 IASMIN

Publicação Nº 2309538

CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2018
CONVOCAÇÃO Nº 23

Jaborá, 13 de janeiro de 2020.

ILMO (A). SR. (A)
IASMIN SANT' ANNA MACHADO
JABORA- SC

Através do presente vimos CONVOCAR Vossa Senhoria à comparecer junto ao Setor de Pessoal da Prefeitura Municipal de Jaborá, em até 30 dias a contar do recebimento desta, para as providências referentes à posse no cargo de MÉDICA, conforme classificação no Concurso Público – Edital nº 002/2018, com seu resultado final homologado pelo Prefeito Municipal em exercício, em 01 de fevereiro de 2019, conforme § 1º, do Art. 14 da Lei Complementar 58, de 13 de dezembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais). Em caso de não comparecimento no período estabelecido, será convocado o classificado subsequente, sem direito a reclamação posterior ou qualquer espécie de recurso. Certo de poder contar com vosso comparecimento, expressamos protesto de estima e consideração, felicitando-o (a) pela honrosa colocação obtida.

ADELIR MANOEL INÁCIO
Prefeito Municipal

CLAUDIA CORRADI TONIELLO
Secretária de Administração

PROTOCOLO
Recebi 1º via em ____/____/____
Assinatura: _____
IASMIN SANT' ANNA MACHADO

CONVOCAÇÃO 24 ANA

Publicação Nº 2310242

CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2018
CONVOCAÇÃO Nº 24

Jaborá, 13 de janeiro de 2020.

ILMO (A). SR. (A)
ANA CARLA MACHADO
JABORÁ- SC

Através do presente vimos CONVOCAR Vossa Senhoria à comparecer junto ao Setor de Pessoal da Prefeitura Municipal de Jaborá, em até 30 dias a contar do recebimento desta, para as providências referentes à posse no cargo de MÉDICA, conforme classificação no Concurso Público – Edital nº 002/2018, com seu resultado final homologado pelo Prefeito Municipal em exercício, em 01 de fevereiro de 2019, conforme § 1º, do Art. 14 da Lei Complementar 58, de 13 de dezembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais). Em caso de não comparecimento no período estabelecido, será convocado o classificado subsequente, sem direito a reclamação posterior ou qualquer espécie de recurso. Certo de poder contar com vosso comparecimento, expressamos protesto de estima e consideração, felicitando-o (a) pela honrosa colocação obtida.

ADELIR MANOEL INÁCIO
Prefeito Municipal

CLAUDIA CORRADI TONIELLO
Secretária de Administração

PROTOCOLO
Recebi 1º via em ____/____/____
Assinatura: _____
ANA CARLA MACHADO

CONVOCAÇÃO 25 ERIK

Publicação Nº 2310243

CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2018
CONVOCAÇÃO Nº 25

Jaborá, 13 de janeiro de 2020.

ILMO (A). SR. (A)
ERIK LUIZ BONAMIGO
JABORÁ- SC

Através do presente vimos CONVOCAR Vossa Senhoria à comparecer junto ao Setor de Pessoal da Prefeitura Municipal de Jaborá, em até 30 dias a contar do recebimento desta, para as providências referentes à posse no cargo de MÉDICO, conforme classificação no Concurso Público – Edital nº 002/2018, com seu resultado final homologado pelo Prefeito Municipal em exercício, em 01 de fevereiro de 2019, conforme § 1º, do Art. 14 da Lei Complementar 58, de 13 de dezembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

Em caso de não comparecimento no período estabelecido, será convocado o classificado subsequente, sem direito a reclamação posterior ou qualquer espécie de recurso.

Certo de poder contar com vosso comparecimento, expressamos protesto de estima e consideração, felicitando-o (a) pela honrosa colocação obtida.

ADELIR MANOEL INÁCIO
Prefeito Municipal

CLAUDIA CORRADI TONIELLO
Secretária de Administração

PROTOCOLO
Recebi 1º via em ____/____/____
Assinatura: _____
ERIK LUIZ BONAMIGO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 07/2020

Publicação Nº 2309627

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

Município de Jaborá.

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Contrato Administrativo nº: 7/2020.

Objeto: LOCAÇÃO DE 5,0(CINCO) SALAS COM 16 M² CADA UMA DAS SALAS, ONDE OS MESMOS TERÃO ACESSO A COZINHA, BANHEIROS E ALMOXARIFADO, E REDE DE INTERNET, TUDO ANEXO AO PRÉDIO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS, DE PROPRIEDADES DO LOCADOR, PARA USO EXCLUSIVO DE FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E GESTÃO AMBIENTAL.

Valor: R\$ 1.650,00 (um mil e seiscentos e cinquenta reais) mensais

Vigência: O prazo de vigência é de a partir do dia 01 de janeiro de 2020 à 31 de dezembro de 2020, podendo ser renovado por acordo entre partes.

Contratantes: Município de Jaborá.

Contratada: SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE JABORÁ, inscrita no CNPJ sob o nº 82.779.174/0001-69.

Jaborá, SC, 13 de Janeiro de 2020.

Adelir Manoel Inácio
Prefeito Municipal

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 8/2020

Publicação Nº 2310773

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

Município de Jaborá.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 51/2019

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 103/2019.

Contrato Administrativo nº: 8/2020.

Objeto: AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS, AÇÕES E PROJETOS OFERTADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE JABORÁ/SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2019.

Valor: R\$ 8.370,10 (oito mil e trezentos e setenta reais e dez centavos).

Vigência: 31/12/2020.

Contratantes: Município de Jaborá.

Contratada: PANIFICADORA E DELÍCIAS DA DAIA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 08.007.669/0001-17.

Jaborá, SC, 13 de Janeiro de 2019.

Adelir Manoel Inácio

Prefeito Municipal

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2020

Publicação Nº 2310761

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2020

O Município de Jaborá, pessoa jurídica de direito público interno, situada à Rua Ângelo Poyer, 320, Centro, Jaborá, SC, através do Senhor Adelir Manoel Inácio, Prefeito Municipal, TORNA PÚBLICO, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, sob a forma PRESENCIAL, no dia 24 de janeiro de 2020, às 09 horas, destinado ao REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA OS CAMPEONATOS ESPORTIVOS DE FUTSAL, PROMOVIDO PELA COMISSÃO MUNICIPAL DE ESPORTES (CME) DO MUNICÍPIO DE JABORÁ. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO tendo como critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, e será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas respectivas alterações, demais legislações aplicáveis e Decreto Municipal nº 1.649/2017.

Jaborá (SC), 13 de janeiro de 2020.

Adelir Manoel Inácio

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 007/2020

Publicação Nº 2307026

	Estado de Santa Catarina GOVERNO MUNICIPAL DE JABORÁ
--	---

PORTARIA Nº. 007 - 09 de janeiro de 2020.

CONTRATA TEMPORARIAMENTE EDERSON BRUNO MORESCO PARA O CARGO DE VIGIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADELIR MANOEL INÁCIO, Prefeito Municipal de Jaborá, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos VIII e XII, do Art. 102, da Lei Orgânica do Município; combinado com o inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal; mais a Lei Complementar nº. 125 de 18/junho/2013; ainda o constante no Processo Seletivo Simplificado 001/2019,

RESOLVE,

Art. 1º - Fica contratado temporariamente, EDERSON BRUNO MORESCO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Carlos Gomes, 445 - Município de Jaborá - SC, portador do CPF nº 077.395.619-08, Carteira de Identidade nº 5239840, para ocupar o Cargo de Vigia, subordinado à Secretaria de Infraestrutura, sob o regime de Contrato por Prazo Determinado.

Art. 2º - O prazo de contratação será até 31/12/2020, ou até o retorno do servidor efetivo da vaga.

Art. 3º - O presente ato poderá ser revogado a qualquer tempo, por razões de interesse público devidamente justificado, desde que haja notificação escrita, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 09/01/2020.

ADELIR MANOEL INÁCIO

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 14/01/2020.

CLAUDIA CORRADI TONIELLO

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 011/2020

Publicação Nº 2310263

	Estado de Santa Catarina GOVERNO MUNICIPAL DE JABORÁ
--	---

PORTARIA Nº. 011, 13 de janeiro de 2020.
CONCEDE LICENÇA À GESTANTE
"JEOVANA MOREIRA LEITE SARTURI"

ADELIR MANOEL INÁCIO, Prefeito Municipal do Município de Jaborá, no uso das atribuições que lhe são conferidas e na forma do caput artigo 95, da Lei Complementar Municipal nº 058/01 de 13 de dezembro de 2001, alterado pela Lei Complementar 116/2012, de 26 de janeiro de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Licença Maternidade a servidora JEOVANA MOREIRA LEITE SARTURI, pelo período de 13/01/2020 à 10/07/2020.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 05/dezembro/2019.
ADELIR MANOEL INÁCIO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 14/janeiro/2020.

CLAUDIA CORRADI TONIELLO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL**MINUTA DE SUPRESSÃO DE ADITIVO 06-2017 BETHA E-SOCIAL**

Publicação Nº 2309744

TERMO ADITIVO N.º 04/2020

TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 06/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JABORÁ E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Pelo presente Termo, de um lado Câmara Municipal de Vereadores de Jaborá inscrita no CNPJ sob o n.º 07.733.746/0001-53, neste ato representada pelo seu presidente Itamar Toigo e de outro lado a empresa Betha Sistemas Ltda., inscrita no CNPJ sob o n.º 00.456.865/0001-67, representada pelo Sra. Daniela Ramos Silva Guollo, brasileira, advogada. Inscrita no CPF 007.395.609-05, doravante denominada CONTRATADA, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de n.º 06/2017 para fazer constar as seguintes alterações:

Cláusula Primeira – DO OBJETO

Fica suprimido do objeto do contrato, o aplicativo eSocial, no valor mensal de R\$ 280,00, a partir do mês Fevereiro de 2020, nos termos do art. 65, § 2º, da Lei 8.666/93.

PRODUTO	VALOR
eSocial	280,00

Cláusula Segunda – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Câmara Municipal de Jaborá, 13, janeiro, 2020.

Itamar Toigo
Presidente da Câmara de Vereadores de Jaborá

BETHA SISTEMAS LTDA.
Daniela Ramos Silva Guollo
CONTRATADA

Nome: Rita de Cássia Pelisser Toigo
CPF n.º 016.749.389-26

Nome: Jovani Pedro Toniello
CPF n.º 034.271.599-22

Publicação Nº 2309616

siconfi
Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Período de referência: 3º quadrimestre

Despesa com Pessoal	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)										INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>		<MR-1>
Despesa Executada com Pessoal												
Despesa com Pessoal (últimos 12 Meses)												
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	55.989,03	50.155,84	47.140,65	47.431,77	48.576,15	49.576,15	50.605,34	49.645,46	49.645,46	49.645,46	49.645,46	617.689,36
Pessoal Ativo	55.989,03	50.155,84	47.140,65	47.431,77	48.576,15	49.576,15	50.605,34	49.645,46	49.645,46	49.645,46	49.645,46	617.689,36
Vencimento, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	45.171,76	40.487,00	38.011,47	38.114,99	39.997,87	39.997,87	47.587,00	40.053,79	40.053,79	40.053,79	40.053,79	488.599,46
Obrigações Patronais	10.817,27	9.668,84	9.128,18	9.322,78	9.578,28	9.578,28	9.591,87	9.591,87	9.591,87	9.591,87	9.591,87	119.689,10
Benefícios Previdenciários												
Pessoal Inativo e Pensionistas												
Outras Despesas de Pessoal												
Outros Benefícios Previdenciários												
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)												
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 7º do art. 19 da LRF) (II)												
Indenizações por Demissão e Licenças à Demanda Voluntária												
Despesas de Encargos Sociais de Contribuintes de Lucro e Fatores de Produção												
Despesas de Assistência Social - Benefício Adicional de Pensão												
Inativos e Pensionistas com Rerogação Vinculada												
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	55.989,03	50.155,84	47.140,65	47.431,77	48.576,15	49.576,15	50.605,34	49.645,46	49.645,46	49.645,46	49.645,46	617.689,36



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal

Câmara de Vereadores de Jaborá - SC (Poder Legislativo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2019

Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL Ajustada
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	22.425.862,35	
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (V) (§13º, art. 166 da CF)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	22.425.862,35	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	617.698,56	2,75
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.345.551,74	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.278.274,15	5,70
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.210.996,57	5,40

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Sítio Público Brasileiro</p>	<p>Relatório de Gestão Fiscal</p> <p>Câmara de Vereadores de Jaborá - SC (Poder Legislativo)</p> <p>Orcamentos Fiscal e da Seguridade Social</p> <p>CNPJ:</p> <p>Exercício: 2019</p> <p>Período de referência: 3º quadrimestre</p>
---	--

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

[illegible]



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL


Relatório de Gestão Fiscal**Câmara de Vereadores de Jaborá - SC (Poder Legislativo)****Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social****CNPJ:****Exercício: 2019****Período de referência: 3º quadrimestre****RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal**

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2019
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

 Sistema de Informações Contábeis e Financeiras do Setor Público Brasileiro TESOURO NACIONAL	Relatório de Gestão Fiscal
	Câmara de Vereadores de Jaborá - SC (Poder Legislativo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2019
	Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.1 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

Disponibilidade de Caixa															
Disponibilidade de Caixa															
OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS															
RESPONSABILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos Exercícios Anteriores (b)		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados Exercícios Anteriores (c)		Omissões Oportunistas Financeiras (e)		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (f) = (a+b+c+d+e)		RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (g)		EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (h) = (f - g)		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO (h) = (f - g)	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)															
Recursos Ordinários															
Outros Recursos Não Vinculados															
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)															
Recursos Vinculados ao RPPS															
Recursos de Operações de Crédito															
Recursos de Arrempção de Bens/Ativos															
Recursos Vinculados a Prestações															
Recursos Vinculados a Depósitos Judiciais															
Outros Recursos Vinculados															
TOTAL (III) = (I + II)															

 Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro TESOURO NACIONAL	Relatório de Gestão Fiscal
	Câmara de Vereadores de Jaborá - SC (Poder Legislativo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2019
	Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.1 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.6 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Receita Corrente Líquida	Valor Até o Quadrimestre
	Valor Até o Quadrimestre
Receita Corrente Líquida	-
Receita Corrente Líquida	22.425.862,35
Receita Corrente Líquida Ajustada	22.425.862,35

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.6 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Despesa com Pessoal	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa com Pessoal	-	-
Despesa Total com Pessoal - DTP	617.698,56	2,75
Limite Máximo (incisos I, II e III art. 20 da LRF) - <%>	1.345.551,74	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único art. 22 da LRF) - <%>	1.278.274,15	5,70
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	1.210.996,57	5,40

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.6 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Restos a Pagar	Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa	
	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Restos a Pagar	-	-
Valor Total		

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.6 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1

Digitally signed by RONALDO CADORE:01783345969
Date: 2020.01.10 14:38:43 BRT
Perfil: Titular do Poder Legislativo
Instituição: Câmara de Vereadores de Jaborá - SC

Assinatura: 2

Assinatura: 3

Assinatura: 4

Assinatura: 5

Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

Jacinto Machado**PREFEITURA****AVISO DA LICITAÇÃO 04/2020**

Publicação Nº 2310094

Estado de Santa Catarina
Município de Jacinto Machado

AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório nº 04/2020

Modalidade: Pregão Presencial - Menor Preço por Item.

Objeto: Aquisição parcelada de gás de cozinha para as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino, Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças, Secretaria de Obras e Serviços Públicos e Secretaria de Agricultura, Irrigação e Meio Ambiente, durante o exercício de 2020.

Data e hora da entrega dos envelopes: até as 13h45min do dia 24/01/2020.

Data e hora da abertura dos envelopes: a partir das 14h do dia 24/01/2020.

Local para entrega dos envelopes, informações e cópia do edital: Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, sito a Rua Pool Jorge Zacca, 75 - Centro, no município de Jacinto Machado/SC, no horário das 13h às 19h em dias úteis, ou através do e-mail licita@jacintomachado.sc.gov.br Fone (48) 3535-1133.

João Batista Mezzari
Prefeito Municipal

AVISO DA LICITAÇÃO 05/2020

Publicação Nº 2310693

Estado de Santa Catarina
Município de Jacinto Machado

AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório nº 05/2019 - Pregão Presencial
Menor Preço por Item

Objeto: Contratação de serviços especializados para levantamento de informações técnicas junto a Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças, setor de tributos (receitas próprias do Município).

Data e hora da entrega dos envelopes: até as 14h45min do dia 24/01/2020.

Data e hora da abertura dos envelopes: a partir das 15h00min do dia 24/01/2020.

Local para entrega dos envelopes, informações e cópia do Edital: Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, sito a Rua Pool Jorge Zacca, 75 - Centro, no município de Jacinto Machado/SC, no horário das 07h às 13h, em dias úteis, ou através do e-mail licita@jacintomachado.sc.gov.br Fone/fax (48) 3535-1133.

João Batista Mezzari
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 011 DE 02 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2310689

DECRETO Nº 011 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MEZZARI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 10º, Inciso III da Lei Municipal nº 909 de 11 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica incluída no Orçamento Municipal do ano de 2020 da Unidade Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado a classificação orçamentária (modalidade de aplicação e fonte de recurso), por conta do superávit financeiro do exercício de 2019, no montante de R\$ 200.000,00 (Duzentos Mil Reais), conforme abaixo especificado, a qual passa integrar o Orçamento Municipal com a seguinte estrutura orçamentária:

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto/Atividade: 2.020 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.0721(31) – Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

TOTAL GERAL: R\$ 200.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados à suplementação do artigo anterior, ocorrerão por conta do superávit financeiro do exercício de 2019 no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos Mil, Reais), oriundo da transferência dos recursos financeiros do SUS/União relacionados ao Piso da Atenção Básica em Saúde, destinados a Manutenção da Atenção Básica em Saúde, repassados através do Fundo Nacional de Saúde, depositados na Agência 1084 – Banco Caixa Econômica Federal e Conta Corrente/Aplicação n.º 624.045-3, de titularidade do Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado/SC.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de 02 de Janeiro de 2020.

Jacinto Machado/SC, 02 de Janeiro de 2020.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA A. B. CITADIN KLOCK
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

DECRETO Nº 012 DE 02 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2310690

DECRETO Nº 012 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

cria nova CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – MODALIDADE DE APLICAÇÃO E FONTE DE RECURSO ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MEZZARI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 10º, Inciso III da Lei Municipal nº 909 de 11 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica incluída no Orçamento Municipal da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado a classificação orçamentária (modalidade de aplicação e fonte de recurso), por conta do superávit financeiro do exercício anterior no montante de R\$ 723.148,79 (Setecentos e Vinte e Três Mil, Cento e Quarenta e Oito Reais e Setenta e Nove Centavos), conforme abaixo especificado, a qual passa integrar o Orçamento Municipal com a seguinte estrutura orçamentária:

Órgão: 06 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade: 01 – DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Projeto/Atividade: 1.039 – Pav. Recuperação de Vias, Rodovias, Logradouros, Pontes e Passeios

Modalidade de Aplicação: (130) – 4.4.90.00.00.00.00.0698 – Aplicações Diretas R\$ 723.148,79

TOTAL GERAL R\$ 723.148,79

Art. 2º - Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, ocorrerão por conta do superávit financeiro do exercício de 2019, no valor de R\$ 723.148,79 (Setecentos e Vinte e Três Mil, Cento e Quarenta e Oito Reais e Setenta e Nove Centavos), oriundos de recursos do Convênio nº 2019TR001287 celebrado entre o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade e o Município de Jacinto Machado, conforme Proposta de Transferência nº 21993, Programa Transferência 2019008239, recursos financeiros destinados a execução de Pavimentação em lajotas da Rua Araçá no Município de Jacinto Machado/SC. Os recursos financeiros supra mencionados encontram-se depositados na conta aplicação nº 18.437-3, Agência 2192-X do Banco do Brasil.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de 02 de Janeiro de 2020.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

DECRETO Nº 013 DE 02 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2310691

DECRETO Nº 013 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

ajusta vencimentos de servidores públicos do Magistério Municipal que desempenham atividades de docência ou de suporte pedagógico a docência ao piso mínimo nacional.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 60, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município.

Considerando o teor da Lei nº. 11.738/2008.

Considerando a Portaria Interministerial MEC/MF nº 3, de 13 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido complemento salarial a todos os servidores públicos do magistério municipal que desempenham atividades de Docência ou de Suporte Pedagógico a Docência, com salário base inferior a R\$ 2.886,15 (Dois Mil, Oitocentos e Oitenta e seis Reais com Quinze Centavos), em montante suficiente para adequar referido piso do magistério ao mínimo nacional instituído pela Lei nº. 11.738, de 16 de julho de 2008.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de 02 de janeiro de 2020.

Jacinto Machado/SC, 02 de janeiro de 2020.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA A. BELLETTINI CITADIN KLOCK
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

EXTRATO DO 6º TA AO CONTRATO 98/2018

Publicação Nº 2310390

Estado de Santa Catarina
Município de Jacinto Machado

Extrato do Termo Aditivo

6º Termo Aditivo ao Contrato nº 98/2018

Contratante: Município de Jacinto Machado

Contratado: Crema Construções Ltda.

Objeto: Constitui objeto do presente instrumento a prorrogação de prazo de vigência estabelecido no Contrato nº 98/2018.

Vigência: de 01/01/2020 até 31/12/2020.

Jacinto Machado/SC, 30/12/2019.

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 225/2019 RESULTADO FINAL

Publicação Nº 2309994

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 225/2019 RESULTADO FINAL

Item	Proponente vencedora	Descrição dos objetos	Valor unitário por item (R\$)
01	COMERCIAL THOMEK LTDA	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	11,94
02	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	2,20
03	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	6,09
04	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	13,90
05	RFM SCHERER LTDA	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	24,40
06	RFM SCHERER LTDA	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	24,40
07	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	14,05
08	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	12,15
09	COMERCIAL THOMEK LTDA	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	14,73
10	COMERCIAL THOMEK LTDA	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	19,47
11	COMERCIAL THOMEK LTDA	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	21,20
12	COMERCIAL THOMEK LTDA	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	45,50
13	COMERCIAL THOMEK LTDA	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	23,00
14	COMERCIAL THOMEK LTDA	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	17,29
15	COMERCIAL THOMEK LTDA	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	20,80
16	COMERCIAL THOMEK LTDA	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	9,72
17	COMERCIAL THOMEK LTDA	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	10,82
18	COMERCIAL THOMEK LTDA	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	11,09
19	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	3,98
20	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	3,90
21	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	2,50
22	COMERCIAL THOMEK LTDA	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	2,34
23	COMERCIAL THOMEK LTDA	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	6,85
24	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	4,17
25	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	7,99
26	COMERCIAL THOMEK LTDA	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	32,20
27	COMERCIAL THOMEK LTDA	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	24,73

28	COMERCIAL THOMEK LTDA	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	21,14
29	COMERCIAL THOMEK LTDA	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	21,14
30	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	2,66
31	COMERCIAL THOMEK LTDA	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	11,05
32	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	7,25
33	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	4,57
34	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	7,10
35	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	6,75
36	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	4,00
37	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	3,90
38	MAQUEA & MAQUEA LTDA	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	13,50
39	MAQUEA & MAQUEA LTDA	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	13,50
40	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	6,90
41	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	18,30
42	RFM SCHERER LTDA	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	31,80
43	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	8,10
44	COMERCIAL THOMEK LTDA	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	1,27
45	COMERCIAL THOMEK LTDA	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	1,62
46	COMERCIAL THOMEK LTDA	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	14,88
47	COMERCIAL THOMEK LTDA	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	14,88
48	JUARPO EIRELI	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	11,65
49	JUARPO EIRELI	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	11,65
50	COMERCIAL THOMEK LTDA	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	11,48
51	COMERCIAL THOMEK LTDA	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	11,48
52	COMERCIAL THOMEK LTDA	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	5,98
53	COMERCIAL THOMEK LTDA	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	21,80
54	COMERCIAL THOMEK LTDA	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	21,80
55	COMERCIAL THOMEK LTDA	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	21,80
56	COMERCIAL THOMEK LTDA	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	14,90
57	COMERCIAL THOMEK LTDA	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	14,90
58	COMERCIAL THOMEK LTDA	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	11,44
59	COMERCIAL THOMEK LTDA	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	11,44
60	COMERCIAL THOMEK LTDA	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	7,70

61	COMERCIAL THOMEK LTDA	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	24,46
62	COMERCIAL THOMEK LTDA	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	12,00
63	IND E COM DI PANE LTDA	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	12,50
64	IND E COM DI PANE LTDA	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	12,50
65	COOP.FAMILIAR RIO NOVO	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	19,25
66	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	5,40
67	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	3,30
68	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	6,20
69	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	6,75
70	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	3,89
71	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	2,87
72	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	4,70
73	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	6,14
74	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	1,78
75	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	1,78
76	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	2,65
77	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	5,92
78	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	4,55
79	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	4,55
80	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	6,00
81	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	4,79
82	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	4,79
83	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	4,85
84	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	2,20
85	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	7,30
86	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	4,44
87	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	4,44
88	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	9,17
89	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	4,55
90	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	4,55
91	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	6,90
92	COMERCIAL THOMEK LTDA	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	84,00
93	COMERCIAL THOMEK LTDA	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	67,00

94	COMERCIAL THOMEK LTDA	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	228,00
95	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	10,09
96	COMERCIAL THOMEK LTDA	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	4,94
97	COMERCIAL THOMEK LTDA	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	6,85
98	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	47,50
99	COMERCIAL THOMEK LTDA	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	58,00
100	COMERCIAL THOMEK LTDA	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	155,00
101	RFM SCHERER LTDA	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	33,50
102	COMERCIAL THOMEK LTDA	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	59,80
103	COMERCIAL THOMEK LTDA	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	197,00
104	COMERCIAL THOMEK LTDA	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	3,20
105	COMERCIAL THOMEK LTDA	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	5,90
106	RFM SCHERER LTDA	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	19,30
107	COMERCIAL THOMEK LTDA	Conforme descritivo do Anexo I do Edital	98,00

Rosinei Aparecida Gretter Dias	
Elían Gustavo Hermes Vareiro	
Sidnei Corrêa de Almeida	
Elza Maria Siems Vieira	
Ionara Lais Verdin Camargo	
Cristiane Gregolewitsch	

E D I T A L TOMADA DE PREÇOS Nº 338/2019 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

Publicação Nº 2309996

E D I T A L
TOMADA DE PREÇOS Nº 338/2019
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
TIPO: Menor Preço Global

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia com fornecimento de materiais e mão de obra, para execução de cabeceiras de ponte na Rua Alfredo Gielow, no Bairro Rio Cerra I, em Jaraguá do Sul/SC, em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa e Minuta de Contrato que são partes integrantes deste edital.

REGIMENTO: Lei Federal 8.666/93 e demais alterações posteriores.

PRAZO e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: até as 14:30 horas do dia 06 de fevereiro de 2020, no Setor de Protocolo desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Walter Marquardt nº 1.111 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC.

ABERTURA dos ENVELOPES: 15:00 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 137.760,34 (cento e trinta e sete mil setecentos e sessenta reais e trinta e quatro centavos).

OBTENÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS: O edital e seus anexos estarão disponíveis na Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br sem qualquer custo.

Jaraguá do Sul (SC), 09 de dezembro de 2019.

ARGOS JOSE BURGARDT
Secretário Municipal de Administração

**E D I T A L TOMADA DE PREÇOS Nº 339/2019 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL**

Publicação Nº 2309998

E D I T A L

TOMADA DE PREÇOS Nº 339/2019

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

TIPO: Menor Preço Global

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia com fornecimento de materiais e mão de obra para execução de galerias de concreto armado, na Rua Carlos Frederico Ramthum, no Bairro Santa Luzia, em Jaraguá do Sul/SC, em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa e Minuta de Contrato que são partes integrantes deste edital.

REGIMENTO: Lei Federal 8.666/93 e demais alterações posteriores.

PRAZO e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: até as 08:30 horas do dia 10 de fevereiro de 2020, no Setor de Protocolo desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Walter Marquardt nº 1.111 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC.

ABERTURA dos ENVELOPES: 09:00 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 286.815,89 (duzentos e oitenta e seis mil oitocentos e quinze reais e oitenta e nove centavos).

OBTENÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS: O edital e seus anexos estarão disponíveis na Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br sem qualquer custo.

Jaraguá do Sul (SC), 09 de dezembro de 2019.

ARGOS JOSE BURGARDT

Secretário Municipal de Administração

E D I T A L TOMADA DE PREÇOS Nº 340/2019 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS E TURISMO

Publicação Nº 2309999

E D I T A L

TOMADA DE PREÇOS Nº 340/2019

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS E TURISMO

TIPO: Menor Preço Global

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia com fornecimento de materiais e mão de obra, para reforma de edificação em alvenaria, medindo 2.699,89m², onde funciona o Centro de Inovação Jaraguá do Sul, localizada na Rua Cesare Valentini nº 200, no Bairro Três Rios do Sul, em Jaraguá do Sul, em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilhas Orçamentárias/Quantitativas e Minuta de Contrato que são partes integrantes deste edital.

REGIMENTO: Lei Federal 8.666/93 e demais alterações posteriores.

PRAZO e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: até as 13:30 horas do dia 10 de fevereiro de 2020, no Setor de Protocolo desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Walter Marquardt nº 1.111 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC.

ABERTURA dos ENVELOPES: 14:00 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

RETIRADA DO EDITAL E ANEXO: O edital e seus anexos estarão disponíveis na Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br sem qualquer custo.

VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 442.186,15 (quatrocentos e quarenta e dois mil cento e oitenta e seis reais e quinze centavos).

Jaraguá do Sul (SC), 09 de dezembro de 2019.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº 651/2019 AO CONTRATO Nº 546/2018

Publicação Nº 2309632

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº 651/2019 AO CONTRATO Nº 546/2018

PROCESSO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 59/2018.

FUNDAMENTO: Artigo 57, inciso II da Lei Federal n.º 8.666/93, c/c item 18.1 da Cláusula Décima Oitava do Contrato original.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR SÃO JOSÉ DE JARAGUÁ DO SUL.

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto manter a CONTRATADA ao Sistema Único de Saúde – SUS na rede de serviços e as ações prestados pela iniciativa privada, de forma complementar, conforme Mapas/Planos da Saúde regional, estadual e nacional, na qual a CONTRATADA está inserida e de acordo com o Documento Descritivo de Serviços Ambulatoriais e Hospitalares e as Metas Qualitativas (ANEXO I), Plano Operativo Assistencial - POA (ANEXO III), Portarias de habilitações nas Redes de Atenção - RAS, previamente definidos entre as partes.

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, o prazo de execução dos serviços pactuado no item 18.1 da Cláusula Décima Oitava do contrato original, prorrogado pelo item 2.1 da Cláusula Segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 281/2019, e prorrogado pelo item 2.1 da Cláusula Segunda do Segundo Termo Aditivo nº 434/2019, fica prorrogado pelo período de 12 (doze) meses, iniciando em 01 de janeiro de 2020 e com término em 31 de dezembro de 2020. O prazo de vigência do Termo Aditivo será igual ao prazo de execução, acrescido de 60 (sessenta) dias.

DO VALOR: O valor mensal estimado para a execução do presente Termo Aditivo importa em R\$ 3.465.498,45 (três milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e oito reais e quarenta e cinco centavos), perfazendo o total de R\$ 41.585.981,40 (quarenta e um milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil, novecentos e oitenta e um reais e quarenta centavos) para o período de 12 (doze) meses. As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 17/12/2019.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Alceu Gilmar Moretti e Maurício José Souto-Maior.

Alceu Gilmar Moretti
Secretário Municipal de Saúde

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº 652/2019 AO CONTRATO Nº 545/2018

Publicação Nº 2309634

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº 652/2019 AO CONTRATO Nº 545/2018

PROCESSO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 58/2018.

FUNDAMENTO: Artigo 57, inciso II da Lei Federal n.º 8.666/93, c/c item 18.1 da Cláusula Décima Oitava do Contrato original.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA DE JGUÁ DO SUL - HOSPITAL E MATERN. JARAGUÁ.

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto manter a CONTRATADA ao Sistema Único de Saúde – SUS na rede de serviços e as ações prestados pela iniciativa privada, de forma complementar, conforme Mapas/Planos da Saúde regional, estadual e nacional, na qual a CONTRATADA está inserida e de acordo com o Documento Descritivo de Serviços Ambulatoriais e Hospitalares e as Metas Qualitativas (ANEXO I), Plano Operativo Assistencial - POA (ANEXO III), Portarias de habilitações nas Redes de Atenção - RAS, previamente definidos entre as partes.

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, o prazo de execução dos serviços pactuados no item 18.1 da Cláusula Décima Oitava do contrato original, prorrogado pelo item 2.1 da Cláusula Segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 280/2019, e prorrogado pelo item 2.1 da Cláusula Segunda do Segundo Termo Aditivo nº 433/2019, fica prorrogado pelo período de 12 (doze) meses, iniciando em 01 de janeiro de 2020 e com término em 31 de dezembro de 2020. O prazo de vigência do Termo Aditivo será igual ao prazo de execução, acrescido de 60 (sessenta) dias.

DO VALOR: O valor mensal estimado para a execução do presente Termo Aditivo importa em R\$ 1.645.470,95 (um milhão, seiscentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e setenta reais e noventa e cinco centavos), 3,15% (três vírgula quinze por cento) superior ao contrato atual, perfazendo o total de R\$ 19.745.651,40 (dezenove milhões, setecentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e cinquenta e um reais e quarenta centavos) para o período de 12 (doze) meses, ficando alterada a Cláusula Décima Primeira do Contrato nº 545/2018.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 17/12/2019.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Alceu Gilmar Moretti e Sérgio Luís Alves.

Alceu Gilmar Moretti
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 009/2020/SEMSA

Publicação Nº 2310738

PORTARIANº 009/2020/Semsa

Designa profissionais para compor a Equipe Multiprofissional de Atenção Domiciliar – EMAD do Serviço de Atenção Domiciliar – SAD da Secretaria Municipal de Saúde de Jaraguá do Sul.

ALCEU GILMAR MORETTI, Secretário Municipal de Saúde de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a Lei Municipal Nº 6870/2014 de 28 de maio de 2014;

CONSIDERANDO o Edital Nº 03/2019 de 11 de novembro de 2019, Processo Seletivo Interno para atuação no Serviço de Atenção Domiciliar – SAD da Secretaria Municipal de Saúde de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO o Mem.273/2019/DS-SEMSA de 19 de dezembro de 2019, da Diretoria de Saúde;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, os profissionais relacionados a seguir para atuar na Equipe Multiprofissional de Atenção Domiciliar – EMAD no âmbito do Serviço de Atenção Domiciliar – SAD da Secretaria Municipal da Saúde de Jaraguá do Sul:

1. LUZIANA PORFIRIO DA COSTA MENDES (cadastro 8523), Técnica de Enfermagem;
2. GISELIA ZANCHIN ZEFERINO (cadastro 9879), Técnica de Enfermagem.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 14 de janeiro de 2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de janeiro de 2020.

ALCEU GILMAR MORETTI
Secretário Municipal de Saúde

SAMAE - RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 189/2019

Publicação Nº 2310757

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE JARAGUÁ DO SUL – SC
RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

O Samae de Jaraguá do Sul faz saber a todos os interessados que o Edital foi retificado e foi prorrogada a data de abertura do Processo Licitatório nº 189/2019, referente à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE PASSAGEM DE CABO UTP, SERVIÇO DE FUSÃO DE FIBRA ÓPTICA, MONTAGEM DE RACK, INSTALAÇÃO DE CÂMERAS IP E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, CÂMERAS DE SEGURANÇA E LICENÇA PARA CONEXÃO NAS DA SYNOLOGY. A sessão de abertura fica remarcada para o dia 27/01/2020 às 10 horas, na Sede do Samae. O edital encontra-se disponível no site: www.samaejs.com.br

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone (47) 2106-9114.

Ademir Izidoro

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - EDITAL Nº 03/2019

Publicação Nº 2310425

EDITAL Nº 03/2019 - PROCESSO SELETIVO INTERNO DE PROFISSIONAIS LOTADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMSA - PARA ATUAR NA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL DE ATENÇÃO DOMICILIAR – EMAD NO ÂMBITO DO SERVIÇO DE ATENÇÃO DOMICILIAR – SAD DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL/SC.

Resultado Homologado

Médico Clínico Geral – 40 Horas		
Candidato	Classificação	Pontuação
Ticiane Monique Escopelli	1º	25,5

Fisioterapeuta – 30 Horas		
Candidato	Classificação	Pontuação
Morgan Lanzarin	1º	14,0
Geli Cristina Berton Kostrowski	2º	7,0

Enfermeiro – 40 Horas		
Candidato	Classificação	Pontuação
Milena de Lima Machado	1º	10,5

Técnico/Auxiliar de Enfermagem- 40 horas		
Candidato	Classificação	Pontuação
Luziana Porfírio da Costa Mendes	1º	40,5
Gisélia Zanchin Zeferino	2º	32,5
Zenilda Sklarsky Rhode	3º	20,5
Fábio Evandro Cardozo dos Santos	4º	19,0
Sandra Denk	5º	18,0
Cleide de Fátima Silva	6º	17,5
Adriana Escanhola	7º	16,0
José Acyr de Cristo Junior	8º	13,5
Lucélia Baumgardt Kruger	9º	10,0
Michelly Dayana Passig Ern	10º	9,0

Jaraguá do Sul, 18 de Dezembro de 2019.

Alceu Gilmar Moretti
Secretário Municipal de Saúde

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 01/2020

Publicação Nº 2310277

PORTARIA Nº 1/2020

Estabelece Procedimentos Internos.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o disposto no art. 1º da resolução 14/2017 a qual estabelece critérios para registro e controle de frequência dos servidores da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar os trabalhos administrativos, a carga horária e horário de expediente diferenciado de alguns servidores do Poder Legislativo Municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de maior agilidade nos procedimentos administrativos internos e de mantermos documentados horários diferenciados;

RESOLVE:

Art. 1º O expediente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul será das 08h às 12h e das 13h30min às 17h de segunda a quinta-feira e das 07h30min às 13h30min na sexta-feira, observando-se o horário das sessões.

Art. 2º Fica definido que os servidores poderão cumprir, conforme determinado na presente Portaria, os seguintes horários:

Código	Segunda a quinta				Sexta		CHS
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	
022	07:30	11:30	13:00	16:30	07:30	13:30	36h
030	07:30	13:30			07:30	13:30	30h
051	08:00	11:30	13:00	17:00	07:30	13:30	36h

052	08:00	12:00	13:30	17:00	07:30	13:30	36h
053	08:00	12:00	13:00	16:30	07:30	13:30	36h
101	08:30	12:00	13:00	17:00	07:30	13:30	36h
100	08:30	12:00	13:30	17:30	07:30	13:30	36h
120	10:00	13:00	14:00	18:30	12:30	18:30	36h
110	12:30	18:30			12:30	18:30	30h
082	07:00			21:00	07:00	21:00	30h
130	07:00			21:00	07:00	21:00	36h

Art. 3º Fica estabelecido que, os servidores abaixo mencionados, cumprirão horário diferenciado de trabalho conforme discriminado:

· Horário das 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 16:30 de segunda a quinta-feira e das 07:30 as 13:30 na sexta-feira:

Abigail do Nascimento Severiano

Airton Roberto Jagiello

Idianara dos Santos

Joel Luis Correa

Mariana Schmitz Martins

Maurício Rodolpho da Silva

· Horário das 08:00 as 11:30 e das 13:00 as 17:00 de segunda a quinta-feira e das 07:30 as 13:30 na sexta-feira:

Ana Paula Ern

Naiana Sousa Pereira

Rogério Nivaldo Winter

· Horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 16:30 de segunda a quinta-feira e das 07:30 as 13:30 na sexta-feira:

Augusto Atherino Neves

Carlos Ricardo Woeltje

Fabiana de Souza Stringari

Regis Wojanh Junior

· Horário das 08:30 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 de segunda a quinta-feira e das 07:30 as 13:30 na sexta-feira:

Larissa Mendes Soares

Flávia Meier (a partir de 13 de janeiro de 2020 em virtude da licença maternidade da servidora Mariana Schmitz Martins).

· Horário das 08:30 as 12:00 e das 13:30 as 17:30 de segunda a quinta-feira e das 07:30 as 13:30 na sexta-feira:

Eliezer Antunes

Josué Kasmirski

Maria do Carmo Delgado de Souza

· Horário compreendido entre as 07:00 e as 21:00, no qual, Assessor da Presidência, Assessores Parlamentares, Auxiliar de Áudio Vídeo e Sistemas, Chefes de Gabinete, Gerente de Atos Legislativos, Gerente de Comunicação Social e Procurador Chefe Legislativo, deverão cumprir carga horária diária de 7 horas e 30 minutos de Segunda a Quinta-feira, com intervalo mínimo de 60 minutos para descanso e refeição, e de 6 horas diárias na Sexta-feira.

Servidores com carga horária semanal de 30h:

· Horário das 07:30 as 13:30 de Segunda a Sexta-feira:

Mariana Sciascia Riedel Fischer

· Horário das 12:30 as 18:30 de Segunda a Sexta-feira:

Mateus Cidral Machado

Polyana Carolina de Souza

· Horário compreendido entre as 07:00 e as 21:00, no qual, Assistente de Comunicação Social deverá cumprir carga horária diária de 6 horas de Segunda a Sexta-feira.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 13 de janeiro de 2020.

DICO MOSER

Presidente

PORTARIA Nº 02/2020

Publicação Nº 2310282

PORTARIA Nº 2/2020

Concede Licença Maternidade.

DICO MOSER, Presidente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições e em conformidade com o disposto no inciso XV do Art. 22 da Lei Orgânica Municipal no e no Artigo 140 da Lei Complementar nº 154/2014,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER Licença Maternidade à servidora pública municipal MARIANA SCHMITZ MARINS pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 01 de janeiro de 2020.

Parágrafo Único. Em virtude do previsto no caput deste artigo fica interrompido o gozo das férias concedidas a servidora através da portaria 68/2019, de 17 de dezembro de 2019, as quais deverão ser gozadas imediatamente após o término da Licença Maternidade.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir do dia 01 de janeiro de 2020.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 13 de janeiro de 2020.

DICO MOSER
Presidente

PORTARIA Nº 03/2020

Publicação Nº 2310288

PORTARIA Nº 3/2020

Nomeia Assessora da Presidência.

DICO MOSER, Presidente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições, e em conformidade com o disposto no inciso XV do Artigo 22 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR, de acordo com a Lei nº 7.340/2017 de 31 de janeiro de 2017, a partir de 14 de janeiro de 2020, a SRA. GUIOMAR SCHUNKE KLEIN, para o cargo de provimento em comissão de ASSESSORA DA PRESIDÊNCIA.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 13 de janeiro de 2020.

DICO MOSER
Presidente

Joaçaba

PREFEITURA

AUTO DE INFRAÇÃO N.º 024/2019

Publicação Nº 2309986

AUTO DE INFRAÇÃO	N.º 024/2019
------------------	--------------

LANÇAMENTO DE MULTA ADMINISTRATIVA

LOCAL JOAÇABA - SC	DATA 26/09/2019
-----------------------	--------------------

SUJEITO PASSIVO

NOME EDGAR SPIELMAM	CNPJ/ CPF: 289.900.130-20	INSCRIÇÃO NO CMC
ENDEREÇO RUA ITÁLIA LORASKI, JARDIM LINDOIA	MUNICÍPIO JOAÇABA	UF SC

O sujeito passivo fica notificado a promover o pagamento da multa administrativa no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data do ciente, contados na forma da Lei Nº 134 de 12 de fevereiro de 2007. O pagamento deverá ser efetuado na rede bancária autorizada, através de documento de arrecadação, dentro do prazo acima referido. HISTÓRICO
TERRENO LOCALIZADO NO ENDEREÇO SUPRACITADO, SOB INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA Nº 01.09.024.0120, APRESENTANDO NECESSIDADE DE LIMPEZA, ENCONTRANDO-SE EM DESACORDO COM AS DETERMINAÇÕES CONSTANTES NA NOTIFICAÇÃO DE Nº 252/2019 EXPEDIDA PELO SETOR DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E POSTURAS DA PREFEITURA DE JOAÇABA.

Obs: O autuado terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do ciente, para apresentar defesa escrita à autoridade municipal.

..... FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

DA INFRAÇÃO
INFRAÇÃO DOS ARTIGOS Nº 61, 66, 67 E 69 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 135/2007 – CÓDIGO DE POSTURAS
DA MULTA
ARTIGO Nº 274 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 135/2007.
DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA:
DOS JUROS

INFORMAÇÃO AO NOTIFICADO MONTANTE DEVIDO

VALOR DA UR: R\$ 108,87		VALOR R\$	U.R
	MULTA 1º	(R\$ 1.088,70)	10
	TOTAL	(R\$ 1.088,70)	10

AUTORIDADE FISCAL CIENTE DO SUJEITO PASSIVO ANEXOS DESTA NOTIFICAÇÃO

NOME GUILHERME DE SOUZA Fiscal de Obras e Postu- ras – Mat. Nº 13.874		NOME EDGAR SPIELMAM		NOTIFICAÇÃO Nº 252/2019.
ASSINATURA		CNPJ/CPF 289.900.130-20		
		ASSINATURA	DATA VER AR	

RECEBI CÓPIA

DIVULGAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO, LOCAIS E HORÁRIOS DAS PROVAS OBJETIVAS REFERENTES AO PROCESSO SELETIVO DO EDITAL Nº. 0013/2019

Publicação Nº 2310325

DIVULGAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO, LOCAIS E HORÁRIOS DAS PROVAS OBJETIVAS REFERENTES AO PROCESSO SELETIVO DO EDITAL Nº. 0013/2019

O Prefeito do Município de Joaçaba, Estado de Santa Catarina e a Coordenação dos Concursos Públicos da Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina, atuando de forma conjunta, no uso de suas atribuições legais, tornam pública a informação sobre os critérios de avaliação, locais e horários das provas objetivas relativas ao Processo Seletivo do Edital nº. 0013/2019:

1. DO LOCAL DE REALIZAÇÃO DA PROVA

A prova objetiva ocorrerá:

1.1 UNOESC CAMPUS I: Rua Getúlio Vargas, nº 2125, Flor da Serra, Joaçaba/SC, Bloco 5, para os cargos de: Professor Pedagogo Anos Iniciais, Professor de Educação Especial para Educação Infantil e Ensino Fundamental, Professor de Ensino Fundamental - Língua Portuguesa, Professor de Ensino Fundamental – Matemática, Professor de Ensino Fundamental – Geografia, Professor de Ensino Fundamental – Ciências, Professor de Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental – Inglês, Professor de Ensino Fundamental – Informática, Professor de Educação Física.

2. DO DIA E HORÁRIO DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS**2.1 DA PROVA OBJETIVA**

2.2 As provas escritas objetivas de múltipla escolha serão realizadas na cidade de Joaçaba/SC, com data prevista para o dia 19 de janeiro de 2020 (domingo), às 9h (nove horas), com 2h (duas horas) para a sua realização.

2.3 Conforme item 4.9 do Edital, o candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de 01 (uma) hora do horário fixado para o seu início, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa e documento de identidade original e CPF.

2.4 O candidato pode portar no local de prova, unicamente:

- a) Documento de identificação original com foto e CPF;
- b) Caneta esferográfica fabricada com material transparente com tinta de cor azul ou preta.

3. DO ENSALAMENTO

UNOESC CAMPUS I – BLOCO 5

SALA 509

ORDEM	INSCRIÇÃO	NOME DO INSCRITO	CPF	CARGO
01	454147	ADRIANA TONINI	029.755.699-12	PROFESSOR PEDAGOGO ANOS INICIAIS
02	453869	ALEXANDRA APARECIDA RIGO ZANCHETTA	054.021.729-86	PROFESSOR PEDAGOGO ANOS INICIAIS
03	453735	ALZIRA MAESTRI	346.653.159-49	PROFESSOR PEDAGOGO ANOS INICIAIS
04	454060	ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA MOREIRA	468.406.802-15	PROFESSOR PEDAGOGO ANOS INICIAIS
05	453762	ANA MARIA FRIZON CORSO	097.311.539-42	PROFESSOR PEDAGOGO ANOS INICIAIS
06	454261	ANA MARIA RODRIGUES FACHINI	093.405.179-89	PROFESSOR PEDAGOGO ANOS INICIAIS
07	453862	ANA RAQUEL MARCON	868.344.959-91	PROFESSOR PEDAGOGO ANOS INICIAIS
08	454254	ANDREA LANGE	031.030.869-03	PROFESSOR PEDAGOGO ANOS INICIAIS
09	453684	ANDRESSA GERHARDT DALA LASTA	058.505.589-00	PROFESSOR PEDAGOGO ANOS INICIAIS
10	454003	ANGELICA BIANCHETTI DA SILVA	054.277.839-46	PROFESSOR PEDAGOGO ANOS INICIAIS
11	454166	CARINA BUCHALI	031.269.699-09	PROFESSOR PEDAGOGO ANOS INICIAIS

12	454292	CARLA APARECIDA MELOTTI	077.934.939-31	PROFESSOR PEDAGOGO ANOS INICIAIS
13	454178	CLECIANE LUVISON	033.711.449-84	PROFESSOR PEDAGOGO ANOS INICIAIS
14	454116	DEVILIN SOARES	098.470.219-96	PROFESSOR PEDAGOGO ANOS INICIAIS
15	453849	ELAINE RODRIGUES	036.150.399-71	PROFESSOR PEDAGOGO ANOS INICIAIS
16	454243	ELIANE DORINI	086.391.369-55	PROFESSOR PEDAGOGO ANOS INICIAIS
17	454361	EVANIA MARA VICENTE	052.039.899-82	PROFESSOR PEDAGOGO ANOS INICIAIS
18	454666	FABIANA APARECIDA MOREIRA BEHREND	949.815.319-15	PROFESSOR PEDAGOGO ANOS INICIAIS
19	454140	GIOVANA APARECIDA RODRIGUES BACHIN	005.568.569-29	PROFESSOR PEDAGOGO ANOS INICIAIS
20	454441	GISELE CARLA PAZ	065.404.379-51	PROFESSOR PEDAGOGO ANOS INICIAIS
21	454634	GISLAINE VARELA DE OLIVEIRA	070.527.049-19	PROFESSOR PEDAGOGO ANOS INICIAIS
22	454291	GISÉLI BORSOI	073.767.779-11	PROFESSOR PEDAGOGO ANOS INICIAIS
23	453767	IVONE LOURENÇO ABATTI	067.016.329-55	PROFESSOR PEDAGOGO ANOS INICIAIS
24	454436	JAQUELINE SCHNEIDER	620.713.009-04	PROFESSOR PEDAGOGO ANOS INICIAIS
25	454658	JULIANA KUDRECK ALVES MEISTERLIN	020.300.709-39	PROFESSOR PEDAGOGO ANOS INICIAIS
26	454168	JULIANA SBRUZZI	078.068.659-42	PROFESSOR PEDAGOGO ANOS INICIAIS
27	454667	KARLA DALILA HACK	011.409.599-05	PROFESSOR PEDAGOGO ANOS INICIAIS
28	454605	KARLA PEZAVENTO	086.673.079-63	PROFESSOR PEDAGOGO ANOS INICIAIS
29	453697	KELI FRANCISCATTO DALLA LANA	028.309.479-67	PROFESSOR PEDAGOGO ANOS INICIAIS
30	454285	KELY JULIANA VICENTE	076.884.129-19	PROFESSOR PEDAGOGO ANOS INICIAIS
31	454260	LETICIA DE FATIMA GONCALVES TIEPPO	065.018.609-54	PROFESSOR PEDAGOGO ANOS INICIAIS
32	454374	LIANA CRISTINA VILA LOBUS MENDES	010.632.119-64	PROFESSOR PEDAGOGO ANOS INICIAIS
33	454383	LIZIANE SBRUZZI	064.786.869-57	PROFESSOR PEDAGOGO ANOS INICIAIS
34	454597	LIZIE KELEY MIGNONI	736.793.139-34	PROFESSOR PEDAGOGO ANOS INICIAIS

SALA 510

ORDEM	INSCRIÇÃO	NOME DO INSCRITO	CPF	CARGO
01	453866	LUANA APARECIDA FILIPINI	079.670.179-27	PROFESSOR PEDAGOGO ANOS INICIAIS
02	453860	LUCIANA DE FÁTIMA BARBOSA PIMENTEL	029.433.199-96	PROFESSOR PEDAGOGO ANOS INICIAIS
03	453847	LUCIANA SCHULER ROSEGHINI	024.640.189-37	PROFESSOR PEDAGOGO ANOS INICIAIS
04	454127	LUCILA PINHO	486.581.709-34	PROFESSOR PEDAGOGO ANOS INICIAIS
05	454632	LUCILENE APARECIDA FERNANDES	062.958.539-35	PROFESSOR PEDAGOGO ANOS INICIAIS
06	454153	LUCIMAR RODRIGUES DA SILVA	063.377.059-04	PROFESSOR PEDAGOGO ANOS INICIAIS
07	454433	LUCINEIA BREDÁ	039.181.259-98	PROFESSOR PEDAGOGO ANOS INICIAIS
08	454088	LUIZA MATTEVI	096.412.079-89	PROFESSOR PEDAGOGO ANOS INICIAIS

09	454132	LURDES RODRIGUES DOS SANTOS	076.507.979-88	PROFESSOR PEDAGOGO ANOS INICIAIS
10	454388	MAIELEN NELZI DA SILVA	088.887.299-25	PROFESSOR PEDAGOGO ANOS INICIAIS
11	454229	MANUELA DIDOMENICO	064.163.279-70	PROFESSOR PEDAGOGO ANOS INICIAIS
12	454651	MARCIA RITA RIBEIRO DOS SANTOS	707.723.559-91	PROFESSOR PEDAGOGO ANOS INICIAIS
13	453748	MARIANA BRUM	093.996.349-30	PROFESSOR PEDAGOGO ANOS INICIAIS
14	454252	MARLI FATIMA DOS SANTOS	800.100.409-00	PROFESSOR PEDAGOGO ANOS INICIAIS
15	454142	MARTA BEHREND ROCHA	423.815.099-68	PROFESSOR PEDAGOGO ANOS INICIAIS
16	453992	MARTA DE OLIVEIRA	032.052.919-30	PROFESSOR PEDAGOGO ANOS INICIAIS
17	454429	MIRIAN MASCARELLO	037.953.869-50	PROFESSOR PEDAGOGO ANOS INICIAIS
18	454418	MÁRCIA BORSÓI	007.228.749-79	PROFESSOR PEDAGOGO ANOS INICIAIS
19	453850	NEIDE MARIA DAVID DE AZEVEDO	548.525.879-49	PROFESSOR PEDAGOGO ANOS INICIAIS
20	454423	NEIDE SANTANA	829.006.129-34	PROFESSOR PEDAGOGO ANOS INICIAIS
21	454011	NEUSA DE FATIMA GERVA-SIO	021.139.719-92	PROFESSOR PEDAGOGO ANOS INICIAIS
22	453721	NEUSA TEREZINHA FORTES	047.873.389-51	PROFESSOR PEDAGOGO ANOS INICIAIS
23	453907	ROSANA KIELING MANTOVANI	021.229.669-80	PROFESSOR PEDAGOGO ANOS INICIAIS
24	454425	ROSÂNGELA MARIA COSTA LIMA	504.923.141-87	PROFESSOR PEDAGOGO ANOS INICIAIS
25	453858	SAIONARA FERREIRA FRANÇA SEGATTO	032.198.849-38	PROFESSOR PEDAGOGO ANOS INICIAIS
26	453985	SAIRA LOPES DA CUNHA CAVALLI	007.622.259-47	PROFESSOR PEDAGOGO ANOS INICIAIS
27	454141	SHIRLEI IARA MOREIRA	040.286.159-09	PROFESSOR PEDAGOGO ANOS INICIAIS
28	454610	TAIS MARTINS DE JESUS FEDATO	092.724.699-61	PROFESSOR PEDAGOGO ANOS INICIAIS
29	453977	TAMI RAFAELA PASCOTTO DAHMER	052.842.279-05	PROFESSOR PEDAGOGO ANOS INICIAIS
30	454249	TAYLA REGINA DE BAIRIO	090.444.099-05	PROFESSOR PEDAGOGO ANOS INICIAIS
31	453657	TAYNA ANDOLFATTO	088.667.219-80	PROFESSOR PEDAGOGO ANOS INICIAIS
32	454288	TIRLANE KUHN HOFFSTATTER	032.336.069-66	PROFESSOR PEDAGOGO ANOS INICIAIS
33	453859	VANESSA PEREIRA DA COSTA	049.333.719-97	PROFESSOR PEDAGOGO ANOS INICIAIS
34	453993	VIVIANE APARECIDA DE MELO	023.404.999-50	PROFESSOR PEDAGOGO ANOS INICIAIS

SALA 511

ORDEM	INSCRIÇÃO	NOME DO INSCRITO	CPF	CARGO
01	454106	ADRIANA PELENTIR KARS-BURG	044.514.159-00	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
02	453954	ANA CLAUDIA HERMANN	077.487.989-07	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

03	454319	ANAÍ TAVARES CARDOZO	034.906.899-25	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
04	454258	ANDREA DA CRUZ MOREIRA	864.548.899-04	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
05	454268	ANDREZA TEIXEIRA	073.880.649-82	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
06	454284	ANDRÉIA TEIXEIRA ESTROVISPY	075.011.409-60	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
07	454181	ARLETE GELATI	711.474.389-00	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
08	454648	CATIA APARECIDA WIEST	626.404.709-06	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
09	454662	CHARLENE DE ALMEIDA	046.907.229-60	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
10	453705	CRISTIANE LIMA	005.448.049-37	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
11	454255	DAIANA ALVES DE CAMPOS MARCANTE	074.321.669-51	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
12	454133	DAIANA PELENTIR	010.946.449-43	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
13	453689	DANIELI FAVARO	007.785.909-09	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
14	453683	DENYSE CARLETI	017.896.639-89	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
15	454239	DORACI BAZZO	463.495.299-87	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
16	453742	ELIANE APARECIDA CARDOSO	066.377.709-73	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
17	454668	ELIZANGELA GELATI	004.929.459-85	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
18	454294	FÁTIMA ZARTH	346.096.449-91	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

19	454296	GELISE CIARNOSKI	030.845.559-23	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
20	454131	GILSE PINTO RIBEIRO	038.876.259-43	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
21	454649	JANE PEDROSO CHAVES	066.951.479-90	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
22	454118	JAQUELINE ELZA PAGANINI DORINI	057.919.899-54	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
23	454267	JOICE FRANCIÉLE PAROLIN DE CARVALHO	072.466.329-05	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
24	454179	JOSEANE DE OLIVEIRA PRESTES ABATTI	061.689.009-50	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
25	454007	JULIANA CRISTINA CHIESA	069.246.599-50	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
26	454000	JULIANA DO CARMO ESTEVES RODRIGUES	044.848.859-05	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
27	453690	JUREMA CARICIMI	620.713.949-68	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
28	453994	LARISSA DE OLIVEIRA	087.165.379-63	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
29	453987	LILIAN CRISTINE MOREIRA	933.023.719-34	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
30	454379	LUCIANA BITENCOURT DOS SANTOS	055.312.979-12	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
31	454180	MADELAINE LORENZATTO	057.824.919-73	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

SALA 512

ORDEM	INSCRIÇÃO	NOME DO INSCRITO	CPF	CARGO
01	453667	MAIARA SLAVIERO	082.387.109-60	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
02	454677	MAIRA GALDINO	060.037.009-71	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

03	454431	MARCELI JUNG COSTA BEBER	056.005.579-06	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
04	454367	MARIA ELIZABETE ALVES	481.731.429-04	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
05	454693	MARIA SALETE PIGATTO	497.876.599-49	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
06	454143	MARIAH NINA BELLÓ	086.513.279-86	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
07	454438	MARILUZE MULLER DE MORAES	007.584.209-27	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
08	453864	MARINALDA DE FÁTIMA VIEIRA SARTORI	042.723.939-79	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
09	453728	MARISA SCHINEIDER	690.415.639-20	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
10	454419	MARLENE DOLSAN	311.208.309-15	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
11	453709	MIRIAN SEVERINA SOUZA MARQUES	092.428.769-17	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
12	454236	NOEMI LUCIANE PEREIRA BERTOLDO	039.761.859-06	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
13	454630	NÁYADA ZUCCHETTI BONGIOVANI	078.611.409-62	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
14	454472	OLIVIA XAVIER BRAGHEROLLI	868.631.859-20	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
15	454420	PRISCILA DE QUADROS	048.315.449-06	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
16	454432	PÂMELA RODRIGUÊS OLIVO	062.711.699-02	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
17	454154	ROBERTA GABRIELA BUCCO	105.996.926-26	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
18	453964	RODRIGO VALTER MATTES	028.509.719-95	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

19	453887	RONALDO PASINATO	003.683.730-02	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
20	454167	ROSANGELA MARIA DALLA COSTA	538.514.399-53	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
21	454439	SANDRA MARIA BERTELLI	069.220.349-45	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
22	454238	SANDRA VACCARI	757.763.919-20	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
23	453671	SILVANA APARECIDA DE OLIVEIRA	022.089.589-93	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
24	453884	SONIA DE OLIVEIRA	041.735.059-73	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
25	454246	TAIZE CONTE	010.538.909-90	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
26	453702	TATIANA GARRIDO DE SOUZA	030.239.039-13	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
27	454044	THAIS LIANA BELLÓ COLUSSO	043.012.739-13	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
28	453765	VANDRÉIA PEREIRA CARDOSO DOS PASSOS	066.996.909-57	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
29	454369	VANEZA FRANCO DA SILVA	045.599.649-04	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
30	453699	WEDNA FELIX PAIVA	250.871.078-42	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL
31	453896	ZÉLIA VICENTE DE AMORIM ANTUNES	844.982.349-87	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

SALA 513

ORDEM	INSCRIÇÃO	NOME DO INSCRITO	CPF	CARGO
01	454633	MARINA BEATRIZ PEREIRA CHAVES	091.727.589-61	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL LÍNGUA PORTUGUESA
02	453898	SONIA STOFFEL DE SOUZA	026.032.469-84	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL LÍNGUA PORTUGUESA
03	454675	FERNANDA REMUS	017.530.330-47	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL MATEMÁTICA
04	454670	SANDRA APARECIDA ALVES	961.103.419-91	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL MATEMÁTICA

05	454150	SHIRLEN FERREIRA TONET	048.260.299-69	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL MATEMÁTICA
06	454409	VANILZA MARQUES DA SILVA	027.041.489-45	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL MATEMÁTICA
07	454387	ADEMIR NUNES DOS SANTOS	021.594.639-14	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL GEOGRAFIA
08	454061	IVAN LUCAS DADALT	078.724.959-96	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL GEOGRAFIA
09	454293	MARLENE PASTORI BOTT	892.823.459-04	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL GEOGRAFIA
10	454527	ROSANE MARIA SUMNY	592.527.669-87	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL GEOGRAFIA
11	454389	ROSILDE BACHES	568.256.929-68	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL GEOGRAFIA
12	453771	VALDICE SANTOS	914.096.838-34	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL GEOGRAFIA
13	454378	ANDREIA DALLA VECCHIA	017.018.619-92	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL CIÊNCIAS
14	453895	FRANCIELLI MELLO FERRI	030.132.169-80	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL CIÊNCIAS
15	453874	MONALIZE SALETE MOTA	796.588.739-87	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL CIÊNCIAS
16	454129	NORIDIANE FERREIRA MAGAINS	061.082.339-66	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL CIÊNCIAS
17	453662	PATRICIA TREVISOL	079.115.989-24	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL CIÊNCIAS
18	454247	RAQUEL MOREIRA LEITE	009.484.409-70	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL CIÊNCIAS
19	453793	FERNANDA FACHIN VIEIRA	078.326.609-02	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E/OU ENSINO FUNDAMENTAL - INGLÊS
20	453789	ILIANDRA FUSSIEGER MEDEIROS	019.468.859-32	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E/OU ENSINO FUNDAMENTAL - INGLÊS
21	453865	SILVANA LOCATELLI PICOLI	892.239.779-91	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E/OU ENSINO FUNDAMENTAL - INGLÊS
22	454437	RAFAEL PABLO MASSOCATO	051.242.099-84	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL INFORMÁTICA
23	453693	ROBSON VEIGA	056.540.129-75	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL INFORMÁTICA
24	454642	ANA ALICE SALES	082.692.729-73	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA
25	453852	ANDREIA MARIA BERNARDT	043.332.369-83	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA
26	453968	BIANCA MARCHIORO	105.969.819-61	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA
27	454241	DIONATHAS RODRIGUES DE OLIVEIRA	010.293.169-02	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA
28	454183	FERNANDA LEVINSKI	073.954.969-30	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA
29	454363	GILBERTO VASTRES	713.156.759-00	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA
30	453863	IARA DAIANY DE SOUSA PEREIRA BURLIM	079.815.999-54	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA
31	453718	JORDANI DOS SANTOS PEREIRA	039.556.220-10	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA
32	454109	MAIELI DA SILVA AMORA	068.933.549-08	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA
33	453848	MONICA POZZEBON	942.458.009-68	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA
34	454655	SAMUEL CARLOS MEISTERLIN	097.357.759-21	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Joaçaba/SC, em 13 de janeiro de 2020.



DIOCLELIO RAGNINI
Prefeito

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 01/2020

Publicação Nº 2309966

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
01/2020**

Diante da impossibilidade de notificação via correios e telefone, notificamos o contribuinte 35479 – PAULO JOSÉ SANGALI - através da Notificação de Lançamento nº 152/2019, que foi efetuado o lançamento complementar do Imposto Predial e Territorial Urbano e Taxa de Coleta de Lixo, exercícios 2019, imóvel cadastro 5029.

Maiores informações estão à disposição no Setor de Cadastro/IPTU da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

Joaçaba, 03 de janeiro de 2020.

Jorge Luiz Dresch		Ana Paula Padova
Secretário Municipal de Gestão Administrativa		Técnico de Administração Matrícula 12.221

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 02/2020

Publicação Nº 2309967

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
02/2020**

Diante da impossibilidade de notificação via correios e telefone, notificamos a contribuinte 4871 – ROSELEI SALETE TIEPPO MORESCO - através do Ofício 140/2019, que após a aprovação da Lei 395 de 27/08/2019, a qual dispõe sobre a Regularização Fundiária Urbana – REURB, haverá incidência de IPTU sobre a área que consta em cadastro imobiliário/matricula.

Maiores informações estão à disposição no Setor de Cadastro/IPTU da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

Joaçaba, 06 de janeiro de 2020.

Jorge Luiz Dresch		Ana Paula Padova
Secretário Municipal de Gestão Administrativa		Técnico de Administração Matrícula 12.221

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 03/2020

Publicação Nº 2309970

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
03/2020**

Diante da impossibilidade de notificação via correios e telefone, notificamos o contribuinte 6999 – OSVALDO RAUL LUNARDI - através do Ofício 136/2019, que após a aprovação da Lei 395 de 27/08/2019, a qual dispõe sobre a Regularização Fundiária Urbana – REURB, haverá incidência de IPTU sobre a área que consta em cadastro imobiliário/matricula.

Maiores informações estão à disposição no Setor de Cadastro/IPTU da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

Joaçaba, 06 de janeiro de 2020.

Jorge Luiz Dresch		Ana Paula Padova
Secretário Municipal de Gestão Administrativa		Técnico de Administração Matrícula 12.221

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 04/2020

Publicação Nº 2309973

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
04/2020**

Diante da impossibilidade de notificação via correios e telefone, notificamos o contribuinte 7022 – AURI SIPEDRA PUREZA - através do Ofício 106/2019, que após a aprovação da Lei 395 de 27/08/2019, a qual dispõe sobre a Regularização Fundiária Urbana – REURB, haverá incidência de IPTU sobre a área que consta em cadastro imobiliário/matricula.

Maiores informações estão à disposição no Setor de Cadastro/IPTU da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

Joaçaba, 06 de janeiro de 2020.

Jorge Luiz Dresch		Ana Paula Padova
Secretário Municipal de Gestão Administrativa		Técnico de Administração Matrícula 12.221

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 05/2020

Publicação Nº 2309975

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
05/2020**

Diante da impossibilidade de notificação via correios e telefone, notificamos o contribuinte 6995 – HERMINDO REDEL - através do Ofício 122/2019, que após a aprovação da Lei 395 de 27/08/2019, a qual dispõe sobre a Regularização Fundiária Urbana – REURB, haverá incidência de IPTU sobre a área que consta em cadastro imobiliário/matricula.

Maiores informações estão à disposição no Setor de Cadastro/IPTU da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

Joaçaba, 06 de janeiro de 2020.

Jorge Luiz Dresch		Ana Paula Padova
Secretário Municipal de Gestão Administrativa		Técnico de Administração Matrícula 12.221

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 06/2020

Publicação Nº 2309977

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
06/2020**

Diante da impossibilidade de notificação via correios e telefone, notificamos o contribuinte 7006 – ESPÓLIO DE LUIZ TRAIANO - através do Ofício 117/2019, que após a aprovação da Lei 395 de 27/08/2019, a qual dispõe sobre a Regularização Fundiária Urbana – REURB, haverá incidência de IPTU sobre a área que consta em cadastro imobiliário/matricula.

Maiores informações estão à disposição no Setor de Cadastro/IPTU da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

Joaçaba, 06 de janeiro de 2020.

Jorge Luiz Dresch		Ana Paula Padova
Secretário Municipal de Gestão Administrativa		Técnico de Administração Matrícula 12.221

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 07/2020

Publicação Nº 2309979

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
07/2020**

Diante da impossibilidade de notificação via correios e telefone, notificamos o contribuinte 5998 – VILMAR SALVADORI - através do Ofício 144/2019, que após a aprovação da Lei 395 de 27/08/2019, a qual dispõe sobre a Regularização Fundiária Urbana – REURB, haverá incidência de IPTU sobre a área que consta em cadastro imobiliário/matricula.

Maiores informações estão à disposição no Setor de Cadastro/IPTU da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

Joaçaba, 06 de janeiro de 2020.

Jorge Luiz Dresch		Ana Paula Padova
Secretário Municipal de Gestão Administrativa		Técnico de Administração Matrícula 12.221

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 08/2020

Publicação Nº 2309980

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
08/2020**

Diante da impossibilidade de notificação via correios e telefone, notificamos o contribuinte 14151 – JONAS LEMOS E ESPÓLIO DE MARIA STELLA LEMOS - através do Ofício 127/2019, que após a aprovação da Lei 395 de 27/08/2019, a qual dispõe sobre a Regularização Fundiária Urbana – REURB, haverá incidência de IPTU sobre a área que consta em cadastro imobiliário/matricula.

Maiores informações estão à disposição no Setor de Cadastro/IPTU da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

Joaçaba, 06 de janeiro de 2020.

Jorge Luiz Dresch		Ana Paula Padova
Secretário Municipal de Gestão Administrativa		Técnico de Administração Matrícula 12.221

PORTARIA Nº 5.621

Publicação Nº 2310236

PORTARIA Nº 5.621 DE 06 DE JANEIRO DE 2020

“SUSPENDE ANDAMENTO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO.”

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER até o dia 02 de fevereiro de 2020, o andamento do “Processo Administrativo” instaurado pela portaria nº 5.269 de 17 de outubro de 2019, que apura possível descumprimento de cláusulas contratuais por parte da empresa Mecânica Trevo LTDA, em virtude do período de férias dos servidores André Luiz Dri, Hellen Christian Wiest Dabrowski e Luci Terezinha Heberle, conforme solicitação da Comissão de Processo Administrativo 03.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 24 de dezembro de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 06 de janeiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.622

Publicação Nº 2310248

PORTARIA Nº 5.622 DE 06 DE JANEIRO DE 2020.

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) CESAR LUIZ JUNQUEIRA DE CARVALHO, Professor (Licenciatura) Lei 283/2014, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando nº 02/2020 da Superintendência de Esportes, referente ao período de 14 de março de 1998 a 13 de março de 2003 (90 dias), por um período de 15 (quinze) dias, a partir de 16 de dezembro de 2019 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 16 de dezembro de 2019, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 06 de janeiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.623

Publicação Nº 2310252

PORTARIA Nº 5.623 DE 07 DE JANEIRO DE 2020

"NOMEIA SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR os servidores, MATHEUS LUIS GEUSTER e SANDRA REGINA PACHECO PINHEIRO para gerenciar a realização de despesas sob o regime de adiantamento correspondente ao Fundo Municipal de Assistência Social, em substituição as servidoras Nathalia Costenaro Mascarello e Ivone Zanatta, conforme memorando nº 005/2020 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura,obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 07 de janeiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.624

Publicação Nº 2310255

PORTARIA Nº 5.624 DE 07 DE JANEIRO DE 2020

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) ADRIANA MARIA PEDRETTE PASINI, Monitor Social, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Assistência Social, Classe "B-VI", para a Classe "B-VII" de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, 07 de janeiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.625

Publicação Nº 2310261

PORTARIA Nº 5.625 DE 07 DE JANEIRO DE 2020

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) ADRIANA POSPOR, Cuidador, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Assistência Social, Classe "B-VII", para a Classe "B-VIII" de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, 07 de janeiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.626

Publicação Nº 2310266

PORTARIA Nº 5.626 DE 07 DE JANEIRO DE 2020

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) ADRIANO NORA, Técnico de Administração, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Assistência Social, Classe "D-VII", para a Classe "D-VIII" de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, 07 de janeiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.627

Publicação Nº 2310270

PORTARIA Nº 5.627 DE 07 DE JANEIRO DE 2020

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) AGOSTINHO ROSELI CHAVES, Motorista, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Assistência Social, Classe "B-III", para a Classe "B-IV" de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, 07 de janeiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.628

Publicação Nº 2310274

PORTARIA Nº 5.628 DE 07 DE JANEIRO DE 2020

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) ALINE APARECIDA SCHMIDT DAMBROS, Assistente Social, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Assistência Social, Classe "C-VII", para a Classe "C-VIII" de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, 07 de janeiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.629

Publicação Nº 2310284

PORTARIA Nº 5.629 DE 07 DE JANEIRO DE 2020

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) ANA CATARINA ANTES, Psicólogo, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Assistência Social, Classe "C-VII", para a Classe "C-VIII" de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, 07 de janeiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.630

Publicação Nº 2310290

PORTARIA Nº 5.630 DE 07 DE JANEIRO DE 2020

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) CLIO SANTOS, Técnico de Administração, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Assistência Social, Classe "A-III", para a Classe "A-IV" de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, 07 de janeiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.631

Publicação Nº 2310301

PORTARIA Nº 5.631 DE 07 DE JANEIRO DE 2020

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) DAIANA DUARTE BACKES, Profissional de Educação Física, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Assistência Social, Classe "C-V", para a Classe "C-VI" de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, 07 de janeiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.632

Publicação Nº 2310305

PORTARIA Nº 5.632 DE 07 DE JANEIRO DE 2020

“CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) DERLI FRANCISCO DA SILVA, Monitor Social, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Assistência Social, Classe “E-II”, para a Classe “E-III” de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, 07 de janeiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.633

Publicação Nº 2310309

PORTARIA Nº 5.633 DE 07 DE JANEIRO DE 2020

“CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) EDILES DREY DE GIACOMETI, Assistente Social, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Assistência Social, Classe “C-VI”, para a Classe “C-VII” de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, 07 de janeiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.634

Publicação Nº 2310314

PORTARIA Nº 5.634 DE 07 DE JANEIRO DE 2020

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) INGRID VANESSA STOCK, Assistente Social, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Assistência Social, Classe "A-IV", para a Classe "A-V" de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, 07 de janeiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.635

Publicação Nº 2310339

PORTARIA Nº 5.635 DE 07 DE JANEIRO DE 2020

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) IVANIR JANETE PALHANO, Auxiliar de Serviços Internos, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Assistência Social, Classe "A-IV", para a Classe "A-V" de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, 07 de janeiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.636

Publicação Nº 2310342

PORTARIA Nº 5.636 DE 07 DE JANEIRO DE 2020

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) JULIANA CHIAMULERA, Assistente Social, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal

de Assistência Social, Classe "C-VII", para a Classe "C-VIII" de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, 07 de janeiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.637

Publicação Nº 2310344

PORTARIA Nº 5.637 DE 07 DE JANEIRO DE 2020

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) LARISSA NOVELLO, Psicólogo, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Assistência Social, Classe "C-V", para a Classe "C-VI" de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, 07 de janeiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.638

Publicação Nº 2310348

PORTARIA Nº 5.638 DE 07 DE JANEIRO DE 2020

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) MAGDA BARBOSA CABRAL, Auxiliar de Serviços Internos, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Assistência Social, Classe "B-V", para a Classe "B-VI" de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, 07 de janeiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.639

Publicação Nº 2310354

PORTARIA Nº 5.639 DE 07 DE JANEIRO DE 2020

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) MARCELINO ZUFFO, Monitor Social, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Assistência Social, Classe "C-II", para a Classe "C-III" de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, 07 de janeiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.640

Publicação Nº 2310358

PORTARIA Nº 5.640 DE 07 DE JANEIRO DE 2020

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) MARILEI SCHMITZ, Cuidador (Readaptado), lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Assistência Social, Classe "B-IV", para a Classe "B-V" de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, 07 de janeiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.641

Publicação Nº 2310361

PORTARIA Nº 5.641 DE 07 DE JANEIRO DE 2020

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) MARISANGELA APARECIDA CARLETTO, Cuidador, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Assistência Social, Classe "B-III", para a Classe "B-IV" de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, 07 de janeiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.642

Publicação Nº 2310364

PORTARIA Nº 5.642 DE 07 DE JANEIRO DE 2020

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) MARISTELA ROSA ABATTI SCHULER, Assistente Social, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Assistência Social, Classe "E-IV", para a Classe "E-V" de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, 07 de janeiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.643

Publicação Nº 2310366

PORTARIA Nº 5.643 DE 07 DE JANEIRO DE 2020

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) NATHALIA COSTENARO MASCARELLO, Técnico de Administração, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Assistência Social, Classe "B-IX", para a Classe "C-I" de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, 07 de janeiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.644

Publicação Nº 2310372

PORTARIA Nº 5.644 DE 07 DE JANEIRO DE 2020

“CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) RAQUEL TEODORO, Monitor Social, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Assistência Social, Classe “E-VI”, para a Classe “E-VII” de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, 07 de janeiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.645

Publicação Nº 2310375

PORTARIA Nº 5.645 DE 07 DE JANEIRO DE 2020

“CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) RODRIGO PEREIRA SILVA, Monitor Social, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Assistência Social, Classe “B-VIII”, para a Classe “B-IX” de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, 07 de janeiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.646

Publicação Nº 2310377

PORTARIA Nº 5.646 DE 07 DE JANEIRO DE 2020

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) RUBIA KAREN PROVENSI, Assistente Social, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Assistência Social, Classe "D-III", para a Classe "D-IV" de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, 07 de janeiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.647

Publicação Nº 2310381

PORTARIA Nº 5.647 DE 07 DE JANEIRO DE 2020

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) SANDRA REGINA PACHECO PINHEIRO, Assistente Social, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Assistência Social, Classe "C-VI", para a Classe "C-VII" de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, 07 de janeiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.648

Publicação Nº 2310384

PORTARIA Nº 5.648 DE 07 DE JANEIRO DE 2020

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) DIANA APARECIDA GOTARDO, Técnico de Administração, lotado(a) no(a)

Secretaria Municipal de Assistência Social, Classe "C-I", para a Classe "C-II" de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, 07 de janeiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.649

Publicação Nº 2310386

PORTARIA Nº 5.649 DE 07 DE JANEIRO DE 2020

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) GISLAINE COUTINHO SOARES POSSOBON, Assistente Social, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Assistência Social, Classe "C-VI", para a Classe "C-VII" de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, 07 de janeiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.650

Publicação Nº 2310394

PORTARIA Nº 5.650 DE 07 DE JANEIRO DE 2020

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) ADENIR DE JESUS BENITES, Operador de Máquinas (Readaptado), lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Assistência Social, Classe "C-II", para a Classe "C-III" de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, 07 de janeiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.651

Publicação Nº 2310398

PORTARIA Nº 5.651 DE 07 DE JANEIRO DE 2020

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) DIRLEI DE OLIVEIRA BRESSANELLI, Auxiliar de Serviços Internos, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Assistência Social, Classe "B-V", para a Classe "B-VI" de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, 07 de janeiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.652

Publicação Nº 2310402

PORTARIA Nº 5.652 DE 07 DE JANEIRO DE 2020

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) NEUSA MARIA SCHMITZ, Auxiliar de Serviços Internos, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Assistência Social, Classe "C-V", para a Classe "C-VI" de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, 07 de janeiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.653

Publicação Nº 2310405

PORTARIA Nº 5.653 DE 07 DE JANEIRO DE 2020

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11

de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) IVONE ZANATTA, Professor Pós Graduado Nível I, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, Classe "J-III" para a Classe "J-IV", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, 07 de janeiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

José Boiteux

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO 01/2020 REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS COMPRA DE COMBUSTÍVEL TIPO GASOLINA COMUM, DIESEL S10 E DIESEL COMUM PARA ABASTECIMENTO DE TODA A FROTA MUNICIPAL MAIORES INFORMAÇÕES NO EDITAL.

Publicação Nº 2310029

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX – SC

PROCESSO LICITATÓRIO 01/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2020

O Prefeito Municipal de José Boiteux – SC, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna se público aos interessados, que fará realizar Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial, no dia 27/01/2020, às 09:00 horas, tendo como local, a Prefeitura Municipal de José Boiteux, sito a Av 26 de Abril, nº655, REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS COMPRA DE COMBUSTÍVEL TIPO GASOLINA COMUM, DIESEL S10 E DIESEL COMUM PARA ABASTECIMENTO DE TODA A FROTA MUNICIPAL MAIORES INFORMAÇÕES NO EDITAL. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital e demais informações diariamente, das 07:30 às 16:30 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima ou pelo fone/fax (47) 3352-7111.

José Boiteux/SC, em 13 de Janeiro de 2020.

JONAS PUDEWELL

Prefeito Municipal

Lacerdópolis

PREFEITURA

ATA REGISTRO DE PREÇO 02-2020

Publicação Nº 2310556

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LACERDOPOLIS

Página: 1/8
Processo Nº.: 43/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 2/2020

No dia 13 do mês de Janeiro do ano de 2020, o MUNICÍPIO DE LACERDOPOLIS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.471/0001-24, com sede administrativa localizada na RUA 31 DE MARCO 1050, bairro CENTRO, CEP nº. 89660-000, nesta cidade de Lacerdópolis/SC, neste ato representado pelo(a) PREFEITA EM EXERCÍCIO, o Sr(a). SERGIO LUIZ CALEGARI, inscrito no CPF sob o nº. 596.847.989-20, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15, da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal nº. 7.892/2013, Decreto Municipal nº. 024/2011, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL nº. 22/2019 Processo Licitatório nº. 43/2019. RESOLVE: registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s), de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) por item, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO E DO PREÇO UNITÁRIO E TOTAL

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS visando futuras e possíveis contratações, com pedidos parcelados de:

Código	Nome da Empresa	Itens
6950	COMERCIO DE LIVROS ODY LTDA.	16
7959	DIDATICA LIVRARIA E BRINQUEDOS LTDA - ME	1, 2, 4, 7, 23
8897	MERCADO MUNARI LTDA ME	12, 13, 19
10784	MILRAU COMERCIO DE ARTIGOS PEDAGOGICOS LTDA EPP	5, 8, 9, 10, 11, 14, 15, 17, 18, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31
8509	MOVESCO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS ESCOLARES L	6
6355	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA	3, 32, 33, 34, 35, 36, 37

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
COMERCIO DE LIVROS ODY LTDA.	03.173.832/0001-06	QUERINO JOSE ODY	174.071.920-49
DIDATICA LIVRARIA E BRINQUEDOS LTDA - ME	08.985.825/0001-14	VIVALDINO PASQUALOTTO	655.988.909-25
MERCADO MUNARI LTDA ME	10.878.273/0001-97	ANTONIO CARLOS DA SILVA STEFAN	590.834.339-00
MILRAU COMERCIO DE ARTIGOS PEDAGOGICOS LTDA EPP	02.459.406/0001-62	EDISON LUIS MAYRER	021.464.530-44
MOVESCO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS ESCOLARES	93.234.789/0001-26		
ROBERTO TESSARO & CIA LTDA	85.248.680/0001-10	ROBERTO ANTONIO TESSARO	518.086.929-34

Fornecedor: 6355 - ROBERTO TESSARO & CIA LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	CARRINHO DE BEBE Carro berço-passeio (2 em 1) destinado para crianças a partir de 0 meses com peso até 15 Kg Encosto regulável em 4 posições Cabo reversível Cinto de segurança de 5 pontos Acolchoado em tecido removível e lavável, com sistema dupla face Protetor de ombro Bandeja do bebê com porta copo, removível e de fácil encaixe de travamento 4 rodas dianteiras giratórias com duplo sistema de freios 4 rodas traseiras fixas com duplo sistema de freios Eixos dianteiros removíveis Capota retrátil confeccionada em tecido emborrachado Desarme automático do encosto no momento do fechamento do carrinho Pode acoplar o bebê conforto Dimensões: Altura: 101cm Largura: 51cm Comprimento: 89cm Peso: 9,800kg	UN	GALZERANO	20,000	429,0000	8.580,00
32	Dominó figuras e palavras Contendo no mínimo 28 peças de tamanho 7x3,5cm em M. D. F. Embalagem em caixa de madeira serigrafada 17 x 9,5 x 4 cm	UN	CARLU	4,000	13,0000	52,00
33	Dominó de adição Contendo no mínimo 28 peças de tamanho 7x3,5cm em M.D.F. Embalagem caixa de madeira serigrafada 17 x 9,5 x 4 cm	UN	XALINGO	4,000	13,0000	52,00
34	Dominó subtração Contendo no mínimo 28 peças de tamanho 7x3,5cm em M.D.F. Embalagem em caixa de madeira serigrafada 17 x 9,5 x 4 cm	UN	XALINGO	4,000	13,0000	52,00
35	Dominó de multiplicação Contendo no mínimo 28 peças de tamanho 7x3,5cm em M.D.F. Embalagem em caixa de madeira serigrafada 17 x 9,5 x 4 cm	UN	XALINGO	4,000	13,0000	52,00
36	Dominó de divisão Contendo no mínimo 28 peças de tamanho 7x3,5cm em M.D.F. Embalagem em caixa de madeira serigrafada 17 x 9,5 x 4 cm	UN	XALINGO	4,000	13,0000	52,00
37	Dominó frações Contendo no mínimo 28 peças de tamanho 7x3,5cm em M.D.F. Embalagem em caixa de madeira serigrafada 17 x 9,5 x 4 cm	UN	XALINGO	4,000	13,0000	52,00
Total						8.892,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LACERDOPOLIS

Página: 2/8
 Processo Nº.: 43/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2019

Fornecedor: 6950 - COMERCIO DE LIVROS ODY LTDA.

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
16	Jogo pega varetas gigante Mínimo de 31 varetas de acrílico medindo aprox. 55 cm (5 varetas azul, 10 vermelhas, 10 amarelas, 5 verdes e 1 na cor preta) embaladas em caixa de M.D.F, fecho metálico medindo 60x11x6 cm	UN		8,000	40,0000	320,00
Total						320,00

Fornecedor: 7959 - DIDATICA LIVRARIA E BRINQUEDOS LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Playground infantil com balanço (INCLUSO A INSTALAÇÃO) contém: o Projetado para crianças de 2 a 5 anos o O formato hexagonal tem mais possibilidades de diversão porque permite a instalação de componentes em 6 lados utilizáveis ao invés de apenas 4 nos formatos tradicionais o 1 módulo em formato hexagonal, meia plataforma, escada de apoio e de acesso à meia plataforma, escorregador reto pequeno, escorregador curvo pequeno, escadada pequena, portinha medieval com visor na parte superior e abertura feita através de uma cordinha, 2 paredes em "V" com a parte superior das paredes em forma de ameias (como um castelo), 1 peça em forma de arco e aberturas inferiores em formato de semi-círculo para passagem o 1 tabelinha de basquete com tabela e aro o 1 cavalette plástico com timão que gira de verdade e conector instalado na parte superior da parede e 1 tirante horizontal para pendurar 2 balancinhos em forma de jatinho o 2 balancinhos em forma de jatinho (Balanço Jet) com aberturas para passagem das pernas da criança e 2 peças laterais em forma de joystick que se movimentam para a frente e para trás pela ação da criança o Locais próprios para fixação no piso, se necessário DIMENSÕES 325 x 330 x 148 cm Composição o Polietileno de média densidade (material não tóxico e reciclável). o Polietileno pigmentado (colorido), com aditivo UV que garante a coloração original mesmo que exposto ao tempo. Certificação: Normas ABNT NBR NM 300/2004, versão 2011, Segurança de Brinquedos.	UN	FRESO	1,000	7.000,0000	7.000,00
2	Playground em formato de casinha (INCLUSO A INSTALAÇÃO) contém: o paredes com formato de toras redondas de madeira; o 2 paredes pequenas com janelas sem fechamento, vazado na parte superior e túnel de passagem na parte inferior; o 2 paredes grandes com janelas sem fechamento, porta vai-vem em uma delas e meia portinha tradicional em outra; o telhado em formato de 2 águas tendo chaminé de um lado e clarabóia do outro; o parte interna com pia, fogão, escorredor de pratos, telefone e campainha que toca de verdade ao puxar a cordinha; o cerquinha composta por 4 peças e 1 tranca, acoplada à casinha por meio de 2 batentes parafusados na lateral (cerquinha opcional). DIMENSÕES 165 x 130 x 160 cm Composição o polietileno de média densidade (material não tóxico e reciclável). o polietileno pigmentado (colorido), com aditivo UV que garante a coloração original mesmo que exposto ao tempo. Certificação: Normas ABNT NBR NM 300/2004, versão 2011, Segurança de Brinquedos.	UN	FRESO	1,000	4.800,0000	4.800,00
4	TRAVE DE GOL EM PLASTICO RIGIDO COM BOLA C/ 2 TRAVES o Produto com cantos arredondados, composto de 2 laterais e 2 travessões. o Laterais inteiriças, sem partes vazadas o Travessões com saliência para fixação da rede o Pode ser usado com maior altura e menor profundidade, ou menor altura e maior profundidade o Rede de gol o Muito leve, pode ser levado de um lado para o outro sem dificuldades. o Já vem acompanhado de uma bola o Pode ser usado no pátio da escola, quintal de casa, campinho do sítio, na praia e onde mais os adultos deixarem! Composição o polietileno de média densidade (material não tóxico e reciclável). o polietileno pigmentado (colorido), com aditivo UV que garante a coloração original mesmo que exposto ao tempo. PESO 8,2 kg DIMENSÕES 70 x 114 x 87 cm Certificação: ABNT NBR NM 300/2004 - Versão 2011- Segurança de Brinquedos	UN	FRESO	1,000	1.000,0000	1.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LACERDOPOLIS

Página: 3/8
 Processo Nº.: 43/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2019

Fornecedor: 7959 - DIDATICA LIVRARIA E BRINQUEDOS LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
7	Brincando de vender - Merceria do bairro Acompanhada de no mínimo 32 cxs de papel cartão 7x9x4 cm, ilustrando produtos entre alimentos e de limpeza. Composta por 4 partes: sendo 2 laterais, 1 prateleira central e 1 banca c/ 12 bandejinhas c/ frutas e legumes variados de plástico/isopor (12 unidades por bandejinha no mínimo. Caixa para armazenar o dinheiro de 22,5x13x8cm, 50 moedas de plástico coloridas de 2,5 cm de diâmetro; dinheiro em cédula de papel (mínimo 3 notas de cada valor: R\$ 1, 2, 5, 10, 20, 50 e 100 com medidas de 9x4cm. Balancinha, medindo 30x8x15cm. Medidas da banca: mínimo de 87x29,5x88cm. Laterais medindo 45x24x142cm. Prateleira principal (central) 87xx25x170cm no mínimo). Medida total da merceria (sem a banca): 165x50x170cm	UN	CARLU	2,000	1.250,0000	2.500,00
23	Monte rápido 240 peças Peças coloridas de plástico em 04 modelos. Embalagem em balde plástico com alça, medindo aprox. 24 x 27 cm	UN	CARLU	4,000	78,0000	312,00
Total						15.612,00

Fornecedor: 8509 - MOVESCO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS ESCOLARES L

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
6	MESA MATERNAL DE REFEIÇÃO/ATIVIDADE 5 LUGARES Estrutura com pés em tubo de aço 1 ½ (parede 1,50). Laterais com tubo 1 ¼ (parede 1,50) com barramento duplo. Travessa superior em tubo 1 ¼ (parede 1,50) de apoio ao tampo. Travessa horizontal em tubo de aço 1/1/4 (parede 1,50) para unir as laterais da mesa. Fechamento dos topos e sapatas com ponteiros injetados na cor laranja, fixadas através de encaixe e rebitas a estrutura através de rebites de repuxo de alumínio 4,8x16. Nas partes metálicas deve ser aplicado tratamento anti-ferruginoso que assegure resistência à corrosão por exposição à névoa salina. Solda deve possuir superfície lisa e homogênea, não devendo apresentar pontos cortantes. Pintura por sistema em epóxi-pó. Tampo (1800x850x750mm) em MDF de 18mm de espessura revestido em laminado melamínico na cor casca de ovo (bege) com 0,8mm de espessura. Acabamento das bordas em perfil PVC em forma arredondada com raio de curvatura de 20mm na cor bege. No tampo são embutidas buchas americanas preparadas para receber os parafusos de 1/4x43mm que irão fixar o mesmo à estrutura e a base de sustentação das conchas E fixadas por parafusos 1/4x12mm. No tampo são usinados orifícios para encaixe das conchas (assento) confeccionadas em resina plástica nas dimensões de área útil (Largura 280mm x Profundidade 190mm x altura encosto de 220mm, sendo que na parte frontal apresenta saliência de raio de 40mm para melhor acomodação e conforto. Na parte posterior do encosto possui injetadas duas saliências (nervuras) para garantir maior resistência, acompanhadas de proteção estofada em material EVA e dotadas de cinto de segurança que permite a remoção para higienização. AS Bases de sustentação das conchas são em tubo de aço ¾ (parede 1,06) onde as conchas serão fixadas à mesma por rebites 4,8x16. Cores disponíveis das conchas: laranja, amarela, vermelha, rosa pink e lilás. Apresentar junto à proposta de preços: Certificado de Conformidade do Sistema de Gestão de Qualidade para Projetos, Fabricação e Montagem de Móveis Escolares, emitido pela Assoc. Brasileira de Normas Técnicas(ABNT) e Relatório de ensaio sobre corrosão e envelhecimento por exposição à névoa salina, emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO de acordo com a ABNT NBR 8094/1983 (material metálico revestido e não revestido - corrosão por exposição à névoa salina, no mínimo 1500 horas, que contenha união soldada) avaliada conforme NBR 5841/2015 e NBR ISO 4628/2015, grau de empolamento d0 / t0 e grau de enferrujamento Ri 0. 2.050,00 2.150,00 2.270,00	UN	MOVESCO	4,000	2.070,0000	8.280,00
Total						8.280,00

Fornecedor: 8897 - MERCADO MUNARI LTDA ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
12	Fantoches - Alfabetização No mínimo 26 personagens medindo entre 33 a 38 cm de altura em feltro e E.V.A; (1 alfabeto (masculino, feminino e palhaços); Embalagem em sacola P.V.C transparente com alça e zíper	UN	CARLU	3,000	199,0000	597,00
13	Fantoches - Números No mínimo 25 personagens medindo entre 33 a 38 cm de altura em feltro e E.V.A; personagens masculino, feminino e palhaços (composto por 2 jogos de números de 0 a 9, mais 1 jogo de sinais das operações básicas '+', '-', 'X', '/'); sacola em P.V.C transparente com alça e zíper.	UN	CARLU	3,000	199,0000	597,00
19	Monte Rápido 480 peças Peças coloridas de plástico em 04 modelos. Embalagem: mochila de P.V.C retransparente com alças e zíper, medindo aprox. 33x35x18cm	UN	CARLU	4,000	220,0000	880,00
Total						2.074,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LACERDOPOLIS

Página: 4/8
 Processo Nº.: 43/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2019

Fornecedor: 10784 - MILRAU COMERCIO DE ARTIGOS PEDAGOGICOS LTDA EPP						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	MOTOCICLO INFANTIL Estrutura em dupla camada para maior durabilidade e resistência. Assento anatômico acomoda a criança confortavelmente. Idade: +24 meses. Peso máximo suportado: 19kg Certificação Inmetro: CE-BRI/IFBQ-3104/17 Dimensões: (C,L,A) 61,0 X 43,0 X 47,5 cm	UN	XALINGO	30,000	107,0000	3.210,00
8	Conectando formas 1000 peças Peças coloridas de plástico no mínimo 06 formatos, embalagem em sacola de PVC transparente com alça e zíper, medida aprox.: 31,22x35cm	UN	CARLU	5,000	134,0000	670,00
9	Quebra-cabeça Geografia relevo e acidentes geográficos No mínimo 54 peças em material MDF (59,5x42cm medida do quebra cabeça montado); embalagem em caixa de papel cartonado medindo no mínimo 30x20x6cm	UN	CARLU	3,000	54,6000	163,80
10	Quebra - cabeça Geografia mapa mundi e etnias No mínimo 300 peças em MDF (77x50cm medida do quebra cabeça montado); embalagem em caixa papel cartonado 35x25x6cm	UN	CARLU	3,000	85,0000	255,00
11	Quebra-cabeça História Descobrimento do Brasil No mínimo 117 peças em MDF (59,5x42cm medida do quebra cabeça montado); embalagem em caixa papel cartonado 30x20x6cm	UN	CARLU	3,000	54,0000	162,00
14	Maleta alfabetização Conjunto composto por 10 brinquedos todos em MDF, caixas com tampas serigrafadas (alfabeto silábico, loto leitura, quebra cabeça silábico, alfabeto ilustrado, dominó completando a história, sequência lógica, dominó divisão silábica, memória alfabetização, alfabeto na madeira e palavras cruzadas. Embalagem: maleta de MDF, medindo no mínimo 43x27x23cm, com tampa serigrafada, 2 alças de sisal e tranca cadeado	UN	CARLU	3,000	230,0000	690,00
15	Futebol de botões Material em M.D.F. acompanha 2 pinos de plástico resistente, medida total do campo 92x63x3cm. Embalagem de papelão	UN	CARLU	3,000	38,0000	114,00
17	Jogo de ludo Composto por 4 peças que formam um tabuleiro de 44 x 44cm, mais 16 peças de posicionamento de plástico coloidais (4 vermelhas, 4 verdes, 4 amarelas e 4 azul) mais um dado de plástico. Sacola em P.V.C transparente com alça e zíper	UN	XALINGO	3,000	35,0000	105,00
18	Maleta matemática Contendo no mínimo 10 brinquedos (loto numérica, numerais e quantidades, material dourado. Dominó adição, dominó multiplicação, memória adição e subtração, fazendo cálculos, sequência de unidades, relógio cuco e prancha de seleção. Embalagem em maleta de M.D.F., medindo 43x27x23cm com 2 alças de sisal e tranca cadeado.	UN	CARLU	3,000	190,0000	570,00
20	Jogos Torre Legal Mínimo 54 peças 9 x 1,5 x 3cm em M.D.F. embalagem: sacola de P.V.C transparente com alça e zíper	UN	CARLU	5,000	34,0000	170,00
21	Linha movimento 2 sensoriais e corporais Conjunto de atividades, composto por 65 peças, sendo: 12 pés/palmilhas de E.V.A coloridos medindo 22,5 x 8 cm cada um; 12 mãos de E.V.A coloridas, medindo 13,5 x 19,5 cm cada uma; 8 formas geométricas de E.V.A coloridas (2 triângulos 21 x 28 cm, 2 círculos de 28cm de diâmetro, 2 retângulos 32x22cm, 2 quadrados de 28 x 28 cm); 04 formas geométricas de E.V.A colorido com suporte para sustentação (quadrado, retângulo, triângulo e círculo) revestidas com E.V.A, 2 tacos de madeira colorido medindo 58 cm, 3 bolinhas e borracha e 2 arcos/alvos, 1 palhaço bocão, 1 prancha com semicírculo medindo 34 x 15,5 x 9cm; 1 prancha de M.D.F medindo 50 x 16 cm com 1 cilindro; 2 sapatas coloridas com corda de nylon medindo 18 x 18 x 59 cm; 1 pula corda de 2 metros	UN	B. MOBIL	3,000	247,0000	741,00
22	Quebra cabeça geométrico Base em M.D.F em baixo relevo medindo 33,5 x 26,5 cm com no mínimo 24 peças em M.D.F	UN	CARLU	3,000	19,5000	58,50
24	Dominó percepção tátil vazado Mínimo 28 peças em M.D.F 9,5 x 5,5 cm. Embalagem: caixa de madeira 18 x 18 x 5 cm	UN	CARIMBRAS	3,000	65,0000	195,00
25	Painel alfabeto silábico simples Contendo 2 painéis em lona medida peça 60 x 100 cm	UN	CARLU	4,000	171,0000	684,00
26	Painel alfabeto silábico complexo Contendo 2 painéis em lona medida peça 60 x 100 cm	UN	CARLU	3,000	168,0000	504,00
27	Sequência de unidades 09 varetas de madeira medindo de 1 a 6,5 cm com 45 argolinhas coloridas de M.D.F. Base serigrafada com tinta atóxica os numerais de 1 a 9. Medida total: 37x 7 x 7,5 cm	UN	CARLU REF 1	3,000	33,8000	101,40
28	Blocos lógicos No mínimo 48 peças com cores azul, amarelo e vermelho, divididos em 4 formas: 12 quadrados, 12 triângulos, 12 retângulos, 12 círculos. Material em M.D.F. embalagem caixa de madeira serigrafada 20x18x7,5 cm	UN	CARLU	4,000	27,3000	109,20
29	Tangran em M.D.F Jogo no mínimo 70 peças em M.D.F, 10 bases de 14x14 cm. Caixa e madeira medindo 18 x 18 x 5cm	UN	CARLU	3,000	36,4000	109,20

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LACERDOPOLIS

Página: 5/8
 Processo Nº.: 43/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2019

Fornecedor: 10784 - MILRAU COMERCIO DE ARTIGOS PEDAGOGICOS LTDA EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
30	Tabuada giratória (multiplicação) Material em M.D.F, no mínimo 100 quadradinhos medida de; 3 x 3cm cada; medida total da tabuada 38 x 16 x 48 cm; com pedestal.	UN	CARLU	3,000	61,9000	185,70
31	Loto leitura Contendo no mínimo 130 peças (5 tabuleiros firmes 14,5 x 14,5 cm, 25 retângulos 4 x 2,2 cm e 100 fichas 2 x 2cm com letras, sílabas, palavras, imagens. Embalagem em caixa de papel 30 x 20 x 6 cm)	UN	CARLU	3,000	16,9000	50,70
Total						8.848,50

1.2. Os quantitativos são mera expectativa de contratação. O Município de Lacerdópolis e o Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis reservam-se o direito de contratar apenas as quantidades necessárias para suprir as necessidades das Secretarias. Após o término da vigência da Ata os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba ao Fornecedor, qualquer direito de indenização ou reclamação.

1.3. Integram a presente Ata de Registro de Preços o Edital de Pregão Presencial nº 22/2019, Processo Licitatório nº 43/2019 e a proposta apresentada pelo Fornecedor acima discriminado, bem como a planilha de lances ofertados pelo Fornecedor vencedor dos itens acima, conforme NORMAS ESTABELECIDAS NO RESPECTIVO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL E SEUS ANEXOS.

2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E DO REAJUSTE

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade pelo período de 12 meses, contados a partir da data de assinatura da presente Ata de registro de preços.

2.2. Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente Ata caberá ao Secretário Solicitante ou pessoa designada, conforme conste no respectivo Termo de Referência, anexo ao processo.

3.2. O gerenciador da presente Ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Lacerdópolis/Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis.

3.3. Não será aceito valores superior à média dos preços conforme valores do Anexo I.

3.4. Caso seja constatado, ao longo da vigência da ata, que o preço registrado, se torne muito inferior à média dos preços de mercado, e o Fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da Ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.5. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Lacerdópolis, observadas as exigências contidas no art. 22º, do Decreto Federal nº. 7.892/2013.

5. DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços, as empresas, as quantidades e as especificações do produto registrados na presente Ata encontram-se indicados no Anexo I, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório.

6. DO CONTRATO

6.1. Durante o prazo de validade da presente Ata as empresas mencionadas no item 5, a critério do Município de Lacerdópolis e do Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, serão convocadas para retirar a respectiva Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento ou formalização de Contrato, estando as obrigações assumidas vinculadas a esta Ata, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

6.2. Se a Empresa recusar-se a retirar a Nota de Empenho ou formalizar o Contrato sem justificativa por escrito e aceita pelo ordenador da despesa, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

7 - DA DESPESA

7.1. Fica dispensada a indicação de rubrica orçamentária conforme previsão contida no § 2º do art. 7º do Decreto nº 7.892/2013, o que deverá ocorrer somente quando da formalização do Contrato.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS**

Página: 6/8
Processo Nº.: 43/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2019

8. DO PAGAMENTO, DAS CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS ITENS

8.1. Os valores a serem pagos pelos itens contratados são aqueles constantes na proposta que instrui o Processo Licitatório nº. 43/2019 - Pregão Presencial nº. 22/2019 com valor global na importância de R\$ 44.026,50 (quarenta e quatro mil e vinte e seis reais e cinquenta centavos).

8.2. Somente serão pagos os itens efetivamente contratados e entregues ao CONTRATANTE, não gerando a obrigação de aquisição de todos os itens e quantidades registradas, mas somente aqueles necessários, de acordo com as requisições do CONTRATANTE.

8.3. Os pagamentos serão efetuados pelo Município de Lacerdópolis e ou Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, em até 15 (quinze) dias após o fornecimento dos itens e entrega das Notas Fiscais, importando os valores conforme os registrados na Ata de Registro de Preços, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, bem como mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente.

8.4. Não serão pagos valores antecipadamente.

8.5. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido ao Município de Lacerdópolis, com endereço na Rua 31 de março nº 1050, CNPJ/MF 82.939.471/0001-24 ou Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, com endereço na Rua Sete de Setembro nº 1600, CNPJ/MF 11.417.744/0001-22 e ter a mesma razão social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

8.6. A apresentação do documento fiscal que apresentem incorreções ou contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento e serão devolvidas, isentando o Município de Lacerdópolis ou o Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis do ressarcimento de qualquer prejuízo para o fornecedor.

8.7. As Notas Fiscais devolvidas pelos motivos mencionados nos item anterior serão pagas em até 10 (dez) dias da reapresentação.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. São obrigações do órgão gerenciador:

a) Gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do Fornecedor, o preço, e as especificações dos itens registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) observar para que, durante a vigência da presente Ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas;

c) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

d) consultar o Fornecedor registrado (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o produto a outro(s) órgão da Administração Pública que externe a intenção de utilizar a presente Ata;

e) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente Ata;

f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.

9.2. A fiscalização da Ata de Registro de Preço, decorrente do Pregão Presencial nº 22/2019, Processo Licitatório nº 43/2019 será exercida pelo Município de Lacerdópolis / Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

10.1. O órgão participante, através de gestor próprio indicado, obrigará-se a:

a) Tomar conhecimento da presente Ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente Ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas;

d) enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

e) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente Ata, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. São obrigações do Fornecedor, além das legais e inerentes ao ramo de atividade:

a) Informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não do fornecimento do objeto desta licitação a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente Ata;

b) fornecer os itens contratados obedecendo rigorosamente ao disposto no item 1 do Edital do Pregão nº. 22/2019 e Ata do respectivo processo;

c) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referente às condições firmadas na presente Ata;

d) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente Ata;

e) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão nº. 22/2019;

f) prestar os serviços no perímetro urbano do município de Lacerdópolis.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LACERDOPOLIS**

Página: 7/8
Processo Nº.: 43/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2019

12. DAS PENALIDADES

12.1. À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais, poderá sofrer, isolada ou conjuntamente, a critério do Órgão Gerenciador e após regular processo administrativo, as sanções administrativas previstas nos arts. 86 e ss., da Lei 8.666/93, atualizada.

12.2. Na hipótese de adoção da sanção administrativa na forma de multa, esta será aplicada da seguinte forma:

a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído à irregularidade encontrada, em percentual não superior a 10% do total dos itens atribuídos à Contratada;

b) No caso de atraso na entrega dos produtos percentual de 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(s), limitado a 30 (trinta) dias de atraso, quando a Administração poderá decidir pela continuidade ou rescisão contratual, em razão da inexecução total;

c) Na hipótese de não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório, multa equivalente a 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato;

d) Nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, multa de 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

12.3. Incorre nas mesmas sanções quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

§ 1º. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 30 (trinta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

§ 2º. No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

§ 3º. Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

§ 4º. As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

13. DAS ALTERAÇÕES

13.1. A presente Ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, as quais serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo.

13.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual oscilação de mercado ou de fato que modifique seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao Fornecedor para negociar o novo valor compatível ao mercado.

14. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

14.1. O Fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

a) não cumprir as obrigações da presente Ata;

b) não retirar a Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento e/ou formalização de Contrato no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;

d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

14.2. O Fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

15. DA PUBLICIDADE

15.1. O(s) preço(s), o(s) fornecedor(s) e a(s) especificação(s) resumidas do objeto, como também, possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Mural Público Municipal.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Integram presente Ata, o Processo Licitatório nº. 43/2019; o Edital do Pregão nº 22/2019 as propostas com preços e especificações.

17. DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Capinzal - SC, para dirimir questões oriundas desta Ata, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LACERDOPOLIS

Página: 8/8
Processo Nº.: 43/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2019

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Lacerdópolis, 13 de Janeiro de 2020.

Município de Lacerdópolis
SERGIO LUIZ CALEGARI
PREFEITA EM EXERCICIO

Lages

PREFEITURA

PP 01/2020 PML, PP 02/2020 PML

Publicação Nº 2310119

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Presencial 01/2020 PML

Objeto: Contratação de Empresa para Implantação, Configuração, Treinamento, Locação de Licença de Uso e Manutenção de Software de Sistema Integrado Online de Gestão do Esporte para uso da FME e JOCOL.

Abertura: 27/01/2020 às 09h

Valor Estimado: R\$ 21.541,67

Modalidade: Pregão Presencial 02/2020 PML

Objeto: Contratação de Empresa, Associação ou Liga, para a Prestação de Serviços de Arbitragem Durante os Jogos Comunitários de Lages - JOCOL 2020.

Abertura: 30/01/2020 às 09h

Valor Estimado: R\$ 293.781,40

Da retirada dos Editais: www.lages.sc.gov.br

Lages, 14 de janeiro de 2020.

Antônio César Alves de Arruda

Secretário da Administração e Fazenda

Laguna

PREFEITURA

ATO DE RETIFICAÇÃO Nº. 02 DO CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº. 01/2019 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGUNA - SC

Publicação Nº 2310696

ATO DE RETIFICAÇÃO Nº. 02
DO CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº. 01/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA, por meio da Secretaria Municipal de Fazenda, Administração e Serviços Públicos, em conjunto com a Comissão de Fiscalização para acompanhamento do Concurso Público, nomeada por meio do Decreto Municipal nº. 6.116/2019, torna pública a retificação do Edital nº. 01/2019 de abertura do concurso público destinado a prover vagas de nível superior, médio e técnico, para compor o quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Saúde de Laguna, nos termos do Decreto Municipal nº. 5.053, de 31 de julho de 2018.

1 - Onde lê-se:

8.9 A homologação do resultado final do Concurso Público, pela Prefeitura Municipal de Laguna, ocorrerá na data prevista de 20 de janeiro de 2020, para os cargos em que não haverá realização de prova prática, e na data prevista de 21 de fevereiro de 2020 para o cargo de motorista.

Leia-se:

8.9 A homologação do classificação final do Concurso Público, pela Prefeitura Municipal de Laguna, ocorrerá na data prevista de 20 de janeiro de 2020, para os cargos em que não haverá realização de prova prática, e na data prevista de 21 de fevereiro de 2020 para o cargo de motorista.

2 - Retifica-se o Anexo I do ATO DE RETIFICAÇÃO Nº. 01 DO CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº. 01/2019, o qual passa a vigor conforme o conteúdo do Retificação nº. 02, que segue anexo.

Laguna /SC, 13 de janeiro de 2020.

MUNICÍPIO DE LAGUNA
MAURO VARGAS CANDEMIL

ANEXO I – CRONOGRAMA CONCURSO
(Ato de Retificação 02, Do Ato De Retificação Nº. 01)

Evento	Datas
Publicação do Edital	21/10/2019
Período de inscrições	28/10/2019 – 27/11/2019
Requerimento de condições especiais	28/10/2019 – 27/11/2019
Deferimento dos requerimentos de condições especiais	06/12/2019
Prazo para Recurso: indeferimento dos requerimentos de condições especiais	07/12/2019 – até as 17h
Respostas aos recursos: indeferimento dos requerimentos de condições especiais	13/12/2019
Requerimento de isenção da taxa de inscrição	28/10/2019 – 06/11/2019
Deferimento dos requerimentos de pedidos de isenção da taxa de inscrição	13/11/2019
Homologação das inscrições	06/12/2019
Recurso: indeferimento dos requerimentos de inscrição	07/12/2019 – até às 17h
Respostas aos recursos indeferimento dos requerimentos	13/12/2019
Publicação dos locais de prova	13/12/2019
Prova Objetiva	22/12/2019
Publicação do gabarito preliminar	22/12/2019

Recurso: gabarito preliminar	23/12/2019 – até às 17h
Respostas aos recursos gabarito preliminar	13/01/2020
Publicação do gabarito oficial	13/01/2020
Classificação Final (Preliminar) e convocação dos candidatos para prova prática (Preliminar)	13/01/2020
Recurso: Classificação Final (Preliminar) e convocação dos candidatos para prova prática (Preliminar)	14/01/2020 – 17h
Respostas aos recursos: Classificação Final (Preliminar) e republicação da convocação dos candidatos para prova prática	20/01/2020
Republicação do Classificação final (pós-recursos) – CARGOS SEM PROVA PRÁTICA	20/01/2020
Recebimento dos títulos de todos candidatos Classificados de Nível Superior	21/01/2020
Resultado Final (Preliminar) – Nota Objetiva + Títulos	27/01/2020
Recurso do Resultado Final (Preliminar)	28/01/2020
Resultado Final para Homologação – CARGOS SEM PROVA PRÁTICA	31/01/2020
Apresentação do resultado do Exame Toxicológico	03/02/2020
Deferimento dos resultados do Exame Toxicológico	05/02/2020
Recurso: Indeferimento dos resultados do Exame Toxicológico	06/02/2020 – 17h
Respostas aos recursos indeferimento dos resultados do Exame Toxicológico	10/02/2020
Prova prática	16/02/2020
Publicação do resultado final (Preliminar) – CARGOS COM PROVA PRÁTICA	17/02/2020
Recurso: resultado final (Preliminar) – CARGOS COM PROVA PRÁTICA	18/02/2020 – 17h
Respostas aos recursos resultado final (Preliminar)	21/02/2020
Republicação do resultado final (pós-recursos) – CARGOS COM PROVA PRÁTICA	21/02/2020

DECRETO N.º 6.169/2020 - DISPÕE SOBRE A INTERVENÇÃO NA CONCESSIONÁRIA COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUA E SANEAMENTO - CASAN E POSSÍVEL RETOMADA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO NO MUNICÍPIO DE LAGUNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2310692

DECRETO Nº 6.169/2020, de 13 de janeiro de 2020.

DISPÕE SOBRE A INTERVENÇÃO NA CONCESSIONÁRIA COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUA E SANEAMENTO - CASAN E POSSÍVEL RETOMADA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO NO MUNICÍPIO DE LAGUNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna, CONSIDERANDO o disposto no art. 37, caput e art. 175, IV da Constituição Federal, que dispõe sobre o princípio da continuidade e adequação dos serviços públicos essenciais, consagrando aos Municípios a titularidade, a definição da política e a prestação dos serviços públicos de saneamento básico, no qual se incluem os serviços de abastecimento de água potável, coleta e tratamento de esgoto sanitário; CONSIDERANDO a Lei n.º 8.987/1.995 que prevê, em seus arts. 32 a 34, que o Poder Concedente pode intervir na concessão para assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes;

CONSIDERANDO o Ofício 010/2020 recebido da Fundação Lagunense do Meio Ambiente - FLAMA no dia 09 de janeiro do corrente, seguido de relatório e de farta documentação, em reunião no gabinete do Paço Municipal, na qual também estava presente a Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina – ARESC, que ensejou abertura do Processo Administrativo de n.º 0125.000251/2020;

CONSIDERANDO que a CASAN presta serviços públicos de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgotamento no Município, com aporte de recursos públicos de alta monta para investimentos, sobretudo quanto à coleta e tratamento de esgotamento sanitário no Município, não conseguiu implantá-lo de modo razoável até à presente data;

CONSIDERANDO o clamor popular quanto ao esgoto extravasado nas principais vias, onde era para ser prestado serviço público de excelência, conforme contratado;

CONSIDERANDO o risco à saúde pública e ao meio ambiente causado pelo esgoto reiteradamente extravasado, sobretudo nas adjacências da "Praça do Villa";

CONSIDERANDO a urgência na adoção de medidas concretas para garantir a melhora progressiva dos indicadores de qualidade de tratamento de esgoto no Município;

CONSIDERANDO que o IMA/SC, órgão licenciador, apontou que a Estação de Tratamento de Esgoto da Vila Vitória, responsável pela absorção e tratamento do esgoto de praticamente todo o sistema implantado nos principais bairros da cidade, incluindo Centro e Mar Grosso se encontra interditada por não atender à finalidade a qual se destina, estando inclusive sem licenciamento, motivo determinante do embargo;

CONSIDERANDO que o embargo determinado pelo IMA/SC, na Estação de Tratamento da Vila Vitória vem sendo descumprido, apesar da aplicação de multa diária;

CONSIDERANDO que o Plano de Emergência e Contingência solicitado pela FLAMA para a CASAN em novembro de 2019, de modo a prevenir a ocorrência de novos episódios danosos e evitar o caos público, mediante adoção de medidas rápidas, eficazes e preventivas, simplesmente não foi apresentado;

CONSIDERANDO as autuações lançadas pela ARESC, com processo administrativo transitado em julgado, sem oferecimento de resposta pela Concessionária, bem como autuações do IMA/SC e da FLAMA, conforme documentação arrolada, que fundamentou a presente decisão;

CONSIDERANDO que, nos termos da cláusula 10.1.1 do "Contrato de Programa", qual seja, Convênio de Cooperação n.º 14/2008 celebrado entre o Município de Laguna e CASAN, a concessionária deverá se submeter a todas as medidas adotadas pelas autoridades municipais, competindo à Fundação Lagunense do Meio Ambiente – FLAMA a fiscalização atinente ao meio ambiente e recursos hídricos,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a intervenção do Município de Laguna, com referenda da Presidência da Fundação Lagunense do Meio Ambiente – FLAMA, na Concessão dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, outorgada à empresa Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, prorrogáveis, mediante ato fundamentado.

Parágrafo único. O prazo mencionado no caput deste artigo poderá ser alterado, justificadamente, por meio de Decreto do Poder Executivo Municipal, a depender das necessidades constatadas no curso da intervenção, observado o disposto no § 2º do art. 33 da Lei Federal nº 8.987/95.

Art. 2º A intervenção de que trata o presente Decreto objetivará:

I - assegurar a continuidade do serviço de coleta e tratamento de esgoto, mediante a apresentação de plano emergencial para a efetiva implantação da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) – Vila Vitória, bem como assegurar a continuidade regular do serviço de captação, tratamento e distribuição de água no Município de Laguna.

II - averiguar o sistema de tratamento e coleta de esgoto que se encontra parcialmente implantado, apontando eventuais irregularidades e soluções, inclusive mensurando se os valores investidos foram devidamente aplicados;

III - realizar auditoria na Concessionária para apurar segundo as informações contábeis, se os valores destinados à implantação do sistema foram corretamente aplicados e atendem ao princípio da modicidade, bem como, se os recursos arrecadados estão sendo corretamente empregados nos fins da concessão.

Art. 3º Fica designado pelo poder concedente, de acordo com o parágrafo único do art. 32, da Lei n.º 8.987/1995, como interventor, o Engenheiro Civil e Tecnólogo CARLI PEREIRA DO CARMO, inscrito no CPF sob o nº 086.988.568-53, RG nº. 4.203.370-6 SSP-SP, CREA/SC nº 1050146, residente e domiciliado na Rua Lauro Muller, 21, Centro, CEP: 88501-130, Lages/SC, competindo-lhe, no decorrer da intervenção, a edição dos atos de gestão e administração da Concessionária, em especial:

I - praticar ou ordenar que sejam praticados os atos necessários à consecução dos objetivos da intervenção;

II - suspender todo e qualquer pagamento da concessionária para partes relacionadas (empresa controladora, coligada e pertencentes ao mesmo grupo econômico) e que não atendam ao fim da concessão;

III - apurar e fornecer todas as informações solicitadas pela Agência Reguladora e também pela Comissão de Auditoria;

IV - comunicar a todos os fornecedores, bancos, funcionários, usuários e demais interessados os objetivos e forma pela qual o interventor procederá na intervenção;

V - elaborar e apresentar, em até 30 (trinta) dias contados do início da intervenção, plano emergencial com ações e investimentos necessários para otimizar a produção de água, ampliar a eficiência do tratamento de esgoto e, assim, os seus impactos ambientais e efetivar medidas de drenagem;

VI - adotar providências para melhorar progressivamente o sistema de coleta e tratamento do esgoto, solucionando os problemas da rede parcialmente implantada, de acordo com as metas contratuais e regulamentares;

VII - apresentar à Secretaria de Planejamento Urbano e Desenvolvimento Econômico e Social, a cada 15 (quinze) dias, relatório contendo os principais indicadores financeiros, operacionais e de investimentos;

VIII - afastar exclusivamente os diretores da CASAN de Laguna durante o período da intervenção, mantendo todos os demais postos de trabalho necessários ao desempenho das atividades da concessionária;

IX - proceder à análise individualizada de todos os contratos de fornecimento de produtos e prestação de serviços, para verificar a compatibilidade com preços de mercado;

X - proceder ao levantamento de todos os funcionários da concessionária (agência Laguna), identificando os respectivos postos de trabalho;

XI - relatar ao Poder Concedente e à Agência Reguladora quaisquer irregularidades praticadas pelos representantes da Concessionária, bem como toda e qualquer informação relevante a respeito da execução do Contrato de Concessão;

XII - zelar pelo regular cumprimento de todas as disposições e obrigações estabelecidas no Contrato de Concessão;

XIII - assinar todo e qualquer documento e/ou instrumento perante instituições financeiras em geral, para abertura, encerramento, movimentação de contas bancárias, efetuar pagamentos mediante assinaturas de cheques, emissão de DOC e/ou TED, receber e dar quitação;

XIV - interagir com bancos de desenvolvimento e demais entidades credoras quanto à necessidade de manutenção de condições financeiras que tenham sido pactuadas para o equilíbrio financeiro da concessionária, para manter a continuidade do serviço público de água e esgoto;

XV - representar a Concessionária perante órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual e/ou Municipal;

XVI - praticar todos os atos necessários de gestão de pessoas e também assinar contratos em geral, incluindo, porém sem limitar, aqueles destinados ao fornecimento de bens e/ou prestação de serviços, inclusive de empreitada, sempre observada a legislação vigente;

XVII - praticar todos os atos necessários à consecução dos objetivos da intervenção.

§ 1º Fica assegurado ao interventor plenos poderes de gestão sobre as operações e ativos da Concessionária (Agência Laguna), bem como a prerrogativa exclusiva de propor à presidência da Concessionária a convocação de assembleia geral extraordinária, nos casos em que julgar conveniente.

§ 2º Caso não sejam suspensos pelo próprio interventor, a intervenção declarada pelo presente Decreto não afetará o curso regular dos negócios da Concessionária que não guardem relação com as causas da intervenção, permanecendo em pleno vigor os contratos celebrados com terceiros ou com os usuários dos serviços, desde que não se mostrem lesivos aos interesses da Concessionária, de modo a preservar a continuidade e regularidade dos serviços concedidos.

§ 3º O interventor será remunerado com recursos da concessionária, de valor compatível com o valor recebido pelo atual superintendente da concessionária no contrato de concessão em Laguna.

§ 4º Os custos dessas contratações serão pagos pela concessionária com valores arrecadados do Sistema de Laguna.

XVIII – O interventor poderá solicitar ao poder concedente, às expensas da Concessionária, a contratação de empresa especializada em consultoria para auxiliar na auditoria contábil e operacional, bem como auditando se os investimentos até o momento realizados estão em conformidade com a modelagem econômica financeira do Contrato de Programa.

XIX – O interventor poderá solicitar ao poder concedente, às expensas da Concessionária, a contratação de empresa especializada ou profissional especializado para auxiliar o interventor nas ações de gerenciamento operacional dos sistemas de água e esgoto do município de Laguna.

Art. 4º Deverá ser instaurado pelo interventor, no prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação do presente Decreto, processo administrativo, no poder concedente, destinado à comprovação das causas determinantes da intervenção, bem como à apuração de responsabilidades, assegurando-se aos acionistas da Concessionária o direito ao contraditório e à ampla defesa, conforme disposto no art. 33 da Lei Federal nº 8.987/95.

§ 1º O processo administrativo de que trata este artigo deverá ser concluído no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, na forma do § 2º do art. 33 da Lei Federal nº 8.987/95.

§ 2º Juntamente com a instauração do processo administrativo previsto no caput, poderão ser adotadas medidas destinadas à decretação da caducidade da Concessão, observado o disposto no Contrato de Concessão e na Lei Federal nº 8.987/95.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mauro Vargas Candemil
Prefeito Municipal

Deise Daiana Xavier Cardoso
Presidente da Fundação Lagunense do Meio Ambiente - FLAMA

PORTARIA Nº 003/2020

Publicação Nº 2310211

PORTARIA RH Nº 003/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO, JOSILENE NUNES LINO, do cargo de Professor de Educação Infantil, de provimento efetivo, 40 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 02 de Janeiro de 2020.

MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 029/2020

Publicação Nº 2310674

PORTARIA RH Nº 029/2020

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014 e processo protocolado sob o nº 0125.0005780/2019;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 02 de Janeiro de 2020 a 31 de Janeiro de 2020, a Servidora ALINE RODRIGUES MARTINS Auxiliar de Consultório Dentário, referente ao período 2012/2017 com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Janeiro de 2020.

VALÉRIA OLIVIER ALVES
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 030/2020

Publicação Nº 2310549

PORTARIA RH Nº 030/2020

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 06 de Janeiro de 2020 a 04 de Fevereiro de 2020, a Servidora CRISTIANE QUERINO DOS REIS Auxiliar de Consultório Dentário, referente ao período 2012/2017 com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Janeiro de 2020.

VALÉRIA OLIVIER ALVES
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 032/2020

Publicação Nº 2310551

**PREFEITURA DE
LAGUNA**Secretaria de Administração e Serviços Públicos
Departamento de Recursos Humanos**PORTARIA RH Nº 032/2020**

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

R E S O L V E:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores abaixo relacionados, do dia 06.01.2020 a 04.02.2020.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
Adriana Teodoro	2017/2018
Ana Paula Moura Dias dos Santos	2017/2018
Aline Evangelista Pereira	2018/2019
Carla Carvalho Nunes	2018/2019
Cibelle Algarves Antunes Grandemagne	2018/2019
Cleusa Machado Cândido de Jesus	2018/2019
Cleber Guedes Mattos	2018/2019
Eloisa Piazza Branco	2018/2019
Elaine Cristina da Silva	2017/2018
Emanoella da Silva Maurício	2018/2019
Gisele Pacheco Mendonça	2018/2019
Grasiela Vieira	2017/2018
Inêz João Soares Henrique	2018/2019
Jonatan da Silva Freitas	2017/2018
José Antônio de Castro Júnior	2016/2017
Karina Birolo Teixeira Henrique	2017/2018
Kássia da Rosa Domiciano	2018/2019
Kelly Silva Remor	2018/2019
Leonardo Agostinho Camilo	2018/2019
Marcelo Muniz Ferreira	2018/2019
Marilda dos Santos Silva de Jesus	2018/2019



PREFEITURA DE
LAGUNA

Secretaria de Administração e Serviços Públicos
Departamento de Recursos Humanos

Marlusi Figueiredo Cobra Viana	2018/2019
Mislaine Oliveira Pereira	2018/2019
Oscar Fretta Ramos	2017/2018
Priscilla Martins Wiggers	2018/2019
Rachel Copetti Veras	2017/2018
Raquel de Oliveira	2017/2018
Rosilda Pires	2018/2019
Solange Nunes Nascimento	2018/2019
Rosane Felipe Neves	2017/2018
Tuane de Cássia da Costa Cipriano	2018/2019
Vera Lúcia de Oliveira	2018/2019
Vera Lúcia de Oliveira Souza	2017/2018
Willian Sá Dias	2018/2019

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Janeiro de 2020.

VALÉRIA OLIVIER ALVES
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 034/2020

Publicação Nº 2310553

PORTARIA RH Nº 034/2020

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014 e processo protocolado sob o nº 0125.0005716/2019;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 06 de Janeiro de 2020 a 04 de Fevereiro de 2020, a Servidora EMILENE DA ROSA Técnico em Enfermagem, referente ao período 2012/2017 com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Janeiro de 2020.

VALÉRIA OLIVIER ALVES
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 036/2020

Publicação Nº 2310215

PORTARIA RH Nº 036/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, a Servidora PAULA DE BONA FERNANDES, Corregedora Geral da Guarda, do dia 06.01.2020 a 04.02.2020, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Janeiro de 2020.

MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 038/2020

Publicação Nº 2310554

PORTARIA RH Nº 038/2020

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014 e processo protocolado sob o nº 0125.0006166/2019;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 06 de Janeiro de 2020 a 04 de Fevereiro de 2020, a Servidora MARIA GORETE DA SILVA DEMÉTRIO Auxiliar de Enfermagem, referente ao período 2007/2012 com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Janeiro de 2020.

VALÉRIA OLIVIER ALVES
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 041/2020

Publicação Nº 2310219

PORTARIA RH Nº 041/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DESIGNAR WALMECIR JORGE RAMPINELLI, Engenheiro Civil, registro CREA/SC sob o nº 017046-9, para fiscalizar a obra de Muro de CONTENÇÃO da Av. Prof. Júlia Nascimento, Objeto do Contrato nº 065/2019, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 07 de Janeiro de 2020.

MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 043/2020

Publicação Nº 2310222

PORTARIA RH Nº 043/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR em caráter temporário pelo excepcional interesse público, pelo prazo máximo e improrrogável de até 60 (sessenta) dias, nos termos do art. 3º, §4º, da Lei Complementar Municipal nº 217/2010 e edital de chamamento público nº 09/2019, FELIPE MOREIRA MENDES, para exercer o Cargo de Odontólogo no ESF Passagem da Barra, 40 horas semanais, nível ANSS 2, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Janeiro de 2020.

MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 045/2020

Publicação Nº 2310226

PORTARIA RH Nº 045/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO, RICARDO COELHO BOSCO, do cargo de Fisioterapeuta, de provimento efetivo, 20 horas, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 09 de Janeiro de 2020.

MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 046/2020

Publicação Nº 2310228

PORTARIA RH Nº 046/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

EXONERAR LUIZ AUGUSTO BORGES do Cargo em comissão de Diretor do Departamento de Vigilância Socioassistencial, DS 3, com lotação na Secretaria de Assistência Social e Habitação, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 09 de Janeiro de 2020.

MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 047/2020

Publicação Nº 2310555

PORTARIA RH Nº 047/2020

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, a Servidora DORA ALINE LAPAZ SOARES, agente Comunitário, do dia 09.01.2020 a 07.02.2020, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 09 de Janeiro de 2020.

VALÉRIA OLIVIER ALVES
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 049/2020

Publicação Nº 2310230

PORTARIA RH Nº 049/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO, JONATAN DO NASCIMENTO OVIDIO, do cargo em comissão de Assessor Especial de Gabinete para Assuntos Estratégicos de Planejamento e Projetos, ASEP, com lotação no Gabinete do Prefeito, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 10 de Janeiro de 2020.

MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 051/2020

Publicação Nº 2310232

PORTARIA RH Nº 051/2020

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de

2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, a Servidora JANAINA PREVE COSTA, Técnica em Educação, do dia 09.01.2020 a 30.01.2020, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 10 de Janeiro de 2020.

MARILETE MACHADO MARTINS NUNES
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 052/2020

Publicação Nº 2310233

PORTARIA RH Nº 052/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, ao Servidor RENATO DE OLIVEIRA, Secretário Municipal de Transportes e Obras, do dia 09.01.2020 a 07.02.2020, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 10 de Janeiro de 2020.

MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1262/2019

Publicação Nº 2310543

PORTARIA RH Nº 1262/2019

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014 e processo protocolado sob o nº 0125.0003507/2019;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 02 de Dezembro de 2019 a 31 de Dezembro de 2019, a Servidora CRISTIANE DA COSTA TEIXEIRA Técnica em Enfermagem, referente ao período 2012/2017 com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 31 de Dezembro de 2019.

VALÉRIA OLIVIER ALVES
Secretário Municipal

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 002/2019 – FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FIA

Publicação Nº 2310251

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 002/2019 – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA, com fundamento na Lei Federal do Marco Regulatório da Sociedade Civil nº 13.019 de 31 de julho de 2014 e em observância as normas relativas ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO a necessidade de readequação da data para a sessão pública para apresentação das propostas, tendo em vista que o Plenário do Tribunal do Juri somente foi disponibilizado para dia diverso do inicialmente previsto;

CONSIDERANDO a necessidade de apresentação de anexos que não se encontraram presentes na publicação original;

RESOLVE:

Art. 1º. A sessão pública para apresentação das propostas será realizada no dia 23.01.2020, às 14h00min, no Plenário do Tribunal do Juri, restando inalterados todas as demais datas.

Art. 2º. Ficam publicados os anexos ns. VII a XI, para auxiliar as entidades na apresentação da respectiva documentação.

Laguna, 13 de janeiro de 2020.

Gladys Alcantara
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Luciana Fernandes Pereira
Secretária Municipal de Fazenda, Administração e Serviços Públicos

ANEXO VII**DECLARAÇÃO DE INÍCIO DE FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES**

Declaro que a [identificação da organização da sociedade civil – OSC] iniciou suas atividades em [mencionar a data completa], bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção.

Laguna, _____ de _____ de 2020.

.....
(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

ANEXO VIII**DECLARAÇÃO**

Declaro que a [identificação da organização da sociedade civil – OSC] tem como seu contador, responsável pela parte contábil da celebração do presente projeto, o profissional [mencionar nome completo do contador, bem como seu respectivo registro no conselho]

Laguna, _____ de _____ de 2020.

.....
(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE ABERTURA DE CONTA CORRENTE

Declaro que a [identificação da organização da sociedade civil – OSC] tem ciência da necessidade e se responsabiliza pela abertura de conta corrente específica para movimentação financeira decorrente do presente Edital, podendo não ter o valor repassado caso não haja a apresentação quando convocada para assinatura do Termo de Fomento.

Laguna, _____ de _____ de 2020.

.....
(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

ANEXO X

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Declaro que a [identificação da organização da sociedade civil – OSC] atende a Lei Federal nº 12.527/2011 – LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO, conforme determinado pelo respectivo art. 2º .

Laguna, _____ de _____ de 2020.

.....
(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

ANEXO XI**DECLARAÇÃO DE GESTOR DA PARCERIA**

Declaro que a [identificação da organização da sociedade civil – OSC] nomeia como gestor da parceria a ser realizada com base no Edital de Chamamento Público n. 02/2019 – FIA, o Sr. (a). [mencionar nome completo, com CPF e RG].

Laguna, _____ de _____ de 2020.

.....
(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

Lebon Régis

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATUAL CONTRATO Nº: 61/2019. LICITAÇÃO: CR04/2019

Publicação Nº 2310725

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 61/2019. Licitação: CR04/2019.

Objeto: O presente contrato tem por objeto o Credenciamento de Pessoas Físicas ou Jurídicas especializadas, para prestação de Serviços nas especialidades de Ginecologia e Obstetrícia, para atendimentos aos pacientes do Sistema Único de Saúde-SUS deste Município, a serem realizadas nas Unidades Básicas de Saúde do Município de Lebon Régis, em local disponibilizado pelo Fundo de Saúde, conforme Termo de Referência ANEXO I deste Edital.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Lebon Régis

Contratado: SERVICOS MEDICOS ERICK MATOS EIRELI - 27.074.081/0001-20.

Valor: R\$ 171.000,00 (cento e setenta e um mil reais).

Vigência: 01/01/2020. Término: 31/12/2020

Lebon Régis, 18/12/2019.

NÁDIA MACIEL – GESTORA.

TERMO ADITIVO Nº III CONTRATO Nº 22/2017. LICITAÇÃO: PR05/2017

Publicação Nº 2310728

TERMO ADITIVO Nº III

CONTRATO Nº 22/2017. LICITAÇÃO: PR05/2017.

Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO Fica alterada a CLÁUSULA SEXTA do Contrato em epígrafe para renova-lo, alterando o seu vencimento para 31/12/2020, com base legal no artigo 57, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93 e por haver interesse de ambas as partes. CLÁUSULA SEGUNDA - DO REAJUSTE Conforme previsto na CLÁUSULA SEXTA, parágrafo único do Contrato os valores contratados ficam reajustados pela variação acumulada nos últimos 12 meses do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, calculado pelo IBGE em 3,36% (três virgula trinta e seis por cento). CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Lebon Régis. CONTRATADO: PLUGNET INFORMÁTICA LTDA CNPJ 10.515.415/0001-51. Início de vigência: 01/01/2020. Término: 31/12/2020. Lebon Régis, 20 de dezembro de 2019.

NADIA AP MACIEL – GESTORA.

TERMO ADITIVO Nº III CONTRATO Nº 23/2017. LICITAÇÃO: PR05/2017

Publicação Nº 2310729

TERMO ADITIVO Nº III

CONTRATO Nº 23/2017. LICITAÇÃO: PR05/2017.

Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO Fica alterada a CLÁUSULA SEXTA do Contrato em epígrafe para renova-lo, alterando o seu vencimento para 31/12/2020, com base legal no artigo 57, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93 e por haver interesse de ambas as partes. CLÁUSULA SEGUNDA - DO REAJUSTE Conforme previsto na CLÁUSULA SEXTA, parágrafo único do Contrato os valores contratados ficam reajustados pela variação acumulada nos últimos 12 meses do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, calculado pelo IBGE em 3,36% (três virgula trinta e seis por cento). CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Assistência Social de Lebon Régis. CONTRATADO: PLUGNET INFORMÁTICA LTDA CNPJ 10.515.415/0001-51. Início de vigência: 01/01/2020. Término: 31/12/2020. Lebon Régis, 20 de dezembro de 2019.

NILCEA ROCHA HANNA – GESTORA.

TERMO ADITIVO Nº III CONTRATO Nº 48/2018. LICITAÇÃO: PR11/2018

Publicação Nº 2310726

TERMO ADITIVO Nº III

CONTRATO Nº 48/2018. LICITAÇÃO: PR11/2018.

Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REAJUSTE Conforme previsto na CLÁUSULA QUINTA do Contrato, os valores contratados ficam reajustados pela variação acumulada nos últimos 12 meses, do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP- M, calculado pelo IBGE em 7,32% (sete virgula trinta e dois por cento). CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO Fica alterada a CLÁUSULA SEXTA do Contrato em epígrafe para renová-lo para o exercício de 2020, alterando o seu vencimento para 31/12/2020, com base legal no artigo 57, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.666/93 e por haver interesse de ambas as partes. CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO Todas as demais Cláusulas não especificamente modificadas pelas alterações decorrentes deste Termo Aditivo permanecem em vigor e obrigando as partes conforme originalmente pactuadas.

CONTRATANTE: Município de Lebon Régis. CONTRATADO: PÚBLICA TECNOLOGIA LTDA CNPJ 95.836.771/0001-20. Início de vigência: 01/01/2020. Término: 31/12/2020. Lebon Régis, 20 de dezembro de 2019.

DOUGLAS F. DE MELLO – Prefeito Municipal.

TERMO ADITIVO Nº IV CONTRATO Nº 21/2017. LICITAÇÃO: PR05/2017

Publicação Nº 2310727

TERMO ADITIVO Nº IV

CONTRATO Nº 21/2017. LICITAÇÃO: PR05/2017.

Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO Fica alterada a CLÁUSULA SEXTA do Contrato em epígrafe para renova-lo, alterando o seu vencimento para 31/12/2020, com base legal no artigo 57, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93 e por haver interesse de ambas as partes. CLÁUSULA SEGUNDA - DO REAJUSTE Conforme previsto na CLÁUSULA SEXTA, parágrafo único do Contrato os valores contratados ficam reajustados pela variação acumulada nos últimos 12 meses do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, calculado pelo IBGE em 3,36% (três virgula trinta e seis por cento). CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas. CONTRATANTE: Município de Lebon Régis. CONTRATADO: PLUGNET INFORMÁTICA LTDA CNPJ 10.515.415/0001-51. Início de vigência: 01/01/2020. Término: 31/12/2020. Lebon Régis, 20 de dezembro de 2019.

DOUGLAS F. DE MELLO – Prefeito Municipal.

Leoberto Leal

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2019 - PMLL

Publicação Nº 2310452



MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2019 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2019, PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE 02 (DOIS) VEÍCULOS ZERO QUILOMETRO, ANO/MODELO 2019/2020, PARA O TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE LEOBERTO LEAL, CONFORME ANEXO I, QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2019.

Aos 16 (dezesesseis) dias do mês de dezembro do ano de 2019, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 141/2017, de 01 de setembro de 2017, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação, visando o **REGISTRO DE PREÇOS** para eventuais aquisições de 02 (dois) veículos zero quilômetro, ano/modelo 2019/2020, para o transporte de alunos da Rede Municipal de Ensino de Leoberto Leal, conforme Anexo I, que faz parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 031/2019.

CURT SCHROEDER S.A INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNPJ: 85.775.500/0001-58

RODOVIA BR 470, KM 143, Nº 14336, CANTA GALO, CEP: 89.163-300, RIO DO SUL/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** tem por objeto, eventuais aquisições de 02 (dois) veículos zero quilômetro, ano/modelo 2019/2020, para o transporte de alunos da Rede Municipal de Ensino de Leoberto Leal, conforme Anexo I, a contar da assinatura da presente ata, conforme as especificações e quantidades máximas de cada item, que passa a fazer parte para todos os efeitos desta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

A proponente registrada para o item cotado é a seguinte:

RUA MAINOLVO LEHMKUHL 20 - CENTRO
LEOBERTO LEAL - SC - CEP: 88 445-000
FONES: 48 3268 1212 / 48 3268 1326
CNPJ: 82.924.390/0001-50
gabinete@leobertoaleal.sc.gov.br - www.leobertoaleal.sc.gov.br

1



MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Item	Qt.	Und.	Descrição	Marca	Preço Unit. R\$	Preço Total R\$	Empresa Vencedora
01	02	Und.	Sprinter Van 416 Mercedes-Benz – Pacote Luxo, novo, zero quilômetro, ano modelo 2019/2020, cor branca, com capacidade para 15 passageiros sentados mais motorista, câmbio de 6 marchas, direção elétrica, vidros e retrovisores elétricos, travas elétricas com controle remoto, bancos fixos e teto alto, air bag para o motorista, ar condicionado, freios hidráulico, tração nas rodas traseiras, pneus 225/75 R 16C, a diesel, tacôgrafo, rádio AM/FM USB com Bluetooth, tapetes, películas e calhas de chuva em todas as portas, faróis de neblina, estribos nas portas laterais, veículo original de fábrica, garantia de 01 ano e contrato de manutenção de 01 ano no valor fixo do veículo, com entrega técnica mais plotagem de faixa escolar de acordo com as exigências de trânsito, que atendem as especificações do transporte escolar.	MERCEDES-BENZ	173.000,00	346.000,00	CURT SCHROEDER S.A IND. E COM.

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) produto(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de compras correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

O pagamento será efetuado da seguinte forma:

- a) Para o veículo adquirido no ano de 2019, o pagamento será efetuado em até 05 (cinco) dias após a efetiva entrega e emissão da nota fiscal;
- b) Para o veículo adquirido no ano de 2020, o pagamento será efetuado em 12 (doze) parcelas, sendo realizado até o dia 30 (trinta) de cada mês, mediante entrega e emissão da nota fiscal.

RUA MAINOLVO LEHMKUHL 20 - CENTRO
LEOBERTO LEAL - SC - CEP: 88 445-000
FONES : 48 3268 1212 / 48 3268 1326
CNPJ: 82.924.390/0001-50
gabinete@leobertoleal.sc.gov.br – www.leobertoleal.sc.gov.br

**MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL**

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão do contratado, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independente da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

RUA MAINOLVO LEHMKUHL 20 - CENTRO
LEOBERTO LEAL - SC - CEP: 88 445-000
FONES : 48 3268 1212 / 48 3268 1326
CNPJ: 82.924.390/0001-50
gabinete@leobertoaleal.sc.gov.br – www.leobertoaleal.sc.gov.br

**MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL**

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produtos, desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 O Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

RUA MAINOLVO LEHMKUHL 20 - CENTRO
LEOBERTO LEAL - SC - CEP: 88 445-000
FONES : 48 3268 1212 / 48 3268 1326
CNPJ: 82.924.390/0001-50
gabinete@leobertoleal.sc.gov.br - www.leobertoleal.sc.gov.br

**MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL**

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II - multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 Para o veículo adquirido no ano de 2019, em até 10 (dez) dias após a emissão da nota fiscal. Para o veículo adquirido no ano de 2020, em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal.

RUA MAINOLVO LEHMKUHL 20 - CENTRO
LEOBERTO LEAL - SC - CEP: 88 445-000
FONES : 48 3268 1212 / 48 3268 1326
CNPJ: 82.924.390/0001-50
gabinete@leobertoleal.sc.gov.br - www.leobertoleal.sc.gov.br

**MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL**

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais ate os locais designados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

- a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na “AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS”;
- c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;
- f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;
- g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;
- i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

04.01.12.361.0006.1.010.4.4.90.00.00.00.00.00.01.0019 (170) – Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar

RUA MAINOLVO LEHMKUHL 20 - CENTRO
LEOBERTO LEAL - SC – CEP: 88 445-000
FONES : 48 3268 1212 / 48 3268 1326
CNPJ: 82.924.390/0001-50
gabinete@leobertoleal.sc.gov.br – www.leobertoleal.sc.gov.br

**MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL****CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.**

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 17 de dezembro de 2019.

JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN
PREGOEIRA MUNICIPAL

ALINE KRAUS
PREGOEIRA SUBSTITUTA

CURT SCHROEDER S.A INDÚSTRIA E COMÉRCIO
EMPRESA VENCEDORA

TESTEMUNHAS:

1- MAYARA CARLA GUCHERT
EQUIPE DE APOIO

2- LIZANDRO KREUSCH
EQUIPE DE APOIO

VISTO:

ASSESSOR JURÍDICO

RUA MAINOLVO LEHMKUHL 20 - CENTRO
LEOBERTO LEAL - SC - CEP: 88 445-000
FONES : 48 3268 1212 / 48 3268 1326
CNPJ: 82.924.390/0001-50
gabinete@leobertoaleal.sc.gov.br – www.leobertoaleal.sc.gov.br

DECRETO N.º 153/2019

Publicação Nº 2310660

DECRETO N.º 153, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019.**“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.”**

O Prefeito Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 32, Inciso I da Lei nº 1.394, de 11 de dezembro de 2018;

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação do Orçamento Fiscal Vigente no valor de **R\$ 2.000,00** de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	03	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	2.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	2.000,00
Função	28	Encargos Especiais	2.000,00
Sub-função	845	Outras Transferências	2.000,00
Programa	0	Encargos Especiais	2.000,00
Projeto/Atividade	0.001	Contribuição ao PASEP	2.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	2.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	2.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	2.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	2.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO.....			2.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do excesso de arrecadação verificado no exercício, na seguinte fonte:

Fonte/Detalhamento	Fonte/Detalhamento	Valor
Recursos Ordinários	0.1.0000	2.000,00
TOTAL DO EXCESSO UTILIZADO.....		2.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a validade conforme publicação no DOM/SC.

Leoberto Leal, 31 de dezembro de 2019.

VITOR NORBERTO ALVES
Prefeito Municipal

Lindóia do Sul

PREFEITURA

RESULTADO FASE DE PROPOSTA TP 10-2019

Publicação Nº 2310413

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS TP 10/2019

Aos treze dias do mês de janeiro de 2020, às oito horas e trinta minutos, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de licitações, servidores Ligia Rossini Gonçalves Rigo e Josiel Carlos Artmann, sob a Presidência do Senhor Edison Domingos Giron, com o objetivo de julgar a proposta de preços das empresas proponentes. Vencida a fase de habilitação, passou-se para a análise da proposta, que foi considerada compatível com os requisitos formais bem como com os preços máximos determinados no item 9.1. Assim sendo, a empresa Construtora FAE LTDA, foi declarada vencedora do processo de licitação tendo ofertado o valor de R\$ 122.487,03 (cento e vinte e dois mil quatrocentos e oitenta e sete reais e três centavos) cada item (barracão), totalizando o valor de R\$ 367.461,09 (trezentos e sessenta e sete mil quatrocentos e sessenta e um reais e nove centavos), para os três barracões. Tendo em vista que as empresas não apresentaram termo de renúncia relativo à fase de julgamento da proposta de preços, fica aberto o prazo de cinco dias úteis, a contar da publicação do resultado do certame, para a interposição de eventuais recursos. Demais informações poderão ser obtidas pelo telefone (0xx49) 3446.11.77. Lindóia do Sul - SC, 13 de janeiro de 2020.

Comissão Permanente de Licitações

RESULTADO FASE DE PROPOSTA TÉCNICA CONCORRÊNCIA 04/2019

Publicação Nº 2310241

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 04/2019

RESULTADO DA FASE DE PROPOSTA TÉCNICA

Após análise da documentação apresentada, a Comissão Permanente de Licitações apurou a seguinte pontuação técnica somando 151 pontos. Conforme disposto nos itens 8.10 e 9.5 do edital a documentação foi encaminhada ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico para emissão de parecer final, que após análise expediu parecer conclusivo reconhecendo como proponente vencedora a empresa Padaria e Confeitaria Longo Ltda. Tendo em vista que a proponente não apresentou termo de renúncia ao direito de interpor recurso contra a decisão da Comissão Permanente de Licitações e do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, relativo a fase de julgamento da proposta técnica, foi aberto o prazo de cinco dias úteis, a contar da publicação do presente resultado na imprensa oficial, para a interposição de eventual recurso. A íntegra do relatório de apuração da pontuação da proposta técnica, bem como as atas das sessões públicas, estão disponíveis no site www.lindoiadosul.sc.gov.br. Demais informações, poderão ser obtidas diretamente junto à Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, no horário de expediente, ou pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 13 de janeiro de 2020.

Comissão Permanente de Licitações

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE DECISÃO IMPUGNAÇÃO PR 41-2019

Publicação Nº 2309509

Processo de Licitação Nº 66/2019

Pregão Presencial Nº 41/2019

Retifica-se a publicação efetuada no dia 09/01/2020, conforme segue:

DECISÃO

Considerando os preenchidos os requisitos de admissibilidade, interposto pelas empresas Delcir Boesing ME; e Concretos Basso Ltda EPP; contra a decisão da progoeira e equipe de apoio na data de 20/12/2019.

Adoto, como fundamento de minha decisão, os argumentos lançados no parecer jurídico nº 01/2020, folhas 197 à 203, datado de 08 de janeiro de 2020, e decido:

· Pelo não provimento dos recursos, com conseqüente manutenção da decisão proferida pela pregoeira na sessão pública, realizada em 20/12/19, que inabilitou as licitantes Delcir Boesing ME e Concretos Basso Ltda EPP pelos motivos constantes em ata.

Publica-se no D.O.M. Cumpra-se.

Lindóia do Sul/SC, 08 de janeiro de 2020.

Flavio Luiz Benini

Prefeito em Exercício

Lontras

PREFEITURA

EDITAL 02/2020

Publicação Nº 2309676

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS

PREGÃO PRESENCIAL

PROCESSO N.º 02/2020

EDITAL: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GASOLINA COMUM E ÓLEO DIESEL S-10 PARA A FROTA DA PREFEITURA. Entrega dos Envelopes: até dia 24/01/2019 às 08:30 horas. Abertura dos Envelopes: dia 24/01/2019 às 09:00 horas. Maiores Informações sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor ou através do site www.lontras.sc.gov.br. Lontras, 10 de janeiro de 2020. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

EDITAL 05/2020

Publicação Nº 2310485

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LONTRAS

CREDENCIAMENTO N.º 05/2020

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NATUREZA INTELECTUAL COMO FACILITADOR PARA OFICINAS MINISTRADAS NO CRAS. Entrega dos Envelopes: do dia 14/01/2020 até dia 28/01/2020 às 17 horas. Maiores Informações junto ao Departamento de Licitações sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro ou pelo site www.lontras.sc.gov.br – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor. Lontras, 13 de janeiro de 2020. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

EDITAL 08/2020

Publicação Nº 2310264

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LONTRAS

PREGÃO PRESENCIAL N.º 08/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAL DE COPA E COZINHA PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO. Entrega dos Envelopes: até às 08 horas e 30 minutos do dia 28/01/2020; Abertura dos Envelopes: às 09 horas do dia 28/01/2020. Maiores Informações junto ao Departamento de Licitações sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro ou pelo site www.lontras.sc.gov.br – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor. Lontras, 13 de janeiro de 2020. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

EXTRATO DE CONTRATO 1000/2020

Publicação Nº 2310042

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS

DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO N.º 1000/2020

REFERENTE A CONTRATAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS NA ÁREA DE SEGURANÇA DO TRABALHO. SENIOR SEGURANÇA DO TRABALHO ME- CNPJ: 28.079.008/0001-04. Valor do repasse: R\$ 3.000,00 (TRÊS MIL REIAS).

Lontras, 13 DE JANEIRO DE 2020. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

Luiz Alves**PREFEITURA****EDITAL DE CHAMAMENTO N.º 01/2020 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 01/2019**

Publicação Nº 2309528

EDITAL DE CHAMAMENTO N.º 01/2020
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 01/2019

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município e, considerando a homologação final do resultado do Processo Seletivo n.º 01/2019 para provimento de vagas em caráter temporário, nos termos do artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal de 1988 e da Lei Municipal n.º 1.025, de 09 de setembro de 2002, ao Quadro Específicos de Empregos Públicos do Município de Luiz Alves, CONVOCA os candidatos habilitados e aprovados conforme relação constante no Anexo I deste Edital, observadas as seguintes condições: DA ASSINATURA DO TERMO DE INTERESSE NA VAGA E ENTREGA DOS DOCUMENTOS

1. Os candidatos relacionados no Anexo I deste Edital, após receberem a convocação, deverão comparecer na Secretaria Municipal de Administração, com sede da Prefeitura Municipal de Luiz Alves, situada na Rua Erich Gielow, n.º 35, Centro, Luiz Alves – SC, no prazo de até 03 (três) dias úteis, no horário compreendido entre às 08:00h às 12:00h, para assinar o termo de interesse na vaga.

1.1. O candidato convocado que não quiser ser admitido poderá requerer sua reclassificação para o último lugar dos classificados.

1.2. Manifestado o interesse na vaga, o candidato terá até 10 (dez) dias para entregar a documentação relacionada no Anexo II e os exames relacionados no Anexo III deste Edital.

1.3. Por ordem de chegada dos candidatos, caso haja necessidade, serão distribuídas senhas, limitadas à capacidade de atendimento da Secretaria Municipal de Administração.

1.4. Não serão recebidos documentos de forma parcial, sendo que a falta de qualquer documento constante do Anexo II e III acarretará o não cumprimento da exigência do item 1.

1.5. O não comparecimento nos termos do item 1 acima implicará a renúncia tácita do convocado e, conseqüentemente, a perda do direito à vaga para o qual o candidato foi aprovado.

DOS EXAMES MÉDICOS

2. Os candidatos deverão apresentar os exames constantes do ANEXO III do presente Edital, devidamente acompanhados de atestado de saúde física e mental realizado por um Médico do Trabalho, munidos dos exames clínicos constantes do referido anexo, sendo que, ausentes os documentos exigidos, o Município de Luiz Alves irá convocar os classificados e aprovados no referido Processo Seletivo em sua substituição, obedecendo à ordem legal.

2.1. Eventuais candidatos portadores de necessidades especiais convocados neste Edital, além de atender ao que determina o item 2, deverão apresentar laudo e/ou atestado médico identificando o tipo de deficiência ou disfunção devidamente atualizado (prazo máximo de 30 dias).

DOS ATOS DO CHAMAMENTO

3. As publicações dos atos de chamamento se darão por meio de edital, obedecendo ao disposto no parágrafo único, do artigo 13, do Decreto Municipal n.º 62, de 16 de setembro de 2014, e do Decreto Municipal n.º 50, de 21 de junho de 2017.

DA ADMISSÃO

4. Cumpridas as exigências constantes do item 3 deste Edital, o candidato deverá se apresentar em 03 (três) dias úteis à Secretaria Municipal de Administração para ser admitido e receber instruções sobre o local de trabalho para o qual será designado.

5. Da data da admissão, o candidato terá 01 (um) dia útil para apresentar-se no seu local de trabalho, devendo o servidor iniciar suas atividades funcionais imediatamente a sua apresentação, que será atestada pelo Secretário Municipal e/ou Diretor da repartição à qual ficará subordinado.

Luiz Alves, 13 de janeiro de 2020.

VANDERLEI ROSSI

Prefeito Municipal em exercício

ANEXO I – EDITAL DE CHAMAMENTO N.º 01/2020

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 01/2019

RELAÇÃO DE CANDIDATOS

Zeladora – Secretaria Municipal de Educação

N.º da inscrição	Candidato(a)
0000314	Eleir Machado Torres

ANEXO II – EDITAL DE CHAMAMENTO N.º 01/2020

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 01/2019

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

1. 01 (uma) Foto 3 X 4;
2. Cópia da Carteira de Trabalho – CTPS;
3. Cópia do PIS/PASEP;
4. Apresentação do original e cópia legível dos seguintes documentos:

- 4.1. CPF;
- 4.1.1. Declaração de Imposto de Renda (caso seja isento de apresentar a declaração, deverá apresentar comprovante de situação regular do CPF emitido pelo site: <<https://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/SSL/ATCTA/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp>>);
- 4.2. Cédula de Identidade (RG) ou de Órgão de Classe Profissional no caso de carreira regulamentada;
- 4.3. Título de eleitor;
- 4.4. Certidão de quitação eleitoral (comprovante de votação 2016 ou quitação eleitoral emitido pelo site: <<http://www.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>>);
- 4.5. Certidão de Casamento ou de Nascimento, se solteiro;
- 4.6. Certidão de Nascimento de filhos com até 18 (dezoito) anos, se tiver;
- 4.7. Carteira de vacinação dos filhos menores de 06 (seis) anos;
- 4.8. Certificado de reservista, para os candidatos do sexo masculino;
- 4.9. Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
- 4.10. Comprovante de residência atualizado;
- 4.11. Quando exigido para o cargo, comprovante de habilitação em órgão profissional e/ou cópia da Carteira de Registro nos conselhos, devidamente acompanhada da certidão de situação de regularidade;
- 4.12. Carteira de habilitação (para o cargo de motorista na categoria exigida);
- 4.13. Certidão negativa de ações cíveis e criminais (expedidas pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina e Justiça Federal de Santa Catarina pelo site: <<https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>> e pelo site: <<https://www2.trf4.jus.br/trf4/>>>);
5. Declaração/Relação de Bens assinada (modelo em anexo), podendo ser substituída pela declaração do imposto de renda;
6. Declaração assinada de que o candidato não exerce outro cargo na Administração Pública Municipal, Estadual e Federal, que gere impedimento legal (modelo em anexo);
7. Termo de interesse no Cargo preenchido e assinado pelo candidato (modelo em anexo);
8. Dados para contato: número de telefone e endereço eletrônico;
9. Declaração assinada de que o candidato não sofreu penalidade no exercício de cargo na Administração Pública (modelo anexo);
10. Documentação para abertura de conta no banco:
- 10.1. 02 (duas) cópias do CPF;
- 10.2. 02 (duas) cópia do RG;
- 10.3. 01 (duas) cópias do comprovante de residência.

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS

Declaro, nos termos da Lei, que nesta data, possuo os seguintes bens:

() Não possuo bens a declarar.

() Possuo bens a declarar, conforme segue abaixo:

IMÓVEIS

Endereço	Data de Aquisição	Valor de Aquisição	Valor Atual

VEÍCULOS

Tipo	Data de Aquisição	Valor de Aquisição	Valor Atual

OUTROS – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

FONTES DE RENDA

NOME COMPLETO: _____

CARGO: _____

Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura
ANEXO II
DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____, inscrito(a) no CPF n.º _____, declaro para os devidos fins de provimento de cargo público, que não exerço emprego ou função pública em quaisquer das esferas (Federal, Estadual ou Municipal) que gere impedimento legal nos termos do artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal, não comprometendo, desta forma, minha admissão para o cargo de _____, deste Poder.

E, por ser verdade, firmo a presente declaração sob as penas da Lei.

Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura do Candidato
ANEXO II
TERMO DE INTERESSE NA VAGA

Eu, _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e inscrito(a) no CPF n.º _____, frente à aprovação no Processo Seletivo (Edital n.º 01/2018) da Prefeitura Municipal de Luiz Alves – SC, CONFIRMO O INTERESSE de ser admitido(a) na vaga de _____, nos termos da legislação municipal em vigor.

Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura do candidato

ANEXO II
TERMO DE NÃO INTERESSE NA VAGA

Eu, _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e inscrito(a) no CPF n.º _____, frente à aprovação no Processo Seletivo n.º 01/2018, do Município de Luiz Alves – SC, DECLARO NÃO TER INTERESSE de ser admitido(a) na vaga de _____, no presente momento, requerendo minha reclassificação, nos termos do item 12.3.8, do Edital n.º 01/2018.

Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura do candidato

ANEXO II
DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e inscrito(a) no CPF n.º _____, declaro para os devidos fins, que no exercício de cargo ou função pública, não sofreu penalidade disciplinares, inclusive, as previstas na Lei Complementar n.º 135/2010 (Lei da Ficha Limpa), conforme legislação aplicável.

E, por ser verdade, firmo a presente declaração.

Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura do candidato
ANEXO III – EDITAL DE CHAMAMENTO N.º 01/2020
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 01/2019
RELAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS

Tabela de Exame Médico PCMSO			
Função	Tipo de Exames		Observação
	Clinico	Complementar	
Assistente Administrativo	Sim	**	
Instrutor de Artes Artesanais	Sim	**	
Motorista	Sim	Acuidade Visual	
		Eletrocardiograma	
		Eletroencefalograma	
Psicólogo	Sim	**	
Recepcionista	Sim	**	
Secretário	Sim	**	
Zeladora	Sim	**	
Conselheiro Tutelar	Sim	**	
Assistente Social	Sim	**	
Assistente Administrativo	Sim	**	
Fonoaudiólogo	Sim	**	

Nutricionista	Sim	**	
Professor de Anos iniciais	Sim	**	
Professor Educação Infantil		**	
Professor Educação Física		**	
Professor Ciencias		**	
Professor Matematica		**	
Professor Hsitoria		**	
Professor Geografia		**	
Professor de Artes		**	
Professor Musica		**	
Professor Ensino Religioso		**	
Professor Ingles		**	
Professor Portugues		**	
Professor Anos Finais		**	
Diretor de Ensino	Sim	**	
Diretor de Escola	Sim	**	
Cozinheira	Sim	**	
Atendente de Educação Infantil	Sim	**	
Secretario Escola	Sim	**	
Coordenador Centro Ed Inf.	Sim	**	
Agente Comunitario Saúde	Sim	**	
Atendente consultorio Dentario	Sim	**	
Auxiliar de Enfermagem	Sim	**	
Enfermeiro	Sim	**	
Farmaceutico	Sim	**	
Medico Clinico Geral	Sim	**	
Medico Especialista		**	
Odontologo	Sim	Hemograma Completo + Plaquetas	
Atendente de Enfermagem	Sim	**	
Fisioterapeuta	Sim	**	
Nutricionista	Sim	**	
Técnico da Vugilancia Sanitária	Sim	**	
Agente Defesa Civil	Sim	**	
Mecânico	Sim	Espirometria	
		Audiometria	
		Raio X de Tórax PA - OIT	
		Urina Manganês	
		Urina Níquel	
Operario Braçal	Sim	**	
Vigia	Sim	**	
Contador	Sim	**	
Fiscal de Obra-Saude-Trib.	Sim	Acuidade Visual	
Engenheiro Florestal/Ambiental	Sim	**	
Engenheiro Agronomo	Sim	**	
Engenheiro Civil	Sim		
Medico Veterinário	Sim	**	
Operador de Maquinas	Sim	Acuidade Visual	
		Eletroencefalograma	
		Eletrocardiograma	
		Audiometria	
Tecnico Agrícola	Sim	**	

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 68/2019 (PREFEITURA)

Publicação Nº 2309826

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 68/2019

LICITAÇÃO DIFERENCIADA – MODO EXCLUSIVO PARA MEI, MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE PARA OS LOTES 01 À 14 COM AMPLA CONCORRÊNCIA PARA O LOTE 15.

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS E CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA PARA A FROTA DE VEÍCULOS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES.

Tipo: Menor Preço por Lote.

Entrega da Proposta e Documentação: até às 08h45min horas do dia 24/01/2020, na Sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Erich Gielow, nº 35, Centro, Luiz Alves/SC.

Abertura: 09h00min horas do dia 24/01/2020.

Credenciamento: Juntamente à entrega dos envelopes supracitados ou conforme o edital.

Retirada do Edital: in loco ou no site www.luizalves.sc.gov.br, no ícone licitações.

Informações: Pelo telefone (47) 3377-8614 ou in loco das 08h00min às 12h00min horas e das 13h00min às 17h00min horas.

Luiz Alves, 13 de janeiro de 2020.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE CHAMAMENTO DE FORNECEDORES Nº 001/2020

Publicação Nº 2309617

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE LUZERNA
--	--

EDITAL DE CHAMAMENTO DE FORNECEDORES nº 001/2020

O MUNICÍPIO DE LUZERNA, neste ato representado pelo seu Prefeito em Exercício, JULIANO SCHNEIDER, torna público aos interessados que, de acordo com o art. 34 da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores, encontra-se aberta a possibilidade geral e irrestrita para proceder a atualização dos registros cadastrais de fornecedores e para o ingresso de novos interessados, diariamente das 07h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min, no Setor de Licitações do Município, sito a Av. 16 de Fevereiro, 151, Centro, em Luzerna(SC).

Ao requerer inscrição no cadastro, ou atualização deste, a qualquer tempo, o interessado deverá fornecer os elementos necessários à satisfação das exigências do artigo 27 da Lei 8.666/93 e alterações.

Informações pelo telefone (49) 3551-4700 ou pelo e-mail debora@luzerna.sc.gov.br.

Luzerna (SC), 13 de janeiro de 2020.

Juliano Schneider

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA 009/2020 - REPUBLICADA POR INCORREÇÃO

Publicação Nº 2309892

PORTARIA Nº 009/20 de 06 de janeiro de 2020.

“SUBSTITUI MEMBRO ROTATIVO DA SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL NA COMISSÃO DE ANÁLISE PARA ADICIONAL POR GRAU DE INSTRUÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

JULIANO SCHNEIDER, Prefeito em exercício de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- NOMEAR a servidora GABRIELA MAZZARINO como membro rotativo em substituição a LUIS FERNANDO DAHMER PERUCHINI na COMISSÃO DE ANÁLISE PARA ADICIONAL POR GRAU DE INSTRUÇÃO de que trata a alínea “a” do art. 1º da Portaria nº158/18 de 05 de dezembro de 2018, alterada pela Portaria nº 086/19 de 01 de julho de 2019, passando a ter a seguinte redação:

“Art. 1º - ...

...

membros rotativos:

a. Da Secretaria de Saúde e Assistência Social, para atuar somente nos requerimentos de adicional de pós-graduação e mestrado dos servidores de sua Secretaria:

GABRIELA MAZZARINO

Art.2º- As demais disposições da Portaria nº158/18 de 05 de dezembro de 2018, alterada pela Portaria nº 086/19 de 01 de julho de 2019 permanecem inalteradas.

Art.3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 06 de janeiro de 2020.

JULIANO SCHNEIDER

Prefeito em exercício de Luzerna

PORTARIA 012/2020 - REPUBLICADA POR INCORREÇÃO

Publicação Nº 2310777

PORTARIA Nº 012/20 de 08 de janeiro de 2020.

“CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA”.

JULIANO SCHNEIDER, Prefeito de Luzerna(SC) em exercício, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- ALTERAR a pedido dos servidores, o período de gozo de férias regulamentares previsto na Portaria 198 de 23 de dezembro de 2019,

dos servidores abaixo relacionados:

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO		PERÍODO DE GOZO	
Adriana Stobbe	14/10/2018	13/10/2019	02/01/2020	11/01/2020
Regis Valter Weiser	04/01/2018	03/01/2019	22/01/2020	31/01/2020

Art.2º- CONCEDER o gozo de férias regulamentares aos servidores abaixo relacionados conforme período aquisitivo e de gozo descritos:

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO		PERÍODO DE GOZO	
Juliano Schneider	21/04/2018	23/05/2019	22/01/2020	31/01/2020
Valter Guessser	02/04/2018	01/04/2019	13/01/2020	01/02/2020

Art.3º- As demais disposições da Portaria 198 de 23 de dezembro de 2019 permanecem inalteradas.

Art.4º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2020.

Luzerna(SC), 08 de janeiro de 2019.

JULIANO SCHNEIDER

Prefeito de Luzerna em exercício

PORTARIA 013/2020 - REPUBLICADA POR INCORREÇÃO

Publicação Nº 2310778

PORTARIA Nº 013/20 de 10 de janeiro de 2020.

“CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA”.

JULIANO SCHNEIDER, Prefeito de Luzerna(SC) em exercício, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- ALTERAR a pedido do servidor, o período de gozo de férias regulamentares previsto na Portaria 198 de 23 de dezembro de 2019, do servidor abaixo relacionado:

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO		PERÍODO DE GOZO	
Maurício José Bittencourt	13/08/2018	12/08/2019	20/01/2020	29/01/2020

Art.2º- CONCEDER o gozo de férias regulamentares aos servidores abaixo relacionados conforme período aquisitivo e de gozo descritos:

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO		PERÍODO DE GOZO	
Carolina Kirsch Magalhães	15/01/2018	14/01/2019	13/01/2020	22/01/2020
Dreone Mendes	24/02/2018	23/02/2019	29/01/2020	07/02/2020
Eloi Krug	02/01/2019	01/01/2020	15/01/2020	13/02/2020
Felipe Augusto Deige	07/02/2018	06/02/2019	02/01/2020	16/01/2020
Marcelo José Krug	13/03/2018	12/03/2019	27/01/2020	0/02/2020

Art.3º- As demais disposições da Portaria 198 de 23 de dezembro de 2019 permanecem inalteradas.

Art.4º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2020.

Luzerna(SC), 10 de janeiro de 2019.

JULIANO SCHNEIDER

Prefeito de Luzerna em exercício

PORTARIA 014/2020

Publicação Nº 2310779

PORTARIA Nº 014/20 de 10 de janeiro de 2020.

“NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) PARA O QUADRIÊNIO 2020/2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JULIANO SCHNEIDER, Prefeito de Luzerna(SC) em exercício, no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO, o resultado da eleição dos novos Conselheiros Tutelares, ocorrida em 06 de outubro de 2019;

CONSIDERANDO, o disposto na Lei Municipal nº 1646 de 19 de março de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR os 5 (cinco) membros titulares do CONSELHO TUTELAR do MUNICÍPIO DE LUZERNA, que tomaram posse nesta data para cumprir um mandato de 4 (quatro) anos, com início em 10 de janeiro de 2020 e término em 09 de janeiro de 2024:

1º Titular	ELAINE GRAHL
2º Titular	LUCIANE LAMB RODRIGUES
3º Titular	ARLETE TRIQUES HOFELDER
4º Titular	VINICIUS ALBERGUINI MORETTO
5º Titular	ANA PAULA VALDUGA IAGHER

Art. 2º - NOMEAR os 5 (cinco) membros suplentes do CONSELHO TUTELAR do MUNICÍPIO DE LUZERNA, que, desde que, habilitados, assumirão de forma temporária ou definitiva o cargo de Conselheiro Tutelar, no período de 10 de janeiro de 2020 a 09 de janeiro de 2024, que serão convocados na ordem abaixo indicada:

1º Suplente	EDNA MARIA DE PINHO RODRIGUES
2º Suplente	MICHELE BARBOSA DE LIMA
3º Suplente	RAFAEL DEIGE
4º Suplente	JAIRO LOPES DE OLIVEIRA
5º Suplente	CARLA ALVES SCHEFFLER

Art. 3º - Ocorrendo o afastamento temporário de qualquer um dos membros titulares do Conselho Tutelar, deve ser procedida a imediata convocação do suplente, na ordem especificada no artigo anterior, para o preenchimento da vaga e a conseq-ente regularização da sua composição.

Art. 4º - No caso de vacância do cargo de Conselheiro Tutelar, a convocação do suplente para assunção da vaga definitivamente será pela ordem prevista no art. 2º desta Portaria, mesmo que este já tenha sido convocado para uma substituição temporária.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de janeiro de 2020.

Luzerna(SC), 10 de janeiro de 2020.

JULIANO SCHNEIDER

Prefeito de Luzerna em exercício

Macieira

PREFEITURA

RELATORIO RESUMIDO EXECUÇÃO OÇAMENTARIA 6 BIM

Publicação Nº 2309861

Município de Macieira - SC
RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

PRÉO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	15.567.000,00	15.567.000,00	4.094.684,44	26,30	17.835.736,77	114,57
RECEITAS CORRENTES	15.537.000,00	15.537.000,00	3.656.360,70	23,53	16.977.794,60	109,27
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	478.490,00	478.490,00	143.931,66	30,08	746.116,13	155,93
IMPOSTOS	434.490,00	434.490,00	134.134,10	30,87	563.601,32	130,18
TAXAS	30.350,00	30.350,00	9.797,56	32,28	180.514,81	594,78
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	13.650,00	13.650,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	413.200,00	413.200,00	111.837,11	27,07	390.771,02	94,57
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	367.000,00	367.000,00	105.505,73	28,75	352.037,40	95,92
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	46.200,00	46.200,00	6.331,38	13,70	38.733,62	83,84
RECETA PATRIMONIAL	990.980,00	990.980,00	212.364,58	21,43	1.647.147,67	166,21
VALORES MOBILIÁRIOS	990.980,00	990.980,00	212.364,58	21,43	1.647.147,67	166,21
RECETA AGROPECUÁRIA	4.515,00	4.515,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECETA DE SERVIÇOS	21.830,00	21.830,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	21.830,00	21.830,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13.510.930,00	13.510.930,00	3.168.127,60	23,45	14.077.441,76	104,19
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	8.029.030,00	8.029.030,00	2.147.307,31	26,74	8.322.017,08	103,65
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	3.981.900,00	3.981.900,00	767.043,73	19,26	4.319.526,81	108,48
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	1.500.000,00	1.500.000,00	253.776,56	16,92	1.435.897,87	95,73
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	117.055,00	117.055,00	20.099,75	17,17	116.318,02	99,37
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATAIS E JUDICIAIS	19.200,00	19.200,00	0,00	0,00	3.090,65	16,10
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	13.735,00	13.735,00	6.362,23	46,32	26.851,86	195,50
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	84.120,00	84.120,00	13.737,52	16,33	86.375,51	102,68
RECEITAS DE CAPITAL	30.000,00	30.000,00	438.323,74	1,46108	857.942,17	2.859,81
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	0,00	0,00	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00
ALIEAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	55.047,00	0,00
ALIEAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	55.047,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	30.000,00	30.000,00	238.323,74	7,9441	602.895,17	2.009,65
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	15.000,00	15.000,00	238.323,74	1.588,82	602.895,17	4.019,30
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	7.48.320,00	7.48.320,00	208.977,24	27,93	705.547,43	94,42
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	16.315.320,00	16.315.320,00	4.303.661,68	26,38	18.542.284,20	113,65
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilidade Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	16.315.320,00	16.315.320,00	4.303.661,68	26,38	18.542.284,20	113,65	-2.226.964,20
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL VII = (V + VI)	16.315.320,00	16.315.320,00	4.303.661,68	26,38	18.542.284,20	113,65	-2.226.964,20
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	2.506.801,23	—	—	2.506.801,23	—	—
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	—	—	—	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	—	2.506.801,23	—	—	2.506.801,23	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ² (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	15.567.000,00	19.042.991,76	2.417.893,77	14.733.147,09	4.309.844,67	3.309.781,60	13.765.987,23	5.277.004,53	13.765.987,23	967.159,86
DESPESAS CORRENTES	13.656.370,00	15.004.730,72	1.878.494,82	12.611.153,05	2.393.577,67	2.658.288,90	12.606.262,35	2.398.468,37	12.606.262,35	4.890,70
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.738.520,00	7.842.014,03	1.623.447,77	7.213.840,98	628.173,05	1.629.381,33	7.213.840,98	628.173,05	7.213.840,98	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.916.450,00	7.160.716,69	255.047,05	5.397.312,07	1.763.404,62	1.028.927,57	5.392.421,37	1.768.295,32	5.392.421,37	4.890,70
DESPESAS DE CAPITAL	839.030,00	2.967.261,04	539.396,95	2.121.994,04	845.267,00	651.492,70	1.159.724,88	1.807.536,16	1.159.724,88	962.269,16
INVESTIMENTOS	835.030,00	2.963.261,04	539.396,95	2.121.994,04	841.267,00	651.492,70	1.159.724,88	1.803.536,16	1.159.724,88	962.269,16
INVERSOES FINANCEIRAS	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.071.000,00	1.071.000,00	0,00	0,00	1.071.000,00	0,00	0,00	1.071.000,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.071.000,00	1.071.000,00	0,00	0,00	1.071.000,00	0,00	0,00	1.071.000,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	748.320,00	766.120,00	156.327,69	706.547,43	59.572,57	157.417,97	706.547,43	59.572,57	706.547,43	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	16.315.320,00	19.809.111,76	2.574.221,46	15.439.694,52	4.369.417,24	3.467.199,57	14.472.534,66	5.336.577,10	14.472.534,66	967.159,86
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continuação 2/4

Continuação 3/4

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ²
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre			
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	(d)	(e)	0,00	0,00	(g) = (e-f)	0,00	0,00	(i) = (e-h)	0,00	(k)
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	16.315.320,00	19.809.111,76	2.574.221,46	15.439.694,52	4.369.417,24	3.467.199,57	14.472.534,66	5.336.577,10	14.472.534,66	967.159,86
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	3.102.569,68	—	—	4.069.749,54	—	4.069.749,54	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	16.315.320,00	19.809.111,76	2.574.221,46	18.542.264,20	—	3.467.199,57	18.542.264,20	—	18.542.264,20	967.159,86
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—	—

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			SALDO
			No Bimestre	% (b/a)	Até o Bimestre	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	748.320,00	748.320,00	208.977,24	27,93	706.547,43	94,42
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	748.320,00	748.320,00	208.977,24	27,93	706.547,43	94,42
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	748.320,00	748.320,00	208.977,24	27,93	706.547,43	94,42
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	748.320,00	748.320,00	208.977,24	27,93	706.547,43	94,42

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ²
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre			
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	748.320,00	766.120,00	156.327,69	706.547,43	(g) = (e-f)	157.417,97	706.547,43	(i) = (e-h)	706.547,43	0,00
DESPESAS CORRENTES	748.320,00	766.120,00	156.327,69	706.547,43	59.572,57	157.417,97	706.547,43	59.572,57	706.547,43	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	748.320,00	766.120,00	156.327,69	706.547,43	59.572,57	157.417,97	706.547,43	59.572,57	706.547,43	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 1.950.511,08

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Macieira, 13/01/2020

ZELIR CITADIN
PREFEITO MUNICIPALROMAINE AP. DAL PONTE
CONTADORA

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2018 a 2093

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=(“d” exercício anterior) + (c)
2018	0,00	0,00	0,00	11.881.096,97
2019	660.572,60	463.737,68	196.834,92	12.077.931,89
2020	600.522,44	488.957,07	111.565,37	12.189.497,26
2021	571.063,54	503.057,42	68.006,12	12.257.503,38
2022	535.497,27	505.971,33	29.525,94	12.287.029,32
2023	503.796,00	493.895,15	9.900,85	12.296.930,17
2024	476.873,58	520.663,60	-43.790,02	12.253.140,15
2025	441.916,75	492.195,93	-50.279,18	12.202.860,97
2026	21.135,51	490.316,11	-469.180,60	11.733.680,37
2027	395.199,47	516.547,63	-121.348,16	11.612.332,21
2028	363.532,85	518.393,17	-154.860,32	11.457.471,89
2029	338.559,27	535.229,48	-196.670,21	11.260.801,68
2030	310.893,23	522.214,76	-211.321,53	11.049.480,15
2031	291.255,49	572.332,41	-281.076,92	10.768.403,23
2032	257.188,41	561.254,10	-304.065,69	10.464.337,54
2033	238.585,66	554.580,70	-315.995,04	10.148.342,50
2034	219.768,67	523.710,42	-303.941,75	9.844.400,75
2035	207.713,51	568.488,71	-360.775,20	9.483.625,55
2036	177.882,87	564.829,01	-386.946,14	9.096.679,41
2037	160.506,73	554.963,09	-394.456,36	8.702.223,05
2038	145.383,81	543.429,85	-398.046,04	8.304.177,01
2039	131.402,12	522.085,87	-390.683,75	7.913.493,26
2040	120.600,71	509.865,75	-389.265,04	7.524.228,22
2041	108.227,08	488.733,83	-380.506,75	7.143.721,47
2042	98.776,62	476.539,20	-377.762,58	6.765.958,89
2043	87.754,40	453.255,89	-365.501,49	6.400.457,40
2044	80.198,65	520.292,99	-440.094,34	5.960.363,06
2045	49.789,35	499.192,91	-449.403,56	5.510.959,50
2046	42.452,42	468.643,80	-426.191,38	5.084.768,12
2047	38.230,33	453.520,61	-415.290,28	4.669.477,84
2048	30.589,65	442.325,50	-411.735,85	4.257.741,99
2049	22.446,19	407.305,08	-384.858,89	3.872.883,10
2050	21.210,58	378.156,09	-356.945,51	3.515.937,59
2051	19.049,91	347.328,78	-328.278,87	3.187.658,72
2052	3.483,13	321.759,90	-318.276,77	2.869.381,95
2053	2.417,81	299.805,18	-297.387,37	2.571.994,58
2054	853,12	274.152,24	-273.299,12	2.298.695,46
2055	808,64	249.987,30	-249.178,66	2.049.516,80
2056	765,52	227.771,03	-227.005,51	1.822.511,29
2057	723,69	207.229,91	-206.506,22	1.616.005,07
2058	683,11	190.469,71	-189.786,60	1.426.218,47
2059	0,00	172.527,59	-172.527,59	1.253.690,88
2060	0,00	155.926,08	-155.926,08	1.097.764,80
2061	0,00	140.480,14	-140.480,14	957.284,66
2062	0,00	126.042,45	-126.042,45	831.242,21
2063	0,00	112.930,85	-112.930,85	718.311,36
2064	0,00	100.806,04	-100.806,04	617.505,32
2065	0,00	89.678,71	-89.678,71	527.826,61
2066	0,00	79.030,02	-79.030,02	448.796,59
2067	0,00	69.650,64	-69.650,64	379.145,95
2068	0,00	61.151,53	-61.151,53	317.994,42
2069	0,00	53.226,22	-53.226,22	264.768,20
2070	0,00	46.411,49	-46.411,49	218.356,71
2071	0,00	40.257,18	-40.257,18	178.099,53
2072	0,00	34.074,73	-34.074,73	144.024,80
2073	0,00	28.797,28	-28.797,28	115.227,52
2074	0,00	24.482,08	-24.482,08	90.745,44
2075	0,00	20.648,17	-20.648,17	70.097,27

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2018 a 2093

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2076	0,00	16.998,12	-16.998,12	53.099,15
2077	0,00	14.187,93	-14.187,93	38.911,22
2078	0,00	11.653,12	-11.653,12	27.258,10
2079	0,00	9.526,81	-9.526,81	17.731,29
2080	0,00	7.697,23	-7.697,23	10.034,06
2081	0,00	5.228,51	-5.228,51	4.805,55
2082	0,00	4.109,07	-4.109,07	696,48
2083	0,00	3.165,14	-3.165,14	-2.468,66
2084	0,00	2.424,03	-2.424,03	-4.892,69
2085	0,00	1.732,81	-1.732,81	-6.625,50
2086	0,00	1.303,17	-1.303,17	-7.928,67
2087	0,00	862,37	-862,37	-8.791,04
2088	0,00	652,07	-652,07	-9.443,11
2089	0,00	492,68	-492,68	-9.935,79
2090	0,00	371,41	-371,41	-10.307,20
2091	0,00	280,99	-280,99	-10.588,19
2092	0,00	213,18	-213,18	-10.801,37
2093	0,00	133,08	-133,08	-10.934,45

Projeção atuarial elaborada em 19/03/2019 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

Macieira, 13/01/2020

ZELIR CITADIN
PREFEITO MUNICIPAL

ROMAIANE AP. DAL PONTE
CONTADORA

Município de Madeira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RRR-ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)					SALDO (c) = (a-b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)							
Receita de Alienação De Bens Móveis	0,00					55,047,00	-55,047,00
Receita de Alienação De Bens Imóveis	0,00					55,047,00	-55,047,00
	0,00					0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h)=(d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)							
Despesas de Capital	55,047,00	0,00	54,355,26	0,00	0,00	0,00	55,047,00
Investimentos	55,047,00	0,00	54,355,26	0,00	0,00	0,00	55,047,00
	55,047,00	0,00	54,355,26	0,00	0,00	0,00	55,047,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2018 (i)	Em 2019 (j) = (b - ((f + g)					SALDO ATUAL (k) = (III + IIIj)
Valor(III)	0,00						691,74

FONTE:

Macleira, 13/01/2020

ZELIR CITADIN
PREFEITO MUNICIPALROMAINE AP. DAL PONTE
CONTADORA

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS				
Provenientes da União	635.125,00	635.125,00	792.047,94	124,71
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	635.125,00	635.125,00	792.047,94	124,71
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
	12.875,00	12.875,00	21.842,58	169,65
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	648.000,00	648.000,00	813.890,52	125,60

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100	
DESPESAS CORRENTES	3.129.118,50	3.785.419,31	3.178.241,29	83,96	3.176.321,96	83,91	1.919,33
Pessoal e Encargos Sociais	2.079.240,00	2.151.740,00	2.107.130,89	97,93	2.107.130,89	97,93	0,00
Outras Despesas Correntes	1.049.878,50	1.633.679,31	1.071.110,40	65,56	1.069.191,07	65,45	1.919,33

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100	
DESPESAS DE CAPITAL	217.855,00	366.349,00	294.174,75	80,30	229.114,57	62,54	65.060,18
Investimentos	217.855,00	366.349,00	294.174,75	80,30	229.114,57	62,54	65.060,18
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.346.973,50	4.151.768,31	3.472.416,04	83,64	3.405.436,53	82,02	66.979,51
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (h)	% (h/v)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/v)*100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	639.125,00	1.357.875,81	901.622,66	25,97	836.562,48	24,57	65.060,18
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	639.125,00	1.357.875,81	901.622,66	25,97	836.562,48	24,57	65.060,18
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	639.125,00	1.357.875,81	901.622,66	25,97	836.562,48	24,57	65.060,18
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	2.707.848,50	2.793.892,50	2.570.793,38	74,03	2.568.874,05	75,43	1.919,33
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VIIh / IIIB x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4							19,63
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(h) - (15 x IIIB)/100]							605.902,12

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2018	0,00	14.231,00	0,00	-14.231,00	0,00
TOTAL	0,00	14.231,00	0,00	-14.231,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
	SALDO INICIAL				
Restos a Pagar Não Processados ou Prescritos em 2018	14.231,00			0,00	14.231,00
TOTAL (VIII)	14.231,00			0,00	14.231,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26					
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
	SALDO INICIAL				
	-			-	-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (l)	Até o Bimestre (m)	
			(l/Total l) *100	(m/Total m) *100	
Atenção Básica	3.191.283,50	3.996.058,31	3.379.510,85	3.312.531,34	66.979,51
Alimentação e Nutrição	91.710,00	91.710,00	55.029,19	55.029,19	0,00
Outras Subfunções	64.000,00	64.000,00	37.876,00	37.876,00	0,00
TOTAL	3.346.993,50	4.151.768,31	3.472.416,04	3.405.436,53	66.979,51

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE:

4Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "H" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
3 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "H" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quanto o

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de Macieira - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

Madeira, 13/01/2020

ZELIR CITADIN PREFEITO MUNICIPAL	ROMAINE AP. DAL PONTE CONTADORA
-------------------------------------	------------------------------------

Município de Macieira - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2019		SALDO TOTAL	
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	2026	2027

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

(c) = (a + b)

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028

NADA A DECLARAR

FONTE:

Macieira, 13/01/2020

ZELIR CITADIN
PREFEITO MUNICIPAL

ROMAINE AP. DAL PONTE
CONTADORA

Município de Macieira - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		16.315.320,00		
Previsão Atualizada		16.315.320,00		
Receitas Realizadas		18.542.284,20		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		2.506.801,23		
DESPESAS				
Dotação Inicial		15.255.320,00		
Créditos Adicionais		3.493.791,76		
Dotação Atualizada		18.749.111,76		
Despesas Empenhadas		15.439.694,52		
Despesas Liquidadas		14.472.534,66		
Despesas pagas		14.472.534,66		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		967.159,86		
Superavit Orçamentário		4.069.749,54		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		15.439.694,52		
Liquidadas		14.472.534,66		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		967.159,86		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		16.625.757,20		
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO				
Receitas Previdenciárias Realizadas		2.508.205,40		
Despesas Previdenciárias Empenhadas		557.694,32		
Resultado Previdenciário		1.950.511,08		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO				
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00		
Despesas Previdenciárias Empenhadas		0,00		
Resultado Previdenciário		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	3.326.022,35	0,00
Resultado Primário		0,00	1.678.874,68	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	613.190,61	17.945,85	543.727,19	51.517,57
EXECUTIVO	613.190,61	17.945,85	543.727,19	51.517,57
TOTAL:	613.190,61	17.945,85	543.727,19	51.517,57
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		4.068.058,94	25%	29,60
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.212.692,76	60%	84,28
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		200.000,00	-200.000,00	
			Continua	

Continua 1/2

Município de Macieira - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Despesa de Capital Líquida			2.121.994,04	845.267,00
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2019	2029	2039	2054
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	660.572,60	338.559,27	131.402,12	853,12
Despesas Previdenciárias	463.737,68	535.229,48	522.085,87	274.152,24
Resultado Previdenciário	196.834,92	-196.670,21	-390.683,75	-273.299,12
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			55.047,00	-55.047,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	1.050,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	2.570.793,38	15,00	19,63	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Macieira, 13/01/2020

ZELIR CITADIN
PREFEITO MUNICIPAL

ROMAIANE AP. DAL PONTE
CONTADORA

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)	15.567.000,00	19.042.991,76	2.417.893,77	14.733.147,09	96,42	3.309.791,60	13.765.987,23	5.277.004,53	967.159,86
Legislativa	773.500,00	773.500,00	161.492,32	662.009,82	4,29	175.589,49	662.009,82	111.409,18	0,00
Ação Legislativa	773.500,00	773.500,00	161.492,32	662.009,82	4,29	175.589,49	662.009,82	111.409,18	0,00
Administração	2.041.700,00	2.325.100,00	471.985,68	2.187.549,43	14,17	415.674,05	1.994.778,88	330.321,12	192.770,55
Administração Geral	372.000,00	372.000,00	68.623,78	355.944,32	2,31	73.357,87	355.944,32	16.055,68	0,00
Administração Financeira	1.669.700,00	1.953.100,00	403.361,90	1.831.605,11	11,86	342.316,18	1.638.834,56	314.265,44	192.770,55
Segurança Pública	35.830,00	35.830,00	2.105,75	15.337,66	0,10	2.784,08	15.337,66	20.492,34	0,00
Policimento	27.830,00	27.830,00	2.105,75	13.577,66	0,09	2.784,08	13.577,66	14.252,34	0,00
Defesa Civil	8.000,00	8.000,00	0,00	1.760,00	0,01	0,00	1.760,00	6.240,00	0,00
Assistência Social	769.000,00	967.413,61	108.189,29	636.805,80	4,12	147.686,86	633.809,56	333.604,05	2.995,24
Assistência ao Idoso	408.520,00	518.520,00	65.323,31	445.696,75	2,89	91.857,43	445.696,75	72.823,25	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	27.000,00	27.000,00	-3.565,67	19.528,85	0,13	5.986,35	19.404,25	7.595,75	124,60
Assistência Comunitária	333.480,00	421.893,61	46.431,65	171.590,20	1,11	49.843,18	168.708,56	253.185,05	2.871,64
Previdência Social	961.320,00	961.320,00	115.098,67	557.694,32	3,61	122.699,50	557.694,32	403.625,68	0,00
Previdência do Regime Estatutário	961.320,00	961.320,00	115.098,67	557.694,32	3,61	122.699,50	557.694,32	403.625,68	0,00
Saúde	3.045.553,50	3.863.303,55	526.722,16	3.211.827,93	20,80	616.062,38	3.144.848,42	708.455,13	66.979,51
Atenção Básica	2.889.843,50	3.694.638,31	533.920,32	3.116.017,33	20,18	606.691,29	3.049.037,82	645.600,49	66.979,51
Alimentação e Nutrição	91.710,00	94.665,24	6.891,84	57.934,60	0,38	7.271,09	57.934,60	36.730,64	0,00
Abastecimento	64.000,00	64.000,00	-13.780,00	37.876,00	0,25	2.100,00	37.876,00	26.124,00	0,00
Educação	3.319.942,50	3.692.519,88	457.341,94	3.119.603,52	20,21	718.900,56	3.106.468,67	584.051,21	11.134,85
E ensino Fundamental	3.254.442,50	3.502.545,48	458.141,95	2.990.731,02	19,18	675.149,20	2.948.596,17	552.946,31	11.134,85
E ensino Médio	5.500,00	7.200,00	0,00	7.200,00	0,05	0,00	7.200,00	0,00	0,00
E ensino Superior	15.000,00	15.000,00	0,00	14.825,00	0,10	0,00	14.825,00	175,00	0,00
Educação Infantil	33.000,00	195.774,40	-0,01	128.847,50	0,83	42.951,36	128.847,50	26.926,90	0,00
Educação de Jovens e Adultos	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00
Educação Especial	9.000,00	9.000,00	-800,00	8.000,00	0,05	800,00	8.000,00	1.000,00	0,00
Cultura	70.000,00	42.500,00	0,00	4.264,00	0,03	0,00	4.264,00	38.236,00	0,00
Divulgação Cultural	70.000,00	42.500,00	0,00	4.264,00	0,03	0,00	4.264,00	38.236,00	0,00
Urbanismo	404.320,00	1.622.249,14	245.700,98	1.238.918,57	8,02	246.458,12	547.745,84	1.074.503,30	691.172,73
Infra-Estrutura Urbana	32.000,00	968.857,14	2.168,00	681.515,59	4,41	171.799,07	230.988,70	727.888,44	450.546,89
Serviços Urbanos	372.320,00	663.392,00	243.532,98	557.402,98	3,61	74.659,05	316.777,14	346.614,86	240.625,84
Habituação	11.500,00	11.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.500,00	0,00
Habituação Urbana	11.500,00	11.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.500,00	0,00
Saneamento	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00
Gestão Ambiental	4.500,00	4.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.500,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	4.500,00	4.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.500,00	0,00
Agricultura	1.120.000,00	1.068.600,00	119.592,88	933.403,91	6,05	179.934,72	933.403,91	125.196,09	0,00
Promoção da Produção Agropecuária	1.120.000,00	1.068.600,00	119.592,88	933.403,91	6,05	179.934,72	933.403,91	125.196,09	0,00
Indústria	6.500,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00
Promoção Industrial	6.500,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00
Comércio e Serviços	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00
Turismo	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00
Transporte	1.554.334,00	1.709.655,58	212.068,67	1.601.117,59	10,37	645.911,00	1.601.117,59	108.537,99	0,00
Transporte Rodoviário	1.554.334,00	1.709.655,58	212.068,67	1.601.117,59	10,37	645.911,00	1.601.117,59	108.537,99	0,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)									
Desporto e Lazer	15.567.000,00	19.042.991,76	2.417.893,77	14.733.147,09	96,42	3.309.781,60	13.765.987,23	5.277.004,53	967.159,86
Desporto Comunitário	49.000,00	362.000,00	485,24	86.037,78	0,56	10.254,53	83.931,80	278.068,20	2.105,98
Encargos Especiais	49.000,00	362.000,00	485,24	86.037,78	0,56	10.254,53	83.931,80	278.068,20	2.105,98
Outros Encargos Especiais	313.000,00	533.000,00	-2.889,81	478.495,76	3,10	27.826,21	478.495,76	54.504,24	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	313.000,00	533.000,00	-2.889,81	478.495,76	3,10	27.826,21	478.495,76	54.504,24	0,00
	1.071.000,00	1.071.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.071.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)									
Legislativa	748.320,00	766.120,00	156.327,69	706.547,43	4,58	157.417,97	706.547,43	59.572,57	0,00
Ação Legislativa	14.000,00	14.000,00	3.337,49	13.997,41	0,09	4.427,77	13.997,41	2,59	0,00
Administração	58.000,00	64.000,00	3.337,49	13.997,41	0,09	4.427,77	13.997,41	2,59	0,00
Administração Financeira	58.000,00	64.000,00	8.889,64	63.674,19	0,41	8.889,64	63.674,19	325,81	0,00
Assistência Social	30.000,00	30.000,00	8.889,64	63.674,19	0,41	8.889,64	63.674,19	325,81	0,00
Assistência ao Idoso	30.000,00	30.000,00	5.915,28	26.685,57	0,17	5.915,28	26.685,57	3.314,43	0,00
Saúde	301.420,00	301.420,00	5.915,28	26.685,57	0,17	5.915,28	26.685,57	3.314,43	0,00
Atenção Básica	301.420,00	301.420,00	49.902,32	263.493,52	1,71	49.902,32	263.493,52	37.926,48	0,00
Educação	207.900,00	219.700,00	50.170,98	203.066,27	1,32	50.170,98	203.066,27	16.633,73	0,00
Educação Fundamental	207.900,00	219.700,00	50.170,98	203.066,27	1,32	50.170,98	203.066,27	16.633,73	0,00
Agricultura	73.000,00	73.000,00	20.806,96	71.630,47	0,46	20.806,96	71.630,47	1.369,53	0,00
Promoção da Produção Agropecuária	73.000,00	73.000,00	20.806,96	71.630,47	0,46	20.806,96	71.630,47	1.369,53	0,00
Transporte	64.000,00	64.000,00	17.305,02	64.000,00	0,41	17.305,02	64.000,00	0,00	0,00
Transporte Rodoviário	64.000,00	64.000,00	17.305,02	64.000,00	0,41	17.305,02	64.000,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	16.315.320,00	19.809.111,76	2.574.221,46	15.439.694,52	100,00	3.467.199,57	14.472.534,95	5.336.577,10	967.159,86

FONTE:

Macieira, 13/01/2020

ZELIR CITADIN
PREFEITO MUNICIPAL

ROMAINE AP. DAL PONTE
CONTADORA

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Macatã - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2019 A DEZEMBRO/2019

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2019
	Jan/2019	Fev/2019	Mar/2019	Abr/2019	Mai/2019	Jun/2019	Jul/2019	Ago/2019	Sep/2019	Out/2019	Nov/2019	Dez/2019	TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	1.442.035,15	1.590.552,47	1.346.541,26	1.423.433,33	1.594.892,54	1.460.318,16	1.842.309,64	1.319.638,31	1.434.723,23	1.493.338,95	1.477.324,22	2.640.745,91	19.484.538,87
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	377.548,4	571.158,96	418.404,95	777.822,20	71.405,09	46.076,99	55.796,49	51.984,82	52.108,82	108.233,31	57.186,20	85.765,46	746.116,13
I.P.T.U.	0,00	3.016,35	264,80	41.476,92	8.508,47	5.524,16	4.004,06	8.434,86	4.950,00	1.357,21	9.394,37	505,71	87.088,91
I.S.S.	13.861,64	9.171,71	5.604,35	10.843,01	12.456,25	13.012,01	9.474,54	12.032,25	14.543,87	14.543,87	10.464,74	14.188,85	129.809,29
I.T.B.I.	9.375,51	0,00	5.250,00	1.350,00	12.317,26	0,00	9.987,42	1.350,00	5.375,39	21.186,00	0,00	5.100,00	71.291,58
I.R.R.F.	0,00	15.893,40	18.576,88	18.837,09	24.832,82	21.780,32	19.917,43	21.248,88	22.635,71	19.239,79	31.361,17	65.088,25	277.411,54
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	14.517,69	29.077,50	12.144,92	5.315,18	13.290,29	7.762,50	12.377,04	8.919,03	15.426,66	51.906,44	5.915,92	3.881,64	180.514,81
Contribuições	3.125,78	28.098,32	29.421,99	30.501,88	30.348,98	30.955,87	30.940,29	31.639,41	31.404,11	32.409,28	54.572,35	57.284,76	390.771,02
Receta Patrimonial	247.625,94	62.897,15	76.601,46	120.211,59	172.735,28	198.171,84	134.959,48	40.178,09	179.547,02	201.855,24	34.341,33	178.023,25	1.647.147,67
Rendimentos de Aplicação Financeira	247.625,94	62.897,15	76.601,46	120.211,59	172.735,28	198.171,84	134.959,48	40.178,09	179.547,02	201.855,24	34.341,33	178.023,25	1.647.147,67
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	1.346.027,96	1.432.060,75	1.188.520,56	1.180.115,38	1.406.715,13	1.194.414,71	1.711.913,58	1.168.317,77	1.163.495,12	1.142.760,04	1.321.433,15	2.308.403,58	16.854.176,03
Cota-Parte de FPM	712.854,55	783.028,06	586.286,84	571.987,33	734.046,07	578.206,50	790.695,22	577.153,58	513.751,82	472.975,26	641.895,11	1.094.325,20	8.057.205,54
Cota-Parte de I.C.M.S.	426.139,08	413.634,15	388.735,06	398.734,09	392.474,28	383.273,35	387.910,06	390.652,21	400.794,50	410.075,59	422.876,78	460.332,87	4.871.601,02
Cota-Parte de IPVA	11.774,56	15.664,67	18.629,82	16.798,87	24.574,65	11.036,43	16.553,46	15.222,10	16.471,53	12.105,12	8.753,86	4.617,62	172.202,69
Cota-Parte do ITR	50,20	0,00	80,41	153,96	103,98	0,00	0,00	0,00	3.052,12	7.748,40	704,46	703,95	12.597,49
Outras Transferências Correntes	68.299,84	88.180,38	74.938,10	70.296,18	127.726,30	104.556,90	398.906,56	78.344,18	102.757,34	117.942,53	120.469,32	616.785,71	1.972.233,34
Transferências de LC 81/1989	4.865,25	5.151,22	4.974,96	5.043,72	4.938,68	5.170,30	5.243,11	4.692,63	5.720,42	5.062,51	5.316,37	6.248,91	62.438,08
Transferências de LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	124.045,18	126.402,27	114.875,57	117.099,23	122.851,17	112.163,23	112.605,17	120.283,07	114.947,39	118.851,23	121.387,25	132.389,31	1.435.897,87
DEDUÇÕES (II)	231.136,83	268.295,26	226.065,18	225.848,80	258.405,68	222.975,99	204.939,81	225.402,61	217.541,38	210.976,27	267.124,91	300.089,95	2.658.771,67
Compensação Financ. entre Regimes Previdenciais	0,00	24.763,78	26.326,90	27.305,90	27.179,28	27.436,98	27.887,71	27.864,88	28.383,42	29.383,02	51.214,92	54.290,81	352.037,40
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	231.136,83	243.465,48	199.741,28	198.543,90	231.227,40	195.539,01	177.052,10	197.537,93	189.157,96	181.593,25	215.909,99	246.799,14	2.506.734,27
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.410.898,32	1.322.257,21	1.120.476,08	1.197.584,53	1.436.175,86	1.257.342,17	1.737.369,83	1.093.235,70	1.217.181,85	1.282.360,68	1.210.199,31	2.340.655,66	16.625.757,20

FONTE:

Macatã, 13/01/2020

ZELIR CÍDADIN
PREFEITO MUNICIPAL

ROMANE AP DAL PONTE
CONTADOR



Município de Madeira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018
RECEITAS CORRENTES (I)	1.207.200,00	1.207.200,00	1.905.310,23	1.256.447,45
Recetta de Contribuições dos Segurados				
Civil	0,00	0,00	0,00	305.607,65
Ativo	0,00	0,00	0,00	305.607,65
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta de Contribuições Patronais				
Civil	367.000,00	367.000,00	352.037,40	0,00
Ativo	367.000,00	367.000,00	352.037,40	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta Patrimonial	840.200,00	840.200,00	1.553.272,83	902.839,80
Recetas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas Patrimoniais	840.200,00	840.200,00	1.553.272,83	902.839,80
Recetta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atual do RPPS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Recetas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	15.000,00	15.000,00	602.895,17	268.397,08
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas de Capital	15.000,00	15.000,00	602.895,17	268.397,08
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)	1.222.200,00	1.222.200,00	2.508.205,40	1.476.844,53

Continua 1/3

Contín

Município de Madeira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018	Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018	Em 2019	Em 2018
ADMINISTRAÇÃO (V)	961.320,00	961.320,00	177.123,65	25.056,58	177.123,65	25.056,58	0,00	0,00
Despesas Correntes	961.320,00	961.320,00	177.123,65	25.056,58	177.123,65	25.056,58	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (VI)	0,00	0,00	380.570,67	620.380,68	380.570,67	620.380,68	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	380.570,67	620.380,68	380.570,67	620.380,68	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	269.133,90	526.928,20	269.133,90	526.928,20	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	111.436,77	93.432,48	111.436,77	93.432,48	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demaís Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VII) = (V + VI)	961.320,00	961.320,00	557.694,32	645.417,26	557.694,32	645.417,26	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII)*	260.880,00	260.880,00	1.950.511,08	831.427,27	1.950.511,08	831.427,27	0,00	0,00
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA					
Vál							0,00	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA					
Vál							1.060.000,00	
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS			APORTES REALIZADOS					
Outros Aportes para o RPPS							0,00	
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar							0,00	
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos							0,00	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro							0,00	

Continua 2/3

Cont'nr

Município de Madeira - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	7.485.416,57	6.083.515,14
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00

FONTE:
Madeira, 13/01/2020

ZELIR CITADIN

PREFEITO MUNICIPAL

ROMA/ANE AP. DAL PONTE

CONTADORA

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2018 (A)	Em 31 Out 2019 (B)	Em 31 Dez 2019 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	200.000,00
DEDUÇÕES (II)	3.569.001,85	4.634.157,33	4.980.837,99
Disponibilidade de Caixa	3.537.764,87	4.602.920,35	4.949.601,01
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.537.764,87	5.147.919,87	4.949.601,01
(-) Restos a Pagar Processados (Excoeto Precatórios)	0,00	544.999,52	0,00
Demais Haveres Financeiros	31.236,98	31.236,98	31.236,98
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	0,00	0,00	0,00

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (VIc - VIb)	Jan a Dez 2019 (VIc - VIa)
VALOR	0,00	0,00

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

FONTE:

Macieira, 13/01/2020

ZELIR CITADIN
PREFEITO MUNICIPALROMAINE AP. DAL PONTE
CONTADORA

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	ACIMA DA LINHA	
	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019 RECEITAS REALIZADAS(a)
RECEITAS CORRENTES (I)	15.532.485,00	16.977.794,60
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	478.490,00	746.116,13
I.P.T.U.	60.900,00	87.088,91
I.S.S.	110.250,00	129.809,29
I.T.B.I.	32.340,00	71.291,58
I.R.R.F.	231.000,00	277.411,54
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	44.000,00	180.514,81
Contribuições	413.200,00	390.771,02
Receita Patrimonial	990.980,00	1.647.147,67
Aplicações Financeiras(II)	990.980,00	1.647.147,67
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	13.510.930,00	14.077.441,76
Cota-Parte do FPM	6.951.000,00	6.574.238,84
Cota-Parte do ICMS	3.600.000,00	3.897.280,94
Cota-Parte do IPVA	134.400,00	137.762,23
Cota-Parte do ITR	13.440,00	10.078,04
Transferências da LC 87/1996	13.440,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	64.000,00	49.950,50
Transferências do FUNDEB	1.500.000,00	1.435.897,87
Outras Transferências Correntes	1.234.650,00	1.972.233,34
Demais Receitas Correntes	138.885,00	116.318,02
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	138.885,00	116.318,02
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I-II-III)	14.541.505,00	15.330.646,93
RECEITAS DE CAPITAL (V)	30.000,00	857.942,17
Operação de Crédito(VI)	0,00	200.000,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	55.047,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/4

ACIMA DA LINHA		Até o Bimestre/2019			
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS(a)			
Outras Alienações de Bens	0,00		55.047,00		
Transferências de Capital	30.000,00		602.895,17		
Convênios	30.000,00		602.895,17		
Outras Transferências de Capital	0,00		0,00		
Outras Receitas de Capital	0,00		0,00		
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00		0,00		
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00		0,00		
RECEITA S PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	0,00		0,00		
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	14.571.505,00		15.988.589,10		

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019			
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)
					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
					LIQUIDADOS
					PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	15.004.730,72	12.611.153,05	12.606.262,35	12.606.262,35	6.898,46
Pessoal e Encargos Sociais	7.842.014,03	7.213.840,98	7.213.840,98	7.213.840,98	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	7.160.716,69	5.397.312,07	5.392.421,37	5.392.421,37	0,00
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	6.898,46
Demais Despesas Correntes	7.160.716,69	5.397.312,07	5.392.421,37	5.392.421,37	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	15.002.730,72	12.611.153,05	12.606.262,35	12.606.262,35	6.898,46
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	2.967.261,04	2.121.994,04	1.159.724,88	1.159.724,88	536.828,73
Investimentos	2.963.261,04	2.121.994,04	1.159.724,88	1.159.724,88	536.828,73
Inversões Financeiras	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	2.966.261,04	2.121.994,04	1.159.724,88	1.159.724,88	536.828,73

Continua 2/4

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/4

DESPESAS PRIMÁRIAS		DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019					
			DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOSA PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
							LIQUIDADOS	PAGOS (c)
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)		1.071.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)		19.039.991,76	14.733.147,09	13.765.987,23	13.765.987,23	0,00	543.727,19	543.727,19
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]		1.678.874,68						
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO		VALOR CORRENTE						
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		0,00						
JUROS NOMINAIS		Até o Bimestre/2019						
		VALOR INCORRIDO						
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)		1.647.147,67						
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)		0,00						
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)		3.326.022,35						
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL		VALOR CORRENTE						
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		0,00						
ABAIXO DA LINHA		SALDO						
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL		Em 31 Dez 2018(a)			Até o Bimestre/2019(b)			
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)		0,00			200.000,00			
DEDUÇÕES (XXIX)		15.389.837,08			18.915.902,51			
Disponibilidade de Caixa		15.389.837,08			18.915.902,51			
Disponibilidade de Caixa Bruta		15.389.837,08			18.915.902,51			
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)		0,00			0,00			
Demais Haveres Financeiros		0,00			0,00			
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)		-15.389.837,08			-18.715.902,51			
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		3.326.065,43						

Continua 3/4

Município de Macieira - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 4/4

AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Bimestre/2019
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXII) = (XXXa - XXXb) RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX) PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV) VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV) PAGAMENTO DE PRECATORIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI) OUTROS AJUSTES (XXXVII)	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVIII) = (XXXII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII)	3.326.065,43
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX) = XXXVIII - (XXV - XXVI)	1.678.917,76
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2.332.387,62 0,00 2.332.387,62 0,00

Macieira, 13/01/2020

ZELIR CITADIN
PREFEITO MUNICIPAL

ROMAINE AP. DAL PONTE
CONTADORA

Município de Macieira - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)		R\$ 1,1											
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		RP NÃO PROCESSADOS											
PODER/ÓRGÃO	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (h+i)	Saldo Total L=(e+h)	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2018 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2018 (g)						
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	EXECUTIVO	-	-	-	-	51.517,57	561.673,04	543.727,19	543.727,19	17.945,85	51.517,57	51.517,57	
	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	0,00	0,00	0,00	51.517,57	561.673,04	543.727,19	543.727,19	17.945,85	51.517,57	51.517,57	
	SECRET. DA AGRICULTURA E DESENV. ECONOMIC	0,00	0,00	0,00	0,00	51.517,57	561.673,04	543.727,19	543.727,19	17.945,85	51.517,57	51.517,57	
	SECRET. M. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	224.131,00	219.900,00	219.900,00	14.231,00	0,00	0,00	
	SECRET. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	291.415,15	291.415,15	291.415,15	0,00	0,00	0,00	
	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	0,00	0,00	0,00	0,00	51.517,57	0,00	0,00	0,00	0,00	51.517,57	51.517,57	
	SERET. DE INFRAESTRUTURA E DESENV. URBANX	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.034,84	698,46	698,46	336,38	0,00	0,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.092,05	31.713,58	31.713,58	3.378,47	0,00	0,00	
	RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.517,57	561.673,04	543.727,19	543.727,19	17.945,85	51.517,57	51.517,57	
MONTE													

FONTE:

Macieira, 13/01/2020

ZELIR CITADIN

PREFEITO MUNICIPAL

ROMAINE AP DAL PONTE

CONTADORA

MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	434.490,00	434.490,00	565.601,32	130,18
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	60.900,00	60.900,00	87.088,91	143,00
1.1.1- IPTU	52.500,00	52.500,00	53.353,57	101,63
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	8.400,00	8.400,00	33.735,34	401,61
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	32.340,00	32.340,00	71.291,58	220,44
1.2.1- ITBI	31.500,00	31.500,00	71.291,58	226,32
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	840,00	840,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	110.250,00	110.250,00	129.809,29	117,74
1.3.1- ISS	105.000,00	105.000,00	129.809,29	123,63
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	5.250,00	5.250,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	231.000,00	231.000,00	277.411,54	120,09
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	13.328.600,00	13.328.600,00	13.176.044,82	98,86
2.1- Cota-Parte FPM	8.547.000,00	8.547.000,00	8.057.205,54	94,27
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.980.000,00	7.980.000,00	7.414.834,46	92,92
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	336.000,00	336.000,00	327.230,35	97,39
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	231.000,00	231.000,00	315.140,73	136,42
2.2- Cota-Parte ICMS	4.500.000,00	4.500.000,00	4.871.601,02	108,26
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	16.800,00	16.800,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	80.000,00	80.000,00	62.438,06	78,05
2.5- Cota-Parte ITR	16.800,00	16.800,00	12.597,49	74,99
2.6- Cota-Parte IPVA	168.000,00	168.000,00	172.202,69	102,50
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	13.763.090,00	13.763.090,00	13.741.646,14	99,84
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	164.200,00	164.200,00	130.302,60	79,36
5.1- Transferências do Salário-Educação	160.000,00	160.000,00	126.985,93	79,37
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	—	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	—	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	4.200,00	4.200,00	3.316,67	78,97
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	84.000,00	84.000,00	75.925,98	90,39
6.1- Transferências de Convênios	84.000,00	84.000,00	75.925,98	90,39
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	74.850,00	74.850,00	67.023,12	89,54
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	323.050,00	323.050,00	273.251,70	84,58
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.552.320,00	2.552.320,00	2.506.734,27	98,21
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.596.000,00	1.596.000,00	1.482.966,70	92,92
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	900.000,00	900.000,00	974.320,08	108,26
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	3.360,00	3.360,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	16.000,00	16.000,00	12.487,58	78,05
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	3.360,00	3.360,00	2.519,45	74,98
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	33.600,00	33.600,00	34.440,46	102,50
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.510.500,00	1.510.500,00	1.438.825,82	95,25
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.500.000,00	1.500.000,00	1.435.897,87	95,73
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	10.500,00	10.500,00	2.927,95	27,89
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.052.320,00	-1.052.320,00	-1.070.836,40	101,76
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.206.300,00	1.269.294,03	1.212.692,76	95,54	1.212.692,76	95,54	0,00
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	1.206.300,00	1.269.294,03	1.212.692,76	95,54	1.212.692,76	95,54	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	304.200,00	292.400,00	247.352,09	84,59	247.352,09	84,59	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	304.200,00	292.400,00	247.352,09	84,59	247.352,09	84,59	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.510.500,00	1.561.694,03	1.460.044,85	93,49	1.460.044,85	93,49	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB							VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							-
16.1 - FUNDEB 60%							-
16.2 - FUNDEB 40%							-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							0,00
17.1 - FUNDEB 60%							0,00
17.2 - FUNDEB 40%							0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							0,00
INDICADORES DO FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)							1.460.044,85
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério' (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %							84,28
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %							17,19
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %							-1,47
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE							VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2018 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							51.194,03
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2019 ²							51.194,03
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	31.000,00	148.000,00	125.767,50	84,98	125.767,50	84,98	0,00
22.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	3.167.002,50	3.192.496,53	2.871.455,04	89,94	2.860.320,19	89,60	11.134,85
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.510.500,00	1.561.694,03	1.460.044,85	93,49	1.460.044,85	93,49	0,00
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.656.502,50	1.630.802,50	1.411.410,19	86,55	1.400.275,34	85,86	11.134,85
24- ENSINO MÉDIO	5.500,00	7.200,00	7.200,00	100,00	7.200,00	100,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	15.000,00	15.000,00	14.825,00	98,83	14.825,00	98,83	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	12.000,00	12.000,00	8.000,00	66,67	8.000,00	66,67	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	3.230.502,50	3.374.696,53	3.027.247,54	89,70	3.016.112,69	89,37	11.134,85
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							VALOR
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)							-1.070.836,40
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO							0,00
31- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							0,00
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS							0,00
33- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴							-
34- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44.i)							-
35- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34)							-1.070.836,40
36- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (35))							4.068.058,94
37- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%							296
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
38- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	164.200,00	327.551,12	130.773,67	39,92	130.773,67	39,92	0,00
40- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO	224.850,00	304.637,47	222.563,18	73,06	222.563,18	73,06	0,00
42- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (38 + 39 + 40 + 41)	389.050,00	632.188,59	353.356,85	55,89	353.356,85	55,89	0,00
43- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 42)	3.619.552,50	4.006.885,12	3.380.604,39	84,37	3.369.469,54	84,09	11.134,85

Continua 2/3

MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2019 (j)	
44- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
44.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
44.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA		FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
45- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		0,00	0,00
46- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		1.435.897,87	126.985,93
47- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
47.1 Orçamento do Exercício		0,00	0,00
47.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
48- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		2.927,95	3.316,67
49- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE		1.438.825,82	130.302,60
50- (+) Ajustes		0,00	0,00
50.1. (+) Retenções		0,00	0,00
50.2. (-) Valores a recuperar		0,00	0,00
50.3. (+) Outros valores extraorçamentários		0,00	0,00
50.4. (+) Conciliação bancária		0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO		1.438.825,82	130.302,60

Macieira, 13/01/2020

ZELIR CITADIN
PREFEITO MUNICIPAL

ROMAINE AP. DAL PONTE
CONTADORA

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

Município de Macieira - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I) R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)			
	0,00	200.000,00	-200.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	2.967.261,04	2.121.994,04	845.267,00
Investimentos	2.963.261,04	2.121.994,04	841.267,00
Inversões Financeiras	3.000,00	0,00	3.000,00
Amortização de Dívida	1.000,00	0,00	1.000,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	2.967.261,04	2.121.994,04	845.267,00
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	2.967.261,04	1.921.994,04	845.267,00

FONTE:

Notas:

¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.

² Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Macieira, 13/01/2020

ZELIR CITADIN
PREFEITO MUNICIPAL

ROMAINE AP. DAL PONTE
CONTADORA

RELATÓRIO GESTÃO FISCAL 3 QUADRIMESTRE

Publicação Nº 2309793

Município de Madrim - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2019 A DEZEMBRO/2019

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

DESPESAS COM PESSOAL		DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)												INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR (NÃO PROCESSADOS)	
		LÍQUIDAS												TOTAL (Últimos 12 meses) (a)	Dez/2019
		Jan/2019	Fev/2019	Mar/2019	Abr/2019	Mai/2019	Jun/2019	Jul/2019	Agô/2019	Sep/2019	Out/2019	Nov/2019	Dez/2019		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I)	Pessoal Ativo	551.603,30	607.262,64	618.464,47	628.242,68	610.886,49	611.119,05	617.706,24	619.231,12	619.455,75	603.336,97	1.116.448,53	670.230,67	7.687.288,41	0,00
	Vencimentos	320.336,97	355.394,71	370.477,69	388.071,67	375.380,95	372.227,37	378.614,26	370.427,10	370.601,73	354.532,26	1.089.444,99	661.436,65	7.257.717,74	0,00
	Variáveis, Variáveis e Outras Despesas Variáveis	44.106,78	46.226,76	47.665,90	49.151,09	48.286,57	48.034,25	48.657,18	50.514,74	51.266,33	50.695,22	686.720,55	549.725,93	6.735.761,94	0,00
	Obrigações Patronais	79.241,19	82.571,20	84.117,78	86.467,76	85.269,28	82.081,12	80.243,23	84.512,28	84.786,10	83.647,73	1.087.254,34	1.117.707,02	1.208.336,44	0,00
	Pessoal Inativo e Pensionistas	41.266,33	52.577,33	47.866,78	40.170,81	38.325,64	38.891,68	38.891,68	8.854,02	8.854,02	8.854,02	47.043,74	8.854,02	0,00	0,00
	Avanços, Restos e Reservas	33.930,46	44.966,99	40.345,77	30.037,66	30.037,66	30.037,66	30.037,66	0,00	0,00	0,00	29.740,04	0,00	0,00	0,00
	Pensões	7.335,87	7.610,94	7.841,01	10.133,15	8.267,98	8.854,02	8.854,02	8.854,02	8.854,02	8.854,02	17.203,70	8.854,02	298.133,90	0,00
	Outras Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.436,77	0,00
	Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de prestação de serviços (art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	DESPESAS NÃO COMPREENDIDAS (art. 1º do art. 19 da LRF) (II)	42.066,66	52.577,33	47.866,78	40.170,81	38.325,64	38.891,68	38.891,68	38.891,68	38.891,68	38.891,68	77.081,40	38.891,68	531.559,20	0,00
	Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	42.066,66	52.577,33	47.866,78	40.170,81	38.325,64	38.891,68	38.891,68	38.891,68	38.891,68	38.891,68	77.081,40	38.891,68	531.559,20	0,00
	Alíquota de permanência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I) + (II)		519.536,64	555.394,71	570.477,69	588.071,67	575.360,95	572.227,37	578.814,96	580.389,44	580.564,07	564.465,29	1.039.407,23	631.369,99	7.356.129,11	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		% SOBRE ARCL	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		VALOR	
(*) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (art. 16, art. 168 da CF)		16.628.717,20	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)		284.800,00	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III + IV)		16.340.957,20	
LIMITE MÁXIMO (VIII) (inciso I, II e III, art. 20 da LRF)		46,02	
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)		60,00	
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)		54,00	

Madrim, 13/01/2020

ZELER CÍDION
PREFEITO MUNICIPAL

ROMANEIRO DAL PONTE
CONTADOR

FONTE:



MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00	200.000,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	200.000,00
DEDUÇÕES (II)	3.537.764,87	4.097.657,11	4.626.842,93	4.949.601,01
Disponibilidade de Caixa	3.537.764,87	4.097.657,11	4.626.842,93	4.949.601,01
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.537.764,87	4.726.552,23	5.199.880,71	4.949.601,01
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	628.895,12	573.037,78	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-3.537.764,87	-4.097.657,11	-4.626.842,93	-4.749.601,01
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	14.353.744,09	14.847.770,86	15.927.191,73	16.625.757,20
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	0,00%	0,00%	0,00%	1,20%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-24,65%	-27,60%	-29,05%	-28,57%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	17.224.492,91	17.817.325,03	19.112.630,08	19.950.908,64
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	15.502.043,62	16.035.592,53	17.201.367,07	17.955.817,78
<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019	Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	11.134.694,58	11.134.694,58	12.938.928,92	12.938.928,92
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	0,00	101.837,43	91.612,23	43,08
RP NÃO-PROCESSADOS	613.190,61	2.272.540,42	1.914.955,13	1.018.677,43
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LC 151/2015	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada". Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero".

2. Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos".

Macieira, 13/01/2020

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019

Continuação 2/2

ZELIR CITADIN
PREFEITO MUNICIPAL

ROMAIANE AP. DAL PONTE
CONTADORA

FONTE:

MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)				
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)				
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)				
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	14.353.744,09	14.847.770,86	15.927.191,73	16.625.757,20
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	3.157.823,70	3.266.509,59	3.503.982,18	3.657.666,58
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	2.842.041,33	2.939.858,63	3.153.583,96	3.291.899,92

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (VII)				
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (VIII)				
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)				
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

Macieira, 13/01/2020

ZELIR CITADIN
PREFEITO MUNICIPAL

ROMAIANE AP. DAL PONTE
CONTADORA

MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação	0,00	0,00
TOTAL (III)	0,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	16.625.757,20	—
OPERAÇÕES VEDADAS(V)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VI) = (IIIa + V - Ia - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	2.660.121,15	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	2.394.109,04	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.163.803,00	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

FONTE:

Macieira, 13/01/2020

ZELIR CITADIN
PREFEITO MUNICIPAL

ROMAIANE AP. DAL PONTE
CONTADORA

MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSORCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO CANCELADOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APOSA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
		Restos a Pagar Exercícios Anteriores	Do Exercício	Restos a Pagar Exercícios Anteriores e Não Pagos	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g) = (a) - (b) + (c) + (d) + (e) - (f)	(h)		(i) = (g) - (h)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	16.639.542,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.639.542,78	589.459,34	0,00	16.070.083,44
Recursos Ordinários	16.639.542,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.639.542,78	589.459,34	0,00	16.070.083,44
Outros Recursos não Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	2.308.227,28	0,00	0,00	0,00	51.517,57	0,00	2.256.666,63	397.700,52	0,00	1.858.966,11
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Ex	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Vinculados	2.308.227,28	0,00	0,00	0,00	51.517,57	0,00	2.256.666,63	397.700,52	0,00	1.858.966,11
TOTAL (III) = (I + II)	18.947.770,06	0,00	0,00	0,00	51.517,57	0,00	18.896.209,41	987.159,86	0,00	17.929.049,55

Macieira, 13/01/2020

ZELIR CITADIN
PREFEITO MUNICIPAL

ROMANA NEAP. DAL PONTE
CONTADORA

MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 3º Quadrimestre de 2019

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE	
Receita Corrente líquida	16.625.757,20	
Receita Corrente líquida Ajustada	16.340.957,20	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCLAJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	7.356.129,11	45,02
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	9.804.574,32	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	9.314.345,60	57,00
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	8.824.116,89	54,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-4.749.601,01	-28,57
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	19.950.908,64	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.657.666,58	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.660.121,15	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.163.803,00	7,00
RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	967.159,86	17.929.049,55

FONTE:

Macieira, 13/01/2020

ZELIR CITADIN
PREFEITO MUNICIPAL

ROMAINE AP. DAL PONTE
CONTADORA

Mafra

PREFEITURA

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2020

Publicação Nº 2310708

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2020

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: CARLOS FRANCISCO VALÉRIO

CNPJ Nº: 11.899.959/0001-27

Valor Registrado: R\$ 109.998,00 (cento nove mil novecentos e noventa oito reais).

Objeto: Aquisição de peças, mão de obra mecânica diesel/gasolina, mão de obra eletromecânica diesel/gasolina, mão de obra elétrica diesel/gasolina e mão de obra funilaria, pintura e solda, destinados aos Veículos da Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde.

Origem: Processo nº 577/2019, Pregão Presencial - RP nº 121/2019.

Data de Assinatura: 07 de janeiro de 2020.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 07 de janeiro de 2021.

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2020

Publicação Nº 2310709

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2020

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: JRC-COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME

CNPJ Nº: 01.560.884/0001-00

Valor Registrado: R\$ 1.066.984,66 (um milhão sessenta e seis mil novecentos e oitenta quatro reais e sessenta e seis centavos).

Objeto: Aquisição de peças, mão de obra mecânica diesel/gasolina, mão de obra eletromecânica diesel/gasolina, mão de obra elétrica diesel/gasolina e mão de obra funilaria, pintura e solda, destinados aos Veículos da Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde.

Origem: Processo nº 577/2019, Pregão Presencial - RP nº 121/2019.

Data de Assinatura: 07 de janeiro de 2020.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 07 de janeiro de 2021.

Foro: Comarca de Mafra

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE MAFRA - IPMM

EDITAL DE RECADASTRAMENTO ANUAL DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO IPMM (PROVA DE VIDA)

Publicação Nº 2310058

Edital nº 001/2020 – de 13 de Janeiro de 2020.

CONVOCA TODOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE MAFRA – IPMM PARA O RECADASTRAMENTO 2020

O Presidente do Instituto de Previdência do Município de Mafra – IPMM, SR. CARLOS OTÁVIO SENFF, no uso de suas atribuições, de acordo com o Art. 56, inciso VII da Lei nº 2571 de 22.11.2001:

RESOLVE:

Art. 1º: TODOS OS APOSENTADOS E OS PENSIONISTAS DEVERÃO PREENCHER A FICHA DE RECADASTRAMENTO 2020 (ANEXO I);

Art.2º: OS APOSENTADOS E OS PENSIONISTAS QUE RESIDIREM EM OUTRA CIDADE DEVERÃO ENCAMINHAR AO INSTITUTO A FICHA DE RECADASTRAMENTO PREENCHIDA E RECONHECIDA EM CARTÓRIO, BEM COMO OS DOCUMENTOS DESCRITOS NO ARTIGO 3º DESTE EDITAL, VIA CORREIO PARA O ENDEREÇO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE MAFRA – IPMM, SITUADO NA AVENIDA FREDERICO HEYSE, Nº 1250, SALA 02, CENTRO II ALTO DE MAFRA - MAFRA – SC - CEP 89300-070, OU VIA E-MAIL PELO ENDEREÇO RECADASTRAMENTO@IPMM.SC.GOV.BR .

Art. 3º: É NECESSÁRIO ENTREGAR JUNTAMENTE CÓPIA DOS SEGUINTE DOCUMENTOS: RG, CPF, COMPROVANTE DE ENDEREÇO ATUAL (90 dias), CERTIDÃO DE NASCIMENTO DE FILHOS SE MENORES E CERTIDÃO DE CASAMENTO ATUALIZADA. EM CASO DE RESIDIR FORA DA COMARCA DEVERÁ ENVIAR VIA CORREIOS OU PELO ENDEREÇO ELETRÔNICO RECADASTRAMENTO@IPMM.SC.GOV.BR, COM RECONHECIMENTO DE FIRMA EM CARTÓRIO, CONFORME FICHA CADASTRAL QUE SE ENCONTRA NO SITE WWW.IPMM.SC.GOV.BR

Art.4º: OS APOSENTADOS E PENSIONISTAS COM IDADE SUPERIOR A 80 ANOS QUE NÃO POSSAM COMPARECER E QUE NÃO TENHAM CURADOR/PROCURADOR DESIGNADO PODERÃO SOLICITAR VISITA DOMICILIAR POR MEIO DO TELEFONE (47) 3642-5834 COM A FINALIDADE DE REALIZAR O RECADASTRAMENTO DO BENEFÍCIO.

Art. 5º: A DATA PARA O RECADASTRAMENTO ENCONTRA-SE DIVULGADA NO ANEXO II DESTE EDITAL.

Art. 6º: OS APOSENTADOS E PENSIONISTAS QUE NÃO FIZEREM O RECADASTRAMENTO TERÃO SEUS PAGAMENTOS BLOQUEADOS.

Mafra – SC, 13 de janeiro de 2019.

CARLOS OTAVIO SENFF
PRESIDENTE DO IPMM

QUEM FAZ ANIVERSÁRIO NOS MESES DE:	DATA PARA O RECADASTRAMENTO:
JANEIRO/FEVEREIRO	DE 01 A 28 DE FEVEREIRO
MARÇO	DE 01 A 30 DE MARÇO
ABRIL	DE 01 A 30 DE ABRIL
MAIO	DE 01 A 31 DE MAIO
JUNHO	DE 01 A 30 DE JUNHO
JULHO	DE 01 A 31 DE JULHO
AGOSTO	DE 01 A 31 DE AGOSTO
SETEMBRO	DE 01 A 30 DE SETEMBRO
OUTUBRO	DE 01 A 31 DE OUTUBRO
NOVEMBRO	DE 01 A 30 DE NOVEMBRO
DEZEMBRO	DE 01 A 31 DE DEZEMBRO

Em virtude da necessidade decorrente da preparação de dados para alimentação do sistema eSocial, deverão respeitar as datas citadas acima, tanto os aposentados quanto os pensionistas que se encontrarem incompletos, inviabilizando assim o envio das informações exigidas pelo Governo Federal.

Maracajá

PREFEITURA

DECRETO Nº 004/2020

Publicação Nº 2310179

DECRETO Nº 004 DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

"prorroga prazo de PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DE FORNECEDOR, instaurado pelo decreto 73 de 13 de SETEMBRO de 2019 e dá OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ADEMIR ANTENOR DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Maracajá em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conferidas no disposto no disposto do Inciso VII, do Artigo 73 da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que compete ao Chefe do Poder Executivo dispor sobre a organização e funcionamento da administração municipal e ainda legislar sobre assuntos de interesse local, nos termos do inciso I, do artigo 30 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a administração pública deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, dos seus atos e ações, conforme determina o artigo 37, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o ofício nº 03/2020 PAAR (cópia anexa) do Presidente da Comissão PAAR pelo fato da demanda de trabalhos da comissão, impossibilitando a conclusão do processo em tempo inicialmente concedido, portanto, necessitando a Comissão de novo prazo para andamento e conclusão dos trabalhos do instaurado procedimento;

CONSIDERANDO a necessidade de prorrogar a vigência do Processo administrativo de Apuração de Responsabilidade, prevista no art. 1º, § 3º, do Decreto Municipal nº 73/2019, para concluir os trabalhos da presente Comissão;

CONSIDERANDO finalmente, o evidente interesse público e a necessidade administrativa na questão;

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, nos termos do art. 1º, § 3º, do Decreto nº 73 de 13 de setembro de 2019, a vigência do Processo administrativo de Apuração de Responsabilidade para apuração de supostas infrações praticadas pela empresa JRV CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 26.598.978/0001-90, na execução do processo licitatório nº 030/2018, na execução do Contrato nº 042/2018, realizado pelo Município de Maracajá/SC, com vistas a possível aplicação de penalidades, conforme constante do Processo PAAR nº 004/2019.

Parágrafo único. O prazo fixado no § 3º do art. 1º do Decreto Municipal nº 73/2019 fica prorrogado nos termos do caput deste artigo, passando a ter sua vigência total de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 13 de Janeiro de 2020.

ADEMIR ANTENOR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e Registrado o presente Decreto Municipal na Secretaria de Administração em 13 de Janeiro de 2020.

ADENAUER ESPINDOLA SERAFIM

Secretário de Administração - Interino

EDITAL N.º 001/PMM/2020 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

Publicação Nº 2310681

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL N.º 001/PMM/2020

Abre inscrições para o Processo Seletivo Simplificado destinado a prover vagas no quadro temporário de pessoal, define suas normas e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ – EM EXERCÍCIO, ADEMIR ANTENOR DE OLIVEIRA, no uso das atribuições legais, faz saber a quem interessar possa que se acham abertas as inscrições para o Processo Seletivo Simplificado destinado a prover vagas de NÍVEL SUPERIOR, MÉDIO e ENSINO FUNDAMENTAL para CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO do MUNICÍPIO DE MARACAJÁ, nos termos da Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012 e do Art. 10 da Lei nº 985 de 12 de junho de 2014, e que se regerá pelas normas estabelecidas neste Edital e pela legislação vigente.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Processo Seletivo Simplificado, para todos os efeitos, tem validade de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por mais 1 (um) ano (se houver cancelamento de TAC - termo de ajustamento de conduta que atualmente obriga o município a realizar anualmente), a contar da

data do ato de homologação do resultado final.

1.2 O período de validade estabelecido para este Processo Seletivo Simplificado não gera, para o Município de Maracajá, a obrigatoriedade de aproveitar todos os candidatos aprovados. A aprovação gera, para o candidato, apenas o direito à preferência na nomeação, de acordo com a necessidade do município, dependendo da sua classificação no Processo Seletivo.

1.3 O presente Processo Seletivo e as atividades desempenhadas posterior a contratação para o cargo são regidos pelas leis municipais e suas alterações: Lei Complementar nº 02 de 07 de outubro de 1997 (estatuto do Magistério), Lei Complementar nº 06 de 22 de dezembro de 2003, Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Lei nº 985 de 12 de junho de 2014 e Lei Complementar nº 46 de 26 de agosto de 2015.

2. DOS CARGOS, DAS VAGAS E DA HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

2.1 O Processo Seletivo Simplificado destina-se ao provimento das vagas no quadro temporário de pessoal da Prefeitura Municipal de Maracajá, atualmente existentes e das que ocorrerem dentro do prazo de validade do processo seletivo.

2.1.1 Todos os classificados nos termos do item 7.3 a 7.4 do presente edital passam a incorporar o Cadastro de Reserva para os referidos cargos, independentemente do número de vagas, podendo ser chamados durante a vigência do presente processo seletivo para ocupação dos cargos, conforme a ordem de classificação.

2.2 Os cargos, as vagas, cargas horárias e a habilitação profissional estão relacionados nos quadros que seguem:

2.2.1 CARGOS DE NIVEL SUPERIOR

Cargo	Vagas (ampla concorrência)	nº de vagas reservadas (portadores de necessidades especiais)	Carga Horária Semanal	Habilitação Profissional
Assistente Social	CR		30h	Ensino Superior Completo em Assistência Social com registro no respectivo conselho regulador da categoria profissional.
Enfermeiro ESF	01		40h	Ensino Superior Completo em Enfermagem com registro no respectivo conselho regulador da categoria profissional.
Engenheiro Civil	CR		40h	Ensino Superior Completo em Engenharia Civil com registro no respectivo conselho regulador da categoria profissional.
Farmacêutico	01		40 h	Ensino Superior Completo em Farmácia com registro no respectivo conselho regulador da categoria profissional.
Fisioterapeuta	01		30 h	Ensino Superior Completo em Fisioterapia com registro no respectivo conselho regulador da categoria profissional.
Fonoaudiólogo	CR		10 h	Ensino Superior Completo em Fonoaudiologia com registro no respectivo conselho regulador da categoria profissional.
Médico clínico geral	01		20 h	Ensino Superior Completo em Medicina com registro no respectivo conselho regulador da categoria profissional.
Médico ESF	01		40 h	Ensino Superior Completo em Medicina com registro no respectivo conselho regulador da categoria profissional.
Médico ginecologista	01		20 h	Ensino Superior Completo em Medicina com registro no respectivo conselho regulador da categoria profissional e especialização em ginecologia.
Médico pediatra	01		20 h	Ensino Superior Completo em Medicina com registro no respectivo conselho regulador da categoria profissional e especialização em pediatria.
Odontólogo	CR		20 h	Ensino Superior Completo em Odontologia com registro no respectivo conselho regulador da categoria profissional.
Professor de Atendimento de Educação Especializada - AEE	01		40 h	Nível Superior Completo de Licenciatura em Pedagogia com especialização em Educação Especial
Professor de Língua Portuguesa	CR 01		40 h 10 h	Nível Superior Completo de Licenciatura Plena em Letras (Habilitação em Português)
Professor Matemática	CR 01		40 h 10 h	Nível Superior Completo de Licenciatura Plena em Matemática

Professor Ciências	CR 01		20 h 10h	Nível Superior Completo de Licenciatura Plena em Ciências
Professor Educação Patrimonial e Ambiental	01		40 h	Nível Superior Completo de Licenciatura Plena em História ou Geografia ou Ciências
Professor Educação Física	01 CR		40 h 20 h	Nível Superior Completo de Licenciatura Plena em Educação Física Registro no CREFI Obs: Vaga de 40 h para atuação junto ao Departamento de Esportes nas escolinhas de futebol, futsal, etc.
Professor Artes	01 01 CR		40 h 30 h 20 h	Nível Superior Completo de Licenciatura Plena em Artes
Professor Ensino Religioso	01		20 h	Nível Superior Completo de Licenciatura Plena em Ciências da Religião ou Curso de Teologia reconhecido pelo MEC
Professor Língua Estrangeira Inglês	01 CR		40 h 20 h	Nível Superior Completo de Licenciatura Plena em Letras (Habilitação em Inglês)
Professor História	CR		40 h	Nível Superior Completo de Licenciatura Plena em História
Professor Geografia	CR		40 h	Nível Superior Completo de Licenciatura Plena em Geografia
Professor Educação Infantil	06 01 02	01	40 h 30 h 20 h	Nível Superior Completo em Pedagogia com habilitação em Educação Infantil ou Normal Superior com habilitação em Educação Infantil
Professor Séries Iniciais	01 04		40 h 20 h	Nível Superior Completo em Pedagogia com habilitação em Séries/Anos Iniciais ou Normal Superior com habilitação em Séries/Anos Iniciais
Psicólogo	01 01		40 h 20 h	Ensino Superior Completo em Psicologia com Registro no respectivo Conselho Regulador da Categoria Profissional
Técnico Pedagógico	CR CR		40h 20 h	Nível Superior Completo de Licenciatura Plena em Pedagogia.

2.2.2 CARGOS DE NÍVEL MÉDIO OU TÉCNICO

Cargo	Vagas (ampla concorrência)	Vagas (portadores de necessidades especiais)	Carga Horária	Habilitação Profissional
Agente de combate de endemias	01		40 h	Ensino Médio Concluído. Habitação AB (carro e moto)
Agente de saúde- ESF	06		40 h	Ensino Médio Concluído. Aprovação na Prova Prática (Portaria MS - Comprovar residência em Maracajá)
Auxiliar de Agente Administrativo	03	01	40 h	Ensino Médio Concluído.
Auxiliar de Ensino de Educação Infantil	07 CR	01	30 h 20 h	Ensino Médio Concluído. Obs: Há Projeto de Lei em tramitação na Câmara para transformar o cargo em auxiliar de ensino, se aprovado assim serão contratados.
Auxiliar em saúde bucal	CR		40 h	Ensino Médio Concluído. Exigência: Curso Técnico em Odonto Registro no Conselho da Categoria. (obrigatório conforme legislação federal e Conselho de odontologia)
Fiscal em vigilância sanitária	01		40 h	Ensino Médio Concluído.
Recepcionista	03		40 h	Ensino Médio Concluído.

Técnico de enfermagem ESF	01		40 h	Ensino Médio Concluído, Curso técnico profissionali- zante em enfermagem ou Curso Superior completo em Enfermagem e Registro no COREN Exigência: curso de vacina do governo do Estado de SC (vai atuar como vacinador)
---------------------------	----	--	------	--

2.2.3 CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL

Cargo	Vagas (ampla concorrência)	Vagas (portadores de necessidades especiais)	Carga Horária	Habilitação Profissional
Agente de Limpeza Urbana, Obras e Serviços Gerais	07	01	40 h	Encontrar-se alfabetizado ou Ensino Fundamental incom- pleto ou Ensino Fundamental completo e Aprovação na Prova Prática
Faxineira /Copeira	03		40 h	Encontrar-se alfabetizado e Aprovação na Prova Prática
Gari / Separador de resíduos sólidos	03	01	40 h	Encontrar-se alfabetizado e Aprovação na Prova Prática
Merendeira	03		40 h	Encontrar-se alfabetizado e Aprovação na Prova Prática
Monitor de ônibus	CR		40 h	Ensino Fundamental Com- pleto e Aprovação na Prova Prática
Motorista de caminhão e ônibus	05		40 h	Encontrar-se alfabetizado ou Ensino Fundamental Incom- pleto ou Ensino Fundamental Completo. Habilitação D ou E e Aprovação na Prova Prática
Operador de máquinas e equipamentos	02		40 h	Encontrar-se alfabetizado ou Ensino Fundamental Incom- pleto ou Ensino Fundamental Completo. Habilitação C, D ou E e Aprovação na Prova Prática
Operador de tratores agrí- colas	CR		40 h	Encontrar-se alfabetizado ou Ensino Fundamental Incom- pleto ou Ensino Fundamental Completo. Habilitação C, D ou E e Aprovação na Prova Prática.
Servente de escola	CR		40 h	Encontrar-se alfabetizado ou Ensino Fundamental Incom- pleto ou Ensino Fundamental Completo. Aprovação na Prova Prática.
Zelador de escola	01		40 h	Encontrar-se alfabetizado ou Ensino Fundamental Incom- pleto ou Ensino Fundamental Completo. Aprovação na Prova Prática.

2.3 DAS VAGAS RESERVADAS AS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

2.3.1 Fica assegurado à pessoa com deficiência o direito de se inscrever em Processo Seletivo Simplificado, em igualdade de condições com os demais candidatos, para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que é portador.

2.3.2 O candidato com deficiência, em razão da necessária igualdade de condições, concorrerá a todas as vagas, sendo reservado no mínimo o percentual de cinco por cento em face da classificação obtida.

2.3.3 Caso a aplicação do percentual de que trata o item anterior resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente, salvo quando houver apenas uma vaga.

2.3.4 Após a homologação do resultado, para a reserva da vaga ao candidato inscrito, o mesmo deverá comprovar a necessidade especial, por meio de laudos e exames médicos. Caso não haja comprovação, sua classificação obedecerá a ordem de ampla concorrência.

2.3.5 O não preenchimento de vagas destinadas as pessoas com necessidades especiais acarretará na destinação das referidas vagas para os candidatos de ampla concorrência.

2.3.6 Para concorrer a uma das vagas reservadas, o candidato deverá:

a) no ato da inscrição, declarar-se com deficiência;

b) enviar cópia simples do laudo médico emitido nos últimos 30 dias, contendo o número de inscrição no Conselho Regional de Medicina (CRM), atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como à provável causa da deficiência, na forma do subitem 2.3.6.1 deste edital.

2.3.6.1 O candidato com deficiência poderá enviar, de forma legível, até o último dia de inscrições, via upload através do endereço eletrônico <https://unesec.selecao.net.br/> na área do candidato cópia simples do laudo médico a que se refere a alínea "b" do subitem 2.3.6 deste edital. Após esse período, a solicitação será indeferida.

2.3.6.2 O fornecimento do laudo médico e da cópia simples do CPF é de responsabilidade exclusiva do candidato. A FUCRI/UNESC não se responsabiliza por qualquer tipo de problema que impeça a chegada dessa documentação a seu destino, ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem o envio.

2.3.6.3 O candidato deverá manter aos seus cuidados a documentação constante da alínea "b" do subitem 2.3.6 deste edital. Caso seja solicitado pela FUCRI/UNESC, o candidato deverá enviar a referida documentação por meio de carta registrada para confirmação da veracidade das informações.

2.3.6.4 O laudo médico terá validade somente para este processo seletivo e não será devolvido, assim como não serão fornecidas cópias dessa documentação.

2.3.6.5 A relação preliminar dos candidatos que tiveram a inscrição deferida para concorrer na condição de pessoa com deficiência será divulgada no endereço eletrônico <https://unesec.selecao.net.br/>, na data de 03 de fevereiro de 2020.

2.3.6.6 O candidato poderá verificar a partir de 03 de fevereiro de 2020, por meio de link específico disponível no endereço eletrônico <https://unesec.selecao.net.br/>, qual(is) pendência(s) resultou(aram) no indeferimento de sua solicitação para concorrer na condição de pessoa com deficiência.

2.3.6.7 A inobservância do disposto no subitem 2.3.6 deste edital acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos com deficiência e ao não atendimento às condições especiais necessárias quando das solicitações de atendimento especializado.

2.3.6.8 Ressalvadas as disposições especiais contidas neste edital, os candidatos com deficiência participarão do processo seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que tange ao horário de início, ao local de aplicação, ao conteúdo, à correção das provas, aos critérios de aprovação e todas as demais normas de regência do processo seletivo.

2.3.6.9 O candidato que se declarar deficiente deverá comprovar sua deficiência no período de apresentação dos documentos para admissão, e não o fazendo, ou não sendo aceita sua documentação comprobatória, será considerado desclassificado das vagas de deficientes e concorrerá apenas as vagas de ampla concorrência.

2.4 A publicação do resultado final do processo seletivo será realizada em duas listas, contendo a primeira a pontuação de todos os candidatos, inclusive a das pessoas com deficiência, e a segunda somente a pontuação destas últimas, de acordo com a ordem classificatória entre os seus congêneres.

2.5 Na inexistência de candidatos habilitados para todas as vagas destinadas às pessoas com deficiência, as remanescentes serão ocupadas pelos demais candidatos habilitados, observada a ordem de classificação.

3. DOS VENCIMENTOS E DA JORNADA DE TRABALHO

3.1 O vencimento mensal vigente de cada um dos cargos, objeto deste Processo Seletivo Simplificado, é o que segue:

3.1.1 – Cargos de Nível Superior

Cargo	Carga Horária Semanal	Salário Base (proporcional pela carga horária) atual em dez/19
Assistente Social	30h	R\$ 2.204,10
Enfermeiro - ESF	40h	R\$ 3.141,82
Engenheiro Civil	40h	R\$ 4.370,64
Farmacêutico	40 h	R\$ 3.141,82
Fisioterapeuta	30 h	R\$ 3.141,82
Fonoaudiólogo	10 h	R\$ 1.215,40
Médico clínico geral	20 h	R\$ 4.232,47
Médico - ESF	40 h	R\$ 8.478,34
Médico ginecologista	20 h	R\$ 4.232,47
Médico pediatra	20 h	R\$ 4.232,47
Odontólogo	20 h	R\$ 3.140,48
Professor de Atendimento de Educação Especializada - AEE	40 h	R\$ 2.375,34
Professor de Língua Portuguesa	40 h 10 h	R\$ 2.375,34 R\$ 593,84
Professor Matemática	40 h 10 h	R\$ 2.375,34 R\$ 593,84

Professor Ciências	20 h 10h	R\$ 1.187,68 R\$ 593,84
Professor Educação Patrimonial e Ambiental	40 h	R\$ 2.375,34
Professor Educação Física	40 h 10 h	R\$ 2.375,34 R\$ 593,84
Professor Artes	40 h 20 h	R\$ 2.375,34 R\$ 1.187,68
Professor Ensino Religioso	30 h	R\$ 1.781,51
Professor Língua Estrangeira Inglês	40 h 20 h	R\$ 2.375,34 R\$ 1.187,68
Professor História	40 h	R\$ 2.375,34
Professor Geografia	40 h	R\$ 2.375,34
Professor Educação Infantil	40 h 20 h	R\$ 2.375,34 R\$ 1.187,68
Professor Séries Iniciais	40 h 20 h	R\$ 2.375,34 R\$ 1.187,68
Psicólogo	40 h 20 h	R\$ 2.375,34 R\$ 1.187,68
Técnico Pedagógico	40h 20 h	R\$ 2.375,34 R\$ 1.187,68

3.1.2 – Cargos de Nível Médio e Técnico

Cargo	Carga Horária	Salário Base (proporcional pela carga horária) atual em dez/19
Agente de combate de endemias	40 h	R\$ 1.360,30
Agente de saúde- ESF	40 h	R\$ 1.360,30
Auxiliar de Agente Administrativo	40 h	R\$ 1.250,00
Auxiliar de Ensino de Educação Infantil	30 h 20 h	R\$ 937,50 R\$ 625,00
Auxiliar em saúde bucal	40 h	R\$ 1.493,10
Fiscal em vigilância sanitária	40 h	R\$ 1.493,10
Recepcionista	40 h	R\$ 1.250,00
Técnico de enfermagem - ESF	40 h	R\$ 1.609,81

3.1.3 – Cargos de Nível Fundamental

Cargo	Carga Horária	Salário Base (proporcional pela carga horária) atual em dez/19
Agente de Limpeza Urbana, Obras e Serviços Gerais	40 h	R\$ 1.250,00
Faxineira /Copeira	40 h	R\$ 1.250,00
Gari / Separador de resíduos sólidos	40 h	R\$ 1.250,00
Merendeira	40 h	R\$ 1.250,00
Monitor de ônibus	40 h	R\$ 1.250,00
Motorista de caminhão e ônibus	40 h	R\$ 1.475,66
Operador de máquinas e equipamentos	40 h	R\$ 1.770,79
Operador de tratores agrícolas	40 h	R\$ 1.314,69
Servente de escola	40 h	R\$ 1.250,00
Zelador de escola	40 h	R\$ 1.250,00

Obs 1: Os professores recebem, ainda, abono, que diz respeito a remuneração concedida para alcance do piso do magistério, atualmente

de R\$ 2.557,74. Portanto, quando professor 40hs, o valor do abono, que deve ser acrescido ao salário, é de R\$ 182,40. Para professores 30, 20 ou 10hs, este valor deve ser proporcionado em relação a sua carga horária. Este valor poderá ser reajustado com base em portaria e/ou decreto de reajuste a nível federal e municipal.

Obs 2: Além do salário previsto para cada cargo, todos os cargos aqui previstos poderão ter direito a abono assiduidade (caso a lei seja reeditada e aprovada em 2020, de acordo com decreto/lei, atualmente, vigente) no valor de R\$ 200,00 para carga horária de 40 h/s e proporcional para cargas horárias menores, e ainda cupom alimentação (também caso a lei seja reeditada e aprovada em 2020, de acordo com decreto/lei, atualmente, vigente) no valor de R\$ 100,00 para carga horária de 40 h/s e proporcional para cargas horárias menores.

Obs 3: Alguns cargos poderão receber ainda insalubridade ou periculosidade conforme constatado em relatório LTCAT, realizado anualmente.

Obs 4: O horário/período de trabalho obedecerá à jornada de trabalho do Município, podendo ser diurno ou noturno, como poderá exigir-se a prestação de serviços aos sábados, domingos e feriados.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1 A inscrição poderá ser feita de 13 de janeiro à 31 de janeiro de 2020 mediante o correto preenchimento do formulário de inscrição online no endereço eletrônico (<https://unesec.selecao.net.br/>) e o pagamento da taxa de inscrição relativa ao respectivo cargo selecionado.

4.2 É obrigatório o correto preenchimento de todos os campos do formulário de inscrição online. O não-preenchimento do campo referente ao cargo pretendido implicará no indeferimento do pedido de inscrição, pois esse procedimento possui caráter eliminatório.

4.3 DA TAXA DE INSCRIÇÃO

4.3.1 A taxa de inscrição deverá ser paga mediante boleto bancário emitido no ato de inscrição, cujos valores para os cargos/função, de acordo com os níveis de escolaridade, serão os seguintes:

- a) Cargos de Nível Superior: R\$120,00 (Cento e Vinte Reais)
- b) Cargos de Nível Médio: R\$90,00 (Noventa Reais)
- c) Cargos de Nível Fundamental: R\$60,00 (sessenta Reais)

4.3.2 O valor da taxa de inscrição, uma vez pago, não será restituído, em hipótese alguma, por destinar-se a cobrir custos com todo o Processo Seletivo Simplificado.

4.4 DAS NORMAS PARA INSCRIÇÃO

4.4.1 Será admitida a inscrição exclusivamente via internet, no endereço eletrônico <https://unesec.selecao.net.br/>, solicitada no período entre o dia 13 de janeiro de 2020 e 31 de janeiro de 2020 (horário oficial de Brasília/DF).

4.4.2 A FUCRI/UNESC não se responsabilizará por inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, de falhas de comunicação, de congestionamento das linhas de comunicação, por erro ou atraso dos bancos ou entidades conveniadas no que se refere ao processamento do pagamento da taxa de inscrição, bem como por outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

4.4.3 O candidato deverá seguir rigorosamente as instruções contidas no sistema de inscrição. Preenchendo todos os campos obrigatórios e imprimindo o boleto bancário para pagamento da taxa de inscrição.

4.4.4 O deferimento da inscrição dar-se-á mediante o correto preenchimento do formulário de inscrição online no endereço eletrônico: <https://unesec.selecao.net.br/> e o pagamento da taxa de inscrição ou do deferimento da solicitação de isenção da taxa de inscrição relativa ao respectivo cargo selecionado.

4.4.5 O pagamento da taxa de inscrição deverá ser efetuado de 13 de janeiro de 2020 até o dia 31 de janeiro de 2020, respeitado o horário bancário.

4.4.5.1 Não serão aceitos os pagamentos das inscrições por depósito em caixa eletrônico, por meio de cartão de crédito, via postal, fac-símile (fax), transferência ou depósito em conta corrente, DOC/TED, ordem de pagamento, ou por qualquer outra via que não as especificadas neste Edital.

4.4.5.2 No caso de feriado ou suspensão do atendimento bancário, o pagamento do boleto deverá ser antecipado para o primeiro dia útil que anteceder à data do último dia de inscrição.

4.4.5.3 O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

4.4.6 Encerrado o período de inscrição, as inscrições realizadas no sistema de inscrição que tenham sido efetivamente pagas ou isentas serão automaticamente efetivadas e não poderão ser alteradas em hipótese alguma.

4.4.7 A FUCRI/UNESC não se responsabiliza por inscrição não recebida por falhas de comunicação, congestionamento de linhas telefônicas ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência dos dados, impressão dos documentos ou pagamento da taxa de inscrição no prazo determinado.

4.4.8 A adulteração de qualquer documento ou a não veracidade de qualquer informação apresentada, verificada a qualquer tempo, implicará o cancelamento da inscrição do candidato e a anulação de todos os atos que tenha praticado. Será cancelada a inscrição e serão anulados os atos decorrentes do candidato que prestar declarações falsas, inexatas ou que não satisfizer a todas as condições estabelecidas neste Edital, mesmo que o candidato tenha sido aprovado e que o fato seja constatado posteriormente.

4.4.9 É vedada a inscrição condicional, fora do prazo estabelecido, bem como a realizada via postal, via fax, via requerimento administrativo ou via correio eletrônico.

4.4.10 É vedada a transferência do valor pago a título de taxa para terceiros ou para outros processos seletivos.

4.4.11 Cada candidato poderá realizar somente uma inscrição no processo seletivo de que se trata este Edital.

4.4.11.1 No caso de o candidato efetivar duas ou mais inscrições será considerada válida a inscrição de data mais recente, ou de maior

número de inscrição, se ambas tiverem a mesma data.

4.4.12 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, inclusive dos requisitos exigidos no momento da posse, em relação aos quais não poderá alegar desconhecimento.

4.4.13 Não serão aceitos pedidos de isenção de taxa de inscrição, exceto para os candidatos amparados pelas Leis Ordinárias nº. 10.567/1997 e nº. 17.457/2018 do Estado de Santa Catarina (doadores de sangue e de medula óssea);

4.4.13.1 O candidato deverá requerer a isenção por meio da área do candidato na opção "solicitar isenção" no endereço eletrônico <https://unesc.selecao.net.br/>, até o dia 19 de janeiro de 2020, à Comissão de processo seletivo.

4.4.14.2 O candidato deverá enviar via upload, para fim de comprovação da condição de doador de sangue, comprovante emitido por entidade oficial ou credenciada pela União, Estado ou Município que deverá discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferior a 03 (três) vezes nos últimos 12 (doze) meses, considerando a data de publicação do presente edital e para fim de comprovação da condição de doador de medula óssea a carteira com o número de inscrição junto ao REDOME.

4.4.15 O resultado dos pedidos de isenção estará disponível na "Área do candidato" no endereço eletrônico <https://unesc.selecao.net.br/>.

4.4.16 Caso a documentação comprobatória esteja incompleta ou irregular a isenção do pagamento da taxa de inscrição do candidato será indeferida, cabendo a ele realizar o pagamento da taxa durante o período de inscrição, sob pena de seu indeferimento.

5. DA CONFIRMAÇÃO DA INSCRIÇÃO E DO LOCAL DE REALIZAÇÃO DA PROVA

5.1 A prova do Processo Seletivo Simplificado, objeto deste Edital, será realizada na Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, situada na Av. Universitária, 1.105, Bairro Universitário, Criciúma – SC, CEP: 88806-000.

5.2 A alocação dos candidatos nos locais designados para as provas será definida pela instituição organizadora, podendo esta adotar livremente os critérios que julgar pertinentes, a fim de resguardar a segurança do processo seletivo. A distribuição se dará de acordo com a viabilidade e adequação dos locais, não necessariamente havendo a alocação dos candidatos nos locais de provas de acordo com a proximidade de suas residências. Ainda, poderá ocorrer a reunião de candidatos com necessidades em locais de provas específicos, a fim de conferir melhor tratamento e acessibilidade a este processo seletivo.

5.2.1 A FUCRI/UNESC reserva-se ao direito de alterar o local de provas em caso de indisponibilidade de locais suficientes ou adequados na localidade de realização das provas.

5.3 A homologação das inscrições deferidas, bem como o local de realização das provas serão via endereço eletrônico <https://unesc.selecao.net.br/> sendo que o candidato deverá, obrigatoriamente, acessar o endereço eletrônico para verificar tais informações.

5.4 Caso os dados pessoais do candidato, constantes na confirmação de inscrição, não estiverem de acordo com o Requerimento de Inscrição, o candidato, ou seu representante legal, deverá solicitar retificação à Coordenação Local no dia da prova.

5.5 Não será aceito pedido de alteração de opção de cargo diferente daquela preenchida no requerimento de inscrição.

5.6 É responsabilidade do candidato confirmar a homologação da sua inscrição e o local de realização da prova a partir do dia 03 de fevereiro de 2020, no seguinte endereço eletrônico: <https://unesc.selecao.net.br/>.

5.7 O candidato somente poderá realizar as provas no local designado pela FUCRI/UNESC.

6. DAS PROVAS

6.1 O processo seletivo simplificado consistirá na realização de uma prova objetiva para todos os cargos e da realização de provas práticas para os cargos cuja exigência consta nos itens 2.2.2 e 2.2.3 do presente edital.

6.1.1 Para os cargos de professor poderá ser realizada, ainda, a prova de títulos como critério de desempate para a pontuação da prova objetiva.

6.2 Da Prova objetiva

6.2.1 A prova objetiva para todos os cargos será de caráter classificatório e eliminatório.

6.2.2 A prova terá duração de 3h30min (Três horas e Trinta minutos), com 40 questões objetivas de múltipla escolha, subdivididas em 04 (quatro) alternativas de resposta, de "a" a "d", e dessas alternativas somente 1 (uma) deverá ser assinalada como correta, e será composta de: 15 questões de Conhecimentos gerais e de 25 questões de Conhecimentos específicos para cada cargo, os quais abrangem o programa das disciplinas especificado no Anexo I deste Edital, de acordo com o cargo escolhido pelo candidato.

6.2.3 A prova será realizada no dia 09 de fevereiro de 2020 no horário das 9h (nove horas) às 12h30min (doze horas e trinta minutos).

6.2.3.1 O candidato deverá comparecer ao local de prova com pelo menos 30 minutos de antecedência ao início da prova.

6.2.4 Dos procedimentos para a solicitação de atendimento especializado

6.2.4.1 O candidato que necessitar de atendimento especial para a realização das provas deverá solicitar, conforme o prazo descrito no subitem 6.2.4.15 deste edital:

a) assinalar, no sistema eletrônico de inscrição, a(s) opção(ões) correspondente(s) aos recursos especiais necessários;

b) enviar, via upload, a imagem do laudo médico, emitido nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à data de publicação deste edital. O laudo deve atestar a espécie e o grau ou nível de sua deficiência, doença ou limitação física, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), que justifique o atendimento especial solicitado, bem como conter a assinatura e o carimbo do médico com o número de sua inscrição no Conselho Regional de Medicina (CRM).

6.2.4.2 Caso os recursos especiais de que o candidato necessite para a realização das provas não estejam entre aqueles elencados no sistema eletrônico de inscrição, o candidato deverá assinalar o campo OUTROS dessa lista de opções e, em seguida, proceder de acordo com o subitem 6.2.4.15 deste edital.

6.2.4.3 Os recursos especiais solicitados pelo candidato para a realização das provas deverão ser justificados pelo laudo médico por ele

apresentado, ou seja:

a) recursos especiais solicitados que não sejam respaldados pelo laudo médico serão indeferidos;
b) eventuais recursos que sejam citados no laudo médico do candidato, mas que não sejam por ele solicitados no sistema eletrônico de inscrição não serão considerados na análise da solicitação de atendimento especial do candidato.

6.2.4.4 O candidato com deficiência que necessitar de tempo adicional para a realização da prova objetiva deverá, conforme o prazo descrito no subitem 6.2.4.15 deste edital:

a) assinalar, no sistema eletrônico de inscrição, a opção correspondente à solicitação de tempo adicional para realização das provas;
b) enviar, via upload, a imagem de laudo médico, emitido nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à data de publicação deste edital. O laudo deve conter a assinatura do médico com carimbo e número de sua inscrição no Conselho Regional de Medicina (CRM), que ateste a espécie e o grau ou o nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença (CID), bem como a provável causa da deficiência, e parecer que justifique a necessidade de tempo adicional.

6.2.4.5. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização da prova objetiva deverá, conforme o prazo descrito no subitem 6.2.4.15 deste edital:

a) assinalar, no sistema eletrônico de inscrição, a opção correspondente à necessidade de amamentar durante a realização das provas.

6.2.4.6 A candidata deverá levar, no dia de realização das provas, um acompanhante adulto que ficará em sala reservada e será o responsável pela guarda da criança. A candidata que não levar acompanhante adulto não poderá permanecer com a criança no local de realização das provas.

6.2.4.7 A FUCRI/UNESC não disponibilizará acompanhante para a guarda de criança.

6.2.4.8 Para garantir a aplicação do disposto neste edital, a candidata, durante o período de amamentação, ficará acompanhada de uma fiscal, sem a presença do responsável pela guarda da criança.

6.2.4.9 O candidato transgênero que desejar ser tratado pelo nome social durante a realização das fases deverá, conforme o prazo descrito no subitem 6.2.4.15 deste edital:

a) assinalar, no sistema eletrônico de inscrição, a opção correspondente à utilização de nome social durante realização das provas, informando o nome e o sobrenome pelos quais deseja ser tratado;
b) enviar, via upload, a imagem do CPF e do documento de identidade.

6.2.4.10. As publicações referentes aos candidatos transgêneros serão realizadas de acordo com o nome e o gênero constantes no registro civil, salvo se efetuada a inscrição com o uso do nome social.

6.2.4.11 O candidato que for amparado pela Lei Federal nº 10.826/2003, e suas alterações, e necessitar realizar as fases armado deverá, conforme o prazo descrito no subitem 6.2.4.15 deste edital:

a) assinalar, no sistema eletrônico de inscrição, a opção correspondente à necessidade de portar arma durante realização das provas;
b) enviar, via upload, a imagem do Certificado de Registro de Arma de Fogo e da Autorização de Porte, conforme definidos na referida lei.

6.2.4.12 Os candidatos que não forem amparados pela Lei Federal nº 10.826/2003, e suas alterações, não poderão portar armas no ambiente de provas.

6.2.4.13 O candidato que, por motivo de doença ou por limitação física, necessitar utilizar, durante a realização das provas, objetos, dispositivos ou próteses cujo uso não esteja expressamente previsto/permitido neste edital nem relacionado nas opções de recursos especiais necessários elencadas no sistema eletrônico de inscrição, deverá, conforme o prazo descrito no subitem 6.2.4.15 deste edital:

a) assinalar, no sistema eletrônico de inscrição, a opção correspondente ao campo OUTROS e, em seguida, descrever, no espaço destinado para esse fim, no sistema eletrônico de inscrição, os recursos especiais necessários para a realização das provas;
b) enviar, via upload, a imagem do respectivo laudo médico que justifique o atendimento solicitado.

6.2.4.14 O candidato com deficiência que necessitar de prova ampliada objetiva deverá, conforme o prazo descrito no subitem 6.2.4.15 deste edital:

a) assinalar, no sistema eletrônico de inscrição, a opção correspondente à solicitação de prova ampliada;
b) enviar, via upload, a imagem de laudo médico, emitido nos últimos 30 dias anteriores à data de publicação deste edital. O laudo deve conter a assinatura do médico com carimbo e número de sua inscrição no Conselho Regional de Medicina (CRM), que ateste a espécie e o grau ou o nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença (CID), bem como a provável causa da deficiência, e parecer que justifique a necessidade de prova ampliada.

6.2.4.14.1 O candidato que requerer prova ampliada receberá todo material de prova (caderno de questões e folha de respostas) ampliado com fonte Arial, tamanho 24.

6.2.4.15 A documentação citada nos subitens 6.2.4.1 a 6.2.4.14 deste edital deverá ser enviada de forma legível do dia 13 de janeiro de 2020 ao dia 31 de janeiro de 2020, via upload, por meio de link específico no endereço eletrônico <https://unesc.selecao.net.br/>. Após esse período, a solicitação será indeferida.

6.2.4.16 O fornecimento da documentação é de responsabilidade exclusiva do candidato.

6.2.4.17 A FUCRI/UNESC não se responsabiliza por qualquer tipo de problema que impeça a chegada dessa documentação a seu destino, seja de ordem técnica dos computadores, seja decorrente de falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem o envio. Esses documentos, que valerão somente para este processo seletivo, não serão devolvidos nem deles serão fornecidas cópias.

6.2.4.18 O candidato deverá manter aos seus cuidados a documentação a que se refere o subitem 6.2.4 deste edital. Caso seja solicitado pela FUCRI/UNESC, o candidato deverá enviar a referida documentação por meio de carta registrada, para a confirmação da veracidade das informações.

6.2.4.19 O candidato que não solicitar atendimento especial no sistema eletrônico de inscrição e não especificar quais os recursos serão necessários para tal atendimento não terá atendimento especial, ainda que faça o envio, via upload, da documentação prevista nos subitens 6.2.4.1 a 6.2.4.14 deste edital. Apenas o envio do laudo/documentação não é suficiente para a obtenção do atendimento especial.

6.2.4.20 No caso de solicitação de atendimento especial que envolva a utilização de recursos tecnológicos, se ocorrer eventual falha desses recursos no dia de aplicação das provas, poderá ser disponibilizado atendimento alternativo, observadas as condições de viabilidade.

6.2.4.21 A solicitação de atendimento especial, em qualquer caso, será atendida segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade.

6.2.4.22 A relação provisória dos candidatos com atendimento especial deferido será divulgada no endereço eletrônico <https://unesc.selecao.net.br/>, na data provável de 03 de fevereiro de 2020.

6.3 DAS NORMAS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

6.3.1 O candidato deverá assinalar a resposta da questão objetiva usando caneta esferográfica de tinta azul ou preta, no cartão de respostas, que será o único documento válido para a correção das provas.

6.3.1.2 Os prejuízos advindos do preenchimento indevido do cartão de respostas serão de inteira responsabilidade do candidato. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com este edital ou com as instruções do cartão de respostas, como marcação rasurada, emendada ou com o campo de marcação não preenchido integralmente. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão de respostas por erro do candidato.

6.3.1.3 O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou de qualquer modo, danificar o seu cartão de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização da leitura óptica.

6.3.1.4 O candidato é responsável pela conferência de seus dados pessoais, em especial seu nome, número de inscrição, data de nascimento e o número de seu documento de identidade.

6.3.1.5 Todos os candidatos ao terminarem a prova deverão, obrigatoriamente, entregar ao fiscal de aplicação todos os documentos que lhe foram fornecidos para realização da prova, incluindo o documento que será utilizado para a correção de sua prova (o cartão de respostas) e o caderno de questões. O candidato que descumprir a regra de entrega desse documento será eliminado do processo seletivo.

6.3.2 Do Material Permitido

6.3.2.1 Para realização da prova o candidato deverá trazer somente caneta esferográfica fabricada em material transparente, com tinta azul ou preta. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira/grafite, marca-texto e/ou borracha durante a realização das provas.

6.3.2.2 Não serão permitidas, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos.

6.3.2.3 Durante a prova objetiva, não será permitido o uso de livros, códigos, manuais, impressos ou anotações.

6.3.2.4 Será eliminado do processo seletivo o candidato que, durante a realização das provas, for surpreendido portando:

a) aparelhos eletrônicos, tais como: máquinas calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, smartphones, tablets, iPod®, gravadores, pendrive, mp3 player ou similar, qualquer receptor ou transmissor de dados e mensagens, bipe, notebook, palmtop, Walkman®, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc.;

b) relógio de qualquer espécie, óculos escuros, protetor auricular, lápis, lapiseira/grafite, marca-texto e (ou) borracha;

c) quaisquer acessórios de chapelaria, tais como: chapéu, boné, gorro etc.;

d) qualquer recipiente ou embalagem contendo líquidos que não seja fabricado com material transparente, tais como: garrafa de água, suco, refrigerante;

e) qualquer máquina calculadora ou similares e régua de cálculo.

6.3.2.5 No ambiente de provas, ou seja, nas dependências físicas em que serão realizadas as provas, não será permitido o uso pelo candidato de quaisquer objetos relacionados no subitem 6.3.2 deste edital.

6.3.2.6 Não será permitida a entrada de candidatos no ambiente de provas portando armas, à exceção dos casos previstos na Lei Federal nº 10.826/2003, e suas alterações. O candidato que estiver armado e for amparado pela lei citada deverá apresentar-se na sala de coordenação do processo seletivo, no dia da aplicação das provas, antes do ingresso na sala de provas para preenchimento do termo de acautelamento de arma de fogo. A arma de fogo dos candidatos amparados pela lei citada neste item ficará de posse do candidato durante a aplicação da prova.

6.3.2.7 Sob pena de ser eliminado do processo seletivo, antes de entrar na sala de provas, o candidato deverá guardar, em embalagem porta-objetos fornecida pela equipe de aplicação, obrigatoriamente desligados, telefone celular e qualquer outro equipamento eletrônico relacionado nas alíneas "a" e "b" do subitem 6.3.2.4 deste edital.

6.3.2.8 Durante toda a permanência do candidato na sala de provas, o seu telefone celular, assim como qualquer equipamento eletrônico, deve permanecer obrigatoriamente desligado e acondicionado na embalagem porta-objetos lacrada, com todos os aplicativos, funções e sistemas desativados e desligados, incluindo alarmes. O candidato será eliminado do processo seletivo caso o seu telefone celular ou qualquer equipamento eletrônico entre em funcionamento, mesmo sem a sua interferência direta, durante a realização das provas.

6.3.2.9 A embalagem porta-objetos devidamente lacrada e identificada pelo candidato deverá ser mantida embaixo da carteira até o término das suas provas. A embalagem porta-objetos somente poderá ser deslacrada fora do ambiente de provas.

6.3.2.10 A FUCRI/UNESC não ficará responsável pela guarda de quaisquer dos objetos supracitados.

6.3.2.11 A FUCRI/UNESC não se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização das provas nem por danos a eles causados.

6.3.3 Do Acesso À Sala De Prova

6.3.3.1 Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; e carteira nacional de habilitação (somente o modelo com foto).

6.3.3.2 Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, CPF, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo sem foto), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade, nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.

6.3.3.3 Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo do documento.

6.3.3.4 O documento apresentado somente será considerado válido se constar, de forma visível, a assinatura de seu portador. É vedada a apresentação de documentos sem assinatura ou que possuam em seu lugar termos como "não alfabetizado", "documento infantil", entre outros.

6.3.3.5 Tendo em vista a necessidade de identificação civil dos candidatos não apenas no ingresso nos locais de provas como também durante a realização das provas, e em razão da proibição do uso de celulares e aparelhos eletrônicos, fica vedada a apresentação pelo candidato exclusivamente da Carteira Nacional de Habilitação em meio eletrônico (CNHe). Para fins de identificação civil o candidato obrigatoriamente deverá apresentar documento original.

6.3.3.6 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá entregar à equipe de aplicação documento (original ou cópia simples) que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedido, no máximo, 90 dias antes da data de realização das provas, ocasião em que será submetido à identificação especial, que compreende coleta de dados e de assinaturas em formulário próprio. O documento de registro da ocorrência será retido pela equipe de aplicação.

6.3.3.7 A identificação especial será exigida, também, ao candidato cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador.

6.3.3.8 Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza.

6.3.3.9 O candidato deverá chegar ao local de realização da prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário estabelecido para o início da realização da prova. Os portões de acesso à sala de prova serão fechados rigorosamente às 8h50min (oito horas e cinquenta minutos).

6.3.3.10 Não será admitido no local de realização da prova o candidato que se apresentar após o horário determinado.

6.3.3.11 Não haverá segunda chamada ou reaplicação a prova seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato.

6.3.4 Da Saída Da Sala

6.3.4.1 O candidato deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização das provas por, no mínimo, 01 (uma) hora a partir do início das provas

6.3.4.2 Decorrida 01 (uma) hora do início das provas, o candidato poderá deixar o local de provas levando apenas a grade de rascunho para gabarito fornecida pela equipe de aplicação.

6.3.4.3 Não será permitido ao candidato fazer qualquer tipo de anotação diferente do mencionado no subitem 6.3.4.2 sob pena de eliminação.

6.3.4.4 O candidato não poderá ausentar-se da sala de prova, a qualquer tempo, portando material de prova (caderno de questões e/ou folha de respostas).

6.3.4.5 O candidato que necessitar ausentar-se da sala de prova durante sua realização somente poderá fazê-lo se acompanhado de um fiscal.

6.3.4.6 Ao terminar a prova, o candidato entregará ao fiscal da sala o caderno de questões e a folha de respostas devidamente preenchido e assinado, com caneta esferográfica, com tinta azul ou preta.

6.3.4.7 Os 03 (três) últimos candidatos de cada sala de prova somente poderão entregar o material de prova e se retirarem da sala simultaneamente.

6.3.4.8 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em razão do afastamento de candidato da sala de provas.

6.3.5 Da aplicação da prova

6.3.5.1 Não serão aplicadas provas em local, data ou horário diferentes dos predeterminados em edital ou em comunicado oficial.

6.3.5.2 Para realização da prova o candidato receberá o caderno de questões e a folha de respostas personalizada.

6.3.5.2.1 É de exclusiva responsabilidade do candidato o correto preenchimento da folha de respostas de acordo com as instruções dele constantes, não podendo ser substituído em caso de marcação errada ou rasura.

6.3.5.2.2 Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas ou à assinatura, vez que qualquer marca poderá ser identificada pelas leitoras ópticas, prejudicando o desempenho do candidato.

6.3.5.2.3 Na folha de respostas não serão computadas as questões em branco, as questões com duas ou mais alternativas assinaladas, as questões rasuradas e aquelas cujo preenchimento não seguiu o padrão solicitado.

6.3.5.2.4 O candidato será o único responsável pelos prejuízos advindos de marcações incorretas no cartão-resposta personalizado.

6.3.5.2.5 No cartão-resposta personalizado o candidato deverá assinar no campo apropriado e preencher as bolhas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

6.3.5.3 Nos casos de eventual falta de prova/material personalizado de aplicação de provas, a FUCRI/UNESC tem a prerrogativa para entregar ao candidato prova/material substitutivo.

6.3.5.4 No dia de realização das provas não serão fornecidas por qualquer membro da equipe de aplicação das provas ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo das provas ou aos critérios de avaliação e de classificação.

6.3.5.5 As questões da prova e o seu gabarito estarão à disposição dos interessados, a partir do dia 09 de fevereiro de 2020 no site <https://unesc.selecao.net.br/>.

6.3.6 Da Segurança No Processo Seletivo Simplificado

6.3.6.1 Para garantir a lisura e segurança na realização da prova, a Coordenação Local poderá fazer uso de detectores de metal nos banheiros, nos corredores e/ou na sala de prova, e identificação datiloscópica de candidatos por autoridade competente que, se necessário, fará vistoria rigorosa. É de inteira responsabilidade do candidato qualquer transtorno por ele ocasionado.

6.3.6.2 Por motivo de segurança e visando garantir a lisura e a idoneidade do processo seletivo, serão adotados os procedimentos a seguir especificados:

a) após ser identificado, nenhum candidato poderá se retirar da sala sem autorização e acompanhamento da fiscalização;

b) não será permitido, sob hipótese alguma, durante a aplicação de prova, o retorno do candidato à sala de prova após ter-se retirado dela, sem autorização, ainda que por questões de saúde.

c) Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, que o candidato se utilizou de processo ilícito, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do processo seletivo.

6.3.6.3 Para assegurar a lisura do Processo Seletivo Simplificado, a Prefeitura Municipal de Maracajá, a qualquer momento, durante o processo seletivo, poderá proceder à autenticação de documentos pertinentes, inclusive no momento da nomeação dos aprovados.

6.3.7 Da Eliminação Do Candidato

6.3.7.1 Será automaticamente eliminado do processo seletivo, em decorrência da anulação de suas provas, o candidato que durante a realização das provas:

- a) for surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução das provas;
- b) utilizar-se de livros, máquinas de calcular ou equipamento similar, dicionário, notas ou impressos que não forem expressamente permitidos ou que se comunicar com outro candidato;
- c) for surpreendido portando aparelhos eletrônicos ou outros objetos, tais como os listados no subitem 6.3.2.4 deste edital;
- d) faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos;
- e) fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio que não os permitidos;
- f) não entregar o material das provas ao término do tempo destinado para a sua realização;
- g) afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;
- h) ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o caderno de questões ou a folha de respostas;
- i) descumprir as instruções contidas no caderno de questões ou na folha de respostas;
- j) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, comportando-se indevidamente;
- k) utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter a própria aprovação ou a aprovação de terceiros em qualquer etapa do processo seletivo;
- l) não permitir a coleta de sua assinatura;
- m) for surpreendido portando caneta fabricada em material não transparente;
- n) for surpreendido portando anotações em papéis que não os permitidos;
- o) for surpreendido portando qualquer tipo de arma sem o devido deferimento de atendimento especial, conforme previsto no subitem 6.2.4.11 deste edital;
- p) recusar-se a ser submetido ao detector de metal;
- q) não permitir a coleta de dado biométrico, quando houver.

6.3.8 Da Avaliação e Classificação na Prova

6.3.8.1 Os candidatos aprovados serão classificados por cargo, em ordem decrescente de acertos da Prova.

6.3.8.2 Para fins de desempate, será realizada a verificação da prova de títulos, conforme constante no item 6.4 do presente edital, no caso de professores.

6.3.8.3 A Nota da Prova, para fim de desempate, será calculada pela média aritmética ponderada da Prova, calculada pela seguinte fórmula:

$$NF = \frac{(CG \times 4) + (CE \times 6)}{10}$$

onde:

NF = Nota final

CG = Nota de Conhecimentos Gerais

CE = Nota de Conhecimentos Específicos

6.3.8.4 Se após a aplicação dos critérios constantes do item 6.3.8.2, ainda persistir o empate, dar-se-á preferência ao candidato de maior idade.

6.3.8.5 Será atribuída nota 0 (zero) à(s) questão(ões) da prova:

- a) assinalada no cartão de respostas que não corresponda ao Gabarito Oficial definitivo;
- b) assinalada no cartão de respostas que contenha emenda e/ou rasura ainda que legível;
- c) que contenha mais de uma opção assinalada no cartão de resposta;
- d) que não estiver assinalada no cartão de resposta; e
- e) cuja resposta(s) for(em) preenchida(s) fora das especificações do cartão de respostas, ou seja, preenchidas com caneta não esferográfica ou com caneta esferográfica de cor diferente de tinta azul ou preta, ou, ainda, com marcação diferente da indicada no modelo previsto no cartão de resposta.

6.3.8.6 No caso de anulação de qualquer questão, ela será considerada como correta para todos os candidatos que prestaram a respectiva prova.

6.3.8.7 No caso de erro na indicação da resposta correta, o gabarito preliminar será alterado, sendo as provas corrigidas com base no gabarito definitivo.

6.3.8.8 Será considerado classificado na prova o candidato que obtiver, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de acertos na prova, exceto os cargos previstos no item 2.2.3, em que será considerado eliminado apenas o candidato que obtiver nota zero na prova.

6.4 DA PROVA DE TÍTULOS

6.4.1 A prova de títulos será realizada apenas em caso de empate na pontuação da prova objetiva, e consistirá na comprovação do maior título apresentado pelo candidato, não sendo cumulativo.

6.4.1.1 Serão considerados os títulos conforme tabela abaixo:

MODALIDADE	CRITÉRIOS
Pós-Graduação	Certificado de curso de Pós-Graduação, em nível de Doutorado na disciplina em que inscreveu ou na área da Educação
Pós-Graduação	Diploma ou certificado de curso de Pós-Graduação, em nível de Mestrado, na disciplina em que se inscreveu ou na área de Educação.
Pós-Graduação	Certificado de curso de Pós-Graduação, em nível de Especialização na disciplina em que se inscreveu ou na área de Educação.

6.4.1.2 Os diplomas, certificados e declarações de conclusão de cursos de habilitação serão aferidos apenas quando oriundos de instituições reconhecidas e credenciadas para oferecer o curso pelo órgão competente do sistema de ensino (Registro no MEC).

6.4.2 A documentação citada no subitem 6.4.1 deste edital deverá ser enviada de forma legível, digitalizada, frente e verso (quando houver) do dia 13 de janeiro de 2020 ao dia 31 de janeiro de 2020, via upload, por meio de link específico no endereço eletrônico <https://unesec.selecao.net.br/>. Após esse período, não será aceito entrega de documentação adicional.

6.4.3 A não apresentação da documentação comprobatória implicará na não consideração do título identificado no ato de inscrição e poderá resultar na reclassificação do candidato, conforme os critérios estabelecidos no presente edital.

6.5 DA PROVA PRÁTICA

6.5.1 Os cargos cuja exigência de prova prática consta nos itens 2.2.2 e 2.2.3 deverão realizá-la nos termos do presente edital.

6.5.2 A prova prática será entre os primeiros classificados na prova objetiva, realizada na proporção de 5 (cinco) provas para cada vaga disponível, resguardando sempre o mínimo de 5 (cinco) provas mesmo no caso de cadastro de reserva.

6.5.3 A prova prática é eliminatória, sendo requisito fundamental para a classificação final. A não aprovação na prova prática implica em desclassificação no processo seletivo simplificado.

6.5.4 As provas práticas serão realizadas com a finalidade de comprovar que os candidatos tem aptidão para realização das atividades fins aos cargos aos quais estão concorrendo, não suprimindo as exigências legais inerentes as atividades a serem exercidas.

6.5.5 As atividades a serem realizadas na prova prática, conforme o cargo, está descrito no Anexo III do presente edital.

6.5.6 A prova prática será realizada no dia 17 de fevereiro de 2020, em local a ser determinado na publicação dos resultados da prova objetiva.

7. DOS RESULTADOS

7.1 As questões da prova e o seu gabarito estarão à disposição dos interessados, no dia 09 de fevereiro de 2019, no site <https://unesec.selecao.net.br/>.

7.2 A classificação preliminar da prova objetiva, bem como a convocação para a prova prática serão publicadas no dia 12 de fevereiro de 2020, à partir das 18h, no site <https://unesec.selecao.net.br/>.

7.3 A classificação final do processo seletivo será publicado a partir do dia 14 de fevereiro de 2020, no site <https://unesec.selecao.net.br/>, para os cargos que não precisam de prova prática, e para os demais a partir de 21 de fevereiro de 2020.

7.3.1 Os candidatos aprovados nos cargos de Professores e Auxiliar de Ensino de Educação Infantil estão convocados para apresentar-se na Prefeitura Municipal de Maracajá no dia 16 de fevereiro de 2020 às 9h (nove horas) para contratação.

7.3.2 Os candidatos aprovados que não estiverem presentes na data, horário e local definidos no item 7.3.1 serão considerados desistentes.

7.4 O resultado final do processo seletivo, após a avaliação dos pedidos de recurso dos cargos com exigência de prova prática, será publicado a partir do dia 21 de fevereiro de 2019, no site <https://unesec.selecao.net.br/>, a partir desta data poderão ser convocados.

8. DOS PEDIDOS DE REVISÃO E DOS RECURSOS

8.1 É admitido pedido de recurso quanto:

- ao indeferimento da inscrição;
- ao indeferimento dos requerimentos da taxa de inscrição;
- ao indeferimento do requerimento de condições especiais;
- ao conteúdo e à elaboração das questões da prova;
- ao gabarito preliminar divulgado;
- à classificação final preliminar;
- ao resultado da prova prática.

8.2 Os pedidos de recurso relativos deverão ser interpostos pelo candidato exclusivamente mediante preenchimento e envio eletrônico de

formulário específico, disponibilizado no site <https://unesec.selecao.net.br/>, na área do candidato, até às 17 horas do dia útil subsequente, contados da ocorrência do evento.

8.2.1 Não será aceito recurso via postal, via fax, via requerimento administrativo ou ainda via correio eletrônico.

8.3 Caso o recurso seja contra o teor da questão ou gabarito preliminar, deve ser preenchido um requerimento para cada uma das questões contestadas.

8.3.1 Caso o candidato entregue mais de um recurso contra a mesma questão ou ato do processo seletivo, só será analisado o último transmitido.

8.3.2 Se do exame de recursos resultar anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

8.4 Não serão admitidos, em nenhuma hipótese, interposições de recurso que estejam em desacordo com o estabelecido no item 6.1.

8.5 Somente serão apreciados os pedidos de recurso expressos em termos convenientes e que apontem as circunstâncias que os justificam, bem como tiverem indicados o nome do candidato, número de sua inscrição, cargo pretendido no processo seletivo e o endereço completo para correspondência.

8.5.1 Os recursos intempestivos ou sem fundamentação não serão analisados.

8.5.2 O pedido de recurso interposto fora do respectivo prazo não será conhecido, sendo observada, para cômputo de prazo, a data do respectivo protocolo.

8.6 A resposta aos recursos será publicada no endereço eletrônico do processo seletivo. Uma resposta individual a cada requerimento será acessível na aba Respostas aos Recursos e Requerimentos. Não serão encaminhadas respostas a recursos por qualquer outro meio.

8.7 Após a análise dos recursos interpostos ou decisão havida pela Comissão Organizadora em virtude de erro material, poderá haver alteração da pontuação e ou classificação inicialmente obtida para uma classificação superior ou inferior ou, ainda, a desclassificação do candidato que não obtiver a nota mínima exigida para a prova.

8.8 A decisão exarada nos recursos pela Comissão Organizadora é irrecorrível na esfera administrativa.

8.9 Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos ou recurso contra gabarito oficial definitivo, bem como contra os resultados finais nas demais etapas.

8.10 Recursos cujo teor desrespeite a Banca Examinadora serão liminarmente indeferidos

9. DA NOMEAÇÃO E DA POSSE

9.1 Da nomeação

9.1.1 O candidato será nomeado no cargo, por ato do Prefeito Municipal de Maracajá obedecendo-se à ordem de classificação final por cargo.

9.1.2 A classificação neste Processo Seletivo Simplificado não assegura o direito de ingresso automático no quadro temporário de pessoal da Prefeitura Municipal de Maracajá.

9.1.3 Os candidatos aprovados serão convocados por ordem classificatória decrescente, alternando entre ampla concorrência e portadores de necessidades especiais, para ocupação de vagas conforme a necessidade exclusiva da Prefeitura Municipal de Maracajá.

9.1.3.1 Os candidatos aprovados que optarem por não ocupar determinada vaga disponível naquele momento permanecerão a disposição conforme sua classificação, sendo convocado o próximo na lista de classificação.

9.1.3.2 A desistência de qualquer das vagas depois de devidamente assinado o Contrato Administrativo acarretará em desclassificação no presente processo seletivo, não sendo mais convocado para qualquer vaga.

9.2 A convocação da posse, exceto dos candidatos já convocados conforme item 7.3.1, será por meio de ato oficial, fixado no mural da prefeitura e comunicado pelo telefone/whatsapp de cadastro do ato de inscrição.

9.2.1 O candidato aprovado, quando convocado para contratação, terá o prazo de 24h para comparecer no local indicado.

9.2.1.1 Em caso de não comparecimento do candidato na forma indicada no item 9.2.1, o mesmo será considerado desistente.

9.2.2 A posse ocorrerá após a entrega da documentação exigida e elaboração do Contrato Administrativo pelo Setor Pessoal.

9.2.3 Por ocasião da convocação de posse, o candidato nomeado deverá apresentar os seguintes documentos, na Prefeitura Municipal de Maracajá, no Setor Pessoal:

a) Comprovação da idade mínima de 18 (dezoito) anos;

b) Carteira de Identidade;

c) Documento comprobatório de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;

d) Título de eleitor e comprovante de votação da última eleição e/ou certidão de quitação emitida pela Justiça Eleitoral;

e) Certificado de reservista ou equivalente (sexo masculino);

f) Comprovante de residência;

g) Certidão de casamento;

- h) Certidão de nascimento ou carteira de identidade dos dependentes (filhos menores de 21 anos ou inválidos de qualquer idade);
- i) Carteira Profissional
- j) PIS/PASEP
- k) Comprovação do nível de escolaridade e da habilitação profissional, exigidos neste Edital;
- l) Comprovação de estar regularmente registrado no respectivo Conselho Profissional quando exigido por este Edital;
- m) 1 (uma) Foto 3x4
- n) Declaração de bens ou declaração de Imposto de Renda
- o) Declaração de não ter sofrido penalidades disciplinares no exercício da função pública.
- p) Declaração de não-acumulação de cargos públicos e proventos de aposentadoria não-acumuláveis. No caso de acumulação legal de cargos ou percepção de proventos, informar sobre o cargo, órgão ao qual pertence a carga horária do servidor.
- q) Certidões negativas de antecedentes criminais da Justiça Federal, da Justiça Estadual e/ou da Justiça do Distrito Federal, da Justiça Eleitoral, todas da cidade onde residiu o candidato nos últimos 5 (cinco) anos, expedidas no máximo, há 3 (três) meses.
- r) Laudo médico de saúde física e mental de capacidade laboral, necessário para o exercício do cargo, expedido pela Junta Médica do Município.

9.2.4 O não-cumprimento dos requisitos exigidos pelo Edital de que trata o presente Processo Seletivo Simplificado impede a posse do candidato.

9.2.5 Em caso de desistência, o candidato deverá assinar termo de desistência no Setor Pessoal ou enviar pedido de desistência pelo e-mail de cadastro da inscrição.

9.3 Os candidatos aprovados e que venham a ocupar o cargo poderão ser exonerados a qualquer momento mediante:

- a) o término do fato que gerou a excepcionalidade para a contratação do mesmo;
- b) o recebimento de 2 (duas) advertências, a juízo da municipalidade.

9.3.1 No caso do disposto no item 9.3, alínea "b", o candidato será excluído dos classificados no processo seletivo simplificado, não podendo ser novamente convocado para ocupar nova vaga.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 A homologação do resultado final do processo seletivo, completo, considerando os cargos que passarão por prova prática, ocorrerá a partir do dia 21 de fevereiro de 2020 pela Prefeitura Municipal de Maracajá.

10.2 A Prefeitura Municipal de Maracajá e a FUCRI/UNESC não assumem qualquer responsabilidade quanto ao transporte, à alimentação e ao alojamento dos candidatos, quando da realização da prova.

10.3 A responsabilidade operacional do Processo seletivo de que trata o presente Edital, cabe a FUCRI/UNESC, mediante contrato firmado com a Prefeitura Municipal de Maracajá.

10.4 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Processo seletivo da FUCRI/UNESC, prevista neste Edital e pela Comissão constituída por ato do Prefeito Municipal de Maracajá.

11. DA PUBLICAÇÃO E DO FORO

11.1 O extrato do presente Edital será publicado, no mínimo, em jornal de circulação local do Município de Maracajá.

11.2 O Edital completo, estará disponível nos sites <https://unesec.selecao.net.br/> e/ou www.maracaja.sc.gov.br e afixados no Mural Público da Prefeitura Municipal de Maracajá.

11.3 Fica eleito o Foro da Comarca de Araranguá para dirimir toda e qualquer questão inerente ao presente Processo Seletivo Simplificado.

Maracajá, 13 de janeiro de 2020.

ADEMIR ANTENOR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal de Maracajá - Em Exercício
ANEXO I – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 - Cargos de Nível Superior

1.1 - Conhecimentos gerais para todos os cargos de nível superior: 15 questões

Atualidades: Atualidade, cultura, economia, transformações e estrutura social. Política no Brasil e no mundo, tipos de energias, tecnologias empregadas na transformação da economia mundial, arte e cultura. Educação e desenvolvimento social. Aspectos importantes da história e da geografia brasileiras. Economia sustentável e biodiversidade.

Português: Ortografia, Linguagem Formal, Pronomes de Tratamento, Concordância Nominal e Verbal, Classes Gramaticais. Leitura e interpretação de pequenos textos. Escrita de palavras. Separação em sílabas. Gênero masculino e feminino. Ordem alfabética. Formação do plural aos substantivos terminados em vogal. Fonética: letra e fonema.

Matemática/Raciocínio Lógico: Números Reais: Conjuntos Numéricos, Desigualdade, Valor Absoluto, intervalos; Funções: Definição, Operações; Funções Elementares: Constante, do 1º grau, Modular, Quadrática, Polinomial e Racional; Porcentagem, Geometria, Razão e Proporção, Fatoração.

1.2 – Conhecimentos específicos para cada cargo de nível superior: 25 questões

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS EM COMUM PARA TODOS OS CARGOS DE PROFESSORES: Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996), Constituição Estadual de Santa Catarina, Lei Complementar n. 170 de 1998, Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina (Normas sobre Educação Básica), Plano Estadual de Educação de Santa Catarina. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). BNCC - Base Nacional Curricular Comum.

Assistente Social: Noções de ética e cidadania; Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público. Conceito de Administração Pública. Princípios básicos da administração pública. A responsabilidade do servidor público. Administração Pública Municipal. Princípios de ética e cidadania. Noções de Direito Constitucional: Princípios fundamentais da Constituição da República. Direitos e garantias fundamentais. Organização do Estado - da administração pública. Organização dos poderes. Dos Servidores Públicos. Constituição da República Federativa do Brasil Art.1 ao Art. 41. Lei do SUAS a qual altera a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS); Sistema Único de Assistência Social (SUAS); Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004); Norma Operacional Básica de Assistência Social (NOB/SUAS/2005); Estratégias e Metas para Implementação da Política de Assistência Social no Brasil; Normas e orientações do CRAS e do CREAS; Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais do SUAS (2009); Direitos socioassistenciais do Suas; Leis Orgânicas de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente; Política Nacional de Atendimento da Criança e do Adolescente; Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase); Estatuto do Idoso; Lei Maria da Penha - Lei nº 11340 de 07/08/2006 e Lei nº 12010/09 - nova lei da adoção; Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil; Seguridade Social; Direitos Sociais; Movimentos Sociais; Gestão de Políticas Públicas; e Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase); Estatuto da pessoa com deficiência e Lei da Acessibilidade nº 10.098/2000. Pesquisa Social; Regulamentação da Profissão de Serviço Social (Lei nº 8.662, de sete de junho de 1993 dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências e Código de Ética do Assistente Social 1993); Serviço Social e Ética; Aportes teóricos e metodológicos do Serviço Social; Serviço Social e a questão social; Trajetória histórica e debate contemporâneo da profissão; Instrumentalidade do serviço social: Dimensões teórico-metodológica, ético- política e técnico-operativa; Trabalho do assistente social no SUAS; Atualidades relativas à profissão; Conhecimentos de Informática. Lei Orgânica Municipal. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

Enfermeiro ESF: Lei do Exercício Profissional – nº 7498 de 25 de junho de 1986. 3. Constituição Federal 1988 – Seção II. Da Saúde .4. Procedimentos privativos do enfermeiro. 5. Lei 8080 de 19 de setembro de 1990. 6. Lei 8142 de 28 de dezembro de 1990. 7. Política Nacional de Atenção Básica - Portaria 2436 de 21 de setembro de 2017. 8. Política Nacional de DST/AIDS: Princípios e Diretrizes. 9. Evolução das Políticas Públicas no Brasil. 10. Política Nacional de Segurança do Paciente. 11. Plano Nacional de Saúde Mental. 12. Epidemiologia: história natural da doença; indicadores de saúde; doenças de notificação compulsória; vigilância em saúde. 13. Processo de Enfermagem. 14. Sistemas de Informação em Saúde. 15. Promoção da Saúde. 16. Diagnóstico Situacional de Saúde. 17. Conceitos básicos em Imunobiologia. 18. Programa Nacional de Imunização. 19. Calendário Nacional de vacinação – esquema, tipos de imunobiológicos, contra indicações e eventos adversos pós-vacinação. 20. Imunobiológicos usados em situações especiais. 21. Rede de Frio. 22. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher. 23. Pré-natal, parto e puerpério. 24. Aleitamento Materno. 25. Cânceres ginecológicos. 26. Climatério/menopausa. 27. Sexualidade Humana. 28. Saúde da Criança. 29. Saúde do Adolescente. 30. Doenças Crônicas não transmissíveis. 31. Saúde do Homem. 32. Saúde do Idoso. 33. Infecções Sexualmente Transmissíveis. 34. Tratamento de Lesões Cutâneas. 35. Tuberculose. 36. Hanseníase. 37. Manejo clínico Dengue, Zica, Chikungunya e febre amarela. 38. HIPERDIA. 39. Trabalho em Equipe. 40. Programa Nacional de Humanização – Humaniza SUS. 41. Acolhimento à demanda espontânea e programada. 42. Ética: proteção à vida humana; saúde física e mental; a AIDS e o direito; o sigilo e a preservação da confidencialidade e da privacidade do paciente; o crescente aumento dos questionamentos judiciais de pacientes contra os prestadores dos serviços de saúde; direitos do paciente. 43. Gerenciamento dos resíduos dos serviços de saúde. 44. Diagnóstico Situacional de Saúde. 45. Planejamento Estratégico. 46. Plano Municipal de Saúde de Maracajá.

Engenheiro Civil: Projeto e Execução de Obras Civis: locação de obra; sondagens; instalações provisórias; canteiro de obras; depósito e armazenamento de materiais; fundações profundas; fundações superficiais; escavações; escoramento; elementos estruturais; estruturas especiais; estruturas em concreto armado; alvenaria estrutural; concreto - controle tecnológico; argamassas; formas; armação; instalações prediais; alvenarias; paredes; esquadrias; revestimentos; coberturas; pisos; impermeabilização; equipamentos e ferramentas; segurança e higiene no trabalho; engenharia de custos. Materiais de Construção Civil: aglomerantes: gesso, cal, cimento portland; agregados; argamassa; concreto; dosagem; tecnologia do concreto; aço; madeira; materiais cerâmicos; vidros; tintas e vernizes. Mecânica dos Solos: origem e formação dos solos; índices físicos; caracterização de solos; propriedades dos solos arenosos e argilosos; pressões nos solos; prospecção geotécnica; permeabilidade dos solos; compactação dos solos; compressibilidade dos solos; adensamento nos solos; estimativa de recalques; resistência ao cisalhamento dos solos; empuxos de terra; estrutura de arrimo; estabilidade de taludes; estabilidade das fundações superficiais e estabilidade das fundações profundas. Resistência dos Materiais: tensões normais e tangenciais: deformações; teoria da elasticidade; análise de tensões; tensões principais; equilíbrio de tensões; compatibilidade de deformações; relações tensão x deformação - Lei de Hooke; Círculo de Mohr; tração e compressão; flexão simples; flexão composta; torção; cisalhamento e flambagem. Análise Estrutural:

esforços seccionais - esforço normal, esforço cortante e momento fletor; relação entre esforços; apoios e vínculos; diagramas de esforços; estudo das estruturas isostáticas (vigas simples, vigas gerber, quadros). Mecânica dos Fluidos: Propriedades dos fluidos. Estática dos fluidos. Superfícies submersas planas e curvas. Tipos e regimes de escoamento dos fluidos. Equações básicas para um volume de controle. Escoamento de fluidos não viscosos. Dimensionamento do Concreto Armado: características mecânicas e reológicas do concreto; tipos de aço para concreto armado; fabricação do aço; características mecânicas do aço; concreto armado - fundamentos; estados limites; aderência; ancoragem e emendas em barras de armação; detalhamento de armação em concreto armado. Instalações Prediais: instalações elétricas; instalações hidráulicas; instalações de esgoto; instalações de telefone e instalações especiais. Estruturas de Aço. Estruturas de Madeira. Noções da Lei 8.666/93 e suas alterações no que se refere a obras e serviços de engenharia.

Farmacêutico: Conceitos em farmacocinética, bioequivalência e biodisponibilidade. Farmacodinâmica: Interação medicamentosa, mecanismo de ação das drogas e relação entre concentração da droga e efeito. Diluições; Extração, Formas farmacêuticas: Líquidas (Soluções, xaropes, colírios etc). Formas farmacêuticas sólidas (pós, cápsulas, pílulas, grânulos, bolos, pastilhas, granulados, comprimidos, drágeas), Semi-sólidos (pomadas, cremes, loções) e fatores que influenciam na estabilidade destas formas farmacêuticas. Farmacologia da dor e da inflamação. Farmacologia do sistema respiratório. Farmacologia do sistema digestivo. Farmacologia do sistema nervoso central, periférico e autônomo. Farmacologia do sistema cardiovascular. Farmacologia dos processos infecciosos/ antimicrobianos / antiparasitários. Farmacotécnica e formas farmacêuticas sólidas, líquidas, semissólidas. Legislação Farmacêutica. Política de Medicamentos e de Assistência Farmacêutica no SUS: Medicamentos disponibilizados, programas aos quais se destinam - Saúde Mental, Excepcionais, Hipertensão e Diabetes, Estratégicos, AIDS. Relação Nacional de Medicamentos Essenciais - RENAME e suas atualizações. Vigilância Sanitária. Legislação Sanitária. Noções sobre Atenção Farmacêutica. Código de ética da profissão farmacêutica. Boas práticas de dispensação de medicamentos. Medicamentos genéricos. Medicamentos sujeitos a controle especial. Atenção primária a saúde e a farmácia básica. Farmácia Hospitalar: Conceitos, objetivos, estrutura física e organizacional da farmácia hospitalar. Gerenciamento de medicamentos e de produtos farmacêuticos de uso hospitalar. Seleção de medicamentos. Sistema de distribuição e estoque de medicamentos. Comissão de Farmácia e Terapêutica. Papel da Farmácia no Controle das Infecções Hospitalares. Farmacovigilância hospitalar. Farmacoepidemiologia. Farmacoeconomia. Terapia antineoplásica (quimioterapia). Nutrição Parenteral. Farmácia Clínica e Atenção Farmacêutica. Farmacologia Clínica: Boas Práticas de Manipulação em Farmácia. Estabilidade de medicamentos e determinação do prazo de validade. Cálculos relacionados ao preparo de formas farmacêuticas. Código de ética da profissão farmacêutica (Resolução do CFF nº 596 de 21 de fevereiro de 2014). Legislação pertinente ao exercício profissional Farmacêutico em unidades Hospitalares; Portaria nº 344/98 da Secretaria de Vigilância Sanitária do Min. da Saúde; Lei Federal nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973; Lei Federal nº 6360, de 23 de setembro de 1976. Saúde Pública: Sistema Único de Saúde (SUS): seus princípios e diretrizes. Leis (8.080/90 e 8.142/90). Normas e portarias atuais. Norma Operacional Básica (NOB/SUS/96). Estratégia Saúde da Família (ESF).

Fisioterapeuta: Legislação do Sistema Único de Saúde - SUS. Ética Profissional. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde – princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde. Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: situação atual, medidas e controle de tratamento; planejamento e programação local de saúde; Distritos sanitários e enfoque estratégico. Fundamentos e Técnicas de Atendimento na Fisioterapia; Conceito de Reabilitação; O Trabalho em Equipe na Reabilitação; O Papel de cada Profissional na Equipe de Reabilitação; Reabilitação; Paralisia Cerebral e Facial; Acidente Vascular Cerebral; Parkinsonismo; Síndrome de Down; Hanseníase; Afecções de Músculos e Tendões; Escolioses; Doenças Reumáticas; Cardiopatias; Amputações; Pneumopatias; Conceito e Aplicação: Exercícios Ativos, Exercícios Ativos Assistidos, Exercícios Passivos, Exercícios Isométricos; Conceito e Aplicação: Mecanoterapia; Conceito e Aplicação: Hidroterapia; Conceito e Aplicação: Termo terapia; Conceito e Aplicação: Crioterapia; Conceito e Aplicação: Massoterapia; Conceito e Aplicação: Eletroterapia; Fisioterapia aplicada à geriatria; Demências; Fisioterapia nas Doenças da 3ª idade; Ética e Legislação Profissional.

Fonoaudiólogo: Legislação do Sistema Único de Saúde - SUS. Ética Profissional. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde – princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde. Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: situação atual, medidas e controle de tratamento; planejamento e programação local de saúde; Distritos sanitários e enfoque estratégico. Audiologia: sistema auditivo. Desenvolvimento das habilidades auditivas. Avaliação e tratamento fonoaudiológico das disfonias. Avaliação, diagnóstico e tratamento fonoaudiológico em motricidade oral - disfagias, respiradores orais, síndromes. Avaliações auditivas. Classificação das disfonias. Fala: alterações de fala - disartrias, dispraxias, distúrbios articulatorios. Fisiologia da produção vocal. Fonoaudiologia na Saúde Pública. Gagueira. Habilitação e reabilitação dos distúrbios da audição. Linguagem: aquisição, desenvolvimento, alterações, avaliação e intervenção fonoaudiológica nas linguagens oral e escrita. Motricidade orofacial: desenvolvimento das funções estomatognáticas. Voz: anatomia da laringe.

Médico clínico geral: Legislação profissional. Código de Ética Médica, princípios fundamentais do exercício da medicina, normas diceológicas e deontológicas. Sistema Único de Saúde. Ações e programas de saúde. Saúde da criança, do escolar, do adolescente, da mulher, do homem e do idoso. DSTs, AIDS, saúde mental, tuberculose, hanseníase, diabetes, hipertensão, desnutrição infantil. Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública. Imunizações, imunologia e vacinas. Epidemiologia. Prevenção e Combate a Doenças. Direitos dos usuários da saúde. Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde. Ética Profissional. Medicina Geral: Anatomia. Embriologia. Fisiologia. Genética. Patologia. Semiologia. Farmacologia. Toxicologia. Medicina baseada em evidências. Cuidados em Ambiente Hospitalar. Abordagem geral do paciente: anamnese, exame físico, investigação, testes e diagnósticos. Tratamento de Acidentes por Animais Peçonhentos. Doenças Alérgicas. Doenças Dermatológicas. Doenças do Aparelho Cardiovascular. Doenças do Aparelho Digestivo. Doenças do Aparelho Respiratório. Doenças do Fígado, da Vesícula, dos Ductos Biliares e do Pâncreas. Doenças do Nariz, Ouvido e Garganta. Doenças do Tecido Conjuntivo e Musculoesqueléticas. Doenças Endócrinas e do Metabolismo. Doenças Hematológicas e Oncológicas. Doenças Infecciosas e Parasitárias. Doenças Neurológicas. Doenças Nutricionais. Doenças Oculares. Doenças Ocupacionais e Relacionadas ao Trabalho. Doenças Ósseas. Doenças Psiquiátricas. Doenças Renais e do Trato Urinário. Doenças Reumatológicas. Ginecologia e Obstetrícia. Pediatria Clínica. Geriatria Clínica. Medicina Ambulatorial. Medicina Preventiva. Epidemiologia Clínica.

Médico ESF: Legislação profissional. Código de Ética Médica, princípios fundamentais do exercício da medicina, normas diceológicas e deontológicas. Sistema Único de Saúde. Ações e programas de saúde. Saúde da criança, do escolar, do adolescente, da mulher, do homem e do idoso. DSTs, AIDS, saúde mental, tuberculose, hanseníase, diabetes, hipertensão, desnutrição infantil. Notificação Compulsória de doenças,

agravos e eventos de saúde pública. Imunizações, imunologia e vacinas. Epidemiologia. Prevenção e Combate a Doenças. Direitos dos usuários da saúde. Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde. Ética Profissional. Medicina Geral: Anatomia. Embriologia. Fisiologia. Genética. Patologia. Semiologia. Farmacologia. Toxicologia. Medicina baseada em evidências. Cuidados em Ambiente Hospitalar. Abordagem geral do paciente: anamnese, exame físico, investigação, testes e diagnósticos. Tratamento de Acidentes por Animais Peçonhentos. Doenças Alérgicas. Doenças Dermatológicas. Doenças do Aparelho Cardiovascular. Doenças do Aparelho Digestivo. Doenças do Aparelho Respiratório. Doenças do Fígado, da Vesícula, dos Ductos Biliares e do Pâncreas. Doenças do Nariz, Ouvido e Garganta. Doenças do Tecido Conjuntivo e Musculoesqueléticas. Doenças Endócrinas e do Metabolismo. Doenças Hematológicas e Oncológicas. Doenças Infeciosas e Parasitárias. Doenças Neurológicas. Doenças Nutricionais. Doenças Oculares. Doenças Ocupacionais e Relacionadas ao Trabalho. Doenças Ósseas. Doenças Psiquiátricas. Doenças Renais e do Trato Urinário. Doenças Reumatológicas. Ginecologia e Obstetrícia. Pediatria Clínica. Geriatria Clínica. Medicina Ambulatorial. Medicina Preventiva. Epidemiologia Clínica. Legislação e conhecimentos sobre o SUS - Constituição Federal de 1988 - Artigos 196 a 200. 2. Lei nº 8.080/90 e Lei nº 8.142/90. 3. Portaria Ministério da saúde nº 2.436 de 21/09/2017. 4. Portaria de Consolidação nº 1/2017 – Ministério da Saúde. 5. Portaria de Consolidação nº 2/2017 – Ministério da Saúde. 6. 4. Portaria de Consolidação nº 3/2017 – Ministério da Saúde. Promoção da Saúde da população. Hábitos e estilos de vida saudáveis. Sedentarismo e atividade física. Prevenção primária, secundária, terciária e quaternária. Bioestatística. Epidemiologia clínica. Testes de investigação, exames diagnósticos, rastreamento de doenças. Vigilância em saúde. Abordagem à violência doméstica, maus tratos em idosos, saúde do homem e da mulher. Doenças oculares e do ouvido no contexto da Atenção Básica. Sistema Único de Saúde. Princípios, diretrizes, organização e gestão da saúde; atribuições e competências no SUS em nível nacional, estadual, municipal; recursos e gestão financeira. Atenção Primária à Saúde no Brasil. Procedimentos em Atenção Primária à Saúde. Estratégia Saúde da Família. Medicina centrada na pessoa. Diagnóstico de saúde da comunidade. Trabalho em equipe. Abordagem comunitária e cuidado domiciliar. Gerenciamento de unidades de saúde. Ética na Atenção Primária à Saúde.

Médico Ginecologista: Legislação profissional. Código de Ética Médica, princípios fundamentais do exercício da medicina, normas deontológicas e deontológicas. Sistema Único de Saúde. Ações e programas de saúde. Saúde da criança, do escolar, do adolescente, da mulher, do homem e do idoso. DSTs, AIDS, saúde mental, tuberculose, hanseníase, diabetes, hipertensão, desnutrição infantil. Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública. Imunizações, imunologia e vacinas. Epidemiologia. Prevenção e Combate a Doenças. Direitos dos usuários da saúde. Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde. Ética Profissional. Medicina Geral: Anatomia. Embriologia. Fisiologia. Genética. Patologia. Semiologia. Farmacologia. Toxicologia. Medicina baseada em evidências. Cuidados em Ambiente Hospitalar. Abordagem geral do paciente: anamnese, exame físico, investigação, testes e diagnósticos. Tratamento de Acidentes por Animais Peçonhentos. Doenças Alérgicas. Doenças Dermatológicas. Doenças do Aparelho Cardiovascular. Doenças do Aparelho Digestivo. Doenças do Aparelho Respiratório. Doenças do Fígado, da Vesícula, dos Ductos Biliares e do Pâncreas. Doenças do Nariz, Ouvido e Garganta. Doenças do Tecido Conjuntivo e Musculoesqueléticas. Doenças Endócrinas e do Metabolismo. Doenças Hematológicas e Oncológicas. Doenças Infeciosas e Parasitárias. Doenças Neurológicas. Doenças Nutricionais. Doenças Oculares. Doenças Ocupacionais e Relacionadas ao Trabalho. Doenças Ósseas. Doenças Psiquiátricas. Doenças Renais e do Trato Urinário. Doenças Reumatológicas. Ginecologia e Obstetrícia. Pediatria Clínica. Geriatria Clínica. Medicina Ambulatorial. Medicina Preventiva. Epidemiologia Clínica. Propedêutica da gravidez. Desenvolvimento morfológico e funcional do feto. Trocas materno-ovulares. Endocrinologia da gravidez. Modificações sistêmicas da gravidez. Assistência pré-natal. Contratilidade uterina. Discinesias. Mecanismo de parto. Estudo clínico e assistência ao parto. Analgesia e anestesia em obstetrícia. Doenças intercorrentes no ciclo grávidopuerperal. Hiperemese gravídica. Doença hipertensiva específica da gestação (DHEG). Abortamento. Prenhez ectópica. Neoplasias trofoblásticas gestacionais. Placenta prévia. Descolamento prematuro de placenta. Doença hemolítica perinatal. Embolia amniótica. Distúrbios da hemocoagulação. Secundamento normal e patológico. Puerpério normal e patológico. Patologia da placenta, cordão e membranas. Polidramnia. Oligodramnia. Amniorrexe prematura. Parto prematuro. Gemelidade. Gestação de alto-risco. Sofrimento fetal. Gravidez prolongada. Anomalias congênitas. Distócias. Desproporção fetopélvica. Apresentações anômalas. Tocotraumatismos materno e fetal. Fórceps. Ginecopatias de causa obstétrica. Operação cesariana. Esterilização cirúrgica. Histerectomia-cesarea. Indicações cirúrgicas no ciclo gestatório. Medicina fetal. Noções de terapêutica fetal. Noções em embriologia. Fisiologia e fisiopatologia do ciclo menstrual. Patologias endócrinas. Patologia vulvar. Patologia vaginal. Patologia cervical. Patologia uterina. Patologia ovariana. Doenças Sexualmente Transmissíveis. Tuberculose genital. Distonias dos órgãos genitais. Climatério. Esterilidade conjugal. Propedêutica ginecológica. Cirurgias ginecológicas. Higiene – Doenças Infeciosas e Parasitárias. Saúde Pública: Sistema Único de Saúde (SUS): seus princípios e diretrizes. Leis (8.080/90 e 8.142/90). Normas e portarias atuais. Norma Operacional Básica (NOB/SUS/96). Estratégia Saúde da Família (ESF). Constituição Federal de 1988 (arts. 196 a 200.).

Médico Pediatra: Legislação profissional. Código de Ética Médica, princípios fundamentais do exercício da medicina, normas deontológicas e deontológicas. Sistema Único de Saúde. Ações e programas de saúde. Saúde da criança, do escolar, do adolescente, da mulher, do homem e do idoso. DSTs, AIDS, saúde mental, tuberculose, hanseníase, diabetes, hipertensão, desnutrição infantil. Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública. Imunizações, imunologia e vacinas. Epidemiologia. Prevenção e Combate a Doenças. Direitos dos usuários da saúde. Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde. Ética Profissional. Medicina Geral: Anatomia. Embriologia. Fisiologia. Genética. Patologia. Semiologia. Farmacologia. Toxicologia. Medicina baseada em evidências. Cuidados em Ambiente Hospitalar. Abordagem geral do paciente: anamnese, exame físico, investigação, testes e diagnósticos. Tratamento de Acidentes por Animais Peçonhentos. Doenças Alérgicas. Doenças Dermatológicas. Doenças do Aparelho Cardiovascular. Doenças do Aparelho Digestivo. Doenças do Aparelho Respiratório. Doenças do Fígado, da Vesícula, dos Ductos Biliares e do Pâncreas. Doenças do Nariz, Ouvido e Garganta. Doenças do Tecido Conjuntivo e Musculoesqueléticas. Doenças Endócrinas e do Metabolismo. Doenças Hematológicas e Oncológicas. Doenças Infeciosas e Parasitárias. Doenças Neurológicas. Doenças Nutricionais. Doenças Oculares. Doenças Ocupacionais e Relacionadas ao Trabalho. Doenças Ósseas. Doenças Psiquiátricas. Doenças Renais e do Trato Urinário. Doenças Reumatológicas. Ginecologia e Obstetrícia. Pediatria Clínica. Geriatria Clínica. Medicina Ambulatorial. Medicina Preventiva. Epidemiologia Clínica. Crescimento e desenvolvimento da criança e do adolescente. Pediatria preventiva. Imunizações. Maus tratos, negligência e direito legal das crianças e dos adolescentes. Distúrbios do comportamento e desordens psiquiátricas. Aleitamento materno. Necessidades nutricionais em crianças híidas e enfermas. Desnutrição. Desidratação. Assistência ao RN na sala de parto, RN de alto risco, manifestações clínicas de doenças no período neonatal, icterícia neonatal, desordens neurológicas e do sistema nervoso central em recém-natos, distúrbios metabólicos, distúrbios respiratórios, doença hemolítica, infecções congênitas, malformações congênitas e prematuridade. Erros Inatos do Metabolismo. Imunodeficiências primárias e síndrome da imunodeficiência adquirida. Alergia alimentar, dermatite atópica. Doenças exantemáticas. Convulsões, epilepsia, autismo, microcefalia, macrocefalia, hidrocefalia e mielomeningocele. Fibrose cística, bronquiólite. Cardiopatias congênitas, febre reumática. Diarreias agudas e

crônicas. Anemias carenciais e hemolíticas, Hemoglobinopatias e púrpuras. Leucemias, tumor de Wilms e neuroblastoma. Glomerulonefrites, síndrome nefrótica. Diabetes mellitus, baixa estatura, hiperplasia congênita da supra-renal, obesidade e hipotireoidismo congênito. Raquitismo, luxação congênita do quadril, osteogênese imperfeita, pé torto congênito. Eczemas, infecções bacterianas, viróticas, fúngicas e parasitárias da pele, hemangiomas, albinismo, vitiligo. Artrite reumatóide infantil, doença de Kawasaki. Estenose hipertrófica do piloro, obstrução intestinal, fimose, hérnia inguinal, hérnia umbilical. Emergências: insuficiência respiratória aguda, parada cardiorrespiratória, choque, coma, intoxicações agudas, insuficiência renal aguda, traumatismo cranioencefálico. Síndrome da Morte Súbita Infantil.

Odontólogo: Legislação do Sistema Único de Saúde - SUS. Ética Profissional. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde – princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde. Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: situação atual, medidas e controle de tratamento; planejamento e programação local de saúde; Distritos sanitários e enfoque estratégico. ODONTOLOGIA PREVENTIVA e SAÚDE BUCAL COLETIVA e CLÍNICA INTEGRAL: Formação e composição da saliva. Etiologia e comportamento da cárie dental. Filosofia de tratamento integral. Noções de microbiologia bucal, placa dental, saliva, dieta, higiene bucal. Quimioprofilaxia da cárie dentária. Risco de cárie e atividade cariogênica. Diagnóstico e prognóstico de cárie. Métodos e mecanismos de ação do flúor. Plano de tratamento integrado em odontologia. Biossegurança em odontologia. Processo saúde doença. Promoção e educação em saúde. Exercício ético e legal da odontologia no Brasil. PERIODONTIA: Epidemiologia da doença periodontal. Anatomia do periodonto. Patogenia da doença periodontal. Inter-relação periodontia e demais áreas da odontologia. Cirurgia periodontal. ODONTOPEDIATRIA: Características da Infância à adolescência e suas dinâmicas de mudanças. Patologias e anomalias em Odontopediatria. Uso de antimicrobianos. Hábitos bucais. Morfologia da superfície oclusal. Trauma dental na dentição decídua. Controle da dor e tratamentos indicados aos pacientes odontopediátricos. Abordagens preventivas e clínicas em odontopediatria. Doenças bucais e manifestações orais sistêmicas. Tratamento não invasivo. ODONTOGERIATRIA: Processo de envelhecimento. Odontologia geriátrica. Aspectos psicológicos relacionados ao idoso. Atenção de saúde ao idoso. DENTÍSTICA RESTAURADORA: Propriedades, indicações e técnicas e uso das resinas compostas, amálgamas e cimento ionômeros de vidro. Restaurações diretas em dentes anteriores fraturados. Noções de oclusão e procedimentos clínicos de tratamento das disfunções. Abordagem de dentes tratados endodonticamente. Sistemas adesivos odontológicos. Clareamento de dentes vitais e não vitais. PSICOLOGIA NA ODONTOLOGIA: Formação de vínculo no atendimento odontológico. Relação paciente profissional. Controle do comportamento. Desenvolvimento humano. Dinâmica familiar. Conceitos de stress e sua relação com a saúde bucal. FARMACOLOGIA: Farmacologia aplicada ao atendimento odontológico e suas implicações clínicas. Farmacologia geral. Princípios gerais do uso correto de fármacos para o tratamento da dor. Anestésicos locais. Antimicrobianos de uso corrente em odontologia. ENDODONTIA: Métodos de diagnóstico. Materiais para a proteção do complexo dentino-pulpar.

Professor de Atendimento de Educação especializada - AEE: Políticas Públicas para a Educação Especial: Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva; Política de Educação Especial de Santa Catarina e Programa Pedagógico da Política de Educação Especial de Santa Catarina; Decreto Federal nº 5.626/05; Caracterização do Serviço de Atendimento Educacional Especializado; Resolução Nº 4, de 13 de Julho de 2010; Parecer CNE/CEB nº 13/2009; Alfabetização com letramento; Adequações Curriculares na área da deficiência visual e na área da deficiência auditiva; na área da deficiência intelectual e na área do Transtorno do Espectro Autista TEA; Conhecimento e aplicação dos recursos ópticos; Orientação e Mobilidade; Cultura e identidade surda; O processo de elaboração conceitual. Decreto 7.611/2011; A educação básica e formação integral; A educação como direito de todos; Abordagem Bilíngue na escolarização de pessoas com surdez; Lei 12.764/2012, BNCC.

Professor de Educação Infantil: Teorias da aprendizagem; Planejamento e avaliação; Currículo. Formação continuada; Gestão democrática e participativa; Políticas educacionais; Projeto Político-Pedagógico; Educação inclusiva; Fundamentos e metodologias de ensino aplicadas na Educação Infantil; Concepções de infância. Legislação Educacional; Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil. Referenciais curriculares nacionais para educação infantil

Professor de Séries Iniciais: Teorias da aprendizagem; Planejamento e avaliação; Currículo. Formação continuada e desenvolvimento profissional; Gestão democrática e participativa; Políticas educacionais; Projeto Político-Pedagógico; Educação inclusiva; Fundamentos e metodologias de ensino aplicadas aos anos iniciais. Legislação Educacional; Diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental

Professor de Ensino Religioso: A trajetória do Ensino religioso no Brasil. Concepção de Ensino Religioso, do seu significado na diversidade da sala de aula. Conhecimento e opinião; Aparência e realidade; Conhecimento humano e conhecimento divino; LDB 9394/96. Paisagem Religiosa. Universo simbólico religioso. Texto sagrado. Filosofia Geral: Identidade, natureza e especificidade da Filosofia; História da Filosofia: correntes, sistemas e escolas de pensamento dos pré-socráticos aos pós-modernos. Filosofia Cristã e Medieval: Patrística e Escolástica; o problema dos universais; os transcendentais; Tempo e eternidade; Filosofia Contemporânea: Crítica(s) à metafísica na contemporaneidade: Nietzsche, Wittgenstein e Heidegger; A Fenomenologia e o Existencialismo; o Marxismo e Escola de Frankfurt. Filosofia francesa contemporânea: Foucault e Deleuze. Ética e Política: A política antiga; a República de Platão; a Política de Aristóteles; A ética antiga: Platão, Aristóteles e filósofos helenistas; conceitos centrais da metafísica aristotélica; o Pensamento político moderno; Maquiavel, Locke, Hobbes, Rousseau e Montesquieu. Éticas do dever, Fundamentações da moral e a autonomia do sujeito.

Professor de História: O ensino da disciplina de História, seus conceitos e temporalidades. Processos históricos nos mais variados temas/ conteúdos de História regional, História do Brasil, História da América, História da África e História Geral, através dos conceitos de tempo, relações sociais, trabalho, poder, cultura e memória. Documentos norteadores e legislação de ensino do ensino de História. História e cultura afro-brasileira e indígena. História do Município de Maracajá.

Professor de Educação Física: Conhecimento das concepções críticas da Educação Física; processos e instrumentos de avaliação; planejamento e organização dos processos de ensino e aprendizagem; legislação de ensino; conhecimentos da cultura corporal; mídia e educação física.

Professor de Matemática: Estatística e Probabilidade; Trigonometria; Números Reais: Conjuntos Numéricos, Desigualdade, Valor Absoluto, intervalos; Funções: Definição, Operações; Funções Elementares: Constante, do 1º grau, Modular, Quadrática, Polinomial e Racional; Funções especiais: Exponencial, Logarítmica e Trigonométrica; Porcentagem; Geometria; Álgebra; Análise Combinatória; Progressões.

Professor de Língua Portuguesa: Práticas de recepção e produção de textos: uso e reflexão. Léxico, ortografia e variação lingüística. Reconhecimento de problemas gerais de coerência e coesão. Reconhecimento de gêneros textuais de diferentes esferas da comunicação. Domínio da norma padrão. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Português.

Professor de Língua Estrangeira (Inglês): Práticas de leitura de diferentes gêneros textuais em língua inglesa. Ortografia da língua inglesa. Falsos cognatos. Tópicos gramaticais de língua inglesa. Estratégias de Skimming e Scanning: teoria e prática. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino de Língua Estrangeira.

Professor de Artes: As artes visuais, o teatro, a música, a dança e outras expressões da visualidade contemporânea; Relações interculturais, saberes e estéticas étnico-raciais e indígenas na sociedade brasileira; Arte e meio ambiente; História da arte moderna e contemporânea, com ênfase nas artes visuais; Patrimônio e produção cultural; Fundamentos teóricos, históricos e metodológicos no Ensino da Arte; Ensino da Arte e avaliação; Legislação e políticas públicas nacionais no Ensino da Arte.

Professor de Educação Ambiental e Patrimonial: As correntes da Educação Ambiental. Bases filosóficas e fundamentos da questão ambiental. Política de Educação ambiental na comunidade. Constituição da República: Art. 225. Política Nacional de Meio Ambiente: Lei nº 6.938/81. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: LEI No 9.985/2000. Política Estadual de Educação Ambiental de Santa Catarina: Lei nº 13.558/2005. Caracterização e recuperação de áreas degradadas. Desenvolvimento sustentável. Qualidade e meio ambiente: ar, água, solo, saúde, segurança e meio ambiente. Legislação sobre patrimônio cultural no país, no estado e no município. Conceitos centrais de patrimônio cultural, Educação Patrimonial, memória, história, identidade, cidadania. Processos de educação patrimonial e os diálogos entre o patrimônio histórico e educação. Materialidade e imaterialidade no patrimônio cultural. Patrimônio educativo, industrial, rural, de imigração, e demais tipologias. Patrimônios Históricos do Município de Maracá.

Professor de Geografia: Espaço geográfico; Lugar; Paisagem; Território; Região; Orientação e representação espacial; Fusos horários; Escala cartográfica e geográfica, cálculo de escalas; Ambiente natural: ocupação, preservação/conservação; Economia e sociedade: desigualdades mundiais; Diversidade étnica e religiosa: conflitos sociais no Brasil e no mundo; Globalização: diferenças regionais; Fontes energéticas: A produção de energia – mundo e Brasil; A questão do biodiesel. Desenvolvimento econômico e a desigualdade social. As grandes desigualdades, regionais, naturais e humanas. Processo de Globalização: A economia globalizada; Os fluxos da economia global e a fome no mundo; Meio Ambiente: A questão ambiental e as relações entre a natureza e a sociedade; Perspectivas e desafios da sociedade atual com relação ao meio ambiente; Mudanças Climáticas; Evolução da humanidade e o clima; Políticas Nacionais e Internacionais sobre mudanças climáticas; Recursos naturais: localização e potencialidades; Os recursos energéticos (biomassa, hidroeletricidade, outras fontes de energia) e os recursos naturais; Geografia e educação ambiental. Meio Físico: Forma, dimensões, movimentos e estrutura do Planeta Terra; Caracterização do meio físico (geologia, geomorfologia, relevo, vegetação, domínios, biomas; processos erosivos e de formação do solo, solos; transformações naturais e antrópicas); As paisagens naturais; Climatologia: conceitos, camadas da atmosfera; caracterização, funções, processos e composição da atmosfera, climas. Sistemas de projeções. Identificação de sistemas de drenagem. Noções e conceitos básicos no ensino de geografia. Parâmetros Curriculares Nacionais. Geografia da População: aspectos demográficos, estrutura, dinâmica, migrações e distribuição da população no Brasil e no mundo globalizado. SANTA CATARINA. Proposta Curricular de Santa Catarina: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio: disciplinas curriculares. Florianópolis: COGEN, 1998.

Professor de Ciências: CICLO DE MATÉRIA E ENERGIA: estados físicos da matéria, transformação (ocorrência e utilização), Processos de produção de energia (substâncias químicas, misturas, noções de atomística, tabela periódica, ligações químicas, reações químicas, calor, eletricidade). NOÇÕES DE BIOLOGIA CELULAR: seres eucariontes e procariontes, características estruturais das células (membrana plasmática citoplasma e núcleo celular), A célula eucariótica animal: biomembranas, especializações da membrana plasmática (envoltórios, projeções, junções); componentes celulares citoplasmáticos: citoesqueleto, substâncias de reserva e de secreção, organelas; núcleo celular; divisão celular (mitose e meiose); o núcleo interfásico e divisional. SERES VIVOS: noções de classificação; principais características e representantes dos reinos: Monera, Protista, Fungi, Animais e plantas; Noções de parasitologia. VÍRUS: características e viroses. FUNDAMENTOS DE ECOLOGIA: conceitos fundamentais (organismos, populações e comunidades, habitat, nicho ecológico) interação do meio biótico e abiótico; Preservação, degradação e recuperação ambiental; Biomas brasileiros; Interações entre os seres vivos. O CORPO HUMANO: Funções corporais básicas (digestão, respiração, circulação, excreção e reprodução); sexualidade (reprodução e prevenção). NOÇÕES DE GENÉTICA E EVOLUÇÃO: - fecundação e hereditariedade (gametas, ovulogênese e espermatogênese na espécie humana); genes, genótipo e fenótipo; características hereditárias (homozigose, heterozigose, heredograma etc.); grupos sanguíneos e fator Rh. AR: os diferentes gases e suas funções no ambiente; influência do ar nas alterações climáticas, implicações sobre os seres vivos. O SOLO: estrutura da Terra, processos de produção, o homem como agente de transformação do solo. ÁGUA: ciclo da água: ocorrência de nuvens, neblina, orvalho, geada, granizo e neve; separação dos componentes de uma mistura por meio de mudanças de estado físico: vaporização, condensação, liquefação, fusão, solidificação; fontes que alteram a qualidade da água (algas, turbidez, cor, dureza, pH, DBO – demanda biológica de oxigênio).

Psicologia: A psicologia como ciência. Diferentes escolas, diferentes campos de atuação e tendências teóricas. Teoria Cognitivo Comportamental, Teorias Psicanalíticas, Psicologia Sistêmica, Psicologia do Desenvolvimento, Psicologia da Educação e Psicologia Organizacional: Absenteísmo; Recrutamento de pessoal: fontes e meios de recrutamento; Seleção de pessoas; Avaliação de desempenho; Aspectos psicossociais presentes no trabalho: Segurança no trabalho; Cultura e clima organizacional; Psicopatologia: entrevista e avaliação psicológica, anamnese, exame do estado mental. Dimensões e problemas éticos em relação a processos de diagnóstico psicológico, utilização de informações e cuidados relativos ao sigilo e proteção dos pacientes. Elaboração de Relatórios e Pareceres Psicossociais. A saúde mental no SUS: níveis de assistência e sua integração; Saúde mental na atenção primária/atenção básica à saúde; saúde mental e PSF. Atuação do Psicólogo em equipes multiprofissionais. Atuação do psicólogo no SUAS - Sistema Único de Assistência Social, Trabalho Social com Famílias. Reforma psiquiátrica no Brasil. Código de Ética profissional do Psicólogo. Código de Ética Profissional. Sistema Único de Saúde – Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990. Norma Operacional da Assistência à Saúde – SUS – NOAS 01/02.

Técnico pedagógico: Correntes teóricas e metodológicas. Relação desenvolvimento e aprendizagem; interdisciplinaridade. Teorias da Aprendizagem. Função social e política da escola. Inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais. Fases do desenvolvimento da

aprendizagem. Sistema Municipal de Avaliação. Gestão Escolar. Conhecimentos básicos inerentes às atividades do cargo. O homem enquanto sujeito social. A sociedade capitalista: relações de produção. A educação enquanto processo de humanização. O conhecimento numa perspectiva de totalidade. A produção material da escola pública contemporânea. As funções sociais da escola hoje. Os especialistas enquanto articuladores do projeto Político Pedagógico. O planejamento: concepções e metodologias. A avaliação escolar e institucional: concepções e desdobramentos pedagógicos. O currículo escolar. Os temas transversais na consolidação da proposta pedagógica. História da educação mundial. História da educação brasileira. História da educação de Santa Catarina. As tendências pedagógicas na educação. Gestão Democrática escolar e autonomia. O financiamento da educação. A organização escolar. Conhecimentos básicos inerentes às atividades do cargo.

2 - Cargos de Nível Médio

2.1 - Conhecimentos gerais para todos os cargos de nível Médio: 15 questões

Atualidades: Atualidade, cultura, economia, transformações e estrutura social. Política no Brasil e no mundo, tipos de energias, tecnologias empregadas na transformação da economia mundial, arte e cultura. Educação e desenvolvimento social. Aspectos importantes da história e da geografia brasileiras. Economia sustentável e biodiversidade.

Português: Ortografia, Linguagem Formal, Pronomes de Tratamento, Concordância Nominal e Verbal, Classes Gramaticais. Leitura e interpretação de pequenos textos. Escrita de palavras. Separação em sílabas. Gênero masculino e feminino. Ordem alfabética. Formação do plural aos substantivos terminados em vogal. Fonética: letra e fonema.

Matemática/Raciocínio Lógico: Números Reais: Conjuntos Numéricos, Desigualdade, Valor Absoluto, intervalos; Funções: Definição, Operações; Funções Elementares: Constante, do 1º grau, Modular, Quadrática, Polinomial e Racional; Porcentagem, Geometria, Razão e Proporção, Fatoração.

2.2 – Conhecimentos específicos para cada cargo de nível Médio: 25 questões

Agente de combate a endemias: Conhecimento do Sistema Único de Saúde (SUS): organização, princípios e diretrizes; Promoção e proteção da saúde. Política Nacional de Atenção Básica. Atribuições do agente de combate as endemias. Noções Básicas sobre Saúde e Saneamento; Noções Básicas de Epidemiologia: Notificação compulsória; Investigação; Inquérito; Surto; Bloqueio; Epidemia; Endemia; Controle de agravos. Vigilância em Saúde. Conhecimentos básicos sobre doenças: Doenças de chagas, Esquistossomose, Febre Amarela, leishmaniose, raiva. Dengue: Forma e transmissão; sintomas; prevenção; Programa nacional de controle da dengue. Diretrizes Nacionais para prevenção e o controle de epidemias. Ética e cidadania.

Agente de saúde ESF: Conhecimento do Sistema Único de Saúde (SUS): organização, princípios e diretrizes; Promoção e proteção da saúde. Política Nacional de Atenção Básica. Atenção Primária em Saúde; Atenção Básica de Saúde; Estratégia Saúde da Família; Atribuições do Agente Comunitário de Saúde; Noções Básicas sobre Saúde e Saneamento; Noções Básicas de Epidemiologia: Notificação compulsória; Investigação; Inquérito; Surto; Bloqueio; Epidemia; Endemia; Controle de agravos. Noções Básicas de Vigilância em Saúde. Conhecimentos básicos sobre doenças transmissíveis e sobre doenças e situações crônicas. Noções básicas de territorialização; Noções básicas de informática. Ética e cidadania.

Auxiliar de agente administrativo: Estrutura organizacional: Cultura organizacional e níveis hierárquicos na gestão pública, Tipos de liderança, processos administrativos municipais, tipos de relacionamento intrapessoal/interpessoal. Atendimento: Pronomes de tratamentos a autoridades, processo de comunicação, tipos de comunicação, relacionamento interpessoal, postura profissional, atendimento telefônico. Noções de gestão de pessoas: Conceitos, importância, relação com os outros sistemas de organização, diferenças entre gestão de pessoas e recursos humanos, ética, postura profissional na gestão pública. Gestão da qualidade: definições, conceitos, tipos de gestão da qualidade, métodos de gestão, metodologia 5S na organização pública.

Auxiliar de Ensino de Educação Infantil: Ética profissional; Virtudes profissionais: conceitos e valor; Segurança no Trabalho: conceito; Procedimentos de segurança no trabalho; Qualidade de vida no trabalho: cuidados com a saúde, administração de stress; Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA: conceito (Estatuto, criança, adolescente); características do ECA; Conselho Tutelar: constituição; Regimento Escolar.

Auxiliar em saúde bucal: Noções gerais de relações humanas. Atendimento pessoal e telefônico. Higiene Dentária: doença periodontal; medidas de prevenção e controle das doenças bucais (cárie e doença periodontal). Odontologia Social: processo saúde/doença; epidemiologia em saúde bucal; políticas de saúde; organização e planejamento de serviços de saúde. Materiais, equipamentos e instrumental: funcionamento, conservação e manutenção do equipamento; materiais odontológicos; instrumental odontológico; ergonomia. Fundamentos de Enfermagem: medidas de biossegurança em odontologia; primeiros socorros; anatomia bucal e dental. Técnicas Auxiliares de Odontologia: radiologia dentária; técnicas de restaurações plásticas e de proteção do processo dentina-polpa; técnicas de laboratório em prótese dental; teste de vitalidade pulpar.

Fiscal em vigilância sanitária: Vigilância Epidemiológica; Doenças Transmissíveis; Notificação de Doenças Transmissíveis; Noções sobre Epidemiologia; Noções sobre Intoxicação por Agrotóxicos. Noções de meio-ambiente: saneamento básico; poluição atmosférica e sonora. Coleta, transporte e destinação de lixo. Vigilância nutricional e de alimentos. Produção, armazenagem, distribuição e qualidade de alimentos. Enfermidades transmitidas por alimentos. Condições higiênicas-sanitárias de residências, estabelecimentos comerciais, escolares, industriais, de saúde e de uso coletivo.

Recepcionista: Relações interpessoais: relações humanas/ interpessoal, comunicação interpessoal, ética, postura profissional. O papel do atendimento nas organizações, deveres e responsabilidades, características adequadas ao profissional de atendimento ao público, atendimento telefônico, habilidades de transmissão e recepção da informação. Etiqueta no trabalho. Comunicação: Conceitos, importância, comunicação assertiva, comunicação passiva e comunicação agressiva

Técnico de enfermagem ESF: Ética e bioética em enfermagem – Lei do Exercício profissional. Competências do técnico de Enfermagem – COREN – COFEN. Competências do técnico de Enfermagem na Atenção Básica. Sistematização da Assistência de Enfermagem. Noções de biossegurança. Procedimentos de enfermagem: curativos, administração de medicação enteral e parenteral; sinais vitais; medidas antropométricas do adulto. Segurança do Paciente. Atenção Domiciliar Saúde da criança, acompanhamento do crescimento e desenvolvimento. Doenças infecto contagiosas. Atenção a pessoa com Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) Saúde da mulher: adolescente, adulta e idosa. Saúde da gestante: pré natal e puerpério. Amamentação. Princípios e diretrizes do SUS, indicadores de saúde e legislação da Estratégia de Saúde da Família. Políticas públicas da Estratégia Saúde de Família. Sistemas de informação em saúde: programas de informatização. Modelos de Atenção a Saúde; programas dos diferentes ciclos de vida. Política Nacional de Humanização do SUS. Notificação Compulsória municipal, estadual e nacional. Saúde Ambiental: higiene e saneamento básico. Programas de Vigilância em Saúde. Diretrizes do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB). Política Nacional Promoção a Saúde.

3 - Cargos de Ensino Fundamental

3.1 Conhecimentos Gerais para cargo de nível Ensino Fundamental

Atualidades: Atualidade, cultura, economia, transformações e estrutura social. Política no Brasil e no mundo, tipos de energias, tecnologias empregadas na transformação da economia mundial, arte e cultura. Educação e desenvolvimento social. Aspectos importantes da história e da geografia brasileiras. Economia sustentável e biodiversidade.

Português: Ortografia, Linguagem Formal, Pronomes de Tratamento, Concordância Nominal e Verbal, Classes Gramaticais. Leitura e interpretação de pequenos textos. Escrita de palavras. Separação em sílabas. Gênero masculino e feminino. Ordem alfabética. Formação do plural aos substantivos terminados em vogal. Fonética: letra e fonema.

Matemática/Raciocínio Lógico: Números Reais: Conjuntos Numéricos, Desigualdade, Valor Absoluto, intervalos; Funções: Definição, Operações; Funções Elementares: Constante, do 1º grau, Modular, Quadrática, Polinomial e Racional; Porcentagem, Geometria, Razão e Proporção, Fatoração.

3.2 Conhecimentos Específicos para cargo de nível Ensino Fundamental

Agente de Limpeza Urbana, Obras e Serviços Gerais: Aspectos gerais da limpeza urbana nas cidades brasileiras; A limpeza urbana no Brasil; A importância do serviço da limpeza urbana; Limpeza de Logradouros Públicos; A importância da limpeza de logradouros públicos; Aspectos históricos; Aspectos sanitários; Aspectos estéticos; Aspectos de segurança ; Resíduos encontrados nos logradouros; Serviços de varrição; Aspectos construtivos das vias urbanas; Redimensionando roteiros de varrição manual; Utensílios, ferramentas e vestuário; Tarefas do varredor; - Varrição; Varrição mecanizada; Capinação; Serviços de capina e raspagem; Serviços de roçagem; Equipamentos mecânicos para roçagem de mato; Serviços de limpeza de ralos; Serviços de limpeza de feiras ; Serviços de remoção manual e mecânica; Como reduzir o resíduos sólidos urbano lixo público; Limpeza de logradouros em cidades turísticas; Limpeza de logradouros; Limpeza de bocas-de-lobo ou caixas de ralo; Normas técnicas e resoluções correlacionadas: Coleta seletiva - Resolução CONAMA nº 275/2001; • Resíduos do Serviço de Saúde - Resolução CONAMA nº 358/2005; • Resíduos da construção civil - Resolução CONAMA nº 307/2002; • Óleo lubrificante - Resolução CONAMA nº 362/2005; • Pneus - Resolução CONAMA nº 258/99; • Pilhas e baterias - Resolução CONAMA nº 257/1999; • Resíduos sólidos - Classificação NBR 10.004; e • Aterros sanitários de resíduos sólidos urbanos - NBR 8.419 e NBR 843. Lei nº 11.445/2007 do Saneamento Básico; Lei 12305/2010 da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Riscos, doenças e acidentes relacionados ao trabalho de limpeza urbana; Riscos; Doenças; Acidentes; Prevenção de riscos, doenças e acidentes relacionados ao trabalho; Equipamento de proteção individual – EPI (NR6); Programas de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA (NR9) Trabalhos a céu aberto (NR21) Outras formas de prevenção para garantia da saúde e da segurança.

Faxineira/copeira: Objetivo do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); O papel do manipulador de alimentos; Atividades que podem ser desenvolvidas pelo manipulador de alimentos; Saúde e alimentação; Ergonomia e segurança no trabalho; Relações humanas e trabalho em equipe; Doenças transmitidas por alimentos; Controle higiênico sanitário dos alimentos.

Gari / Separador de resíduos sólidos: Aspectos gerais da limpeza urbana nas cidades brasileiras; A limpeza urbana no Brasil; A importância do serviço da limpeza urbana; Limpeza de Logradouros Públicos; A importância da limpeza de logradouros públicos; Aspectos históricos; Aspectos sanitários; Aspectos estéticos; Aspectos de segurança ; Resíduos encontrados nos logradouros; Serviços de varrição; Aspectos construtivos das vias urbanas; Redimensionando roteiros de varrição manual; Utensílios, ferramentas e vestuário; Tarefas do varredor; - Varrição; Varrição mecanizada; Capinação; Serviços de capina e raspagem; Serviços de roçagem; Equipamentos mecânicos para roçagem de mato; Serviços de limpeza de ralos; Serviços de limpeza de feiras ; Serviços de remoção manual e mecânica; Como reduzir o resíduos sólidos urbano lixo público; Limpeza de logradouros em cidades turísticas; Limpeza de logradouros; Limpeza de bocas-de-lobo ou caixas de ralo; Normas técnicas e resoluções correlacionadas: Coleta seletiva - Resolução CONAMA nº 275/2001; • Resíduos do Serviço de Saúde - Resolução CONAMA nº 358/2005; • Resíduos da construção civil - Resolução CONAMA nº 307/2002; • Óleo lubrificante - Resolução CONAMA nº 362/2005; • Pneus - Resolução CONAMA nº 258/99; • Pilhas e baterias - Resolução CONAMA nº 257/1999; • Resíduos sólidos - Classificação NBR 10.004; e • Aterros sanitários de resíduos sólidos urbanos - NBR 8.419 e NBR 843. Lei nº 11.445/2007 do Saneamento Básico; Lei 12305/2010 da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Riscos, doenças e acidentes relacionados ao trabalho de limpeza urbana; Riscos; Doenças; Acidentes; Prevenção de riscos, doenças e acidentes relacionados ao trabalho; Equipamento de proteção individual – EPI (NR6); Programas de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA (NR9) Trabalhos a céu aberto (NR21) Outras formas de prevenção para garantia da saúde e da segurança.

Merendeira: Histórico, panorama atual e objetivo do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Conselho de Alimentação Escolar (CAE); Atribuições dos manipuladores no PNAE; Alimentos permitidos e proibidos nos cardápios para alimentação escolar; Alimentação como direito no ambiente escolar; Promoção da alimentação saudável; Boas práticas na produção de alimentos nas escolas / Resolução da Diretoria Colegiada(RDC) nº 216 de 15 de setembro de 2004, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA); Saúde no ambiente escolar, Ergonomia e segurança no trabalho, Relações humanas e trabalho em equipe.

Monitor de ônibus: Conhecimentos específicos: Código de Trânsito Brasileiro (Disposições preliminares, O sistema nacional de trânsito, Normas gerais de circulação e conduta, Dos pedestres e condutores de veículos não motorizados, Da sinalização de trânsito, Dos veículos, Da condução de escolares, Da habilitação, Das infrações); Noções de primeiros socorros; Noções de mecânica; Meio ambiente; Atendimento ao corpo docente e discente; Estatuto da Criança e do Adolescente ECA Lei 8.069/90; Relacionamento interpessoal; Lei 9.034/1996; Lei 10.709/2003; Lei 10.880/2004; 11.947/2009; Decreto 6.768/2009; Resolução FNDE nº. 7 de 2010.

Motorista de caminhão e ônibus: Código de Trânsito Brasileiro: normas gerais de circulação e conduta; condução de veículos por motoristas profissionais; pedestres e condutores de veículos não motorizados; sinalização de trânsito; veículos; registro de veículos; licenciamento; habilitação; infrações; medidas administrativas; crimes de trânsito. Direção defensiva. Cargas Perigosas. Equipamentos obrigatórios.

Operador de máquinas e equipamentos: Código de Trânsito Brasileiro: normas gerais de circulação e conduta; condução de veículos por motoristas profissionais; pedestres e condutores de veículos não motorizados; sinalização de trânsito; veículos; registro de veículos; licenciamento; habilitação; infrações; medidas administrativas; crimes de trânsito. Direção defensiva. Cargas Perigosas. Equipamentos obrigatórios. Equipamentos de proteção individual e coletivo. Norma Regulamentadora NR6.

Operador de Tratores agrícolas: Legislação e Sinalização de Trânsito; Normas gerais de circulação e conduta; Sinalização de Trânsito; Direção defensiva; Primeiros Socorros; Proteção ao Meio Ambiente; Cidadania; Noções de mecânica básica de autos; Código de Trânsito Brasileiro e seus Anexos, Decreto nº 62.127 de 16/01/68 e Decreto nº 2.327 de 23/09/97. Condução de veículos da espécie; Manobras; Conhecimentos sobre os instrumentos do painel de comando; Manutenção do veículo; Direção e operação veicular de máquinas leves motorizadas e não motorizadas. Meio Ambiente. Uso de Equipamentos de Proteção Individual – EPI's. Conhecimentos inerentes a função observando-se a prática do dia-a-dia.

Servente de escola: Limpeza e higiene em geral. Limpeza e conservação dos objetos de uso, de equipamentos e do local de trabalho. Controle de estoque dos materiais de limpeza. Remoção de resíduos e detritos, destino e seleção dos resíduos sólidos. Segurança e higiene do trabalho. Acidente de trabalho e prevenção de acidentes de trabalho. Noções sobre primeiros socorros. Uso de equipamentos de proteção individual (EPIs).

Zelador de escola: Patrimônio Público: O que é? Bom trato com os bens públicos. Recebimento e distribuições de documentos (setor, meios). Regras de Segurança; Relações interpessoais; Ética profissional; Conhecimentos básicos inerentes à área de atuação; conhecimentos acerca das formas de comunicação dos atos de depredação do patrimônio público e das formas de comunicação das tentativas de arrombamento de portas, janelas; conhecimentos sobre equipamentos necessários ao exercício das atribuições do cargo, bem como sua manutenção e conservação; conhecimentos sobre o controle de entrada e saída de pessoas e veículos nos locais de vigilância e da forma e meios para a comunicação de anormalidades e ocorrências diversas, no local e horário de trabalho. Noções de ética e cidadania; Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Noções sobre jardinagem, limpeza, manutenção e reparo dos espaços.

ANEXO II

Descrição das Atividades dos Cargos

NÍVEL SUPERIOR

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL - 30H

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Superior Concluído em Assistência Social e Registro no Conselho da Categoria Profissional.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Planejar e executar atividades que visam a assegurar o processo de melhoria da qualidade de vida, bem como garantir o atendimento das necessidades básicas das classes populares e dos segmentos sociais mais vulneráveis às crises socioeconômicas e exercer as atribuições inerentes ao serviço social público conforme preconiza a legislação.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Elaborar, implementar, executar e avaliar planos, projetos, políticas e medidas socioeducativas do âmbito de atuação de serviço social;
- Planejar, executar e avaliar pesquisas e estudos socioeconômicos que contribuam para o conhecimento da realidade individual, familiar e social, possibilitando eleição de alternativas de intervenção;
- Participar da elaboração e execução de campanhas educativas no campo da saúde pública, higiene, saneamento, educação e cultura;
- Organizar atividades ocupacionais para menores, idosos e desamparados;
- Orientar o comportamento e acompanhar grupos específicos de pessoas em face de problemas de habitação, saúde, higiene, educação, planejamento familiar e outros;
- Promover, através de entrevistas, palestras, visitas em domicílios, encaminhamentos e outros meios, a prevenção ou solução de problemas sociais identificados entre grupos específicos de pessoas;
- Organizar e manter atualizadas referências sobre as características socioeconômicas dos assistidos nas unidades de assistência social;
- Aconselhar e orientar a população nos postos de saúde, escolas e creches municipais;
- Prestar atendimento, estudar e propor soluções para recolhimento, triagem e recuperação social da população de rua;
- Prestar atendimento e adotar os procedimentos necessários ao encaminhamento de crianças e adolescentes vítimas de maus tratos e abuso sexual, articulando com as autoridades competentes e providenciando condições para seu recolhimento e guarda, quando necessário;
- Organizar grupos visando a criação de associações comunitárias, grupos de geração de renda, cooperativas e outras formas de associativismo;
- Promover palestras a jovens, adultos e idosos objetivando a integração, associação ou formação de grupos para consecução de objetivos

coletivos nas áreas culturais, esportivas, laborativas e de lazer;

- Desenvolver, promover e executar programas de geração de renda destinados às famílias de baixa renda;
- Promover, coordenar e executar cursos, palestras, seminários e outros destinados à formação de mão de obra de jovens e adultos, direta ou indiretamente através de órgãos especializados;
- Elaborar e executar programas de capacitação de mão-de-obra e sua integração no mercado de trabalho;
- Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação;
- Participar das atividades administrativas, de controle e de apoio referentes à sua área de atuação;
- Participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar;
- Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades da Prefeitura e outras entidades públicas e particulares, realizando estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições sobre situações e/ou problemas identificados;
- Realizar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional;
- Planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais de acordo com os programas federais, estaduais e municipais vigentes, implementando-os de acordo com o planejamento estratégico existente no município;
- Prestar assessoria e consultoria a órgãos de administração pública, empresas, entidades e movimentos sociais, em matéria relacionada às Políticas Sociais, bem como, no exercício e defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- Realizar investigação da necessidade da população em usufruir benefícios de programas federais, estaduais e municipais e realizar pareceres;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico.

CARGO: ENFERMEIRO - ENFERMEIRO ESF

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Superior em Enfermagem com registro no respectivo conselho regulador da categoria profissional.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Prestar assistência de enfermagem ao indivíduo, à família e à comunidade em situações que requerem medidas relacionadas com a promoção, proteção e recuperação da saúde, prevenção de doenças, reabilitação de incapacitados, alívio do sofrimento e promoção do ambiente terapêutico, levando em consideração os diagnósticos e os planos de tratamento médico e de enfermagem, tudo de acordo com as normas legais vigentes à sua atribuição funcional.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Prestar assistência de enfermagem a nível individual e coletivo, examinando pacientes, orientando, fazendo educação em saúde, acompanhando a evolução, prescrevendo medicamentos conforme rotina, registrando o atendimento em documento próprio e referenciando para outros níveis de assistência quando necessário;
- Executar os programas de estratégia de saúde da família (para enfermeiro ESF) em concordância com a legislação federal e portarias emitidas pelo Ministério da Saúde e Fundo Nacional de Saúde;
- Acompanhar as famílias devidamente cadastradas ao ESF (Estratégia Saúde da Família) prestando o suporte necessário e encaminhando as unidades de saúde quando necessário (para Enfermeiro ESF);
- Zelar pela provisão e manutenção adequada de enfermagem ao cliente;
- Realizar cuidados diretos de enfermagem nas urgências e emergências clínicas, fazendo a indicação para a continuidade da assistência prestada;
- Realizar consulta de enfermagem, solicitar exames complementares, prescrever/transcrever medicações, conforme protocolos estabelecidos nos Programas do Ministério da Saúde e as disposições legais da profissão;
- Executar as ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida: criança, adolescente, mulher, adulto, e idoso;
- Programar e coordenar todas as atividades de enfermagem que visam o bem estar do cliente.
- Exercer funções de coordenador, encarregado da chefia, quando designado;
- Aplicar tratamentos prescritos, bem como participar de programas voltados a saúde pública;
- Comparecer às reuniões técnico-científicas e administrativas quando solicitado, executar outras tarefas correlatas ao cargo;
- Supervisionar e coordenar o trabalho do pessoal de enfermagem, assistente administrativo e zeladores;
- Participar de equipe multiprofissional na elaboração de diagnósticos de saúde da região, analisando os dados e propondo mecanismos de intervenção prioritários para a melhoria do nível de saúde da população;
- Participar na elaboração, execução, adequação e/ou coordenação de programas e projetos, visando a sistematização e melhoria da qualidade das ações de saúde;
- Promover a integração entre a Unidade Saúde, a comunidade e outros serviços locais, visando a promoção da saúde;
- Participar do planejamento, coordenação, execução e avaliação de campanhas de vacinação, auxiliando no estabelecimento de locais, metas, materiais, equipamentos, pessoal e outros itens necessários;
- Planejar demandas, avaliar a qualidade, controlar e dar pareceres técnicos sobre medicamentos, materiais de consumo, imunobiológicos e equipamentos, solicitando manutenção ou reparo quando necessário;
- No nível de suas competências, executar assistência básica e ações de vigilância epidemiológica e sanitária;
- Realizar ações de saúde em diferentes ambientes e, quando necessário, no domicílio;
- Realizar as atividades corretamente às áreas prioritárias de intervenção na Atenção Básica, definidas nas normas operacionais de assistência à saúde;
- Organizar e coordenar a criação de grupos de patologias específicas, como de hipertensos, de diabéticos, de saúde mental, etc;
- Supervisionar e coordenar ações para capacitação dos Agentes Comunitários de Saúde e outros auxiliares, com vistas ao desempenho de suas funções;
- Atender a solicitações, demandas correlatas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico.

CARGO: ENGENHEIRO CIVIL

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Superior completo em Engenharia Civil com registro no respectivo conselho regulador da categoria profissional.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Elaborar e executar projetos de engenharia relativos a edificações, organização de infraestrutura, rodovias, esgoto pluvial e cloacal, sistema pluvial de esgoto e demais obras públicas, estudando características e preparando planos, métodos de trabalho e demais dados requeridos, para possibilitar e orientar a construção, manutenção e reparo das obras e serviços de engenharia, assegurar os padrões técnicos exigidos de acordo com a legislação vigente.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Elaborar, executar e dirigir projetos de engenharia relativos a estrutura de edificações, tráfego, vias urbanas e obras de pavimentação, sistemas de água e esgoto, aproveitamento de recursos naturais, serviços de equipamentos urbanos, rurais e regionais, dentre outros;
- Produzir, coordenar ou supervisionar a elaboração de projetos técnicos e desenhos técnicos;
- Preparar termos de referencia e demais documentos técnicos pertinentes à licitações, tomadas de preços e outros procedimentos administrativos e legais;
- Observar o cumprimento das normas urbanísticas estabelecidas no Plano Diretor Municipal;
- Estudar características, especificações e preparar plantas, orçamentos de custos, técnicas de execução e outros dados, para possibilitar e orientar a construção, manutenção e reparo das obras, dentro dos padrões técnicos exigidos;
- Efetuar vistorias, perícias, avaliação de imóveis, arbitramento, emissão de laudos e pareceres técnicos sempre que inerente à sua área de atuação;
- Assessorar gestores em assuntos técnicos da sua área;
- Atuar como responsável legal nas atribuições de sua especialidade, sempre que solicitado;
- Padronizar, normatizar e regulamentar os processos de sua área de atuação;
- Analisar e elaborar pareceres técnicos e relatórios referentes a projetos de sua área;
- Supervisionar, coordenar, orientar e fiscalizar contratos referentes a obras e serviços de engenharia, próprios ou terceirizados;
- Apoiar a execução dos trabalhos de equipe, esclarecendo dúvidas e informando sobre alterações introduzidas em procedimentos, normas e instruções em vigor;
- Supervisionar e orientar a especificação técnica de obras, materiais, serviços, equipamentos e sistemas;
- Coordenar, orientar e executar as tarefas de padronização, mensuração e controle de qualidade;
- Acompanhar práticas de mercado com proposição de soluções aplicáveis aos processos na sua área de atuação;
- Zelar pela guarda dos materiais, equipamentos e ferramentas utilizados na execução de suas tarefas;
- Atuar em consonância com demais profissionais da área, em especial com os profissionais da área de arquitetura e urbanística;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico.

CARGO: FARMACÊUTICO

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Superior completo em Farmácia com registro no respectivo conselho regulador da categoria profissional.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Exercer as atividades de manipulação, controle e entrega de medicamentos, fazendo-o de acordo com as formulas e critérios técnicos estabelecidos no controle de medicamento e insumos químicos, em consonância com as normas e procedimentos legais inerentes à sua atribuição profissional.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Executar tarefas relacionadas com a composição e fornecimento de medicamentos, em especial, no controle e gerência de produtos farmacêuticos relacionados à saúde, desenvolvendo atividades de planejamento, pesquisa, seleção (padronização), aquisição (planejamento, licitação, análise técnica), manipulação, controle de qualidade e também no planejamento, logística e controle de armazenamento, distribuição, transporte, guarda e dispensação dos produtos farmacêuticos;
 - Efetuar a manipulação farmacêutica, o aviamento e entrega de produtos prescritos sempre com orientação técnica sobre o uso, guarda e aplicação dos mesmos;
 - Realizar manipulações farmacêuticas e fiscalizar a qualidade dos produtos farmacêuticos e manipular drogas; de acordo com as prescrições médicas;
 - Participar do controle de estoque, controle de entrega e aplicação dos medicamentos conforme orientação técnica;
 - Fazer requisições de medicamentos, drogas e materiais necessários à farmácia;
 - Controlar a requisição e guarda de medicamentos bem como o arquivamento de documentos pertinentes às prescrições médicas e técnicas;
 - Organizar e atualizar fichários e controles sobre produtos farmacêuticos, químicos e biológicos, mantendo registro permanente do estoque de drogas, especialmente da medicação controlada, respondendo pela custódia de drogas tóxicas e narcóticos;
 - Atuar na assistência farmacêutica ao usuário e a equipe de saúde;
 - Desenvolver projetos terapêuticos e participar da elaboração, coordenação e implantação de políticas de saúde e relativas a produtos farmacêuticos;
 - Supervisor as unidades de saúde da rede municipal no que tange à distribuição e gestão dos medicamentos;
 - Fiscalizar os ambientes públicos promovendo a vigilância de produtos e serviços que afetam a saúde e, desenvolver ações de vigilância em saúde de baixa, média e alta complexidade nas áreas ambiental e sanitária;
 - Participar de orientações microbiológicas e imunológicas químicas, físico-químicas e físico-toxicológicas;
 - Acompanhar, quando necessário, os efeitos dos medicamentos;
 - Orientar, coordenar e supervisionar trabalhos a serem desenvolvidos por auxiliares;
- executar outras tarefas afins;
- Observar e cumprir as normas estabelecidas pela ANVISA;

- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico.

CARGO: FISIOTERAPEUTA

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Superior concluído em Fisioterapia, com registro no órgão fiscalizador;

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Realizar atividades relacionadas à assistência em fisioterapia, com ênfase à prevenção, avaliação e sessões de fisioterapia como forma de prevenção, correção e recomendação de outros especialistas médicos, visando uma excelente prestação de serviços de fisioterapia a comunidade do município que utiliza o sistema municipal de saúde.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Prestar assistência fisioterapêutica (Anatomia; Fisiologia; Neurologia; Ortopedia; Fundamentos de Fisioterapia, Cinesioterapia, Fisioterapia aplicada à neurologia – infantil e adulto, fisioterapia aplicada à ortopedia e traumatologia, fisioterapia aplicada à ginecologia e obstetria, fisioterapia aplicada a Pneumologia). Prioridade para atendimento ao Serviço de Saúde Pública;
- Disposição para mudanças de turno e/ou horário para prestação de serviço;
- Comprometimento com a implantação de Programas de Saúde específicos do município;
- Obedecer as Políticas de Saúde estabelecidas pela Secretaria de Saúde e Ação Social ou órgão competente;
- Manter conduta que propicie ao usuário do Sistema de Saúde um atendimento eficaz, honesto, agradável e atencioso;
- Atender consultas em ambulatórios, hospitais e unidades volantes;
- Examinar casos especiais e serviços especializados;
- Preencher relatórios mensais relativos às atividades do emprego;
- Participar de programas e pesquisa em Saúde Pública e/ou Coletiva;
- Executar outras tarefas correlatas, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão, compatíveis com sua formação, previstas em lei, regulamento ou por determinação de superiores hierárquicos.

CARGO: FONOAUDIÓLOGO

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Superior completo em Fonoaudiologia com registro no respectivo conselho regulador da categoria profissional.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Realizar atividades relacionadas à assistência fonoaudiológica, com ênfase à prevenção, avaliação e terapia fonoaudiológica, comunicação oral e escrita, voz, audição/sistema nervoso e musculatura facial, visando a coordenação de atividades funcionais desenvolvidas especialmente na área educacional, visando a qualificação do processo de ensino e aprendizagem dos alunos e demais beneficiários.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Preparar diagnósticos em diversas patologias fonoaudiológicas (dislalia, dislexia, disortografia, disfonia, problemas psicomotores, atraso de linguagem, disartria e afasia) e recomendar a terapêutica indicada para cada caso;
- Trabalhar no acompanhamento a distúrbios e reabilitação de pacientes neuropatas com problemas de linguagem como a dislexia e de pessoas que tem língua presa ou que tenha problemas de linguagem devido a perda auditiva;
- Desenvolver, coordenar e assessorar os trabalhos de prevenção fonoaudiológica, em especial, voz e audição, comunicação escrita e oral;
- Atender a população de um modo geral, diagnosticando enfermidades, medicando-os ou encaminhando-os, em casos especiais, a setores especializados;
- Efetuar consultas de fonoaudiologia nas unidades de serviço e atendimento e efetuar exames em escolares e pré-escolares;
- Prescrever exames laboratoriais;
- Oferecer e aplicar técnicas e dinâmicas de aperfeiçoamento dos padrões da voz e fala;
- Emitir pareceres fonoaudiológicos na área de comunicação oral e escrita, voz e audição;
- Operar máquinas e equipamentos inerentes à sua área de atuação;
- Participar de equipes de diagnóstico realizando a avaliação da comunicação oral e escrita, voz e audição;
- Projetar, supervisionar, dirigir e efetuar pesquisas fonoaudiológicas junto aos beneficiários;
- Participar das equipes de orientação e planejamento interdisciplinar;
- Atender emergências e prestar socorros;
- Elaborar relatórios, emitir laudos médicos e anotar em ficha apropriada os resultados obtidos;
- Atuar em conjunto com os demais profissionais da saúde, creches, escolas e programas vigentes;
- Realizar outras atividades inerentes à sua atribuição funcional, de acordo com as normas profissionais;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico;

TÍTULO DO CARGO: MÉDICO CLÍNICO GERAL – MÉDICO ESF - MÉDICO GINECOLOGISTA 2– MÉDICO PEDIATRA

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Formação em nível de graduação em medicina e registro no órgão fiscalizador do exercício profissional; Comprovante de residência médica e ou especialidade médica, com respectivo registro no Conselho Regional de Medicina.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Executar atividades e procedimentos com ênfase em clínica médica, procedimentos, cirúrgicos, interpretação de exames e laudos, prescrição de medicamentos e demais atividades inerentes à atividade médica, conforme técnicas e metodologia de atendimento e organização do sistema médico-hospitalar, atuando na clínica geral e ou sua área de especialização, e desenvolvendo ações que visem a promoção, prevenção e recuperação da saúde humana.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Realizar atividades e procedimentos com ênfase em clínica médica, de acordo com as regras, rotinas e técnicas de procedimento estabelecidos pela ciência médica;
- Efetuar procedimentos, cirúrgicos, interpretação de laudos, prescrição de medicamentos e demais atividades inerentes à atividade médica;
- Analisar e interpretar resultados de exames de raio-x, bioquímico, hematológico e outros, comparando-os com os padrões normais, para confirmar e informar o diagnóstico;
- Atender as demandas do sistema de atendimento mantido pela administração em conformidade com as normas e metodologia de organização estabelecidos;
- Prestar atendimento médico e ambulatorial a pacientes da rede de atendimento;
- Prescrever medicamentos, respeitando a política municipal de assistência farmacêutica, indicando dosagem e a respectiva via de administração;
- Manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnosticada, tratamento e evolução da doença;
- Emitir atestados de saúde e aptidão física e mental, de óbito, para atender determinações legais;
- Atuar na área de urgência, emergência clínica, cirúrgicas e traumáticas, quando necessário;
- Examinar pacientes, solicitando e interpretando exames e análises, prescrevendo, orientando e acompanhando a evolução de pacientes, registrando a consulta em documentos próprios e encaminhando quando necessário;
- Participar de equipe multiprofissional, na elaboração de diagnóstico de saúde da área, analisando dados de morbidade e mortalidade, verificando os serviços e a situação de saúde da comunidade, para o estabelecimento de prioridades nas atividades a serem implantadas;
- Coordenar as atividades médicas, acompanhando e avaliando as ações desenvolvidas, participando de estudos de casos, estabelecendo planos de trabalho, visando prestar assistência de saúde integral ao indivíduo;
- Participar na elaboração e ou adequação de programas, normas, rotinas, visando a sistematização e melhoria da qualidade ações de saúde;
- Participar dos programas ESF e seus objetivos;
- Orientar a equipe de técnicos e assistentes nas atividades delegadas;
- Realizar exames em peças operatórias ou de necropsias para fins de diagnósticos;
- Realizar necropsia para fins de diagnósticos de causas mortais;
- Assinar declaração de óbito;
- Atuar nas demais tarefas e atividades inerentes à sua formação profissional, fazendo-o, quando necessário, na sua área de especialidade, de acordo com as determinações ético-profissionais;
- Cumprir e fazer cumprir os protocolos médicos estabelecidos pelo Sistema Único de Saúde;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico;
- Executar as demais atividades correlatas à sua atividade profissional, com eficiência e zelo, sempre em estreito cumprimento à legislação e normas vigentes.
- Participar de campanhas de saúde comunitária de caráter preventivo;
- Disponibilizar todos os procedimentos de sua área de especialização aos usuários do SUS;
- Exercer outras atividades, compatíveis com a sua formação, previstas em Lei, regulamento ou por determinação superior.

CARGO: ODONTÓLOGO

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Superior em Odontologia com registro no respectivo conselho regulador da categoria profissional.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Executar rotinas técnicas de trabalho e procedimentos inerentes à atividade do cirurgião dentista, realizando exames clínicos, radiológicos, diagnósticos e prognósticos, tratamento curativo, prescrições de remédios, encaminhamentos e demais atividade correlatas à atribuição funcional, em acordo com o seu nível de formação e legislação vigente.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Realizar os procedimentos clínicos definidos nas normas operacionais básicas do Sistema Único de Saúde e demais normativas vigentes no que tange a esta atribuição funcional;
- Realizar exames clínicos com a finalidade conhecer a realidade epidemiológica de saúde bucal dos usuários;
- Realizar o tratamento integral, no âmbito da atenção básica para a população adstrita;
- Encaminhar e orientar os usuários que apresentam problemas complexos a outros níveis de assistência, assegurando seu acompanhamento;
- Realizar atendimentos de primeiros cuidados nas urgências;
- Realizar pequenas cirurgias ambulatoriais;
- Realizar os procedimentos clínicos definidos pelas normas operacionais básicas de saúde vigentes no Sistema Único de Saúde;
- Realizar cirurgias ambulatoriais;
- Prescrever medicamentos e outras orientações na conformidade dos diagnósticos;
- Emitir laudos, pareceres e atestados sobre assuntos de sua competência;
- Assegurar a integralidade do tratamento no âmbito da atenção básica para a população;
- Encaminhar e orientar os usuários, que apresentarem problemas mais complexos, a outros níveis de especialização, assegurando o seu retorno e acompanhamento, inclusive para fins de complementação do tratamento;
- Executar as ações de assistência integral, aliando a atuação clínica à de saúde coletiva, assistindo as famílias, indivíduos ou grupos específicos, de acordo com plano de prioridades locais;
- Tratar as afecções da boca, usando procedimentos clínicos e/ou cirúrgicos para a conservação dos dentes e gengivas;
- Aconselhar aos pacientes os cuidados de higiene, para orientá-los na proteção dos dentes e gengivas;
- Examinar os dentes e a cavidade bucal, utilizando aparelhos ou por via direta, para verificar a presença de cáries e outras afecções, determinando-lhes a extensão e a profundidade;
- Extrair raízes e dentes, utilizando boticões e outros instrumentos especiais para prevenir infecções normais;
- Registrar na Ficha D – Saúde Bucal, do Sistema de Informação da Atenção Básica – Siab – todos os procedimentos realizados;

- Coordenar ações coletivas voltadas para à promoção e prevenção em saúde bucal;
- Programar e supervisionar o fornecimento de insumos para as ações coletivas;
- Supervisionar o trabalho desenvolvido pelo Técnico em Saúde Dental - TSB e o Atendente de Consultório dentário - ACD;
- Capacitar as equipes de saúde da família no que se refere às ações educativas e preventivas em saúde bucal;
- Participar de campanhas de saúde comunitária de caráter preventivo;
- Realizar levantamento epidemiológico para traçar o perfil de saúde bucal da população adscrita;
- Cumprir e fazer cumprir as determinações dos entes governamentais no âmbito dos programas específicos;
- Exercer outras atividades, compatíveis com sua formação, previstas em lei, regulamento ou por determinação de superiores hierárquicos.

Cargos: Professor (Atendimento de educação Especializada - AEE, Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Educação Patrimonial/Ambiental, Educação Física, Artes, Ensino Religioso, Língua Estrangeira Inglesa, História, Geografia, Pedagogo Educação Infantil e Pedagogo Anos/Séries Iniciais do Ensino Fundamental).

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Nível Superior completo na área específica.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Participar da elaboração do Regimento Escolar e Proposta Pedagógica da escola;
- Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem;
- Participar do processo de planejamento das atividades da escola;
- Elaborar programas, planos de curso, atendendo o avanço da tecnologia educacional e as diretrizes do ensino;
- Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular da escola;
- Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino;
- Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
- Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos;
- Estabelecer formas alternativas de recuperação para alunos que apresentarem menor rendimento;
- Atualizar-se em sua área de conhecimento;
- Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;
- Zelar pela aprendizagem do aluno;
- Manter-se atualizado sobre legislação de ensino;
- Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselho de classe;
- Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua classe;
- Seguir as diretrizes do ensino, emanados do órgão superior competente;
- Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento;
- Zelar pela disciplina e pelo material docente;
- Executar, outras atividades afins e compatíveis com o cargo.

Cargo: Psicólogo

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Superior completo em Psicologia com Registro no respectivo Conselho Regulador da Categoria Profissional.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Planejar, desenvolver, executar, interpretar, elaborar, orientar, analisar, acompanhar, validar e avaliar estratégias de intervenções psicossociais a partir das necessidades e clientela identificadas entre os beneficiários e comunidade, fazendo-o por intermédio de técnicas psicológicas aplicadas na área de atuação, de acordo com a metodologia, as técnicas e as normas aceitáveis em sua área profissional.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Atuar em parceria e integração com as equipes multisetoriais atuantes no município, em especial, no atendimento de programas federais ligados à assistência social, educação e saúde;
- Trabalhar em equipes multiprofissionais, colaborando na construção dos projetos terapêuticos e executando metas e metodologias derivadas dos programas implementados no município;
- Desenvolver diagnóstico psicossocial no setor em que atua visando à identificação de necessidades e da clientela alvo de sua atuação, proporcionando, por intermédio do acompanhamento profissional, acompanhamento e resolução das demandas;
- Desenvolver atividades que visem a preservação, promoção, recuperação, reabilitação da saúde mental e valorização do ser humano;
- Proceder ao estudo e avaliação dos mecanismos de comportamento humano para possibilitar a orientação à seleção e ao treinamento atitudinal no campo profissional e o diagnóstico e terapia clínica;
- Realizar diagnóstico e atendimento psicológico;
- Elaborar laudos psicológicos;
- Efetuar o acompanhamento em pacientes em situação de risco;
- Participar de oficinas terapêuticas, realizar grupos temáticos e psicodiagnósticos;
- Oferecer psicoterapia, ludoterapia individual e ou grupal, com acompanhamento clínico, para tratamento dos casos;
- Empregar técnicas como testes de inteligências e personalidade, observações de conduta;
- Atender crianças com problemas de deficiência mental e sensorial ou portadora de desajustes familiares ou escolares, encaminhando-se para as escolas ou classes especiais;
- Promover e participar de ações intersetoriais com outras secretarias do poder público sociedade civil;
- Orientar e encaminhar clientela para atendimento curativo e/ou preventivo no âmbito da saúde mental;
- Orientar familiares;
- Realizar e participar de programas educativos para pais e educadores, voltados à prevenção e solução de problemas relacionados a dependências químicas;
- Prestar atendimento breve a pacientes em crise e a seus familiares, bem como a alcoolistas e toxicômanos;

- Formular hipóteses de trabalho, para orientar as explorações psicológicas, médicas e educacionais; realizar pesquisas psicopedagógicas; confeccionar e selecionar o material psicopedagógico e psicológico necessário ao estudo dos casos;
- Manter atualizado o prontuário de casos estudados;
- Responsabilizar-se por equipes auxiliares necessárias à execução das atividades próprias do cargo;
- Participar, dentro de sua especialidade, de equipes multidisciplinares e programas de ação comunitária visando a construção de ações integradas;
- Desenvolver ações de pesquisas e aplicações práticas da psicologia no âmbito da saúde, educação, trabalho, assistência social e outros;
- Assessorar, prestar consultoria e dar pareceres dentro de uma perspectiva psicossocial;
- Elaborar relatórios de trabalhos desenvolvidos;
- Manter-se atualizado nos processos e técnicas utilizadas pela Psicologia;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico.

CARGO: Técnico Pedagógico

Descrição Sumária: Desenvolver e executar atividades pedagógicas e de orientação educacional.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Articular as diferentes tendências relacionadas ao processo pedagógico, buscando unidade de ação, com vistas às finalidades da educação;
- Acompanhar o trabalho da escola assessorando a direção no diagnóstico, no planejamento e na avaliação de resultados, na perspectiva de um trabalho coletivo e interdisciplinar;
- Buscar atualização permanentemente;
- Ajudar a implantar e manter formas de atuação, estabelecidas com o propósito de assegurar as metas e objetivos traçados para garantir a função social da escola;
- Coletar, organizar e socializar a legislação de ensino e de administração de pessoal;
- Colaborar com a direção da escola no sentido de organizar e distribuir recursos físicos e humanos, necessários à viabilização do projeto político-pedagógico da escola;
- Coordenar o processo de elaboração e atualização do Regimento Escolar, garantindo o seu cumprimento;
- Colaborar na elaboração de diretrizes científicas e unificadoras do processo administrativo, que levem à consecução da filosofia e da política educacional;
- Coordenar a orientação vocacional e o aconselhamento psicopedagógico do educando;
- Orientar os professores na identificação de comportamentos divergentes dos alunos, bem como de propostas alternativas de solução;
- Subsidiar os professores quanto à utilização de recursos psicopedagógicos;
- Promover o aconselhamento psicopedagógico dos alunos, individual ou em grupo, aplicando os procedimentos adequados;
- Participar na construção do projeto político-pedagógico;
- Participar do diagnóstico da escola junto à comunidade escolar, identificando o contexto sócio-econômico e cultural em que o aluno vive;
- Estimular a reflexão coletiva de valores morais e éticos, visando a construção da cidadania;
- Colaborar na construção da auto-estima do aluno, visando a aprendizagem do mesmo, bem como à construção de sua identidade pessoal e social;
- Influir para que o corpo diretivo e docente, se comprometam com o atendimento as reais necessidades dos alunos;
- Avaliar o desempenho da escola, como um todo, de forma a caracterizar suas reais possibilidades e necessidades, seus níveis de desempenho no processo de desenvolvimento do currículo e oportunizar tomadas de decisões;
- Apresentar propostas que visem a melhoria da qualidade de ensino e o alcance das metas estabelecidas para esse fim;
- Coordenar a elaboração do planejamento de ensino e de currículo;
- Orientar e supervisionar atividades visando o pleno rendimento escolar;
- Assessorar o trabalho docente quanto a métodos e trabalho de ensino e colaborar na busca de soluções para os problemas de repetência, evasão e reprovação escolar.
- Promover o aperfeiçoamento dos professores através de encontro de estudo ou reuniões pedagógicas;
- Colaborar com as atividades de articulação da escola-família-comunidade;
- Executar outras atividades afins.

NÍVEL MÉDIO

Cargo: Agente de combate a endemias

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Médio Concluído.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Exercer atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS por intermédio de ações educativas e coletivas, preferencialmente nos domicílios e na comunidade, cumprindo as condicionalidades estabelecidas pelos programas dos entes federativos.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Exercer atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS;
- Efetuar vistoria nos imóveis relacionados ao controle da dengue e outras demandas providenciando, em especial o Levantamento de Índice por Amostragem - LIA;
- Executar os serviços de desinfecção em residências, para evitar a proliferação de insetos e animais peçonhentos;
- Desenvolver atividades inerentes ao combate à doença de Chagas, esquistossomose, dengue e outras doenças;
- Organizar visitas periódicas aos Pontos Estratégicos (P.E.);

- Manter as armadilhas preconizadas pelos sistemas de controle;
 - Realizar a Pesquisa Vetorial Especial (P.V.E.) e delimitação de focos (D.F.);
 - Efetuar o levantamento de Índice e tratamento (L.I. + T.);
 - Coordenar o reconhecimento geográfico (R.G.);
 - Preencher mapas de produção, ficha médica com diagnóstico e tratamento, encaminhando-os a chefia do serviço e setores competentes;
 - Participar e organizar palestras e atividades de conscientização em escolas públicas e associações comunitárias com a finalidade de melhorar os hábitos e prevenir doenças;
 - Zelar pela conservação dos materiais e equipamentos sob sua responsabilidade;
- atender às normas de segurança e higiene do trabalho e realizar outras tarefas afins;
- Executar outras atividades correlatas à função e/ou determinadas pelo superior imediato.

Cargo: Agente de saúde ESF

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Médio Concluído.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Desenvolver e executar ações de prevenção e promoção da Saúde, por meio das ações educativas e coletivas, preferencialmente nos domicílios e na comunidade, sob supervisão competente, cumprindo as condicionalidades estabelecidas pelos programas e ações dos entes federativos.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Realizar mapeamento de sua área de atuação;
- Cadastrar as famílias e atualizar permanentemente esse cadastro;
- Desenvolver ações de integração entre a equipe de saúde e a população adstrita à UBS, considerando as características e as finalidades do trabalho de acompanhamento de indivíduos e grupos sociais ou coletividade;
- Preencher os relatórios indispensáveis de controle, de acordo com o exigido pelo Programa Saúde da Família;
- Identificar indivíduos e famílias expostos a situações de risco;
- Identificar áreas de risco;
- Orientar as famílias para utilização adequada dos serviços de saúde, encaminhando-as para acompanhamento, agendando consultas, exames e atendimento odontológico, quando necessário;
- Realizar ações e atividades, no nível de suas competências, na áreas prioritárias da Atenção Básicas de acordo com as políticas existentes e conforme orientação dos responsáveis da área;
- Realizar, por meio de visita domiciliar, acompanhamento mensal de todas as famílias sob sua responsabilidade;
- Manter-se bem informado, e informar aos demais membros da equipe, sobre a situação das famílias acompanhadas, particularmente aquelas em situações de risco;
- Desenvolver ações de educação e vigilância à saúde, com ênfase na promoção da saúde e na prevenção de doenças;
- Promover a educação e a mobilização comunitária, visando desenvolver ações coletivas de saneamento e melhoria do meio ambiente, entre outras;
- Informar à Secretaria de Saúde a dinâmica social da comunidade, suas necessidades, potencialidades e limites;
- Identificar parceiros e recursos existentes na comunidade que possam ser potencializados pela equipe;
- Registrar, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, os nascimentos, óbitos, doenças e ou agravos à saúde;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico.

Cargo: Auxiliar de Agente Administrativo

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Médio Concluído

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Desenvolver tarefas na área administrativa e executar atividades auxiliares do serviço de administração realizando trabalhos administrativos de rotina básica, tais como a organização de documentos, manutenção de controles, atendimento ao público, serviços de suporte técnico-administrativo, auxílio a função de agente administrativo, auxílio a superiores hierárquicos e outros funcionários da administração, operação de máquinas e equipamentos, fazendo-o de acordo com as técnicas e metodologias inerentes à área funcional.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Desenvolver atividades na área administrativa dando suporte técnico-administrativo em atividades desenvolvidas pela administração;
- Receber, entregar, levar e buscar documentos, materiais de pequeno porte, livros e outros, através de malote e protocolo, providenciando os registros necessários de empréstimos e devoluções e afixar materiais de divulgação em editais, quando necessário;
- Redigir cartas, ofícios, memorandos e outros, segundo padrões pré-estabelecidos;
- Receber encaminhar e expedir correspondências e outros documentos;
- Digitar e manusear documentos diversos, através de equipamentos disponíveis;
- Realizar e atender chamadas telefônicas, anotar e enviar recados;
- Controlar a entrada e saída de materiais, ferramentas e equipamentos;
- Atuar como responsável pela fiscalização e manutenção da ordem nos ambientes;
- Efetuar registros em documentos conforme legislação em vigor;
- Efetuar contatos com pessoas de outras Secretarias e sociedade na operacionalização de ações e agendas;
- Elaborar cálculos matemáticos referentes ao nível do segundo grau escolar, tais como: porcentagens, juros, frações e equações de segundo grau;
- Preencher mapas de dados, formulários e relatórios administrativos referentes a atividades rotineiras inerentes à sua área de atuação;
- Manter, organizar, classificar e atualizar arquivos, fichários, livros, publicações e outros documentos, para possibilitar controle e novas

consultas;

- Atender ao público em geral, averiguando suas necessidades para orientá-los e/ou encaminhá-los às pessoas e/ou setores competentes;
- Conferir lançamentos e registros documentais referentes a pagamentos, tributos, recebimentos, etc;
- Classificar contas e registros de acordo com as especificações necessárias e previstas em planos de contas, manuais e legislação;
- Desenvolver atividades relacionadas a processos administrativos rotineiros ou não, segundo política administrativa para o setor;
- Realizar agendamentos e controles para seus supervisores diretos ou aqueles necessários para exercício de sua função;
- Cadastrar população para usufruir benefícios sociais e manter atualizados cadastros e sistemas relativos a controle e manutenção de programas diversos;
- Auxiliar na preparação de processos licitatórios, pedidos de compras, controle de estoque, conferência de empenhos, arquivamento e prestação de contas;
- Auxiliar no controle do patrimônio público e sua manutenção e conservação;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico.

Cargo: Auxiliar de Ensino da Educação Infantil

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Médio Concluído.

Descrição Sumária: Auxiliar os docentes em creches e jardins, no tocante ao atendimento às crianças.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

Executar trabalhos de auxílio aos docentes do Ensino de Educação Infantil no tocante a:

- Recepcionar as crianças na entrada e saída do horário escolar;
- Realizar tarefas de banho e higiene das crianças;
- Fornecer alimentação das crianças nos horários determinados;
- Manter vigilância permanente das crianças no tocante a saúde e alimentação;
- Zelar pela higiene e conservação da sala, objetos e materiais pertencentes às crianças;
- Auxiliar na recreação e atividades de coordenação psicomotora das crianças;
- Executar toda e qualquer tarefa compatível com o seu cargo, bem como aquelas que lhe forem atribuídas pela Secretaria Municipal de Educação.

CARGO: AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Médio Concluído e Curso Técnico em Odonto.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Realizar ações de promoção e prevenção em saúde bucal para as famílias, grupos e indivíduos, mediante planejamento local e protocolos de atenção à saúde. Desempenhar suas funções de acordo com as técnicas e especificações de sua área de atuação.

DESCRIÇÃO ANALÍTICA:

- Proceder à desinfecção e à esterilização de materiais e instrumentos utilizados;
- Preparar e organizar instrumental e materiais necessários;
- Instrumentalizar e auxiliar o cirurgião dentista e/ou o TSB nos procedimentos clínicos;
- Cuidar da manutenção e conservação dos equipamentos odontológicos;
- Organizar a agenda clínica;
- Acompanhar, apoiar e desenvolver atividades referentes à saúde bucal com os demais membros da equipe de saúde da família, buscando aproximar e integrar ações de saúde de forma multidisciplinar;
- Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da unidade de saúde.
- Exercer as suas funções com cordialidade e eficácia;
- Executar demais atribuições correlatas com zelo e cooperação;
- Executar outras tarefas correlatas que lhe forem atribuídas pelo superior imediato.

CARGO: FISCAL EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Médio concluído ou Curso Profissionalizante na área.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Fiscalizar ações relacionadas ao controle e policiamento sanitário das atividades de particulares e órgãos públicos, estabelecimentos comerciais e industriais, controlando as condições de sanitarista, fazendo-o de acordo com a legislação vigente.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Cumprir os protocolos e determinações da ANVISA, Vigilância Sanitária Estadual e legislação municipal;
- Fiscalizar, orientar, educar, intimar, infracionar, interditar, apreender e/ou inutilizar bens e/ou produtos, de acordo com as normas vigentes;
- Apreender alimentos, mercadorias e outros produtos que estejam em desacordo com a legislação sanitária vigente;
- Efetuar interdição de produtos, embalagens e equipamentos em desacordo com a legislação sanitária vigente;
- Efetuar interdição parcial ou total do estabelecimento fiscalizado;
- Exercer o poder de polícia do Município na área de saúde pública;
- Efetuar a fiscalização contra estabelecimentos comerciais de gêneros alimentícios em geral, estabelecimentos comerciais de preparo de alimentos, comércio ambulante de alimentos, quiosques, barracas/carrinho de lanches rápidos estabelecimentos com atividades destinadas a diversão, estabelecimentos de atividades estéticas, estabelecimentos organizadores de eventos festivos públicos, estabelecimentos de

saúde, estabelecimentos destinados à saúde animal, unidades de serviço público, locais destinados a alojamento coletivo, estabelecimentos comerciais de produtos Farmacêuticos e similares, dentre outros;

- Atender denúncias realizadas com relação ao saneamento básico, terrenos baldios, criação de animais, etc.;
- Investigar de agravos da saúde, como, leptospirose, diarreia, DTA (doença transmitida por alimentos), hepatite A, etc.;
- Manter o Programa de Controle e Qualidade do Abastecimento Público de Água, SISÁGUA mediante coletas de água de diversas amostras em diversos pontos do município e encaminhamento ao LACEN – Laboratório Central;
- Coleta e encaminhamento de produtos para análise laboratorial no LACEN;
- Deferimento/indeferimento de processos de consultas de viabilidade para funcionamento e processos para concessão de alvará sanitário;
- Fiscalizar piscinas de uso coletivo restrito, tais como: as de clubes, condomínios, escolas associações, hotéis, motéis e congêneres;
- Fiscalizar aterros, nascentes, drenagens e condução de líquidos percolados, drenagens para gases, compactação e cobertura de lixo com material argiloso, processos de reciclagem de lixo em usinas, incineração e operações de vala séptica controlada para o lixo hospitalar, objetivando o cumprimento das normas para defesa ambiental;
- Fiscalizar as condições sanitárias das instalações prediais de águas e esgotos;
- Elaborar réplica fiscal em processos oriundos de atos em decorrência do poder de polícia sanitária do Município;
- Proceder à inspeção de imóveis novos ou reformados, antes de serem habitados, verificando as condições sanitárias dos seus interiores, a existência de dispositivos para escoamento das águas fluviáteis e o estado de conservação das paredes, telhados, portas e janelas, visando a concessão de habite-se e controle legal da municipalidade;
- Verificar projetos e seu licenciamento de acordo com a legislação e especificações técnicas vigentes, notificando, embargando e autuando as irregularidades;
- Orientar a comunidade, técnica e legalmente, na execução de projetos de sistemas individuais de abastecimento de água, coleta de esgoto sanitário e de lixo, visando a adequação dos recursos à proteção ambiental e à melhoria dos padrões de saúde da população;
- Detectar irregularidades quanto à saúde ocupacional e outras que afetam a saúde;
- Acompanhar e fiscalizar os serviços de limpeza urbana pública, serviços de valas, drenagem de águas pluviais, execução de aterros de ruas, verificando o sistema de nascentes, drenagem e águas;
- Dirigir veículos leves e inspecionar estabelecimentos de ensino e órgãos públicos;
- Efetuar comunicações, intimações e interdições decorrentes de seu trabalho;
- Produzir continuamente relatórios sobre as ações realizadas;
- Organizar ações educativas, palestras em comunidades, associações de moradores, e outros estabelecimentos;
- Participar de atividades que visem a saúde comunitária;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico.

Cargo: Recepcionista

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Médio Concluído.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Executar atividades inerentes à recepção do público externo e interno, identificação e encaminhamento dos usuários, verificação de demandas e necessidades dos usuários e seu respectivo encaminhamento ao setor de atendimento. Receber e processar correspondências, informações e comunicações, desempenhando as demais atividades inerentes à sua atribuição profissional.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Recepcionar e controlar a entrada e saída de visitantes, de equipamentos e de utensílios, obedecendo às normas internas do local de trabalho;
- Recepcionar visitantes, anunciando-os às pessoas ou áreas requisitadas e aguardando a autorização para encaminhamento ou comunicação de dispensa;
- Encaminhar visitantes para os funcionários das áreas competentes;
- Prestar informações sobre as demandas e ou direcionar as demandas para os setores competentes;
- Atender telefones;
- Enviar e receber correspondências ou produtos;
- Manter atualizado os livros de registros de correspondência e registro de fax.
- Processar a correspondência recebida (pacotes, telegramas, faxes e mensagens), organizá-los e distribuir para os destinatários.
- Utilizar o computador, copiadoras e impressoras;
- Realizar o arquivamento de documentos;
- Marcar reuniões;
- Controlar o acesso e as chaves da sua área de atuação;
- Registrar informações, efetuando o registro e manter controle de todos os atendimentos efetuados, registrando nome, horários e assunto;
- Utilizar adequadamente o fax, pagers, intercomunicadores, rádios e sistema de altofalantes;
- Informar à segurança do local de trabalho sobre pessoas ou movimentações estranhas ao setor;
- Executar atividades de organização da sua área de atuação e desempenhar demais atribuições inerentes à sua área de atuação.

Cargo: Técnico de enfermagem ESF

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Médio Profissionalizante em Enfermagem Concluído.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Executar e orientar o trabalho técnico de assistência de enfermagem a pacientes e prestar atendimento básico de enfermagem (pré e pós consulta), vacinas, injeção, curativo, hidratação, instrumentação; entrega de medicamentos, coleta de exame laboratorial, etc.) junto à unidade em que serve (postos, enfermarias, etc) conforme regulamentação profissional e legislação vigente.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Prestar assistência de enfermagem segura, humanizada e individualizada aos Pacientes, sob supervisão do enfermeiro;
- Auxiliar o superior na prevenção e controle das doenças transmissíveis em geral, em programas de vigilância epidemiológica e no controle sistemático da infecção hospitalar.
- Preparar clientes para consultas e exames, orientando-os sobre as condições de realização dos mesmos.
- Atender paciente durante a consulta ou exames, ajudando na execução de tratamentos e curativos, de acordo com orientação técnica;
- Colher e ou auxiliar o cliente na coleta de material para exames de laboratório, conforme orientação técnica.
- Orientar e auxiliar clientes, prestando informações relativas a higiene, alimentação, utilização de medicamentos e cuidados específicos em tratamento de saúde.
- Verificar os sinais vitais e as condições gerais dos clientes, segundo prescrição médica e de enfermagem;
- Preparar e administrar medicações por via oral, tópica, intradérmica, subcutânea, intramuscular, endovenosa e retal, segundo prescrição médica, sob supervisão do enfermeiro;
- Cumprir prescrições de assistência médica e de enfermagem;
- Realizar a movimentação e o transporte de clientes de maneira segura;
- Auxiliar nos atendimentos de urgência e emergência;
- Realizar controles e registros das atividades do setor e outros que se fizerem necessários para a realização de relatórios e controle estatístico;
- Circular e instrumentar em salas cirúrgicas e obstétricas, preparando-as conforme o necessário;
- Efetuar o controle diário do material utilizado, bem como requisitar, conforme as normas, o material necessário à prestação da assistência à saúde do cliente;
- Controlar materiais, equipamentos e medicamentos sob sua responsabilidade, mantendo equipamentos e a unidade de trabalho organizada, zelando pela sua conservação e comunicando ao superior eventuais problemas;
- Executar atividades de limpeza, desinfecção, esterilização de materiais e equipamentos, bem como seu armazenamento e distribuição;
- Auxiliar na preparação do corpo após o óbito;
- Participar de programa de treinamento, quando convocado;
- Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática;
- Zelar pela movimentação e arquivamento dos prontuários médicos, colaborando na coleta de dados estatísticos;
- Manter controle e atualização das informações, a partir de formulários próprios e de acordo com as regras pré-estabelecidas;
- Participar de ações de vigilância epidemiológica;
- Realizar atividades na promoção de campanha do aleitamento materno bem como a coleta no lactário ou no domicílio;
- Atuar em atividades de atendimento e programas de saúde (Pré-Natal, Puericultura, Hipertensão, Diabetes, entre outros), conforme especificações;
- Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função, em acordo com supervisão hierárquica.

NÍVEL FUNDAMENTAL

Cargo:Agente de Limpeza Urbana, Obras e Serviços Gerais

NÍVEL DE FORMAÇÃO:Encontrar-se alfabetizado ou Ensino Fundamental incompleto ou Ensino Fundamental completo

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Prestar serviços braçais e de apoio na área de obras e serviços, limpeza das vias urbanas, roçadas e capinagem de espaços e vias públicas, executando e ou oferecendo suporte à execução de atividades relacionadas à manutenção e conservação de espaços públicos, fazendo-o junto a obras públicas, reformas, ações de manutenção de espaços públicos em geral e ou ainda nas dependências dos prédios públicos de acordo com as demandas na sua área de atuação.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Efetuar trabalhos braçais pertinentes a obras e serviços urbanos e rurais;
- Limpar áreas públicas, raspando, varrendo, lavando, capinando, roçando, utilizando equipamentos do tipo: vassouras, pás, enxadas, raspadeiras, baldes, carrinhos de mão e outros;
- Recolher e transportar o lixo aos depósitos apropriados, recolher sucatas e entulhos em geral, colocando-os em vasilhames apropriados e auxiliando na sua destinação;
- Auxiliar na execução de tarefas e atividades operacionais, tais como carpintaria, marcenaria, serralheria, serviços de encanamento, colocação de tubos, manutenção de estradas e vias, colocação de placas e outros;
- Auxiliar operadores de máquinas e motoristas em atividades operacionais e de manutenção segundo orientações e de acordo com o nível de exigência de sua área de atuação;
- Colaborar com a limpeza da sua área de intervenção, em especial, manutenção de prédios e espaços públicos, praças, jardins e instalações de propriedade do município;
- Remover volumes, máquinas, móveis e equipamentos sempre que solicitado;
- Realizar corte de grama, pintura de meio-fio;
- Realizar atividades de varredura de ruas;
- Realizar atividades de poda e corte de árvores urbanas;
- Realizar atividades de plantio e conservação de flores e árvores;
- Desempenhar demais atribuições funcionais correlatas à sua atividade profissional;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico.

CARGO: Faxineira / Copeira

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Encontrar-se alfabetizado.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Prestar serviços de limpeza, copa-cozinha e serviços gerais inerentes à sua área de atuação, fazendo-o nas dependências dos prédios públicos e de acordo com as demandas profissionais correlatas à sua área de atuação, mantendo higiene, boa organização, conservação e limpeza de ambientes.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Realizar as atividades de limpeza e ou serviços em geral nas dependências dos prédios ou repartições públicos;
- Realizar a limpeza/faxina de pisos, conservação de pisos, paredes, móveis, sanitários e demais demandas existentes na área de limpeza e serviços inerentes;
- Proceder a limpeza, conservação e arrumação dos locais de trabalho e instalações, mantendo limpos os equipamentos, materiais e máquinas do setor, de acordo com a necessidade;
- Coletar o lixo dos banheiros e alas administrativas, embalar e transportar até local adequado e indicado para coleta;
- Lavar panos de chão e toalhas;
- Realizar outras tarefas relacionadas com a limpeza;
- Responsabilizar-se pelo controle e utilização de equipamentos e materiais colocados a sua disposição, mantendo limpos os móveis e arrumados os locais de trabalho;
- Preparar e servir nas repartições e outros, quando determinado, lanches, cafés e refeições;
- Remover volumes, máquinas, móveis e equipamentos sempre que solicitado;
- Auxiliar na logística de preparo de alimentação e distribuição da merenda escolar;
- Auxiliar no controle de estoque de gêneros alimentícios e demais utensílios sob sua responsabilidade;
- Observar as normas e instruções para prevenir acidentes;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico.

Cargo: Gari / Separador de resíduos sólidos

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Encontrar-se Alfabetizado.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Executar atividades de limpeza e conservação de vias públicas. Realizar a coleta do lixo urbano e rural dentro do perímetro do município e realizar a correta separação de resíduos sólidos e orgânicos no Centro de Triagem Municipal.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Executar os serviços de varrição dos logradouros;
- Executar os serviços de coleta de lixo;
- Executar a separação de resíduos sólidos: papel, plástico, alumínio, e resíduos orgânicos: restos de alimentos, e rejeitos de lixo;
- Executar serviços de manutenção de limpeza pública;
- Executar serviços de pintura e conservação de meio-fio;
- Executar os serviços de capina nos logradouros públicos;
- Executar outras tarefas que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico.

Cargo: Merendeira

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Encontrar-se Alfabetizado.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Executar nas unidades de ensino da rede municipal, atividades de preparo de alimentos, manipulação de alimentos, preparação de receitas com fórmulas alimentares pré-estabelecidas e demais atividades inerentes à função, de acordo com os padrões de higiene exigidos, em conformidade com a legislação vigente.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Preparar refeições e lanches de acordo com os cardápios pré-estabelecidos por nutricionista, segundo técnicas de culinária, sanidade e higiene;
- Atender as determinações do cardápio estabelecido por nutricionista do Município;
- Assegurar a adequada distribuição da merenda escolar, lanches e refeições;
- Preparar mesas e ajudar na distribuição das refeições e merendas;
- Distribuir e controlar as refeições e lanches a serem servidos, observando os horários pré-estabelecidos;
- Receber, conferir e controlar os gêneros necessários ao preparo de refeições e lanches;
- Zelar pela conservação, acondicionamento adequado e segurança dos alimentos;
- Executar tarefas auxiliares de cozinha e proceder a limpeza dos utensílios e locais de trabalho;
- Manter a higienização e limpeza das áreas da cozinha, refeitório, dos equipamentos e utensílios;
- Realizar levantamento de produtos e alimentos necessários para a preparação das refeições, bem como demais produtos e serviços inerentes;
- Zelar pela manutenção e conservação de equipamentos e produtos necessários à consecução de sua atividade profissional;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico.

CARGO: MONITOR DE ÔNIBUS

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Ensino Fundamental completo

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Auxiliar na organização do transporte de alunos e demais pessoas nos ônibus da rede pública municipal.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Executar tarefas inerentes à organização do transporte público de acordo com as normas de organização expedidas pela administração;
- Zelar pela livre circulação de alunos e de mais pessoas nos ônibus da rede municipal;
- Colaborar na organização dentro dos ônibus quando transitarem no perímetro urbano do município;
- Orientar alunos e passageiros sobre o funcionamento e a correta utilização dos ônibus municipais;
- Colaborar com a observância do Código de Postura Municipal e Código de Trânsito Brasileiro e demais normas pertinentes;
- Fiscalizar o cumprimento das normas de trânsito comunicando irregularidades ao superior hierárquico;
- Informar a autoridade policial e aos superiores hierárquicos sempre que necessário;
- Exercer outras atividades de apoio operacional à natureza fiscalizadora na área de transporte municipal;
- Advertir e levar ao conhecimento do superior hierárquico, quando da não correta utilização dos ônibus municipais, por alunos e passageiros.
- Auxiliar na organização do transporte municipal quando necessário;
- Tratar com respeito e urbanidade os usuários dos ônibus municipais, procedendo a abordagem com os cuidados e técnica devidos, quando da ação fiscalizadora;
- Participar de campanhas educativas de trânsito e da correta utilização de bens públicos;
- Apresentar-se ao serviço trajando uniforme específico;
- Acompanhar alunos desde o embarque no transporte escolar até seu desembarque na escola de destino, assim como acompanhar os alunos desde o embarque, no final do expediente escolar, até o desembarque nos pontos próprios;
- Verificar se todos os alunos estão assentados adequadamente dentro do veículo de transporte escolar;
- Orientar e auxiliar os alunos, quando necessário a colocarem o cinto de segurança;
- Orientar os alunos quanto ao risco de acidente, evitando colocar partes do corpo para fora da janela;
- Zelar pela limpeza do transporte durante e depois do trajeto;
- Identificar a instituição de ensino dos respectivos alunos e deixá-los dentro do local;
- Ajudar os alunos a subir e descer as escadas dos transportes;
- Verificar a segurança dos alunos no momento do embarque e do desembarque;
- Verificar os horários dos transportes, informando aos pais e alunos;
- Conferir se todos os alunos frequentes no dia estão retornando para os lares;
- Ajudar os pais de alunos especiais na locomoção dos alunos;
- Executar tarefas afins;
- Tratar os alunos com urbanidade e respeito, comunicar casos de conflito ao responsável pelo transporte de alunos;
- Ser pontual e assíduo, ter postura ética e apresentar-se com vestimentas confortáveis e adequadas para o melhor atendimento às necessidades dos alunos;
- Executar outras tarefas correlatas que lhe forem determinadas pelo superior imediato.

Cargo: Motorista de caminhão e ônibus

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Encontrar-se alfabetizado ou Ensino Fundamental Incompleto ou Ensino Fundamental Completo e Carteira de Habilitação "D" ou "E".

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Dirigir e zelar pela manutenção de veículos leves e veículos automotores de transporte de passageiros, pacientes, cargas pesadas, equipamentos e maquinários, de acordo com a legislação vigente e as atribuições funcionais do cargo.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Conduzir veículos automotores destinados ao transporte de passageiros e cargas disponíveis na frota municipal;
- Conduzir máquinas e equipamentos em geral disponibilizados pelo município para o desenvolvimento de ações de interesse público;
- Zelar pela conservação do veículo que lhe for entregue;
- Transportar pessoas, materiais e documentos, responsabilizando-se pelos mesmos;
- Zelar pela segurança de passageiros e de terceiros;
- Orientar e auxiliar na carga e descarga de materiais;
- Recolher o veículo ou equipamento à garagem ou local destinado quando concluída a jornada do dia, comunicando qualquer defeito existente;
- Manter os veículos em perfeitas condições de funcionamento;
- Verificar, diariamente, as condições de funcionamento do veículo, antes de sua utilização, fazendo-o de acordo com as especificações técnicas e materiais do equipamento;
- Efetuar ou providenciar reparos de emergência;
- Assegurar a manutenção preventiva dos veículos e equipamentos;
- Promover o abastecimento de combustíveis, água e óleo; verificar o funcionamento do sistema elétrico, lâmpadas, faróis, sinaleiras, buzinas e indicadores de direção;
- Limpar e lubrificar a máquina e seus implementos, seguindo as instruções de manutenção do fabricante, bem como providenciar a troca de pneus, quando necessário;
- Colaborar na requerer a lubrificação dos veículos e equipamentos de acordo com cronograma e planilhas adequadas;
- Registrar dados, pré-estabelecidos, sobre a utilização diária do veículo;
- Verificar o grau densidade e nível de água da bateria, bem como a calibração dos pneus;

- Auxiliar os demais profissionais envolvidos na atividade inerente, oferecendo suporte e logística;
- Zelar pela limpeza e conservação do veículo sob sua responsabilidade;
- Comunicar a chefia imediata à necessidade de reparos nos veículos;
- Aplicar técnicas e procedimentos adequados sempre que requerido, em especial na condução de veículos a serviço da educação e saúde;
- Realizar cursos de qualificação quando necessário para o melhor desempenho de suas funções;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico.

Cargo: Operador de máquinas e equipamentos

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Encontrar-se alfabetizado ou Ensino Fundamental Incompleto ou Ensino Fundamental Completo e Carteira de Habilidade "C", "D" ou "E"

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Operar equipamentos pesados destinados à consecução de atividades inerentes a obras, agricultura e serviços em geral, inclusive com habilidade dotados de controle remotos hidráulico, providos ou não de implementos, para realização de trabalhos de terraplanagem, aterros, nivelamento e revestimento de estradas, desmatamento, abertura e desobstrução de valetas, nivelamento de terrenos e taludes, revolvimento, remoção e compactação de terra, semeadura, adubação e aplicação de produtos químicos e demais atividades correlatas, de acordo com a função e as normas vigentes.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Operar, com habilidade técnica as seguintes máquinas: microtrator, máquina demarcadora de faixas, tratores agrícolas, rolo compactador, rolo compactador vibratório, pá carregadeira, motoniveladora, trator de esteiras, retroescavadeira, escavadeira hidráulica e motoniveladora, dentre outros;
- Executar serviços de terraplanagem, nivelamento de ruas e estradas, assim com abaulamentos, abrir valetas e cortar taludes;
- Operar máquinas rodoviárias em escavação, transporte de terras, aterros e trabalhos semelhantes;
- Operar com máquinas de compactação, varredouras mecânicas, tratores, etc;
- Comprimir com rolo compressor cancha para calçamento ou asfaltamento, conduzir e manobrar a máquina acionando o motor e manipulando os comandos de marcha e direção, para posicioná-la conforme as necessidades dos serviços;
- Operar mecanismos de tração e movimentação dos implementos da máquina, acionando pedais e alavancas de comando, para escavar, carregar, mover e levantar ou descarregar terra, areia, cascalho, pedras e materiais análogos;
- Zelar pela boa qualidade do serviço, controlando o andamento das operações e efetuando os ajustes necessários, a fim de garantir sua correta execução;
- Colocar em prática as medidas de segurança recomendadas para a operação e estacionamento da máquina, a fim de evitar possíveis acidentes.
- Executar suas atribuições cooperando com zelo e determinação na realização de tarefas interrelacionais que dependam de interação com outros equipamentos e funções;
- Acompanhar os serviços de manutenção preventiva e corretiva das máquinas e seus implementos e, depois de executados, efetuar os testes necessários;
- Limpar e lubrificar a máquina e seus implementos, seguindo as instruções de manutenção do fabricante, bem como providenciar a troca de pneus, quando necessário;
- Acompanhar a limpeza, lubrificação e ajuste das máquinas e seus implementos, de acordo com as instruções de manutenção do fabricante;
- Observar as medidas de segurança ao operar e estacionar as máquinas;
- Anotar, segundo normas estabelecidas, dados e informações sobre trabalhos realizados, consumo de combustível, consertos e outras ocorrências;
- Executar demais tarefas correlatas;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico.

CARGO: OPERADOR DE TRATORES AGRÍCOLAS

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Encontrar-se alfabetizado ou Ensino Fundamental Incompleto ou Ensino Fundamental Completo e Carteira de Habilidade "C", "D" ou "E".

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Executar trabalhos que requerem constante esforço físico para operação de tratores e seus implementos. Proceder a vistoria do trator antes de dar partida, engatar o implemento a ser utilizado naquele dia ou hora. Trabalhar observando o bom andamento das tarefas e o bom desempenho do trator e implemento. Operar máquinas agrícolas motorizadas para desenvolver atividades agrícolas. Pode executar pequenos reparos.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Operar máquinas agrícolas motorizadas para desenvolver atividades agrícolas utilizando implementos diversos, arados, grades, roçadeiras, pulverizadores, enxadas rotativas, sulcadoras plantadeiras, adubadora, carretas e outros equipamentos similares;
- Operar máquinas agrícolas automotrizas;
- Executar pequenos serviços de mecânica e manutenção e reparos de emergência em máquinas agrícolas motorizadas;
- Zelar pela conservação e manutenção de máquinas agrícolas em geral;
- Anotar em mapa próprio à hora de partida, percurso ou trabalho realizado e hora de chegada do trator;
- Verificar diariamente as condições de óleo, água, combustível, lubrificação, bateria, lanternas, faróis e rodas do trator;
- Executar outras tarefas correlatas, de mesma natureza e nível de dificuldade, determinadas pelo superior imediato.

CARGO: SERVENTE DE ESCOLA

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Encontra-se Alfabetizado ou Ensino Fundamental Incompleto ou Ensino Fundamental Completo

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Executar trabalhos de limpeza nas dependências e instalações da rede municipal de ensino do município, realizando serviços de limpeza e serviços de apoio, de acordo com a sua atribuição funcional.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Zelar pela limpeza da unidade escolar;
- Cuidar da merenda, zelando pela qualidade e higiene;
- Cuidar dos utensílios da cantina, material de limpeza, etc.;
- Auxiliar no cuidado com as crianças;
- Responsabilizar-se pela abertura e fechamento da unidade escolar;
- Realizar a lavagem de paredes, pisos e calçadas das instalações físicas da unidade escolar;
- Colaborar no bom funcionamento dos espaços sobre sua responsabilidade;
- Informar aos superiores a existência de problemas e ocorrências do local onde atua;
- Cumprir as determinações superiores de acordo com as normas de funcionamento do setor onde atua;
- Atender a outras atribuições correlatas determinadas por seu superior imediato.

CARGO: ZELADOR DE ESCOLA

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Encontra-se Alfabetizado ou Ensino Fundamental Incompleto ou Ensino Fundamental Completo

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Executar trabalhos de zeladoria nas dependências e instalações da rede municipal de ensino, assegurando serviços de jardinagem, limpeza, manutenção e reparo dos espaços, controle de entrada e saída de pessoal, procedimentos de segurança e serviços de apoio, de acordo com a sua atribuição funcional.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- Realizar a limpeza e manutenção de prédios escolares;
- Preservar, cultivar, ornamentar jardins;
- Auxiliar na manutenção de hortas escolares;
- Carregar e descarregar veículos em geral, transportar mercadorias e materiais de construção, bem como todos os demais serviços braçais;
- Realizar pequenos reparos no espaço físico dos prédios e bens materiais, procurando mantê-los em funcionamento;
- Reparar os utensílios sempre que estes venham a necessitar de reparos para serem utilizados nas tarefas diárias;
- Fiscalizar a entrada e saída de pessoas e veículos pelos portões ou portas de acesso das dependências onde atua, verificando as autorizações para o ingresso nos referidos locais, vedando a entrada às pessoas não autorizadas;
- Verificar, ao final das atividades, a segurança das instalações, em especial, se portas e janelas estão devidamente fechadas;
- Assegurar medidas de segurança relativas a incêndios, segurança, vandalismo e furtos;
- Fazer ronda de inspeção em intervalos fixados;
- Responsabilizar-se pelos materiais e equipamentos sob sua guarda;
- Colaborar no bom funcionamento dos espaços sobre sua responsabilidade;
- Informar aos superiores a existência de problemas e ocorrências relacionados a equipamentos e infraestrutura do local onde atua;
- Cumprir as determinações superiores de acordo com as normas de funcionamento do setor onde atua;
- Atender a outras atribuições correlatas determinadas por seu superior imediato.

**ANEXO III
DA PROVA PRÁTICA**

- 1) Na realização da prova prática o candidato deverá estar presente no local e horário designado para realização da mesma. Não será realizada uma segunda chamada, sendo desclassificado o candidato que não esteja presente conforme determinado.
- 2) O candidato deverá comparecer vestido adequadamente para realização da prova de aptidão física.
- 3) Será realizada a prova prática de acordo com a necessidade do cargo, conforme quadro abaixo:

Cargo	Tipo de prova
Agente de saúde- ESF Agente de Limpeza Urbana, Obras e Serviços Gerais Faxineira /Copeira Gari / Separador de resíduos sólidos Merendeira / Monitor de ônibus / Servente de escola / Zelador de escola	Prova de esforço físico e resistência
Motorista de caminhão e ônibus	Prova de condução de caminhão e ônibus escolar
Operador de máquinas e equipamentos	Prova de operação de retroescavadeira e escavadeira hidráulica
Operador de tratores agrícolas	Prova de operação de trator com carreta ensiladeira

- 4) A prova de esforço físico e resistência consiste em atender no máximo 10 candidatos por vez em duas etapas, nos seguintes critérios de avaliação:

- a) Teste de dinamometria (Força Muscular). O teste de dinamometria constará de exames com a seguinte aparelhagem: 1) Manual:

capacidade de carga 2) Dorsal: capacidade de carga. As manobras de força deverão ser realizadas em séries de três tentativas por aparelho. O resultado a ser considerado será aquele de maior valor e o(a) candidato(a) será considerado(a) APTO(A) ou INAPTO(A). O teste obedecerá aos seguintes critérios de avaliação: Dinamometria Manual - desempenho mínimo para aprovação: Masculino:40Kgf Feminino:35Kgf e Dinamometria Dorsal - desempenho mínimo para aprovação: Masculino:100 Kgf e Feminino:90 Kgf.

b) Teste de corrida: Terá o prazo de doze minutos. Ao comando da banca examinadora, o(a) candidato(a) deverá no tempo de 12 (doze) minutos, deslocar-se em qualquer ritmo, correndo ou caminhando, podendo, inclusive, parar e depois prosseguir. Homens: Será considerado APTO aquele que, em 12 (doze) minutos, percorrer a distância mínima de 2.700 metros. Mulheres: A distância mínima percorrida para aprovação será de 2.100 metros, em igual tempo. Não será permitido: I – uma vez iniciado o teste, abandonar a pista antes de ser liberado pela banca; II – deslocar-se, no sentido progressivo ou regressivo da marcação da pista, finalizados os 12 (doze) minutos, sem liberação da banca; III – dar ou receber qualquer tipo de ajuda física.

5) O não cumprimento de qualquer das atividades solicitadas implica em desclassificação no processo seletivo, não sendo necessária a realização das demais provas práticas.

6) A prova de condução de ônibus e caminhão consiste em comprovar a habilidade de realizar a baliza e conduzir cada um dos dois veículos por uma distância de 1,5 km (um quilômetro e meio), com curvas e retorno, em atenção as normas de circulação e de segurança no trânsito.

7) Na avaliação da prova de condução de caminhão e ônibus, será considerado a atenção dispendida pelo candidato, a obediência as normas de segurança e a capacidade de condução do veículo em zona rural e urbana. A falta de carteira de habilitação apropriada ou vencida, o não respeito as normas de segurança e a falta de aptidão na condução do veículo implicarão em reprovação. O não cumprimento de qualquer das atividades solicitadas implica em desclassificação no processo seletivo, não sendo necessária a realização das demais atividades inerentes a prova prática.

8) O candidato poderá realizar a manobra de estacionamento em até três tentativas dentro de cinco minutos. O candidato será avaliado na Prova Prática, sendo-lhe atribuídas as seguintes pontuações negativas caso sejam cometidas faltas:

- a) Uma falta eliminatória: reprovação;
- b) Uma falta grave: 03 (três) pontos negativos;
- c) Uma falta média: 02 (dois) pontos negativos;
- d) Uma falta leve: 01 (um) ponto negativo.

8.1) As faltas serão classificadas da seguinte forma:

8.1.1) Faltas Eliminatórias:

- a) Desobedecer à sinalização semafórica e de parada obrigatória;
- b) Avançar sobre o meio fio;
- c) Não colocar o veículo na área balizada em, no máximo três tentativas, no tempo estabelecido;
- d) Avançar sobre o balizamento demarcado quando do estacionamento do veículo na vaga;
- e) Transitar em contramão de direção;
- f) Não completar a realização de todas as etapas do exame;
- g) Avançar a via preferencial;
- h) Provocar acidente durante a realização do exame;
- i) Exceder a velocidade regulamentada para a via;
- j) Cometer qualquer outra infração de trânsito de natureza gravíssima.

8.1.2) Faltas Graves:

- a) Desobedecer à sinalização da via ou ao agente da autoridade de trânsito;
- b) Não observar as regras de ultrapassagem ou de mudança de direção;
- c) Não dar preferência de passagem ao pedestre que estiver atravessando a via transversal para onde se dirige o veículo, ou ainda quando o pedestre não haja concluído a travessia, mesmo que ocorra sinal verde para o veículo;
- d) Não sinalizar com antecedência a manobra pretendida ou sinalizá-la incorretamente;
- e) Não usar devidamente o cinto de segurança;
- f) Perder o controle da direção do veículo em movimento;
- g) Cometer qualquer outra infração de trânsito de natureza grave.

8.1.3) Faltas Médias:

- a) Executar o percurso da prova, no todo ou parte dele, sem estar o freio de mão inteiramente livre;
- b) Trafegar em velocidade inadequada para as condições adversas do local, da circulação, do veículo e do clima;
- c) Interromper o funcionamento do motor, sem justa razão, após o início da prova;
- d) Fazer conversão incorretamente;
- e) Usar buzina sem necessidade ou em local proibido;
- f) Desengrenar o veículo nos declives;
- g) Colocar o veículo em movimento sem observar as cautelas necessárias;
- h) Usar o pedal da embreagem antes de usar o pedal de freio nas frenagens;
- i) Entrar nas curvas com a engrenagem de tração do veículo em ponto neutro;
- j) Engrenar ou utilizar as marchas de maneira incorreta durante o percurso;
- k) Não executar corretamente as atividades solicitadas pelo Coordenador Técnico;
- l) Cometer qualquer outra infração de trânsito de natureza média.

8.1.4) Faltas Leves:

- a) provocar movimentos irregulares no veículo, sem motivo justificado;
- b) não ajustar devidamente os espelhos retrovisores;
- c) apoiar o pé no pedal da embreagem com o veículo engrenado e em movimento;
- d) utilizar ou Interpretar incorretamente os instrumentos do painel do veículo;
- e) dar partida ao veículo com a engrenagem de tração ligada;
- f) tentar movimentar o veículo com a engrenagem de tração em ponto neutro;
- g) não identificar corretamente os componentes do veículo quando solicitado pelo Coordenador Técnico;
- h) cometer qualquer outra infração de natureza leve.

8.2) Será considerado INAPTO na Prova Prática de direção veicular o Candidato que cometer falta eliminatória ou cuja soma dos pontos negativos ultrapasse 03 (três) pontos, conforme apurado pelo Coordenador Técnico destinado para esta Prova Prática.

8.3) O candidato ser considerado INAPTO na Prova Prática estará automaticamente ELIMINADO do processo seletivo.

8.4) Para fins de desempate na prova prática será adotada a seguinte ordem de critérios:

a) menor número de infrações registradas junto ao Detran;

b) maior tempo de habilitação.

9) A prova de operação de retroescavadeira consiste em comprovar a habilidade de condução dos veículos por uma distância de 1,5 km (um quilômetro e meio) cada, com curvas e retorno, em atenção as normas de circulação e de segurança no trânsito, bem como o manuseio adequado das pás, sendo necessária a simulação de carregamento de areia e da abertura de um buraco no chão, conforme orientado pelo avaliador.

10) Na avaliação da prova de operação de retroescavadeira e escavadeira hidráulica, será considerado a atenção dispendida pelo candidato, a obediência as normas de segurança e a capacidade de condução dos veículos em zona rural e urbana. A falta de carteira de habilitação apropriada ou vencida, o não respeito as normas de segurança e a falta de aptidão na condução do veículo implicarão em reprovação. O não cumprimento de qualquer das atividades solicitadas implica em desclassificação no processo seletivo, não sendo necessária a realização das demais atividades inerentes a prova prática.

11) A prova de escavadeira hidráulica consiste em comprovar a habilidade de manuseio das pás, sendo necessária a simulação de carregamento de areia e da abertura de um buraco no chão, conforme orientado pelo avaliador.

12) Na avaliação da prova de operação de retroescavadeira e escavadeira hidráulica, será considerado a atenção dispendida pelo candidato, a obediência as normas de segurança e a capacidade de condução dos veículos em zona rural e urbana. A falta de carteira de habilitação apropriada ou vencida, o não respeito as normas de segurança e a falta de aptidão na condução do veículo implicarão em reprovação. O não cumprimento de qualquer das atividades solicitadas implica em desclassificação no processo seletivo, não sendo necessária a realização das demais atividades inerentes a prova prática.

13) A prova de operação de tratores agrícolas consiste em comprovar a habilidade de condução dos veículos, com carreta ensiladeira por uma distância de 1,5 km (um quilômetro e meio) cada, com curvas e retorno, em atenção as normas de circulação e de segurança no trânsito, bem como o manuseio adequado de cada um deles para a colocação das máquinas sobre a plataforma de um caminhão.

Maravilha

PREFEITURA

DECRETO Nº 037/2020

Publicação Nº 2309512

DECRETO Nº 037, DE 13 DE JANEIRO DE 2020

Exonera servidor público municipal e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a pedido a servidora pública municipal LORIVANE MULDER SCHNEIDER, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais – Alta Complexidade, 40 horas semanais, a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 13 de janeiro de 2020.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

DECRETO Nº 038/2020

Publicação Nº 2309812

DECRETO Nº 038, DE 13 DE JANEIRO DE 2020

Aprova loteamento denominado “UNIVERSITÁRIO II” e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto aprovado o Loteamento denominado “UNIVERSITÁRIO II”, de propriedade de Kasa Empreendimentos Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 06.925.185/0001-21, com sede na Avenida Sul Brasil, nº 157, Centro, no Município de Maravilha/SC.

Art. 2º O imóvel onde está implantado o Loteamento “UNIVERSITÁRIO II” é o seguinte: Parte do Lote Colonial Rural nº (8), da Seção Maravilha, situada neste Município e Comarca de Maravilha, com área total de “Vinte e cinco mil, duzentos e quatro metros e cinquenta centímetros quadrados” (25.204,50 m²), sem edificações, com as confrontações constantes da Matrícula nº 21.286, da Serventia Registral Imobiliária desta Comarca.

Art. 3º Com a implantação do Loteamento “UNIVERSITÁRIO II”, o imóvel objeto da Matrícula nº 21.286, da Serventia Registral Imobiliária desta Comarca, com a área de 25.204,50 m², será fracionado e transformado em quadras, lotes urbanos e vias públicas, da seguinte forma:

A área de (25.204,50 m²) que constitui o Loteamento denominado “UNIVERSITÁRIO II”, será composta de 5 (cinco) quadras, estas divididas em 38 (trinta e oito) Lotes Urbanos, assim constituídos:

	Quadras	Quantidade de Lotes	Área em m²	Total em m²
	1	1	312,00	
	2	10	5.020,12	
	3	12	4.447,80	
	4	14	4.918,63	
	5	1	1.582,40	

Total	5	35	16.280,95	16.280,95
	Área das vias de circulação 7.000,33			
	Total da área loteada (área de matrícula 21.286) 25.204,50			

Art. 4º As vias públicas do Loteamento "UNIVERSITÁRIO II", terão as seguintes denominações, larguras e direcionamento:

Prolongadas: Rua Solange Julian Cocco, com 12,00 metros de largura.

Rua "B", com 12,00 metros de largura.

Rua Menegassi, com 20,00 metros de largura.

Rua Albina Grando, com 12,00 metros de largura.

Avenida Alexandre Kasper, com 20,00 metros de largura.

Projetadas: Rua Laranjeiras, com 16,00 metros de largura.

Direcionamento das Vias de Circulação:

- Norte - Sul: Rua Solange Julian Cocco, Rua "B" e Rua Menegassi.
- Leste - Oeste: Rua Albina Grando, Rua Laranjeiras e Avenida Alexandre Kasper.

Art. 5º Caberá ao Poder Público Municipal a área de "Nove mil, quatrocentos e noventa e quatro metros e treze centímetros quadrados" (9.494,13 m²), correspondente a 40,78010% da área loteada, que passarão ao domínio do Município, por ocasião do registro do Loteamento, sendo:

Áreas destinadas ao Poder Público Municipal:

ÁREAS	TOTAIS / m²	TOTAIS %
Área das vias de circulação	7.000,33	30,06849
Área Verde	1.582,40	6,79688
-P/ Lote Urbano nº 1, Quadra nº 5		
Área de Preservação Permanente (APP)	1.923,22	
-P/ Lote Urbano nº 1, Quadra nº 5		
Área Institucional (Equipamento Público)	911,40	3,91473
-Lote Urbano nº 6, Quadra nº 2		
Totais	9.494,13	40,78010%
Percentual Total da Área Loteada = 48,763063%		

Art. 6º A área loteada destina-se a uma Zona Residencial II, devendo ser, nas edificações, observada a legislação municipal que disciplina o assunto.

Art. 7º Fica caucionado conforme Termo de Compromisso e Caução, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 99, de 2016 e suas alterações, os lotes urbanos de nºs abaixo especificados, todos do Loteamento "UNIVERSITÁRIO II", em garantia da execução das obras de infraestrutura e Cronograma Físico Financeiro apresentado.

Nº DO LOTE	Nº DA QUADRA	ÁREA DO LOTE	VALOR DO LOTE	
1	1	312,00 m²	R\$ 62.400,00	
2	2	405,84 m²	R\$ 81.168,00	
4	2	473,48 m²	R\$ 94.696,00	
9	2	405,84 m²	R\$ 81.168,00	
10	2	402,06 m²	R\$ 80.412,00	
3	3	341,36 m²	R\$ 68.272,00	
5	3	334,41 m²	R\$ 66.882,00	
6	3	333,02 m²	R\$ 66.604,00	
7	3	331,63 m²	R\$ 66.326,00	
9	3	328,85 m²	R\$ 65.770,00	
11	3	326,07 m²	R\$ 65.214,00	
1	4	335,93 m²	R\$ 67.186,00	
3	4	342,00 m²	R\$ 68.400,00	
5	4	342,00 m²	R\$ 68.400,00	
7	4	342,00 m²	R\$ 68.400,00	
9	4	342,00 m²	R\$ 68.400,00	
11	4	342,00 m²	R\$ 68.400,00	
13	4	332,73 m²	R\$ 66.546,00	
TOTAL DE LOTES		ÁREA TOTAL	VALOR TOTAL	
18		6.373,22 m²	R\$ 1.274.644,00	

§ 1º A caução terá validade de 2 (dois) anos a contar da data de assinatura do presente Decreto.

§ 2º Em caso de não execução dos equipamentos urbanos previstos na Cláusula 6ª do Termo de Compromisso e Caução, dentro do prazo

estabelecido, os lotes urbanos mencionados no caput do presente artigo passarão a integrar o Patrimônio Público do Município de Maravilha.

Art. 8º Para fins de cálculo do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) o Loteamento "UNIVERSITÁRIO II" passará a integrar a Zona Cinco da planta de valores do município.

Art. 9º Este Decreto foi elaborado nos termos dos memoriais descritivos e plantas, devidamente assinadas por profissionais especializados e aprovadas pelos órgãos competentes.

Maravilha – SC, 13 de janeiro de 2020.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

DECRETO Nº 039/2020

Publicação Nº 2309884

DECRETO Nº 039, DE 13 DE JANEIRO DE 2020

Exonera servidor público municipal e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a pedido a servidora pública municipal VALMI ROSA HASS KREMER, ocupante do cargo de Técnico em Alimentos, 40 horas semanais, a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 13 de janeiro de 2020.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

DECRETO Nº 040/2020

Publicação Nº 2309945

DECRETO Nº 040, DE 13 DE JANEIRO DE 2020

Exonera servidor público municipal e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a pedido a servidora pública municipal ROSANE JOMMERTZ CASTANHA, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanais, a partir da presente data.

Parágrafo único. A exoneração dá-se em razão de aposentadoria por tempo de contribuição, conforme benefício nº 192.464.157-4.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 13 de janeiro de 2020.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

Massaranduba

PREFEITURA

DECRETO Nº 4103 DE 13 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2310163

DECRETO Nº 4103 DE 13 DE JANEIRO DE 2020

Edita o Calendário dos Feriados e Pontos Facultativos do período compreendido entre 1º de Janeiro a 31 de Dezembro de 2020, para os Órgãos da Administração do Poder Executivo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA (SC), no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pela legislação em vigor, DECRETA:

Art. 1º Fica editado o calendário dos feriados e pontos facultativos do período compreendido entre os dias 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020, para os órgãos da Administração do Poder Executivo sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais, conforme Anexo Único deste decreto.

Art. 2º Os atendimentos dos serviços públicos essenciais, nas datas mencionadas no artigo anterior, deverão ser garantidos pelos órgãos da Administração Municipal, por intermédio de escalas de serviço ou plantão.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de Janeiro de 2020.

Massaranduba, 13 de janeiro de 2020.

ARMINDO SESAR TASSI
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

ANEXO ÚNICO

MÊS	DIA	DENOMINAÇÃO	CATEGORIA
JANEIRO	01 (quarta-feira)	Confraternização Universal	Feriado
ABRIL	10 (sexta-feira)	Paixão de Cristo	Feriado
	12 (domingo)	Páscoa	Feriado
	21 (terça-feira)	Tiradentes	Feriado
MAIO	01 (sexta-feira)	Dia do Trabalhador	Feriado
	21 (quinta-feira)	Ascensão do Senhor	Feriado
JUNHO	11 (quinta-feira)	Corpus Christi	Feriado
	12 (sexta-feira)	Comemoração ao Dia do Professor (15/10) e Dia do Servidor Público (28/10)	Ponto Facultativo
SETEMBRO	07 (segunda-feira)	Independência do Brasil	Feriado
OUTUBRO	12 (segunda-feira)	Nossa Senhora Aparecida	Feriado
NOVEMBRO	02 (segunda-feira)	Finados	Feriado
	11 (quarta-feira)	Aniversário do Município de Massaranduba (SC)	Feriado
	15 (domingo)	Proclamação da República	Feriado
DEZEMBRO	25 (sexta-feira)	Natal	Feriado

DECRETO Nº 4104 DE 13 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2310811

DECRETO Nº 4104 DE 13 DE JANEIRO DE 2020

Atualiza a Unidade Monetária Ambiental (UMA) para o exercício de 2020, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA (SC), no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pela legislação em vigor, DECRETA:

Art. 1º Fica atualizada a Unidade Monetária Ambiental (UMA), para o exercício de 2020 em R\$ 110,29 (cento e dez reais e vinte e nove centavos).

Art. 2º O valor da Unidade Monetária Ambiental (UMA) foi atualizado em 4,48%, com base na variação anual do INPC de 2019 publicado pelo IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 13 de janeiro de 2020.

ARMINDO SESAR TASSI
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 002/2019

Publicação Nº 2310097

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 002/2019

O Fiscal Tributarista, Sr. Adamir Isidoro Kolacki, matrícula nº 6043-7, da Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Massaranduba-SC, atendendo ao disposto no inciso III e IV, do art. 51, da Lei Complementar Municipal nº 45 de 20/12/2011, que instituiu o Código Tributário Municipal – CTM, NOTIFICA o(s) contribuinte(s) abaixo citado(s), do AVISO DE DÉBITO FISCAL relativo ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) declarado no SIMPLES NACIONAL (Lei Complementar Municipal nº 123/2006), para fins de regularização da(s) competência(s) e valor(es) do ISS em aberto referente períodos de janeiro a dezembro de 2014, conforme relatório emitido pelo Sistema ConSimples, com base nos arquivos disponibilizados pela Receita Federal do Brasil – RFB. Considerar-se-á notificado o contribuinte, em 30 (trinta) dias da data da publicação deste edital, em conformidade ao inciso III, do artigo 178, da LCM nº 45/2011 - CTM. Poderá, o contribuinte, interpor recurso em grau de Primeira Instância Administrativa perante a Autoridade Julgadora no prazo de 90 (noventa) dias contados da data em que é considerado notificado neste Edital, conforme disposto no § 1º do art. 196 do CTM.

Dados do Aviso de Débito Fiscal:

Nº	EMIÇÃO	CNPJ/MF	CONTRIBUINTE	VALOR
1	11/12/2019	12.596.900/0001-22	IMPLEM. RODOV. METAL TRUCK LTDA - EPP	R\$
2	11/12/2019	13.890.534/0001-82	ILSA DE BERNARDO FOLTRAN	R\$
3	11/12/2019	83.639.930/0001-17	METALURGICA VEGINI EIRELI - EPP	R\$
4	11/12/2019	11.735.478/0001-86	V,M,M COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME	R\$
5	11/12/2019	11.604.839/0001-55	TMT PNEUS LTDA - ME	R\$
6	11/12/2019	11.024.941/0001-81	WHISKERIA E CASA SHOWS FLOR. LTDA - ME	R\$
7	11/12/2019	12.880.145/0001-03	ARIANE TOMELIN - ME	R\$
8	11/12/2019	11.374.948/0001-23	ARICEU JOSE OSTI	R\$
9	11/12/2019	11.419.235/0001-39	DUARTE DIVULG. DE PRODUTOS LTDA - ME	R\$
10	11/12/2019	10.420.047/0001-68	AUTO CENTER MASSANERO LTDA	R\$
11	11/12/2019	14.638.808/0001-03	HDW COM. DE MAQ. COSTURA LTDA - EPP	R\$
12	11/12/2019	14.564.890/0001-79	DAIANA PATRICIA WOSCHNAK - ME	R\$
13	11/12/2019	17.026.991/0001-84	MARECHAL ESTANDES LTDA - ME	R\$
14	11/12/2019	19.706.273/0001-84	EDIVALDO FERREIRA DA SILVA	R\$
15	11/12/2019	79.286.308/0001-03	POSTO DE MOLAS OLIVEIRA LTDA - ME	R\$
16	11/12/2019	17.569.280/0001-56	THALITA MARIA ADRIANO	R\$
17	11/12/2019	85.119.501/0001-44	ROBERTO & FILHOS INSTA. ELETRICAS LTDA	R\$
18	11/12/2019	11.910.401/0001-03	MARCELO DE FREITAS - ME	R\$
19	11/12/2019	08.219.854/0001-75	METALURGICA BOGO LTDA	R\$
20	11/12/2019	05.116.238/0001-09	JAISON SOARES - ME	R\$
21	11/12/2019	04.198.095/0001-50	INTERNEWS TREINAMENTOS LTDA	R\$
22	11/12/2019	79.907.804/0001-29	ELETRO BATERIAS MASSBA LTDA	R\$
23	11/12/2019	13.408.963/0001-70	VEGINI TERRAPL.E LOCACAO LTDA - ME	R\$
24	11/12/2019	13.770.264/0001-76	SEBASTIAO RAMALHO - ME	R\$

25	11/12/2019	07.915.137/0001-15	LOGUS AUTO ELETRICA E PECAS LTDA	R\$
26	11/12/2019	11.759.247/0001-02	ONLINE INFO EIRELI	R\$
27	11/12/2019	00.987.746/0001-30	CETAMI MAQ. E EQUIP. INDUSTRIAIS LTDA -	R\$
28	11/12/2019	10.330.492/0001-37	AG METAL METALURGICA LTDA	R\$

Massaranduba, 11 de dezembro de 2019.

Adamir Isidoro Kolacki
Fiscal Tributalista
Matrícula – 6043-7

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 004/2019

Publicação Nº 2310100

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 004/2019

O Fiscal Tributalista, Sr. Adamir Isidoro Kolacki, matrícula nº 6043.7, da Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Massaranduba-SC, atendendo aos dispostos nos incisos II e IV do art. 51 da Lei Complementar Municipal nº 045 de 20/12/2011, que instituiu o Código Tributário Municipal (CTM), NOTIFICA os contribuintes devedores do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e Taxas Diversas abaixo citados, os quais não foram localizados nos endereços cadastrados nesta municipalidade para cobrança dos tributos em epígrafe. Assim sendo, os contribuintes relacionados na tabela abaixo ficam a partir da publicação do presente Instrumento de Edital notificados no prazo de 90 (noventa) dias para quitar, parcelar ou impugnar administrativamente os créditos inscritos em Dívida Ativa, conforme legislação vigente. Após o prazo fixado acima, o Município de Massaranduba-SC promoverá o protesto e/ou Execução Fiscal do débito.

Massaranduba, 18 de dezembro de 2019.

Adamir Isidoro Kolacki
Fiscal Tributalista
Matrícula – 6043.7

Relatório dos Contribuintes em Dívida Ativa:

NOT. DÉBITO FISCAL	R\$	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
50/2019	R\$	SERGIO MURILO DA SILVA	530.036.409-68
51/2019	R\$	SERGIO MURILO DA SILVA	530.036.409-68
121/2019	R\$	ADÃO BRYCH	194.351.189-68
203/2019	R\$	AVELINO ALVES GALVÃO	394.992.949-53
231/2019	R\$	SILVERIO MARENZANI	017.940.299-40
264/2019	R\$	NATAL DERETTI	097.017.619-87
352/2019	R\$	PEDRO LAURENTINO PELLESE	351.020.809-97
363/2019	R\$	LEONIDES BRUNO BOGO - ME	83.108.662/0001-07
366/2019	R\$	EMPRESA DE ONIBUS MASSARAN-DUBATUR EIRELI - ME	76.821.982/0001-44
371/2019	R\$	SULARROZ INDUSTRIAL LTDA	84.090.778/0001-29
378/2019	R\$	TRIESE CONFECÇÕES LTDA	81.568.180/0001-04
409/2019	R\$	JOÃO CARLOS MARTINS	911.542.438-34
424/2019	R\$	ETELVINO GOMES DE MELLO	382.147.769-53
426/2019	R\$	STEFANO KOSLOPP	292.175.129-15
457/2019	R\$	OI S.A.	76.535.764/0322-66
462/2019	R\$	CATIA REGINA CARDOSO	946.668.499-04
463/2019	R\$	SILVANA EVANGELISTA DA SILVA	024.168.729-23
467/2019	R\$	IRINEU KUBNIK	384.112.619-72
494/2019	R\$	RIO CLARO SERVIÇOS ADMINIS-TRATIVOS LTDA EPP	01.009.640/0001-25
501/2019	R\$	LUMALIN COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME	05.049.992/0001-65
538/2019	R\$	EUCLIDES CRISTOFOLINI	218.326.179-04
568/2019	R\$	CIRLEI FATIMA SANTOS LIMA	924.574.109-59
618/2019	R\$	LUCIVO REPRESENTAÇÕES COMER-CIAIS LTDA	07.348.841/0001-33

657/2019	R\$	EDUARDO FRANCISCO MAZOTTI SILVERIO	007.041679-64
659/2019	R\$	JOÃO DELLING	310.612.309-53
663/2019	R\$	ARMANDO HAMANN	121.138.839-53
665/2019	R\$	MAURO JAIRO VICTOR	070.752.988-36
701/2019	R\$	AVELINO ALVES GALVÃO	394.992.949-53
787/2019	R\$	TIM CELULAR S.A.	04.206.050/0128-63
805/2019	R\$	ROSANE MARIA DE MACEDO 70397775920	11.146.525/0001-56
806/2019	R\$	ROGEVANO DE BRITO PEREIRA 00561249962	11.624.155/0001-15
810/2019	R\$	IDEALL MAQUINAS E ESQUIPAMENTOS LTDA- ME	12.234933/0001-22
850/2019	R\$	FRANCIELLE VIEIRA	087.392.529-73
851/2019	R\$	ANITA MEISTER	031.931.769-23
853/2019	R\$	CLEUSA GUGEL MOHR	05.662.806/0001-69
859/2019	R\$	ROSANGELA DE OLIVEIRA DE LARA	7050.819.919-15
860/2019	R\$	ADÃO ALZIRO DOS SANTOS 55698743053	13.681.990/0001-12
878/2019	R\$	BE MINE CONFECÇÃO LTDA - ME	14.137.711/0001-17
882/2019	R\$	LEANDRO JOSE DE SOUZA 97000825987	97.523.730/0001-09
885/2019	R\$	LUIS CARLOS KOEPP 00481914935	14.358.483/0001-05
887/2019	R\$	LUCIANO DE LIMA	034.915.699-90
888/2019	R\$	GILMAR TULIUO GIMENEZ 04071675950	14.484.907/0001-88
890/2019	R\$	ALZEMIR ALEXANDRE 82172897949	14.505.628/0001-53
898/2019	R\$	HDW COMÉRCIO DE MÁQUINAS DE COSTURA LTDA - ME	14.638.808/0001-03
911/2019	R\$	LIANE FERNANDA RONCHI WALTERKEMPER 00407517910	15.017.618/0001-31
922/2019	R\$	GOOD HARVEST INDÚSTRIA DE ALIMENTOS LTDA - ME	15.551.483/0001-90
925/2019	R\$	IDEAL MONTAGEM DE PRE-MOLDADOS LTDA - ME	15.534.291/0001-75
951/2019	R\$	JOÃO CARLOS DA CONCEIÇÃO 00369625978	17.828.462/0001-02
954/2019	R\$	SIDNEY VALDECIR DOS SANTOS	03.087.127/0001-88
956/2019	R\$	LUANA RAQUEL VIEIRA DO PRADO - EPP	17.788.520/0001-03
969/2019	R\$	CRUZELITA GOMES TRINDADE 02382499990	18.232.529/0001-04
970/2019	R\$	CATIA REGINA CARDOSO - ME	18.328.040/0001-22
973/2019	R\$	JULIO CESAR CANDIDO PIRES 34092844867	18.418.636/0001-13
979/2019	R\$	TARCISIO VIDAL ALVES 98869469972	18.584.408/0001-13

Thank you for using www.freepdfconvert.com service!

Only two pages are converted. Please Sign Up to convert all pages. <https://www.freepdfconvert.com/membership>

PROCESSO LICITATÓRIO 262.2019 INEX 262.2019 - AGRICULTURA FAMILIAR

Publicação Nº 2310158

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 262/2019
INEXIGIBILIDADE - CHAMADA PÚBLICA Nº 262/2019

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que, conforme dispõe o art.14 da Lei nº 11.947/2009 e na Resolução FNDE nº 04/2015, fará realizar a chamada pública para AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL.

PERÍODO DE DURAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA: a partir de 14 de janeiro de 2020 até 13 de fevereiro de 2020.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 08h00min do dia 14 de fevereiro de 2020.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, ou através do site: www.massaranduba.atende.net

ARMINDO SESAR TASSI – Prefeito Municipal

Matos Costa

PREFEITURA

AVISO DISPENSA 01/2020

Publicação Nº 2310557

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE MATOS COSTA-SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2020 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2020 - FMS

O Presidente da Comissão de Licitações, nomeado pelo Decreto nº 061/2019, no uso de suas atribuições legais faz PUBLICAR a instauração de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento no art. 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93; e bem como a Legislação Municipal de Ratificação do Protocolo de Intenções do CISAMARP, Lei Municipal nº 1.655 de 03 de junho de 2009, bem como as cláusulas do Contrato de Programa 11/2010.

Objeto: Rateio de despesas do CISAMARP para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº 11/2010. A importância é variável de acordo com a utilização dos serviços mensais, expressa em relatório de gastos encaminhado mensalmente pelo CISAMARP e disponível no programa informatizado ao Município.

Valor total de R\$: 19.212,00 (dezenove mil duzentos e doze reais), podendo ser divididos em 12 parcelas mensais de R\$ 1.601,00 (um mil, seiscentos e um reais).

Matos Costa, 13 de janeiro de 2020.

Camila Carneiro - Presidente da Comissão

AVISO DISPENSA 02/2020

Publicação Nº 2310558

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE MATOS COSTA-SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2019 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2019 - FMS

O Presidente da Comissão de Licitações, nomeado pelo Decreto nº 061/2019, no uso de suas atribuições legais faz PUBLICAR a instauração de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Delegação de recursos pelo Município de Matos Costa-SC ao CISAMARP para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº 11/2010. A importância é variável de acordo com a utilização dos serviços mensais, expressa em relatório de gastos encaminhado mensalmente pelo CISAMARP e disponível no programa informatizado ao Município.

Valor total de R\$: Cota máxima é de R\$: 60.000,00 (sessenta mil reais), podendo ser utilizada fracionando-se o valor anual nos meses do ano conforme for conveniente ao município.

Matos Costa, 13 de janeiro de 2020. Camila Carneiro - Presidente da Comissão

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO 02-2020

Publicação Nº 2309799

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MATOS COSTA

EXTRATO DO CONTRATO n.º 002/2020

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE MATOS COSTA

CNPJ: 83.529.941/0001-44

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 002/2020

CONTRATADO: JEDEAN CARLOS BENDLIN

CNPJ: 21.122.484/0001-11

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de um link de internet com 10MB de DOWNLOAD e com 10MB de UPLOAD, para atendimento da demanda de acesso aos programas/sistemas, usuários e de transmissão ao vivo das sessões da Câmara de Vereadores na rede mundial de computadores, atendendo assim com mais ênfase o princípio da publicidade, divulgação e transparência dos atos do Legislativo Municipal.

VALOR GLOBAL: R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato inicia-se em 02 de janeiro de 2020 com término em 31 de dezembro de 2020.

Matos Costa/SC, em 02 de janeiro de 2020.

João Moraes Junior

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

EXTRATO CONTRATO 03-2020

Publicação Nº 2309805

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MATOS COSTA
EXTRATO DO CONTRATO n.º 003/2020
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE MATOS COSTA
CNPJ: 83.529.941/0001-44
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 003/2020
CONTRATADO: CLIC SISTEMAS PARA TRANSMISSÃO AO VIVO LTDA - ME
CNPJ: 11.520.032/0001-34

OBJETO: O contrato consiste na locação de sistema de transmissão de vídeo HD, contendo câmera HD Speed Dome, servidor de transmissão, encoder de vídeo e controlador PTZ digital, além do licenciamento do software necessário para sincronização com as principais redes sociais e canais de divulgação, para gravação e transmissão ao vivo de áudio e vídeo, via internet, das sessões da Câmara Municipal de Vereadores, atendendo assim com mais ênfase o princípio da publicidade, divulgação e transparência dos atos do Legislativo Municipal.

VALOR GLOBAL: R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais)
VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato inicia-se em 02 de janeiro de 2020 com término em 31 de dezembro de 2020.

Matos Costa/SC, em 02 de janeiro de 2020.
João Moraes Junior
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

EXTRATO CONTRATO 04-2020

Publicação Nº 2309810

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MATOS COSTA
EXTRATO DO CONTRATO n.º 004/2020
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE MATOS COSTA
CNPJ: 83.529.941/0001-44
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 004/2020
CONTRATADO: SILVANE DIAS DE SOUZA RIBEIRO
CNPJ: 34.763.619/0001-70

OBJETO: A locação de serviços gerais de limpeza, conservação e higienização do imóvel sede das atividades da CONTRATANTE, nos dias e horários por ela estabelecidos, os quais se farão de forma pessoal, ficando a CONTRATADA responsável por todas as suas obrigações, especialmente as trabalhistas e previdenciárias.

VALOR GLOBAL: R\$ 6.000,00 (seis mil reais)
VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato inicia-se em 02 de janeiro de 2020 com término em 31 de dezembro de 2020.

Matos Costa/SC, em 02 de janeiro de 2020.
João Moraes Junior
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

EXTRATO CONTRATO PATRIMONIAL 01-2020

Publicação Nº 2309796

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MATOS COSTA
EXTRATO DO CONTRATO n.º 001/2020
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE MATOS COSTA
CNPJ: 83.529.941/0001-44
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 001/2020
CONTRATADO: PATRIMONIAL CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA EPP
CNPJ: 21.978.848/0001-60

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de assessoria, consultoria e treinamento nas áreas contábil, administrativa, financeira, tributária, planejamento, controle interno, licitações, recursos, humanos, patrimonial, prestação de contas, fiscalização e remessa de informações aos órgãos reguladores e fiscalizadores no âmbito da Administração Pública Municipal, Estadual e Federal (Poder Executivo, Previdência Social, Receita Federal, STN, TCU, TCE/SC, FNDE, e-Social, Ministério da Saúde e Outros).

VALOR GLOBAL: R\$ 12.000,00 (doze mil reais)
VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato inicia-se em 02 de janeiro de 2020 com término em 31 de dezembro de 2020.

Matos Costa/SC, em 02 de janeiro de 2020.
João Moraes Junior
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Mondaí

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DL Nº 001/2019 E CT Nº 002 E 003/2019 - FMS

Publicação Nº 2310410

MUNICIPIO DE MONDAÍ – SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2020
Dispensa de Licitação nº. 001/2020

O Município de Mondaí – SC, através do Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.386.903/0001-79, a partir de seu Gestor Senhor Ginther Otto Dreher, Ordenador de Despesas do F.M.S., torna público a Dispensa de Licitação, oriunda do Processo Administrativo nº. 002/2020 e, com fulcro no Art. 24, Inciso II, da Lei nº. 8.666/1993, conforme segue:

OBJETO: Contratação dos serviços de saúde especializados de referência, de média e alta complexidade a nível ambulatorial para a população do Município de Mondaí, em conformidade com as diretrizes do SUS, assegurando o estabelecimento de um sistema de referência e contra referência, para o exercício de 2020. **Finalidade:** O Município utilizará os valores repassados em serviços médicos especializados a nível ambulatorial, de acordo com sua necessidade e nas condições operacionais do Consórcio, ainda, as de rateio das despesas do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Extremo Oeste de Santa Catarina CIS-AMEOSC, entre os CONSORCIADOS nos termos do art. 8º da Lei nº. 11.107/05. **CONTRATADO:** Consórcio Intermunicipal de Saúde do Extremo Oeste de SC - CIS/AMEOSC, CNPJ/MF nº. 02.311.972/0001-22. **VALOR TOTAL:** R\$ 204.000,00 (duzentos e quatro mil reais), a ser paga em 12 (doze) parcelas de R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais). **VIGÊNCIA:** 31/12/2020. Mondaí – SC, 02 de janeiro de 2020. GINTHER OTTO DREHER - Gestor do Fundo Municipal de Saúde.

MUNICIPIO DE MONDAÍ

Publicação do resumo do contrato.

Contrato: 002/2020 de 02 de janeiro de 2020. **Origem:** Processo Licitatório nº 002/2020. **Modalidade:** Dispensa de Licitação nº 001/2020. **Objeto:** O presente instrumento tem por objeto ratear as despesas do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Extremo Oeste de Santa Catarina CIS-AMEOSC, entre os CONSORCIADOS nos termos do art. 8º da Lei nº. 11.107/05. **Fornecedor:** Consórcio Intermunicipal de Saúde do Extremo Oeste de SC - CIS/AMEOSC, CNPJ/MF nº. 02.311.972/0001-22. **Valor:** R\$ 19.596,48 (dezenove mil quinhentos e noventa e seis reais e quarenta e oito centavos), a ser paga em 12 (doze) parcelas de R\$ 1.633,04 (um mil seiscentos e trinta e três reais e quatro centavos). **Vigência:** até 31/12/2020. Mondaí/SC, 02/01/2020. GINTHER OTTO DREHER - Gestor do F.M.S.

MUNICIPIO DE MONDAÍ

Publicação do resumo do contrato.

Contrato: 003/2020 de 02 de janeiro de 2020. **Origem:** Processo Licitatório nº 002/2020. **Modalidade:** Dispensa de Licitação nº 001/2020. **Objeto:** Contratação dos serviços de saúde especializados de referência, de média e alta complexidade a nível ambulatorial para a população do Município de Mondaí, em conformidade com as diretrizes do SUS, assegurando o estabelecimento de um sistema de referência e contra referência, para o exercício de 2020. **Finalidade:** O Município utilizará os valores repassados em serviços médicos especializados a nível ambulatorial, de acordo com sua necessidade e nas condições operacionais do Consórcio. **Fornecedor:** Consórcio Intermunicipal de Saúde do Extremo Oeste de SC - CIS/AMEOSC, CNPJ/MF nº. 02.311.972/0001-22. **Valor:** R\$ 184.403,52 (cento e oitenta e quatro mil quatrocentos e três reais e cinquenta e dois centavos), a ser paga em 12 (doze) parcelas de R\$ 15.366,96 (quinze mil trezentos e sessenta e seis reais e noventa e seis centavos). **Vigência:** até 31/12/2020. Mondaí/SC, 02 de janeiro de 2020. GINTHER OTTO DREHER - Gestor do F.M.S.

EXTRATO EDITAL DL Nº 002/2019 E CT Nº 004/2019 - FMS

Publicação Nº 2310473

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE MONDAÍ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 003/2020. Dispensa de Licitação nº. 002/2020. O Município de Mondaí – SC, através do Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.386.903/0001-79, a partir de seu Ordenador de Despesas senhor Ginther Otto Dreher, torna público a Dispensa de Licitação, oriunda do Processo Administrativo nº. 003/2020, DL nº 002/2020 e, com fulcro no Art. 24, Inciso II, da Lei nº. 8.666/1993, conforme segue: **OBJETO:** Serviços técnicos profissionais de MEDICINA - ESF, com dedicação de 40 (quarenta) horas semanais, na execução de serviços de atendimento de pacientes da Atenção Básica da Área III do município de Mondaí/SC. **CONTRATADA:** THAIS GIUMBELLI, medica, inscrita no CRM/SC sob nº. 28.393, CPF sob o nº. 088.038.879-03, RG nº. 5.361.728 SSP/SC. **VALOR MENSAL:** R\$ 17.300,00 (dezessete mil e trezentos reais). **VIGÊNCIA:** 60 (sessenta) dias. Mondaí – SC, 06 de janeiro de 2020. GINTHER OTTO DREHER - Gestor do F.M.S.

MUNICÍPIO DE MONDAÍ – F.M.S.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 004/2020. CONTRATANTE: Município de Mondaí, através do F.M.S. **CONTRATADA:** THAIS GIUMBELLI, medica, inscrita no CRM/SC sob nº 28.393 e CPF sob nº. 088.038.879-03. **OBJETO:** Serviços técnicos profissionais de MEDICINA - ESF, com dedicação de 40 (quarenta) horas semanais, na execução de serviços de atendimento de pacientes da Atenção Básica da Área III do município de Mondaí/SC. **ORIGEM:** Processo Licitatório nº 003/2020 – DL nº 002/2020. **VALOR:** O valor mensal a ser pago é de até R\$ 17.300,00 (dezessete mil e trezentos reais). **VIGÊNCIA:** 02 (dois) meses a partir da assinatura do contrato. Mondaí/SC, 06/01/2020. GINTHER O. DREHER - Gestor do F.M.S.

EXTRATO EDITAL DL Nº 003/2020 E CT Nº 003/2020 - PMM

Publicação Nº 2310824

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MONDAÍ – SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2020 - Dispensa de Licitação nº. 003/2020. O Município de Mondaí – SC, a partir de seu Secretário Municipal de Administração e Fazenda, Ordenador de Despesas da unidade gestora Prefeitura Municipal de Mondaí, torna público a Dispensa de Licitação, oriunda do Processo Administrativo nº. 003/2020 e, com fulcro no Art. 24, Inciso XIII, da Lei nº. 8.666/1993, conforme segue: OBJETO: contratação de instituição brasileira sem fins lucrativos que atue como agente de operacionalização de programa de estágio de estudantes, obrigatório ou não, objetivando a oferta e seleção de até 55 (cinquenta e cinco) vagas para a realização de estágio curricular supervisionado, sendo até 25 (vinte e cinco) alunos para nível superior (30 horas) e até 10 (dez) alunos para nível superior (20 horas) e até 20 (vinte) alunos para nível médio (20 horas), que visa propiciar complementação do ensino e da aprendizagem aos estudantes, constituindo-se em instrumento de integração entre teoria e prática, bem como de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho, mediante a seleção de alunos regularmente matriculados e com freqüência em cursos de nível médio e nível superior, nos termos da Lei Federal nº 11.788/08. CONTRATADO: CIEE-SC – CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, CNPJ/MF nº. 04.310.564/0001-81. VALOR TOTAL: R\$ 502.704,25 (quinhentos e dois mil setecentos e quatro reais e vinte e cinco centavos), divididos entre R\$ 474.984,25 (quatrocentos e setenta e quatro mil novecentos e oitenta e quatro reais e vinte e cinco centavos) o valor total das bolsas e R\$ 27.720,00 (vinte e sete mil, setecentos e vinte reais) correspondente à taxa de administração para a agência. VIGÊNCIA: 31/12/2020. Mondaí – SC, 02 de janeiro de 2020. ELISEU BOHN - Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

MUNICÍPIO DE MONDAÍ

Publicação do Resumo do Contrato.

Contrato: 003 de 02 de janeiro de 2020. Origem: Processo Licitatório nº 003/2020. Modalidade: Dispensa de Licitação nº 003/2020. OBJETO: O objeto do presente Processo é a contratação de instituição brasileira sem fins lucrativos que atue como agente de operacionalização de programa de estágio de estudantes, obrigatório ou não, objetivando a oferta e seleção de até 55 (cinquenta e cinco) vagas para a realização de estágio curricular supervisionado, sendo até 25 (vinte e cinco) alunos para nível superior (30 horas) e até 10 (dez) alunos para nível superior (20 horas) e até 20 (vinte) alunos para nível médio (20 horas), que visa propiciar complementação do ensino e da aprendizagem aos estudantes, constituindo-se em instrumento de integração entre teoria e prática, bem como de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho, mediante a seleção de alunos regularmente matriculados e com freqüência em cursos de nível médio e nível superior, nos termos da Lei Federal nº 11.788/08. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ/SC. CONTRATADO: CIEE-SC – CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, CNPJ/MF nº. 04.310.564/0001-81. VALOR TOTAL: R\$ 502.704,25 (quinhentos e dois mil setecentos e quatro reais e vinte e cinco centavos), divididos entre R\$ 474.984,25 (quatrocentos e setenta e quatro mil novecentos e oitenta e quatro reais e vinte e cinco centavos) o valor total das bolsas e R\$ 27.720,00 (vinte e sete mil, setecentos e vinte reais) correspondente à taxa de administração para a agência. VIGÊNCIA: 31/12/2020. Mondaí – SC, 02 de janeiro 2020. ELISEU BOHN - Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

PORTARIA DE ALTERAÇÃO Nº 004/2020

Publicação Nº 2309535

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº. 004 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

RETIFICA, EM PARTE, PORTARIA Nº 237/2019

O PREFEITO MUNICIPAL de Mondaí Estado de Santa Catarina, VALDIR RUBERT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 018 de 28 de novembro de 2006 e Lei Municipal 3.195 de 22 de dezembro de 2006, bem como o que consta no Processo Concurso Público nº 001/2015, Ata nº 041/2019 de 28 de maio de 2019, e na prerrogativa de revisão de seus atos administrativos, amparado pelo Princípio da Autotutela, resolve:

Art. 1º Retificar a Portaria nº 237/2019, de 06 de agosto de 2019, que nomeou a candidata ADRIANI MULLER, no cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais. Onde se lê: (...)Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01 de agosto de 2019.”, leia-se “(...)Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 29 de maio de 2019.”

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Mondaí, 02 de janeiro de 2020.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal de Mondaí

SANDRA REGINA CALLAI SCHUH

Secretária Municipal de Educação e Cultura

PORTARIA DE NOMEAÇÃO Nº 005/2020

Publicação Nº 2309536

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº. 005 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.
NOMEIA POR CONCURSO

O PREFEITO MUNICIPAL de Mondaí Estado de Santa Catarina, VALDIR RUBERT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 018 de 28 de novembro de 2006 e Lei Municipal 3.195 de 22 de dezembro de 2006, resolve:

NOMEAR POR CONCURSO, LEILA JULIANE DOPKE MIOLA, brasileira, residente e domiciliada no Município de Mondaí, portadora da Cédula de Identidade nº 4.933.088, inscrita no CPF sob nº 055.161.009-33, matrícula 3983, aprovada no Concurso Público nº 01/2015, para exercer a função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 20 horas semanais. Contrato regido pelo Regime Jurídico Estatutário, contribuinte ao RGPS – Regime Geral de Previdência Social, percebendo os vencimentos conforme enquadramento na função do quadro de pessoal do Magistério do Município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 29 de maio de 2019.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Mondaí, 02 de janeiro de 2020.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal de Mondaí

SANDRA REGINA CALLAI SCHUH

Secretária Municipal de Educação e Cultura

PORTARIA DE NOMEAÇÃO Nº 006/2020

Publicação Nº 2309537

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº. 006 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.
NOMEIA POR CONCURSO

O PREFEITO MUNICIPAL de Mondaí Estado de Santa Catarina, VALDIR RUBERT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 018 de 28 de novembro de 2006 e Lei Municipal 3.195 de 22 de dezembro de 2006, resolve:

NOMEAR POR CONCURSO, CLAUDIA SERAFINI, brasileira, residente e domiciliada neste Município, portadora da Cédula de Identidade nº 4869974-8, inscrita no CPF sob nº 054.552.929-86, matrícula 3991, aprovada no Concurso Público nº 01/2015, para exercer a função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 20 horas semanais. Contrato regido pelo Regime Jurídico Estatutário, contribuinte ao RGPS – Regime Geral de Previdência Social, percebendo os vencimentos conforme enquadramento na função do quadro de pessoal do Magistério do Município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 29 de maio de 2019.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Mondaí, 02 de janeiro de 2020.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal de Mondaí

SANDRA REGINA CALLAI SCHUH

Secretária Municipal de Educação e Cultura

PORTARIA DE NOMEAÇÃO Nº 007/2020

Publicação Nº 2309662

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº. 007 DE 13 DE JANEIRO DE 2020.
NOMEIA POR CONCURSO

O PREFEITO MUNICIPAL de Mondaí Estado de Santa Catarina, VALDIR RUBERT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei

Orgânica do Município, Lei Complementar nº 018 de 28 de novembro de 2006 e Lei Municipal 3.195 de 22 de dezembro de 2006, resolve:

NOMEAR POR CONCURSO, DOUGLAS DOS SANTOS PIRES, brasileiro, residente e domiciliado no Município de Irai/RS, portador da Cédula de Identidade nº 7097661107 SSP/DI RS, inscrito no CPF sob nº 031.806.740-40, matrícula 4015, aprovado no Concurso Público nº 001/2019, para exercer a função de OPERADOR DE MÁQUINAS, com carga horária de 40 horas semanais. Contrato regido pelo Regime Jurídico Estatutário, contribuinte ao RGPS – Regime Geral de Previdência Social, percebendo os vencimentos conforme enquadramento na função do quadro de pessoal do Município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Mondaí, 13 de janeiro de 2020.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal de Mondaí

KARLHEINZ KOELLN

Secretário Municipal de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos
--

PORTARIA DE NOMEAÇÃO Nº 008/2020

Publicação Nº 2309666

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº. 008 DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

NOMEIA POR CONCURSO

O PREFEITO MUNICIPAL de Mondaí Estado de Santa Catarina, VALDIR RUBERT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 018 de 28 de novembro de 2006 e Lei Municipal 3.195 de 22 de dezembro de 2006, resolve:

NOMEAR POR CONCURSO, MARCOS QUEIROZ DA SILVA, brasileiro, residente e domiciliado no Município de Mondaí/SC, portador da Cédula de Identidade nº 2442635 SESP/DF, inscrito no CPF sob nº 007.811.391.12, matrícula 4016, aprovado no Concurso Público nº 001/2019, para exercer a função de OPERADOR DE MÁQUINAS, com carga horária de 40 horas semanais. Contrato regido pelo Regime Jurídico Estatutário, contribuinte ao RGPS – Regime Geral de Previdência Social, percebendo os vencimentos conforme enquadramento na função do quadro de pessoal do Município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Mondaí, 13 de janeiro de 2020.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal de Mondaí

KARLHEINZ KOELLN

Secretário Municipal de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos
--

Monte Carlo

PREFEITURA

DECRETO Nº 03/2020

Publicação Nº 2310680

DECRETO Nº 03, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A APLICAÇÃO DO ÍNDICE DE REVISÃO GERAL ANUAL, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 88, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2017.

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos da legislação municipal, em especial o art. 2º da Lei Complementar nº 88, de 2 de fevereiro de 2017,

DECRETA

Art. 1º Nos termos do art. 1º, da Lei Complementar nº 88, de 2 de fevereiro de 2017, o índice de revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos municipais e dos subsídios dos agentes políticos, a ser aplicada a partir de 1º de janeiro de 2020, será de 4,48% (quatro inteiros e quarenta e oito centésimos por cento), assim considerado o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) do período de 01/01/2019 a 31/12/2019.

Art. 2º Aplica-se às gratificações de função o mesmo índice previsto no art. 1º deste Decreto, nos termos do art. 23, § 2º, da Lei Complementar nº 27, de 11 de dezembro de 2007.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2020.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 13 de janeiro de 2020.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

SONIA SALETE VEDOVATTO
Prefeita Municipal

Monte Castelo

PREFEITURA

PORTARIAS DE 001/2020 A 038/2020

Publicação Nº 2309680



PORTARIA Nº 001/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos I, VI e VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º EXONERAR a Servidora **GLEICE FABIANA GREIN**, investida no Cargo de **COORDENADORA GERAL DE CONVÊNIOS**, do Quadro de Pessoal de **Provimento em Comissão e Confiança**, do Poder Executivo Municipal, **ficando revogada a Portaria 461/2019 de 05 de Novembro de 2019**, através da qual a mesma foi nomeada para o referido cargo, sendo que os efeitos legais, jurídicos e financeiros da presente exoneração terão eficácia a contar da data de **02 de Janeiro de 2020**;

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Monte Castelo (SC), 02 de Janeiro de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 02 de Janeiro de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

Rua Alfredo Becker, 385 - fones: 47- 3654-0171 e 3654-0166, Cx. Postal, 06 - 89.380-000 - Monte Castelo/SC.
www.montecastelo.sc.gov.br



PORTARIA Nº 002/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos I, VI e VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º EXONERAR a Servidora **VIVIANE DE FÁTIMA FERREIRA DO LIVRAMENTO**, investida no Cargo de **COORDENADORA GERAL DE TRIBUTOS**, do Quadro de Pessoal de **Provimento em Comissão e Confiança**, do Poder Executivo Municipal, **ficando revogada a Portaria 462/2019 de 05 de Novembro de 2019**, através da qual a mesma foi nomeada para o referido cargo, sendo que os efeitos legais, jurídicos e financeiros da presente exoneração terão eficácia a contar da data de **02 de Janeiro de 2020**;

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Monte Castelo (SC), 02 de Janeiro de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 02 de Janeiro de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

Rua Alfredo Becker, 385 - fones: 47-3654-0171 e 3654-0166. Cx. Postal, 06 - 89.380-000 - Monte Castelo/SC.
www.montecastelo.sc.gov.br



PORTARIA Nº 003/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos I, VI e VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º EXONERAR a Servidora **ANDREZA DA SILVEIRA**, investida no Cargo de **COORDENADORA GERAL DE TRIBUTOS**, do Quadro de Pessoal de **Provimento em Comissão e Confiança**, do Poder Executivo Municipal, **ficando revogada a Portaria 470/2019 de 14 de Novembro de 2019**, através da qual a mesma foi nomeada para o referido cargo, sendo que os efeitos legais, jurídicos e financeiros da presente exoneração terão eficácia a contar da data de **02 de Janeiro de 2020**;

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Monte Castelo (SC), 02 de Janeiro de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 02 de Janeiro de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

Rua Alfredo Becker, 385 - fones: 47- 3654-0171 e 3654-0166. Cx. Postal, 06 - 89.380-000 - Monte Castelo/SC.
www.montecastelo.sc.gov.br



PORTARIA Nº 004/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no Artigo 37, Inciso IX da Constituição Federal, combinado com o Artigo 54, Inciso VII, da Lei Orgânica do Município e com amparo na Lei Complementar Nº 051/2019 de 17 de Dezembro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, GLEICE FABIANE GREIN, para exercer o cargo de **ASSESSORA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS**, do Quadro de Pessoal de **Provisão em Comissão e Confiança**, do Poder Executivo Municipal, previsto pela Lei Complementar Nº 051/2019 de 17 de Dezembro de 2019, com remuneração constante no Anexo I, da referida Lei, com Jornada de Trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, ficando a mesma lotada na **Secretaria da Fazenda e Planejamento**, sendo que os efeitos legais, jurídicos e financeiros da presente nomeação terão eficácia a partir da data de 02 de Janeiro de 2020;

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Monte Castelo (SC), 02 de Janeiro de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 02 de Janeiro de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

Rua Alfredo Becker, 385 - fones: 47- 3654-0171 e 3654-0166. Cx. Postal, 06 - 89.380-000 - Monte Castelo/SC.
www.montecastelo.sc.gov.br



PORTARIA Nº 005/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no Artigo 37, Inciso IX da Constituição Federal, combinado com o Artigo 54, Inciso VII, da Lei Orgânica do Município e com amparo na Lei Complementar Nº 051/2019 de 17 de Dezembro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, VIVIANE DE FÁTIMA FERREIRA DO LIVRAMENTO, para exercer o cargo de **DIRETORA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL**, do Quadro de Pessoal de **Provimento em Comissão e Confiança**, do Poder Executivo Municipal, previsto pela Lei Complementar Nº 051/2019 de 17 de Dezembro de 2019, com remuneração constante no Anexo I, da referida Lei, com Jornada de Trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, ficando a mesma lotada na **Secretaria de Administração**, sendo que os efeitos legais, jurídicos e financeiros da presente nomeação terão eficácia a partir da data de 02 de Janeiro de 2020;

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Monte Castelo (SC), 02 de Janeiro de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 02 de Janeiro de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

Rua Alfredo Becker, 385 - fones: 47-3654-0171 e 3654-0166. Cx. Postal, 06 - 89.380-000 - Monte Castelo/SC.
www.montecastelo.sc.gov.br



PORTARIA Nº 006/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no Artigo 37, Inciso IX da Constituição Federal, combinado com o Artigo 54, Inciso VII, da Lei Orgânica do Município e com amparo na Lei Complementar Nº 051/2019 de 17 de Dezembro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, ANDREZA DA SILVEIRA, para exercer o cargo de **DIRETORA GERAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS**, do Quadro de Pessoal de **Provisionamento em Comissão e Confiança**, do Poder Executivo Municipal, previsto pela Lei Complementar Nº 051/2019 de 17 de Dezembro de 2019, com remuneração constante no Anexo I, da referida Lei, com Jornada de Trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, ficando a mesma lotada na **Secretaria da Fazenda e Planejamento**, sendo que os efeitos legais, jurídicos e financeiros da presente nomeação terão eficácia a partir da data de 02 de Janeiro de 2020;

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Monte Castelo (SC), 02 de Janeiro de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 02 de Janeiro de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

Rua Alfredo Becker, 385 - fones: 47- 3654-0171 e 3654-0166. Cx. Postal, 06 - 89.380-000 - Monte Castelo/SC.
www.montecastelo.sc.gov.br



PORTARIA Nº 007/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos I, VI e VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º EXONERAR o Servidor **ADEMAR DE MOURA**, investido no Cargo de **DIRETOR GERAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E TURISMO**, do Quadro de Pessoal de **Provimento em Comissão e Confiança**, do Poder Executivo Municipal, **ficando revogada a Portaria 097/2017 de 01 de Fevereiro de 2017**, através da qual o mesmo foi nomeado para o referido cargo, sendo que os efeitos legais, jurídicos e financeiros da presente exoneração terão eficácia a contar da data de **02 de Janeiro de 2020**;

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Monte Castelo (SC), 02 de Janeiro de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 02 de Janeiro de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

Rua Alfredo Becker, 385 - fones: 47- 3654-0171 e 3654-0166. Cx. Postal, 06 - 89.380-000 - Monte Castelo/SC.
www.montecastelo.sc.gov.br



PORTARIA Nº 008/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos I, VI e VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º EXONERAR o Servidor **JOEL WENG**, investido no Cargo de **DIRETOR GERAL DE OBRAS**, do Quadro de Pessoal de **Provimento em Comissão e Confiança**, do Poder Executivo Municipal, **ficando revogada a Portaria 021/2019 de 15 de Janeiro de 2019**, através da qual o mesmo foi nomeado para o referido cargo, sendo que os efeitos legais, jurídicos e financeiros da presente exoneração terão eficácia a contar da data de **02 de Janeiro de 2020**;

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Monte Castelo (SC), 02 de Janeiro de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 02 de Janeiro de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

Rua Alfredo Becker, 385 - fones: 47- 3654-0171 e 3654-0166. Cx. Postal, 06 - 89.380-000 - Monte Castelo/SC.
www.montecastelo.sc.gov.br



PORTARIA Nº 009/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos I, VI e VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º EXONERAR o Servidor **DAIR KACZMARECK**, investido no Cargo de **ENGENHEIRO CIVIL**, do Quadro de Pessoal de **Provimento Temporário, Emergencial e Excepcional**, ficando revogada a **Portaria 171/2015 de 18 de Fevereiro de 2015**, através da qual o mesmo foi designado para o referido cargo, sendo que os efeitos legais, jurídicos e financeiros da presente exoneração terão eficácia a contar da data de **02 de Janeiro de 2020**;

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Monte Castelo (SC), 02 de Janeiro de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 02 de Janeiro de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

Rua Alfredo Becker, 385 - fones: 47-3654-0171 e 3654-0166. Cx. Postal, 06 - 89.380-000 - Monte Castelo/SC.
www.montecastelo.sc.gov.br



PORTARIA Nº 010/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos I, VI e VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º EXONERAR a Servidora **DANIELE CAROLINA CHICALSKI GAIA**, investida no Cargo de **ASSISTENTE SOCIAL**, do Quadro de Pessoal de **Provimento Temporário, Emergencial e Excepcional**, do Poder Executivo Municipal, **ficando revogada a Portaria 253/2019 de 13 de Maio de 2019**, através da qual a mesma foi designada para o referido cargo, sendo que os efeitos legais, jurídicos e financeiros da presente exoneração terão eficácia a contar da data de **02 de Janeiro de 2020**;

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Monte Castelo (SC), 02 de Janeiro de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 02 de Janeiro de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

Rua Alfredo Becker, 385 - fones: 47- 3654-0171 e 3654-0166. Cx. Postal, 06 - 89.380-000 - Monte Castelo/SC.
www.montecastelo.sc.gov.br



PORTARIA Nº 011/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos I, VI e VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º EXONERAR a Servidora **FRANCIELE RODRIGUES DA SILVA**, investida no Cargo de **DIRETORA GERAL DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL**, do Quadro de Pessoal de **Provimento em Comissão e Confiança**, do Poder Executivo Municipal, **ficando revogada a Portaria 395/2018 de 01 de Outubro de 2018**, através da qual a mesma foi nomeada para o referido cargo, sendo que os efeitos legais, jurídicos e financeiros da presente exoneração terão eficácia a contar da data de **02 de Janeiro de 2020**;

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Monte Castelo (SC), 02 de Janeiro de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 02 de Janeiro de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

Rua Alfredo Becker, 385 - fones: 47- 3654-0171 e 3654-0166. Cx. Postal, 06 - 89.380-000 - Monte Castelo/SC.
www.montecastelo.sc.gov.br



PORTARIA Nº 012/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos I, VI e VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º EXONERAR a Servidora **TAISE MARIANA FREDERICO**, investida no Cargo de **ENFERMEIRA**, do Quadro de Pessoal de **Provimento Temporário, Emergencial e Excepcional**, do Poder Executivo Municipal, **ficando revogada a Portaria 182/2017 de 20 de Fevereiro de 2017**, através da qual a mesma foi designada para o referido cargo, sendo que os efeitos legais, jurídicos e financeiros da presente exoneração terão eficácia a contar da data de **02 de Janeiro de 2020**;

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Monte Castelo (SC), 02 de Janeiro de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 02 de Janeiro de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

Rua Alfredo Becker, 385 - fones: 47-3654-0171 e 3654-0166. Cx. Postal, 06 - 89.380-000 - Monte Castelo/SC.
www.montecastelo.sc.gov.br



PORTARIA Nº 013/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos I, VI e VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º EXONERAR a Servidora **MICHELE DAMASO VACHTEL**, investida no Cargo de **COORDENADORA GERAL DE SAÚDE**, do Quadro de Pessoal de **Provimento em Comissão e Confiança**, do Poder Executivo Municipal, **ficando revogada a Portaria 303/2019 de 09 de Julho de 2019**, através da qual a mesma foi nomeada para o referido cargo, sendo que os efeitos legais, jurídicos e financeiros da presente exoneração terão eficácia a contar da data de **02 de Janeiro de 2020**;

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Monte Castelo (SC), 02 de Janeiro de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 02 de Janeiro de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

Rua Alfredo Becker, 385 - fones: 47-3654-0171 e 3654-0166. Cx. Postal, 06 - 89.380-000 - Monte Castelo/SC.
www.montecastelo.sc.gov.br



PORTARIA Nº 014/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no Artigo 37, Inciso IX da Constituição Federal, combinado com o Artigo 54, Inciso VII, da Lei Orgânica do Município e com amparo na Lei Complementar Nº 051/2019 de 17 de Dezembro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, ADEMAR DE MOURA, para exercer o cargo de **ASSESSOR DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO SOCIAL**, do Quadro de Pessoal de **Provisionamento em Comissão e Confiança**, do Poder Executivo Municipal, previsto pela Lei Complementar Nº 051/2019 de 17 de Dezembro de 2019, com remuneração constante no Anexo I, da referida Lei, com Jornada de Trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, ficando o mesmo lotado no **Gabinete do Prefeito**, sendo que os efeitos legais, jurídicos e financeiros da presente nomeação terão eficácia a partir da data de 02 de Janeiro de 2020;

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Monte Castelo (SC), 02 de Janeiro de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 02 de Janeiro de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

Rua Alfredo Becker, 385 - fones: 47-3654-0171 e 3654-0166. Cx. Postal, 06 - 89.380-000 - Monte Castelo/SC.
www.montecastelo.sc.gov.br



PORTARIA Nº 015/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no Artigo 37, Inciso IX da Constituição Federal, combinado com o Artigo 54, Inciso VII, da Lei Orgânica do Município e com amparo na Lei Complementar Nº 051/2019 de 17 de Dezembro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, JOEL WENG, para exercer o cargo de **ASSESSOR DE PLANEJAMENTO, ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS E OBRAS**, do Quadro de Pessoal de **Provimento em Comissão e Confiança**, do Poder Executivo Municipal, previsto pela Lei Complementar Nº 051/2019 de 17 de Dezembro de 2019, com remuneração constante no Anexo I, da referida Lei, com Jornada de Trabalho de 20 (vinte) horas semanais, ficando o mesmo lotado na **Secretaria de Educação, Cultura e Desporto**, sendo que os efeitos legais, jurídicos e financeiros da presente nomeação terão eficácia a partir da data de 02 de Janeiro de 2020;

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Monte Castelo (SC), 02 de Janeiro de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 02 de Janeiro de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

Rua Alfredo Becker, 385 - fones: 47- 3654-0171 e 3654-0166. Cx. Postal, 06 - 89.380-000 - Monte Castelo/SC.
www.montecastelo.sc.gov.br



PORTARIA Nº 016/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no Artigo 37, Inciso IX da Constituição Federal, combinado com o Artigo 54, Inciso VII, da Lei Orgânica do Município e com amparo na Lei Complementar Nº 051/2019 de 17 de Dezembro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, DAIR KACZMARECK, para exercer o cargo de **ASSESSOR DE PLANEJAMENTO, ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS E OBRAS**, do Quadro de Pessoal de **Provimento em Comissão e Confiança**, do Poder Executivo Municipal, previsto pela Lei Complementar Nº 051/2019 de 17 de Dezembro de 2019, com remuneração constante no Anexo I, da referida Lei, com Jornada de Trabalho de 20 (vinte) horas semanais, ficando o mesmo lotado na **Secretaria de Obras e Serviços Públicos**, sendo que os efeitos legais, jurídicos e financeiros da presente nomeação terão eficácia a partir da data de 02 de Janeiro de 2020;

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Monte Castelo (SC), 02 de Janeiro de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 02 de Janeiro de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

Rua Alfredo Becker, 385 - fones: 47-3654-0171 e 3654-0166. Cx. Postal, 06 - 89.380-000 - Monte Castelo/SC.
www.montecastelo.sc.gov.br



PORTARIA Nº 017/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no Artigo 37, Inciso IX da Constituição Federal, combinado com o Artigo 54, Inciso VII, da Lei Orgânica do Município e com amparo na Lei Complementar Nº 051/2019 de 17 de Dezembro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, DANIELE CAROLINA CHICALSKI GAIA, para exercer o cargo de **DIRETORA GERAL DE VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL**, do Quadro de Pessoal de **Provimento em Comissão e Confiança**, do Poder Executivo Municipal, previsto pela Lei Complementar Nº 051/2019 de 17 de Dezembro de 2019, com remuneração constante no Anexo I, da referida Lei, com Jornada de Trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, ficando a mesma lotada na **Secretaria de Promoção e Assistência Social**, sendo que os efeitos legais, jurídicos e financeiros da presente nomeação terão eficácia a partir da data de 02 de Janeiro de 2020;

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Monte Castelo (SC), 02 de Janeiro de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 02 de Janeiro de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

Rua Alfredo Becker, 385 - fones: 47- 3654-0171 e 3654-0166. Cx. Postal, 06 - 89.380-000 - Monte Castelo/SC.
www.montecastelo.sc.gov.br



PORTARIA Nº 018/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no Artigo 37, Inciso IX da Constituição Federal, combinado com o Artigo 54, Inciso VII, da Lei Orgânica do Município e com amparo na Lei Complementar Nº 051/2019 de 17 de Dezembro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, FRANCIELE RODRIGUES DA SILVA, para exercer o cargo de **DIRETORA GERAL DE GESTÃO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**, do Quadro de Pessoal de **Provimento em Comissão e Confiança**, do Poder Executivo Municipal, previsto pela Lei Complementar Nº 051/2019 de 17 de Dezembro de 2019, com remuneração constante no Anexo I, da referida Lei, com Jornada de Trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, ficando a mesma lotada na **Secretaria de Promoção e Assistência Social**, sendo que os efeitos legais, jurídicos e financeiros da presente nomeação terão eficácia a partir da data de 02 de Janeiro de 2020;

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Monte Castelo (SC), 02 de Janeiro de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 02 de Janeiro de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

Rua Alfredo Becker, 385 - fones: 47-3654-0171 e 3654-0166. Cx. Postal, 06 - 89.380-000 - Monte Castelo/SC.
www.montecastelo.sc.gov.br



PORTARIA Nº 019/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no Artigo 37, Inciso IX da Constituição Federal, combinado com o Artigo 54, Inciso VII, da Lei Orgânica do Município e com amparo na Lei Complementar Nº 051/2019 de 17 de Dezembro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, TAÍSE MARIANA FREDERICO, para exercer o cargo de **DIRETORA GERAL DE GESTÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE-A**, do Quadro de Pessoal de **Provimento em Comissão e Confiança**, do Poder Executivo Municipal, previsto pela Lei Complementar Nº 051/2019 de 17 de Dezembro de 2019, com remuneração constante no Anexo I, da referida Lei, com Jornada de Trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, ficando a mesma lotada na **Secretaria de Saúde**, sendo que os efeitos legais, jurídicos e financeiros da presente nomeação terão eficácia a partir da data de 02 de Janeiro de 2020;

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Monte Castelo (SC), 02 de Janeiro de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 02 de Janeiro de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

Rua Alfredo Becker, 385 - fones: 47-3654-0171 e 3654-0166. Cx. Postal, 06 - 89.380-000 - Monte Castelo/SC.
www.montecastelo.sc.gov.br



PORTARIA Nº 020/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no Artigo 37, Inciso IX da Constituição Federal, combinado com o Artigo 54, Inciso VII, da Lei Orgânica do Município e com amparo na Lei Complementar Nº 051/2019 de 17 de Dezembro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, MICHELLE DAMASO VACHTEL, para exercer o cargo de **DIRETORA GERAL DE GESTÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE-A**, do Quadro de Pessoal de **Provimento em Comissão e Confiança**, do Poder Executivo Municipal, previsto pela Lei Complementar Nº 051/2019 de 17 de Dezembro de 2019, com remuneração constante no Anexo I, da referida Lei, com Jornada de Trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, ficando a mesma lotada na **Secretaria de Saúde**, sendo que os efeitos legais, jurídicos e financeiros da presente nomeação terão eficácia a partir da data de 02 de Janeiro de 2020;

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Monte Castelo (SC), 02 de Janeiro de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 02 de Janeiro de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

Rua Alfredo Becker, 385 - fones: 47- 3654-0171 e 3654-0166. Cx. Postal, 06 - 89.380-000 - Monte Castelo/SC.
www.montecastelo.sc.gov.br



PORTARIA Nº 021/2020 DE 06 DE JANEIRO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos I, VI e VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º EXONERAR a Servidora **ANA PAULA KACZMARECK**, investida no Cargo de **CUIDADORA**, do Quadro de Pessoal de **Provimento Temporário, Emergencial e Excepcional**, do Poder Executivo Municipal, **ficando revogada a Portaria 138/2019 de 14 de Fevereiro de 2019**, através da qual a mesma foi designada para o referido cargo, sendo que os efeitos legais, jurídicos e financeiros da presente exoneração terão eficácia a contar da data de **06 de Janeiro de 2020**;

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Monte Castelo (SC), 06 de Janeiro de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 06 de Janeiro de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

Rua Alfredo Becker, 385 - fones: 47-3654-0171 e 3654-0166. Cx. Postal, 06 - 89.380-000 - Monte Castelo/SC.
www.montecastelo.sc.gov.br



PORTARIA Nº 022/2020 DE 06 DE JANEIRO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos I, VI e VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º EXONERAR a Servidora **ANA JULIA BERTOLIN**, investida no Cargo de **CHEFE DE SETOR DE ARTICULAÇÃO**, do Quadro de Pessoal de **Provimento em Comissão e Confiança**, do Poder Executivo Municipal, **ficando revogada a Portaria 244/2019 de 06 de Maio de 2019**, através da qual a mesma foi nomeada para o referido cargo, sendo que os efeitos legais, jurídicos e financeiros da presente exoneração terão eficácia a contar da data de **06 de Janeiro de 2020**;

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Monte Castelo (SC), 06 de Janeiro de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 06 de Janeiro de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

Rua Alfredo Becker, 385 - fones: 47-3654-0171 e 3654-0166. Cx. Postal, 06 - 89.380-000 - Monte Castelo/SC.
www.montecastelo.sc.gov.br



PORTARIA Nº 023/2020 DE 06 DE JANEIRO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos I, VI e VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º. Conceder a Servidora **JOCE MARI KOASKI**, investida no Cargo de **AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE**, do Quadro de Pessoal de **Provimento Temporário Emergencial e Excepcional, do Poder Executivo Municipal, Férias Regulamentares de 30 (trinta) dias**, relativas ao período aquisitivo compreendido entre os dias **05/09/2018 a 04/09/2019**, sendo que o gozo dos 30 (trinta) dias que faz jus, 15 dias ocorreram de forma coletiva, e os 15 (quinze) dias remanescentes ocorreram entre 02/12/2019 a 16/12/2019 ;

Art.2º. O pagamento do Adicional de Férias previsto nos Artigos 93, 97 da Lei Complementar Municipal Nº 001/93 de 26 de Abril de 1993 será realizado a referida servidora juntamente com sua remuneração no mês de **Janeiro de 2020;**

Art.3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Município de Monte Castelo (SC), 06 de Janeiro de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 06 de Janeiro de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

Rua Alfredo Becker, 385 - fones: 47- 3654-0171 e 3654-0166. Cx. Postal, 06 - 89.380-000 - Monte Castelo/SC.
www.montecastelo.sc.gov.br



PORTARIA Nº 024/2020 DE 06 DE JANEIRO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município e com fundamentos no Artigo 37, Inciso IX da Constituição Federal, combinado com o Artigo 54, Inciso VII, da Lei Orgânica do Município;

Considerando a escassez da disponibilidade de profissionais médicos e a urgência de nova contratação, motivo pelo qual dispensa-se Processo Seletivo simplificado;

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, DEYDRE FRANCISCO GATTI, para exercer o cargo de **MÉDICA**, do Quadro de Pessoal de **Provimento Temporário, Emergencial e Excepcional**, criado pela Lei Municipal Nº 012/2011 de 02 de Maio de 2011, com remuneração mensal correspondente ao Nível de Referência Salarial Único, previsto e fixado no Anexo VIII, Sub-anexo "C", da referida Lei, ficando a mesma lotada na Secretaria de Saúde, onde executará a Jornada de Trabalho de **40 (quarenta)**, horas semanais, sendo que os efeitos legais, jurídicos e financeiros da presente designação, terão efeito e eficácia a contar da data de 06 de Janeiro de 2020;

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Município de Monte Castelo (SC), 06 de Janeiro de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 06 de Janeiro de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

Rua Alfredo Becker, 385 - fones: 47- 3654-0171 e 3654-0166. Cx. Postal, 06 - 89.380-000 - Monte Castelo/SC.
www.montecastelo.sc.gov.br



PORTARIA Nº 025/2020 DE 10 DE JANEIRO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos I, VI e VIII da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art.1º EXONERAR a Servidora **DORVALINA DE FÁTIMA CORREA COSTA**, investida no cargo de **CONSELHEIRA TUTELAR**, do Quadro de Pessoal de Provimento **Eletivo**, ficando revogada a **Portaria nº 013/2016 de 11 de janeiro de 2016**, através da qual a mesma foi nomeada para o referido cargo, sendo que os efeitos legais, jurídicos e financeiros da presente exoneração terão eficácia a contar da data de **10 Janeiro de 2020**;

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Município de Monte Castelo (SC), 10 de Janeiro de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 10 de Janeiro de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

Rua Alfredo Becker, 385 - fones: 47- 3654-0171 e 3654-0166. Cx. Postal, 06 - 89.380-000 - Monte Castelo/SC.
www.montecastelo.sc.gov.br



PORTARIA Nº 026/2020 DE 10 DE JANEIRO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos I, VI e VIII da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art.1º EXONERAR o Servidor **JOSÉ CORREA DE LIMA**, investido no cargo de **CONSELHEIRO TUTELAR**, do Quadro de Pessoal de Provimento **Eletivo**, **ficando revogada a Portaria nº 019/2019 de 14 de janeiro de 2019**, através da qual o mesmo foi nomeado para o referido cargo, sendo que os efeitos legais, jurídicos e financeiros da presente exoneração terão eficácia a contar da data **de 10 Janeiro de 2020**;

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Município de Monte Castelo (SC), 10 de Janeiro de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 10 de Janeiro de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

Rua Alfredo Becker, 385 - fones: 47-3654-0171 e 3654-0166. Cx. Postal, 06 - 89.380-000 - Monte Castelo/SC.
www.montecastelo.sc.gov.br



PORTARIA Nº 027/2020 DE 10 DE JANEIRO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos I, VI e VIII da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art.1º EXONERAR a Servidora **EDILMARA ALVES DOS SANTOS**, investida no cargo de **CONSELHEIRA TUTELAR**, do Quadro de Pessoal de Provimento Eletivo, ficando revogada a Portaria nº 014/2016 de 11 de janeiro de 2016, através da qual a mesma foi nomeada para o referido cargo, sendo que os efeitos legais, jurídicos e financeiros da presente exoneração terão eficácia a contar da data de **10 Janeiro de 2020**;

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Município de Monte Castelo (SC), 10 de Janeiro de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 10 de Janeiro de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

Rua Alfredo Becker, 385 - fones: 47-3654-0171 e 3654-0166. Cx. Postal, 06 - 89.380-000 - Monte Castelo/SC.
www.montecastelo.sc.gov.br



PORTARIA Nº 028/2020 DE 10 DE JANEIRO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos I, VI e VIII da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art.1º EXONERAR a Servidora **IVETE DE FÁTIMA DE LIMA**, investida no cargo de **CONSELHEIRA TUTELAR**, do Quadro de Pessoal de Provimento Eletivo, ficando revogada a **Portaria nº 269/2019 de 01 de junho de 2019**, através da qual a mesma foi nomeada para o referido cargo, sendo que os efeitos legais, jurídicos e financeiros da presente exoneração terão eficácia a contar da data de **10 Janeiro de 2020**;

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Município de Monte Castelo (SC), 10 de Janeiro de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 10 de Janeiro de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

Rua Alfredo Becker, 385 - fones: 47- 3654-0171 e 3654-0166. Cx. Postal, 06 - 89.380-000 - Monte Castelo/SC.
www.montecastelo.sc.gov.br



PORTARIA Nº 029/2020 DE 10 DE JANEIRO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos I, VI e VIII da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art.1º EXONERAR o Servidor **VALDECI DE FRANCISCO**, investido no cargo de **CONSELHEIRO TUTELAR**, do Quadro de Pessoal de Provimento **Eletivo**, **ficando revogada a Portaria nº 016/2016 de 11 de janeiro de 2016**, através da qual o mesmo foi nomeado para o referido cargo, sendo que os efeitos legais, jurídicos e financeiros da presente exoneração terão eficácia a contar da data **de 10 Janeiro de 2020**;

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Município de Monte Castelo (SC), 10 de Janeiro de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 10 de Janeiro de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

Rua Alfredo Becker, 385 - fones: 47- 3654-0171 e 3654-0166. Cx. Postal, 06 - 89.380-000 - Monte Castelo/SC.
www.montecastelo.sc.gov.br



PORTARIA Nº 030/2020 DE 10 DE JANEIRO DE 2020

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no Artigo 37, Inciso IX da Constituição Federal de 1988 e nas Leis Municipais de Nº 1.078/1993 de 22 de Março de 1993, 1.517/2001 de 24 de Abril de 2001 e 2.588/2019 de 26 de Março de 2019 e considerando ainda o resultado apurado no pleito eleitoral realizado na data de 06 de Outubro de 2019 e homologado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente -CMDCA através do Edital Nº 006/2019 de 07 de Outubro de 2019 publicado no Diário Oficial dos Municípios na data de 08 de Outubro de 2019,

RESOLVE:

Art.1º. NOMEAR, AMANDA SMENCOSKI PIMENTEL, para exercer o cargo e a função pública de **Conselheira Tutelar** no Município de Monte Castelo, com funções e atribuições devidamente fixadas nas Leis Municipais Nº 1.078/1993 de 22 de Março de 1993, 1.517/2001 de 24 de Abril de 2001 e 2.588/2019 de 26 de Março de 2019;

Art.2º. A Conselheira Tutelar nomeada por esta Portaria ficará lotada para os efeitos Administrativos Financeiros e Orçamentários no Gabinete do Prefeito Municipal e receberá durante o exercício do seu mandato a remuneração prevista no Artigo 5º da Lei Municipal Nº 1.517/2011 de 24 de Abril de 2001, com os valores atualizados e corrigidos, obedecendo ainda às normas e critérios estabelecidos pelo Artigo 67 e seguintes da Lei Municipal Nº 2.588/2019 de 26 de Março de 2019;

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Município de Monte Castelo (SC), 10 de Janeiro de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 10 de Janeiro de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

Rua Alfredo Becker, 385 - fones: 47- 3654-0171 e 3654-0166. Cx. Postal, 06 - 89.380-000 - Monte Castelo/SC.
www.montecastelo.sc.gov.br



PORTARIA Nº 031/2020 DE 10 DE JANEIRO DE 2020

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no Artigo 37, Inciso IX da Constituição Federal de 1988 e nas Leis Municipais de Nº 1.078/1993 de 22 de Março de 1993, 1.517/2001 de 24 de Abril de 2001 e 2.588/2019 de 26 de Março de 2019 e considerando ainda o resultado apurado no pleito eleitoral realizado na data de 06 de Outubro de 2019 e homologado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente -CMDCA através do Edital Nº 006/2019 de 07 de Outubro de 2019 publicado no Diário Oficial dos Municípios na data de 08 de Outubro de 2019,

RESOLVE:

Art.1º. NOMEAR, EDILMARA ALVES DOS SANTOS, para exercer o cargo e a função pública de **Conselheira Tutelar** no Município de Monte Castelo, com funções e atribuições devidamente fixadas nas Leis Municipais Nº 1.078/1993 de 22 de Março de 1993, 1.517/2001 de 24 de Abril de 2001 e 2.588/2019 de 26 de Março de 2019;

Art.2º. A Conselheira Tutelar nomeada por esta Portaria ficará lotada para os efeitos Administrativos Financeiros e Orçamentários no Gabinete do Prefeito Municipal e receberá durante o exercício do seu mandato a remuneração prevista no Artigo 5º da Lei Municipal Nº 1.517/2011 de 24 de Abril de 2001, com os valores atualizados e corrigidos, obedecendo ainda às normas e critérios estabelecidos pelo Artigo 67 e seguintes da Lei Municipal Nº 2.588/2019 de 26 de Março de 2019;

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Município de Monte Castelo (SC), 10 de Janeiro de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 10 de Janeiro de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

Rua Alfredo Becker, 385 - fones: 47- 3654-0171 e 3654-0166. Cx. Postal, 06 - 89.380-000 - Monte Castelo/SC.
www.montecastelo.sc.gov.br



PORTARIA Nº 032/2020 DE 10 DE JANEIRO DE 2020

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no Artigo 37, Inciso IX da Constituição Federal de 1988 e nas Leis Municipais de Nº 1.078/1993 de 22 de Março de 1993, 1.517/2001 de 24 de Abril de 2001 e 2.588/2019 de 26 de Março de 2019 e considerando ainda o resultado apurado no pleito eleitoral realizado na data de 06 de Outubro de 2019 e homologado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente -CMDCA através do Edital Nº 006/2019 de 07 de Outubro de 2019 publicado no Diário Oficial dos Municípios na data de 08 de Outubro de 2019,

RESOLVE:

Art.1º. NOMEAR, JOSÉ CORREA DE LIMA, para exercer o cargo e a função pública de **Conselheiro Tutelar** no Município de Monte Castelo, com funções e atribuições devidamente fixadas nas Leis Municipais Nº 1.078/1993 de 22 de Março de 1993, 1.517/2001 de 24 de Abril de 2001 e 2.588/2019 de 26 de Março de 2019;

Art.2º. O Conselheiro Tutelar nomeado por esta Portaria ficará lotado para os efeitos Administrativos Financeiros e Orçamentários no Gabinete do Prefeito Municipal e receberá durante o exercício do seu mandato a remuneração prevista no Artigo 5º da Lei Municipal Nº 1.517/2011 de 24 de Abril de 2001, com os valores atualizados e corrigidos, obedecendo ainda às normas e critérios estabelecidos pelo Artigo 67 e seguintes da Lei Municipal Nº 2.588/2019 de 26 de Março de 2019;

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Município de Monte Castelo (SC), 10 de Janeiro de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 10 de Janeiro de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

Rua Alfredo Becker, 385 - fones: 47- 3654-0171 e 3654-0166. Cx. Postal, 06 - 89.380-000 - Monte Castelo/SC.
www.montecastelo.sc.gov.br



PORTARIA Nº 033/2020 DE 10 DE JANEIRO DE 2020

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no Artigo 37, Inciso IX da Constituição Federal de 1988 e nas Leis Municipais de Nº 1.078/1993 de 22 de Março de 1993, 1.517/2001 de 24 de Abril de 2001 e 2.588/2019 de 26 de Março de 2019 e considerando ainda o resultado apurado no pleito eleitoral realizado na data de 06 de Outubro de 2019 e homologado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente -CMDCA através do Edital Nº 006/2019 de 07 de Outubro de 2019 publicado no Diário Oficial dos Municípios na data de 08 de Outubro de 2019,

RESOLVE:

Art.1º. NOMEAR, VALDECI DE FRANCISCO, para exercer o cargo e a função pública de **Conselheiro Tutelar** no Município de Monte Castelo, com funções e atribuições devidamente fixadas nas Leis Municipais Nº 1.078/1993 de 22 de Março de 1993, 1.517/2001 de 24 de Abril de 2001 e 2.588/2019 de 26 de Março de 2019;

Art.2º. O Conselheiro Tutelar nomeado por esta Portaria ficará lotado para os efeitos Administrativos Financeiros e Orçamentários no Gabinete do Prefeito Municipal e receberá durante o exercício do seu mandato a remuneração prevista no Artigo 5º da Lei Municipal Nº 1.517/2011 de 24 de Abril de 2001, com os valores atualizados e corrigidos, obedecendo ainda às normas e critérios estabelecidos pelo Artigo 67 e seguintes da Lei Municipal Nº 2.588/2019 de 26 de Março de 2019;

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Município de Monte Castelo (SC), 10 de Janeiro de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 10 de Janeiro de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

Rua Alfredo Becker, 385 - fones: 47- 3654-0171 e 3654-0166. Cx. Postal, 06 - 89.380-000 - Monte Castelo/SC.
www.montecastelo.sc.gov.br



PORTARIA Nº 034/2020 DE 10 DE JANEIRO DE 2020

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no Artigo 37, Inciso IX da Constituição Federal de 1988 e nas Leis Municipais de Nº 1.078/1993 de 22 de Março de 1993, 1.517/2001 de 24 de Abril de 2001 e 2.588/2019 de 26 de Março de 2019 e considerando ainda o resultado apurado no pleito eleitoral realizado na data de 06 de Outubro de 2019 e homologado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente -CMDCA através do Edital Nº 006/2019 de 07 de Outubro de 2019 publicado no Diário Oficial dos Municípios na data de 08 de Outubro de 2019,

RESOLVE:

Art.1º. NOMEAR, **MARISA DOS SANTOS GRESCHUK**, para exercer o cargo e a função pública de **Conselheira Tutelar** no Município de Monte Castelo, com funções e atribuições devidamente fixadas nas Leis Municipais Nº 1.078/1993 de 22 de Março de 1993, 1.517/2001 de 24 de Abril de 2001 e 2.588/2019 de 26 de Março de 2019;

Art.2º. A Conselheira Tutelar nomeada por esta Portaria ficará lotada para os efeitos Administrativos Financeiros e Orçamentários no Gabinete do Prefeito Municipal e receberá durante o exercício do seu mandato a remuneração prevista no Artigo 5º da Lei Municipal Nº 1.517/2011 de 24 de Abril de 2001, com os valores atualizados e corrigidos, obedecendo ainda às normas e critérios estabelecidos pelo Artigo 67 e seguintes da Lei Municipal Nº 2.588/2019 de 26 de Março de 2019;

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Município de Monte Castelo (SC), 10 de Janeiro de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 10 de Janeiro de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

Rua Alfredo Becker, 385 - fones: 47- 3654-0171 e 3654-0166. Cx. Postal, 06 - 89.380-000 - Monte Castelo/SC.
www.montecastelo.sc.gov.br



PORTARIA Nº 035/2020 DE 10 DE JANEIRO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos I, VI e VIII da Lei Orgânica do Município e com fundamento no Artigo 115 e 119, da Lei Complementar Municipal Nº 001/93 de 26 de Abril de 1993;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder ao Servidor **MAURO INÁCIO DOS SANTOS**, investido no Cargo de **OPERADOR DE MÁQUINAS**, do Quadro de Pessoal de Provimento **Efetivo**, do Poder Executivo Municipal, Licença Prêmio de 90 (noventa) dias, com conversão em Abono Pecuniário, nos termos do Artigo 115 da Lei Complementar N.º 001/93 de 26 de Abril de 1993, calculada com base no parágrafo 2º do mesmo Artigo, relativas ao período aquisitivo compreendido entre os dias **20/03/2010 a 24/07/2019 (remodelado conforme afastamento sem remuneração)**;

Art.2º. Dos 90 (noventa) dias da Licença a que o funcionário faz jus, os mesmos serão transformados em Abono Pecuniário, e pagos juntamente com a remuneração do mês de janeiro de 2020;

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Município de Monte Castelo (SC), 10 de Janeiro de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 10 de Janeiro de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

Rua Alfredo Becker, 385 - fones: 47- 3654-0171 e 3654-0166. Cx. Postal, 06 - 89.380-000 - Monte Castelo/SC.
www.montecastelo.sc.gov.br



PORTARIA Nº 036/2020 DE 10 DE JANEIRO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos I, VI e VIII da Lei Orgânica do Município e com fundamento no Artigo 115 e 119, da Lei Complementar Municipal Nº 001/93 de 26 de Abril de 1993,

RESOLVE:

Art.1º. Conceder ao Servidor **TIAGO ALVES**, investido no Cargo de **OFICIAL DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS “B”**, do Quadro de Pessoal de Provimento **Efetivo**, do Poder Executivo Municipal, Licença Prêmio de 90 (noventa) dias, nos termos do Artigo 115 da Lei Complementar N.º 001/93 de 26 de Abril de 1993, relativas ao período aquisitivo compreendido entre os dias **07/04/2014 a 07/04/2019**;

Art.2º. Dos 90 (noventa) dias da Licença que o funcionário faz jus, o gozo dos mesmos ocorrerá no período de 09/01/2020 a 08/04/2020;

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Município de Monte Castelo (SC), 10 de Janeiro de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 10 de Janeiro de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

Rua Alfredo Becker, 385 - fones: 47- 3654-0171 e 3654-0166. Cx. Postal, 06 - 89.380-000 - Monte Castelo/SC.
www.montecastelo.sc.gov.br



PORTARIA Nº 037/2020 DE 10 DE JANEIRO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos VI e VIII da Lei Orgânica do Município e com fundamento nos Artigos 93, 97 e 98 da Lei Complementar Municipal Nº 001/93 de 26 de Abril de 1993;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder a Servidora **VANI KOASKI**, investida no Cargo de **CHEFE DE SETOR DE SERVIÇOS PÚBLICOS**, do Quadro de Pessoal de **Provimento em Comissão e Confiança**, do Poder Executivo Municipal, **Férias Regulamentares de 30 (trinta) dias**, relativas ao período aquisitivo compreendido entre os dias **01/03/2018 a 28/02/2019**, sendo que o gozo dos 30 (trinta) dias a que faz jus, ocorrerão entre 02/01/2020 a 01/02/2020;

Art.2º. O pagamento do Adicional de Férias previsto nos Artigos 93 e 97 juntamente com o Parágrafo 1º da Lei Complementar Municipal Nº 001/93 de 26 de Abril de 1993 serão realizados a referida servidora juntamente com sua remuneração no mês de **Janeiro de 2020**;

Art.3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Município de Monte Castelo (SC), 10 de Janeiro de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 10 de Janeiro de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

Rua Alfredo Becker, 385 - fones: 47- 3654-0171 e 3654-0166. Cx. Postal, 06 - 89.380-000 - Monte Castelo/SC.
www.montecastelo.sc.gov.br



PORTARIA Nº 038/2020 DE 10 DE JANEIRO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos I, VI e VIII da Lei Orgânica do Município e com fundamento no Artigo 115 e 119, da Lei Complementar Municipal Nº 001/93 de 26 de Abril de 1993;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder ao Servidor **ALISSON PETRIK DE LIMA**, investido no Cargo de **FUNÇÃO COMISSIONADA DE OPERADOR DE MÁQUINA RETROESCAVADEIRA**, do Quadro de Pessoal de Provimento **em Comissão e Confiança**, do Poder Executivo Municipal, Licença Prêmio de 90 (noventa) dias, com conversão em Abono Pecuniário, nos termos do Artigo 115 da Lei Complementar N.º 001/93 de 26 de Abril de 1993, calculada com base no parágrafo 2º do mesmo Artigo, relativas ao período aquisitivo compreendido entre os dias **04/11/2014 a 04/11/2019**;

Art.2º. Dos 90 (noventa) dias da Licença a que o funcionário faz jus, os mesmos serão transformados em Abono Pecuniário, e pagos em três parcelas, juntamente com a remuneração dos meses de janeiro, fevereiro e março de 2020;

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Município de Monte Castelo (SC), 10 de Janeiro de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 10 de Janeiro de 2020.

João Rafael Fianco
Sec.da Administração

Rua Alfredo Becker, 385 - fones: 47- 3654-0171 e 3654-0166. Cx. Postal, 06 - 89.380-000 - Monte Castelo/SC.
www.montecastelo.sc.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL**RGF ANEXO1 3º QUADRIMESTRE**

Publicação Nº 2310091

MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO - SC - PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE CASTELO
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2019 A DEZEMBRO/2019

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	869.543,60	0,00
Pessoal Ativo	869.543,60	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	720.421,50	0,00
Obrigações Patronais	149.122,10	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Outras desp. de pessoal decor. contratos terceiri. ou contratação forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
Abono de permanência	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	869.543,60	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	25.143.659,94	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais(V) (§ 13, art. 166 da CF)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	25.143.659,94	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	869.543,60	3,46
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.508.619,60	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.433.188,62	5,70
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.357.757,64	5,40

Monte Castelo, 13/01/2020

Selma Maria Figura
Presidente

Arnaldo Pereira dos Santos
Tesoureiro

Silvana Ratochinski
Contador CRC/SC 042103/O

Antonio Carlos Machado de Lima
Controlador Interno

FONTE:

RGF ANEXO6 3º QUADRIMESTRE

Publicação Nº 2310098

MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE MONTE CASTELO
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 3º Quadrimestre de 2019

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6	R\$ 1,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE
Receita Corrente líquida		25.143.659,94
DESPESAS COM PESSOAL		% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	869.543,60	
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <=>	0,00	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <=>	0,00	5,70
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <=>	0,00	5,40
RESTOS A PAGAR		
	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	0,00	0,00

FONTE:
Monte Castelo, 13/01/2020

Selma Maria Figura Presidente	Amaldo Pereira dos Santos Tesoureiro	Silvana Ratochinski Contador CRC/SC 042103/O
Antonio Carlos Machado de Lima Controlador Interno		

Morro da Fumaça

PREFEITURA

ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL 007/2020

Publicação Nº 2309847

Morro da Fumaça. ERRATA do Pregão Presencial 007/2020. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE JARDINAGEM E PAISAGISMO COM AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE CONSUMO E INSUMOS, CONFORME DEMANDA. AS DEMAIS INFORMAÇÕES ENCONTRAM-SE NO TERMO DE REFERENCIA ANEXO AO EDITAL. Retifica-se o edital em epígrafe referente a qualificação técnica, alterando os itens 8.1.4 e 8.1.5. Data 22/01/2020 as 13:30 Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. ROBERTO JOSE SAVIO CAETANO – Secretário do Sistema Econômico.

ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL 196/2019

Publicação Nº 2310430

Morro da Fumaça. ERRATA do Pregão Presencial 196/2019. Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAR SERVIÇO DE ROÇADA MANUAL OU MECANIZADA, NOS LOCAIS INDICADOS NO ANEXO I DO EDITAL.. Retifica-se o edital em epígrafe referente a qualificação técnica, alterando o item 8.1.5. Data 20/01/2020 as 08:30 Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. ROBERTO JOSE SAVIO CAETANO – Secretário do Sistema Econômico.

REGISTRO DE PREÇO 005/2020

Publicação Nº 2309570

Morro da Fumaça. PREÇAO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO 005/2020. CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, CONFORME DEMANDA. Data: 27/01/2020 às 08:30. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. ROBERTO JOSE SAVIO CAETANO – Secretário do Sistema Econômico.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 01/2020

Publicação Nº 2310734

EMENTA: "NOMEIA O SERVIDOR RANGEL DE ROCHI COMO RESPONSÁVEL PELA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DA CÂMARA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Vereador ALISON FELIX BERTAN, Presidente da Câmara Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições legais, e conforme o previsto no Título II, Capítulo I, Seção III, Artigo 31, XVII e XX, do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o servidor: RANGEL DE ROCHI, Matrícula 0045, portador da Carteira de Identidade nº 4.010.301 SSP/SC, CPF nº 024.160.649-75, como responsável pela Movimentação Financeira da Câmara Municipal de Morro da Fumaça, CNPJ: 97.475.446/0001-04.

Parágrafo Único – A nomeação de que trata o caput deste artigo, tem início em 02/01/2020 e término em 31/12/2020, podendo ser revogada, a qualquer tempo, antes do prazo retro previsto, desde que de forma expressa, e seja procedida, in continenti, a notificada à instituição financeira supra mencionada.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Morro da Fumaça, em 02 de janeiro de 2020.

ALISON FELIX BERTAN
Presidente da Câmara Municipal

Registrada e publicada, nesta Secretaria, aos dois dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte.

RANGEL DE ROCHI
Agente Administrativo

PORTARIA Nº 02/2020

Publicação Nº 2310735

EMENTA: "DISPÕE SOBRE A DELEGAÇÃO DE PODERES PARA O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL JUNTO À INSTITUIÇÃO BANCÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Vereador ALISON FELIX BERTAN, Presidente da Câmara Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Delegar poderes específicos para o Presidente da Câmara Municipal: ALISON FELIX BERTAN, inscrito no CPF nº 020.357.659-43, C.I 3325234 SSP/SC, ficando o mesmo, desde já, devidamente autorizado, individualmente, a praticar os seguintes atos, junto ao Banco do Brasil, agência: 2329-9, conta corrente: 34.845-7, em nome da Câmara Municipal de Morro da Fumaça, CNPJ: 97.475.446/0001-04:

- solicitar saldos e extratos;
- requisitar receber talonários de cheques;
- retirar cheques devolvidos;
- endossar cheques;
- sustar/contra-ordenar cheques;
- cancelar cheques;
- baixar cheques;
- solicitar saldo/extrato de investimentos;
- emitir comprovantes;
- Receber ou protocolizar quaisquer outros documentos que sejam endereçados e/ou nominais à Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, notadamente junto a esta agência.

Parágrafo Único – A delegação de que trata o caput deste artigo, tem início em 02/01/2020 e término em 31/12/2020, podendo serem revogados, total ou parcialmente, a qualquer tempo, antes do prazo retro previsto, desde que de forma expressa, e seja procedida, in continenti, a notificada à instituição financeira supra mencionada.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, em 02 de janeiro de 2020.

ALISON FELIX BERTAN
Presidente da Câmara Municipal

Registrada e publicada, nesta Secretaria, aos dois dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte.

RANGEL DE ROCHI
Agente Administrativo

PORTARIA Nº 03/2020

Publicação Nº 2310736

EMENTA: "DISPÕE SOBRE A DELEGAÇÃO DE PODERES PARA SERVIDOR DA CÂMARA MUNICIPAL JUNTO À INSTITUIÇÃO BANCÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Vereador ALISON FELIX BERTAN, Presidente da Câmara Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Delegar poderes específicos para o servidor, responsável pela Tesouraria: RANGEL DE ROCHI, portador da Carteira de Identidade nº 4.010.301 SSP/SC, CPF nº 024.160.649-75, ficando o mesmo, desde já, devidamente autorizado, a praticar os seguintes atos, junto ao Banco do Brasil, agência: 2329-9, conta corrente: 34.845-7, em nome da Câmara Municipal de Morro da Fumaça, CNPJ: 97.475.446/0001-04:

- Poderes para efetuar pagamentos por meio eletrônico, conjuntamente com o Presidente da Câmara Municipal: ALISON FELIX BERTAN, brasileiro, casado, vereador, inscrito no CPF nº 020.357.659-43, C.I 3325234 SSP/SC;
- Poderes para efetuar transferências bancárias de valores por meio eletrônico, para quaisquer contas bancárias e para quaisquer instituições financeiras, conjuntamente com o Presidente da Câmara Municipal: ALISON FELIX BERTAN, brasileiro, casado, vereador, inscrito no CPF nº 020.357.659-43, C.I 3325234 SSP/SC.

Parágrafo Único – A delegação de que trata o caput deste artigo, tem início em 02/01/2020 e término em 31/12/2020, podendo serem revogados, total ou parcialmente, a qualquer tempo, antes do prazo retro previsto, desde que de forma expressa, e seja procedida, in continenti, a notificada à instituição financeira supra mencionada.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, em 02 de janeiro de 2020.

ALISON FELIX BERTAN
Presidente da Câmara Municipal

Registrada e publicada, nesta Secretaria, aos dois dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte.

RANGEL DE ROCHI
Agente Administrativo

PORTARIA Nº 04/2020

Publicação Nº 2310737

EMENTA: "DISPÕE SOBRE A DELEGAÇÃO DE PODERES PARA SERVIDOR DA CÂMARA MUNICIPAL JUNTO À INSTITUIÇÃO BANCÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Vereador ALISON FELIX BERTAN, Presidente da Câmara Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Delegar poderes específicos para o servidor, responsável pela Tesouraria: RANGEL DE ROCHI, portador da Carteira de Identidade nº 4.010.301 SSP/SC, CPF nº 024.160.649-75, ficando o mesmo, desde já, devidamente autorizado, individualmente, a praticar os seguintes atos, junto ao Banco do Brasil, agência: 2329-9, conta corrente: 34.845-7, em nome da Câmara Municipal de Morro da Fumaça, CNPJ: 97.475.446/0001-04:

- solicitar saldos e extratos;
- requisitar receber talonários de cheques;
- retirar cheques devolvidos;
- endossar cheques;
- sustar/contrapor ordenar cheques;
- cancelar cheques;
- baixar cheques;
- solicitar saldo/extrato de investimentos;
- emitir comprovantes;
- Receber ou protocolizar quaisquer outros documentos que sejam endereçados e/ou nominais à Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, notadamente junto a esta agência.

Parágrafo Único – A delegação de que trata o caput deste artigo, tem início em 02/01/2020 e término em 31/12/2020, podendo serem revogados, total ou parcialmente, a qualquer tempo, antes do prazo retro previsto, desde que de forma expressa, e seja procedida, incontinenti, a notificada à instituição financeira supra mencionada.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, em 02 de janeiro de 2020.

ALISON FELIX BERTAN
Presidente da Câmara Municipal

Registrada e publicada, nesta Secretaria, aos dois dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte.

RANGEL DE ROCHI
Agente Administrativo

RESOLUÇÃO Nº 01/2020

Publicação Nº 2310730

EMENTA: "DISPÕE SOBRE AS ASSINATURAS DOS CHEQUES EMITIDOS PELA CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMAÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Vereador ALISON FELIX BERTAN, Presidente da Câmara Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições legais e com fulcro do artigo 31, inciso XVII, do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º – Os cheques emitidos por esta Casa Legislativa, provenientes da conta corrente: 34.845-7, titular: Câmara Municipal de Morro da Fumaça, agência: 2329-9, do Banco do Brasil, sediado neste Município, serão, conjuntamente, assinados pelo Presidente: Alison Felix Bertan, CPF nº 020.357.659-43, C.I 3325234 SSP/SC, e pelo servidor, responsável pela Tesouraria: Rangel de Rochi, CPF: 024.160.649-75,

C.I 4.010.301 SSP/SC.

Art. 2º - Fica expressamente proibida a emissão e/ou compensação de cheques sem a assinatura de um destes emitentes, mencionados no artigo 1º.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com vigência entre 02/01/2020 à 31/12/2020.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, em 02 de janeiro de 2020.

ALISON FELIX BERTAN
Presidente da Câmara Municipal

Registrada e publicada, nesta Secretaria, aos dois dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte.

RANGEL DE ROCHI
Agente Administrativo

RESOLUÇÃO Nº 02/2020

Publicação Nº 2310731

EMENTA: "CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA DARLAN IZEPON E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Vereador ALISON FELIX BERTAN, Presidente da Câmara Municipal, no uso de suas atribuições, RESOLVE:

CONCEDER:

Art. 1º – Férias à servidora DARLAN IZEPON, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Legislativo, pelo período de 02/01/2020 à 31/01/2020, com base no art. 69, da Lei nº 1.010/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Morro da Fumaça).

Art. 2º - As despesas decorrentes desta resolução correrão a conta de recursos próprios do orçamento vigente da Câmara Municipal.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, em 02 de janeiro de 2020.

ALISON FELIX BERTAN
Presidente

Registrada e publicada, nesta Secretaria, aos dois dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte.

RANGEL DE ROCHI
Agente Administrativo

RESOLUÇÃO Nº 03/2020

Publicação Nº 2310732

EMENTA: "CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA MARIANA MAXIMIANO RAMOS PEREIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Vereador ALISON FELIX BERTAN, Presidente da Câmara Municipal, no uso de suas atribuições, RESOLVE:

CONCEDER:

Art. 1º – Férias à servidora MARIANA MAXIMIANO RAMOS PEREIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, pelo período de 02/01/2020 à 31/01/2020.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta resolução correrão a conta de recursos próprios do orçamento vigente da Câmara Municipal.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam - se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, em 02 de janeiro de 2020.

ALISON FELIX BERTAN
Presidente

Registrada e publicada, nesta Secretaria, aos dois dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte.

RANGEL DE ROCHI
Agente Administrativo

RESOLUÇÃO Nº 04/2020

Publicação Nº 2310733

EMENTA: "CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA MARIDENE DANIEL DE SOUSA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Vereador ALISON FELIX BERTAN, Presidente da Câmara Municipal, no uso de suas atribuições, RESOLVE:

CONCEDER:

Art. 1º – Férias à servidora MARIDENE DANIEL DE SOUSA, CPF: CPF: 713.259.309-97, CRC/SC 021007/0-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Contabilidade, pelo período de 02/01/2020 à 31/01/2020.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta resolução correrão a conta de recursos próprios do orçamento vigente da Câmara Municipal.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, em 02 de janeiro de 2020.

ALISON FELIX BERTAN
Presidente

Registrada e publicada, nesta Secretaria, aos dois dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte.

RANGEL DE ROCHI
Agente Administrativo

Navegantes

PREFEITURA

ATA DA SESSÃO 145/2019 PMN

Publicação Nº 2310616

Ata 145/2019 PMN

Aberto o certame as quatorze horas do dia dez de janeiro de dois mil e vinte, no auditório do Paço Municipal, com a presença da Comissão Permanente nomeada pela Portaria nº 474 de oito de fevereiro de dois mil e dezenove para abertura dos envelopes da Tomada de Preço 145/2019 PMN, com a participação das empresas Construtora e Engenharia JR Eireli representada por Renato Dalmolin Bosco, Autentika Engenharia Ltda representado por Jackson Almeida dos Santos, Construtora e Incorporadora Teconza representado por Luis Henrique Silva Ottoboni, Thomé Empreendimentos Imobiliários Ltda sem representante, Engebev Construtora Eireli sem representante e J.J.R. Construções e Empreiteira de Mão de Obra Eireli sem representante. Após o recebimento dos credenciamentos, foram abertos os envelopes de habilitação e estes foram disponibilizados para serem vistos. As empresas Engebv Construtora Eireli EPP, Construtora e Engenharia JR Eireli, Autentika Engenharia Ltda, Thomé Empreendimentos Imobiliários Ltda e J.J.R. Construções e Empreiteira de Mão de Obra Eireli se enquadram como ME/EPP, apenas a Construtora Teconza não se enquadra como ME/EPP. A empresa Autentika Engenharia apontou que a empresa Teconza não apresentou a Certidão de Falência e Concordata do e-proc e sim a Cível e questionou o Atestado de Capacidade Técnica da mesma, sobre a empresa Thomé Empreendimentos apresentou os índices de liquidez geral e grau de endividamento diferente do exigido no edital item 5.3.8 e 5.3.9 e sobre a empresa J.J.R. Construções apontou que apresentou a Certidão Negativa Federal vencida e a não apresentou a Certidão de Falência e Concordata do e-proc e sim a Cível. A empresa Construtora e Incorporadora Teconza apontou que a empresa Thomé Empreendimentos não se enquadra como EPP/ME devido ao faturamento do balanço apresentado. A Comissão verificou que a empresa Thomé empreendimentos não apresentou o item 5.1.2 (Declaração de Cumprimento ao Disposto no inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal (Anexo II)) e o item 5.1.3 (Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo à Habilitação (Anexo III)). A empresa Autentika não apresentou item 5.2.7 (Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, demonstrando a situação regular no cumprimento dos encargos instituídos por lei). A empresa J.J.R Construções apresentou a Certidão Negativa Federal vencida. O questionamento referente ao atestado será encaminhado para o engenheiro responsável. Momento em que encerra a sessão para diligência.

CONTRATO Nº.: 410/2019 PMN

Publicação Nº 2310597

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 410/2019 PMN

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada....: SELBETTI GESTÃO DE DOCUMENTOS S.A.

com sede na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, na Avenida Getúlio Vargas, nº 408, Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 83.483.230/0001-86.

Representado pelo senhor José Nauro Selbach Júnior

Vigência : Início: 01/01/2020 Término: 31/03/2020.

Licitação : PP103/2016 3.3.90.00

Valor: R\$ 147.211,57.

Recursos: 3.3.90.00.00.00.00.00.

Objeto : Terceiro termo aditivo visando a renovação / prorrogação do contrato* nº 01/2017 - contratação de empresa para locação de equipamentos (impressoras/copiadoras) para reproduções, impressões, digitalização de documentos e envio/recebimento de fax (com software de bilhetagem para gestão operacional) para atendimento as secretarias do paço municipal e demais secretarias e fundações do Município de Navegantes/SC, através da Ata de registro de preços nº 103/2016. *Serviços contínuos.

Prefeitura Municipal de Navegantes.

DECRETO 02/2020

Publicação Nº 2309762

DECRETO Nº 02, DE 08 DE JANEIRO DE 2020

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA 004/2018 INSTITUÍDA ATRAVÉS DO DECRETO 234/2018, CONFORME SEGUE.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III, DECRETA:

Art. 1º Acrescenta o parágrafo único no artigo 10 da Instrução Normativa SGC nº 004/2018, que trata da admissão e contratação de servidores, conforme segue:

Art.10. [...].

Parágrafo único: excepcionalmente nos casos de admissão em caráter temporário de excepcional interesse público, o procedimento de

convocação por AR poderá ser substituído por outros meios, devidamente comprovados, a critério do Departamento de Gestão de Recursos Humanos do Município.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação mantendo inalteradas os demais dispositivos do decreto 234/2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE JANEIRO DE 2020.

EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO

MÁRCIO DA ROSA
Secretário de Administração e Logística

DECRETO 03/2020

Publicação Nº 2309760

DECRETO Nº 03, DE 08 DE JANEIRO DE 2020
DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA 001/2017, CONFORME SEGUE.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III, DECRETA:

Art. 1º Dá nova redação ao artigo 71 da Instrução Normativa SGC nº 001/2017, que trata das subvenções, auxílios e contribuições, conforme segue:

Art.71. Nas hipóteses em que as parcerias exigirem a pactuação de vagas, os recursos da parceria serão repassados pelo Município em conformidade com o cronograma de desembolso, de acordo com o número de vagas pactuadas, independentemente de o Município ocupar ou não a vaga.

§ 1º Na hipótese prevista no caput deste artigo, os recursos deverão ficar depositados em conta bancária específica da parceria, sem qualquer movimentação enquanto as vagas não forem utilizadas pelo Município, só podendo serem movimentados quando da utilização de vaga(s) por parte do Município, na proporção das vagas utilizadas, configurando o cumprimento das finalidades da parceria.

§ 2º Os recursos somente poderão ser utilizados na forma prevista no Plano de Trabalho, na proporção das vagas ocupadas e em conformidade com a competência do repasse, sempre prévio à realização das despesas.

§ 3º Deverá a OSC, passado o período de 12 meses da celebração da parceria, realizar a restituição dos valores transferidos e não utilizados na execução do objeto nos termos do caput deste artigo, atualizado monetariamente desde a data do recebimento.

§ 4º Ainda que as vagas não sejam ocupadas pelo Município total ou parcialmente, as prestações de contas deverão ocorrer normalmente, nos termos e prazos da presente instrução, destacando que os valores remanescentes (não utilizados) deverão ser restituídos no prazo de 12 meses da celebração da parceria, incluindo-se as atualizações monetárias desde a data do recebimento.

Art. 2º Inclui o artigo 72 na Instrução Normativa SGC nº 001/2017, que trata das subvenções, auxílios e contribuições, conforme segue:

Art.72. Esta instrução normativa entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE JANEIRO DE 2020.

EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO

MÁRCIO DA ROSA
Secretário de Administração e Logística

DECRETO 04/2020

Publicação Nº 2309763

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PARECER JURÍDICO Nº 04/2020

I - ASSUNTO: Realização de processo licitatório na modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços autuado sob o nº74/2019 FMS

visando a “aquisição de produtos para limpeza e manutenção da piscina do CEFIR (Centro de fisioterapia e Reabilitação), localizado no CRMH (Centro de Referência da Mulher e do Homem), através do Fundo Municipal de Saúde do Município de Navegantes/SC”.

REQUERENTE: Departamento de Compras e Licitações.

Trata-se de Processo encaminhado a esta Consultoria Jurídica em 19/12/2019, conforme determina o artigo 38 da Lei 8.666/93, para análise e emissão de Parecer Jurídico referente à possibilidade de aquisição de produtos para limpeza e manutenção da piscina do CEFIR (Centro de fisioterapia e Reabilitação), localizado no CRMH (Centro de Referência da Mulher e do Homem), através do Fundo Municipal de Saúde do Município de Navegantes/SC, por meio do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 74/2019/FMS.

Analisando o processo constatamos dentre outros documentos, os seguintes:

- a) A solicitação de compras/serviços emitida pela secretaria solicitante (fl.01);
- b) A justificativa firmada pelo solicitante (fl.02-03);
- c) A sugestão para o Termo de Referência encaminhado pelo solicitante (fls.04-14);
- d) A designação de fiscal de contrato (fl.15);
- e) Os orçamentos e email's que acompanham a solicitação (fls.16-44);
- f) A solicitação de abertura de licitação (fl.45), e autorização para abertura de processo licitatório (fl.46), ainda pendentes as assinaturas das autoridades competentes, o que deve ser providenciado;
- g) A declaração acerca da Instrução Normativa nº 003/2017 (fl.47);
- h) A cópia da Portaria nº 530 de 19/02/2019, que revoga as Portarias nº 1852/2018 e nº 228/2019 (fl.48); A cópia da Portaria nº 476 de 08/02/2019, nomeando pregoeiros e equipe de apoio e revogando a Portaria nº 565/2018 (fl.49); as cópias dos certificados de capacitação dos pregoeiros (fls.50-53); a cópia do Decreto nº 056/2009, regulamentando o Sistema de Registro de Preços (fls.54-59); a Cópia do Decreto nº 7.892/2013, regulamentando o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e revoga os Decretos nº 3.931/2001 e nº 4.342/2002 (fls.60-67); A cópia do Decreto nº 79/2017 (fl.68); A cópia do Decreto nº 114/2018, que regulamenta a entrega e análise de amostras nas licitações do Município de Navegantes (fl.69);
- i) A minuta do edital, cujo teor definitivo deve ser firmado pela autoridade competente (fls.70-90), e de seus anexos: Anexo I: Declaração de Habilitação - modelo (fl.91); Anexo II: Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo à Habilitação – modelo (fl.92); Anexo III: Declaração de Cumprimento ao Disposto no inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal – modelo (fl.93); Anexo IV: Ficha cadastral para fornecedores (fl.94); Anexo V: Minuta da Ata (fls.95-104); Anexo VI: Minuta do Contrato (fls.105-115); Anexo VII: Minuta do Termo de Referência, cujo teor definitivo deve ser aprovado pela autoridade competente (fls.116-126); Anexo VIII : Relação de Itens da Licitação (fl.127);
- j) Solicitação de Parecer Jurídico (fl.128);

É o breve relato.

II – FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Cumprе ressaltar que apesar de a análise jurídica ser obrigatória em todos os processos licitatórios por força do artigo 38 da Lei 8.666/93, a presente manifestação toma por base apenas os elementos trazidos à análise até a presente data, sendo obrigação desta Procuradoria examinar as minutas de edital a fim de verificar o cumprimento de requisitos formais relacionados na Lei 8.666/93, não sendo de sua competência analisar a conveniência, oportunidade ou mesmo aspectos eminentemente técnico-administrativos.

A Constituição Federal determinou em seu artigo 37 incisos XXI a obrigatoriedade de contratação de obras, serviços, compras e alienações através de processo de licitação pública, sendo tal dispositivo regulamentado com a edição da Lei 8.666/93, que trata de forma abrangente sobre todas as modalidades de licitação, exceto o Pregão. De forma complementar outras leis específicas foram editadas, como é o caso da Lei 10.520/02, que regula a licitação na modalidade Pregão para aquisição de bens e serviços comuns.

Tratando-se da aquisição de produtos de limpeza para a manutenção da piscina do Centro de Fisioterapia e Reabilitação (CEFIR), localizada no Centro de Referência da Mulher e do Homem (CRMH), é possível afirmar que a pretensa contratação trazida à análise pode ocorrer na modalidade escolhida, vez que preenche os requisitos relacionados no dispositivo que regula a matéria, bem como garante maior competitividade ao certame, entretanto, algumas considerações devem ser realizadas.

O célebre Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, ao se manifestar sobre a questão emitiu o Prejulgado nº 1354 que assim preceitua:

1354. A definição da modalidade licitatória, utilizando-se do critério econômico da contratação, deve considerar o valor total a ser despendido pela Administração Pública com o bem ou a utilidade (serviço);

[...]

Quando for verificada a aquisição de bens e serviços comuns, independente do valor da contratação, a Administração Pública poderá valer-se da modalidade licitatória denominada Pregão, prevista na Lei Federal nº 10.520/02.

De acordo com os ensinamentos de Joel Menezes Niebuhr em sua obra Noções Gerais sobre Registro de Preços:

A principal vantagem do registro de preços ocorre em relação aos objetos cujos quantitativos sejam de difícil previsibilidade, como ocorre com pneus, peças, combustível, material de expediente, medicamentos, insumos de informática, etc.

A Lei 8.666/93 já preconiza em seu artigo 15 que as compras, sempre que possível, deverão:

- I - atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas;
- II - ser processadas através de sistema de registro de preços;

Sendo assim, sempre que a contratação se referir a bens e serviços comuns, o Pregão Presencial para Registro de Preços, se apresenta como a modalidade mais adequada, vez que amplia a competitividade e traz à Administração a possibilidade de solicitar os bens (comuns), de acordo com a sua necessidade e planejamento.

No caso em tela a modalidade escolhida foi o Pregão, sendo possível adotar esta modalidade porque o objeto do processo se enquadra perfeitamente na definição de bens e serviços comuns estampada no parágrafo único do art. 1º na Lei 10520/02:

Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Ao se tratar da complexa definição de “bem e serviço comum” Marçal Justem Filho esclarece o seguinte:

“Como se vê o conceito de bem ou serviço comum contrapõe-se ao de bem incomum, anômalo, excepcional, único, heterogêneo, produzido por encomenda.

Como decorrência, um bem ou serviço comum qualifica-se por uma espécie de fungibilidade. Utiliza-se o vocábulo num sentido próximo ao conhecido do Direito Civil. O art. 85 do Código Civil (Lei nº 10.406) dispõe que se consideram fungíveis os bens moveis que podem ser substituídos por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade. Uma característica fundamental do objeto fungível consiste em que ele não apresenta como insubstituível em face do sujeito, cujo interesse pode ser satisfeito através de outros bens características equivalentes. [...]

Buscando aprofundar ainda mais o conceito, pode dizer-se que o objeto comum consiste num gênero mais do que uma espécie de bens. O conceito de “bem comum” compreende uma pluralidade de bens de espécies distintas, mas equivalente e similares entre si, indistintamente aptos a satisfazer o interesse da Administração.”

Por fim, de acordo com o artigo 14 da Lei 8666/93, nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização de seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato de responsabilidade de que lhe tiver dado causa, razão pela qual o processo somente pode prosseguir quando houver parecer contábil exarado do setor de contabilidade e assinado pelo responsável pela reserva de recursos, o que neste caso não restou comprovado, sendo apresentada Declaração à fl.47, pelo Departamento de Compras, justificando a ausência em razão da Instrução Normativa nº003/2017, amparada pelo Decreto Federal nº 7892/2013 – artigo 7º§ 2º.

Contudo, em que pese não haver a necessidade de reserva prévia dos recursos orçamentários no processo de Registro de Preços, é importante indicar as rubricas orçamentárias pelas quais possivelmente correrão as despesas por ocasião da futura contratação. Ao discorrer sobre o tema no Boletim de Licitações e Contratos nº 34/97 da Editora NDJ foi exarado o seguinte entendimento:

Normalmente, a sistemática adotada pela Administração Pública é a realização de nova licitação a cada liberação de recursos. Com a adoção do sistema de registro de preços, a Administração Pública primeiro realiza a licitação, elabora o registro de preços e apenas aguarda a liberação dos recursos para que os utilize conforme sua necessidade. Tão logo os recursos estejam disponíveis e havendo a necessidade de aquisição de determinados bens, a entidade já pode adquiri-los. Deverá, entretanto, observar o registro de preços e o direito de preferência do licitante que teve sua proposta classificada.

Entretanto, como mencionado anteriormente, ainda que não seja obrigatória a reserva de recursos orçamentários para a realização do processo licitatório, por ocasião da contratação é imprescindível que existam recursos orçamentários disponíveis, sob pena de afronta ao artigo 14 da Lei 8.666/93, o que não restou comprovado nestes autos.

Quanto à minuta de Ata e Contrato trazidos à análise, indispensável mencionar o entendimento exarado pelo TCU a respeito de contratos oriundos de Atas de Registro de Preços, entendendo que de cada ata devem decorrer tantos contratos quantas forem às compras efetuadas, não admitindo um contrato prevendo um valor global:

Ata de registro de preços: 1 - Distinção entre ata e contrato - Representação formulada ao TCU apontou indícios de irregularidade no Pregão n.º 187/2007, sob o sistema de registro de preços, realizado pelo Governo do Estado de Roraima para eventual aquisição de gêneros alimentícios, destinados a atender aos alunos da rede pública estadual de ensino. Em consequência, foi realizada inspeção pela unidade técnica, tendo sido constatado que a formalização da ata de registro de preços e a celebração do contrato para fornecimento das mercadorias “ocorreram em um mesmo instrumento”, isto é, ao mesmo tempo em que foram estabelecidas características de uma ata de registro de preços, tais como a vigência do registro e os prazos e condições para contratação, foram fixadas condições, direitos, obrigações e regras próprias de um termo contratual, tais como o valor pactuado, as penalidades a que se sujeita a contratada e as obrigações das partes. Com base no Decreto Federal n.º 3.931/2001 – que regulamenta o registro de preços previsto na Lei n.º 8.666/93 –, o relator salientou que a ata de registro de preços tem natureza diversa da do contrato. Na verdade, “a ata firma compromissos para futura contratação, ou seja, caso venha a ser concretizado o contrato, há que se obedecer às condições previstas na ata”. Ademais, “a ata de registro de preços impõe compromissos, basicamente, ao fornecedor (e não à Administração Pública), sobretudo em relação aos preços e às condições de entrega. Já o contrato estabelece deveres e direitos tanto ao contratado quanto ao contratante, numa relação de bilateralidade e comutatividade típicas do instituto”. No caso em tela, o contrato foi celebrado pelo valor total da proposta apresentada pela vencedora da licitação, o que significa “desvirtuamento do instituto do registro de preços”, além do que, para o relator, nenhuma das situações delineadas no art. 2º do Decreto 3.931/2001 – que elenca as hipóteses em que o sistema de registro de preços deve ser preferencialmente utilizado – foi atendida. Após concluir que teria sido “mais apropriada a realização de pregão eletrônico para fornecimento de bens de forma parcelada, na sua forma ordinária, sem a formalização de ata de registro de preços”, o relator propôs e a Segunda Câmara decidiu expedir determinação corretiva à Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desporto de Roraima, para a gestão de recursos federais. Acórdão n.º 3273/2010-2ª Câmara, TC-018.717/2007-3, rel. Min-Subst. Augusto Sherman Cavalcanti, 29.06.2010.

Portanto, a cada contratação o Poder Público deve formalizar um novo contrato, ou ainda que seja possível substituí-lo por documento congênere, este documento substitutivo deve trazer todas as informações relacionadas no artigo 55 da Lei nº 8.666/93.

No que se refere à minuta de contrato, deve-se observar o disposto no art. 54 e seguintes da Lei 8.666/93, que devem restar integralmente cumpridos, e assim determinam:

“Art. 54. Os contratos administrativos de que trata esta Lei regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

§ 1º Os contratos devem estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da licitação e da proposta a que se vinculam.

§ 2º Os contratos decorrentes de dispensa ou de inexigibilidade de licitação devem atender aos termos do ato que os autorizou e da respectiva proposta.

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos;

- II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;
- III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
- IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;
- V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
- VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;
- VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;
- VIII - os casos de rescisão;
- IX - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;
- X - as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;
- XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;
- XII - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;
- XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação". (Grifo nosso).

Especificamente sobre a formalização dos contratos administrativos, a Lei de Licitações prevê nos seus arts. 60 e 61:

"Art. 60. Os contratos e seus aditamentos serão lavrados nas repartições interessadas, as quais manterão arquivo cronológico dos seus autógrafos e registro sistemático do seu extrato, salvo os relativos a direitos reais sobre imóveis, que se formalizam por instrumento lavrado em cartório de notas, de tudo juntando-se cópia no processo que lhe deu origem.

Parágrafo único. É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento, assim entendidas aquelas de valor não superior a 5% (cinco por cento) do limite estabelecido no art. 23, inciso II, alínea "a" desta Lei, feitas em regime de adiantamento.

Art. 61. Todo contrato deve mencionar os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou a sua lavratura, o número do processo da licitação, da dispensa ou da inexigibilidade, a sujeição dos contratantes às normas desta Lei e às cláusulas contratuais". (Grifo nosso).

Outro item essencial, inclusive nos processos de Pregão é o Termo de Referência. Segundo o TCU:

"9.3.1. Ao adotar a modalidade pregão, observe o disposto no art. 8º, inciso II, do Decreto nº 3.555/2000 quanto à elaboração do termo de referência, o qual deverá conter elementos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração, diante de orçamento detalhado". (Acórdão 112/2007 – Plenário).

Deste modo, o Termo de Referência deve conter todos os elementos técnicos necessários à identificação precisa do objeto, observar a exata e precisa necessidade a ser suprida, observar todas as normas técnicas de cada área específica, além de ser elaborado por pessoal técnico ou por uma equipe multidisciplinar que tenham condições de definir com exatidão o objeto e demais cláusulas inerentes à aquisição.

Assim sendo, registra-se o atual entendimento do Tribunal de Contas da União quanto ao aditamento quantitativo e/ou qualitativo de Atas de Registro de Preços, pois preteritamente havia ainda uma discussão sobre a possibilidade de aditamento da Ata, já que o Decreto nº 3931 previa a aplicação do artigo 65 da Lei 8.666/93. Entretanto, o referido decreto foi revogado em 23/01/2013 com a edição do Decreto nº 7892, razão pela qual atualmente não se admite aditamento às Atas de Registro de Preços, entendendo-se que esta se extingue ou pelo decurso de prazo ou mesmo pelo término dos quantitativos.

Com relação a descrição dos objetos e a necessidade de proporcionar competitividade no certame, deve-se ficar atendo a definição, de modo a traduzir a real necessidade do Poder Público, com todas as características indispensáveis, afastando-se as características irrelevantes e desnecessárias, que têm o condão de restringir a competição e a possibilidade de direcionamento, sob pena de praticarem atos em desacordo com os preceitos da lei de licitações que, além das sanções próprias administrativas previstas, sujeitam-se à responsabilidade civil e criminal.

O processo de licitação pública deve assegurar a igualdade de condições a todos os concorrentes. Inclusive o artigo 3º da Lei 8.666/93, dispõe expressamente que a licitação visa garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, que é vedado à Administração ultrapassar esses limites, por meio da inclusão de condições que restrinjam a participação no procedimento ou que maculem a isonomia das licitantes.

Outrossim, importante frisar que o planejamento das licitações, independentemente da modalidade adotada e também das contratações, exige, minimamente, a definição do seu objeto em forma clara, concisa e objetiva, a quantidade total estimada, além da justificativa de sua necessidade e do resultado esperado, tendo o gestor público a discricionariedade de optar pela contratação do objeto que melhor atenda ao interesse público.

No mais, em relação aos requisitos elencados no artigo 40 da Lei 8.666/93, bem como aos elencados no artigo 3º da Lei 10.520/02, constatamos que, a priori, estão atendidos, encontrando-se cumpridas todas as demais exigências pertinentes a este tipo de licitação.

Com relação aos requisitos do artigo 38, verificamos que o processo administrativo está autuado e numerado, a solicitação da secretaria está acompanhada de justificativa e o objeto está especificado, porém deverão ser considerados os seguintes apontamentos:

- a) Sugerimos a ratificação por parte da nova Secretária de Saúde quanto a real necessidade da presente licitação.
- b) Sugerimos a retificação do termo de referência quanto a descrição dos produtos a serem adquiridos, devendo ser explicado o que abrange a manutenção da piscina, tendo em vista que o Pregão nº 75/2019/FMS, também prevê a manutenção da mesma.
- c) Sugerimos que nas especificações dos objetos seja incluída a composição química desejada, tendo em vista que as especificações atuais não trazem nenhum dado quanto a composição química dos produtos.
- d) Sugerimos que a Secretaria solicitante verifique se a contratação de empresa especializada para a manutenção da piscina, com o fornecimento dos produtos de limpeza não seria mais econômico e conveniente para administração, tendo em vista que atualmente estão sendo licitados separadamente.

Após esta análise, deve ainda a secretaria responsável se atentar para o prosseguimento do processo licitatório em consonância com as etapas do artigo 38 da Lei 8.666/93, mantendo toda documentação autuada, numerada e rubricada pela comissão, membros e licitantes.

III – CONCLUSÃO

Pelo exposto, limitando-se aos aspectos jurídico-formais, existe a possibilidade do prosseguimento do feito Pregão para Registro de Preços nº 74/2019/FMS, desde que observadas as considerações apontadas no presente parecer.

É o parecer, s.m.j.
Navegantes, 08 de janeiro de 2020.

Douglas Lemos Edilson Antonio dos Santos
OAB/SC 46.092 OAB/SC 28.387
Assessor Jurídico Procurador Geral do Município

EXTRATO CONTRATUAL 398/2019 FMS

Publicação Nº 2309835

Prefeitura Municipal de Navegantes
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES.
EXTRATO CONTRATUAL 398/2019 FMS
Contrato Nº.: 398/2019 FMS
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES
Contratada....: CELK SISTEMA LDA
CNPJ: 03.434.978/0001-50
Cristiano de Souza Esmeraldino.
Vigência : Início: 01/01/2020 Término:. 26/04/2020.
Licitação : Tomada de Preço 68/2015.
Valor Total: Valor Total: R\$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais).
Recursos : Dotação: 2.083.3.3.90.00.00.00.00.00.
Objeto : Quarto Termo Aditivo visando a prorrogação/renovação do prazo de vigência do Contrato nº 081/2016 referente à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO PARA FORNECIMENTO DE SISTEMA PARA GESTÃO PÚBLICA DA SAÚDE, COMPREENDENDO SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS, GERENCIAMENTO DO BANCO DE DADOS, PRESTAÇÃO DE PLANEJAMENTO E IMPLANTAÇÃO COM INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, TREINAMENTO, CUSTOMIZAÇÃO, MIGRAÇÃO DE DADOS ORIUNDOS DE SISTEMAS LEGADOS, SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO CORRETIVA, EVOLUTIVA E LEGAL DO SOFTWARE DE GESTÃO PÚBLICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, conforme Tomada de Preço nº 68/2015.
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DE SAÚDE DE NAVEGANTES.

LEI 3462/2020

Publicação Nº 2310030

LEI Nº 3462, DE 13 DE JANEIRO DE 2020
DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA INDENIZAÇÃO A TÍTULO DE REPARAÇÃO POR ALTERAÇÕES E DETERIORAÇÃO CAUSADA A IMÓVEL ALUGADO PELO MUNICÍPIO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, no uso de suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a indenizar o proprietário do objeto do contrato de locação nº 311/2018 – imóvel alugado para o funcionamento do Almoxarifado da Saúde, localizado na Rua Orlando Ferreira, nº 820 – no valor de R\$ 46.717,47 (quarenta e seis mil, setecentos e dezessete reais e quarenta e sete centavos), a título de reparação pela deterioração ocasionada pelo uso do imóvel locado pelo Município – através do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º O recurso financeiro de que trata o artigo 1º desta Lei, será repassado em uma única parcela pelo Fundo Municipal de Saúde.

Art. 3º As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Entidade: Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: Fundo Municipal de Saúde

Funcional: 10.301.063

Projeto/Atividade: 2083 – Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Saúde

Fonte de Recursos: 6002 – Superávit financeiro de receitas de impostos e de transferência - Saúde

Elemento: 3.3.90.93-01 – Indenizações

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES/SC, 13 DE JANEIRO DE 2020.

EMÍLIO VIEIRA

Prefeito do Município de Navegantes

MÁRCIO DA ROSA

Secretário de Administração e Logística

LEI 3463/2020

Publicação Nº 2310033

LEI Nº. 3463, DE 13 DE JANEIRO DE 2020

“Denomina Almoxarifado e Farmácia Municipal Paulo Roberto Pereira.”

O Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais, faz saber, em cumprimento à Lei Orgânica Municipal, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou o projeto e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. O almoxarifado e Farmácia Municipal passa a denominar-se Paulo Roberto Pereira.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Navegantes-SC, em 13 de janeiro de 2020.

EMÍLIO VIEIRA

Prefeito do Município de Navegantes

MÁRCIO DA ROSA

Secretário de Administração e Logística

PORTARIA 639 DE 13 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2309698

PORTARIA Nº 639 DE 13 DE JANEIRO DE 2020

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar o contrato 402/2019 PMN da Dispensa de Licitação nº 179/2019 PMN, cujo objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA, INCLUINDO PINTURA DE MEIO-FIO E POSTES EM VIAS PÚBLICAS E LIMPEZA DA PRAIA DO MUNICÍPIO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS DE NAVEGANTES/SC. Conforme Dispensa de Licitação nº 179/2019 PMN.

Fiscal: CELSO VICENTE TAMAGNO -- (titular)

ALESSANDRO MEDEIROS BERNARDO -- (suplente)

II - Esta Portaria entra em vigor com efeito a partir de 20 de dezembro de 2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE JANEIRO DE 2020.

MÁRCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Nova Erechim

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2020 TERMO DE RATIFICAÇÃO

Publicação Nº 2310563

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Pelo presente Termo de Ratificação de Dispensa de Licitação, Eu, RAMIREZ TÁPIA, Prefeito Municipal em exercício de Nova Erechim/SC, à vista o Termo de Dispensa de Licitação nº 02/2020, no processo administrativo de nº. 02/2020, reconhecendo a hipótese Dispensa de licitação, amparado legalmente no artigo 24, inciso II, da Lei n.º 8.666/93, ficando assim dispensado do procedimento licitatório, tendo em vista a adequação das funções e finalidade de Contratação, venho RATIFICAR a presente dispensa. Ficando assim adjudicado a favor da empresa ECUSTOMIZE CONSULTORIA EM SOFTWARE LTDA, CNPJ nº. 09.397.355/0001-30. Com o objetivo de CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE SISTEMA DIGITAL COMO MEIO DE REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO, ESPECIFICAMENTE NA MODALIDADE PREGÃO, EM TODAS AS SUAS FORMAS. O serviço será executado de forma gratuita para a Administração, tudo em conformidade com a legislação vigente.

Publique-se o presente.

Nova Erechim/SC, 13 de janeiro de 2020.

RAMIREZ TÁPIA
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATUAL DO CONTRATO Nº 02/2020 ECUSTOMIZE CONSULTORIA EM SOFTWARE LTDA

Publicação Nº 2310565

PROCESSO Nº: 02/2020	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 02/2020
-------------------------	--------------------------------------

EXTRATO CONTRATUAL DO CONTRATO Nº 02/2020
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC
CNPJ: 83.021.840/0001-68
CONTRATADA: ECUSTOMIZE CONSULTORIA EM SOFTWARE LTDA
CNPJ: 09.397.355/0001-30

OBJETO: CONTRATAÇÃO DO SISTEMA DENOMINADO WCOMPRAS, PARA REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO EM MEIO DIGITAL, POR INTERMÉDIO A REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES, ESPECIFICAMENTE NA MODALIDADE PREGÃO, EM TODAS AS SUAS FORMAS.

VALOR: PARA A EXECUÇÃO DESTE CONTRATO NÃO SERÃO DISPENDIDOS RECURSOS FINANCEIROS POR PARTE DA ADMINISTRAÇÃO.

VIGÊNCIA = INÍCIO: 13/01/2020 TÉRMINO: 13/01/2025

Nova Erechim, 13 de janeiro de 2020.

RAMIREZ TAPIA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 09/2020 LICENÇA PRÊMIO IVANETE BASSO BIANCHI

Publicação Nº 2309897

PORTARIA Nº 09, DE 13 DE JANEIRO DE 2019.
Dispõe sobre a concessão de licença prêmio para servidor público municipal.

O Prefeito em Exercício de Nova Erechim, de acordo com o artigo 74 da Lei Complementar nº 025 de 02 de julho de 2001, o Servidor Municipal estável após cada quinquênio de serviço municipal fará jus a uma licença com remuneração, denominada licença prêmio, pelo período de 30 (trinta) dias.

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida 30 (trinta) dias de Licença Prêmio para a Servidora Municipal IVANETE BASSO BIANCHI, Matrícula 248/01, ocupante do cargo de Professor MAG 2, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a ser usufruída no período de 03.02.2020 a 03.03.2020, referente ao quinquênio de 21.07.2013 a 20.07.2018.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento

vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Erechim (SC), em 13 de janeiro de 2019.

RAMIREZ TAPIA

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 10/2020 FÉRIAS VINICIUS DOS SANTOS

Publicação Nº 2309899

PORTARIA Nº 10, DE 13 DE JANEIRO DE 2019.

Dispõe sobre a concessão de férias para servidor público municipal.

O Prefeito em Exercício de Nova Erechim, de acordo o artigo 59 da Lei Complementar nº 025 de 02 de julho de 2001, o Servidor Municipal após cada período de 12 (doze) meses de serviço público, terá direito a férias.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica concedido 20 (vinte) dias de Férias para o Servidor Municipal VINICIUS DOS SANTOS, Matrícula 5399/01, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, a ser usufruída no período de 01.04.2020 a 20.04.2020, referente ao período 12.04.2018 a 11.04.2019.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Erechim (SC), em 13 de janeiro de 2020.

RAMIREZ TAPIA

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 11/2020 FÉRIAS VIVIANE REGINA SOLIVO

Publicação Nº 2309901

PORTARIA Nº 11, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

Dispõe sobre a concessão de férias para servidor público municipal.

O Prefeito em Exercício de Nova Erechim, de acordo o artigo 59 da Lei Complementar nº 025 de 02 de julho de 2001, o Servidor Municipal após cada período de 12 (doze) meses de serviço público, terá direito a férias.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica concedido 20 (vinte) dias de Férias para a Servidora Municipal VIVIANE REGINA SOLIVO, Matrícula 671/01, ocupante do cargo de Agente de Saúde Pública, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a ser usufruída no período de 13.01.2020 a 01.02.2020, referente ao período 01.01.2019 a 31.12.2019.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Erechim (SC), em 13 de janeiro de 2020.

RAMIREZ TAPIA

Prefeito em Exercício

Nova Itaberaba

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 005-2020 NOMEIA SERVIDOR EM COMISSÃO

Publicação Nº 2310534

	ESTADO DE SANTA CATARINA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NOVA ITABERABA Rua José Marocco s/n CEP 89.818-000 Fone/Fax (49) 3327-0070 CNPJ n.º 04.562.315/0001-83 e-mail: camarani@novaitaberaba.sc.gov.br
--	--

PORTARIA Nº 005/2020 DE 13 DE JANEIRO DE 2020

"NOMEIA SECRETÁRIO GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE NOVA ITABERABA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, em especial o Art. 38, XXX, do Regimento Interno, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada para o cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO GERAL da Câmara de Vereadores do Município de Nova Itaberaba a Sra. ALINE SANTIN, brasileira, solteira, inscrita no CPF 060.997.099-24, fazendo jus aos direitos e atribuições descritos na Lei Complementar 1.061/2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

CÂMARA DE VEREADORES DE NOVA ITABERABA - SC
13 DE JANEIRO DE 2020.

CELSO FERREIRA DE LIMA
Presidente da Câmara

PORTARIA Nº 006-2020 CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA

Publicação Nº 2310536

	ESTADO DE SANTA CATARINA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NOVA ITABERABA Rua José Marocco, 2114 CEP 89.818-000 Fone/Fax (49) 3327-0070 CNPJ n.º 04.562.315/0001-83 e-mail: camarani@novaitaberaba.sc.gov.br
--	--

PORTARIA Nº 006/2020 DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

"CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE NOVA ITABERABA – SC, no uso de suas atribuições legais, em especial o Art. 37, XXX, da Resolução Nº 01/2013 – Regimento Interno da Câmara Municipal, e com fundamento no Art. 61 e Art. 68, da Lei Complementar 002/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, férias regulamentares à servidora Debora Cristina Batistello, ocupando do cargo efetivo de Contadora, referente ao período aquisitivo de 01/02/2019 a 31/01/2020 e período de gozo de 15/01/2020 a 24/01/2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Itaberaba – SC, 13 de Janeiro de 2020.

Celso Ferreira de Lima
Presidente da Câmara de Vereadores

RELATÓRIO DE GESTÃO DA OUVIDORIA - ANO 2019

Publicação Nº 2309504

**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO DA OUVIDORIA
EXERCÍCIO DE 2019**

A Ouvidoria do Poder Legislativo do Município de Nova Itaberaba - SC, nos termos do disposto na Lei nº 13.460/2017, regulamentada pela Resolução nº 006/2019, apresenta Relatório de Gestão referente às atividades realizadas no exercício de 2019 em cumprimento a suas atribuições.

1 - DO FUNCIONAMENTO DA OUVIDORIA

A Ouvidoria funciona junto a Câmara Municipal, como canal de comunicação direta entre a sociedade e a Administração municipal, recebendo reclamações, denúncias, sugestões, pedidos de informação e elogios, de modo a estimular a participação do cidadão no controle e avaliação dos serviços prestados e na gestão dos recursos públicos.

2 - CANAIS DE ATENDIMENTO

São canais de atendimento da Ouvidoria Pública do Poder Legislativo do Município de Nova Itaberaba-SC:

- Telefone: (49) 3327-00070;
- Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação – Fala.Br/E-Ouv: <https://sistema.ouvidorias.gov.br/publico/sc/NovaItaberaba/Manifestacao/RegistrarManifestacao>
- Atendimento presencial: Câmara Municipal de Vereadores de Nova Itaberaba, sito à Rua José Marocco, 2114, Centro, CEP: 89.818-000, Nova Itaberaba-SC,;

3 - DO NÚMERO DE MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS NO ANO ANTERIOR

Em 2019, foram recebidas 02 manifestações sendo classificadas como:

Fonte: Painel Resolveu - CGU

4 - DO PRAZO DE RESPOSTA

- As manifestações foram respondidas em um prazo médio de 14,63 (Quatorze virgula sessenta e três) dias e, assim, se cumpriu o prazo estabelecido na Lei nº 13.460/2017.

Fonte: Painel Resolveu – CGU

5 - DOS MOTIVOS DAS MANIFESTAÇÕES

Conforme demonstrativos nos gráficos anteriores, houveram apenas duas manifestações no decorrer do ano de 2019, uma de elogio a servidor da Câmara e outra de comunicação referente a serviços públicos.

6 - DA ANÁLISE DOS PONTOS RECORRENTES

Quanto ao ponto recorrente, houve uma manifestação envolvendo prioridades e necessidades nas comunidades do município de Nova Itaberaba.

7 - DAS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NAS SOLUÇÕES APRESENTADAS

Em todas as manifestações que demandaram ações do Poder Legislativo, a ouvidoria foi atendida dentro do prazo legal e os servidores responsáveis efetivaram as suas funções legalmente estabelecidas.

8 - DA PESQUISA DE SATISFAÇÃO REALIZADA

Durante o mês de dezembro de 2019 foi efetivada a pesquisa de satisfação acerca dos serviços públicos municipais, conforme exigência da Lei nº 13.460/2017. A pesquisa foi disponibilizada em meio eletrônico, mediante preenchimento de formulário, e disponibilizada no sítio de internet da Câmara Municipal de Vereadores de Nova Itaberaba, no endereço eletrônico: <https://www.camaranovaitaberaba.sc.gov.br/> Conforme formulário disponibilizado no site, houveram dois registros de pesquisa de satisfação:

9 - DO ENCAMINHAMENTO

O relatório de gestão será:

- I - encaminhado à autoridade máxima do órgão a que pertence a unidade de ouvidoria; e
- II - disponibilizado integralmente na internet.

Nova Itaberaba – SC, 13 de Janeiro de 2020.

Debora Cristina Batistello Designada responsável pela Ouvidoria

Nova Trento

PREFEITURA

PORTARIA Nº 004/2020 "P"

Publicação Nº 2309863

PORTARIA Nº 004/2020 "P"

Concessão de Férias Regulamentares

Jucelino Marino Chini, Secretário Municipal de Administração e Finanças, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 72, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 20(vinte) dias, à Servidora Pública Municipal, AUGUSTA CREPPAS MINATTI, matrícula nº 153, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício na casa da Cidadania, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para gozo entre 06/01/2020 a 25/01/2020, relativo ao período aquisitivo de 03/09/2017 a 02/09/2018.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 06 de janeiro de 2020.

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

PORTARIA Nº 126/2020

Publicação Nº 2309544

PORTARIA Nº 126/2020

Concessão de Férias Regulamentares

Maxiliano de Oliveira, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 72, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 20(vinte) dias, à Servidora Pública Municipal, SIBELI FOSSATI GARIM, matrícula nº 7869, ocupante do cargo de Educador Físico, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para gozo entre 13/01/2020 a 01/02/2020, relativo ao período aquisitivo de 05/09/2018 a 04/09/2019.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 13 de janeiro de 2020.

Maxiliano de Oliveira
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 127/2020

Publicação Nº 2309555

PORTARIA Nº 127/2020

Concessão de Férias Regulamentares

Maxiliano de Oliveira, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 72, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30(trinta) dias, à Servidora Pública Municipal, DAIANE TEIXEIRA KUHN, matrícula nº 6792, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício na Unidade Básica de Saúde do Besenello, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para gozo entre 16/01/2020 a 14/02/2020, relativo ao período aquisitivo de 03/08/2019 a 02/08/2019.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 16 de janeiro de 2020.

Maxiliano de Oliveira
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

RESULTADO HABILITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO Nº 022/2019

Publicação Nº 2309591

ATA Nº 49 - Resultado do Julgamento da Habilitação – Processo Licitatório nº 165/2019 – Tomada de Preço nº 022/2019 - MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO

O Prefeito de Nova Trento torna público que na licitação em epígrafe, cujo objeto é a Prestação de serviços de mão de Obra, para a repavimentação da Rua dos Imigrantes, no Centro, Município de Nova Trento/SC, houve a participação da seguinte empresa licitante: C R ARTEFATOS DE CIMENTOS LTDA. (CNPJ 01.650.178/0001-40) que entregou tempestivamente os envelopes de DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA, Entregou de forma intempestiva os envelopes de documentação e proposta a empresa QUALIDADE CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÕES (CNPJ 00.820.854/0001-14). Foi permitido ao representante da empresa QUALIDADE, senhor EDSON ROBERTO RODRIGUES, acompanhar e visar documentos de habilitação da empresa C R ARTEFATOS DE CIMENTOS LTDA. (CNPJ 01.650.178/0001-40). Os Envelopes da empresa QUALIDADE não foram considerados por terem sido entregues de forma INTENPESATIVA. Da análise da documentação, constatou-se que a empresa ARTEFATOS DE CIMENTOS LTDA. (CNPJ 01.650.178/0001-40), atendia ao solicitado no edital. Marcou-se a fase de abertura das propostas para as 07:30 horas do dia 21/01/2020.

Nova Trento (SC), 13 de janeiro de 2020.

Aprigio José Botameli
Presidente Comissão de Licitações

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2019

Publicação Nº 2309747

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO CNPJ: 82.925.025/0001-60 RUA SANTO INACIO 126 C.E.P.: 88270-000 - Nova Trento - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 9/2019 - TP Processo Administrativo: 112/2019 Processo de Licitação: 112/2019 Data do Processo: 18/07/2019
Folha: 1/1	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 112/2019
b) Licitação Nr.: 9/2019-TP
c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 19/11/2019
e) Data da Adjudicação: 19/11/2019 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA, PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DA RUA TIROL, DISTRITO DE CLARAIBA, MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, INCLUINDO MÃO DE OBRA, MATERIAL (QUANDO FOR O CASO) E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS.

					(em Reais R\$)	
g) Fornecedores e Itens Vencedores:		Unid.	Qtde	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
<u>EMPREENDIMENTOS LTDA - ME (9816)</u>						
1	DRENAGEM - TIROL	²CEN	100,00	0,0000	594,0246	59.402,46
2	PAVIMENTAÇÃO - TIROL	²CEN	100,00	0,0000	1.287,8794	128.787,94
3	SINALIZAÇÃO - TIROL 2018	²CEN	100,00	0,0000	3,8528	385,28
					Total do Fornecedor:	188.575,68
					Total Geral:	188.575,68

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.019.4.4.90.00.00.00.00 (144) Saldo: 571.315,83

Nova Trento, 19 de Novembro de 2019.

Nova Veneza

PREFEITURA

TOMADA DE PREÇOS N.º 253/2019 - PMNV - DESERTO

Publicação Nº 2310742

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZACNPJ: 82.916.826/0001-60
TRAV. OSVALDO BURIGO, 44
C.E.P.: 88865-000 - Nova Veneza - SC**TOMADA DE PREÇO**
Nr.: 253/2019 - TPProcesso Administrativo: 253/2019
Processo de Licitação: 253/2019
Data do Processo: 11/12/2019**Objeto:** Contratação de empresa especializada para pavimentação com paver da Rua Frei Elizeu.**NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 3 / 2020****Motivo:** O PRESENTE PROCESSO LICITATÓRIO DEU-SE DESERTO.

Nova Veneza, 8 de Janeiro de 2020

Novo Horizonte

PREFEITURA

DECRETO 2.597 DE 13 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2309549

DECRETO Nº 2.597, de 13 de janeiro de 2020.

Abre crédito adicional suplementar por superávit financeiro NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO 2019 e dá outras providências.

VANDERLEI SANAGIOTTO, Prefeito do Município de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos arts. 41- I, 42 e 43 – I, da Lei Federal nº 4.320/64 e amparado pela Lei Municipal Nº 599 de 14 de outubro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º – Fica aberto crédito adicional suplementar por Superávit Financeiro do Exercício anterior no orçamento vigente, no valor de R\$ 82.190.33 (Oitenta e dois mil cento e noventa reais e trinta e três centavos), relativos a recursos ordinários e vinculados assim consignados:

40.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES

40.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Atividade 2.011 – Manutenção Central da Secretária de Educação.

Elemento de Despesa – 3.3.50-01.0001 Trans. A Inst. Priv. sem fins lucrat...R\$ 31.000.00

Atividade 2.018 – Manutenção da Cultura.

Elemento de Despesa – 3.3.90-01.0000 Aplicações diretas R\$ 40.000.00

Atividade 2.010 – Manutenção Ensino Fundamental-FUNDEB

Elemento de Despesa – 3.1.90-03.0018 Aplicações diretas R\$ 11.116.83

Elemento de Despesa – 3.1.90-03.0013 Aplicações diretas R\$ 73.50

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 82.190.33

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte – SC

Em 13 de Janeiro de 2020

VANDERLEI SANAGIOTTO

Prefeito Municipal

Registre-se

Publique-se Aimar Francisco Pavelecini

Secretária de Administração e Fazenda

EDITAL DE CHAMAMENTO 002-2020 DO CONCURSO PÚBLICO 001/2018

Publicação Nº 2310754

EDITAL DE CHAMAMENTO 002/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO INERENTES, CONSOANTES AS NORMAS CONSTANTES DO ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, OBSERVANDO O QUE DISPÕE O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS.

CONVOCA:

Art. 1º - Ficam convocados os candidatos abaixo relacionados aprovados em Concurso Público nº 001/2018, Conforme Decreto nº 2.522 de 17/02/2019, para comparecerem perante a Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, situado à Rua Jose Fabro, nº 01 - centro, nesta cidade, até dia 14 de FEVEREIRO de 2020, no horário das 07h30min às 11h30min das 13hs às 17hs , para manifestar-se sobre a aceitação ou não aos cargos públicos, e posterior ato de posse:

CARGO	NOME CANDIDATO
Professora de Educação Infantil	JANDIRA ROSARIA MOREIRA CAUS
Professora de Ensino Fundamental 1º ao 5º ano	ERITA INÊS BECK

Parágrafo único – Os convocados deverão apresentar os documentos abaixo relacionados para homologação na Secretaria de Administração e Fazenda (Setor Pessoal) juntamente com as declarações (Modelos em Anexo) no mínimo dois dias úteis antes da data da posse,

- Atestado Médico, procedido por Médico Oficial, declarando apto para o Exercício do cargo na data da contratação ou nomeação;
- Cédula de Identidade (xérox);
- CPF (xérox);
- Título de eleitor (xérox);
- Comprovante de quitação eleitoral e Gozo dos Direitos Políticos;
- Comprovante de quitação com as obrigações Militares se for o caso;
- Certidão de Antecedentes Criminais dos últimos cinco anos;
- Comprovante de escolaridade exigida para o cargo a ser exercido;
- Uma foto 3x4;
- Certidão de Nascimento ou Casamento/Contrato de União Estável (xérox);
- Certidão de Nascimento, RG e CPF dos filhos menores e cônjuge;
- Cartão de PIS/PASEP com data do cadastro (xérox – vide carteira de trabalho);
- Cópia da Carteira de Trabalho e Registro de Contratos;
- Cópia da carteira de Motorista (CNH) quando exigir o cargo;
- Comprovante de residência;
- Cópia da inscrição do Conselho Profissional se exigir o cargo;
- Número de Conta Bancária para fins de folha de pagamento no banco Sicoob ou Brasil;
- Declaração de Renda e Bens Patrimoniais, juntamente com as rendas auferidas no ano de 2016; ou cópia da declaração anual de bens apresentada à Receita Federal;
- Cópia da folha de pagamento do último mês se trabalhar com carteira assinada, devendo ser atualizada anualmente ou quando de mudança de salário, em se tratando de dois vínculos empregatícios;
- Declaração de Dependentes (conforme modelo em anexo);
- Declaração de encargos de família para fins de impostos de renda (modelo em anexo);
- Declaração de desincompatibilização (modelo anexo)
- Declaração de raça, cor, peso, altura, escolaridade, se doador ou não e se possui deficiência (modelo anexo);
- Declaração de não ter sofrido no exercício da função pública, penalidades disciplinares;
- Declaração de relação de parentesco com o Prefeito ou Vice, observando a Súmula vinculante nº 13 do STF;

Art. 2º - A nomeação para o cargo obedecerá à ordem de classificação final dos candidatos habilitados, de acordo com as necessidades da administração pública municipal, sujeitos ao regime estatutário – Leis 024/2003, de 19 de março de 2003, 025/2003 de 30 de junho de 2003, 026/2003, de 30 de junho de 2003 e posteriores alterações.

Art. 3º - Posse é a aceitação expressa das atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao cargo público, com o compromisso de desempenhá-lo com probidade e obediência as normas legais e regulamentares, formalizada com a assinatura do termo pela autoridade competente e pelo empossado.

§ 1º - A posse ocorrerá no prazo de até trinta dias, contados da data de manifestação de interesse em assumir o cargo.

§ 2º - A posse, mesmo excepcionalmente, não poderá dar-se mediante procuração.

§ 3º - Em se tratando de servidor em licença, ou em outro afastamento legal, o prazo será contado do término do impedimento.

§ 4º - Só haverá a posse nos casos de provimento de cargo por nomeação da autoridade competente.

§ 5º - No ato da posse, o servidor apresentará, obrigatoriamente, declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.

§ 6º - Será tornado sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo previsto no § 1º deste artigo.

Art. 4º - A posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica da medicina do trabalho, e/ou inspeção médica oficial indicada pelo Município ou, em sua falta, pelo médico da Unidade Municipal de Saúde.

§ 1º - Só poderá ser empossado aquele que for julgado apto, física e mentalmente, para exercício do cargo, após apresentação dos seguintes exames ao médico indicado, conforme estabelece o decreto nº 1717/2009, de 30 de novembro de 2009 e no PPRA/PCMSO do Município de Novo Horizonte:

Para a realização da inspeção médica admissional o nomeado e convocado para a posse, apresentará ao médico do trabalho designado, no decorrer do prazo estabelecido para a posse, os seguintes exames:

I – para posse em todos os cargos, os seguintes exames:

- a) hemograma completo;
- b) glicemia, em jejum;
- c) de urina, comum;
- d) parasitologia (fezes);
- e) tipagem sanguínea e Fator RH;
- f) RX Tórax, Perfil e Coluna sacra – exigido para maiores de 40 anos de idade;

c) Avaliação vocal para professores

II – para posse nos cargos de Motorista de Veículos Leves, Motorista e de Operador de Máquinas, além dos exames identificados no inciso I deste, mais os seguintes exames:

a) avaliação oftalmológica;

b) RX Tórax e Perfil;

c) ECG (eletrocardiograma);

d) avaliação psicológica;

e) audiometria;

III – para posse nos cargos de Auxiliar de Serviços Gerais, Auxiliar de Manutenção e Conservação; Auxiliar de Serviços Florestais, Agentes de Manutenção e Conservação e de Mecânico, além dos exames identificados no inciso I deste, mais os seguintes exames:

a) RX Tórax e Perfil;

b) ECG (eletrocardiograma);

IV – para posse nos cargos relacionados às profissões de saúde, além dos exames identificados no inciso I deste, mais os seguintes exames:

a) HbsAG – para os não vacinados contra Hepatite B;

b) Anti-HBs – para os vacinados contra Hepatite B.

Art. 5º - A autoridade que der posse deverá verificar, sob pena de responsabilidade, se foram satisfeitas as condições estabelecidas em Lei ou regulamento, para a investidura no cargo.

Art. 6º - Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo para o qual o servidor for nomeado.

Art. 7º - O início, a suspensão, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do servidor.

Parágrafo único - O início do exercício e as alterações que ocorrerem serão comunicadas ao órgão competente, pelo chefe da repartição ou serviço em que estiver lotado o servidor.

Art. 8º - Ao chefe da repartição ou serviço onde for designado o servidor, compete dar-lhe exercício.

Art. 9º - Ao entrar em exercício o servidor apresentará, ao órgão competente, os elementos necessários ao assentamento individual.

Art. 10 - Salvo os casos previstos em lei, o servidor que interromper o exercício por mais de 30(trinta) dias consecutivos, ficará sujeito a processo administrativo, com pena de demissão por abandono de cargo.

E, para que ninguém possa alegar desconhecimento ou ignorância, expediu-se o presente Edital que será publicado na forma, para conhecimento de todos.

Novo Horizonte-SC, em 14 de janeiro de 2020.

VANDERLEI SANAGIOTTO

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE,

COMUNIQUE-SE, AIMAR FRANCISCO PAVELECINI

PUBLIQUE-SE Secretário De Administração e Fazenda

E CUMPRE-SE.

DECLARAÇÃO DE ACUMULAÇÃO/NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGOS

DECLARO, para fins de nomeação nas funções do cargo de _____, de acordo com o artigo 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal, e demais Legislação vigente.

() Acumulo cargos

() Não Acumulo

cargo, emprego e função pública, incluídas as autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e Fundações mantidas pelo Poder Público, com o que exerce neste Município, por estar em gozo de licenças.

Novo Horizonte/SC, em _____

(NOME DO DECLARANTE)

declarante

DECLARAÇÃO DE BENS

Eu _____, declaro para os devidos fins que não possuo bens a declarar ate a presente

data.

E, para que produza os jurídicos e legais efeitos, assino o presente.

Novo Horizonte - SC, em _____.

(NOME DO DECLARANTE)

ANEXO ÚNICO

INSTRUÇÃO NORMATIVA TCE/SC Nº 001/2006

Relação de bens

NOME: (digitar nome do declarante)

CPF (digitar)

Identificação do Bem	Valor de aquisição	Valor At.
Relacionar bens	Valor do bem	Valor do bem

Fontes de renda

Relação de cargos de direção e de órgão colegiado que a declarante exerça ou haja exercido nos últimos dois anos

Nome do declarante

Novo Horizonte/SC, em _____

DECLARAÇÃO DE DEPENDENTES

Eu, _____, brasileiro(a), (digitar estado civil), residente e domiciliada na Rua _____ neste município de _____, declaro para os devidos fins que não possuo dependentes a declarar até a presente data.

A presente declaração é a expressão da verdade pela qual me responsabilizo para todos os efeitos legais.

Novo Horizonte – SC em _____

(nome do declarante)

Declarante

DECLARAÇÃO DE DEPENDENTES

Eu, _____, brasileira, estado civil, residente e domiciliada na Rua _____, declaro para os devidos fins que possuo como dependentes:

(Digitar nome dos dependentes, número do CPF, data de nascimento)

A presente declaração é a expressão da verdade pela qual me responsabilizo para todos os efeitos legais.

Novo Horizonte – SC em _____

(nome do declarante)

Declarante.

DECLARAÇÃO DE ENCARGOS DE FAMÍLIA PARA FINS DE IMPOSTOS DE RENDA

Empresa: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

Endereço: RUA JOSE FABRO, 01 – CENTRO – NOVO HORIZONTE-SC

CNPJ: 95.990.115/0001-87

Em obediência à legislação do imposto de Renda, venho pela presente informa-lhes que tenho como encargo de família, as pessoas abaixo relacionadas:

Dependentes considerados como Encargo de Família

Nome completo dos dependentes	Código eSocial	Data nascimento	CPF (pessoas com 16 anos ou mais)
-------------------------------	----------------	-----------------	-----------------------------------

Digitar			

Declaro sob as penas da lei, que as informações aqui prestadas são verdadeiras e de minha inteira responsabilidade, não cabendo à empresa/ órgão qualquer responsabilidade perante fiscalização.

Declarante: DIGITAR NOME

Estado civil: _____ CPF: _____

Endereço: _____

Cidade: _____

Novo Horizonte, SC, EM _____

(DIGITAR NOME DO DECLARANTE)

(O ciente do cônjuge é obrigatório no caso de dependentes em comum – IN RFB 1.500/14 artigo 90)

Sempre que houver alteração esta declaração deve ser renovada.

DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Eu, _____, declaro para os devidos fins e em conformidade com a Súmula vinculante nº 13 do STF, que não possuo grau de parentesco com o Prefeito e Vice Prefeito.

E, para que produza os jurídicos e legais efeitos, assino o presente.

Novo Horizonte – SC em _____

(Nome do declarante)

Declarante

DECLARAÇÃO

Eu, _____, para fins de nomeação nas funções do cargo de _____ do Município, Não ter sofrido no exercício da função pública, penalidades disciplinares, incompatível com a investidura deste Cargo Público.

Estou ciente que declarar falsamente é crime previsto na Lei Penal e por ele responderei, independente das sanções administrativas, caso se comprove a inveracidade do declarado neste documento.

Novo Horizonte, SC, em _____

(nome do declarante)

Declarante

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileira, digitar estado civil, residente e domiciliada na rua _____ Município de _____, declaro para os devidos fins que sou de nacionalidade brasileira, Raça _____, cor dos olhos _____, peso _____ Kg, a estatura é de _____ m, meu tipo sanguíneo _____, _____ doador de órgão e tecidos e nenhuma deficiência física.

Esta declaração será assinada sob as penas da lei.

Para que a presente declaração surta efeitos legais e jurídicos. Firmo o presente.

Novo Horizonte – SC em _____.

Nome do Declarante

Declarante

EXTRATO DO PL PM Nº 005/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2020

Publicação Nº 2304627

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC-AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 005/2020-PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2020 - Tipo: MENOR PREÇO POR GLOBAL - Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM NAS MODALIDADES DE FUTEBOL DE CAMPO, FUTEBOL SUÍÇO E FUTEBOL DE SALÃO PARA ATENDIMENTO DAS COMPETIÇÕES ESPORTIVAS DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTES DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC. Os envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas deverão ser entregues até as 08h50min do dia 05/02/2020, na sala de Licitações, junto ao Centro Administrativo Municipal, Rua José Fabro, 01, Centro – Novo Horizonte – SC, sendo a abertura dos envelopes e a etapa de lances ocorrerão a partir das 09:00 -, no mesmo local e data estabelecida acima. - O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, Nº 01, Centro, nos dias úteis, das 7:30h as 11:30h e 13:30h as 17:00h, pelo site www.novohorizonte.sc.gov.br e informações pelo fone (49) 3362-0024. e/ou email:licitacao@novohorizonte.sc.gov.br. Fundamentação legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal Nº 8.883 de 08 de Junho de 1994, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie. Novo Horizonte (SC) em 14 de Janeiro de 2020.

VANDERLEI SANAGIOTTO - Prefeito Municipal.

RGF 2º SEMESTRE.19-PREF.NOVO HORIZONTE

Publicação Nº 2309610

Município de NOVO HORIZONTE - SC - Poder Executivo
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2019 A DEZEMBRO/2019

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")		DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)												R\$ 1,00	
DESPESAS COM PESSOAL		LÍQUIDAS												INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR (NÃO PROCESSADOS)	
		Jan/2019	Fev/2019	Mar/2019	Abr/2019	Mai/2019	Jun/2019	Jul/2019	Ago/2019	Sep/2019	Out/2019	Nov/2019	Dez/2019	TOTAL (Últimos 12 meses) (a)	DEZEMBRO (b)
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (II)	Pessoal Ativo	452.141,20	480.833,25	508.163,71	501.840,87	538.005,53	547.280,52	555.211,57	545.739,36	565.342,69	555.294,26	565.063,95	1.103.353,79	6.590.281,10	0,00
	Verbas Fixas	452.002,85	480.746,67	508.024,92	493.747,28	537.873,39	546.527,76	554.783,53	545.607,22	564.286,56	554.167,32	563.933,11	1.021.140,33	6.459.255,23	0,00
	Verbas Variáveis	35.938,35	38.115,58	40.138,79	38.093,59	40.132,14	40.752,76	40.428,04	39.132,14	41.056,13	41.126,94	41.130,84	82.213,46	531.025,87	0,00
	Obrigações Patronais	9.580,00	9.128,00	9.580,00	9.580,00	9.580,00	9.580,00	9.580,00	9.580,00	9.580,00	9.580,00	9.580,00	10.275,39	10.275,39	0,00
	Contribuição Previdenciária	26.358,35	29.015,58	30.558,79	28.513,59	30.552,14	31.172,76	30.848,04	29.552,14	31.476,13	31.546,94	31.550,84	62.938,07	138.050,48	0,00
	Pessoal Inativo e Previdêntia	21.259,75	22.413,52	23.163,71	22.001,91	23.416,66	23.941,66	23.941,66	23.941,66	23.941,66	23.941,66	23.941,66	47.541,31	494.125,95	0,00
	Aposentadorias, Pensões e Reformas	5.679,10	6.103,06	5.891,08	5.891,08	5.891,08	5.891,08	5.891,08	5.891,08	5.891,08	5.891,08	5.891,08	11.782,16	76.594,04	0,00
	Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos temporários ou contratação forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	DESPESAS NÃO COMPREENDIDAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (III)	30.930,85	37.500,58	37.754,79	37.852,99	41.163,41	41.163,41	41.163,41	41.163,41	41.163,41	41.163,41	41.163,41	82.793,46	516.416,55	0,00
	Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	3.952,00	7.584,00	0,00	0,00	1.330,67	1.330,67	1.330,67	1.330,67	1.330,67	1.330,67	1.330,68	0,00	21.290,70	0,00
	Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	26.938,85	29.916,58	37.754,79	37.852,99	39.832,74	39.832,74	39.832,74	39.832,74	39.832,74	39.832,74	39.832,74	82.793,46	494.125,95	0,00
	Abono de permanência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (II) - (I)		421.210,35	453.062,67	470.428,92	463.747,88	497.842,42	506.197,11	524.048,26	505.576,95	524.179,28	514.130,85	540.899,63	1.021.140,33	6.446.464,55	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR	% SOBRE ARCL												
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		18.339.547,88	-												
(*) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 1º, art. 168 da CF)		0,00													
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)		18.339.547,88													
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III) + (II)		6.446.464,55	35,14												
LIMITE MÁXIMO (VIII) (inciso I, II e III, art. 20 da LRF)		9.903.499,75	54,00												
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)		9.408.219,26	51,30												
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)		8.913.068,78	48,60												

NOVO HORIZONTE, 13/01/2020

VANDERLEI SAUGOTTI PREFEITO MUNICIPAL	AMAR F. PAVELEONI SECRETÁRIO SAF	JUAREZ ZILLI CONTROADOR INTERNO	VALDEMAR R. GOMES TECEM CONTABILIDADE E CRC
--	-------------------------------------	------------------------------------	--

FONTE:



MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019

Continuação 1/6

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	23.084,18	1.000.000,00	760.560,22
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	1.000.000,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	1.000.000,00	0,00
Internos	0,00	1.000.000,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	23.084,18	0,00	760.560,22
DEDUÇÕES (II)	3.099.077,38	3.123.913,67	2.356.122,93
Disponibilidade de Caixa	3.099.077,38	3.123.913,67	2.356.122,93
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.099.077,38	3.260.287,07	2.375.289,19
(-) Restos a Pagar Processados (Exceção Precatórios)	0,00	136.373,40	19.166,26
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-3.075.993,20	-2.123.913,67	-1.595.562,71
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	16.176.134,53	17.514.965,49	18.339.647,68
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	0,14%	5,71%	4,15%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-19,02%	-12,13%	-8,70%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	19.411.361,44	21.017.958,59	22.007.577,22
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	17.470.225,29	18.916.162,73	19.806.819,49

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	14.383.910,08	18.485.511,29	18.485.511,29
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	(14.383.910,08)	(18.485.511,29)	(18.485.511,29)
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	5.922,35	5.955,96	7.387,98
RP NÃO-PROCESSADOS	1.165.663,86	5.001.092,63	842.369,88
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LC 151/2015	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada". Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero".

2. Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos".

NOVO HORIZONTE, 13/01/2020

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019

Continuação 2/6

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

AIMAR F. PAVELECINI
SECRETARIO SAF

JUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI
TÉC. EM CONTABILIDADE CRC 17691-0

FONTE:

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2019

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
AOS ESTADOS (I)			
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)			
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)			
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	16.176.134,53	17.514.965,49	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	3.558.749,60	3.853.292,41	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	3.202.874,64	3.467.963,17	0,00
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DOS ESTADOS (VII)			
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (VIII)			
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)			
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (X) = (VII + VIII + IX + X)	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:**FONTE:**

NOVO HORIZONTE, 13/01/2020

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

AIMAR F. PAVELECINI
SECRETARIO SAF

JUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI
TÉC.EM CONTABILILIDADE CRC 17691-0

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	1.000.000,00	0,00
Interna	1.000.000,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	1.000.000,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação	0,00	0,00
TOTAL (III)	1.000.000,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	18.339.647,68	—
OPERAÇÕES VEDADAS(V)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VI) = (IIIa + V - Ia - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	2.934.343,63	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	2.640.909,27	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.283.775,34	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 13/01/2020

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

AIMAR F. PAVELECINI
SECRETARIO SAF

JUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI
TÉC.EM CONTABILIDADE CRC 17691-0

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC - PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 2º Semestre de 2019

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE	
Receita Corrente líquida	18.339.647,68	
Receita Corrente líquida Ajustada	18.339.647,68	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	6.445.464,55	35,14
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	9.903.409,75	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	9.408.239,26	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	8.913.068,78	48,60
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-1.595.562,71	-8,70
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	22.007.577,22	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	4.034.722,49	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.934.343,63	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.283.775,34	7,00
RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	487.309,94	22.912.510,66

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 13/01/2020

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

AIMAR F. PAVELECINI
SECRETARIO SAF

JUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI
TÉC. EM CONTABILIDADE CRC 17691-0

RGF 3º QUADR.19-PREF.NOVO HORIZONTE

Publicação Nº 2309608

Município de NOVO HORIZONTE - SC - Poder Executivo
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2019 A DEZEMBRO/2019

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")		DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)												R\$ 1,00	
DESPESAS COM PESSOAL		LÍQUIDAS												INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR (NÃO PROCESSADOS)	
		Jan/2019	Fev/2019	Mar/2019	Abr/2019	Mai/2019	Jun/2019	Jul/2019	Set/2019	Out/2019	Nov/2019	Dez/2019	TOTAL (Últimos 12 meses) (a)	Dez/2019	(b)
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (II)	Pessoal Ativo	452.141,20	480.833,25	508.163,71	501.840,87	538.005,53	547.280,52	555.211,57	585.342,89	555.294,26	565.063,95	1.103.353,79	6.590.281,10	0,00	0,00
	Verbas Fixas	35.936,28	38.717,42	40.048,92	40.347,28	48.173,39	50.527,76	52.573,53	52.526,56	51.541,32	54.230,51	1.021.140,33	6.459.285,25	0,00	0,00
	Verbas Variáveis e Outras Despesas Variáveis	9.150,00	6.128,28	6.000,00	3.840,00	42.072,90	42.577,91	44.072,64	43.886,34	43.044,00	46.205,92	126.253,98	547.059,56	0,00	0,00
	Obrigações Patronais	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00
	Contribuição Previdenciária	26.938,85	29.616,58	37.754,79	37.892,99	39.832,74	39.832,74	39.832,74	39.832,74	39.832,74	39.832,74	82.793,46	139.083,09	0,00	0,00
	Pessoal Inativo e Previdênciário	21.259,75	23.413,52	31.893,71	32.001,91	33.941,66	33.941,66	33.941,66	33.941,66	33.941,66	33.941,66	71.011,30	417.541,51	0,00	0,00
	Aposentadorias, Pensões e Reformas	5.679,10	6.103,06	5.891,08	5.891,08	5.891,08	5.891,08	5.891,08	5.891,08	5.891,08	5.891,08	11.782,16	76.584,04	0,00	0,00
	Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras despesas de pessoal decorrentes de contrato temporário ou contratação forma Interimista (§ 1º do art. 18 da LRF)	30.930,85	37.500,00	37.754,79	37.892,99	41.163,41	41.163,41	41.163,41	41.163,41	41.163,41	41.163,41	82.793,46	516.416,55	0,00	0,00
	DESPESAS NÃO COMPREENDIDAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	3.952,00	7.584,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	26.938,85	29.616,58	37.754,79	37.892,99	39.832,74	39.832,74	39.832,74	39.832,74	39.832,74	39.832,74	82.793,46	494.125,85	0,00	0,00
	Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Abono de permanência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I+II)		421.210,85	453.062,87	470.428,92	463.742,88	497.842,42	506.197,11	524.048,26	524.179,28	514.130,86	540.899,63	1.021.140,33	6.446.464,55	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR	% SOBRE ARCL												
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		18.339.547,88	-												
(*) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 1º, art. 166 da CF)		0,00													
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)		18.339.547,88													
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (III) = (III + II)		6.446.464,55	35,14												
LIMITE MÁXIMO (VIII) (inciso I, II e III, art. 20 da LRF)		9.903.499,75	54,00												
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)		9.408.219,26	51,30												
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)		8.913.068,78	48,60												

NOVO HORIZONTE, 13/01/2020

VANDERLEI SAUGOTTI PREFEITO MUNICIPAL	AMAR F. PAVELEONI SECRETÁRIO SAF	JUAZEL ZILLI CONTROLOADOR INTERNO	VALDEMAR R. GOB TECEM CONTABILIDADE/ERC
--	-------------------------------------	--------------------------------------	--

FONTE:



MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019

Continuação 1/6

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	23.084,18	1.000.000,00	1.000.000,00	760.560,22
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00
Internos	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	23.084,18	0,00	0,00	760.560,22
DEDUÇÕES (II)	3.099.077,38	3.291.124,72	2.764.269,19	2.356.122,93
Disponibilidade de Caixa	3.099.077,38	3.291.124,72	2.764.269,19	2.356.122,93
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.099.077,38	3.392.611,53	2.867.490,00	2.375.289,19
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	101.486,81	103.220,81	19.166,26
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-3.075.993,20	-2.291.124,72	-1.764.269,19	-1.595.562,71
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	16.176.134,53	16.346.995,51	17.554.764,25	18.339.647,68
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	0,14%	6,12%	5,70%	4,15%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-19,02%	-14,02%	-10,05%	-8,70%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	19.411.361,44	19.616.394,61	21.065.717,10	22.007.577,22
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	17.470.225,29	17.654.755,15	18.959.145,39	19.806.819,49
<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	14.383.910,08	14.383.910,08	18.485.511,29	18.485.511,29
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	(14.383.910,08)	(14.383.910,08)	(18.485.511,29)	(18.485.511,29)
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	5.922,35	5.060,40	5.625,93	7.387,98
RP NÃO-PROCESSADOS	1.165.663,86	5.188.954,92	4.003.735,93	842.369,88
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LC 151/2015	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada". Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero".

2. Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos".

NOVO HORIZONTE, 13/01/2020

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019

Continuação 2/6

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

AIMAR F. PAVELECINI
SECRETARIO SAF

JUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI
TÉC. EM CONTABILIDADE CRC 17691-0

FONTE:

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	1.000.000,00	0,00
Interna	1.000.000,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	1.000.000,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação	0,00	0,00
TOTAL (III)	1.000.000,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	18.339.647,68	—
OPERAÇÕES VEDADAS(V)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VI) = (IIIa + V - Ia - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	2.934.343,63	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	2.640.909,27	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.283.775,34	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 13/01/2020

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

AIMAR F. PAVELECINI
SECRETARIO SAF

JUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI
TÉC.EM CONTABILIDADE CRC 17691-0

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC - PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSORCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E LÍQUIDOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LÍQUIDOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
		Restos a Pagar Exercícios Anteriores	Do Exercício	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Diversas Obrigações Financeiras					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g) = (a - (b + c + d + e) - f)	(h)		(i) = (g - h)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	22.663.288,69	0,00	0,00	675,00	7.387,98	0,00	22.655.225,71	287.036,42	0,00	22.388.189,29
Recursos Ordinários	22.612.879,96	0,00	0,00	675,00	7.387,98	0,00	22.604.816,98	223.971,49	0,00	22.380.845,49
Outros Recursos não Vinculados	50.408,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.408,73	43.064,93	0,00	7.343,80
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	1.100.800,33	0,00	19.166,26	337.039,18	0,00	0,00	744.594,89	220.273,52	0,00	524.321,37
Recursos Vinculados à Transferência de Impostos - Edu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	11.190,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.190,33	0,00	0,00	11.190,33
Outros Recursos Vinculados à Educação	17.924,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.924,82	0,00	0,00	17.924,82
Recursos Vinculados à Transferência de Impostos - Sai	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Vinculados à Saúde	225.177,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	225.177,67	0,00	0,00	225.177,67
Recursos Vinculados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Financeiro	25.704,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.704,89	0,00	0,00	25.704,89
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Ex	0,00	0,00	19.166,26	0,00	0,00	0,00	(19.166,26)	220.273,52	0,00	(239.439,78)
Recursos de Aterção de Bens/Movos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Vinculados	820.602,62	0,00	0,00	337.039,18	0,00	0,00	483.763,44	0,00	0,00	483.763,44
TOTAL (III) = (I + II)	23.764.089,02	0,00	19.166,26	337.714,18	7.387,98	0,00	23.399.820,60	487.309,94	0,00	22.912.510,66

NOVO HORIZONTE, 13/01/2020

VANDERLEI SANAGOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

AIMAR F. PAVELECINI
SECRETÁRIO SAF

JUAREZ ZILLI
CONTROADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI
TÉC. EM CONTABILIDADE CRC 17691-0

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC - PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 3º Quadrimestre de 2019

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE	
Receita Corrente líquida	18.339.647,68	
Receita Corrente líquida Ajustada	18.339.647,68	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE ARCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	6.445.464,55	35,14
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	9.903.409,75	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	9.408.239,26	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	8.913.068,78	48,60
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-1.595.562,71	-8,70
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	22.007.577,22	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	4.034.722,49	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.934.343,63	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.283.775,34	7,00
RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	487.309,94	22.912.510,66

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 13/01/2020

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

AIMAR F. PAVELECINI
SECRETARIO SAF

JUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI
TÉC.EM CONTABILILIDADE CRC 17691-0

RREO 3ºQUADR.19- PREF.NOVO HORIZONTE

Publicação Nº 2309613

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2018 a 2093

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2018	2.401.732,96	529.585,72	1.872.147,24	18.485.511,29
2019	1.872.180,94	515.692,88	1.356.488,06	19.841.999,35
2020	1.969.403,89	764.263,14	1.205.140,75	21.047.140,10
2021	2.049.154,65	801.150,42	1.248.004,23	22.295.144,33
2022	2.133.371,86	881.898,60	1.251.473,26	23.546.617,59
2023	2.214.780,55	891.079,53	1.323.701,02	24.870.318,61
2024	2.300.474,76	900.524,76	1.399.950,00	26.270.268,61
2025	2.390.691,44	910.261,52	1.480.429,92	27.750.698,53
2026	2.493.702,67	1.114.142,89	1.379.559,78	29.130.258,31
2027	2.585.729,80	1.184.599,89	1.401.129,91	30.531.388,22
2028	2.676.229,12	1.209.390,14	1.466.838,98	31.998.227,20
2029	2.771.997,40	1.294.873,32	1.477.124,08	33.475.351,28
2030	2.867.674,50	1.350.070,78	1.517.603,72	34.992.955,00
2031	2.972.089,10	1.589.351,05	1.382.738,05	36.375.693,05
2032	3.073.565,11	1.871.995,69	1.201.569,42	37.577.262,47
2033	3.152.251,13	1.930.047,21	1.222.203,92	38.799.466,39
2034	3.230.647,98	1.926.513,19	1.304.134,79	40.103.601,18
2035	3.313.836,68	1.922.485,21	1.391.351,47	41.494.952,65
2036	3.402.164,86	1.918.311,84	1.483.853,02	42.978.805,67
2037	3.499.935,40	2.031.602,82	1.468.332,58	44.447.138,25
2038	3.592.513,30	2.024.204,18	1.568.309,12	46.015.447,37
2039	3.695.372,23	2.171.845,33	1.523.526,90	47.538.974,27
2040	3.796.845,11	2.383.725,34	1.413.119,77	48.952.094,04
2041	3.885.508,18	2.369.571,48	1.515.936,70	50.468.030,74
2042	3.982.986,84	2.439.709,13	1.543.277,71	52.011.308,45
2043	4.080.203,95	2.433.450,66	1.646.753,29	53.658.061,74
2044	4.183.735,16	2.482.491,82	1.701.243,34	55.359.305,08
2045	4.290.245,51	2.513.079,82	1.777.165,69	57.136.470,77
2046	4.400.968,99	2.532.913,51	1.868.055,48	59.004.526,25
2047	4.556.497,80	2.887.389,57	1.669.108,23	60.673.634,48
2048	4.656.405,77	2.931.283,45	1.725.122,32	62.398.756,80
2049	4.760.368,85	2.958.970,92	1.801.397,93	64.200.154,73
2050	4.872.195,37	2.969.112,72	1.903.082,65	66.103.237,38
2051	4.990.175,93	2.989.567,91	2.000.608,02	68.103.845,40
2052	5.109.688,12	2.972.669,64	2.137.018,48	70.240.863,88
2053	5.238.936,94	2.967.752,71	2.271.184,23	72.512.048,11
2054	5.375.619,54	2.947.929,66	2.427.689,88	74.939.737,99
2055	5.520.957,99	2.906.270,18	2.614.687,81	77.554.425,80
2056	5.679.099,02	2.881.196,32	2.797.902,70	80.352.328,50
2057	5.844.801,24	2.838.288,87	3.006.512,37	83.358.840,87
2058	6.026.607,56	2.819.989,40	3.206.618,16	86.565.459,03
2059	6.231.235,58	2.923.155,68	3.308.079,90	89.873.538,93
2060	6.421.073,18	2.916.886,98	3.504.186,20	93.377.725,13
2061	6.628.963,57	2.890.667,36	3.738.296,21	97.116.021,34
2062	6.848.091,82	2.832.288,76	4.015.803,06	101.131.824,40
2063	7.089.967,06	2.812.232,54	4.277.734,52	105.409.558,92
2064	7.342.407,81	2.775.727,64	4.566.680,17	109.976.239,09
2065	7.611.754,33	2.722.141,49	4.889.612,84	114.865.851,93
2066	7.904.265,73	2.696.351,10	5.207.914,63	120.073.766,56
2067	8.211.148,68	2.649.593,79	5.561.554,89	125.635.321,45
2068	8.544.374,97	2.635.532,00	5.908.842,97	131.544.164,42
2069	8.890.109,96	2.570.168,10	6.319.941,86	137.864.106,28
2070	9.269.939,58	2.552.555,58	6.717.384,00	144.581.490,28
2071	9.676.304,68	2.603.168,00	7.073.136,68	151.654.626,96
2072	10.096.449,22	2.617.283,93	7.479.165,29	159.133.792,25
2073	10.537.885,06	2.585.368,71	7.952.516,35	167.086.308,60
2074	11.017.140,66	2.605.537,40	8.411.603,26	175.497.911,86
2075	11.528.211,09	2.704.430,76	8.823.780,33	184.321.692,19

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2018 a 2093

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2076	12.044.621,12	2.656.822,60	9.387.798,52	193.709.490,71
2077	12.609.506,90	2.655.533,84	9.953.973,06	203.663.463,77
2078	13.199.520,94	2.607.259,22	10.592.261,72	214.255.725,49
2079	13.833.534,98	2.577.630,87	11.255.904,11	225.511.629,60
2080	14.503.957,05	2.533.984,69	11.969.972,36	237.481.601,96
2081	15.217.932,43	2.482.531,72	12.735.400,71	250.217.002,67
2082	15.979.831,33	2.442.070,80	13.537.760,53	263.754.763,20
2083	16.789.560,37	2.406.842,43	14.382.717,94	278.137.481,14
2084	17.659.948,52	2.467.693,53	15.192.254,99	293.329.736,13
2085	18.560.011,34	2.437.880,56	16.122.130,78	309.451.866,91
2086	19.525.867,69	2.408.933,61	17.116.934,08	326.568.800,99
2087	20.550.729,20	2.379.113,02	18.171.616,18	344.740.417,17
2088	21.643.227,11	2.386.717,38	19.256.509,73	363.996.926,90
2089	22.795.479,69	2.365.856,33	20.429.623,36	384.426.550,26
2090	24.018.968,43	2.335.010,55	21.683.957,88	406.110.508,14
2091	25.322.131,07	2.336.561,03	22.985.570,04	429.096.078,18
2092	26.702.002,88	2.341.107,65	24.360.895,23	453.456.973,41
2093	28.167.948,01	2.382.600,11	25.785.347,90	479.242.321,31

Projeção atuarial elaborada em 31/12/2018 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 13/01/2020

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

AIMAR F. PAVELECINI
SECRETARIO SAF

JUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTE

VALDEMAR P. GOBI
TÉC. EM CONTABILIDADE CRC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Quadrimestre (b)				R\$ 1,00
							SALDO (c) = (a-b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)							
Receita de Alienação De Bens Móveis		22.003,00				0,00	22.003,00
Receita de Alienação De Bens Imóveis		22.003,00				0,00	22.003,00
		0,00				0,00	0,00
DESPESAS		DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO (h)=(d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)							
Despesas de Capital		69.153,00	69.150,00	26.085,07	26.085,07	43.064,93	3,00
Investimentos		69.153,00	69.150,00	26.085,07	26.085,07	43.064,93	3,00
		69.153,00	69.150,00	26.085,07	26.085,07	43.064,93	3,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR		Em 2018 (i)	Em 2019 (j) = (b - (lf + llg))				SALDO ATUAL (k) = (lli + llj)
Valor(III)		69.150,00					43.064,93
FONTE:							-26.085,07

NOVO HORIZONTE, 13/01/2020

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPALAIMAR F. PAVELECINI
SECRETARIO SAFJUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNOVALDEMAR P. GOBI
TÉC. EM CONTABILIDADE CRC 17691-O

Município de NOVO HORIZONTE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2019/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)					R\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2019		SALDO TOTAL (c) = (a + b)	
		No Quadrimestre	Até o Quadrimestre(b)		

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 13/01/2020

VANDERLEI SANAGIOTTO

PREFEITO MUNICIPAL

VALDEMAR P. GOBI

TÉC.EM CONTABILIDADE CRC 17691-0

AIMAR F. PAVELECINI

SECRETARIO SAF

JUAREZ ZILLI

CONTROLADOR INTERNO

Município de NOVO HORIZONTE - SC

Continuação 1/26

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Quadrimestre	
RECEITAS			
Previsão Inicial		19.581.674,00	
Previsão Atualizada		20.231.674,00	
Receitas Realizadas		19.933.778,06	
Déficit Orçamentário		0,00	
Saldo de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		4.636.143,44	
DESPESAS			
Dotação Inicial		19.581.674,00	
Créditos Adicionais		4.283.375,23	
Dotação Atualizada		23.865.049,23	
Despesas Empenhadas		17.436.492,72	
Despesas Liquidadas		16.931.837,02	
Despesas pagas		16.912.670,76	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		504.655,70	
Superávit Orçamentário		3.001.941,04	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Quadrimestre	
Despesas Empenhadas		17.436.492,72	
Liquidadas		16.931.837,02	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		504.655,70	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Quadrimestre	
Receita Corrente Líquida		18.339.647,68	
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		Até o Quadrimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO			
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00	
Despesas Previdenciárias Empenhadas		694.729,86	
Resultado Previdenciário		(694.729,86)	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO			
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00	
Despesas Previdenciárias Empenhadas		0,00	
Resultado Previdenciário		0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Quadrimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal	0,00	1.447.488,48	0,00
Resultado Primário	200.000,00	-1.304.060,24	-652,03
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Quadrimestre	Pagamento até o Quadrimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.165.663,86	2.224,80	825.724,88
EXECUTIVO	1.092.213,86	2.224,80	752.274,88
LEGISLATIVO	73.450,00	0,00	73.450,00
TOTAL:	1.165.663,86	2.224,80	825.724,88
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Quadrimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
			% Aplicado até o Quadrimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		4.127.432,89	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		819.818,48	60%
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Quadrimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		760.560,22	-110.558,22

Continua 1/2

Município de NOVO HORIZONTE - SC

Continuação 2/26

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Quadrimestre	Saldo não Realizado
Despesa de Capital Líquida			1.775.755,57	1.107.594,13
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2019	2029	2039	2054
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	1.872.180,94	2.771.997,40	3.695.372,23	5.375.619,54
Despesas Previdenciárias	515.692,88	1.294.873,32	2.171.845,33	2.947.929,66
Resultado Previdenciário	1.356.488,06	1.477.124,08	1.523.526,90	2.427.689,88
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Quadrimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	22.003,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			69.150,00	3,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Quadrimestre	Limite Constitucional Anual		% Aplicado até o Quadrimestre
		% Mínimo a Aplicar no Exercício		
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	2.635.580,99	15,00		18,92
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

NOVO HORIZONTE, 13/01/2020

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

AIMAR F. PAVELECINI
SECRETARIO SAF

JUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI
TÉC. EM CONTABILIDADE CRC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Quadrimestre (b)	% (b/a)	Até o Quadrimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	19.053.674,00	19.703.674,00	7.742.069,32	39,29	19.464.012,37	98,78	239.661,63
RECEITAS CORRENTES	19.031.651,00	19.031.651,00	6.813.769,10	35,80	18.335.712,15	96,34	695.938,85
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	661.100,00	661.100,00	267.174,46	40,41	705.127,06	106,66	-44.027,06
IMPOSTOS	547.800,00	547.800,00	258.285,24	47,15	638.080,06	116,48	-90.280,06
TAXAS	113.300,00	113.300,00	8.889,22	7,85	67.047,00	59,18	-46.253,00
CONTRIBUIÇÕES	456.500,00	456.500,00	159.979,65	35,04	405.737,55	88,88	50.762,45
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	412.500,00	412.500,00	143.835,06	34,87	354.953,80	86,05	57.546,20
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	44.000,00	44.000,00	16.144,59	36,69	50.783,75	115,42	-6.783,75
RECEITA PATRIMONIAL	2.447.500,00	2.447.500,00	907.863,35	37,09	2.773.953,11	113,34	-326.453,11
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	5.500,00	5.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.500,00
VALORES MOBILIÁRIOS	2.387.000,00	2.387.000,00	907.863,35	38,03	2.773.853,11	116,21	-386.853,11
DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MEDIANTE CONCESSÃO, PERMISSÃO, AUTOF	55.000,00	55.000,00	0,00	0,00	100,00	0,18	54.900,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	11.000,00	11.000,00	720,00	6,55	1.589,73	14,45	9.410,27
RECEITA INDUSTRIAL	2.200,00	2.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.200,00
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	16.500,00	16.500,00	40.564,77	245,85	74.791,17	453,28	-58.291,17
OUTROS SERVIÇOS	165.000,00	165.000,00	106.583,58	64,60	186.298,50	114,12	-23.298,50
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	15.254.251,00	15.254.251,00	5.320.949,00	34,88	14.129.983,61	92,63	1.124.267,39
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	9.208.100,00	9.208.100,00	3.230.526,00	35,08	8.080.504,15	87,75	1.127.595,85
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	4.418.151,00	4.418.151,00	1.675.419,86	37,92	4.830.049,55	109,32	-411.898,55
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	198.000,00	198.000,00	62.580,39	31,61	187.741,17	94,82	10.258,83
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	1.430.000,00	1.430.000,00	362.422,75	24,64	1.031.686,74	72,14	398.331,26
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	17.600,00	17.600,00	9.934,29	56,44	56.251,42	319,61	-38.651,42
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATAS E JUDICIAIS	5.500,00	5.500,00	2.410,88	43,83	9.350,02	170,00	-3.850,02
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	1.100,00	1.100,00	2.220,27	201,84	16.300,27	1.481,84	-15.200,27
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	11.000,00	11.000,00	5.303,14	48,21	30.601,13	278,19	-19.601,13
RECEITAS DE CAPITAL	22.023,00	672.023,00	928.300,22	138,14	1.128.300,22	167,90	-466.277,22
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2,00	650.002,00	760.560,22	117,01	760.560,22	117,01	-110.558,22
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	2,00	650.002,00	760.560,22	117,01	760.560,22	117,01	-110.558,22
ALIEAÇÃO DE BENS	22.003,00	22.003,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.003,00
ALIEAÇÃO DE BENS MÓVEIS	22.003,00	22.003,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.003,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	18,00	18,00	167.740,00	931.888,89	367.740,00	2.043.000,00	-367.722,00
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	6,00	6,00	117.740,00	1.962.333,33	317.740,00	5.295.666,67	-317.734,00
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	12,00	12,00	50.000,00	416.666,67	50.000,00	416.666,67	-49.988,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	528.000,00	528.000,00	186.267,35	35,28	469.765,69	88,97	58.234,31
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	19.581.674,00	20.231.674,00	7.928.336,67	39,19	19.933.778,06	98,53	297.895,94
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/26

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Quadrimestre (b)	% (b/a)	Até o Quadrimestre (c)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)						
Mobilidade						
Contratual						
Operações de Crédito - Mercado Externo						
Mobilidade						
Contratual						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	19.581.674,00	20.231.674,00	7.928.336,67	39,19	19.933.778,06	297.895,94
DÉFICIT (VI)						
TOTAL VII = (V + VI)	19.581.674,00	20.231.674,00	7.928.336,67	39,19	19.933.778,06	297.895,94
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES						
Recursos Antecipados em Exercícios Anteriores - RPPS						
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais						

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O QUADRIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ²
			No Quadrimestre	Até o Quadrimestre (f)		No Quadrimestre	Até o Quadrimestre (h)			
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)	(k)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	19.057.546,00	23.301.921,23	4.003.929,33	16.966.727,03	6.335.194,20	7.141.951,03	16.462.071,33	6.839.849,90	16.442.905,07	504.655,70
DESPESAS CORRENTES	15.369.223,00	17.932.571,53	3.703.680,65	15.190.971,46	2.741.600,07	5.991.748,67	15.103.499,21	2.829.072,32	15.103.499,21	87.472,25
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.347.561,00	7.779.488,24	2.797.106,47	6.978.198,14	801.290,10	2.801.098,49	6.978.198,14	801.290,10	6.978.198,14	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	55.000,00	55.000,00	10.750,51	11.886,49	43.113,51	10.750,51	11.886,49	43.113,51	11.886,49	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.966.662,00	10.098.083,29	885.823,67	8.200.886,83	1.897.196,46	3.179.899,67	8.113.414,58	1.984.668,71	8.113.414,58	87.472,25
DESPESAS DE CAPITAL	1.202.323,00	2.883.349,70	300.248,68	1.775.755,57	1.107.594,13	1.150.202,36	1.358.572,12	1.524.777,58	1.339.405,86	417.183,45
INVESTIMENTOS	927.323,00	2.773.349,70	300.248,68	1.752.671,39	1.020.678,31	1.150.202,36	1.335.487,94	1.437.861,76	1.316.321,68	417.183,45
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	275.000,00	110.000,00	0,00	23.084,18	86.915,82	0,00	23.084,18	86.915,82	23.084,18	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.486.000,00	2.486.000,00	0,00	0,00	2.486.000,00	0,00	0,00	2.486.000,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.486.000,00	2.486.000,00	0,00	0,00	2.486.000,00	0,00	0,00	2.486.000,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	524.128,00	563.128,00	186.207,14	469.765,69	93.362,31	186.207,14	469.765,69	93.362,31	469.765,69	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	19.581.674,00	23.865.049,23	4.190.136,47	17.436.492,72	6.428.556,51	7.328.158,17	16.931.837,02	6.933.212,21	16.912.670,76	504.655,70

Continua 2/4

Continuação 3/26

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O QUADRIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ²
			No Quadrimestre	Até o Quadrimestre		No Quadrimestre	Até o Quadrimestre			
(d)	(e)	(f)	(g) = (e-f)	(h)	(i) = (e-h)	(j)	(k)	(l)	(m)	(n)
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	19.581.674,00	23.865.049,23	4.190.136,47	17.436.492,72	6.428.556,51	7.328.158,17	16.931.837,02	6.933.212,21	16.912.670,76	504.655,70
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	2.497.285,34	—	—	3.001.941,04	—	3.021.107,30	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	19.581.674,00	23.865.049,23	4.190.136,47	19.933.778,06	—	7.328.158,17	19.933.778,06	—	19.933.778,06	504.655,70
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—	—

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			SALDO
			No Quadrimestre	% (b/a)	Até o Quadrimestre	
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g) = (a - f)
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	528.000,00	528.000,00	186.267,35	35,28	469.765,69	58.234,31
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	528.000,00	528.000,00	186.267,35	35,28	469.765,69	58.234,31
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	528.000,00	528.000,00	186.267,35	35,28	469.765,69	58.234,31
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA - ORÇAMENTÁRIAS	528.000,00	528.000,00	186.267,35	35,28	469.765,69	58.234,31

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O QUADRIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ²
			No Quadrimestre	Até o Quadrimestre			
(d)	(e)	(f)	(g) = (e-f)	(h)	(i) = (e-h)	(j)	(k)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	524.128,00	563.128,00	186.207,14	469.765,69	93.362,31	469.765,69	0,00
DESPESAS CORRENTES	524.128,00	563.128,00	186.207,14	469.765,69	93.362,31	469.765,69	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	524.128,00	563.128,00	186.207,14	469.765,69	93.362,31	469.765,69	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: O Déficit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 694.729,86

Continua 3/4

Continuação 4/26

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

NOVO HORIZONTE, 13/01/2020

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPALAIMAR F. PAVELECINI
SECRETARIO SAFJUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNOVALDEMAR P. GOBI
TÉC.EM CONTABILIDADE CRC 17691-0

Continuação 1/2

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (d-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Quadrimestre	% (b/Total b)		No Quadrimestre	% (d/Total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)	19.057.546,00	23.301.921,23	4.003.929,33	97,31	6.335.194,20	7.141.951,03	97,23	6.839.849,90	504.655,70
Legislativa	800.470,00	800.470,00	228.772,06	4,27	55.882,20	254.674,73	4,30	73.027,96	17.345,76
Ação Legislativa	800.470,00	800.470,00	228.772,06	4,27	55.882,20	254.674,73	4,30	73.027,96	17.345,76
Administração	2.436.500,00	2.576.500,00	477.811,45	12,33	425.894,01	775.126,62	12,63	437.960,46	12.066,45
Administração Geral	2.436.500,00	2.576.500,00	477.811,45	12,33	425.894,01	775.126,62	12,63	437.960,46	12.066,45
Segurança Pública	38.500,00	53.480,08	5.089,74	0,09	37.564,98	5.655,85	0,09	37.564,98	0,00
Policimento	25.300,00	40.280,08	5.229,85	0,09	25.324,87	5.229,85	0,09	25.324,87	0,00
Defesa Civil	13.200,00	13.200,00	-140,11	0,01	12.240,11	426,00	0,01	12.240,11	0,00
Assistência Social	806.850,00	1.088.452,92	377.414,99	4,46	290.265,28	413.663,07	4,59	291.815,68	1.550,40
Assistência à Criança e ao Adolescente	132.000,00	37.000,00	8.214,60	0,14	12.011,13	9.935,60	0,15	12.011,13	0,00
Assistência Comunitária	674.850,00	1.031.452,92	369.200,39	4,32	278.254,15	403.727,47	4,44	278.804,55	1.550,40
Providência Social	3.140.500,00	3.214.659,63	281.294,01	3,98	2.519.929,77	281.469,89	4,10	2.519.929,77	0,00
Providência do Regime Estatutário	3.140.500,00	3.214.659,63	281.294,01	3,98	2.519.929,77	281.469,89	4,10	2.519.929,77	0,00
Saúde	3.382.502,00	4.105.280,81	711.550,72	20,29	567.586,06	1.387.293,37	20,89	567.586,06	0,00
Atenção Básica	3.140.502,00	3.860.881,69	711.550,72	19,55	452.031,44	1.335.483,22	20,13	452.031,44	0,00
Alimentação e Nutrição	242.000,00	244.399,12	-0,29	0,74	115.554,62	51.812,15	0,76	115.554,62	0,00
Educação	3.808.771,00	3.879.238,90	616.368,21	17,02	912.353,40	1.206.156,57	17,52	912.353,40	0,00
Educação Fundamental	3.205.203,00	3.059.670,90	440.214,88	13,01	790.891,17	891.921,97	13,40	790.891,17	0,00
Educação Infantil	228.998,00	228.998,00	59.308,53	1,11	36.120,62	122.389,55	1,14	36.120,62	0,00
Educação Especial	253.570,00	399.570,00	108.714,71	1,91	66.713,37	113.296,59	1,97	66.713,37	0,00
Cultura	67.104,00	212.104,00	79.048,31	1,03	32.907,12	84.928,31	0,80	76.007,12	43.100,00
Diffusão Cultural	67.104,00	212.104,00	79.048,31	1,03	32.907,12	84.928,31	0,80	76.007,12	43.100,00
Urbanismo	451.004,00	1.772.697,75	262.275,63	9,55	106.821,22	1.100.319,12	7,47	507.656,91	400.835,69
Infra-Estrutura Urbana	110.002,00	1.419.152,00	144.878,80	7,99	25.293,81	973.833,24	5,86	426.129,50	400.835,69
Serviços Urbanos	341.002,00	353.545,75	117.396,83	1,56	81.527,41	126.485,88	1,61	81.527,41	0,00
Habituação	199.432,00	6.978,00	0,00	0,01	5.232,00	0,00	0,01	5.232,00	0,00
Habituação Rural	199.432,00	6.978,00	0,00	0,01	5.232,00	0,00	0,01	5.232,00	0,00
Gestão Ambiental	38.500,00	38.500,00	4.134,66	0,21	2.346,90	36.153,10	0,21	2.346,90	0,00
Recursos Hídricos	38.500,00	38.500,00	4.134,66	0,21	2.346,90	36.153,10	0,21	2.346,90	0,00
Agricultura	1.887.605,00	2.754.805,00	497.268,28	13,56	390.149,50	888.489,32	13,80	417.406,90	27.257,40
Extensão Rural	1.761.105,00	2.628.305,00	477.335,28	13,10	344.579,40	829.736,42	13,33	371.836,80	27.257,40
Promoção da Produção Agropecuária	126.500,00	126.500,00	23.933,00	0,46	45.570,10	38.752,90	0,48	45.570,10	0,00
Indústria	44.001,00	694.001,00	0,00	0,00	694.001,00	0,00	0,00	694.001,00	0,00
Promoção Industrial	44.001,00	694.001,00	0,00	0,00	694.001,00	0,00	0,00	694.001,00	0,00
Comunicações	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	11.000,00	0,00	0,00	11.000,00	0,00
Telecomunicações	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	11.000,00	0,00	0,00	11.000,00	0,00
Energia	16.501,00	16.501,00	0,00	0,00	16.501,00	0,00	0,00	16.501,00	0,00
Energia Elétrica	16.501,00	16.501,00	0,00	0,00	16.501,00	0,00	0,00	16.501,00	0,00
Transporte	1.636.804,00	1.755.750,14	340.391,93	8,84	214.852,05	583.601,63	9,09	217.352,05	2.500,00
Transporte Rodoviário	1.636.804,00	1.755.750,14	340.391,93	8,84	214.852,05	583.601,63	9,09	217.352,05	2.500,00

Continua 1/

6

0

2

Continuação 2/2

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTO A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Quadrimestre	Até o Quadrimestre	% (b/total b)		No Quadrimestre	Até o Quadrimestre	% (d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)											
Desporto e Lazer	19.057.546,00	23.301.921,23	4.003.929,33	16.966.727,03	97,31	6.335.194,20	7.141.951,03	16.462.071,33	97,23	6.839.849,90	504.655,70
Desporto Comunitário	286.002,00	336.002,00	117.509,34	289.394,29	1,66	46.607,71	144.415,45	289.394,29	1,71	46.607,71	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.500,00	5.500,00	0,00	0,00	0,00	5.500,00	0,00	0,00	0,00	5.500,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)											
Legislativa	524.128,00	563.128,00	186.207,14	469.765,69	2,69	93.362,31	186.207,14	469.765,69	2,77	93.362,31	0,00
Ação Legislativa	12.100,00	12.100,00	3.942,40	10.009,36	0,06	2.090,64	3.942,40	10.009,36	0,06	2.090,64	0,00
Administração	12.100,00	12.100,00	3.942,40	10.009,36	0,06	2.090,64	3.942,40	10.009,36	0,06	2.090,64	0,00
Administração Geral	82.500,00	92.500,00	39.378,45	80.165,48	0,46	12.334,52	39.378,45	80.165,48	0,47	12.334,52	0,00
Assistência Social	82.500,00	92.500,00	39.378,45	80.165,48	0,46	12.334,52	39.378,45	80.165,48	0,47	12.334,52	0,00
Assistência Social	22.000,00	22.000,00	4.051,33	15.753,46	0,09	6.246,54	4.051,33	15.753,46	0,09	6.246,54	0,00
Assistência Comunitária	22.000,00	22.000,00	4.051,33	15.753,46	0,09	6.246,54	4.051,33	15.753,46	0,09	6.246,54	0,00
Saúde	124.828,00	124.828,00	43.243,14	124.828,00	0,72	0,00	43.243,14	124.828,00	0,74	0,00	0,00
Atenção Básica	124.828,00	124.828,00	43.243,14	124.828,00	0,72	0,00	43.243,14	124.828,00	0,74	0,00	0,00
Educação	150.700,00	186.700,00	51.393,55	129.812,99	0,74	59.887,01	51.393,55	129.812,99	0,77	59.887,01	0,00
Educação Fundamental	143.000,00	173.000,00	42.292,75	114.001,71	0,65	58.988,29	42.292,75	114.001,71	0,67	58.988,29	0,00
Educação Infantil	7.700,00	16.700,00	9.100,80	15.811,28	0,09	888,72	9.100,80	15.811,28	0,09	888,72	0,00
Agricultura	82.500,00	82.500,00	31.208,52	76.831,11	0,44	5.668,89	31.208,52	76.831,11	0,45	5.668,89	0,00
Extensão Rural	82.500,00	82.500,00	31.208,52	76.831,11	0,44	5.668,89	31.208,52	76.831,11	0,45	5.668,89	0,00
Transporte	38.500,00	28.500,00	9.548,20	23.655,84	0,14	4.844,16	9.548,20	23.655,84	0,14	4.844,16	0,00
Transporte Rodoviário	38.500,00	28.500,00	9.548,20	23.655,84	0,14	4.844,16	9.548,20	23.655,84	0,14	4.844,16	0,00
Desporto e Lazer	11.000,00	11.000,00	3.441,55	8.709,45	0,05	2.290,55	3.441,55	8.709,45	0,05	2.290,55	0,00
Desporto Comunitário	11.000,00	11.000,00	3.441,55	8.709,45	0,05	2.290,55	3.441,55	8.709,45	0,05	2.290,55	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	19.581.674,00	23.865.049,23	4.190.136,47	17.436.492,72	100,00	6.428.556,51	7.328.158,17	16.931.837,02	100,00	6.893.212,21	504.655,70

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 13/01/2020

VANDERLEI SANAGIOTTO	AIMAR F. PAVELECINI	JUAREZ ZILLI
PREFEITO MUNICIPAL	SECRETARIO SAF	CONTROLADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI
TEC. EM CONTABILIDADE CRC 17691-0

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.



6

]

-

-

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2019 A DEZEMBRO/2019

ESPECIFICAÇÃO		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2019	
		Jan/2019	Fev/2019	Mar/2019	Abr/2019	Mai/2019	Jun/2019	Jul/2019	Ago/2019	Sep/2019	Out/2019	Nov/2019	Dez/2019	TOTAL (ULT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)		1.817.675,49	1.564.706,72	1.483.608,99	1.563.969,91	1.916.686,01	1.844.045,10	1.761.602,95	1.345.027,27	1.880.023,53	1.764.209,78	1.402.966,62	2.643.361,33	20.997.893,30	21.940.051,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		40.559,59	34.193,94	52.835,65	87.271,60	74.877,87	52.522,37	53.611,97	46.016,14	61.800,30	52.471,02	36.462,58	116.410,56	709.062,59	672.100,00
I.P.T.U.		261,56	143,42	329,50	17.117,62	16.297,06	5.216,50	2.157,51	1.488,03	1.120,87	2.294,99	2.334,60	1.859,54	50.621,20	93.500,00
I.S.S.		3.986,98	2.596,76	5.491,92	2.729,16	5.533,53	5.268,78	8.464,08	6.821,46	19.808,32	14.762,18	11.864,48	9.013,64	95.801,29	113.300,00
I.T.B.I.		17.251,26	4.472,00	8.010,79	30.265,47	12.679,99	9.130,00	10.124,00	7.423,94	10.739,64	4.991,66	19.139,34	25.699,06	159.897,19	110.000,00
IRRF		18.858,33	24.296,20	23.295,31	22.840,56	27.536,74	28.465,59	27.837,79	27.927,61	28.526,68	27.615,30	895,74	77.609,06	335.695,91	242.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		790,46	2.695,56	15.708,13	14.319,79	12.833,65	4.430,50	5.028,59	2.335,10	1.604,79	2.786,69	2.238,42	2.259,32	67.047,00	113.300,00
Contribuições		25.211,47	28.346,40	30.290,78	29.716,18	32.165,76	33.467,65	33.259,44	33.339,22	32.963,87	32.893,97	5.990,52	88.026,34	405.737,55	466.500,00
Recita Patrimonial		345.590,63	49.915,86	148.363,86	200.059,15	372.500,72	526.946,76	210.346,51	12.397,27	374.379,83	466.529,85	7.559,39	69.394,28	2.773.953,11	2.447.500,00
Rendimentos de Aplicação Financeira		345.590,63	49.915,86	148.363,86	200.059,15	372.500,72	526.946,76	210.346,51	12.397,27	374.379,83	466.529,85	7.559,39	69.394,28	2.773.953,11	2.387.000,00
Outras Receitas Patrimoniais		0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	60.500,00
Recita Agropecuária		209,73	120,00	90,00	0,00	60,00	90,00	180,00	120,00	270,00	120,00	90,00	240,00	1.589,73	11.000,00
Recita Industrial		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.200,00
Recita de Serviços		39.276,40	1.784,13	3.466,00	18.133,32	15.022,33	8.546,88	9.028,38	20.665,88	62.370,04	27.727,50	16.634,16	40.216,65	263.089,67	181.500,00
Transferências Correntes		1.247.747,25	1.477.893,75	1.247.747,25	1.227.009,71	1.403.262,43	1.220.688,26	1.461.664,96	1.228.525,31	1.346.763,77	1.191.032,02	1.334.629,67	2.331.265,70	16.788.209,23	18.151.651,00
Cota-Parte do FPM		712.854,55	783.028,06	596.286,84	571.987,33	734.046,07	578.206,50	790.695,22	577.153,58	513.761,82	472.975,26	641.895,11	1.094.326,59	8.057.205,93	9.690.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.		487.934,25	473.730,73	445.209,71	466.665,19	446.461,71	438.950,40	444.265,05	447.369,84	466.865,76	469.654,45	484.318,74	515.771,67	5.579.263,50	5.115.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.		17.764,01	19.246,76	21.127,99	21.278,42	21.462,01	19.867,31	27.570,30	19.303,28	18.341,74	16.727,73	10.811,00	3.577,15	219.109,70	236.500,00
Cota-Parte do ITR		52,60	66,90	12,67	34,92	23,90	56,25	6,27	250,97	2.340,50	2.547,85	161,64	228,02	5.782,49	11.000,00
Outras Transferências Correntes		43.815,67	75.094,39	106.831,01	87.096,44	104.267,57	97.029,72	102.362,27	96.308,93	253.576,79	137.331,62	104.111,28	615.115,19	1.822.940,88	1.574.651,00
Transferências da LC 61/1989		5.630,81	5.960,53	5.756,58	5.836,11	5.714,61	5.993,03	6.066,88	5.429,94	6.619,19	5.857,92	6.151,64	7.230,75	72.247,99	77.000,00
Transferências da LC 87/1996		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.500,00
Transferências do FUNDEB		89.424,51	90.764,38	82.522,45	84.113,30	88.226,56	80.585,05	80.900,97	82.708,77	86.257,97	83.937,19	87.180,26	95.047,33	1.031.688,74	1.400.000,00
Outras Receitas Correntes		9.382,27	2.450,64	2.846,45	3.780,55	18.806,90	1.794,18	3.312,69	3.943,45	1.440,77	3.345,42	1.370,30	3.777,80	58.251,42	17.800,00
DEDUÇÕES (II)		244.847,08	256.406,77	211.678,58	211.159,79	242.153,48	208.614,48	190.691,96	209.901,32	201.389,62	193.952,45	226.667,44	256.702,65	2.658.245,62	2.897.400,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB		244.847,08	256.406,77	211.678,58	211.159,79	242.153,48	208.614,48	190.691,96	209.901,32	201.389,62	193.952,45	226.667,44	256.702,65	2.658.245,62	2.897.400,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)		1.572.828,41	1.308.299,95	1.271.928,41	1.352.809,72	1.674.532,53	1.435.430,62	1.570.910,99	1.135.125,95	1.678.633,91	1.570.257,33	1.174.299,18	2.389.678,68	18.339.647,68	19.042.651,00
FONTE:															
NOVO HORIZONTE, 13/01/2020															
VANDERLEI SANAGOTTO PREFEITO MUNICIPAL		AIMAR F. PAVELECINI SECRETÁRIO SAÍF										JUAREZZILLI CONTROLADOR INTERNO			
VALDEMAR P. GOBI TÉC. EM CONTABILIDADE CRC 17891-0															



Contín

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Quadrimestre 2019	Até o Quadrimestre 2018
RECEITAS CORRENTES (I)				2.401.732,96
Receta de Contribuições dos Segurados				285.605,89
Civil	0,00	0,00	0,00	285.605,89
Ativo	0,00	0,00	0,00	285.605,89
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta de Contribuições Patronais				406.436,13
Civil	0,00	0,00	0,00	406.436,13
Ativo	0,00	0,00	0,00	406.436,13
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta Patrimonial				1.709.690,94
Recetas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	1.709.690,94
Receta de Serviços				0,00
Outras Recetas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atual do RPPS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Recetas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)				0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)	0,00	0,00	0,00	2.401.732,96

Continua 1/3

Continu

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Quadrimestre/2019	Até o Quadrimestre/2018	Até o Quadrimestre/2019	Até o Quadrimestre/2018	Em 2019	Em 2018
ADMINISTRAÇÃO (V)	660.000,00	734.159,63	62.935,06	70.696,87	62.935,06	70.696,87	0,00	0,00
Despesas Correntes	660.000,00	734.159,63	62.935,06	70.696,87	62.935,06	70.696,87	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (VI)	0,00	0,00	631.794,80	458.888,85	631.794,80	458.888,85	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	631.794,80	458.888,85	631.794,80	458.888,85	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	417.541,81	274.051,23	417.541,81	274.051,23	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	76.584,04	66.880,48	76.584,04	66.880,48	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	137.668,95	117.957,14	137.668,95	117.957,14	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VII) = (V + VI)	660.000,00	734.159,63	694.729,86	529.585,72	694.729,86	529.585,72	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII)*	(660.000,00)	(734.159,63)	(694.729,86)	1.872.147,24	(694.729,86)	1.872.147,24	0,00	0,00
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES								
Valor								0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS								
Valor								2.480.500,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS								
Outros Aportes para o RPPS								0,00
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar								0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro								0,00

Continua 2/3

Continu

Município de NOVO HORIZONTE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2019/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	21.406.147,55	18.485.511,31
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00

FONTE:
NOVO HORIZONTE, 13/01/2020

VANDERLEI SANAGIOTTO PREFEITO MUNICIPAL	AIMAR F. PAVELECINI SECRETARIO SAF	JUAREZ ZILLI CONTROLADOR INTERNO	VALDEMAR P. GOBI TÉC.EM CONTABILIDADE CRC
--	---------------------------------------	-------------------------------------	--

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2018 (A)	Em 31 Ago 2019 (B)	Em 31 Dez 2019 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	23.084,18	1.000.000,00	760.560,22
DEDUÇÕES (II)	3.099.077,38	2.764.269,19	2.356.122,93
Disponibilidade de Caixa	3.099.077,38	2.764.269,19	2.356.122,93
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.099.077,38	2.867.490,00	2.375.289,19
(-) Restos a Pagar Processados (Exceção Precatórios)	0,00	103.220,81	19.166,26
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	23.084,18	0,00	760.560,22
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-23.084,18	0,00	-760.560,22

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Quadrimestre (VIc - VIb)	Jan a Dez 2019 (VIc - VIa)
VALOR	-760.560,22	-737.476,04

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	200.000,00

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 13/01/2020

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPALAIMAR F. PAVELECINI
SECRETARIO SAFJUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNOVALDEMAR P. GOBI
TÉC. EM CONTABILIDADE CRC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 1/26

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	ACIMA DA LINHA	
	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Quadrimestre/2019 RECEITAS REALIZADAS(a)
RECEITAS CORRENTES (I)	19.029.451,00	18.335.712,15
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	661.100,00	705.127,06
I.P.T.U.	82.500,00	46.685,67
I.S.S.	113.300,00	95.801,29
I.T.B.I.	110.000,00	159.897,19
I.R.R.F.	242.000,00	335.695,91
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	113.300,00	67.047,00
Contribuições	456.500,00	405.737,55
Receita Patrimonial	2.447.500,00	2.773.953,11
Aplicações Financeiras(II)	2.387.000,00	2.773.853,11
Outras Receitas Patrimoniais	60.500,00	100,00
Transferências Correntes	15.254.251,00	14.129.963,61
Cota-Parte do FPM	7.876.000,00	6.574.238,97
Cota-Parte do ICMS	4.092.000,00	4.463.402,84
Cota-Parte do IPVA	189.200,00	175.287,79
Cota-Parte do ITR	8.800,00	4.626,00
Transferências da LC 87/1996	22.000,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	61.600,00	57.798,39
Transferências do FUNDEB	1.430.000,00	1.031.668,74
Outras Transferências Correntes	1.574.651,00	1.822.940,88
Demaís Receitas Correntes	210.100,00	320.930,82
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	210.100,00	320.930,82
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I-II-III)	16.642.451,00	15.561.859,04
RECEITAS DE CAPITAL (V)	672.023,00	1.128.300,22
Operação de Crédito(VI)	650.002,00	760.560,22
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	22.003,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/26

ACIMA DA LINHA						
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Quadrimestre/2019				
		RECEITAS REALIZADAS(a)				
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00					0,00
Outras Alienações de Bens	22.003,00					0,00
Transferências de Capital	18,00					367.740,00
Convênios	18,00					367.740,00
Outras Transferências de Capital	0,00					0,00
Outras Receitas de Capital	0,00					0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00					0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00					0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	22.021,00					0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	16.664.472,00	15.929.599,04				

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Quadrimestre/2019				
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	17.932.571,53	15.190.971,46	15.103.499,21	15.103.499,21	0,00	95.986,02
Pessoal e Encargos Sociais	7.779.488,24	6.978.198,14	6.978.198,14	6.978.198,14	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	55.000,00	11.886,49	11.886,49	11.886,49	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	10.098.083,29	8.200.886,83	8.113.414,58	8.113.414,58	0,00	95.986,02
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	10.098.083,29	8.200.886,83	8.113.414,58	8.113.414,58	0,00	95.986,02
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	17.877.571,53	15.179.084,97	15.091.612,72	15.091.612,72	0,00	95.986,02
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	2.883.349,70	1.775.755,57	1.358.572,12	1.339.405,86	0,00	729.738,86
Investimentos	2.773.349,70	1.752.671,39	1.335.487,94	1.316.321,68	0,00	729.738,86
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	110.000,00	23.084,18	23.084,18	23.084,18	0,00	0,00

Continua 2/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2019/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/26

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Quadrimestre/2019				
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
					LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	2.773.349,70	1.752.671,39	1.335.487,94	1.316.321,68	0,00	729.738,86
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	2.486.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	23.136.921,23	16.931.756,36	16.427.100,66	16.407.934,40	0,00	825.724,88
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]		-1.304.060,24				
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO		VALOR CORRENTE				
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		200.000,00				
JUROS NOMINAIS		Até o Quadrimestre/2019				
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)		VALOR INCORRIDO				
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)		2.763.435,21				
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)		11.886,49				
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)		1.447.488,48				
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL		VALOR CORRENTE				
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		0,00				
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL		ABAIXO DA LINHA				
		SALDO				
		Em 31 Dez 2018(a)				
		Até o Quadrimestre/2019(b)				
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)		0,00			0,00	
DEDUÇÕES (XXIX)		23.084,18			760.560,22	
Disponibilidade de Caixa		21.584.588,69			23.762.270,48	
Disponibilidade de Caixa Bruta		21.584.588,69			23.762.270,48	
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)		21.584.588,69			23.781.436,74	
		0,00			19.166,26	

Continua 3/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 426

ABAIXO DA LINHA		SALDO
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL		
	Em 31 Dez 2018(a)	Até o Quadrimestre/2019(b)
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	-21.561.504,51	-23.001.710,26
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)	1.440.205,75	
AJUSTE METODOLÓGICO		Até o Quadrimestre/2019
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXII) = (XXXa - XXXb)		-19.166,26
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)		0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)		0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)		0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)		0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVII)		0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVIII) = (XXXII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII)		1.459.372,01
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX) = XXXVIII - (XXV - XXVI)		-1.292.176,71
INFORMAÇÕES ADICIONAIS		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		2.318.071,72
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS		0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais		2.318.071,72
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		0,00

NOVO HORIZONTE, 13/01/2020

JUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNO

AIMAR F. PAVELECINI
SECRETARIO SAF

VALDEMAR P. GOBI
TÉC. EM CONTABILIDADE CRC 17691-0



Município de NOVO HORIZONTE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2019/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		RP NÃO PROCESSADOS							RS 1,1			
PODER/ÓRGÃO	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (h+g) - (i+j)	Saldo Total L=(e+k)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2018 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2018 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	-	-	-	-	3.800,00	1.161.863,86	825.724,88	825.724,88	2.224,80	337.714,18	337.714,18
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.092.213,86	752.274,88	752.274,88	2.224,80	337.714,18	337.714,18
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.092.213,86	752.274,88	752.274,88	2.224,80	337.714,18	337.714,18
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	469.095,80	161.830,17	161.830,17	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.085,52	26.410,52	26.410,52	0,00	675,00	675,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	425.752,37	88.713,19	88.713,19	0,00	337.039,18	337.039,18
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.450,00	8.450,00	8.450,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.800,00	69.650,00	73.450,00	73.450,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.800,00	69.650,00	73.450,00	73.450,00	0,00	0,00	0,00
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)												
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.800,00	1.161.863,86	825.724,88	825.724,88	2.224,80	337.714,18	337.714,18

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 13/01/2020

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

AMAR F. PAMELEINI
SECRETARIO SAF

JUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI
Téc. em Contabilidade CRC 17691-O

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 1/26

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Quadrimestre	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	547.800,00	547.800,00	638.080,06	116,48
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	82.500,00	82.500,00	46.685,67	56,59
1.1.1- IPTU	55.000,00	55.000,00	44.488,68	80,89
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	27.500,00	27.500,00	2.196,99	7,99
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	110.000,00	110.000,00	159.897,19	145,36
1.2.1- ITBI	110.000,00	110.000,00	159.897,19	145,36
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	113.300,00	113.300,00	95.801,29	84,56
1.3.1- ISS	110.000,00	110.000,00	95.337,18	86,67
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	3.300,00	3.300,00	464,11	14,06
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	242.000,00	242.000,00	335.695,91	138,72
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	15.147.000,00	15.147.000,00	13.933.599,61	91,99
2.1- Cota-Parte FPM	9.680.000,00	9.680.000,00	8.057.205,93	83,24
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	9.020.000,00	9.020.000,00	7.414.834,85	82,20
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	660.000,00	660.000,00	642.371,08	97,33
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	5.115.000,00	5.115.000,00	5.579.253,50	109,08
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	27.500,00	27.500,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	77.000,00	77.000,00	72.247,99	93,83
2.5- Cota-Parte ITR	11.000,00	11.000,00	5.782,49	52,57
2.6- Cota-Parte IPVA	236.500,00	236.500,00	219.109,70	92,65
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	15.694.800,00	15.694.800,00	14.571.679,67	92,84
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Quadrimestre	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	278.300,00	278.300,00	181.409,66	65,18
5.1- Transferências do Salário-Educação	165.000,00	165.000,00	102.415,70	62,07
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	30.800,00	30.800,00	20.710,00	67,24
5.4- Transferências Diretas - PNATE	82.500,00	82.500,00	51.245,06	62,12
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	7.038,90	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	278.300,00	278.300,00	181.409,66	65,18
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Quadrimestre	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.897.400,00	2.897.400,00	2.658.245,62	91,75
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.804.000,00	1.804.000,00	1.482.966,96	82,20
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.023.000,00	1.023.000,00	1.115.850,66	109,08
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	5.500,00	5.500,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	15.400,00	15.400,00	14.449,60	93,83
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	2.200,00	2.200,00	1.156,49	52,57
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	47.300,00	47.300,00	43.821,91	92,65
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.435.500,00	1.435.500,00	1.033.426,10	71,99
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.430.000,00	1.430.000,00	1.031.668,74	72,14
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	5.500,00	5.500,00	1.757,36	31,95
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	-1.467.400,00	-1.467.400,00	-1.626.576,88	110,85
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/26

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Quadrimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Quadrimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.144.000,00	1.162.256,12	819.818,48	70,54	819.818,48	70,54	0,00
13.1- Com Educação Infantil	0,00	155.000,00	107.139,88	69,12	107.139,88	69,12	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	1.144.000,00	1.007.256,12	712.678,60	70,75	712.678,60	70,75	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	291.500,00	297.119,15	225.058,80	75,75	225.058,80	75,75	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	291.500,00	297.119,15	225.058,80	75,75	225.058,80	75,75	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.435.500,00	1.459.375,27	1.044.877,28	71,60	1.044.877,28	71,60	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB							VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							-
16.1 - FUNDEB 60%							-
16.2 - FUNDEB 40%							-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							0,00
17.1 - FUNDEB 60%							0,00
17.2 - FUNDEB 40%							0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							0,00
INDICADORES DO FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)							1.044.877,28
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério' (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %							79,33
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %							21,78
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %							-1,11
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE							VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2018 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							23.875,27
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2019¹							23.875,27
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Quadrimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Quadrimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	261.270,00	416.270,00	348.667,91	83,76	348.667,91	83,76	0,00
22.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2- Pré-escola	261.270,00	261.270,00	241.528,03	92,44	241.528,03	92,44	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	261.270,00	261.270,00	241.528,03	92,44	241.528,03	92,44	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	3.019.500,00	2.888.375,27	2.152.188,10	74,51	2.152.188,10	74,51	0,00
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.435.500,00	1.304.375,27	937.737,40	71,89	937.737,40	71,89	0,00
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.584.000,00	1.584.000,00	1.214.450,70	76,67	1.214.450,70	76,67	0,00
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	3.280.770,00	3.304.645,27	2.500.856,01	75,68	2.500.856,01	75,68	0,00
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							VALOR
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)							-1.626.576,88
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO							0,00
31- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							0,00
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS							0,00
33- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO¹							-
34- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44 j)							-
35- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34)							-1.626.576,88
36- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (35))							4.127.432,89
37- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%							28,33

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Quadrimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Quadrimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
38- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	165.000,00	167.602,76	98.176,60	58,58	98.176,60	58,58	0,00
40- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO	117.701,00	133.089,99	82.224,14	61,78	82.224,14	61,78	0,00
42- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (38 + 39 + 40 + 41)	282.701,00	300.692,75	180.400,74	60,00	180.400,74	60,00	0,00
43- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 42)	3.563.471,00	3.605.338,02	2.681.256,75	74,37	2.681.256,75	74,37	0,00

Continua 2/3

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/26

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O QUADRIMESTRE	CANCELADO EM 2019 (j)	
44- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
44.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
44.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA		FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
45- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		0,00	0,00
46- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O QUADRIMESTRE		1.031.668,74	102.415,70
47- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O QUADRIMESTRE		0,00	0,00
47.1 Orçamento do Exercício		0,00	0,00
47.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
48- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O QUADRIMESTRE		1.757,36	0,00
49- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O QUADRIMESTRE		1.033.426,10	102.415,70
50- (+) Ajustes		0,00	0,00
50.1. (+) Retenções		0,00	0,00
50.2. (-) Valores a recuperar		0,00	0,00
50.3. (+) Outros valores extraorçamentários		0,00	0,00
50.4. (+) Conciliação bancária		0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO		1.033.426,10	102.415,70

NOVO HORIZONTE, 13/01/2020

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

AIMAR F. PAVELECINI
SECRETARIO SAF

JUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI
TÉC. EM CONTABILIDADE CRC 17691-0

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	650.002,00	760.560,22	-110.558,22
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	2.883.349,70	1.775.755,57	1.107.594,13
Investimentos	2.773.349,70	1.752.671,39	1.020.678,31
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	110.000,00	23.084,18	86.915,82
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	2.883.349,70	1.775.755,57	1.107.594,13
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	2.233.347,70	1.015.195,35	1.107.594,13

FONTE:

Notas:

¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.

² Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

NOVO HORIZONTE, 13/01/2020

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

AIMAR F. PAVELECINI
SECRETARIO SAF

JUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI
TÉC.EM CONTABILIDADE CRC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)							R\$ 1,00
RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)				SALDO (c) = (a-b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)		22.003,00	0,00				22.003,00
Recetta de Alienação De Bens Móveis		22.003,00	0,00				22.003,00
Recetta de Alienação De Bens Imóveis		0,00	0,00				0,00
DESPESAS		DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO (h)=(d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)		69.153,00	69.150,00	26.085,07	26.085,07	43.064,93	3,00
Despesas de Capital		69.153,00	69.150,00	26.085,07	26.085,07	43.064,93	3,00
Investimentos		69.153,00	69.150,00	26.085,07	26.085,07	43.064,93	3,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR		Em 2018 (i)	Em 2019 (j) = (Ib - (II* + IIg))				SALDO ATUAL (k) = (III + IIIj)
Valor(III)		69.150,00	-26.085,07				43.064,93

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 13/01/2020

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

AIMAR F. PAVECINI
SECRETARIO SAF

JUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI

TÉC.EM CONTABILIDADE CRC 17691-0

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	5.500,00	5.500,00	9.350,02	170,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	5.500,00	5.500,00	9.350,02	170,00

Continua 1/4

Continuação 2/28

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100	
DESPESAS DE CAPITAL	104.502,00	52.002,00	20.939,70	40,27	20.939,70	40,27	0,00
Investimentos	104.502,00	52.002,00	20.939,70	40,27	20.939,70	40,27	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.507.330,00	4.230.108,81	3.662.522,75	86,58	3.662.522,75	86,58	0,00
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (h)	% (h/V)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/V)*100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	858.002,00	1.468.042,37	1.026.941,76	28,04	1.026.941,76	28,04	0,00
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	769.781,00	1.309.928,27	916.733,55	25,03	916.733,55	25,03	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	88.221,00	158.114,10	110.208,21	3,01	110.208,21	3,01	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	858.002,00	1.468.042,37	1.026.941,76	28,04	1.026.941,76	28,04	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	2.649.328,00	2.762.066,44	2.635.580,99	71,96	2.635.580,99	71,96	0,00
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS							18,92
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VI/h) - (15 x IIIb)/100]							545.594,37

Continua 2/4

Continuação 3/28

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA						
INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE		
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL						
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
SALDO INICIAL		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)				
0,00				0,00		
0,00				0,00		
TOTAL (VIII)						
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
SALDO INICIAL		LIMITE NÃO CUMPRIDO		SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)				
-		-		-		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre (l) % (l/Total l) *100	Até o Bimestre (m) % (m/Total m) *100		
	3.265.330,00 242.000,00	3.985.709,69 244.399,12	3.533.678,25 128.844,50	96,48 3,52	3.533.678,25 128.844,50	96,48 3,52
Atenção Básica Alimentação e Nutrição	3.265.330,00 242.000,00	3.985.709,69 244.399,12	3.533.678,25 128.844,50	96,48 3,52	3.533.678,25 128.844,50	
TOTAL	3.507.330,00	4.230.108,81	3.662.522,75	100,00	3.662.522,75	

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE:

4Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "H" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
3 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "H" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

Continua 3/4

Continuação 4/28

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

NOVO HORIZONTE, 13/01/2020

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPALAIMAR F. PAVELECINI
SECRETARIO SAFJUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNOVALDEMAR P. GOBI
TÉC.EM CONTABILIDADE CRC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)				
ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2019		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 13/01/2020

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

VALDEMAR P. GOBI
TÉC.EM CONTABILIDADE CRC 17691-0

AIMAR F. PAVELECINI
SECRETARIO SAF

JUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNO

Município de NOVO HORIZONTE - SC

Continuação 1/28

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre	
RECEITAS			
Previsão Inicial		19.581.674,00	
Previsão Atualizada		20.231.674,00	
Receitas Realizadas		19.933.778,06	
Déficit Orçamentário		0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		4.636.143,44	
DESPESAS			
Dotação Inicial		19.581.674,00	
Créditos Adicionais		4.283.375,23	
Dotação Atualizada		23.865.049,23	
Despesas Empenhadas		17.436.492,72	
Despesas Liquidadas		16.931.837,02	
Despesas pagas		16.912.670,76	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		504.655,70	
Superávit Orçamentário		3.001.941,04	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		17.436.492,72	
Liquidadas		16.931.837,02	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		504.655,70	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida		18.339.647,68	
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO			
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00	
Despesas Previdenciárias Empenhadas		694.729,86	
Resultado Previdenciário		(694.729,86)	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO			
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00	
Despesas Previdenciárias Empenhadas		0,00	
Resultado Previdenciário		0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal	0,00	1.447.488,48	0,00
Resultado Primário	291.498,00	-1.304.060,24	-447,37
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.165.663,86	2.224,80	825.724,88
EXECUTIVO	1.092.213,86	2.224,80	752.274,88
LEGISLATIVO	73.450,00	0,00	73.450,00
TOTAL:	1.165.663,86	2.224,80	825.724,88
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
			% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		4.127.432,89	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		819.818,48	60%
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		760.560,22	-760.558,22

Continua 1/2

Município de NOVO HORIZONTE - SC

Continuação 2/28

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Despesa de Capital Líquida			1.775.755,57	1.107.594,13
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2019	2029	2039	2054
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	1.872.180,94	2.771.997,40	3.695.372,23	5.375.619,54
Despesas Previdenciárias	515.692,88	1.294.873,32	2.171.845,33	2.947.929,66
Resultado Previdenciário	1.356.488,06	1.477.124,08	1.523.526,90	2.427.689,88
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	22.003,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			69.150,00	3,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		% Aplicado até o Bimestre
		% Mínimo a Aplicar no Exercício		
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	2.635.580,99	15,00		18,92
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

NOVO HORIZONTE, 13/01/2020

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

AIMAR F. PAVELECINI
SECRETARIO SAF

JUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI
TÉC. EM CONTABILIDADE CRC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	19.053.674,00	19.703.674,00	3.732.617,96	18,94	19.464.012,37	98,78	239.661,63
RECEITAS CORRENTES	19.031.651,00	19.031.651,00	3.564.877,86	18,73	18.335.712,15	96,34	695.938,85
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	661.100,00	661.100,00	152.903,14	23,13	705.127,06	106,66	-44.027,06
IMPOSTOS	547.800,00	547.800,00	148.405,40	27,09	638.080,06	116,48	-90.280,06
TAXAS	113.300,00	113.300,00	4.497,74	3,97	67.047,00	59,18	46.253,00
CONTRIBUIÇÕES	456.500,00	456.500,00	94.016,98	20,60	405.737,55	88,88	50.762,45
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	412.500,00	412.500,00	86.000,19	20,85	354.953,80	86,05	57.546,20
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	44.000,00	44.000,00	8.016,67	18,22	50.783,75	115,42	-6.783,75
RECEITA PATRIMONIAL	2.447.500,00	2.447.500,00	76.953,67	3,14	2.773.953,11	113,34	-326.453,11
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	5.500,00	5.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.500,00
VALORES MOBILIÁRIOS	2.387.000,00	2.387.000,00	76.953,67	3,22	2.773.853,11	116,21	-386.853,11
DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MEDIANTE CONCESSÃO, PERMISSÃO, AUTOF	55.000,00	55.000,00	0,00	0,00	100,00	0,18	54.900,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	11.000,00	11.000,00	330,00	3,00	1.589,73	14,45	9.410,27
RECEITA INDUSTRIAL	2.200,00	2.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.200,00
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	181.500,00	181.500,00	57.050,81	31,43	263.089,67	144,95	-81.589,67
OUTROS SERVIÇOS	16.500,00	16.500,00	0,00	0,00	74.791,17	453,28	-58.291,17
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	15.254.251,00	15.254.251,00	3.178.475,28	20,84	14.129.983,61	92,63	1.124.267,39
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	9.208.100,00	9.208.100,00	2.128.486,75	23,12	8.080.504,15	87,75	1.127.595,85
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	4.418.151,00	4.418.151,00	846.900,81	19,17	4.830.049,55	109,32	-411.898,55
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	198.000,00	198.000,00	20.860,13	10,54	187.741,17	94,82	10.258,83
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	1.430.000,00	1.430.000,00	182.227,59	12,74	1.031.686,74	72,14	398.331,26
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	17.600,00	17.600,00	5.148,10	29,25	56.251,42	319,61	-38.651,42
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATAS E JUDICIAIS	5.500,00	5.500,00	534,92	9,73	9.350,02	170,00	-3.850,02
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	1.100,00	1.100,00	2.120,27	192,75	16.300,27	1.481,84	-15.200,27
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	11.000,00	11.000,00	2.492,91	22,66	30.601,13	278,19	-19.601,13
RECEITAS DE CAPITAL	22.023,00	672.023,00	167.740,00	24,96	1.128.300,22	167,90	-466.277,22
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2,00	650.002,00	0,00	0,00	76.050,22	117,01	-110.558,22
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	2,00	650.002,00	0,00	0,00	76.050,22	117,01	-110.558,22
ALIENAÇÃO DE BENS	22.003,00	22.003,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.003,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	22.003,00	22.003,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.003,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	18,00	18,00	167.740,00	931.888,89	367.740,00	2.043.000,00	-367.722,00
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	6,00	6,00	117.740,00	1.962.333,33	317.740,00	5.295.666,67	-317.734,00
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	12,00	12,00	50.000,00	416.666,67	50.000,00	416.666,67	-49.988,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	528.000,00	528.000,00	110.223,83	20,88	469.765,69	88,97	58.234,31
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	19.581.674,00	20.231.674,00	3.842.841,69	18,99	19.933.778,06	98,53	297.895,94
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/28

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	19.581.674,00	20.231.674,00	3.842.841,69	18,99	19.933.773,06	98,53	297.895,94
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL VII = (V + VI)	19.581.674,00	20.231.674,00	3.842.841,69	18,99	19.933.773,06	98,53	297.895,94
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	—	—	4.636.143,44	—	—
Recursos Antecipados em Exercícios Anteriores - RPPS		0,00	—	—	—	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		—	—	—	4.636.143,44	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ²
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	19.057.546,00	23.301.921,23	2.030.599,11	16.966.727,03	6.335.194,20	3.483.558,36	16.462.071,33	6.839.849,90	16.442.905,07	504.655,70
DESPESAS CORRENTES	15.369.223,00	17.932.571,53	1.881.992,49	15.190.971,46	2.741.600,07	3.332.699,60	15.103.499,21	2.829.072,32	15.103.499,21	87.472,25
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.347.561,00	7.779.488,24	1.672.678,14	6.978.198,14	801.290,10	1.674.008,82	6.978.198,14	801.290,10	6.978.198,14	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	55.000,00	55.000,00	6.880,91	11.886,49	43.113,51	6.880,91	11.886,49	43.113,51	11.886,49	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.966.662,00	10.098.083,29	202.433,44	8.200.886,83	1.897.196,46	1.651.809,87	8.113.414,58	1.984.668,71	8.113.414,58	87.472,25
DESPESAS DE CAPITAL	1.202.323,00	2.883.349,70	148.606,62	1.775.755,57	1.107.594,13	150.858,76	1.358.572,12	1.524.777,58	1.339.405,86	417.183,45
INVESTIMENTOS	927.323,00	2.773.349,70	148.606,62	1.752.671,39	1.020.678,31	150.858,76	1.335.487,94	1.437.861,76	1.316.321,68	417.183,45
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	275.000,00	110.000,00	0,00	23.084,18	86.915,82	0,00	23.084,18	86.915,82	23.084,18	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.486.000,00	2.486.000,00	0,00	0,00	2.486.000,00	0,00	0,00	2.486.000,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.486.000,00	2.486.000,00	0,00	0,00	2.486.000,00	0,00	0,00	2.486.000,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	524.128,00	563.128,00	110.163,62	469.765,69	93.362,31	110.163,62	469.765,69	93.362,31	469.765,69	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	19.581.674,00	23.865.049,23	2.140.762,73	17.436.492,72	6.428.556,51	3.593.721,98	16.931.837,02	6.933.212,21	16.912.670,76	504.655,70

Continua 2/4

Continuação 3/28

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ²
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre			
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	(d)	(e)	0,00	0,00	(g) = (e-f)	0,00	0,00	0,00	(i) = (e-h)	(k)
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	19.581.674,00	23.865.049,23	2.140.762,73	17.436.492,72	6.428.556,51	3.593.721,98	16.931.837,02	6.933.212,21	16.912.670,76	504.655,70
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	2.497.285,34	—	—	3.001.941,04	—	3.021.107,30	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	19.581.674,00	23.865.049,23	2.140.762,73	19.933.778,06	—	3.593.721,98	19.933.778,06	—	19.933.778,06	504.655,70
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—	—

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			SALDO
			No Bimestre	% (b/a)	Até o Bimestre	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	528.000,00	528.000,00	110.223,83	20,88	469.765,69	88,97
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	528.000,00	528.000,00	110.223,83	20,88	469.765,69	88,97
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	528.000,00	528.000,00	110.223,83	20,88	469.765,69	88,97
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA - ORÇAMENTÁRIAS	528.000,00	528.000,00	110.223,83	20,88	469.765,69	88,97

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ²
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre			
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	524.128,00	563.128,00	110.163,62	469.765,69	93.362,31	110.163,62	469.765,69	93.362,31	469.765,69	0,00
DESPESAS CORRENTES	524.128,00	563.128,00	110.163,62	469.765,69	93.362,31	110.163,62	469.765,69	93.362,31	469.765,69	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	524.128,00	563.128,00	110.163,62	469.765,69	93.362,31	110.163,62	469.765,69	93.362,31	469.765,69	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: O Déficit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 694.729,86

Continua 3/4

Continuação 4/28

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

NOVO HORIZONTE, 13/01/2020

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPALAIMAR F. PAVELECINI
SECRETARIO SAFJUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNOVALDEMAR P. GOBI
TÉC.EM CONTABILIDADE CRC 17691-0

Continuação 1/2

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

R\$ 1,0											
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (d-e)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	%(b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)			%(d/Total d)
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")	DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	23.301.921,23	2.030.599,11	16.966.727,03	97,31	6.335.194,20	16.462.071,33	97,23	6.839.849,90	504.655,70	
	Legislativa	800.470,00	119.159,08	744.787,80	4,27	55.682,20	119.736,13	4,30	73.027,96	17.345,76	
	Ação Legislativa	800.470,00	119.159,08	744.787,80	4,27	55.682,20	119.736,13	4,30	73.027,96	17.345,76	
	Administração	2.436.500,00	252.848,62	2.150.605,99	12,33	425.894,01	430.117,34	12,63	437.960,46	12.066,45	
	Administração Geral	2.436.500,00	252.848,62	2.150.605,99	12,33	425.894,01	430.117,34	12,63	437.960,46	12.066,45	
	Segurança Pública	38.500,00	53.480,08	1.743,32	15.915,10	0,09	37.564,98	15.915,10	0,09	37.564,98	0,00
	Policimento	25.300,00	40.280,08	1.893,43	14.955,21	0,09	25.324,87	14.955,21	0,09	25.324,87	0,00
	Defesa Civil	13.200,00	13.200,00	-140,11	959,89	0,01	12.240,11	959,89	0,01	12.240,11	0,00
	Assistência Social	806.850,00	1.088.452,92	257.484,62	778.187,64	4,46	290.265,28	776.637,24	4,59	291.815,68	1.550,40
	Assistência à Criança e ao Adolescente	132.000,00	37.000,00	1.780,60	24.988,87	0,14	12.011,13	24.988,87	0,15	12.011,13	0,00
	Assistência Comunitária	674.850,00	1.051.452,92	255.704,02	753.198,77	4,32	278.254,17	751.648,37	4,44	279.804,55	1.550,40
	Providência Social	3.140.500,00	3.214.659,63	164.107,58	694.729,86	3,98	2.519.929,77	694.729,86	4,10	2.519.929,77	0,00
	Providência do Regime Estatutário	3.140.500,00	3.214.659,63	164.107,58	694.729,86	3,98	2.519.929,77	694.729,86	4,10	2.519.929,77	0,00
	Saúde	3.382.502,00	4.105.280,81	412.207,12	3.537.694,75	20,29	567.598,06	804.559,63	20,89	567.598,06	0,00
	Atenção Básica	3.140.502,00	3.860.881,69	412.207,12	3.408.850,25	19,55	452.031,44	3.408.850,25	20,13	452.031,44	0,00
	Alimentação e Nutrição	242.000,00	244.399,12	-0,29	128.844,50	0,74	115.554,62	128.844,50	0,76	115.554,62	0,00
	Educação	3.808.771,00	3.879.238,90	336.018,22	2.966.885,50	17,02	912.353,40	2.966.885,50	17,52	912.353,40	0,00
	Educação Fundamental	3.205.203,00	3.059.670,90	286.130,07	2.269.079,73	13,01	790.591,17	501.833,33	13,40	790.591,17	0,00
	Educação Infantil	228.998,00	228.998,00	-5.691,47	192.877,38	1,11	36.120,62	72.727,89	1,14	36.120,62	0,00
	Educação Especial	22.000,00	92.000,00	-11.900,00	80.100,00	0,46	11.900,00	80.100,00	0,47	11.900,00	0,00
	Cultura	67.104,00	212.104,00	65.949,67	179.196,88	1,03	32.907,12	48.339,67	0,80	76.007,12	43.100,00
	Diffusão Cultural	67.104,00	212.104,00	65.949,67	179.196,88	1,03	32.907,12	48.339,67	0,80	76.007,12	43.100,00
	Urbanismo	451.004,00	1.772.697,75	52.360,75	1.665.876,53	9,55	106.821,22	111.455,51	7,47	507.656,91	400.835,69
	Infra-Estrutura Urbana	110.002,00	1.419.152,00	3.834,40	1.383.858,19	7,99	25.293,81	14.777,74	5,86	426.129,50	400.835,69
	Serviços Urbanos	341.002,00	353.545,75	48.526,35	272.018,34	1,56	81.527,41	96.677,77	1,61	81.527,41	0,00
	Habituação	199.432,00	6.978,00	0,00	1.746,00	0,01	5.232,00	1.746,00	0,01	5.232,00	0,00
	Habituação Rural	199.432,00	6.978,00	0,00	1.746,00	0,01	5.232,00	1.746,00	0,01	5.232,00	0,00
	Gestão Ambiental	38.500,00	38.500,00	5.500,00	36.153,10	0,21	2.346,90	5.500,00	0,21	2.346,90	0,00
	Recursos Hídricos	38.500,00	38.500,00	5.500,00	36.153,10	0,21	2.346,90	5.500,00	0,21	2.346,90	0,00
	Agricultura	1.887.605,00	2.754.805,00	193.387,29	2.364.655,50	13,56	390.149,50	497.149,72	13,80	417.406,90	27.257,40
Extensão Rural	1.761.105,00	2.628.305,00	191.573,79	2.283.725,60	13,10	344.579,40	474.706,22	13,33	371.836,80	27.257,40	
Promoção da Produção Agropecuária	126.500,00	126.500,00	1.793,50	80.929,90	0,46	45.570,10	22.443,50	0,48	45.570,10	0,00	
Indústria	44.001,00	694.001,00	0,00	0,00	0,00	694.001,00	0,00	0,00	694.001,00	0,00	
Promoção Industrial	44.001,00	694.001,00	0,00	0,00	0,00	694.001,00	0,00	0,00	694.001,00	0,00	
Comunicações	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00	0,00	0,00	11.000,00	0,00	
Telecomunicações	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00	0,00	0,00	11.000,00	0,00	
Energia	16.501,00	16.501,00	0,00	0,00	0,00	16.501,00	0,00	0,00	16.501,00	0,00	
Energia Elétrica	16.501,00	16.501,00	0,00	0,00	0,00	16.501,00	0,00	0,00	16.501,00	0,00	
Transporte	1.636.804,00	1.755.750,14	85.282,54	1.540.896,09	8,84	214.852,05	1.538.398,09	9,09	217.352,05	2.500,00	
Transporte Rodoviário	1.636.804,00	1.755.750,14	85.282,54	1.540.896,09	8,84	214.852,05	1.538.398,09	9,09	217.352,05	2.500,00	

Continua 1/

8

0

2

Continuação 2/2

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTO A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	19.057.546,00	23.301.921,23	2.030.599,11	16.966.727,03	97,31	6.335.194,20	3.483.558,36	16.462.071,33	97,23	6.839.849,90	504.655,70
Desporto e Lazer	286.002,00	336.002,00	84.570,30	289.394,29	1,66	46.607,71	100.673,31	289.394,29	1,71	46.607,71	0,00
Desporto Comunitário	286.002,00	336.002,00	84.570,30	289.394,29	1,66	46.607,71	100.673,31	289.394,29	1,71	46.607,71	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.500,00	5.500,00	0,00	0,00	0,00	5.500,00	0,00	0,00	0,00	5.500,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	524.128,00	563.128,00	110.163,62	489.765,69	2,69	93.362,31	110.163,62	489.765,69	2,77	93.362,31	0,00
Legislativa	12.100,00	12.100,00	2.365,44	10.009,36	0,06	2.090,64	2.365,44	10.009,36	0,06	2.090,64	0,00
Ação Legislativa	12.100,00	12.100,00	2.365,44	10.009,36	0,06	2.090,64	2.365,44	10.009,36	0,06	2.090,64	0,00
Administração	82.500,00	92.500,00	28.350,89	80.165,48	0,46	12.334,52	28.350,89	80.165,48	0,47	12.334,52	0,00
Administração Geral	82.500,00	92.500,00	28.350,89	80.165,48	0,46	12.334,52	28.350,89	80.165,48	0,47	12.334,52	0,00
Assistência Social	22.000,00	22.000,00	1.742,45	15.753,46	0,09	6.246,54	1.742,45	15.753,46	0,09	6.246,54	0,00
Assistência Comunitária	22.000,00	22.000,00	1.742,45	15.753,46	0,09	6.246,54	1.742,45	15.753,46	0,09	6.246,54	0,00
Saúde	124.828,00	124.828,00	21.301,52	124.828,00	0,72	0,00	21.301,52	124.828,00	0,74	0,00	0,00
Atenção Básica	124.828,00	124.828,00	21.301,52	124.828,00	0,72	0,00	21.301,52	124.828,00	0,74	0,00	0,00
Educação	150.700,00	186.700,00	29.955,36	129.812,99	0,74	59.887,01	29.955,36	129.812,99	0,77	59.887,01	0,00
Educação Infantil	143.000,00	173.000,00	24.494,88	114.001,71	0,65	58.988,29	24.494,88	114.001,71	0,67	58.988,29	0,00
Educação Fundamental	7.700,00	16.700,00	5.460,48	15.811,28	0,09	888,72	5.460,48	15.811,28	0,09	888,72	0,00
Agricultura	82.500,00	82.500,00	18.654,61	76.831,11	0,44	5.668,89	18.654,61	76.831,11	0,45	5.668,89	0,00
Extensão Rural	82.500,00	82.500,00	18.654,61	76.831,11	0,44	5.668,89	18.654,61	76.831,11	0,45	5.668,89	0,00
Transporte	38.500,00	28.500,00	5.728,42	23.655,84	0,14	4.844,16	5.728,42	23.655,84	0,14	4.844,16	0,00
Transporte Rodoviário	38.500,00	28.500,00	5.728,42	23.655,84	0,14	4.844,16	5.728,42	23.655,84	0,14	4.844,16	0,00
Desporto e Lazer	11.000,00	11.000,00	2.064,93	8.709,45	0,05	2.290,55	2.064,93	8.709,45	0,05	2.290,55	0,00
Desporto Comunitário	11.000,00	11.000,00	2.064,93	8.709,45	0,05	2.290,55	2.064,93	8.709,45	0,05	2.290,55	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	19.581.674,00	23.865.049,23	2.140.762,73	17.436.492,72	100,00	6.428.556,51	3.593.721,98	16.831.837,02	100,00	6.893.212,21	504.655,70

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 13/01/2020

VANDERLEI SANAGIOTTO	AIMAR F. PAVELECHINI	JUAREZ ZILLI
PREFEITO MUNICIPAL	SECRETARIO SAF	CONTROLADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI
TEC-EM CONTABILIDADE CRC 17691-0

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

8

]

-

-

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2019 A DEZEMBRO/2019

ESPECIFICAÇÃO		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2019	
		Jan/2019	Fev/2019	Mar/2019	Abr/2019	Maio/2019	Jun/2019	Jul/2019	Ago/2019	Sep/2019	Out/2019	Nov/2019	Dez/2019	TOTAL (ULT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)		1.817.675,49	1.564.706,72	1.483.608,99	1.563.969,91	1.916.686,01	1.844.045,10	1.761.602,95	1.345.027,27	1.880.023,53	1.764.209,78	1.402.966,62	2.649.351,33	20.997.893,30	21.940.051,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		40.556,59	34.193,94	52.835,65	87.271,60	74.877,87	52.522,37	53.611,97	46.016,14	61.800,30	52.471,02	36.982,58	116.410,56	709.062,59	672.100,00
I.P.T.U.		261,56	143,42	329,50	17.117,62	16.297,06	5.216,50	2.157,51	1.488,03	1.120,87	2.294,99	2.334,60	1.859,54	50.621,20	93.500,00
I.S.S.		3.996,98	2.596,76	5.491,92	3.265,47	5.533,53	5.268,78	8.464,08	6.821,46	19.808,32	14.782,18	11.864,48	9.013,64	95.801,29	113.300,00
I.T.B.I.		17.251,26	4.472,00	8.010,79	30.265,47	12.679,99	9.130,00	10.124,00	7.423,94	10.739,64	4.991,66	19.139,34	25.669,00	159.897,19	110.000,00
I.R.R.F.		18.858,33	24.296,20	23.295,30	22.840,56	27.536,74	28.465,59	27.837,79	27.927,61	28.526,68	27.615,30	895,74	77.609,06	335.866,91	242.000,00
Outras Impostas, Taxas e Contribuições de Melhoria		790,46	2.665,56	15.708,13	14.318,79	12.830,65	4.430,50	5.028,99	2.355,10	1.604,79	2.786,69	2.238,42	2.299,32	113.300,00	113.300,00
Contribuições		25.211,47	28.346,40	30.290,78	29.716,18	32.165,76	33.467,65	33.259,44	33.339,22	32.978,62	33.982,97	5.990,52	88.026,34	405.373,56	465.500,00
Recita Patrimonial		345.590,63	49.915,86	148.363,86	200.059,15	372.500,72	526.946,76	210.346,51	12.397,27	374.379,83	456.528,85	7.559,39	69.394,28	2.773.953,11	2.487.500,00
Rendimentos de Aplicação Financeira		345.590,63	49.915,86	148.363,86	200.059,15	372.500,72	526.946,76	210.346,51	12.397,27	374.379,83	456.528,85	7.559,39	69.394,28	2.773.953,11	2.387.000,00
Outras Receitas Patrimoniais		0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	60.500,00
Recita Agropecuária		209,73	120,00	90,00	0,00	60,00	90,00	180,00	120,00	270,00	120,00	90,00	240,00	1.589,73	11.000,00
Recita Industrial		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.200,00
Recita de Serviços		39.276,40	1.784,13	3.466,00	18.133,32	15.022,33	8.546,88	9.028,38	20.685,88	62.370,04	27.727,50	16.634,16	40.216,65	263.898,67	81.500,00
Transferências Correntes		1.357.476,40	1.477.893,75	1.247.747,25	1.227.009,71	1.403.262,43	1.220.688,26	1.461.664,96	1.228.525,31	1.346.763,77	1.191.032,02	1.334.629,67	2.331.267,70	16.788.209,23	18.151.661,00
Cota-Parte do FPM		712.854,55	783.028,06	596.286,84	571.987,33	734.046,07	578.206,50	790.695,22	577.153,58	513.761,82	472.975,26	641.895,11	1.094.326,59	8.057.205,93	9.960.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.		487.934,25	473.730,73	445.209,71	466.663,19	446.461,71	438.950,40	444.265,05	447.369,84	465.865,76	469.654,45	484.318,74	516.771,67	5.579.263,50	5.115.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.		17.764,01	19.246,76	21.127,99	21.278,42	21.462,01	19.867,31	27.570,30	19.303,28	18.341,74	16.727,73	10.811,00	3.577,15	219.109,70	268.500,00
Cota-Parte do ITR		52,60	66,90	12,67	34,92	23,90	56,25	6,27	250,97	2.340,50	2.547,85	161,64	228,02	5.782,49	11.000,00
Outras Transferências Correntes		43.815,67	75.094,39	106.831,01	87.096,44	104.267,57	97.029,72	102.362,27	98.308,93	253.576,79	137.331,62	104.111,28	615.115,19	1.822.940,88	1.574.651,00
Transferências da LC 87/1989		5.630,81	5.960,53	5.756,58	5.836,11	5.714,61	5.993,03	6.066,88	5.429,94	6.619,19	5.857,92	6.151,64	7.230,75	72.247,99	77.000,00
Transferências da LC 87/1996		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.500,00
Transferências do FUNDEB		89.424,51	90.764,38	82.522,45	84.113,30	88.226,56	80.585,05	80.900,97	82.708,77	86.257,97	83.937,19	87.180,26	95.047,33	1.031.688,74	1.400.000,00
Outras Receitas Correntes		9.382,27	2.450,64	2.846,45	3.780,55	18.806,90	1.794,18	3.312,69	3.943,45	1.440,77	3.345,42	1.370,30	3.777,80	56.251,42	17.600,00
DEDUÇÕES (II)		244.847,08	256.406,77	211.678,58	211.159,79	242.153,48	208.614,48	190.691,96	209.901,32	201.389,62	193.952,45	226.667,44	256.702,65	2.658.245,62	2.897.400,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB		244.847,08	256.406,77	211.678,58	211.159,79	242.153,48	208.614,48	190.691,96	209.901,32	201.389,62	193.952,45	226.667,44	256.702,65	2.658.245,62	2.897.400,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)		1.572.828,41	1.308.299,95	1.271.928,41	1.354.809,72	1.674.532,53	1.635.430,62	1.570.910,99	1.135.125,95	1.678.633,91	1.570.257,33	1.174.299,18	2.390.678,68	18.339.647,68	19.042.651,00
FONTE:															
NOVO HORIZONTE, 13/01/2020															
VANDERLEI SANAGOTTO PREFEITO MUNICIPAL		AIMAR F. PAVELECINI SECRETÁRIO SAÍF										JUAREZZILLI CONTROLADOR INTERNO			
VALDEMAR P. GOBI TÉC. EM CONTABILIDADE CRC 17891-0															



Contínua

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre 2019	Até o Bimestre 2018
RECEITAS CORRENTES (I)				2.401.732,96
Receta de Contribuições dos Segurados				285.605,89
Civil	0,00	0,00	0,00	285.605,89
Ativo	0,00	0,00	0,00	285.605,89
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	406.436,13
Civil	0,00	0,00	0,00	406.436,13
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta Patrimonial	0,00	0,00	0,00	1.709.690,94
Recetas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	1.709.690,94
Outras Recetas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atual do RPPS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Recetas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)				
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)	0,00	0,00	0,00	2.401.732,96

Continua 1/3

Continua

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018	Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018	Em 2019	Em 2018
ADMINISTRAÇÃO (V)	660.000,00	734.159,63	62.935,06	70.696,87	62.935,06	70.696,87	0,00	0,00
Despesas Correntes	660.000,00	734.159,63	62.935,06	70.696,87	62.935,06	70.696,87	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (VI)	0,00	0,00	631.794,80	458.888,85	631.794,80	458.888,85	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	631.794,80	458.888,85	631.794,80	458.888,85	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	417.541,81	274.051,23	417.541,81	274.051,23	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	76.584,04	66.880,48	76.584,04	66.880,48	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	137.668,95	117.957,14	137.668,95	117.957,14	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VII) = (V + VI)	660.000,00	734.159,63	694.729,86	529.585,72	694.729,86	529.585,72	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII)*	(660.000,00)	(734.159,63)	(694.729,86)	1.872.147,24	(694.729,86)	1.872.147,24	0,00	0,00
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES								
Valor								0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS								
Valor								2.480.500,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS								
Outros Aportes para o RPPS								0,00
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar								0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro								0,00

Continua 2/3

Continu

Município de NOVO HORIZONTE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	21.406.147,55	18.485.511,31
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00

FONTE:
NOVO HORIZONTE, 13/01/2020

VANDERLEI SANAGIOTTO PREFEITO MUNICIPAL	AIMAR F. PAVELECINI SECRETARIO SAF	JUAREZ ZILLI CONTROLADOR INTERNO	VALDEMAR P. GOBI TÉC.EM CONTABILIDADE CRC
--	---------------------------------------	-------------------------------------	--

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2018 (A)	Em 31 Out 2019 (B)	Em 31 Dez 2019 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	23.084,18	760.560,22	760.560,22
DEDUÇÕES (II)	3.099.077,38	2.236.585,25	2.356.122,93
Disponibilidade de Caixa	3.099.077,38	2.236.585,25	2.356.122,93
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.099.077,38	2.430.756,84	2.375.289,19
(-) Restos a Pagar Processados (Exceção Precatórios)	0,00	194.171,59	19.166,26
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	23.084,18	760.560,22	760.560,22
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-23.084,18	-760.560,22	-760.560,22

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (VIc - VIb)	Jan a Dez 2019 (VIc - VIa)
VALOR	0,00	-737.476,04

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	200.000,00

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 13/01/2020

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPALAIMAR F. PAVELECINI
SECRETARIO SAFJUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNOVALDEMAR P. GOBI
TÉC. EM CONTABILIDADE CRC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 1/28

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	ACIMA DA LINHA	
	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019 RECEITAS REALIZADAS(a)
RECEITAS CORRENTES (I)	19.029.451,00	18.335.712,15
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	661.100,00	705.127,06
I.P.T.U.	82.500,00	46.685,67
I.S.S.	113.300,00	95.801,29
I.T.B.I.	110.000,00	159.897,19
I.R.R.F.	242.000,00	335.695,91
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	113.300,00	67.047,00
Contribuições	456.500,00	405.737,55
Receita Patrimonial	2.447.500,00	2.773.953,11
Aplicações Financeiras(II)	2.387.000,00	2.773.853,11
Outras Receitas Patrimoniais	60.500,00	100,00
Transferências Correntes	15.254.251,00	14.129.963,61
Cota-Parte do FPM	7.876.000,00	6.574.238,97
Cota-Parte do ICMS	4.092.000,00	4.463.402,84
Cota-Parte do IPVA	189.200,00	175.287,79
Cota-Parte do ITR	8.800,00	4.626,00
Transferências da LC 87/1996	22.000,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	61.600,00	57.798,39
Transferências do FUNDEB	1.430.000,00	1.031.668,74
Outras Transferências Correntes	1.574.651,00	1.822.940,88
Demaís Receitas Correntes	210.100,00	320.930,82
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	210.100,00	320.930,82
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I-II-III)	16.642.451,00	15.561.859,04
RECEITAS DE CAPITAL (V)	672.023,00	1.128.300,22
Operação de Crédito(VI)	650.002,00	760.560,22
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	22.003,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/28

ACIMA DA LINHA						
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019				
		RECEITAS REALIZADAS(a)				
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00					0,00
Outras Alienações de Bens	22.003,00					0,00
Transferências de Capital	18,00					367.740,00
Convênios	18,00					367.740,00
Outras Transferências de Capital	0,00					0,00
Outras Receitas de Capital	0,00					0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00					0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00					0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	22.021,00					367.740,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	16.664.472,00	15.929.599,04				

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019				
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	17.932.571,53	15.190.971,46	15.103.499,21	15.103.499,21	0,00	95.986,02
Pessoal e Encargos Sociais	7.779.488,24	6.978.198,14	6.978.198,14	6.978.198,14	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	55.000,00	11.886,49	11.886,49	11.886,49	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	10.098.083,29	8.200.886,83	8.113.414,58	8.113.414,58	0,00	95.986,02
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	10.098.083,29	8.200.886,83	8.113.414,58	8.113.414,58	0,00	95.986,02
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	17.877.571,53	15.179.084,97	15.091.612,72	15.091.612,72	0,00	95.986,02
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	2.883.349,70	1.775.755,57	1.358.572,12	1.339.405,86	0,00	729.738,86
Investimentos	2.773.349,70	1.752.671,39	1.335.487,94	1.316.321,68	0,00	729.738,86
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	110.000,00	23.084,18	23.084,18	23.084,18	0,00	0,00

Continua 2/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/28

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019				RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	2.773.349,70	1.752.671,39	1.335.487,94	1.316.321,68	0,00	729.738,86	729.738,86
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	2.486.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	23.136.921,23	16.931.756,36	16.427.100,66	16.407.934,40	0,00	825.724,88	825.724,88
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]		-1.304.060,24					
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO		VALOR CORRENTE					
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		291.498,00					
JUROS NOMINAIS		Até o Bimestre/2019					
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)		VALOR INCORRIDO					
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)		2.763.435,21					
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)		11.886,49					
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)		1.447.488,48					
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL		VALOR CORRENTE					
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		0,00					
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL		ABAIXO DA LINHA					
		SALDO					
		Em 31 Dez 2018(a)				Até o Bimestre/2019(b)	
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)		0,00				0,00	
DEDUÇÕES (XXIX)		23.084,18				760.560,22	
Disponibilidade de Caixa		21.584.588,69				23.762.270,48	
Disponibilidade de Caixa Bruta		21.584.588,69				23.762.270,48	
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)		0,00				23.781.436,74	
						19.166,26	

Continua 3/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 428

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31 Dez 2018(a)	Até o Bimestre/2019(p)
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	-21.561.504,51	-23.001.710,26
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)	1.440.205,75	
AJUSTE METODOLÓGICO		
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)		-19.166,26
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)		0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)		0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)		0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)		0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVII)		0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVIII) = (XXXII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII)		1.459.372,01
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX) = XXXVIII - (XXV - XXVI)		-1.292.176,71
INFORMAÇÕES ADICIONAIS		
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS		2.318.071,72
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais		0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		2.318.071,72
		0,00

NOVO HORIZONTE, 13/01/2020

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

AIMAR F. PAVELECINI
SECRETARIO SAF

JUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI
TÉC. EM CONTABILIDADE CRC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019(BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO)

RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		RP NÃO PROCESSADOS										RS 1,00
PODER/ÓRGÃO	Inscritos Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2018 (b)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (arb) - (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (hg) - (hi)	Saldo Total L = (ek)
						Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2018 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)												
EXECUTIVO												
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.800,00	1.161.863,86	825.724,88	825.724,88	2.224,80	337.714,18	337.714,18
SECRETARIA DE AGRICULTURA, TRANSPORTES E MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.092.213,86	752.274,88	752.274,88	2.224,80	337.714,18	337.714,18
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.092.213,86	752.274,88	752.274,88	2.224,80	337.714,18	337.714,18
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	469.095,80	161.830,17	161.830,17	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.085,52	26.410,52	26.410,52	0,00	675,00	675,00
SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	425.752,37	88.713,19	88.713,19	0,00	337.039,18	337.039,18
LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.450,00	8.450,00	8.450,00	0,00	0,00	0,00
CÂMARA DE VEREADORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.800,00	69.650,00	73.450,00	73.450,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)												
CÂMARA DE VEREADORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.800,00	69.650,00	73.450,00	73.450,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.800,00	1.161.863,86	825.724,88	825.724,88	2.224,80	337.714,18	337.714,18

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 13/01/2020

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

JUAREZ ZILLI
CONTROADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI
TÉC. EM CONTABILIDADE CRC 17691-0

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 1/28

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	547.800,00	547.800,00	638.080,06	116,48
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	82.500,00	82.500,00	46.685,67	56,59
1.1.1- IPTU	55.000,00	55.000,00	44.488,68	80,89
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	27.500,00	27.500,00	2.196,99	7,99
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	110.000,00	110.000,00	159.897,19	145,36
1.2.1- ITBI	110.000,00	110.000,00	159.897,19	145,36
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	113.300,00	113.300,00	95.801,29	84,56
1.3.1- ISS	110.000,00	110.000,00	95.337,18	86,67
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	3.300,00	3.300,00	464,11	14,06
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	242.000,00	242.000,00	335.695,91	138,72
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	15.147.000,00	15.147.000,00	13.933.599,61	91,99
2.1- Cota-Parte FPM	9.680.000,00	9.680.000,00	8.057.205,93	83,24
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	9.020.000,00	9.020.000,00	7.414.834,85	82,20
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	660.000,00	660.000,00	642.371,08	97,33
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	5.115.000,00	5.115.000,00	5.579.253,50	109,08
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	27.500,00	27.500,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	77.000,00	77.000,00	72.247,99	93,83
2.5- Cota-Parte ITR	11.000,00	11.000,00	5.782,49	52,57
2.6- Cota-Parte IPVA	236.500,00	236.500,00	219.109,70	92,65
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	15.694.800,00	15.694.800,00	14.571.679,67	92,84

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	278.300,00	278.300,00	181.409,66	65,18
5.1- Transferências do Salário-Educação	165.000,00	165.000,00	102.415,70	62,07
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	30.800,00	30.800,00	20.710,00	67,24
5.4- Transferências Diretas - PNATE	82.500,00	82.500,00	51.245,06	62,12
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	7.038,90	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	278.300,00	278.300,00	181.409,66	65,18

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.897.400,00	2.897.400,00	2.658.245,62	91,75
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.804.000,00	1.804.000,00	1.482.966,96	82,20
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.023.000,00	1.023.000,00	1.115.850,66	109,08
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	5.500,00	5.500,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	15.400,00	15.400,00	14.449,60	93,83
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	2.200,00	2.200,00	1.156,49	52,57
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	47.300,00	47.300,00	43.821,91	92,65
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.435.500,00	1.435.500,00	1.033.426,10	71,99
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.430.000,00	1.430.000,00	1.031.668,74	72,14
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	5.500,00	5.500,00	1.757,36	31,95
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	-1.467.400,00	-1.467.400,00	-1.626.576,88	110,85

DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/28

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.144.000,00	1.162.256,12	819.818,48	70,54	819.818,48	70,54	0,00
13.1- Com Educação Infantil	0,00	155.000,00	107.139,88	69,12	107.139,88	69,12	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	1.144.000,00	1.007.256,12	712.678,60	70,75	712.678,60	70,75	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	291.500,00	297.119,15	225.058,80	75,75	225.058,80	75,75	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	291.500,00	297.119,15	225.058,80	75,75	225.058,80	75,75	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.435.500,00	1.459.375,27	1.044.877,28	71,60	1.044.877,28	71,60	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB							VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							-
16.1 - FUNDEB 60%							-
16.2 - FUNDEB 40%							-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							0,00
17.1 - FUNDEB 60%							0,00
17.2 - FUNDEB 40%							0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							0,00
INDICADORES DO FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)							1.044.877,28
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério' (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %							79,33
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %							21,78
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %							-1,11
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE							VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2018 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							23.875,27
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2019 ²							23.875,27
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	261.270,00	416.270,00	348.667,91	83,76	348.667,91	83,76	0,00
22.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2- Pré-escola	261.270,00	261.270,00	241.528,03	92,44	241.528,03	92,44	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	261.270,00	261.270,00	241.528,03	92,44	241.528,03	92,44	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	3.019.500,00	2.888.375,27	2.152.188,10	74,51	2.152.188,10	74,51	0,00
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.435.500,00	1.304.375,27	937.737,40	71,89	937.737,40	71,89	0,00
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.584.000,00	1.584.000,00	1.214.450,70	76,67	1.214.450,70	76,67	0,00
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	3.280.770,00	3.304.645,27	2.500.856,01	75,68	2.500.856,01	75,68	0,00
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							VALOR
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)							-1.626.576,88
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO							0,00
31- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							0,00
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS							0,00
33- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴							-
34- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44 j)							-
35- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34)							-1.626.576,88
36- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (35))							4.127.432,89
37- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%							28,33

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
38- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	165.000,00	167.602,76	98.176,60	58,58	98.176,60	58,58	0,00
40- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO	117.701,00	133.089,99	82.224,14	61,78	82.224,14	61,78	0,00
42- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (38 + 39 + 40 + 41)	282.701,00	300.692,75	180.400,74	60,00	180.400,74	60,00	0,00
43- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 42)	3.563.471,00	3.605.338,02	2.681.256,75	74,37	2.681.256,75	74,37	0,00

Continua 2/3

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/28

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2019 (j)	
44- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
44.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
44.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA		FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
45- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		0,00	0,00
46- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		1.031.668,74	102.415,70
47- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
47.1 Orçamento do Exercício		0,00	0,00
47.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
48- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		1.757,36	0,00
49- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE		1.033.426,10	102.415,70
50- (+) Ajustes		0,00	0,00
50.1. (+) Retenções		0,00	0,00
50.2. (-) Valores a recuperar		0,00	0,00
50.3. (+) Outros valores extraorçamentários		0,00	0,00
50.4. (+) Conciliação bancária		0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO		1.033.426,10	102.415,70

NOVO HORIZONTE, 13/01/2020

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

AIMAR F. PAVELECINI
SECRETARIO SAF

JUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI
TÉC. EM CONTABILIDADE CRC 17691-0

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	2,00	760.560,22	-760.558,22
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	2.883.349,70	1.775.755,57	1.107.594,13
Investimentos	2.773.349,70	1.752.671,39	1.020.678,31
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	110.000,00	23.084,18	86.915,82
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	2.883.349,70	1.775.755,57	1.107.594,13
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	2.883.347,70	1.015.195,35	1.107.594,13

FONTE:

Notas:

¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.

² Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

NOVO HORIZONTE, 13/01/2020

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

AIMAR F. PAVELECINI
SECRETARIO SAF

JUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI
TÉC.EM CONTABILIDADE CRC 17691-0

Orleans

PREFEITURA

4.710 DE 2 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2310395

DECRETO N. 4.710 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

" ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO."

O Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei n. 2.923 de 03 de dezembro de 2019.

DECRETA:

ART. 1º. Fica aberto o crédito suplementar nas seguintes dotações orçamentárias:

10.00	Fundo Municipal de Saúde de Orleans	
10.001	Fundo Municipal de Saúde de Orleans	
2.041	Manutenção do Bloco Da Atenção Básica	
F. R.	01.0629 - Aplicações Diretas	
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$ 300.000,00
1.006	Aquisição de Terreno, Const. Ampl. de Ref. de Unid. saúde	
F. R.	01.0182- Aplicações Diretas	
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$ 537.383,62
Total		R\$ 837.383,62

ART 2º. Para abertura do crédito Suplementar no artigo anterior, ficam utilizados o superávit financeiro do exercício anterior, na seguinte fonte de recurso:

F. R.	03.0629 - Aplicações Diretas	R\$ 300.000,00
F. R.	01.0182- Aplicações Diretas	R\$ 537.383,62
	TOTAL	R\$ 837.383,62

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans/SC, em 02 de janeiro de 2020, 136 anos da Fundação e 106 anos da Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria Municipal de Administração, aos dois dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte.

JAIR HENRIQUE DE SOUZA WAGNER
Secretário de Administração

DECRETO 4.708 DE 18 DEZEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2310367

DECRETO N. 4.708 DE 18 DE DEEMBRO DE 2020.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR PROVAVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

O Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei n. 2.849 de 13 de novembro de 2018.

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o crédito suplementar nas seguintes dotações orçamentárias:

08.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

08.01 – Departamento de Infraestrutura

2.020- Manutenção da Rede Viária

F.R. 01.0014- Aplicações Diretas

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 11.657,58

TOTAL _____ R\$ 11.657,58

Art.2º Para abertura do crédito Suplementar no artigo anterior, ficam utilizadas as seguintes fontes de recursos:

F.R. 01.0014- Aplicações Diretas R\$ 11.657,58

TOTAL _____ R\$ 11.657,58

Art.3º Este decreto entra em Vigor na data de sua Publicação

Orleans/SC, 18 de dezembro de 2019; 135 anos da Fundação e 105 anos de Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH

Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria Municipal de Administração, aos sete dias do mês de março ano de dois mil e dezenove.

JAIR HENRIQUE DE SOUZA WAGNER

Secretário de Administração

DECRETO 4.709 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2310391

DECRETO N. 4.709 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR PROVAVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

O Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei n. 2.849 de 13 de novembro de 2018.

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o crédito suplementar nas seguintes dotações orçamentárias:

03.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

03.01 – Departamento de Administração

0.003 Contribuição PASEP

F.R. 01.0650- Aplicações Diretas

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 7.754,23

TOTAL _____ R\$ 7.754,23

Art.2º Para abertura do crédito Suplementar no artigo anterior, ficam utilizadas as seguintes fontes de recursos:

F.R. 01.0650- Aplicações Diretas R\$ 7.754,23

TOTAL _____ R\$ 7.754,23

Art.3º Este decreto entra em Vigor na data de sua Publicação

Orleans/SC, 18 de dezembro de 2019; 135 anos da Fundação e 105 anos de Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH

Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria Municipal de Administração, aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove.

JAIR HENRIQUE DE SOUZA WAGNER

Secretário de Administração

DECRETO 4.713 DE 10 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2310359

DECRETO MUNICIPAL Nº 4.713 DE 10 DE JANEIRO DE 2020.

“FIXA A UNIDADE FISCAL MONETÁRIA DO MUNICÍPIO DE ORLEANS PARA O EXERCÍCIO DE 2020.

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito Municipal de Orleans, usando das suas atribuições conferidas pelo Art.. 68 Inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans, e com base na Lei nº 1 .923 de 13/12/2005 que Dispõe Sobre Sistema Tributário Municipal de Orleans e as Normas Gerais de Direito Tributário Aplicável ao Município:

DECRETA:

Art.1º A Unidade Fiscal Monetária - UFM do Município de Orleans, fica fixada em R\$ 92,95 (noventa e dois reais e noventa e cinco centavos).

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 10 de janeiro de 2020, 136 anos da Fundação e 106 anos da Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos dez dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte.

JAIR HENRIQUE DE SOUZA WAGNER
Secretário de Administração

DECRETO 4.716 DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2310346

DECRETO MUNICIPAL Nº 4.716 DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

ESTABELECE O CALENDÁRIO FISCAL PARA O EXERCÍCIO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito Municipal de Orleans, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o prescrito no artigo 68, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans e na Lei Municipal Nº 1.293 de 13 de dezembro de 2005, que dispõe sobre o Sistema Tributário Municipal de Orleans e as Normas Gerais de Direito Tributário Aplicável ao Município.

DECRETA:

Art. 1º - Os tributos municipais dependentes de cadastro serão arrecadados no exercício de 2020, da seguinte forma:

I – Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN:

a) - Fixo – profissionais liberais – em 12 (doze) parcelas com vencimento todo dia 20(vinte) de cada mês, sendo que a primeira parcela será dia 20.02.2020 e a última no dia 20/01/2021.

b) - Variável – Atividades econômicas – mensalmente – vencíveis até o dia 20 (vinte) do mês subseq-ente ao da prestação do serviço, sendo que a parcela de nº 12 o vencimento será em 20/01/2021.

II – Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU:

a) – Em parcela única com 30% (trinta por cento) de desconto, com vencimento em 15 de maio de 2020.

b) - Em 04 (quatro) parcelas fixas, sem desconto, sendo, a primeira vencível em 15 de maio de 2020; a segunda vencível em 15 de junho de 2020; a terceira vencível em 15 de julho de 2020 e a quarta vencível em 15 de agosto de 2020.

III - Taxa de Alvará Sanitário

a) – Em parcela única – vencimento em 31 de março de 2020.

IV – Taxa de verificação e Cumprimento de Posturas e Normas Urbanísticas – TVCPU:

a) - Em parcela única – vencimento em 31 de agosto de 2020.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 13 de janeiro de 2020; 136 anos da Fundação e 106 anos da Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans

Registrado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos treze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JAIR HENRIQUE DE SOUZA WAGNER
Secretário da Administração

Otacílio Costa**PREFEITURA****PREGÃO 022/2019 - SAÚDE**

Publicação Nº 2310488

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACÍLIO COSTA
FUN DO MUNICIPAL DE SAÚDE
EDITAL PREGÃO Nº 022/2019

Luiz Carlos Xavier, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, Registro de Preço, para aquisição de produtos alimentícios para as unidade de saúde. O credenciamento e o recebimento dos envelopes será feito até às 14:00 h. do dia 27/01/2020 e abertura da sessão será às 14:15 h. do mesmo dia. A íntegra do Edital pode ser obtido no horário de expediente da Prefeitura, Setor de Licitações ou pelo site www.otaciliocosta.sc.gov.br. Informações pelo fone: 0xx49- 3221-8014. Otacílio Costa, 13/01/2020.

Luiz Carlos Xavier – Prefeito Municipal

Ouro

PREFEITURA

IN Nº 004/2019 CONTRATO Nº 006/2020

Publicação Nº 2309529

MUNICÍPIO DE OURO - SC

PROCESSO LICITATÓRIO N 0073/2019

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N 0005/2019

Contratante: MUNICÍPIO DE OURO

Contratado: G. PASTEUR LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS E PATOLÓGICAS LTDA

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para efetuar os serviços exames laboratoriais (coleta e análise) com materiais necessários para a realização de qualquer tipo de coleta (materiais descartáveis) e fornecimento de resultados, de forma complementar ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Fundamento legal: Lei Federal 8.666/93. Vigência: 13/01/2020 até 31/12/2020. Ouro, 13/01/2020, Maria Inês Nora, Secretária Municipal de Saúde.

Processo Licitatório n. 0073/2019

Modalidade de Inexigibilidade de Licitação n. 0005/2019

CONTRATO N. 006/2020

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: G. PASTEUR LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS E PATOLÓGICAS LTDA

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para efetuar os serviços exames laboratoriais (coleta e análise) com materiais necessários para a realização de qualquer tipo de coleta (materiais descartáveis) e fornecimento de resultados, de forma complementar ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Vigência: A partir de 13/01/2020 até 31/12/2020.

Data de assinatura: 13/01/2020.

PR Nº 003/2020

Publicação Nº 2309743

MUNICÍPIO DE OURO / SC

PREGÃO PRESENCIAL N. 0003/2020

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 24/01/2020, às 10:00 horas, o Processo Licitatório nº. 0005/2020, na modalidade Pregão na forma Presencial N. 0003/2020, menor preço por item, com execução parcelada. Objeto: A presente licitação com execução parcelada, COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS - ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI tem por objeto a contratação de empresa especializada para realização de consultas médicas em oftalmologia e "Teste do Olhinho", para pacientes da Secretaria Municipal de Saúde, para o exercício de 2020. Obtenção do edital: licitacao2@ouro.sc.gov.br; www.ouro.sc.gov.br. Informações: (49) 3555-7000. Município de Ouro, SC, 13/01/2020. Neri Luiz Miqueloto, Prefeito Municipal.

PR Nº 004/2020

Publicação Nº 2310080

MUNICÍPIO DE OURO / SC

PREGÃO PRESENCIAL N. 0004/2020

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 24/01/2020, às 14:00 horas, o Processo Licitatório nº. 0006/2020, na modalidade Pregão na forma Presencial N. 0004/2020, menor preço por item, com execução parcelada. Objeto: A presente licitação para Registro de Preços, COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS - ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI, tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assistência técnica e manutenção corretiva em computadores, servidores de rede, impressoras multifuncionais a laser e jato de tinta, projetores de imagens (data show) notebooks, roteadores, modems, switche, monitores de LCD, LED e Tubos de Raios Catódicos, cabeamento e pontos de redes, estabilizadores, nobreaks e relógios pontos, com fornecimento das peças necessárias às referidas manutenções, mediante chamado da Administração Municipal, conforme descritos no anexo I do edital, para o exercício de 2020. Obtenção do edital: licitacao2@ouro.sc.gov.br; www.ouro.sc.gov.br. Informações: (49) 3555-7000. Município de Ouro, SC, 13/01/2020. Neri Luiz Miqueloto, Prefeito Municipal.

PR Nº 005/2020

Publicação Nº 2310382

MUNICÍPIO DE OURO / SC
PREGÃO PRESENCIAL N. 0005/2020

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 27/01/2020, às 10:00 horas, o Processo Licitatório nº. 0007/2020, na modalidade Pregão na forma Presencial N. 0005/2020, menor preço por item, com execução parcelada. Objeto: A presente licitação COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS - ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI, tem por objeto a contratação de empresa jurídica com profissional habilitado para prestação de serviços de fisioterapia neurológica e domiciliar, para o exercício de 2020. Obtenção do edital: licitacao2@ouro.sc.gov.br; www.ouro.sc.gov.br. Informações: (49) 3555-7000. Município de Ouro, SC, 13/01/2020. Neri Luiz Miqueloto, Prefeito Municipal.

Ouro Verde

PREFEITURA

DECRETO Nº3333

Publicação Nº 2309717

DECRETO N.º 3333/2020

“DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Exonerado a Pedido o Servidor Público Municipal Sr. DIEGO FELIZ DE LIMA, ocupante do Cargo Efetivo de Motorista, lotado junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 07 de janeiro de 2020.

AMELIO REMOR JUNIOR
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI
Vice-Prefeito Municipal

DECRETO Nº3334

Publicação Nº 2309720

DECRETO N.º 3334/2020

“DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Ouro Verde.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Decretado Ponto Facultativo em todas as Repartições Públicas do Município de Ouro Verde no dia 10 de janeiro de 2020.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação, revogado as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 08 de janeiro de 2020.

AMELIO REMOR JUNIOR
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI
Vice-Prefeito Municipal

DECRETO Nº3335

Publicação Nº 2309722

DECRETO N.º 3335/2020

“ATUALIZA UFRM (UNIDADE FISCAL DE REFERÊNCIA MUNICIPAL), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal N.º 053/93, em seu Artigo N.º 326, parágrafo Único.

DECRETA:

Art. 1º - Fica atualizada a UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal), a mesma servirá como base de Cálculo para todos os tributos e

Taxas Municipais, para o Ano de 2020, conforme especifica:

· Ano de 2019 em 4,48 % (quatro vírgula quarenta e oito por cento)

Art. 2º - O valor da UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal), instituída pela Lei Municipal, Código Tributário Municipal N.º 053/93 em seu artigo 326, parágrafo Único, passa a vigorar com o valor de R\$ 14,57 (quatorze reais e cinquenta e sete centavos).

Art. 3º - O reajuste que trata o Artigo 1.º deste Decreto foi reajustado de acordo com INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), com o acumulado do ano de 2019.

Ouro Verde – SC, em 10 de janeiro de 2020.

AMELIO REMOR JUNIOR

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI

Vice-Prefeito Municipal

DECRETO Nº3336

Publicação Nº 2309728

DECRETO N.º 3336/2020

“HOMOLOGA NOMEAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Comp. 058/2015.

HOMOLOGA:

Art. 1º - Fica homologada a Nomeação da Sra. JUCIMARA SVERVITZ DE MELLO, para o cargo de Conselheiro Tutelar, com mandato de 04 (quatro) anos.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Ouro Verde – SC, em 10 de janeiro de 2020.

AMELIO REMOR JUNIOR

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI

Vice-Prefeito Municipal

DECRETO Nº3337

Publicação Nº 2309730

DECRETO N.º 3337/2020

“HOMOLOGA NOMEAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Comp. 058/2015.

HOMOLOGA:

Art. 1º - Fica homologada a Nomeação da Sra. ELIANE DE SIQUEIRA CAORDEIRO, para o cargo de Conselheiro Tutelar, com mandato de 04 (quatro) anos.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Ouro Verde – SC, em 10 de janeiro de 2020.

AMELIO REMOR JUNIOR

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI

Vice-Prefeito Municipal

DECRETO Nº3338

Publicação Nº 2309733

DECRETO N.º 3338/2020

"HOMOLOGA NOMEAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR,
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Comp. 058/2015.

HOMOLOGA:

Art. 1º - Fica homologada a Nomeação da Sra. ANDREIA APARECIDA GIOTTO KOSINSKI, para o cargo de Conselheiro Tutelar, com mandato de 04 (quatro) anos.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 10 de janeiro de 2020.

AMELIO REMOR JUNIOR
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI
Vice-Prefeito Municipal

DECRETO Nº3339

Publicação Nº 2309735

DECRETO N.º 3339/2020

"HOMOLOGA NOMEAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR,
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Comp. 058/2015.

HOMOLOGA:

Art. 1º - Fica homologada a Nomeação da Sra. NAIRA CRISTINA DOS SANTOS, para o cargo de Conselheiro Tutelar, com mandato de 04 (quatro) anos.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 10 de janeiro de 2020.

AMELIO REMOR JUNIOR
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI
Vice-Prefeito Municipal

DECRETO Nº3340

Publicação Nº 2309737

DECRETO N.º 3340/2020

"HOMOLOGA NOMEAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR,
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Comp. 058/2015.

HOMOLOGA:

Art. 1º - Fica homologada a Nomeação da Sra. ADRIANA FERREIRA, para o cargo de Conselheiro Tutelar, com mandato de 04 (quatro) anos.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 10 de janeiro de 2020.

AMELIO REMOR JUNIOR
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI
Vice-Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATOS 01 A 05 ADITIVO

Publicação Nº 2310479

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE
EXTRATO DO CONTRATO DE RATEIO Nº001/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA – CINCATARINA

Objeto: entrega de recursos financeiros a serem disponibilizados pelo CONTRATANTE ao Consórcio Público CONTRATADO A finalidade é o custeio das despesas de pessoal, correntes e de capital do CONTRATADO, para atendimento do TERMO DE USO DE LICITAÇÕES COMPAR-TILHADAS - TU180/01. Valor certo e ajustado de R\$:35.640,00 (Trinta e cinco mil seiscentos e quarenta reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 02 de janeiro de 2020. Amélio Remor Junior- Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE
EXTRATO DO CONTRATO Nº001/2020
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE
CONTRATADO: LORISNEI FRANCA 59430303953

Objeto: Licença de Uso e Locação de Aplicativo Web denominado GERENCIADOR WEB DE ARQUIVOS de propriedade do contratado. Valor certo e ajustado de R\$:6.072,00 (seis mil e setenta e dois reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 02 de janeiro de 2020. Amélio Remor Junior- Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE
EXTRATO DO CONTRATO Nº002/2020
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE
CONTRATADO: LED'S PERSIANAS & DECORAÇÕES EIRELI- ME

Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento dos materiais necessários (divisórias, portas) e serviço de mão de obra para ampliação e manutenção da sala parte de baixo na Unidade Básica de Saúde da Agente de vigilância sanitária e sala dos motoristas. Valor certo e ajustado de R\$:16.546,96 (dezesseis mil quinhentos e quarenta e seis reais e noventa e seis centavos). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 03 de janeiro de 2020. Amélio Remor Junior- Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE
EXTRATO DO CONTRATO Nº003/2020
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE
CONTRATADO: VALDIR CANDEO GOULART

Objeto: Locação de uma Sala Comercial situada na Rua Divaldino esquina com Rua Augusto Simonetto, 130, centro, da cidade de Ouro Verde/SC, Medindo 131,80 m², conforme especificações constantes na matrícula de imóvel Nº 7.060. Livro número 19 folha 283/285. No Cartório de Regime de Imóveis da Comarca de Abelardo Luz. Para funcionamento da Biblioteca Pública Municipal. O locador é responsável pelo pagamento das despesas de luz e água. Valor certo e ajustado de R\$:18.254,88 (dezoito mil duzentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e oito centavos). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 03 de janeiro de 2020. Amélio Remor Junior- Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE
EXTRATO DO CONTRATO Nº004/2020
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE
CONTRATADO: CANAL IDEAL PRODUÇÕES EIRELI

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço na Produção de vídeo reportagem do 28º aniversário de emancipação do Município de Ouro Verde e postagem nas plataformas do Canal Ideal (instagram, facebook, youtube e site). Valor certo e ajustado de R\$:3.000,00 (três mil reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 06 de janeiro de 2020. Amélio Remor Junior- Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE
EXTRATO DO CONTRATO Nº005/2020
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: LOPES E STORNIOLO LTDA

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA VISANDO A APRESENTAÇÕES DE SHOW MUSICAL COM TEIXERINHA FILHO & TEIXEIRINHA NETO NO DIA 09 DE JANEIRO EM COMEMORAÇÃO AO 28º ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE OURO VERDE. Valor certo e ajustado de R\$:7.000,00 (sete mil reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 07 de janeiro de 2020. Amélio Remor Junior- Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO I DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO Nº061/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: ARQTOP ARQUITETURA LTDA - ME

Objeto: Contratação de empresa com profissional apto a fiscalizar a parte elétrica da escola conforme projeto 06 salas do FNDE, referente ao Processo Licitatório 0057/2018 Tomada de preço 004/2018,. Vigência de:31/12/2019 à 29/05/2020. Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93 e a Lei Federal 10.520/02. Ouro Verde, 11 de dezembro de 2019. AMÉLIO REMOR JUNIOR - Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 005

Publicação Nº 2309745

PORTARIA N.º 005/2020

“CESSA EFEITOS DE PORTARIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelas Lei Complementares 022/2005 e 047/2011.

RESOLVE:

1 – Fica Cessado os Efeitos da portaria 006/2017, que designou a Servidora Pública Municipal Eliane Aparecida Ramos, a responder como Secretária Municipal de Educação, Cultura Esportes e Turismo, retornando a mesma aos Cargos de Origem de Professora II e Professora II.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 07 de janeiro de 2020.

AMELIO REMOR JUNIOR

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI

VICE PREFEITO MUNICIPAL

Palhoça

PREFEITURA

LEI Nº 4.794, DE 08 JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2310441

LEI Nº 4.794, DE 08 JANEIRO DE 2020.

DESAPROPRIAÇÃO. Desapropria áreas de terras situadas na localidade da Guarda do Embaú/Pinheira para implantação de portal turístico.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover a desapropriação amigável ou judicial, se for o caso, nos termos do Decreto-Lei nº 3.365/41, de faixas de terras de imóveis lindeiros abaixo descritos, situados na localidade denominada Guarda do Embaú/Pinheira, neste Município, com a seguinte especificação:

I - uma área de 131,28 m² (cento e trinta e um metros e vinte e oito centímetros quadrados), com perímetro de 48,28 m, com as seguintes medidas e confrontações: inicia-se no vértice denominado de VT-01, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, UTM-DATUM - SIRGAS 2000, MC 51W, coordenadas planas 6.911.393,7269 Norte e 736.323,7278 Leste, situado na confrontação com a Rua Hercílio Nicolau dos Santos; deste segue confrontando com a Rua Hercílio Nicolau dos Santos com o azimuth plano de 270º 58' 16" e a distância de 9,78 m até o VT-02 N=6.911.393,8927 m e E=736.313,9465 m; deste segue confrontando com a Rua Hercílio Nicolau dos Santos com a azimuth plano de 286º 55' 49" e a distância de 3,697 m até o VT-03 N=6.911.394,9692 m e E=736.310,4099 m; deste segue confrontando com a Rua Hercílio Nicolau dos Santos com o azimuth plano de 340º 13' 48" e a distância de 3,49 m até o VT-04 N=6.911.398,2582 m e E=736.309,2277 m; deste segue confrontando com a Rua Aderbal Ramos da Silva com o azimuth plano de 19º 28' 35" e a distância de 3,99 m até o VT-05 N=6.911.402,0186 m e E=736.310,5576 m; deste segue confrontando com a Rua Aderbal Ramos da Silva com o azimuth plano de 36º 37' 11" e a distância de 9,65 m até o VT-06 N=6.911.409,7639 m e E=736.316,3140 m; deste segue confrontando com Mario Frederico Scherer com o azimuth plano de 155º 11' 21" e a distância de 17,67 m até o VT-01 N=6.911.393,7269 m e E=736.323,7278 m; vértice inicial desta descrição, fechando assim o perímetro descrito.

Art. 2º O valor da indenização para a desapropriação de que trata esta Lei será no montante de R\$ 30.367,04 (trinta mil, trezentos e sessenta e sete reais e quatro centavos), de acordo com o Laudo de Avaliação.

Art. 3º A área descrita no artigo 1º desta Lei foi declarada de utilidade pública através do Decreto nº 2.467, de 10 de maio de 2019.

Art. 4º A área descritas na presente Lei fica afetada para fins de implantação de um portal turístico da Guarda do Embaú e da Pinheira.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias constantes do orçamento do Município, suplementado se necessário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Palhoça, 08 de janeiro de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.795, DE 08 JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2310442

LEI Nº 4.795, DE 08 DE JANEIRO DE 2020.

DESAPROPRIAÇÃO. Desapropria áreas de terras situadas no bairro Jardim Eldorado para alargamento de via pública.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover a desapropriação amigável ou judicial, se for o caso, nos termos do Decreto-Lei nº 3.365/41, de faixas de terras de imóveis lindeiros abaixo descritos, situados no bairro Jardim Eldorado, neste Município, com a seguinte especificação:

I - uma área de 94,80 m² (noventa e quatro metros e oitenta centímetros quadrados), com perímetro de 83,72 m, parte integrante da matrícula nº 28.116 do registro de imóveis da comarca de Palhoça, com as seguintes medidas e confrontações: Norte (frente), confronta-se em dois lances, sendo o primeiro lance medindo 6,25 metros, o segundo lance medindo 32,51 metros com a Rua Estrela Dalva; Sul (fundos)

confronta-se em quatro lances, sendo o primeiro lance medindo 2,72 metros, o segundo lance medindo 6,08 metros, o terceiro lance medindo 27,73 metros, o quarto lance medindo 4,32 metros, com a Área Remanescente; Leste (lateral), confronta-se em um lance, medindo 4,11 metros, extremado com o lote de matrícula nº 21.548;

II - uma área de 62,50 m² (sessenta e dois metros e cinquenta centímetros quadrados), com perímetro de 38,71 m, parte integrante da matrícula nº 21.548 do registro de imóveis da comarca de Palhoça, com a seguintes medidas e confrontações: Norte (frente), confronta-se em um lance, medindo 3,86 metros, com a Rua Estrela Dalva; Sul (fundos), confronta-se em um lance, medindo 12,06 metros, extremado com a Área Remanescente; Leste (lateral), confronta-se em um lance, medindo 14,95 metros, com a Rua Elaine Cristina; Oeste (lateral), confronta-se em um lance, medindo 7,84 metros, extremado com o lote de matrícula nº 28.166.

Art. 2º O valor da indenização observará o Laudo de Avaliação nos seguintes montantes:

I - O valor de R\$ 75.226,64 (setenta e cinco mil, duzentos e vinte e seis reais e sessenta e quatro centavos), para o imóvel descrito no inciso I do art. 1º desta Lei;

II - O valor de R\$ 49.595,62 (quarenta e nove mil, quinhentos e noventa e cinco reais e sessenta e dois centavos), para o imóvel descrito no inciso II do art. 1º desta Lei;

Art. 3º As áreas descritas no artigo 1º desta Lei foram declaradas de utilidade pública através do Decreto nº 2.480, de 24 de junho de 2019.

Art. 4º A área descritas na presente Lei ficam afetadas para fins de alargamento de via pública municipal.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias constantes do orçamento do Município, suplementado se necessário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Palhoça, 08 de janeiro de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.796, DE 08 JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2310443

LEI Nº 4.796, DE 08 DE JANEIRO DE 2020.

TERMO DE COLABORAÇÃO. Conselho Comunitário de Alto Aririú.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Colaboração com o Conselho Comunitário de Alto Aririú, inscrito no CNPJ nº 76.276.591/0001-96, no valor de até R\$ 862.730,00 (oitocentos e sessenta e dois mil e setecentos e trinta reais), a ser aplicado no atendimento na Educação Infantil – primeira etapa da Educação Básica – a crianças de zero a cinco anos de idade, completos ou a completar até trinta e um de dezembro (31/12), e crianças que completarem seis anos após primeiro de março (01/03), e de até R\$ 61.050,00 (sessenta e um mil e cinquenta reais), a ser aplicado no atendimento na Educação Básica – segunda etapa da Educação Básica – no contraturno, a crianças e adolescentes de 06 (seis) a 16 (dezesesseis) anos de idade, completos ou a completar até trinta e um de dezembro (31/12), e crianças que completarem seis anos após trinta e um de março (31/03).

Art. 2º A despesa com a execução dessa Lei, corre por conta da dotação específica do orçamento vigente:

Órgão: 13 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 001 - Secretaria Municipal de Educação
Função: 0012 - Educação
Subfunção: 0365 - Educação Infantil
Programa: 0010 - Educação
Ação: 1047 - Subvenções Sociais e Entidades
Elemento: 3335000000000000 - Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos
Vínculo: 01010143 - Receita de Impostos - educação 25%

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 08 de janeiro de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.797, DE 08 JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2310444

LEI Nº 4.797, DE 08 DE JANEIRO DE 2020.

TERMO DE COLABORAÇÃO. Conselho Comunitário de Aririú.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Colaboração com o Conselho Comunitário de Aririú, inscrito no CNPJ nº 78.883.618/0001-34, no valor de até R\$ 859.947,00 (oitocentos e cinquenta e nove mil e novecentos e quarenta e sete reais), a ser atendimento na Educação Infantil – primeira etapa da Educação Básica – a crianças de zero a cinco anos de idade, completos ou a completar até trinta e um de dezembro (31/12), e crianças que completarem seis anos após trinta e um de março (31/03).

Art. 2º A despesa com a execução dessa Lei, corre por conta da dotação específica do orçamento vigente:

Órgão: 13 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 001 - Secretaria Municipal de Educação
Função: 0012 - Educação
Subfunção: 0365 - Educação Infantil
Programa: 0010 - Educação
Ação: 1047 - Subvenções Sociais e Entidades
Elemento: 3335000000000000 - Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos
Vínculo 01010143 - Receita de Impostos - educação 25%

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 08 de janeiro de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.798, DE 08 JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2310445

LEI Nº 4.798, DE 08 DE JANEIRO DE 2020.

TERMO DE COLABORAÇÃO. Conselho Comunitário de Aririú da Formiga.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Colaboração com o Conselho Comunitário de Aririú da Formiga, inscrito no CNPJ nº 78.531.985/0001-79, no valor de até R\$ 200.376,00 (duzentos mil e trezentos e setenta e seis reais), a ser aplicado no atendimento na Educação Infantil – primeira etapa da Educação Básica – a crianças de zero a cinco anos de idade, completos ou a completar até trinta e um de dezembro (31/12), e crianças que completarem seis anos após primeiro de março (01/03).

Art. 2º A despesa com a execução dessa Lei, corre por conta da dotação específica do orçamento vigente:

Órgão: 13 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 001 - Secretaria Municipal de Educação
Função: 0012 - Educação
Subfunção: 0365 - Educação Infantil
Programa: 0010 - Educação
Ação: 1047 - Subvenções Sociais e Entidades
Elemento: 3335000000000000 - Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos
Vínculo: 01190207 - Transf. FUNDEB 40%

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 08 de janeiro de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.799, DE 08 JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2310446

LEI Nº 4.799, DE 08 DE JANEIRO DE 2020.

TERMO DE COLABORAÇÃO. Fundação Fé e Alegria do Brasil.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Colaboração com o Fundação Fé e Alegria do Brasil, inscrita no CNPJ nº 46.250.411/0008-02, no valor de até R\$ 459.195,00 (quatrocentos e cinquenta e nove mil e cento e noventa e cinco reais), a ser aplicado no atendimento na Educação Infantil – primeira etapa da Educação Básica – a crianças de zero a cinco anos de idade, completos ou a completar até trinta e um de dezembro (31/12), e crianças que completarem seis anos após primeiro de março (01/03), e de até R\$ 97.680,00 (noventa e sete mil e seiscentos e oitenta reais), a ser aplicado no atendimento na Educação Básica – segunda etapa da Educação Básica – no contra turno, a crianças e adolescentes de 06 (seis) a 16 (dezesesseis) anos de idade, completos ou a completar até trinta e um de dezembro (31/12), e crianças que completarem seis anos após trinta e um de março (31/03).

Art. 2º A despesa com a execução dessa Lei, corre por conta da dotação específica do orçamento vigente:

Educação Infantil R\$ 459.195,00:

Órgão: 13 - Secretaria Municipal de Educação

Unidade: 001 - Secretaria Municipal de Educação

Função: 0012 - Educação

Subfunção: 0365 - Educação Infantil

Programa: 0010 - Educação

Ação: 1047 - Subvenções Sociais e Entidades

Elemento: 3335000000000000 - Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos

Vínculo: 01190207 - Transf. FUNDEB 40%

Educação Básica R\$ 97.680,00:

Órgão: 13 - Secretaria Municipal de Educação

Unidade: 001 - Secretaria Municipal de Educação

Função: 0012 - Educação

Subfunção: 0365 - Educação Infantil

Programa: 0010 - Educação

Ação: 1047 - Subvenções Sociais e Entidades

Elemento: 3335000000000000 - Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos

Vínculo: 01010143 - Receita de Impostos - educação 25%

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 08 de janeiro de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

LEI Nº 4.800, DE 08 JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2310447

LEI Nº 4.800, DE 08 DE JANEIRO DE 2020.

TERMO DE COLABORAÇÃO. Conselho Comunitário Padre Réus.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Colaboração com o Conselho Comunitário Padre Réus, inscrita no CNPJ nº 76.875.764/0001-92, no valor de até R\$ 737.495,00 (setecentos e trinta e sete mil e quatrocentos e noventa e cinco reais), a ser aplicado no atendimento na Educação Infantil – primeira etapa da Educação Básica – a crianças de zero a cinco anos de idade, completos ou a completar até trinta e um de dezembro (31/12), e crianças que completarem seis anos após primeiro de março (01/03).

Art. 2º A despesa com a execução dessa Lei, corre por conta da dotação específica do orçamento vigente:

Órgão: 13 - Secretaria Municipal de Educação

Unidade: 001 - Secretaria Municipal de Educação

Função: 0012 - Educação

Subfunção: 0365 - Educação Infantil

Programa: 0010 - Educação

Ação: 1047 - Subvenções Sociais e Entidades
Elemento: 3335000000000000 - Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos
Vínculo: 01010143 - Receita de Impostos - educação 25%

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 08 de janeiro de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.801, DE 08 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2310451

LEI Nº 4.801, DE 08 DE JANEIRO DE 2020.

TERMO DE COLABORAÇÃO. Conselho Comunitário Santa Clara.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Colaboração com o Conselho Comunitário Santa Clara, inscrita no CNPJ nº 80.152.317/0001-82, no valor de até R\$ 704.099,00 (setecentos e quatro mil e noventa e nove reais), a ser aplicado no atendimento na Educação Infantil – primeira etapa da Educação Básica – a crianças de zero a cinco anos de idade, completos ou a completar até trinta e um de dezembro (31/12), e crianças que completarem seis anos após primeiro de março (01/03).

Art. 2º A despesa com a execução dessa Lei, corre por conta da dotação específica do orçamento vigente:

Órgão: 13 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 001 - Secretaria Municipal de Educação
Função: 0012 - Educação
Subfunção: 0365 - Educação Infantil
Programa: 0010 - Educação
Ação: 1047 - Subvenções Sociais e Entidades
Elemento: 3335000000000000 - Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos
Vínculo: 01190207 - Transf. FUNDEB 40%

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 08 de janeiro de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.802, DE 08 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2310453

LEI Nº 4.802, DE 08 DE JANEIRO DE 2020.

TERMO DE COLABORAÇÃO. Conselho Comunitário do Furadinho.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Colaboração com o Conselho Comunitário do Furadinho, inscrita no CNPJ nº 79.655.379/0001-28, no valor de até R\$ 256.036,00 (duzentos e cinquenta e seis mil e trinta e seis reais), a ser aplicado no atendimento na Educação Infantil – primeira etapa da Educação Básica – a crianças de zero a cinco anos de idade, completos ou a completar até trinta e um de dezembro (31/12), e crianças que completarem seis anos após primeiro de março (01/03).

Art. 2º A despesa com a execução dessa Lei, corre por conta da dotação específica do orçamento vigente:

Órgão: 13 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 001 - Secretaria Municipal de Educação
Função: 0012 - Educação
Subfunção: 0365 - Educação Infantil
Programa: 0010 - Educação
Ação: 1047 - Subvenções Sociais e Entidades
Elemento: 3335000000000000 - Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos

Vínculo: 01190207 - Transf. FUNDEB 40%

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 08 de janeiro de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.803, DE 08 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2310454

LEI Nº 4.803, DE 08 DE JANEIRO 2020.

TERMO DE COLABORAÇÃO. Conselho Comunitário do Pachecos.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Colaboração com o Conselho Comunitário do Pachecos, inscrita no CNPJ nº 19.324.812/0001-10, no valor de até R\$ 667.920,00 (seiscentos e sessenta e sete mil e novecentos e vinte reais), a ser aplicado no atendimento na Educação Infantil – primeira etapa da Educação Básica – a crianças de zero a cinco anos de idade, completos ou a completar até trinta e um de dezembro (31/12), e crianças que completarem seis anos após primeiro de março (01/03).

Art. 2º A despesa com a execução dessa Lei, corre por conta da dotação específica do orçamento vigente:

Órgão: 13 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 001 - Secretaria Municipal de Educação
Função: 0012 - Educação
Subfunção: 0365 - Educação Infantil
Programa: 0010 - Educação
Ação: 1047 - Subvenções Sociais e Entidades
Elemento: 3335000000000000 - Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos
Vínculo: 01190207 - Transf. FUNDEB 40%

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 08 de janeiro de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.804, DE 08 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2310455

LEI Nº 4.804, DE 08 DE JANEIRO DE 2020.

TERMO DE COLABORAÇÃO. Conselho Comunitário Ponte do Imaruim.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Colaboração com o Conselho Comunitário Ponte do Imaruim, inscrita no CNPJ nº 83.720.631/0001-02, no valor de até R\$ 406.318,00 (quatrocentos e seis mil e trezentos e dezoito reais), a ser aplicado no atendimento na Educação Infantil – primeira etapa da Educação Básica – a crianças de zero a cinco anos de idade, completos ou a completar até trinta e um de dezembro (31/12), e crianças que completarem seis anos após primeiro de março (01/03).

Art. 2º A despesa com a execução dessa Lei, corre por conta da dotação específica do orçamento vigente:

Órgão: 13 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 001 - Secretaria Municipal de Educação
Função: 0012 - Educação
Subfunção: 0365 - Educação Infantil
Programa: 0010 - Educação
Ação: 1047 - Subvenções Sociais e Entidades
Elemento: 3335000000000000 - Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos
Vínculo: 01190207 - Transf. FUNDEB 40%

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 08 de janeiro de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.805, DE 08 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2310461

LEI Nº 4.805, DE 08 DE JANEIRO DE 2020.

TERMO DE COLABORAÇÃO. Associação João Paulo II.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Colaboração com o Associação João Paulo II, inscrita no CNPJ nº 76.276.500/0001-12, no valor de até R\$ 339.526,00 (trezentos e trinta e nove mil e quinhentos e vinte e seis reais), a ser aplicado no atendimento na Educação Infantil – primeira etapa da Educação Básica – a crianças de zero a cinco anos de idade, completos ou a completar até trinta e um de dezembro (31/12), e crianças que completarem seis anos após primeiro de março (01/03).

Art. 2º A despesa com a execução dessa Lei, corre por conta da dotação específica do orçamento vigente:

Órgão: 13 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 001 - Secretaria Municipal de Educação
Função: 0012 - Educação
Subfunção: 0365 - Educação Infantil
Programa: 0010 - Educação
Ação: 1047 - Subvenções Sociais e Entidades
Elemento: 3335000000000000 - Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos
Vínculo: 01010143 - Receita de Impostos - educação 25%

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 08 de janeiro de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.806, DE 08 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2310463

LEI Nº 4.806, DE 08 DE JANEIRO DE 2020.

TERMO DE COLABORAÇÃO. Associação Esportiva, Recreativa, Cultural, Beneficente Social e Educacional Doce Mar.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Colaboração com o Associação Esportiva, Recreativa, Cultural, Beneficente Social e Educacional Doce Mar, inscrita no CNPJ nº 08.960.082/0001-28, no valor de até R\$ 345.092,00 (trezentos e quarenta e cinco mil e noventa e dois reais), a ser aplicado no atendimento na Educação Infantil – primeira etapa da Educação Básica – a crianças de zero a cinco anos de idade, completos ou a completar até trinta e um de dezembro (31/12), e crianças que completarem seis anos após primeiro de março (01/03).

Art. 2º A despesa com a execução dessa Lei, corre por conta da dotação específica do orçamento vigente:

Órgão: 13 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 001 - Secretaria Municipal de Educação
Função: 0012 - Educação
Subfunção: 0365 - Educação Infantil
Programa: 0010 - Educação
Ação: 1047 - Subvenções Sociais e Entidades
Elemento: 3335000000000000 - Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos
Vínculo: 01190207 - Transf. FUNDEB 40%

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 08 de janeiro de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.807, DE 08 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2310464

LEI Nº 4.807, DE 08 DE JANEIRO DE 2020.

TERMO DE COLABORAÇÃO. Conselho Comunitário de São Sebastião.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Colaboração com o Conselho Comunitário de São Sebastião, inscrita no CNPJ nº 76.554.989/0001-47, no valor de até R\$ 345.092,00 (trezentos e quarenta e cinco mil e noventa e dois reais), a ser aplicado no atendimento na Educação Infantil – primeira etapa da Educação Básica – a crianças de zero a cinco anos de idade, completos ou a completar até trinta e um de dezembro (31/12), e crianças que completarem seis anos após primeiro de março (01/03).

Art. 2º A despesa com a execução dessa Lei, corre por conta da dotação específica do orçamento vigente:

Órgão: 13 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 001 - Secretaria Municipal de Educação
Função: 0012 - Educação
Subfunção: 0365 - Educação Infantil
Programa: 0010 - Educação
Ação: 1047 - Subvenções Sociais e Entidades
Elemento: 3335000000000000 - Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos
Vínculo: 01010143 - Receita de Impostos - educação 25%

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 08 de janeiro de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.808, DE 08 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2310465

LEI Nº 4.808, DE 08 DE JANEIRO DE 2020.

TERMO DE COLABORAÇÃO. Fundação Hermon.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Colaboração com a Fundação Hermon, inscrita no CNPJ nº 04.532.963/0004-30, no valor de até R\$ 175.329,00 (cento e setenta e cinco mil e trezentos e vinte e nove reais), a ser aplicado no atendimento na Educação Infantil – primeira etapa da Educação Básica – a crianças de zero a cinco anos de idade, completos ou a completar até trinta e um de dezembro (31/12), e crianças que completarem seis anos após primeiro de março (01/03).

Art. 2º A despesa com a execução dessa Lei, corre por conta da dotação específica do orçamento vigente:

Órgão: 13 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 001 - Secretaria Municipal de Educação
Função: 0012 - Educação
Subfunção: 0365 - Educação Infantil
Programa: 0010 - Educação
Ação: 1047 - Subvenções Sociais e Entidades
Elemento: 3335000000000000 - Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos
Vínculo: 01010143 - Receita de Impostos - educação 25%

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 08 de janeiro de 2020.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.809, DE 08 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2310466

LEI Nº 4.809, DE 08 DE JANEIRO DE 2020.

TERMO DE COLABORAÇÃO. Associação Pró-Brejarú.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Colaboração com o Associação Pró-Brejarú, inscrita no CNPJ nº 07.104.903/0001-61, no valor de até R\$ 195.360,00 (cento e noventa e cinco mil e trezentos e sessenta reais), a ser aplicado no atendimento na Educação Básica – segunda etapa da Educação Básica – no contra turno, a crianças e adolescentes de 06 (seis) a 16 (dezesesseis) anos de idade, completos ou a completar até trinta e um de dezembro (31/12), e crianças que completarem seis anos após trinta e um de março (31/03).

Art. 2º A despesa com a execução dessa Lei, corre por conta da dotação específica do orçamento vigente:

Órgão: 13 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 001 - Secretaria Municipal de Educação
Função: 0012 - Educação
Subfunção: 0365 - Educação Infantil
Programa: 0010 - Educação
Ação: 1047 - Subvenções Sociais e Entidades
Elemento: 3335000000000000 - Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos
Vínculo: 01010143 - Receita de Impostos - educação 25%

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 08 de janeiro de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.810, DE 08 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2310468

LEI Nº 4.810, DE 08 DE JANEIRO DE 2020.

TERMO DE COLABORAÇÃO. Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social – AEBAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Colaboração com o Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social – AEBAS, inscrita no CNPJ nº 83.932.608/0004-24, no valor de até R\$ 170.940,00 (cento e setenta mil e novecentos e quarenta reais), a ser aplicado no atendimento na Educação Básica – segunda etapa da Educação Básica – no contra turno, a crianças e adolescentes de 06 (seis) a 16 (dezesesseis) anos de idade, completos ou a completar até trinta e um de dezembro (31/12), e crianças que completarem seis anos após trinta e um de março (31/03).

Art. 2º A despesa com a execução dessa Lei, corre por conta da dotação específica do orçamento vigente:

Órgão: 13 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 001 - Secretaria Municipal de Educação
Função: 0012 - Educação
Subfunção: 0365 - Educação Infantil
Programa: 0010 - Educação
Ação: 1047 - Subvenções Sociais e Entidades
Elemento: 3335000000000000 - Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos
Vínculo: 01010143 - Receita de Impostos - educação 25%

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 08 de janeiro de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.811, DE 08 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2310470

LEI Nº 4.811, DE 08 DE JANEIRO DE 2020.

TERMO DE COLABORAÇÃO. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Palhoça - APAE.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Colaboração com o Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Palhoça - APAE, inscrita no CNPJ nº 75.398.966/0001-28, no valor de até R\$ 884.026,00 (oitocentos e oitenta e quatro mil e vinte e seis reais), a ser aplicado no atendimento da educação especial, de crianças, jovens e/ou adultos com deficiência da rede municipal de ensino e da Escola Especial Caminho da Esperança, mantida pela instituição.

Art. 2º A despesa com a execução dessa Lei, corre por conta da dotação específica do orçamento vigente:

Órgão: 13 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 001 - Secretaria Municipal de Educação
Função: 0012 - Educação
Subfunção: 0365 - Educação Infantil
Programa: 0010 - Educação
Ação: 1047 - Subvenções Sociais a Entidades
Elemento: 3335000000000000 - Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos
Vínculo: 01010143 - Receita de Impostos - educação 25%

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 08 de janeiro de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

RESULTADO FINAL TP Nº 229/2019

Publicação Nº 2310235

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO FINAL
TOMADA DE PREÇO Nº 229/2019

A Prefeitura Municipal de Palhoça torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento da habilitação e proposta apresentada para o Processo Licitatório nº 229/2019, na modalidade Tomada de Preços, que consiste na contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para execução de Muro de Contenção em Solo Grampeado (1.672,4m²), Avenida das Torres – Palhoça/SC, neste município.

CLASSIFICAÇÃO:

LUGAR	EMPRESA	PROPOSTA
1º	JMB PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS EIRELI	R\$ 949.230,80

Palhoça, 13 de janeiro de 2020.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 01/2020**

Publicação Nº 2310146

PORTARIA Nº 01 DE 13 DE JANEIRO DE 2020

O Presidente da Câmara Municipal de Palhoça, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições, resolve

REVOGAR:

Art. 1º - Ficam suspensas férias coletivas da servidora efetiva deste Poder Legislativo, Jacqueline Pagani Luz Werner, no período entre 13 a 31 de janeiro de 2020, ficando exclusivamente à disposição da da Câmara Municipal de Palhoça.

Art. 2º. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário;

JOEL FILIPE GASPAR
Presidente

Palma Sola

PREFEITURA

AVISO DE LIC. CREDENCIAMENTO Nº. 002/2020 - REALIZAÇÃO DE EXAMES - TABELA SUS

Publicação Nº 2310494

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMA SOLA - SC
AVISO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO

O Município de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que realizará Credenciamento, conforme descrição abaixo:

Objeto: Credenciamento de empresa para aquisição de serviço para realização de exames laboratoriais destinados aos pacientes da Secretaria Municipal de Saúde de Palma Sola. Os valores dos exames serão Tabela SUS.

Entrega dos envelopes: Até às 09:00 hs do dia 21/01/2020.

Abertura dos envelopes: às 09:00 hs do dia 21/01/2020.

Após a data da abertura do presente processo, poderão demais profissionais se credenciar até a data de 31 de dezembro de 2020, mediante a apresentação da documentação exigida no presente edital.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua Francisco Zanotto, 600, de Segunda a Sexta feira no horário normal de Expediente, das 07:00 as 13:00h e no site da prefeitura no endereço: www.palmasola.sc.gov.br.

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone: (0xx) 49 3652 – 3200.

Palma Sola, 13 de janeiro de 2020.

Cleomar Mantelli
Prefeito Municipal

AVISO DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2020 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - SEC. DE SAÚDE

Publicação Nº 2310141

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMA SOLA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº. 001/2020.

Tipo: Menor Preço Por Item

Objeto: Aquisição de Veículos – Sec. De Saúde.

Regimento: Lei 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei Federal n. 8.666, de 21.06.93 e, Decreto Municipal nº 026 de 05/09/2002

Entrega dos envelopes: Até às 08:30 hs do dia 27/01/2020.

Abertura dos envelopes: às 09:00 hs do dia 27/01/2020.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua Francisco Zanotto, 600, de Segunda a Sexta feira no horário normal de Expediente, ou seja, das 07:00 as 13:00h, e no site da Prefeitura.

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone: (0xx) 49 3652 – 3200.

Palma Sola, 13 de janeiro de 2020.

Marines Fatima Sansigolo
Pregoeira

DECRETO 009/2020

Publicação Nº 2310496

Decreto 009/2020, de 13 de janeiro de 2020.

Convoca Classificado no Processo Seletivo Edital 005/2019, realizado pelo Município de Palma Sola- SC e dá outras providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito de Palma Sola, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Art.1º. Fica convocado o abaixo relacionado classificado no Processo Seletivo 005/2019, na ordem de classificação, para comparecer na Prefeitura Municipal, munido da documentação exigida em edital, para preenchimento de vaga temporária, 20 horas semanal.

- Jéssica Aline Schmidt Primaz – Arquiteta.

Art. 2º. Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola,
em 09 de janeiro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito de Palma Sola

Registrado e Publicado nesta data

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

DECRETO 010/2020

Publicação Nº 2310503

Decreto 010/2020, de 13 de janeiro de 2020.

Regulamenta a concessão dos benefícios dispostos pelas Leis 1990/2017 e 2051/2019 e dá outras providências

Cleomar José Mantelli, Prefeito de Palma Sola, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas contidas nos incisos V e XXV, do artigo 73, combinado com o artigo 138, o inciso I, do artigo 140 e o artigo 146, todos da Lei Orgânica do Município:

Considerando que a Lei 1990/2017 instituiu o Programa "Porteira Para Dentro" de apoio ao pequeno produtor rural, através de serviços de maquinário, com o objetivo de incentivar os produtores rurais na preparação de solo e infra-estrutura da propriedade;

Considerando que o disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei 1990/2017 veda a acumulação do benefício de horas na eventualidade de não utilização em exercícios anteriores;

Considerando que o art. 6º, da Lei 2051/2019, disciplina que para os agricultores que não forem beneficiados com o Programa "Porteira Para Dentro", através da Lei 1990/2017, o município subsidiará 40% (quarenta por cento) do valor da hora máquina terceirizada, limitadas a 04 (quatro) horas anuais por propriedade;

Considerando que para os agricultores que não usufruírem dos benefícios previstos na Lei 1990/2017 e o benefício previsto no art. 6º da Lei 2051/2019, poderá o Município conceder bônus financeiro, como forma de incentivo pela produção e pela expedição de notas de produtor rural.

DECRETA

Art.1º. Fica fixada a vedação a acumulação dos benefícios de incentivos fixados pelas Leis 1990/2017 e 2051/2019, que disciplina o benefício "Porteira Para Dentro" e a concessão de subsídio de horas máquinas terceirizadas aos produtores rurais.

Art. 2º. Competirá ao produtor rural a escolha pelo benefício fixado pelas legislações dispostas no art. 1º, sendo que a opção por um automaticamente excluirá eventual requerimento em programa diverso no mesmo exercício financeiro.

Art. 3º. Os agricultores que não usufruírem de um dos benefícios fixados pelas Leis 1990/2017 e 2051/2019 no exercício financeiro, poderá encaminhar requerimento de bônus financeiro, no próximo exercício, nos termos disciplinado pelo art. 7º e seguintes da Lei 2051/2019, sendo vedada a sua acumulação.

Art. 4º. Competirá ao produtor rural efetuar o credenciamento com a escolha por um dos programas, no período estipulado pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, sob pena de indeferimento.

Art. 5º. A execução dos serviços requeridos ocorrerá após o término do período de credenciamento, análise e deferimento dos beneficiários, podendo ocorrer em até duas etapas, a discricionariedade da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, com base no interesse público e dotação orçamentária disposta.

Art.6º. Os beneficiários dos incentivos concedidos pelo município, através da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, não devem estar inadimplentes com o município.

Art.7º. O titular da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente, sempre que necessário, poderá expedir instruções objetivando a fiel observância do disposto neste Regulamento.

Art.8º. O valor máximo pago da hora terceirizada terá como piso o valor/hora da maior máquina pertencente ao Município de Palma Sola, ou seja, a máquina escavadeira hidráulica, valor previsto na Lei Municipal 2051/2019.

Art.9º. As despesas decorrentes da aplicação deste Regulamento serão cobertas, em cada exercício, com recursos do Orçamento Municipal, alocados na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art.10º. Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Art.11º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 13 de janeiro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito de Palma Sola

Registrado e Publicado nesta data

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 002 E 003/2020 - DISPENSA Nº. 001 E 002/2020 - CONDER

Publicação Nº 2310000

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 002/2020

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 003/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 001/2020
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMA SOLA – SC

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL- CONDER

OBJETO: Disciplinar o rateio dos recursos necessários à estruturação e manutenção do Programa de “Gestão Ambiental” que prevê sobre a gestão associada dos serviços públicos no licenciamento, monitoramento, controle, inspeção e fiscalização ambiental das atividades de impacto local, bem como no desenvolvimento, articulação e implementação de ações e projetos de conservação e preservação do meio ambiente, do uso sustentável e de redução dos impactos da ação humana nos ecossistemas naturais do município de PALMA SOLA através do CONDER no exercício fiscal de 2020

VALOR TOTAL R\$: 32.130,96

VIGÊNCIA: 31/12/2020

ASSINATURA: 13/01/2020

FUNDAMENTADO: LEI FEDERAL 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

CLEOMAR JOSÉ MANTELLI
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 003/2020

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 004/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 002/2020
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMA SOLA – SC

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL- CONDER

OBJETO: Ratear as despesas do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional-CONDER, entre os CONSORCIADOS nos termos do art. 8º da Lei nº. 11.107/05.

VALOR TOTAL R\$: 8.871,96

VIGÊNCIA: 31/12/2020

ASSINATURA: 13/01/2020

FUNDAMENTADO: LEI FEDERAL 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

CLEOMAR JOSÉ MANTELLI
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

Palmitos

PREFEITURA

PROCESSO 08/2020

Publicação Nº 2310472

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 08/2020. Modalidade: Pregão Presencial 03/2020. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE SISTEMA COMPLETO DE ALARME, COM MONITORAMENTO ELETRÔNICO 24 HORAS. Data da entrega dos envelopes: 24/01/2020 até as 08:30 horas. Data da abertura: 24/01/2020 às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura ou site www.palmitos.sc.gov.br. Palmitos, 13 de Janeiro de 2020. Dair Jocely Enge – Prefeito Municipal.

Papanduva

PREFEITURA

EDITAL Nº 04-2019 - EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - RUA JUSCELINO K. DE OLIVEIRA

Publicação Nº 2310333

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 04/2019.

O Município de Papanduva, por intermédio do Prefeito Municipal, em conformidade com as atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 145, III da Constituição Federal c/c arts. 81 e 82 do Código Tributário Nacional, Decreto Lei Federal nº 195 de 24/02/1967, Código Tributário Municipal – Lei Complementar nº 1279/93, e da Lei Complementar Municipal nº 050/2013, TORNA PÚBLICO a quem interessar possa, em especial aos proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título dos imóveis localizados nos trechos de ruas do perímetro urbano identificadas neste Edital, que serão executadas pelo Município as obras de melhorias de que trata este Edital, apresentando-se a estimativa de custo, bem como a avaliação dos imóveis antes da execução das obras, previsão de valorização, para fins de possível cobrança da Contribuição de Melhoria decorrente de obra de pavimentação nas vias públicas da cidade, identificadas no item 2, devidamente autorizadas pelas Lei Complementar Municipal nº50/2013 , conforme segue:

1. DO FATO GERADOR DO TRIBUTO:

A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador a valorização de imóveis dos contribuintes em razão da obra pública de pavimentação, drenagem pluvial e outras melhorias acessórias, conforme consta na Lei Complementar Municipal nº50 de 18 de outubro de 2013 e Lei específica nº 2234, de 20 de dezembro de 2019 e orçamento anexo.

§ 1º. Caso a avaliação individual seja inferior ao custo individual da obra, prevalece a avaliação.

§ 2º. Caso a avaliação individual seja superior ao custo individual da obra, prevalece o custo individual da obra.

2. DO LOCAL DAS OBRAS:

As obras de melhoria serão executadas, parte da Rua Juscelino Kubitschke de Oliveira trecho da Rua John F. Kennedy, até a rua Jahir Damaso.

3. PLANTAS DE SITUAÇÃO E MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO:

As Plantas de Situação, Memorial, Descritivo, Orçamento, relação dos Imóveis integram o presente Edital na forma dos Anexos I planta da área de influência, Anexo II do Orçamento, Anexo III relação dos Imóveis descritos individualmente, antes da execução da obra, Anexo IV Memorial Descritivo; anexo V relação dos Imóveis descritos individualmente, após a execução da obra, e se prestam a traçar diretrizes para a execução dos serviços de pavimentação, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução das obras de pavimentação que, exemplificativamente, podem ser: serviços de topografia, alinhamento, nivelamento com caixas coletoras de águas pluviais (boca de lobo), escavação, compactação, drenagem, abertura mecânica de valas, assentamento de tubos, serviços de terraplanagem como cortes e aterros. **Construção de Pavimento com Aplicação de Concreto Betuminoso Usinado a quente (CBUQ), meio fio e lastro de pedra britada na espessura de 0,05 m na largura de 1,50 m.**

4. ORÇAMENTO DE CUSTO DA OBRA:

O custo total das obras a serem executadas é de R\$ 154.465,12(cento e cinquenta e quatro mil quatrocentos e sessenta e cinco mil e doze reais.), conforme descrito no Anexo II.

5. PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO E VALOR A SER SUPOSTADO PELA ADMINISTRAÇÃO

O custo total da obra está orçado em R\$ 154.465,12(cento e cinquenta e quatro mil quatrocentos e sessenta e cinco mil e doze reais), A determinação do valor da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização Imobiliária decorrente da melhoria, observado o disposto no item **1 e §§ deste edital.**

6. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA:

Constatada a ocorrência do fato gerador, a Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pelas obras, ou seja, dos imóveis confrontantes com os trechos da rua mencionadas no item dois que sofrerem valorização, conforme plantas de localização, anexo I, relação dos imóveis, constante no Anexo III.

7. PARCELA DEVIDA POR CADA CONTRIBUINTE E DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO:

O fator de absorção do benefício da valorização previsto para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas será de até 100% (cem por cento) sobre o valor dos imóveis beneficiados, no montante a ser apurado através de avaliações realizadas antes e após a execução da obra.

A base de cálculo da Contribuição de Melhoria será estabelecida pelo *quantum* de valorização experimentado por cada imóvel, cujo valor será obtido pelo comparativo dos dois laudos de avaliação, o primeiro elaborado antes do início dos trabalhos (Anexo III) e o segundo ao seu término, Anexo V.

Os laudos serão elaborados por comissão nomeada pelo Chefe do Poder Executivo, e por profissional habilitado na área contratado a esse fim.

Os laudos de avaliação gozam de presunção de veracidade e legitimidade, admitida prova em contrário, e não serão utilizados para cobrança de tributo diverso da Contribuição de Melhoria.

Constatada a ocorrência do fato gerador, a alíquota incidente para fins de cobrança da contribuição de melhoria, para cada contribuinte, será de no máximo 100% (cem por cento) do custo individualizado da obra (custo da obra para cada imóvel beneficiado), conforme item 5, *supra*.

Correrão por conta do Município de Papanduva, as cotas relativas aos imóveis pertencentes ao patrimônio do Município ou isentos de Contribuição de Melhoria e as importâncias que se referirem à área de benefício comum.

8. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL:

Integra o presente Edital o primeiro laudo de avaliação inicial dos imóveis, antes da realização da obra, conforme Anexo III.

Comprovado o legítimo interesse, poderão ser impugnados quaisquer elementos constantes do Edital e seus anexos (inclusive do laudo de avaliação), dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados de sua publicação.

A impugnação deverá ser entregue no protocolo geral da Prefeitura Municipal e dirigida à Secretaria Municipal de Administração e Finanças por meio de petição, que servirá para início do processo administrativo, no qual o interessado poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo da obra dentre outros elementos.

A impugnação não obstará o início ou o prosseguimento da obra ou a prática dos atos necessários à arrecadação do tributo, e sua decisão terá efeito somente para o impugnante.

9. DA IMPUGNAÇÃO AO LANÇAMENTO:

Após a elaboração do segundo laudo de avaliação, Anexo V, o lançamento do tributo e a notificação do contribuinte, este poderá, no prazo de 30 (trinta dias), contados do recebimento da notificação, apresentar impugnação que suspenderá os efeitos do lançamento em relação ao impugnante e a decisão sobre ela manterá ou anulará os valores lançados.

Mantido o valor do lançamento, retoma-se do momento em que havia sido suspenso o prazo fixado para pagamento da contribuição de melhoria, desde a data da ciência do contribuinte.

A anulação do primeiro lançamento não elide a efetivação de novo lançamento, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação.

10. DOS ANEXOS:

Integram o presente Edital, sendo parte integrante do mesmo para todos os fins, os seguintes anexos:

ANEXO I - Planta do trecho da rua a ser pavimentada.

ANEXO II - Orçamento de custo da obra.

ANEXO III – Relação dos imóveis descritos individualmente, primeiro laudo de avaliação.

ANEXO IV – Memorial descritivo da obra.

ANEXO V – Relação dos imóveis descritos individualmente, segundo laudo de avaliação.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS:

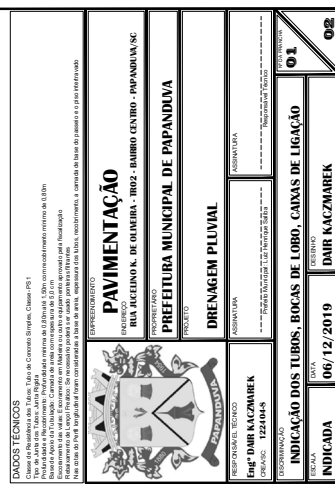
Demais informações poderão ser obtidas no Setor de Projetos e Tributação da Prefeitura Municipal de Papanduva.

Papanduva 09 O1 de 2020

Luiz Henrique Saliba


Prefeito Municipal

Publicação Nº 2310341



EDITAL Nº 04-2019 - EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - RUA JUSCELINO K. DE OLIVEIRA - ANEXO II

Publicação Nº 2310343

<div></div> <div>Planilha Orçamentária Obra: Pavimentação Asfáltica Local: Rua Juscelino K. de Oliveira- Bairro Centro - Papanduva/SC Área (Pista de Rolamento): 1.246,06 m² Extensão: 143,12 m</div>											
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO					UNID.	QUANT.	UNITÁRIO COM BDI	UNITÁRIO SEM BDI	TOTAL	Código SINAPI Sem Desoneração (BDI 23,0%)
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES									830,51	
1.1	Placa de obra em chapa de aço galvanizado					m²	2,88	288,37	234,45	830,51	74209/001
2.0	TERRAPLANAGEM									4.423,81	
2.1	Regularização e compactação de subleito até 20cm de espessura (pista de rolamento + passeio)					m²	1.656,49	1,54	1,25	2.550,99	72961
2.2	Escavação incluindo carga, descarga e transporte, em solo de 1ª categoria com escavadeira hidráulica, com caminhões basculantes de 14 m³					m³	224,29	8,35	6,79	1.872,82	89885
3.0	DRENAGEM PLUVIAL									39.103,66	
3.1	Escavação mecanizada de vala com profundidade até 1,5 m com retroescavadeira (capacidade da caçamba da retro: 0,26 m³ / potência: 88 hp), largura menor que 0,8 m, em solo de 1ª categoria, locais com baixo nível de interferência					m³	153,22	7,55	6,14	1.156,81	90105
3.2	Lastro de vala com preparo de fundo, largura menor que 1,5 m, com camada de areia, lançamento mecanizado, em local com nível baixo de interferência					m³	6,36	176,71	143,67	1.123,88	94111
3.3	Tubo de concreto para redes coletoras de águas pluviais, diâmetro de 400 mm com junta rígida instalado em local com baixo nível de interferências					m	163,00	80,29	65,28	13.087,27	95568
3.4	Reaterro mecanizado de vala com retroescavadeira (capacidade da caçamba da retro: 0,26 m³ / potência: 88 HP), largura até 0,8 m, profundidade até 1,5 m, com solo (sem substituição) de 1ª categoria em locais com baixo nível de interferência					m³	122,58	12,34	10,03	1.512,64	93379
3.5	Boca de lobo simples					un	9,00	898,11	730,17	8.082,99	83659
3.6	Boca de lobo simples - grelha de concreto BLSG					un	1,00	898,11	730,17	898,11	2003628 - DNIT
3.7	Caixa de ligação e passagem - CLP 03					un	1,00	1.740,34	1.414,91	1.740,34	2003648 - DNIT
3.8	Assentamento (meio-fio), em trecho reto, confeccionado em concreto pré-fabricado, dimensões 100x15x13x30 cm (comprimento x base inferior x base superior x altura), para vias urbanas					m	279,00	39,26	31,92	10.953,54	94273
3.9	Assentamento (meio-fio), em trecho curvo, confeccionado em concreto pré-fabricado, dimensões 100x15x13x30 cm (comprimento x base inferior x base superior x altura), para vias urbanas					m	13,00	42,16	34,28	548,08	94274
4.0	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA									101.371,10	
4.1	Execução e compactação de base e ou sub base com macadame seco (espessura=20 cm)					m³	249,21	116,92	95,06	29.137,63	96400
4.2	Execução e compactação de base e ou sub base com brita graduada simples (esp= 10 cm)					m³	124,61	130,36	105,98	16.244,16	96396

4.3	Imprimação de base de pavimentação com CM-30	m²	1.246,06	7,58	6,16	9.445,13	96401
4.4	Pintura de ligação com emulsão RR-1C	m²	1.246,06	1,73	1,41	2.155,68	72942
4.5	Construção de pavimento com aplicação de concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), camada de rolamento, com espessura de 4,0 cm exclusive transporte	m³	49,84	886,87	721,03	44.201,60	95993
4.6	Transporte c/ Caminhão Basculante 10 m³ de Massa Asfáltica p/ Pavimentação Urbana	m³xKm	149,52	1,25	1,02	186,90	95303
5.0	PASSEIOS					3.066,97	
5.1	Compactação de aterro dos passeios com placa, sem controle do GC	m³	82,09	5,20	4,23	426,87	74005/001
5.2	Lastro com material granular, aplicação em pisos, espessura de 5 cm (Brita 0)	m³	20,52	128,66	104,60	2.640,10	96622
6.0	SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO					5.669,07	
6.1	Fornecimento e implantação de placa de regulamentação em aço, R1 lado 0,25 m - película retrorrefletiva tipo I e SI	un	2,00	197,86	160,86	395,72	5213444 - DNIT
6.2	Fornecimento e implantação de placa de advertência em aço, lado de 0,60 m - película retrorrefletiva tipo I e SI	un	4,00	202,24	164,42	808,96	5213464 - DNIT
6.3	Fornecimento e implantação de placa de regulamentação em aço D = 0,60 m - película retrorrefletiva tipo I e SI	un	2,00	190,77	155,10	381,54	5213440 - DNIT
6.4	Placa para identificação nome de rua, dimensões 60x25cm	un	2,00	103,36	84,03	206,72	73916/002
6.5	Fornecimento e implantação de suporte metálico galvanizado para placas de sinalização	un	10,00	242,72	197,33	2.427,20	5213851 - DNIT
6.6	Pintura de faixa - tinta base acrílica - espessura de 0,4 mm	m²	83,85	17,28	14,05	1.448,93	5213400 - DNIT
7.0	TOTAL					154.465,12	

Observação: Tabela de Referência SINAPI / Setembro 2019 - Não Desonerada - DNIT / Abril 2019

Assinatura:

DAIR KACZMAREK
Engenheiro Civil
CREA/SC 122404-8

Papanduva, 06 de dezembro de 2019

Publicação Nº 2310347

[illegible]

.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA
Rua Sérgio Glevinsk nº 134 – Centro
Papanduva – SC
Fone: (47) 3653 - 2166

MEMORIAL DESCRITIVO PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA JUCELINO K. DE OLIVEIRA

Rua Jucelino K. de Oliveira
Largura da rua: Variável
Extensão da Rua: 143,12 m
Área de pavimentação: 1.246,06 m²

Papanduva
2019

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	4
INSTALAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA OBRA	5
1.0 - SERVIÇOS PRELIMINARES	5
1.1 - Placa de Obra.....	5
2.0 - TERRAPLANAGEM	5
2.1 - Regularização e Compactação de Subleito	5
2.2 - Escavação Carga e Transporte de Material de 1ª Categoria.....	6
3.0 - DRENAGEM PLUVIAL.....	6
3.1 - Escavação Mecânica Reaterro e Compactação de Vala.....	6
3.2 - Lastro de Vala com Preparo de Fundo	7
3.3 - Tubo de Concreto para Redes Coletoras de Águas Pluviais.....	7
3.4 - Boca de Lobo Simples e com Grelha de Concreto.....	8
3.5 - Caixa de Ligação e Passagem	8
3.6 - Assentamento (meio fio), Confeccionado Em Concreto Pré-Fabricado.....	9
4.0 - PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA.....	9
4.1 - Execução e Compactação de Base e ou Sub base com Macadame Seco	9
4.2 - Execução e Compactação de Base com Brita Graduada.....	9
4.3 - Imprimação.....	10
4.4 - Pintura de Ligação.....	10
4.5 - Construção de Pavimento com Aplicação de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ).....	11
5.0 - PASSEIOS	12
5.1 - Compactação de Aterro dos Passeios	12
5.2 - Lastro de Material Granular, Espessura de 5cm	13
6.0 - SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO	13

3

6.1 - Fornecimento e implantação de placa de regulamentação em aço - película retrorrefletiva tipo I e SI.....	13
6.2 Fornecimento e implantação de placa de advertência em aço - película retrorrefletiva tipo I e SI.....	14
6.3 - Placa para Identificação Nome de Rua.....	14
6.4 - Pintura de Faixa - Tinta Base Acrílica.....	14
7.0 - EXECUÇÃO E CONTROLE	15
7.1 - Responsabilidades	15
8.0 - ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO.....	16
9.0 - LIMPEZA DA OBRA	16
10.0 - RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS	17
11.0 - ESTUDO HIDROLÓGICO	18
11.1 - Introdução.....	18
11.2 - Coleta de Dados.....	18
11.2.1 - Características da Região	18
11.2.2 - Tipos Climáticos	18
11.2.3 - Dados Pluviométricos	20
11.2.4 - Precipitações Mensais	20
11.2.5 - Precipitações Diárias e Anuais	22
11.3 - Cálculo da Vazão	24
11.3.1 - Cálculo da Vazão Pelo Método Racional.....	24
11.3.2 T - Período de Recorrência ou Retorno.....	25
11.3.3 C - Coeficiente de Escoamento.....	26
12.0 - DIMENSIONAMENTO DA TUBULAÇÃO.....	28
13.0 - PLANILHAS DE DIMENSIONAMENTO	30

APRESENTAÇÃO

O projeto de drenagem visou dotar à via de dispositivos capazes de coletar e conduzir adequadamente as águas que incidem sobre a mesma.

As presentes especificações têm como objetivo, fornecer informações para a execução de Serviços de PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA com área total de 1.246,6 m² na Rua Jucelino K. de Oliveira localizada no Bairro Centro, Papanduva/SC.

Figura 1: Rua Jucelino K. de Oliveira



Fonte: Google Earth

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

A execução de todos os serviços obedecerá rigorosamente às indicações constantes neste memorial descritivo e em consonância a planilha orçamentária quantitativa físico-financeira e projeto arquitetônico.

É de responsabilidade da CONTRATADA/EMPRESA, o fornecimento de todos os materiais, ferramentas, equipamentos e mão de obra de primeira linha necessária ao cumprimento integral do objeto da licitação, baseando-se no projeto básico fornecido bem como no respectivo memorial descritivo, responsabilizando-se pelo atendimento a todos os dispositivos legais vigentes, bem como pelo cumprimento de normas técnicas da ABNT,

CREA e demais pertinentes, normas de segurança, pagamento de encargos, taxas, emolumentos, etc., e por todos os danos causados às obras e ou serviços, bem como a terceiros, reparando, consertando, substituindo, ressarcindo, etc., os seus respectivos proprietários as suas plenas expensas.

Nenhuma alteração nas especificações poderá ser feita sem autorização por parte da Fiscalização responsável, que poderá impugnar qualquer trabalho feito em desacordo com os itens que compõe o projeto básico.

INSTALAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA OBRA

Periodicamente a obra deverá ser limpa, sendo procedida a remoção de todos os entulhos e detritos acumulados no decorrer dos trabalhos.

A contratada será responsável pelo fornecimento e fixação da placa de obra caso exigida pela legislação do CREA e demais órgãos de fiscalização.

1.0 - SERVIÇOS PRELIMINARES

1.1 - Placa de Obra

As placas deverão ser confeccionadas de acordo com cores, medidas, proporções e demais orientações contidas no manual do Governo Federal sobre Placas de Obras. Elas deverão ser confeccionadas em chapas planas, metálicas, galvanizadas fixadas em estrutura de madeira e, material resistente às intempéries. Tamanho de (2,40 X 1,20 m).

As informações deverão estar em material plástico (poliestireno), para fixação ou adesivação nas placas. Quando isso não for possível, as informações deverão ser pintadas a óleo ou esmalte. Dá-se preferência ao material plástico, pela sua durabilidade e qualidade. As placas deverão ser afixadas em local visível, preferencialmente no acesso principal do empreendimento ou voltadas para a via que favoreça a melhor visualização. Recomenda-se que as placas sejam mantidas em bom estado de conservação, inclusive quanto à integridade do padrão das cores, durante todo o período de execução das obras.

2.0 - TERRAPLANAGEM

2.1- Regularização e Compactação de Subleito

Esta especificação aplica-se à regularização do subleito da via a ser pavimentada com a terraplanagem concluída.

Regularização é a operação que é executada prévia e isoladamente na construção de outra camada do pavimento, destinada a conformar o subleito, quando necessário, transversal e longitudinalmente. O grau de compactação deverá ser no mínimo, 80% em relação à massa específica aparente seca máxima, obtida na energia do Proctor Intermediário. São indicados os seguintes tipos de equipamentos para execução da regularização: motoniveladora com escarificador; rolos compactadores tipo pé-de-carneiro ou liso vibratório. Os equipamentos de compactação e mistura, serão escolhidos de acordo com o tipo de material empregado e poderão ser utilizados outros, que não os especificados acima, desde que aceitos pela Fiscalização.

2.2 - Escavação Carga e Transporte de Material de 1ª Categoria

São segmentos cuja implantação requer escavação do terreno natural, ao longo do eixo e no interior dos limites das seções do projeto, que definem a plataforma de Projeto. No método executivo, as operações de corte compreendem:

- Escavação dos materiais constituintes do terreno natural até o greide de terraplenagem indicado no projeto Geométrico;

Estes materiais deverão ser transportados para locais previamente indicados pela fiscalização, de forma a não causar transtornos, provisórios ou definitivos, à obra. Serão empregados tratores equipados com lâminas, carregadoras conjugadas com outros equipamentos, escavadeira hidráulica e transportadores diversos. A operação incluirá, complementarmente, a utilização de tratores e motoniveladoras, manutenção de caminhos de serviço e áreas de trabalho. O rebaixamento é variável em toda a extensão das ruas, pois será aproveitado a base já consolidada das ruas. Somente quando não for possível manter o nível como entradas de garagem acesso a residências lojas ou estabelecimentos comerciais deverá ser feito o rebaixamento da via.

3.0 - DRENAGEM PLUVIAL

3.1 - Escavação Mecanizada de Vala

A abertura da vala é realizada com a ajuda de uma retroescavadeira, cujas características devem ser adaptadas ao diâmetro do tubo, ao meio e à profundidade do assentamento. A largura da vala é em função do DN e da natureza do terreno, ou seja, será igual ao diâmetro externo do tubo acrescido de 15cm para todos os diâmetros.

As escavações deverão propiciar depois de concluídas, condições para montagem das tubulações em planta e perfil e caixas em geral.

Todas as drenagens previstas deverão seguir rigorosamente o projeto quanto aos diâmetros especificados em projeto.

Os locais escavados deverão ficar livres de água, qualquer que seja a sua origem (chuva, vazamento de lençol freático.), devendo para isso ser providenciada a sua drenagem através de esgotamento, para não prejudicar os serviços, ou causar danos à obra. O esgotamento se necessário poderá ser utilizado ponteiros filtrantes.

As escavações acima de 1,25m deverão ser escoradas a fim de preservar a vida e a qualidade da obra. A execução das escavações implicará responsabilidade integral da CONTRATADA pela sua resistência e estabilidade. O material utilizado para o escoramento poderá ser em madeira ou outro equipamento previamente aprovado pela fiscalização. O revestimento mínimo dos tubos em concreto simples e em concreto armado será de no mínimo 80 cm.

O reaterro das valas será processado até o restabelecimento dos níveis anteriores das superfícies originais ou de forma designada pelos projetos, e deverá ser executado de modo a oferecer condições de segurança às tubulações e bom acabamento da superfície, não permitindo seu posterior abatimento. Os aterros e ou reaterros em geral, serão executados com material de primeira categoria, devidamente umedecidas até atingir a umidade ótima, até a compactação ideal, de 80% do Proctor Normal, até a cota final do reaterro.

3.2 - Lastro de Vala com Preparo de Fundo

O fundo das valas deverá ser preparado de forma a manter uma declividade constante em conformidade com a indicada no projeto, proporcionando apoio uniforme e contínuo ao longo da tubulação. O terreno do fundo das valas deverá estar seco, sendo feita se necessário, uma drenagem prévia. O fundo das valas deverá ser regularizado e possuir lastro de areia com espessura mínima de 5,0cm para o perfeito assentamento dos tubos que serão do tipo macho e fêmea.

3.3 - Tubo de Concreto para Redes Coletoras de Águas Pluviais

A rede coletora que ficará sob a pista será constituída por tubos de concreto com seção circular com Ø 400 mm, classe PS1, tipo macho-fêmea. A rede não será executada com berço de concreto. Os tubos deverão ser assentados sobre a camada de areia já executada.

A operação de colocação dos tubos se dará pela seguinte forma:

- a) Instalação de tubos, conectando-se às bocas de lobo;
- b) Rejuntamento dos tubos com argamassa cimento-areia, traço 1:3 com aditivo que evite a retração, conforme orienta a NBR 1564:2008.

- c) Execução do reaterro com o próprio material escavado da vala;
- d) O reaterro deve ser compactado com compactador mecânico ou com a própria retro escavadeira;

3.4 - Boca de Lobo Simples e com Grelha de Concreto

As caixas coletoras são do tipo boca de lobo, cujas dimensões constam no projeto, as profundidades são variáveis dependendo da profundidade da tubulação e de seu diâmetro. As obras abrangidas por esta especificação tratam basicamente de dispositivo construído em blocos de concreto preenchidos de concreto.

Escavação para a instalação das caixas ou bocas deverá ser feita de modo a permitir a sua execução com espaços laterais suficientes. O fundo da cava, deverá ser regularizado e compactado mecanicamente de modo a garantir boa qualidade da fundação. Após a compactação será lançado uma camada de concreto magro, na espessura de 5,0 cm de modo a regularizar a superfície e melhorar as condições da distribuição do carregamento do solo. Sobre o lastro serão erguidas as paredes da caixa ou boca de lobo. Os tubos que convergem nas caixas deverão estar assentados e fixados antes da execução das paredes das caixas de passagem ou das bocas de lobo que os envolvem. Depois da execução e o respectivo tempo de cura dos mesmos serão feitos os reaterros laterais das paredes. Após a complementação do reaterro será feita a limpeza da caixa para remover todo o entulho caído no interior e que possa vir a comprometer o escoamento, depois então serão assentadas as tampas de concreto indicadas no projeto.

3.5 - Caixa de Ligação e Passagem

As caixas de ligação e passagem, cujas dimensões constam no projeto, têm suas profundidades variáveis dependendo da profundidade da tubulação e de seu diâmetro. As obras abrangidas por esta especificação tratam basicamente de dispositivo construído com blocos de concreto, preenchidos com concreto.

A escavação para a instalação das caixas deverá ser feita de modo a permitir a sua execução com espaços laterais suficientes para o assentamento da alvenaria com blocos de concreto. O fundo da cava, antes do lançamento do lastro de concreto magro, deverá ser regularizado e compactado mecanicamente de modo a garantir boa qualidade da fundação. Após a compactação será lançado uma camada de concreto magro, na espessura de 5,0 cm de modo a regularizar a superfície e melhorar as condições da distribuição do carregamento do solo. Sobre o lastro serão erguidas as paredes da caixa. Os tubos que convergem nas caixas deverão estar assentados e fixados antes da execução das paredes

das caixas de passagem. Depois da execução e o respectivo tempo de cura dos mesmos serão feitos os reaterros laterais das paredes com o lançamento do material em camadas na espessura de 20,0cm, compactando-se energeticamente cada camada. Após a complementação do reaterro será feita a limpeza da caixa para remover todo o entulho, caído no interior e que possa vir a comprometer o escoamento.

3.6 - Assentamento (meio-fio), Confeccionado em Concreto Pré-Fabricado

Deverá ser executada a escavação da porção anexa ao bordo do pavimento, obedecendo aos alinhamentos, cotas e dimensões indicado no projeto. Posteriormente a instalação e assentamento dos meios-fios pré-moldados, de forma compatível com o projeto-tipo considerado e finalmente o rejuntamento com argamassa cimento areia, traço 1:4, em massa.

Os meios-fios ou guias deverão ser pré-moldados em fôrmas metálicas ou de madeira revestida que conduza a igual acabamento, sendo submetidos a adensamento por vibração, e estes devem apresentar $f_{ck} \geq 20$ Mpa.

Os meios fios terão as seguintes dimensões, 100x15x13x30 cm (comprimento x base inferior x base superior x altura).

Deverá ser observada pela empresa CONTRATADA ao longo do percurso de pavimentação as entradas de garagens, entradas de pedestres e rampas de acessibilidade, no qual, deverá ser feito o rebaixamento dos meio fios, conforme especificado em projeto.

4.0 - PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA

4.1 - Execução e Compactação de Base e ou Sub Base com Macadame Seco

Macadame seco é a camada de sub-base, que será efetuada em toda a largura da pista, com a utilização de material de bloqueio, agregado graúdo e material de enchimento. Deverá ser executada uma camada compactada com espessura de 20 cm.

4.2 - Base para Pavimentação com Brita Graduada, Inclusive Compactação

Esta especificação se aplica à execução de base de brita granular constituída de brita graduada. Os serviços somente poderão ser iniciados, após a conclusão dos serviços de terraplenagem e regularização do subleito, e deverão ser executados isoladamente da construção das outras camadas. Será executado em conformidade com as seções transversais tipo do projeto e compreenderá as seguintes operações: fornecimento,

transporte, espalhamento, compactação e acabamento, a camada terá espessura de 10,0 cm, conforme especificado no projeto. Os serviços de construção da camada de base deverão ser executados mecanicamente, constando o equipamento mínimo necessário: moto niveladora com escarificador, carro tanque distribuidor de água, rolo compactador vibratório liso, caminhões basculantes para o transporte do material e carregadeira. Além destes, poderão ser utilizados outros equipamentos aceitos pela Fiscalização.

O agregado para a base deverá estar isento de matéria vegetal e outras substâncias nocivas. O agregado para a base deverá possuir no mínimo 90% de partículas em peso, tendo pelo menos duas faces britadas.

O grau de compactação mínimo a ser requerido para cada camada de base será de 80% da energia AASHTO Modificado.

4.3 - Imprimação

Consiste na aplicação de camada de material asfáltico sobre a superfície de uma base concluída, antes da execução do revestimento asfáltico, objetivando: aumentar a coesão da superfície da base, promover condições de aderência entre a base e o revestimento, impermeabilizar a base.

O material asfáltico a empregar, será asfalto diluído tipo CM-30.

A distribuição do ligante deverá ser feita por carros equipados com bombas de distribuição e reguladores de pressão, além do equipamento de aquecimento, permitindo uma distribuição uniforme do material asfáltico em larguras variáveis.

A distribuição do ligante na temperatura adequada será feita em velocidade constante controlada por tacômetros adaptados nos veículos para tal fim.

A taxa escolhida será aquela que permita a absorção do ligante em vinte e quatro (24) horas, determinado por experiência nas quais serão feitas aplicações com taxas compreendidas entre 0,8 e 1,6 litros de CM-30 por metro quadrado, adotado 1,2 l/m².

Antes de ser executada a imprimação, deverá ser removido todo o material solto existente sobre a camada a ser imprimada.

Caso a superfície se encontre demasiadamente seca ou pulverulenta deverá ser ligeiramente umedecida, mas o ligante não poderá ser aplicado enquanto toda a água não tiver sido absorvida. O teor de umidade da camada a ser imprimada não poderá ser superior à umidade ótima mais de 30% do seu valor.

O ligante asfáltico deverá ser aquecido a uma temperatura, tal que, no espalhamento, se enquadre nos limites de viscosidade especificados.

A imprimação será medida através da área efetivamente executada em metros quadrados, de acordo com projeto, incluídas todas as operações e encargos necessários a

execução da imprimação, abrangendo armazenamento, perdas e transporte do ligante asfáltico.

4.4 - Pintura de Ligação

Consiste na aplicação de uma camada de material betuminoso, antes da execução de um revestimento betuminoso, objetivando promover a aderência entre este revestimento e a camada subjacente.

O material betuminoso a empregar será emulsão asfáltica tipo RR - 1C.

Os equipamentos convencionais utilizados neste tipo de serviço são:

Veículos especiais para a distribuição do ligante, caminhões pipa, tanque móvel de aquecimento e distribuição, compressores de ar (quando necessário).

Os carros distribuidores devem dispor de tacômetro, calibradores e termômetros de pequenas superfícies e correções localizadas.

A taxa escolhida será aquela que permita a ruptura em no máximo uma (1) hora, dependendo da temperatura ambiente, determinado por experiência nas quais serão feitas aplicações com taxas compreendidas entre 0,4 e 0,8 litros de RR – 1C por metro quadrado, adotado 0,6 l/m².

A temperatura de aplicação do material betuminoso deve ser fixada para cada tipo, em função da relação temperatura – viscosidade. Deve ser escolhida a temperatura que proporcione a melhor viscosidade para espalhamento.

A pintura de ligação será medida através da área efetivamente executada em metros quadrados de acordo com projeto, incluídas todas as operações e encargos necessários a execução da pintura de ligação, abrangendo, perdas e transporte do ligante betuminoso.

4.5 - Construção de Pavimento com Aplicação de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ)

Como o pavimento existente é em asfalto e encontra-se em boas condições de uso, optou-se por fazer o recapeamento asfáltico.

O concreto asfáltico consistirá de uma camada de mistura compreendendo agregado, asfalto e filler devidamente dosada, misturada e homogeneizada em usina, espalhada e comprimida a quente.

Considerou-se Concreto Betuminoso Usinado a Quente, incluso usinagem e aplicação, com espessura média de 4,0 cm compactado.

Para execução, considerar as faixas de trabalho sugeridas, para não haver perda do I. S.C dos materiais. (-1,0 a +1,0% da umidade ótima).

Os agregados devem ser aquecidos a temperaturas de 10°C a 15°C, acima da temperatura do ligante asfáltico.

A temperatura de aplicação do CBUQ será aquela na qual a viscosidade Engler situe-se em uma faixa de 25 + ou - 3. A mistura, neste caso, não deve deixar a usina com temperatura superior a 106°C.

As misturas de CBUQ devem ser distribuídas somente quando a temperatura ambiente se encontrar acima de 10°C, e com o tempo não chuvoso.

Deverão ser respeitadas as espessuras do projeto. Os ensaios Marshall são indispensáveis ao controle de qualidade desta capa, bem como o teor de betume para se evitarem exudações / desagregações, e granulometria para que se possa ter a certeza de que o material utilizado esteja na faixa especificada.

Durante a execução, poderá ser feito diariamente o controle de acabamento da superfície de revestimento, com o auxílio de duas réguas, uma de 3,00 metros e outra de 0,90 metros, colocadas em ângulo reto paralelamente ao eixo da rua, respectivamente. A variação da superfície, entre dois pontos quaisquer de contato, não deve exceder a 0,5 cm, quando verificada com qualquer das réguas. Quando da aplicação, deverá estar seco e isento de grumos.

Os equipamentos convencionais utilizados, neste tipo de serviço são: caminhões basculantes, vibro - acabadora auto propelida; rolo vibratório liso e rolo auto propulsor de Pneus.

O CBUQ será medido através da massa da mistura aplicada, em toneladas, conseguida pela diferença de pesagem dos caminhões antes e depois de carregados.

5.0 - “PASSEIOS”

5.1 - Compactação de Aterro dos passeios

Esta especificação aplica-se à regularização do subleito do passeio a ser pavimentado. Nestes locais é necessário ter uma base compacta, devem-se realizar os cortes e posteriormente a isso efetuar o espalhamento manualmente e a compactação de material de 1ª categoria em camadas com no máximo 10 cm de espessura. O material deverá ser extraído de empréstimos e ou jazidas.

Uma nova camada somente é colocada quanto a anterior tiver sido completamente compactada, até atingir a cota 7,0 cm abaixo do topo do meio-fio instalado no caso do uso de camada de brita. A sua superfície deverá estar com declividade transversal entre 1% e 2% em direção ao meio-fio junto a pista de rolamento.

A execução do pavimento dos passeios deverá respeitar a recomendação específica das normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT referentes aos respectivos materiais e sistemas construtivos, inclusive os seus instrumentos de controle de qualidade e garantia como a ABNT NBR 12255. As rampas para acesso de veículos ou demais nivelamentos entre a calçada e as edificações deverão ser acomodadas na parte interna do terreno (após o muro). É proibido construir rampas para veículos na faixa de circulação da calçada, pois dificultam ou impedem a circulação segura dos pedestres e das pessoas com mobilidade reduzida. Diante destas considerações iniciais, a CONTRATADA deverá verificar a necessidade de rebaixamento e/ou adequação das guias e tomar as providências cabíveis perante aos órgãos públicos para sua execução consultando-os sempre em caso de quaisquer dúvidas.

5.2 - Lastro de Material Granular, Espessura de 5cm

O pavimento inicia-se pelo espalhamento da camada de brita 0, este deverá atender às normas técnicas brasileiras pertinentes, estar limpo e isento de matéria orgânica. Este material deve ser jogado seco, limpo e solto (sem compactar) entre as guias de aço ou de madeira para depois ser sarrafeada com a régua que corre sobre as guias. A espessura dessa camada deverá ser de 5,0 cm de maneira que a superfície resultante fique uniforme e visualmente harmônica, evitando-se, inclusive, a presença de poças d'água após precipitações de chuva. A largura a ser executada será de 1,50 metros a partir do meio fio.

6.0 - SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO

Processo de sinalização constituído por dispositivos montados sobre suportes, no plano vertical, fixos ou móveis, por meio dos quais são fornecidas mensagens de caráter permanente e, eventualmente variáveis, através de legendas ou símbolos, com propósito de regulamentar, advertir ou indicar, uso das vias pelos veículos e pedestres da forma mais segura e eficiente, visando o conforto e segurança do usuário e melhor fluxo do tráfego.

6.1 - Fornecimento e implantação de placa de regulamentação em aço - película retrorrefletiva tipo I e SI

As placas de regulamentação são confeccionadas em chapa de aço planas com espessura de 1,25 mm de bitola # 18, chapa de aço cortado e furadas, adesivadas com material refletivo de acordo com as cores e padrões do CONTRAN. Chapa com antiferrugem e pintadas pelo processo eletrostático a pó e curadas a uma temperatura de 200°C. Suporte

para fixação em tubo galvanizado 48,30mmx2,65mmx3,00m, fixadas nos mesmos com parafusos passantes. As placas na face principal com fundo refletorizado com partícula Grau Técnico(GT)e as legendas confeccionadas também com película GT, semi refletiva.

6.2 Fornecimento e implantação de placa de advertência em aço, película retrorrefletiva tipo I e SI

As placas de advertência são confeccionadas em chapa de aço planas com espessura de 1,25 mm de bitola # 18, chapa de aço cortado e furadas, adesivadas com material refletivo de acordo com as cores e padrões do CONTRAN. Chapa com antiferrugem e pintadas pelo processo eletrostático a pó e curadas a uma temperatura de 200°C. Suporte para fixação em tubo galvanizado 48,30mmx2,65mmx3,00m, fixadas nos mesmos com parafusos passantes. As placas na face principal com fundo refletorizado com partícula Grau Técnico(GT) e as legendas confeccionadas também com película GT, semi refletiva.

6.3 - Placa para Identificação Nome de Rua

Placas confeccionadas em chapa tratadas com antiferrugem e pintadas com fundo azul escuro e letras em branco, com dimensões de 0,60x0,25m. Suporte para fixação em tubo galvanizado 48,30mmx2,65mmx3,00m, fixadas nos mesmos com parafusos passantes.

6.4 - Pintura de Faixa - Tinta Base Acrílica

As faixas que tem a função de definir e orientar os pedestres ordenando-os e orientando os locais de travessia na pista, sendo estas executadas com tinta à base de resina acrílica na cor branca. Na borda da pista de rolamento também deverá ser executada uma faixa contínua com 12,0 cm de largura na cor branca.

A faixa contínua consiste na execução de linhas longitudinais que tem a função de definir os limites da pista de rolamento e de orientar a trajetória dos veículos, ordenando-os por faixas de tráfego, e ainda a de regulamentar as possíveis manobras laterais, na cor amarelo “ambar”, espessura de 0,6 mm e padrão 3,09 da ABNT.

No eixo da pista, deverá ser executada uma sinalização horizontal na cor amarela, simples e contínua (conforme projeto em anexo), com 12 cm de largura, delimitando as faixas de sentidos opostos.

A travessa elevada deve ser pintada com tinta à base de resina acrílica, na cor amarela.

A sinalização deverá ser executada por meio manual e por pessoal habilitado. Dimensões das faixas de pedestre, lombada e faixa contínua deveram ser executadas conforme detalhe e especificações no projeto de Sinalização de Trânsito.

7.0 - EXECUÇÃO E CONTROLE

7.1 - Responsabilidades

a) Fica reservado ao CONTRATANTE/MUNICÍPIO, neste ato representado pela Secretaria de Obras e Serviços, o direito e a autoridade, para resolver todo e qualquer caso singular e porventura omissos neste memorial, e nos demais e que não seja definido em outros documentos contratuais, como o próprio contrato ou outros elementos fornecidos.

b) Na existência de serviços não descritos, a CONTRATADA/EMPRESA somente poderá executá-los após aprovação da FISCALIZAÇÃO. A omissão de qualquer procedimento ou norma neste memorial, no projeto básico, ou em outros documentos contratuais, não exime a CONTRATADA/EMPRESA da obrigatoriedade da utilização das melhores técnicas preconizadas para os trabalhos, respeitando os objetivos básicos de funcionalidade e adequação dos resultados, bem como todas as normas da ABNT vigentes, e demais pertinentes.

c) Não se poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, pela CONTRATADA/EMPRESA, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento das cláusulas e condições, do contrato, do projeto básico, das especificações técnicas, do memorial, bem como de tudo o que estiver contido nas normas, especificações e métodos da ABNT, e outras normas pertinentes citadas ou não neste memorial.

d) Caso haja discrepâncias, as condições especiais do contrato, especificações técnicas gerais e memoriais predominam sobre o projeto básico e detalhes específicos, devendo o fato, de qualquer forma, ser comunicado com a devida antecedência à FISCALIZAÇÃO, para as providências e compatibilizações necessárias.

e) As especificações do projeto e memorial descritivo destinam-se a descrição e a execução dos serviços completamente acabados nos termos deste memorial e objeto da contratação, e com todos elementos em perfeito funcionamento, de primeira qualidade e bom acabamento. Portanto, estes elementos devem ser considerados complementares entre si, e o que constar de um dos documentos é tão obrigatório como se constasse em todos os demais.

f) O responsável técnico da CONTRATADA/EMPRESA deverá efetuar todas as correções, interpretações e compatibilizações que forem julgadas necessárias, para o término dos serviços de maneira satisfatória, sempre em conjunto com a FISCALIZAÇÃO.

g) A CONTRATADA deverá visitar o local dos serviços e inspecionar as condições gerais do terreno, as alimentações das instalações/redes, passagens, redes existentes, taludes, árvores existentes, passeios existentes, cercas existentes, etc., bem como verificar as demais especificações do projeto, comparando-as com as medidas e níveis "In Loco", pois deverá constar da proposta todos os itens necessários à execução total dos serviços, não cabendo, após assinatura do contrato nenhum termo aditivo visando acrescentar itens ou quantitativos previstos inicialmente.

h) Deverá ser apresentado pela empresa CONTRATADA um relatório semanal "Plano de Trabalho", com a descrição dos serviços executados, bem como a comprovação dos mesmos através de fotos datadas anexadas ao relatório.

Sempre que solicitados deverão ser apresentados ensaios fornecidos pelo fabricante e/ou fornecidos pela contratada para comprovar atendimento as normas técnicas vigentes, com a obrigação de ser acompanhados de Parecer Técnico, com a respectiva RRT/ART.

i) A empresa contratada terá a obrigação de apresentar um Laudo Técnico de Controle Tecnológico do pavimento asfáltico. Este Laudo deverá conter ART e parecer conclusivo e os resultados dos ensaios realizados em cada etapa dos serviços conforme exigências normativas do DNIT.

8.0 - ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

a) Os serviços serão fiscalizados por pessoal credenciado e designado pela Administração Municipal de Papanduva/SC, através de sua Secretaria de Obras e Serviços e ou sucessoras, o qual será doravante, aqui designado FISCALIZAÇÃO.

b) A supervisão dos trabalhos, tanto da FISCALIZAÇÃO como da CONTRATADA, deverá estar sempre a cargo de um profissional, devidamente habilitado e registrado no CREA, com visto no Estado de Santa Catarina, que no caso da CONTRATADA deverá ser o responsável técnico mediante emissão de **ART** (anotação de responsabilidade técnica).

9.0 - LIMPEZA FINAL DA OBRA

Após a conclusão dos serviços será feita limpeza final em toda a obra com remoção de todo o entulho, lixo e sobras de materiais. Será efetuada a limpeza de todas as áreas pavimentadas (ruas e passeios) que serão varridos e lavados.

10.0 - RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

Concluídos todos os serviços, objetos de certame licitatório, se estiverem em perfeitas condições atestados pela FISCALIZAÇÃO, e depois de efetuada a inspeção geral, bem como recebida toda a documentação exigida nos termos contratuais, será recebida através de Termo de Recebimento, emitido juntamente com a última medição.

11.0 - ESTUDO HIDROLÓGICO

11.1 - Introdução

O objetivo é estabelecer metodologia, procedimentos e forma de apresentação de estudos hidrológicos, de modo a fornecer subsídios para o planejamento da obra e determinação das vazões de dimensionamento das estruturas hidráulicas e dos dispositivos de drenagem para o projeto da via.

11.2 - Coleta de Dados

A seguir será apresentado as características da região, como clima, e pluviometria do município de Papanduva, localizado no estado de Santa Catarina.

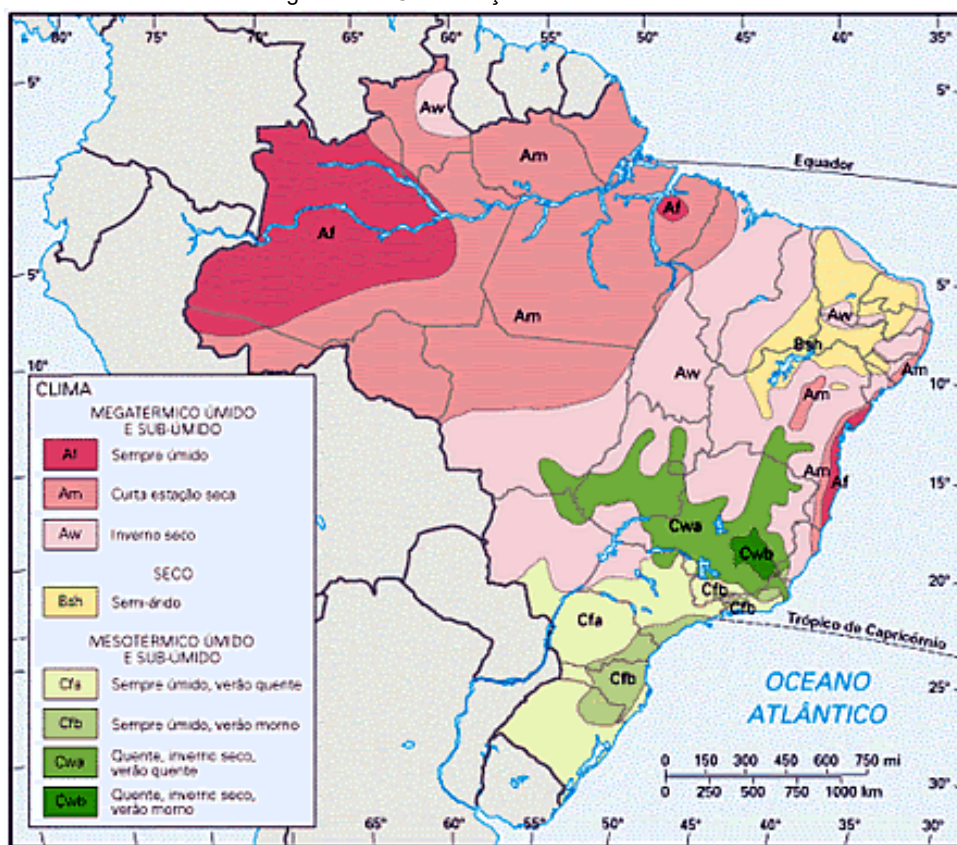
11.2.1 - Características da Região

A região objeto deste estudo localiza-se no município de Papanduva. Localizada a uma latitude 26°22'13" S e a uma longitude 50°08'40" W, estando a uma altitude de 788 metros do nível do mar. Sua população em 2010 era de 17.928 habitantes (IBGE 2010). Possui uma área de 747,862 km².

11.2.2 - Tipos Climáticos

Pelo sistema de classificação climática de Köppen, que preconiza a utilização de médias e índices numéricos dos elementos de temperatura e precipitação Papanduva apresenta um clima quente e temperado. Existe uma pluviosidade significativa ao longo do ano. Mesmo o mês mais seco ainda assim tem muita pluviosidade. De acordo com a Köppen e Geiger a classificação do clima é Cfb. Papanduva tem uma temperatura média de 16.8 °C. Pluviosidade média anual de 1429 mm conforme Figura 1.1

Figura 1.1 – Classificação climática do Brasil



Dentro da classificação “Cf” é possível distinguir, dois subtipos:

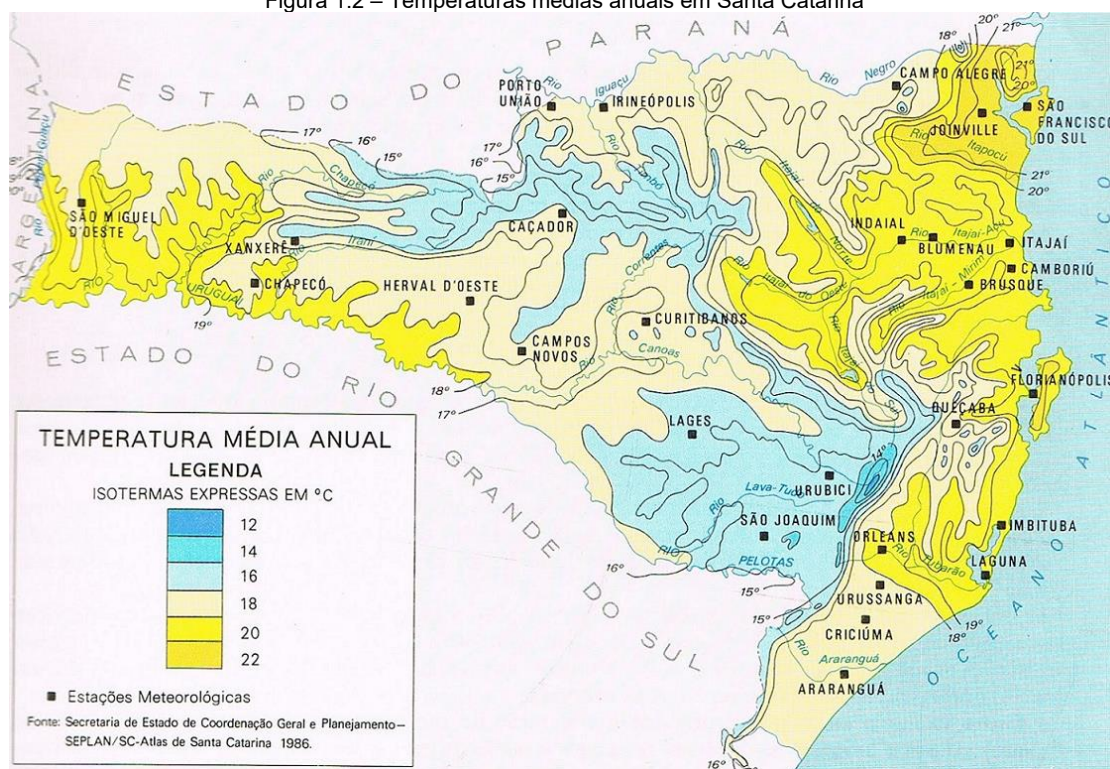
- Subtipo A - de verão quente: característico de zona litorânea onde as temperaturas médias dos meses mais quentes estão acima de 22° C;
- Subtipo B - de verão fresco: característico de zonas mais elevadas.

Conforme a classificação climática do estado de Santa Catarina, o local do projeto fica localizado na área “Cfb”. Sendo:

- “C” caracteriza-se por clima Úmido Mesotérmico, com latitudes médias;
- “f” chuvas bem distribuídas durante o ano;
- “b” verão morno.

Portanto, na região do projeto o clima é mesotérmico úmido com temperatura média anual entre 18°C e 20°C. A Figura 1.2 ilustra as temperaturas médias anuais em Santa Catarina.

Figura 1.2 – Temperaturas médias anuais em Santa Catarina



Fonte: GEO Conceição, 2012.

11.2.3 - Dados Pluviométricos

Para a caracterização do regime pluviométrico da região foram coletados os dados da estação da cidade vizinha de Monte Castelo, cujas características climáticas sejam muito semelhantes. A estação fica localizada no Distrito de Residência Fuck, situada no município de Monte Castelo. A seguir segue os dados da estação:

- Código: 02650015
- Bacia do Rio Paraná
- Latitude: 26°42'37" S – Longitude: 50°17'27" W
- Altitude: 790 metros

11.2.4 - Precipitações Mensais

A partir das tabelas a seguir, observa-se que a chuva ao longo do ano é bem distribuída, com a média de precipitação mensal variando entre 97,85mm no mês de Abril a 186,77mm no mês de Outubro.

Tabela 1.1 – Precipitações mensais

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
1977	205,10	103,20	217,90	81,60	19,00	75,60	82,00	118,60	42,80	257,40	172,40	112,40	1488,00
1978	117,80	104,00	173,40	0,00	52,40	58,40	140,00	77,60	114,80	142,60	96,80	184,80	1262,60
1979	30,80	108,60	53,00	114,80	233,40	33,30	93,60	60,80	186,60	296,60	137,40	224,20	1573,10
1980	174,80	154,40	143,80	91,00	86,40	67,40	233,20	184,80	141,20	168,40	80,20	317,80	1843,40
1981	173,20	150,40	75,60	53,20	20,00	38,00	51,00	83,60	85,60	121,40	182,90	239,40	1274,30
1982	70,70	194,20	153,90	7,90	138,00	165,00	125,80	116,00	8,60	224,80	358,20	201,20	1764,30
1983	190,40	203,80	148,30	160,60	325,60	203,10	642,90	73,50	210,50	85,70	166,70	246,00	2657,10
1984	97,00	54,00	235,00	94,20	79,40	161,80	83,80	303,20	123,40	63,20	167,80	121,70	1584,50
1985	107,70	272,70	92,30	148,40	33,20	28,60	91,00	22,80	120,00	114,00	78,20	49,40	1158,30
1986	253,20	168,50	80,00	115,80	106,30	15,90	43,30	71,50	70,10	86,70	182,90	198,10	1392,30
1987	212,50	153,80	30,90	74,10	259,40	105,40	66,00	119,10	51,10	182,60	47,40	139,60	1441,90
1988	224,20	146,90	82,10	142,60	332,20	96,50	4,20	19,00	143,90	219,20	48,40	183,20	1642,40
1989	262,40	233,90	188,30	107,90	126,30	65,30	136,20	57,90	242,80	141,40	70,40	60,00	1692,80
1990	282,30	171,00	172,40	117,30	162,60	177,90	166,40	118,60	155,80	209,40	108,80	96,40	1938,90
1991	145,40	31,40	113,80	51,60	49,20	215,70	78,90	139,80	31,40	204,70	99,30	211,20	1372,40
1992	110,90	167,00	294,60	49,10	461,00	155,40	123,30	124,90	105,30	28,30	88,30	55,80	1763,90
1993	143,00	165,60	149,20	26,10	179,00	47,30	120,90	11,20	350,40	146,00	89,30	96,20	1524,20
1994	44,30	320,40	75,20	131,10	155,40	160,80	173,90	40,90	63,10	139,10	225,60	153,90	1683,70
1995	180,80	180,80	58,90	32,50	0,70	30,20	114,20	148,80	66,00	231,00	129,20	94,90	1268,00
1996	54,00	98,40	239,50	30,00	95,00	216,00	127,50	33,10	209,20	156,70	51,10	199,30	1509,80
1997	257,50	176,00	74,90	37,40	82,00	155,60	54,30	186,30	130,50	294,40	318,20	152,10	1919,20
1998	183,60	182,50	301,40	321,90	72,20	85,70	185,40	270,60	296,10	198,90	40,70	96,60	2235,60
1999	103,10	237,80	135,90	108,50	63,40	110,50	203,50	12,20	107,40	220,00	67,50	116,70	1486,50
2000	175,10	171,40	156,90	69,40	69,60	114,30	111,80	110,50	249,40	199,50	79,90	206,00	1713,80
2001	187,00	228,10	123,00	165,60	168,80	92,40	111,00	61,60	155,30	206,40	165,40	150,60	1815,20
2002	149,00	129,70	160,90	105,40	94,60	51,30	91,40	81,90	161,80	262,80	213,10	99,50	1601,40
2003	74,10	220,90	141,20	58,30	49,90	105,40	59,30	21,60	64,10	141,60	88,20	170,20	1194,80
2004	93,90	133,20	95,20	69,40	149,50	83,50	167,80	47,50	95,20	294,60	80,40	86,90	1397,10
2005	157,60	74,60	94,90	156,80	220,20	75,80	63,50	134,30	237,90	249,00	59,90	21,90	1546,40
2006	224,60	76,80	142,50	18,30	15,70	21,90	49,60	72,80	135,20	81,00	203,30	114,60	1156,30
2007	143,10	153,20	125,40	164,50	214,30	16,90	163,30	51,40	104,90	228,30	126,10	164,70	1656,10
2008	161,90	132,10	164,20	112,10	35,80	98,40	19,00	63,30	127,90	305,20	182,70	55,90	1458,50
2009	152,20	200,30	34,20	51,60	82,60	54,30	163,00	146,90	339,60	174,90	231,10	124,50	1755,20
2010	235,50	76,70	149,90	308,70	177,80	145,10	117,70	221,20	65,20	171,50	142,10	220,90	2032,30
2011	368,70	365,20	131,80	71,10	48,80	127,30	233,50	295,40	223,60	227,10	116,80	64,00	2273,30
2012	265,90	253,40	38,10	156,50	58,80	152,90	183,40	19,40	86,30	235,60	72,30	256,40	1779,00
2013	119,60	155,10	137,90	62,90	73,90	247,60	117,90	127,90	306,90	115,50	72,10	111,60	1648,90
2014	255,30	163,30	214,70	89,20	82,50	485,30	61,90	81,40	214,20	76,30	154,30	145,10	2023,50
2015	185,60	164,50	170,20	58,60	127,10	135,20	201,80	104,70	212,70	382,30	208,80	219,20	2170,70
Mínima	30,80	31,40	30,90	0,00	0,70	15,90	4,20	11,20	8,60	28,30	40,70	21,90	1156,30
Máxima	368,70	365,20	301,40	321,90	461,00	485,30	642,90	303,20	350,40	382,30	358,20	317,80	2657,10
Média	168,56	166,10	137,73	97,85	123,13	114,79	129,67	103,50	149,66	186,77	133,44	147,77	1658,97

Tabela 1.2 – Dias de chuva

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1977	17,0	9,0	16,0	7,0	6,0	7,0	6,0	10,0	5,0	11,0	12,0	9,0
1978	12,0	9,0	8,0	0,0	3,0	4,0	6,0	4,0	4,0	6,0	10,0	8,0
1979	1,0	8,0	5,0	5,0	10,0	4,0	8,0	3,0	8,0	13,0	6,0	12,0
1980	9,0	7,0	8,0	2,0	6,0	5,0	10,0	10,0	10,0	16,0	7,0	18,0
1981	17,0	9,0	7,0	5,0	3,0	4,0	5,0	7,0	8,0	11,0	11,0	10,0
1982	6,0	14,0	13,0	4,0	5,0	13,0	10,0	11,0	2,0	12,0	13,0	13,0
1983	12,0	13,0	7,0	11,0	17,0	13,0	20,0	8,0	13,0	9,0	11,0	19,0
1984	11,0	4,0	14,0	9,0	8,0	12,0	6,0	17,0	9,0	10,0	15,0	17,0
1985	12,0	24,0	16,0	16,0	8,0	7,0	9,0	9,0	11,0	14,0	11,0	11,0
1986	18,0	16,0	10,0	13,0	12,0	5,0	11,0	7,0	10,0	6,0	12,0	15,0
1987	9,0	12,0	3,0	10,0	16,0	10,0	9,0	9,0	11,0	14,0	11,0	12,0
1988	15,0	16,0	7,0	14,0	21,0	10,0	2,0	3,0	9,0	12,0	5,0	14,0
1989	18,0	13,0	14,0	10,0	9,0	10,0	9,0	7,0	11,0	7,0	7,0	8,0
1990	22,0	10,0	12,0	9,0	6,0	7,0	13,0	6,0	12,0	18,0	12,0	8,0
1991	8,0	6,0	12,0	8,0	6,0	8,0	5,0	11,0	3,0	11,0	11,0	9,0
1992	6,0	14,0	19,0	4,0	15,0	11,0	11,0	13,0	6,0	8,0	13,0	10,0
1993	15,0	18,0	15,0	7,0	7,0	7,0	12,0	4,0	19,0	17,0	7,0	13,0
1994	10,0	23,0	9,0	10,0	11,0	9,0	11,0	1,0	11,0	20,0	14,0	13,0
1995	13,0	13,0	11,0	5,0	1,0	11,0	8,0	3,0	10,0	17,0	10,0	13,0
1996	7,0	4,0	8,0	1,0	7,0	12,0	8,0	4,0	9,0	13,0	6,0	13,0
1997	18,0	14,0	5,0	5,0	9,0	9,0	8,0	11,0	11,0	19,0	26,0	13,0
1998	18,0	23,0	20,0	16,0	13,0	17,0	23,0	16,0	20,0	17,0	10,0	6,0
1999	14,0	17,0	11,0	16,0	9,0	11,0	14,0	7,0	9,0	13,0	15,0	14,0
2000	20,0	19,0	16,0	7,0	14,0	18,0	12,0	11,0	19,0	22,0	18,0	21,0
2001	21,0	20,0	20,0	14,0	10,0	13,0	14,0	14,0	20,0	11,0	19,0	17,0
2002	20,0	15,0	18,0	15,0	18,0	16,0	14,0	15,0	14,0	21,0	17,0	20,0
2003	14,0	16,0	16,0	7,0	9,0	14,0	12,0	9,0	14,0	19,0	11,0	16,0
2004	15,0	12,0	14,0	17,0	15,0	7,0	16,0	2,0	10,0	11,0	9,0	14,0
2005	16,0	10,0	9,0	18,0	11,0	12,0	7,0	8,0	20,0	21,0	12,0	10,0
2006	14,0	14,0	9,0	3,0	7,0	4,0	9,0	4,0	11,0	16,0	13,0	12,0
2007	14,0	13,0	12,0	9,0	13,0	4,0	10,0	7,0	10,0	17,0	8,0	14,0
2008	22,0	14,0	15,0	12,0	2,0	11,0	2,0	12,0	11,0	18,0	20,0	7,0
2009	14,0	18,0	7,0	7,0	7,0	8,0	17,0	7,0	17,0	17,0	16,0	9,0
2010	19,0	8,0	12,0	8,0	12,0	7,0	8,0	10,0	6,0	13,0	16,0	19,0
2011	22,0	21,0	18,0	9,0	7,0	8,0	14,0	13,0	6,0	10,0	9,0	8,0
2012	13,0	10,0	6,0	11,0	6,0	11,0	11,0	4,0	8,0	13,0	10,0	14,0
2013	9,0	13,0	12,0	2,0	11,0	13,0	8,0	5,0	13,0	12,0	8,0	7,0
2014	14,0	10,0	13,0	9,0	9,0	14,0	6,0	5,0	12,0	5,0	10,0	14,0
2015	23,0	18,0	12,0	7,0	9,0	10,0	14,0	5,0	15,0	18,0	19,0	20,0
Minima	1,0	4,0	3,0	0,0	1,0	4,0	2,0	1,0	2,0	5,0	5,0	6,0
Máxima	23,0	24,0	20,0	18,0	21,0	18,0	23,0	17,0	20,0	22,0	26,0	21,0
Média	14,3	13,5	11,8	8,8	9,4	9,6	10,2	8,0	10,9	13,8	12,1	12,8

11.2.5 - Precipitações Diárias e Anuais

Com base na Tabela abaixo e seu respectivo período de observação, constata-se que a precipitação anual tem uma média de aproximadamente 1.659,0 mm.

Tabela 1.3 – Precipitações anuais

Ano	Máxima Precipitação Diária	Dias de chuva	Precipitação Total Anual
1977	63,2	115,0	1.488,0
1978	77,2	74,0	1.262,6
1979	78,4	83,0	1.573,1
1980	76,4	108,0	1.843,4
1981	87,6	97,0	1.274,3
1982	63,6	116,0	1.764,3
1983	93,6	153,0	2.657,1
1984	90,2	132,0	1.584,5
1985	94,6	148,0	1.158,3
1986	83,6	135,0	1.392,3
1987	75,6	126,0	1.441,9
1988	55,4	128,0	1.642,4
1989	82,3	123,0	1.692,8
1990	80,5	135,0	1.938,9
1991	118,6	98,0	1.372,4
1992	112,6	130,0	1.763,9
1993	81,1	141,0	1.524,2
1994	49,8	142,0	1.683,7
1995	47,0	114,0	1.268,0
1996	86,0	92,0	1.509,8
1997	84,3	148,0	1.919,2
1998	64,9	199,0	2.235,6
1999	114,8	150,0	1.486,5
2000	61,5	197,0	1.713,8
2001	80,4	193,0	1.815,2
2002	67,9	203,0	1.601,4
2003	56,1	157,0	1.194,8
2004	83,1	142,0	1.397,1
2005	91,3	154,0	1.546,4
2006	67,9	116,0	1.156,3
2007	73,0	131,0	1.656,1
2008	48,7	146,0	1.458,5
2009	78,0	144,0	1.755,2
2010	102,6	138,0	2.032,3
2011	76,1	145,0	2.273,3
2012	125,6	117,0	1.779,0
2013	105,1	113,0	1.648,9
2014	119,2	121,0	2.023,5
2015	93,3	170,0	2.170,7
Média	-	-	1.659,0

11.3 - Cálculo da Vazão

Para a determinação das vazões de projeto foi utilizado o Método Racional para bacias até 10 km².

11.3.1 - Cálculo da Vazão Pelo Método Racional

O método é usado para calcular a vazão de pico de uma determinada bacia, considerando uma seção de estudo. A determinação do tempo de concentração é de fundamental importância no Método Racional, ao lado do coeficiente de escoamento superficial. O cálculo das vazões é dado pela expressão:

$$Q = \frac{CIA}{360} (m^3/s)$$

Onde:

Q – pico de vazão em m³/s;

C – coeficiente de deflúvio superficial;

I – intensidade da chuva, em mm/h para o tempo de concentração e o período de recorrência considerado;

A – área da bacia em ha.

tc - Tempo de Concentração

O método racional se baseia no princípio que a vazão máxima, provocada por uma chuva de intensidade uniforme, ocorre quando todas as partes da bacia passam a contribuir para seção de drenagem.

O tempo necessário para que isto aconteça, medido a partir da chuva, é o que se denomina tempo de concentração (tc).

De maneira geral, o tempo de concentração de uma bacia qualquer é função dos seguintes parâmetros:

- área da bacia;
- comprimento e declividade do canal mais longo (principal);
- comprimento ao longo do curso principal, desde o centro da bacia até a seção de saída considerada;
- forma da bacia;
- declividade média do terreno;
- declividade e comprimento dos afluentes;

- rugosidade do canal;
- tipo de recobrimento vegetal;
- distância entre o fim do canal e o espigão.

O tempo de concentração não é constante para uma dada área, mas varia com o estado de recobrimento vegetal e a altura e distribuição da chuva sobre a bacia. Mas, para períodos de recorrência superiores a 10 anos, a influência da vegetação parece ser desprezível.

Existem fórmulas empíricas e ábacos que fornecem o valor desse tempo em função das características físicas da bacia.

Segue a fórmula adotada, sendo que as características mais frequentemente utilizadas são o comprimento e a declividade do curso principal.

Fórmula do *California Culverts Practice, California Highways and Public Works* ou KIRPICH:

$$t_c = 57 \left(\frac{L^3}{H} \right)^{0,385}$$

Onde:

t_c - o tempo de concentração, em minutos;

L - a extensão do talvegue, em quilômetros;

H - a diferença de nível entre o ponto mais afastado da bacia e o ponto considerado, em metros.

Quando o t_c calculado for menor do que 10 minutos, adota-se t_c de projeto = 10 minutos.

11.3.2 T - Período de Recorrência ou Retorno

Para o projeto em questão serão adotados os seguintes períodos de retorno:

- obras de drenagem superficial 10 anos
- tubulações trecho urbano 10 anos
- bueiros 15 anos
- pontes 100 anos

11.3.3 C - Coeficiente de Escoamento

Do volume precipitado sobre a bacia, apenas uma parcela atinge a seção de vazão, sob a forma de escoamento superficial, pois parte é interceptada ou umedece o solo ou preenche as depressões ou se infiltra rumo aos depósitos subterrâneos.

O volume escoado é, então, um resíduo do volume precipitado e a relação entre os dois é o que se denomina coeficiente de deflúvio ou de escoamento.

As perdas podem oscilar sensivelmente de uma para outra precipitação, variando conseqüentemente o coeficiente de deflúvio. Em particular, a porcentagem da chuva que aparece como escoamento superficial aumenta com a intensidade e a duração de precipitação.

No método racional utiliza-se um coeficiente C , que, multiplicado pela intensidade da precipitação do projeto, fornece o pico da cheia considerada por unidade de área. Portanto, não se trata de uma relação de volumes escoado e precipitado, mas o coeficiente de deflúvio, nesse caso, está indicando a relação entre a vazão máxima escoada e a intensidade da precipitação.

O coeficiente de deflúvio depende da distribuição da chuva na bacia, da direção do deslocamento da tempestade em relação ao sistema de drenagem, da precipitação, do tipo do solo, da utilização que se faz da terra, da rede de drenagem existente, da duração e intensidade da chuva.

O valor de C , por se tratar de uma relação de vazões, além de levar em conta todos esses fatores, deve considerar, ainda, o efeito do armazenamento e da retenção superficial sobre a descarga.

O coeficiente de deflúvio C não traduz simplesmente o resultado da ação do terreno sobre a precipitação, da qual resulta a descarga superficial, mas é mais completamente definido como a relação entre a vazão de enchente de certa frequência e a intensidade média da precipitação de igual frequência.

A escolha deste coeficiente depende muito do julgamento pessoal do engenheiro. Em geral, as superfícies não são homogêneas, não sendo, por isso conveniente adotar um único valor tirado de tabelas para toda a área de drenagem. O mais conveniente é adotar um coeficiente composto, cujo cálculo é executado em planilha. Este cálculo é a determinação da média ponderada para toda a área da bacia de drenagem, de todos os valores de C para as parcelas que o compõe.

Obviamente, na escolha do valor de C para o projeto, deverá ser considerado o efeito da urbanização crescente, da possibilidade de realização de planos urbanísticos municipais e de legislação local referente ao zoneamento e ocupação do solo. Deve-se escolher para

valor de C, um valor que o mesmo teria em T anos. As tabelas na sequência fornecem opções para o valor de C.

Tabela 1.6 – Coeficiente de escoamento “C” em áreas urbanas

CARACTERÍSTICAS	C (%)		
TERRENO ESTÉRIL MONTANHOSO - Material rochoso ou geralmente não poroso, com reduzida ou nenhuma vegetação e altas declividades	80	a	90
TERRENO ESTÉRIL ONDULADO - Material poroso ou geralmente não poroso, com reduzida ou nenhuma vegetação em relevo ondulado e com declividades moderadas.	60	a	80
TERRENO ESTÉRIL PLANO - Material rochoso ou geralmente não poroso, com reduzida ou nenhuma vegetação e baixas declividades	50	a	70
PRADOS, CAMPINAS, TERRENO ONDULADO - Áreas de declividades moderadas, grandes porções de gramados, flores silvestres ou bosques, sobre um manto fino de material poroso que cobre o material não poroso.	40	a	65
MATAS DECÍDUAS, FOLHAGEM CADUCA - Matas e florestas de árvores decíduas em terreno de declividades variadas.	35	a	60
MATAS CONÍFERAS, FOLHAGEM PERMANENTE - Florestas e matas de árvores de folhagem permanente em terrenos de declividades variadas.	25	a	50
POMARES - Plantações de árvores frutíferas com áreas abertas cultivadas ou livres de qualquer planta a não ser gramados.	15	a	40
TERRENOS CULTIVADOS, ZONAS ALTAS - Terrenos cultivados em plantações de cereais ou legumes, fora de zonas baixas e várzeas.	15	a	40
FAZENDAS, VALES - Terrenos cultivados em plantações de cereais ou legumes, localizados em zonas baixas e várzeas.	10	a	40

Tabela 1.7 – Coeficiente de escoamento “C” em áreas suburbanas e rurais

CARACTERÍSTICAS	C (%)
Pavimento de concreto de cimento ou concreto asfáltico	75 a 95
Pavimentos de macadame betuminoso	65 a 80
Acostamento ou revestimento primário	40 a 60
Solo não revestido	20 a 90
Taludes gramados (2:1)	50 a 70
Prados gramados	10 a 40
Áreas florestais	10 a 30
Campos cultivados	20 a 40
Áreas comerciais, zonas de centro de cidade	70 a 95
Zonas em inclinações moderadas com aproximadamente 50% de área impermeável	60 a 70
Zonas planas com aproximadamente 60% de área impermeável	50 a 60
Zonas planas com aproximadamente 30% de área impermeável	35 a 45

O C adotado no projeto é de 0,70.

12.0 - DIMENSIONAMENTO DA TUBULAÇÃO

Os cálculos foram desenvolvidos com a utilização da fórmula de Manning, empregada para o dimensionamento em regimes uniformes e definida pela expressão:

$$Q = \frac{1}{n} \cdot R h^{2/3} \cdot I^{1/2} \cdot A$$

Onde:

- Q = descarga em m³/s;
- A = área da seção molhada em m²;
- n = coeficiente de rugosidade, n = 0,017 para o concreto;
- R = raio hidráulico da seção em m;
- I = declividade do fundo da galeria em m/m.

O projeto de galerias de águas pluviais pelo método racional, do mesmo modo que por qualquer outro método, adota os seguintes princípios:

- Numa galeria de águas pluviais temos as condições de escoamento como conduto livre, em regime permanente e uniforme;
- Quando a seção da galeria tem a forma circular, ela funciona à plena seção. No caso de seção retangular deve-se garantir a condição de conduto livre, admitindo uma lâmina d'água de 82% do diâmetro;
- O diâmetro ou a dimensão mínima é de 40 cm, para evitar entupimentos;
- A velocidade mínima à plena seção é de 0,70 m/s;
- A velocidade máxima permissível será de 5,50 m/s para evitar erosão excessiva;
- As dimensões da galeria não devem decrescer na direção de jusante, mesmo que, com o aumento da declividade, um conduto de menores dimensões tenha capacidade adequada.

A declividade da galeria, tanto quanto possível, deve ser igual à do terreno para reduzir-se o volume de escavação. Muitas vezes é conveniente usar galeria de menor dimensão empregando declividade maior que a do terreno, por ser mais econômico a despeito do aumento da escavação;

- Na junção das galerias, as geratrizes superiores terão a mesma cota.

Método Racional

$$Q = \frac{CIA}{360} (m^3/s)$$

Q = Vazão

I = Intensidade de chuva em mm/h

A = Área da bacia de contribuição em Km²

C = Coeficiente de Run-off ou deflúvio em %

$$i = \frac{99,154 \cdot T^{0,217}}{(tc + 26)^{1,15}}$$

Equação de chuva Curitiba (Prof. P. V. Parigot de Souza)

i = intensidade de chuva em mm/min

T = Tempo de retorno (anos)

tc = Tempo de concentração em minutos

Parâmetros da Bacia

$$Q = A \cdot V$$

Onde:

Q = Vazão

A = Área

V = Velocidade

$$V = \frac{1}{n} \cdot Rh^{2/3} \cdot I^{1/2}$$

Onde:

Rh = Raio Hidráulico

I = Declividade


n = Coeficiente de Rugosidade.

13.0 - PLANILHAS DE DIMENSIONAMENTO

Planilha de Cálculo Para Dimensionamento de Galerias Pluviais

Obra: Pavimentação Asfáltica

Local: Rua Jucelino K. de Oliveira - TR02 - Bairro Centro - Papanduva/SC



TRECHO	COTA INFERIOR TUBO			(L) (m)	Decliv. (%)	ÁREA (ha)		tc (minutos)	T (anos)	i (mm/min)	C (run off)	Q (m³/s) (prevista)	D (m) (diâmetro)	Decliv. m/m	Q m³/s	V m/s	Cota do Terreno		Escavação		Recobrimento	
	M	J	Diferença			(trecho)	(acumulada)										M	J	M	J	M	J
A 1	839,399	838,318	1081	26,00	4,46	0,471	0,471	10,00	10	2,65	0,7	0,146	0,40	0,042	0,258	2,06	840,878	839,794	1479	1476	0,999	0,996
A 2	838,318	836,343	1975	30,00	6,58	0,246	0,687	1154	10	2,53	0,7	0,203	0,40	0,066	0,325	2,59	839,794	837,978	1476	1635	0,996	1,155
A 3	836,343	834,389	1954	30,00	6,51	0,227	0,914	13,08	10	2,41	0,7	0,257	0,40	0,065	0,323	2,58	837,978	835,923	1635	1534	1,155	1,054
A 4	834,389	832,935	1454	22,00	6,61	0,172	1,086	14,21	10	2,34	0,7	0,296	0,40	0,066	0,326	2,59	835,923	834,412	1534	1477	1,054	0,997

Observação:

Dair Kaczmarek
Engº Civil - Responsável Técnico
CREA/SC: 122404-8

Papanduva, 06 de dezembro de 2019.

EDITAL Nº 04-2019 - EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - RUA JUSCELINO K. DE OLIVEIRA - ANEXO V

Publicação Nº 2310352

ANEXO V INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA VALOR APÓS A EXECUÇÃO DA OBRA.previsão

LANCAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA									
PREFEITURA DE PAPANDUVA									
OBRA SERVIÇO:									
PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA									
JUCELINO KUBICHEK DE OLIVEIRA									
LOCAL:									
EXTENSÃO (m)	143,12				1.226,06 M²				
VALOR DA OBRA (R\$)	154.465,12								
VALORIZAÇÃO (%)	11,90								
Nome do contribuinte	Inscrição Imobiliária	AREA M²	VALOR M²	Valor total do imóvel (R\$)	Valor da obra	Valor total do imóvel após a obra (R\$)	Valorização resultante da obra pública (R\$)	Participação individual na proporção (%)	Valor contribuição de melhoria (R\$)
1 Ivo Pechebela - 472	1.31.0.240.0.001	617,11	87,59	54.052,66	154.465,12	60.484,93	6.432,27	8,66	13.377,49
2 Edival Iglkoski - s/n	1.31.0.287.0.001	313,96	87,59	27.499,76	154.465,12	30.772,23	3.272,47	4,41	6.805,91
3 Anderson Zeczowski - 2937	1.31.0.310.0.001	642,02	87,59	56.234,53	154.465,12	62.926,44	6.691,91	9,01	13.917,48
4 Rafael Pereira - 2911	1.31.0.340.0.001	327,82	87,59	28.713,75	154.465,12	32.130,69	3.416,94	4,60	7.106,36
5 Prefeitura Municipal de Papanduva - 417	1.31.0.789.0.001	599,11	87,59	52.476,04	154.465,12	58.720,69	6.244,65	8,41	12.987,29
6 Luiz Antonio Xavier Paes - s/n	1.30.0.174.0.001	650,82	87,59	57.005,32	154.465,12	63.788,96	6.783,63	9,13	14.108,24
7 Dorvaldo L Debacker e Izalra Bonchivocski sn	1.30.0.120.0.001	638,57	87,59	55.932,35	154.465,12	62.588,30	6.655,95	8,96	13.842,69
8 Regina Pechenela Cardoso - s/n	1.30.0.102.0.001	626,67	87,59	54.890,03	154.465,12	61.421,94	6.531,91	8,79	13.584,73
9 Antonio Pechebela - s/n	1.30.0.84.0.001	613,9	87,59	53.771,50	154.465,12	60.170,31	6.398,81	8,62	13.307,90
10 Cecilia Malinowski Pechebela - s/n	1.30.0.67.0.001	741,63	87,59	64.959,37	154.465,12	72.689,54	7.730,17	10,41	16.076,79
11 Orlando dos Santos Vieira - 984	1.30.0.731.0.001	843,94	87,59	73.920,70	154.465,12	82.717,27	8.796,56	11,84	18.294,63
12 Eloi Elias Karasinski - s/n	1.30.0.563.0.001	510	87,59	44.670,90	154.465,12	49.986,74	5.315,84	7,16	11.055,60
13				624.126,92	154.465,12	698.398,03	74.271,10	100,00	154.465,12
14				-			-		
15				-			-		

16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30

31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68					
----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	--	--	--	--	--

Paraíso

PREFEITURA

CT 05/2020 FMS

Publicação Nº 2309786

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PARAISO - SC
EXTRATO CONTRATO Nº 05/2020 FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2019 FMS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 41/2019 FMS

O MUNICIPIO DE PARAISO/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE torna público a seguinte contratação:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE DISPONIBILIZE DE PROFISSIONAL MÉDICO COM ESPECIALIDADE EM GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA PARA ATENDER AO PROGRAMA DE SAÚDE DA MULHER COM CARGA HORARIA DE 32(TRINTA E DUAS) HORAS MENSAIS NA UNIDADE BASICA DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PARAÍSO/SC.

DO VALOR TOTAL: R\$ 116.330,00 (Cento e dezesseis mil, trezentos e trinta reais).

DA CONTRATANTE: Município de Paraíso/ Fundo Municipal de Saúde

DO CONTRATADO: CVS CLINICA VIDA E SAÚDE S/S LTDA.

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente Contrato será do dia 13 de janeiro de 2020 até o dia 31 de dezembro de 2020.

DO FUNDAMENTO: Lei 8.666/93

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste/SC

Paraíso/SC, 13 de janeiro de 2020.

ILI ALVES

GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO

Passo de Torres

PREFEITURA

ERRATA AO EXTRATO DO TERMO ADITIVO 01 CONTRATO Nº 068/2019

Publicação Nº 2309968

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

errata ao EXTRATO do termo aditivo 01 CONTRATO Nº 068/2019

Na edição nº 3023, página 848, do Diário Oficial dos Municípios, onde se lê:

Vigência: Início: 01/01/2020 Término: 30/09/2020

Objetivo: O objeto do presente termo aditivo consiste na prorrogação por mais 06(seis) meses da vigência contratual, com novo vencimento previsto para o dia 30/09/2020.

Leia-se: Vigência: Início: 01/01/2020 Término: 31/08/2020

Objetivo: O objeto do presente termo aditivo consiste na prorrogação por mais 08 (oito) meses da vigência contratual, com novo vencimento previsto para o dia 31/08/2020.

Passo de Torres – SC, 09 de janeiro de 2020.

JONAS GOMES DE SOUZA

Prefeito Municipal

ERRATA DO EXTRATO TA DE CONTRATO Nº 069-2019

Publicação Nº 2309974

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

errata ao EXTRATO do termo aditivo 01 CONTRATO Nº 069/2019

Na edição nº 3023, página 848, do Diário Oficial dos Municípios, onde se lê:

Vigência: Início: 01/01/2020 Término: 30/06/2020

Objetivo: O objeto do presente termo aditivo consiste na prorrogação por mais 06(seis) meses da vigência contratual, com novo vencimento previsto para o dia 30/06/2020.

Leia-se: Vigência: Início: 01/01/2020 Término: 30/05/2020

Objetivo: O objeto do presente termo aditivo consiste na prorrogação por mais 05(cinco) meses da vigência contratual, com novo vencimento previsto para o dia 30/05/2020.

Passo de Torres – SC, 09 de janeiro de 2020.

JONAS GOMES DE SOUZA

Prefeito Municipal

ERRATA DO EXTRATO TA DE CONTRATO Nº 070-2019

Publicação Nº 2309978

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

errata ao EXTRATO do termo aditivo 01 CONTRATO Nº 070/2019

Na edição nº 3023, página 849, do Diário Oficial dos Municípios, onde se lê:

Vigência: Início: 01/01/2020 Término: 30/06/2020

Objetivo: O objeto do presente termo aditivo consiste na prorrogação por mais 06(seis) meses da vigência contratual, com novo vencimento previsto para o dia 30/06/2020.

Leia-se: Vigência: Início: 01/01/2020 Término: 30/05/2020

Objetivo: O objeto do presente termo aditivo consiste na prorrogação por mais 05(cinco) meses da vigência contratual, com novo vencimento previsto para o dia 30/05/2020.

Passo de Torres – SC, 09 de janeiro de 2020.

JONAS GOMES DE SOUZA

Prefeito Municipal

Passos Maia

PREFEITURA

001-2020 RECURSO FEDERAL DE 02-01-2020

Publicação Nº 2310528

Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Recurso Federal

Valor: R\$ 3.750,00

Destinação: Agentes Comunitários de Saúde

Data de liberação: 02/01/2020

Passos Maia – SC, 13 de janeiro de 2020

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

002-2020 RECURSO FEDERAL DE 02-01-2020

Publicação Nº 2310530

Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Recurso Federal

Valor: R\$ 62.511,87

Destinação: PAB Variável

Data de liberação: 02/01/2020

Passos Maia – SC, 13 de janeiro de 2020

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

003-2020 RECURSO FEDERAL DE 08-01-2020

Publicação Nº 2310532

Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Recurso Federal

Valor: R\$ 6.507,64

Destinação: MAC – Média e Alta Complexidade

Data de liberação: 08/01/2020

Passos Maia – SC, 13 de janeiro de 2020

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

092-2019 RECURSO ESTADUAL DE 31-12-2019

Publicação Nº 2310519

Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Multa de Trânsito

Valor: R\$ 816,75

Data de liberação: 31/12/2019

Passos Maia – SC, 13 de janeiro de 2019
LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal

161-2019 RECURSO FEDERAL DE 19-12-2019

Publicação Nº 2310521

Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Recurso Federal
Valor: R\$ 1.430,00
Destinação: IGD Bolsa Família
Data de liberação: 19/12/2019

Passos Maia – SC, 13 de janeiro de 2020
LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal

162-2019 RECURSO FEDERAL DE 30-12-2019

Publicação Nº 2310522

Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Recurso Federal
Valor: R\$ 1.047,65
Destinação: IGD SUAS
Data de liberação: 30/12/2019

Passos Maia – SC, 13 de janeiro de 2020
LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal

163-2019 RECURSO FEDERAL DE 31-12-2019

Publicação Nº 2310523

Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Recurso Federal
Valor: R\$ 54.000,00
Destinação: CRAS
Data de liberação: 31/12/2019

Passos Maia – SC, 13 de janeiro de 2020
LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal

164-2019 RECURSO FEDERAL DE 31-12-2019

Publicação Nº 2310525

Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Recurso Federal
Valor: R\$ 62.991,75

Destinação: SCFV
Data de liberação: 31/12/2019

Passos Maia – SC, 13 de janeiro de 2020
LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001-2020 - PROCESSO SELETIVO 002-2018

Publicação Nº 2310335

Passos Maia/SC, 13/01/2020

Edital de Convocação nº 001/2020

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ESCOLHA DE VAGAS

A Administração Municipal de Passos Maia, comunica a todos os classificados no Processo Seletivo nº 002/2018 para que compareçam nas dependências da Secretaria Municipal de Educação e Esportes, para a escolha de vagas para o ano letivo de 2020, conforme cronograma abaixo:

CARGO	DATA	HORÁRIO
Instrutor de Informática	30/01/2020	8:00h
Monitor de Creche	30/01/2020	8:30h
Auxiliar de Serviços Gerais	30/01/2020	9:00h
Professores Anos Finais (Áreas Específicas)	30/01/2020	10:15h
Professores dos Anos Iniciais	30/01/2020	13:30h
Professores da Educação Infantil	30/01/2020	14:30h

I – DO PROCESSO DE ESCOLHA

- A Secretaria Municipal de Educação afixará no mural de sua sede a relação das vagas existentes, o que deverá ocorrer até 2 (dois) dias antes do início da escolha das vagas disponibilizadas.
- As vagas que serão ofertadas e escolhidas neste dia, terão contratação no início do ano letivo em 03 de fevereiro de 2020 até 18 de dezembro de 2020, exceto para o cargo de INSTRUTOR DE INFORMÁTICA, que terão seu contrato de 06 de março de 2020 a 30 de novembro de 2020. As vagas e horários serão ofertadas a todos os classificados obedecendo a classificação, cabendo ao candidato fazer sua escolha no ato de sua chamada não podendo ser mudada posteriormente.
- A escolha de vagas para atuar como SEGUNDO PROFESSOR, além de observar a ordem de classificação no processo seletivo, obedecerão às seguintes ordens: a) Vagas para Educação Infantil serão escolhidas pelos candidatos inscritos nesta área de ensino; b) Vagas para Ensino Fundamental I e II serão escolhidas pelos candidatos inscritos para Professor dos Anos Iniciais. Respeitando sempre chamada dos professores habilitados e posteriormente para os não habilitados em ambas as áreas; caso os alunos que necessitem de SEGUNDO PROFESSOR sejam transferidos, automaticamente o professor terá seu contrato encerrado.
- O candidato aprovado no Processo Seletivo que não quiser ser contratado quando convocado, poderá requerer sua reclassificação para o final da lista e, portanto, deverá aguardar uma nova chamada e sua nova ordem de classificação.
- Já o candidato que assumir uma vaga quando convocado e desistir posteriormente da vaga não terá mais o direito a reclassificação.
- Após a 1ª chamada, as vagas remanescentes serão oferecidas aos candidatos aprovados respeitando a nova ordem de classificação, conforme necessidade no decorrer do ano letivo de 2020. Porém, o candidato que no dia da convocação escolher apenas por 10, 20 ou 30 horas semanais, posteriormente abrindo nova vaga, o mesmo poderá ampliar a sua carga horária dentro de sua área de habilitação, antes da continuidade da chamada dos candidatos classificados.
- O plano de vagas ofertadas segue programação da Secretaria Municipal de Educação, de acordo com a realidade e necessidade de atendimento da demanda das escolas municipais e, portanto, não poderão ser alteradas para atender eventual interesse dos candidatos;
- A chamada será realizada pela ordem de classificação conforme consta no edital, onde serão chamados primeiros os candidatos habilitados e posteriormente os não habilitados até o preenchimento das vagas disponíveis;
- Não será permitida troca de vagas entre os candidatos.
- A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato, não podendo ser realizada por meio de procuração.
- Encerrado o preenchimento das vagas e posteriormente surgindo a necessidade de novas contratações, será respeitada a ordem de classificação para futura convocação, o que ocorrerá através de contato telefônico para comparecimento a Secretaria Municipal de educação o mais breve possível para escolha ou desistência da vaga.
- É de responsabilidade do candidato inscrito no Processo Seletivo 002/2018 manter endereço e contato telefônico atualizado junto a Secretaria Municipal de Educação e/ou Setor de Recursos Humanos. Caso não seja possível contato, será registrado em ata e dada continuidade a chamada dos candidatos seguintes.
- As vagas da EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS serão oferecidas aos candidatos inscritos no Processo Seletivo nas disciplinas específicas e/ou áreas afins obedecendo a ordem de classificação.
- Os candidatos deverão apresentar os documentos pessoais e os relativos à escolaridade conforme sua inscrição, ao setor de Recursos

Humanos no prazo de até um dia após a chamada podendo, se não o fizer no prazo estabelecido, perder a vaga.

· Os candidatos devem ter 18 anos completos na data de contratação para assumir a vaga escolhida.

· As vagas poderão sofrer alterações até a data de escolha, o que será divulgado no site do Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br) e no site da Prefeitura Municipal (www.passosmaia.sc.gov.br).

· Na possibilidade de não haverem mais inscritos e ainda restarem vagas a serem preenchidas, as mesmas serão oferecidas como consta no edital do processo seletivo nº 002/2018 para os inscritos nas disciplinas e/ou áreas afins, obedecendo o critério de chamada para os de maior nota ou em caso de empate os mesmos critérios que constam no edital no item 7.2.2. Ainda não sendo preenchidas todas as vagas será feita a Chamada pública.

II – DOS DOCUMENTOS PARA A CONTRATAÇÃO

Para fins de admissão serão exigidos dos candidatos os seguintes documentos:

a) POSSUIR conta bancária em agência do Bradesco, Sicoob Valcredi Sul ou Sulcredi Crediluz;

b) 01 Foto 3x4 recente;

c) Laudo de inspeção de saúde procedido por órgão médico oficial;

d) Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego público ou percepção de proventos. No caso de acumulação legal de cargos, função, emprego público, ou percepção de proventos, informar o cargo, o órgão ao qual pertence, a carga horária, e o horário de trabalho;

e) Declaração quanto a receber, ou não, Aposentadoria ou Benefício proveniente de Regime Próprio de Previdência Social, e ou, do Regime Geral de Previdência Social, relativo a cargo ou emprego público. Em Município de Passos Maia/SC: Processo Seletivo n.º 02/2018 Página 22 de 45 Estado de Santa Catarina Município de Passos Maia Processo Seletivo n.º 02/2018 caso de recebimento de benefícios, informar detalhes: Instituto de Previdência de que recebe o benefício, data de início, cargo e órgão em que se deu a concessão do benefício;

f) Certidões Negativas expedidas pelos cartórios CÍVEL e CRIMINAL da Comarca de Ponte Serrada/SC - Disponível no Site www.tjsc.jus.br; Fotocópias (xerox):

g) Cédula de Identidade;

h) C.P.F.;

i) Título de Eleitor;

j) Certidão de Nascimento ou Casamento;

k) Certidão de Nascimento/Adoção dos filhos até 14 anos;

l) Certificado de Dispensa de Incorporação ou Certificado de Reservista, quando for o caso;

m) Diplomas de Escolaridade (conforme exigência do cargo) autenticado em cartório;

n) Diploma do Curso Específico (na área em que irá atuar) autenticado em cartório;

o) Carteira de vacina contra Rubéola (homens e mulheres até 39 anos) Conforme Lei 10.196/1996.

p) Número do PIS/PASEP e data de cadastro;

q) Carteira de Trabalho onde constam foto e os Dados Pessoais para fazer o registro.

A falta de comprovação de qualquer um dos requisitos especificados no item acima impedirá a admissão do candidato e o mesmo será eliminado do Processo Seletivo.

Passos Maia, SC, 13 de janeiro de 2020.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 028, DE 09 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2310304

PORTARIA Nº 028, de 09 de janeiro de 2020.

“REINTEGRA SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO TEMPORÁRIO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS”.

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o art. 31, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999,

Considerando a Declaração Médica expedida pelo Dr. Antonio Castiglioni, que comprova a gestação da servidora Ana Caroline Batista Fortunato;

Considerando que a servidora foi desligada em 19 de dezembro de 2019, data em que já estava dentro do período de gestação;

Considerando a necessidade de reintegrar a servidora durante seu período de gestação, haja vista a estabilidade de emprego a que a servidora gestante faz jus;

RESOLVE:

Art. 1º REINTEGRAR a servidora ANA CAROLINE BATISTA FORTUNATO ao quadro temporário de servidores municipais, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, lotando-a na Secretaria Municipal da Educação e Esportes.

Parágrafo Único - O prazo do contrato de trabalho em caráter temporário da servidora ora reintegrada estende-se durante o período da sua gestação e respectiva licença maternidade a que fizer jus, encerrando-se aquele juntamente com estes.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 09 de janeiro de 2020.

LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº 029, DE 09 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2310306

PORTARIA Nº 029, de 09 de janeiro de 2020.

“CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 1º, parágrafo único, da Lei Complementar Municipal n. 041, de 15 de março de 2012, Considerando o Atestado Médico expedido pelo Dr. Luiz Carlos Schaedler – CRM 4365 – datado de 06 de janeiro de 2020, entregue no dia 07 de janeiro de 2020, que sugere o afastamento da servidora de suas atividades laborais por um período de 180 (cento e oitenta) dias a partir de 03 de janeiro de 2020 haja vista sua gestação; Considerando o disposto no art. 1º, parágrafo único, da Lei Complementar Municipal n. 041, de 15 de março de 2012, que acresce 60 dias à duração da licença-maternidade, prevista nos arts. 7º, XVIII, e 39, § 3º, da Constituição Federal, destinada às servidoras públicas municipais.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE à servidora ANA CAROLINA BATISTA FORTUNATO, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, por um período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 03/01/2019 a 30/06/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 09 de janeiro de 2020.

LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº 036, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2310320

PORTARIA Nº 036, de 13 de janeiro de 2020.

“NOMEIA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com o art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Complementar Municipal nº 018, de 03 de agosto de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR o senhor JULIO CESAR BERNARDI para ocupar o cargo de provimento em comissão de Assessor de Secretaria, Grupo Ocupacional Assessoramento Superior, símbolo ASS-12, cumprindo uma carga horária mínima de 40 (quarenta) horas semanais, lotando-o na Secretaria da Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, a partir do dia 14 de janeiro de 2020.

Parágrafo Único – Para o exercício do cargo, o servidor ora nomeado fará jus ao vencimento mensal previsto no anexo I, da Lei Complementar Municipal nº 018, de 03 de agosto de 2005.

Art. 2º Conceder o adicional de representação de 100% (cem por cento), conforme disposto no art. 48, § 1º, da Lei Complementar n. 018, de 03 de agosto de 2005.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 13 de janeiro de 2020.

LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº 037, DE 13 DE JANEIRO DE 2019.

Publicação Nº 2310321

PORTARIA Nº 037, de 13 de janeiro de 2019.

“REVOGA LICENÇA SEM VENCIMENTOS, DETERMINA RETORNO DE SERVIDOR AO TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,
Considerando que o prazo da licença sem vencimentos do servidor Adão Valentin Lamp se encerra em 07/02/2020;
Considerando o aumento na demanda das atividades do cargo de Pedreiro, haja vista a necessidade de realizar reparos e reformas nas Escolas Municipais para o ano letivo de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a licença sem vencimentos do servidor Adão Valentin Lamp, concedida pela Portaria nº 028, de 08 de fevereiro de 2018 e DETERMINAR o retorno do mesmo às atividades do seu cargo a partir do dia 13/01/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 13 de janeiro de 2020.

LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº 030, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2310307

PORTARIA Nº 030, de 13 de janeiro de 2020.

“EXONERA SERVIDORA A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal.

Considerando o pedido de exoneração por motivos particulares, formulado pela servidora;

RESOLVE:

Art. 1

º. EXONERAR a servidora municipal ELISANGELA DA SILVA, ocupante do cargo temporário de Gari, lotado na Secretaria Municipal da Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, a partir do dia 13 de janeiro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 13 de janeiro de 2020.

LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº 031, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2310308

PORTARIA Nº 031, de 13 de janeiro de 2020.

“CONVERTE 50% (CINQUENTA POR CENTO) DE FÉRIAS EM ABONO PECUNIÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o art. 72, § 3º, da Lei complementar n. 004, de 31 de agosto de 1999,

Considerando o direito do servidor à conversão de 50% (cinquenta por cento) de férias em pecúnias;
Considerando a solicitação do servidor, realizada em 02 de janeiro de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER 50% (CINQUENTA POR CENTO) DE FÉRIAS EM PECÚNIAS, nos termos do art. 72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, o servidor ALEX SANDER ZANCHET, matrícula nº 10548, ocupante do Cargo de provimento em comissão de Diretor de Administração, referentes ao período aquisitivo de 02/01/2019 a 01/01/2020, para serem convertidas na competência de janeiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 13 de janeiro de 2020.

LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº 032, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2310311

PORTARIA Nº 032, de 13 de janeiro de 2020.

“CONCEDE FÉRIAS, CONVERTE 50% (CINQUENTA POR CENTO) DE FÉRIAS EM ABONO PECUNIÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o art. 72, § 3º, da Lei complementar n. 004, de 31 de agosto de 1999,

Considerando o direito do servidor ao gozo de férias e à conversão de 50% (cinquenta por cento) de férias em pecúnias;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art.72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, ao servidor EDUARDO BRUSTOLIN, matrícula n. 10494, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Tributação, grupo ocupacional Assessoramento Superior, Código DIT-8, carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, lotado na Secretaria da Administração, Fazenda e Planejamento, referentes ao período aquisitivo de 13/04/2018 a 12/04/2019, para serem gozadas do dia 20/01/2020 a 03/02/2020.

Art. 2º CONVERTER 50% (CINQUENTA POR CENTO) DE FÉRIAS EM PECÚNIAS, nos termos do Art.72, § 3º, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, ao servidor EDUARDO BRUSTOLIN, referentes ao período aquisitivo de 13/04/2018 a 12/04/2019, para serem convertidas na competência de janeiro de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 13 de janeiro de 2020.

LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº 033, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2310312

PORTARIA Nº 033, de 13 de janeiro de 2020.

“CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o direito da servidora ao gozo de férias e o pedido da servidora;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art.72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, à servidora ROSIMERI PEROZA NUNES, matrícula n. 2005, ocupante do cargo de Diretor Financeiro, grupo ocupacional Assessoramento Superior, símbolo DIF-9, carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, lotada no Gabinete do Prefeito, referentes ao período aquisitivo de 01/04/2018 a 31/03/2019, para serem gozadas do dia 13/01/2020 a 27/01/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 13 de janeiro de 2020.

LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº 034, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2310315

PORTARIA Nº 034, de 13 de janeiro de 2020.

“CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o direito do servidor ao gozo de férias e o pedido do servidor;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art.72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, ao servidor FLÁVIO ROBERTO ROSSI, matrícula nº 9685, ocupante do cargo público de Contador, lotado na Secretaria Municipal da Administração, Fazenda e Planejamento, referentes ao período aquisitivo de 02/06/2016 a 01/06/2017, para serem gozadas do dia 13/01/2020 a 27/01/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 13 de janeiro de 2020.

LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº 035, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2310317

PORTARIA Nº 035, de 13 de janeiro de 2020.

“CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o direito do servidor ao gozo de férias e o pedido do servidor;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art. 72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, ao servidor DEJAIME DESANTI, matrícula nº 10392, ocupante do cargo de provimento efetivo de Jardineiro, Grupo Ocupacional Serviços Gerais, código SG-9, lotado na Secretaria da Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, referentes ao período aquisitivo de 17/08/2018 a 16/08/2019, para serem gozadas no período de 15/01/2020 a 29/01/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 13 de janeiro de 2020.

LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

Penha

PREFEITURA

2º ADITIVO 026/2019 - FMAS

Publicação Nº 2310209

2º TERMO ADITIVO Nº 26/2019- FMAS
AO CONTRATO Nº 019/2017 FMAS

Licitação: Processo Adm. Nº. 08/2017-FMAS. Modalidade: Dispensa de Licitação 003/2017-FMAS

Objeto: Locação de imóvel com terreno de aproximadamente 330m² e área construída de aproximadamente 128 m², localizado a Avenida Itapocoróy, nº 1930, Bairro Armação, neste Município, Inscrição Imobiliária 01.04.166.0023.001 e Matrícula 23162, para funcionamento da Cozinha Profissional de Arte Culinária, conforme solicitação nº 258/2017.

Os signatários deste instrumento, de um lado, ROBERTO CARLOS VANZUITA, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob n.º 622.086.919-20, RG nº 1504248/SESP/SC, residente e domiciliado na Avenida Itapocoroy, nº 1930, Bairro Armação, Município de Penha, Estado de Santa Catarina (2º andar), denominado LOCADOR, e, de outro lado, por meio do Fundo Municipal de Assistência Social, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.680.072/0001-43, representado pelo seu Gestor, Sr. SÉRGIO DE MELLO, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 712.792.459-72, RG nº 13/R 2.458480, residente e domiciliado à Rua Santa Lúcia, nº. 175, Santa Lúcia, Penha/SC, denominado LOCADOR, resolvem entre si e na melhor forma de direito com amparo legal no artigo 57, inciso II, da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, prorrogar a vigência do CONTRATO Nº 019/2017 FMAS, mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas:

Cláusula Primeira

O prazo previsto na cláusula Décima Primeira do CONTRATO Nº 019/2017, fica prorrogado para mais 12 (doze) meses a contar de 14 de Dezembro de 2019, conforme solicitação e justificativa da Secretaria Municipal de Assistência Social, através do Memorando nº 6.478/2019.

Cláusula Segunda

O valor previsto na cláusula Terceira do Contrato nº 19/2017-FMAS, fica reajustado, perfazendo um valor mensal de R\$ 3.809,26 (Três Oitocentos e Nove Reais e Vinte e Seis Centavos), totalizando um valor anual de R\$: 45.711,12 (Quarenta e Cinco Mil Setecentos e Onze Reais e Doze Centavos).

As demais cláusulas do contrato principal permanecem inalteradas. E, por estarem assim de acordo, firmam o presente Termo, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 14 de Dezembro de 2018.

SÉRGIO DE MELLO

Gestor do Fundo Social

Locatário

ROBERTO CARLOS VANZUITA Contratado

Locador

TESTEMUNHAS

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

O presente Termo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Ordenador de Despesas

Portaria nº1230/2018

Secretário de Administração

De acordo:

MARCELO ALVES CRIVELATTI

Controle Interno

Portaria nº 739/2019

CONTRATO 001/2020 FMAS

Publicação Nº 2310313

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PENHA E O SR. NIVALDO DOS SANTOS PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL.

CONTRATO Nº 001/2020 de 09/01/2020-FMAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2019-FMAS
MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2019-FMAS
HOMOLOGADO EM 09/01/2020

Através do presente instrumento de Contrato de locação firmado entre o MUNICÍPIO DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 11.680.072/0001-43, neste ato representado por seu Gestor, Sr. NEREU RAMOS CALDEIRA FILHO, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 003.993.599-07, RG nº 3.642.096, residente e domiciliado à Rua Maria Francelina Flores, nº.43 Gravata, Penha/SC, doravante denominado LOCATÁRIO e, de outro lado Município NIVALDO DOS SANTOS, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob n.º 246.619.029-04, residente e domiciliado na Rua Duque de Caxias, nº 225, bairro Centro, CEP 88.375-000, Município de Penha, Estado de Santa Catarina, denominado LOCADOR, submetendo-se as partes, LOCADOR e LOCATÁRIO, às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O segundo nomeado, aqui chamado LOCADOR, loca ao primeiro, aqui designado LOCATÁRIO um imóvel localizado na Rua Duque de Caxias, nº 225, Bairro Centro, neste Município, com aproximadamente 240m² de área construída, Matrícula nº 13.822, cadastro imobiliário 25787, para funcionamento das atividades da Casa de Acolhimento Abrigo Anjo Gabriel, pelo período de 12 (doze) meses, atendendo solicitação nº 155/2019 do Fundo Municipal de Assistência Social.

CLÁUSULA SEGUNDA

O período de locação do imóvel será de 12 (doze) meses, iniciando-se em 09 de janeiro de 2020 com término em 09 de janeiro de 2021.

Parágrafo Primeiro: As partes poderão convencionar, através de Termo aditivo, a prorrogação do prazo da locação, mediante notificação por escrito com antecedência mínima de até 30 (trinta) dias do término do prazo de locação.

CLAUSULA TERCEIRA

O valor mensal da locação será de R\$ R\$ 2.400,00 (Dois mil e quatrocentos reais) mensais, compreendendo para o período da locação de 12 (doze) meses o valor total de R\$ 28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais), valores estes que o MUNICÍPIO/LOCATÁRIO se compromete a pagar, até o dia 10 (dez) de cada mês subsequente ao vencido.

Parágrafo Primeiro: As despesas referentes as faturas de energia elétrica, água, IPTU e coleta de lixo serão de responsabilidade exclusiva do MUNICÍPIO/LOCATÁRIO.

CLAUSULA QUARTA

As despesas correspondentes a este contrato correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 40 – Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Elemento: 40.01.2.072.3.3.90.36.15.00.00.00 (21/2019)

CLAUSULA QUINTA

O MUNICÍPIO/LOCATÁRIO, salvo as obras que importem na segurança do imóvel, obriga-se por todas as outras, devendo trazer o imóvel locado em boas condições de conservação e funcionamento como pinturas, aparelhos sanitários, portas, fechaduras, trincos, vidraças, instalações elétricas, torneiras, portões e quaisquer outros componentes do imóvel, conforme vistoria, para assim, restituí-los quando findo ou rescindido este contrato sem direito a retenção ou indenização por quaisquer benfeitorias, as quais ficarão desde logo incorporadas ao imóvel.

Parágrafo Primeiro: Caso o MUNICÍPIO/LOCATÁRIO não realize a prorrogação da locação, fica estabelecido que a devolução das chaves será precedida de vistoria do imóvel, obrigando-se a devolução do mesmo com os devidos reparos/reformas que se fizerem necessários, bem como limpeza, a qual será realizada pelo MUNICÍPIO.

Parágrafo Segundo: Caso o MUNICÍPIO/LOCATÁRIO não restitua o imóvel no prazo contratual ou enquanto perdurar a realização dos reparos/reformas, pagará enquanto estiver na posse do mesmo, o aluguel mensal até a efetiva desocupação do imóvel objeto deste instrumento, sem prejuízo de quaisquer multas.

CLAUSULA SÉXTA

O MUNICÍPIO/LOCATÁRIO desde já faculta ao LOCADOR ou seu representante examinar ou vistoriar o imóvel locado comunicando sempre com antecedência de 5 (cinco) dias.

CLAUSULA SÉTIMA

O MUNICÍPIO/LOCATÁRIO não poderá sublocar nem emprestar o imóvel no todo ou em parte, sem consentimento por escrito do LOCADOR.

CLÁUSULA OITAVA

Os contraentes expressam sua sujeição às cláusulas contratuais, à Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, bem como ao Código Civil Brasileiro e demais legislações subsidiariamente aplicáveis.

CLAUSULA NONA

Em caso de falecimento de qualquer parte Contratante, os herdeiros ou representante da parte falecida serão obrigados ao cumprimento

integral deste contrato, até o seu término.

CLAUSULA DÉCIMA

Estabelecem as partes que, para renovação deste contrato, as partes interessadas se notificarão mutuamente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, findo este prazo, considera-se como desinteressante para o MUNICÍPIO/LOCATÁRIO, a sua continuação no imóvel ora locado, devendo o mesmo entregar as suas chaves ao LOCADOR, impreterivelmente no dia do vencimento do contrato.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Na hipótese de ocorrer a prorrogação desta locação, o aluguel mensal (a partir do 13º décimo terceiro mês) poderá ser reajustado de acordo com o índice oficial do Governo. O MUNICÍPIO/LOCATÁRIO concorda desde já, com este sistema de reajustamento da locação ou outro índice que seja considerado oficial para o governo, de acordo com a legislação em vigor na época da eventual prorrogação deste contrato.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA

O presente Contrato poderá, ainda, ser rescindido unilateralmente, se qualquer uma das partes descumprir algum dos dispositivos ora pactuados, bem como aqueles previstos nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Parágrafo Primeiro: A rescisão contratual seja por qualquer das partes correrá de acordo com a Lei Federal n.º 8.666/93 e demais alterações posteriores.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA

Os casos omissos a este contrato, serão tratados de acordo ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA

Para dirimir questões decorrentes deste contrato fica eleito o Foro da Comarca de Balneário Piçarras, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente em 3 (três) vias de igual teor e forma, diante de duas testemunhas para um só efeito.

Penha (SC), 09 de janeiro de 2019.

NEREU RAMOS CALDEIRA FILHO NIVALDO DOS SANTOS

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Contratado/Locador

Contratante/Locatário

TESTEMUNHAS

Nome: Nome:

C.P.F. nº C.P.F.

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

De acordo:

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

MARCELO ALVES CRIVELATTI

Controle Interno

Portaria nº 739/2019

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2019 - PMP

Publicação Nº 2310618

MUNICÍPIO DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2019 - PMP

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: Registro de Preços para futura aquisição de fardamento (uniformes) de uso dos Bombeiros Comunitários que prestam serviços voluntários junto à Corporação, conforme solicitação nº 1522/2019, anexa ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no edital e Termo de Referência, parte integrante do processo.

Abertura do Processo e Entrega de Envelopes: 24/01/2020 às 14:00h, na Sala do Empreendedor do Município de Penha, situada na Rua Nilo Anastácio Vieira, nº. 180, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Andre Luis Santos Valadão.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, e no site www.penha.sc.gov.br. Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Rua Nilo Anastácio Vieira, 03, Centro – Penha/SC, ou através do fone (47) 3345-3428. Horário de atendimento: das 12h as 18h.

Penha/SC, 13 de janeiro de 2019.
Jaylon Jander Cordeiro da Silva
Secretário da Administração

TERMO DE JULGAMENTO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 06/2019

Publicação Nº 2310723

TERMO DE JULGAMENTO

Processo Administrativo nº 06/2019

Vistos, relatados etc..., os presentes autos, verifiquei que:

Foi instaurado Processo Administrativo através da Portaria nº 1048/2019 para apurar e analisar o Edital e o contrato de Concessão nº 194/2015 – PMP, com Águas de Penha Saneamento SPE LTDA, tendo em vista supostas irregularidades apontadas pelo Ministério Público do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Para esclarecer os fatos foram convocados Fernanda Barreto de Oliveira Reis fls. (368), Édipo Cristiano Bento fls. (369/371), Gabriela Garbina fls. (372/373), João Batista Porto fls. (374/376), Carlos Roma fls. (379/382), Thais Galina fls. (383/385), Wagner Borges Figueredo fls. (423/424).

Foram juntados diversos documentos, dentre eles estão: Parecer nº MPC/41.303/2015 e documentos da licitação, Contrato de Concessão nº 194/2015 – PMP, Ato de Justificativa de Concessão de Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Município de Penha, bem como ofício nº 0422/2019/01PJ/BPI do Ministério Público, onde foi requerido informações sobre as soluções dos impasses e pendências que retardam o cumprimento do contrato de concessão, causando danos a população.

É o relatório.

Refere-se ao Processo Administrativo, devido a solicitação do memorando 2.306/2019 da Secretaria de Administração, que solicitou abertura do Processo afim de apurar supostas irregularidades no edital Concessão de Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Município de Penha, apontadas pelo Ministério Público do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Assim, para apuração dos fatos foi ouvido a concessionária, a qual levantou os seguintes argumentos:

Reconhecimento da preliminar e decadência do direito do Município anular o Edital da Licitação, uma vez que se passaram mais de 5 anos desde a data da sua publicação, conforme o artigo 54 da Lei Federal nº 9.784/99;

Tendo em vista que o serviço, apesar de concedido, continua sendo público, o poder concedente – União, Estado-membro, Distrito Federal, Município – nunca se despoja do direito de explorá-lo direta ou indiretamente por seus órgãos, suas autarquias e empresas estatais, desde que o interesse público assim o exija.

Nessas condições, permanece com o poder concedente a faculdade de, a qualquer tempo, no curso da concessão, retomar do concessionário o serviço concedido, principalmente se houver danos ao erário público.

Cabe destacar que se houver vícios formais no Edital de licitação o Concedente tem o Poder-Dever de anular seus próprios atos.

Além disso, no Ato de Justificativa de Concessão do Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Município de Penha, consta o seguinte: "Município do porte de Penha não dispõe de meios para fazer tais investimentos diretamente e nem mesmo arcar com financiamentos, que comprometeriam toda a capacidade de endividamento, em detrimento das demais demandas da população". Sendo assim, partindo desta alegação como poderá o Concedente – Município de Penha - arcar com os custos de desapropriação e outros custos, que sequer foram inseridos em seu orçamento, em rubrica específica, sendo que de forma inapropriada foi inserida no edital tal ônus causando sérios problemas financeiros e em total disparidade com a justificativa inicial que deu origem a concessão.

Não há que se falar em decadência do direito do Município anular o Edital da licitação, uma vez que se passaram mais de 5 anos, pois o Edital está em desconformidade com o ato da justificativa, sendo dessa forma eivado de vícios e falhas previstas na legislação atual, sendo portanto um ato ilegal, onde sua anulação é assegurada pelo Supremo Tribunal Federal em sua Súmula 473, senão vejamos:

A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

Além do reconhecimento da preliminar e decadência do direito do Município anular o Edital da Licitação, a concessionária solicitou a nulidade da Sindicância por:

a) Ofensa ao devido processo legal, por desrespeito ao rito previsto na Lei Federal nº 9.784/99;

b) Ausência de intimação da AEGEA Saneamento, empresa líder do Consórcio que participou da Licitação, nos termos do § 3º do artigo 49 da Lei Federal nº 8.666/93, eis que a Sindicância pode resultar na anulação da licitação, declarando o retorno da Sindicância à fase inicial com reabertura de todos os prazos processuais;

c) Cerceamento e defesa e ofensa ao princípio do contraditório;

d) pela não concessão de prazo para a Águas de Penha apresentar defesa escrita e para indicar provas que pretende produzir;

e) haja vista a sua Portaria de instauração ser genérica e não especificar as irregularidades apontadas;

f) em razão da ampliação de seu objeto para além do fundamento inquinado na Portaria de instauração, em ofensa ao princípio da motivação, situação que poderá, inclusive, provocar decisão extra ou ultra petita;

g) em razão de um membro da comissão ser servidor efetivo exercendo cargo em condição de Secretário Municipal, o que atenta contra o princípio da imparcialidade.

A fim de anular o procedimento administrativo, a Concessionária levantou diversas preliminares, entre estas, alega que não foi propiciado

a ampla defesa e o contraditório; que houve ampliação do objeto previsto na Portaria de instalação; que um dos membros da Comissão, servidor efetivo, é Secretário da Fazenda, o que atenta para o princípio da impessoalidade; que é genérica a portaria de instauração; que não foi oportunizado a Concessionária apresentar provas; e que houve desrespeito ao rito previsto na Lei Federal nº 9.784/99.

Como se observa no procedimento administrativo, em todas as fases houve a participação dos representantes da Concessionária e seus respectivos procuradores, os quais tiveram acesso a íntegra do processo, participaram de todas as oitivas de todos os convocados, tiveram direito a perguntas, se manifestaram e inclusive levantaram diversas preliminares.

Com relação a alegação de que houve ampliação do objeto previsto na Portaria de instalação do procedimento administrativo, a Comissão se ateve apenas ao Edital e ao Contrato, em nada prejudicando o interesse da Concessionária, mas apenas caracterizando que há diversos procedimentos em trâmite com relação a concessão do serviço público de abastecimento de água e saneamento básico, que não é apenas uma questão do Concedente, mas da sociedade organizada, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

Efetivamente não houve a intimação da AEGEA Saneamento, empresa líder do Consórcio que participou da Licitação, haja vista que a Concessionária Águas de Penha, detentora dos serviços, participou de todos os procedimentos, inclusive sendo ouvida seu Diretor Presidente, sendo que a mesma compõe o Consórcio Água e Esgoto de Penha, conforme consta na ata de abertura do processo licitatório nº, 073/2014-PMP, Concorrência Pública nº. 001/214-PMP em 29 de maio de 2015.

A Comissão é composta por 04 (quatro) membros, todos servidores efetivos, sendo que o membro Leandro de Lima Borba atualmente nomeado Secretário da Fazenda, mas os membros em sua integralidade atuam com imparcialidade no processo.

Mesmo impugnando-se um dos membros, mantem-se a comissão com a composição de três (03) servidores efetivos, o que legitima a Comissão e todos os atos por ela praticados.

Com relação ao membro Leandro, este tem atuado com imparcialidade em sua participação neste procedimento, não impondo aos demais membros sua autoridade seja na qualidade de Secretário ou ainda como membro partidário da atual administração pública.

O ministro Luiz Fux observou que, quando os princípios jurídicos que norteiam a administração pública entram em choque, "deve prevalecer aquele que mais se coaduna com o da razoabilidade". Para ele, o princípio da legalidade convive com outros, como os da segurança jurídica e do interesse público, de modo que o eventual confronto entre princípios "não implica dizer que um deles restará anulado pelo outro, mas, ao revés, que um deles será privilegiado em detrimento do outro, à luz das especificidades do caso concreto, mantendo-se ambos íntegros em sua validade".

Não há que se falar que não foi possibilitado a concessionária o contraditório e a ampla defesa, sua participação é visível e nitidamente eficaz no decorrer de todo procedimento.

Ora, foi devidamente garantido o direito (i) à informação, (ii) à manifestação e (iii) à consideração dos argumentos manifestados, a ampla defesa foi exercida em sua plenitude, inexistindo ofensa ao art. 5º, LV, da CF/1988.

Apesar dos argumentos expostos, a concessionária requereu ainda que seja a Sindicância julgada nula de pleno de direito e o consequente arquivamento do feito, tendo em vista o seu absoluto caráter antijurídico.

Porém, não há que se falar em nulidade do procedimento administrativo, pois transcorreu de forma clara e objetiva, a fim de se apurar as possíveis irregularidades apontadas pelo Ministério Público do TCE/SC.

Cabe destacar que ainda foi constatado que o ato de justificativa para a concessão não foi devidamente observado na elaboração do Edital; que a Concessionária imputa responsabilidade ao Concedente que contratualmente é sua, gerando ineficiência na prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Não contente, a concessionária ainda em caráter alternativo e sucessivo aos requerimentos anteriores, requereu o sobrestamento da Sindicância até o julgamento final do Processo n. ELC 14/00434200 no TCE/SC, para não haver decisões conflitantes, em atenção ao princípio da segurança jurídica.

Porém, a Administração Pública deve atentar para o interesse público, e no caso da concessão há grave prejuízo ao erário público e conflito com o ato de justificativa da concessão, não se pode apontar onde ocorreu, mas houve má-fé quando se imputou ao Concedente ônus sem que o mesmo possa arcar, em detrimento as demais demandas do Município.

O Concedente nunca se despoja do direito de explorar os SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO direta ou indiretamente por seus órgãos, suas autarquias e empresas estatais, desde que o interesse público assim o exija, em nada atentando contra o princípio da segurança jurídica.

Além disso, a proteção da confiança é particularmente delicada nas relações verticais entre o Estado e os particulares. Pois aqui, prevalecem as noções de supremacia do interesse público, e de sua indisponibilidade, sendo que tais conceitos asseguram à Administração, em princípio, o direito de anular seus próprios atos.

Sendo assim, a comissão decidiu por rejeitar as preliminares arguidas e deram o devido prosseguimento ao Processo, partindo para a análise dos fatos.

Primeiramente, um dos fatores que deve-se destacar é que o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina no PROCESSO Nº

ELC-14/00434200, levantou diversas irregularidades no Edital de Concessão Serviços Públicos de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário.

O Sr. Relator, fls. 217 a 238, discordou em diversos itens da manifestação técnica da Instrução que propunha a nulidade do Edital, propondo o Voto que resultou na Decisão sob n. 1613/2015, fls. 229 a 230, publicada no DOTC-e de 30/10/2015, conforme a seguir:

Decisão sob n. 1613/2015, fls. 229 a 230, publicada no DOTC-e de 30/10/2015, conforme a seguir: 6.1. Conhecer os termos do Edital de Concorrência n. 001/2014, de 24/07/2014, da Prefeitura Municipal de Penha, cujo objeto é a outorga da concessão dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, pelo prazo de 35 (trinta e cinco) anos, em caráter de exclusividade. 6.2. Determinar à Prefeitura Municipal de Penha a adoção das seguintes medidas: 6.2.1. inclua, expressamente, na cláusula contratual referente ao equilíbrio econômico financeiro do contrato/revisão tarifária, previsão no sentido de assegurar ao poder concedente a readequação do equilíbrio em face da renovação do parque de hidrômetros; 6.2.2. inclua, expressamente, no fluxo de caixa anexo ao contrato, previsão de fator "x" com o fim de estabelecer vínculo entre a eficiência da concessionária e a redução do valor da tarifa, com objetiva definição sobre o modo de cálculo do fator "x" e da distribuição dos ganhos de eficiência da concessionária; 6.2.3. inclua a seguinte cláusula contratual no capítulo referente ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com o que dispõe o art. 2º, inciso II, da Lei n. 8.987/95: "A Concessionária, a partir da assunção do sistema, assumirá integral responsabilidade por todos os riscos e obrigações inerentes à exploração da Concessão, observadas as condições previstas neste Contrato." 3 Processo: ELC-14/00434200 - Relatório: DLC - 598/2016 - Reinstrução Plenária. 6.2.4. inclua cláusula contratual deixando expressamente previsto que o risco pela demanda será alocado à concessionária. 6.3. Determinar à Prefeitura Municipal de Penha que em futuros instrumentos convocatórios, atente para a adoção das seguintes medidas: 6.3.1. exclua a exigência de comprovação da qualificação técnica com base em um único atestado; 6.3.2. atente para a previsão do art. 30, §5º, da Lei n. 8.666/93, relacionada à comprovação da qualificação técnico-operacional; 6.3.3. exclua critérios irrelevantes para a qualidade do objeto, em atenção à previsão do art. 46, §1º, I da Lei n. 8.666/93; 6.3.4. exclua previsão de desclassificação das propostas técnicas, em atenção à previsão do art. 46, § 2º, da Lei n. 8.666/93; 6.3.5. exclua previsão de critérios subjetivos de julgamento das propostas, em observância aos arts. 3º e 45 da Lei n. 8.666/93; 6.3.6. atente para a justificação técnica dos índices de endividamento que forem exigidos nem seus procedimentos de licitação, ex vi do art. 31, § 5º, da Lei n. 8.666/93. 6.4. Determinar ao Sr. Evandro Eredes dos Navegantes – Prefeito Municipal de Penha, que no prazo de 30 (trinta) dias a contar da assinatura do contrato, comprove a este Tribunal de Contas o cumprimento das determinações relacionadas nos itens 6.2.1 a 6.2.4 desta deliberação. 6.5. Alertar ao Sr. Evandro Eredes dos Navegantes, já qualificado, que o não cumprimento das determinações relacionadas nos itens 6.2.1 a 6.2.4 e 6.4 acima implicará na cominação das sanções previstas no art. 70, §1º, da Lei Complementar (estadual) n. 202/00. 6.6. Determinar à Diretoria de Controle de Licitações e Contratações – DLC deste Tribunal, o acompanhamento do cumprimento do item 6.4 desta deliberação, bem como que inclua em futura programação de auditoria o acompanhamento da execução do contrato de concessão de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Município de Penha. 6.7. Dar ciência desta Decisão, bem como do Relatório e Voto do Relator que a fundamentam, ao Sr. Evandro Eredes dos Navegantes – Prefeito Municipal de Penha e à Assessoria Jurídica e ao Controle Interno daquele Município.

Feitas as notificações, houve manifestação e foi produzido novo Relatório n. DLC-165/2016, fls. 349 a 352, sugerindo-se aplicação de multa ao Responsável por descumprimento à Decisão Plenária e propondo determinações. O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer MPC/41.303/2015, de 17/05/2016, fls. 354 a 361, continuou se posicionando pela nulidade do Edital e aplicação de multa.

Ainda, por meio do Relatório n. DLC-165/2016, item 2.2, fls. 350v, registrou-se que foi determinado no item 6.2.2 da Decisão n. 1613/2015, que o Município incluísse, expressamente, no fluxo de caixa anexo ao contrato, previsão de fator "x" com o fim de estabelecer vínculo entre a eficiência da concessionária e a redução do valor da tarifa, com objetiva definição sobre o modo de cálculo do fator "x" e da distribuição dos ganhos de eficiência da concessionária, apontando-se o seguinte:

a) que em um dos anexos ao contrato encaminhado, fls. 284, consta apenas a seguinte observação:

OBS: a CONCEDENTE com a finalidade de estabelecer o vínculo de Eficiência da concessionária e a redução do valor da tarifa, prevê o fator "x" como índice de equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, o qual terá como base o presente fluxo de caixa.

b) que não houve qualquer demonstração do modo de cálculo do referido fator;

c) que o Sr. Secretário de Administração daquele Município protocola sob nº 000320/2016 (07/01/2016) pedido de dilatação de prazo, fls. 234

d) que, à época, haviam passados três meses e vinte e cinco dias do prazo determinado, sem o cumprimento da determinação; e) que o Contrato fora assinado em 10 de novembro de 2015; e f) que aquela determinação Plenária estabeleceu a comprovação em até 30 (trinta) dias após a assinatura do instrumento contratual. O prazo teria expirado em 11 de dezembro de 2015.

Em manifestação o Prefeito Municipal alegou que, mesmo concedido novo prazo, o Município não conseguiu elaborar uma fórmula adequada, argumenta que seria um serviço de competência da Agência Reguladora (ARIS), que a ARIS já estaria regulando e fiscalizando os serviços prestados pela concessionária vencedora da licitação pública, inclusive no que toca aos investimentos, à eficiência e à apropriação dos ganhos de produtividade da concessionária, e que a ARIS participa com a ARESC na elaboração das metodologias de revisão tarifária para todo o Estado de Santa Catarina. Destaca, ainda, o Responsável, que o prazo deveria coincidir com o primeiro ciclo tarifário, quando dos 4 anos da vigência do Contrato de Concessão (Cláusula 13.1), que esse prazo seria absolutamente compatível com as discussões e trabalhos já realizados pela ARIS em parceria com a ARESC.

Por outro lado, ressalta-se que esta Instrução concorda com a manifestação do MP e que, em função da ilegalidade do Edital, deve o contrato ser considerado ILEGAL.

Vale ressaltar que desde o início do lançamento do Edital de Licitação de Concessão Serviços Públicos de Abastecimento de Água e de

Esgotamento Sanitário, foram apontadas irregularidades pelos técnicos do TCE/SC e do MPC/SC.

Embora tenha ocorrido algumas alterações por determinação constantes da decisão, houve manifesta restrição a competitividade com cláusulas restritivas que causaram empecilho a uma maior participação.

Nas palavras do DD. Representante do Procurador do Ministério Público de Contas (fls.9) :

"... o procedimento irregular foi mantido e homologado, tendo culminado num contrato maculado.

(...)

2)pela nulidade do edital de Concorrência Pública nº 01/2014, por afronta aos arts. 3º, §1º, I, 6º, IX alínea "f", 30, § 1º, I, 31, § 5º, 40 VII e X, 44, 45, 46, § 1º, I, 2º, todos da Lei nº 8.666/93"

Além dos fatos apontados tanto pelos Técnicos do TCE/SC e do Procurador do Ministério Público de Contas, um dos pontos mais impactantes apurados pela Comissão é o fato de que o Representante da Concessionária alega que não houve até o momento a captação de água prevista no contrato de concessão, pois o Município não conseguiu a anuência dos Municípios por onde a adutora deve passar até chegar em Penha.

Conforme Termo de Declaração (fls.379/382) o Senhor Carlos Roma, Diretor Presidente da Águas de Penha, disse:

" Que o terreno para a ETA foi disponibilizado, e já feito um anteprojeto para que o poder concedente apresentasse aos órgãos ambientais, conforme previsto no contrato. Que o anteprojeto já foi feito em 2016. Que o procedimento não foi concluído ainda, tendo em vista que o órgão ambiental exigiu que os municípios por onde adutora passará devem se manifestar, o que vem sendo um entrave, pois até o momento os municípios de Luiz Alves e Navegantes ainda não se manifestaram, que talvez seja por algum motivo político. Que este documento é de responsabilidade do município concedente, e que a concessionária vem apoiado tecnicamente para que se resolva da melhor forma. Que já esteve em reunião com o Prefeito de Navegantes que ficou de estudar o caso, mas até hoje não deu nenhum sequenciamento do processo, já o Prefeito de Luiz Alves não recebeu o declarante." (Grifamos).

As fls.253/255 na Carta nº APE – JUR – CAR – 2019/0000065, datada de 22/04/2019, referente a disponibilização de áreas e fornecimento de documentos (alvará e licença prévia ambiental), a concessionária requer algumas providências em relação ao sistema de abastecimento de água, constando no item (ii) o que segue:

" (ii) Anuência dos Municípios de Luiz Alves, Navegantes e Balneário Piçarras quanto à passagem da adutora de águas do Rio Luiz Alves por seus respectivos territórios; "

No dizer da Concessionária na referida Carta, esta alega estar impedida de executar as obras necessárias para aprimorar a prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, por única e exclusiva responsabilidade do Concedente.

Porém, ao analisar o Contrato de Concessão nº 194/2015-PMP na cláusula 16, que trata dos direitos e obrigações da Concessionária, destacamos o que segue:

"16.2 Dentre outras obrigações, são direitos e deveres da CONCESSIONARIA:

(...)

r) acordar com as entidades públicas competentes o uso comum do solo e do subsolo quando necessário para prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO e para a construção e exploração das obras necessárias;

s) captar águas superficiais e subterrâneas mediante prévia autorização das autoridades competentes, atendendo ao uso racional dos recursos hídricos;"

Como se constata, a responsabilidade pela anuência, ou seja, a prévia autorização das autoridades competentes é única e exclusivamente da Concessionária.

Outro fato de grande relevância é de que na cláusula 15 do Contrato de Concessão nº 194/2015-PMP que trata dos direitos e obrigações da Concedente está previsto:

15.1. Sem prejuízo e outras obrigações previstas em Lei, incumbe ao CONCEDENTE:

(...)

g) ceder, disponibilizar as áreas públicas para atingir as metas do CONTRATO e ou declarar de utilidade pública em caráter de urgência, e promover desapropriação ou instituição de servidão administrativa, estabelecer limitações administrativas e autorizar ocupações temporárias de todos os bens imóveis para assegurar a realização e a conservação de serviços e obras vinculados à CONCESSÃO, arcando com os seus custos em atenção à solicitação da CONCESSIONÁRIA;

(...)

k) obter as Licenças Ambientais Previas (LAP), bem como fornecer todos os documentos necessários para obtenção das licenças, inclusive as ambientais, necessária à execução das obras ou PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE

ESGOTAMENTO SANITÁRIO, sendo ainda responsável pelo pagamento dos custos correspondentes.”

O que é de se estranhar é que ao analisar o processo licitatório, constatou-se no Ato de Justificativa de Concessão de Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Município de Penha que a justificativa para a Concessão se deu nos seguintes termos:

“É evidente que Município do porte de Penha não dispõe de meios para fazer tais investimentos diretamente e nem mesmo arcar com financiamentos, que comprometeriam toda a capacidade de endividamento, em detrimento das demais demandas da população. Portanto, o Município optou por delegar os serviços para a iniciativa privada com o intuito de viabilizar tais investimentos, o que pretende fazer através de contrato de concessão, em que os serviços públicos são prestados por conta e risco da futura concessionária, diminuindo substancialmente os riscos do Município, que passará a regular e fiscalizar a qualidade dos serviços e as metas de atendimento. Também há de levar em consideração que a iniciativa privada possui experiência, acessos a recursos financeiros e capacidade técnica superior à do Município de Penha.” Se o Concedente afirma que não dispõe de recursos financeiros nem tampouco, tem como arcar com os investimentos ou financiamentos que comprometeriam toda a capacidade de endividamento, como pode ter que arcar com custos de desapropriações e licenças ambientais prévias?

Ademais, ao se compulsar o processo licitatório – Concessão, não há qualquer informação do Setor de Contabilidade de que o Município de Penha tenha disponibilidade financeira ou dotação orçamentária para arcar com tais custos, não consta sequer no período após a Assunção (anos de 2015 e 2016), rubricas específicas nos Orçamentos, PPA e nas LDOs o que por si só já invalida a Concessão, visto que o Município não pode dispor de recurso que não está previsto, nem tampouco possui previsão orçamentária e financeira específica para arcar com tais obrigações, correndo o sério risco de não cumprir com as manutenções das áreas da saúde, educação e assistência social, áreas estas com olhares fiscalizador do Tribunal de Contas do Estado e asseguradas pela Carta Magna.

Vários são os entendimentos no mesmo sentido e que passamos a transcrever:

“A Lei nº 8.666/1993 estabelece que as obras e serviços somente poderão ser licitados quando houver “previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações” (art. 7º, § 2º, inc. III), ou ainda que nenhuma compra será feita sem a “indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento” (art. 14), e em todos os casos, o procedimento da licitação conterá a indicação do recurso próprio para a despesa (art. 38, caput).

A Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101/2000, a seu turno, considera “não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa” sem que esteja acompanhada de da declaração do ordenador da despesa de sua “adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias” (art. 15 e art. 16, inc. II.)

Também não pode ser esquecida a expressa vedação constitucional disposta no art. 167, incisos I e II da Constituição Federal que proíbe o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual, além de proibir a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais”. (Biblioteca digital acessada em 10/01/2020 - <https://noticias.eloconsultoria.com/e-possivel-a-realizacao-de-procedimento-licitatorio-sem-previa-dotacao-orcamentaria/>).

Ainda a Lei nº 8.987/1995, assim prevê:

“Art. 29. Incumbe ao poder concedente:

(...)

VIII - declarar de utilidade pública os bens necessários à execução do serviço ou obra pública, promovendo as desapropriações, diretamente ou mediante outorga de poderes à concessionária, caso em que será desta a responsabilidade pelas indenizações cabíveis;

IX - declarar de necessidade ou utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa, os bens necessários à execução de serviço ou obra pública, promovendo-a diretamente ou mediante outorga de poderes à concessionária, caso em que será desta a responsabilidade pelas indenizações cabíveis;”

Vale lembrar que na concessão do serviço público de abastecimento de água e esgoto no caso em tela, houve a transferência do exercício dos serviços públicos para a Concessionária que os exercerá por sua conta e risco, fazendo jus, somente, à manutenção da equação econômico-financeira do contrato, bem como ao direito de ser ressarcido em razão de fato imputável ao Concedente que onere o Contrato.

A Lei nº 8.987/95 (Lei das concessões – art. 31), prevê que incumbe ao Poder Concedente declarar de utilidade pública os bens necessários à execução do serviço ou obra pública, promovendo as desapropriações, diretamente ou mediante outorga de poderes à Concessionária.

Se fosse observado o Ato de justificativa para concessão seria da Concessionária a responsabilidade pelas indenizações cabíveis. Mas indevidamente tal ônus foi imputado ao Concedente sem que este tenha condições financeiras para arcar com valores significativos que comprometeriam as despesas públicas, inclusive aquelas impostas pela Constituição, o que é um contrassenso.

Segundo a previsão da Lei nº 8.987/95, em seu art. 2º, II, concessão de serviço público “é a transferência da prestação de serviço público, feita pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, mediante concorrência, a pessoa jurídica ou consórcio de empresas, que demonstre capacidade para o seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado”.

Assim, é a delegação contratual da execução de serviço, originalmente de competência do Poder Público, através de licitação, na modalidade concorrência, onde o particular vai explorar a atividade ou bem por sua conta e risco, nas condições e pelo prazo previstos na legislação e no contrato.

A execução do serviço pela Concessionária é por sua conta e risco, e é paga mediante tarifa, com natureza de preço público.

Deve-se ressaltar que a Concessionária, durante todo o prazo da CONCESSÃO que é de 35 anos e desde a emissão da ASSUNÇÃO, deverá prestar os SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO, visando o pleno e satisfatório atendimento dos USUÁRIOS, onde o serviço adequado é aquele que compreende entre outros a efetiva regularidade, continuidade, eficiência, o que nos últimos anos não vem sendo cumprido pela Concessionária, pois a população está descontente com os serviços, e o turismo no Município vem sendo efetivamente prejudicado com a constante falta d'água.

Caso o Poder Concedente decida retomar o serviço para prestá-lo diretamente ou para promover outra outorga, com características diversas do contrato então vigente, este deverá ser estabelecido por atos previamente fundamentados, encadeando medidas para a transferência do serviço e as responsabilidades dos envolvidos.

Apesar da Lei 8.987/1995 tratar da possibilidade de rescisão judicial por iniciativa do Concessionário, em face do inadimplemento do Poder Concedente, cabe aludir também à rescisão judicial de iniciativa do Poder Concedente, em face do inadimplemento da Concessionária.

Em regra, o Concedente pode rescindir unilateralmente o contrato por inadimplemento da Concessionária, se estiverem presentes os requisitos para a decretação da anulação contratual, porém, pode optar por não exercer tal prerrogativa e recorrer ao Judiciário para obter o reconhecimento da inadimplência da Concessionária e a extinção do contrato.

Se for possível promoverem-se alterações no contrato de concessão, para propiciar o atendimento ao interesse público, esta solução deverá ser adotada num prazo pré-estabelecido, uma vez que já se passaram mais de quatro (4) anos da assunção e a solução deverá ocorrer sem procrastinações.

Desta forma, em razão do aludido acima, ACOELHO OS TERMOS DO RELATÓRIO FINAL, para decidir que não devem prevalecer as preliminares levantadas pela Concessionária em sua MANIFESTAÇÃO, sendo as mesmas improcedentes.

Houve a defesa da Concessionária, foi disponibilizada a cópia de todas as peças que compõem o procedimento administrativo, convocado todos os envolvidos direta e indiretamente no serviço e direção da concessão dos serviços públicos de abastecimento de água e saneamento no Município de Penha, sejam do Concedente ou da Concessionária, acompanhamento de todas as oitivas pelos advogados da Concessionária, que fizeram todas as perguntas e questionamento, requereram prazos, tudo dentro do devido processo, possibilitando a ampla defesa e o contraditório, nos termos da Lei.

Com relação ao Edital e Contrato, os mesmos podem ser declarados ilegais, uma vez que não há previsão orçamentária específica para que o Município arque com qualquer despesa, sendo que no Ato de Justificativa de Concessão de Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Município de Penha, ficou claro que o Concedente não tem condições financeiras, "... os serviços públicos são prestados por conta e risco da futura concessionária, diminuindo substancialmente os riscos do Município, que passará a regular e fiscalizar a qualidade dos serviços e as metas de atendimento. Também há de levar em consideração que a iniciativa privada possui experiência, acessos a recursos financeiros e capacidade técnica superior à do Município de Penha".

Além destes argumentos também há pendências e apontamentos que até hoje não foram regularizados junto ao TCE/SC onde, seus técnicos, bem como, o Representante do Ministério Público de Contas entendem que o contrato é nulo: "... o procedimento irregular foi mantido e homologado, tendo culminado num contrato maculado.

Também a Concessionária até o encerramento deste procedimento administrativo ainda não conseguiu anuência dos demais Municípios por onde a adutora deve passar (Luiz Alves, Navegantes, Balneário Piçarras), descumprindo sua obrigação prevista na Cláusula 16.2, alíneas "r" e "s", sob a alegação de que a responsabilidade é do órgão Concedente, devendo ser penalizada nos termos da cláusula 20, caso seja mantida a Concessão.

Em razão da Concessionária não cumprir com o estabelecido em contrato, deixando de apresentar a anuência dos municípios de Luiz Alves, Balneário Piçarras e Navegantes autorizando a passagem da adutora, resulta no impedimento de que o Concedente também cumpra sua obrigação contratual pertinente à obtenção da licença de sua responsabilidade – LAP.

Outro descumprimento contratual é a prestação de serviço adequado, previsto na Lei de Concessão, caracterizado pela falta de água que vem ocorrendo sistematicamente nas últimas temporadas, não somente nesta de 2019/2020, onde a Concessionária por ineficiência deixou de cumprir suas obrigações com relação ao atendimento com fornecimento de água à população, mesmo conhecendo a demanda da alta temporada conforme planilhas de previsões juntadas ao Edital do processo licitatório da referida Concessão o que ocasionou danos à população e ao turismo local.

Assim, a Anulação da Concessão poderá ser efetivada nos termos da cláusula 27, pois há evidente inexecução do contrato, das metas fixadas no Termo de Referência, não por sugestão da Comissão, mas pela notória inexecução contratual, pois os interesses envolvidos são de extrema importância para toda a coletividade, trata-se de serviço de abastecimento de água e saneamento, vital para todos.

Caso haja interesse na manutenção da Concessão dos Serviços de abastecimento de Água e Sistema de Esgoto com a Concessionária, a fim de evitar maiores ônus, necessário a repactuação num prazo máximo de 30 dias, sem procrastinações, notificando-se a empresa para que se manifeste, constando na Notificação que a desapropriação deve ocorrer pelo Concedente e a Concessionária deverá arcar com todos os custos, visto sua natureza e o interesse público envolvido, todavia deve ser levado em consideração que já ocorreram diversas tentativas de repactuação, inclusive com audiência pública, sem que se tenha alcançado o objetivo, o que torna inviável essa possibilidade.

É recomendável também que a transição, no caso de anulação, seja previamente disciplinada, estabelecendo-se o encadeamento dos atos para a transferência do serviço e as responsabilidades dos envolvidos, tendo em vista a continuidade do serviço público.

Diante do presente julgamento, determino seja lavrado o competente Ato procedendo-se a sua publicação na imprensa oficial.

Cumpra-se.

Publica-se.

Penha, 10 de janeiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração
Portaria nº 1230/2018

Peritiba

PREFEITURA

DECRETO 10/2020

Publicação Nº 2309566

DECRETO N.º 10/2020

NOMEIA TEMPORARIAMENTE NADIR DA ROSA

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA/SC., Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009, e, na forma do Capítulo II, Seção III, Inciso II, art. 14, da Lei n.º 1223 de 02 de dezembro de 1999 – Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais.

Considerando: o Edital de Processo Seletivo 03/2018 de 24 de Outubro de 2018 e homologado em 28 de Dezembro de 2018;

Considerando: a licença maternidade da servidora efetiva LAIS EDUARDA STALBAUMM PETTER FINGER.

DECRETA:

Art. 1.º Fica nomeada a partir de 13/01 a 01/07/2020, NADIR DA ROSA, para exercer as funções do cargo de SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS, Grupo 1, Nível 1, Classe "A", com carga horária de 40 horas semanais, criada pela Lei Complementar nº 39/2012 de 21 de Setembro de 2012, para o qual foi classificada em 5º lugar.

Parágrafo Único: A contratada prestará seu serviço no Centro de Educação Infantil Mateus Petter.

Art. 2.º O presente ato poderá ser revogado a qualquer tempo, por razões de interesse público devidamente justificado.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA – SC., em 10 de Janeiro de 2020.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 10/Janerio/2020	
--	--

Celestino Borges Vieira

Responsável pela publicação

TERMO DE COMPROMISSO E POSSE

Aos treze dias do mês de janeiro de dois mil e vinte, no Gabinete do Prefeita Municipal, Paço Municipal de Peritiba, Estado de Santa Catarina, compareceu a cidadã NADIR DA ROSA, brasileira, separada, natural de Peritiba/SC, com 55 anos de idade, filha de Alfredo Luiz da Rosa e Clecy Alves da Rosa, admitida pelo Decreto n.º 10/2020, de 10/01/2020, para desempenhar as funções do cargo de SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS com carga horária de 40 horas semanais, tendo apresentado os documentos julgados idôneos solicitados.

Após, perante a Prefeita, Senhora NEUSA KLEIN MARASCHINI, proferiu o seguinte compromisso, "PROMETO, SOLENEMENTE, DESEMPENHAR AS FUNÇÕES DE MEU CARGO DE SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS, COM EXATIDÃO, DISCIPLINA, HONRADEZ E EXEMPLO", sendo a seguir empossado no cargo.

Lavrado, este Termo vai assinado pela Compromissada e pela Prefeita Municipal.

Dado e passado neste Setor de Pessoal no dia 13 do mês de Janeiro de 2020.

NADIR DA ROSA

Compromissada

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

DECRETO 11/2020

Publicação Nº 2309568

DECRETO N.º 11/2020

DISPÕE SOBRE A DEFINIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE EMPRESAS DE BAIXO E MÉDIO RISCOS

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com o inciso X, art. 111, da Lei Orgânica do município de Peritiba de 16 de Dezembro de 2009 e em conformidade com o Art. 3º, parágrafo 2º da Lei 2.191 de 26 de novembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º Este DECRETO visa definir o conceito de baixo e médio riscos para fins da dispensa de exigência de atos públicos de liberação para operação ou funcionamento de atividade econômica, conforme estabelecido no art. 3º, parágrafo 2º, da Lei 2.191 de 26 de novembro de 2019.

Parágrafo único. A dispensa de atos públicos de liberação da atividade econômica não exime as pessoas naturais e jurídicas do dever de se observar as demais obrigações estabelecidas por outras legislações municipais, estaduais e federal.

Art. 2º Para fins de padronização de redação, passam a ser denominados como:

I - baixo risco ou "baixo risco A": a classificação de atividades para os fins do art. 3º, § 2º da Lei 2.191 de 26 de novembro de 2019 cujo efeito específico e exclusivo é dispensar a necessidade de todos os atos públicos de liberação da atividade econômica para plena e contínua operação e funcionamento do estabelecimento;

II - médio risco ou "baixo risco B": a classificação de atividades cujo grau de risco não seja considerado alto e que não se enquadrem no conceito de baixo risco ou "baixo risco A" do inciso I deste artigo, cujo efeito é permitir, automaticamente após o ato do registro, a emissão de licenças, alvarás e similares de caráter provisório para início da operação do estabelecimento;

III - alto risco: aquelas assim definidas por outras normas e pelos respectivos entes competentes, em atendimento aos requisitos de segurança sanitária, metrologia, controle ambiental e prevenção contra incêndios.

§ 1º As atividades de baixo risco ou "baixo risco A", nos termos do art. 2º, inciso I, deste Decreto não comportam vistoria para o exercício contínuo e regular da atividade, estando tão somente sujeitas à fiscalização de devido enquadramento posterior.

§ 2º As atividades de médio risco ou "baixo risco B", nos termos do art. 2º, inciso II, deste Decreto comportam vistoria posterior para o exercício contínuo e regular da atividade.

§ 3º As atividades de alto risco, nos termos do art. 2º, inciso III, deste Decreto exigirão vistoria prévia para início da operação do estabelecimento.

§ 4º O uso ou não dos termos do caput, conforme suas disposições, por entes federados ou por qualquer órgão da Administração, não altera o efeito específico para os quais eles foram definidos originariamente.

Art. 3º Ficam assim qualificados como baixo risco ou "baixo risco A" para os fins do art. 3º, § 2º da Lei nº 2.191 de 26 de novembro de 2019, as atividades constantes do Anexo I deste Decreto;

§ 1º Se a atividade a que se refere o caput for exercida em zona urbana, somente será qualificada como de baixo risco ou "baixo risco A" quando:

I – executada em área sobre a qual o seu exercício é plenamente regular, conforme determinações do zoneamento urbano aplicável ou em outros termos quando instaladas em área ou edificação desprovidas de regulação fundiária, imobiliária e edilícia, inclusive habite-se; ou

II – exploradas em estabelecimento inócuo ou virtual, assim entendido aquele:

a) exercido na residência do empresário, titular ou sócio, na hipótese em que a atividade não gere grande circulação de pessoas; ou

b) em que a atividade exercida for tipicamente digital, de modo que não exija estabelecimento físico para a sua operação.

Art. 4º O disposto neste Decreto não dispensa a necessidade de licenciamento profissional, quando assim requerido por força de lei federal, em razão da competência exclusiva da União determinada pelo art. 22, inciso XVI, da Constituição Federal a não ser que a entidade ou o conselho regulamentador da profissão, em ato normativo próprio, definir situações de baixo risco ou "baixo risco A" que dispensem o respectivo licenciamento profissional.

Art. 6º Esta Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA - SC, em 10 de Janeiro de 2020.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado

Em., 10/Janerio/2020.

Celestino Borges Vieira

Responsável pela publicação

ANEXO I

TABELA DE ATIVIDADES DE BAIXO RISCO OU "BAIXO RISCO A"

	CNAE	Descrição
I	7312-2/00	Agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação
II	7490-1/05	Agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas
III	6391-7/00	Agências de notícias
IV	7311-4/00	Agências de publicidade
V	7911-2/00	Agências de viagens

VI	9609-2/02	Agências matrimoniais
VII	5590-6/01	Albergues, exceto assistenciais
VIII	7729-2/01	Aluguel de aparelhos de jogos eletrônicos
IX	7721-7/00	Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos
X	7722-5/00	Aluguel de fitas de vídeo, DVDs e Similares
XI	6810-2/02	Aluguel de imóveis próprios
XII	7733-1/00	Aluguel de máquinas e equipamentos para escritório
XIII	7729-2/03	Aluguel de material médico
XIV	7729-2/02	Aluguel de móveis, utensílios e aparelhos de uso doméstico e pessoal; instrumentos musicais
XV	7723-3/00	Aluguel de objetos do vestuário, joias e acessórios
XVI	7729-2/99	Aluguel de outros objetos pessoais e domésticos não especificados anteriormente
XVII	6911-7/02	Atividades auxiliares da justiça
XVIII	5232-0/00	Atividades de agenciamento marítimo
XIX	8660-7/00	Atividades de apoio à gestão de saúde
XX	9002-7/01	Atividades de artistas plásticos, jornalistas independentes e escritores
XXI	9430-8/00	Atividades de associações de defesa de direitos sociais
XXII	8291-1/00	Atividades de cobrança e informações cadastrais
XXIII	6920-6/02	Atividades de consultoria e auditoria contábil e tributária
XXIV	7020-4/00	Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica
XXV	6920-6/01	Atividades de contabilidade
XXVI	7410-2/99	Atividades de design não especificadas anteriormente
XXVII	7119-7/02	Atividades de estudos geológicos
XXVIII	8650-0/04	Atividades de fisioterapia
XXIX	8650-0/06	Atividades de fonoaudiologia
XXX	5920-1/00	Atividades de gravação de som e de edição de música
XXXI	7490-1/04	Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários
XXXII	8030-7/00	Atividades de investigação particular
XXXIII	8020-0/01	Atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico
XXXIV	9493-6/00	Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte
XXXV	7420-0/01	Atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina
XXXVI	8650-0/02	Atividades de profissionais da nutrição
XXXVII	8650-0/03	Atividades de psicologia e psicanálise
XXXVIII	8220-2/00	Atividades de teleatendimento
XXXIX	8650-0/05	Atividades de terapia ocupacional
XL	7119-7/99	Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente
XLI	7500-1/00	Atividades veterinárias (Código CNAE:7500100), desde que o resultado do exercício da atividade não inclua a comercialização e/ou uso de medicamentos controlados e/ou equipamentos de diagnóstico por imagem.
XLII	6621-5/02	Auditoria e consultoria atuarial
XLIII	5611-2/02	Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas
XLIV	9602-5/01	Cabeleireiros, manicure e pedicure
XLV	9529-1/02	Chaveiros
XLVI	4530-7/03	Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores
XLVII	4541-2/05	Comércio a varejo de peças e acessórios para motocicletas e motonetas
XLVIII	4530-7/04	Comércio a varejo de peças e acessórios usados para veículos automotores
XLIX	4530-7/05	Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras-de-ar
L	4635-4/01	Comércio atacadista de água mineral
LI	4641-9/03	Comércio atacadista de artigos de armarinho
LII	4641-9/02	Comércio atacadista de artigos de cama, mesa e banho
LIII	4647-8/01	Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria
LIV	4649-4/05	Comércio atacadista de artigos de tapeçaria; persianas e cortinas

LV	4642-7/01	Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança
LVI	4643-5/02	Comércio atacadista de bolsas, malas e artigos de viagem
LVII	4643-5/01	Comércio atacadista de calçados
LVIII	4635-4/02	Comércio atacadista de cerveja, chope e refrigerante
LIX	4637-1/07	Comércio atacadista de chocolates, confeitos, balas, bombons e semelhantes
LX	4652-4/00	Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação00)
LXI	4686-9/02	Comércio atacadista de embalagens
LXII	4651-6/01	Comércio atacadista de equipamentos de informática
LXIII	4649-4/07	Comércio atacadista de filmes, CDs, DVDs, fitas e discos
LXIV	4689-3/02	Comércio atacadista de fios e fibras beneficiados
LXV	4649-4/10	Comércio atacadista de joias, relógios e bijuterias, inclusive pedras preciosas e semipreciosas lapidadas
LXVI	4647-8/02	Comércio atacadista de livros, jornais e outras publicações
LXVII	4649-4/06	Comércio atacadista de lustres, luminárias e abajures
LXVIII	4692-3/00	Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de insumos agropecuários
LXIX	4691-5/00	Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios
LXX	4649-4/04	Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria
LXXI	4637-1/04	Comércio atacadista de pães, bolos, biscoitos e Similares
LXXII	4686-9/01	Comércio atacadista de papel e papelão em bruto
LXXIII	4687-7/01	Comércio atacadista de resíduos de papel e papelão
LXXIV	4687-7/03	Comércio atacadista de resíduos e sucatas metálicos
LXXV	4642-7/02	Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho
LXXVI	4651-6/02	Comércio atacadista de suprimentos para informática
LXXVII	4641-9/01	Comércio atacadista de tecidos
LXXVIII	4542-1/02	Comércio sob consignação de motocicletas e motonetas
LXXIX	4789-0/04	Comércio varejista de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação
LXXX	4785-7/01	Comércio varejista de antiguidades
LXXXI	4755-5/02	Comercio varejista de artigos de armarinho
LXXXII	4763-6/04	Comércio varejista de artigos de caça, pesca e camping
LXXXIII	4755-5/03	Comercio varejista de artigos de cama, mesa e banho
LXXXIV	4754-7/02	Comércio varejista de artigos de colchoaria
LXXXV	4754-7/03	Comércio varejista de artigos de iluminação
LXXXVI	4783-1/01	Comércio varejista de artigos de joalheria
LXXXVII	4774-1/00	Comércio varejista de artigos de óptica
LXXXVIII	4761-0/03	Comércio varejista de artigos de papelaria
LXXXIX	4783-1/02	Comércio varejista de artigos de relojoaria
XC	4759-8/01	Comércio varejista de artigos de tapeçaria, cortinas e persianas
XCI	4782-2/02	Comércio varejista de artigos de viagem
XCII	4781-4/00	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios
XCIII	4763-6/02	Comércio varejista de artigos esportivos
XCIV	4789-0/08	Comércio varejista de artigos fotográficos e para filmagem
XCV	4773-3/00	Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos
XCVI	4723-7/00	Comércio varejista de bebidas
XCVII	4763-6/03	Comércio varejista de bicicletas e triciclos; peças e acessórios
XCVIII	4763-6/01	Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos
XCIX	4782-2/01	Comércio varejista de calçados
C	4722-9/01	Comércio varejista de carnes - açougues
CI	4762-8/00	Comércio varejista de discos, CDs, DVDs e fitas
CII	4763-6/05	Comércio varejista de embarcações e outros veículos recreativos; peças e acessórios
CIII	4789-0/07	Comércio varejista de equipamentos para escritório
CIV	4744-0/01	Comércio varejista de ferragens e ferramentas

CV	4761-0/02	Comércio varejista de jornais e revistas
CVI	4761-0/01	Comércio varejista de livros
CVII	4744-0/99	Comércio varejista de materiais de construção em geral
CVIII	4744-0/03	Comércio varejista de materiais hidráulicos
CIX	4742-3/00	Comércio varejista de material elétrico
CX	4771-7/04	Comércio varejista de medicamentos veterinários
CXI	4712-1/00	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns
CXII	4729-6/02	Comércio varejista de mercadorias em lojas de conveniência
CXIII	4754-7/01	Comércio varejista de móveis
CXIV	4789-0/03	Comércio varejista de objetos de arte
CXV	4759-8/99	Comércio varejista de outros artigos de uso doméstico não especificados anteriormente
CXVI	4785-7/99	Comércio varejista de outros artigos usados
CXVII	4744-0/06	Comércio varejista de pedras para revestimento
CXVIII	4789-0/02	Comércio varejista de plantas e flores naturais
CXIX	4729-6/99	Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente
CXX	4789-0/01	Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos
CXXI	4755-5/01	Comércio varejista de tecidos
CXXII	4741-5/00	Comércio varejista de tintas e materiais para pintura
CXXIII	4743-1/00	Comércio varejista de vidros
CXXIV	4753-9/00	Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo
CXXV	4752-1/00	Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação
CXXVI	4751-2/01	Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática
CXXVII	4756-3/00	Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios
CXXVIII	4757-1/00	Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação
CXXIX	6810-2/01	Compra e venda de imóveis próprios
CXXX	1412-6/01	Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida
CXXXI	1411-8/01	Confecção de roupas íntimas
CXXXII	1413-4/01	Confecção de roupas profissionais, exceto sob medida
CXXXIII	1412-6/02	Confecção, sob medida, de peças do vestuário, exceto roupas íntimas
CXXXIV	1413-4/02	Confecção, sob medida, de roupas profissionais
CXXXV	7319-0/04	Consultoria em publicidade
CXXXVI	6204-0/00	Consultoria em tecnologia da informação
CXXXVII	6821-8/01	Corretagem na compra e venda e avaliação de imóveis
CXXXVIII	6821-8/02	Corretagem no aluguel de imóveis
CXXXIX	8599-6/05	Cursos preparatórios para concursos
CXL	2399-1/01	Decoração, lapidação, gravação, vitrificação e outros trabalhos em cerâmica, louça, vidro e cristal
CXLI	6201-5/01	Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda
CXLII	6202-3/00	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis
CXLIII	6203-1/00	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador Não-customizáveis, desde que não haverá o desenvolvimento de softwares que realizam ou influenciam diretamente no diagnóstico, monitoramento, terapia (tratamento) para a saúde.
CXLIV	7410-2/02	Design de interiores
CXLV	7410-2/03	Design de produto
CXLVI	5819-1/00	Edição de cadastros, listas e outros produtos gráficos
CXLVII	5812-3/01	Edição de jornais diários
CXLVIII	5812-3/02	Edição de jornais não diários
CXLIX	5811-5/00	Edição de livros
CL	5813-1/00	Edição de revistas
CLI	8592-9/99	Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente

CLII	8592-9/02	Ensino de artes cênicas, exceto dança
CLIII	8592-9/01	Ensino de dança
CLIV	8591-1/00	Ensino de esportes
CLV	8593-7/00	Ensino de idiomas
CLVI	8592-9/03	Ensino de música
CLVII	8292-0/00	Envasamento e empacotamento sob contrato, desde que não haverá, no exercício da atividade, o envasamento, fracionamento e/ou empacotamento de produtos relacionados a saúde, tais como: engarrafamento de produtos líquidos, incluindo alimentos e bebidas, empacotamento de sólidos, envasamento em aerossóis ou empacotamento de preparados farmacêuticos.
CLVIII	9329-8/03	Exploração de jogos de sinuca, bilhar e Similares
CLIX	9329-8/04	Exploração de jogos eletrônicos recreativos
CLX	1414-2/00	Fabricação de acessórios do vestuário, exceto para segurança e proteção
CLXI	1529-7/00	Fabricação de artefatos de couro não especificados anteriormente
CLXII	1351-1/00	Fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico
CLXIII	2319-2/00	Fabricação de artigos de vidro, desde que o resultado do exercício da atividade econômica não é um produto industrial, não haverá operações de espelhação e não haverá produção de peças de fibra de vidro.
CLXIV	1422-3/00	Fabricação de artigos do vestuário, produzidos em malharias e tricotagens, exceto meias (Código CNAE:1422300)
CLXV	3250-7/07	Fabricação de artigos ópticos, desde que não haverá fabricação de produto para saúde.
CLXVI	1521-1/00	Fabricação de artigos para viagem, bolsas e semelhantes de qualquer material, desde que a área construída do empreendimento não ultrapassa 2.500m² (dois mil e quinhentos metros quadrados).
CLXVII	1092-9/00	Fabricação de biscoitos e bolachas, desde que o resultado do exercício da atividade econômica não será diferente de produto artesanal.
CLXVIII	1531-9/01	Fabricação de calçados de couro, desde que a área construída do empreendimento não ultrapassa 2.500m² (dois mil e quinhentos metros quadrados).
CLXIX	3291-4/00	Fabricação de escovas, pincéis e vassouras, desde que não haverá no exercício a fabricação de escova dental.
CLXX	1095-3/00	Fabricação de especiarias, molhos, temperos e condimentos, desde que o resultado do exercício da atividade econômica não será diferente de especiaria ou condimento desidratado produzido artesanalmente.
CLXXI	1093-7/02	Fabricação de frutas cristalizadas, balas e semelhantes, desde que o resultado do exercício da atividade econômica não será diferente de produto artesanal.
CLXXII	1099-6/04	Fabricação de gelo comum, desde que o gelo fabricado não será para consumo humano e não entrará em contato com alimentos e bebidas.
CLXXIII	1094-5/00	Fabricação de massas alimentícias, desde que o resultado do exercício da atividade econômica não será diferente de produto artesanal.
CLXXIV	1421-5/00	Fabricação de meias
CLXXV	1359-6/00	Fabricação de outros produtos têxteis não especificados anteriormente
CLXXVI	1091-1/02	Fabricação de produtos de padaria e confeitaria com predominância de produção própria
CLXXVII	1093-7/01	Fabricação de produtos derivados do cacau e de chocolates, desde que o resultado do exercício da atividade econômica não será diferente de produto artesanal.
CLXXVIII	1354-5/00	Fabricação de tecidos especiais, inclusive artefatos, desde que a área construída do empreendimento não ultrapassa 2.500m² (dois mil e quinhentos metros quadrados).
CLXXIX	3299-0/06	Fabricação de velas, inclusive decorativas, desde que não haverá no exercício da atividade a fabricação de velas, sebo e/ou estearina utilizadas como cosmético ou saneante.
CLXXX	1412-6/03	Facção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas
CLXXXI	1411-8/02	Facção de roupas íntimas
CLXXXII	1413-4/03	Facção de roupas profissionais
CLXXXIII	7420-0/04	Filmagem de festas e eventos
CLXXXIV	8219-9/01	Fotocópias
CLXXXV	6822-6/00	Gestão e administração da propriedade imobiliária
CLXXXVI	1211-0/1	Horticultura, exceto morango
CLXXXVII	7420-0/03	Laboratórios fotográficos
CLXXXVIII	5611-2/03	Lanchonetes, casas de chá, de sucos e Similares
CLXXXIX	3312-1/02	Manutenção e reparação de aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle
CXC	3313-9/02	Manutenção e reparação de baterias e acumuladores elétricos, exceto para veículos
CXCI	3312-1/04	Manutenção e reparação de equipamentos e instrumentos ópticos
CXCII	3314-7/02	Manutenção e reparação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, exceto válvulas

CXCIII	3314-7/09	Manutenção e reparação de máquinas de escrever, calcular e de outros equipamentos Não-eletrônicos para escritório
CXCIV	3314-7/07	Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial
CXCV	3314-7/01	Manutenção e reparação de máquinas motrizes Não-elétricas
CXCVI	3314-7/06	Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e equipamentos para instalações térmicas
CXCVII	3314-7/13	Manutenção e reparação de máquinas-ferramenta
CXCVIII	4543-9/00	Manutenção e reparação de motocicletas e motonetas
CXCIX	3314-7/12	Manutenção e reparação de tratores agrícolas
CC	3314-7/03	Manutenção e reparação de válvulas industriais
CCI	7319-0/03	Marketing direto
CCII	7912-1/00	Operadores turísticos
CCIII	7490-1/99	Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente
CCIV	4618-4/99	Outros representantes comerciais e agentes do comércio especializado em produtos não especificados anteriormente
CCV	1340-5/99	Outros serviços de acabamento em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário
CCVI	4721-1/02	Padaria e confeitaria com predominância de revenda
CCVII	5590-6/03	Pensões (alojamento)
CCVIII	6621-5/01	Peritos e avaliadores de seguros
CCIX	7210-0/00	Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais
CCX	7220-7/00	Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas
CCXI	7320-3/00	Pesquisas de mercado e de opinião pública
CCXII	6511-1/02	Planos de auxílio-funeral
CCXIII	6319-4/00	Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet
CCXIV	8219-9/99	Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente
CCXV	1311-1/00	Preparação e fiação de fibras de algodão
CCXVI	1312-0/00	Preparação e fiação de fibras têxteis naturais, exceto algodão
CCXVII	9001-9/04	Produção de espetáculos circenses, de marionetes e Similares
CCXVIII	9001-9/03	Produção de espetáculos de dança
CCXIX	5911-1/02	Produção de filmes para publicidade
CCXX	9319-1/01	Produção e promoção de eventos esportivos
CCXXI	9001-9/02	Produção musical
CCXXII	9001-9/01	Produção teatral
CCXXIII	7319-0/02	Promoção de vendas
CCXXIV	4751-2/02	Recarga de cartuchos para equipamentos de informática
CCXXV	3831-9/99	Recuperação de materiais metálicos, exceto alumínio
CCXXVI	3832-7/00	Recuperação de materiais plásticos
CCXXVII	9529-1/05	Reparação de artigos do mobiliário
CCXXVIII	9529-1/04	Reparação de bicicletas, triciclos e outros veículos Não-motorizados
CCXXIX	9529-1/01	Reparação de calçados, bolsas e artigos de viagem
CCXXX	9529-1/06	Reparação de jóias
CCXXXI	9529-1/03	Reparação de relógios
CCXXXII	9511-8/00	Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos
CCXXXIII	9512-6/00	Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação
CCXXXIV	9521-5/00	Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico
CCXXXV	9529-1/99	Reparação e manutenção de outros objetos e equipamentos pessoais e domésticos não especificados anteriormente
CCXXXVI	4612-5/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de combustíveis, minerais, produtos siderúrgicos e químicos
CCXXXVII	4615-0/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de eletrodomésticos, móveis e artigos de uso doméstico
CCXXXVIII	4618-4/02	Representantes comerciais e agentes do comércio de instrumentos e materiais odonto-médico-hospitalares
CCXXXIX	4618-4/03	Representantes comerciais e agentes do comércio de jornais, revistas e outras publicações
CCXL	4613-3/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de madeira, material de construção e ferragens

CCXLI	4614-1/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves
CCXLII	4611-7/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de matérias-primas agrícolas e animais vivos
CCXLIII	4618-4/01	Representantes comerciais e agentes do comércio de medicamentos, cosméticos e produtos de perfumaria
CCXLIV	4619-2/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado
CCXLV	4542-1/01	Representantes comerciais e agentes do comércio de motocicletas e motonetas, peças e acessórios
CCXLVI	4530-7/06	Representantes comerciais e agentes do comércio de peças e acessórios novos e usados para veículos automotores
CCXLVII	4617-6/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo
CCXLVIII	4616-8/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de têxteis, vestuário, calçados e artigos de viagem
CCXLIX	4512-9/01	Representantes comerciais e agentes do comércio de veículos automotores
CCL	9002-7/02	Restauração de obras de arte
CCLI	9102-3/02	Restauração e conservação de lugares e prédios históricos
CCLII	5611-2/01	Restaurantes e Similares
CCLIII	8299-7/07	Salas de acesso à internet
CCLIV	6911-7/01	Serviços advocatícios
CCLV	8211-3/00	Serviços combinados de escritório e apoio administrativo
CCLVI	1822-9/99	Serviços de acabamentos gráficos, exceto encadernação e plastificação
CCLVII	8011-1/02	Serviços de adestramento de cães de guarda
CCLVIII	7490-1/03	Serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias
CCLIX	4520-0/04	Serviços de alinhamento e balanceamento de veículos automotores
CCLX	7111-1/00	Serviços de arquitetura
CCLXI	4520-0/06	Serviços de borracharia para veículos automotores
CCLXII	4520-0/08	Serviços de capotaria
CCLXIII	7119-7/01	Serviços de cartografia, topografia e geodésia
CCLXIV	7119-7/03	Serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia
CCLXV	5912-0/01	Serviços de dublagem
CCLXVI	1822-9/01	Serviços de encadernação e plastificação
CCLXVII	7112-0/00	Serviços de engenharia
CCLXVIII	8299-7/03	Serviços de gravação de carimbos, exceto confecção
CCLXIX	4520-0/07	Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores
CCLXX	4520-0/02	Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores
CCLXXI	4520-0/05	Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores
CCLXXII	4520-0/03	Serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos automotores
CCLXXIII	4520-0/01	Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores
CCLXXIV	7420-0/05	Serviços de microfilmagem
CCLXXV	5912-0/02	Serviços de mixagem sonora em produção audiovisual
CCLXXVI	3329-5/01	Serviços de montagem de móveis de qualquer material
CCLXXVII	8230-0/01	Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas
CCLXXVIII	3250-7/06	Serviços de prótese dentária
CCLXXIX	7490-1/01	Serviços de tradução, interpretação e Similares
CCLXXX	2539-0/02	Serviços de tratamento e revestimento em metais
CCLXXXI	2539-0/01	Serviços de usinagem, tornearia e solda, desde que a área construída do empreendimento não ultrapassa 2.500m² (dois mil e quinhentos metros quadrados). e não haverá operações de jateamento (jato de areia).
CCLXXXII	6209-1/00	Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação
CCLXXXIII	7120-1/00	Testes e análises técnicas, desde que não haverá no exercício da atividade a análise de produto sujeito à vigilância sanitária.
CCLXXXIV	6311-9/00	Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet
CCLXXXV	8599-6/04	Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial
CCLXXXVI	8599-6/03	Treinamento em informática
CCLXXXVII	6201-5/02	Web design

PORTARIA 21/2020

Publicação Nº 2309562

PORTARIA Nº 21/2020
CONCEDE FÉRIAS

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder ao Servidor ANGELO CESAR MACIEL ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, Grupo 1, Nível 7, Classe "A", 30 (trinta) dias de FÉRIAS, no período de 27/01 a 25/02/2020, relativo ao período aquisitivo de 12/09/2018 a 11/09/2019, em conformidade com (Título II - DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO, Capítulo IV - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, Seção III - DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS) Art. 28, Parágrafo 2.º, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Peritiba de 16 de dezembro de 2009 e (Título II - DOS DIREITOS E VANTAGENS, Capítulo V - DOS BENEFÍCIOS, Seção I - DAS FÉRIAS) Art. 68, Do Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais de 02 de dezembro de 1999.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., 13 de Janeiro de 2020.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 13/Janeiro/2020	
--	--

Celestino Borges Vieira
Responsável pela publicação

PORTARIA 22/2020

Publicação Nº 2309563

PORTARIA Nº 22/2020
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora ROSELI GASTMANN, ocupante do cargo de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE E SANEAMENTO, Nível CC-4, Afastamento Para Tratamento de Saúde, nos dias 13 e 14 de Janeiro de 2020, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., em 13 de Janeiro de 2020.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 13/Janeiro/2020.	
---	--

Celestino Borges Vieira
Responsável pela publicação

PORTARIA 23/2020

Publicação Nº 2309564

PORTARIA Nº 23/2020
CONCEDE ADICIONAL INSALUBRIDADE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009 e artigo 65, Inciso XVI, da Lei Complementar n.º 39/2012, de 21 de Setembro de 2012.

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder a Servidora NADIR DA ROSA, ocupante das funções do cargo de Servente de Serviços Internos, adicional de Insalubridade de 40% (Quarenta por cento) sobre o salário mínimo vigente nacional, na forma da Lei. Com base no Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho emitido pela empresa de Medicina e Segurança no Trabalho, contratada pelo Município.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMpra-se e Publique-se

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 13 de Janeiro de 2020

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 13/Janeiro/2020	
--	--

Celestino Borges Vieira
Responsável pela publicação

Pinhalzinho

PREFEITURA

005

Publicação Nº 2310191

DECRETO Nº 005/2020, DE 08 DE JANEIRO DE 2020

"REVOGA DECRETO 003/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito de Pinhalzinho, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação vigente,
CONSIDERANDO que houve a expedição em duplicidade.

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado em todos os termos o Decreto nº. 003/2020, que "ALTERA O DECRETO Nº 257/2019, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pinhalzinho - SC, 08 de janeiro de 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM
Prefeito de Pinhalzinho

Registrado e publicado em data supra.

Betânia Regina Baumer
Coordenadora

006

Publicação Nº 2310193

DECRETO Nº 006/2020, DE 09 DE JANEIRO DE 2020

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL, ESPÉCIE SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito Municipal do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, em especial ao disposto no Inciso II do artigo 14 da Lei Municipal No 2.643/2019 de 20/12/2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional, espécie Suplementar no valor de R\$ 34.274,00 (trinta e quatro mil, duzentos e setenta e quatro reais) destinados a suplementar a seguinte Atividade:

06.001.0012.0365.0025. 2031 – MANUTENÇÃO E REFORMA DE UNIDADES ESCOLARES ENSINO INFANTIL

NNAT.DESP.	FRECURSO	ESPECIFICAÇÃO	VVALOR
444900000	00.3.36.0000	Outras Despesas de Capital – Aplicações Diretas	1 34.274,00

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito Adicional, Espécie Suplementar aberto no artigo 1º serão utilizados como fonte o recurso o valor de R\$ R\$ 34.274,00 (trinta e quatro mil, duzentos e setenta e quatro reais) provenientes do SUPERÁVIT FINANCEIRO apurado no exercício financeiro de 2019.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Pinhalzinho - SC, 09 de janeiro de 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM
Prefeito de Pinhalzinho

Registrado e Publicado em data supra
Betânia Regina Baumer
Coordenadora

007

Publicação Nº 2310195

DECRETO Nº 007/2020, DE 10 DE JANEIRO DE 2020

"HOMOLOGA A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS TITULARES E SUPLENTES DO CONSELHO TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Legislação vigente;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os componentes do Conselho Tutelar de Pinhalzinho, conforme eleição realizada no dia 06 de outubro de 2019, para o mandato no período de 10/01/2020 a 09/01/2024, em conformidade com a legislação, a saber:

Conselheiros Titulares:

DIANA LUCIA PARISE
GILDA SCHMIDT VALENTE
JULIANA WELCH FLOSS
MARIZETE VIEGA PICOLOTTO
ROSI CARLETTO ZANELLA

Conselheiros Suplentes:

LUCIA VEDOVATTO
NELSON ANTONIO FLOSS
MAURO DE OLIVEIRA
SALOA CALAZANS
VERONICA HANSEN

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Pinhalzinho, SC, 10 de Janeiro de 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM
Prefeito de Pinhalzinho

Registrado e Publicado em data supra
Betania Regina Baumer
Coordenadora

008

Publicação Nº 2310197

DECRETO Nº 008/2020, DE 10 DE JANEIRO DE 2020.

"ESTABELECE O PLANTÃO DE FARMÁCIAS E DROGARIAS PARA OS MESES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito de Pinhalzinho, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, na Constituição Federal, nas Leis Federais 5.991/73, 6.318/75 e 9.069/1995, Lei Complementar Municipal 033/99, e demais legislações aplicadas à espécie;

CONSIDERANDO, a necessidade de prestar um atendimento ininterrupto a população pinhalense com relação à disponibilização de medicamentos e drogas;

CONSIDERANDO, o disposto no artigo 56 da Lei Federal 5.991/73, que dispõe: As farmácias e drogarias são obrigadas a plantão, pelo sistema de rodízio, para atendimento ininterrupto à comunidade, consoantes normas a serem baixadas pelos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios;

CONSIDERANDO, o disposto no artigo 183 da Lei Complementar 033/99, que dispõe: Aos domingos e feriados funcionarão as farmácias que estiverem em plantão, obedecendo a escala organizada pela Prefeitura, devendo as demais afixar à porta uma placa com a indicação das plantonistas.

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido o plantão de farmácias e drogarias sediadas no Município de Pinhalzinho/SC, relativo aos meses de fevereiro de 2020 a Fevereiro de 2021, compreendendo os sábados, domingos, feriados e plantões noturnos, de acordo com a escala determinada pelo Anexo Único deste Decreto.

Parágrafo único: Excluem-se do plantão produtos não considerados de urgência ou de relevante necessidade, tais como perfumaria e estética.

Art. 2º - Conforme escala e calendário, 01 (um) estabelecimento comercial permanecerá de plantão com atendimento ao público, com duração de 24h (vinte e quatro horas), nas semanas e horários mencionados no Anexo Único deste Decreto, quando deverá permanecer aberto das 08h (oito horas) às 20h30min (vinte horas e trinta minutos) de segunda a sexta-feira, e nos sábados, das 08h (oito horas) às 19h (dezenove horas), podendo cerrar as portas após tal horário, desde que, mantenha bem visível um número de telefone para contato para atendimento posterior e imediato, observado a disposta legislação pertinente e vigente.

Art. 3º - O telefone de plantão, para posterior e imediato atendimento, é 049-98844.1200.

Parágrafo único: Estabelece-se prazo máximo de atendimento aos munícipes, após efetuada a ligação, de 15m (quinze minutos).

Art. 4º - As farmácias e drogarias que iniciarem suas atividades após a data de publicação deste Decreto somente poderão ser incluídas no plantão da próxima escala, se estiverem, todavia, com a documentação devidamente regularizada.

Art. 5º - Havendo encerramento das atividades de farmácias e drogarias, restando somente 02 (dois) estabelecimento farmacêutico na respectiva escala, será discutida, em reunião da possibilidade de alteração da escala, cujo resultado será levado à Secretaria Municipal da Saúde que, se for o caso, solicitará ao Prefeito a adequação da escala.

Art. 6º - As farmácias e drogarias não plantonistas deverão afixar em local visível indicador de quais estabelecimentos farmacêuticos se encontram em plantão de atendimento, bem como, o número do telefone de plantão.

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto no caput deste artigo, será dada ampla publicidade do plantão estabelecido neste Decreto, inclusive devendo o mesmo ser divulgado, a título de utilidade pública, na página eletrônica da Prefeitura de Pinhalzinho/SC.

Art. 7º - A fiscalização do cumprimento das disposições deste Decreto será exercida pela Vigilância Sanitária Municipal.

Art. 8º - O plantão se inicia e termina as 08h (oito horas) nas terças-feiras.

Art. 9º - As infrações as determinações deste Decreto importará na multa estipulada no artigo 189 da Lei Complementar 033/99 e nas demais sanções legais.

Registre-se e Publique-se.

Pinhalzinho - SC, 10 de janeiro de 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM

Prefeito de Pinhalzinho

Registrado e publicado em data supra.

Betânia Regina Baumer

Coordenadora

Anexo Único ao Decreto n.º 008 de 10 de janeiro de 2020. .

Escala dos Estabelecimentos Plantonistas

Período - Fevereiro/2020 a Fevereiro/2021

FARMACIA POPULAR Av. Brasília, Nº 1133, Centro.	25/02/2020 a 03/03/2020
FARMACIA NATAL – Centro Médico. Av. Recife, Nº 1881, Santo Antônio.	03/03/2020 a 10/03/2020
FARMACIA NATAL Rua João Pessoa, Nº 1516, Centro,	10/03/2020 a 17/03/2020
FARMACIA BRASÍLIA Av. São Paulo, Nº 1463, Centro.	17/03/2020 a 24/03/2020
FARMACIA MEDICAR Av. Brasília, Nº 2792, Centro.	24/03/2020 a 31/03/2020
FARMACIA SÃO MIGUEL Rua João Pessoa, N º1808 Centro.	31/03/2020 a 07/04/2020
FARMACIA POPULAR LIDER FARMA Av. São Paulo, Nº 491, Centro.	07/04/2020 a 14/04/2020
FARMACIA NATAL CENTRO Av. São Paulo, Nº 1080, Centro.	14/04/2020 a 21/04/2020
FARMACIA NOVA FARMA Rua Santo Antônio, Nº 139 Bairro Santo Antônio.	21/04/2020 a 28/04/2020
FARMACIA SÃO RAFAEL Av. Brasília, Nº 100, Centro.	28/04/2020 a 05/05/2020
FARMACIA DIVINA FARMA Av. Porto Alegre, Nº 1866, Centro.	05/05/2020 a 12/05/2020

FARMÁCIA AUXILIADORA Rua João Pessoa, Nº 2231, Centro.	12/05/2020 a 19/05/2020
FARMACIA POPULAR LÍDER FARMA Travessa Santa Catarina, Nº 194, Centro	19/05/2020 a 26/05/2020
FARMACIA MAIS POPULAR Rua João Pessoa, Nº 1730, Centro.	26/05/2020 a 02/06/2020
FARMACIA POPULAR Av. Brasília, Nº 1133, Centro.	02/06/2020 a 09/06/2020
FARMACIA NATAL – Centro Médico. AV. Recife, Nº 1881, Santo Antônio.	09/06/2020 a 16/06/2020
FARMACIA NATAL Rua João Pessoa, Nº 1516, Centro,	16/06/2020 a 23/06/2020
FARMACIA BRASÍLIA AV. São Paulo, Nº 1463, Centro.	23/06/2020 a 30/06/2020
FARMACIA MEDICAR AV. Brasília, Nº 2792, Centro.	30/06/2020 a 07/07/2020
FARMACIA SÃO MIGUEL Rua João Pessoa, N º1808 Centro.	07/07/2020 a 14/07/2020
FARMACIIA POPULAR LIDER FARMA AV. São Paulo, Nº 491, Centro.	14/07/2020 a 21/07/2020
FARMACIA NATAL CENTRO AV. São Paulo, Nº 1080, Centro.	21/07/2020 a 28/07/2020
FARMACIA NOVA FARMA Rua Santo Antônio, Nº 139 Bairro Santo Antônio.	28/07/2020 a 04/08/2020
FARMACIA SÃO RAFAEL Av. Brasília, Nº 100, Centro.	04/08/2020 a 11/08/2020
FARMACIA DIVINA FARMA Av. Porto Alegre, Nº 1866, Centro.	11/08/2020 a 18/08/2020
FARMÁCIA AUXILIADORA Rua João Pessoa, Nº 2231, Centro.	18/08/2020 a 25/08/2020
FARMACIA POPULAR LÍDER FARMA Travessa Santa Catarina, Nº 194, Centro	25/08/2020 a 01/09/2020

FARMACIA MAIS POPULAR Rua João Pessoa, Nº 1730, Centro.	01/09/2020 a 08/09/2020
FARMACIA POPULAR Av. Brasília, Nº 1133, Centro.	08/09/2020 a 15/09/2020
FARMACIA NATAL – Centro Médico. AV. Recife, Nº 1881, Santo Antônio.	15/09/2020 a 22/09/2020
FARMACIA NATAL Rua João Pessoa, Nº 1516, Centro,	22/09/2020 a 29/09/2020
FARMACIA BRASÍLIA AV. São Paulo, Nº 1463, Centro.	29/09/2020 a 06/10/2020
FARMACIA MEDICAR AV. Brasília, Nº 2792, Centro.	06/10/2020 a 13/10/2020
FARMACIA SÃO MIGUEL Rua João Pessoa, N º1808 Centro.	13/10/2020 a 20/10/2020
FARMACIA POPULAR LIDER FARMA AV. São Paulo, Nº 491, Centro.	20/10/2020 a 27/10/2020
FARMACIA NATAL CENTRO AV. São Paulo, Nº 1080, Centro.	27/10/2020 a 03/11/2020
FARMACIA NOVA FARMA Rua Santo Antônio, Nº 139 Bairro Santo Antônio.	03/11/2020 a 10/11/2020
FARMACIA SÃO RAFAEL Av. Brasília, Nº 100, Centro.	10/11/2020 a 17/11/2020
FARMACIA DIVINA FARMA Av. Porto Alegre, Nº 1866, Centro.	17/11/2020 a 24/11/2020
FARMÁCIA AUXILIADORA Rua João Pessoa, Nº 2231, Centro.	24/11/2020 a 01/12/2020
FARMACIA POPULAR LÍDER FARMA Travessa Santa Catarina, Nº 194, Centro	01/12/2020 a 08/12/2020
FARMACIA MAIS POPULAR Rua João Pessoa, Nº 1730, Centro.	08/12/2020 a 15/12/2020
FARMACIA POPULAR Av. Brasília, Nº 1133, Centro.	15/12/2020 a 22/12/2020

FARMACIA NATAL – Centro Médico. AV. Recife, Nº 1881, Santo Antônio.	22/12/2020 a 29/12/2020
FARMACIA NATAL Rua João Pessoa, Nº 1516, Centro,	29/12/2020 a 05/01/2021
FARMACIA BRASÍLIA AV. São Paulo, Nº 1463, Centro.	05/01/2021 a 12/01/2021
FARMACIA MEDICAR AV. Brasília, Nº 2792, Centro.	12/01/2021 a 19/01/2021
FARMACIA SÃO MIGUEL Rua João Pessoa, N º1808 Centro.	19/01/2021 a 26/01/2021
FARMACIIA POPULAR LIDER FARMA AV. São Paulo, Nº 491, Centro.	26/01/2021 a 02/02/2021
FARMACIA NATAL CENTRO AV. São Paulo, Nº 1080, Centro.	02/02/2021 a 09/02/2021
FARMACIA NOVA FARMA Rua Santo Antônio, Nº 139 Bairro Santo Antônio.	09/02/2021 a 16/02/2021
FARMACIA SÃO RAFAEL Av. Brasília, Nº 100, Centro.	16/02/2021 a 23/02/2021

Pinheiro Preto

PREFEITURA

ATO DECLARATÓRIO DE PODER

Publicação Nº 2310823

ATO DECLARATÓRIO DE PODER

ESTE ATO DECLARATÓRIO REFERE-SE A CONTA CORRENTE 48551-9, DO SISTEMA DE ASSISTÊNCIA MEDICA HOSPITALAR DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE PINHEIRO PRETO-SC – SIMASPP.

RESPONSÁVEIS:

HADRIEL DALMOLIN

CPF:034.481.409-29

TAISE APARECIDA BERWANGER

CPF: 071.829.879-96

FORMA DE MOVIMENTAÇÃO DA CONTA : GERENCIADOR FINANCEIRO E CHEQUES

BANCO DO BRASIL 001 – AGENCIA 5327-9 – CONTA CORRENTE: 48551-9

RELAÇÃO DOS PODERES de conta corrente a serem cadastrados em conformidade com poderes no Módulo "Poderes/Instrumentos de Mandato";

Poderes a serem solicitados para cadastramento:

EMITIR CHEQUES

ABRIR CONTAS DE DEPOSITO

AUTORIZAR COBRANÇA

RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITAÇÃO

SOLICITAR SALDOS, EXTRATOS E COMPROVANTES

REQUISITAR TALONÁRIOS DE CHEQUES

RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS

ENDOSSAR CHEQUE

SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES

CANCELAR CHEQUES

BAIXAR CHEQUES

EFETUAR RESGATES/APLICAÇÕES FINANCEIRAS

CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS

EFETUAR SAQUES-CONTA CORRENTE

EFETUAR SAQUES – POUPANÇA

EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRÔNICO

EFETUAR TRANSFERÊNCIAS POR MEIO ELETRÔNICO

LIBRAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GERENCIADOR FINANCEIRO

SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE CONTA-CORRENTE E INVESTIMENTOS

EMITIR COMPROVANTES

EFETUAR TRANSFERÊNCIA PARA MESMA TITULARIDADE

ENCERRAR CONTAS DE DEPOSITO

Pinheiro Preto, 14 de Janeiro de 2020

Pedro Rabuske

Prefeito Municipal

CPF : 508.424.129-72

CONTRATO ADMINISTRATIVO 13/2020

Publicação Nº 2309739

CONTRATO ADMINISTRATIVO 13/2020

Termo de Contrato de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa AGF - ANTI-GRANIZO FRAIBURGO LTDA ME, autorizado através do Processo n. 005/2020, Licitação n. 001IL2020, modalidade Inexigibilidade.

CONTRATANTE:

Município de Pinheiro Preto

CNPJ-MF nº 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede): Avenida Marechal Arthur Costa e Silva, 111
Centro, Pinheiro Preto-SC.
Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA:

Empresa: AGF - ANTI-GRANIZO FRAIBURGO LTDA ME
CNPJ-MF nº 03.910.392/0001-14
Endereço: RODOVIA SC 453 , S/N, INTERIOR,
Lebon Régis-Santa Catarina – CEP 89.515-000

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Inexigibilidade nº 001IL2020, datado de 10/01/2020, conforme art. 25, I, Lei 8.666/93, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1. O termo de contrato tem por objeto PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UM SISTEMA ANTIGRANIZO.

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA ANTIGRANIZO	mês	12	5.606,27	67.275,24
TOTAL		67.275,24			

TOTAL CONTRATADO: R\$ 67.275,24 (sessenta e sete mil e duzentos e setenta e cinco reais e vinte e quatro centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

2.1. Os recursos para pagamento do objeto do termo de contrato estarão garantidos através das classificações orçamentárias:

2 - Município de Pinheiro Preto
2000 - PODER EXECUTIVO
2005 - SECRET. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
20 - Agricultura
606 - Extensão Rural
20 - Assistência Ao Produtor Rural
2.40 - MANUTENÇÃO DE ATIVIDADE DE APOIO A AGRICULTURA
144 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
100 - Recursos Ordinarios

2.2. O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

2.3. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta-corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

2.4. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA

3.1. A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme disposto na Lei nº 8.666/93.

3.2 O contrato terá início na data da sua assinatura e término em com a entrega total dos produtos e efetuação dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;
4.1.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;
4.1.3. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;
4.1.4. Efetuar com pontualidade os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;
4.1.5. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.

4.2. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato no caso de inobservância pela CONTRATADA de

quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

4.3. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços por meio do Gestor/Fiscal do Contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

4.4. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

4.5. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas necessárias à boa e perfeita prestação do serviço, conforme solicitado. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

5.2 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os vícios, defeitos e incorreções resultantes da execução do objeto.

CLÁUSULA SEXTA – VINCULAÇÃO DO CONTRATO

6.1 O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 001IL2020 – modalidade Inexigibilidade, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei.

CLÁUSULA SÉTIMA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07, e demais normas e Princípios de Direito Administrativo aplicáveis.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

9.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

9.2 Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3 A rescisão do contrato poderá ser:

9.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

9.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

10.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.1.1. Advertência;

10.1.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;

10.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo até 2 (dois) anos;

10.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

10.2. As sanções previstas nos itens 10.1.3 e 10.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:

10.2.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.2. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

11.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto-SC, 10 de janeiro de 2020.

CONTRATANTE

Município de Pinheiro Preto

PEDRO RABUSKE

CONTRATADA

AGF - ANTI-GRANIZO FRAIBURGO LTDA ME

REPRESENTANTE

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO 14/2020

Publicação Nº 2309742

CONTRATO ADMINISTRATIVO 14/2020

Termo de Contrato de AQUISIÇÃO DE MATERIAIS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa EDER LUIZ SLOGO SPOLTI, autorizado através do Processo n. 007/2020, Licitação n. 003DL2020, modalidade Dispensa por Justificativa.

CONTRATANTE:

Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto

CNPJ-MF nº 10.642.703/0001-77

Endereço: (sede): Avenida Marechal Arthur Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto-SC.

Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA:

Empresa: EDER LUIZ SLOGO SPOLTI

CNPJ-MF nº 22.919.951/0001-00

Endereço: ROD SC 135, S/N, KM 148, S/N, INTERIOR,

Tangará-Santa Catarina – CEP 89.642-000

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Dispensa por Justificativa nº 003DL2020, datado de 10/01/2020, conforme art 24, II e art 24, IV da Lei 8.666/93, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1. O termo de contrato tem por objeto AQUISIÇÃO DE PORTÃO DE ALUMÍNIO PARA CASINHA DO GÁS DA UBS

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	PORTÃO TIPO GRADE DE ALUMÍNIO, NA COR PRÓPRIA, COM FECHADURA, MEDINDO 0,60L X 0,90A, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA – CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO	un	1	297,00	297,00
TOTAL				297,00	

TOTAL CONTRATADO: R\$ 297,00 (duzentos e noventa e sete reais).

1.1 Antes de iniciar a produção do objeto (portão) a empresa verá comparecer a Unidade Básica de Saúde de Pinheiro Preto, para conferência dos detalhes (cor/medidas)

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

2.1. Os recursos para pagamento do objeto do termo de contrato estarão garantidos através das classificações orçamentárias:

3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto

3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

10 - Saúde

301 - Atenção Básica

9 - Saude Com Qualidade

2.52 - MANUTENÇÃO PISO ATENDIMENTO BÁSICA VARIÁVEL - UNIÃO

37 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

138 - Transferencia do SUS/União

2.2. O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

2.3. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta-corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

2.4. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA

3.1. A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme disposto na Lei nº 8.666/93.

3.2 O contrato terá início na data da sua assinatura e término em 30/03/2020 com a entrega total dos produtos e efetuação dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;

4.1.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;

4.1.3. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;

4.1.4. Efetuar com pontualidade os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;

4.1.5. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.

4.2. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

4.3. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços por meio do Gestor/Fiscal do Contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

4.4. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

4.5. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas necessárias à boa e perfeita prestação do serviço, conforme solicitado. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

5.2 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os vícios, defeitos e incorreções resultantes da execução do objeto.

CLÁUSULA SEXTA – VINCULAÇÃO DO CONTRATO

6.1 O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 003DL2020 – modalidade Dispensa por Justificativa, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei.

CLÁUSULA SÉTIMA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07, e demais normas e Princípios de Direito Administrativo aplicáveis.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

9.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

9.2 Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3 A rescisão do contrato poderá ser:

9.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

9.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

10.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.1.1. Advertência;

10.1.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;

10.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo até 2 (dois) anos;

10.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

10.2. As sanções previstas nos itens 11.1.3 e 11.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:

10.2.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.2. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

11.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto-SC, 10 de janeiro de 2020.

CONTRATANTE

Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto

PEDRO RABUSKE

CONTRATADA

EDER LUIZ SLOGO SPOLTI

REPRESENTANTE

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

DECRETO 5168

Publicação Nº 2310756

DECRETO Nº 5168, DE 13 DE JANEIRO DE 2020

DECRETA INTERDIÇÃO PROVISÓRIA DE VIA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e,

CONSIDERANDO a execução de obra pública de pavimentação em pedras irregulares na Linha Frigeri, interior do Município;

CONSIDERANDO maior segurança para as pessoas que ali transitam,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado à interdição da via pública municipal – Linha Frigeri, na altura da casa de Roberto Dellani até a casa de Luiz Dellani a partir desta data, até o dia 20 de janeiro de 2020.

§ 1º Compete ao departamento de Obras promover as demarcações, instalações das placas de sinalização e interdição das vias públicas no prazo determinado por este decreto.

§ 2º Fica autorizado ao trânsito de veículos de utilidade pública e de moradores que residem no trecho a ser interditado.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 13 DE JANEIRO DE 2020

PEDRO RABUSKE
Prefeito

EDITAL COMVOCAÇÃO 02 - CMDCA

Publicação Nº 2310449

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2020

FABIANE APARECIDA BOGONI, Vice-presidente do CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente) do Município de Pinheiro Preto, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 2.079 de 18 de junho de 2019, leva ao conhecimento de todos, o presente Edital de Convocação nº 01/2020.

Considerando a renúncia da Conselheira Tutelar SOLANGE APARECIDA ZAGO BURYK, vem convocar a Senhora JUCENA ILHA, conforme o Edital 001/2019 que dispõe sobre o processo de escolha unificada dos Conselheiros Tutelares no Município de Pinheiro Preto, tendo sido eleita em sexto lugar no processo eleitoral de 06 de outubro de 2019, para assumir o cargo de Conselheira Tutelar.

Pinheiro Preto, 13 de janeiro de 2020.

FABIANE APARECIDA BOGONI
VICE-PRESIDENTE DO CMDCA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2020

Publicação Nº 2310081

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2020

FABIANE APARECIDA BOGONI, Vice-presidente do CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente) do Município de Pinheiro Preto, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 2.079 de 18 de junho de 2019, leva ao conhecimento de todos, o presente Edital de Convocação nº 01/2020.

Considerando a renúncia da Conselheira Tutelar SOLANGE APARECIDA ZAGO BURYK, vem convocar a Senhora JUCENA ILHA, conforme o Edital 001/2019 que dispõe sobre o processo de escolha unificada dos Conselheiros Tutelares no Município de Pinheiro Preto, tendo sido eleita em sexto lugar no processo eleitoral de 06 de outubro de 2019, para assumir o cargo de Conselheira Tutelar.

Pinheiro Preto, 13 de janeiro de 2020.

FABIANE APARECIDA BOGONI
VICE-PRESIDENTE DO CMDCA

PORTARIA Nº 026, DE 09 JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2309498

PORTARIA Nº 026, de 09 janeiro de 2020.

declara vacante o cargo de Conselheira tutelar.

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

RESOLVE:

Art. 1º Declarar vacante o cargo de Conselheiro Tutelar, a partir 09 de janeiro de 2020, diante do termino do mandato de Gladis Magali França, nomeada pela Portaria nº 067/2016, para exercer o cargo de Conselheiro Tutelar, com vencimento previsto em lei.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09 de janeiro de 2020.

Centro Administrativo Municipal, 09 de janeiro de 2020.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 027, DE 09 JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2309499

PORTARIA Nº 027, de 09 janeiro de 2020.

declara vacante o cargo de Conselheira tutelar.

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

RESOLVE:

Art. 1º Declarar vacante o cargo de Conselheiro Tutelar, a partir 09 de janeiro de 2020, diante do termino do mandato de Ana Paula Demori Carletto, nomeada pela Portaria nº 28/2016, para exercer o cargo de Conselheiro Tutelar, com vencimento previsto em lei.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09 de janeiro de 2020.

Centro Administrativo Municipal, 09 de janeiro de 2020.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 028, DE 09 JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2309500

PORTARIA Nº 028, de 09 janeiro de 2020.

declara vacante o cargo de Conselheira tutelar.

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

RESOLVE:

Art. 1º Declarar vacante o cargo de Conselheiro Tutelar, a partir 09 de janeiro de 2020, diante do termino do mandato de ELISANGELA RODRIGUES RIBEIRO DE AGUIAR, nomeada pela Portaria nº 25/2019, para exercer o cargo de Conselheiro Tutelar, com vencimento previsto em lei.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09 de janeiro de 2020.

Centro Administrativo Municipal, 09 de janeiro de 2020.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 029, DE 10 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2309501

PORTARIA Nº 029, DE 10 DE JANEIRO DE 2020.
NOMEIA Conselheira Tutelar.

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a Resolução nº 170 do CONANDA, de 10 de dezembro de 2014;
Considerando o Edital de Convocação do CMDCA;
Considerando a ata de apuração de votos para Conselheiro Tutelar, gestão 2020/2024;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear gLADIS mAGALI fRANCA, brasileira, inscrita no CPF nº 837.762.499-00, para exercer o cargo eletivo de "Conselheira Tutelar", no período de 10 de janeiro de 2020 a 09 de janeiro de 2024.

Art. 2º A Conselheira tutelar foi eleita pelos eleitores do município de Pinheiro Preto por meio do processo eleitoral.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de janeiro de 2020.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 10 de janeiro de 2020.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 030, DE 10 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2309505

PORTARIA Nº 030, DE 10 DE JANEIRO DE 2020.
NOMEIA Conselheira Tutelar.

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a Resolução nº 170 do CONANDA, de 10 de dezembro de 2014;
Considerando o Edital de Convocação do CMDCA;
Considerando a ata de apuração de votos para Conselheiro Tutelar, gestão 2020/2024;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Elisangela Rodrigues Ribeiro de Aguiar, brasileira, inscrita no CPF nº 044.677.759-51, para exercer o cargo eletivo de "Conselheira Tutelar", no período de 10 de janeiro de 2020 a 09 de janeiro de 2024.

Art. 2º A Conselheira tutelar foi eleita pelos eleitores do município de Pinheiro Preto por meio do processo eleitoral.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de janeiro de 2020.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 10 de janeiro de 2020.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 031, DE 10 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2309503

PORTARIA Nº 031, DE 10 DE JANEIRO DE 2020.
NOMEIA Conselheira Tutelar.

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a Resolução nº 170 do CONANDA, de 10 de dezembro de 2014;
Considerando o Edital de Convocação do CMDCA;
Considerando a ata de apuração de votos para Conselheiro Tutelar, gestão 2020/2024;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Eduarda Carminatti de Lima, brasileira, inscrita no CPF nº 111.658.609-61, para exercer o cargo eletivo de "Conselheira Tutelar", no período de 10 de janeiro de 2020 a 09 de janeiro de 2024.

Art. 2º A Conselheira tutelar foi eleita pelos eleitores do município de Pinheiro Preto por meio do processo eleitoral.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de janeiro de 2020.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 10 de janeiro de 2020.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 032, DE 10 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2309502

PORTARIA Nº 032, DE 10 DE JANEIRO DE 2020.
NOMEIA Conselheira Tutelar.

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a Resolução nº 170 do CONANDA, de 10 de dezembro de 2014;
Considerando o Edital de Convocação do CMDCA;
Considerando a ata de apuração de votos para Conselheiro Tutelar, gestão 2020/2024;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Ana Paula DEmeri Carletto, brasileira, inscrita no CPF nº 949.608.529-68, para exercer o cargo eletivo de "Conselheira Tutelar", no período de 10 de janeiro de 2020 a 09 de janeiro de 2024.

Art. 2º A Conselheira tutelar foi eleita pelos eleitores do município de Pinheiro Preto por meio do processo eleitoral.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de janeiro de 2020.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 10 de janeiro de 2020.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 033, DE 13 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2309780

PORTARIA Nº 033, DE 13 DE JANEIRO DE 2020
HOMOLOGA RESULTADO DE CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 02/2019

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º. Fica homologado o resultado de classificação final do processo seletivo nº 02/2019, na forma anexa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 13 DE JANEIRO DE 2020

Pedro Rabuske
Prefeito Municipal

INSCRIÇÃO NOME NOTA
POSIÇÃO RESULTADO

INSCRIÇÃO NOME NOTA
FINAL
POSIÇÃO RESULTADO

0000091 LEIA FERREIRA ALEXANDRINO 4,00 1º Classificado
0000147 MARIA GORETTI CHIESA COMACHIO - - Desclassificado

0000048 MAYARA MARINA DOS SANTOS - - Desclassificado

INSCRIÇÃO NOME NOTA
FINAL
POSIÇÃO RESULTADO

0000136 SUZANA DOARTE NADAL 6,55 1º Classificado

INSCRIÇÃO NOME NOTA
POSIÇÃO RESULTADO

INSCRIÇÃO NOME NOTA
FINAL
POSIÇÃO RESULTADO

0000133 ANA FLÁVIA DELAZZARI 3,05 - Desclassificado

INSCRIÇÃO NOME NOTA
POSIÇÃO RESULTADO

INSCRIÇÃO NOME NOTA
POSIÇÃO RESULTADO

INSCRIÇÃO NOME NOTA
POSIÇÃO RESULTADO

PORTARIA Nº 035, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2310786

PORTARIA Nº 035, DE 13 de Janeiro DE 2020.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORA Scheley Raap do Nascimento.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora Scheley Raap do Nascimento, ocupante do cargo efetivo de enfermeiro, 12 (doze) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 21/03/2018 a 20/03/2019, cujo gozo se dará em 06/01/2020 a 17/01/2020, devendo retornar a suas atividades em 20/01/2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06/01/2020.

Centro Administrativo Municipal, 13 de janeiro de 2020.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 036, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2310791

PORTARIA Nº 036, DE 13 de Janeiro DE 2020.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORA Solange de Fatima Scaraboto Bonadiman.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora Solange de Fatima Scaraboto Bonadiman, ocupante do emprego público de Agente Comunitária de Saúde, 30 (trinta) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 01/07/2018 a 30/06/2019, cujo gozo se dará em 02/01/2020 a 31/01/2020, devendo retornar a suas atividades em 03/02/2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2020.

Centro Administrativo Municipal, 13 de janeiro de 2020.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 040, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2310797

PORTARIA Nº 040, DE 13 de Janeiro DE 2020.
CONCEDE GOZO DE FÉRIAS Ao SERVIDOR Fabio Zuanazzi.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor Fabio Zuanazzi, ocupante do emprego público de médico, 12 (doze) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 13/07/2017 a 12/07/2018, cujo gozo se dará em 06/01/2020 a 17/01/2020, devendo retornar a suas atividades em 20/01/2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06/01/2020.

Centro Administrativo Municipal, 13 de janeiro de 2020.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 041, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2310800

PORTARIA Nº 041, DE 13 de Janeiro DE 2020.
CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORA Angela Domingos.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora Angela Domingos, ocupante do emprego público de Fisioterapeuta, 10 (dez) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 09/01/2018 a 08/01/2019, cujo gozo se dará em 06/01/2020 a 15/01/2020, devendo retornar a suas atividades em 16/01/2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06/01/2020.

Centro Administrativo Municipal, 13 de janeiro de 2020.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 042, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2310802

PORTARIA Nº 042, DE 13 de Janeiro DE 2020.
CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORA Sonia Maria Hentz.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora Sonia Maria Hentz, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Informática e Transparência, 18 (dezoito) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 01/02/2018 a 31/01/2019, cujo gozo se dará em 14/01/2020 a 31/01/2020, devendo retornar a suas atividades em 03/02/2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14/01/2020.

Centro Administrativo Municipal, 13 de janeiro de 2020.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 043, DE 13 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2310805

PORTARIA Nº 043, DE 13 de Janeiro DE 2020.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORA Sonia Maria Scaraboto Baldicera.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora Sonia Maria Scaraboto Baldicera, ocupante do cargo de provimento em comissão de Coordenador de Atividades Culturais, 30 (trinta) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 01/02/2018 a 31/01/2019, cujo gozo se dará em 15/01/2020 a 13/02/2020, devendo retornar a suas atividades em 14/02/2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15/01/2020.

Centro Administrativo Municipal, 13 de janeiro de 2020.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 044, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2310807

PORTARIA Nº 044, DE 13 de Janeiro DE 2020.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORA Taise Aparecida Berwanger.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora Taise Aparecida Berwanger, ocupante do emprego público de Enfermeira, 11 (onze) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 28/04/2018 a 27/04/2019, cujo gozo se dará em 20/01/2020 a 31/01/2020, devendo retornar a suas atividades em 03/02/2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20/01/2020.

Centro Administrativo Municipal, 13 de janeiro de 2020.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 045, DE 13 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2310810

PORTARIA Nº 045, DE 13 de Janeiro DE 2020.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORA Scheley Raap do Nascimento.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora Scheley Raap do Nascimento, ocupante do cargo efetivo de enfermeiro, 18 (dezoito) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 21/03/2018 a 20/03/2019, cujo gozo se dará em 27/01/2020 a 13/02/2020, devendo retornar a suas atividades em 14/02/2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 27/01/2020.

Centro Administrativo Municipal, 13 de janeiro de 2020.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 34, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2310784

PORTARIA Nº 34, DE 13 de Janeiro DE 2020.

DESIGNA Gilmar Linck Duarte OCUPANTE DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE Médico, PARA EXERCER FUNÇÃO GRATIFICADA CONFORME DETERMINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º.- DESIGNAR, Gilmar Linck Duarte, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 301.439.180-87, ocupante do cargo de provimento efetivo de médico, para exercer função gratificada de Responsável pela operacionalização dos serviços de saúde, conforme Lei nº 273 de 23 de dezembro de 2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2020.

Centro Administrativo Municipal, 13 de janeiro de 2020.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 37, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2310792

PORTARIA Nº 37, DE 13 de Janeiro DE 2020.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORA Maria Joana Perego Chelest.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora Maria Joana Perego Chelest, ocupante do emprego público de Agente Comunitária de Saúde, 30 (trinta) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 21/09/2018 a 20/09/2019, cujo gozo se dará em 02/01/2020 a 31/01/2020, devendo retornar a suas atividades em 03/02/2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2020.

Centro Administrativo Municipal, 13 de janeiro de 2020.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 38, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2310793

PORTARIA Nº 38, DE 13 de Janeiro DE 2020.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORA Ivonete Cristina Schmit Cordeiro.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora Ivonete Cristina Schmit Cordeiro, ocupante do emprego público de Agente Comunitária de Saúde, 30 (trinta) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 01/07/2018 a 30/06/2019, cujo gozo se dará em 02/01/2020 a 31/01/2020, devendo retornar a suas atividades em 03/02/2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2020.

Centro Administrativo Municipal, 13 de janeiro de 2020.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 39, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2310795

PORTARIA Nº 39, DE 13 de Janeiro DE 2020.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORA Ivania Maria Bressan.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora Ivania Maria Bressan, ocupante do emprego público de Agente Comunitária de Saúde, 30 (trinta) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 20/11/2018 a 19/01/2019, cujo gozo se dará em 02/01/2020 a 31/01/2020, devendo retornar a suas atividades em 03/02/2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2020.

Centro Administrativo Municipal, 13 de janeiro de 2020.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

ANEXO I AO EDITAL N.º 012/2019 DIVULGA E HOMOLOGA O RESULTADO FINAL

Publicação Nº 2309497

**MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO**PROCESSO SELETIVO - 002/2019
ORGANIZAÇÃO: AS INSTITUTO**ANEXO I AO EDITAL N.º 012/2019 DIVULGA E HOMOLOGA O RESULTADO FINAL****ATENDENTE DE CRECHE I E II 40H - PINHEIRO PRETO**

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
0000097	SILVANA DALMOLIN CAON	7,50	1º	Classificado
0000095	LUANA MERLIN MARTINS	6,50	2º	Classificado
0000127	BRUNA LETICIA FRITZEN GIOVANELLA	6,00	3º	Classificado
0000062	SILVIA PERAZZOLI	6,00	4º	Classificado
0000013	MAIRA PEGORARO GONÇALVES	5,50	5º	Classificado
0000063	VÂNIA DANUBIA EMMEL	5,50	6º	Classificado
0000089	RAQUEL DA SILVA RODRIGUES	5,00	7º	Classificado
0000088	KETLYN CRISTINE DUARTE	5,00	8º	Classificado
0000047	MAIRA DE SOUZA SIMIONATTO	5,00	9º	Classificado
0000042	ANA CLAUDIA HERBERT	4,50	10º	Classificado
0000085	ELIANE MENDES MARTINS	4,00	11º	Classificado
0000014	JOCIELI PERGHER	4,00	12º	Classificado
0000017	CLAUDIA BORGES DE OLIVEIRA	3,00	-	Desclassificado
0000022	GISLIANE RIBEIRO	-	-	Desclassificado
0000129	DAIANE PEGORARO GONÇALVES	-	-	Desclassificado
0000043	MAIELI SCHUCH	-	-	Desclassificado

**MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO**

PROCESSO SELETIVO - 002/2019

ORGANIZAÇÃO: AS INSTITUTO

**ANEXO I AO EDITAL N.º 012/2019 DIVULGA E HOMOLOGA O RESULTADO FINAL****MERENDEIRA - PINHEIRO PRETO**

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
0000091	LEIA FERREIRA ALEXANDRINO	4,00	1º	Classificado
0000147	MARIA GORETTI CHIESA COMACHIO	-	-	Desclassificado
0000048	MAYARA MARINA DOS SANTOS	-	-	Desclassificado

**MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO**

PROCESSO SELETIVO - 002/2019

ORGANIZAÇÃO: AS INSTITUTO

**ANEXO I AO EDITAL N.º 012/2019 DIVULGA E HOMOLOGA O RESULTADO FINAL****PROFESSOR DISCIPLINA DE ARTE - PINHEIRO PRETO**

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
0000136	SUZANA DOARTE NADAL	6,55	1º	Classificado

**MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO**

PROCESSO SELETIVO - 002/2019

ORGANIZAÇÃO: AS INSTITUTO

**ANEXO I AO EDITAL N.º 012/2019 DIVULGA E HOMOLOGA O RESULTADO FINAL****PROFESSOR DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA I - PINHEIRO PRETO**

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSICÃO	RESULTADO
0000033	DAIANY DA SILVA MONTARROYOS	7,75	1º	Classificado
0000054	DANIELLA GRUTZMANN	7,50	2º	Classificado
0000125	DARIANE PERAZZOLI TORCATTO	6,55	3º	Classificado
0000041	ANGELICA APARECIDA UBERTI	6,45	4º	Classificado
0000070	VANESSA FONSECA	5,89	5º	Classificado
0000113	ELIZANDRO MARTINS DE MELLO	5,55	6º	Classificado
0000153	JAYSON ROBERTO FERRERIRA DE ARAUJO	5,15	7º	Classificado
0000078	MARIÉLI GIOVANA EVANGELISTA	4,70	8º	Classificado
0000090	GISELE MARIA ARENHART	4,35	9º	Classificado
0000141	ADEMILSON FRANCO DE MELO	4,20	10º	Classificado
0000144	EWERTON SANTANA DE CARVALHO	2,75	-	Desclassificado
0000073	DANIELA COGO DE LIMA	-	-	Desclassificado
0000059	LANA OLIVEIRA DA SILVA	-	-	Desclassificado
0000011	JOSIANO GUILHERME PUHLE	-	-	Desclassificado

**MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO**

PROCESSO SELETIVO - 002/2019

ORGANIZAÇÃO: AS INSTITUTO

**ANEXO I AO EDITAL N.º 012/2019 DIVULGA E HOMOLOGA O RESULTADO FINAL****PROFESSOR DISCIPLINA DE INGLÊS - PINHEIRO PRETO**

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
0000133	ANA FLÁVIA DELAZZARI	3,05	-	Desclassificado



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

PROCESSO SELETIVO - 002/2019
ORGANIZAÇÃO: AS INSTITUTO



ANEXO I AO EDITAL N.º 012/2019 DIVULGA E HOMOLOGA O RESULTADO FINAL

PROFESSOR II EDUCAÇÃO INFANTIL E SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL 20H - PINHEIRO PRETO

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSICÃO	RESULTADO
0000123	MONALISA APARECIDA BATISTA	7,85	1º	Classificado
0000119	IVANIA BEAL BRESSAN	7,20	2º	Classificado
0000025	ELIANE DISSEGNA DA COSTA	7,00	3º	Classificado
0000146	FABIANA KOPP BENQUE	6,75	4º	Classificado
0000082	DANIELLI POSSERA	6,05	5º	Classificado
0000108	JUCIMARA ZITTERELL SIMIONATO	5,90	6º	Classificado
0000067	DANIELLI STREY FREDDO	5,85	7º	Classificado
0000126	MARINEZ BEAL PARTYKA	5,85	8º	Classificado
0000039	TATIANE APARECIDA FRAGOSO CALDAS CAUM	5,80	9º	Classificado
0000120	ANA LUCIA ANDRES CAZARIN	5,70	10º	Classificado
0000116	IDIMARA SAMISTRARO	5,65	11º	Classificado
0000030	VERONI DE FATIMA BORSOI MARTELLI	5,50	12º	Classificado
0000139	MARCELO MIRANDA DOS SANTOS	3,80	-	Desclassificado
0000106	FRANCIELE DE LOURDES RIBEIRO	2,80	-	Desclassificado
0000079	JOSANA MIOTELLI FRIZZO	2,75	-	Desclassificado
0000083	MARCELINA FALCHETTI PERETTI	2,60	-	Desclassificado
0000150	JUSSARA FATIMA TREVIZOL EINSWEILER	-	-	Desclassificado
0000075	MARITILDE DIOGO	-	-	Desclassificado
0000145	DAIANE CRISTINA RIBEIRO COELHO DA SILVA BOGO	-	-	Desclassificado
0000016	SILVIA PERAZZOLI	-	-	Desclassificado



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

PROCESSO SELETIVO - 002/2019

ORGANIZAÇÃO: AS INSTITUTO



ANEXO I AO EDITAL N.º 012/2019 DIVULGA E HOMOLOGA O RESULTADO FINAL

PROFESSOR REGENTE DE CRECHE 40H - PINHEIRO PRETO

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
0000118	SCHILE DA COSTA RIETTA ALMEIDA	7,80	1º	Classificado
0000096	VANDERLÉA ANA CARLETO DE SIQUEIRA	7,30	2º	Classificado
0000053	KARINA VEIGA	7,05	3º	Classificado
0000134	CRISTIANE FERNANDES THIBES DA SILVA	6,95	4º	Classificado
0000107	ANDRESSA GUZZI	6,40	5º	Classificado
0000072	MARIZETE MARIA CERON PIANA	6,00	6º	Classificado
0000044	BRUNA MARIA MEISTERLIN SPOLTI	5,90	7º	Classificado
0000104	SIMONE ZUCCO DAVILA SLOGO	5,85	8º	Classificado
0000087	MARINES GUZZI	5,75	9º	Classificado
0000026	SAMARA NAIR APARECIDA ALVES DE CARVALHO	5,55	10º	Classificado
0000138	DELESIA ORZZATTO MICHELIZZI	5,45	11º	Classificado
0000045	VANESSA DE CASTRO WALTER	5,40	12º	Classificado
0000110	SILVANA COSTA DA SILVA	5,40	13º	Classificado
0000084	MARILETE DE CASTRO CARVALHO	5,30	14º	Classificado
0000037	JACKLINE DALMOLIN ODORIZZI	5,20	15º	Classificado
0000135	SOLANGE DALABRIDA SOTEL	5,20	16º	Classificado
0000111	IRIA INÉS GOULARTE	5,05	17º	Classificado
0000115	ELIBIDA CASSIANO POCERA GASANIGA	5,05	18º	Classificado
0000002	JANILDETE LEITE DOS SANTOS	4,25	19º	Classificado
0000142	DENISE GUILL	2,60	-	Desclassificado
0000092	MARINEIDE BREMM HANAUER	2,60	-	Desclassificado
0000068	IVANILDE ALVES DE GOIS DALLARIVA	1,80	-	Desclassificado
0000122	ANTONIA MARIA ANTUNES	-	-	Desclassificado
0000056	VANESSA DA COSTA TREVISOL DA SILVA	-	-	Desclassificado
0000064	LEANDRA APARECIDA AMALCABURIO	-	-	Desclassificado
0000131	MARCIA FATTORI CERONI	-	-	Desclassificado
0000058	GABRIELA PADILHA CAMPANHARO	-	-	Desclassificado
0000027	ALINE PATRICIA TITON SUTIR	-	-	Desclassificado



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

PROCESSO SELETIVO - 002/2019

ORGANIZAÇÃO: AS INSTITUTO



ANEXO I AO EDITAL N.º 012/2019 DIVULGA E HOMOLOGA O RESULTADO FINAL

PROFISSIONAL DE APOIO 20 OU 40H - PINHEIRO PRETO

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
0000012	HELLEN CRISTINA MANICA	7,00	1º	Classificado
0000100	MAITE CHAINE ZUCONELLI	7,00	2º	Classificado
0000031	SOLANGE APARECIDA ZAGO BURYK	6,50	3º	Classificado
0000018	ARIANE ELEODORO ROZA	6,50	4º	Classificado
0000065	INGRID FRITZEN VAZ	6,50	5º	Classificado
0000008	PAMELA ANDRÉIA SANTANA	6,00	6º	Classificado
0000094	RACHEL BRESSAN SALDANHA	5,50	7º	Classificado
0000004	GEANINI MARTINELI PINHEIRO	5,50	8º	Classificado
0000036	CLAUDINEIA MORAES	5,00	9º	Classificado
0000117	JULIANA BARCARO WEISS	5,00	10º	Classificado
0000103	SALETE LURDES GRIS BENDER	5,00	11º	Classificado
0000024	ELENITA DE OLIVEIRA GHENO	5,00	12º	Classificado
0000060	ANDRESSA VEDOVATTO RAYZER	5,00	13º	Classificado
0000128	JESSICA DA SILVA	5,00	14º	Classificado
0000124	MARLEI MARIA PANCERI	4,50	15º	Classificado
0000051	ANA CAROLINA VECENTIN	4,50	16º	Classificado
0000052	ADRIANA KAFER DA SILVA	4,50	17º	Classificado
0000005	JÉSSICA SINTIA RACOSKI DOS SANTOS	3,50	-	Desclassificado
0000040	GOUEMAR LOURDES MATTANA DALMOLIN	-	-	Desclassificado
0000137	GISELE GARCIA DA SILVA	-	-	Desclassificado

**MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO**

PROCESSO SELETIVO - 002/2019

ORGANIZAÇÃO: AS INSTITUTO

**ANEXO I AO EDITAL N.º 012/2019 DIVULGA E HOMOLOGA O RESULTADO FINAL****SERVENTE - PINHEIRO PRETO**

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
0000038	SUZANA DOS SANTOS	4,50	1º	Classificado
0000077	ANA PAULA BERNARDI	4,00	2º	Classificado
0000099	DEBORA MARIA FERREIRA CAVALHEIRO	4,00	3º	Classificado
0000102	MICHELI CAETANO	3,50	-	Desclassificado
0000061	PAULA ELIANE VIEIRA DOS SANTOS	-	-	Desclassificado

EDITAL N.º 012/2019 DIVULGA E HOMOLOGA O RESULTADO FINAL

Publicação Nº 2309496



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO



PROCESSO SELETIVO Nº 002/2019, DE 22 DE OUTUBRO 2019.

EDITAL N.º 012/2019

DIVULGA E HOMOLOGA O RESULTADO FINAL

O Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e demais disposições atinentes à matéria, em conjunto com a Comissão Organizadora de Concursos, nomeada através da Portaria nº 567/2019, resolve,

TORNAR PÚBLICO

Art.1º - Divulga E Homologa o resultado Final, Processo Seletivo nº 002/2019, conforme Edital e seu anexo I. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Pinheiro Preto/SC, 10 de janeiro de 2020.

PEDRO RABUSKE
Prefeito de Pinheiro Preto - SC

ANA LAINE GRAHL
Presidente da Comissão Organizadora de Processo Seletivo
Município de Pinheiro Preto - SC

Planalto Alegre

PREFEITURA

DECRETO 4961/2020

Publicação Nº 2310063

DECRETO Nº 4961/2020, DE 13 de janeiro de 2020.

ESTABELECE PROCEDIMENTOS RELATIVOS AO REAJUSTE DA UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal) E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 24, da Lei nº. 018 de 17 de Dezembro de 2010;

CONSIDERANDO as disposições contidas no artigo nº. 24, do Código Tributário Municipal (CTM) Lei Complementar 018 de 17 de dezembro de 2009, que autoriza a Atualizar a UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal), anualmente pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), que é utilizado como referência para a atualização dos créditos tributários.

DECRETA:

Art. 1º - Nos termos do art.24, do Código Tributário Municipal (CTM), Lei Complementar 018/2009 de 17 de Dezembro de 2009, a UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal) terá reajuste de 4,48% (quatro virgula quarenta e oito por cento).

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos ao dia 1º de Janeiro de 2020, revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre – SC, em 13 de Janeiro de 2020.

JUARES BET
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

EDCP09_2020

Publicação Nº 2310794

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº: 009/2020

Edital: CONCORRÊNCIA Nº: 009/2020

Tipo: Concessão de Direito Real de Uso.

Objeto: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE BEM IMÓVEL DE PROPRIEDADE DO MUNICIPIO, COM ENCARGOS, PARA FINS DE INCENTIVO À EXPLORAÇÃO INDUSTRIAL.

Entrega dos Envelopes: 07:45hs. do dia 28 de Fevereiro de 2020.

Abertura dos Envelopes: 08:00hs. do dia 28 de Fevereiro de 2020.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av. Santa Catarina, 390, Centro – Planalto Alegre-SC, nos dias úteis, de Segunda à Sexta-Feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49) 3335-0066 e no site: www.planaltoalegre.sc.gov.br.

Planalto Alegre-SC, em 13 de Janeiro de 2020.

JUARES BET
Prefeito Municipal.

EDCP13_2020

Publicação Nº 2310387

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO ALEGRE

AVISO DE EDITAL CHAMAMENTO PUBLICO

EDITAL DE CHAMAMENTO PUBLICO N.13/2020

Chamamento público para fins de cadastramento para grupos formais e informais.

O Município de Planalto Alegre torna público que estará realizando a inscrição para cadastramento de grupos formais e informais da Agricultura Familiar e Empreendedores Familiares Rurais até às 10:00 horas do dia 14 de Fevereiro de 2020.

Planalto Alegre - SC, em 14 de Janeiro de 2020

JUARES BET

Prefeito Municipal

EDRP014_2020

Publicação Nº 2310428

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº: 014/2020

Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 014/2020

Tipo: Menor Preço/Por Item

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO.

Entrega dos Envelopes: 09:45hs. do dia 24 de Janeiro de 2019.

Abertura dos Envelopes: 10:00hs do dia 24 de Janeiro de 2020.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av. Santa Catarina, 390, Centro – Planalto Alegre-SC, nos dias úteis, de Segunda à Sexta-Feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:30 as 17:30, ou pelo fone (49) 3335-0066.

Planalto Alegre-SC, em 14 de Janeiro de 2020.

JUARES BET

Prefeito Municipal.

EDRP12_2020

Publicação Nº 2310383

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

EXTRATO DE EDITAL

Processo Administrativo Nº. PM 12/2020

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Edital nº PP/RP 12/2020

Tipo: Menor Preço/Por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS.

Entrega dos Envelopes: 07:45hs. do dia 24 de Fevereiro de 2020.

Abertura dos Envelopes: 08:00hs. do dia 24 de Fevereiro de 2020.

O Edital e esclarecimento poderão ser obtido no seguinte endereço e horário: Av. Santa Catarina, 390 - centro-Planalto Alegre, nos dias úteis, das Segundas à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 3335-0066 e no site: www.planaltoalegre.sc.gov.br

Planalto Alegre, 14 de janeiro de 2020.

JUARES BET

Prefeito Municipal.

EDTP10_2020

Publicação Nº 2310371

*Estado de Santa Catarina***MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE**

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE**EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO**

Processo Adm. Nº. 010/2020

Edital: TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 010/2020

Tipo: Menor Preço/Empreitada Global

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE REFORMA DO GINÁSIO DE ESPORTE DE PLANALTO ALEGRE, CONFORME TERMO DE CONVÊNIO Nº 2019TR1568, PROCESSO Nº 4964/2019 FESPORTE – FUNDAÇÃO CATARINENSE DE ESPORTE.**

Entrega dos Envelopes: 07:45 hs. do dia 04 de Fevereiro de 2020.

Abertura dos Envelopes: 08:00 hs. do dia 04 de Fevereiro de 2020.

O Edital e esclarecimento poderão ser obtido no seguinte endereço e horário: Av. Santa Catarina, 390 - centro-Planalto Alegre, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 3335-0066 e no site: www.planaltoalegre.sc.gov.br/licitacoes.

PLANALTO ALEGRE, 14 de Janeiro de 2020.

JUARES BET
Prefeito Municipal.

EDTP11_2020

Publicação Nº 2310373

*Estado de Santa Catarina***MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE**

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE**EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO**

Processo Adm. Nº. 011/2020

Edital: TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 011/2020

Tipo: Menor Preço/Empreitada Global

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DA OBRA DO CENTRO EDUCACIONAL DE INDICAÇÃO AO ESPORTE E CULTURA.**

Entrega dos Envelopes: 07:45 hs. do dia 05 de Fevereiro de 2020.

Abertura dos Envelopes: 08:00 hs. do dia 05 de Fevereiro de 2020.

O Edital e esclarecimento poderão ser obtido no seguinte endereço e horário: Av. Santa Catarina, 390 - centro-Planalto Alegre, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 3335-0066 e no site: www.planaltoalegre.sc.gov.br/licitacoes.

PLANALTO ALEGRE, 14 de Janeiro de 2020.

JUARES BET

Prefeito Municipal.**PORTARIA 010/2020**

Publicação Nº 2310011

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

PORTARIA Nº 010/2020

EXONERA O SERVIDORO PUBLICO MUNICIPAL SENHOR PEDRO BREZOLIN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 32 da Lei Municipal nº 279, de 29 de novembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o (s) Servidor (es) Público (s) Municipal Senhor PEDRO BREZOLIN, Conselheiro Tutelar, lotado (s) na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, a partir do dia 09 de Janeiro de 2020, cargo que exercia desde 10 de Fevereiro de 2017 .

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre – SC, em 09 de Janeiro de 2020.

JUARES BET

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

PORTARIA 011/2020

Publicação Nº 2310012

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE

PORTARIA Nº 011/2020

NOMEIA A SENHORA CRISTINE LUCILA SCHWENGBER PARA O CARGO DE PSICOLOGA LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal 279/2001 e Relatório Geral de Classificação do Concurso Público Edital nº 01/2018.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear conforme o Art. 9 e o Art. 10 da Lei Municipal 279/2001 e Relatório Geral de Classificação do Concurso Publico Edital nº 01/2018 a Senhora CRISTINE LUCILA SCHWENGBER, para o cargo de PSICOLOGA, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, regime estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, com carga horária de 40 horas semanais, percebendo valores fixados no anexo III da Lei Complementar 11 de 12 de março de 2009 e suas alterações.

Parágrafo Único. A posse ocorrerá no prazo de até trinta dias contados da publicação do ato de provimento. É de quinze dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes desta portaria serão usados recursos do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrario.

Planalto Alegre – SC, em 09 de Janeiro de 2020.

JUARES BET
Prefeito Municipal
Registre-se e Publique-se

PORTARIA 012/2020

Publicação Nº 2310014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE

PORTARIA Nº 012/2020

NOMEIA MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 742/2015, Lei Municipal nº 821/2018 e Edital nº 01/2019 do CMDCA, que dispõe sobre o processo de escolha unificada de membros do Conselho Tutelar, para composição do órgão no Município de Planalto Alegre. De acordo com a Resolução nº 04/2019 que dispõe sobre Ata de Classificação.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Conselheira Tutelar LORECI TEREZINHA DE OLIVEIRA DOS SANTOS do município de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina de conformidade com a eleição realizada no dia 06 de Outubro de 2019.

Art. 2º - Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão utilizados recursos vigentes no orçamento municipal.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 10 de Janeiro de 2020.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre – SC, em 09 de Janeiro de 2020.

JUARES BET
Prefeito Municipal
Registre-se e Publique-se

PORTARIA 013/2020

Publicação Nº 2310015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE

PORTARIA Nº 013/2020
NOMEIA MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 742/2015, Lei Municipal nº 821/2018 e Edital nº 01/2019 do CMDCA, que dispõe sobre o processo de escolha unificada de membros do Conselho Tutelar, para composição do órgão no Município de Planalto Alegre. De acordo com a Resolução nº 04/2019 que dispõe sobre Ata de Classificação.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Conselheira Tutelar MARGARETE JHAN GHENO DOS SANTOS do município de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina de conformidade com a eleição realizada no dia 06 de Outubro de 2019.

Art. 2º - Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão utilizados recursos vigentes no orçamento municipal.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 10 de Janeiro de 2020.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre – SC, em 09 de Janeiro de 2020.

JUARES BET
Prefeito Municipal
Registre-se e Publique-se

PORTARIA 014/2020

Publicação Nº 2310016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE

PORTARIA Nº 014/2020
NOMEIA MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 742/2015, Lei Municipal nº 821/2018 e Edital nº 01/2019 do CMDCA, que dispõe sobre o processo de escolha unificada de membros do Conselho Tutelar, para composição do órgão no Município de Planalto Alegre. De acordo com a Resolução nº 04/2019 que dispõe sobre Ata de Classificação.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Conselheira Tutelar MARINA FERREIRA DE MELLO do município de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina de conformidade com a eleição realizada no dia 06 de Outubro de 2019.

Art. 2º - Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão utilizados recursos vigentes no orçamento municipal.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 10 de Janeiro de 2020.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre – SC, em 09 de Janeiro de 2020.

JUARES BET
Prefeito Municipal
Registre-se e Publique-se

PORTARIA 015/2020

Publicação Nº 2310017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE

PORTARIA Nº 015/2020
NOMEIA MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 742/2015, Lei Municipal nº 821/2018 e Edital nº 01/2019 do CMDCA, que dispõe sobre o processo de escolha unificada de membros do Conselho Tutelar, para composição do órgão no Município de Planalto Alegre. De acordo com a Resolução nº 04/2019 que dispõe sobre Ata de Classificação.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Conselheira Tutelar SENIRA RIBEIRO MELLO do município de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina de conformidade com a eleição realizada no dia 06 de Outubro de 2019.

Art. 2º - Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão utilizados recursos vigentes no orçamento municipal.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 10 de Janeiro de 2020.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre – SC, em 09 de Janeiro de 2020.

JUARES BET
Prefeito Municipal
Registre-se e Publique-se

PORTARIA 016/2020

Publicação Nº 2310019

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE

PORTARIA Nº 016/2020
NOMEIA MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 742/2015, Lei Municipal nº 821/2018 e Edital nº 01/2019 do CMDCA, que dispõe sobre o processo de escolha unificada de membros do Conselho Tutelar, para composição do órgão no Município de Planalto Alegre. De acordo com a Resolução nº 04/2019 que dispõe sobre Ata de Classificação.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Conselheira Tutelar IONE DOS SANTOS BRESSAN do município de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina de conformidade com a eleição realizada no dia 06 de Outubro de 2019.

Art. 2º - Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão utilizados recursos vigentes no orçamento municipal.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 10 de Janeiro de 2020.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre – SC, em 09 de Janeiro de 2020.

JUARES BET
Prefeito Municipal
Registre-se e Publique-se

PORTARIA 017/2020

Publicação Nº 2310020

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE
PORTARIA Nº 017/2020

NOMEIA O SENHOR CESAR LUIZ DA SILVA PARA EXERCER O CARGO COMISSIONADO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

JUARES BET, Prefeito de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Senhor CESAR LUIZ DA SILVA, para exercer o cargo comissionado de Diretor de Departamento de Agricultura, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e meio Ambiente, regime estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, dedicação integral, percebendo valores fixados no anexo II da Lei Complementar nº 67 de 14 de Setembro de 2017 e suas alterações.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes desta portaria serão usados recursos do orçamento vigente.

Art. 3º Esta portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrario.

Planalto Alegre, 09 de Janeiro de 2020.

JUARES BET
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

PORTARIA 018/2020

Publicação Nº 2310021

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE
PORTARIA Nº 018/2020

DESIGNA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL PARA SER RESPONSÁVEL PELO SETOR DE VIGILANCIA SANITARIA DO MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

JUARES BET, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a Servidora Publica Municipal Senhora Elaine Zenaide Braghini, ocupante do cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento para ser responsável pelo setor de Vigilância Sanitária, com carga horaria de 20 horas semanais na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social no município de Planalto Alegre, até o fim do afastamento da servidora efetiva Sra. Jucilvania Cecchetti.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 15 de Janeiro de 2020.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre – SC, em 13 de Janeiro de 2020.

JUARES BET
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

PORTARIA 003/2020

Publicação Nº 2310001

PORTARIA 003/2020

REVOGA A LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SENHOR GIOVANI JOSE MINUZZI E DÁ OUTRAS

PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 73 da Lei Municipal nº 279, de 29 de novembro de 2001.

RESOLVE:

Art.1º Revogar a licença sem remuneração, para tratar de interesses particulares, concedida ao servidor público municipal GIOVANI JOSE MINUZZI, Contador, lotado na Secretaria Municipal de Administração Finanças e Planejamento.

Art.2º Fica revogada a Portaria 75/2019.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre/SC, 07 de janeiro de 2020.

Juares Bet
Prefeito Municipal

PORTARIA 04/2020

Publicação Nº 2310002

PORTARIA 004/2020

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL GIOVANI JOSE MINUZZI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 76 da Lei Municipal nº 279, de 29 de novembro de 2001,

CONSIDERANDO que a licença para tratar de assuntos particulares concedida ao servidor Giovani José Minuzzi foi revogada por esta Administração, em virtude de compromisso assumido para com a 10ª Promotoria de Justiça da Comarca de Chapecó no bojo do Procedimento Administrativo nº 09.2017.00007590-3;

CONSIDERANDO que, após ser convocado para retornar ao exercício do cargo, o aludido servidor apresentou atestado médico recomendando seu afastamento do trabalho por 60 (sessenta) dias, a contar de 27.12.2019;

CONSIDERANDO que, durante o período em que esteve licenciado, o referido servidor desempenhou atividade na iniciativa privada, o empregador já tomou as providências para que o mesmo entrasse em benefício junto ao RGPS, já tendo inclusive paga os primeiros 15 (quinze) dias de afastamento;

CONSIDERANDO que, apesar do afastamento, ainda não houve decisão administrativa do INSS concedendo ou não o benefício postulado, sendo que, conforme declaração do próprio servidor, a perícia foi reagendada para o dia 28.02.2020;

RESOLVE:

Art.1º Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor público municipal GIOVANI JOSE MINUZZI, Contador, lotado na Secretaria Municipal de Administração Finanças e Planejamento, até a data de 24.02.2020.

Art. 2º O município fica dispensado do pagamento referente aos primeiros 15 (quinze) dias do afastamento.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre/SC, 07 de janeiro de 2020.

Juares Bet
Prefeito Municipal

PORTARIA 05/2020

Publicação Nº 2310004

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

PORTARIA Nº 005/2020
EXONERA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SENHOR IDALINO IVO BRESOLIN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 32 da Lei Municipal nº 279, de 29 de novembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o (s) Servidor (es) Público (s) Municipal Senhor IDALINO IVO BRESOLIN, Diretor de Departamento, lotado (s) na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, a partir do dia 08 de Janeiro de 2020.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre – SC, em 08 de Janeiro de 2020.

JUARES BET
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

PORTARIA 06/2020

Publicação Nº 2310005

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE

PORTARIA Nº 006/2020

EXONERA A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL SENHORA LEONICE ROSSIGNOL PACASSA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 32 da Lei Municipal nº 279, de 29 de novembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a (s) Servidora (es) Pública (s) Municipal Senhora LEONICE ROSSIGNOL PACASSA, Conselheira Tutelar, lotado (s) na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, a partir do dia 09 de Janeiro de 2020, cargo que exercia desde 19 de Junho de 2017 .

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre – SC, em 09 de Janeiro de 2020.

JUARES BET
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

PORTARIA 07/2020

Publicação Nº 2310006

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE

PORTARIA Nº 007/2020

EXONERA A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL SENHORA SENIRA RIBEIRO MELLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 32 da Lei Municipal nº 279, de 29 de novembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a (s) Servidora (es) Pública (s) Municipal Senhora SENIRA RIBEIRO MELLO, Conselheira Tutelar, lotado (s) na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, a partir do dia 09 de Janeiro de 2020, cargo que exercia desde 08 de Janeiro de 2016 .

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre – SC, em 09 de Janeiro de 2020.

JUARES BET

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

PORTARIA 08/2020

Publicação Nº 2310009

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

PORTARIA Nº 008/2020

EXONERA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SENHORA MARINA FERREIRA DE MELLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 32 da Lei Municipal nº 279, de 29 de novembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a (s) Servidora (es) Pública (s) Municipal Senhora MARINA FERREIRA DE MELLO, Conselheira Tutelar, lotado (s) na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, a partir do dia 09 de Janeiro de 2020, cargo que exercia desde 10 de Janeiro de 2016 .

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre – SC, em 09 de Janeiro de 2020.

JUARES BET
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

PORTARIA 09/2020

Publicação Nº 2310010

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

PORTARIA Nº 009/2020

EXONERA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SENHORA SOELI CARMEN GUINDANI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 32 da Lei Municipal nº 279, de 29 de novembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a (s) Servidora (es) Pública (s) Municipal Senhora SOELI CARMEN GUINDANI, Conselheira Tutelar, lotado (s) na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, a partir do dia 09 de Janeiro de 2020, cargo que exercia desde 10 de Janeiro de 2016 .

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre – SC, em 09 de Janeiro de 2020.

JUARES BET
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Pomerode

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 3.794/2020

Publicação Nº 2310815

DECRETO MUNICIPAL Nº 3.794/2020

DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

AUTORIZA O USO DE ESPAÇOS PÚBLICOS POR PARTICULARES PARA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS DURANTE A 37ª FESTA POMERANA -2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso I, alínea "n" da Lei Orgânica do Município e ainda,

CONSIDERANDO a realização do evento 37ª Festa Pomerana com fins de fomento da cultura e do turismo de 15 a 26 de janeiro de 2020;

CONSIDERANDO a pretensão do Município de disponibilizar a particulares espaços de comercialização de produtos dentro das temáticas propostas durante os dias do evento para a tender a demanda de turistas que circulam no Portal Sul e na Praça Jorge Lacerda, especialmente nos desfiles da Festa Pomerana;

CONSIDERANDO a possibilidade da Administração Pública de outorgar bens públicos a particulares para uso privativo por autorização de uso por ato unilateral, discricionário e precário, "dispensada licitação e autorização legislativa" (DI PIETRO. Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 30ª ed. - Rio de Janeiro: Forense, 2017. p. 866);

DECRETA :

Art. 1º Autorizar o uso por particulares do quiosque da praça Jorge Lacerda, situado na Rua 15 de Novembro, número 818, sala □B□, anexo ao Portal Sul," durante a 37ª Festa Pomerana - 2020, em caráter oneroso.

Parágrafo Único: O preço público será estabelecido em R\$ 1.000,00 (Hum Mil Reais).

Art. 2º Autorizar o uso por particulares proprietários de charretes, de Espaço Público no "Complexo de Esportes e Lazer Francisco Canola Teixeira" durante a 37ª Festa Pomerana - 2020, em caráter não oneroso, para oferecimento de tour turística pela área central do Município.

Parágrafo Único: O preço público será estabelecido em R\$ 1.000,00 (Hum Mil Reais).

Art. 3º Delega-se à Secretaria Municipal de Turismo e Cultura a seleção dos particulares para outorga dos espaços por chamamento público ou por decisão justificada e fundamentada.

Art. 4º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Pomerode (SC), 13 de janeiro de 2020.

ERCIO KRIEK
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3.793/2020, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2310415

DECRETO Nº 3.793/2020,
DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

ATUALIZA A UNIDADE MONETÁRIA AMBIENTAL (UMA) PARA O EXERCÍCIO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito de Pomerode, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgada em 30 de março de 1990, e, artigo 2º da Lei Ordinária nº 2.967, de 18 de dezembro de 2017;

DECRETA:

Art.1º Fica atualizada a UNIDADE MONETÁRIA AMBIENTAL (UMA), para o exercício de 2019 em R\$110,29 (cento dez reais e vinte e nove centavos).

Art.2º O valor da UMA - Unidade Monetária Ambiental foi atualizada em 4,48%, com base na variação anual do INPC de 2019 publicado pelo IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pomerode, 13 de janeiro de 2020.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO FISCAL Nº 01/2020

Publicação Nº 2310783

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO FISCAL

Com fulcro no art. 8º e 9º da Lei Complementar nº 304/2017, NOTIFICAMOS V.Sª da existência do(s) débito(s) abaixo relacionado(s), regulamentado na Lei Complementar nº 304/2017.

Contribuinte : 180998 – DANIEL ALCIDIO SCHWANZ - CPF/CNPJ: 942.478.389-20 - Contribuinte : 239291 - DJAVAN RANGEL CARRENHO – ME - CPF/CNPJ: 08.729.390/0001-47 – 181188 - FERNANDO AUGUSTO SOARES CPF/CNPJ: 05.267.849-03 – 199974 – SUELLEN SAMANTHA WECK ROHLING - CPF/CNPJ: 086.365.959-40

O presente Edital notifica os contribuintes listados acima da abertura de procedimento administrativo para exclusão da habilitação no REFIS-POM/2017, podendo ser apresentada defesa no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de sua publicação. Não havendo o pagamento dos débitos ou interposição de defesa, o contribuinte terá seu parcelamento cancelado e o débito confessado e não pago exigido integralmente (art. 8º, §1º da LC 304/2017), com ajuizamento e/ou prosseguimento de ação judicial. Para efetuar o pagamento dos débitos, o contribuinte deverá comparecer pessoalmente à Procuradoria Geral do Município. Considerando que o relatório desse Edital foi confeccionado entre os dias 06 a 10 de janeiro, no caso de ter ocorrido o pagamento do débito pelo contribuinte nos dias mencionados e conste relacionado acima, favor desconsiderar a presente notificação.

Pomerode, 06 de janeiro de 2020.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO FISCAL Nº 02/2020

Publicação Nº 2310790

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO FISCAL

Com fulcro no art. 153 e seguintes da Lei Complementar nº 75/2001, NOTIFICAMOS V.Sª da existência do(s) débito(s) abaixo relacionado(s), regulamentado nas Leis Complementares nº 75/2001, nº 100/2003 e nº 116/2005.

Contribuinte : 470376 - ANDREIA SILVEIRA 06234495958 CPF/CNPJ: 18.198.389/0001-97 - Contribuinte : 130354 - MAUANE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA - CPF/CNPJ: 04.413.855/0001-03 – Contribuinte: 228443 - SAUDE DO CORPO MASSOTERAPIA LTDA - CPF/CNPJ: 08.096.396/0001-24 - Contribuinte: 420930 - LPJ ADMINISTRADORA DE BENS E PARTICIPACOES EIRELI - CPF/CNPJ: 19.928.066/0001-74 - Contribuinte: 345962 - VAGNER BERGAMO - INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS - CPF/CNPJ: 11.024.343/0001-02.

O presente Edital tem o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de sua publicação, não havendo o pagamento nesse período, será ajuizada ação de Execução Fiscal. Para efetuar o pagamento dos débitos, o contribuinte deverá comparecer pessoalmente à Procuradoria Geral do Município. Considerando que o relatório desse Edital foi confeccionado entre os dias 06 a 10 de janeiro, no caso de ter ocorrido o pagamento do débito pelo contribuinte nos dias mencionados e conste relacionado acima, favor desconsiderar a presente notificação.

Pomerode, 06 de janeiro de 2020.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO FISCAL Nº 03/2020

Publicação Nº 2310780

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO FISCAL

Com fulcro no art. 153 e seguintes da Lei Complementar nº 75/2001, NOTIFICAMOS V.Sª da existência do(s) débito(s) abaixo relacionado(s), regulamentado nas Leis Complementares nº 75/2001, nº 100/2003 e nº 116/2005.

Contribuinte : 323330 - WTS SOLUCOES ELETRICAS EIRELI CNPJ: 14.228.075/0001-39

O presente Edital tem o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de sua publicação, não havendo o pagamento nesse período, será ajuizada ação de Execução Fiscal. Para efetuar o pagamento dos débitos, o contribuinte deverá comparecer pessoalmente à Procuradoria Geral do Município. Considerando que o relatório desse Edital foi confeccionado em 13 de janeiro, no caso de ter ocorrido o pagamento do débito pelo contribuinte nos dias mencionados e conste relacionado acima, favor desconsiderar a presente notificação.

Pomerode, 13 de janeiro de 2020.

LUCIANO DEBARBA
Procurador-Geral do Município de Pomerode
OAB/SC 16.994

ERRATA AO DECRETO MUNICIPAL N.º 3.789/2019.

Publicação Nº 2310817

ERRATA AO DECRETO MUNICIPAL N.º 3.789/2019.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Orgânica do Município, torna pública a seguinte ERRATA:

No corpo do Art. 1º do Decreto Municipal n.º 3.789/2019, publicada no DOM de 13 de Janeiro de 2020, edição Nº 3026:

onde se lê: "Autorizar o uso por particulares proprietários de charretes, de Espaço Público no ☐Complexo de Esportes e Lazer Francisco Canola Teixeira ☐ durante a 37ª Festa Pomerana - 2019, em caráter oneroso, para oferecimento de tour turísticas pela área central do Município. ☐

Leia-se: "Autorizar o uso por particulares proprietários de charretes, de Espaço Público no ☐Complexo de Esportes e Lazer Francisco Canola Teixeira ☐ durante a 37ª Festa Pomerana - 2020, em caráter oneroso, para oferecimento de tour turísticas pela área central do Município. ☐ Pomerode (SC), 14 de janeiro de 2020.

ERCIO KRIEK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO 008 / 2020 FUNPEEL

Publicação Nº 2310128

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS, ESPORTE E LAZER - FUNPEEL
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 008 / 2020 - FUNPEEL

Processo Administrativo n.º 013 / 2019. Pregão Presencial n.º 008 / 2019 – FUNPEEL. Contratante: FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS, ESPORTE E LAZER DE POMERODE - FUNPEEL. Contratada: ANJOS DA VIDA SAÚDE – SERVIÇOS MÓVEIS DE ATENDIMENTOS A URGÊNCIAS LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PRONTO SOCORRO MÓVEL DE EMERGÊNCIAS E URGÊNCIAS MÉDICAS, COMPREENDENDO O TRANSPORTE, REMOÇÃO E ATENDIMENTO DE PACIENTES ATRAVÉS DE AMBULÂNCIA DE SUPORTE AVANÇADO CLASSE "D" – UTI MÓVEL, COM ACOMPANHAMENTO DE MÉDICO(A), ENFERMEIRO(A) E MOTORISTA, PARA ATENDIMENTO DO PÚBLICO EM GERAL DURANTE A 37ª FESTA POMERANA – EDIÇÃO 2020, A REALIZAR-SE DE 15 A 26 DE JANEIRO DE 2020, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS. Prazo de vigência: 08/01/2020 até 31/01/2020. Valor Total: R\$21.000,00 (VINTE E UM MIL REAIS). Ass.: Arlindo Ewald, Presidente da Fundação Promotora de Eventos, Esporte e Lazer de Pomerode – FUNPEEL – Contratante / Patricia Melz, Responsável legal, Anjos da Vida Saúde – Serviços Móveis de Atendimentos a Urgências LTDA - Contratada.

Pomerode / SC, 07 de Janeiro de 2020.

ARLINDO EWALD
Presidente da Fundação Promotora de Eventos, Esporte e Lazer de Pomerode - FUNPEEL

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 010 / 2020 FUNPEEL

Publicação Nº 2309830

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS, ESPORTE E LAZER - FUNPEEL
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 010 / 2020 - FUNPEEL

Contratante: FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS, ESPORTE E LAZER DE POMERODE - FUNPEEL. Contratada: DISTRIBUIDORA POLO SUL. Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE CLIMATIZAÇÃO E VENTILADORES PARA A 37ª FESTA POMERANA - EDIÇÃO 2020, A REALIZAR-SE DE 15 A 26 DE JANEIRO DE 2020. Prazo de vigência: 09/01/2020 até 31/01/2020. Valor Total: R\$ 17.530,00 (dezesete mil quinhentos e trinta reais). Ass.: Arlindo Ewald, Presidente da Fundação Promotora de Eventos, Esporte e Lazer de Pomerode – FUNPEEL – Contratante / Irineu Antônio Bona Junior, Responsável legal, Distribuidora Polo Sul - Contratada.

Pomerode / SC, 10 de janeiro de 2020.

ARLINDO EWALD
Presidente da Fundação Promotora de Eventos, Esporte e Lazer de Pomerode - FUNPEEL

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 011 / 2020 FUNPEEL

Publicação Nº 2309833

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS, ESPORTE E LAZER - FUNPEEL
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 011 / 2020 - FUNPEEL

Processo Administrativo n.º 015 / 2019 FUNPEEL. Pregão Presencial n.º 010 / 2019 FUNPEEL. Contratante: FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS, ESPORTE E LAZER DE POMERODE - FUNPEEL. Contratada: MULTI SHOW FOGOS E SHOWS PIROTÉCNICOS LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SHOW PIROTÉCNICO, COM FORNECIMENTO DE FOGOS DE ARTIFÍCIO, A REALIZAR-SE NO DIA 21 DE JANEIRO DE 2020, DURANTE A 37ª FESTA POMERANA, DATA EM QUE O MUNICÍPIO DE POMERODE COMEMORA O 61º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS. Prazo de vigência: 13/01/2020 até 31/01/2020. Valor Total: R\$25.000,00 (Vinte e cinco mil reais). Ass.: Arlindo Ewald, Presidente da Fundação Promotora de Eventos, Esporte e Lazer de Pomerode – FUNPEEL – Contratante / João Batista Scalvin, Responsável legal, Multi Show Fogos e Shows Pirotécnicos Ltda - Contratada.

Pomerode / SC, 13 de Janeiro de 2020.

ARLINDO EWALD
Presidente da Fundação Promotora de Eventos, Esporte e Lazer de Pomerode - FUNPEEL

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 001 / 2020 - FUNPEEL

Publicação Nº 2310633

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS, ESPORTE E LAZER - FUNPEEL
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 001 / 2020 - FUNPEEL

Processo Administrativo n.º 001 / 2020 - FUNPEEL. Contratante: FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS, ESPORTE E LAZER DE POMERODE - FUNPEEL. Contratada: ASSOCIAÇÃO DOS MÚSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE - AMUSPE. Objeto: CONTRATAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS MÚSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE – AMUSPE, REPRESENTANTE DOS GRUPOS ARTÍSTICOS QUE SE APRESENTARÃO ENTRE OS DIAS 15 E 26 DE JANEIRO DE 2020, NA EDIÇÃO DA 37ª FESTA POMERANA, ESTANDO INCLUSO O PAGAMENTO DA TAXA ECAD, REFERENTE AOS DIREITOS AUTORAIS DA EXECUÇÃO PÚBLICA MUSICAL. Prazo de execução: Durante a 37ª Festa Pomerana, de 15 a 26 de Janeiro de 2020. Valor Total Contratado: R\$478.939,32 (quatrocentos e setenta e oito mil, novecentos e trinta e nove reais e trinta e dois centavos). Base Legal: Artigo 25, Inciso III da Lei Federal n.º 8.666/1993. Justificativa: As atividades turísticas e culturais são inviáveis de competição, pois exprimem a cultura da comunidade local, sendo esse o maior patrimônio da Festa Pomerana. Infere-se que o maior atrativo da festividade é o seu caráter cultural, ou seja, suas bandas, seus grupos folclóricos, suas competições típicas, que devidamente caracterizado como questões artísticas e culturais, uma vez que a tradição das festas se encontra consagrada aos olhos de todos, pela publicidade em função do lado cultural e turístico das atividades mencionadas. As bandas e duplas selecionadas para este evento são associadas à AMUSPE e são conhecidas pela música alemã que possuem em seu repertório. São bandas e duplas reconhecidas no Vale do Itajaí e pela opinião pública e possuem preços compatíveis com os praticados no mercado de shows e eventos, justificando-se assim este procedimento, via inexigibilidade de licitação, conforme o disposto no Artigo 25, Inciso III da Lei Federal n.º 8.666/1993.

Pomerode / SC, 13 de Janeiro de 2020.

ARLINDO EWALD
Presidente da Fundação Promotora de Eventos, Esporte e Lazer de Pomerode - FUNPEEL

PORTARIA 25.986

Publicação Nº 2309738

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
RUA 15 DE NOVEMBRO, N.º525 – CENTRO | Pomerode/SC | CEP 89.107-000
Fone: (47) 3387-7229 | CNPJ: 83.102.251/0001-0PORTARIA Nº 25.986

DESIGNA CLÁUDIO MARCOS KRUEGER PARA ATUAR COMO FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 013 / 2019 SAÚDE.

O Prefeito Municipal ERCIO KRIEK, considerando a Secretária do Fundo de Saúde, LIGIA HOEPFNER, Gestor de Contrato – Processo Administrativo nº 011 / 2019 SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e em observância ao disposto no Decreto nº 3721/2019, de 09 de setembro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, a partir de 06 de Janeiro de 2020, servidor CLÁUDIO MARCOS KRUEGER, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, matrícula 566065, para atuar como Fiscal do Contrato Administrativo nº 013 / 2019 SAÚDE, entre a Empresa RP COMERCIAL LTDA e a Secretaria de Saúde.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Pomerode / SC, em 06 de Janeiro de 2020.

ERCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Declaro- me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

CLÁUDIO MARCOS KRUEGER

Engenheiro Civil

PORTARIA 25.987

Publicação Nº 2309753

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

RUA 15 DE NOVEMBRO, N.º525 – CENTRO | Pomerode/SC | CEP 89.107-000

Fone: (47) 3387-7229 | CNPJ: 83.102.251/0001-0PORTARIA Nº 25.987

DESIGNA CLÁUDIO MARCOS KRUEGER PARA ATUAR COMO FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 014 / 2019 e Nº 015 / 2019 SAÚDE.

O Prefeito Municipal ERCIO KRIEK, considerando a Secretária do Fundo de Saúde, LIGIA HOEPFNER, Gestor de Contrato – Processo Administrativo nº 013 / 2019 SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e em observância ao disposto no Decreto nº 3721/2019, de 09 de setembro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, a partir de 06 de Janeiro de 2020, servidor CLÁUDIO MARCOS KRUEGER, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, matrícula 566065 para atuar como Fiscal do Contrato Administrativo nº 014 / 2019 SAÚDE Empresa COMERCIAL VITÓRIA LTDA e Contrato Administrativo nº 015 / 2019 SAÚDE Empresa MOVER ACESSIBILIDADE LTDA firmado com a Secretaria de Saúde.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Pomerode / SC, em 06 de Janeiro de 2020.

ERCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Declaro- me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

CLÁUDIO MARCOS KRUEGER

Engenheiro Civil

PORTARIA 26.007

Publicação Nº 2309765

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

RUA 15 DE NOVEMBRO, N.º525 – CENTRO | Pomerode/SC | CEP 89.107-000

Fone: (47) 3387-7229 | CNPJ: 83.102.251/0001-0PORTARIA Nº 26.007

DESIGNA GEROLD ROLAND WETZSTEIN PARA ATUAR COMO FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 005 / 2020 FUNPEEL.

O Presidente da Fundação Promotora de Eventos, Esporte e Lazer – FUNPEEL, ARLINDO EWALD, Gestor de Contrato – Processo Administrativo nº 007 / 2019 FUNPEEL, no uso de suas atribuições legais e em observância ao disposto no Decreto nº 3721/2019, de 09 de setembro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, a partir de 08 de Janeiro de 2020, servidor GEROLD ROLAND WETZSTEIN, ocupante do cargo de Gerente de Compras,

matrícula 123650, para atuar como Fiscal do Contrato Administrativo nº 005 / 2020 FUNPEEL Empresa Roberta Luiza Franchin 84487003920, firmado com a Fundação Promotora de Eventos, Esporte e Lazer – FUNPEEL.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Pomerode / SC, em 08 de Janeiro de 2020.

ARLINDO EWALD

Presidente da Fundação Promotora de Eventos,
Esporte e Lazer de Pomerode - FUNPEEL

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Declaro- me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

GEROLD ROLAND WETZSTEIN

Gerente de Compras

PORTARIA 26.010

Publicação Nº 2309641

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

RUA 15 DE NOVEMBRO, N.º525 – CENTRO | Pomerode/SC | CEP 89.107-000

Fone: (47) 3387-7229 | CNPJ: 83.102.251/0001-0PORTARIA Nº 26.010

DESIGNA MOACIR BAUMANN PARA ATUAR COMO FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 007 / 2020 FUNPEEL.

O Presidente da Fundação Promotora de Eventos, Esporte e Lazer – FUNPEEL, ARLINDO EWALD, Gestor de Contrato – Processo Administrativo nº 012 / 2019 FUNPEEL, no uso de suas atribuições legais e em observância ao disposto no Decreto nº 3721/2019, de 09 de setembro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, a partir de 08 de Janeiro de 2020, servidor MOACIR BAUMANN, ocupante do cargo de Diretor de Licitações, matrícula 287407, para atuar como Fiscal do Contrato Administrativo nº 007 / 2020 FUNPEEL, entre a Empresa Dickel & Dickel Comércio de Bebidas e Organização de Eventos LTDA e a Fundação Promotora de Eventos, Esporte e Lazer – FUNPEEL.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Pomerode / SC, em 08 de Janeiro de 2019.

ARLINDO EWALD

Presidente da Fundação Promotora de Eventos,
Esporte e Lazer de Pomerode - FUNPEEL

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Declaro- me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

MOACIR BAUMANN

Diretor de Licitações

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 013 / 2019 - ATA DE RECEBIMENTO E ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Publicação Nº 2310644

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 131 / 2019

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 013 / 2019

ATA DE RECEBIMENTO E ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Às catorze horas (14h00min.) do décimo terceiro dia do mês de Janeiro do ano de dois mil e vinte (13/01/2020) na sala de licitações do MUNICÍPIO DE POMERODE, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pela Portaria n.º 26.004/2020 e suas alterações. Participaram do certame as seguintes licitantes:

Cód. Participante	Nome
82783	CONSTRUTORA STEIN LTDA.
327840	EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA
431753	EMPREITEIRA K J LTDA
455563	SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA
502499	J.J.R. CONSTRUÇÕES E EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA EIRELI
555010	CERTA CONSULTORIA TÉCNICA E ENGENHARIA EIRELI
607720	DBM COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI
625167	RAFAEL DE ANDRADE

Da análise dos documentos de Habilitação exigidos no instrumento convocatório, verificou-se:

- Empresa SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

Apresentou vencido o Certificado de Registro Cadastral do Município de Pomerode (Item 6.1.5, "a" do edital), razão pela qual, fica INABILITADA a Empresa no CERTAME. Cabe registrar que o item faltante não faz parte dos benefícios previstos pela Lei Complementar n.º 123/2006, por trata-se de qualificação técnica.

- Empresa J.J.R. CONSTRUÇÕES E EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA EIRELI

Apresentou vencida a Certidão Conjunta Negativa (ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa) de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União (Item 6.1.3, "b" do edital), contudo comprovou ser Microempresa, razão pela qual, fica a licitante beneficiada pela Lei Complementar n.º 123/2006. Desta forma, caso a empresa seja declarada vencedora do certame, deverá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, apresentar o devido documento fiscal vigente.

Pelas licitantes J.J.R. CONSTRUÇÕES E EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA EIRELI e CERTA CONSULTORIA TÉCNICA E ENGENHARIA EIRELI foi apresentada Certidão de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial emitida apenas pelo sistema do e-saj. Pelo sistema e-proc foi emitido a Certidão Cível, ou seja, não é documento correto. Contudo, conforme o Ofício Circular n.º 055/2019 emitido pela Federação Catarinense de Municípios – FECAM, nesses casos a Comissão Permanente de Licitações NÃO deverá promover a imediata inabilitação e sim, proceder diligência junto ao sistema do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina - TJSC, com a emissão do devido documento, caso seja necessário. Assim foi procedido, sendo o documento imediatamente emitido e vistado por todos os licitantes presentes.

Desta forma, verificou-se que as Empresas CONSTRUTORA STEIN LTDA, EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA, EMPREITEIRA K J LTDA, J.J.R. CONSTRUÇÕES E EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA EIRELI (com restrições), CERTA CONSULTORIA TÉCNICA E ENGENHARIA EIRELI, DBM COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI e RAFAEL DE ANDRADE apresentaram sua documentação em conformidade com as exigências editalícias, razão pela qual, a Comissão Permanente de Licitações declara as licitantes HABILITADAS no certame.

Por conseguinte, em virtude da INABILITAÇÃO acima e de acordo com os regramentos legais, a Comissão Permanente de Licitações SUSPENDE a presente sessão para eventual manifestação recursal por parte dos licitantes participantes.

Nada mais havendo a tratar após ser lida e aprovada será assinada e encerrada a presente ata.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

JOILSON MISS

Presidente da Comissão de Licitações

LILIANE NILZETE SILVEIRA

Secretária

RICARDO LUIZ WERNER

Membro

LICITANTES

VALDIR BENTO FALCHETTI

EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA

JONATHAN SOUTHER GARCIA

EMPREITEIRA J L LTDA

JAYME RODRIGUES MACEDO

CERTA CONSULTORIA TÉCNICA E ENGENHARIA EIRELI

RAFAEL DE ANDRADE

RAFAEL DE ANDRADE

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE**AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO 001-2020**

Publicação Nº 2310280

SAMAE POMERODE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 001/2020 EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO N.º 001/2020

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE SERVIÇOS DE (CAMINHÃO BASCULANTE $\frac{3}{4}$) COM MOTORISTA E MAQUINA RETROESCAVADEIRA COM OPERADOR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SETOR DE RECICLAGEM CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO EDITAL.

Local: Sala de licitações Samae Pomerode Avenida 21 de Janeiro nº2233 centro Pomerode SC

Entrega das propostas: 09h00min do dia 24/01/2020

Data da sessão pública: 09h00min do dia 24/01/2020

O Edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos nos seguintes endereços: Na página eletrônica WWW.pomerode.sc.gov.br ou www.samaepomerode.com.br Departamento de Licitações e Compras do SAMAE POMERODE Av. 21 de Janeiro Nº 2233 samae@samaepomerode.com.br ou pelo fone (47) 3387 2550.

Pomerode SC, 13 de Janeiro de 2020.

Ricardo Campestrini
Presidente do SAMAE

Ponte Serrada

PREFEITURA

AVISO DE PUBLICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1/2020 LEILOEIRO

Publicação Nº 2310407

AVISO DE PUBLICAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº1/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2020

ALCEU ALBERTO WRUBEL - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL COM O OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA, DEVIDAMENTE CREDENCIADOS PELA JUNTA COMERCIAL, NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA NA ESTRUTURAÇÃO DE LEILÕES PÚBLICOS, PRESENCIAIS OU ELETRÔNICOS, PARA PREPARAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E CONDUÇÃO DE LEILÃO PÚBLICO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA SEM CUSTO AO CONTRATANTE, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA. O julgamento será por MELHOR PROPOSTA Recebimento dos Envelopes até às 08:00 horas e 15 minutos (horário de Brasília) do dia 28/01/2020. Abertura da Sessão às 08h30min horas (horário de Brasília) do dia 28/01/2020. Informações Complementares: Demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 7 às 11h30 e das 13 às 17 horas, pelo e-mail compras@ponteserrada.sc.gov.br e licitacao@ponteserrada.sc.gov.br ou pelo telefone (0XX49) 34356000. Ponte Serrada, 13 de Janeiro de 2020.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO 1 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Publicação Nº 2309708

Município de Ponte Serrada - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	32.800.000,00	32.800.000,00	8.385.711,64	25,57	36.405.267,12	110,99	-3.605.267,12
RECEITAS CORRENTES	32.774.000,00	32.774.000,00	7.159.734,79	21,85	33.865.644,17	103,33	-1.091.644,17
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	2.990.960,00	2.990.960,00	527.297,49	17,63	3.272.758,63	109,42	-281.798,63
IMPOSTOS	2.429.010,00	2.429.010,00	466.675,68	19,21	2.615.210,42	107,67	-186.200,42
TAXAS	532.550,00	532.550,00	60.621,81	11,38	657.278,21	123,42	-124.728,21
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	29.400,00	29.400,00	0,00	0,00	270,00	0,92	291,00
CONTRIBUIÇÕES	441.000,00	441.000,00	73.742,12	16,72	47.848,55	108,50	-37.488,55
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	441.000,00	441.000,00	73.742,12	16,72	47.848,55	108,50	-37.488,55
RECEITA PATRIMONIAL	249.115,00	249.115,00	14.453,58	5,80	11.512,93	46,21	133.991,07
VALORES MOBILIÁRIOS	249.115,00	249.115,00	14.453,58	5,80	11.512,93	46,21	133.991,07
RECEITA AGROPECUÁRIA	70.350,00	70.350,00	7.730,84	10,99	29.574,11	42,04	40.775,89
RECEITA DE SERVIÇOS	149.850,00	149.850,00	13.759,08	9,18	13.759,08	9,18	136.090,92
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	143.850,00	143.850,00	0,00	0,00	0,00	0,00	143.850,00
OUTROS SERVIÇOS	6.000,00	6.000,00	13.759,08	229,32	13.759,08	229,32	-7.759,08
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	28.266.000,00	28.266.000,00	6.454.513,90	22,83	29.490.458,44	104,33	-1.224.458,44
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	13.697.800,00	13.697.800,00	3.834.441,83	27,99	14.193.004,85	103,62	-495.204,85
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	8.568.200,00	8.568.200,00	1.566.010,35	18,16	9.338.553,89	108,99	-770.353,89
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	0,00	0,00	25.549,39	0,00	81.360,33	0,00	-81.360,33
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	6.000.000,00	6.000.000,00	1.038.512,33	17,31	5.877.539,37	97,96	122.460,63
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATAS E JUDICIAIS	606.725,00	606.725,00	88.237,78	11,25	46.548,43	76,72	141.243,57
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	106.300,00	106.300,00	13.000,08	12,23	130.292,58	122,57	-23.992,58
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	26.250,00	26.250,00	0,00	0,00	41.265,81	157,20	-15.015,81
RECEITAS DE CAPITAL	474.175,00	474.175,00	55.237,70	11,65	293.923,04	61,99	180.251,96
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	2.539.822,95	9.767,78	-2.539.822,95
ALIENAÇÃO DE BENS MOVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	17.475,00	0,00	-17.475,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	26.000,00	26.000,00	1.225.976,85	4,715,30	17.475,00	0,00	-17.475,00
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	13.000,00	13.000,00	1.225.976,85	9,430,59	2.364.872,95	18,191,33	-2.351.872,95
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	13.000,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	32.800.000,00	32.800.000,00	8.385.711,64	25,57	36.405.267,12	110,99	-3.605.267,12
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Ponte Serrada - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	32.800.000,00	32.800.000,00	8.385.711,64	25,57	36.405.267,12	110,99	-3.605.267,12
DEFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL VII = (V + VI)	32.800.000,00	32.800.000,00	8.385.711,64	25,57	36.405.267,12	110,99	-3.605.267,12
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	7.059.784,62	—	—	7.059.784,62	—	—
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	—	—	—	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	—	7.059.784,62	—	—	7.059.784,62	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ² (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	32.800.000,00	40.353.949,43	5.682.004,47	37.018.846,92	3.335.102,51	7.069.943,91	36.216.956,22	4.136.993,21	35.901.763,75	801.890,70
DESPESAS CORRENTES	30.967.337,90	33.852.388,00	5.233.331,22	31.969.361,17	1.883.026,83	6.415.468,88	31.944.100,91	1.908.287,09	31.666.887,70	25.260,26
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	18.502.539,00	18.048.654,77	4.107.600,24	17.492.376,74	556.278,03	4.110.551,24	17.492.376,74	556.278,03	17.260.037,98	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	180.500,00	146.580,00	21.653,88	144.268,24	2.311,76	22.178,19	144.268,24	2.311,76	144.268,24	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.284.298,50	15.657.153,23	1.104.077,10	14.332.716,19	1.324.437,04	2.282.729,45	14.307.455,93	1.349.697,30	14.282.581,48	25.280,26
DESPESAS DE CAPITAL	1.811.662,50	6.480.561,43	448.673,25	5.049.485,75	1.431.075,68	654.485,03	4.272.855,31	2.207.706,12	4.234.876,05	776.630,44
INVESTIMENTOS	1.370.162,50	6.005.141,43	374.824,30	4.575.567,85	1.428.573,58	575.334,78	3.798.937,41	2.206.204,02	3.760.958,15	776.630,44
INVERSOES FINANCEIRAS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	440.500,00	474.420,00	73.848,95	473.917,90	502,10	79.150,25	473.917,90	502,10	473.917,90	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	21.000,00	21.000,00	0,00	0,00	21.000,00	0,00	0,00	21.000,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	21.000,00	21.000,00	0,00	0,00	21.000,00	0,00	0,00	21.000,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	32.800.000,00	40.353.949,43	5.682.004,47	37.018.846,92	3.335.102,51	7.069.943,91	36.216.956,22	4.136.993,21	35.901.763,75	801.890,70
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Ponte Serrada - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS²
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre			
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	32.800.000,00	40.353.949,43	5.682.004,47	37.018.846,92	3.335.102,51	7.069.943,91	36.216.956,22	4.136.993,21	35.901.763,75	801.890,70
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	188.310,90	—	503.503,37	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	32.800.000,00	40.353.949,43	5.682.004,47	37.018.846,92	—	7.069.943,91	36.405.267,12	—	36.405.267,12	801.890,70
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—	—

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 2.364.872,95

Ponte Serrada, 13/01/2020

ALCEU ALBERTO WRUBEL

PREFEITO MUNICIPAL

LIANE BERGMAIER

CONTADORA

ANEXO 1- DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

Publicação Nº 2309732

Município de Ponte Serrada - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2019 A DEZEMBRO/2019

RdF - ANEXO 1 (LRF, art. 35, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)											
	LÍQUIDAS											
	Jan/2019	Fev/2019	Mar/2019	Abr/2019	Mai/2019	Jun/2019	Jul/2019	Ago/2019	Set/2019	Out/2019	Nov/2019	Dez/2019
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.152.662,33	1.258.734,73	1.355.167,98	1.335.814,66	1.324.022,38	1.380.794,27	1.362.933,46	1.352.444,93	1.362.065,19	1.379.702,54	1.391.405,57	2.719.145,67
Pessoal Ativo	1.072.062,27	1.176.155,27	1.274.885,92	1.255.055,20	1.245.445,92	1.280.274,92	1.260.742,42	1.270.233,89	1.279.894,15	1.297.511,50	1.307.878,90	2.595.357,41
Verbas Fixas	890.377,93	974.903,99	1.051.378,93	1.033.250,93	1.012.129,23	1.055.862,83	1.055.634,16	1.047.143,92	1.054.837,81	1.073.302,69	1.078.022,18	2.127.311,32
Verbas Variáveis	181.705,14	203.251,68	223.209,59	221.784,27	231.313,69	224.231,98	225.108,26	223.109,97	225.266,34	224.238,81	229.856,42	429.046,09
Obrigações Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios Previdenciários	80.579,46	80.579,46	80.579,46	80.579,46	80.579,46	80.579,46	80.579,46	80.579,46	80.579,46	80.579,46	80.579,46	162.788,26
Pessoal Inativo e Pensionistas	80.579,46	80.579,46	80.579,46	80.579,46	80.579,46	80.579,46	80.579,46	80.579,46	80.579,46	80.579,46	80.579,46	162.788,26
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos tercoais ou contratação forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPLETADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aluno de permanência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I) + (II)	1.152.662,33	1.258.734,73	1.355.167,98	1.335.814,66	1.324.022,38	1.380.794,27	1.362.933,46	1.352.444,93	1.362.065,19	1.379.702,54	1.391.405,57	2.719.145,67
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL												
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	33.885.644,17	-										
Transfereências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	470.000,00											
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	33.385.644,17											
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = III + V - VI	51,97											
LIMITE MÁXIMO (VIII) (cincos II e III, art. 20 da LRF)	20.037.385,50											
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	19.035.517,18											
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	18.033.647,95											

Publicação Nº 2309723

RRERO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)				SALDO (c) = (a-b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)		5.250,00	175.468,23				-170.218,23
Receita de Alienação De Bens Móveis		0,00	174.750,00				-174.750,00
Receita de Alienação De Bens Imóveis		0,00	0,00				0,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras		5.250,00	718,23				4.531,77

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h)=(d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)							
Despesas de Capital	5.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.250,00
Investimentos	5.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.250,00
							5.250,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2018 (i)	Em 2019 (j) = (Ib - (IIf + IIg))	SALDO ATUAL (k) = (III + IIIf)
Valor(III)	0,00		175.468,23

FONTE:

Ponte Serrada, 13/01/2020

ALCEU ALBERTO WRUBEL	LIANE BERGMAIER
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADORA

ANEXO 12 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Publicação Nº 2309726

Município de Ponte Serrada - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)		R\$ 1,00					
RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
				Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	2.429.010,00	2.429.010,00	2.615.210,42	107,67		
	Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	525.000,00	525.000,00	520.630,97	99,17		
	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	126.000,00	126.000,00	220.839,78	175,27		
	Imposto sobre Renda Retido na Fonte - IRRF	1.300.000,00	1.300.000,00	1.051.206,73	80,86		
	Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	360.000,00	360.000,00	640.284,58	177,85		
	Divida Ativa dos Impostos	21.105,00	21.105,00	10.712,86	50,76		
	Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	71.550,00	71.550,00	103.888,27	145,20		
	Multas, Juros de Mora e Outros Encargos das Dívidas Ativas	25.355,00	25.355,00	67.667,23	266,88		
	RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	20.428.000,00	20.428.000,00	20.555.029,08	100,62		
	Cota-Parte FPM	10.500.000,00	10.500.000,00	9.886.445,96	94,16		
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS PROVENIENTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS	Cota-Parte ITR	126.000,00	126.000,00	260.906,46	207,07		
	Cota-Parte IPVA	1.155.000,00	1.155.000,00	1.180.276,43	102,19		
	Cota-Parte ICMS	8.500.000,00	8.500.000,00	9.110.692,32	107,18		
	Cota-Parte IPI-Exportação	115.500,00	115.500,00	116.707,91	101,05		
	Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	31.500,00	31.500,00	0,00	0,00		
	Desoneração ICMS (LC 87/96)	31.500,00	31.500,00	0,00	0,00		
	TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	22.857.010,00	22.857.010,00	23.170.239,50	101,37		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	Provenientes da União	218.400,00	218.400,00	466.420,52	213,56		
	Provenientes dos Estados	100.800,00	100.800,00	78.257,91	77,64		
	RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	117.600,00	117.600,00	388.162,61	330,07		
	OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		71.600,00	71.600,00	21.540,72	30,08		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		290.000,00	290.000,00	487.961,24	168,26		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
DESPESAS CORRENTES		7.538.189,00	8.438.603,65	7.773.137,50	92,11	92,08	3.119,60
Pessoal e Encargos Sociais		4.245.789,00	4.213.498,62	4.166.576,49	98,89	98,89	0,00
Outras Despesas Correntes		3.292.400,00	4.225.105,03	3.606.561,01	85,36	85,29	3.119,60

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Ponte Serrada - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100	
		8.438.603,65	7.773.137,50	92,11	7.770.017,90	92,08	3.119,60
DESPESAS DE CAPITAL	764.212,50	1.105.887,84	285.882,33	25,85	210.825,83	19,06	75.056,50
Investimentos	764.212,50	1.105.887,84	285.882,33	25,85	210.825,83	19,06	75.056,50
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	8.302.401,50	9.544.491,49	8.059.019,83	84,44	7.980.843,73	83,62	78.176,10
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/Vg)*100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	3.334.500,00	4.628.000,65	466.420,52	5,79	466.420,52	5,84	-466.420,52
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	3.334.500,00	4.628.000,65	466.420,52	5,79	466.420,52	5,84	-466.420,52
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	118.589,34	118.589,34	1,47	118.589,34	1,49	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	3.334.500,00	4.746.589,99	585.009,86	7,26	585.009,86	7,33	-466.420,52
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	4.967.901,50	4.797.901,50	7.474.009,97	92,74	7.395.833,87	92,67	544.596,62
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS							
(VII%) = (VIIh / IIIB x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4			32,26				
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VIIh) - (15 x IIIB)/100]			3.998.474,05				

Continua 2/4



Continuação 3/4

Município de Ponte Serrada - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA		INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
				Até o Bimestre (l) % (l/Total l) *100	Até o Bimestre (m) % (m/Total m) *100	
Inscritos em 2018		0,00	4.325,00	0,00	-4.325,00	0,00
TOTAL		0,00	4.325,00	0,00	-4.325,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2018		4.325,00	0,00		4.325,00	
TOTAL (VIII)		4.325,00	0,00		4.325,00	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
		LIMITE NÃO CUMPRIDO			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			
		-	-		-	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA			
Atenção Básica		8.301.401,50	9.543.491,49	8.059.019,83	100,00	78.176,10
Outras Subfunções		1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		8.302.401,50	9.544.491,49	8.059.019,83	100,00	78.176,10

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE:

4Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "H" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
3 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "H" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de Ponte Serrada - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Ponte Serrada, 13/01/2020

ALCEU ALBERTO WRUBEL
PREFEITO MUNICIPAL

LIANE BERGMAIER
CONTADORA

ANEXO 13 - DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS

Publicação Nº 2309729

Município de Ponte Serrada - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2019		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	
				R\$ 1,00

NADAA DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028

NADAA DECLARAR

FONTE:

Ponte Serrada, 13/01/2020

ALCEU ALBERTO WRUBEL
PREFEITO MUNICIPAL

LIANE BERGMAIER
CONTADORA

ANEXO 14 - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Publicação Nº 2309731

Município de Ponte Serrada - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre	
RECEITAS			
Previsão Inicial		32.800.000,00	
Previsão Atualizada		32.800.000,00	
Receitas Realizadas		36.405.267,12	
Déficit Orçamentário		0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		7.059.784,62	
DESPESAS			
Dotação Inicial		32.800.000,00	
Créditos Adicionais		7.553.949,43	
Dotação Atualizada		40.353.949,43	
Despesas Empenhadas		37.018.846,92	
Despesas Liquidadas		36.216.956,22	
Despesas pagas		35.901.763,75	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		801.890,70	
Superavit Orçamentário		188.310,90	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		37.018.846,92	
Liquidadas		36.216.956,22	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		801.890,70	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida		33.865.644,17	
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO			
Receitas Previdenciárias Realizadas		2.364.872,95	
Despesas Previdenciárias Empenhadas		0,00	
Resultado Previdenciário		2.364.872,95	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO			
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00	
Despesas Previdenciárias Empenhadas		0,00	
Resultado Previdenciário		0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		0,00	407.938,97
Resultado Primário		0,00	425.396,42
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS			
EXECUTIVO	299.828,71	7.289,67	292.539,04
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS			
EXECUTIVO	288.630,12	0,00	288.630,12
TOTAL:	588.458,83	7.289,67	581.169,16
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		6.668.228,85	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		4.093.454,33	60%

Continua 1/2

Município de Ponte Serrada - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			0,00	
Despesa de Capital Líquida			5.049.485,75	1.431.075,68
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2019	2029	2039	2054
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			174.750,00	-174.750,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	5.250,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	7.474.009,97	15,00		32,26
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Ponte Serrada, 13/01/2020

ALCEU ALBERTO WRUBEL
PREFEITO MUNICIPAL

LIANE BERGMAIER
CONTADORA

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

Publicação Nº 2309734

MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	4.468.057,18	4.419.203,76	3.795.648,41	4.186.297,29
Disponibilidade de Caixa	4.468.057,18	4.419.203,76	3.795.648,41	4.186.297,29
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.756.687,30	5.136.393,43	4.800.882,99	4.501.489,76
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	288.630,12	717.189,67	1.005.234,58	315.192,47
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-4.468.057,18	-4.419.203,76	-3.795.648,41	-4.186.297,29
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	31.056.553,66	31.566.078,46	31.921.195,80	33.865.644,17
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-14,39%	-14,00%	-11,89%	-12,36%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	37.267.864,39	37.879.294,15	38.305.434,96	40.638.773,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	33.541.077,95	34.091.364,74	34.474.891,46	36.574.895,70
<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	100.896,99	304.716,95	195.988,77	102.157,99
RP NÃO-PROCESSADOS	299.828,71	3.904.950,85	3.346.741,25	801.890,70
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LC 151/2015	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada". Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero".

2. Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos".

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019

Continuação 2/2

FONTE:

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO-SUBFUNÇÃO

Publicação Nº 2309709

Município de Ponte Serrada - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)										RS 1,1
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)			
										% (b/total b)
DESPESAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (I)	32.800.000,00	40.353.949,43	5.682.004,47	37.018.846,92	3.335.102,51	7.069.943,91	36.216.956,22	4.136.993,21	801.860,70	
Legislativa	1.512.000,00	1.664.413,43	166.413,43	1.046.535,40	2,83	174.327,43	1.046.535,40	165.464,60	0,00	
Ação Legislativa	1.512.000,00	1.212.000,00	166.413,43	1.046.535,40	2,83	165.464,60	1.046.535,40	165.464,60	0,00	
Administração	2.828.550,00	2.887.693,00	370.867,54	2.847.562,88	7,69	40.130,12	2.847.562,88	40.130,12	0,00	
Administração Geral	2.702.550,00	2.722.550,00	372.427,66	2.693.980,25	7,28	28.569,75	2.693.980,25	28.569,75	0,00	
Administração Financeira	126.000,00	165.143,00	-1.580,12	153.582,63	0,41	11.560,37	153.582,63	11.560,37	0,00	
Segurança Pública	190.100,00	284.239,75	44.246,34	241.936,99	0,65	58.519,35	241.056,99	43.182,76	880,00	
Policamento	73.100,00	167.239,75	26.695,67	131.396,41	0,35	35.843,34	131.396,41	35.843,34	0,00	
Defesa Civil	117.000,00	117.000,00	17.550,67	110.540,58	0,30	31.823,68	109.660,58	7.339,42	880,00	
Assistência Social	2.352.580,00	3.269.573,26	465.315,64	2.975.679,41	8,04	293.893,85	2.798.136,96	470.436,30	176.542,45	
Assistência ao Idoso	30.000,00	30.000,00	0,00	29.946,12	0,08	53,88	29.946,12	53,88	0,00	
Assistência à Criança e ao Adolescente	11.000,00	11.000,00	0,00	5.390,00	0,01	0,00	5.390,00	5.620,00	0,00	
Assistência Comunitária	2.311.580,00	3.228.573,26	465.315,64	2.940.353,29	7,94	521.195,88	2.763.810,84	464.762,42	176.542,45	
Saúde	8.849.426,50	10.225.921,31	1.319.182,66	8.654.429,48	23,38	1.773.837,77	8.576.253,38	1.646.667,93	78.176,10	
Atenção Básica	8.301.401,50	9.543.491,49	1.265.048,96	8.059.019,83	21,77	1.719.704,07	7.990.343,73	1.562.847,76	78.176,10	
Alimentação e Nutrição	542.025,00	676.429,82	54.133,70	595.409,65	1,61	81.020,17	595.409,65	81.020,17	0,00	
Abastecimento	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	
Educação	9.545.687,50	11.973.041,89	2.134.428,41	11.406.593,16	30,81	566.458,73	11.306.821,16	666.220,73	99.762,00	
Erisno Fundamental	6.393.687,50	8.784.041,89	1.735.744,43	8.275.624,70	22,36	508.417,19	8.175.892,70	608.179,19	99.762,00	
Erisno Médio	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Erisno Superior	12.000,00	80.000,00	0,00	80.000,00	0,22	0,00	80.000,00	0,00	0,00	
Educação Infantil	3.119.000,00	3.079.000,00	398.715,54	3.020.990,02	8,16	58.009,98	3.020.990,02	58.009,98	0,00	
Educação de Jovens e Adultos	41.000,00	30.000,00	-31,56	29.968,44	0,08	-31,56	29.968,44	31,56	0,00	
Cultura	111.500,00	111.500,00	173,01	111.257,83	0,30	23.530,14	111.257,83	242,17	0,00	
Diffusão Cultural	111.500,00	111.500,00	173,01	111.257,83	0,30	242,17	111.257,83	242,17	0,00	
Urbanismo	994.150,00	1.434.992,34	97.815,38	1.330.188,73	3,59	104.803,61	1.306.928,07	126.064,27	21.260,66	
Infra-Estrutura Urbana	72.000,00	407.139,53	0,00	366.165,97	0,99	40.973,56	366.165,97	40.973,56	0,00	
Serviços Urbanos	886.100,00	941.100,00	75.138,72	904.885,10	2,44	36.214,90	904.885,10	36.214,90	0,00	
Transporte Rodoviário	36.050,00	86.752,81	22.676,66	59.137,86	0,16	27.815,15	37.877,00	48.875,81	21.260,66	
Habitação	7.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	
Habitação Urbana	7.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	
Saneamento	5.000,00	109.256,82	0,00	107.256,35	0,29	0,00	107.256,35	2.000,47	0,00	
Saneamento Básico Urbano	5.000,00	109.256,82	0,00	107.256,35	0,29	0,00	107.256,35	2.000,47	0,00	
Gestão Ambiental	6.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Preservação e Conservação Ambiental	6.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Agricultura	1.064.000,00	1.387.144,85	127.110,38	1.333.320,08	3,60	53.824,77	1.333.320,08	53.824,77	0,00	
Extensão Rural	1.064.000,00	1.387.144,85	127.110,38	1.333.320,08	3,60	53.824,77	1.333.320,08	53.824,77	0,00	
Indústria	17.500,00	17.500,00	10.076,00	15.576,00	0,04	10.076,00	15.576,00	1.924,00	0,00	
Promoção Industrial	17.500,00	17.500,00	10.076,00	15.576,00	0,04	10.076,00	15.576,00	1.924,00	0,00	
Comércio e Serviços	19.100,00	16.639,00	0,00	14.639,00	0,04	2.000,00	14.639,00	2.000,00	0,00	
Turismo	19.100,00	16.639,00	0,00	14.639,00	0,04	2.000,00	14.639,00	2.000,00	0,00	

Continua 1/:



3

2

Continuação 2/

Município de Ponte Serrada - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (d-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)											
Transporte	32.800.000,00	40.353.949,43	5.682.004,47	37.018.846,92	100,00	3.335.102,51	7.069.943,91	36.216.956,22	100,00	4.136.993,21	801.890,70
Transporte Rodoviário	2.929.406,00	3.572.649,16	505.255,45	3.442.412,01	9,30	130.237,15	542.895,75	3.442.412,01	9,50	130.237,15	0,00
Desporto e Lazer	304.000,00	1.749.298,05	96.199,95	1.433.685,21	3,87	315.612,84	273.289,54	1.008.415,72	2,78	740.882,33	425.269,49
Desporto Comunitário	304.000,00	1.749.298,05	96.199,95	1.433.685,21	3,87	315.612,84	273.289,54	1.008.415,72	2,78	740.882,33	425.269,49
Encargos Especiais	2.042.500,00	2.079.500,00	344.920,28	2.057.784,39	5,56	21.715,61	402.021,17	2.057.784,39	5,68	21.715,61	0,00
Outros Encargos Especiais	2.042.500,00	2.079.500,00	344.920,28	2.057.784,39	5,56	21.715,61	402.021,17	2.057.784,39	5,68	21.715,61	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	21.000,00	21.000,00	0,00	0,00	0,00	21.000,00	0,00	0,00	0,00	21.000,00	0,00
TOTAL (II) = (I + II)	32.800.000,00	40.353.949,43	5.682.004,47	37.018.846,92	100,00	3.335.102,51	7.069.943,91	36.216.956,22	100,00	4.136.993,21	801.890,70

FONTE:

Ponte Serrada, 13/01/2020

ALCEU ALBERTO WRUBEL
PREFEITO MUNICIPAL

LIANE BERGMAIER
CONTADORA

* Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

2

1

-

-

ANEXO 3 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Publicação Nº 2309710

Município de Ponte Serrada - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2019 A DEZEMBRO/2019

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												R\$ 1,00	
ESPECIFICAÇÃO		Jan/2019	Fev/2019	Mar/2019	Abr/2019	Mai/2019	Jun/2019	Jul/2019	Ago/2019	Sep/2019	Out/2019	Nov/2019	Dez/2019	TOTAL (ULT. 12 MES.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2019
RECEITAS CORRENTES (I)		2.831.555,09	3.126.822,78	2.840.813,07	3.333.458,48	3.245.158,06	2.738.991,71	3.083.145,92	2.938.808,83	2.978.006,20	2.988.325,41	2.987.988,98	4.933.574,39	37.976.638,92	36.859.600,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		146.030,43	163.465,03	296.318,73	667.340,05	409.838,74	176.750,05	176.033,54	291.049,61	146.816,65	269.788,31	220.055,66	307.241,83	3.272.758,63	2.990.900,00
I.P.T.U.		12.946,66	15.358,30	47.537,07	392.998,62	44.448,48	32.401,16	24.226,66	26.175,01	24.449,30	14.798,55	18.677,95	22.324,65	675.742,40	615.500,00
I.S.S.		91.747,13	83.353,32	78.986,21	78.243,45	108.461,49	78.747,29	98.086,13	69.462,76	82.794,32	120.147,89	101.592,53	88.699,72	1.078.302,24	1.308.250,00
I.T.B.I.		13.611,24	9.519,74	15.461,90	13.202,86	43.746,93	35.115,92	25.162,69	15.160,06	10.656,70	19.476,26	7.227,13	12.500,77	220.901,20	127.260,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		2.164,66	354,44	539,66	364,07	182.923,60	0,00	286,55	149.891,25	0,00	87.947,42	69.273,52	146.519,41	640.264,58	360.000,00
Contribuições		25.360,75	54.909,23	155.793,69	184.531,05	30.249,24	30.495,68	28.291,51	30.340,53	28.936,33	28.018,19	23.284,53	37.337,28	667.548,21	961.950,00
Receita Patrimonial		40.737,71	38.880,03	39.705,88	41.339,77	40.845,71	40.945,08	39.715,67	41.918,40	40.644,57	40.013,61	36.357,18	37.384,94	478.688,55	441.000,00
Rendimentos de Aplicação Financeira		10.001,34	9.357,67	8.926,28	10.429,98	11.070,15	9.440,48	12.581,17	9.705,44	8.954,02	10.203,82	7.057,71	7.395,87	115.123,93	248.115,00
Outras Receitas Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária		1.624,95	1.785,97	930,94	646,90	722,80	2.817,50	2.390,47	4.078,45	3.605,62	3.237,97	4.192,28	3.538,95	29.574,11	70.350,00
Receita Industrial		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes		2.614.998,13	2.846.208,21	2.477.840,76	2.578.702,07	2.740.954,05	2.492.659,07	2.782.792,97	2.513.127,12	2.739.673,57	2.627.154,75	2.644.712,04	4.541.630,44	33.691.453,19	32.351.600,00
Cota-Parte do FPM		950.472,73	1.044.037,40	781.715,79	765.649,79	978.728,11	770.941,99	1.054.260,28	769.538,12	695.002,42	630.633,69	856.860,14	1.459.100,29	10.749.940,75	11.219.000,00
Cota-Parte do ICMS		798.955,06	773.539,64	727.095,77	745.698,68	734.000,39	718.891,10	725.469,78	730.539,64	760.798,83	769.901,59	799.839,34	842.151,60	9.110.892,32	8.900.000,00
Cota-Parte do IPVA		82.871,35	85.344,49	125.279,23	107.817,59	135.019,81	106.465,45	119.428,15	98.190,46	110.248,22	89.710,47	68.899,00	43.038,21	1.160.276,43	1.165.000,00
Cota-Parte do ITR		3.937,99	441,47	4.753,28	2.575,92	169,19	1.818,02	164,22	325,70	3.393,16	224.371,92	10.895,94	3.699,65	260.006,46	126.000,00
Outras Transferências Correntes		263.465,73	411.947,29	356.558,09	472.225,58	380.025,01	427.812,81	412.698,21	434.473,21	673.000,30	427.775,34	412.292,44	1.640.085,94	6.312.389,95	5.204.600,00
Transferências da LC 61/1989		9.095,90	9.628,55	9.299,05	9.427,50	9.231,35	9.691,00	8.771,40	8.800,30	10.682,50	9.462,76	9.937,25	11.680,35	116.707,91	115.500,00
Transferências da LC 87/1996		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB		508.168,47	517.269,37	470.229,55	475.307,01	502.780,20	459.168,70	460.972,03	471.288,59	491.544,14	478.298,98	466.807,93	541.704,40	5.877.539,37	6.000.000,00
Outras Receitas Correntes		18.192,53	67.095,67	15.090,48	33.997,71	41.736,90	16.329,53	69.632,10	78.929,81	38.311,77	17.926,95	55.614,11	12.523,67	465.481,43	606.725,00
DEDUÇÕES (II)		366.669,58	383.392,14	330.210,45	325.633,72	371.629,65	321.135,37	297.786,80	321.472,91	315.019,65	344.215,89	347.122,15	384.706,43	4.110.994,75	4.085.600,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB		366.669,58	383.392,14	330.210,45	325.633,72	371.629,65	321.135,37	297.786,80	321.472,91	315.019,65	344.215,89	347.122,15	384.706,43	4.110.994,75	4.085.600,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)		2.463.915,91	2.743.430,64	2.510.602,62	3.007.824,76	2.873.528,41	2.417.816,34	2.785.359,12	2.617.335,92	2.662.986,54	2.644.109,52	2.640.866,83	4.548.867,96	33.965.644,17	32.774.000,00
FONTE:															
Ponte Serrada, 13/01/2020															
LIANE BERGMAIER CONTADOR															



ANEXO 3 - DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

Publicação Nº 2309746

MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)				
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)				
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)				
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	31.056.553,66	31.566.078,46	31.921.195,80	33.865.644,17
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	6.832.441,81	6.944.537,26	7.022.663,08	7.450.441,72
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	6.149.197,63	6.250.083,53	6.320.396,77	6.705.397,55

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (VII)				
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (VIII)				
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)				
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

ANEXO 4 - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Publicação Nº 2309748

MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação	0,00	0,00
TOTAL (III)	0,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	33.865.644,17	—
OPERAÇÕES VEDADAS(V)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VI) = (IIIa + V - Ia - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	5.418.503,07	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	4.876.652,76	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	2.370.595,09	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

FONTE:

ANEXO 4 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIARIAS DO REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES

Publicação Nº 2309712

Município de Ponte Serrada - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

R\$ 1,00

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018
RECEITAS CORRENTES (I)				11.382,12
Receita de Contribuições dos Segurados				
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais				
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial				
Recursos Imobiliários	0,00	0,00	0,00	11.382,12
Recursos de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	11.382,12
Receita de Serviços				
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atual do RPPS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)				
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atual do RPPS (II)	13.000,00	13.000,00	2.364.872,95	1.542.840,12
Atenuação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	13.000,00	13.000,00	2.364.872,95	1.542.840,12
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)	13.000,00	13.000,00	2.364.872,95	1.554.222,24

Continua 1/3

Contín

Município de Ponte Serrada - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018	Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018	Em 2019	Em 2018
ADMINISTRAÇÃO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII)*	13.000,00	13.000,00	2.364.872,95	1.554.222,24	2.364.872,95	1.554.222,24	0,00	0,00
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA							
Valor	0,00							
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA							
Valor	0,00							
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	APORTES REALIZADOS							
Outros Aportes para o RPPS	0,00							
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00							
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00							
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00							

Continua 2/3

Cont'nr

Município de Ponte Serrada - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00

FONTE:
Ponte Serrada, 13/01/2020

ALCEU ALBERTO WRUBEL
PREFEITO MUNICIPAL

LIANE BERGMAIER
CONTADORA

ANEXO 5 - DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DAS DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

Publicação Nº 2309749

MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSORCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APOS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
		Restos a Pagar Liquid. e Não Pagos			Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício								
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g) = (a - (b + c + d + e) - f)	(h)	(i) = (g - h)		
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	1.269.793,05	0,00	269.239,01	0,00	96.550,94	0,00	904.003,10	100.007,79	0,00	803.985,31	
Recursos Ordinários	1.269.793,05	0,00	269.239,01	0,00	96.550,94	0,00	904.003,10	100.007,79	0,00	803.985,31	
Outros Recursos não Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	3.410.489,46	0,00	45.953,46	0,00	5.607,05	0,00	3.358.928,95	701.882,91	0,00	2.657.046,04	
Outros Recursos Vinculados à Saúde	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	3.062,10	0,00	1.937,90	
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Ex.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Recursos Vinculados	3.405.489,46	0,00	45.953,46	0,00	5.607,05	0,00	3.353.928,95	698.820,81	0,00	2.655.108,14	
TOTAL (III) = (I + II)	4.680.282,51	0,00	315.192,47	0,00	102.157,99	0,00	4.262.932,05	801.890,70	0,00	3.461.041,35	

Ponte Serrada, 13/01/2020

ANEXO 5 - DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

Publicação Nº 2309713

Município de Ponte Serrada - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III) R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2018 (A)	Em 31 Out 2019 (B)	Em 31 Dez 2019 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	4.468.057,18	2.955.847,79	4.186.297,29
Disponibilidade de Caixa	4.468.057,18	2.955.847,79	4.186.297,29
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.756.687,30	3.700.512,33	4.501.489,76
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	288.630,12	744.664,54	315.192,47
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	0,00	0,00	0,00

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (VIc - VIb)	Jan a Dez 2019 (VIc - VIa)
VALOR	0,00	0,00

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-60.000,00

FONTE:

Ponte Serrada, 13/01/2020

ALCEU ALBERTO WRUBEL
PREFEITO MUNICIPAL

LIANE BERGMAIER
CONTADORA

ANEXO 6 - DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL

Publicação Nº 2309714

Município de Ponte Serrada - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

ACIMA DA LINHA		Até o Bimestre/2019
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	
RECEITAS CORRENTES (I)	32.774.000,00	33.865.644,17
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.990.960,00	3.272.758,63
I.P.T.U.	615.500,00	675.742,40
I.S.S.	1.326.250,00	1.078.302,24
I.T.B.I.	127.260,00	220.901,20
I.R.R.F.	360.000,00	640.264,58
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	561.950,00	657.548,21
Contribuições	441.000,00	478.488,55
Receita Patrimonial	249.115,00	115.123,93
Aplicações Financeiras(II)	249.115,00	115.123,93
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	28.266.000,00	29.490.458,44
Cota-Parte do FPM	9.119.000,00	8.765.651,86
Cota-Parte do ICMS	6.800.000,00	7.288.564,03
Cota-Parte do IPVA	924.000,00	944.222,15
Cota-Parte do ITR	100.800,00	208.725,26
Transferências da LC 87/1996	25.200,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	92.400,00	93.365,82
Transferências do FUNDEB	6.000.000,00	5.877.539,37
Outras Transferências Correntes	5.204.600,00	6.312.389,95
Demas Receitas Correntes	826.925,00	508.814,62
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	826.925,00	508.814,62
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I-III)	32.524.885,00	33.750.520,24
RECEITAS DE CAPITAL (V)	26.000,00	2.539.622,95
Operação de Crédito(VI)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	174.750,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de Ponte Serrada - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/4

ACIMA DA LINHA						
<u>RECEITAS PRIMÁRIAS</u>	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019				
		RECEITAS REALIZADAS(a)				
Outras Alienações de Bens	0,00					174.750,00
Transferências de Capital	26.000,00					2.364.872,95
Convênios	26.000,00					2.055.520,95
Outras Transferências de Capital	0,00					309.352,00
Outras Receitas de Capital	0,00					0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00					0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00					0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	26.000,00					2.539.622,95
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	32.550.885,00	36.290.143,19				
<u>DESPESAS PRIMÁRIAS</u>	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019				
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	33.852.388,00	31.969.361,17	31.944.100,91	31.666.887,70	268.064,82	8.573,82
Pessoal e Encargos Sociais	18.048.654,77	17.492.376,74	17.492.376,74	17.260.037,98	228.586,58	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	146.580,00	144.268,24	144.268,24	144.268,24	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	15.657.153,23	14.332.716,19	14.307.455,93	14.262.581,48	39.478,24	8.573,82
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	15.657.153,23	14.332.716,19	14.307.455,93	14.262.581,48	39.478,24	8.573,82
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	33.705.808,00	31.825.092,93	31.799.832,67	31.522.619,46	268.064,82	8.573,82
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	6.480.561,43	5.049.485,75	4.272.855,31	4.234.876,05	20.565,30	283.965,22
Investimentos	6.005.141,43	4.575.567,85	3.798.937,41	3.760.958,15	20.565,30	283.965,22
Inversões Financeiras	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	474.420,00	473.917,90	473.917,90	473.917,90	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	6.006.141,43	4.575.567,85	3.798.937,41	3.760.958,15	20.565,30	283.965,22

Continua 2/4

Município de Ponte Serrada - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/4

DESPESAS PRIMÁRIAS		DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOSA PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	LIQUIDADOS	PAGOS (c)	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)		21.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)		39.732.949,43	36.400.660,78	35.598.770,08	35.283.577,61	288.630,12	292.539,04	292.539,04	
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]		425.396,42							
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO		VALOR CORRENTE							
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		0,00							
JUROS NOMINAIS		Até o Bimestre/2019							
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)		VALOR INCORRIDO							
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)		126.810,79							
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)		144.268,24							
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL		407.938,97							
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		VALOR CORRENTE							
		0,00							
ABAIXO DA LINHA		SALDO							
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL		Até o Bimestre/2019(b)							
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)		0,00							
DEDUÇÕES (XXIX)		4.186.297,29							
Disponibilidade de Caixa		4.186.297,29							
Disponibilidade de Caixa Bruta		4.501.489,76							
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)		315.192,47							
Demais Haveres Financeiros		0,00							
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)		-4.186.297,29							
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		-281.759,89							

Continua 3/4

Município de Ponte Serrada - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 4/4

AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Bimestre/2019
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	-26.562,35
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVII)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVIII) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII)	-255.197,54
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX) = XXXVIII - (XXV - XXVI)	-237.740,09
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Recursos Antecipados em Exercícios Anteriores - RPPS	3.529.892,31
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	3.529.892,31
	0,00

ANEXO 6 - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

Publicação Nº 2309752

MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 3º Quadrimestre de 2019

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE	
Receita Corrente líquida	33.865.644,17	
Receita Corrente líquida Ajustada	33.395.644,17	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	17.354.723,71	51,97
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	20.037.386,50	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	19.035.517,18	57,00
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	18.033.647,85	54,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-4.186.297,29	-12,36
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	40.638.773,00	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	7.450.441,72	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	5.418.503,07	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	2.370.595,09	7,00
RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	801.890,70	3.461.041,35

FONTE:

ANEXO 7 - DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

Publicação Nº 2309716

Município de Ponte Serrada - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019(BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP NÃO PROCESSADOS											
	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES											
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo	Saldo Total
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2018 (b)	(c)	(d)	e = (a+b) - (c+d)	Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2018 (g)	(h)	(i)	(j)	k = (f+g) - (h)	L = (e+k)
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	288.630,12	288.630,12	-	0,00	-	299.828,71	292.539,04	292.539,04	7.289,67	-	-
EXECUTIVO	0,00	288.630,12	288.630,12	0,00	0,00	0,00	299.828,71	292.539,04	292.539,04	7.289,67	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	288.630,12	288.630,12	0,00	0,00	0,00	299.828,71	292.539,04	292.539,04	7.289,67	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	0,00	93.352,36	93.352,36	0,00	0,00	0,00	8.666,21	2.391,14	2.391,14	5.665,07	0,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO E VICE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	638,40	0,00	0,00	638,40	0,00	0,00
SECRETARIA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	550,00	550,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	0,00	5.406,00	5.406,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE	0,00	183.644,68	183.644,68	0,00	0,00	0,00	232.732,68	232.732,68	232.732,68	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNIC. DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	495,25	495,25	0,00	0,00	0,00	33.415,22	33.415,22	33.415,22	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS	0,00	5.181,83	5.181,83	0,00	0,00	0,00	24.966,20	24.000,00	24.000,00	966,20	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00	-	-	-	-	-
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	288.630,12	288.630,12	0,00	0,00	0,00	299.828,71	292.539,04	292.539,04	7.289,67	0,00	0,00

ENTE:

FONTE:

Ponte Serrada, 13/01/2020

ALCEU ALBERTO WRIJUBEL
PREFEITO MUNICIPAL

LIANE BERGMAYER
CONTADORA



ANEXO 8 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

Publicação Nº 2309718

MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA - SC RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	2.429.010,00	2.429.010,00	2.615.210,42	107,67
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	615.500,00	615.500,00	675.742,40	109,79
1.1.1- IPTU	525.000,00	525.000,00	520.630,97	99,17
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	90.500,00	90.500,00	155.111,43	171,39
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	127.260,00	127.260,00	220.901,20	173,58
1.2.1- ITBI	126.000,00	126.000,00	220.839,78	175,27
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	1.260,00	1.260,00	61,42	4,87
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.326.250,00	1.326.250,00	1.078.302,24	81,30
1.3.1- ISS	1.300.000,00	1.300.000,00	1.051.206,73	80,86
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	26.250,00	26.250,00	27.095,51	103,22
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	360.000,00	360.000,00	640.264,58	177,85
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	21.147.000,00	21.147.000,00	21.411.523,87	101,25
2.1- Cota-Parte FPM	11.219.000,00	11.219.000,00	10.742.940,75	95,76
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	10.500.000,00	10.500.000,00	9.886.445,96	94,16
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	399.000,00	399.000,00	436.307,15	109,35
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	320.000,00	320.000,00	420.187,64	131,31
2.2- Cota-Parte ICMS	8.500.000,00	8.500.000,00	9.110.692,32	107,18
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	31.500,00	31.500,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	115.500,00	115.500,00	116.707,91	101,05
2.5- Cota-Parte ITR	126.000,00	126.000,00	260.906,46	207,07
2.6- Cota-Parte IPVA	1.155.000,00	1.155.000,00	1.180.276,43	102,19
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	23.576.010,00	23.576.010,00	24.026.734,29	101,91
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	935.550,00	935.550,00	747.332,98	79,88
5.1- Transferências do Salário-Educação	630.000,00	630.000,00	514.019,29	81,59
5.2- Transferências Diretas - PDDE	4.200,00	4.200,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	241.500,00	241.500,00	161.094,00	66,71
5.4- Transferências Diretas - PNATE	56.700,00	56.700,00	64.769,53	114,23
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	3.150,00	3.150,00	7.450,16	236,51
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	430.500,00	430.500,00	481.699,35	111,89
6.1- Transferências de Convênios	430.500,00	430.500,00	481.699,35	111,89
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	18.060,00	18.060,00	7.418,51	41,08
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.384.110,00	1.384.110,00	1.236.450,84	89,33
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	4.085.600,00	4.085.600,00	4.110.994,75	100,62
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	2.100.000,00	2.100.000,00	1.977.288,89	94,16
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.700.000,00	1.700.000,00	1.822.128,29	107,18
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	6.300,00	6.300,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	23.100,00	23.100,00	23.342,09	101,05
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	25.200,00	25.200,00	52.181,20	207,07
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	231.000,00	231.000,00	236.054,28	102,19
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	6.000.000,00	6.000.000,00	5.877.539,37	97,96
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	6.000.000,00	6.000.000,00	5.877.539,37	97,96
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	1.914.400,00	1.914.400,00	1.766.544,62	92,28
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	4.806.300,00	4.181.300,00	4.093.454,33	97,90	4.093.454,33	97,90	0,00
13.1- Com Educação Infantil	1.470.000,00	1.470.000,00	1.466.535,02	99,76	1.466.535,02	99,76	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	3.336.300,00	2.711.300,00	2.626.919,31	96,89	2.626.919,31	96,89	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	1.204.200,00	1.932.930,55	1.788.857,32	92,55	1.788.857,32	92,55	0,00
14.1- Com Educação Infantil	630.000,00	630.000,00	607.969,39	96,50	607.969,39	96,50	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	574.200,00	1.302.930,55	1.180.887,93	90,63	1.180.887,93	90,63	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	6.010.500,00	6.114.230,55	5.882.311,65	96,21	5.882.311,65	96,21	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB							VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							-
16.1 - FUNDEB 60%							-
16.2 - FUNDEB 40%							-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							0,00
17.1 - FUNDEB 60%							0,00
17.2 - FUNDEB 40%							0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							0,00
INDICADORES DO FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)							5.882.311,65
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério' (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %							69,65
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %							30,44
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %							-0,08
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE							VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2018 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2019 ²							0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	3.062.000,00	3.022.000,00	2.966.187,23	98,15	2.966.187,23	98,15	0,00
22.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	5.283.102,50	5.704.983,05	5.468.586,24	95,86	5.468.586,24	95,86	0,00
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.910.500,00	4.014.230,55	3.807.807,24	94,86	3.807.807,24	94,86	0,00
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.372.602,50	1.690.752,50	1.660.779,00	98,23	1.660.779,00	98,23	0,00
24- ENSINO MÉDIO	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	12.000,00	80.000,00	80.000,00	100,00	80.000,00	100,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	41.000,00	30.000,00	29.968,44	99,89	29.968,44	99,89	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	8.408.102,50	8.836.983,05	8.544.741,91	96,69	8.544.741,91	96,69	0,00
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							VALOR
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)							1.766.544,62
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO							0,00
31- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							0,00
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS							0,00
33- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴							-
34- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44.1)							-
35- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34)							1.766.544,62
36- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (35))							6.668.228,85
37- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%							27,75

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
38- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	633.150,00	1.070.290,74	956.040,42	89,33	956.040,42	89,33	0,00
40- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.046.460,00	2.740.502,54	2.499.515,10	91,21	2.399.753,10	87,57	99.762,00
42- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (38 + 39 + 40 + 41)	1.679.610,00	3.810.793,28	3.455.555,52	90,68	3.355.793,52	88,06	99.762,00
43- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 42)	10.087.712,50	12.647.776,33	12.000.297,43	94,88	11.900.535,43	94,09	99.762,00

Continua 2/3

MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2019 (j)	
44- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
44.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
44.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA		FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
45- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		0,00	0,00
46- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		5.877.539,37	514.019,29
47- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
47.1 Orçamento do Exercício		0,00	0,00
47.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
48- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	7.450,16
49- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE		5.877.539,37	521.469,45
50- (+) Ajustes		0,00	0,00
50.1. (+) Retenções		0,00	0,00
50.2. (-) Valores a recuperar		0,00	0,00
50.3. (+) Outros valores extraorçamentários		0,00	0,00
50.4. (+) Conciliação bancária		0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO		5.877.539,37	521.469,45

Ponte Serrada, 13/01/2020

ALCEU ALBERTO WRUBEL
PREFEITO MUNICIPAL

LIANE BERGMAIER
CONTADORA

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

ANEXO 9 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

Publicação Nº 2309721

Município de Ponte Serrada - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	6.480.561,43	5.049.485,75	1.431.075,68
Investimentos	6.005.141,43	4.575.567,85	1.429.573,58
Inversões Financeiras	1.000,00	0,00	1.000,00
Amortização de Dívida	474.420,00	473.917,90	502,10
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00
DESPEZA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	6.480.561,43	5.049.485,75	1.431.075,68
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	6.480.561,43	5.049.485,75	1.431.075,68

FONTE:

Notas:

¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.

² Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Ponte Serrada, 13/01/2020

ALCEU ALBERTO WRUBEL

PREFEITO MUNICIPAL

LIANE BERGMAIER

CONTADORA

Porto Belo

PREFEITURA

EDITAL Nº 001/2020 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONVOCAÇÃO PARA INSCRIÇÃO DA SOLICITAÇÃO DA BOLSA ATLETA 2020

Publicação Nº 2309511

EDITAL Nº 001/2020 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
DE CONVOCAÇÃO PARA INSCRIÇÃO DA SOLICITAÇÃO
DA BOLSA ATLETA 2020

Disciplina, no âmbito da Fundação Municipal de Esportes, o processo de inscrição e seleção da Bolsa Atleta, referente ao ano de 2020.

O Município de Porto Belo, através da Fundação Municipal de Esportes de Porto Belo, no uso de suas atribuições legais, torna público que estão abertas, no período de 8 a 21 de janeiro de 2020, as inscrições para solicitações da Bolsa Atleta, com validade para o ano de 2020, durante os meses de março a dezembro, nos termos da Lei Municipal nº 2370, de 28 de março de 2016, e em conformidade com o Decreto Municipal nº 1832, de 28 de maio de 2018.

1. DO PÚBLICO ALVO

1.1. O Programa destina-se aos atletas praticantes do desporto não profissional, de participação e de rendimento, representantes do Município de Porto Belo.

Parágrafo único. Somente poderão participar do programa os atletas que preencherem cumulativamente os seguintes requisitos:

I - possuir idade mínima de 14 (quatorze) anos para a obtenção das Bolsas Atleta Regional, Estadual, Nacional e Internacional, e possuir idade mínima de 12 (doze) anos para a obtenção da Bolsa-Atleta Estudantil;

II - estar em plena atividade esportiva, podendo ser apresentado declaração do treinador ou relatório das atividades desenvolvidas com timbre da federação ou outro documento probatório;

III - ter participado de competição esportiva em âmbito regional, estadual, nacional e/ou no exterior, devidamente comprovado, com relatório emitido pela confederação ou relatório timbrado das competições disputadas ou documentos emitidos pela mídia, entre outros documentos;

IV - estar regularmente matriculado em instituição de ensino público ou privado, quando inscrito pela categoria Atleta Estudantil;

V - comprovar a representatividade do município, em competição, com relatórios timbrados ou tabela de disputas timbradas pelas federações ou outro documento pertinente demonstrando com lisura que o Atleta tenha representado o Município em competição;

VII - possuir domicílio eleitoral no Município de Porto Belo, e em caso do atleta não ser eleitor, comprovar o domicílio eleitoral de seus pais.

1.2. A Bolsa será dividida nas seguintes modalidades:

I - Categoria Atleta Estudantil: compreendendo estudantes que participam de Jogos Escolares e Jogos Universitários Brasileiros;

II - Categoria Atleta Regional: compreendendo atletas que participam de competição esportiva em âmbito regional;

III - Categoria Atleta Estadual: compreendendo atletas que participam de competição esportiva em âmbito estadual;

IV - Categoria Atleta Nacional: compreendendo atletas que participam de competição esportiva em âmbito nacional;

V - Categoria Atleta Internacional: compreendendo atletas que participam de competição esportiva fora do Brasil.

Parágrafo Único. Os atletas deverão apresentar a documentação das respectivas Federações e/ou Confederações comprovando seus resultados, conforme descrito neste Edital.

2. DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO

2.1. Para se inscrever o atleta deverá preencher cumulativamente os seguintes requisitos:

I - possuir idade mínima de 14 (quatorze) anos para a obtenção das Bolsas Atleta Regional, Estadual, Nacional e Internacional, e possuir idade mínima de 12 (doze) anos para a obtenção da Bolsa-Atleta Estudantil;

II - estar em plena atividade esportiva, podendo ser apresentado declaração do treinador ou relatório das atividades desenvolvidas com timbre da federação ou outro documento probatório;

III - ter participado de competição esportiva em âmbito regional, estadual, nacional e/ou no exterior, devidamente comprovado, com relatório emitido pela confederação ou relatório timbrado das competições disputadas ou documentos emitidos pela mídia, entre outros documentos;

IV - estar regularmente matriculado em instituição de ensino público ou privado, quando inscrito pela categoria Atleta Estudantil;

V - comprovar a representatividade do município, em competição, com relatórios timbrados ou tabela de disputas timbradas pelas federações ou outro documento pertinente demonstrando com lisura que o Atleta tenha representado o Município em competição; e

VII - possuir domicílio eleitoral no Município de Porto Belo, e em caso do atleta não ser eleitor, comprovar o domicílio eleitoral de seus pais.

3. DOS VALORES DA BOLSA ATLETA

3.1. A Bolsa Atleta será concedida nos seguintes valores:

3.1.1. BOLSA-ATLETA - CATEGORIA BOLSA ESTUDANTIL:

a) Para o atleta que tenha obtido até a 3ª colocação nas modalidades individuais e que continuam treinando para futuras competições em suas modalidades de inscrição: até R\$ 100,00 (Cem Reais) mensais;

b) Para atleta que tenha obtido até a 3ª colocação nas modalidades coletivas e que continuam treinando para futuras competições em suas modalidades de inscrição: até R\$ 100,00 (Cem Reais) mensais.

3.1.2. BOLSA-ATLETA - CATEGORIA ATLETA REGIONAL/ESTADUAL/NACIONAL:

a) Atletas que tenham participado do evento máximo da temporada regional/estadual ou nacional e/ou que integrem o ranking nacional da modalidade, tendo obtido até a 3ª (terceira) colocação, em qualquer uma das situações, e que continuem a treinar para futuras

competições: até R\$ 250,00 (Duzentos e cinquenta reais) mensais.

3.1.3. BOLSA-ATLETA - CATEGORIA ATLETA INTERNACIONAL:

a) Atletas que tenham integrado a seleção nacional de sua modalidade esportiva representando o Município em Campeonatos Sul-Americanos, Pan-Americanos ou Mundiais, obtendo até a 3ª (terceira) colocação, e que continuem a treinar para futuras competições internacionais: até R\$ 400,00 (Quatrocentos reais) mensais.

3.2. No caso de mudança de categoria durante o período da concessão do benefício, o atleta poderá solicitar a mudança, que será analisada e deferida pelo Conselho Municipal de Esportes, em reunião a ser convocada para esta finalidade.

4. DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO

4.1. As inscrições serão realizadas impreterivelmente no período de 8 a 21 de fevereiro de 2020, diretamente na Fundação Municipal de Esporte, localizada na Avenida Francisco Severiano dos Santos, nº 350, bairro Vila Nova, neste Município, anexo ao Ginásio de Esportes, onde o processo será conduzido pela Comissão Técnica nomeada através do Decreto Municipal nº 1839, de 6 de junho de 2018, que encaminhará ao Conselho Municipal de Esportes para análise e aval.

4.2. Não serão aceitas inscrições fora do local estabelecido no item 4.1 deste Edital.

4.3. Não será concedida mais de uma Bolsa Atleta a mesma pessoa.

4.4. A simples entrega dos documentos e seu respectivo protocolo não garantem a contemplação da Bolsa Atleta.

5. DOS DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO

5.1. Os candidatos deverão entregar na Fundação Municipal de Esportes do Município, em envelope lacrado os seguintes documentos:

a) Fotocópia da cédula de identidade ou Carteira Nacional de Habilitação;

b) 1 (uma) foto 3x4;

c) Comprovante de residência atualizado (até três meses) da Cidade de Porto Belo;

d) Apresentar currículo esportivo de resultados em competições nos últimos 5 (cinco) anos.

e) Os menores de idade deverão apresentar junto aos seus documentos, os documentos dos responsáveis legais.

f) Fotocópia do cartão com os dados bancários em nome do candidato, e no caso de menor de idade esta conta deverá ser em conjunto com o representante legal.

g) Apresentar comprovante de domicílio eleitoral no Município de Porto Belo, e em caso do atleta não ser eleitor, comprovar o domicílio eleitoral de seus pais.

h) Atestado de frequência escolar para os menores de 18 (dezoito) anos e candidatos a categoria Atleta Estudantil.

i) Demais documentos probatórios, requisitados no item 2, do presente edital;

j) Demais documentos probatórios, requisitados no item 3, do presente edital, demonstrando a colocação do candidato em eventos esportivos, no mínimo em terceiro lugar;

6. DO PROCESSO DE SELEÇÃO

6.1. O processo de seleção para a concessão da Bolsa Atleta conterá as seguintes fases:

1ª Fase - Entrega documental:

A entrega da documentação descrita no item 5, por parte do requerente, deverá ser feita pessoalmente na Fundação Municipal de Esporte, localizada na Avenida Francisco Severiano dos Santos, nº 350, bairro Vila Nova, neste Município, conforme estabelecido no item 4.1 deste Edital, durante o período de 8 a 21 de janeiro de 2020, das 8:00 às 14:00 horas, sendo que não serão aceitas inscrições realizadas por terceiros, salvo documentos entregues por procuração pública.

2ª Fase - Análise de mérito:

A Comissão Técnica de Avaliação analisará nos dias 3 a 6 de fevereiro de 2020 os pedidos dentro dos critérios estabelecidos neste Edital, em consonância com a Lei Municipal nº 2370, de 28 de março de 2016, e em conformidade com o Decreto Municipal nº 1832, de 28 de maio de 2018, no tocante a avaliação curricular de cada interessado e a disponibilidade financeira, no limite de 10 (dez) concessões para o ano de 2020.

Será divulgado no dia 7 de fevereiro de 2020 a lista dos atletas aptos e inaptos, sendo que no caso dos atletas inaptos pela falta de algum documento, será aberto o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para que apresentem os documentos faltantes, sob pena de desclassificação do certame. O prazo para entrega dos documentos faltantes se encerra no dia 10 de fevereiro de 2020 às 13:30 horas.

A Comissão Técnica de Avaliação encaminhará o processo ao Conselho Municipal de Esportes para análise final e aval da concessão, até o dia 11 de fevereiro de 2020, cuja a reunião deverá ser previamente agenda.

Os valores individuais a serem repassados aos atletas serão definidos pelo Conselho Municipal de Esportes, nos limites estabelecidos na legislação municipal, considerando o histórico do requerente, a modalidade, as conquistas históricas, as competições, as medalhas, os troféus, as categoria na qual se encontra o atleta e a importância do requerente e da modalidade na programação da Fundação Municipal de Esporte.

3ª Fase - Resultado:

A relação dos contemplados será divulgada até o dia 17 de fevereiro de 2020 na Fundação Municipal de Esportes, bem como no site oficial do Município de Porto Belo (www.portobelo.sc.gov.br).

6.2. Após o aval do Conselho Municipal de Esportes e a publicação do resultado final, o requerimento deverá ser encaminhado ao Prefeito para a devida homologação e autorização, bem como elaboração do Termo de Adesão.

6.3. Todas as reuniões deverão ser registradas em ata.

Parágrafo Único. Para o ano de 2020 serão concedidas até 10 (dez) Bolsa Atleta, tudo em conformidade com a disponibilidade financeira do Município.

7. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

7.1. Para a seleção dos candidatos, serão considerados o histórico do requerente, a modalidade, as conquistas históricas, as competições, as medalhas, os troféus, as categoria na qual se encontra o atleta e a importância do requerente e da modalidade na programação da Fundação Municipal de Esporte, observados os critérios de pontuação constantes na tabela abaixo:

a) Nível de abrangência: Municipal, Regional, Estadual, Nacional e Internacional, com pontuação específica para cada, não sendo cumulativo.

b) Categorias de Participação: JASC, JOGUINHOS, OLESC, CAMPEONATOS ESTADUAIS/SC e CAMPEONATOS NACIONAIS, somando 1,0 (um)

ponto por categoria de participação.

c) Melhor resultado nos eventos Fesporte do ano anterior, com pontuação específica para cada, não sendo cumulativo.

d) Pontuação da Comissão de acordo com o Currículo Esportivo.

Tabela de Pontuação:

Nível de Abrangência	Ponto	Categorias de Participação	Ponto	Melhor Resultado Fesporte	Ponto	Currículo Esportivo
Municipal	1,0	JASC	1,0	4º colocado	1,0	0 a 5,0 pontos
Regional	2,0	JOGUINHOS	1,0	4º colocado	2,0	
Estadual	3,0	OLESC	1,0	3º colocado	3,0	
Nacional	4,0	CAMPEONATOS	1,0	3º colocado	4,0	
Internacional	5,0	CAMPEONATOS	1,0	2º colocado	5,0	

8. DA COMPROVAÇÃO DOS RESULTADOS

Para concessão da Bolsa Atleta, só será considerado os resultados obtidos nas seguintes competições:

8.1. Competições constituídas por várias etapas só serão considerados os resultados da classificação geral ou final do circuito da competição.

8.2. Em todas as categorias do programa Bolsa Atleta, com exceção a Categoria estudantil será aceita a competição reconhecida pela entidade estadual (FESPORTE) e especificamente na Categoria Bolsa Atleta Categoria Estudantil serão considerados os resultados das entidades locais, regionais, estaduais e nacionais de Administração do Esporte, na qual as Ligas, Entidade Estadual e Nacional esteja formalmente vinculada ou filiada ao COB (Comitê Olímpico Brasileiro).

9. DA DURAÇÃO DA BOLSA ATLETA

9.1. As bolsas serão concedidas a partir do mês de março de 2020 até o mês de dezembro de 2020, num total de 10 (dez) parcelas mensais, que deverá ser repassado até o dia 10 de cada mês, conforme os valores estabelecidos pela Comissão Técnica de Avaliação e pelo Conselho Municipal de Esportes. Sendo que excepcionalmente a primeira parcela poderá ser repassada até o décimo dia útil.

9.2. Os valores serão depositados mensalmente em conta bancária indicada pelo candidato no ato da inscrição. Os beneficiários menores que não possuem conta corrente de sua titularidade deverão proceder a abertura de conta para depósito do auxílio, em conjunto com seu representante legal.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes com o presente Edital correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 19 - Fundação Municipal de Esportes

Unidade: 01 - Fundação Municipal de Esportes

Funcional: 27.812.0022.2.079 - Manutenção da Fundação Municipal de Esportes

3.3.90.00.00.00.00.100000 - Aplicações Diretas

11. DAS OBRIGAÇÕES DO ATLETA SELECIONADO

11.1. São obrigações do atleta selecionado:

I - Representar, exclusivamente, o Município de Porto Belo, quando solicitado, em competições promovidas e/ou consideradas de interesse da Fundação Municipal de Esportes;

II - Participar de treinamentos, das atividades e eventos em prol do desenvolvimento do esporte, de acordo com o Plano de Trabalho, bem como em campanhas educativas promovidas pelo Município ou quando solicitado pela Fundação Municipal de Esportes;

III - Utilizar o valor do auxílio financeiro somente para os fins previstos neste Decreto;

IV - Apresentar a Fundação Municipal de Esportes relatório de atividades esportivas desenvolvidas, de acordo com o plano de trabalho fornecido no momento do processo de seleção, até 60 (sessenta) dias após o recebimento de cada parcela do auxílio financeiro;

V - Apresentar prestação de contas à Comissão Técnica, nos moldes da legislação vigente, que encaminhará ao Controle Interno do Município para análise, em até 60 (sessenta) dias após o recebimento de cada parcela do auxílio financeiro;

VI - Utilizar nos respectivos uniformes, o Brasão do Município de Porto Belo juntamente com a logo da Fundação Municipal de Esporte;

VII - Como contrapartida a concessão da Bolsa, o bolsista deverá prestar serviço voluntário nos programas/projetos na Fundação Municipal de Esportes ou outras Secretarias do Município, com carga horária de 40 (quarenta) horas anuais, sendo a mesma restrita aos atletas com idade superior a 16 (dezesesseis) anos.

11.2. O não cumprimento das obrigações previstas nos incisos anteriores implica na suspensão da bolsa e a devolução dos valores recebidos.

12. DO CANCELAMENTO DO BENEFÍCIO

O Benefício poderá ser cancelado, mediante processo que assegure a ampla defesa e o contraditório:

I - Quando o atleta deixar de satisfazer quaisquer dos requisitos exigidos para sua concessão;

II - Diante de condenação do atleta por uso de doping;

III - Quando comprovada a utilização de documentos ou declaração falsos para obtenção do benefício;

IV - Deixar de treinar ou faltar às competições oficiais de que deva participar, sem justa causa; e

V - Quando o atleta não estiver regularmente matriculado em instituição de ensino, para a categoria Bolsa Atleta Estudantil, exceto nos casos de conclusão do nível de ensino.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. A inscrição implicará a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, das quais o candidato não poderá alegar desconhecimento.

13.2. Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Municipal de Esporte.

Porto Belo, aos 13 dias do mês de janeiro de 2020.

EMERSON LUCIANO STEIN
PREFEITO

EDNALDO MANOEL DA SILVA
PRESIDENTE FUNDAÇÃO DE ESPORTES

LEI MUNICIPAL Nº 2860, DE 10 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2310688

LEI MUNICIPAL Nº 2860, DE 10 DE JANEIRO DE 2020

Estabelece aumento salarial aos servidores públicos do Poder Legislativo do Município de Porto Belo e dá outras providências. Autoria: Mesa Diretora da Câmara de Vereadores do Município de Porto Belo.

Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica estabelecido aumento salarial aos servidores públicos municipais do Poder Legislativo do Município de Porto Belo, no percentual de 5,00% (cinco por cento), a ser aplicado sobre seus respectivos vencimentos.

Parágrafo Único. O referido aumento passará a vigorar a partir do mês de janeiro de 2020.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 10 dias do mês de janeiro de 2020.

EMERSON LUCIANO STEIN
PREFEITO

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 909/2020

Publicação Nº 2310583

DECRETO Nº 909, de 13 de janeiro de 2020.

Dispõe sobre a atualização monetária dos Tributos Municipais.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o Art. 84, Inciso I, Alínea "m", da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o que dispõe a Lei Complementar Municipal nº 005/99, de 22 de dezembro de 1999, alterada pelas Leis Complementares nºs 011/00, de 15 de dezembro de 2000 e 033, de 29 de dezembro de 2014, combinado com o § 2º do Art. 97 da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional,

DECRETA:

Art. 1º As Taxas e Impostos que compõem o Sistema Tributário Municipal terão reajuste de 4,48 % (quatro vírgula quarenta e oito por cento), de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, de janeiro a dezembro de 2019, apurada pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 13 de janeiro de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL
Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade

DECRETO Nº 910/2020

Publicação Nº 2310584

DECRETO Nº 910, de 13 de janeiro de 2020.

Dispõe sobre a Atualização Monetária dos valores constantes nos Anexos I e II da Lei Municipal nº 2.486, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei Municipal nº 4.321, de 05 de maio de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o Art. 84, Inciso I, Alínea "m", da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o que dispõe a Lei Municipal nº 2.486, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei Municipal nº 4.321, de 05 de maio de 2015, que regem o FUNREBOM no Município de Porto União,

DECRETA:

Art. 1º Os valores constantes dos Anexos I e II da Lei Municipal nº 2.486, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei Municipal nº 4.321, de 05 de maio de 2015, terão reajuste de 4,48 % (quatro vírgula quarenta e oito por cento), de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, de janeiro a dezembro de 2019, apurada pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 13 de janeiro de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

DECRETO Nº 911/2020

Publicação Nº 2310585

DECRETO Nº 911, de 13 de janeiro de 2020.

Determina a data de vencimento das parcelas e descontos para pagamento à vista do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano e do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, TFR – Taxa de Funcionamento Regular, TOS – Taxa de Ocupação de Solo, para o exercício de 2020, de acordo com a Lei Complementar nº 005, de 22 de dezembro de 1999, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do

artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto nos Artigos 28, 69 e 249 da Lei Complementar nº 005, de 22 de dezembro de 1999,

DECRETA:

Art. 1º Faculta aos contribuintes as seguintes opções para a quitação do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, referente ao exercício de 2020:

I- à vista, até 15 de abril de 2020, com 7% (sete por cento) de desconto;

II- a prazo, sem descontos, em até 09 (nove) parcelas iguais e sucessivas de acordo com a seguinte tabela:

PARCELA	VENCIMENTO
1ª	15 de abril de 2020
2ª	15 de maio de 2020
3ª	15 de junho de 2020
4ª	15 de julho de 2020
5ª	17 de agosto de 2020
6ª	15 de setembro de 2020
7ª	15 de outubro de 2020
8ª	16 de novembro de 2020
9ª	15 de dezembro de 2020

Art. 2º Os contribuintes do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN (por homologação) deverão efetuar o pagamento do referido tributo no mês imediatamente posterior ao do fato gerador, de acordo com a seguinte tabela:

FATO GERADOR	VENCIMENTO
Janeiro	17 de fevereiro de 2020
Fevereiro	16 de março de 2020
Março	15 de abril de 2020
Abril	15 de maio de 2020
Maio	15 de junho de 2020
Junho	15 de julho de 2020
Julho	17 de agosto de 2020
Agosto	15 de setembro de 2020
Setembro	15 de outubro de 2020
Outubro	16 de novembro de 2020
Novembro	15 de dezembro de 2020
Dezembro	15 de janeiro de 2021

Art. 3º Faculta aos contribuintes as seguintes opções para a quitação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN (base fixa), referente ao exercício de 2020:

I- à vista, até 31 de março de 2020, com 7% (sete por cento) de desconto;

II- a prazo, sem descontos, em até 04 (quatro) parcelas iguais e sucessivas de acordo com a seguinte tabela:

PARCELA	VENCIMENTO
1ª	31 de março de 2020
2ª	30 de abril de 2020
3ª	29 de maio de 2020
4ª	30 de junho de 2020

Art. 4º Faculta aos contribuintes as seguintes opções para a quitação da Taxa de Funcionamento Regular – TFR, referente ao exercício de 2020:

I- à vista, até 30 de abril de 2020, com 7% (sete por cento) de desconto;

II- a prazo, sem descontos, em até 03 (três) parcelas iguais e sucessivas de acordo com a seguinte tabela:

PARCELA	VENCIMENTO
1ª	30 de abril de 2020
2ª	29 de maio de 2020
3ª	30 de junho de 2020

Art. 5º A Taxa de Ocupação de Solo – TOS, referente ao exercício de 2020 deverá ser quitada em parcela única, com vencimento em 30 de abril de 2020, sem descontos.

Art. 6º Para fins do parcelamento das taxas e impostos dispostos nos Artigos 1º, 3º e 4º do presente Decreto, levar-se-á em conta o valor de R\$ 35,00 (Trinta e cinco reais) como valor mínimo permitido para cada parcela.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2020.

Porto União (SC), 13 de janeiro de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL
Secretária Municipal de Finanças
e Contabilidade

EDITAL DE CHAMAMENTO 001/2020

Publicação Nº 2309587

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE CHAMAMENTO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO (SC), em cumprimento do Artigo 34, Parágrafo 1º da Lei 8.666/93 consolidada, torna público para conhecimento dos interessados que encontra-se aberta a possibilidade de inscrição de novos fornecedores e atualização dos registros cadastrais já existentes. Os interessados deverão dirigir-se ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, diariamente das 13:00 às 17:30 horas, sita à Rua Padre Anchieta, n.º 126, centro do Município de Porto União – SC ou entrar em contato pelo fone/fax (42) 3523-1155, e-mail: liciteportouniao@yahoo.com.br ou licitacao@portouniao.sc.gov.br

Porto União, 13 de janeiro de 2020.

ELISEU MIBACH
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CREDENCIAMENTO INSTITUIÇÃO FINANCEIRA - IMPRESS

Publicação Nº 2309684

Credenciamento de Instituição
Exercício 2020

Edital e Formulário de Credenciamento de Instituições aos Regimes Próprios de Previdência (RPPS). Em conformidade com as Portarias MPAS nº 519/11, nº 170/12 e nº 440/13, dentre outros critérios.

EDITAL DE CREDENCIAMENTO

O INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERV. PUB. MUNICIPAIS DE PORTO UNIÃO - SC, ou simplesmente denominado "IMPRESS", especifica neste edital as condições para credenciamento, sem qualquer exclusividade, de instituições financeiras autorizadas a funcionar no país pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e/ou pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para o exercício profissional de administração de carteira de valores mobiliários, nos termos do art. 23 da Lei 6.385 de 7 de dezembro de 1976, para integrar o cadastro de gestores dos recursos financeiros do IMPRESS, em conformidade com a legislação aplicável, incluindo a Resolução CMN nº. 3.922/2010 e as Portaria MPAS nº 519/2011, nº 170/2012 e nº 440/2013 e na forma estabelecida neste Edital.

1. OBJETO

O objeto do presente edital é o credenciamento de instituições para integrar o cadastro de gestores dos recursos financeiros do IMPRESS no exercício de 2020, para prestação de serviços especializados em administração de carteira de investimentos prevista na resolução CMN nº. 3.922/10.

2. CONDIÇÕES

2.1. Poderão ser credenciadas as instituições que atendam as seguintes condições:

- Sejam instituições financeiras habilitadas à administração de carteira de valores mobiliários autorizadas a funcionar no País pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e/ou gestores e administradores de fundos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM);
- Possuam elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e ausência de restrições que, a critério do Banco Central do Brasil (Bacen), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) ou de outros órgãos competentes desaconselhem um

relacionamento seguro;

c) Apresentem prova de regularidade fiscal e previdenciária;

d) No caso de instituições gestoras de fundos, também deverão ser cadastrados os administradores de fundos.

2.2. A participação neste credenciamento implica na aceitação integral e irrestrita das condições estabelecidas neste Edital.

2.3. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo, interessados que se enquadre em uma ou mais das situações a seguir:

a) Estejam constituídos sob a forma de consórcio;

b) Estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta por qualquer órgão da Administração Pública;

c) Sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo;

d) Estejam sob falência, concordata, dissolução ou liquidação.

3. PROCESSO DE HABILITAÇÃO

O processo de habilitação acontecerá com a prestação de informações e envio de documentos, conforme itens enunciados abaixo.

3.1 Do tipo de Instituição:

() Gestoras de Carteiras de fundos de investimentos

() Instituições Financeiras (bancos, corretoras, distribuidores)

() Administradoras de fundos de investimentos

() Pessoas jurídicas e agentes autônomos de investimentos

3.2. Da autorização para funcionamento e cumprimento de boas práticas:

a) Autorização de Funcionamento ou Ato Declaratório pela CVM (pessoa jurídica), se possui: Sim Não Qual o número, caso sim:

b) A aderência da instituição ao Código Anbima de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento? Sim Não Não Aplica

Nome da Instituição		Data de Constituição		
Identificação de Registro Empresarial (NIRE)		CNPJ da Instituição		
Diretor Responsável (BC / CVM)		CPF do Diretor Responsável		
Bairro	Cidade	UF	CEP	País
Telefone		E-mail		

3.3. Do Encaminhamento dos seguintes documentos (via e-mail para impressprev@gmail.com)

Este edital de credenciamento preenchido e assinado;

Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores;

Contrato de Distribuição e Mediação dos produtos ofertados com Administrador ou Instituição Financeira, somente no caso de PJ agentes autônomos de investimentos.

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS; Prova de Regularidade perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS;

Certidão Negativa de Tributos e Dívida Federal, emitida pela Secretaria da Receita Federal;

Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal através de certidões das respectivas secretarias sede da entidade;

Questionário Padrão Due Diligence para Fundos de Investimento – ANBIMA (seção I e III), somente no caso de gestores e administradores de fundos; Lâminas dos Fundos de Investimentos que estejam enquadrados na Resolução CMN nº 3.922/10, caso disponíveis (opcional);

Questionário Padrão Due Diligence para Fundos de Investimento – ANBIMA (seção II), relatório e nota de agência classificadora de risco da instituição e dos fundos, somente no caso de gestores e administradores de fundos, caso disponíveis (opcional);

4. ENTREGA DOS DOCUMENTOS

4.1. Os documentos deverão ser entregues digitalmente através do e-mail impressprev@gmail.com, indicando em seu assunto o nome da instituição.

5. DA HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E VIGÊNCIA DA LOCAÇÃO DOS RECURSOS.

5.1. O julgamento da habilitação e a classificação das instituições serão submetidos à diretoria executiva do IMPRESS após o recebimento e análise dos documentos para deliberação quanto à sua homologação e a adjudicação do objeto deste credenciamento.

O presente credenciamento terá vigência por prazo determinado até a data de 31/12/2020, podendo ser revogado pelo RPPS sem aviso prévio à instituição credenciada, caso não mantenha as informações e documentos previsto no item 3 deste edital atualizados sempre que

solicitado pelo credenciante.

6. DISPOSIÇÕES FINAIS

O credenciamento de instituição financeira não estabelece obrigação do IMPRESS em efetuar qualquer aplicação em fundos da mesma.

6.1. A qualquer tempo, o IMPRESS poderá alterar, suspender ou cancelar o credenciamento com a instituição financeira que deixar de satisfazer às exigências estabelecidas neste edital e nas normas legais, sem que caiba qualquer indenização aos credenciados.

6.2. O CLIENTE declara, para fins deste edital, que:

- a) são verdadeiras as informações dispostas no presente credenciamento, bem como são legítimos os documentos anexados à mesma;
- b) sob as penas da Lei, para os fins requeridos no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, consoante o que se estabeleceu no artigo 1º, da Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não tem em seu quadro de empregados, menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como em qualquer trabalho, menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
- c) declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo de credenciamento, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- d) irá remeter, no mínimo diariamente, semanalmente, quinzenalmente, mensalmente, as carteiras de fundos de investimento em formato PDF e XML Anbima;
- e) na qualidade de proponente do procedimento de credenciamento desta instituição junto ao RPPS, que está de acordo com todas as disposições do referido edital.

INFORMAÇÕES DE CONTATO

Local Assinatura do Representante (1)

X _____

Data Assinatura do Representante (2)

X _____

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERV. MUNICIPAIS DE PORTO UNIÃO - SC

CNPJ: 02.390.926/0001-66

Av. Getúlio Vargas, 228, Porto União - SC Telefone: +55 42 3523-2632

E-mail: impressprev@gmail.com

EDITAL DE CREDENCIAMENTO INSTITUIÇÃO ÁREA DE SAÚDE - AMASPU

Publicação Nº 2309686

	IMPRESS – Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos de Porto União AMASPU – Autarquia Municipal de Assistência à Saúde dos Funcionários Públicos de Porto União PORTO UNIÃO – SANTA CATARINA
--	--

EDITAL DE CREDENCIAMENTO 2020

01 - Do Objeto do Credenciamento

1.1 – A AMASPU, através do presente Edital de Credenciamento torna público que está aberto o credenciamento de Entidades Hospitalares, Clínicas Médicas, Laboratórios de Análises Clínicas, Patológicas e Citológicas, Clínicas Radiodiagnósticas, Clínicas Odontológicas, Clínicas de Nutrição, Clínicas de Fonoterapia, Clínicas de Fisioterapia, Clínicas de Psicologia e assemelhados, para efetivo atendimento e prestação de serviços em favor dos beneficiários do Instituto Credenciante, credenciamento este que será regulamentado conforme as determinações da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações. O prazo de vigência deste edital é de 01 de janeiro de 2020 até 31 de dezembro de 2020.

02 - Da Dotação

2.1 - As despesas de contratação dos presentes serviços serão empenhadas no exercício em que decorrerem.

03 - Das Condições para Participação

3.1. - Poderão participar do presente credenciamento os hospitais, clínicas ou instituições de saúde, de qualquer área de especialização, conforme discriminado no objeto deste Edital, sempre que devidamente constituídas em pessoa jurídica de direito. Está absolutamente vedado o credenciamento de pessoa física, independente da graduação ou especialização.

3.2. - Deverá o participante preencher requerimento de credenciamento junto à AMASPU, conforme modelo em anexo, juntando os documentos para credenciamento.

3.3. - Os documentos deverão ser apresentados perfeitamente em ordem, em original ou por qualquer processo de cópia autenticada.

3.4. – Os documentos para credenciamento são:

- a) Contrato Social Registrado;
- b) Cartão do CNPJ (Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral);

- c) Comprovante de Inscrição no Alvará de Localização;
- d) Ato Constitutivo ou Estatuto em vigor devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações acompanhar documentos de eleição de seus administradores;
- e) Ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- f) Certidão Negativa de Débitos Municipais;
- g) Certidão Negativa de Débitos Estaduais;
- h) Certidão conjunta negativa de tributos da Fazenda Federal, Dívida Ativa da União e de Débitos Previdenciários (certidão unificada federal instituída 03/11/2014);
- i) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS), constando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei;
- j) declaração de que assume inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos que forem apresentados, bem como informar todos os dados solicitados no modelo constante em anexo deste edital;
- k) C.P.F do responsável;
- l) diploma do Curso ou da Área de Formação;
- m) diploma da especialização que possui;
- n) carteira de identidade profissional (CRM, CRO, CREFITO, CRF, etc...).

OBS: Todos os documentos acima citados deverão ser acompanhados do requerimento datado e assinado (modelo em anexo) e ser em via original ou fotocópia autenticada.

04 - Da Proposta para Credenciamento

4.1. - Para fins de cálculo dos serviços e procedimentos prestados será utilizada a Tabela CBHPM – Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos, podendo ainda sofrer reajustes com base nos custos e deliberado pela Diretoria da AMASPU, nunca excedendo ao valor da tabela.

05 - Das Penalidades

5.1. - Serão desclassificadas as propostas de credenciamento dos participantes que:

- a) provenham de empresas que não satisfizerem compromissos anteriores com órgãos públicos;
- b) não satisfizerem as exigências deste Edital;
- c) contenham rasuras ou ressalvas;

06 - Do Julgamento do Credenciamento

6.1. - Será efetuada apreciação da documentação pela Comissão Permanente de Licitação relativa à habilitação para credenciamento.

6.2. - Após a apreciação dos documentos terá o(a) participante um prazo para completar o processo de credenciamento.

6.3. - Após o prazo para entrega total dos documentos, se este não for cumprido, serão devolvidos os documentos apresentados ao participante inabilitado.

6.4. - A AMASPU reserva-se o direito de:

- a) contratar total ou parcialmente os serviços ora credenciados;
- b) rejeitar propostas que contenham condições, havidas como substanciais escritas à margem ou fora do texto;

07 - Do Contrato

7.1. - Após julgados todos os documentos do credenciamento e aprovado pela Comissão Permanente de Licitação, será minutado o contrato e caberá a credenciante tomar providências para que o participante tome conhecimento para a assinatura.

7.2. - O participante terá 10 (dez) dias corridos para formalização do contrato, a partir da data da notificação.

7.3. - Fará parte integrante do contrato, independentemente de transcrição, o presente Edital.

7.4. - O participante contratado ficará sujeito à penalidade de multa pelo descumprimento de cláusulas contratuais, inexecução parcial ou total do contrato de 2% (dois por cento), sobre o valor pago no mês anterior.

7.5. - Após a sua aplicação a multa será descontada do primeiro pagamento a que tiver direito o contratado.

08 - Dos Serviços e Fornecimento

8.1. - Os serviços credenciados junto à AMASPU, deverão obedecer rigorosamente às normas dos órgãos fiscalizadores.

8.2. - O credenciado responsabilizar-se-á pela qualidade e atendimento relativo aos serviços prestados, refazendo às suas expensas, os serviços mal executados tecnicamente.

09 - Do Prazo de Início e Término

9.1 - Os serviços de atendimento deverão ser iniciados pelo credenciado imediatamente após a assinatura do contrato, com vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado conforme o Artigo 57, inciso II da Lei n.º 8.666/1993.

9.2 – O contrato poderá ser rescindido por uma ou ambas as partes através de documento formal, observado o prazo de continuidade de atendimento de 60 (sessenta) dias após a comunicação ao credenciante.

10 - Da Fiscalização e Execução

10.1. - A AMASPU reserva-se o direito de quando entender necessário, vistoriar os locais de atendimento a fim de aferir a qualidade do mesmo.

10.2. - São obrigações do CONTRATADO, assegurar o livre acesso por parte da fiscalização da AMASPU a todas as instalações no local de atendimento dos serviços ora contratados.

11 - Do Preço

11.1. - O preço dos serviços compreenderá o fornecimento de serviços de atendimento relativo às áreas especificadas no item 1.1 deste edital e outros que se façam necessários para melhor atender o segurado da AMASPU.

11.2. - Qualquer pagamento não isentará o CONTRATADO das responsabilidades contratuais nem implicarão na aceitação dos serviços.

11.3. - O pagamento se dará mediante autorização, conforme normas regulamentares da AMASPU, e será efetuado a cada 30 (trinta) dias após o atendimento, mediante nota fiscal dos serviços realizados.

12 - Das Disposições Finais

12.1. - Fica reservado ao Presidente da AMASPU, o direito de revogar ou anular o presente Edital, no todo ou em parte, sem que assista ao credenciado, direito de reembolso ou indenizações, desde que haja presentes razões de conveniência administrativas ou de interesse público.

12.2. - Os interessados que tiverem dúvidas na interpretação deste Edital, serão atendidos pela AMASPU, no horário normal de expediente e no endereço da sede da AMASPU, ou ainda pelo telefone (42) 3523-2632.

E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, foi o presente Edital afixado em local de costume e publicado no órgão oficial do Município.

Porto União, SC, 01 de janeiro de 2020.

MARGARETH FLISSAK
Presidente

Avenida Getúlio Vargas, 228 – Centro – Porto União/SC
Telefone: (42)3523 2632 - e-mail: impressprev@gmail.com

IMPRESS – Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos de Porto União
AMASPU – Autarquia Municipal de Assistência à Saúde dos Funcionários Públicos de Porto União
PORTO UNIÃO – SANTA CATARINA

MODELO DE REQUERIMENTO

REQUERIMENTO PARA CREDENCIAMENTO

AO
AMASPU

Prezados Senhores,

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA, localizada à (endereço completo, telefone e e-mail), CNPJ nº _____ vem solicitar seu credenciamento junto à AMASPU para realizar os serviços atendimento e prestação de serviços em favor dos beneficiários do Instituto Credenciante.

Declaramos conhecer os termos da Lei nº 3.233/2006 que regulamenta a AMASPU e nos comprometemos a respeitar as condições nela estipuladas.

Em anexo apresentamos a documentação solicitada no item 3.4 do Edital de Credenciamento.

Atenciosamente,

Local e data.

Nome por extenso, função e carimbo da empresa
Local e data

Avenida Getúlio Vargas, 228 – Centro – Porto União/SC
Telefone: (42)3523 2632 - e-mail: impressprev@gmail.com

	IMPRESS – Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos de Porto União AMASPU – Autarquia Municipal de Assistência à Saúde dos Funcionários Públicos de Porto União PORTO UNIÃO – SANTA CATARINA
--	--

MODELO DA DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE E DADOS DA EMPRESA
(item 3.4, alínea “j” do Edital de Credenciamento)

Declaro para fins de credenciamento, que o atendimento é realizado na Clínica _____, na Rua _____, nº _____, andar – sala _____, cidade de _____ (UF).

Horário de funcionamento:

Telefone para contato:

E-mail para contato:

Dados bancários para pagamento: Banco _____ Agência _____ Operação _____ Conta _____

PROFISSIONAIS QUE PRESTAM ATENDIMENTO NA CLÍNICA:

1) _____
(nome, n.º CRM/CRO/CRF, área de atuação, especialização)

2) _____
(nome, n.º CRM/CRO/CRF, área de atuação, especialização)

3) _____
(nome, n.º CRM/CRO/CRF, área de atuação, especialização)

4) _____
(nome, n.º CRM/CRO/CRF, área de atuação, especialização)

Declaro para os fins que se fazem necessários que os documentos apresentados tem legitimidade, em tempo, assumidos inteira responsabilidade pela autenticidade dos documentos ora apresentados.

Local e data.

Nome por extenso, função e carimbo da empresa
Local e data

Avenida Getúlio Vargas, 228 – Centro – Porto União/SC
Telefone: (42)3523 2632 - e-mail: impressprev@gmail.com

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE IPTU

Publicação Nº 2310582

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE IPTU

Com base no Artigo 27 do Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº 005/99), ficam NOTIFICADOS, de forma global e impessoal, os proprietários, titulares do domínio útil, ou possuidores a qualquer título, de IMÓVEIS localizados na zona urbana ou de expansão urbana deste Município, que no dia 01 de janeiro de 2020 ocorreu o FATO GERADOR DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA (IPTU).

NOTIFICA que o IPTU tem como BASE DE CÁLCULO O VALOR VENAL do bem imóvel, e será apurado com base nos valores fixados pela PLANTA DE VALORES IMOBILIÁRIOS, com a correção baseada no INPC apurado no exercício de janeiro a dezembro de 2019.

NOTIFICA que qualquer reclamação contra o lançamento do IPTU poderá ser feita até o vencimento da 1ª parcela ou cota única do imposto.

NOTIFICA que em caso de atraso no pagamento estará sujeito à multa de 5% (cinco por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, além da correção monetária.

Na eventualidade de não ocorrer o pagamento espontâneo do débito tributário, serão inscritos em dívida ativa, conforme prevê o Art. 269, § 1º do CTM – LC 005/99, submetendo o seu crédito ao Poder Judiciário para cobrança coercitiva, através da competente Ação de Execução

Fiscal, onde serão exigidos multa, juros, correção monetária e todos os demais encargos originados pela demanda cível fiscal (despesas processuais), com a possibilidade, inclusive, de arresto, penhora e leilão de bens, ou ainda protesto, inscrição em órgãos de proteção a crédito, com amparo na Lei Municipal nº 4.263, de 07 de julho de 2014 e Decreto 526, de 27 de agosto de 2014, visto que o bem comum exige que tributos sejam rigorosamente arrecadados.

NOTIFICA que as guias de IPTU estarão disponíveis no site oficial do município: www.portouniao.sc.gov.br, a partir de 31 de janeiro de 2020 para impressão e os carnês impressos para quem desejar retirar, estarão disponíveis a partir de 28 de fevereiro de 2020, na sede da prefeitura, à Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro – Porto União (SC).

Qualquer informação a respeito de valores do IPTU poderá ser obtida junto ao Departamento de Tributação.

NOTIFICA que o IPTU poderá ser pago em cota única, com desconto de 7% (sete por cento) até o dia 15 de abril de 2020 ou em até 09 (nove) parcelas, com vencimentos em 15 de abril de 2020, 15 de maio de 2020, 15 de junho de 2020, 15 de julho de 2020, 17 de agosto de 2020, 15 de setembro de 2020, 15 de outubro de 2020, 16 de novembro de 2020 e 15 de dezembro de 2020, que poderão ser pagos em qualquer agente financeiro até a data do vencimento, após o qual com emissão de nova guia para pagamento.

Porto União (SC), 13 de janeiro de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

SOFIA SYDOL
Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE ISS FIXO

Publicação Nº 2310580

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE ISS FIXO

Com base no Artigo 69 do Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº 005/99), ficam NOTIFICADOS, de forma global e impessoal todos os profissionais autônomos, as empresas e sociedades de profissionais, regularmente inscritos no Cadastro de Contribuintes Municipal, que o Imposto Sobre Serviços – ISS relativo ao exercício de 2020 está sendo lançado pela Secretaria Municipal de Finanças e Contabilidade e deverá ser pago observados os seguintes prazos e condições:

§ 1º Do Prazo e Forma de Pagamento:

I- O Imposto Sobre Serviços – ISS Fixo deverá ser pago pelas sociedades de profissionais simples ou simples pura e aos profissionais autônomos, da seguinte forma:

- a) em cota única com desconto de 7% (sete por cento) até o dia 31 de março de 2020; ou
- b) em 04 (quatro) parcelas vincendas nas datas de: 1) primeira parcela em 31 de março de 2020; 2) segunda parcela em 30 de abril de 2020; 3) terceira parcela em 29 de maio de 2020; e 4) quarta parcela em 30 de junho de 2020.

II- O Imposto Sobre Serviços – ISS Fixo para empresas e sociedades de profissionais enquadrados em ISS Homologado deverá ser pago mensalmente no dia 15 do mês subsequente à prestação dos serviços de cada mês, ou no primeiro dia útil após o dia 15, no caso deste dia não ser útil.

III- Os documentos de arrecadação (boletos) para o recolhimento do referido tributo devido pelos profissionais ou empresas estarão disponíveis para impressão no site do município www.portouniao.sc.gov.br Link ISS 2020 (capa do site).

IV- O recolhimento poderá ser realizado em qualquer agente financeiro credenciado.

§ 2º Do Pagamento em atraso:

I- O pagamento em atraso estará sujeito a:

- a) multa de 5% (cinco por cento);
- b) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

II- A falta de pagamentos nos prazos regulamentares serão inscritos em Dívida Ativa no primeiro dia do exercício seguinte ao vencimento, conforme faculta o Art. 269 § 1º do CTM – 005/99;

III- Os débitos inscritos em Dívida Ativa devidamente atualizados e com os acréscimos legais, se não pagos administrativamente, serão cobrados judicialmente e/ou enviados a protesto, conforme preceitua a Lei Municipal nº 4.263, de 07 de julho de 2014.

§ 3º Das Impugnações:

I- O tributo acima mencionado poderá ser objeto de impugnação obedecido o disposto no artigo 106 e seguintes da Lei Complementar nº 005, de 22 de dezembro de 1999, podendo ser impugnado a contar desta data, até o vencimento da cota única ou vencimento da primeira parcela de que trata o inciso I deste Edital, mediante requerimento protocolado junto ao Setor de Tributação, dirigido ao Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade, com as justificativas e devido embasamento legal que fundamentem a impugnação.

Porto União (SC), 13 de janeiro de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

SOFIA SYDOL
Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade

EXTRATO DE CONTRATO 125/2019 - AMASPU

Publicação Nº 2309766

Extrato de Contrato 125/2019 – AMASPU

Partes: AMASPU – Autarquia Municipal de Assistência à Saúde dos Funcionários Públicos de Porto União e BETHA SISTEMA LTDA.

Objeto: Licenciamento mensal de sistemas para gestão pública.

Valor Total: R\$ 11.770,20 (onze mil setecentos e setenta reais e vinte centavos)

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Processo de licitação nº 019/2019 - Inexigibilidade nº 013/2019, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 20 de dezembro de 2019.

Eliseu Mibach

Prefeito Municipal

Curador AMASPU

Margareth Flissak

Presidente AMASPU

BETHA SISTEMA LTDA

Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 126/2019 - AMASPU

Publicação Nº 2309770

Extrato de Contrato 126/2019 – AMASPU

Partes: AMASPU – Autarquia Municipal de Assistência à Saúde dos Funcionários Públicos de Porto União e LUIS KAMINSKI ME.

Objeto: Aquisição de cartuchos de toner.

Valor Total: R\$ 2.052,00 (dois mil e cinquenta e dois reais).

Vigência: 12 (doze) meses, podendo ser renovado conforme art. 57, IV, da Lei 8.666/93.

Base legal: Processo Licitatório 020/2019, Dispensa de Licitação 002/2019, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 13 de janeiro de 2020.

Margareth Flissak

Contratante

Eliseu Mibach

Curador AMASPU

Luis Kaminski

Contratada

PORTARIA Nº 004/2020 - RH

Publicação Nº 2310240

PORTARIA Nº 004, de 02 de janeiro de 2020.

Dispõe sobre Rescisão de Contrato de Trabalho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de DAYANA CRISTINA DE ASSIS MENDES FERREIRA, das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do contrato.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 02 de janeiro de 2020.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 006/2020 - RH

Publicação Nº 2310249

PORTARIA Nº 006, de 03 de janeiro de 2020.

Dispõe sobre Rescisão de Contrato de Trabalho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de PATRICIA GUIMARÃES, das funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do

quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do contrato.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 03 de janeiro de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 007/2020 - RH

Publicação Nº 2310250

PORTARIA Nº 007, de 06 de janeiro de 2020.

Dispõe sobre Prorrogação de Contrato de Trabalho PSF nº 001/2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o Contrato de Trabalho PSF nº 001/2019, no período de 06 de janeiro de 2020 a 06 de janeiro de 2021, ou até a realização de concurso público municipal, sob o Regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, de ANDRÉ AUGUSTO ANDREKOWICZ, para o emprego público de Médico do PSF (Programa Saúde da Família), de acordo com a Lei Municipal 3.494, de 30 de junho de 2008, alterada pela Lei Municipal nº 3.949 de 30 de novembro de 2011, para atender a demanda e por ter esgotado a lista de candidatos aprovados em concurso público.

Art. 2º O servidor contratado acima mencionado, exercerá suas atividades vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 06 de janeiro de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 008/2020 - RH

Publicação Nº 2310253

PORTARIA Nº 008, de 06 de janeiro de 2020.

Dispõe sobre Rescisão de Contrato de Trabalho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de MARCOS SANTANA, das funções do cargo de Motorista de Veículos Pesados, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do contrato.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 06 de janeiro de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 009/2020 - RH

Publicação Nº 2310254

PORTARIA Nº 009, de 07 de janeiro de 2020.

Dispõe sobre prorrogação de Contrato de Trabalho nº 004/2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO que a lista dos candidatos aprovados e convocados através do concurso Público Municipal 001/2018, para o cargo de Médico (Plantonista) se esgotou;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, o Contrato de Trabalho nº 004/2019, no período de 07 de janeiro de 2020 a 07 de janeiro de 2021, ou até a realização

de concurso público municipal ou teste seletivo, de ANDRÉ AUGUSTO ANDREKOWICZ, que exerce as funções do cargo de Médico - Plantonista, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, para atender a demanda junto ao Pronto Atendimento Municipal – PAM e em razão de ter se esgotado a lista de candidatos aprovados em concurso público municipal para o cargo.

Art. 2º O servidor contratado acima mencionado, exercerá suas atividades junto ao Pronto Atendimento Municipal - PAM, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 07 de janeiro de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 012/2020 - RH

Publicação Nº 2310257

PORTARIA Nº 012, de 07 de janeiro de 2020.
Dispõe sobre Rescisão de Contrato de Trabalho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de EVERALDO DA CUNHA, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do contrato.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 07 de janeiro de 2020.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

Praia Grande

PREFEITURA

CONTRATO N.º 01/2020 - PMPG

Publicação Nº 2309883

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 66/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 16/2019

CONTRATO N.º 01/2020

CONTRATADA: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA

DO OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO.

DO VALOR: R\$ 5.880,00

DA VIGENCIA: 02/01/2020 À 31/12/2020.

PRAIA GRANDE – SC, 02 DE JANEIRO DE 2020.

HENRIQUE MATOS MACIEL

PREFEITO MUNICIPAL.

Presidente Getúlio

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2020 - FMS

Publicação Nº 2309508

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2020
DA INEXIGIBILIDADE/CREDENCIAMENTO Nº 03/2020
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS MÉDICOS NAS ESPECIALIDADES NECESSÁRIAS PARA ATUAR NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.
CONTRATADA: MYRIAM NEUMANN SILVA DE NOREMBERG
VALOR TOTAL: R\$40.000,00
VIGÊNCIA: 31/01/2021
Presidente Getúlio, 13 de janeiro de 2020.
Nelson Virtuoso - Prefeito

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05/2020

Publicação Nº 2309565

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05/2020
DA INEXIGIBILIDADE/CREDENCIAMENTO Nº 08/2020
OBJETO: CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO PARA A MANUTENÇÃO DOS PRÉDIOS E LOCAIS PÚBLICOS.
VALOR TOTAL: R\$240.000,00
VIGÊNCIA: 31/12/2020
Presidente Getúlio, 13 de janeiro de 2020.
Nelson Virtuoso - Prefeito

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 131/2019

Publicação Nº 2310501

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

Licitação: Concorrência - 3/2019

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS
Concorrência Nº. 3/2019

Presentes: Comissão Permanente de Licitações do(a) MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO, na oportunidade integrada pelas servidoras VALERIA EFFTING, ALDENEIDE APARECIDA DE SOUSA, ANDREI IDEKER, CILENE JOICE DIETRICH PREUSS, JOICE ERHARDT, presidente e membros, respectivamente.

Pauta: Julgamento das propostas de preços modalidade Concorrência nº 3/2019, que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO VIÁRIA - 1.320,00 METROS. ÁREA: 13.200,00 M² ESTRADA DE LIGAÇÃO PRESIDENTE GETÚLIO A RIO DO SUL - SERRA TUCANO - P. GETÚLIO - SC.

Síntese dos fatos e deliberação: Participam desta fase as empresas SETEP CONSTRUÇÕES S.A, CONSTRUTORA GRABOWSKI LTDA EPP. Analisadas as propostas apresentadas e de acordo com o mapa de preços em anexo, a Comissão de Licitações decidiu: após a abertura dos envelopes, a empresa SETEP CONTRUÇÕES S.A apresentou a proposta de menor preço e abriu-se prazo de 5 (cinco) dias para manifestação das participantes.

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO VIÁRIA - 1.320,00 METROS. ÁREA: 13.200,00 M² ESTRADA DE LIGAÇÃO PRESIDENTE GETÚLIO A RIO DO SUL - SERRA TUCANO - P. GETÚLIO - SC				
Fornecedor	Preço Unitário	Preço Total	Posição	Vencedor
SETEP CONSTRUÇÕES S.A	R\$2.697.872,89	R\$2.697.872,89	1	Sim
CONSTRUTORA GRABOWSKI LTDA EPP	R\$2.755.718,87	R\$2.755.718,87	2	Não

Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, a Comissão de Licitações encerrou os trabalhos. A presente Ata vai assinada pelos

membros da Comissão.

Presidente Getúlio, 10 de janeiro de 2020
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANDREI IDEKER
Pregoeiro

VALERIA EFFTING
Presidente

JOICE ERHARDT
Vice-Presidente

CILENE JOICE DIETRICH PREUSS
Secretário

ALDENEIDE APARECIDA DE SOUSA
Membro

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 135/2019

Publicação Nº 2310291

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS
Tomada de Preços Nº. 7/2019

Presentes: Comissão Permanente de Licitações do(a) MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO, na oportunidade integrada pelas servidoras VALERIA EFFTING, ALDENEIDE APARECIDA DE SOUSA, ANDREI IDEKER, CILENE JOICE DIETRICH PREUSS, JOICE ERHARDT, presidente e membros, respectivamente.

Pauta: Julgamento das propostas de preços modalidade Tomada de Preços nº 7/2019, que tem por objeto PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DAS RUAS ENGENHEIRO WETTSTEIN, FRANCISCO STAINSACK E EMILIO NUSS.

Síntese dos fatos e deliberação: Participam desta fase as empresas CONSTRUTORA GRABOWSKI LTDA EPP. Analisadas as propostas apresentadas e de acordo com o mapa de preços em anexo, a Comissão de Licitações decidiu:

Classificar, pelo critério de menor preço, em 1º lugar as empresas que seguem para os respectivos itens:

Fornecedor:

620181 - CONSTRUTORA GRABOWSKI LTDA EPP

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO DAS RUAS ENGENHEIRO WETTSTEIN, FRANCISCO STAINSACK E EMILIO NUSS

Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, a Comissão de Licitações encerrou os trabalhos. A presente Ata vai assinada pelos membros da Comissão.

Presidente Getúlio, 13 de janeiro de 2020
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANDREI IDEKER
Pregoeiro

VALERIA EFFTING
Presidente

JOICE ERHARDT
Vice-Presidente

CILENE JOICE DIETRICH PREUSS
Secretário

ALDENEIDE APARECIDA DE SOUSA
Membro.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4/2020

Publicação Nº 2310540

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO
PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS Nº. 4/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4/2020

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA CONFEÇÃO DE CESTAS BÁSICAS. A entrega dos envelopes acontecerá no dia 29/01/2020 às 09h00min. A sessão de abertura será às 09h15min da mesma data, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC. Informações: Departamento de Compras e Licitações, sito Praça Otto M-Iler, nº 10, nesta cidade e retirada do Edital no site: <https://presidentegetulio.atende.net>

Presidente Getúlio, SC, em 13 de janeiro de 2019.
NELSON VIRTUOSO - Prefeito

Princesa

PREFEITURA

DECRETO N. 429, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2309578

DECRETO N. 429, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

NOMEIA EQUIPE TÉCNICA INTERDISCIPLINAR PARA ATENDIMENTO AO SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL A ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PRINCESA EM EXERCÍCIO, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES DO SEU CARGO, ESPECIALMENTE ÀQUELAS CONTIDAS NOS INCISOS VI, IX, XI DO ARTIGO 69 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, COMBINADA COM O DECRETO MUNICIPAL Nº. 40, 06 DE FEVEREIRO DE 2014;

DECRETA

ART. 1º. FICA NOMEADA EQUIPE TÉCNICA INTERDISCIPLINAR PARA ATENDIMENTO AO SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL AO ADOLESCENTE EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO. O SERVIÇO TEM POR FINALIDADE PROVER ATENÇÃO SOCIOASSISTENCIAL E ACOMPANHAMENTO A ADOLESCENTES E JOVENS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO, DETERMINADAS JUDICIALMENTE. DEVE CONTRIBUIR PARA O ACESSO A DIREITOS E PARA A RESIGNIFICAÇÃO DE VALORES NA VIDA PESSOAL E SOCIAL DOS ADOLESCENTES E JOVENS. OS USUÁRIOS DO PROGRAMA SÃO ADOLESCENTES DE 12 A 18 ANOS INCOMPLETOS, OU JOVENS DE 18 A 21 ANOS, EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE LIBERDADE ASSISTIDA E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE, APLICADA PELA JUSTIÇA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE OU, NA AUSÊNCIA DESTA, PELA VARA CIVIL CORRESPONDENTE E SUAS FAMÍLIAS. A EQUIPE SERÁ COMPOSTA POR:

I- PROFISSIONAL DA ÁREA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CARIELA MARTINAZZO JANK, ASSISTENTE SOCIAL;

II- PROFISSIONAL DA ÁREA DE EDUCAÇÃO, MAIRA CRISTINA K. GHELLER, PEDAGOGA;

III- PROFISSIONAL DA ÁREA DE SAÚDE, MARISTELA BARP, PSICÓLOGO.

ART. 2º. PARA EXERCER A FUNÇÃO DE COORDENADORA FICA DESIGNADA A FUNCIONÁRIA CARIELA MARTINAZZO JANK, ASSISTENTE SOCIAL.

PARÁGRAFO ÚNICO: O ATENDIMENTO PRESENCIAL PELOS PROFISSIONAIS ACONTECERÁ DE QUINZE EM QUINZE DIAS, NAS QUINTAS FEIRAS, NO PERÍODO MATUTINO, NA SALA DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL, NA PREFEITURA MUNICIPAL, LOCALIZADA NA RUA RIO GRANDE DO SUL, Nº 545, TOTALIZANDO 04 (QUATRO) HORAS QUINZENAIS. AS DEMAIS ATIVIDADES DO SERVIÇO SERÃO DESENVOLVIDAS DE ACORDO COM A NECESSIDADE E DISPONIBILIDADE DA EQUIPE.

ART. 3º. COMPETEM AOS MEMBROS DA EQUIPE TÉCNICA AS FUNÇÕES EXECUTIVAS E DE GESTÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO- SIMASE.

ART. 4º. ESTE DECRETO ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO.

ART. 5º. REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PRINCESA/SC, EM, 13 DE JANEIRO DE 2020.

DIANGELE FABIELE KLEIN MARMITT
PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

DECRETO N. 433, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2309685

DECRETO N. 433, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

NOMEIA EQUIPE TÉCNICA INTERDISCIPLINAR PARA ATENDIMENTO AO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRINCESA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES DO SEU CARGO, ESPECIALMENTE ÀQUELAS CONTIDAS NOS INCISOS VI, IX, XI DO ARTIGO 69 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, COMBINADA COM O DECRETO MUNICIPAL Nº. 40, 06 DE FEVEREIRO DE 2014;

DECRETA

ART. 1º. FICA NOMEADA EQUIPE TÉCNICA INTERDISCIPLINAR PARA ATENDIMENTO AO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA. O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA ORGANIZA O ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES AFASTADOS DA FAMÍLIA POR MEDIDA DE PROTEÇÃO EM RESIDÊNCIA DE FAMÍLIAS ACOLHEDORAS CADASTRADAS. É PREVISTO ATÉ QUE SEJA POSSÍVEL O RETORNO À FAMÍLIA DE ORIGEM OU, NA SUA IMPOSSIBILIDADE, O ENCAMINHAMENTO PARA ADOÇÃO. OS USUÁRIOS DO SERVIÇO SÃO CRIANÇAS E ADOLESCENTES, INCLUSIVE AQUELES COM DEFICIÊNCIA, AOS QUAIS FOI APLICADA MEDIDA DE PROTEÇÃO, POR MOTIVO DE ABANDONO OU VIOLAÇÃO DE DIREITOS, CUJAS FAMÍLIAS OU RESPONSÁVEIS ENCONTRAM-SE TEMPORARIAMENTE IMPOSSIBILITADOS DE CUMPRIR SUA FUNÇÃO DE CUIDADO E PROTEÇÃO. A EQUIPE SERÁ COMPOSTA POR:

I- PROFISSIONAIS DA ÁREA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CARIELA MARTINAZZO JANK, ASSISTENTE SOCIAL, MARISTELA BARP, PSICÓLOGA;

ART. 2º. PARA EXERCER A FUNÇÃO DE COORDENADORA FICA DESIGNADA A FUNCIONÁRIA CARIELA MARTINAZZO JANK, ASSISTENTE

SOCIAL.

PARÁGRAFO ÚNICO: O SERVIÇO SERÁ REALIZADO DE ACORDO COM A DEMANDA E DISPONIBILIDADE DA EQUIPE, DE ACORDO COM AS PARTICULARIDADES DE CADA CASO. SERÁ OFERTADO PELA EQUIPE TÉCNICA DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL, NA SALA LOCALIZADA NA PREFEITURA MUNICIPAL, SITUADA NA RUA RIO GRANDE DO SUL, Nº. 545.

ART. 3º. COMPETEM AOS MEMBROS DA EQUIPE TÉCNICA AS FUNÇÕES EXECUTIVAS E DE GESTÃO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLEDORA.

ART. 4º. ESTE DECRETO ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO.

ART. 5º. REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO, EM ESPECIAL AS CONTIDAS NO DECRETO Nº. 262 DE 14 DE AGOSTO DE 2018. GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PRINCESA/SC, EM, 13 DE JANEIRO DE 2020

DIANGELE F. K. MARMITT,
PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

DECRETO Nº. 430, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2310194

DECRETO Nº. 430, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRINCESA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DIANGELE FABIELE KLEIN MARMITT, Prefeita Municipal de Princesa em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 10º, 11º e 12º, da Lei Orçamentária Anual nº. 1.026, de 28 de Novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar nos termos do Art. 11 da Lei Orçamentária Anual nº. 1.026, de 28 de Novembro de 2019, no valor de R\$ 210.092,97 (Duzentos e dez mil, noventa e dois reais e noventa e sete centavos), destinado a acrescentar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ./ATIV.: 10.301.0024.2.024 Manutenção Bloco Atenção Básica

MODALIDADE:	(62) 3.3.90.00.0.3.0027.0000-	Aplicações Diretas	R\$	34.222,22
MODALIDADE:	(63) 3.3.90.00.0.3.0096.0000-	Aplicações Diretas	R\$	50.789,36
MODALIDADE:	(64) 3.3.90.00.0.3.0034.0000-	Aplicações Diretas	R\$	34.365,60
FONTE DE RECURSO: 03.0027.0000 – Recurso PAB				
FONTE DE RECURSO: 03.0032.0000 – Recurso Incremento PAB				
FONTE DE RECURSO: 03.0034.0000 - Recurso Prótese Dentária				
TOTAL			R\$	119.377,18

ÓRGÃO: 11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ./ATIV.: 10.301.0029.2.029 Manutenção Bloco Assistência Farmacêutica

MODALIDADE:	(65) 3.3.90.00.0.3.0054.0000-	Aplicações Diretas	R\$	6.149,71
FONTE DE RECURSO: 03.0054.0000 - Recurso Farmácia Básica Estadual				
TOTAL			R\$	6.149,71

ÓRGÃO: 11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ./ATIV.: 10.302.0026.2.026 Manutenção Bloco MAC Amb. Hospit. Limite Variável

MODALIDADE:	(66) 3.3.90.00.0.3.0088.0000-	Aplicações Diretas	R\$	84.566,08
FONTE DE RECURSO: 03.0088.0000 – Recurso Teto Geral Mac				
TOTAL			R\$	84.566,08
TOTAL GERAL			R\$	210.092,97

Art. 2º - Para dar cobertura ao valor de R\$ Duzentos e dez mil, noventa e dois reais e noventa e sete centavos), de que trata o artigo 1º desta Lei, fica utilizado o superávit financeiro verificado no Balanço Patrimonial de 2019 nos termos do art. 43, § 1º, inciso I e § 2º, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, nas fontes de recursos acima citadas.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PRINCESA - SC, 13 de Janeiro de 2020.

Diangele Fabiele Klein Marmitt
Prefeita Municipal em Exercício

Keli Fernanda Meotti
Contadora
CRC/SC 026787/O-2

DECRETO Nº. 431 DE 13 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2309586

DECRETO Nº. 431 DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

"DECRETA LUTO OFICIAL POR 3 (TRÊS) DIAS NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE PRINCESA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PRINCESA, DIANGELE FABIELE MARMITT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 63 c/c o art. 69, II, IX e X da Lei Orgânica Municipal; e
CONSIDERANDO, o falecimento do Sr. Vilson José Ochoa, ocorrido no dia manhã de 11 de Janeiro de 2020, ex-vereador deste Município (legislatura 2001-2004);
CONSIDERANDO, ainda importância dos serviços por ele prestados para a Comunidade local;

DECRETA

Art. 1º. É decretado LUTO OFICIAL nos dias 12, 13 e 14 de janeiro de 2020 nas repartições públicas deste Município, pelo falecimento do Ilmo. Senhor Vilson José Ochoa.

Art. 2º. A Bandeira Municipal deverá ser hasteada a meio mastro.

Art. 3º. Que se dê conhecimento deste Ato à família enlutada.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigência na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 12 de janeiro de 2020.

Estado de Santa Catarina, 13 de janeiro de 2020.
Gabinete da Prefeita Municipal de Princesa

DIANGELE FABIELE MARMITT
Prefeita Municipal

LAUDO DE REAVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS Nº 01/2020

Publicação Nº 2310814

LAUDO DE REAVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS MUNICIPAIS
LAUDO Nº 01/2020

01. INTERESSADO

Município de Princesa/SC.

02. OBJETIVO

Laudo elaborado pela Comissão Permanente de Avaliação de Bens Móveis e Imóveis, nomeada através do Decreto nº 208, de 09 de julho de 2018, e pela Comissão da Equipe de Apoio de Licitação na Modalidade de Leilão, nomeada através do Decreto nº 299, de 07 de outubro de 2019, com a finalidade de avaliação in loco de bens móveis inservíveis do município de Princesa/SC com o objetivo de mensurar valores mínimos dos bens para REAPRESENTAÇÃO em Terceiro Leilão Público, autorizado pela Lei Municipal nº 964 de 12 de setembro de 2018.

03. PARECER DAS COMISSÕES

As Comissões procederam a uma Reavaliação in loco no dia 10 de janeiro de 2020 a fim de mensurar os valores mínimos de bens móveis inservíveis do município de Princesa/SC para REAPRESENTAÇÃO em Leilão Público, autorizado pela Lei Municipal nº 964 de 12 de setembro de 2018.

Destaca-se que foram mantidos os lotes, com os bens separados conforme suas características, funcionalidade ou composição, apresentados em Leilões, ocorridos em 12 de dezembro de 2018 e 23 de outubro de 2019.

Para reavaliação e mensuração dos novos valores dos bens, foi considerado o estado atual de desgaste dos bens, bem como o interesse do município em obter êxito na alienação, em terceira tentativa, dos referidos bens.

É fundamental ressaltar que a presente avaliação foi realizada de conformidade com o Manual do Patrimônio do município de Princesa/SC e com a Norma NBC T 16.10, que trata sobre a Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público.

04. VALOR APROXIMADO DOS BENS

O Valor Mínimo mensurado aos móveis inservíveis, atribuído de forma individual ou por lotes de bens, foi estabelecido conforme discriminação abaixo:

- Um motor sucateado de escavadeira hidráulica, marca ISUZU, sem a parte elétrica. Motor inutilizado em razão do desgaste e danos ocorridos, sem registro individual no patrimônio municipal. ITEM (17-2018 e 05-2019).

Reavaliação em R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

- Uma COLHEDORA DE FORRAGEM (ENSILADEIRA), marca Cremasco custom 930, sucateada, com caixa com 4 rolo e disco de corte de alta liga, com sistema de correia, peso de 600 KG, quebra jato com comando e rotor com 12 facas, ano de fabricação 2015. Cadastro patrimonial sob nº PM-4132. ITEM (49-2018 e 12-2019).

Reavaliação em R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

- Uma COLHEDORA DE FORRAGEM (ENSILADEIRA), marca Cremasco custon 930, sucateada, com caixa com 4 rolo e disco de corte de alta liga, com sistema de correia, peso de 600 KG, quebra jato com comando e rotor com 12 facas, ano de fabricação 2015. Cadastro patrimonial sob nº PM-4133. ITEM (50-2018 e 13-2019).

Reavaliação em R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

05. CONCLUSÃO

O presente LAUDO DE REAVALIAÇÃO, está impresso em 04 (quatro) folhas, de um só lado, sendo a primeira e a última em papel timbrado, e, a última datada e assinada, ficando a Comissão Permanente de Avaliação de Bens Móveis e Imóveis, nomeada através do Decreto nº 208, de 09 de julho de 2018, e a Comissão da Equipe de Apoio de Licitação na Modalidade de Leilão, nomeada através do Decreto nº 299, de 07 de outubro de 2019, à disposição para qualquer esclarecimento que se fizer necessário.

Princesa/SC, 10 de janeiro de 2020.

EDINEIA INÊS WILLE Agente Adm. e Responsável pelo Patrimônio Membro da Comissão (Dec. 208/2018)	MICHELE CRISTIANE KUNZLER Presidente da Comissão (Dec. 299/2019)	
RUTI FREESE Membro da Comissão (Dec. 208/2018)	LUCIANE MARTA THEISEN DA SILVEIRA Membro da Comissão (Dec. 299/2019)	
JANE CLARICE B. MACHADO Membro da Comissão (Dec. 208/2018)	ALESSANDRA CRISTINA DOS SANTOS Membro da Comissão (Dec. 299/2019)	
GLEISON BARTH Membro da Comissão (Dec. 299/2019)	CLAUDINEI PAULO MORSCH Membro da Comissão (Dec. 299/2019)	

LAUDO DE REAVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS Nº 02/2020

Publicação Nº 2310820

LAUDO DE REAVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS MUNICIPAIS

LAUDO Nº 02/2020

01. INTERESSADO

Município de Princesa/SC.

02. OBJETIVO

Laudo elaborado pela Comissão Permanente de Avaliação de Bens Móveis e Imóveis, nomeada através do Decreto nº 208, de 09 de julho de 2018, e pela Comissão da Equipe de Apoio de Licitação na Modalidade de Leilão, nomeada através do Decreto nº 299, de 07 de outubro de 2019, com a finalidade de avaliação in loco de bens móveis inservíveis do município de Princesa/SC com o objetivo de mensurar valores mínimos dos bens para REAPRESENTAÇÃO em Segundo Leilão Público, autorizado por Lei Municipal.

03. PARECER DAS COMISSÕES

As Comissões procederam a uma Reavaliação in loco no dia ** janeiro de 2020 a fim de mensurar os valores mínimos de bens móveis inservíveis do município de Princesa/SC para REAPRESENTAÇÃO em Segundo Leilão Público, autorizado por Lei Municipal.

Destaca-se que foram mantidos os lotes, com os bens separados conforme suas características, funcionalidade ou composição, apresentado no Primeiro Leilão, ocorrido em 23 de outubro de 2019.

Para reavaliação e mensuração dos novos valores dos bens, foi considerado o estado atual de desgaste dos bens, bem como o interesse do município em obter êxito na alienação, em segunda tentativa, dos referidos bens.

É fundamental ressaltar que a presente avaliação foi realizada de conformidade com o Manual do Patrimônio do município de Princesa/SC e com a Norma NBC T 16.10, que trata sobre a Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público.

04. VALOR APROXIMADO DOS BENS

O Valor Mínimo mensurado aos móveis inservíveis, atribuído de forma individual ou por lotes de bens, foi estabelecido conforme discriminação a seguir:

- Uma RETROESCAVADEIRA RANDON RD-406 Advanced, Ano/Modelo 2012, sobre pneus, tração 4 x 4, cabine fechada, com ar condicionado, caçamba dianteira/traseira com dentes parafusados, gancho de içamento, protetor de cardan, cor amarela, motor E1S178854, chassi 000CA406AMC4W3910. Cadastro no Patrimônio do Município sob nº PM-3524. ITEM (13-2019).

-

Avaliação da retroescavadeira em R\$ 70.000,00 (setenta mil reais). **Em 2019

Reavaliação da retroescavadeira em R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais).

05. CONCLUSÃO

O presente LAUDO DE REAVALIAÇÃO, está impresso em ** (vinte e uma) folhas, de um só lado, sendo a primeira e a última em papel timbrado, e, a última datada e assinada, ficando a Comissão Permanente de Avaliação de Bens Móveis e Imóveis, nomeada através do Decreto nº 208, de 09 de julho de 2018, e a Comissão da Equipe de Apoio de Licitação na Modalidade de Leilão, nomeada através do Decreto nº 299, de 07 de outubro de 2019, à disposição para qualquer esclarecimento que se fizer necessário.

Princesa/SC, ** de janeiro de 2020.

EDINEIA INÊS WILLE Agente Adm. e Responsável pelo Patrimônio	MICHELE CRISTIANE KUNZLER Presidente da Comissão (Dec. 299/2019)	
GIOVANI FURTIN	MARCELE CRISTINA BRUDER	
JAIR KLAUS	LUCIANE MARTA THEISEN DA SILVEIRA	
MÁRCIA W. BISUTTI	JOSSIEL BECKER	
RUTI FREESE	ALEXANDRO JÚNIOR COPATTI	
SABRINA BONFANTE	ALESSANDRA CRISTINA DOS SANTOS	
JANE CLARICE B. MACHADO	CLAUDINEI PAULO MORSCH	
JOÃO LUIZ KAYSER	RUDI KOBER	
NEILA HAMMES	GLEISON BARTH	
SIMONE PINHEIRO	LUCIANO MATTIELLO	
WILDERSON DE OLIVEIRA	SÍLVIO DA SILVEIRA	

PORTARIA N. 25 DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2310287

PORTARIA Nº. 25 DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

INSTAURA SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e XI, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município, e em cumprimento aos artigos 192, 194, inciso I, 197, 198 e 199 da Lei Complementar nº 022, de 30 de dezembro de 2014.

CONSIDERANDO, a previsão do art. 192 do Estatuto dos Servidores Públicos que determina que a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar; CONSIDERANDO, que o processo de sindicância será conduzido por comissão composta de três servidores estáveis, designados pelo Prefeito Municipal, dentre eles, o seu Presidente;

CONSIDERANDO, o requerimento da Secretária de Saúde, sra. Andréia Cristina Epping de Lima, que requereu a abertura de sindicância para apurar os fatos ocorridos no dia 14 de novembro de 2019, quando o servidor público Sr. Alcioni Segat, ocupante do cargo de Motorista

de Veículo Pesado, conduzindo o bem público (automóvel Prisma), placas MLT 7230, PM 3988, o motorista relata que vinha no sentido centro para o trevo de São José do Cedro na Rua Rio Grande do Sul e próximo ao cruzamento com a Rua das Hortênsias um veículo saiu do cruzamento e adentrou na via, não sendo possível evitar a colisão. A polícia militar foi acionada e esteve no local, conforme registro de ocorrência nº 0750668/2019-RO-02506.2019.0000288.

CONSIDERANDO, que aos administradores públicos, em decorrência do princípio da indisponibilidade, além de poderes são conferidos alguns deveres, os quais impõem uma atuação voltada ao interesse público. A ilegalidade por omissão, tem ligação direta do poder dever de agir, isto porque o Administrador deixa de atender os deveres que a lei lhe impõe.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica instaurado processo de Sindicância para apuração dos fatos ocorridos na data de 29.10.2019, na Rua Rio Grande do Sul, esquina com a Rua Santa Cruz, Município de Princesa, envolvendo servidor e bem público.

Art. 2º. Designa Luciano Mattiello, Agente de Comunicação e Imprensa, Denacir Epping, Agente de Apoio Operacional e Márcia Cristina Wohlmuth Bisutti, Agente Administrativo, servidores do quadro de pessoal estável do Município de Princesa, para, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Sindicância destinada a apurar, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, os fatos relatados, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 3º. Os serviços prestados pela comissão são considerados de excepcional interesse público, não gerando ônus nenhum à administração pública.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PRINCESA, ESTADO DE SANTA CATARINA, 13 DE JANEIRO DE 2020.

EDÍLSON MIGUEL VOLKWEIS
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e
Publicada na forma da Lei
Princesa/SC, 14 DE JANEIRO DE 2020
Gilson Loga Lisboa

PORTARIA Nº. 23, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2309601

PORTARIA Nº. 23, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o Art. 110 da Lei Complementar Nº. 022, de 30 de Dezembro de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER férias à Servidora, Senhora Daiana Paula Flach, brasileira, ocupante do cargo de Técnica de Enfermagem, pelo período de 30 (trinta) dias, considerando o período aquisitivo de 04 de junho de 2018 a 03 de junho de 2019. Sendo que as referidas férias serão gozadas com data inicial em 20 de janeiro de 2020 a 18 de fevereiro de 2020.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão à conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),
em 13 de janeiro de 2020.

DIANGELE FABIELE KLEIN MARMITT
Prefeita Municipal em Exercício

ESTA PORTARIA FOI REGISTRADA E
PUBLICADA NA FORMA DA LEI
PRINCESA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2020
LIZIANE FÁTIMA PELLENZ

PORTARIA Nº. 24, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2309774

PORTARIA Nº. 24, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69, e artigo 101 da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei 109, de 28 de Dezembro de 2004;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER férias à Servidora, Senhora Franciele da Rosa, brasileira, residente e domiciliada no município de São José do Cedro/SC, ocupante do cargo de Professor de Ensino Fundamental, pelo período de 12 (doze) dias, considerando o período aquisitivo de 23 de julho de

2019 a 22 de julho de 2020. Sendo que as referidas férias serão gozadas com data inicial em 19 de janeiro de 2020 a 30 de janeiro de 2020. Parágrafo único. Férias concedidas parcialmente, com referência ao período aquisitivo mencionado no caput do artigo.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão à conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),
em 13 de janeiro de 2020.

DIANGELE FABIELE KLEIN MARMITT
Prefeita Municipal em Exercício

ESTA PORTARIA FOI REGISTRADA E
PUBLICADA NA FORMA DA LEI
PRINCESA/SC, 14 DE JANEIRO DE 2020
LIZIANE FÁTIMA PELLEZ

TERMO DE ADESÃO - ATA 23.2019 P.P 21.2019

Publicação Nº 2309572

TERMO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 023/2019 DO CONDER
Município de Princesa/SC, 10 de janeiro de 2020.

Assunto: ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 023/2019 QUE TEM COMO OBJETO o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de MEDICAMENTOS. CONFORME A NECESSIDADE DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS E PARTICIPANTES DESTE CERTAME, PARA O PERÍODO DE 06 MESES, em conformidade com as especificações constantes no Edital do referido certame.

Prezado Senhor,

O município de Princesa/SC, através de sua Prefeita Municipal em exercício, Diangele Fabiele Klein Marmitt, na condição de órgão participante do Processo Licitatório nº 021/2019, Pregão Presencial nº 021/2019 realizado pelo Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER, em consonância com o disposto no Decreto nº 7.892/2013, vem a presença de Vossa Senhoria externar interesse em aderir à Ata de Registro de Preços nº 023/2019 para o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de MEDICAMENTOS, CONFORME A NECESSIDADE DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS E PARTICIPANTES DESTE CERTAME, de acordo com as normas dispostas no edital do referido processo.

Diangele Fabiele Klein Marmitt
Prefeita Municipal em exercício de Princesa

Prezado Senhor
GENÉSIO BRESSIANI
Presidente do Consórcio de Desenvolvimento Regional – CONDER

Quilombo

PREFEITURA

AVISO DE REVOGAÇÃO 06/2020

Publicação Nº 2309688

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE QUILOMBO

REVOGAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO

PELO PRESENTE FICA REVOGADO O AVISO DE LICITAÇÃO Nº 06/2020 DE 02 DE JANEIRO DE 2020, COM BASE NO ARTIGO 49 DA 8666/93.
Processo Adm. Nº.: 06/2020

Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 06/2020

Tipo : Menor Preço/Por Lote

Objeto: AQUISIÇÃO EQUIPAMENTOS DIVERSOS, ELETRODOMÉSTICOS, DESTINADOS PARA INSTALAÇÃO NA NOVA CRECHE MUNICIPAL, LOCALIZADA NO BAIRRO SANTA INÊS, E UTILIZAR RECURSOS DO FNDE, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO PAR 201900034 DO PROGRAMA NACIONAL DE REESTRUTURA E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A REDE PÚBLICA INFANTIL – PROINFÂNCIA.

Esclarecimentos poderão ser obtidos no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Duque de Caxias, 165, Quilombo/SC, nos dias úteis, das segundas às sextas-feiras, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo fone (049) 3346-3242 ou no site do município www.quilombo.sc.gov.br.

QUILOMBO, 02 de janeiro de 2020.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 006/2020

Publicação Nº 2310136

DECRETO Nº 006/2020 – DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A APLICAÇÃO DE PENALIDADE DISCIPLINAR AO SERVIDOR EIDER LANZZARIN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso IX, do Art. 65 da Lei Orgânica do Município;

Considerando que a Administração Pública deve orientar-se sempre pelos Princípios Constitucionais da Legalidade, da Moralidade, da Eficiência e da Responsabilidade;

Considerando o Decreto nº 169/2019, de 12 de julho de 2019 que instaurou Processo Administrativo Disciplinar em face do servidor Eider Lazzarin;

Considerando a Decisão Administrativa nº 027/2019 (fl. 93-101, PAD), que acolheu o relatório da Comissão do Processo Administrativo Disciplinar 02/2019 (fls. 74-85, PAD);

Considerando o parecer jurídico nº 033/2019 (fl.88-92, PAD);

Considerando o Decreto 002/2020, que certifica o trânsito em julgado da Decisão Administrativa nº 027/2019;

Considerando o que estabelece o Estatuto dos Servidores Públicos do Município (Lei 032/2001), em seu artigo 102, no que tange a penalidade de advertência;

Considerando o artigo 42 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município (Lei 032/2001), a respeito da possibilidade do ressarcimento do erário público;

DECRETA:

Art. 1º A aplicação da penalidade disciplinar de advertência, ao servidor Eider Lazzarin, matrícula 19.839, ocupante do cargo de Professor de Educação Física, lotado na Secretaria de Educação, por infração aos artigos 90, inciso IX e 91, inciso I, ambos do Estatuto dos Servidores Públicos do Município – Lei Complementar 032/2019 – na forma devidamente apurada pela Comissão de Processo Administrativo Disciplinar instaurado pelo Decreto 169/2019.

Art. 2º O desconto de 02 (duas) horas, que equivalem à R\$ 30,04 (trinta reais e quatro centavos), à título de ressarcimento do erário público, na folha de pagamento do servidor, do mês subsequente ao trânsito em julgado da decisão.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, 13 de janeiro de 2020.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em___/01/2020
Lei Municipal 1087/1993

Luciana Lima
Servidora Designada

Rancho Queimado

PREFEITURA

PORTARIA 012-2020 CONCEDE FERIAS SABRINA W WALTRICH

Publicação Nº 2300080

PORTARIA Nº 012/2020
CONCEDE FÉRIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, usando da competência que lhe confere o artigo 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, RESOLVE CONCEDER 15 (quinze) dias de FÉRIAS de 13 a 27 de janeiro de 2020 a SABRINA WESTPHAL WALTRICH, referente ao período aquisitivo de 2018/2019.

Rancho Queimado, em 13 de janeiro de 2020.

CLECI APARECIDA VERONEZI
Prefeita Municipal

Rio do Campo

PREFEITURA

042 PORTARIA Nº 042 CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE A SERVIDORA MADALENA KALESKI

Publicação Nº 2309683

Portaria nº. 042, de 13 de janeiro de 2020.

“Concede licença para tratamento de saúde a servidora MADALENA KALESKI”.

RODRIGO PREIS, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, licença para tratamento de saúde a servidora MADALENA KELESKI, de acordo com atestado de incapacidade emitido pelo Dr. Vitor Rausis Lima – CRM 2294, em anexo, pelo período de 07 de janeiro de 2020 a 07 de março de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos para 07 de janeiro de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 13 de janeiro de 2020.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Lenoir Menegazzi
Chefe de Gabinete
Resp pela Sec de Adm e Finanças

PROCESSO LICITATORIO 01 2020 PREGÃO PRESENCIAL 01 2020

Publicação Nº 2307923

PROCESSO LICITATORIO NR 01/2020

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL NR 01/2020

A Prefeitura Municipal de Rio do Campo torna público, a quem interessar que está lançado certame licitatório na modalidade Pregão Presencial – Sistema de Registro de Preços, para eventual e futura aquisição de tubos de concreto destinado à condução de água pluvial durante 12 meses. Estando marcado o prazo máximo para entrega dos envelopes de documentos e propostas para dia 24 de janeiro de 2020, até as 09h00min, iniciando-se o julgamento da habilitação e proposta na mesma data, às 09h05min, na sede administrativa do município, sita na Rua 29 de Dezembro, nº 70, Centro, Rio do Campo – SC. O inteiro teor deste Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico: rio-docampo.atende.net. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (47) 3564-8134.

Rio do Campo, 10 de janeiro de 2020. Rodrigo Preis – Prefeito Municipal

Rio do Oeste

PREFEITURA

DECRETO_2499_SUPLEMENTA_SUPERAVIT_PMRO

Publicação Nº 2310739

DECRETO Nº 2499 de 03 de janeiro de 2020

Suplementa dotações orçamentárias para o Poder Executivo utilizando o superávit financeiro do exercício de 2019.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso de suas atribuições, e pelo que lhe confere o inciso II, cc § 2º, art. 5º da Lei nº 2280 de 18/12/2019.

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias constantes no Anexo I do presente decreto no valor total de R\$ 66.123,38 (sessenta e seis mil, cento e vinte e três reais e trinta e oito centavos).

Art. 2º Utilizar-se-á como fonte de recursos o superávit financeiro do exercício de 2019 no valor de R\$ 66.123,38 (sessenta e seis mil, cento e vinte e três reais e trinta e oito centavos).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 14/01/2019

Rio do Oeste – SC, 03 de janeiro de 2020

HUMBERTO PESSATTI
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial em 03/01/2019

FLÁVIO MALIKOSKI
Chefe de Gabinete

ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO DECRETO Nº 2499/2020		
Órgão:	GABINETE DO PREFEITO	2
Unidade Orçamentária:	GABINETE DO PREFEITO	201
Função:	SEGURANÇA PÚBLICA	6
Sub-função:	DEFESA CIVIL	182
Programa:	ATIVIDADE DE DEFESA CIVIL	202
Atividade	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA COMPDEC-RO	2004
FONTE DOS RECURSOS		
03000056	Rem. Dep. Banc. Legislativo	15.373,59
NATUREZA DA DESPESA		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3000	DESPESAS CORRENTES	15.373,59
3300	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.373,59
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	15.373,59
03000056	Rem. Dep. Banc. Legislativo (Ref. 18)	15.373,59
TOTAL		15.373,59

ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO DECRETO Nº 2499/2020		
Órgão:	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	3
Unidade Orçamentária:	DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO	301

Função:	ADMINISTRAÇÃO	4
Sub-função:	ADMINISTRAÇÃO GERAL	122
Programa:	ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	301
Atividade	Manutenção das Atividades Administrativas	2006
FONTE DOS RECURSOS		
3000006	Recursos Vinculados Legislativo	48.000,00
NATUREZA DA DESPESA		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4000	DESPESAS DE CAPITAL	48.000,00
4400	INVESTIMENTOS	48.000,00
4490	APLICAÇÕES DIRETAS	48.000,00
3000006	Recursos Vinculados Legislativo	48.000,00
TOTAL		48.000,00

ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO
DECRETO Nº 2499/2020

Órgão:	SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO TURISMO E ESPORTES	7
Unidade Orçamentária:	DEPARTAMENTO INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO	702
Função:	COMÉRCIO E SERVIÇOS	23
Sub-função:	TURISMO	695
Programa:	DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	703
Ação	Manutenção das Atividades de Apoio ao Turismo	2027
FONTE DOS RECURSOS		
03000009	Parque Gruta do Tigre	2.749,79
NATUREZA DA DESPESA		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3000	DESPESAS CORRENTES	2.749,79
3300	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.749,79
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	2.749,79
03000009	Parque Gruta do Tigre (Ref. 258)	2.749,79
TOTAL		2.749,79

ANEXO II
Superávit Financeiro de 2019
DECRETO Nº 2499/2020

VÍNCULO	ESPECIFICAÇÃO	Saldo 2019
3000006	Recursos Vinculados Legislativo	48.000,00
03000009	Parque Gruta do Tigre	2.749,79
03000056	Rem. Dep. Banc. Legislativo	15.373,59
SOMA		66.123,38

DECRETO_2500_SUPLEMENTA_SUPERAVIT_FMS

Publicação Nº 2310740

DECRETO Nº 2500 de 03 de janeiro de 2020

Suplementa dotações orçamentárias para o Fundo Municipal de Saúde utilizando o superávit financeiro do exercício de 2019.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso de suas atribuições, e pelo que lhe confere o inciso II, cc § 2º, art. 5º da Lei nº 2280 de 18/12/2019.

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias constantes no Anexo I do presente decreto no valor total de R\$ 274.391,55 duzentos e setenta e quatro mil, trezentos e noventa e um reais e cinquenta e cinco centavos).

Art. 2º Utilizar-se-á como fonte de recursos o superávit financeiro do exercício de 2019 no valor de R\$ 274.391,55 duzentos e setenta e quatro mil, trezentos e noventa e um reais e cinquenta e cinco centavos).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 14/01/2019

Rio do Oeste – SC, 03 de janeiro de 2020

HUMBERTO PESSATTI
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial em 03/01/2019

FLÁVIO MALIKOSKI
Chefe de Gabinete

ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO DECRETO Nº 2500/2020		
Órgão:	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	6
Unidade Orçamentária:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	601
Função:	SAÚDE	10
Sub-função:	ATENÇÃO BÁSICA	301
Programa:	ATENDIMENTO À SAÚDE	601
Atividade	Manutenção das Atividades de Atenção Básica	2017
FONTE DOS RECURSOS		
03020001	Ações de Saúde 15% s/ Imp. e Transf.	14.476,95
03020002	Taxa de Vigilância Sanitária	8.027,65
03020011	Rem. Dep. Banc. Ações de Saúde 15%	2.611,38
03330002	Rem Dep BancTransf Conv Saude	14.835,75
03380002	Rem. Dep. Banc. PAB	2.734,36
03380013	MAC - Media e Alta Complexidade Ambulato	4.308,33
SOMA		46.994,42
NATUREZA DA DESPESA		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3000	DESPESAS CORRENTES	46.994,42
3300	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	46.994,42
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	46.994,42
03020001	Ações de Saúde 15% s/ Imp. e Transf. (Ref. 345)	14.476,95
03020002	Taxa de Vigilância Sanitária (Ref. 346)	8.027,65
03020011	Rem. Dep. Banc. Ações de Saúde 15% (Ref. 347)	2.611,38
03330002	Rem Dep BancTransf Conv Saude (Ref. 142)	14.835,75
03380002	Rem. Dep. Banc. PAB (Ref. 144)	2.734,36

03380013	MAC - Media e Alta Complexidade Ambulato (Ref. 146)	4.308,33
TOTAL		46.994,42

**ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO
DECRETO Nº 2500/2020**

Órgão:	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	6
Unidade Orçamentária:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	601
Função:	SAÚDE	10
Sub-função:	ATENÇÃO BÁSICA	301
Programa:	ATENDIMENTO À SAÚDE	601
Atividade	Manutenção da Farmácia Básica	2018

FONTES DOS RECURSOS

03380001	Piso de Atenção Básica - PAB	25.470,12
03380029	Farmácia Básica - União	28.995,93
03380043	Incremento Temporário PAB	118.054,55
03670070	Farmácia Básica - Estado	30.965,05
03670113	NASF - ESF ATB Estado	23.911,48
SOMA		227.397,13

NATUREZA DA DESPESA

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3000	DESPESAS CORRENTES	227.397,13
3300	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	227.397,13
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	227.397,13
03380001	Piso de Atenção Básica – PAB (Ref 176)	25.470,12
03380029	Farmácia Básica – União (Ref. 178)	28.995,93
03380043	Incremento Temporário PAB (Ref. 181)	118.054,55
03670070	Farmácia Básica – Estado (Ref. 182)	30.965,05
03670113	NASF - ESF ATB Estado (Ref. 183)	23.911,48
TOTAL		227.397,13

**ANEXO II
Superávit Financeiro de 2019
DECRETO Nº 2500/2020**

VÍNCULO	ESPECIFICAÇÃO	Saldo 2019
03020001	Ações de Saúde 15% s/ Imp. e Transf.	14.476,95
03020002	Taxa de Vigilância Sanitária	8.027,65
03020011	Rem. Dep. Banc. Ações de Saúde 15%	2.611,38
03330002	Rem Dep BancTransf Conv Saude	14.835,75
03380001	Piso de Atenção Básica - PAB	25.470,12
03380002	Rem. Dep. Banc. PAB	2.734,36
03380029	Farmácia Básica - União	28.995,93
03380013	MAC - Media e Alta Complexidade Ambulato	4.308,33
03380043	Incremento Temporário PAB	118.054,55
03670070	Farmácia Básica - Estado	30.965,05

03670113	NASF - ESF ATB Estado	23.911,48
SOMA		274.391,55

DECRETO_2501_SUPLEMENTA_SUPERAVIT_PMRO

Publicação Nº 2310741

DECRETO Nº 2501 de 13 de janeiro de 2020

Suplementa dotações orçamentárias para o Fundo Municipal de Saúde utilizando o superávit financeiro do exercício de 2019.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso de suas atribuições, e pelo que lhe confere o inciso II, cc § 2º, art. 5º da Lei nº 2280 de 18/12/2019.

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias constantes no Anexo I do presente decreto no valor total de R\$ 430.559,60 (quatrocentos e trinta mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e sessenta centavos).

Art. 2º Utilizar-se-á como fonte de recursos o superávit financeiro do exercício de 2019 no valor de R\$ 430.559,60 (quatrocentos e trinta mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e sessenta centavos).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 13/01/2019

Rio do Oeste – SC, 13 de janeiro de 2020

HUMBERTO PESSATTI
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial em 13/01/2019

FLÁVIO MALIKOSKI
Chefe de Gabinete

ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO DECRETO Nº 2501/2020		
Órgão:	SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO TURISMO E ESPORTES	7
Unidade Orçamentária:	DEPARTAMENTO DE ESPORTES	701
Função:	DESPORTO E LAZER	27
Sub-função:	DESPORTO COMUNITÁRIO	812
Programa:	APOIO AO DESPORTO AMADOR	701
Atividade	Manutenção das Atividades do Desporto Amador	2025
FONTE DOS RECURSOS		
03000008	Taxas desportivas	1.624,84
03340017	Transferências de Convênios - União Destinados a Prática Desportiva	242.480,64
SOMA		244.105,48
NATUREZA DA DESPESA		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3000	DESPESAS CORRENTES	1.624,84
3300	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.624,84
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	1.624,84
03000008	Taxas desportivas (Ref 247)	1.624,84
4000	DESPESAS DE CAPITAL	242.480,64
4400	INVESTIMENTOS	242.480,64
4490	APLICAÇÕES DIRETAS	242.480,64

03340017	Transferências de Convênios - União Destinados a Prática Desportiva (Ref. 347)	242.480,64
TOTAL		244.105,48

ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO
DECRETO Nº 2501/2020

Órgão:	SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	9
Unidade Orçamentária:	DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURA URBANA	902
Função:	URBANISMO	15
Sub-função:	INFRA-ESTRUTURA URBANA	451
Programa:	INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA	902
Atividade	Infraestrutura Urbana	2031

FONTE DOS RECURSOS

03340007	Revitalização de Praças e Ruas	186.454,12
----------	--------------------------------	------------

NATUREZA DA DESPESA

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4000	DESPESAS DE CAPITAL	186.454,12
4400	INVESTIMENTOS	186.454,12
4490	APLICAÇÕES DIRETAS	186.454,12
03340007	Revitalização de Praças e Ruas (Ref. 330)	186.454,12
TOTAL		186.454,12

ANEXO II
Superávit Financeiro de 2019
DECRETO Nº 2501/2020

VÍNCULO	ESPECIFICAÇÃO	Saldo 2019
03340007	Revitalização de Praças e Ruas	186.454,12
03340017	Transferências de Convênios - União Destinados a Prática Desportiva	242.480,64
03000008	Taxas desportivas	1.624,84
SOMA		430.559,60

PROCESSO 002/2020 - CREDENCIAMENTO DE CLÍNICAS PARA CASTRAÇÃO DE ANIMAIS

Publicação Nº 2309483

ESTADO DE SANTA CATARINA – PREFEITURA DE RIO DO OESTE – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2020 – INEXIGIBILIDADE Nº 001/2020 – CREDENCIAMENTO 001/2020. OBJETO: Contratação de clínicas veterinárias e hospitais veterinários, que poderão ser chamados a firmar contrato com o Município de Rio do Oeste. As inscrições para o Credenciamento terão início a partir das 08:00 horas do dia 14/01/2020, onde deverá ser protocolado na sede da Prefeitura no setor de protocolos. A íntegra do Edital está no site: riodoeste.atende.net, no link "consulta de licitações". Mais informações através do telefone (47) 3543 – 0261.

Rio do Oeste, 13 de janeiro de 2020.

HUMBERTO PESSATTI
 Prefeito

Rio do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 8748, DE 14 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2310816

DECRETO Nº 8748 de 14 de janeiro de 2020.

"HOMOLOGA PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÕES Nº 002/2020, de 14/01/2020".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições previstas na Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com fundamento no artigo 26, Parágrafo Único, Inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º-	Fica homologado o processo de Inexigibilidade de Licitações Nº 002/2020 de 14.01.2020.
	Parágrafo Único – AQUISIÇÃO DE VALES TRANSPORTES PARA ATENDER FUNCIONÁRIOS/SERVIDORES DE DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL / SC. CONTRATADA: ÔNIBUS CIRCULAR LTDA.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º-	Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
14 de janeiro de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 001/2020

Publicação Nº 2309590

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/SC
FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 001/2020

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE CIENTIFICADOS, DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR).

OFÍCIO Nº	DATA	PROTOCOLO Nº	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
295/2019	06/11/19	117075/2009	SIDNEI JOSE FABRICIO SOUZA	008.093.129-48
			Rio do Sul, 13 de janeiro de 2020.	

José Luiz do Nascimento
Diretor Técnico da Fazenda

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2020

Publicação Nº 2310524

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2020

O Município de Rio do Sul (SC), Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, Sr. José Eduardo Rothbarth Thomé, leva ao conhecimento dos interessados, que fica inexigível a licitação, consoante o abaixo exposto:

Objeto: Aquisição de vales transportes para atender funcionário/servidores de diversas Secretarias do Município de Rio do Sul.

Valor: R\$ 814.050,00 (oitocentos e quatorze mil e cinquenta reais).

Contratada: ÔNIBUS CIRCULAR LTDA

Fundamento Legal: Art. 25, Inciso I, da Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Elementos que compõem a presente Inexigibilidade: Art. 26, parágrafo único, Incisos II e III da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Rio do Sul, 13 de janeiro de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2020

Publicação Nº 2310526

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2020

O Município de Rio do Sul (SC), Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Educação e por seu Prefeito Municipal, Sr. José Eduardo Rothbarth Thomé, leva ao conhecimento dos interessados, que fica inexigível a licitação, consoante o abaixo exposto:

Objeto: Aquisição parcelada de vale transporte para alunos da rede estadual de ensino. Secretaria de Educação de Rio do Sul.

Valor total: R\$ 990.000,00 (novecentos e noventa mil reais).

Contratada: ÔNIBUS CIRCULAR LTDA.

Fundamento Legal: Art. 25, Inciso I, da Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Elementos que compõem a presente Inexigibilidade: Art. 26, parágrafo único, Incisos II e III da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Rio do Sul, 13 de janeiro de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

PORTARIA N. 1993/DGP

Publicação Nº 2309896

PORTARIA N. 1993/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017; RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao artigo 48, da Lei Complementar n. 401, de 22 de agosto de 2018, conceder aos servidores abaixo identificados, o primeiro Adicional por Formação Profissional, por terem apresentado o respectivo certificado e obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no artigo 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

a) ALEXANDRE DE MORAES, matrícula n. 269514-1, ocupante do cargo de provimento efetivo TOPOGRAFO, por ter apresentado o Certificado de conclusão do Curso de Graduação Engenharia Civil, no processo n. 183129/2019;

b) GLÓRIA BEATRIZ BORGES MATUCHESKI, matrícula n. 176311-3, ocupante do cargo de provimento efetivo EDUCADOR SOCIAL, por ter apresentado o Certificado de conclusão do Curso de Graduação Serviço Social, no processo n. 183290/2019.

c) INDIANARA APARECIDA DA SILVA, matrícula n. 229660-3, ocupante do cargo de provimento efetivo EDUCADOR SOCIAL, por ter apresentado Diploma de conclusão do Curso de Graduação Psicologia, no processo n. 183400/2019;

d) INES ZITA FLORIANI, matrícula n. 88226-1, ocupante do cargo de provimento efetivo AUXILIAR ADMINISTRATIVO I, por ter apresentado o Certificado de conclusão do Curso de Ensino Médio, no processo n. 182878/2019.

e) MARCESIO PEREIRA DE ABREU, matrícula n. 952893-1, ocupante do cargo de provimento efetivo MOTORISTA DE VEICULO LEVE, por ter apresentado o Certificado de conclusão do Curso de Ensino Médio, no processo n. 182566/2019;

f) ROBSON FERREIRA FERNANDES, matrícula n. 170879-1, ocupante do cargo de provimento efetivo GUARDA MUNICIPAL, por ter apresentado o Certificado de conclusão do Curso de Tecnologia de Segurança Pública, no processo n. 182721/2019.

g) RODRIGO SIMON RUTZEN, matrícula n. 236373-2, ocupante do cargo de provimento efetivo FISCAL DE OBRAS E POSTURAS, por ter apresentado o Certificado de conclusão do Curso de Pós-Graduação Latu Sensu em MBA em Gestão e Políticas Públicas Municipais, no processo n. 183518/2019;

h) SANDRA APARECIDA SEBOLD, matrícula n. 94692-4, ocupante do cargo de provimento efetivo ENFERMEIRO, por ter apresentado o Certificado de conclusão do Curso de Pós-Graduação em nível de Especialização, em Saúde da Família, no processo n. 183273/2019.

i) TAINARA PITZ, matrícula n. 31589138-1, ocupante do cargo de provimento efetivo ASSISTENTE SOCIAL, por ter apresentado o Certificado de conclusão do Curso de Pós-Graduação Latu Sensu, em nível de Especialização, em MBA em Gestão de Pessoas – área do conhecimento Administração (6.02.00.00-6), no processo n. 183096/2019;

j) ZULEICA METZGER, matrícula n. 801801-1, ocupante do cargo de provimento efetivo AUXILIAR SERVICOS GERAIS I, por ter apresentado o Certificado de conclusão do Curso de Ensino Médio, no processo n. 183446/2019.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de dezembro de 2019, de acordo com o artigo 49 da Lei Complementar n. 208, de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de dezembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Kcpsz

PORTARIA N. 1994/DGP

Publicação Nº 2309902

PORTARIA N. 1994/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o Artigo 1º da Portaria n. 0862/DGP de 27/06/2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Com fundamento ao disposto no artigo 22 e parágrafos, da Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015, instituir comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório da DIVISÃO DE AGRICULTURA, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e, designar como membros:

ADRIANA IUNCEK RAMOS, matrícula 153451-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, designado para exercer as funções do cargo de Secretário Municipal de Obras e Agricultura;

MARCOS ANTONIO MEIRA DE QUADROS, matrícula 94595-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Médico Veterinário e, designar como seu suplente SILVINO STEDILE, matrícula 89265-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Técnico em Agropecuária;

ELISANDRA DIAS PEIKER, matrícula 165379-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Engenheiro Florestal e, designar como seu suplente DARCY VICARI, matrícula 90310-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Técnico em Agropecuária.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de dezembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Kcpsz

PORTARIA N. 2000/DGP

Publicação Nº 2309906

PORTARIA Nº 2000/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao disposto no artigo 22 e parágrafos, da Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015, instituir comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório do DEPARTAMENTO DE ANÁLISE DE PROJETOS E PLANO DIRETOR, da Secretaria

Municipal de Infraestrutura e, designar como membros:

- a) ANDREAS NOERENBERG, matrícula 259861-1, ocupante do cargo comissionado Diretor do Departamento de Análise de Projetos e Plano Diretor;
- b) FRANCIANE GIESE XAVIER DE LIZ, matrícula 99406-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Arquiteto, e designar como seu suplente ALEXANDRE DE MORAES, matrícula 269514-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Topógrafo;
- c) ALEXANDRE JOSE WORITOVICZ, matrícula 105406-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Engenheiro Civil e, designar como seu suplente DENISE PERES FARIAS MARCON, matrícula 218871-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Arquiteto.

Art. 2º Esta comissão será responsável pelo acompanhamento e monitoramento do desempenho dos servidores pertencentes ao Departamento supracitado, devendo obrigatoriamente manifestarem-se nos prazos e forma estabelecidos na presente lei e regulamento específico.

Art. 3º O mandato da comissão é de 03 (três) anos, contados a partir de 13/12/2019.

Parágrafo Único - Se antes de findo o prazo do mandato houver mudança da chefia imediata e/ou dos demais membros titulares que integram a Comissão ora instituída, compete ao Secretário da unidade administrativa, cujo departamento está inserido, indicar novo nome para completar o prazo do respectivo mandato.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio do Sul, 13 de dezembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Kcpsz

PORTARIA N. 2045/DGP

Publicação Nº 2309909

PORTARIA Nº. 2045/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017, RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor GRAZIELA ROMANIO, matrícula n. 258431-1, ocupante do cargo de provimento efetivo FISCAL DE SAUDE PUBLICA, a primeira Progressão por Desempenho Profissional, referente ao período de 2016 a 2019, com fundamento no Artigo 27, da Lei Complementar n. 401 de 22 de agosto de 2018.

Art. 2º O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de julho de 2019, com base nas disposições contidas no Artigo 37 da Lei Complementar supracitada.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de dezembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Kcpsz

PORTARIA N. 2046/DGP

Publicação Nº 2309912

PORTARIA Nº. 2046/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017, RESOLVE:

Art. 1º Conceder aos servidores abaixo relacionados o benefício da Progressão por Desempenho Profissional, com fundamento ao Artigo 27, da Lei Complementar n. 401 de 22 de agosto de 2018.

a) JONAS HENRIQUE SALVADOR, matrícula n. 236470-1, ocupante do cargo de provimento efetivo AGENTE ADMINISTRATIVO, a primeira progressão por Desempenho Profissional, referente ao período de 2016 a 2019;

b) MAURÍCIO BEZERRA CAVALCANTI FILHO, matrícula n. 92703-3, ocupante do cargo de provimento efetivo FISCAL DE SERVICOS PÚBLICOS, a primeira progressão por Desempenho Profissional, referente ao período de 2016 a 2019;

c) RUBIA CRISTINA MOHR, matrícula n. 108170-1, ocupante do cargo de provimento efetivo CONTADOR, a quarta progressão por

Desempenho Profissional, referente ao período de 2016 a 2019.

Art. 2º O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de agosto de 2019, com base nas disposições contidas no Artigo 38 da Lei Complementar supracitada.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de dezembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Kcpsz

PORTARIA N. 2047/DGP

Publicação Nº 2309916

PORTARIA Nº. 2047/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017, RESOLVE:

Art. 1º Conceder aos servidores abaixo relacionados o benefício da Progressão por Desempenho Profissional, com fundamento ao Artigo 27, da Lei Complementar n. 401 de 22 de agosto de 2018.

a) MAICON PATRICK FARIAS, matrícula n. 259780-1, ocupante do cargo de provimento efetivo MOTORISTA DE CAMINHÃO, a primeira progressão por Desempenho Profissional, referente ao período de 2016 a 2019;

b) MARECI BRIDAROLLI MACIESKI, matrícula n. 124923-2, ocupante do cargo de provimento efetivo COZINHEIRO, a primeira progressão por Desempenho Profissional, referente ao período de 2016 a 2019;

c) MICHELE RUBLESCK, matrícula n. 257818-1, ocupante do cargo de provimento efetivo FISCAL DE MEIO AMBIENTE, a primeira progressão por Desempenho Profissional, referente ao período de 2016 a 2019;

d) RAFAEL IRINEU FACHINI, matrícula n. 166286-1, ocupante do cargo de provimento efetivo FISCAL DE OBRAS, a terceira progressão por Desempenho Profissional, referente ao período de 2016 a 2019;

e) SIDNEI PICOLI, matrícula n. 111511-2, ocupante do cargo de provimento efetivo MOTORISTA DE CAMINHÃO, a primeira progressão por Desempenho Profissional, referente ao período de 2016 a 2019.

Art. 2º O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de abril de 2019, com base nas disposições contidas no Artigo 38 da Lei Complementar supracitada.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de dezembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Kcpsz

PORTARIA N. 2048/DGP

Publicação Nº 2309919

PORTARIA Nº. 2048/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017, RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora NEUSA TERESINHA FRANCO SCHNEIDER, matrícula n. 75310-5, ocupante do cargo de provimento efetivo PSICÓLOGO, a primeira Progressão por Desempenho Profissional, referente ao período de 2016 a 2019, com fundamento no Artigo 27, da Lei Complementar n. 401 de 22 de agosto de 2018.

Art. 2º O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de outubro de 2019, com base nas disposições contidas no Artigo 37 da Lei Complementar supracitada.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de dezembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Kcpsz

PORTARIA N. 2049/DGP

Publicação Nº 2309926

PORTARIA Nº. 2049/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017, RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor PAULO JOSÉ MARCHI, matrícula n. 236403-1, ocupante do cargo de provimento efetivo AGENTE ADMINISTRATIVO, a primeira Progressão por Desempenho Profissional, referente ao período de 2016 a 2019, com fundamento no Artigo 27, da Lei Complementar n. 401 de 22 de agosto de 2018.

Art. 2º O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de junho de 2019, com base nas disposições contidas no Artigo 37 da Lei Complementar supracitada.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de dezembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Kcpsz

PORTARIA N. 2050/DGP

Publicação Nº 2309929

PORTARIA Nº. 2050/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017, RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor ROBSON FERREIRA FERNANDES, matrícula n. 170879-1, ocupante do cargo de provimento efetivo GUARDA MUNICIPAL, a segunda Progressão por Desempenho Profissional, referente ao período de 2016 a 2019, com fundamento no Artigo 27, da Lei Complementar n. 401 de 22 de agosto de 2018.

Art. 2º O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de dezembro de 2018, com base nas disposições contidas no Artigo 37 da Lei Complementar supracitada.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de dezembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Kcpsz

PORTARIA N. 2051/DGP

Publicação Nº 2309934

PORTARIA Nº. 2051/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017, RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora LINDACIR PADILHA SALVADOR, matrícula n. 100390-1, ocupante do cargo de provimento efetivo AUXILIAR SERVICOS GERAIS I, a quarta Progressão por Desempenho Profissional, referente ao período de 2015 a 2018, com fundamento no Artigo 27, da Lei Complementar n. 401 de 22 de agosto de 2018.

Art. 2º O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de dezembro de 2018, com base nas disposições contidas no Artigo 37 da Lei Complementar supracitada.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de dezembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Kcpsz

PORTARIA Nº. 0016/DGP

Publicação Nº 2310155

PORTARIA N. 0016/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º – REMOVER, os servidores abaixo, pertencente ao Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, por meio do Concurso Interno de Remoção - Ano Letivo 2020 e em conformidade com o disposto no Artigo 20-B, da Lei Complementar nº 075 de 20/11/2001 e suas alterações posteriores.

Servidor	Disciplina	Carga Horária	Unidade Origem	Unidade Destino	A partir de:
Marcia Terezinha dela Justina	Professora Educação Infantil	40 horas	CE Pref. Luiz Adelar Soldatelli	CEI Favinho de Mel II	01/01/2020
Valquiria Clasen Mohr	Professora Educação Infantil	40 horas	Secretaria Municipal de Educação	CE Pref. Luiz Adelar Soldatelli	01/01/2020

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de Janeiro 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

En

PORTARIA Nº 1966/DGP

Publicação Nº 2310157

PORTARIA Nº 1966/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, à contratada temporariamente PATRICIA PEREIRA, matrícula n.2706385-3, ocupante do cargo de Professor, a Licença Especial à Gestante, no período de 31/12/2019 até 28/02/2020, com fundamento no artigo 11, inciso III, da Lei n. 3.796, de 26/06/2002 e alterações posteriores, de acordo com requerimento anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de dezembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Rf

PORTARIA Nº 1967/DGP

Publicação Nº 2310159

PORTARIA Nº1967/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora JESSICA ALINE DE ANDRADE, matrícula n.2496445-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais I, a Licença à Gestante, no período de 06/12/2019 até 03/04/2020, com fundamento no artigo 263, da Lei Complementar n. 309/2015 e, atestado médico anexado na Pasta de Saúde da Servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de dezembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Rf

PORTARIA Nº 1968/DGP

Publicação Nº 2310160

PORTARIA Nº 1968/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, à contratada temporariamente MAIARA GELDSLEICHTER REINICKE, matrícula n.162736-4, ocupante do cargo de Professor, a Licença Especial à Gestante, no período de 18/12/2019 até 15/02/2020, com fundamento no artigo 11, inciso III, da Lei n. 3.796, de 26/06/2002 e alterações posteriores, de acordo com requerimento anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de dezembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 1969/DGP

Publicação Nº 2310164

PORTARIA Nº 1969/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora MARISA KLAUMANN DE ALMEIDA, matrícula n.96440-6, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 26/11/2019 até 20/12/2019, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 dezembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 1970/DGP

Publicação Nº 2310169

PORTARIA Nº 1970/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor LEOCLIDES DOLZAN, matrícula n.115940-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais II, Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 26/11/2019 até 25/12/2019, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde do servidor no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de dezembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 1971/DGP

Publicação Nº 2310176

PORTARIA Nº 1971/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor LUCIO FIDELIS, matrícula n.107417-3, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais II, Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 31/10/2019 até 26/02/2020, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde do servidor no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de dezembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 1972/DGP

Publicação Nº 2310183

PORTARIA Nº 1972/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora MARILEIA RENZI, matrícula n.72680-5, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 25/11/2019 até 29/12/2019, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de dezembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 1973/DGP

Publicação Nº 2310186

PORTARIA Nº 1973/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora VANIA MARIUZA HEINZ, matrícula n.247073~6, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 04/12/2019 até 01/02/2020, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de dezembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 1974/DGP

Publicação Nº 2310189

PORTARIA Nº 1974/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora DANIELA CRISTINA FERRARI, matrícula n.101397-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicólogo, pelo período de 30/11/2019 até 29/12/2019, a continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n. 1882/DGP, de 25/11/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 04 de dezembro de 2019, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de dezembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Rf

PORTARIA Nº 1975/DGP

Publicação Nº 2310190

PORTARIA Nº 1975/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora CLEYDE MARIA GUCHERT WEISE, matrícula n.103322-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, pelo período de 06/12/2019 até 20/12/2019, a continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n. 1711/DGP, de 06/11/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 11 de novembro de 2019, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de dezembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Rf

PORTARIA Nº 1976/DGP

Publicação Nº 2310196

PORTARIA Nº 1976/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora DEISEANE DOS SANTOS, matrícula n.31570178-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, pelo período de 08/12/2019 até 22/12/2019, a continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n. 1763/DGP, de 08/11/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 20 de novembro de 2019, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de dezembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Rf

PORTARIA Nº 1977/DGP

Publicação Nº 2310198

PORTARIA Nº 1977/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor EVANDRO CARLOS EING, matrícula n.259896-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista de Veículo Leve, pelo período de 04/11/2019 até 01/02/2020, a continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n.1488/DGP, de 27/09/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 25 de outubro de 2019, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde do servidor no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de dezembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Rf

PORTARIA Nº 1978/DGP

Publicação Nº 2310201

PORTARIA Nº 1978/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora LUANA ALINE BARTH LOBATO, matrícula n.253650-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Saúde Bucal, pelo período de 10/12/2019 até 08/03/2020, a continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n.1426/DGP, de 12/09/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 09 de outubro de 2019, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de dezembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Rf

PORTARIA Nº 1979/DGP

Publicação Nº 2310207

PORTARIA Nº 1979/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora LAURA ELIANE LONGEN DELUCA, matrícula n.79510-3, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 06/12/2019 até 04/01/2020, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de dezembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Rf

PORTARIA Nº 1980/DGP

Publicação Nº 2310210

PORTARIA Nº 1980/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora MARGARETE GUTJAHR DE JESUS, matrícula n.31603858-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais I, pelo período de 05/01/2020 até 19/01/2020, a continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n. 1909/DGP, de 03/12/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 11 de dezembro de 2019, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de dezembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Rf

PORTARIA Nº 1981/DGP

Publicação Nº 2310214

PORTARIA Nº 1981/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor EDSON RICARDO DE SOUZA, matrícula n.78794-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais II, Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 16/12/2019 até 14/03/2020, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde do servidor no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de dezembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Rf

PORTARIA Nº 1982/DGP

Publicação Nº 2310220

PORTARIA Nº 1982/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora MARLISE DE SOUZA, matrícula n.116041-3, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, pelo período de 17/12/2019 até 26/12/2019, a continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n. 1862/DGP, de 20/11/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 26 de novembro de 2019, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de dezembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Rf

PORTARIA Nº 1998/DGP

Publicação Nº 2310225

PORTARIA Nº1998/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora SABRINA LOFFAGEN TOBIAS, matrícula n.279005-5, ocupante do cargo de provimento efetivo de Monitor Escolar, a Licença à Gestante, no período de 10/12/2019 até 07/04/2020, com fundamento no artigo 263, da Lei Complementar n. 309/2015 e, atestado médico anexado na Pasta de Saúde da Servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de dezembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 1999/DGP

Publicação Nº 2310229

PORTARIA Nº 1999/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora TANIA VALANDRO MARTINS, matrícula n.31597467-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Enfermeiro, a Licença Especial à Gestante, no período de 31/12/2019 até 28/02/2020, com fundamento no artigo 267 e 268, da Lei Complementar n. 309/2015 e, requerimento anexado na Pasta de Saúde da Servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de dezembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº. 0003/DGP

Publicação Nº 2309663

PORTARIA Nº. 0003/DGP

JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio Do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do artigo 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, Gabriela Stadnick Leite, para exercer o cargo de provimento efetivo de Monitor Escolar, 40 horas semanais, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 001/2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Do Sul, 06 de Janeiro de 2020.

JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal
En

PORTARIA Nº. 0005/DGP

Publicação Nº 2309679

PORTARIA Nº. 0005/DGP

JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio Do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do artigo 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, Danielle Prazeres Leme, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Saúde Bucal, 40 horas semanais, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 002/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Do Sul, 07 de Janeiro de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

En

PORTARIA Nº. 0006/2020

Publicação Nº 2310051

PORTARIA N. 0006/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017, RESOLVE:

Art. 1º – REMOVER, POR PERMUTA, a partir de 06/02/2020, as servidoras ocupantes do cargo de provimento efetivo de Professor, 40 horas semanais, Luciane Adelaide da Rocha Schneider, Lotada no CEI Titio Karan e, Sueli Henn Zabel, lotada no CEI Ruth Schroeder Ohf, conforme requerimento protocolado sob o número 183150/2019, e em conformidade com o disposto no Artigo 20-B, da Lei Complementar nº 075 de 20/11/2001 e suas alterações posteriores.

Art. 2º – As servidoras passam a ter a seguinte lotação: Luciane Adelaide da Rocha Schneider no CEI Ruth Schroeder Ohf e Sueli Henn Zabel no CEI Titio Karan.

Art. 3º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de Janeiro de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

En

PORTARIA Nº. 0007/2020

Publicação Nº 2310113

PORTARIA N. 0007/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017, RESOLVE:

Art. 1º – REMOVER, POR PERMUTA, a partir de 06/02/2020, os servidores ocupantes do cargo de provimento efetivo de Professor, 40 horas semanais, Janila Garcia Moretti, Lotada no CE Roberto Machado (10 Horas semanais) e, Alexandre Schot, lotado no CE Prefeito Luiz Adelar Soldatelli (10 horas semanais), conforme requerimento protocolado sob o número 183203/2019, e em conformidade com o disposto no Artigo 20-B, da Lei Complementar nº 075 de 20/11/2001 e suas alterações posteriores.

Art. 2º – Os servidores passam a ter a seguinte lotação: Janila Garcia Moretti no CE Prefeito Luiz Adelar Soldatelli (10 Horas semanais) e Alexandre Schot no CCE Roberto Machado (10 Horas semanais).

Art. 3º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de Janeiro de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

En

PORTARIA Nº. 0018/DGP

Publicação Nº 2310457

PORTARIA N. 0018/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º – REMOVER, os servidores abaixo, pertencente ao Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, por meio do Concurso Interno de Remoção - Ano Letivo 2020 e em conformidade com o disposto no Artigo 20-B, da Lei Complementar nº 075 de 20/11/2001 e suas alterações posteriores.

Servidor	Disciplina	Carga Horária	Unidade Origem	Unidade Destino	A partir de:
Dominanda Aparecida dos Santos	Educação Infantil	40 horas	CEI Dr. Romão Trauczynski	CEI Favinho de Mel II	06/02/2020
Andreia Becker	Educação Infantil	40 horas	CEI Favinho de Mel I	CEI Dr. Romão Trauczynski	06/02/2020
Simone Mafazzolli	Educação Infantil	40 horas	Secretaria Municipal de Educação	CEI Navegantes	06/02/2020
Erika Ribeiro Schmoegel de Alcantara	Educação Infantil	40 horas	CEI Prof. Belmarli da Silva	CE Aníbal de Barba	06/02/2020
Daiane Mariano Rode	Educação Infantil	40 horas	Secretaria Municipal de Educação	CEI Cinderela	06/02/2020
Jucelia Sales Heesch	Educação Infantil	40 horas	CE Pref. Luiz Adelar Soldatelli	CEI Pref. Danilo Lourival Schmidt	06/02/2020
Valdete Maria Avi Ponticelli	Educação Infantil	40 horas	CEI Cinderela	CE Pref. Luiz Adelar Soldatelli	06/02/2020
Ana Paula Cardozo Hoepers	Educação Infantil	40 horas	CEI Francisco Fleisner	CEI Cinderela	06/02/2020
Sandra Bezerra Amorim de Oliveira	Educação Infantil	40 horas	CEI Egídio Dalmarco	CEI Pref. Danilo Lourival Schmidt	06/02/2020
Luana Carolina Andrade	Educação Infantil	40 horas	CEI Guilherme Butzke	CEI Egídio Dalmarco	06/02/2020

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de Janeiro 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
En

PREGÃO PRESENCIAL Nº 055/2019/FMS

Publicação Nº 2310055

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 055/2019/FMS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE FÓRMULAS NUTRICIONAIS E MÓDULOS, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL/SC.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Lei Federal Complementar Federal 123/2006, Decreto Municipal nº 80/2007 e subsidiariamente com a Lei 8.666/93.

ENTREGA DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Até as 13h30min do dia 27/01/2020, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

A íntegra deste edital pode ser retirada também pelo sítio eletrônico da Prefeitura Municipal www.riodosul.sc.gov.br no menu autoatendimento – licitações.

Rio do Sul, 18 de novembro de 2019,
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

SUELI TEREZINHA DE OLIVEIRA
Secretária de Saúde

PREGÃO PRESENCIAL Nº 056/2019/FMS

Publicação Nº 2309893

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 056/2019/FMS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE OXIGENOTERAPIA DOMICILIAR, COM FORNECIMENTO DE OXIGÊNIO MEDICINAL E LOCAÇÃO MENSAL DE APARELHOS DE CONCENTRAÇÃO DE OXIGÊNIO, COM A FINALIDADE DE ATENDER AS NECESSIDADES DOS PACIENTES ATENDIDOS PELO PROGRAMA DE OXIGENOTERAPIA DOMICILIAR PROLONGADA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL/SC.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Lei Federal Complementar Federal 123/2006, Decreto Municipal nº 80/2007 e subsidiariamente com a Lei 8.666/93.

ENTREGA DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Até as 08h00min do dia 27/01/2020, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

A íntegra deste edital pode ser retirada também pelo sítio eletrônico da Prefeitura Municipal www.riodosul.sc.gov.br no menu autoatendimento – licitações.

Rio do Sul, 13 de novembro de 2019,
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

SUELI TEREZINHA DE OLIVEIRA
Secretária de Saúde

RESUMO DO ENDOSSO DA APÓLICE Nº 01.31.39750.0.10

Publicação Nº 2310156

RESUMO DO ENDOSSO DA APÓLICE Nº 01.31.39750.0.10

Pregão Presencial Nº 150/2018

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Gente Seguradora S.A.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE SEGURO PATRIMONIAL (FROTA E EDIFICAÇÕES) DA MUNICIPALIDADE, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, CONFORME DISCRIMINADO NO TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS DESTA EDITAL.

Valor do Endosso – Lote 01 Frota (01 trator): R\$ 604,56 (seiscentos e quatro reais e cinquenta e seis centavos);

Vigência: Até 06 de dezembro de 2020.

Recurso: Orçamento Vigente

Fundamento Legal: Art. 65 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 02 de janeiro de 2020.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

TERMO DE CONVOCAÇÃO DANIELLE PRAZERES LEME

Publicação Nº 2309681

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) DANIELLE PRAZERES LEME é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo de AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL, 40 horas semanais, conquistado por meio do Concurso Público nº 002/2017, homologado por meio do Decreto nº 6963 de 09/04/2018 e suas retificações posteriores.

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) por meio da Portaria n. 0005/DGP de 07/01/2020, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 14/01/2020. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Gestão de Pessoas para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional e será fornecido autorização para abertura de conta (caso não possua conta no Banco Bradesco).
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Gestão de pessoas para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com toda a documentação entregue e aprovada pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, CUSTEADOS PELO CANDIDATO:

Nome do Cargo	Exames necessários
Todos os cargos	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. RX DE BACIA; 6. ECG (acima 40 anos) – com laudo; 7. CREATININA (acima 40 anos); 8. LAUDO DO PSIQUIATRA; 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO.

Rio do Sul, 13 de Janeiro de 2020.

Departamento de Gestão de Pessoas
Divisão de Desenvolvimento profissional

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO GABRIELA STADNICK LEITE

Publicação Nº 2309668

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) GABRIELA STADNICK LEITE é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo de MONITOR ESCOLAR, 40 horas semanais, conquistado por meio do Concurso Público nº 001/2018, homologado por meio do Decreto nº 6963 de 09/04/2018 e suas retificações posteriores.

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) por meio da Portaria n. 0003/DGP de 06/01/2020, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 14/01/2020. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Gestão de pessoas para agendar o Exame Admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com toda a documentação entregue e aprovada pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, CUSTEADOS PELO CANDIDATO:

Nome do Cargo	Exames necessários
Todos os cargos	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. RX DE BACIA; 6. ECG (acima 40 anos) – com laudo; 7. CREATININA (acima 40 anos); 8. LAUDO DO PSIQUIATRA; 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO.

Rio do Sul, 13 de Janeiro de 2020.

Departamento de Gestão de Pessoas
Divisão de Desenvolvimento profissional

Confirmação Recebimento (Assinatura):

Rio dos Cedros

PREFEITURA

1º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 007/2019 DATA: 26/12/2019 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 68/2018. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM - JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: COMERCIAL DE MOLAS MENESTRINA LTDA EPP

Publicação Nº 2310667

1º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 007/2019

Data: 26/12/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 68/2018. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: Por Item - JULGAMENTO: Menor Preço
CONTRATO: COMERCIAL DE MOLAS MENESTRINA LTDA EPP CNPJ nº 79.290.862/0002-37

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E COMPONENTES NECESSÁRIOS DESTINADOS À FROTA DE VEÍCULOS LEVES, UTILITÁRIOS, CAMINHÕES E MÁQUINAS PESADAS. PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA

INÍCIO: 02/01/2020

TÉRMINO: 02/01/2021

VALOR: Nos termos do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 68/2018

1º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 014/2019 DE 02/01/2019 DATA: 26/12/2019 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 69/2018. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM - JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: AKON LTDA ME

Publicação Nº 2310668

1º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 014/2019 de 02/01/2019

Data: 26/12/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 69/2018. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: Por Item - JULGAMENTO: Menor Preço
CONTRATO: AKON LTDA ME CNPJ nº 13.228.073/0001-87

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS. PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA

INÍCIO: 02/01/2020

TÉRMINO: 02/01/2021

VALOR: Nos termos do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 69/2018

1º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 015/2019 DE 02/01/2019 DATA: 26/12/2019 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 69/2018. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM - JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: TOPCLIMA SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI

Publicação Nº 2310669

1º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 015/2019 de 02/01/2019

Data: 26/12/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 69/2018. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: Por Item - JULGAMENTO: Menor Preço
CONTRATO: TOPCLIMA SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI CNPJ nº 27.821.705/0001-26

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS. PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA

INÍCIO: 02/01/2020

TÉRMINO: 02/01/2021

VALOR: Nos termos do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 69/2018

1º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 016/2019 DE 02/01/2019 DATA: 26/12/2019 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 69/2018. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM - JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI

Publicação Nº 2310670

1º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 016/2019 de 02/01/2019

Data: 26/12/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 69/2018. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: Por Item - JULGAMENTO: Menor Preço
CONTRATO: CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELI CNPJ nº 17.848.143/0001-50

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS. PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA

INÍCIO: 02/01/2020

TÉRMINO: 02/01/2021

VALOR: Nos termos do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 69/2018

2º AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 069/2018 DE 26/04/2018 DATA: 13/01/2020 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2018 - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL – TIPO COMPARAÇÃO: POR LOTE – JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: CARLITO JOEL CAMPREGHER ME

Publicação Nº 2310673

2º ao CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 069/2018 DE 26/04/2018

DATA: 13/01/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2018 - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL – TIPO COMPARAÇÃO: POR LOTE – JULGAMENTO: MENOR PREÇO

CONTRATO: CARLITO JOEL CAMPREGHER ME CNPJ 03.024.344/0001-29

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇOS DE RECAPAGEM DE PNEUS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA, BALANCEAMENTO E GEOMETRIA – ACRÉSCIMO NO ITEM 4.

INÍCIO: 13/01/2020

TÉRMINO: 27/04/2020

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 26/2018

2º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 006/2019 DE 02/01/2019 DATA: 26/12/2019 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 68/2018. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM - JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: LUCAR AUTO MECÂNICA E CHAPEAÇÃO LTDA

Publicação Nº 2310671

2º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 006/2019 de 02/01/2019

Data: 26/12/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 68/2018. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: Por Item - JULGAMENTO: Menor Preço

CONTRATO: LUCAR AUTO MECÂNICA E CHAPEAÇÃO LTDA CNPJ nº 00.689.023/0001-55

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E COMPONENTES NECESSÁRIOS DESTINADOS À FROTA DE VEÍCULOS LEVES, UTILITÁRIOS, CAMINHÕES E MÁQUINAS PESADAS. PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA

INÍCIO: 02/01/2020

TÉRMINO: 02/01/2021

VALOR: Nos termos do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 68/2018

2º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 026/2019 DE 28/01/2019 DATA: 13/01/2020 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 70/2018. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: POR LOTE - JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: IPM SISPEMAS LTDA

Publicação Nº 2310672

2º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 026/2019 de 28/01/2019

Data: 13/01/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 70/2018. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: Por lote - JULGAMENTO: Menor Preço

CONTRATO: IPM SISPEMAS LTDA CNPJ nº 10.596.772/0001-91

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO, PARA O MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS – PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA

INÍCIO: 29/01/2020

TÉRMINO: 28/01/2020

VALOR: Nos termos do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 70/2018

4º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 050/2017 DE 02/03/2017 DATA: 02/12/2019 PROCESSO LICITATÓRIO Nº FS 4/2017 MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL – CREDENCIAMENTO TIPO DE LICITAÇÃO: POR ITEM CONTRATO: RIABILITARE CLINICA DE FISIOTERAPIA LTDA

Publicação Nº 2310666

4º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO nº. 050/2017 DE 02/03/2017

DATA: 02/12/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº FS 4/2017 MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL – CREDENCIAMENTO Tipo de Licitação: Por Item

CONTRATO: RIABILITARE CLINICA DE FISIOTERAPIA LTDA CNPJ 10.596.772/0001-91

OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA

INÍCIO: 02/12/2019

TÉRMINO: 02/06/2020

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº FS 4/2017

DECRETO DE 30 DE DEZEMBRO DE 2019. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

Publicação Nº 2310653

DECRETO DE 30 DE DEZEMBRO DE 2019.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º Inciso I da Lei Municipal nº 2.016 de 27 de novembro de 2018.

DECRETA:

Art.1º. Fica suplementada por conta do excesso de arrecadação do corrente exercício a dotação orçamentária abaixo relacionada até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

04 – Secretaria de Infraestrutura

003 – Diretoria de Obras e Serviços Urbanos

0015.0452.0020.2006 – Manutenção dos Serviços Urbanos

3339000000000000 – Apl. Diretas (1.120.000 – Conv. Trânsito - Prefeitura) R\$1.100,00

Total R\$1.100,00

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 30 de Dezembro de 2019.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 30 de Dezembro de 2019.

Margaret Silvia Gretter

Diretora de Gabinete

DECRETO Nº 3.020, DE 13 DE JANEIRO DE 2020. ATUALIZA A UFM UNIDADE FISCAL MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2310655

DECRETO Nº 3.020, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

ATUALIZA A UFM UNIDADE FISCAL MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 70, inciso I, letra "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990, e, artigo 477, § 1º da Lei Complementar nº 027, de 19 de dezembro de 2002;

DECRETA:

Art.1º. Fica atualizada a UFM (Unidade Fiscal Municipal) para o exercício de 2020 em R\$129,66 (cento e vinte e nove reais e sessenta e seis centavos).

Art.2º. O valor da UFM (Unidade Fiscal Municipal) foi atualizado em 4,48%, com base na variação anual do INPC de 2019 publicado pelo IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Rio dos Cedros, 13 de janeiro de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito de Rio dos Cedros

Este Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar, em 13 de Janeiro de 2020.

MARGARET SILVIA GRETTER

Diretora de Gabinete

DECRETO Nº 3.021, DE 13 DE JANEIRO DE 2020. ATUALIZA A UNIDADE MONETÁRIA AMBIENTAL –UMA- PARA O EXERCÍCIO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2310656

DECRETO Nº 3.021, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

ATUALIZA A UNIDADE MONETÁRIA AMBIENTAL –UMA- PARA O EXERCÍCIO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 70, inciso I, letra "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990, e, artigo 2º da Lei Ordinária nº 1.976, de 07 de dezembro de 2017;

DECRETA:

Art.1º. Fica atualizada a UNIDADE MONETÁRIA AMBIENTAL (UMA), para o exercício de 2020 em R\$110,29 (cento e dez reais e vinte e nove centavos).

Art.2º. O valor da UNIDADE MONETÁRIA AMBIENTAL (UMA) foi atualizado em 4,48%, com base na variação anual do INPC de 2019 publicado pelo IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Rio dos Cedros, 13 de Janeiro de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito de Rio dos Cedros

Este Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar, em 13 de Janeiro de 2020.

MARGARET SILVIA GRETTTER
Diretora de Gabinete

DECRETO Nº 3.022, DE 13 DE JANEIRO DE 2020. REGULAMENTA O SISTEMA DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS, EXCLUSIVAMENTE PARA A RUA ANGELO PURIN, PELO REGIME DE MUTIRÃO - LEI COMPLEMENTAR Nº216, DE 10 DE JULHO DE 2012...

Publicação Nº 2310657

DECRETO Nº 3.022, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

REGULAMENTA O SISTEMA DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS, EXCLUSIVAMENTE PARA A RUA ANGELO PURIN, PELO REGIME DE MUTIRÃO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº216, DE 10 DE JULHO DE 2012, EM CONFORMIDADE COM O PROCESSO LICITATÓRIO DE CREDENCIAMENTO Nº 31/2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso V da Lei Orgânica do Município, e, de conformidade com a Lei Complementar Municipal nº216, de 10 de julho de 2012, DECRETA:

Art. 1º - Este Decreto estabelece regras para hierarquização dos pedidos de Pavimentação, Melhoria e/ou Manutenção de Logradouros e Passeios destinados ao uso público que integram as vias do município de Rio dos Cedros pelo regime de mutirão de que trata a Lei Complementar nº216, de 10 de Julho de 2012 e em conformidade com o Credenciamento nº 31/2019, exclusivamente para a pavimentação em Regime de Mutirão da rua ANGELO PURIN, em toda sua extensão.

Art.2º - Os interessados na pavimentação da citada via pública deverão dirigir-se à empresa credenciada de acordo com o Credenciamento nº 31/2019, a qual, a partir da adesão mínima de 95% (noventa e cinco por cento) dos proprietários de imóveis (computado o percentual por imóvel), ficará autorizada a executar as obras de pavimentação.

§1º - Considera-se adesão a efetiva participação financeira dos interessados (proprietários/possuidores dos imóveis lindeiros), como forma de viabilizar a execução da obra.

§2º - Os proprietários de imóveis que não aderirem ao sistema de mutirão deverão ser submetidos ao regime de contribuição de melhoria, cabendo ao Departamento de Tributação a adoção das medidas pertinentes à cobrança do tributo.

Art.3º - A Secretaria Municipal de Planejamento caberá a homologação e aprovação do projeto de pavimentação na via pública, bem como o cronograma físico e temporal de execução da obra mencionada no artigo 1º do presente Decreto, competindo a empresa credenciada, nos termos constantes do Credenciamento nº 31/2019, diligenciar apresentando os documentos necessários a homologação e aprovação do projeto de pavimentação do logradouro, mediante a utilização dos materiais constantes do credenciamento, conforme análise técnica do órgão municipal de planejamento e infraestrutura.

§1º - Caberá à empresa Credenciada executora da obra a retirada de todas as licenças, autorizações, bem como o pagamento de todos os

tributos e taxas cabíveis, respondendo única e exclusivamente por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, infortunisticos, securitários, entre outros, eventualmente incidentes sobre a obra, além de responder pelos atos e omissões de seus funcionários, empregados, prepostos e terceiros, sem qualquer responsabilidade, solidária ou subsidiária do Município ou dos aderentes do Regime de Mutirão, pelas suas ações ou negligência, assegurado o direito destes de regresso em face daquela em caso de eventual condenação.

Art. 4º - A contratação do serviço de pavimentação ocorrerá diretamente entre os proprietários /possuidores dos imóveis lindeiros e a empresa credenciada, não havendo qualquer responsabilidade do Município pelo custeio em razão de eventual inadimplência daqueles.

§1º - Os serviços contratados deverão ser executados através dos profissionais da empresa Credenciada, não podendo ser subempreitada, cedido ou sublocado, exceto naquilo que não se inclua em sua especialização, o que dependerá de prévia anuência da Administração Pública, por escrito, sem prejuízo da responsabilidade exclusiva da Contratada pelo ônus, responsabilidade e perfeição técnica do mesmo.

§2º - Em nenhuma hipótese a responsabilidade pelos pagamentos das obrigações pactuadas entre os aderentes e a Credenciada será arca da pela Municipalidade, cabendo a credenciada procurar as vias legais cabíveis para seu devido ressarcimento contra os aderentes inadimplentes, não sendo permitido, em nenhuma hipótese, a paralização da obra ou o descumprimento dos prazos e projetos sob a justificativa de inadimplência de pagamentos.

Art. 5º - A empresa credenciada, para os fins da contratação mencionada no caput do artigo anterior, deverá utilizar-se da minuta de contrato constante da Lei Complementar Municipal nº216, de 10 de julho de 2012, efetuando as devidas adaptações no que for cabível para melhor adequação ao sistema de contratação e as regras convencionadas, além das disposições do presente Decreto.

Art. 6º - Não haverá qualquer vínculo trabalhista entre a empresa Credenciada e o Município de Rio dos Cedros.

§1º - É de plena, exclusiva e total responsabilidade da CONTRATADA arcar, de forma única e exclusiva, com todo e qualquer encargo trabalhista, fiscal, securitário, previdenciário, social, comercial ou de outra natureza, resultante de qualquer vínculo empregatício ou não. Tais responsabilidades, ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos ao CONTRATANTE ou a qualquer entidade e pessoa a ele vinculado ou a terceiro, em conformidade com o que dispõe o artigo 71 da Lei 8.666/93.

§2º - A CREDENCIADA executará única e exclusivamente as disposições constantes do Credenciamento e do presente Decreto, por seus próprios meios, não havendo qualquer tipo de subordinação ou vínculo empregatício entre os empregados e prepostos da CREDENCIADA e o Poder Público.

Art. 7º - Através de sua Secretaria de Planejamento, o Município de Rio dos Cedros exercerá fiscalização sobre a obra de pavimentação, a qual deverá seguir a metodologia técnica e regulamentar dos serviços de engenharia destinados a tais fins, bem como observar todos os critérios e normatizações técnicas determinadas pela Secretaria de Planejamento e Infraestrutura quando da homologação e aprovação do projeto de pavimentação apresentado pela empresa Credenciada.

§1º - A fiscalização e o acompanhamento acima descritos não eximem a CREDENCIADA, de nenhuma forma, de sua plena, total e exclusiva responsabilidade quanto à execução da obra de pavimentação do logradouro citado neste Decreto e perante quaisquer terceiros e o Poder Público.

§2º - Além das demais obrigações e responsabilidades constantes do Credenciamento nº 31/2019, fica a CREDENCIADA responsável:

I - em prestar e cumprir fielmente todo o objeto e demais serviços, atribuições e prazos, arcando com todos os custos, ônus e obrigações advindas, decorrentes ou relacionadas aos mesmos, independentemente do adimplemento das obrigações pactuadas com os proprietários/possuidores aderentes;

II - em disponibilizar todo e qualquer recurso, seja ele de que natureza for, necessário à execução do objeto deste instrumento, arcando com todo e qualquer custo advindo, decorrente ou relacionado ao mesmo;

III - pelo gerenciamento e pela Responsabilidade Técnica relativa a obra;

IV - civil, criminal e por toda e qualquer indenização ou reparação que surgir em virtude de dano causado ao Poder Público e a qualquer terceiro, decorrentes de ação ou omissão, negligência, imperícia e imprudência ou por dolo praticado, inclusive por seus empregados, profissionais ou prepostos, ficando assegurado o direito de regresso;

V - única e exclusivamente quanto a quaisquer ônus e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, fiscais, securitárias, previdenciárias, comerciais e de qualquer outra natureza, bem como quanto a quaisquer despesas advindas, decorrentes ou relacionadas à execução da obra de pavimentação;

VI - em utilizar as técnicas adequadas para executar o objeto da pavimentação, respondendo ainda por todo e qualquer prejuízo, seja de natureza civil ou criminal, que causar ao Poder Público e a qualquer terceiro, independente de culpa ou dolo;

VII - em assumir todos e quaisquer custos e ônus relativos a pessoal, mão de obra, material e equipamentos, sejam eles de que natureza forem, necessários à execução do objeto da pavimentação;

VIII - em refazer todos e quaisquer serviços mal executados ou defeituosos, bem como com a execução fora das especificações técnicas, arcando, de forma única e exclusiva, com todos os custos e ônus, sejam eles de que natureza for;

IX - única e exclusivamente quanto a toda e qualquer indenização ou responsabilidade civil e criminal que surgirem em virtude do objeto da pavimentação;

X - em providenciar, por sua exclusiva e total responsabilidade, todos os alvarás, licenças e autorizações necessárias à execução do objeto do presente instrumento;

XI - única e exclusivamente por todos os serviços, materiais e equipamentos, sejam eles de que natureza forem, necessários a execução do objeto da pavimentação;

XII - em fornecer pessoal habilitado para a execução do objeto da pavimentação;

XIII - quanto à quantidade e qualidade dos materiais e serviços oferecidos, respondendo civil e penalmente por todos e quaisquer

acontecimentos que porventura ocorrerem em decorrência dos mesmos;

XIV - em comunicar o Poder Público, a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa impedir ou retardar a execução destes serviços (por escrito);

XV - em cumprir com todas as determinações técnicas relacionadas ao objeto da pavimentação ou aquelas apresentadas pelo Poder Público;

XVI - em assumir todos os custos relativos ao deslocamento de pessoal ou de material necessário ao cumprimento do objeto da pavimentação;

XVII - por todo e qualquer material de sua posse ou propriedade, bem como quanto a quaisquer custos ou ônus advindos, decorrentes ou relacionados aos mesmos;

XVIII - de forma única e exclusiva, por todo tributo, fornecimento, transporte, manutenção, substituição e demais atribuições e obrigações que se fizerem necessárias à execução do objeto e demais atribuições e disposições constantes deste instrumento;

XIX - civil, criminal e por toda e qualquer indenização que porventura surgir em virtude

de dano causado ao Poder Público e a qualquer terceiro, decorrentes de ação ou omissão, negligência, imperícia e imprudência, por dolo praticado por seus empregados, profissionais ou prepostos ou, ainda, por todo e qualquer acontecimento que porventura surgir em decorrência do objeto e demais equipamentos e materiais necessários a execução da obra de pavimentação;

XX - em facilitar que o Poder Público acompanhe e fiscalize todas as atividades inerentes a execução da obra de pavimentação, fornecendo ao mesmo todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados.

Art. 8º - A empresa Credenciada responderá exclusivamente pela solidez e perfectibilidade da obra, de acordo com a legislação de regência, respondendo também por todos os atos praticados por seus funcionários, prepostos ou terceiros, dolosos ou culposos, sem que haja qualquer responsabilidade do Município.

§1º - Em caso de condenação do Município por fato praticado por preposto, funcionário e/ou terceiros da empresa Credenciada, ficará assegurado o direito de regresso daquele em face desta.

Art. 9º - Como contrapartida no Regime de Mutirão da Rua ANGELO PURIN, nos termos da Lei Complementar Municipal nº216, de 10 de julho de 2012, o Município realizará as seguintes obras:

I – Melhorias de drenagem com reposicionamento de bocas de lobo e complementação de tubulação;

II – Preparação da pista compreendendo o fornecimento de meio fio;

III – Fornecimento de base de brita graduada, para revestimento asfáltico;

IV – Sinalização vertical, sem pintura de meio fio.

§1º - A Credenciada, antes da execução de seus trabalhos, deverá realizar aprofundado estudo sobre a situação do solo em que será realizada a obra de pavimentação bem como sobre os serviços que ficaram sobre a responsabilidade do Município.

§2º - Apurando a necessidade de regularização de qualquer parcela dos serviços que ficaram sob a incumbência do Município, no regime de mutirão de que trata o presente Decreto, a Credenciada deverá Notificar o Município, no prazo de 03 (três) dias corridos, após a emissão da ordem de serviço, através de sua Secretaria de Obras, para que regularize a situação.

§3º - O início das obras pela Credenciada e/ou a ausência de manifestação no prazo mencionado no parágrafo anterior, afasta a responsabilidade do Município, inclusive sobre a parcela que executou, e implica a assunção pela Credenciada da obrigação de promover todas as eventuais correções que eventualmente sejam necessárias para regularização de problemas ocorridos com a pavimentação, inclusive os referentes as obras executadas originariamente pela municipalidade.

Art. 10 – Após a aprovação dos projetos pela Secretaria de Planejamento e a demonstração pela Credenciada de contratação com 95%(noventa e cinco por cento) de adesão ao Poder Executivo Municipal, este, através da Secretaria Municipal de Infraestrutura, emitirá a ordem de início de serviços.

§1º - A apresentação dos contratos individuais celebrados entre a empresa Credenciada e cada um dos aderentes, substitui, para todos os fins e efeitos, a utilização da minuta constante do Anexo Único da Lei Complementar Municipal nº216, de 10 de julho de 2012, que tem caráter meramente exemplificativo podendo ser substituída por outros documentos que lhe fizerem às vezes.

Art.11 – A Credenciada, pelo descumprimento das regras previstas neste Decreto, no Edital de Credenciamento, nos projetos, memoriais e cronogramas aprovados pela Secretaria de Planejamento ficará sujeita a imposição das sanções capituladas no artigo 87 da Lei 8.666/97.

§1º - Além das demais disposições constantes do Credenciamento nº 031/2019, e ressalvados os motivos de força maior (devidamente comprovados) e aqueles que por ventura possam ser apresentados pelo Poder Público, a Credenciada incorrerá nas seguintes penalidades:

I - 10,0% (dez por cento) do valor da obra, pelo não cumprimento de qualquer das cláusulas, condições, obrigações ou prazos constantes do presente Decreto ou, ainda, pela rescisão, sem justo motivo.

II - demais penalidades previstas no artigo 87 da Lei 8.666/97, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente, conforme previsão legal.

§2º - A Credenciada será notificada antes da aplicação da penalidade e terá 03 (três) dias úteis para apresentar sua defesa, a qual, não sendo aceita ou deixando de ser apresentada, culminará na cobrança da penalidade, tudo de conformidade com as disposições constantes do edital e do contrato em questão, independentemente das demais medidas legais cabíveis.

§3º - A penalidade de multa deverá ser paga junto à Tesouraria do Poder Executivo de Rio dos Cedros, em até 15 dias da sua aplicação e notificação, podendo ser objeto de cobrança administrativa ou judicial após este prazo.

§4º - Caso a Credenciada não efetive o pagamento espontâneo da penalidade até o dia estabelecido, ficará sujeita a suspensão do contrato e compensação nos créditos que eventualmente detenha junto ao CONTRATANTE.

Art.12 - A rescisão contratual, com o descredenciamento poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito do Poder Público, nos casos enumerados nos incisos I à XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

II - amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência para o Poder Público.

Art. 13 - A inexecução total ou parcial da obra de pavimentação enseja o descredenciamento da empresa, com as consequências previstas no artigo 11 deste Decreto.

Art.14 - Constituem também motivos para rescisão do Contrato, as demais disposições constantes do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

§1º - Em caso de rescisão prevista nos incisos XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, sem que haja culpa ou dolo da CREDENCIADA, esta terá direito ao ressarcimento dos prejuízos regularmente comprovados, quando os houver sofrido, ressarcimento que deverá ser pleiteado em face dos aderentes.

§2º - A rescisão de que trata o inciso I do art. 78, acarretará as consequências previstas no art. 80, ambos da Lei Federal nº 8.666/93.

§3º - Sem prejuízo de quaisquer sanções aplicáveis, a critério do Poder Público, a rescisão importará em:

I - aplicação da pena de suspensão do direito de licitar com o Poder Público, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

II - declaração de inidoneidade quando a CREDENCIADA, sem justa causa, deixar de cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má fé (a juízo do Poder Público).

§4º - A pena de inidoneidade será aplicada em despacho fundamentado, ponderando-se sua natureza, a gravidade da falta e a extensão do dano efetivo ou potencial, assegurando-se defesa ao infrator.

Art.15 - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Rio dos Cedros, em 13 de Janeiro de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito de Rio dos Cedros

Este Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar, aos 13 de Janeiro de 2020.

MARGARET SILVIA GRETTTER

Diretora de Gabinete

MUNICIPIO DE RIO DOS CEDROS - EXTRATO DO EDITAL DE PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2020 TIPO DO JULGAMENTO: MENOR PREÇO - TIPO DE COMPARAÇÃO: POR ITEM, COM A FINALIDADE DE SELECIONAR PROPOSTA OBJETIVANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PA

Publicação Nº 2310652

MUNICIPIO DE RIO DOS CEDROS
Extrato do Edital de Pregão Registro de Preços
Processo Licitatório Nº 04/2020
Tipo do Julgamento: Menor Preço
Tipo de Comparação: Por Item

O Município de Rio dos Cedros, estabelecido na Rua Nereu Ramos, 205, Centro – Rio dos Cedros - SC, informa que realizará licitação na modalidade de Pregão Registro de Preços, com a finalidade de selecionar proposta objetivando o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA A REDE DE ENSINO DE RIO DOS CEDROS - SC, conforme especificações constantes do edital. Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 2.279/2007, a Lei Complementar nº 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem: Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 24/01/2020 - Hora: 08h45min. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes de propostas: Data: 24/01/2020 - Hora: 09h00min. O Edital e seus anexos poderão ser extraídos através do site www.riodoscedros.sc.gov.br no link Licitações. As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, Rio dos Cedros – SC, pelo telefone: (47) 3386-1050 ramal 2006 ou ainda pelo e-mail: licitacao@riodoscedros.sc.gov.br.

Rio dos Cedros, 13 de janeiro de 2020.

Roseli Samagaia
Secretaria de Educação

Rio Fortuna

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2020 - TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2020 003/2019

Publicação Nº 2309862

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA
Processo de Licitação 002/2020
Edital de Tomada de Preços 001/2020

O Prefeito Municipal em Exercício de Rio Fortuna, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às 9h, do dia 30 de janeiro de 2020, nas dependências da Prefeitura Municipal de Rio Fortuna – Setor de Licitação, situado na Avenida Sete de Setembro, 1.175, Centro, TOMADA DE PREÇOS visando à CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMERCIAIS, DO MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA. Os interessados em participar poderão retirar o Edital Completo e demais informações no Setor de Licitações do Município de Rio Fortuna, no endereço acima, de segunda à sexta-feira, das 07 (sete) às 13 (treze) horas, no site www.riofortuna.sc.gov.br, ou pelo telefone (48) 3653-1122.

Rio Fortuna/ SC, 13 de janeiro de 2020.

NERI VANDRESEN

Prefeito Municipal em Exercício

Rio Negrinho

IPRERIO - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE RIO NEGRINHO

BALANCETE FINANCEIRO NOVEMBRO 2019

Publicação Nº 2310695

Pág 1 / 2

IPRERIO-INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE RIO NEGRINHO
Prestação de Contas
Balancete Financeiro
Período de Referência: Novembro / 2019



BALANÇO FINANCEIRO		
INGRESSOS		
	Nota	Exercício Atual
Receita Orçamentária (I)		1.151.721,55
Ordinária		0,00
Vinculada		1.151.721,55
Transferências Financeiras Recebidas (II)		0,00
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		0,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)		126.075,64
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		(9.427,15)
Inscrição de Restos a Pagar Processados		(5.902,00)
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		141.404,79
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)		132.728.510,32
Caixa e Equivalentes de Caixa		1.949.424,70
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		130.779.085,62
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		134.006.307,51

DISPÊNDIOS		
	Nota	Exercício Atual
Despesa Orçamentária (VI)		772.180,96
Ordinária		0,00
Vinculada		772.180,96
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		0,00
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		136.825,47
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		0,00
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		136.825,47
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)		133.097.301,08

IPM Sistemas Ltda
Atende.Net - WPR v.2013.01

Identificador: WPR1491103-1731-AFAF-316637078 - Emitido por: LUCIENE MARIA KWITSCHAL

13/01/2020 17:44:38 -03:00



IPRERIO-INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE RIO NEGRINHO

Prestação de Contas

Balancete Financeiro

Período de Referência: Novembro / 2019

Pág 2 / 2

DISPÊNDIOS		
	Nota	Exercício Atual
Caixa e Equivalentes de Caixa		1.907.525,59
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		131.189.775,49
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		134.006.307,51

Notas Explicativas

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM. Unidade Responsável IPRERIO-INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE RIO NEGRINHO. Data Emissão 13/01/2020. Hora emissão 17:44:47

Notas:

EDGAR ANTON
Dirigente Entidade/Previdência

LUCIENE MARIA KWITSCHAL
Contador
CRC/SC 017498/O-0

IPM Sistemas Ltda
Atende.Net - WPR v.2013.01

Identificador: WPR1491103-1731-AFAF-316637078 - Emitido por: LUCIENE MARIA KWITSCHAL

13/01/2020 17:44:38 -03:00

Rio Rufino

PREFEITURA

EXTRATO DE CHAMAMENTO PUBLICO 01/2019

Publicação Nº 2310172

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO RUFINO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01/2020

EDITAL DE CHAMAMENTO PUBLICO Nº 01/2020

A Prefeitura Municipal De Rio Rufino, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com o que estabelece o art. 34, §1º, da Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, que se encontram abertas as inscrições para cadastramento de novos fornecedores e atualização dos cadastros existentes, para fins de habilitação para fornecimento de materiais e serviços à Prefeitura para o ano de 2020. Os interessados na aquisição do Edital e seus anexos poderão adquirir gratuitamente, em via digital, junto ao sítio <http://www.riorufino.sc.gov.br>, para obter informações sobre este Processo Administrativo pelo fone 49-3279 0000, ou por meio do endereço eletrônico licitacao@riorufino.sc.gov.br

Rio Rufino, 13 de Janeiro de 2020

THIAGO COSTA

Prefeito Municipal

Rodeio

PREFEITURA

AVISO DE TOMADA DE PREÇO 01/2020

Publicação Nº 2310770

Estado De Santa Catarina - Município de Rodeio - Aviso de Licitação – tomada de preço nº 01/2020 - menor preço por item. Objeto: contratação de empresa para pavimentação asfáltica e implantação de calçada e ciclovia da rua barão do rio branco com fornecimento de mão de obra, material e ferramental, conforme memorial descritivo e demais projetos. Fim da entrega de propostas: às 08h30min do dia 30/01/2020. Informações sobre o edital serão prestadas através do e-mail pmcomp@terra.com.br ou pelo fone 47 – 33840161, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min as 17h00min, em dias úteis. Rodeio 13 de janeiro de 2020. Paulo Roberto Weiss - Prefeito Municipal

Romelândia

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO 09/2020

Publicação Nº 2310059

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA
EXTRATO DO CONTRATO 09/2020

O Município de Romelândia (SC), comunica a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA REFORMA DO TELHADO DA CRECHE MUNICIPAL JEITINHO DE SER, CONFORME PROJETO ART Nº. 7033606-5, através Processo de Licitação Nº 2510/2019, na modalidade Tomada de Preços nº 13/2019. Contratado: ANDERSON RENATO SUHRE BAPTISTA. Valor R\$ 19.665,23(dezenove mil seiscentos e sessenta e cinco reais e vinte e três centavos). Validade do Contrato 31/12/20.

Romelândia, 08/01/2020.
VALDIR BUGS
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO 10/ 2020

Publicação Nº 2310086

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA
EXTRATO DO CONTRATO 10/ 2020

O Município de Romelândia (SC), comunica a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE TERRAPLENAGEM, BASE, PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, MEIO FIO E SINALIZAÇÃO DA RUA CASTELO BRANCO, CFE 6806442-0, através Processo de Licitação Nº 2476/2019, na modalidade Tomada de Preços nº 12/2019. Contratado: GAIA RODOVIAS LTDA. Valor: R\$ 122.068,90 (cento e vinte e dois mil e sessenta e oito reais e noventa centavos) Validade do Contrato 31/12/2020.

Romelândia, 08/01/2020.
VALDIR BUGS
Prefeito Municipal

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2020

Publicação Nº 2310203

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 76/2020
EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2020

O MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA (SC) realizará licitação na modalidade Pregão para REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL, PARCELADA E FUTURA CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORA MÁQUINA COM MOTONIVELADORA E RETROESCAVADEIRA PARA USO NA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA. Tudo em conformidade com a Lei nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações posteriores. Informações e editais completos poderão ser obtidos no Departamento de Compras, Licitações e Contratos, em horário de expediente. Fone para contato (049) 3624-1002, email: compras@romelandia.sc.gov.br, www.romelandia.sc.gov.br. Os documentos e propostas deverão ser entregues até as 08:00 horas do dia 24/01/2020. Romelândia (SC), 13/01/2020. VALDIR BUGS - PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA 9728/2020

Publicação Nº 2309750

PORTARIA Nº 9728/2020
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder FÉRIAS ao Servidor Público Municipal, Sr. JAIR ZIMMER, cargo de carreira de TECNICO ADMINISTRATIVO III, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 01 de março de 2018 à 28 de fevereiro de 2019.

Art. 2º - O período de concessão será de 13 de janeiro de 2020 a 11 de fevereiro de 2020.



Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 13 de janeiro de 2020.

Valdir Bugs
Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon
Técnico Administrativo II

PORTARIA 9729/2020

Publicação Nº 2309754

PORTARIA Nº 9729/2020

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder FÉRIAS ao Servidor Público Municipal, Sr. LUCIMAR LUIZ FERRARI, cargo de carreira de CONTADOR, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 02 de fevereiro de 2018 à 01 de fevereiro de 2019.

Art. 2º - O período de concessão será de 13 de janeiro de 2020 a 11 de fevereiro de 2020.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 13 de janeiro de 2020.

Valdir Bugs
Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon
Técnico Administrativo II

PORTARIA 9730/2020

Publicação Nº 2309756

PORTARIA Nº 9730/2020

DESIGNA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Servidor Público Municipal, Sr. DARIZ GENZ, cargo de carreira AUXILIAR DE MOVIMENTO ECONOMICO, 40 horas semanais, com ônus, para responder pelas funções de CONTADOR da Prefeitura Municipal de Romelândia, referente ao período de 13 de janeiro de 2020 à 11 de fevereiro de 2020, por motivo do ocupante do cargo estar em gozo do período de férias.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 13 de janeiro de 2020.

Valdir Bugs
Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon
Técnico Administrativo II

DECRETO Nº 4.178/2020

Publicação Nº 2309519

DECRETO Nº 4.178/2020**CORRIGE VALOR DA UFRM (UNIDADE FISCAL DE REFERÊNCIA MUNICIPAL), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no Uso de Suas Atribuições Legais, e de acordo com a Lei:

DECRETA:

ART. 1º - Fica pelo presente Decreto corrigido o valor da UFRM – Unidade Fiscal de Referência Municipal, disposto no Artigo 355 da Lei Municipal nº. 1.196/1997, conforme prevê o Artigo 356 da mesma Lei.

ART. 2º - Desta forma como prevê o Artigo 356 da Lei nº 1.196/1997, a variação do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, verificada pelo IBGE no ano de 2019 foi de 4,48% (quatro vírgula quarenta e oito por cento), ficando portanto corrigido o valor da UFRM – Unidade Fiscal de Referência Municipal de R\$ R\$ 3,96 (três reais e noventa e seis centavos) para R\$ 4,14 (quatro reais e quatorze centavos).

ART. 3º - Este Decreto obedece ao disposto na Lei Municipal nº. 1.196/1997 de 22 de dezembro de 1997 e na Lei Municipal nº. 1.684/2006 de 18 de Dezembro de 2006.

ART. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Fica revogado o Decreto Municipal Nº 4.050/2019 de 15 de janeiro de 2019 e demais disposições em contrário.

Romelândia/SC, 13 de janeiro de 2020.

Valdir Bugs
Prefeito Municipal de Romelândia

Registrado e Publicado o presente Decreto, em data supra.

DECRETO Nº 4.179/2020

Publicação Nº 2309521

DECRETO Nº 4.179/2020

CONCEDE REVISÃO GERAL DE QUE TRATA O ARTIGO 37 X DA CF/88 NA REMUNERAÇÃO E SUBSÍDIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS ATIVOS E INATIVOS, PENSIONISTAS E REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DO PSF.

VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no Uso de Suas Atribuições Legais, e de acordo com a Lei:

DECRETA:

ART. 1º - Fica pelo presente Decreto revisada em 4,48% (quatro vírgula quarenta e oito por cento), relativamente à inflação medida pelo INPC- Índice Nacional de Preços ao Consumidor - acumulado no ano de 2019, a remuneração dos servidores públicos municipais ativos e inativos, pensionistas e remuneração dos Servidores Municipais do PSF.

ART. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 1º de janeiro de 2020.

ART. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto 4.049/2019 de 15 de janeiro de 2019.

Romelândia/SC, 13 de Janeiro de 2020.

Valdir Bugs
Prefeito Municipal de Romelândia

Registrado e Publicado o presente Decreto em data supra.

DECRETO Nº 4.180/2020

Publicação Nº 2309589

DECRETO Nº. 4.180/2020**ESTABELECE O VALOR DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELAS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA – SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais dispostas na Lei Orgânica Municipal e demais vigentes e, em conformidade com o Art. 4º da Lei Municipal nº. 879/93 de 18 de Outubro de 1993 e Resolução nº. 002/2010 de 29 de Novembro de 2010 do Conselho Municipal de Agricultura:

DECRETA:

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto fixado o preço publico dos serviços prestados pelo Município de Romelândia, conforme tabela a seguir:

TIPO DE MAQUINA / EQUIPAMENTO	UNIDADE	Valor R\$
Caminhão Caçamba	Km	1,97
Trator D-50	Hora	98,32
Trator D-30	Hora	75,64
Motoniveladora	Hora	75,64
Pá Carregadeira	Hora	98,32
Retroescavadeira	Hora	75,64
Rolo Compactador	Hora	60,50
Trator Traçado c/ Equipamento	Hora	60,50

Art. 2º - Para os usuários dos serviços de que trata o Art. 1º deste Decreto, será concedido um desconto de 20% (vinte por cento) sobre o valor devido quando o pagamento ocorrer em até 30 dias da sua realização.

Art. 3º - Para os serviços que forem quitados fora do prazo serão aplicados os encargos de acordo com a Lei Municipal 1.196/97 (Código Tributário Municipal).

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Fica revogado o Decreto Municipal nº. 4.051/2019 de 15 de Janeiro de 2019 e demais disposições em contrário

Romelândia-SC, 13 de Janeiro de 2020.

VALDIR BUGS
Prefeito Municipal de Romelândia – SC

Registrado e Publicado o presente Decreto, em data supra.

Milton Aimi
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO - CONCURSO PÚBLICO 02/2019

Publicação Nº 2309618



MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA
CONCURSO PÚBLICO - 02/2019
ORGANIZAÇÃO: GS ASSESSORIA E CONCURSOS

**SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO**

INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	VAGA	RESULTADO
0001857	ANA LÚCIA SCANTAMBURLO	RG 5779334 IISC SC	AGENTE DE RECURSOS HUMANOS - ROMELÂNDIA	INDEFERIDO
0001810	AUGUSTO MAGNO LIMA DIAS	RG 151192114 Ssp PR	AUXILIAR ADMINISTRATIVO (CRAS) - ROMELÂNDIA	INDEFERIDO
0001807	CARLOS EDUARDO SOUSA DA SIVA	RG 20626118 SSP AM	AGENTE DE RECURSOS HUMANOS - ROMELÂNDIA	INDEFERIDO
0001879	CATIANA MARTA PESSETTO	RG 5721306 SSP SC	TREINADOR DESPORTIVO - ROMELÂNDIA	INDEFERIDO
0001859	EDINEI JOSÉ COLELLA	RG 4991766 SESP SC	AGENTE DE RECURSOS HUMANOS - ROMELÂNDIA	DEFERIDO
0001808	ELIEZER ROSA NASCIMENTO	RG 1514828022 ssp BA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO (CRAS) - ROMELÂNDIA	DEFERIDO
0001824	FÁBIO ALEX ROST	RG 5568124 SSP SC	TREINADOR DESPORTIVO - ROMELÂNDIA	DEFERIDO
0001851	KALINE BIASIBETTI BATTISTI	RG 48159042 SSP SC	TREINADOR DESPORTIVO - ROMELÂNDIA	DEFERIDO
0001814	MARIANE DALLASTRA GODARTH	RG 68619190 SSP PR	AGENTE DE RECURSOS HUMANOS - ROMELÂNDIA	DEFERIDO
0001878	MARINA DOS SANTOS	RG 4906959 SSP SC	AGENTE DE RECURSOS HUMANOS - ROMELÂNDIA	INDEFERIDO
0001819	MARTELI WEBLER	RG 3101256 SSPSC SC	AGENTE DE RECURSOS HUMANOS - ROMELÂNDIA	INDEFERIDO
0001874	MICHELI CRISTINA ZAMBIASI	RG 5684514 IISC SC	AGENTE DE RECURSOS HUMANOS - ROMELÂNDIA	INDEFERIDO
0001867	NAIANE CRISTINA MERLO	RG 88702723 ssp PR	AGENTE DE RECURSOS HUMANOS - ROMELÂNDIA	INDEFERIDO
0001846	RAFAEL DOUGLAS DE OLIVEIRA VILHALBA	RG 001902148 SSP MS	AGENTE DE RECURSOS HUMANOS - ROMELÂNDIA	DEFERIDO
0001834	SIMONE CECCHERERO	RG 4391589 SSP/SC SC	AGENTE DE RECURSOS HUMANOS - ROMELÂNDIA	INDEFERIDO
0001821	TATIANE LEONARDO DA CRUZ SILVA	RG 488318968 SSP SP	AGENTE DE RECURSOS HUMANOS - ROMELÂNDIA	INDEFERIDO
0001839	VINICIUS FERREIRA	RG 5704426 ssp SC	AGENTE DE RECURSOS HUMANOS - ROMELÂNDIA	DEFERIDO

Página 1 de 1

Salto Veloso

PREFEITURA

TERMO ADITIVO Nº 01/2019 CONTRATO Nº 001/2015 PROCESSO LICITATÓRIO 001/2015

Publicação Nº 2310508

TERMO ADITIVO Nº 01/2019
Contrato nº 001/2015
Processo Licitatório 001/2015

O presente Termo Aditivo altera normas em comum acordo entre as partes, de um lado o IPRESVEL – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Salto Veloso, por seu representante legal SR. Tânia Giacomini De Bortoli, Diretora Executiva, denominado CONTRATANTE, e de outro lado SMI PRIME CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS LTDA, denominada simplesmente CONTRATADA, os quais fixam normas aditivas ao supramencionado nos seguintes termos:

Cláusula Aditiva 1ª Aditiva o prazo original do contrato em 06 meses, conforme art. 57 inc. II da lei 8.666/93, estendendo sua validade até 31/06/2020

Cláusula Aditiva 2ª Reajusta o valor original do contrato de acordo com o índice INPC acumulado do ano de 2019, 3,2%, passando o seu valor total para R\$ 10.526,40 (Dez mil, quinhentos e vinte e seis reais e quarenta centavos).

Cláusula Aditiva 3ª O presente termo aditivo, surtirá seus efeitos legais ao tempo de sua assinatura, por estarem assim acordadas as partes e preservadas todas as condições e direitos do contrato original.

E por assim estarem certos e ajustados, firmam o presente Termo Aditivo em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Salto Veloso (SC), 23 de dezembro de 2019.

Santa Cecília

PREFEITURA

AVISO DE CONTINUAÇÃO PROCESSO 068/2019

Publicação Nº 2310477

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA
AVISO DE CONTINUAÇÃO SORTEIO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 067/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 068/2019

AVISO DE SORTEIO

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Alessandra Aparecida Garcia, torna público aos interessados, que realizará sorteio das propostas para contratação de Leiloeiro Público Oficial do Estado de Santa Catarina para realização de Leilão Público de bens móveis do município de Santa Cecília, que será realizado no dia 20/01/2020 as 14h:00min na sala de licitações, localizada no prédio da Prefeitura Municipal, situado a Rua João Goetten Sobrinho, 555, centro, Santa Cecília-SC. Melhores informações, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 09h00min às 11h00min e das 13h00min as 17h00min, ou pelo Telefone (49) 3244-2032.

E-mail: licitacoes@santacecilia.sc.gov.br, Site: www.santacecilia.sc.gov.br.

Santa Cecília, 13 de Janeiro de 2020.

Alessandra Aparecida Garcia

Prefeita Municipal

Santa Rosa de Lima

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 01/2020 FMAS

Publicação Nº 2309851

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2020

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 150 (CENTO E CINQUENTA) CESTAS BÁSICAS PARA FUNDO MUNICÍPIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTA ROSA DE LIMA.

Data, Horário e Local de Abertura: 29 de janeiro de 2020, às 08:00 horas na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua 10 de Maio, nº 80, Centro, Santa Rosa de Lima. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas no horário de expediente, de segunda a sexta-feira das 7:00 às 13:00 horas no Prédio Sede da Prefeitura Municipal. Para esclarecimentos de dúvidas fica a disposição dos interessados o telefone (48) 3654-3000.

Santa Rosa de Lima, 13 de janeiro de 2020.

e-mail licitacao@santarosadelima.sc.gov.br.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 02/2020

Publicação Nº 2309849

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2020

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS DE MÁQUINAS E CAMINHÃO PARA O MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA DURANTE O EXERCÍCIO DE 2020.

Data, Horário e Local de Abertura: 28 de janeiro de 2020, às 08:00 horas na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua 10 de Maio, nº 80, Centro, Santa Rosa de Lima. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas no horário de expediente, de segunda a sexta-feira das 7:00 às 13:00 horas no Prédio Sede da Prefeitura Municipal. Para esclarecimentos de dúvidas fica a disposição dos interessados o telefone (48) 3654-3000.

e-mail licitacao@santarosadelima.sc.gov.br.

Santa Rosa de Lima, 13 de janeiro de 2020.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

Santiago do Sul

PREFEITURA

AVISO DISPENSA DE LICITAÇÃO 01-2020 DESCNET - TELEFONIA

Publicação Nº 2309779

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 01/2020
Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº.01/2020
Objeto: Prestação de serviço de telefonia móvel, sendo 01 plano com 20 linhas telefônicas sendo: 16 linhas com uso ilimitado de ligações, SMS e 01 GB de internet a nível nacional e 04 linhas com uso Ilimitado de ligações e SMS sem internet para Secretarias Municipais e Fundo Municipal de Saúde, para o exercício 2020.
Fornecedor: DISCNET TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME
Valor R\$ 16.557,60 (DEZESSEI MIL, QUINHENTOS E CINQUENTA E SETE REAIS E SESSENTA CENTAVOS)
SANTIAGO DO SUL, 02 de janeiro de 2020.
JULCIMAR LORENZETTI
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO 01-2020 CELESC

Publicação Nº 2310147

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
EXTRATO DE INEXIBILIDADE
Processo Administrativo Nº. 04/2020
Edital: INEXIBILIDADE Nº.01/2020
Objeto: Empenhamento estimado de despesas de Fornecimento de energia elétrica para o ano de 2020, sendo 27 Unidades Consumidoras durante os 12 meses, totalizando 324 faturas, pertencentes ao município e Fundo Municipal de Saúde de Santiago do Sul.
Fornecedor: CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A
Valor R\$ 333.959,99 Trezentos e trinta e três reais, novecentos e cinquenta e nove reais e noventa e nove centavos.
SANTIAGO DO SUL, 02 de janeiro de 2020.
JULCIMAR LORENZETTI
PREFEITO MUNICIPAL

Santo Amaro da Imperatriz

PREFEITURA

CONTRATO Nº 02, DE 06 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2309864

CONTRATO Nº 02, de 06 de JANEIRO de 2020.

2º aditivo ao contrato 84/2018 QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E TL PORTO CENTRO MÉDICO LTDA.

Cláusula Primeira: Das Partes

a) O Município de Santo Amaro da Imperatriz, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.324/0001-46, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, 306, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz, neste ato representado por sua Secretária, senhora Rosângela Passig Turnes, brasileira, casada, servidora pública, portadora do CPF nº 860.269.009-15, residente e domiciliada à Rua Francisco Turnes, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz - SC, doravante denominado simplesmente Contratante;

b) TL Porto Centro Médico Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 26.393.262/0001-57, com sede na Av. Walter Borges, 157, Campinas – São José – SC, neste ato representada por sua Sócia Serly Liziane Carneiro, brasileira, casada, administradora, portadora do CPF nº 019.148.259-50, resolvem firmar o presente contrato, decorrente do Edital de Chamada Pública nº 014/2017 (Dispensa 08/2018), cujo Edital fica fazendo parte integrante deste, mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas:

Cláusula Segunda – Do Prazo

O prazo a que se refere à cláusula décima do contrato nº 84/2018 fica prorrogado até o dia 31 de dezembro de 2020.

Cláusula Terceira - Das demais cláusulas

Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e disposições nelas contidas.

Assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Santo Amaro da Imperatriz, em 06 de janeiro de 2020.

CONTRATANTE CONTRATADA

Rosângela Passig Turnes Serly Liziane Carneiro

Testemunhas:

Nome: Nome:

CONTRATO Nº 145, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2310602

CONTRATO Nº 145, 30 de dezembro de 2019.

5º ADITIVO AO CONTRATO 77/2015, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ E A EMPRESA ELEZIANE MAXIMIANO ME.

Cláusula Primeira: Das Partes

Contrato que entre si celebram o Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, com endereço à Praça Gov. Ivo Silveira - 306, Santo Amaro da Imperatriz, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.324/0001-46, neste ato representado por seu Prefeito, senhor Edésio Justen, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 288.673.009-20, residente e domiciliado à Rua Frei Dalvino Munaretto, nº 230, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz - SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e a empresa Eleziane Maximiano ME, pessoa jurídica de direito privado inscrita sob o nº 13.823.542/0001-06, com sede a Rua Alcino dos Navegantes Moreira, 27 – Barra do Aririú, na cidade de Palhoça - SC doravante designada simplesmente Contratada, em decorrência do Processo de Licitação nº 52/2015 na modalidade de Convite, homologado em 25/09/2015, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666/93, de 21/06/93, com suas alterações introduzidas pela Lei Nº 8.883/94, a proposta e as seguintes cláusulas contratuais

Cláusula Segunda: Do Prazo

O prazo a que se refere à cláusula quarta do contrato nº 77/15 fica prorrogado até o dia 28 de fevereiro de 2020.

Cláusula Terceira: Das demais cláusulas

Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e disposições nelas contidas.

Assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente aditivo de contrato em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Santo Amaro da Imperatriz, 30 de dezembro de 2019.

Município de Santo Amaro da Imperatriz Eleziane Maximiano ME
Contratante Contratada

Testemunhas: _____
CPF: CPF: _____

CONTRATO Nº 146, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2310603

CONTRATO Nº 146, de 30 de dezembro de 2019.

4º ADITIVO AO CONTRATO 31/2016, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ E A EMPRESA ELEZIANE MAXIMIANO ME.

Cláusula Primeira: Das Partes

Contrato que entre si celebram o Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, com endereço à Praça Gov. Ivo Silveira - 306, Santo Amaro da Imperatriz, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.324/0001-46, neste ato representado por seu Prefeito, senhor Edésio Justen, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 288.673.009-20, residente e domiciliado à Rua Frei Dalvino Munaretto, nº 230, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz - SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e a empresa Eleziane Maximiano ME, pessoa jurídica de direito privado inscrita sob o nº 13.823.542/0001-06, com sede a Rua Alcino dos Navegantes Moreira, 27 – Barra do Aririú, na cidade de Palhoça - SC doravante designada simplesmente Contratada, em decorrência do Processo de Licitação nº 31/2016 na modalidade de Convite, homologado em 15/06/2016, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666/93, de 21/06/93, com suas alterações introduzidas pela Lei Nº 8.883/94, a proposta e as seguintes cláusulas contratuais

Cláusula Segunda: Do Prazo

O prazo a que se refere à cláusula quarta do contrato nº 31/2016 fica prorrogado até o dia 28 de fevereiro de 2020.

Cláusula Terceira: Das demais cláusulas

Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e disposições nelas contidas.

Assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente aditivo de contrato em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Santo Amaro da Imperatriz, 30 de dezembro de 2019.

Município de Santo Amaro da Imperatriz Eleziane Maximiano ME
Contratante Contratada

Testemunhas: _____
CPF: CPF: _____

São Bento do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 1639/2020

Publicação Nº 2310767

DECRETO Nº 1639, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

PETER ALEXANDRE KNEUBUEHLER, PREFEITO MUNICIPAL, em exercício, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4.320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art.4º, da Lei Municipal nº 4.167/19 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 02 – Fundo de Assistência Social

Atividade: 2.081 – Gestão dos SPS-PBF - Estado

(1136) 3.3.3.90.30.00.00.00.00 01610152 – Material de Consumo R\$ 3.300,00

(1137) 3.3.3.90.32.00.00.00.00 01610152 – Material de Distribuição Gratuita ..R\$ 3.300,00

(1138) 3.3.3.90.39.00.00.00.00 01610152 – Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica R\$ 15.000,00

(1139) 3.3.3.90.40.00.00.00.00 0161052 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) – Pessoa Jurídica
..... R\$ 5.000,00

(1141) 3.4.4.90.52.00.00.00.00 01610152 – Equipamentos e Material Permanente R\$ 57.400,00

Art. 2º Para dar cobertura aos Créditos Adicionais abertos, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 02 – Fundo de Assistência Social

Atividade: 2.081 – Gestão dos SPS-PBF – Estado

(18) 3.3.3.90.30.00.00.00.00 01350152 – Material de Consumo R\$ 3.300,00

(188) 3.3.3.90.32.00.00.00.00 01350152 – Material de Distribuição Gratuita ..R\$ 3.300,00

(117) 3.3.3.90.39.00.00.00.00 01350152 – Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica R\$ 15.000,00

(249) 3.3.3.90.40.00.00.00.00 01350152 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) – Pessoa Jurídica
..... R\$ 5.000,00

(457) 3.4.4.90.52.00.00.00.00 01350152 – Equipamentos e Material Permanente R\$ 57.400,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de Janeiro de 2020.

PETER ALEXANDRE KNEUBUEHLER

Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO Nº 1640/2020

Publicação Nº 2310769

DECRETO Nº 1640, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

HOMOLOGA RESOLUÇÃO Nº 001/2019 DA CÂMARA MUNICIPAL INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE SÃO BENTO DO SUL (CAISAN/SBS)

O PREFEITO MUNICIPAL, em exercício, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica homologada a Resolução nº 001, de 17 de dezembro de 2019, da Câmara Municipal Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional de São Bento do Sul (CAISAN/SBS), parte integrante do presente.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de janeiro de 2020.

PETER ALEXANDRE KNEUBUEHLER
Prefeito Municipal, em exercício

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

RESOLUÇÃO CAISAN/SBS Nº 01/2019

APROVAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE SÃO BENTO DO SUL (CAISAN/SBS).

O Câmara Municipal Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional de São Bento do Sul (CAISAN/SBS), no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Municipal Nº 3953, de 27 de setembro de 2018, Decreto Municipal Nº 1371, de 15 de junho de 2016 e, de acordo com a deliberação da reunião do Pleno Colegiado realizada no dia 17 de dezembro de 2019, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno da Câmara Municipal Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional de São Bento do Sul (CAISAN/SBS).

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de dezembro de 2019

Karina Alice Kindler

Presidente da CAISAN/SBS de São Bento do Sul

REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE SÃO BENTO DO SUL (CAISAN/SBS)

Capítulo I
DA NATUREZA E FINALIDADE DA CAISAN

Art. 1º A Câmara Municipal Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional de São Bento do Sul (CAISAN/SBS), instituída pelo Decreto Municipal nº 1371/2016, tem por finalidade promover a articulação e a integração dos órgãos, entidades e ações da administração pública municipal afetos à área de Segurança Alimentar e Nutricional.

Capítulo II
DA COMPETÊNCIA E COMPOSIÇÃO DA CAISAN

Art. 2º Compete à CAISAN/SBS:

I – elaborar, a partir das diretrizes emanadas do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Bento do Sul (COMSEA) e da Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional:

a) a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PMSAN), indicando as suas diretrizes e os instrumentos para sua execução; e
b) o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN), indicando metas, fontes de recursos e instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação de sua implementação e execução;

II – coordenar a execução da PMSAN e do PLAMSAN mediante:

a) interlocução permanente entre o COMSEA e os órgãos de execução; e

b) acompanhamento das propostas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual;

III – solicitar informações de quaisquer órgãos da administração direta ou indireta do Poder Executivo Municipal para o bom desempenho de suas atribuições, bem como monitorar e avaliar, de forma integrada, a destinação e aplicação de recursos em ações e programas de interesse da segurança alimentar e nutricional no plano plurianual e nos orçamentos anuais;

IV – monitorar e avaliar os resultados e impactos da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PMSAN) e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN);

V – articular e estimular a integração das políticas e dos planos de suas congêneres estaduais e nacional, participando também do fórum bipartite, bem como do fórum tripartite, para interlocução e pactuação com a Câmara Estadual Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional e a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, sobre o Pacto de Gestão do Direitos Humanos à Alimentação Adequada (PGDHAA) e mecanismos de implementação do PLAMSAN;

VI – assegurar o acompanhamento da análise e encaminhamento das recomendações do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) pelos órgãos de governo, apresentando relatórios periódicos e apresentar relatórios e informações ao COMSEA, necessários ao acompanhamento e monitoramento do PLAMSAN;

VII – definir, ouvido o COMSEA, os critérios e procedimentos de participação no Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN);

VIII – elaborar e aprovar o seu Regimento Interno.

Art. 3º São membros da CAISAN/SBS os representantes governamentais titulares e suplentes do COMSEA.

Capítulo III
DA ORGANIZAÇÃO DA CAISAN
SEÇÃO I

DOS ÓRGÃOS DA CAISAN

Art. 4º A CAISAN/SBS tem a seguinte estrutura organizacional:

I – Pleno Colegiado da CAISAN/SBS;

II – Presidência;

III – Secretaria-Executiva; e

IV – Comitês Técnicos.

SEÇÃO II**DO PLENO COLEGIADO**

Art. 5º O Pleno Colegiado é o órgão de deliberação superior e final da CAISAN/SBS.

Art. 6º O Pleno Colegiado é composto pelos representantes governamentais titulares e suplentes, conforme o Inciso III, art. 9º da Lei Municipal nº 3953/2018 e art. 4º do Decreto Municipal nº 1371/2016.

Parágrafo Único – O membro suplente da CAISAN/SBS somente vota nas reuniões do Pleno Colegiado na hipótese de ausência do respectivo membro titular.

Art. 7º Compete ao Pleno Colegiado, dentre outros atos necessários à consecução dos objetivos da PMSAN:

I – definir estratégias e procedimentos para a implementação das ações governamentais na área de segurança alimentar e nutricional, respeitadas as diretrizes e recomendações emanadas do COMSEA e da Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

II – elaborar e aprovar a PMSAN e suas regulamentações específicas, indicando as suas diretrizes e os instrumentos para sua execução;

III – elaborar o PLAMSAN e sua revisão, indicando metas, fontes de recursos e instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação de sua execução;

IV – coordenar e orientar a execução da PMSAN e do PLAMSAN;

V – promover a implementação do SISAN, articulando as políticas setoriais sociais e econômicas relativas à segurança alimentar e nutricional, a fim de cumprir as diretrizes e princípios da Lei Municipal nº 3953/2018, e de alcançar os objetivos da PMSAN, zelando, assim, pela realização do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA);

VI – aprovar, apoiar e viabilizar procedimentos para implantação do sistema de monitoramento da PMSAN;

VII – monitorar e avaliar os resultados e impactos da PMSAN e do PLAMSAN;

VIII – avaliar, deliberar e aprovar as proposições da Secretaria-Executiva;

IX – aprovar a criação dos Comitês Técnicos;

X – definir, em regime de colaboração com o COMSEA, os critérios e procedimentos de adesão ao SISAN por parte dos órgãos e entidades do Município, bem como das instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, afetas à segurança alimentar e nutricional e que manifestem interesse em integrar o sistema;

XI – elaborar propostas para o PLAMSAN, indicando metas, fontes de recursos, e instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação de sua execução, considerada a manifestação do COMSEA sobre seu conteúdo final;

XII – apresentar propostas de regulamentações específicas de competência da CAISAN/SBS;

XIII – propor as ações orçamentárias prioritárias, constantes no PLAMSAN, a serem discriminadas por meio de resoluções; e

XIV – propor estratégias para adequar a cobertura das ações, sobretudo visando o atendimento da população mais vulnerável e a revisão de mecanismos de implementação dessas ações, para garantia da equidade no acesso da população às ações de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

Art. 8º São atribuições dos membros do Pleno Colegiado:

I – apresentar propostas à Secretaria-Executiva da CAISAN/SBS;

II – apresentar casos de relevância e urgência, assuntos extrapauta;

III – propor o adiamento da apreciação de assuntos incluídos na pauta, ou submetidos extrapauta, até a reunião seguinte a ser realizada pelo Pleno Colegiado;

IV – propor o reexame de assunto retirado de pauta;

V – propor a manifestação da Secretaria-Executiva sobre assuntos da pauta das reuniões ou o assessoramento dos Comitês Técnicos;

VI – propor a criação de Comitê Técnico; e

VII – outros atos necessários ao exercício das suas funções.

Art. 9º O Pleno Colegiado reunir-se-á sempre que houver necessidade de deliberação e aprovação de matérias de sua competência, mediante convocação da sua presidência com antecedência de no mínimo 48 (quarenta e oito) horas.

Art. 10 As deliberações do Pleno Colegiado dependem da presença de, no mínimo, 60% (sessenta por cento) dos seus membros na reunião. Parágrafo Único – Para a aferição do quórum mínimo de que trata o caput, somente serão contados os membros suplentes presentes na reunião na hipótese de ausência dos respectivos membros titulares.

Art. 11 As deliberações do Pleno Colegiado serão aprovadas por maioria simples.

Parágrafo Único. No caso de alteração do Regimento Interno, o mesmo será aprovado pela maioria absoluta dos membros.

Art. 12 Poderão participar das reuniões do Pleno Colegiado, com direito à voz e sem direito a voto, todos aqueles que forem convidados na forma do Inciso IX do art. 15 deste Regimento Interno.

Art. 13 Será lavrada ata de cada reunião, que será arquivada na Secretaria-Executiva da CAISAN/SBS.

Parágrafo Único – As atas das reuniões do Pleno Colegiado deverão conter:

I – o local e a data de sua realização;

II – os nomes dos presentes;

III – o resumo dos assuntos apresentados; e

IV – as deliberações aprovadas, quando houver.

Parágrafo Único – A lista de presença será anexada a ata.

SEÇÃO III**DA PRESIDÊNCIA DA CAISAN**

Art. 14 A CAISAN/SBS será presidida, preferentemente, por representante titular da pasta com atribuições de articulação e integração.

Art. 15 São atribuições do Presidente da CAISAN/SBS:

I – zelar pela formulação e coordenação da PMSAN e do PLAMSAN, bem como pelas ações de segurança alimentar e nutricional;

II – encaminhar às instâncias responsáveis propostas para a consecução dos objetivos da PMSAN e do PLAMSAN;

III – requerer aos demais membros titulares e suplentes da CAISAN/SBS o apoio de agentes públicos, que possuam conhecimentos

especializados, para, sem prejuízo de suas atribuições funcionais, realizarem estudos e tarefas que contribuam para o desempenho das atividades da CAISAN/SBS;

IV – expedir resoluções para publicar as deliberações aprovadas pelo Pleno Colegiado, que serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios;

V – expedir resoluções, em casos de relevância e urgência, desde que previamente consultados, por aviso, os membros titulares do Pleno Colegiado, as quais serão submetidas ao referendo do Pleno Colegiado na reunião seguinte;

VI – solicitar informações de quaisquer órgãos ou entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo Municipal, acerca de matéria de interesse da CAISAN/SBS;

VII – convocar e conduzir as reuniões do Pleno Colegiado;

VIII – solicitar posicionamento por escrito e motivado da Secretaria-Executiva acerca de matéria a ser submetida ao Pleno Colegiado;

IX – convidar a participar das reuniões do Pleno Colegiado da CAISAN/SBS, a pedido de qualquer dos seus membros, agentes públicos das esferas de governo municipal, bem como pessoas da iniciativa privada, que possam, de qualquer forma, contribuir para as deliberações em pauta; e

X – promover a articulação necessária para que sejam encaminhados e acompanhados os projetos de leis de interesse da segurança alimentar e nutricional.

Parágrafo Único – Nas ausências e impedimentos do Presidente, exercerá suas atribuições o seu suplente na CAISAN/SBS.

SEÇÃO IV

DA SECRETARIA-EXECUTIVA

Art. 16 O Secretário-Executivo da CAISAN/SBS será designado(a) pelo(a) Secretário(a) da pasta ao qual a CAISAN/SBS está vinculada.

Art. 17 Compete à Secretaria-Executiva:

I – assistir ao Presidente da CAISAN/SBS, no âmbito de suas atribuições;

II – cumprir e fazer cumprir as instruções emanadas da Presidência da CAISAN/SBS;

III – estabelecer comunicação permanente com a Secretaria-Executiva do COMSEA e com seus membros, mantendo-os informados e atualizados acerca das atividades e propostas da CAISAN/SBS;

IV – preparar as pautas e secretariar as reuniões do Pleno Colegiado da CAISAN/SBS;

V – agendar as reuniões do Pleno Colegiado e encaminhar a seus membros os documentos necessários;

VI – expedir ato de convocação para reunião do Pleno Colegiado, por determinação do Presidente da CAISAN/SBS;

VII – encaminhar aos membros da CAISAN/SBS cópias das atas das reuniões do Pleno Colegiado;

VIII – providenciar a publicação no Diário Oficial dos Municípios de todas as resoluções da CAISAN/SBS;

IX – acompanhar os encaminhamentos dados às resoluções, recomendações e moções emanadas da CAISAN/SBS;

X – dar encaminhamento às conclusões do Pleno Colegiado, inclusive revendo a cada mês a implementação de conclusões de reuniões anteriores;

XI – acompanhar e apoiar a instalação dos Comitês Técnicos, definidos pelo Pleno Colegiado;

XII – acompanhar e apoiar os trabalhos dos Comitês Técnicos, inclusive quanto ao cumprimento dos prazos de apresentação das propostas ao Pleno Colegiado;

XIII – promover, coordenar e participar do mapeamento e recolhimento de informações e análises, processando-as e fornecendo-as aos membros da CAISAN/SBS, na forma de subsídios para o cumprimento das suas competências legais;

XIV – articular e preparar a resposta governamental às manifestações do COMSEA dirigidas ao Poder Executivo Municipal;

XV – acompanhar a instituição de fóruns propostos pelo Pleno Colegiado;

XVI – secretariar as reuniões dos fóruns tripartites, com a aprovação do Pleno Colegiado;

XVII – fazer, com autorização prévia do Pleno Colegiado, a interlocução e pactuação com os órgãos e entidades do Governo Municipal, sobre a gestão e a integração de programas e ações do PLAMSAN;

XVIII – apresentar relatórios e informações ao Pleno Colegiado e ao COMSEA, necessários ao acompanhamento e monitoramento do PLAMSAN;

XIX – subsidiar o Pleno Colegiado na coordenação da execução da PMSAN, efetuando interlocução permanente com o COMSEA e com órgãos e entidades de execução, e o acompanhamento das propostas do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA);

XX – subsidiar o monitoramento e avaliação, de forma integrada, pelo Pleno Colegiado, da destinação e aplicação de recursos, em ações e programas de interesse de segurança alimentar e nutricional, do PPA e orçamentos anuais;

XXI – contribuir para implantar o sistema de monitoramento da realização do DHAA, aprovado pelo Pleno Colegiado;

XXII – subsidiar o monitoramento e a avaliação, pelo Pleno Colegiado, dos resultados e impactos do PLAMSAN;

XXIII – difundir a PMSAN, estabelecendo as diretrizes para as políticas e estratégias de comunicação e difusão de informações sobre Segurança Alimentar e Nutricional de Direito Humano à Alimentação Adequada, fazendo parcerias com o Departamento de Comunicação da Prefeitura;

XXIV – propiciar a articulação e o estímulo à integração das políticas e dos planos de Câmaras ou órgãos intersetoriais, relativos à área de segurança alimentar e nutricional, que sejam congêneres da CAISAN a nível estadual e nacional;

XXV – divulgar as regras, instrumentos e diretrizes para atuação complementar do setor privado, com ou sem fins lucrativos, no SISAN, em consonância com as recomendações do COMSEA;

XXVI – realizar reuniões preparatórias sobre os temas a serem debatidos nas plenárias do COMSEA;

XXVII – elaborar a resolução da criação de Comitês Técnicos, previamente aprovada pelo Pleno Colegiado;

XXVIII – apresentar propostas nos assuntos de competência do Pleno Colegiado;

XXIX – propor a regulamentação das matérias de competência do Pleno Colegiado;

XXX – exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Pleno Colegiado;

XXXI – assegurar o acompanhamento da análise e encaminhamento das recomendações do COMSEA, apresentando relatórios periódicos;

XXXII – cumprir e zelar pelo cumprimento do Regimento Interno da CAISAN/SBS; e

XXXIII – Substituir o (a) Presidente da CAISAN/SBS, na condução da reunião do colegiado, em caso de ausência justificada deste (a).

SEÇÃO V

DOS COMITÊS TÉCNICOS

Art. 18 Os Comitês Técnicos são órgãos de assessoramento da CAISAN/SBS, instituídos por aprovação do Pleno Colegiado.

Art. 19 Compete aos Comitês Técnicos fornecer subsídios para tomadas de decisão sobre temas relacionados à área de segurança alimentar e nutricional que motivaram sua instituição.

Art. 20 Os Comitês Técnicos serão compostos por representantes das Secretarias da Prefeitura Municipal, podendo ter a participação de convidados de outras entidades públicas municipais.

§ 1º Na composição dos Comitês Técnicos deverá ser considerada a natureza técnica da matéria de sua competência.

§ 2º A duração dos Comitês Técnicos deverá ser delimitada, podendo ser prorrogada quando necessário.

§ 3º O Comitê Técnico de Monitoramento do PLAMSAN, dada a sua natureza, terá caráter permanente.

Capítulo IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21 O apoio administrativo e os meios necessários à execução dos trabalhos do Pleno Colegiado, da Secretaria-Executiva, dos Comitês Técnicos serão providos pela Secretaria a qual a CAISAN/SBS estará vinculada.

Art. 22 Os casos omissos ou de dúvida na aplicação e interpretação deste Regimento Interno serão dirimidos em reunião do Pleno Colegiado, respeitada a legislação em vigor.

São Bento do Sul, 17 de dezembro de 2019

Karina Alice Kindler

Presidente da CAISAN/SBS de São Bento do Sul

DECRETO Nº 1641/2020

Publicação Nº 2310772

DECRETO Nº 1641, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

ABRE ACRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

PETER ALEXANDRE KNEUBUEHLER, em exercício, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4.320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art.4º, da Lei Municipal nº 4.167/19 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 75.260,37 (Setenta e cinco mil, duzentos e sessenta reais e trinta e sete centavos) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito

Unidade: 003 - Polícia Militar

Atividade: 2005 - Serviços Especiais - Polícia Militar

4490510000 - Obras e instalações (03000106) R\$ 75.260,37

Art. 2º. Para dar cobertura aos Créditos Suplementares abertos, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, na fonte de recursos 01000106 (Serviços Especiais Facultativos - Polícia Militar), no valor de R\$ 75.260,37.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de janeiro de 2020.

PETER ALEXANDRE KNEUBUEHLER

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DO CONTRATO Nº 240/2019

Publicação Nº 2310122

EXTRATO DO CONTRATO Nº 240/2019

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Locação de Imóvel que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e o Sr. DANIEL MUEHLBAUER.

DO OBJETO: Locação do imóvel para extração de material (saibro e cascalho) pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, para posterior britagem no britador pelo Município de São Bento do Sul, que possui o Registro e Autorização junto ao DNPM sob o número 815.517/2018, para extração do material na área citada abaixo, conforme Dispensa de Licitação nº 242/2019 de 23 de dezembro de 2019. DESCRIÇÃO DO TERRENO E IMÓVEL: Terreno rural com área aproximada de 20.000,00 m², sendo parte ideal de um terreno maior de formato irregular, não cercado, muito ondulado, situado na Área de Expansão Urbana (AEU), contendo solo saibroso, localizado na Rua Schramm, S/N – Bairro Schramm, neste Município devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis competente no livro nº 2,

matrícula nº 34.790 de 27 de fevereiro de 2007.
DO VALOR: R\$ 24.332,64 – valor total.
DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar de 01.01.2020.
São Bento do Sul, 23 de dezembro de 2019.
ASS: HÉLIO ALVES, pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município.
DANIEL MUEHLBAUER, como Locador.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 243/2019

Publicação Nº 2310123

EXTRATO DO CONTRATO Nº 243/2019

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Locação de Imóvel que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Sra. HELOISA HELENA PEREIRA SANTOS e o Sr. ANDRÉ SILVA SANTOS.
DO OBJETO: Locação de imóvel descrito abaixo, para aluguel de espaço físico para execução do serviço de Acolhimento Institucional – Abrigo conforme determinação do Termo de Ajuste de Conduta – TAC nº 09.2011.000.188 de 15/07/2013 e de acordo com a Dispensa de Licitação nº 245/2019 de 27 de dezembro de 2019.
DESCRIÇÃO DO IMÓVEL: Um terreno urbano, semipleno, situado no bairro Schramm, nesta cidade, cercado com muros de alvenaria, de formato irregular, localizado na Zona Residencial 2 (ZR-2), com área de 4.372,70 m², edificado com uma casa em alvenaria, 02 pavimentos, em bom estado de conservação, com área total, conforme alvará e cadastro da PMSBSul, 444,96 m². O imóvel é coberto com telhas cerâmicas, esquadrias de madeira e metálicas, laje de entepiso e forro. A área total da construção é de aproximadamente 530,00 m², registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, sob matrícula nº 42.928, no livro nº 2.
DO VALOR: R\$ 46.800,00 – valor total.
DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar de 01.01.2020.
São Bento do Sul, 27 de dezembro de 2019.
ASS: FABIA ALESSANDRA MENGARDA BELARMINO, pela Secretaria de Assistência Social do Município.
HELOISA HELENA PEREIRA SANTOS e ANDRÉ SILVA SANTOS, como Locadores.

PORTARIAS Nº 9236/2020 A 9241/2020

Publicação Nº 2310764

PORTARIA Nº 9236, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

CONCEDE APOSENTADORIA

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o com o artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005, c/c artigo 36, inciso II, da Emenda Constitucional nº 103/2019, e art. 66, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, provisoriamente, a partir de 13 de janeiro de 2020, aposentadoria voluntária integral por idade e tempo de contribuição à segurada LINDAMIR STUBER MACHADO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional Operacional 01, Nível IV, Classe G, matrícula nº 19310, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas nos autos do processo administrativo nº 18310/2019, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a partir de 13 de janeiro de 2020.

São Bento do Sul, 13 de janeiro de 2020.

PETER ALEXANDRE KNEUBUEHLER

Prefeito Municipal, em exercício

PORTARIA Nº 9237, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

Prorroga prazo para posse

O PREFEITO MUNICIPAL, em exercício, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo para a posse de KATIA REGINA CORREA WOLLMANN, no cargo de Professor Anos Iniciais, do Concurso Público nº 009/2017, de acordo com a Lei nº 228/2001, artigo 19, parágrafo 1º, conforme Processo nº 451/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de janeiro de 2020.

PETER ALEXANDRE KNEUBUEHLER
Prefeito Municipal, em exercício

PORTARIA Nº 9238, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.
Concede averbação de tempo de Serviço/contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública municipal TEREZA SCHULTZ, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações, na Secretaria Municipal de Educação, Averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00057/15-9, de 4 anos e 9 dias, conforme documentação anexa ao Processo nº 492/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de janeiro de 2020.

PETER ALEXANDRE KNEUBUEHLER
Prefeito Municipal, em exercício

PORTARIA Nº 9239, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.
Concede averbação de tempo de Serviço/contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública municipal REGINA KOFFKE FERREIRA DE LIMA, ocupante do cargo de Oficial Administrativo, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Turismo, Averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00001/16-1, de 7 anos, 10 meses e 7 dias, conforme documentação anexa ao Processo nº 429/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de janeiro de 2020.

PETER ALEXANDRE KNEUBUEHLER
Prefeito Municipal, em exercício

PORTARIA Nº 9240, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.
Concede Redução de Carga Horária

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 7º, da Lei Municipal nº 2966/2012,

RESOLVE:

Reduzir, a pedido, a carga horária de trabalho de JACQUELINE GONTIJO PARISE, ocupante do cargo de Médico Clínico Geral, na Secretaria Municipal de Saúde, de 40 horas semanais para 30 horas semanais, a partir de 4 de dezembro de 2019, conforme Processo nº 22622/2019.

São Bento do Sul, 13 de janeiro de 2020.

PETER ALEXANDRE KNEUBUEHLER
Prefeito Municipal, em exercício

PORTARIA Nº 9241, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar as servidoras FABIA ALESSANDRA MENGARDA BELARMINO, ocupante do cargo de Secretária de Assistência Social e ROSEMARE AUGUSTIN, ocupante do cargo de Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, KARINA ALICE KINDLER, ocupante do cargo de Diretora do Departamento de Proteção Social Básica, lotadas na Secretaria Municipal de Assistência Social, a dirigir, eventualmente e quando necessário, o veículo oficial Renault/Sandero, placas FYH 1367.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de janeiro de 2020.

PETER ALEXANDRE KNEUBUEHLER
Prefeito Municipal, em exercício

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

ERRATA - EXTRATO DE CONTRATO Nº 82-2019

Publicação Nº 2310115

EXTRATO DE CONTRATO - ERRATA

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 43/2018

Contrato nº: 82/2019 – ONDE SE LÊ: 1º Termo Aditivo

LEIA-SE: 2º Termo Aditivo

Contratante: SERVIÇO AUTÔNOMO MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Contratada: TWF LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA – ME

Vigência: Início: 17/07/2019 - Término: 17/07/2020

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS PARA ATENDER AS DIVERSAS ÁREAS E SETORES DO SAMAE, COM CÓPIAS, IMPRESSÕES E DIGITALIZAÇÕES (SCANNER), COM FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DAS IMPRESSÕES/ BILHETAGEM PARA FACILITAR O CONTROLE DOS EQUIPAMENTOS, (SEM CUSTO ADICIONAL).

ADITIVO: Através do presente fica renovada a vigência do contrato ora aditado pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir de 17 de Julho de 2019, podendo o mesmo ser renovado, por interesse das partes, na forma da lei e do contrato aditado.

VALOR: Fica reajustado o valor, conforme cláusula prevista no Contrato, sendo corrigido pelo IGP-M em 6,5279%, (Índice Acumulado nos últimos 12 meses) conforme demonstrativo abaixo:

LOTE 01 – IMPRESSORA 01 LASER – FORMATO A4					
ITEM	DESCRIÇÃO	Unidade	QTDE Estimada/ano/ maquina	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL (12 meses)
1	Impressão/cópia colorida papel A4	Imp/cópia	36.000	0,138	4.968,00
2	Impressão/cópia preto e branco papel A4	Imp/cópia	72.000	0,053	3.816,00
LOTE 02 – IMPRESSORA 02 JATO DE TINTA – FORMATO A4					
ITEM	DESCRIÇÃO	Unidade	QTDE Estimada/ano/ máquina	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL (12 meses)
3	Impressão/cópia colorida papel A4	Impr/cópia	144.000	0,085	12.240,00
4	Impressão/cópia preto e branco papel A4	Impr/cópia	72.000	0,075	5.400,00
LOTE 03 – IMPRESSORA 03 JATO DE TINTA – FORMATO A4					
ITEM	DESCRIÇÃO	Unidade	QTDE Estimada/ano/ máquina	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL (12 meses)
5	Impressão/cópia colorida papel A4	Imp/cópia	24.000	0,096	2.304,00
6	Impressão/cópia preto e branco papel A4	Imp/cópia	12.000	0,075	900,00
LOTE 04 – IMPRESSORA 04 (DIGITALIZADORA) LASER – FORMATO A3/A4					
ITEM	DESCRIÇÃO	Unidade	QTDE Estimada/ano máquina	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL (12 meses)
7	Digitalização de documentos, através de equipamento locado.	digitalização	60.000	0,085	5.100,00
8	Impressão/cópia colorida papel A4	Imp/cópia	6.000	0,160	960,00
9	Impressão/cópia colorida papel A3	Imp/cópia	2.400	0,330	792,00

10	Impressão/cópia preto e branco papel A4	Imp/cópia	6.000	0,064	384,00
11	Impressão/cópia preto e branco papel A3	Imp/cópia	2.400	0,123	295,20
Valor total:					37.159,20

RECURSOS: 23.1.2063.3.3.3.90.40.10 – Setor de Administração – Exercício Vigente.

23.1.2063.3.3.3.90.40.11 – Setor de Administração – Exercício Vigente.

23.2.2064.3.3.3.90.40.10 – Setor de Abastecimento de Água – Exercício Vigente.

São Bento do Sul, 06 de Agosto de 2019.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM

Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 18, DE 10 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2310495

PORTARIA/SAMAE/SBS nº 18 de 10 de janeiro de 2020.

“NOMEIA FISCAL DE CONTRATO”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº. 010, de 1º de janeiro de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº. 702 de 03/12/1996; CONSIDERANDO O DISPOSTO NO ART. 67 da Lei nº 8.666/93, de 21/06/93, e com as posteriores alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a servidora Claudete Stawny Redlich, matrícula 341, lotada nesta Autarquia, ocupante do cargo comissionado de Assessor de Gabinete para proceder a fiscalização do contrato nº 188/2019, firmado com a Empresa Paleta Engenharia e Construções Ltda., estabelecida na Avenida Rolf Wiest, nº 277, Conjunto 403 e 405, Bairro Bom Retiro, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 14.589.125/0001-03, tendo por objeto a Execução da Obra de Construção da nova Sede Administrativa e Técnica do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE da Cidade de São Bento do Sul, e o Sr. Luiz Claudio Gayer Schuves, Engenheiro Civil, CREA-SC 038.850-0, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, para proceder a fiscalização da obra acima mencionada, conforme detalhamento dos serviços atinentes ao objeto do presente Contrato, ficando vinculado às exigências constantes no Anexo V do Edital da Concorrência Pública nº 71/2019.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 16 de dezembro de 2019.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM

Diretor Presidente

São Bernardino

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROCES. 07/2020

Publicação Nº 2310763

ESTADO DE SANTA CATARINA,
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2020
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2020

O Município de São Bernardino-SC, torna público aos interessados que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, tipo menor preço por item para aquisição de gêneros alimentícios para a merenda escolar. Estará recebendo as propostas até as 09:00 hs, do dia 27/01/2020. A íntegra deste edital estará disponível no site www.saobernardino.sc.gov.br, no menu Licitações/Pregão, no DOM/SC e junto ao setor de licitações do município, maiores informações poderão ser obtidas pelo fone (49) 36540054/0014. São Bernardino-SC, aos 13/01/2020 – ADELI JOSÉ RIFFEL - Prefeito Municipal.

EDITAL PROCESSO LICITATÓRIO N.07/2020 PP N. 01/2020

Publicação Nº 2310766

EDITAL DE LICITAÇÃO EXCLUSIVO PARA MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 7/2020
PREGÃO No 1/2020

01. PREÂMBULO

1.1 - O Município de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, por intermédio de seu PREGOEIRO, designado pela portaria n. 308/2019, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório de n.º 1/2020, na Modalidade Pregão, do tipo menor preço por item e Presencial, cujo setor interessado é a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, conforme dispõe a Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 17/2006 de 02 de Janeiro de 2006, Decreto n.19/2009, decreto n. 132/2009, decreto n. 254/2012, decreto n. 09/2018, decreto n. 145/2019, Lei Complementar 123/2006 alterada pela Lei Complementar n. 147/2014 e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

1.2 - JUSTIFICATIVA, em atendimento ao Decreto 5.504 de 05/08/2005 Art. 1º parágrafo 2º, tendo em vista a ineficiência da estrutura do município de São Bernardino fica inviável a utilização do pregão na forma eletrônica, adotando-se assim o pregão na forma presencial.

1.3 – Os documentos referente o credenciamento, envelopes de n.º 01 contendo as propostas de preços e de n.º 02, contendo a documentação de habilitação deverão ser entregues ao Pregoeiro(a) do Município no ato do CREDENCIAMENTO que emitirá o respectivo Protocolo de Entrega, no Centro Administrativo Municipal, situado na Rua Verônica Scheid, S/N– Centro, São Bernardino -SC, CEP 89982-000, até às 09:00 horas do dia 27/01/2020, iniciando-se a Sessão Pública às 09:15 horas do mesmo dia e local.

1.4– Os documentos referente o Credenciamento e envelopes de n.º 01 contendo as propostas de preços e de n.º 02, contendo a documentação de habilitação que forem entregues após o horário estabelecido neste Edital, identificados pelo protocolo de entrega não serão abertos pelo Pregoeiro(a), e se não houver requerimento solicitando a devolução, os mesmos permanecerão lacrados e arquivados no processo.

1.5 - Não havendo descrição nos envelopes que possibilite identificar com clareza o Processo Licitatório, a licitante, e se for referente à documentação ou proposta, a proponente estará automaticamente inabilitada e desclassificada.

02. OBJETO

2.1 - O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O PREPARO DA MERENDA ESCOLAR FORNECIDOS AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

ITENS E SEUS RESPECTIVOS VALORES MÁXIMOS DESTE EDITAL

Os itens são exclusivos para MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, em conformidade com o Inciso I do artigo 48 da Lei Complementar n. 123/2006 alterada pela Lei Complementar n. 147/2014, somente para empresas que comprovar esta condição mediante documento hábil no ato do Credenciamento, apresentando obrigatoriamente: ME/EPP Certidão Simplificada, emitida pela Junta Comercial do Estado de domicílio da licitante, MEI – Certificado da condição de Microempreendedor Individual, ambos com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da data de abertura.

Em conformidade com o Decreto Federal n. 8538 de 06/10/2015, artigo 13, § 1º o licitante é responsável por solicitar seu desqualificação

da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, no ano fiscal anterior, sob pena de ser declarado inidôneo para licitar e contratar com a administração pública, sem prejuízo das demais sanções, caso usufrua ou tente usufruir indevidamente dos benefícios previstos neste Decreto.

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	ACHOCOLATADO EM PÓ, INSTANTÂNEO, OBTIDO PELA MISTURA DO CACAU EM PÓ, AÇÚCAR, MALTODEXTRINA E OUTRAS SUBSTÂNCIAS. ACONDICIONADO EM PACOTE DE POLIETILENO, RECIPIENTE DE POLIETILENO OU DE FOLHA DEFLANDRES, ÍNTEGRO, RESISTENTE, VEDADO HERMETICAMENTE E LIMPO, CONTENDO APROXIMADAMENTE 1 QUILO DE PESO LÍQUIDO. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DO LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO, NÚMERO DE REGISTRO E ATENDER AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA NTA 39 DO DECRETO ESTADUAL Nº 12.486 DE 20/10/1978. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA NA UNIDADE REQUISITANTE	KG	50,00	8,20	410,00
2	ACUCAR CRISTAL BRANCO FINO EMBALAGEM C/ 5 KG PLÁSTICA TRANSPARENTE E RESISTENTE, COM DATA DE VALIDADE DENTRO DO LIMITE	PCT	200,00	9,90	1980,00
3	AÇÚCAR BAUNILHA EMB. 500GR	Und	50,00	4,99	249,50
4	AMIDO DE MILHO NÃO PODERÁ APRESENTAR UMIDADE, FERMENTAÇÃO OU RANÇO. NÃO DEVERÁ APRESENTAR RESÍDUOS OU IMPUREZAS, BOLOR OU CHEIRO NÃO CARACTERÍSTICO. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, VEDADA, ACONDICIONADA EM SACOS PLÁSTICOS REFORÇADOS OU CAIXAS, COM PESO LÍQUIDO DE ATÉ 1 KG. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 3 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO AS SEGUINTEs INFORMAÇÕES: NOME E/OU MARCA, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE, LOTE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS.	KG	30,00	4,99	149,70
5	ARROZ TIPO 01 EMB. 5KG	PCT	150,00	10,90	1635,00
6	BANANA FRESCA TAMANHO MÉDIO, COM AS CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS MANTIDA CX C/ 20 KG	CX	40,00	50,00	2000,00

7	BATATA INGLESA LAVADA CARACTERÍSTICAS GERAIS: SEREM SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDAS, COM O TAMANHO, AROMA, SABOR E COR PRÓPRIOS DA ESPÉCIE. NÃO ESTAREM DANIFICADAS POR QUAISQUER LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA QUE AFETAM A SUA APARÊNCIA. ESTAREM LIVRES DE ENFERMIDADES. ESTAREM LIVRES DA MAIOR PARTE POSSÍVEL DE TERRA ADERENTE À CASCA. ESTAREM ISENTAS DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL, ODOR E SABOR ESTRANHO. NÃO APRESENTAREM RACHADURAS OU CORTES NA CASCA. A POLPA DEVERÁ ESTAR INTACTA E LIMPA. ACONDICIONADOS EM SACOS PLÁSTICOS RESISTENTES, CONFORME QUANTIDADE SOLICITADA	KG	300,00	2,70	810,00
8	BISCOITO DE POLVILHO ASSADO, SALGADO SEM ADIÇÃO DE CONSERVANTES, EM EMBALAGEM DE 200GR.	Und	100,00	3,90	390,00
9	BISCOITO DOCE BISCOITO TIPO MARIA 400G DE LEITE INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, AÇÚCAR, GORDURA VEGETAL, AMIDO, AÇÚCAR INVERTIDO, SAL, SORO DE LEITE EM PÓ, FERMENTOS QUÍMICOS: BICARBONATO DE SÓDIO E BICARBONATO DE AMÔNIO, EMULSIFICANTE LECITINA DE SOJA, MELHORADOR DE FARINHA METABISSULFITO DE SÓDIO, AROMATIZANTES E ACIDULANTE ÁCIDO LÁTICO.	PCT	250,00	3,99	997,50
10	BISCOITO DOCE BISCOITO TIPO MARIA 400G DE CHOCOLATE INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, AÇÚCAR, GORDURA VEGETAL, AMIDO, AÇÚCAR INVERTIDO, SAL, SORO DE LEITE EM PÓ, FERMENTOS QUÍMICOS: BICARBONATO DE SÓDIO E BICARBONATO DE AMÔNIO, EMULSIFICANTE LECITINA DE SOJA, MELHORADOR DE FARINHA METABISSULFITO DE SÓDIO, AROMATIZANTES E ACIDULANTE ÁCIDO LÁTICO.	PCT	250,00	3,99	997,50
11	BISCOITO DOCE SORTIDO O PRODUTO DEVE APRESENTAR-SE ÍNTEGRO, COM SABOR E ODOR AGRADÁVEL. EMBALADOS EM PACOTE 400 G. PRAZO DE VALIDADE: 12 MESES; DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO 30 DIAS	PCT	100,00	3,99	399,00
12	BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA DE BANANA CARACTERÍSTICAS: O PRODUTO DEVE APRESENTAR-SE ÍNTEGRO, COM SABOR E ODOR AGRADÁVEL. EMBALADOS EM PACOTES DE 400GR PRAZO DE VALIDADE: 12 MESES; DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO 30 DIAS	Und	100,00	3,99	399,00

13	BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA DE CHOCOLATE CARACTERÍSTICAS: O PRODUTO DEVE APRESENTAR-SE ÍNTEGRO, COM SABOR E ODOR AGRADÁVEL. EMBALADOS EM PACOTES DE 400GR PRAZO DE VALIDADE: 12 MESES; DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO 30 DIAS	PCT	200,00	3,99	798,00
14	BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA DE LEITE CARACTERÍSTICAS: O PRODUTO DEVE APRESENTAR-SE ÍNTEGRO, COM SABOR E ODOR AGRADÁVEL. EMBALADOS EM PACOTES DE 400G, PRAZO DE VALIDADE: 12 MESES; DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO 30 DIAS	PCT	100,00	3,99	399,00
15	BISCOITO DOCE, SEM RECHEIO, SABOR COCO, TIPO ROSQUINHA. COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. EMBALAGEM DE 400G. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO	PCT	100,00	3,99	399,00
16	BISCOITO SALGADO DE GERGELIM PREMIUM, DUPLA EMBALAGEM, PACOTES EMBALADOS 01 A 01, NÃO CONTENDO GORDURA TRANS. COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. EMBALAGEM DE 400G. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO	PCT	400,00	5,40	2160,00
17	BISCOITO SEM LEITE 400 GRAMAS	Und	50,00	4,45	222,50
18	BISCOITO TIPO ROSQUINHA INTEGRAL, SEM GLÚTEN, SEM ADIÇÃO DE LEITE E DERIVADOS, SENDO FONTE DE FIBRAS E COM BAIXO TEOR DE SÓDIO, SABORES DIVERSOS. PACOTES DE 200GR	Und	100,00	3,90	390,00
19	CAFÉ GRANULADO EMBALAGEM DE VIDRO 200GR CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: NÃO DEVE APRESENTAR SUJIDADE, UMIDADE, RENDIMENTO INSATISFATÓRIO, MISTURAS E PESO INSATISFATÓRIO, SABOR NÃO CARACTERÍSTICO. EMBALAGEM: PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 3 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO AS SEGUINTE INFORMAÇÕES: NOME E/OU MARCA, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE, LOTE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS E ATENDER AS EXIGÊNCIAS ANVISA.	Und	200,00	10,50	2100,00

20	CARNE BOVINA CONGELADA, COXÃO MOLE E/OU COXÃO DURO E/OU PATINHO, SEM ADIÇÃO DE SAL E/OU TEMPEROS, EMBALADA À VÁCUO. INSPECIONADA. ASPECTO PRÓPRIO, NÃO AMOLECIDO, NEM PEGAJOSO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES. COM INSPEÇÃO E ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. EMBALAGEM ATÓXICA E RESISTENTE DE 1KG. VALIDADE MÍNIMA DE 4 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO	KG	200,00	25,00	5000,00
21	CARNE MOÍDA, de 2ª (Músculo e Acém) com até 5% gordura, deve apresentar as características organolépticas (cor, sabor e odor característicos) sem cartilagens e ossos, resfriada, boa qualidade, embalada individualmente em pacotes de polietileno c/ 1 kg. No rótulo deve conter dados do fabricante, as especificações do produto, prazo de validade e selo de procedência.	KG	300,00	14,00	4200,00
22	CARNE SUÍNA DESOSSADA, SEM PELE, SEM GORDURA APARENTE (SEM CAPA DE GORDURA), CONGELADA. ASPECTO PRÓPRIO, NÃO AMOLECIDO, NEM PEGAJOSO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES. COM INSPEÇÃO E ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE, SEM ADIÇÃO DE SAL E DE TEMPEROS. EMBALAGEM ATÓXICA E RESISTENTE DE 1KG. VALIDADE MÍNIMA DE 4 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO	KG	200,00	11,00	2200,00
23	CEBOLA GRAÚDA, CATEGORIA I CARACTERÍSTICAS GERAIS: SEREM SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDAS, COM O TAMANHO, AROMA, SABOR E COR PRÓPRIOS DA ESPÉCIE. NÃO ESTAREM DANIFICADAS POR QUAISQUER LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA QUE AFETAM A SUA APARÊNCIA. ESTAREM LIVRES DE ENFERMIDADES. ESTAREM LIVRES DA MAIOR PARTE POSSÍVEL DE TERRA ADERENTE À CASCA. ESTAREM ISENTAS DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL, ODOR E SABOR ESTRANHOS. ESTAREM LIVRES DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES. NÃO APRESENTAREM RACHADURAS OU CORTES NA CASCA. A POLPA DEVERÁ ESTAR INTACTA E LIMPA. ACONDICIONADOS EM SACOS PLÁSTICOS RESISTENTES, CONFORME QUANTIDADE SOLICITADA.	KG	150,00	2,99	448,50
24	CENOURA FRESCA DE BOA QUALIDADE, FIRME, CASCA LIMPA, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO	KG	150,00	1,99	298,50

25	CEREAL MATINAL TIPO FLOCOS DE MILHO COM ACUCAR, EMBALAGEM 2K. COM DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DENTRO DO LIMITE	PCT	80,00	39,00	3120,00
26	CHÁ DE ERVAS SABORES ,ERVA DOCE, MARACUJÁ, FRUTAS TROPICAIS, HIBISCO,CIDREIRA, MORANGO, EMB,. COM 10 SAQUINHOS PESO LIQUIDO 20 GRAMAS,ACONDICIONAMENTO : PACOTE COM 30 CAIXAS, DEVIDAMENTE IDENTIFICADOS COM A DESCRIÇÃO RESUMIDA DO MATERIAL.	Und	150,00	2,99	448,50
27	CHÁ FLORES E FRUTAS - SABORES DIVERSOS EMBALAGEM - CAIXA COM 10 SAQUINHOS - PESO LIQUIDO DE 20 GRAMAS. ACONDICIONAMENTO: PACOTES COM 30 CAIXAS, DEVIDAMENTE IDENTIFICADOS COM A DESCRIÇÃO RESUMIDA DO MATERIAL.	Und	200,00	2,50	500,00
28	CONDIMENTO COLORÍFICO EM PÓ (COLORAU) EMB. DE 1 KG DE PRIMEIRA, CONSTITUÍDO DE MATÉRIA PRIMA DE BOA QUALIDADE E APRESENTAR ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR CARACTERÍSTICO DO PRODUTO, CONTENDO NO MÁXIMO 10% DE SAL, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES. REGISTRO NO MS. EMBALAGENS: EMBALAGEM DE POLIETILENO TRANSPARENTE, RESISTENTE, ATÓXICA . A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO AS SEGUINTE INFORMAÇÕES: NOME E/OU MARCA, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE, LOTE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS. LEGISLAÇÃO: RESOLUÇÃO - RDC Nº 276, DE 22 DE SETEMBRO DE 2005.	KG	20,00	4,90	98,00

29	COXA E SOBRE COXA DE FRANGO COM OSSO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: CONGELADO COM PESAGEM MÉDIA DE 250G POR PEÇA. A AVE DEVE TER CONTORNOS DEFINIDOS, FIRMES E SEM MANCHAS, PEÇA LISA E COLORAÇÃO CLARA, PELE ADERENTE E ODOR CARACTERÍSTICO. NÃO DEVE APRESENTAR SUJIDADES, PENAS E CARCAÇA. NÃO PODERÁ CONTER EXCESSO DE GELO. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA. ACONDICIONADA EM SACOS DE POLIETILENO OU BANDEJAS DE ISOPOR REVESTIDAS POR POLIETILENO, CONTENDO 1KG. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 3 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO AS SEGUINTE INFORMAÇÕES: PESO, DATA DE PROCESSAMENTO, DATA DE VALIDADE, CARIMBO DE INSPEÇÃO ESTADUAL OU FEDERAL, PROCEDÊNCIA DA CARNE, NOME E/OU MARCA, LOTE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS. APRESENTAR EM ANEXO A PROPOSTA DOCUMENTOS QUE COMPROVEM A INSPEÇÃO SANITÁRIA DOS PRODUTOS FORNECIDOS PELA INDÚSTRIA (FRIGORÍFICO), DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE.	KG	300,00	7,90	2370,00
30	CREME DE LEITE 200 GRAMAS	Und	54,00	1,99	107,46
31	ERVA DOCE COM NO MÍNIMO 12 GR	PCT	200,00	1,75	350,00
32	ERVILHA EMB 300 GR ERVILHA ENLATADA (EM CONSERVA), ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 300G, CONFECCIONADA EM PAPEL, CONTENDO NO CORPO DA EMBALAGEM INFORMAÇÕES DO FABRICANTE E DATA DE VENCIMENTO. NÃO DEVEM ESTAR AMASSADAS, E ESTUFADAS, NÃO DEVEM CONTER PERFURAÇÕES, PRINCIPALMENTE NAS COSTURAS, NÃO DEVEM SOLTAR AR COM CHEIRO DE AZEDO OU PODRE QUANDO ABERTOS, O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE.	Und	200,00	1,99	398,00
33	EXTRATO DE TOMATE SIMPLES CONCENTRADO, COR VERMELHA, EM LATAS SEM FERRUGEM E/OU AMASSADAS COM APROXIMADAMENTE 850G, DEVE CONSTAR NA EMBALAGEM A DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DENTRO DO LIMITE	Und	100,00	7,99	799,00

34	FARINHA DE MILHO, MÉDIA, PACOTE DE 1KG. ORIUNDO DE MOAGEM DO GRÃO DE MILHO, SADIO E LIMPO, NÃO DEVENDO CONTER MATERIAIS TERROSOS, PARASITAS E DETRITOS DE ANIMAIS E VEGETAIS. DEVE CONTER COR E SABOR CARACTERÍSTICOS, EMBALADO EM SACO PLÁSTICO ATÓXICO, TRANSPARENTE. COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 2 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO	KG	200,00	2,50	500,00
35	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL TIPO 1 NÃO PODERÁ ESTAR ÚMIDA, FERMENTADA, NEM RANÇOSA. ESPECIFICIDADE DE USO: PREPARO DE PÃES CASEIROS DIVERSOS, BOLOS E BISCOITOS. NÃO DEVERÁ APRESENTAR COR ESCURA OU MISTURA COM OUTRAS FARINHAS, FORMAÇÃO DE GRUMOS (UMIDADE), RESÍDUOS OU IMPUREZAS, NEM RENDIMENTO INSATISFATÓRIO. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADA EM PACOTES DE 5KG. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 3 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO AS SEGUINTE INFORMAÇÕES: NOME E/OU MARCA, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE, LOTE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS.	PCT	80,00	9,90	792,00
36	FERMENTO EM PÓ EMBALAGEM 250G VALIDADE MINIMA 4 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA; ACONDICIONADO EM LATA O FRASCO PLASTICO HERMETICAMENTE FECHADO.	Und	40,00	4,50	180,00
37	GAS LP DE 45KG (GRANDE)	Und	12,00	389,00	4668,00
38	GÁS DE 13KG	Und	40,00	85,00	3400,00
39	IOGURTE COM POLPA DE FRUTAS SABOR MORANGO, COCO, SALADA DE FRUTAS, PESSEGO, CONTENDO LEITE INTEGRAL ,SORO DE LEITE, POLPA DE FRUTAS E FERMENTO LACTEO ,ENVASADO EM SACO PLÁSTICO DE 900 ML COM VALIDADE NO MINIMO 30 DIAS.	Und	600,00	3,80	2280,00
40	LEITE CONDENSADO 395G	Und	54,00	2,99	161,46
41	LEITE DE SOJA - ALIMENTO A BASE DE SOJA SABOR ORIGINAL, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR, SEM CONSERVANTES ARTIFICIAIS, EMBALAGEM DE 1L	Lt	24,00	5,99	143,76
42	MAÇA CLASSIFICAÇÃO 1, TAMANHO MÉDIO, SEM SINAIS DE AMASSADO, PRONTA PARA CONSUMO DE BOA QUALIDADE CX 20 KG	CX	40,00	110,00	4400,00
43	MAMÃO VERMELHO, DE 1º QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO, SEM SINAIS DE AMASSADO, SEM RUPTURAS.	KG	350,00	3,99	1396,50
44	MANGA UNIDADES ÍNTEGRAS, FRES-CAS E LIMPAS, TAMANHO MÉDIO, SEM MACHUCADOS E MADURAS.	KG	150,00	3,49	523,50

45	MARGARINA PRODUTO OBTIDO DE VEGETAIS LÍQUIDOS HIDROGENADOS, DE CONSISTÊNCIA CREMOSA, AROMATIZADA ARTIFICIALMENTE E VITAMINADA, COM NO MÍNIMO 65% DE LIPÍDIOS. NÃO DEVE APRESENTAR MASSA NÃO CREMOSA, CHEIRO DESAGRADÁVEL, COR NÃO CARACTERÍSTICA DO PRODUTO, POTE VIOLADO. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, EM POTE DE POLIETILENO RESISTENTE, CONTENDO 500G. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 3 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO AS SEGUINTESS INFORMAÇÕES: NOME E/OU MARCA, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE, LOTE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS.	Und	50,00	3,99	199,50
46	MASSA ALIMENTÍCIA SEM OVOS, TIPO ESPAGUETE, LISA. COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. EMBALAGEM DE 500G. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	PCT	150,00	2,80	420,00
47	MASSA ALIMENTÍCIA SEM OVOS, TIPO NINHO. COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. EMBALAGEM DE 500G. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	PCT	120,00	3,90	468,00
48	MASSA ALIMENTÍCIA SEM OVOS, TIPO PENNE. COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. EMBALAGEM DE 500G. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO	PCT	100,00	2,75	275,00
49	MELAO UNIDADES DE TAMANHO MÉDIO, FRUTAS FIRMES, SEM MACHUCADOS, FRUTAS LIMPAS E MADURAS.	KG	300,00	2,50	750,00
50	MILHO ENLATADO (EM CONSERVA), ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 300 G, CONFECCIONADA EM PAPEL, CONTENDO NO CORPO DA EMBALAGEM INFORMAÇÕES DO FABRICANTE E DATA DE VENCIMENTO. NO CASO DE LATA, NÃO DEVEM ESTAR AMASSADAS E ESTUFADAS, NÃO DEVEM CONTER PERFURAÇÕES, PRINCIPALMENTE NAS COSTURAS, NÃO DEVEM SOLTAR AR COM CHEIRO DE AZEDO OU PODRE QUANDO ABERTOS, O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE	Und	200,00	2,40	480,00

51	MORTADELA, SEM CAPA DE GORDURA, EMBALADOS À VÁCUO, COM PESO MÁXIMO DE 1 KG EM CADA EMBALAGEM, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, COM DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DENTRO DO LIMITE, REGISTRO DO ÓRGÃO COMPETENTE (INSPECIONADO SIF-DIPOA);	KG	100,00	9,90	990,00
52	MORTADELA DE FRANGO, RESFRIADA, PACOTES DE 01KG EMBALADOS EM SACOS PLÁSTICOS A VÁCUO; DEVERÁ CONSTAR DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VENCIMENTO, Nº DO REGISTRO DO ÓRGÃO FISCALIZADOR, Nº DO LOTE, DATA DE VALIDADE DE NO MÍNIMO TRÊS MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DA MERCADORIA	KG	100,00	11,99	1199,00
53	NATA CREME DE LEITE FRESCO PADRONIZADO, PASTEURIZADO E REFRIGERADO, EM PACOTES DE 300GR COM TEOR MEDIO DE GORDURA 48%, COM VALIDADE MINIMA DE 30 DIAS.	Und	150,00	4,50	675,00
54	ÓLEO DE SOJA REFINADO, EMBALAGEM PET DE 900 ML, OBTIDO DE MATÉRIA-PRIMA VEGETAL EM BOM ESTADO SANITÁRIO, EMBALAGEM COM DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DENTRO DO LIMITE.	Und	200,00	3,90	780,00
55	OVOS DE GALINHAS, VERMELHOS, TIPO GRANDE, FRESCOS, SELECIONADOS COM EMBALAGEM PRIMÁRIA ATÓXICA EM DÚZIAS E EMBALAGEM SECUNDÁRIA DE PAPELÃO ATÓXICA RESISTENTE, E NÃO REUTILIZADAS. PRODUTO ISENTO DE RACHADURAS, ESTUFAMENTO, SEM SUJIDADES. CASCA DE OVO LIMPA, ÁSPERA, FOSCA, ODOR E ASPECTOS CARACTERÍSTICOS. EMBALAGEM DEVERÁ ESTAR DEVIDAMENTE ROTULADA CONTENDO OS DIZERES TIPO COLONIAL, COM REGISTRO NOS ÓRGÃOS DE INSPEÇÃO SANITÁRIA. TRANSPORTE FECHADO CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 20 DIAS NO MOMENTO DA ENTREGA (APRESENTAR AMOSTRA, FICHA TÉCNICA, LAUDO E CERTIFICADO DE INSPEÇÃO)	DZ	200,00	4,50	900,00
56	PÃO FRANCÊS UNID C/ 50 GR	KG	1.000,00	8,99	8990,00
57	PEITO DE FRANGO COM OSSO RESFRIADO, EM EMBALAGEM PLÁSTICA ATÓXICA, COM RÓTULO CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA E REGISTRO NO SIF, SIM OU SISPOA.	KG	200,00	8,50	1700,00
58	PEIXE(FILÉ DE TILÁPIA) RESFRIADO, SEM ESPINHAS, SEM ACÚMULO DE LÍQUIDOS EM SEU INTERIOR, EMBALAGEM COM 1KG, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PESO, FABRICANTE, VALIDADE, TEMPERATURA DE ESTOCAGEM E REGISTRO DO PRODUTO NO SIF.	KG	150,00	29,00	4350,00

59	POLVILHO AZEDO. COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. EMBALAGEM DE 500 GR. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	Und	100,00	2,99	299,00
60	POLVILHO DOCE. COM ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. EMBALAGEM DE 500 GR. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	PCT	24,00	2,75	66,00
61	QUEIJO MUSSARELA, FATIADO. PRODUTO LIVRE DE PARASITAS E DE QUALQUER SUBSTÂNCIA CONTAMINANTE QUE POSSA ALTERAR OS ASPECTOS NORMAIS DO PRODUTO OU QUALQUER APARATO QUE VENHA ENCOBRIR POSSÍVEIS ALTERAÇÕES, EMBALAGENS QUE CONTENHAM ESPECIFICADOS O LOCAL DE ORIGEM DO PRODUTO, PESO, DATA DE EMBALAGEM E DATA DE VENCIMENTO.	KG	200,00	25,00	5000,00
62	SAGU EMBALAGEM DE 500G, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, RÓTULO COM INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO, FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES, A CONTAR DA DATA DA ENTREGA.	PCT	50,00	2,99	149,50
63	SAL FINO EMB. 1 KG IODADO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: NÃO DEVEM APRESENTAR SUJIDADE, UMIDADE, MISTURAS INADEQUADAS AO PRODUTO. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADA EM PACOTES DE 1 KG, EM POLIETILENO TRANSPARENTE E TER EMBALAGEM SECUNDÁRIA DE RÁFIA OU SACOS DE POLIETILENO. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 3 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MÍNIMO AS SEGUINTE INFORMAÇÕES: NOME E/OU MARCA, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE, LOTE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS.	KG	80,00	1,99	159,20
64	SALSICHA RESFRIADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA FLEXÍVEL, ATÓXICA, RESISTENTE E TRANSPARENTE, ENTREGA EM PACOTES DE 3 KG, COM RÓTULO CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA, COM PRAZO DE VALIDADE E FABRICAÇÃO, INSPEÇÃO NO SIF	PCT	150,00	23,00	3450,00
65	SUCO DE 2 LITROS (CONCENTRADO)	Und	50,00	12,00	600,00

66	TOMATE CARACTERÍSTICAS GERAIS TOMATE EM INÍCIO DE MATURAÇÃO. FRESCO. ATINGIR O GRAU MÁXIMO AO TAMANHO, AROMA, COR E SABOR PRÓPRIOS DA ESPÉCIE E VARIEDADES. APRESENTAR GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO MEDIATO E IMEDIATO. NÃO CONTEREM SUBSTÂNCIAS TERROSAS, SUJIDADES OU CORPOS ESTRANHOS ADERENTES À SUPERFÍCIE DA CASCA. ESTAREM ISENTOS DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL, AROMA E SABOR ESTRANHOS. ESTAREM LIVRES DE RESÍDUOS E FERTILIZANTES. DEVE APRESENTAR-SE EM INÍCIO DE MATURAÇÃO. ACONDICIONADOS EM SACOS PLÁSTICOS RESISTENTES, CONFORME QUANTIDADE SOLICITADA.	KG	200,00	3,60	720,00
67	VINAGRE SEM ALCOOL 750 ML	Und	50,00	1,90	95,00
68	XAROPE SABOR DE FRAMBOESA EMB, 1 LITRO	Lt	60,00	5,99	359,40
			Total		88.743,48

Os itens que ultrapassarem o valor máximo unitário e ou não apresentar a marca serão desclassificados, como também será desclassificada a proposta das empresas que não comprovar a situação MEI/ME/EPPS com documento hábil.

Obs: A descrição dos itens e a pesquisa de preço foi realizada pela Secretaria solicitantes sob sua responsabilidade.

03. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR NA LICITAÇÃO

3.1 - A presente licitação é destinada exclusivamente à contratação de microempresa – ME, empresa de pequeno porte – EPP e micro empreendedor individual - MEI, na forma do disposto no art. 48, I, da Lei Complementar 123/2006, alterada pela Lei 147/2014, do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Edital.

3.1.2 Estão proibidos de contratar com o município todos os agentes impedidos na forma do Artigo 77 da Lei Orgânica Municipal e no art. 9º da Lei n. 8666/93 e suas alterações posteriores.

3.2 - Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

- Concordatárias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- Que estejam reunidas em consórcio, ou sejam controladas, coligadas ou subsidiárias entre si qualquer que seja sua forma de constituição.
- Estrangeiras que não funcionem no País.

04. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DO CREDENCIAMENTO

4.1 - No dia, hora e local designados no preâmbulo deste Edital, o pregoeiro receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, em envelopes distintos, fechados, contendo, na parte externa, além do nome da empresa, a seguinte identificação:

- A) PREGÃO PRESENCIAL Nº1/2020
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
ENVELOPE N.º 01 – Proposta
Empresa: Nome/Razão Social:
- B) PREGÃO PRESENCIAL Nº1/2020
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
ENVELOPE N.º 02 – Documentação
Empresa: Nome/Razão Social:

4.2 - Em seguida, realizar-se-á o credenciamento dos interessados ou de seus representantes, que consistirá na comprovação de que possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame.

DO CREDENCIAMENTO

1 - Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) tratando-se de representante legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- b) tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga.

2 – O documento de credenciamento nos termos da alínea "b", do item 1, poderá ser conforme modelo constante no Anexo I- Carta de Credenciamento, o qual deverá ser entregue juntamente com o respectivo documento oficial de identificação.

2.1. – Fica dispensado da apresentação do Anexo II, o representante legal com poderes para exercer direitos e assumir obrigações, nos termos do item 1."a".

3 - O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

4 - Será admitido apenas 1 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

5 - A ausência do Credenciado, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, porém não é motivo para exclusão do certame, desde que atenda as exigências do Credenciamento 1 – a e 7.1).

Tal comprovação deverá ser feita através de procuração ou carta de credenciamento (modelo sugestivo no Anexo I do Edital), com firma reconhecida em Cartório, e deverá ser entregue ao Pregoeiro juntamente com os envelopes, ficando arquivada no Processo Licitatório. A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, lavrando-se, em ata, o ocorrido. Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital. O representante legal ou o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto. Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada.

No ato do Credenciamento, apresentar obrigatoriamente: para Micro Empresas/Empresas de pequeno Porte ME/EPP Certidão Simplificada, emitida pela Junta Comercial do Estado de domicílio da licitante, MEI – Certificado da condição de Microempreendedor Individual, ambos com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da data de abertura. Não feita esta comprovação no momento oportuno, a proposta será desclassificada.

05. DA PROPOSTA COMERCIAL

5.1 - A Proposta Comercial contida no Envelope n.º 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos sub-itens a seguir:

a) emitida, de preferência por computador, ou datilografada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo responsável pela empresa, em todas as páginas e anexos.

b) conter razão social completa e CNPJ da licitante, sendo este último, obrigatoriamente o mesmo da Nota de Empenho e da Nota Fiscal, caso seja vencedora do certame.

c) descrição geral quanto ao objeto a ser fornecido, de acordo com as especificações do Edital, constando a marca que está sendo cotada, bem como o valor unitário e total, em moeda corrente nacional, em algarismos. Em caso de divergência entre os preços unitário e total prevalecerá o unitário. No preço cotado já deverão estar incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação. Na cotação dos preços para a presente licitação, os participantes deverão observar o uso de até três casas após a vírgula, nos valores unitários e totais propostos, caso contrário o item será automaticamente desclassificado;

d) apresentar declaração de que o(s) objeto(s) ofertados atendem todas as especificações descritas no Edital; e

e) conter prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data limite para a entrega dos envelopes. Se o prazo for omitido, a proposta será considerada por 60 (sessenta) dias, contados da data da apresentação.

Parágrafo único — Preferencialmente, para facilitar o julgamento por parte do Pregoeiro, solicita-se às empresas que apresentem suas propostas conforme o modelo sugestivo constante do Anexo III do Edital.

06. HABILITAÇÃO

No envelope n.º 02 – Documentação, deverão constar os seguintes documentos:

6.1. Habilitação Jurídica:

6.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

b) prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão conjunta de tributos e contribuições federais, quanto à dívida ativa da união e contribuições sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal.

c) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

d) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;

e) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS),

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT

6.3. Qualificação Econômico-financeira:

a) Certidão negativa de falência, concordata e recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Considerando as alterações no sistema do TJ-SC, a certidão exigida deverá ser emitida nos dois sistemas:

- SAJ (<https://esaj.tjsc.jus.br/esaj/sco/abrirCadastro.do>) e;

- eproc (<https://certeproc1g.tjsc.jus.br>)

As duas certidões deverão ser apresentadas conjuntamente, caso contrário não terão validade.

6.4 - Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, mediante declaração da proponente, sob as penas da Lei (conforme modelo constante do Anexo IV do Edital).

6.5 - Declaração assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a licitante (conforme modelo constante do Anexo V do Edital).

6.6 - Os documentos de habilitação preliminar poderão ser apresentados em via original ou cópia autenticada por qualquer processo, sendo por tabelião de notas ou por servidor do Município de São Bernardino -SC, ou por publicação em Órgão de Imprensa Oficial. O Pregoeiro e a equipe de apoio se julgar necessário poderão fazer a consulta ao serviço de verificação de autenticidade das certidões emitidas pela INTERNET, ficando a licitante responsável pela veracidade das informações. Todas as certidões e/ou documentos em que não conste expressamente seu prazo de validade, serão consideradas como válidas por 60 (sessenta) dias, exceto àquelas previstas em lei e os atestados referentes à qualificação técnica;

6.7 – Somente serão desclassificados os participantes que apresentarem vícios insanáveis. Os participantes que apresentarem vícios sanáveis, como erros formais ou apresentação de documentos vencidos, porém passíveis de consulta imediata via internet, poderá ser consultado de forma imediata via internet durante a sessão e havendo a comprovação de estar regular poderá então ser anexado ao processo e validado.

07. DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO

7.1 - Aberta a Sessão Pública, os interessados ou seus representantes, devidamente credenciados, apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (modelo sugestivo no Anexo II do Edital), e entregarão os envelopes conforme item 04 do Edital.

7.2 - Para fins de julgamento, o critério adotado para a adjudicação do objeto deste PREGÃO será o MENOR PREÇO POR ITEM. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital, e que forem superiores aos valores máximos admitidos por item.

7.3 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se classificará a proposta de menor preço e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço. Quando não forem verificados, no mínimo, 03(três) propostas comerciais nas condições mencionadas, o Pregoeiro classificará as melhores propostas até o máximo de 03 (três), neste número já incluído a de menor preço, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas. No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

7.4 - No curso da Sessão Pública, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores, serão convidados individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.5 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços, sendo vedada à oferta de lance com vista ao empate, bem como a substituição da marca do produto que consta na proposta comercial, ou o uso de mais de três casas após a vírgula. Dos lances ofertados não caberá retratação. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas. Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

7.6 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.7 - Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas válidas selecionadas e as não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado. O Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores máximos consignados no edital, fazendo dele parte integrante para todos os fins e efeitos, decidindo, motivadamente, a respeito.

7.8 - Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item 6 deste Edital. Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto.

7.9 - Em caso de a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro a inabilitará e examinará as ofertas subseq-entes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora. Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter preço melhor.

7.9.1 Em se tratando de microempresas e empresas de pequeno porte, respeitando o art. 43 § 1º, da Lei Complementar 123/2006 de

14/12/2006, alterada pela Lei Complementar n. 147/2014, as ME e EPP, deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, ficando a Sessão Pública em suspenso, quando será assegurado o prazo de 05(cinco) dias úteis, cujo término inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa. De acordo com o § 2º da mesma Lei, a não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado a Administração Pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.10 - Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante, registrando na ata da Sessão Pública a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo, em Secretaria, o recurso se interposto, deverá ser protocolado fisicamente em documento original, datado e assinado pelo proponente e/ou representante legal, no Setor de Administração e dirigidos ao pregoeiro. A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

7.11 - Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima. A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro e por todos as licitantes presentes. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

08. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

8.1 - Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Publica do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso. As demais licitantes, já intimadas na Sessão Publica acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentarem as contra-razões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

8.2 - A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

8.3 - A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará: a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

8.4 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

8.5 - O recurso não terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.6 - O (s) recurso (s) será (ão) dirigido(s) à Prefeitura Municipal – Departamento de Compras e Licitações, e, por intermédio do Pregoeiro, será (ão) encaminhados ao Prefeito Municipal, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de 05 (cinco) dias.

09. CONDIÇÕES DE ENTREGA

9.1 - Os gêneros alimentícios deverão ser entregues na Secretaria de Educação, sita a Rua São Bernardino, S/N, Centro, São Bernardino-SC, CEP 89.982-000, conforme a necessidade e autorização da Secretaria e que deverá ocorrer até 08(oito) dias úteis após a solicitação feita pela Secretaria.

9.2 - A Municipalidade, se reserva o direito de retirar apenas parte dos materiais licitados. Após o dia 31 de dezembro de 2020, os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba aos concorrentes, o direito a qualquer indenização ou reclamação de qualquer natureza.

10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE

10.1 O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) vencedores](s) serão efetuados em até 10(dez) dias após a entrega e efetiva apresentação da nota fiscal. Ressaltando de que é exigido emissão de nota fiscal eletrônica nas vendas destinadas às administrações públicas de acordo com o parágrafo § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense. Deverá constar no documento fiscal o numero da licitação, numero do contrato, bem como nome do Banco, nº da Conta Corrente e Agencia bancária, da empresa, sem os quais o pagamento poderá ficar retido por falta de informações. Os pagamentos serão realizados via transferência bancária online, se por ventura gerar tarifa bancária a mesma será descontada do credor.

10.2 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

11. RECURSOS FINANCEIROS E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1 - Os recursos financeiros serão a cargo do orçamento vigente.

11.2 - As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta do orçamento do exercício financeiro

de 2020:

2.019.3390.00 - 1371 - 75/2020 - Manutenção do Pré-Escolar 2.014.3390.00 - 1371 - 32/2020 - Manutenção do Programa de Merenda Escolar 2.019.3390.00 - 1000 - 72/2020 - Manutenção do Pré-Escolar 2.014.3390.00 - 1000 - 31/2020 - Manutenção do Programa de Merenda Escolar 2.015.3390.00 - 1371 - 67/2020 - Manutenção da Creche 2.020.3390.00 - 1371 - 82/2020 - Apoio ao Ensino Especial 2.015.3390.00 - 1000 - 62/2020 - Manutenção da Creche

12. ADJUDICAÇÃO

12.1 - Adjudicado o objeto da presente licitação, o Município de São Bernardino - SC, convocará o adjudicatário para assinar o Termo de Contrato em até 3 (três) dias úteis. Caso a licitante vencedora recuse-se, injustificadamente, a assinar, no prazo e condições estabelecidas o Termo de Contrato, a licitante subseq-ente na ordem de classificação, será notificada para fazê-lo nas condições por ela proposta, ocasião em que será realizada nova Sessão Pública, retomando-se a fase de habilitação, sem prejuízo de que o pregoeiro negocie, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

12.2- O(s) Contrato(s) decorrente(s) deste processo Licitatório poderá(ao) ser aditado(s) conforme regulamentação prevista na Seção III, Art 65, da Lei nº 8.666/93 (Brasil).

13. RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

13.1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

13.2 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

14. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

14.1 - O Município ficará obrigado a:

a) promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização do material entregue, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

b) efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

15. DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

15.1 - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto no item 17, deste Edital.

15.2 - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada:

15.2.1 - Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

a) o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

b) entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste edital;

c) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

d) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

e) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada;

f) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

g) a dissolução da empresa;

h) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

j) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

l) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

15.2.2 - Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

15.2.3 - Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

15.3 - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

16. PENALIDADES

16.1 - À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

a) Advertência;

b) Multa de 10% sobre o valor do Contrato;

c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes; A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

16.2 – Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

17 – DAS ATRIBUIÇÕES DO PREGOEIRO

17.1 – Além das atribuições já evidenciadas neste Edital de Licitação e as previstas em Lei, o Pregoeiro poderá ainda:

17.1.1 – Advertir os representantes das empresas proponentes, bem como qualquer pessoa presente a sessão pública, em virtude de comportamento ou expressões inadequadas para o momento.

18.1.2 – Estabelecer redução mínima em cada lance, bem como estabelecer tempo máximo para o proponente ofertar seu lance.

17.1.3 – Interromper o processo, para qualquer situação adversa que possa ocorrer durante a sessão pública.

17.1.4 – Baixar diligências para dirimir qualquer dúvida em relação ao processo e/ou documentação, inclusive para que havendo algum valor de lance ofertado sendo considerado inexequível, para que o autor comprove que a mesma pode ser executada.

17.1.5 – Permitir aos credenciados, contato com terceiros para formular lances.

17.1.6 – Tomar de forma oral do licitante credenciado presente a declaração de que cumpre todos os requisitos de habilitação.(se for o caso).

17.1.7- Tomar de forma oral do licitante credenciado presente a declaração de que o(s) objeto(s) ofertados atendem todas as especificações descritas no Edital (se for o caso)

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 - A licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, conforme dispõe o artigo 49 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

18.2 - As reclamações referentes à documentação e às propostas deverão ser feitas no momento de sua abertura, respectivamente, no final de cada Sessão Pública, quando serão registradas em ata, sendo vedada a qualquer licitante observações ou reclamações posteriores, a este respeito.

18.3 - A apresentação da proposta implica para a licitante a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste Edital, sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

18.4 - Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação regedora, em especial a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e o Decreto Municipal nº 17/2006, Decreto n.19/2009, decreto n. 132/2009, decreto n. 254/2012, decreto n. 09/2018 e decreto n. 145/2019.

18.5 - No interesse da Administração Municipal, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

a) adiada a abertura da licitação;

b) alteradas as condições do Edital, obedecido o disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

18.6 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

§ ANEXO I – Modelo de Carta de Credenciamento;

§ ANEXO II – Modelo de Declaração firmando o cumprimento aos requisitos de Habilitação;

§ ANEXO III – Modelo de Proposta

§ ANEXO IV – Modelo de Declaração firmando o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;

§ ANEXO V - Declaração assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a licitante

§ ANEXO VI – Minuta de Contrato.

18.7 - Ao receberem cópia deste Edital, os interessados deverão deixar registrado na Prefeitura o endereço, telefone e fax, para qualquer comunicação.

18.8 – Informações fornecidas verbalmente por elementos pertencentes a Administração Municipal não serão consideradas como motivos para impugnações.

18.9 - Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro (24) horas. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame. A impugnação deverá ser protocolada fisicamente em documento original, datado e assinado pelo proponente e/ou representante legal, no Setor de Administração e dirigido ao chefe do poder executivo.

18.10 - Recomenda-se aos licitantes que estejam no local indicado do preâmbulo deste Edital, com antecedência de quinze (15) minutos do horário previsto.

18.11 - É fundamental a presença do licitante ou de seu representante, para o exercício dos direitos de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer.

18.12 - Nenhuma indenização será devida aos licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente PREGÃO.

18.13 - Quaisquer pedidos de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital, deverão preferencialmente ser dirigidas por escrito à Administração Municipal no endereço eletrônico compras@saobernardino.sc.gov.br ou, pelo telefone (49) 36540054/0014 até 72 (setenta e duas) horas antes da data de abertura da LICITAÇÃO.

18.14- Editais de Licitação, prazos recursais, recursos, contra razões, decisões, atas, adjudicações e homologações, serão publicadas no site www.saobernardino.sc.gov.br, no menu Licitações no devido processo. É de inteira responsabilidade da empresa participante estar acompanhando o andamento.

São Bernardino – SC 13/01/2020

Prefeito Municipal
Adeli José Riffel

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica
RUDIMAR BORCIONI
OAB-SC 15411
ASSESSOR(A) JURÍDICO

ANEXO I
MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 7/2020
PREGÃO No 1/2020

Através da presente, credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade n.º _____ e CPF sob n.º _____, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de -SC, na modalidade Pregão n.º _____, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, em ____ de _____ 2020.

Carimbo Nome e Assinatura do Credenciante

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO firmando o cumprimento aos requisitos de Habilitação

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 7/2020

PREGÃO No 1/2020

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório – PREGÃO n.º do município de-SC, que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida no item 06 do edital convocatório.

_____, em ____ de _____ 2020

Carimbo Nome e Assinatura do Representante Legal

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE ME OU EPP

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 7/2020
PREGÃO No 1/2020

A Empresa ,com sede na , inscrita no CNPJ nº ,vem, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) , portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº , DECLARA, sob as penas da Lei, que é MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, que atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida no item 06 do edital convocatório, e que cumpre os requisitos legais para efeito de qualificação como ME-EPP e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do art. 3º da lei Complementar nº 123, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

_____, em ____ de _____ 2020

Carimbo Nome e Assinatura do Representante Legal

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 7/2020
PREGÃO No 1/2020

Nome da Empresa:
CNPJ:
Endereço:

Apresentamos nossa proposta para fornecimento, objeto da presente licitação, modalidade Pregão Presencial n.º 1/2020, acatando todas as estipulações consignadas, conforme abaixo:

Objeto: O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O PREPARO DA MERENDA ESCOLAR FORNECIDOS AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Marca	Preço Unit.	Total
Total						

Valor total da proposta (por extenso): R\$ _____ (_____).

Obs: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

Declaramos que os itens ofertados atendem a todas as especificações descritas no edital.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: _____ (no mínimo, 60 - sessenta - dias da data-limite para a entrega dos envelopes).

PRAZO DE ENTREGA: IMEDIATO APÓS A EMISSÃO DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO E SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA.

DATA:

NOME E ASSINATURA DO
REPRESENTANTE E CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÃO EM Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 7/2020

PREGÃO No 1/2020

..... inscrita no CNPJ n.º, por intermédio de seu representante legal, Sr. (a)
..... portador (a) da Carteira de Identidade n.º CPF n.º DECLARA, para fins do disposto
no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em
trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz().

data

Nome e assinatura do Representante Legal

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO V

DECLARAÇÃO ASSEGURANDO A INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO LEGAL PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A LICITANTE

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 7/2020

PREGÃO No 1/2020

DEPARTAMENTO DE COMPRAS DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO – SC

REFERÊNCIA: DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO LEGAL

O(s) abaixo assinado(s), dirigente(s) da Empresa_____

Declara(m) que:

- a).- A entidade não se encontra declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, do Município e do Distrito Federal;
- b).- Nenhum dirigente está no exercício de mandato eletivo, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública.

(local e data)

nome(s) e assinatura(s) do(s) dirigente(s) e respectivo(s) CPF

CONTRATO Nº NumContrato

O Município de São Bernardino-SC, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.612.812/0001-50 situada a Rua Verônica Scheid nº 1.008, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. ADELI JOSÉ RIFFEL, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Francisco Xavier, nº 1070, neste Município, inscrito no CPF nº 565.819.809-78, doravante denominado MUNICÍPIO, e a Empresa NomeContratado, pessoa jurídica, de direito privado, sito a Rua Verônica Scheid s/n na Cidade de São Bernardino-SC, inscrita no CNPJ sob nº CNPJContratado, neste ato representado pelo Sr. NomeRespContratado, brasileiro, casado, portador do CPF nº CPFContratado residente e domiciliado na EnderecoContratado na Cidade de CidadeContratado, doravante denominado CONTRATADO, de comum acordo resolvem contratar o objeto pelas seguintes Cláusulas que seguem.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

ObjetoContrato

CLAUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES

O presente contrato dispõe sobre ObjetoContrato, do Processo Licitatório 7/2020, modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, por ter apresentado menor MENOR PREÇO UNITARIO POR ITEM.

I – Fundamento Legal – Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99 e Processo Licitatório nº 7/2020, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

O valor total do contrato é de R\$ ValorContrato (ValorContratoExtenso)

II - Da forma de pagamento:

O pagamento será efetuado avista, em moeda corrente nacional mediante a entrega dos produtos, conforme solicitação da Prefeitura Municipal, aqui denominado Município.

III - Da Vigência:

A Vigência deste contrato é do período de DataAssinatura até DataVencimento. A Municipalidade se reserva o direito de retirar apenas parte dos materiais licitados. No decorrer do exercício de 2020, os saldos dos itens contratados poderão ser rescindidos, sem que caiba o direito a qualquer indenização ou reclamação de qualquer natureza ao Contratado.

O Contratado deverá entregar os produtos conforme a marca e referências cotadas, por ocasião da apresentação da proposta, sob pena de

ser motivo justo, para a rescisão contratual e aplicação das penalidades previstas neste contato.

O presente Contrato poderá ser aditado conforme regulamentação prevista na Seção III, Art. 65 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993).

IV - Do Reajustamento:

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

V - Da atualização.

A mora ocorrida entre a data fixada para o pagamento (vencimentos da obrigação), até o efetivo pagamento, será calculado tomando-se por base a variação do IPCR (índice de preços ao consumidor série r) ou outro índice que vier a substituir.

VI - Das compensações financeiras:

a) Município descontará o percentual de 1,0 % (um por cento) do valor contratado a cada dia de atraso.

VII - Da Dotação Orçamentária.

2.019.3390.00 - 1371 - 75/2020 - Manutenção do Pré-Escolar 2.014.3390.00 - 1371 - 32/2020 - Manutenção do Programa de Merenda Escolar 2.019.3390.00 - 1000 - 72/2020 - Manutenção do Pré-Escolar 2.014.3390.00 - 1000 - 31/2020 - Manutenção do Programa de Merenda Escolar 2.015.3390.00 - 1371 - 67/2020 - Manutenção da Creche 2.020.3390.00 - 1371 - 82/2020 - Apoio ao Ensino Especial 2.015.3390.00 - 1000 - 62/2020 - Manutenção da Creche

VIII - A CONTRATADA declara ter examinado em detalhe a documentação objeto do presente contrato e possuir condições de executá-lo.

CLAUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

I - Efetuar a entrega dos produtos ora contratados, conforme solicitação por parte do Município.

II - Fornecer ao Município sempre que solicitados quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre os produtos contratados enquanto estiverem na garantia e/ou prazo de validade.

III - Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato, ficando o MUNICÍPIO isento de qualquer vínculo empregatício com os funcionários da CONTRATADA, bem como de quaisquer obrigações tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento deste instrumento contratual;

IV - Cumprir todas as demais obrigações constantes do processo Licitatório nº 7/2020, Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

V - Fornecer produtos de primeira qualidade.

CLAUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

I - A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do MUNICÍPIO, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

II - Esclarecer as dúvidas que forem apresentadas.

III - Cumprir as condições de pagamento, na forma como estabelecida neste contrato e Processo Licitatório nº 7/2020, Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

CLAUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto sem o consentimento prévio do Município, mediante acordo escrito, obedecido os limites legais permitidos.

II - As comunicações entre as partes, em relação a assuntos deste contrato, poderão ser formalizadas por escrito, e-mail, ou por qualquer meio de comunicação, porém quando efetuadas por escrito, será efetuado em duas vias, sendo uma destinada ao Contratado, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

III - A fiscalização e o controle aludidos na cláusula terceira, não implicarão qualquer responsabilidade executiva por parte do Município nem exoneração da Contratada no cumprimento de qualquer das responsabilidades aqui assumidas.

IV - Os casos omissos a este contrato, reger-se-ão pela legislação pertinente a matéria da Lei Federal nº 8.666/93.

V - Ficam fazendo parte integrante do presente as cláusulas fixadas no Processo Licitatório nº 7/2020, PREGÃO PRESENCIAL.

VI - O presente será juntado aos autos do Processo Licitatório nº 7/2020 Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, bem como, no mesmo, serão registradas todas as ocorrências e decididos as controvérsias administrativas.

V - Fica por desde já, designado a Sra. XXXXXXXXXXXXX, Secretária da Educação Cultura e Esportes, ou quem o vier substituir, para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

CLAUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

O presente contrato, a qualquer momento, poderá ser rescindido por mútuo consenso, ou conveniência administrativo, não lhe sendo devido qualquer valor, a título de indenização, ou qualquer outro título presente ou futuramente sob qualquer alegação ou fundamento.

Em caso de rescisão contratual prevista no Art. 78 da Lei 8.666/93, por culpa do contratado, fica estabelecida a multa de 10% sobre o valor do objeto contratado, atualizado monetariamente pelos índices oficiais.

Presume-se culpa do contratado a ocorrência das hipóteses descritas nos incisos I a XI do referido artigo supra mencionado.

CLAUSULA SÉTIMA - DO FORO:

Para as questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em quatro vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Bernardino-SC, em DataExtensoAssinatura.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

ContratadaNomeRespContratado
Contratado

RUDIMAR BORCIONI
Assessor Jurídico
OAB-SC 15.411

Testemunhas: -----

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 02/2020

Publicação Nº 2309581

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO CNPJ: 01.612.812/0001-50 RUA VERÔNICA SCHEID, 1008 C.E.P.: 89982-000 - São Bernardino - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 1/2020 - DL Processo Administrativo: 2/2020 Processo de Licitação: 2/2020 Data do Processo: 06/01/2020
---	---

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, ADELI JOSÉ RIFFEL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 2/2020
b) Licitação Nr.: 1/2020-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 06/01/2020
e) Data da Adjudicação: 06/01/2020 Sequência: 1
f) Objeto da Licitação: O OBJETO DA PRESENTE DISPENSA DE LICITAÇÃO CONSISTE NA CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO ASSOCIADA/CONSORCIADA PARA MANUTENÇÃO DA CASA LAR, ATRAVÉS DO CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO DO RIO SARGENTO DE INTEGRAÇÃO MUNICIPAL - CRESIM PARA O EXERCÍCIO DE 2020.

					(em Reais R\$)	
g) Fornecedores e Itens Vencedores:					Unid.	Total do Item
					Qtdade	Preço Unitário
					Descoto (%)	
CRESIM - CONS. PÚBLICO DA REGIÃO DO RIO SARGENTO D (4597)						
1	CONVENIO CRESIM/CASA LAR	MES	12	-	2.994,833	35.938,00
					Total do Fornecedor:	35.938,00
					Total Geral:	35.938,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.049.3.1.71.00.00.00.00.00 (13), 2.049.3.3.71.00.00.00.00.00 (14)

São Bernardino, 6 de Janeiro de 2020.

ADELI JOSÉ RIFFEL
PREFEITO MUNICIPAL

São Carlos

PREFEITURA

PORTARIA 009/2020

Publicação Nº 2310187

PORTARIA Nº 009/2020

Dispõe sobre a nomeação de Diretor da Fundação Cultural e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor.

“RESOLVE”

Art. 1º - Fica nomeada a Senhora GRAZIELLA PEREIRA para o Cargo de Diretor da Fundação Cultural, com carga horária de 40 horas semanais, percebendo o vencimento constante no Anexo V do Quadro Único de Pessoal da Lei Complementar nº. 010/2013, de 23 de setembro de 2013.

Art. 2º - Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Carlos/SC, em 14 de Janeiro de 2020

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se.

PORTARIA 010/2020

Publicação Nº 2310200

PORTARIA Nº 010/2020

AUTORIZA SERVIDOR MUNICIPAL MOVIMENTAR A CONTA BANCÁRIA DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO CARLOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito de São Carlos, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

“RESOLVE”

Art. 1º - Fica autorizada a Senhora GRAZIELLA PEREIRA inscrita no CPF n. 039.804.929-74, do cargo de Diretor da Fundação Cultural de São Carlos, nomeado conforme Portaria Municipal nº 009/2020, e o Senhor JONATAS ANTONIO BIAZUS, inscrito no CPF sob nº: 036.369.009-35, Tesoureiro do Município, a movimentar a conta, emitir cheques, abrir contas de depósito, receber, passar recibo e dar quitação, solicitar saldos e extratos, requisitar talonários de cheques, retirar cheques devolvidos, efetuar pagamentos por meio eletrônico, efetuar transferências por meio eletrônico, liberar arquivos de pagamentos no gerenciador financeiro/AASP, solicitar saldos e extratos de investimentos, solicitar saldos extratos de operações de crédito, emitir comprovantes e efetuar transferências para mesma titularidade por meio eletrônico, das contas da Fundação Cultural, CNPJ: 19.498.254/0001-00, vinculadas ao Município de São Carlos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria 085/2017 de 12 de Abril de 2017.

São Carlos/SC, 14 de Janeiro de 2020.

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

São Francisco do Sul

PREFEITURA

ADJUDICAÇÃO 190-2019

Publicação Nº 2309911

ADJUDICAÇÃO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

SETOR DE LICITAÇÕES

Tendo em vista a decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitação para Obras e Serviços de Engenharia, designados através da portaria nº 15.817 de 24 de junho de 2019, e de conformidade com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

A D J U D I C O:

O processo licitatório nº 190-2019, modalidade Tomada de Preços, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE RESTAURO DO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NOS PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO E CRONOGRAMA, neste Município, a empresa HABITAR ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, com o valor total de R\$ 468.000,00 (quatrocentos e sessenta e oito mil reais) de conformidade com a Ata anexa

São Francisco do Sul, 08 de janeiro de 2020

WALMOR BERRETTA JUNIOR

Prefeito Municipal

ANULAÇÃO 227-2019

Publicação Nº 2309510

TERMO DE ANULAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 207/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL E.E, no uso de suas atribuições, com base no Art. 53 da Lei nº 9.784/99 de 29 de janeiro de 1999, combinado o Art. 49 da Lei nº 8.666/63 de 21 de junho de 1993 e suas alterações resolve:

A N U L A R o Processo Licitatório nº 207/2019 – Modalidade Pregão Presencial, que tem por objeto a Aquisição de veículos novos, sendo (1) um veículo SUV – 07 lugares, com tração 4x4 e 02 (dois) veículos tipo SUV 05 lugares, para renovação da frota do CITRAN, a pedido da Pregoeira, conforme parecer jurídico de 27/11/2019, conforme preconiza o art. 49 da Lei 8.666/93 e suas alterações, para que seja feito novo Edital

São Francisco do Sul, 10 de janeiro de 2020

WALMOR BERRETTA JUNIOR

PREFEITO MUNICIPAL E.E

EDITAL DE USO DA MARCA SOU SÃO CHICO 002_2020

Publicação Nº 2309604

CHAMADA PÚBLICA DE CREDENCIAMENTO PARA LICENÇA DE USO DA MARCA SOU + SÃO CHICO - EDITAL 002/ 2020 -

A Secretaria de Turismo do Município de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a diretriz geral de desenvolver e estimular o turismo, adequando-o à política urbana e a contribuição efetiva para o desenvolvimento socioeconômico do Município, torna público o credenciamento para licença de uso da marca Sou + São Chico.

Art.1º O presente edital tem por objetivo o contrato de licença de uso de marca e se destina a autorizar o uso efetivo, por terceiros, da marca Sou + São Chico regularmente registrada no Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI, devendo respeitar o disposto nos Artigos 139, 140 e 141 da Lei nº 9.279/96 (LPI).

Art.2º A comissão a ser designada para tal fim, congrega representantes de notório saber nas áreas de Turismo, Artes Visuais, Jurídica e Comunicação, tendo por tutela o Conselho Municipal de Turismo – COMTUR.

Art.3º Os candidatos interessados em participar do referido edital deverão:

I – Fazer seu cadastramento por meio de ficha específica, conforme anexo I deste documento, a ser protocolado na Secretaria de Turismo da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, sito à Rua Babitonga, nº 62 – Centro Histórico – São Francisco do Sul, a partir da data de publicação do mesmo no Diário Oficial dos Municípios.

II – Anexar ao protocolo as seguintes documentações:

- a) Ficha cadastral para constituição do processo participativo, conforme Anexo I;
- b) Contrato social da empresa ou cópia autenticada do estatuto registrado e suas alterações;
- c) Comprovante de inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica – CNPJ emitido no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil, que comprove que a empresa ou organização social civil está estabelecida formalmente no município;
- d) Apresentação de um portfólio com descritivo e imagens, como, por exemplo, a arte gráfica dos produtos e o descritivo dos materiais que

compõem o produto, a serem comercializados com a aplicação da marca Sou + São Chico.

Art.4º Dos Processos e Prazos

I – Após o período de inscrições terá início o processo de seleção, que será realizado por equipe encarregada de avaliar os portfólios dos produtos, bem como os dados constantes no formulário de inscrição, de acordo com os seguintes critérios

ITENS DE AVALIAÇÃO:

Art.3º I - Cadastramento
Art.3º II- (a,b,c) Documentação
Art.3º II- (d) Portfólio: Produtos ligados a uma determinada vocação regional que evidencia a temática, a cultura, a matéria-prima, entre outras.
Art.3º II- (d) Portfólio: Criatividade e originalidade dos produtos que receberão o uso da marca.
Art.3º II- (d) Portfólio: Consciência Ambiental – Produtos que valorizem o modo de vida sustentável.

II- No dia 04/03/2020 será divulgada a lista dos selecionados no site do município.

III- Os selecionados serão, posteriormente, convocados a participar de reunião específica para assinaturas dos contratos e outros tramites legais que se fizerem necessários.

Art. 5º Cronograma:

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES	PERÍODO
Data de publicação do Edital	13/01/2020
Período de Inscrição	14/01/2020 a 14/02/2020
Análise documental e avaliação dos Portfólios	17/02/2020 a 02/03/2020
Divulgação dos selecionados	04/03/2020
Convocação dos selecionados para reunião específica e assinatura dos contratos	Março de 2020

Art. 6º Das Disposições Gerais:

I - Caso o selecionado tenha intenção de ampliar a comercialização do portfólio já aprovado, com a inclusão de outros produtos, os mesmos deverão figurar em novo portfólio que será submetido à nova aprovação pela Comissão de Análise instituída.

II – A marca Sou + São Chico é a forma gráfica e exclusiva para uma linha de produtos cujo desenho original não deve, sob nenhuma hipótese, ser alterado, observando-se, para tanto, o uso do original digital autorizado; uma vez que, os parâmetros para a correta utilização da marca e o cuidado na aplicação de cada um de seus elementos gráficos é fundamental para conferir unidade à comunicação visual.

III – O credenciado com direito de exploração da marca Sou + São Chico, deverá reverter 10% do percentual sobre a produção dos quantitativos de compra, aplicados sobre o valor de venda, conforme tabela de valores aprovada pela Comissão de Análise, com a anuência do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR.

IV – A prestação de contas será encaminhada ao Conselho Municipal de Turismo – COMTUR para aprovação, de forma trimestral, por intermédio de notas fiscais e outros meios legais que se fizerem necessários, e, cujo saldo resultante será depositado em conta específica do Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR.

V – O prazo de vigência do contrato de licença para uso da marca será de 2 (dois) anos, prorrogáveis por meio de aditivo contratual por igual período.

VI – Em caso de descumprimento das obrigações e normas contidas no presente edital, a Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul poderá rescindir os contratos a qualquer tempo.

Art. 7º - Os casos omissos no presente Edital serão resolvidos pela Comissão de Análise.

São Francisco do Sul, 13 de janeiro de 2020.

ANEXO I

FICHA CADASTRAL DOS CANDIDATOS PARA LICENÇA DE USO DA MARCA SOU + SÃO CHICO.

1- DADOS DO CANDIDATO:

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Representante:

São Francisco do Sul, ____ de _____ de 2019.

Assinatura do Representante Legal.

ANEXO II

MANUAL DE USO DA MARCA

EXTRATO 190-2019

Publicação Nº 2309907

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL

Processo nº 190/2019

Modalidade: Tomada de Preços

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul

CONTRATADA: HABITAR ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES Contratação de empresa para execução da obra de restauro do Mercado Público Municipal, conforme especificações constantes nos Projetos, Memorial Descritivo, Orçamento e Cronograma, neste Município, devidamente descritas no Projeto Executivo e Memorial Descritivo.

VALOR: R\$ 468.000,00 (quatrocentos e sessenta e oito mil reais).

DOTAÇÃO: 2503- 2101- 344905198 – 1000/ 2503-2101-344905198-1800200/ 2503-2101-344905198-3800200

São Francisco do Sul, 08 de janeiro de 2020.

WALMOR BERRETTA JUNIOR

PREFEITO MUNICIPAL E.E

HOMOLOGAÇÃO 190-2019

Publicação Nº 2309908

HOMOLOGAÇÃO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

SETOR DE LICITAÇÕES

Tendo em vista a decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitação para Obras e Serviços de Engenharia, designados através da portaria nº 15.817 de 24 de junho de 2019, e de conformidade com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

H O M O L O G O:

O processo licitatório nº 190-2019, modalidade Tomada de Preços, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE RESTAURO DO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NOS PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO E CRONOGRAMA, neste Município, a empresa HABITAR ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, com o valor total de R\$ 468.000,00 (quatrocentos e sessenta e oito mil reais) de conformidade com a Ata anexa

São Francisco do Sul, 08 de janeiro de 2020

WALMOR BERRETTA JUNIOR

Prefeito Municipal

IL 233-2019

Publicação Nº 2309873

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 233/2019

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de treinamento "in company" com "coffee break" para atualização dos servidores que compõe as equipes dos setores de compras e licitações das Secretarias desta Prefeitura Municipal, com aproximadamente 35 servidores, no formato de curso, que acontecerá nos dias 14 e 15 de janeiro de 2020, para adequação a exigência de realização de Pregão Eletrônico, em cumprimento ao Decreto nº. 10024/2019.

EXECUTOR: MENDES & LOPES PESQUISA, TREINAMENTO E EVENTOS LTDA,

BASE LEGAL: Licitação dispensável com base no artigo 25, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

PREÇO: R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0707-2026-33903948-100000

SAO FRANCISCO DO SUL(SC), 20/12/2019.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

LEI Nº 2291-20

Publicação Nº 2309871

Lei Nº 2291/2020

INSTITUI PROGRAMA DENOMINADO SÃO FRANCISCO DO SUL PARTICIPATIVO, PARA A MELHORIA E MANUTENÇÃO DE ÁREAS PÚBLICAS DE USO COMUM NO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL.

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL, em acordo com os arts. 30, II e 46, § 8º da Lei Orgânica municipal e art. 43, II do Regimento Interno, faz saber que a Câmara aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Cria o programa denominado São Francisco do Sul Participativo, entre o Poder Público Municipal e empresas interessadas em obras e serviços de melhoria e manutenção de praças públicas municipais de uso comum do povo.

§ 1º Por obras e serviços de melhoria, compreendem-se as atividades de implantação, manutenção, recuperação, iluminação, sinalização, instalação de equipamentos, ajardinamento e arborização.

§ 2º Para os fins específicos desta Lei, são consideradas áreas públicas de uso comum do povo:

- I - praças;
- II - parques urbanos;
- III - quadras esportivas;
- IV - parquinhos infantis;
- V- academias populares;
- VI - rotatórias;
- VII - canteiros;
- VIII - jardins
- IX - pontos de ônibus; e
- X - placas de rua.

Art. 2º O programa São Francisco do Sul Participativo estabelece e atribui à pessoas jurídicas a responsabilidade de promover melhorias e a manutenção das áreas enumeradas no art. 2º, § 2º mediante a contrapartida da utilização temporária de espaços institucionais e de publicidade nestes locais, segundo padrões a serem fornecidos pelo Município.

Parágrafo Único. O espaço publicitário não poderá veicular propagandas de produtos de incentivo ao tabagismo ou de consumo de bebidas alcoólicas.

Art. 3º A participação no programa formalizar-se-á através de convênio entre a empresa e o Município de São Francisco do Sul.

§ 1º A duração do projeto será de dois anos, prorrogável por igual período, sem prejuízo de ser denunciado a qualquer tempo por iniciativa unilateral de qualquer dos convenientes.

§ 2º Mais de uma área poderá ser objeto do programa de uma mesma empresa.

§ 3º Uma única e determinada área poderá ser objeto do programa compartilhada entre mais de uma pessoa jurídica.

§ 4º A empresa não poderá, a qualquer título, ceder o seu direito a terceiros, sem prévia e formal concordância do Município.

Art. 4º A adesão ao programa, tendente à formalização do projeto referido no artigo anterior, será procedida através de proposta escrita do(s) interessado(s), acompanhada de minuta do projeto a ser desenvolvido.

Parágrafo Único - O projeto de melhorias deverá observar critérios pré-estabelecidos pelo Município e poderá ser elaborado por órgãos técnicos do Executivo municipal.

Art. 5º A existência de convênio vigente não exime, nem excluiu, a responsabilidade do Poder Executivo de velar pela manutenção das áreas.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo máximo de 90 (noventa) dias, estabelecendo os critérios para a realização dos convênios, elaboração de projetos, análise e aceitação de propostas, definição do material institucional e publicitário a ser exposto nas áreas, execução e fiscalização das atividades dos parceiros conveniados.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor 90 dias após a data de sua publicação.

São Francisco do Sul, 13 de janeiro de 2020.

Edson Luiz Duarte
Vice-Presidente da Mesa Diretora

LEI Nº 2292-20

Publicação Nº 2309874

Lei Nº 2292/2020

DISPÕE SOBRE A INSTALAÇÃO DE CÂMERAS DE MONITORAMENTO DE SEGURANÇA NAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E CERCANIAS.

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL, em acordo com os arts. 30, II e 46, § 8º da Lei Orgânica municipal e art. 43, II do Regimento Interno, faz saber que a Câmara aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Torna obrigatória a instalação de câmera de monitoramento de segurança nas dependências e cercanias de todas as escolas públicas municipais.

Parágrafo único: A instalação do equipamento citado no "caput" considerará proporcionalmente o número de alunos e funcionários existentes na unidade escolar, bem como as suas características territoriais e dimensões, respeitando as normas técnicas exigidas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

Art. 2º Cada unidade escolar terá, no mínimo, 03 (três) câmeras de segurança que registrem permanentemente as suas áreas de acesso e principais instalações internas.

Parágrafo único: O equipamento citado no "caput" deste artigo apresentará recurso de gravação de imagem.

Art. 3º As escolas situadas em áreas onde forem constatados mais índices de violência, vandalismo e tráfico de drogas, terão prioridade na implantação do equipamento.

Art. 4º O sistema de monitoramento deverá constar, pelo menos, da instalação de circuito interno de TV, com possibilidade de gravação de imagens, e de câmeras instaladas de modo a permitir o monitoramento das áreas externas dos estabelecimentos e das áreas de circulação internas.

Art. 5º Será obrigatório a fixação de aviso informando a existência de monitoramento por meio de câmeras de vídeo no local.

Art. 6º Fica proibido a instalação de câmeras em banheiros, vestuários e outros locais de reserva de privacidade individual, assim como ambientes de acesso ou uso restrito.

Art. 7º As imagens produzidas e armazenadas pelo sistema são de responsabilidade do município, e não poderão ser exibidas ou disponibilizadas a terceiros, exceto por meio de requisição formal em casos de investigação policial ou para a instrução de processo administrativo ou judicial.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul, 13 de janeiro de 2020.

Edson Luiz Duarte

Vice-Presidente da Mesa Diretora

LEI Nº 2293-20

Publicação Nº 2309877

Lei Nº 2293/2020

INSTITUI O DIA DE CONSCIENTIZAÇÃO AO TRATAMENTO DE FIBROMIALGIA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL, em acordo com os arts. 30, II e 46, § 8º da Lei Orgânica municipal e art. 43, II do Regimento Interno, faz saber que a Câmara aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o "Dia de Conscientização ao Tratamento de Fibromialgia" no âmbito do Município de São Francisco do Sul, Estado de Santa Catarina, a ser celebrado anualmente no dia 12 de maio.

Parágrafo único. O Poder Executivo poderá através da Secretaria Municipal de Saúde, promover um cronograma de ações voltadas para o combate e a prevenção da Fibromialgia.

Art. 2º As ações do "Dia de Conscientização ao Tratamento da Fibromialgia" que se refere o artigo 1º desta Lei, têm por objetivo proporcionar maiores informações quanto aos sintomas e possíveis tratamentos através de informativos, palestras, folders, banners explicativos e meios similares de divulgação nas unidades de saúde do município.

Art. 3º As atividades a serem desenvolvidas ainda terão o cunho de:

I - Debater assuntos relacionados com a Fibromialgia;

II - Promover a troca de experiências e informações sobre o assunto entre profissionais, pacientes e sociedade em geral;

III - Abrir espaço para os profissionais ligados a área de saúde pública apresentarem novos estudos, pesquisas e descobertas sobre a Fibromialgia.

Art. 4º O DIA DE CONSCIENTIZAÇÃO AO TRATAMENTO DA FOBROMIALGIA fará constar no Calendário Oficial do Município de São Francisco do Sul.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul, 13 de janeiro de 2020.

Edson Luiz Duarte
Vice-Presidente da Mesa Diretora

LEI Nº 2294-20

Publicação Nº 2309878

Lei Nº 2294/2020

DENOMINA VIA PÚBLICA LOCALIZADA NO BAIRRO RETA, NESTE MUNICÍPIO.

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL, em acordo com os arts. 30, II e 46, § 8º da Lei Orgânica municipal e art. 43, II do Regimento Interno, faz saber que a Câmara aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Denomina-se Servidão Clarinda Gonçalves, o logradouro público, seguindo pela Rodovia Duque de Caxias (SC-415), no Bairro Reta, sentido centro-praia, a primeira lateral a esquerda após a Servidão Avanir Lúcia de Lima Alves, com 263,00m de extensão e 7,50m de largura.

Parágrafo único. Denominação que versa o caput desse artigo será para fins exclusivos de endereçamento postal.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

São Francisco do Sul, 13 de janeiro de 2020.

Edson Luiz Duarte
Vice-Presidente da Mesa Diretora

LEI Nº 2295-20

Publicação Nº 2309879

Lei Nº 2295/2020

INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DO LEGISLATIVO NAS ESCOLAS, OBJETIVANDO FORNECER AOS ALUNOS INFORMAÇÕES DO PODER LEGISLATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL, em acordo com os arts. 30, II e 46, § 8º da Lei Orgânica municipal e art. 43, II do Regimento Interno, faz saber que a Câmara aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a Semana Municipal do Legislativo nas Escolas do Município de São Francisco do Sul, objetivando fornecer aos alunos informações do Poder Legislativo a ser realizada na segunda quinzena de agosto de cada ano.

Art. 2º O evento passará a fazer parte do Calendário Oficial do Município.

Art. 3º Durante a semana do Legislativo nas Escolas, os Vereadores e Servidores da Câmara Municipal poderão visitar as Escolas da Rede Municipal, Estadual, Federal e Particular de Educação para debater com os alunos, pais, funcionários e professores o papel do Poder Legislativo Municipal.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul, 13 de janeiro de 2020.

Edson Luiz Duarte
Vice-Presidente da Mesa Diretora

LEI Nº 2296-20

Publicação Nº 2309881

Lei Nº 2296/2020

INSTITUI A SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE AS DOENÇAS INFLAMATÓRIAS INTESTINAIS - DII.

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL, em acordo com os arts. 30, II e 46, § 8º da Lei Orgânica municipal e art. 43, II do Regimento Interno, faz saber que a Câmara aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a semana de conscientização sobre as Doenças Inflamatórias Intestinais - DII, a ser realizada anualmente na semana que inclua o dia 19 de maio.

Art. 2º A semana instituída por esta lei tem como objetivo:

I - informar sobre as doenças inflamatórias intestinais, os principais tipos de ocorrência, seus sintomas e métodos de tratamento;

II - esclarecer sobre os fatores biológicos, comportamentais e ambientais que se inter-relacionam para causar essas doenças;

III - ressaltar a importância da prevenção e da adesão ao tratamento.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul, 13 de janeiro de 2020.

Edson Luiz Duarte

Vice-Presidente da Mesa Diretora

LEI Nº 2297-20

Publicação Nº 2309882

Lei Nº 2297/2020

PROÍBE A UTILIZAÇÃO E O FORNECIMENTO DE COPOS PLÁSTICOS DESCARTÁVEIS PELOS RESTAURANTES, BARES, LANCHONETES, BARRACAS DE PRAIA, AMBULANTES E SIMILARES NO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL, em acordo com os arts. 30, II e 46, § 8º da Lei Orgânica municipal e art. 43, II do Regimento Interno, faz saber que a Câmara aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica proibida a utilização e o fornecimento de copos descartáveis plásticos por restaurantes, bares, lanchonetes, barracas de praia, ambulantes e similares no Município de São Francisco do Sul.

§ 1º Os copos descartáveis plásticos de que trata o caput deverão ser substituídos por copos descartáveis de material comprovadamente biodegradável, assim compreendido aqueles aptos à decomposição natural, como o papel, ou o de uso permanente.

§ 2º A reincidência no descumprimento ao disposto neste artigo sujeitará os infratores à pena de multa, no valor de 300 (trezentos) UFA (unidade fiscal de arrecadação do município).

§ 3º Na hipótese de o infrator não poder arcar com o pagamento da multa de que trata o Art. 2º, ser-lhe-á proposta participação voluntária na prestação de serviços à comunidade na área de proteção ambiental.

Art. 2º Fica ressalvada da aplicação desta Lei a utilização de material previamente adquirido, assim comprovado por meio de nota fiscal, até que finde o seu estoque.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, surtindo os seus efeitos após 120 (cento e vinte) dias.

São Francisco do Sul, 13 de janeiro de 2020.

Edson Luiz Duarte

Vice-Presidente da Mesa Diretora

PORTARIA Nº 16.192/2020

Publicação Nº 2309612

PORTARIA nº 16.192, de 13 de janeiro de 2020.

A SECRETARIA MUNICIPAL de Administração e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e pelo Decreto nº 3.012/2018, e de acordo com o art. 26 da Lei Complementar nº 3/2003, e com o Processo nº 29410/2019,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, a pedido, à servidora YARA DE OLIVEIRA MARCOMINI, matrícula nº 8025746, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Ensino Fundamental II – Disciplina de Português, com carga horária de 40 horas semanais, Licença Remunerada para frequentar Curso de Pós-Graduação em nível de Mestrado Profissional em Letras/PROFLETRAS, da Universidade Federal de Santa Catarina, com aulas presenciais todas as segundas e terças-feiras, nos turnos matutino (8h-12h), vespertino (14h-18h) e/ou noturno (18h-22h), pelo período de 2 (dois) anos, com início em 11 de março de 2019 e término em 11 de março de 2021.

Parágrafo único. A Licença Remunerada de que trata o caput deste artigo recai sobre o vínculo de 20 horas semanais, devendo a servidora cumprir as 20 horas semanais restantes em sala de aula, de acordo com a Resolução 1/2017, do Conselho Gestor da Rede Nacional do PROFLETRAS, que estabelece que os mestrandos matriculados não poderão afastar-se, integralmente, do exercício da docência no Ensino Fundamental na Rede Pública de Ensino, enquanto permanecerem cursando o PROFLETRAS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 11 de março de 2019.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 15.608, de 22 de fevereiro de 2019.

São Francisco do Sul - SC, 13 de janeiro de 2020.

MARIA JOSÉ COSTA
Secretária Municipal

Secretário Municipal de Governo
Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 16.193/2020

Publicação Nº 2309651

PORTARIA nº 16.193, de 13 de janeiro de 2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL de Administração e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Decreto nº 3.012/2018,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ESTABILIDADE à servidora SANDYANNE PEREIRA DE SANTANA SOUZA, inscrita no CPF sob o nº 077.908.049-10, aprovada no Concurso Público nº 001/2014, em virtude da aprovação nas Avaliações de Desempenho do Estágio Probatório, para o cargo de Auxiliar de Biblioteca, do quadro permanente do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul – SC, a partir de 12 de janeiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 12 de janeiro de 2020.

São Francisco do Sul - SC, 13 de janeiro de 2020.

MARIA JOSÉ COSTA
Secretária Municipal

Secretário Municipal de Governo
Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PP 006-2020

Publicação Nº 2309643

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL
LICITAÇÃO Nº 006/2020**

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, de conformidade com a Lei nº. 8.666 de 21.06.93, e alterações introduzidas pela Lei nº 8.883, 08.06.94, mediante o Pregoeiro (a) designado (a) pela Portaria Nº 15.836 de 05 de julho de 2019, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às 09h do dia 24 de janeiro de 2020, na Sala de Reuniões da Prefeitura, situada à Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, nesta cidade, licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, conforme descrito neste Edital e seus anexos. Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei nº 10.520/2002, Leis Complementares nº. 123/06, nº. 127/07, nº. 147/14, subsidiariamente a Lei nº. 8.666/93 e suas alterações e demais legislações aplicáveis, nas condições fixadas neste Edital e seus anexos. EDITAL EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), NOS TERMOS DO ART. 3º E ART. 18 E DA LEI COMPLEMENTAR 123/06 E LEI COMPLEMENTAR 147/14.

1. DA LICITAÇÃO

1.1 – DO OBJETO

1.1.1. A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa especializada em serviços de limpeza, desentupimento e coleta em tubulações de esgotos com caminhão vácuo e hidro jateamento e retirada de resíduos de efluentes líquidos, em 14 postos guarda vidas, quartel da Enseada e quartel do Ervino do Corpo de Bombeiros Militar de São Francisco do Sul, para o período de 12 (doze) meses, em conformidade com as especificações constantes do Anexo I, parte integrante deste Edital.

2. LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E REALIZAÇÃO DO PREGÃO.

2.1. Local: Sala de Reuniões da Prefeitura, à Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, São Francisco do Sul – SC / 89.240-000.

2.2. Data: Os Envelopes deverão ser entregues (inclui-se os via postal) para o Pregoeiro (a) impreterivelmente até às 08h30 do dia 24 de janeiro de 2020.

2.3. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 09h do dia 24 de janeiro de 2020, ou tão logo se encerre o credenciamento das empresas, estando todas presentes.

3. DESCRITIVO DA LICITAÇÃO

3.1. MODALIDADE: Pregão Presencial.

3.2. REGIME DE EXECUÇÃO: Conforme Termo de Referência, Anexo I do edital.

3.3. TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço por lote, nas propostas classificadas pelo Pregoeiro (a).

3.4. LOCAL DE ENTREGA: Conforme Termo de Referência, Anexo I do edital.

3.5. RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes deste Edital correrão às expensas das dotações orçamentárias abaixo:

Unidade Orçamentária	0604 – Secretaria Municipal de Governo Diretoria de Segurança Pública
Projeto Atividade	2091 – Manutenção do Convênio Corpo de Bombeiros Militar
Elemento de Despesa	33903978 – Limpeza e Conservação
Vínculo do Recurso	1800100 – Outras espec. conv. bomb. militar

4. DOS ANEXOS

Anexo I. Termo de Referência - Descrição/Especificação e Condições Gerais;

Anexo II. Modelo de Procuração para Credenciamento;

Anexo III. Modelo de Declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação;

Anexo IV. Modelo de Declaração de Sujeição às Condições estabelecidas no Edital e de Inexistência de Fatos Supervenientes Impeditivos da Habilitação;

Anexo V. Modelo de Declaração de não existência de trabalhadores menores;

Anexo VI. Recibo de Retirada de Edital;

Anexo VII. Minuta do Contrato.

5. DO FORNECIMENTO DO EDITAL

5.1. O Edital poderá ser consultado por qualquer interessado no SETOR DE LICITAÇÕES, sito à Praça Drº Getúlio Vargas, 01 – Centro, São Francisco do Sul - SC, em dias úteis, das 08h às 14h, até a data apazada para recebimento dos documentos e dos envelopes propostas.

5.2. O Edital também está disponível para download no endereço www.saofranciscodosul.sc.gov.br, no link PREGÕES E LICITAÇÕES.

5.3. Na hipótese de ocorrer feriado ou fato impeditivo, os quais impeçam a realização da Sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido. Alterações serão divulgadas no site acima com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas, conforme lei.

6. DAS IMPUGNAÇÕES

6.1. Antes da data fixada para a abertura do pregão, quaisquer interessados poderão:

a) solicitar esclarecimentos: por e-mail licitação@saofranciscodosul.sc.gov.br ou por escrito mediante protocolo, até 03 (três) dias antes;

b) formular IMPUGNAÇÃO contra cláusulas, condições ou descrições do objeto do Edital: obrigatoriamente entregue ao Pregoeiro (a),

pessoalmente, encaminhada via Correios/Sedex ou para o e-mail licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br, devendo esta ser entregue ao destinatário até 02 dias antes;

Obs.: a descrição do objeto e o preço estimado é de exclusiva responsabilidade do órgão/Secretaria solicitante, que será, neste prazo, intimada a prestar esclarecimentos, caso necessário, para consubstanciar a decisão do Pregoeiro.

6.1.1. Havendo deferimento do pedido objeto da impugnação que resulte em alterações substanciais nas cláusulas deste edital ou na descrição do objeto, esta decisão será publicada 24 (vinte e quatro) horas antes da realização do pregão no endereço www.saofranciscodosul.sc.gov.br. Tal circunstância poderá inviabilizar a realização do certame, que será designado para outra data.

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

7.1. Poderão participar do presente certame todos os interessados do ramo pertinente ao objeto que preencham as condições exigidas neste Edital.

7.2. É vedada a participação direta ou indireta nesta licitação de:

- a) Pessoa física;
- b) Empresa em regime de subcontratação, ou ainda, em consórcio;
- c) Empresa que possua restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;
- d) Empresa que estiver sob falência ou recuperação judicial, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial;
- e) Empresa que esteja, por qualquer motivo, punida com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou;
- f) Empresa que tenha sido declarada inidônea para contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou, e;
- g) Empresa com os impedimentos previstos no artigo 9º da Lei 8.666/93.

7.3. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante

8. DO CREDENCIAMENTO

8.1. Aberta a sessão pública com a fase do CREDENCIAMENTO dos eventuais participantes do PREGÃO, até o horário previsto no Item 2 deste Edital, o representante da proponente entregará ao PREGOEIRO documento que o credencie para participar do aludido procedimento, respondendo por sua autenticidade e legitimidade, devendo, ainda, identificar-se e exibir a carteira de identidade ou outro documento equivalente com fotografia.

8.2. O credenciamento far-se-á por meio de documento público de procuração ou instrumento particular, com poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas/fases do PREGÃO, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, negociar a redução de preço, desistir ou manifestar-se imediata e motivadamente, sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pela PREGOEIRO, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

8.2.1. Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada da cópia do respectivo estatuto/contrato social onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário.

8.3. Se o representante da proponente ostentar a condição de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, ao invés de instrumento público de procuração ou instrumento particular, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto/contrato social ou documento equivalente, no qual estejam expressos seus poderes, para exercer direitos e assumir obrigações, em decorrência de tal investidura. Será admitido somente um representante por proponente. A ausência da documentação referida neste item ou a apresentação em desconformidade com as exigências previstas impossibilitará a participação da proponente neste PREGÃO exclusivamente no tocante à formulação de lances e demais atos, inclusive recurso.

8.4. Além dos documentos acima descritos, exclusivamente nesta etapa/fase serão entregues fora dos envelopes:

8.4.1. A Declaração de que a Proponente cumpre os Requisitos de Habilitação, nos termos do artigo 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520, de 17/07/2002.

8.4.2. Certidão expedida pela Junta Comercial, na forma de artigo 8º da IN nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro Do Comércio (DNRC), se for o caso, e desejar usufruir dos benefícios à estas concedidos pela Lei Complementar 123/06.

8.4.3. Os Envelopes Proposta de Preços e Documentos de Habilitação.

8.5. A ausência de quaisquer documentos referidos nos itens 8.1, 8.2, 8.2.1 e 8.3, ou a apresentação em desconformidade com a exigência prevista inviabilizará a participação da proponente na fase de lances deste PREGÃO. A falta do item 8.4.1 impossibilitará, o recebimento dos ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

9. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

9.1. DOS ENVELOPES:

9.1.1. A Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação das proponentes deverão estar acondicionadas em envelopes distintos, lacrados, não transparentes e respectivamente sobrescritos com os dizeres abaixo indicados, com as seguintes especificações e endereçamento:

ENVELOPE 01 - PROPOSTA DE PREÇOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL
PREGÃO Nº 006/2020
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE
CNPJ

ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL
PREGÃO Nº 006/2020
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE
CNPJ

9.1.2. O Envelope nº 01 deverá conter a Proposta de Preços da proponente para a contratação licitada, atendendo aos requisitos previstos no Item 10 deste Edital.

9.1.3 O Envelope nº 02 deverá conter os documentos de habilitação da proponente, relacionados no Item 14 deste Edital.

10. DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1. A proposta de preços, cuja validade é definida pela Administração em 60 (sessenta) dias, deverá ser preenchida em língua portuguesa e estar datilografada ou digitalizada com clareza, em 1 (uma) via, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, em papel timbrado da LICITANTE, ou com carimbo, ou ainda impressa por processo eletrônico com indicação do número do pregão, contendo a razão social, inscrição, CNPJ e endereço completo da proponente e estar devidamente assinada pelo representante legal da empresa.

10.2. Na proposta de preços deverão constar:

a) Razão social da LICITANTE, nº do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, nº da conta corrente, agência e respectivo banco para depósito, e se existente fax para contato, endereço eletrônico (e-mail) e indicação do responsável pela assinatura do Contrato com CPF e endereço residencial;

b) os preços unitários e totais em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as quantidades constantes do Termo de Referência, descrição das características e marca (quando houver);

10.3. Na formulação da proposta deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto ficando vedada qualquer alegação posterior que vise ressarcimento de custos não considerados nos preços cotados.

10.4. Prazo de execução, conforme o Termo de Referência.

10.5. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação.

10.6. Não serão consideradas propostas com oferta de vantagem não prevista neste edital.

10.7. A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos

11. DA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTAS E DO JULGAMENTO

11.1. Concluída a fase de Aceitação de Propostas, o Pregoeiro comandará o início da Abertura das Propostas, selecionando as LICITANTES aptas a participar da licitação na modalidade PREGÃO, divulgando no ato a lista das LICITANTES e das propostas ofertadas, classificando-as segundo a ordem crescente dos valores ofertados, indicando desde logo as proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação.

11.1.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada em Ata.

11.2. Como forma de verificação das proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação, levará em consideração a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, as quais poderão fazer novos lances,

verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação da vencedora.

11.3. Não havendo, pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

11.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentarem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

12. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

12.1. Classificadas as propostas, de acordo com o Edital, o (a) Pregoeiro (a) dará início à etapa de apresentação de lances verbais pelos licitantes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

12.2. O (a) Pregoeiro (a) convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

12.3. A desistência de apresentar lance implicará na automática exclusão da LICITANTE da etapa e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeitos de ordenação das propostas.

12.4. Havendo eventual empate entre propostas, ou entre propostas e lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

a) produzidos no País;

b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

12.4.4. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio.

12.5. Depois de exaurida a fase de lances, serão analisadas as propostas, visando selecionar aquela que se apresente mais vantajosa para a Administração Municipal, respeitando-se o valor orçado.

12.5.2. Caso não se realize lance, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estipulado para a contratação, podendo ou não estar estipulado no edital, devendo, contudo, estar indicado no Termo de Referência.

12.5.3. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o (a) Pregoeiro (a) poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

12.5.4. Após a negociação do preço, o (a) Pregoeiro (a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12.5.5. Em caso de resultado positivo na negociação, os novos valores ajustados serão consignados na ata da sessão e passarão a compor a proposta.

12.6. Somente será (ão) aceito (s) LANCE (s) VERBAL (IS) que seja (m) inferior (es) ao valor da menor PROPOSTA ESCRITA e ou do último menor LANCE VERBAL oferecido.

12.7. Esgotada a fase competitiva de lances, serão classificadas e ordenadas as propostas, de forma crescente dos preços ofertados, indicando-se desde logo, a proposta de menor valor, dando-se por encerrada a fase de julgamento das propostas, procedendo-se a imediata suspensão do pregão, visando à análise da aceitabilidade das melhores propostas.

13. DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

13.1. A análise da aceitabilidade das propostas, a começar pela de menor preço global, compreenderá o exame do seu atendimento às condições gerais e específicas exigidas neste Edital e em seus Anexos.

13.1.1. Nas propostas de preços será ainda observada a apresentação das declarações eventualmente exigidas por este Edital.

13.2. Serão consideradas desclassificadas as Propostas que não contiverem todos os dados e elementos exigidos, ou não atenderem aos requisitos mínimos das especificações do objeto licitado, ou ofertarem preços manifestamente inexequíveis, ou incompatíveis com os valores de mercado.

13.3. Se a proposta ordenada como a de primeiro melhor preço for desclassificada, frente ao desatendimento às especificações técnicas mínimas exigidas neste edital e seus anexos, o Pregoeiro procederá à análise da proposta colocada em segundo lugar, e assim sucessivamente, respeitada a ordem de classificação, até que um atenda às exigências.

13.4. Uma vez encerrada a etapa competitiva não cabe a desistência ou pedido de retificação de preços ou quaisquer outras condições oferecidas.

13.5. Será declarado vencedor do Lote a proponente que ofertar o menor preço global pelo respectivo objeto licitado, levando-se em conta a satisfação das especificações de cada item previsto no Edital. A classificação se fará pela ordem decrescente dos preços propostos e serão corrigidos automaticamente pelo (a) Pregoeiro (a) quaisquer erros de cálculo verificados nas propostas;

13.6. Para efeito deste Edital e a critério do (a) Pregoeiro (a) serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atendam às exigências de qualquer item deste Edital;
- b) sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades, defeitos, borrões, entrelinhas ou dúbia interpretação, que dificultem o seu julgamento;
- c) ofereçam preços excessivos ou manifestadamente inexeq-íveis;
- d) forem entregues fora do prazo previsto neste Edital.

14. DA HABILITAÇÃO E DOS PROCEDIMENTOS

14.1. DOCUMENTAÇÃO REFERENTES À HABILITAÇÃO

Serão consideradas em condições de participação as empresas que, tendo ramo de atividade pertinente ao objeto licitado que atenderem aos requisitos do presente Edital e apresentarem no respectivo envelope Nº 2 os seguintes DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

14.1.1. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Declaração, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame, conforme modelo anexo a este Edital (modelo constante do Anexo IV, deste Edital);
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, (CNPJ) do Ministério da Fazenda;
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos relativos à Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND) – Portaria Conjunta RFB/PGFN 1.751/2014
- d) prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e do Município do domicílio ou sede do licitante, ou outro equivalente na forma da lei.
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, de acordo com a Lei nº 12.440/2011.
- g) Declaração de inexistência de trabalhadores menores, conforme modelo constante no Anexo V do presente Edital.

14.1.2. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão Negativa de falência ou recuperação judicial, concordata ou execução patrimonial expedida pelo distribuidor da sede da licitante com data de expedição inferior a 60 (sessenta) dias, acompanhada da respectiva certidão de registros cadastrados no sistema eproc;
- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- b.1) O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;
- b.2) As empresas utilizadoras do Sped somente estarão dispensadas de apresentar balanços patrimoniais não registrados na Junta Comercial se fizerem prova de que escrituram informações contábeis pela ECD;
- b.3) As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;
- b.4) A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG = Ativo Total
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC = Ativo Circulante
Passivo Circulante

14.1.3. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, registrados no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) e/ou CRQ (Conselho Regional de Química), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo ao serviço, compatível em características, quantidades e prazos com objeto da presente licitação;

b) Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) e/ou CRQ (Conselho Regional de Química), conforme áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade;

c) Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) e/ou CRQ (Conselho Regional de Química) da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão dos serviços, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, relativo à execução dos serviços;

c.1) O(s) responsável(is) técnico(s) acima elencado(s) deverá(ão) pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame;

d) A empresa deverá apresentar licenciamento ambiental para operação emitido pelo órgão competente contemplando a execução do serviço, bem como para o destino final dos resíduos.

e) Alvará de localização e funcionamento da empresa.

14.2. Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório Competente, ou por funcionário da Administração.

14.3 A autenticação de documentos efetuada por servidor da Administração Municipal somente será válida sendo datada até o último dia útil anterior ao certame.

14.4. Os documentos expedidos via internet e, inclusive, aqueles outros apresentados, terão, sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte do Pregoeiro e Equipe;

14.5. O PREGOEIRO não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente poderá ser inabilitada.

14.6. Se o LICITANTE for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante de licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos na forma e condições previstas neste item.

14.7. As certidões devem ser apresentadas com data de validade para a data de abertura do certame, certidões vencidas ensejarão a inabilitação da proponente, pois é de responsabilidade da mesma trazer toda a documentação dentro do prazo de validade.

14.8. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, em conformidade com o disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006, e as alterações posteriores.

14.9. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006).

14.9.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo tempo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.

14.9.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 14.9.1, implicará decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

15. DOS PROCEDIMENTOS

15.1. Se o LICITANTE desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo LICITANTE declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

15.2. Após a análise da documentação, os Membros da Equipe de Apoio e o Pregoeiro rubricarão todas as folhas e demais documentos apresentados.

15.3. A falta de manifestação imediata e motivada do LICITANTE importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

15.4. O Pregoeiro poderá indeferir o pedido de prazo para apresentação do recurso se os fundamentos forem claramente inconsistentes e/ou meramente protelatórios.

16. DA ANÁLISE DA QUALIFICAÇÃO DAS LICITANTES

16.1. Verificada a conformidade das propostas com os requisitos do Edital, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo a documentação de habilitação do autor da proposta classificada em primeiro lugar, para confirmação de suas condições habilitatórias, com base nas exigências estabelecidas anteriormente.

16.2. Para efeito de saneamento, a correção da (s) falha (s) formal (is), poderá ser desencadeada durante a realização da própria sessão pública, com a apresentação, encaminhamento e ou substituição de documento (s), ou com a verificação desenvolvida por meio eletrônico, fax-símile, ou, ainda, por qualquer outro método que venha a produzir o (s) efeito (s) indispensável (s). O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação

16.3. Aberto o invólucro documentação em havendo restrição quanto à regularidade fiscal, fica concedido um prazo de 05 (cinco) dias úteis para sua regularização, prorrogável por igual período, mediante justificativa tempestiva e aceita pelo PREGOEIRO. A falta do documento inabilitará a proponente.

16.4. A não regularização fiscal no prazo estabelecido no subitem 16.3, implicará decadência do direito à contratação, com aplicação das Sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação, para negociar, nos termos do disposto no artigo 4º, inciso XXIII, da lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

16.5. Caberá ao Pregoeiro inabilitar, sumariamente, a LICITANTE que não atender às exigências previstas, omitir qualquer dos documentos solicitados ou apresentá-los fora do prazo de validade.

16.6. Se o autor da melhor proposta não atender aos requisitos de habilitação, o Pregoeiro fará imediata convocação da empresa autora da proposta classificada em segundo lugar para apresentar sua documentação de habilitação, e assim sucessivamente, até encontrar a proponente que atenda, integralmente, aos requisitos de habilitação exigidos no Edital e ou Aviso Específico.

17. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

17.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da solicitação do Pregoeiro e deverá:

a) ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

b) conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

17.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

17.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

18. DOS RECURSOS

18.1. Se o resultado da decisão não for aceito qualquer LICITANTE na mesma sessão de proclamação do vencedor da licitação, deverá manifestar imediata intenção de recorrer do ato decisório, devendo o fato ser devidamente consignado em ata, sob pena de preclusão.

18.2. A manifestação, necessariamente, explicitará motivação consistente e esta será liminarmente avaliada pelo Pregoeiro, o qual decidirá pela sua aceitação ou não.

18.3. Presentes os pressupostos da admissibilidade, o Pregoeiro dará novamente por suspensa a sessão, concedendo ao interessado, na própria sessão, o prazo de 3(três) dias corridos para a apresentação às razões recursais. Na mesma oportunidade serão também intimados os demais participantes para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso, também em 3(três) dias, contados do término do prazo recursal concedido ao recorrente, com disponibilização imediata de vista do processo licitatório.

18.4 O recurso contra a decisão do (a) Pregoeiro (a) não terá efeito suspensivo.

18.5. Os recursos deverão ser protocolados e deverão ser dirigidos à autoridade superior competente, por intermédio da que praticou o ato recorrido, para que proceda a sua entrega ao Pregoeiro (a) responsável pela licitação.

18.6. Improvido o recurso e devidamente instruído com as razões da decisão, os autos serão remetidos à autoridade superior, que decidirá sobre a manutenção ou reforma desta decisão.

18.7. A inocorrência de imediata manifestação da LICITANTE quanto ao seu interesse de interpor recurso ou a sua apresentação sem quaisquer fundamentos, imotivado ou insubsistente, implicará na preclusão de seu direito de recorrer do ato decisório.

18.8. Não serão aceitos recursos interpostos através de e-mail, nem aqueles apresentados fora do prazo ou por quem não estiver legalmente habilitado para representar a empresa LICITANTE.

18.9. O acolhimento do recurso pela autoridade que prolatou a decisão importará na invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

19. DO RESULTADO DA LICITAÇÃO

19.1. Depois de avaliadas a aceitabilidade das propostas e a qualificação da empresa titular da melhor oferta, constatando-se o atendimento dos requisitos, o Pregoeiro avisará às licitantes da decisão sobre a aceitação ou não das propostas e da habilitação, proclamando o resultado da licitação.

19.2. Declarado o vencedor da licitação e não havendo interposição de recurso, o Pregoeiro fará a adjudicação do objeto ao vencedor, mediante a inserção, na respectiva ata, das razões e fundamentos da decisão, dando aos participantes do certame a imediata intimação da decisão.

19.3. Após a adjudicação os autos serão encaminhados ao Prefeito Municipal para homologação e decisão quanto à contratação, podendo, motivadamente, revogar a licitação por interesse público, ou anulá-la, se constatada irregularidade, inobservância aos termos do Edital ou ilegalidade no procedimento, sem que caiba desta decisão qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais.

19.4. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso pela própria autoridade competente, que decidirá quanto à contratação.

20. CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

20.1. Após a Homologação da Licitação pelo Prefeito Municipal, será convocado o interessado (via AR/MP), para no prazo de 05 dias proceder à assinatura do Contrato administrativo, nos moldes da minuta constante no Anexo VIII, deste Edital, nos termos do art. 64 da Lei 8666/93.

20.2. A Adjudicatária obriga-se, além das obrigações a ela inerentes previstas no Edital, a:

I - Prestar a execução do contrato na forma ajustada, vedada a subcontratação, sem autorização prévia e por escrito da CONTRATANTE;

II - Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto do presente Edital;

III - Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força de Lei;

IV – Entregar os objetos nas quantidades e especificações previstas no Edital e Contrato;

V – Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

VI – Arcar com todas as despesas que decorrentes da efetiva prestação dos serviços, tais como taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva do Contratado.

20.3. O adjudicatário deverá manter durante todo o período da contratação as condições de sua qualificação.

21. DO PAGAMENTO

21.1 O pagamento será realizado mensalmente, em até 30 (trinta) dias após a apresentação das notas fiscais.

21.2. A nota fiscal deverá discriminar a quantidade/descrição dos serviços executados.

21.3. Poderão ser descontados dos pagamentos os valores atinentes a penalidades eventualmente aplicadas.

21.4. Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa e contraditório, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA, as penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 com as alterações posteriores as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa equivalente a 0,5% (meio por cento) por dia de atraso do evento não cumprido, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato.

III. suspensão temporária de participação da CONTRATADA em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

22.2. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 22.3 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

22.3. As multas e outras sanções previstas neste Instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da CONTRATADA, devidamente comprovadas perante a CONTRATANTE.

22.4. As multas serão recolhidas, via depósito, à conta da CONTRATANTE. Se a CONTRATADA não fizer prova, dentro do prazo de cinco dias úteis, de que recolheu o valor da multa, dos seus créditos será retido o valor da mesma, corrigido, aplicando-se, para este fim, os índices aprovados para atualização dos débitos fiscais.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. A participação na presente licitação implica na expressa e automática concordância aos termos deste Edital e dos seus respectivos anexos, se houverem, não podendo alegar a LICITANTE, posteriormente, desconhecimento das regras constantes deste instrumento.

23.2. O Órgão licitador poderá suspender ou mesmo cancelar, no todo ou em parte, os negócios já realizados, sem que desta decisão caiba qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais, se constatada qualquer falha, irregularidade ou inobservância aos termos deste Edital ou de seus Anexos, se for o caso.

23.3. O Órgão licitador reserva-se o direito de acrescentar ou diminuir a aquisição em 25% do valor do objeto da presente licitação, conforme prescreve o art. 65, § 1º da Lei 8666/93.

23.4. As questões resultantes deste Edital serão dirimidas no foro desta comarca, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.

São Francisco do Sul, 13 de janeiro de 2020.

MARCOS JOSÉ DA SILVA ARZUA
Secretário Municipal de Governo

ANEXO I
Pregão Presencial nº 006/2020

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada em serviços de limpeza, desentupimento e coleta em tubulações de esgotos com caminhão vácuo e hidro jateamento e retirada de resíduos de efluentes líquidos, para o período de 12 meses.

2. OBJETIVO/FINALIDADE

Faz-se necessário a aquisição de serviços de limpeza em tubulações de esgotos com caminhão de vácuo, hidro jateamento e retirada de resíduos de efluentes líquidos dos postos guarda vidas, quartel da Enseada e quartel do Ervino para suprir as necessidades do Corpo de Bombeiros Militar de São Francisco do Sul.

3. JUSTIFICATIVA

Há necessidade constante do fornecimento serviços de limpeza de tubulações de esgotos com caminhão vácuo e hidro jateamento e retirada de resíduos de efluentes líquidos, trabalhos estes realizados em fossa séptica, filtros aeróbicos, caixas de gorduras, existentes nos 14 postos guarda vidas localizados na praia de Itaguaçu, Ubatuba, Enseada, Prainha, Praia Grande e Ervino, além dos quartéis bombeiro militar da Enseada e Ervino.

4. DO VALOR MÁXIMO PARA CONTRATAÇÃO

O valor unitário do lote, estimado para a aquisição pretendida deverá obedecer a planilha de preços máximos aceitáveis, Termo de

Referência – Item 5 – ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO, tendo como base a média obtido em pesquisa de preços de mercado, válido somente para o realinhamento da proposta da empresa VENCEDORA.

5. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

O objeto a ser adquirido, deverá guardar perfeita compatibilização com as especificações, quantidades e condições constantes no Edital do Pregão, sendo:

LOTE ÚNICO – Serviços de limpeza em tubulações de esgotos e retiradas de resíduos de efluentes líquidos.

Item	Especificação	Quant.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Prestação de serviços desentupimento caminhão vácuo e hidro jateamento	20	Horas	R\$ 236,67	R\$ 4.733,33
2	Prestação de serviços coleta de dejetos (efluentes sanitários - fossa)	30	M³	R\$ 133,33	R\$ 4.000,00
3	Prestação de serviços coleta de limpeza de caixa de gordura.	10	M³	R\$ 190,00	R\$ 1.900,00
					R\$ 10.633,33

(Dez mil, seiscentos e trinta e três reais).

· OBSERVAÇÃO: Os Serviços deverão ser realizados nos locais determinados pelo Corpo de Bombeiros Militar.

6. FISCALIZAÇÃO

Fica designado o responsável pelo B4 do Corpo de Bombeiros Militar de São Francisco do Sul, para fiscalizar o contrato.

7. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregado.

Executar serviços de limpeza de tubulações de esgotos com caminhão vácuo e hidro jateamento e retirada de resíduos de efluentes líquidos, trabalhos estes realizados em fossa séptica, filtros aeróbicos, caixas de gorduras, existentes nos 14 postos guarda vidas localizados na praia de Itaguaçu, Ubatuba, Enseada, Prainha, Praia Grande e Ervino, além dos quartéis bombeiro militar da Enseada e Ervino.

O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

8. ACEITAÇÃO DO OBJETO

De acordo com os artigos 73 e 76 da Lei n. 8.666/1993.

9. SANÇÕES

De acordo com o artigo 78 e seguintes da Lei n. 8.666/1993.

10. FORMA E PRAZO DE ENTREGA

A efetuação dos serviços dos lotes, deverá ser feita em até 4 horas, a partir da solicitação do Corpo de Bombeiros Militar (Quartel da Enseada), localizado na Avenida Atlântica, nº1968, Bairro Enseada e Corpo de Bombeiros Militar (Quartel do Ervino), localizado na Avenida Atlântica, s/n, Bairro Ervino do Município de São Francisco do Sul.

11. PAGAMENTO

O pagamento será realizado mensalmente, depois de efetuados os serviços, em até 30 (trinta) dias após apresentação da Nota Fiscal.

12. EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

Os serviços contratados, serão realizados a partir da assinatura do respectivo contrato, assim a execução e vigência do contrato serão para o período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 meses, após a verificação da real necessidade nos termos do inciso II, do art. 57 da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores.

Gustavo Cardoso – 1º Ten BM
Comandante do 2º Pelotão Bombeiro Militar de São Francisco do Sul

ANEXO II

MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul

Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da Empresa), com sede (endereço completo da proponente), inscrita no CNPJ/MF sob nº e Inscrição Estadual sob nº, representada neste ato por seu(s) sócios (qualificação(ões) do(s) outorgante(s) Sr(a), portador(a) da Cédula de Identidade RG nº, e CPF nº , nomeia(m) e constitui(em) seu bastante procurador o (a) Sr(a), portador (a) da Cédula de Identidade RG nºe CPF nº, a quem confere(imos) amplos poderes para representar a (Razão Social da Empresa) perante (indicação do órgão licitante), no que se referir ao presente PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2020, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do PREGÃO, os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS (Nº 01) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Nº 02) em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lance (s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO(A), enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do Outorgante.

A presente Procuração é válida por _____.

Cidade, Estado, em ____ de _____ de 2020.

Assinatura do Representante legal da Empresa
Nome do representante por Extenso

CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

Obs: deverá vir acompanhada do contrato social da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário, conforme edital.

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC
A/C. Pregoeiro (a) oficial
Edital de Pregão Presencial nº 006/2020

Pela presente, declaro (amos) que, nos termos do art. 4º, VII, da lei nº 10.520/2002, a empresa _____ (indicação da razão social) cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2020, cujo objeto é contratação de empresa especializada em serviços de limpeza, desentupimento e coleta em tubulações de esgotos com caminhão vácuo e hidro jateamento e retirada de resíduos de efluentes líquidos, em 14 postos guarda vidas, quartel da Enseada e quartel do Ervino do Corpo de Bombeiros Militar de São Francisco do Sul, para o período de 12 (doze) meses, de acordo com especificações e quantidades constantes no Anexo I deste Edital.

Cidade, Estado, em ____ de _____ de _____.

Assinatura do Representante legal da Empresa
Nome do representante por Extenso
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC
A/C. Pregoeiro (a) Oficial
Edital de Pregão Presencial nº 006/2020

Prezados Senhores,

_____, portador do RG _____, abaixo assinado, na qualidade de responsável legal da proponente, _____, CNPJ _____, DECLARA expressamente que se sujeita às condições estabelecidas no Edital de Pregão Presencial acima citado e que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo licitador,

quanto à qualificação apenas das proponentes que tenham atendido às condições estabelecidas no Edital, e que demonstrem integral capacidade de executar o fornecimento do bem e/ou do serviço previsto. DECLARA, ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometa a idoneidade da proponente nos termos do Artigo 32, parágrafo 2º, e artigo 97 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações subsequentes.

Cidade, Estado, em ____ de ____ de ____.

Assinatura do Representante legal da Empresa
Nome do representante por Extenso
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EXISTÊNCIA DE TRABALHADORES MENORES

À:
Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC
A/C. Pregoeiro (a) Oficial
Edital de Pregão Presencial nº 006/2020

Declaramos para os devidos fins e especialmente para o Edital de Pregão Presencial nº 006/2020 que a Proponente
..... (razão social), inscrito no CNPJ/MF sob nº , com sede na cidade de
....., Estado , na Rua/Av (endereço completo), não
mantém em seu quadro de pessoal, trabalhadores menores de 18(dezoito) anos em horário noturno de trabalho, ou em serviços perigosos
ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, trabalhadores menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz,
a partir de 14 (quatorze) anos.

Cidade, Estado, em ____ de ____ de ____.

Assinatura do Representante legal da Empresa
Nome do representante por Extenso
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

ANEXO VI

Pregão Presencial nº 006/2020

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET

Senhor Licitante,

Visando comunicação futura entre este Município e essa empresa, solicito de Vossa Senhoria preencher o recibo de entrega do edital e
remeter ao (à) Pregoeiro (a) através do e-mail licitacao@saofranciscodosul.sc.gov.br.

A não remessa do recibo exime o (a) Pregoeiro (a) da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem
como de quaisquer informações adicionais.

Razão Social: _____

C.N.P.J. nº _____

Endereço: _____

E-mail: _____

Cidade: _____ Estado: _____ Telefone: _____

Fax: _____

Pessoa para contato: _____

Recebemos nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local: _____, _____ de _____ de _____.

Assinatura

ANEXO VII
MINUTA DE CONTRATO
PREGÃO Nº 006/2020

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL - PMSFS E A EMPRESA.

Aos XX dias do mês de XXXX do ano de XXXX, a Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, sediada na Praça Dr. Getúlio Vargas, nº01, do-
ravante denominada apenas CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal – Sr. Renato Gama Lobo, brasileiro, casado,

portador do RG n.º xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF n.º xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, e a empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ/MF n.º xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, estabelecida na Rua xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, em xxxxxxxxxxxx/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. xxxxxxxxxxxx, Brasileiro, portador do RG xxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF n.º xxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado na Rua xxxxxxxxxxxx, bairro xxxxxxxxxxxx – xxxxxxxxxxxx/SC, celebram o presente contrato, decorrente da xxxxxxxxxxxx n.º /2020, em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é contratação de empresa especializada em serviços de limpeza, desentupimento e coleta em tubulações de esgotos com caminhão vácuo e hidro jateamento e retirada de resíduos de efluentes líquidos, em 14 postos guarda vidas, quartel da Enseada e quartel do Ervino do Corpo de Bombeiros Militar de São Francisco do Sul, para o período de 12 (doze) meses, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.2. Discriminação do objeto:

LOTE ÚNICO – Serviços de limpeza em tubulações de esgotos e retiradas de resíduos de efluentes líquidos.

Item	Especificação	Quant.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Prestação de serviços desentupimento caminhão vácuo e hidro jateamento	20	Horas		
2	Prestação de serviços coleta de dejetos (efluentes sanitários - fossa)	30	M³		
3	Prestação de serviços coleta de limpeza de caixa de gordura.	10	M³		
TOTAL					R\$

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato tem início na data de ____/____/____ e encerramento em ____/____/____, prorrogável na forma do art. 57, inc. II, da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2. Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por rescrito e previamente autorizada pela autoridade competente. A justificativa deverá demonstrar a ausência de culpa do contratado bem como a relação de causa e efeito entre os fatos alegados e o atraso verificado, formalizando-se o respectivo termo aditivo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes deste Edital correrão às expensas das dotações orçamentárias abaixo:

Unidade Orçamentária	0604 – Secretaria Municipal de Governo Diretoria de Segurança Pública
Projeto Atividade	2091 – Manutenção do Convênio Corpo de Bombeiros Militar
Elemento de Despesa	33903978 – Limpeza e Conservação
Vínculo do Recurso	1800100 – Outras espec. conv. bomb. militar

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento será de no máximo 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA.

5.2. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA, condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

5.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

5.4. Antes do pagamento, a Contratante verificará condições de habilitação e qualificação da Contratada, especialmente quanto à regularidade fiscal, que poderá ser feita em sites oficiais, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

5.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira: 0.0001643

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

6.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

6.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.5. Somente será possível a realização de aditivo contratual, nos termos do art. 65, §1º da Lei n. 8.666/93, dentro do prazo de vigência do contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1 Os serviços serão recebidos após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta e sua consequente aceitação, que se dará no prazo fixado no Termo de Referência.

7.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, os serviços em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

8. CLÁUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO

8.1 A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- a) Receber os serviços de acordo com as especificações;
- b) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor especialmente designado;
- c) Efetuar o pagamento no prazo previsto.

9.2. São obrigações da CONTRATADA:

- a) Executar os serviços em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente os serviços realizados;
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução dos serviços. Este dever implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, os serviços que não atendem as especificações;
- c) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
- d) Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos, com a devida comprovação;
- e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- g) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
- h) Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer do fornecimento e do desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE;
- i) Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à execução dos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;
- j) A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos, não transfere à Administração do CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com o CONTRATANTE.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa equivalente a 0,5% (meio por cento) por dia de atraso do evento não cumprido, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato;

III. suspensão temporária de participação da CONTRATADA em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

10.2. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 10.1 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

10.3. As multas e outras sanções previstas neste Instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da CONTRATADA, devidamente comprovadas perante a CONTRATANTE.

10.4. As multas serão recolhidas, via depósito, à conta da CONTRATANTE. Se a CONTRATADA não fizer prova, dentro do prazo de cinco dias úteis, de que recolheu o valor da multa, dos seus créditos será retido o valor da mesma, corrigido, aplicando-se, para este fim, os índices aprovados para atualização dos débitos fiscais.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

a) caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

b) interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1. É eleito o Foro da Comarca de São Francisco do Sul para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

....., de de 20

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1- 2-

PP 007-2020

Publicação Nº 2309885

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL

LICITAÇÃO Nº 007/2020

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, de conformidade com a Lei nº. 8.666 de 21.06.93, e alterações introduzidas pela Lei nº 8.883, 08.06.94, mediante o Pregoeiro (a) designado (a) pela Portaria Nº 15.836 de 05 de julho de 2019, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às 11h do dia 24 de janeiro de 2020, na Sala de Reuniões da Prefeitura, situada à Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, nesta cidade, licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO ITEM, conforme descrito neste Edital e seus anexos. Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei nº 10.520/2002, Leis Complementares nº. 123/06, nº. 127/07, nº. 147/14, subsidiariamente a Lei nº. 8.666/93 e suas alterações e demais legislações aplicáveis, nas condições fixadas neste Edital e seus anexos.

1.1 – DO OBJETO

1.1.1. Contratação de empresa para publicações legais em sítios eletrônicos, ou seja, publicações digitais dos avisos de editais de licitações e demais atos oficiais sob responsabilidade de empresas jornalísticas devidamente registrados e que editem jornal periodicamente, em conformidade com as especificações constantes do Anexo I, parte integrante deste Edital.

2. LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E REALIZAÇÃO DO PREGÃO.

2.1. Local: Sala de Reuniões da Prefeitura, à Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, São Francisco do Sul – SC / 89.240-000.

2.2. Data: Os Envelopes deverão ser entregues (inclui-se os via postal) para o Pregoeiro (a) impreterivelmente até às 10h30 do dia 24 de janeiro de 2020.

2.3. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 11h do dia 24 de janeiro de 2020, ou tão logo se encerre o credenciamento das empresas, estando todas presentes.

3. DESCRITIVO DA LICITAÇÃO

3.1. MODALIDADE: Pregão Presencial.

3.2. REGIME DE EXECUÇÃO: Conforme Termo de Referência, Anexo I deste edital.

3.3. TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço por item, nas propostas classificadas pelo Pregoeiro (a).

3.4. LOCAL DE ENTREGA: Conforme Termo de Referência, Anexo I deste edital.

3.5. RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste Edital correrão às expensas das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Orçamentária	0501 – Departamento Municipal de Trânsito Manutenção do Departamento Municipal de Trânsito
Projeto Atividade	2012 – Manutenção do Convênio de Trânsito com a Polícia Civil/Militar
Elemento de Despesa	33903990 – Serviços de Publicidade Legal
Vínculo do Recurso	1110000 – Convênio de Trânsito - civil

Unidade Orçamentária	0602 – Secretaria Municipal de Governo Gerência de Comunicação
Projeto Atividade	2016 – Manutenção das Atividades da Gerência de Comunicação
Elemento de Despesa	33903990 – Serviços de Publicidade Legal
Vínculo do Recurso	1000000 – Recursos Ordinários

Unidade Orçamentária	0604 – Secretaria Municipal de Governo Diretoria de Segurança Pública
Projeto Atividade	2011 – Manutenção do Convênio Rádio Patrulha – Polícia Militar – Manutenção do serviço de policiamento ostensivo motorizado, executando rondas periódicas e o atendimento de ocorrências no Município, através de guarnições de radiopatrulha da Polícia Militar.
Elemento de Despesa	33903990 – Serviços de Publicidade Legal
Vínculo do Recurso	1000000 – Recursos Ordinários

Unidade Orçamentária	0604 – Secretaria Municipal de Governo Gerência de Comunicação
Projeto Atividade	2091 – Manutenção do Convênio Corpo de Bombeiros Militar
Elemento de Despesa	33903990 – Serviços de Publicidade Legal
Vínculo do Recurso	1800100 – Outras espec. conv. bomb. militar

4. DOS ANEXOS

Anexo I. Termo de Referência - Descrição/Especificação e Condições Gerais;

Anexo II. Modelo de Procuração para Credenciamento;

Anexo III. Modelo de Declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação;

Anexo IV. Modelo de Declaração de Sujeição às Condições estabelecidas no Edital e de Inexistência de Fatos Supervenientes Impeditivos da Habilitação;

Anexo V. Modelo de Declaração de não existência de trabalhadores menores;

Anexo VI – Recibo de Retirada de Edital

Anexo VII. Minuta do Contrato

5. DO FORNECIMENTO DO EDITAL

5.1. O Edital poderá ser consultado por qualquer interessado no SETOR DE LICITAÇÕES, sito à Praça Drº Getúlio Vargas, 01 – Centro, São Francisco do Sul - SC, em dias úteis, das 08h às 14h, até a data aprazada para recebimento dos documentos e dos envelopes propostas.

5.2. O Edital também está disponível para download no endereço www.saofranciscodosul.sc.gov.br, www.diariomunicipal.sc.gov.br/site no link PREGÕES E LICITAÇÕES.

5.3. Na hipótese de ocorrer feriado ou fato impeditivo, os quais impeçam a realização da Sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido. Alterações serão divulgadas no site acima com antecedência de

24 (vinte e quatro) horas, conforme lei.

6. DAS IMPUGNAÇÕES

6.1. Antes da data fixada para a abertura do pregão, quaisquer interessados poderão:

a) solicitar esclarecimentos: por e-mail: licitação@saofranciscodosul.sc.gov.br; licitacao.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br ou por escrito mediante protocolo, até 03 (três) dias antes;

b) formular IMPUGNAÇÃO contra cláusulas, condições ou descrições do objeto do Edital: obrigatoriamente entregue ao Pregoeiro (a), pessoalmente, encaminhada via Correios/Sedex ou para o e-mail licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br, devendo esta ser entregue ao destinatário até 02 dias antes;

Obs.: a descrição do objeto e o preço estimado é de exclusiva responsabilidade do órgão/Secretaria solicitante, que será, neste prazo, intimada a prestar esclarecimentos, caso necessário, para consubstanciar a decisão do Pregoeiro.

6.1.1. Havendo deferimento do pedido objeto da impugnação que resulte em alterações substanciais nas cláusulas deste edital ou na descrição do objeto, esta decisão será publicada 24 (vinte e quatro) horas antes da realização do pregão no endereço www.saofranciscodosul.sc.gov.br. Tal circunstância poderá inviabilizar a realização do certame, que será designado para outra data.

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

7.1. Poderão participar do presente certame todos os interessados do ramo pertinente ao objeto que preencham as condições exigidas neste Edital.

7.2. É vedada a participação direta ou indireta nesta licitação de:

a) Pessoa física;

b) Empresa em regime de sub-contratação, ou ainda, em consórcio;

c) Empresa que possua restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;

d) Empresa que estiver sob falência ou recuperação judicial, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial;

e) Empresa que esteja, por qualquer motivo, punida com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou;

f) Empresa que tenha sido declarada inidônea para contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou, e;

g) Empresa com os impedimentos previstos no artigo 9º da Lei 8.666/93.

7.3. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante

8. DO CREDENCIAMENTO

8.1. Aberta a sessão pública com a fase do CREDENCIAMENTO dos eventuais participantes do PREGÃO, até o horário previsto no Item 2 deste Edital, o representante da proponente entregará ao PREGOEIRO documento que o credencie para participar do aludido procedimento, respondendo por sua autenticidade e legitimidade, devendo, ainda, identificar-se e exibir a carteira de identidade ou outro documento equivalente com fotografia.

8.2. O credenciamento far-se-á por meio de documento público de procuração ou instrumento particular, com poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas/fases do PREGÃO, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, negociar a redução de preço, desistir ou manifestar-se imediata e motivadamente, sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pela PREGOEIRO, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

8.2.1. Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada da cópia do respectivo estatuto/contrato social onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário.

8.3. Se o representante da proponente ostentar a condição de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, ao invés de instrumento público de procuração ou instrumento particular, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto/contrato social ou documento equivalente, no qual estejam expressos seus poderes, para exercer direitos e assumir obrigações, em decorrência de tal investidura. Será admitido somente um representante por proponente. A ausência da documentação referida neste item ou a apresentação em desconformidade com as exigências previstas impossibilitará a participação da proponente neste PREGÃO exclusivamente no tocante à

formulação de lances e demais atos, inclusive recurso.

8.4. Além dos documentos acima descritos, exclusivamente nesta etapa/fase serão entregues fora dos envelopes:

8.4.1. A Declaração de que a Proponente cumpre os Requisitos de Habilitação, nos termos do artigo 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520, de 17/07/2002.

8.4.2. Certidão expedida pela Junta Comercial, na forma de artigo 8º da IN nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro Do Comércio (DNRC), se for o caso, e desejar usufruir dos benefícios à estas concedidos pela Lei Complementar 123/06.

8.4.3. Os Envelopes Proposta de Preços e Documentos de Habilitação.

8.5. A ausência de quaisquer documentos referidos nos itens 8.1, 8.2, 8.2.1 e 8.3, ou a apresentação em desconformidade com a exigência prevista inviabilizará a participação da proponente na fase de lances deste PREGÃO. A falta do item 8.4.1 impossibilitará, o recebimento dos ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

9. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

9.1. DOS ENVELOPES:

9.1.1. A Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação das proponentes deverão estar acondicionadas em envelopes distintos, lacrados, não transparentes e respectivamente sobrescritos com os dizeres abaixo indicados, com as seguintes especificações e endereçamento:

ENVELOPE 01 - PROPOSTA DE PREÇOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL
PREGÃO Nº 007/2020
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE
CNPJ

ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL
PREGÃO Nº 007/2020
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE
CNPJ

9.1.2. O Envelope nº 01 deverá conter a Proposta de Preços da proponente para a contratação licitada, atendendo aos requisitos previstos no Item 10 deste Edital.

9.1.3 O Envelope nº 02 deverá conter os documentos de habilitação da proponente, relacionados no Item 14 deste Edital.

10. DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1. A proposta de preços, cuja validade é definida pela Administração em 60 (sessenta) dias, deverá ser preenchida em língua portuguesa e estar datilografada ou digitalizada com clareza, em 1 (uma) via, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, em papel timbrado da LICITANTE, ou com carimbo, ou ainda impressa por processo eletrônico com indicação do número do pregão, contendo a razão social, inscrição, CNPJ e endereço completo da proponente e estar devidamente assinada pelo representante legal da empresa.

10.2. Na proposta de preços deverão constar:

a) Razão social da LICITANTE, nº do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, nº da conta corrente, agência e respectivo banco para depósito, e se existente fax para contato, endereço eletrônico (e-mail) e indicação do responsável pela assinatura do Contrato com CPF e endereço residencial;

b) os preços unitários e totais em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as quantidades constantes do Termo de Referência, descrição das características e marca (quando houver);

10.3. Na formulação da proposta deverão estar incluído todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto ficando vedada qualquer alegação posterior que vise ressarcimento de custos não considerados nos preços cotados.

10.4. Prazo de entrega, conforme parâmetro máximo do Termo de Referência.

10.5. Prazo de garantia do produto, conforme parâmetro mínimo do Termo de Referência.

10.6. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação.

10.7. Não serão consideradas propostas com oferta de vantagem não prevista neste edital.

10.8. A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos

11. DA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTAS E DO JULGAMENTO

11.1. Concluída a fase de Aceitação de Propostas, o Pregoeiro comandará o início da Abertura das Propostas, selecionando as LICITANTES aptas a participar da licitação na modalidade PREGÃO, divulgando no ato a lista das LICITANTES e das propostas ofertadas, classificando-as segundo a ordem crescente dos valores ofertados, indicando desde logo as proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação.

11.1.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada em Ata

11.2. Como forma de verificação das proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação, levará em consideração a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, as quais poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subseq-entes, até a proclamação da vencedora.

11.3. Não havendo, pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

11.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentarem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

12. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

12.1. Classificadas as propostas, de acordo com o Edital, o (a) Pregoeiro (a) dará início à etapa de apresentação de lances verbais pelos licitantes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

12.2. O (a) Pregoeiro (a) convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

12.3. A desistência de apresentar lance implicará na automática exclusão da LICITANTE da etapa e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeitos de ordenação das propostas.

12.4. Havendo eventual empate entre propostas, ou entre propostas e lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

- a) produzidos no País;
- b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

12.4.4. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio.

12.5. Depois de exaurida a fase de lances, serão analisadas as propostas, visando selecionar aquela que se apresente mais vantajosa para a Administração Municipal, respeitando-se o valor orçado.

12.5.2. Caso não se realize lance, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estipulado para a contratação, podendo ou não estar estipulado no edital, devendo, contudo, estar indicado no Termo de Referência.

12.5.3. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o (a) Pregoeiro (a) poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

12.5.4. Após a negociação do preço, o (a) Pregoeiro (a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12.5.5. Em caso de resultado positivo na negociação, os novos valores ajustados serão consignados na ata da sessão e passarão a compor a proposta.

12.6. Somente será (ão) aceito (s) LANCE (s) VERBAL (IS) que seja (m) inferior (es) ao valor da menor PROPOSTA ESCRITA e ou do último menor LANCE VERBAL oferecido.

12.7. Esgotada a fase competitiva de lances, serão classificadas e ordenadas as propostas, de forma crescente dos preços ofertados, indicando-se desde logo, a proposta de menor valor, dando-se por encerrada a fase de julgamento das propostas, procedendo-se a imediata suspensão do pregão, visando à análise da aceitabilidade das melhores propostas.

13. DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

13.1. A análise da aceitabilidade das propostas, a começar pela de menor preço global, compreenderá o exame do seu atendimento às condições gerais e específicas exigidas neste Edital e em seus Anexos.

13.1.1. Nas propostas de preços será ainda observada a apresentação das declarações eventualmente exigidas por este Edital.

13.2. Serão consideradas desclassificadas as Propostas que não contiverem todos os dados e elementos exigidos, ou não atenderem aos

requisitos mínimos das especificações do objeto licitado, ou ofertarem preços manifestamente inexeq-íveis, ou incompatíveis com os valores de mercado.

13.3. Se a proposta ordenada como a de primeiro melhor preço for desclassificada, frente ao desatendimento às especificações técnicas mínimas exigidas neste edital e seus anexos, o Pregoeiro procederá à análise da proposta colocada em segundo lugar, e assim sucessivamente, respeitada a ordem de classificação, até que um atenda às exigências.

13.4. Uma vez encerrada a etapa competitiva não cabe a desistência ou pedido de retificação de preços ou quaisquer outras condições oferecidas.

13.5. Será declarado vencedor do item a proponente que ofertar o menor preço global pelo respectivo objeto licitado, levando-se em conta a satisfação das especificações de cada item previsto no Edital. A classificação se fará pela ordem decrescente dos preços propostos e serão corrigidos automaticamente pelo (a) Pregoeiro (a) quaisquer erros de cálculo verificados nas propostas;

13.6. Para efeito deste Edital e a critério do (a) Pregoeiro (a) serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atendam às exigências de qualquer item deste Edital;
- b) sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades, defeitos, borrões, entrelinhas ou dúvida interpretação, que dificultem o seu julgamento;
- c) ofereçam preços excessivos ou manifestadamente inexeq-íveis;
- d) forem entregues fora do prazo previsto neste Edital.

14. DA HABILITAÇÃO E DOS PROCEDIMENTOS

14.1. DOCUMENTAÇÃO REFERENTES À HABILITAÇÃO

Serão consideradas em condições de participação as empresas que, tendo ramo de atividade pertinente ao objeto licitado que atenderem aos requisitos do presente Edital e apresentarem no respectivo envelope Nº 2 os seguintes DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

14.1.1. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Declaração, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame, conforme modelo anexo a este Edital (modelo constante do Anexo IV, deste Edital);
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, (CNPJ) do Ministério da Fazenda;
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos relativos à Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND) – Portaria Conjunta RFB/PGFN 1.751/2014
- d) prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e do Município do domicílio ou sede do licitante, ou outro equivalente na forma da lei.
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, de acordo com a Lei nº 12.440/2011.
- g) Declaração de inexistência de trabalhadores menores, conforme modelo constante no Anexo V do presente Edital.

14.1.3. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão Negativa de falência ou recuperação judicial, concordata ou execução patrimonial expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com data de expedição inferior a 60 (sessenta) dias.
- b. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- b.1. O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;
- b.2. As empresas utilizadoras do Sped somente estarão dispensadas de apresentar balanços patrimoniais não registrados na Junta Comercial se fizerem prova de que escrituram informações contábeis pela ECD.
- b.3. As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;

b.4. No caso de licitação para fornecimento de bens para pronta entrega, não se exigirá da microempresa ou empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social;

b.5. A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG = Ativo Total
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC = Ativo Circulante
Passivo Circulante

14.1.4. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a. Comprovação de aptidão para prestação de serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

14.2. Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório Competente, ou por funcionário da Administração.

14.3. A autenticação de documentos efetuada por servidor da Administração Municipal somente será válida sendo datada até o último dia útil anterior ao certame.

14.4. Os documentos expedidos via internet e, inclusive, aqueles outros apresentados, terão, sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte do Pregoeiro e Equipe;

14.5. O PREGOEIRO não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente poderá ser inabilitada.

14.6. Se o LICITANTE for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante de licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos na forma e condições previstas neste item.

14.7. As certidões devem ser apresentadas com data de validade para a data de abertura do certame, certidões vencidas ensejarão a inabilitação da proponente, pois é de responsabilidade da mesma trazer toda a documentação dentro do prazo de validade.

14.8. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, em conformidade com o disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006, e as alterações posteriores.

14.9. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006).

14.9.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo tempo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.

14.9.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 14.11.1, implicará decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

15. DOS PROCEDIMENTOS

15.1. Se o LICITANTE desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo LICITANTE declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

15.2. Após a análise da documentação, os Membros da Equipe de Apoio e o Pregoeiro rubricarão todas as folhas e demais documentos apresentados.

15.3. A falta de manifestação imediata e motivada do LICITANTE importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

15.4. O Pregoeiro poderá indeferir o pedido de prazo para apresentação do recurso se os fundamentos forem claramente inconsistentes e/

ou meramente protelatórios.

16. DA ANÁLISE DA QUALIFICAÇÃO DAS LICITANTES

16.1. Verificada a conformidade das propostas com os requisitos do Edital, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo a documentação de habilitação do autor da proposta classificada em primeiro lugar, para confirmação de suas condições habilitatórias, com base nas exigências estabelecidas anteriormente.

16.2. Para efeito de saneamento, a correção da (s) falha (s) formal (is), poderá ser desencadeada durante a realização da própria sessão pública, com a apresentação, encaminhamento e ou substituição de documento (s), ou com a verificação desenvolvida por meio eletrônico, fax-símile, ou, ainda, por qualquer outro método que venha a produzir o (s) efeito (s) indispensável (s). O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação

16.3. Aberto o invólucro documentação em havendo restrição quanto à regularidade fiscal, fica concedido um prazo de 05 (cinco) dias úteis para sua regularização, prorrogável por igual período, mediante justificativa tempestiva e aceita pelo PREGOEIRO. A falta do documento inabilitará a proponente.

16.4. A não regularização fiscal no prazo estabelecido no subitem 13.3, implicará decadência do direito à contratação, com aplicação das Sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação, para negociar, nos termos do disposto no artigo 4º, inciso XXIII, da lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

16.5. Caberá ao Pregoeiro inabilitar, sumariamente, a LICITANTE que não atender às exigências previstas, omitir qualquer dos documentos solicitados ou apresentá-los fora do prazo de validade.

16.6. Se o autor da melhor proposta não atender aos requisitos de habilitação, o Pregoeiro fará imediata convocação da empresa autora da proposta classificada em segundo lugar para apresentar sua documentação de habilitação, e assim sucessivamente, até encontrar a proponente que atenda, integralmente, aos requisitos de habilitação exigidos no Edital e ou Aviso Específico.

17. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

17.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da solicitação do Pregoeiro e deverá:

a) ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

b) conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

17.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

17.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

18. DOS RECURSOS

18.1. Se o resultado da decisão não for aceito qualquer LICITANTE na mesma sessão de proclamação do vencedor da licitação, deverá manifestar imediata intenção de recorrer do ato decisório, devendo o fato ser devidamente consignado em ata, sob pena de preclusão.

18.2. A manifestação, necessariamente, explicitará motivação consistente e esta será liminarmente avaliada pelo Pregoeiro, o qual decidirá pela sua aceitação ou não.

18.3. Presentes os pressupostos da admissibilidade, o Pregoeiro dará novamente por suspensa a sessão, concedendo ao interessado, na própria sessão, o prazo de 3(três) dias corridos para a apresentação às razões recursais. Na mesma oportunidade serão também intimados os demais participantes para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso, também em 3(três) dias, contados do término do prazo recursal concedido ao recorrente, com disponibilização imediata de vista do processo licitatório.

18.4 O recurso contra a decisão do (a) Pregoeiro (a) não terá efeito suspensivo.

18.5. Os recursos deverão ser protocolados e deverão ser dirigidos à autoridade superior competente, por intermédio da que praticou o ato recorrido, para que proceda a sua entrega ao Pregoeiro (a) responsável pela licitação.

18.6. Improvido o recurso e devidamente instruído com as razões da decisão, os autos serão remetidos à autoridade superior, que decidirá sobre a manutenção ou reforma desta decisão.

18.7. A inocorrência de imediata manifestação da LICITANTE quanto ao seu interesse de interpor recurso ou a sua apresentação sem quaisquer fundamentos, imotivado ou insubsistente, implicará na preclusão de seu direito de recorrer do ato decisório.

18.8. Não serão aceitos recursos interpostos através de e-mail, nem aqueles apresentados fora do prazo ou por quem não estiver legalmente habilitado para representar a empresa LICITANTE.

18.9. O acolhimento do recurso pela autoridade que prolatou a decisão importará na invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

19. DO RESULTADO DA LICITAÇÃO

19.1. Depois de avaliadas a aceitabilidade das propostas e a qualificação da empresa titular da melhor oferta, constatando-se o atendimento dos requisitos, o Pregoeiro avisará às licitantes da decisão sobre a aceitação ou não das propostas e da habilitação, proclamando o resultado da licitação.

19.2. Declarado o vencedor da licitação e não havendo interposição de recurso, o Pregoeiro fará a adjudicação do objeto ao vencedor, mediante a inserção, na respectiva ata, das razões e fundamentos da decisão, dando aos participantes do certame a imediata intimação da decisão.

19.3. Após a adjudicação os autos serão encaminhados ao Prefeito Municipal para homologação e decisão quanto à contratação, podendo, motivadamente, revogar a licitação por interesse público, ou anulá-la, se constatada irregularidade, inobservância aos termos do Edital ou ilegalidade no procedimento, sem que caiba desta decisão qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais.

19.4. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso pela própria autoridade competente, que decidirá quanto à contratação.

20. CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

20.1. Após a Homologação da Licitação pelo Prefeito Municipal, será convocado o interessado (via AR/MP), para no prazo de 05 dias proceder a assinatura do Contrato administrativo, nos moldes da minuta constante no Anexo VI, deste Edital, nos termos do art. 64 da Lei 8666/93.

20.2. A Adjudicatária obriga-se, além das obrigações a ela inerentes previstas no Edital, a:

I - Prestar a execução do contrato na forma ajustada, vedada a subcontratação, sem autorização prévia e por escrito da CONTRATANTE;

II - Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto do presente Edital;

III - Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força de Lei;

IV – Entregar os objetos nas quantidades e especificações previstas no Edital e Contrato;

V – Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

VI – Arcar com todas as despesas que decorrentes da efetiva prestação dos serviços, tais como taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva do Contratado.

20.3. O adjudicatário deverá manter durante todo o período da contratação as condições de sua qualificação.

21. DO PAGAMENTO

21.1. O pagamento será realizado mensalmente em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal.

21.2. A nota fiscal deverá discriminar a quantidade fornecida.

21.3. Poderão ser descontados dos pagamentos os valores atinentes a penalidades eventualmente aplicadas.

21.4. Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa e contraditório, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA, as penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 com as alterações posteriores as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa equivalente a 0,5% (meio por cento) por dia de atraso do evento não cumprido, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato.

III. suspensão temporária de participação da CONTRATADA em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

22.2. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 22.3 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

22.5. As multas e outras sanções previstas neste Instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da CONTRATADA, devidamente comprovadas perante a CONTRATANTE.

22.6. As multas serão recolhidas, via depósito, à conta da CONTRATANTE. Se a CONTRATADA não fizer prova, dentro do prazo de cinco dias úteis, de que recolheu o valor da multa, dos seus créditos será retido o valor da mesma, corrigido, aplicando-se, para este fim, os índices aprovados para atualização dos débitos fiscais.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. A participação na presente licitação implica na expressa e automática concordância aos termos deste Edital e dos seus respectivos anexos, se houverem, não podendo alegar a LICITANTE, posteriormente, desconhecimento das regras constantes deste instrumento.

23.2. O Órgão licitador poderá suspender ou mesmo cancelar, no todo ou em parte, os negócios já realizados, sem que desta decisão caiba qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais, se constatada qualquer falha, irregularidade ou inobservância aos termos deste Edital ou de seus Anexos, se for o caso.

23.3. O Órgão licitador reserva-se o direito de acrescentar ou diminuir a aquisição em 25% do valor do objeto da presente licitação, conforme prescreve o art. 65, § 1º da Lei 8666/93.

23.4. As questões resultantes deste Edital serão dirimidas no foro desta comarca, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.

São Francisco do Sul, 13 de janeiro de 2020.

MARCOS JOSÉ DA SILVA ARZUA
Secretário Municipal de Governo

JACKON PORTELLA LIMA
Diretor Departamento Municipal de Trânsito
ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2020

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação de empresa para publicações legal em sítios eletrônicos, ou seja, publicações digitais dos avisos de editais de licitações e demais atos oficiais sob responsabilidade de empresas jornalísticas devidamente registrados na forma da lei e que editem jornal periodicamente.

2. OBJETIVO / FINALIDADE

Contratação de empresa para publicações legal em sítios eletrônicos, ou seja, publicações digitais dos avisos de editais de licitações e demais atos oficiais da Prefeitura de São Francisco do Sul, Corpo de Bombeiro Militar, Polícia Militar e Polícia Civil sob responsabilidade de empresas jornalísticas devidamente registrados na forma da lei e que editem jornal periodicamente.

3. JUSTIFICATIVA

Faz-se necessária a contratação para divulgação dos avisos de editais licitatórios e demais atos oficiais desta Administração.

4. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 06.002.0003.2016.339039-90.1000

Item	Especificações	Qtidade	Valor unitário	Valor total
------	----------------	---------	----------------	-------------

1	Publicações legal em sítios eletrônicos, ou seja, publicações digitais dos editais de licitação e atos oficiais, de 2º a 6º feira. Observação: O anúncio deverá conter fonte tipo Arial, corpo 8 (oito) e o cabeçalho dever medir 1,5 (cm/col PB). Espaçamento simples. (GOVERNO).	1.599 cm/col PB	R\$ 66,91	R\$ 106.989,09 (Cento e seis mil novecentos e oitenta e nove reais e nove centavos).
---	--	-----------------	-----------	--

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 06.004.0014.2091.339039-90.1800100

Item	Especificações	Qtidade	Valor unitário	Valor total
2	Publicações legal em sítios eletrônicos, ou seja, publicações digitais dos editais de licitação e atos oficiais, de 2º a 6º feira. Observação: O anúncio deverá conter fonte tipo Arial, corpo 8 (oito) e o cabeçalho dever medir 1,5 (cm/col PB). Espaçamento simples. (BOMBEIRO MILITAR).	429 cm/col PB	R\$ 66,91	R\$ 28.704,39 (Vinte e oito mil setecentos e quatro reais e trinta e nove centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 06.001.0014.2011.339039-90.10000

Item	Especificações	Qtidade	Valor unitário	Valor total
3	Publicações legal em sítios eletrônicos, ou seja, publicações digitais dos editais de licitação e atos oficiais, de 2º a 6º feira. Observação: O anúncio deverá conter fonte tipo Arial, corpo 8 (oito) e o cabeçalho dever medir 1,5 (cm/col PB). Espaçamento simples. (POLICIA MILITAR).	29 cm/col PB	R\$ 66,91	R\$ 1.940,39 (Hum mil novecentos e quarenta reais e trinta e nove centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 05.001.0014.2012.339039-90.11100

Item	Especificações	Qtidade	Valor unitário	Valor total
4	Publicações legal em sítios eletrônicos, ou seja, publicações digitais dos editais de licitação e atos oficiais, de 2º a 6º feira. Observação: O anúncio deverá conter fonte tipo Arial, corpo 8 (oito) e o cabeçalho dever medir 1,5 (cm/col PB). Espaçamento simples. (POLICIA CIVIL).	143 cm/col PB	R\$ 66,91	R\$ 9.568,13 (Nove mil quinhentos e sessenta e oito reais e treze centavos).

VALOR TOTAL DOS 4 ITENS: R\$ 147.202,00 (Cento e quarenta e sete mil duzentos e dois reais).

5. FORMA DE ENTREGA: Conforme solicitação de Secretaria de Administração, através do Setor de licitação.

6. FORMA DE PAGAMENTO: 30 dias após entrega nota fiscal gradativamente.

7. PERÍODO DE EXECUÇÃO: 12 (doze) meses, de Janeiro a Dezembro de 2020, podendo ser prorrogado por iguais períodos até o limite de 60 meses.

Marcos José da Silva Arzua Jackson Portella Lima
Secretário de Governo Diretor Departamento Municipal de Transito

ANEXO II

MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

À:
Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul

Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da Empresa), com sede (endereço completo da proponente), inscrita no CNPJ/MF sob nº e Inscrição Estadual sob nº, representada neste ato por seu(s) sócios (qualificação(ões) do(s) outorgante(s) Sr(a), portador(a) da Cédula de Identidade RG nº, e CPF nº , nomeia(m) e constitui(em) seu bastante procurador o (a) Sr(a), portador (a) da Cédula de Identidade RG nºe CPF nº, a quem confere(imos) amplos poderes para representar a (Razão Social da Empresa) perante (indicação do órgão licitante), no que se referir ao presente PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2020, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do PREGÃO, os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS (Nº 01)

e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Nº 02) em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lance (s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO(A), enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do Outorgante.

A presente Procuração é válida por _____.

Cidade, Estado, em ____ de _____ de _____.

Assinatura do Representante legal da Empresa
Nome do representante por Extenso

CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

Obs: deverá vir acompanhada do contrato social da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário, conforme edital.

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

À:
Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC
A/C. Pregoeiro (a) Oficial
Edital de Pregão Presencial nº 007/2020

Pela presente, declaro (amos) que, nos termos do art. 4º, VII, da lei nº 10.520/2002, a empresa _____ (indicação da razão social) cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2020, cujo objeto é a contratação de empresa para publicações legais em sítios eletrônicos, ou seja, publicações digitais dos avisos de editais de licitações e demais atos oficiais sob responsabilidade de empresas jornalísticas devidamente registrados e que editem jornal periodicamente, de acordo com especificações e quantidades constantes no Anexo I deste Edital.

Cidade, Estado, em ____ de _____ de _____.

Assinatura do Representante legal da Empresa
Nome do representante por Extenso
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA

À:
Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC
A/C. Pregoeiro (a) Oficial
Edital de Pregão Presencial nº 007/2020

Prezados Senhores,

_____, portador do RG _____, abaixo assinado, na qualidade de responsável legal da proponente, _____, CNPJ _____, DECLARA expressamente que se sujeita às condições estabelecidas no Edital de Pregão Presencial acima citado e que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo licitador, quanto à qualificação apenas das proponentes que tenham atendido às condições estabelecidas no Edital, e que demonstrem integral capacidade de executar o fornecimento do bem e/ou do serviço previsto. DECLARA, ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometa a idoneidade da proponente nos termos do Artigo 32, parágrafo 2º, e artigo 97 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações subsequentes.

Cidade, Estado, em ____ de _____ de _____.

Assinatura do Representante legal da Empresa
Nome do representante por Extenso
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EXISTÊNCIA DE TRABALHADORES MENORES

À:
Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC
A/C. Pregoeiro (a) Oficial

Edital de Pregão Presencial nº 007/2020

Declaramos para os devidos fins e especialmente para o Edital de Pregão Presencial nº 007/2020 que a Proponente
..... (razão social), inscrito no CNPJ/MF sob nº , com sede na cidade de
....., Estado , na Rua/Av (endereço completo), não
mantém em seu quadro de pessoal, trabalhadores menores de 18(dezoito) anos em horário noturno de trabalho, ou em serviços perigosos
ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, trabalhadores menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz,
a partir de 14 (quatorze) anos.

Cidade, Estado, em ____ de ____ de ____.

Assinatura do Representante legal da Empresa
Nome do representante por Extenso
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

ANEXO VII

Pregão Presencial nº 007/2020

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET

Senhor Licitante,

Visando comunicação futura entre este Município e essa empresa, solicito de Vossa Senhoria preencher o recibo de entrega do edital e
remeter ao (à) Pregoeiro (a) através do e-mail licitacao@saofranciscodosul.sc.gov.br.

A não remessa do recibo exime o (a) Pregoeiro (a) da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem
como de quaisquer informações adicionais.

Razão Social: _____

C.N.P.J. nº _____

Endereço: _____

E-mail: _____

Cidade: _____ Estado: _____ Telefone: _____ Fax: _____

Pessoa para contato: _____

Recebemos nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local: _____, _____ de _____ de _____.

Assinatura

ANEXO VIII
MINUTA DE CONTRATO
PREGÃO Nº 007/2020

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL - PMSFS E A EMPRESA.

Aos XX dias do mês de XXXX do ano de XXXX, a Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, sediada na Praça Dr. Getúlio Vargas, nº01, doravante denominada apenas CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal – Sr. Renato Gama Lobo, brasileiro, casado, portador do RG nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, e a empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ/MF nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, estabelecida na Rua xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, em xxxxxxxxxxxx/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. xxxxxxxxxxxx, Brasileiro, portador do RG xxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF nº xxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado na Rua xxxxxxxxxxxx, bairro xxxxxxxxxxxx – xxxxxxxxxxxx/SC, celebram o presente contrato, decorrente da xxxxxxxxxxxx nº 007/2020, em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para publicações legais em sítios eletrônicos, ou seja, publicações digitais dos avisos de editais de licitações e demais atos oficiais sob responsabilidade de empresas jornalísticas devidamente registrados e que editem jornal periodicamente, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.2. Discriminação do objeto:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 06.002.0003.2016.339039-90.1000

Item	Especificações	Qtidade	Valor unitário	Valor total
1	Publicações legal em sítios eletrônicos, ou seja, publicações digitais dos editais de licitação e atos oficiais, de 2º a 6º feira. Observação: O anúncio deverá conter fonte tipo Arial, corpo 8 (oito) e o cabeçalho dever medir 1,5 (cm/col PB). Espaçamento simples. (GOVERNO).	1.599 cm/col PB		

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 06.004.0014.2091.339039-90.1800100

Item	Especificações	Qtidade	Valor unitário	Valor total
2	Publicações legal em sítios eletrônicos, ou seja, publicações digitais dos editais de licitação e atos oficiais, de 2º a 6º feira. Observação: O anúncio deverá conter fonte tipo Arial, corpo 8 (oito) e o cabeçalho dever medir 1,5 (cm/col PB). Espaçamento simples. (BOMBEIRO MILITAR).	429 cm/col PB		

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 06.001.0014.2011.339039-90.10000

Item	Especificações	Qtidade	Valor unitário	Valor total
3	Publicações legal em sítios eletrônicos, ou seja, publicações digitais dos editais de licitação e atos oficiais, de 2º a 6º feira. Observação: O anúncio deverá conter fonte tipo Arial, corpo 8 (oito) e o cabeçalho dever medir 1,5 (cm/col PB). Espaçamento simples. (POLICIA MILITAR).	29 cm/col PB		

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 05.001.0014.2012.339039-90.11100

Item	Especificações	Qtidade	Valor unitário	Valor total
4	Publicações legal em sítios eletrônicos, ou seja, publicações digitais dos editais de licitação e atos oficiais, de 2º a 6º feira. Observação: O anúncio deverá conter fonte tipo Arial, corpo 8 (oito) e o cabeçalho dever medir 1,5 (cm/col PB). Espaçamento simples. (POLICIA CIVIL).	143 cm/col PB		

VALOR TOTAL DOS ITENS: _____

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato tem início na data de ____/____/____ e encerramento em ____/____/____, prorrogável na forma do art. 57, inc. II, da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2. Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por rescrito e previamente autorizada pela autoridade competente. A justificativa deverá demonstrar a ausência de culpa do contratado bem como a relação de causa e efeito entre os fatos alegados e o atraso verificado, formalizando-se o respectivo termo aditivo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste Edital correrão às expensas das dotações orçamentárias abaixo:

Unidade Orçamentária	0501 – Departamento Municipal de Trânsito Manutenção do Departamento Municipal de Trânsito
Projeto Atividade	2012 – Manutenção do Convênio de Trânsito com a Polícia Civil/Militar
Elemento de Despesa	33903990 – Serviços de Publicidade Legal
Vínculo do Recurso	1110000 – Convênio de Trânsito - civil

Unidade Orçamentária	0602 – Secretaria Municipal de Governo Gerência de Comunicação
Projeto Atividade	2016 – Manutenção das Atividades da Gerência de Comunicação
Elemento de Despesa	33903990 – Serviços de Publicidade Legal
Vínculo do Recurso	1000000 – Recursos Ordinários

Unidade Orçamentária	0604 – Secretaria Municipal de Governo Diretoria de Segurança Pública
Projeto Atividade	2011 – Manutenção do Convênio Rádio Patrulha – Polícia Militar – Manutenção do serviço de policiamento ostensivo motorizado, executando rondas periódicas e o atendimento de ocorrências no Município, através de guarnições de radiopatrulha da Polícia Militar.
Elemento de Despesa	33903990 – Serviços de Publicidade Legal
Vínculo do Recurso	1000000 – Recursos Ordinários

Unidade Orçamentária	0604 – Secretaria Municipal de Governo Gerência de Comunicação
Projeto Atividade	2091 – Manutenção do Convênio Corpo de Bombeiros Militar
Elemento de Despesa	33903990 – Serviços de Publicidade Legal
Vínculo do Recurso	1800100 – Outras espec. conv. bomb. militar

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento será de no máximo 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA.

5.2. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA, condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

5.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

5.4. Antes do pagamento, a Contratante verificará condições de habilitação e qualificação da Contratada, especialmente quanto à regularidade fiscal, que poderá ser feita em sites oficiais, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

5.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira: 0.0001643

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

6.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

6.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.5. Somente será possível a realização de aditivo contratual, nos termos do art. 65, §1º da Lei n. 8.666/93, dentro do prazo de vigência do contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1 Os serviços serão recebidos após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta e sua consequente aceitação, que se dará no prazo fixado no Termo de Referência.

7.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, os serviços em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

8. CLÁUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO

8.1 A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- a) Receber os serviços de acordo com as especificações;
- b) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor especialmente designado;
- c) Efetuar o pagamento no prazo previsto.

9.2. São obrigações da CONTRATADA:

- a) Executar os serviços em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente os serviços realizados;
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução dos serviços. Este dever implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, os serviços que não atendem as especificações;
- c) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
- d) Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos, com a devida comprovação;
- e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

g) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

h) Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer do fornecimento e do desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE;

i) Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à execução dos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;

j) A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos, não transfere à Administração do CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com o CONTRATANTE.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa equivalente a 0,5% (meio por cento) por dia de atraso do evento não cumprido, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato;

III. suspensão temporária de participação da CONTRATADA em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

10.2. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 10.1 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

10.3. As multas e outras sanções previstas neste Instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da CONTRATADA, devidamente comprovadas perante a CONTRATANTE.

10.4. As multas serão recolhidas, via depósito, à conta da CONTRATANTE. Se a CONTRATADA não fizer prova, dentro do prazo de cinco dias úteis, de que recolheu o valor da multa, dos seus créditos será retido o valor da mesma, corrigido, aplicando-se, para este fim, os índices aprovados para atualização dos débitos fiscais.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

a) caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

b) interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1. É eleito o Foro da Comarca de São Francisco do Sul para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

....., de de 20

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-

2-

MANUAL SOU SÃO CHICO

Publicação Nº 2309607



Manual de Identidade Visual

Versão 1.0 / Dez. 2019

Introdução

Este manual tem o objetivo de estabelecer parâmetros para a correta utilização da marca Sou + São Chico. O cuidado na aplicação de cada um dos seus elementos gráficos é fundamental para conferir unidade à comunicação.

Conceito da Marca



A marca Sou + São Chico foi criada para valorizar o sentimento de pertencimento por parte dos moradores de São Francisco do Sul e de fortalecimento da cidade enquanto destino turístico junto aos seus visitantes. Seu desenho não pode, sob nenhuma hipótese, ser alterado observando-se o uso dos originais previstos neste manual.

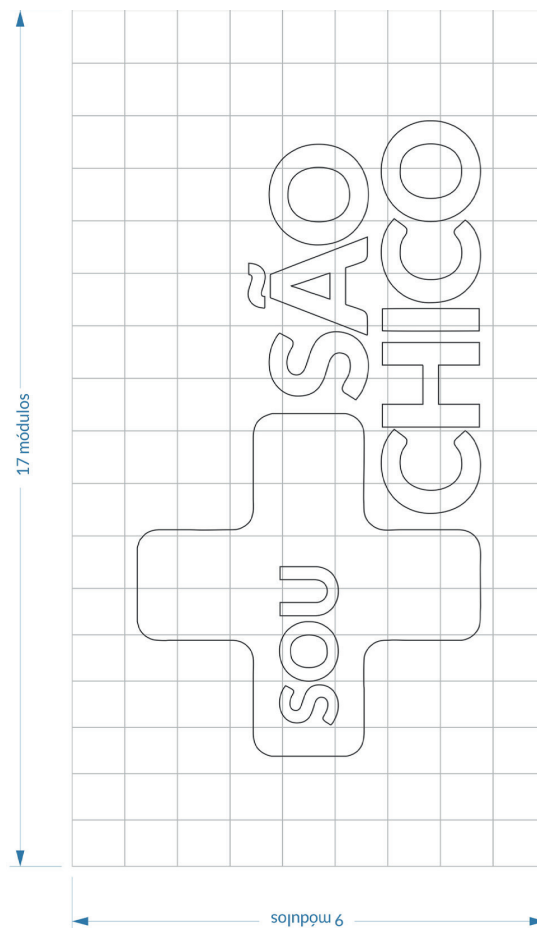
Diretrizes da Marca

Grid de construção

A consolidação de uma marca requer sempre o uso correto de todos os seus elementos.

Para aplicar a marca do Sou + São Chico em qualquer meio, solicite sempre um arquivo eletrônico. Não tente redesenhá-la, pois você estará arriscando a qualidade da imagem do serviço.

Somente no caso de total impossibilidade de uso dos meios de reprodução eletrônica deverá ser utilizado o diagrama ao lado, no qual a retícula de módulos quadrados orienta na construção do símbolo e espaçamento do logotipo.



Assinatura visual

A marca pode ocorrer em duas versões: uma vertical, de *uso preferencial*, e outra horizontal.

O uso da versão horizontal será indicado somente para aplicação nos totens espalhados pela cidade.



Versão vertical - Uso preferencial



Versão horizontal - Uso nos totens

Versão positiva

Utilização em fundos claros

A marca versão positiva será aplicada somente em fundos claros.

Deve-se sempre dar preferência ao uso da marca nas cores institucionais em fundos claros.

Caso não haja a possibilidade de utilização da marca positiva em cores, estão previstas as versões monocromáticas.



Colorida - Uso preferencial
Utilizar a marca colorida em meios de reprodução que permitam a utilização em policromia.



Monocromática - Uso restrito
Para utilizações da marca chapada em uma cor que permita a utilização de réticula.



Monocromática a traço - Uso restrito
Para utilizações da marca chapada em 1 cor (sem variação tonal).

Versão negativa

Utilização em fundos escuros

Deve-se sempre dar preferência ao uso da marca nas cores institucionais em fundo branco. No entanto, ela também poderá ocorrer em fundos escuros, em negativo.

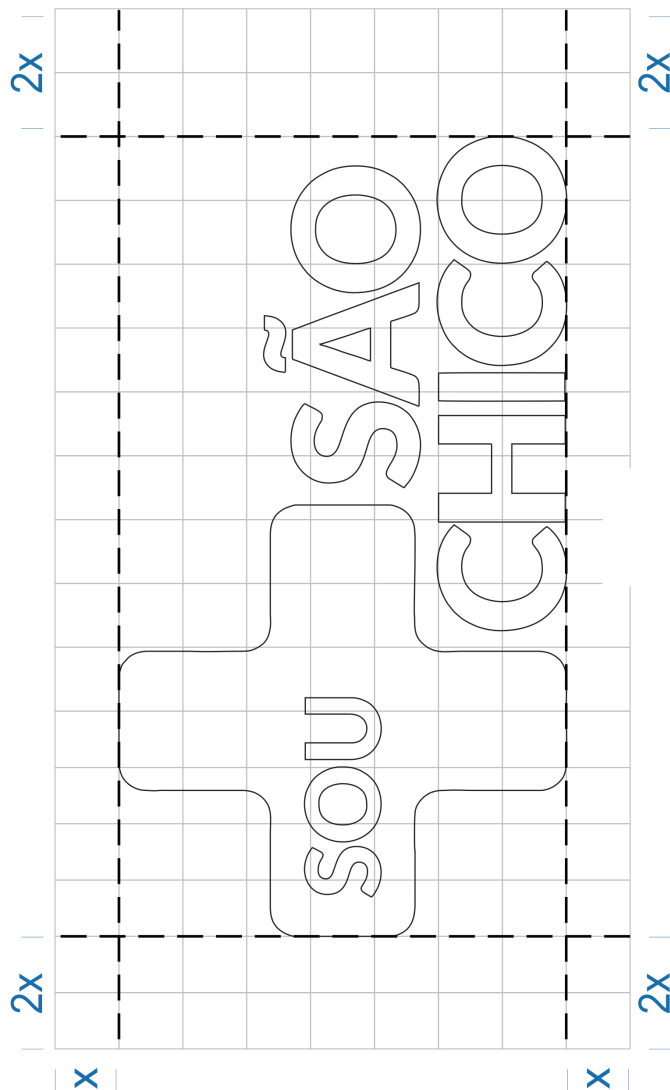


Área de proteção

Deve ser resguardado um espaço ao redor da marca, livre de interferência de outros elementos gráficos, para preservar sua integridade e legibilidade. A este espaço atribuímos o nome de “arejamento”.

O espaço mínimo recomendado de arejamento da marca é igual à largura da letra “U” do logotipo Sou + São Chico. Ou seja, para saber qual o arejamento mínimo da marca, meça a largura da letra “U” do logotipo Sou + São Chico.

Esse valor é igual a “X”, distância que determina o arejamento da marca.




Redução de marca

A redução demasiada de qualquer marca dificulta a sua leitura e o seu reconhecimento. No entanto, a determinação de limites de redução estará sujeita ao processo empregado, à qualidade do original utilizado e à qualidade de reprodução obtida.

Recomendamos como limite de redução da marca Sou + São Chico para impressões em off set, as medidas especificadas ao lado. A sua redução além desse limite comprometerá a leitura da marca.



Redução máxima 10mm de altura

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

A família tipográfica escolhida para a identidade Visual do Sou + São Chico foi a Lato Black, uma tipografia moderna e de boa legibilidade.

O uso dessa família tipográfica está previsto também para aplicações nos demais textos (anúncios publicitários, cartas, endereços de papelaria institucional, títulos, textos de formulários etc.).

Tipografia institucional Sou + São Chico <i>Lato</i>		abcdefgh 0123	
Lato Regular	ABCDEFGHIJLMNOKPQRSTUVXZ abcdefghijklmnopqrstuvwxyz 123456789+*./=		
Lato Italic	ABCDEFGHIJLMNOKPQRSTUVXZ abcdefghijklmnopqrstuvwxyz 123456789+*./=		
Lato Bold	ABCDEFGHIJLMNOKPQRSTUVXZ abcdefghijklmnopqrstuvwxyz 123456789+*./=		
Lato Bold Italic	ABCDEFGHIJLMNOKPQRSTUVXZ abcdefghijklmnopqrstuvwxyz 123456789+*./=		
Lato Black	ABCDEFGHIJLMNOKPQRSTUVXZ abcdefghijklmnopqrstuvwxyz 123456789+*./=		
Lato Black Italic	ABCDEFGHIJLMNOKPQRSTUVXZ abcdefghijklmnopqrstuvwxyz 123456789+*./=		

Uso indevido

A marca não deve ser alterada, seja nas suas cores, diagramação ou proporções. Ao lado figuram alguns erros que podem ocorrer. Comparando com a marca original, verifique os usos incorretos e se assegurar de que a marca Sou + São Chico nunca seja alterada.



Distorção na marca



Alteração da cor



Utilização de efeitos



Distorção horizontal
no símbolo



Distorção vertical
no símbolo



Rotacionar a marca

Este manual foi projetado pela Gerência de Comunicação da Prefeitura de São Francisco do Sul em novembro de 2019.

Para fornecimento dos originais digitais, entre em contato com a

Gecom, pelo email imprensa@saofranciscodosul.sc.gov.br

Versão 1.0, novembro de 2019.



São João Batista

PREFEITURA

ANULAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO 023/FMS/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/PMSJB/2019

Publicação Nº 2310378

PREFEITURA MUNICIPAL DE São João Batista

ANULAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO 023/FMS/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/PMSJB/2019

O Departamento de Licitações, obedecendo ao que preconiza a legislação em vigor, comunica que o PROCESSO LICITATÓRIO 023/FMS/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/PMSJB/2019, tendo como objeto a contratação de empresa especializada na locação de impressoras, equipamentos novos de primeiro uso, incluindo a instalação, serviços de manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças, componentes e materiais utilizados na operação e limpeza, treinamento dos usuários, disponibilização de ferramentas de software para gestão operacional do contrato e controle eletrônico da produção das páginas, destinado a atender às necessidades da secretaria municipal de saúde de São João Batista, SC, foi ANULADO, conforme o disposto no art. 49, da Lei 8.666/93, Súmula nº 346 do STF, Súmula nº 473 do STF e justificativa fundamentada no processo. Quaisquer dúvidas poderão ser esclarecidas junto ao Departamento de Licitação, através dos e-mails licita@sjbatista.sc.gov.br ou licita02@sjbatista.sc.gov.br. São João Batista, 13 de janeiro de 2020. Juliano Grime – Diretor de Licitações e Contratos.

PROCESSO LICITATÓRIO 001/SISAM/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/SISAM/2020

Publicação Nº 2309596

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVICO DE INFRAESTRUTURA SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO 001/SISAM/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/SISAM/2020

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

O SERVIÇO DE INFRAESTRUTURA SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA, SC pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ 07.585.406/0001-22, com sede na Rua José Antônio Soares, nº 2.533, Ribanceira do Sul, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com as Leis 8.666/93 e 10.520/02, por intermédio de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna público que se acha aberto o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/SISAM/2020 – Pregão Presencial 001/SISAM/2020, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL para o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA O USO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO SERVIÇO DE INFRAESTRUTURA, SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA MUNICIPAL - SISAM DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Entrega dos envelopes: até às 08h45min do dia 27/01/2020. Abertura dos envelopes: 09h do dia 27/01/2020. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal, pelo tel: (48) 3265-0195, ramal 206 ou através do site www.sjbatista.sc.gov.br. São João Batista, 13 de janeiro de 2020. Augusto Correia Junior – Pregoeiro Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO 003/PMSJB/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/PMSJB/2020 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 2309527

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO 003/PMSJB/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/PMSJB/2020 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

LICITAÇÃO DE AMPLA CONCORRÊNCIA COM RESERVA DE COTA DE 25% PARA MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL.

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ 82.925.652/0001-00, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro, torna público que se acha aberto o Processo Licitatório 003/PMSJB/2020 - Pregão Presencial 002/PMSJB/2020, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM para o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, INCLUINDO AUTARQUIA, FUNDAÇÕES E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Entrega dos envelopes: até às 08h45min do dia 24/01/2020. Abertura dos envelopes: 09h do dia 24/01/2020. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195 – ramal: 206, pelo e-mail: licita@sjbatista.sc.gov.br ou licita02@sjbatista.sc.gov.br, no horário das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min, em dias úteis ou através do site www.sjbatista.sc.gov.br. São João Batista, 13 de janeiro de 2020. Augusto Correia Junior – Pregoeiro Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/PMSJB/2020 - PREGÃO PRESENCIAL 003/PMSJB/2020

Publicação Nº 2309839

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/PMSJB/2020 - PREGÃO PRESENCIAL 003/PMSJB/2020

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ 82.925.652/0001-00, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna público que se acha aberto o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/PMSJB/2020 - PREGÃO PRESENCIAL 003/PMSJB/2020, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS, EQUIPAMENTOS NOVOS DE PRIMEIRO USO, INCLUINDO INSTALAÇÃO, SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, REPOSIÇÃO DE PEÇAS, COMPONENTES E MATERIAIS UTILIZADOS NA OPERAÇÃO, LIMPEZA, TREINAMENTO DOS USUÁRIOS. FERRAMENTAS DE SOFTWARE PARA GESTÃO OPERACIONAL DO CONTRATO E CONTROLE ELETRÔNICO DA PRODUÇÃO DAS PÁGINAS, DESTINADAS AS CRECHES, ESCOLAS, NÚCLEOS INFANTIS, BIBLIOTECA, FUNJUVE E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Entrega dos envelopes: até às 08h45min do dia 28/01/2020. Abertura dos envelopes: 09h do dia 28/01/2020. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195 – ramal: 206, ou pelos e-mails: licita@sjbatista.sc.gov.br, licita02@sjbatista.sc.gov.br, no horário das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min, em dias úteis. São João Batista, 13 de janeiro de 2020. Augusto Correia Junior - Pregoeiro Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 1/SISAM/2020

Publicação Nº 2309768

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 1/9

SERVICO INFRA ESTRUTURA SAN. ABAS. AGUA MUN. SJB

Processo Nº.: 26/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 23/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 1/2020

No dia 13 do mês de Janeiro do ano de 2020, compareceram, de um lado a(o) SERVIÇO INFRA ESTRUTURA SAN. ABAS. AGUA MUN. SJB, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.585.406/0001-22, com sede administrativa localizada na Rua José Antônio Soares, 2533, bairro Ribanceira do Sul, CEP nº. 88240-000, nesta cidade de São João Batista/SC, representado pelo(a) seu titular infra firmado, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 23/2019, Processo Licitatório nº. 26/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL HIDRÁULICO PARA USO NAS MANUTENÇÕES DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA REALIZADOS PELO SERVIÇO DE INFRAESTRUTURA, SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA MUNICIPAL - SISAM DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
15943	FERNANDES MANÁ MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA ME.	7, 12, 19, 20, 49, 52
16266	G2 MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA - ME	6, 11, 15, 18, 28, 29, 54, 55, 70, 71
16264	LAJE ÁGUA COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	57
17001	M4 PRODUTOS PARA SANEAMENTO EIRELI	53
17000	NAVODAP COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI	2, 3, 9, 10, 14, 17, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 41, 46, 47, 48, 51, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69
16002	SANEMARCK COM. E INDÚSTRIA DE MATERIAIS HIDRÁULICO	1, 4, 5, 8, 13, 16, 21, 27, 36, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 50

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelos Decretos Municipais nº. 3378 (pregão) e nº. 2153 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
FERNANDES MANÁ MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA ME.	11.274.331/0001-36	GAUBER RIBEIRO FERRUGEM	060.753.769-84
G2 MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA - ME	05.931.197/0001-04	GABRIEL LOUREIRO FERREIRA	055.952.479-08
LAJE ÁGUA COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTI	05.372.455/0001-51		
M4 PRODUTOS PARA SANEAMENTO EIRELI	33.302.295/0001-00	GAUBER RIBEIRO FERRUGEM	060.753.769-84
NAVODAP COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI	33.540.866/0001-44	ORIDES PADOVAN	418.773.902-59
SANEMARCK COM. E INDÚSTRIA DE MATERIAIS HIDRÁULICO	08.164.724/0001-82	JOÃO LEGGE	878.316.008-68

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL HIDRÁULICO PARA USO NAS MANUTENÇÕES DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA REALIZADOS PELO SERVIÇO DE INFRAESTRUTURA, SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA MUNICIPAL - SISAM DE SÃO JOÃO BATISTA, SC.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 15943 - FERNANDES MANÁ MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA ME.						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
7	CAP PVC SOLDAVEL D85 MM	PC	Corr Plastik	20,000	10,5300	210,60
12	CAP SOLDAVEL, PVC, D 40 MM	PC	Corr Plastik	50,000	1,2900	64,50
19	DERIVACAO "T" EM PP, PN 10 D 20 MM	PC	Doal Plastic	800,000	5,0600	4.048,00
20	DERIVACAO "T" EM PP, PN 10 D 20 MM	PC	Doal Plastic	160,000	5,0600	809,60
49	LUVA DE PVC SOLDAVEL, D 60 MM	PC	Corr Plastik	50,000	4,7000	235,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVICO INFRA ESTRUTURA SAN. ABAS. AGUA MUN. SJB

Página: 2/9

Processo Nº.: 26/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 23/2019

Fornecedor: 15943 - FERNANDES MANÁ MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA ME.

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
52	REGISTRO PVC SOLDÁVEL,ACIONADO COM BORBLETA,D 60MM	PC	Corr Plastik	50,000	17,1800	859,00

Fornecedor: 16002 - SANEMARCK COM. E INDÚSTRIA DE MATERIAIS HIDRÁULICO

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ADAPTADOR DE COMPRESSAO, RAMAL PREDIAL, PP, D20 MM X 3/4"	PC	HIFERSANE	400,000	1,0000	400,00
4	ANEL DE BORRACHA PVC PBA DN 50 DE 60 MM	PC	HIFERSANE	500,000	0,5500	275,00
5	ANEL DE VEDAÇÃO PARA EXTREMIDADE DE HIDROMETRO D 1/2"	UN	HIFERSANE	10.000,000	0,0900	900,00
8	CAP PVC SOLDÁVEL, D 100 MM	PC	CORROPLAS	30,000	17,3800	521,40
13	COLAR DE TOMADA CONTRA PERDA COM FIXAÇÃO COM PARAFUSOS AÇO GALVANIZADO CABEÇA SEXTAVADA,EM PP, SAÍDA PERPENDICULAR,DN/DE 50/60 MM X 3/4"	PC	HIFERSANE	500,000	8,9000	4.450,00
16	COLAR DE TOMADA EM FERRO FUNDIDO DN 300 MM X 3/4"	PC	HIFERSANE	10,000	70,0000	700,00
21	DISCO DE CORTE P/TUBETE (TAMPÃO CEGO) MATERIAL POLIPROPILENO PP, D 3/4	PC	HIFERSANE	5.000,000	0,2600	1.300,00
27	JUNTA GIBAUT,EM FERRO FUNDIDO , ALMA COM COMPRIMENTO MINIMO DE 15CM, DN 200MM	PC	HIFERSANE	10,000	240,0000	2.400,00
36	LUVA DE CORRER EM PVC,DEFOFO,COM ANEIS DE BORRACHA DN 200MM	PC	HIFERSANE	5,000	90,0000	450,00
39	LUVA DE CORRER PARA TUBO SOLDÁVEL, PVC, D 25 MM	PC	HIFERSANE	100,000	2,5000	250,00
40	LUVA DE CORRER PARA TUBO SOLDÁVEL, PVC, D 40 MM	PC	HIFERSANE	50,000	4,5000	225,00
42	LUVA DE CORRER,C/ ANEIS P/ TUBO PVC/PBA,DN 100/DE 110MM	PC	HIFERSANE	50,000	22,5000	1.125,00
43	LUVA DE CORRER,C/ ANEIS P/ TUBO PVC/PBA,DN 50 / 60MM	PC	HIFERSANE	400,000	6,5000	2.600,00
44	LUVA DE CORRER,C/ ANEIS P/TUBO PVC/PBA,DN 75/DE 85 MM	PC	HIFERSANE	100,000	13,0000	1.300,00
45	LUVA DE CORRER,PVC/PBA,DN/DE 100/110 MM	PC	HIFERSANE	50,000	22,5000	1.125,00
50	REGISTRO DE ESFERA, COM ROSCA, BORBOLETA, PVC, D 3/4"	PC	HIFERSANE	250,000	4,1500	1.037,50

Fornecedor: 16264 - LAJE ÁGUA COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
57	TUBO POLIETILENO, PE 80, RAMAL PREDIAL ROLO DE 100M - D 20 MM, COR AZUL, ESPECIFICACAO SABESP	RL	RACAZA	100,000	219,0000	21.900,00

Fornecedor: 16266 - G2 MATERIAIS HIDRAULICOS LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
6	BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL D 25 MM X 20 MM	PC	TIGRE	150,000	0,2200	33,00
11	CAP SOLDÁVEL, PVC, D 20 MM	PC	TIGRE	100,000	0,3000	30,00
15	COLAR DE TOMADA EM FERRO FUNDIDO DN 250 MM X 3/4"	PC	VC	10,000	48,0000	480,00
18	COLAR DE TOMADA EM FERRO FUNDIDO PARA TUBO PVC/DEFOFO DN 100MM X 3/4"	PC	VC	40,000	19,9000	796,00
28	JUNTA GIBAUT,EM FERRO FUNDIDO, ALMA C/ COMPRIMENTO MINIMO DE 15CM, DN 300MM	PC	FANUEL	10,000	570,0000	5.700,00
29	JUNTA GIBAUT,EM FERRO FUNDIDO , ALMA COM COMPRIMENTO MINIMO DE 15CM, DN 250MM	PC	FANUEL	10,000	444,0000	4.440,00
54	TE DE REDUÇÃO,PVC/PBA,COM BOLSAS E ANEIS DE BORRACHA,DN/DE 100/110MM X 50/60MM	PC	TIGRE	30,000	47,0000	1.410,00
55	TE PVC/PBA,COM BOLSAS E ANEIS DE BORRACHA,DN/DE 50/60MM	PC	TIGRE	100,000	18,5000	1.850,00
70	UNIÃO PARA TUBO POLIETILENO, EM PP, DIÂMETRO 63 MM	PC	LAGE AGUA	25,000	36,0000	900,00
71	UNIÃO SOLDÁVEL 60MM	PC	TIGRE	20,000	33,1500	663,00

Fornecedor: 17000 - NAVODAP COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA P/ REGISTRO, EM PVC , D 25MM X 3/4	PC	PLASTILIT	400,000	0,2900	116,00
3	ADESIVO PLASTICO PARA PVC 175G INCOLOR	PC	PLASTILIT	60,000	7,4000	444,00
9	CAP ROSCAVEL PVC D 3/4"	PC	PLASTILIT	300,000	0,6400	192,00
10	CAP SOLDÁVEL, PVC, 60 MM	PC	PLASTILIT	100,000	3,6000	360,00
14	COLAR DE TOMADA EM FERRO FUNDIDO DN 150MM X 3/4"	PC	FANUEL	10,000	26,9000	269,00
17	COLAR DE TOMADA EM FERRO FUNDIDO DN/DE 125/140 MM X 3/4"	PC	FANUEL	10,000	25,9000	259,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 3/9

SERVICO INFRA ESTRUTURA SAN. ABAS. AGUA MUN. SJB

Processo Nº.: 26/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 23/2019

Fornecedor: 17000 - NAVODAP COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
22	JOELHO 45° PVC, SOLDÁVEL, D 25 MM	PC	PLASTILIT	100,000	0,2700	27,00
23	JOELHO 90 PVC SOLD. 20MM	PC	PLASTILIT	150,000	0,1800	27,00
24	JOELHO 90 PVC SOLD. 25MM	PC	PLASTILIT	250,000	0,2100	52,50
25	JOELHO 90° PVC, ROSCÁVEL D 3/4"	PC	PLASTILIT	200,000	0,8000	160,00
26	JOELHO 90° SOLDAVEL 32MM	UN	PLASTILIT	50,000	1,1000	55,00
30	KIT DE LIGAÇÃO PREDIAL DE AGUA (1JOELHO 90° PVC COM ROSCA,COR AZUL,D 3/4"; ADAPTADOR EM PVC PARA LIGAÇÃO PREDIAL COM REGISTRO COM BORBOLETA,EM PVC,D 20MM X 3/4",COR AZUL,02 EXTREMIDADES PARA HIDROMETRO,EM PVC,COM ROSCA METALICO COM ANEL DE BORRACHA,PARA USO EM HIDROMETRO DE 3/4").	UN	DOAL PLASTI	400,000	11,1000	4.440,00
31	LIXA PARA TUBO PVC Nº120	UN	NORTON	100,000	1,5000	150,00
32	LUVA DE CORRER EM PVC PARA TUBO DE ESGOTO SERIE R, DN 100 MM	PC	C&M	50,000	9,7000	485,00
33	LUVA DE CORRER EM PVC, COM ANEIS DE BORRACHA,PARA TUBO PVC,DN /DE 125/140MM	PC	C&M	10,000	55,0000	550,00
34	LUVA DE CORRER EM PVC,DEFOFO,COM ANEIS DE BORRACHA DN 100MM	PC	C&M	20,000	22,9500	459,00
35	LUVA DE CORRER EM PVC,DEFOFO,COM ANEIS DE BORRACHA DN 150MM	PC	C&M	15,000	35,0000	525,00
37	LUVA DE CORRER EM PVC,DEFOFO,COM ANEIS DE BORRACHA DN 250MM	PC	C&M	10,000	139,0000	1.390,00
38	LUVA DE CORRER EM PVC,DEFOFO,COM ANEIS DE BORRACHA DN 300MM	PC	C&M	5,000	209,9000	1.049,50
41	LUVA DE CORRER PARA TUBO SOLDAVEL, PVC, D 50MM	PC	PLASTILIT	50,000	8,5000	425,00
46	LUVA DE PVC ROSCAVEL , D 3/4"	PC	PLASTILIT	200,000	0,6000	120,00
47	LUVA DE PVC SOLDAVEL , D 20 MM	PC	PLASTILIT	100,000	0,2400	24,00
48	LUVA DE PVC SOLDAVEL , D 25 MM	PC	PLASTILIT	250,000	0,3000	75,00
51	REGISTRO FERRO FUNDIDO DE GAVETA EMBORRACHADA,COM BOLSAS E CABEÇOTE,COM ANEIS DE BORRACHA,DN/DE 50/60 MM	PC	AVK	15,000	304,0000	4.560,00
56	TUBO PEAD 63 X 3,8 PN10 PE 100M	MT	POLIERG	500,000	16,0000	8.000,00
58	TUBO PVC/DEFOFO ,1,0 MPA,COM BOLSA E PONTAS,JUNTA ELASTICA INTEGRADA ,DN 300 MM	PC	MULTILIT	5,000	1.150,0000	5.750,00
59	TUBO PVC ESGOTO SERIE R,COM PONTA E BOLSA E ANEL DE BORRACHA, DN 100 MM , BARRA DE 6,0 M	BR	KRONA	20,000	77,0000	1.540,00
60	TUBO PVC SOLDAVEL, D 20MM,EM BARRAS DE 6.0M	BR	PLASTILIT	30,000	9,2000	276,00
61	TUBO PVC SOLDAVEL, D 25 MM, EM BARRA DE 6,0 M	BR	PLASTILIT	50,000	11,0000	550,00
62	TUBO PVC SOLDAVEL, D 32 MM, EM BARRA DE 6,0 M	BR	PLASTILIT	30,000	19,5000	585,00
63	TUBO PVC SOLDAVEL, D 40 MM, EM BARRAS DE 6,0 M	BR	PLASTILIT	30,000	24,0000	720,00
64	TUBO PVC/DEFOFO , 1,0 MPA,COM BOLSA E PONTAS,JUNTA ELASTICA INTEGRADA ,DN 100 MM	PC	MULTILIT	20,000	160,0000	3.200,00
65	TUBO PVC/DEFOFO , 1,0 MPA,COM BOLSA E PONTAS,JUNTA ELASTICA INTEGRADA ,DN 150 MM	PC	MULTILIT	10,000	309,0000	3.090,00
66	TUBO PVC/DEFOFO , 1,0 MPA,COM BOLSA E PONTAS,JUNTA ELASTICA INTEGRADA ,DN 200 MM	PC	MULTILIT	10,000	530,0000	5.300,00
67	TUBO PVC/PBA,CLASSE 12,COM ANEL INTEGRADO,DN/DE 100/110MM	PC	MULTILIT	20,000	158,0000	3.160,00
68	TUBO PVC/PBA,CLASSE 12,COM ANEL INTEGRADO,DN/DE 50/60 MM	PC	MULTILIT	1.000,000	42,0000	42.000,00
69	UNIÃO PARA TUBO POLIETILENO, EM PP, DIÂMETRO 20 MM	PC	TAF	1.000,000	1,5000	1.500,00

Fornecedor: 17001 - M4 PRODUTOS PARA SANEAMENTO EIRELI

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
53	TAMPAO PARA REGISTRO, TIPO T-9	PC	AFER	200,000	55,0000	11.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA**SERVICO INFRA ESTRUTURA SAN. ABAS. AGUA MUN. SJB**

Página: 4/9

Processo Nº.: 26/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 23/2019

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da mesma, sem a possibilidade de prorrogação.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 5/9

SERVICO INFRA ESTRUTURA SAN. ABAS. AGUA MUN. SJB**Processo Nº.: 26/2019**
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 23/2019**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES****5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração;

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 6/9

SERVICO INFRA ESTRUTURA SAN. ABAS. AGUA MUN. SJB**Processo Nº.: 26/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 23/2019****CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, de acordo com o especificado na Autorização de Fornecimento.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

ESTADO DE SANTA CATARINA**SERVICO INFRA ESTRUTURA SAN. ABAS. AGUA MUN. SJB**

Página: 7/9

Processo Nº.: 26/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 23/2019

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

ESTADO DE SANTA CATARINA**SERVICO INFRA ESTRUTURA SAN. ABAS. AGUA MUN. SJB**

Página: 8/9

Processo Nº.: 26/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 23/2019

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública municipal por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3, poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São João Batista para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São João Batista, 13 de Janeiro de 2020.

Assinatura do Responsável

Empresas Participantes:

FERNANDES MANÁ MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA ME. CNPJ: 11.274.331/0001-36 _____

G2 MATERIAIS HIDRAULICOS LTDA - ME CNPJ: 05.931.197/0001-04 _____

LAJE ÁGUA COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTD, CNPJ: 05.372.455/0001-51 _____

M4 PRODUTOS PARA SANEAMENTO EIRELI CNPJ: 33.302.295/0001-00 _____

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 9/9

SERVICO INFRA ESTRUTURA SAN. ABAS. AGUA MUN. SJB**Processo Nº.: 26/2019**
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 23/2019

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São João Batista, 13 de Janeiro de 2020.

Assinatura do Responsável**Empresas Participantes:**

NAVODAP COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI CNPJ: 33.540.866/0001-44 _____

SANEMARCK COM. E INDÚSTRIA DE MATERIAIS HIDRÁULICO CNPJ: 08.164.724/0001-82 _____

DECRETO Nº 3857/2019

Publicação Nº 2309798

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369
C.G.C: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC
E-mail: contabilidade@sjbatista.sc.gov.br

DECRETO Nº 3857/19

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003847/18 de 12 de Dezembro de 2018.

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica suplementado no valor de R\$ 1.961,18 a(s) seguinte(s) modalidade(s):

08 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE**08.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE**

10.301.0004.2.030 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.1.91.00.00.00.00.00.0047 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias

Valor - 1.961,18

Art. 2º - Para atendimento da(s) Suplementação(ões) que trata(m) o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) modalidade(s):

08 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE**08.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE**

10.301.0004.2.030 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.3.90.00.00.00.00.00.0047 - Aplicações Diretas

Valor - 1.961,18

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

São João Batista, 31 de Dezembro de 2019

DANIEL NETTO CÂNDIDO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em 31/12/2019

Assessoria de Comunicação

DECRETO Nº 3858/2019

Publicação Nº 2309803

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369
C.G.C: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC
E-mail: contabilidade@sjbatista.sc.gov.br

DECRETO Nº 3858/19

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003847/18 de 12 de Dezembro de 2018.

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica suplementado no valor de R\$ 106.080,00 a(s) seguinte(s) modalidade(s):

05 - SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA

05.01 - SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA

15.452.0006.2.068 - Manutenção da Secretaria da Infra-estrutura

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 6.080,00

14 - ENCARGOS GERAIS

14.01 - ENCARGOS GERAIS

28.843.0000.0.093 - Amortização do Principal e Encargos da Dívida

3.2.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 38.483,00

28.843.0000.0.093 - Amortização do Principal e Encargos da Dívida

4.6.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 61.517,00

Art. 2º - Para atendimento da(s) Suplementação(ões) que trata(m) o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) modalidade(s):

05 - SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA

05.01 - SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA

15.452.0006.2.068 - Manutenção da Secretaria da Infra-estrutura

4.4.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 6.080,00

99 - RESERVA DE CONTINGENCIA

99.99 - RESERVA DE CONTINGENCIA

99.999.9999.9.101 - Reserva de Contingência - Prefeitura

9.9.99.00.00.00.00.00.0000 - RESERVA DE CONTINGENCIA

Valor - 100.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

São João Batista, 31 de Dezembro de 2019

DANIEL NETTO CÂNDIDO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em 31/12/2019

Assessoria de Comunicação

São João do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 188/2019 E DO CONTRATO 17/2020

Publicação Nº 2309989

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 188/2019 E DO CONTRATO 17/2020

Partes: Município de São João do Oeste e JV Itech Informatica Tecnologia de Impressão Ltda

OBJETO: "Contratação de sistema de informática para o Departamento de Recursos Humanos do Município de São João do Oeste para o exercício de 2020 e subsequentes, conforme as especificações previstas no Edital Licitatório nº 188/2019."

VALOR TOTAL: 3.730,00

PRAZO: 13.01.2020 até 31.12.2020

São João do Oeste – 13 de janeiro de 2020

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

TP 01.2020 PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA

Publicação Nº 2310204

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2020

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 001/2020

OBJETO: O Município de São João do Oeste, torna público para o conhecimento dos interessados, que está aberta a licitação na modalidade de Tomada de Preços: Contratação em regime de empreitada global, para pavimentação asfáltica das Ruas Adolfo Grasel, São Sebastião, Oscar Welter, Santa Maria e Paraná - Centro de São João do Oeste, com recursos da CAIXA, nos termos do Contrato de Repasse OGU nº 868028/2018 e Contrato de Repasse OGU nº 868027/2018 e ainda com recursos Próprios do município de São João do Oeste - SC.

Tipo de Licitação: Menor Preço Global.

Regendo-se os procedimentos licitatórios pelo que dispõe a lei nº 8.666/93 consolidada. Recebimento dos envelopes da documentação e da proposta até as 08:30 horas do dia 30 de janeiro de 2020, e abertura e julgamento no dia 30 de janeiro de 2020 as 08:30 horas, na sala do Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de São João do Oeste. Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. Edital disponível no site do município www.saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 14 de janeiro de 2020. FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL.

São João do Sul

PREFEITURA

01 - COMBUSTÍVEIS 13-01-2020

Publicação Nº 2310185

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL/SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 60/2019

MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS Nº 60/2019

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL/SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Av. Nereu Ramos, nº 50, Centro, no município de São João do Sul/SC, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.547.274/0001-60, neste ato representado pela Sra. Taise dos Santos Alves, Secretária Municipal de Finanças, vem a público, nos termos do fixado no Edital de Pregão Presencial p/ Registro de Preços em epígrafe, informar que, conforme previsto no edital em epígrafe e, considerando a variação dos preços dos combustíveis na região, conforme consta no Edital de Pregão Presencial nº 60/2019, ficam revistos os valores unitários dos combustíveis, aplicando-se ainda sobre o preço médio, o desconto ofertado nas propostas pelas licitantes, conforme consta a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO		V. UNIT. A SER PAGO PELO MUNICÍPIO
1	GASOLINA COMUM		R\$ 4,270
2	ÓLEO DIESEL COMUM		R\$ 3,579
3	ÓLEO DIESEL S10		R\$ 3,648

Os preços acima fixados terão validade entre 13/01/2020 a 19/01/2020.

As empresas detentoras de Atas de Registro de Preços com esta municipalidade serão comunicadas das alterações nos termos do fixado em edital.

São João do Sul/SC, em 10 de janeiro de 2020.

Taise dos Santos Alves

Secretário Municipal de Finanças

CONT. Nº 012-2020_PRE

Publicação Nº 2310181

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 012/2020/PREF

OBJETO: O presente contrato tem como objetivo a prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela CONTRATADA para a CONTRATANTE, contendo as ações descritas no Plano Anual de Trabalho (PAT), parte integrante deste instrumento.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.

CONTRATADA: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA – EPAGRI

VIGÊNCIA: 02/01/2020 a 31/12/2020.

VALOR: R\$ R\$ 47.344,92 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 1001 – 2.040 – 3.3.90.39.05.00.00.00.0080 (153).

São João do Sul/SC, 02 de janeiro de 2020.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeito Municipal

CONT. Nº 013-2020_PRE

Publicação Nº 2310178

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 013/2020/PREF

OBJETO: Locação de um imóvel, Matrícula nº 5.569, localizado na Rua Antônio Bernadino de Matos, Centro, São João do Sul/SC, com área total de 360m² e área construída de 54m² (sala, cozinha, banheiro e dois quartos), que se destina exclusivamente ao funcionamento do Conselho Tutelar Municipal, não podendo a sua destinação ser mudada, sem o consentimento expresso do LOCADOR..

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.

CONTRATADA: Arilton Bitencourt de Souza

VIGÊNCIA: 15/01/2020 a 31/12/2020.

VALOR: R\$ 8.625,00 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 02.01 – 2.020 – 3.3.90.36.15.00.00.0080 (05) – R\$ 8.635,00.

São João do Sul/SC, 13 de janeiro de 2020.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeito Municipal

São Joaquim

PREFEITURA

DECRETO Nº 007/2020

Publicação Nº 2310547

DECRETO Nº 007/2020

“QUE REVOGA OS EEFITOS DO DECRETO Nº 498/2019, DE 31/12/2019”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Em razão da decisão proferida pelo Egrégio Tribunal de Justiça de Santa Catarina na Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 4034530-55.2019.8.24.0000 que suspendeu cautelarmente os efeitos da emenda aditiva realizada pela Câmara Municipal de Vereadores no artigo 36º da Lei nº 4.653/19 (Lei de Diretrizes Orçamentárias), fica REVOGADO o decreto de nº 498/2019 do dia 31 de dezembro de 2019 que PROIBIA a concessão de horas extras aos servidores públicos municipais, a partir de 01 de janeiro de 2020.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, e produzirá os seus efeitos legais na data mencionada no artigo 1º, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 13 de janeiro de 2020.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

GABARITO PROVISÓRIO CONCURSO PÚBLICO 02-2019

Publicação Nº 2309557

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2019

GIOVANI NUNES, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM-SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO o GABARITO PROVISÓRIO do Edital de Concurso Público nº 02/2019 conforme segue:

GABARITO PROVISÓRIO

PROFESSOR DE ANOS INICIAIS									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	A	A	C	D	A	B	D	D	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	C	B	B	A	C	A	D	B	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
B	A	C	B	D	D	B	C	C	B
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	C	B	A	D	A	B	C	D	C

PROFESSOR DE ARTE									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	A	A	C	D	A	B	D	D	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	C	B	B	A	C	A	D	B	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
B	A	C	B	D	D	B	C	B	A
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	B	D	A	D	A	B	C	D	C

PROFESSOR DE CIÊNCIAS									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	A	A	C	D	A	B	D	D	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	C	B	B	A	C	A	D	B	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30

B	A	C	B	D	D	B	C	A	C
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	A	B	B	A	B	C	D	C

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	A	A	C	D	A	B	D	D	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	C	B	B	A	C	A	D	B	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
B	A	C	B	D	D	B	C	A	C
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	D	C	D	B	A	B	C	D	C

PROFESSOR DE GEOGRAFIA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	A	A	C	D	A	B	D	D	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	C	B	B	A	C	A	D	B	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
B	A	C	B	D	D	B	C	B	A
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	D	A	C	A	B	C	D	C

PROFESSOR DE HISTÓRIA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	A	A	C	D	A	B	D	D	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	C	B	B	A	C	A	D	B	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
B	A	C	B	D	D	B	C	A	C
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	C	A	C	C	A	B	C	D	C

PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	A	A	C	D	A	B	D	D	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	C	B	B	A	C	A	D	B	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
B	A	C	B	D	D	B	C	B	A
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	D	D	C	A	A	B	C	D	C

PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	A	A	C	D	A	B	D	D	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	C	B	B	A	C	A	D	B	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
B	A	C	B	D	D	B	C	A	B
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	D	A	D	A	A	B	C	D	C

PROFESSOR DE MATEMÁTICA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	A	A	C	D	A	B	D	D	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	C	B	B	A	C	A	D	B	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
B	A	C	B	D	D	B	C	A	C
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	D	D	B	A	A	B	C	D	C

PROFESSOR PRÉ- ESCOLAR

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	A	A	C	D	A	B	D	D	A

11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	C	B	B	A	C	A	D	B	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
B	A	C	B	D	D	B	C	C	B
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	D	C	D	A	A	B	C	D	C

Município de São Joaquim, 12 de janeiro de 2020.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

FABIANO PADILHA
Presidente da Comissão

PORTARIA Nº 014/2020

Publicação Nº 2309583

PORTARIANº 014/2020

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS COLETIVAS aos seguintes servidores: - ANA MARCIA DE SOUZA PEREIRA, ocupante do cargo de Supervisora Escolar, referente ao exercício de 2018/2019, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. - CLAUDIA APARECIDA CORDOVA BARBOSA, ocupante do cargo de Nutricionista, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. - CLAUDIA ARRUDA SOUZA, ocupante do cargo de Psicóloga, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. - CLAUDIA LOURENÇO BUENO, ocupante do cargo de Orientadora Educacional, referente ao exercício de 2018/2019, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. - MARCELO RODRIGUES ZAPELINI, ocupante do cargo de Agente Administrativo Auxiliar, referente ao exercício de 2018/2019, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. - DEIZE CRISTINA FELTRIN, ocupante do cargo de Agente Administrativo, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. - ELIELI PRISCILA DA SILVA, ocupante do cargo de Agente Administrativo, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. - ELIZIANE BORGES VELHO ANDRADE, ocupante do cargo de Agente Administrativo, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. - PATRICIA BORGES VIEIRA, ocupante do cargo de Agente Administrativo, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. - TAINA RODRIGUES LIMA, ocupante do cargo de Agente Administrativo, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. - CHINTIA DE SOUZA ROQUE, ocupante do cargo de Assistente Técnico Pedagógico, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. - LUCIA SERAFIM DE SOUZA SILVA, ocupante do cargo de Assistente Técnico Pedagógico, referente ao exercício de 2018/2019, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. - MARIA REJANE FELTRIN MARCA, ocupante do cargo de Assistente Técnico Pedagógico, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. - RITA DE CASSIA NUNES, ocupante do cargo de Assistente Técnico Pedagógico, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. - SIMONE OLIVEIRA MATOS DE SOUZA, ocupante do cargo de Assistente Técnico Pedagógico, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 02/01/2020, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 08 de janeiro de 2020.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 015/2020

Publicação Nº 2309585

PORTARIANº 015/2020

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS COLETIVAS aos seguintes servidores: - ALCEU DE SOUZA, ocupante do cargo de Motorista, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. - ANDERSON DE OLIVEIRA ROSA, ocupante do cargo de Motorista, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. - ANTONIO CLERIO DE LIMA, ocupante do cargo de Motorista, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. - JOÃO VITOR NUNES DE ALMEIDA, ocupante do cargo de Motorista, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. - JOSÉ NAZARENO CARDOSO NUNES, ocupante do cargo de Motorista, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. - MANOEL ABRAÃO RODRIGUES DE JESUS, ocupante do cargo de Motorista, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. - NELSON ROSA

DE ANDRADE FILHO, ocupante do cargo de Motorista, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 02/01/2020, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 08 de janeiro de 2020.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 016/2020

Publicação Nº 2309588

PORTARIANº 016/2020

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS COLETIVAS aos seguintes servidores: - ANA MARIA TORTELLI COSTA, ocupante da função de Diretora Escolar, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. - ANA MARIZA NUNES, ocupante da função de Diretora Escolar, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. - ANGELITA ANTUNES GUEDES, ocupante da função de Diretora Escolar, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. - CLAUDIA ELENICE PADILHA, ocupante da função de Diretora Escolar, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. - ELAINE CRISTINA SILVERIO VELHO DO AMARAL, ocupante da função de Diretora Escolar, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. - MARIA ISABEL DE SENA FARIAS, ocupante da função de Diretora Escolar, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. - ROSELI APARECIDA MACIEL DE ANDRADE, ocupante da função de Diretora Escolar, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. - SARINI PEREIRA ALVES, ocupante da função de Diretora Escolar, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 02/01/2020, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 08 de janeiro de 2020.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 017/2020

Publicação Nº 2309592

PORTARIANº 017/2020

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS COLETIVAS aos seguintes servidores: - ADRIANA MARIA DE SOUZA ALMEIDA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. - ALBERTINA MARQUES HUGEN, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. - ANA PAULA COSTA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. - ANA PAULA VIEIRA DE SOUZA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2018/2019, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. - ANDREIA APARECIDA BARBOSA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. - ANGELINA RAMOS FLORES NUNES, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2018/2019, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. - ANTONIO CARLOS DE LIMA, ocupante do cargo de Merendeiro, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. - AUGUSTA APARECIDA DE ANDRADE PEREIRA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. - CELINA DE FIGUEREDO HASCKEL, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2018/2019, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. - CINTIA ANTUNES DO AMARAL, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. - CLERIA MARIA PEREIRA SCHLISCHTING, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2018/2019, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. - CRISTINA RIBEIRO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2018/2019, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. - DANIELA APARECIDA ALANO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. - ELIZETE DE FATIMA PEREIRA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. - ESTELA MARCIA CAMARGO VELHO GODINHO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 02/01/2020, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 08 de janeiro de 2020.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 018/2020

Publicação Nº 2309595

PORTARIANº 018/2020

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS COLETIVAS aos seguintes servidores: - EVA APARECIDA GARCIA FELISBINO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. - FABIANA DE SOUZA VIEIRA PEREIRA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. - FRANCIONI OLIVEIRA MACEDO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. - IDONE DE SOUZA GUALBERTO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. - IRENE PADILHA ALVES, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. - IVANA DE CASSIA OLIVEIRA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. - IVONE RODRIGUES DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2018/2019, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. - IVONIR RODRIGUES DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2018/2019, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. - JADI CAMARGO MATOS, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. - JOZE CARLA DE SOUZA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. - JUÇARA RODRIGUES DE OLIVEIRA BARBOSA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. - JULIANO CESAR ANTUNES NERES, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. - JURACI DE FATIMA BRANCO DA SILVA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. - LECENI MARIA DE MELLO MUNIZ, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. - LILIAN PAULA NUNES, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 02/01/2020, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 08 de janeiro de 2020.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 019/2020

Publicação Nº 2309598

PORTARIANº 019/2020

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS COLETIVAS aos seguintes servidores: - LUIZA MARIA LIMA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. - MAGDA APARECIDA DOS SANTOS, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. - MAISA SOARES PEREIRA, ocupante do cargo de Merendeira, referente ao exercício de 2018/2019, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. - MARGARET BARBOSA FIGUEIREDO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. - MARIA ALEXANDRE BORGES, ocupante do cargo de Merendeira, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. - MARIA BENTA CUSTODIO VELHO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. - MARIA CUSTODIA DE SOUZA SANTOS, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. - MARIBEL PROCHNOFF GIL, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. - MARILDA FAUSTO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2018/2019, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. - MARINEZ GARCIA FELISBINO RICARDO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. - MARIZABEL APARECIDA BORGES, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2019/2020,

a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. – MICHELE CASSÃO MUNIZ, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. – NEURA CANDIDA DE LIMA BORGES, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2018/2019, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. – NILZA APARECIDA PEREIRA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. – OSMARINA TEREZINHA BARBOSA DA SILVA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 02/01/2020, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 08 de janeiro de 2020.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 020/2020

Publicação Nº 2309600

PORTARIANº 020/2020

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS COLETIVAS aos seguintes servidores: - REGIANE DE OLIVEIRA ROSA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. – ROSILENE RODRIGUES DA SILVA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. – SAMIRA MACEDO ANDRADE, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2018/2019, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. – SIMONE ALI HUSEIN, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. – SONIA MARA COSTA RODRIGUES, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2018/2019, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. – SUZIANE DA ROSA SOUZA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. – TAISE RODRIGUES CASSÃO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. – TEREZINHA APARECIDA MATOS BORGES, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. – TEREZINHA APARECIDA QUINTINO BRUCH, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. – TRINDADE DE MATOS GUEDES, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2018/2019, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. – VANUSA APARECIDA PINTO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. – VERGINIA ELIZETE BORGES ROLTA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2018/2019, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. – ZENIR BORGES DE ANSELMO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2018/2019, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 02/01/2020, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 08 de janeiro de 2020.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 021/2020

Publicação Nº 2309603

PORTARIANº 021/2020

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS COLETIVAS aos seguintes servidores: - ADRIANA DA ROSA QUIRINO PADILHA, ocupante do cargo de Professora, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. – ADRIANA FARIAS DE ALMEIDA, ocupante do cargo de Professora, referente ao exercício de 2018/2019, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. – ADRIANA MARIOTT ANTUNES, ocupante do cargo de Professora, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. – ADRIANA PEREIRA DE SOUZA, ocupante do cargo de Professora, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. – ADRIANA PORTO VELHO LOPES, ocupante do cargo de Professora, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020

à 31/01/2020. – ALINE CANDIDO ANSELMO, ocupante do cargo de Professora, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. – AMELIA MACHADO VIEIRA, ocupante do cargo de Professora, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. – ANA KARINY PEREIRA DE SOUZA, ocupante do cargo de Professora, referente ao exercício de 2018/2019, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. – ANA KARINY PEREIRA DE SOUZA, ocupante do cargo de Professora, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. – ANA ZENI LOPES ZANDONADI, ocupante do cargo de Professora, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. – ANASTACIA FATIMA NUNES, ocupante do cargo de Professora, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. – ANDREIA ARTISMO DE SOUZA OLIVEIRA, ocupante do cargo de Professora, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. – ANDREIA RODRIGUES DA SILVA WALTRICK, ocupante do cargo de Professora, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. – BEATRIZ NUNES DE SOUZA, ocupante do cargo de Professora, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. – BERNARDINA ANACLETO TAVARES, ocupante do cargo de Professora, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 02/01/2020, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 08 de janeiro de 2020.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal
PORTARIANº 021/2020

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS COLETIVAS aos seguintes servidores: - ADRIANA DA ROSA QUIRINO PADILHA, ocupante do cargo de Professora, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. – ADRIANA FARIAS DE ALMEIDA, ocupante do cargo de Professora, referente ao exercício de 2018/2019, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. – ADRIANA MARIOTT ANTUNES, ocupante do cargo de Professora, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. – ADRIANA PEREIRA DE SOUZA, ocupante do cargo de Professora, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. – ADRIANA PORTO VELHO LOPES, ocupante do cargo de Professora, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. – ALINE CANDIDO ANSELMO, ocupante do cargo de Professora, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. – AMELIA MACHADO VIEIRA, ocupante do cargo de Professora, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. – ANA KARINY PEREIRA DE SOUZA, ocupante do cargo de Professora, referente ao exercício de 2018/2019, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. – ANA KARINY PEREIRA DE SOUZA, ocupante do cargo de Professora, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. – ANA ZENI LOPES ZANDONADI, ocupante do cargo de Professora, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. – ANASTACIA FATIMA NUNES, ocupante do cargo de Professora, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. – ANDREIA ARTISMO DE SOUZA OLIVEIRA, ocupante do cargo de Professora, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. – ANDREIA RODRIGUES DA SILVA WALTRICK, ocupante do cargo de Professora, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. – BEATRIZ NUNES DE SOUZA, ocupante do cargo de Professora, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020. – BERNARDINA ANACLETO TAVARES, ocupante do cargo de Professora, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 02/01/2020 à 31/01/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 02/01/2020, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 08 de janeiro de 2020.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**CONTRATO Nº 01/2020 – CMSJ**

Publicação Nº 2310701

CONTRATO Nº 01/2020 – CMSJ

A Câmara Municipal de Vereadores de São Joaquim - CNPJ: 78.493.731/0001-03 torna público, para os interessados, o contrato sob n.º 01/2020 com MARTORANO AMARAL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA - ME, CNPJ/MF: 17.881.793/0001-06, no valor total de R\$ 2.208,00 (dois mil duzentos e oito reais), com o valor mensal de R\$ 184 (cento e oitenta e quatro reais), para a prestação de serviços técnicos especializados na manutenção de computadores, instalação de programas, manutenção de rede wi-fi, entre outros serviços correlatos, com duração de 12 (doze) meses, contados a partir de 01 de janeiro de 2020.
São Joaquim, 11 de dezembro de 2020.

Joaquim Costa Borges Junior
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Joaquim

CONTRATO Nº 02/2020 – CMSJ

Publicação Nº 2310702

CONTRATO Nº 02/2020 – CMSJ

A Câmara Municipal de Vereadores de São Joaquim - CNPJ: 78.493.731/0001-03 torna público, para os interessados, o contrato sob n.º 02/2020 com SOFTCAM SOLUÇÕES LTDA - ME, CNPJ: 24.092.271/0001-82, no valor total de R\$ 6.876,00 (seis mil oitocentos e setenta e seis reais), com o valor mensal de R\$ 573,00 (quinhentos e setenta e três reais), para a prestação de serviços técnicos especializados para locação de sistema gerenciador de documentos, transmissão de áudio e vídeo e portal web câmara, com duração de 12 (doze) meses, contados a partir de 01 de janeiro de 2020.
São Joaquim, 11 de dezembro de 2020.

Joaquim Costa Borges Junior
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Joaquim

CONTRATO Nº 03/2020 – CMSJ

Publicação Nº 2310703

CONTRATO Nº 03/2020 – CMSJ

A Câmara Municipal de Vereadores de São Joaquim - CNPJ: 78.493.731/0001-03 torna público, para os interessados, o contrato sob n.º 03/2020 com CLEIMAR ZAMPRONIO DE NOVAIS, empresário individual, CNPJ/MF: 19.702.123/0001-00, no valor total de R\$ 3.000,00 (três mil reais), com o valor mensal de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), para a prestação de serviços de jardinagem e limpeza, com duração de 12 (doze) meses, contados a partir de 01 de janeiro de 2020.
São Joaquim, 11 de dezembro de 2020.

Joaquim Costa Borges Junior
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Joaquim

CONTRATO Nº 04/2020 – CMSJ

Publicação Nº 2310705

CONTRATO Nº 04/2020 – CMSJ

A Câmara Municipal de Vereadores de São Joaquim - CNPJ: 78.493.731/0001-03 torna público, para os interessados, o contrato sob n.º 04/2020 com ISMAIL ZOUHAIR HAIDAR - ME, CNPJ: 07.204.287/0001-10, no valor total de R\$ 1.198,80 (um mil cento e noventa e oito reais e oitenta centavos), com o valor mensal de R\$ 99,90 (noventa e nove reais e noventa centavos), para fornecimento de provimento de acesso a internet de 35 MB/s, com duração de 12 (doze) meses, contados a partir de 01 de janeiro de 2020.
São Joaquim, 11 de dezembro de 2020.

Joaquim Costa Borges Junior
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Joaquim

São José

PREFEITURA

ACÓRDÃO Nº 001/2020

Publicação Nº 2309633

1. RELATÓRIO

Trata-se de recurso voluntário que contesta o indeferimento do pedido de compensação e lançamento complementar relativo às parcelas 03 e 04 do IPTU 2019 do imóvel 27189842.

Inicialmente, foi apresentado requerimento à fl. 03 que, sem detalhar a situação, requer a compensação e baixa dos valores pagos e o lançamento complementar do referido imposto. Para subsidiar o pedido, foram juntados às fls. 04 e 05 boletos e comprovantes de pagamento das parcelas 03 e 04 do IPTU 2019 do imóvel em questão, sendo que, embora conste o mesmo código de barras no boleto e no comprovante de recolhimento, o pagamento foi identificado como de pessoa e valor diferentes (Leandro Barbosa e R\$ 101,88, respectivamente). A decisão de primeira instância, acosta à fl. 07, indeferiu o pedido porque, no entendimento do julgador de primeiro grau, não há previsão legal que ampare a pretensão, já que não existe duplicidade de pagamento e os valores pagos de maneira errônea foram recolhidos espontaneamente, atraindo a incidência do brocardo "quem paga mal, paga duas vezes".

Entretanto, o interessado apresentou recurso voluntário à fl. 10, explicando a situação que fora inferida pela leitura dos comprovantes de pagamentos, ou seja, que houve erro de identificação nos boletos, apresentando outra pessoa e valor no momento do recolhimento do tributo. Por fim, o recurso foi recebido pela Presidência deste Conselho e o Representante da Fazenda, com fundamento nas disposições legais sobre pagamento indevido, emitiu parecer à fl. 17 no sentido de conhecer do recurso e dar-lhe integral provimento.

É a síntese do relato.

2. VOTO

2.1 Da Admissibilidade

Considero que o recurso atende aos critérios de admissibilidade. Há interesse recursal, caracterizado pela sucumbência; legitimidade, uma vez que o recorrente é proprietário do imóvel; e tempestividade, eis que interposto dentro do prazo de 30 dias da ciência da decisão de primeira instância (art. 146, CTM).

2.2 Do Mérito

Da leitura dos autos, constata-se que o recorrente efetuou dois pagamentos que não foram alocados em seu nome (parcelas 03 e 04 do IPTU de 2019). Conforme demonstram os documentos às fls. 04 e 05, existe uma divergência na identificação do pagador (e do valor) do tributo no boleto de cobrança e no comprovante de pagamento. No primeiro, consta o recorrente como sujeito passivo e o valor de R\$ 286,23; no segundo, aparece Leandro Barbosa como pagador e o valor de R\$ 101,88. Adiciona-se a isso o fato de que em ambos os documentos constam o mesmo número de código de barra.

Fica evidenciado, portanto, que o recorrente pagou tributo de outra pessoa por erro na identificação do sujeito passivo, originado por inconsistência entre o lançamento do boleto e a recepção do pagamento.

Assim, com a devida vênia ao entendimento exposto na decisão de primeiro grau, e indo ao encontro do que foi apresentado pelo Representante da Fazenda, penso que há sim previsão legal que ampare a pretensão do requerente. O art. 84 do Código Tributário Municipal – CTM (LC 21/05) apresenta disposições sobre pagamento indevido e assegura a possibilidade de restituição/compensação quando houver erro na identificação do sujeito passivo ou na elaboração de documento relativo ao pagamento, nos seguintes termos:

Art. 84 O sujeito passivo tem direito, independentemente de prévio protesto, à restituição total ou parcial de tributo, seja qual for a modalidade do seu pagamento, nos seguintes casos:

- I - cobrança ou pagamento de tributo indevido ou maior que o devido em face da legislação tributária ou da natureza ou das circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;
- II - erro na identificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do tributo, ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;
- III - reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória. (Grifou-se)

Na esteira desse raciocínio, Ricardo Alexandre leciona que quem paga tributo que não é devido tem direito à restituição (ou compensação, no caso). O fundamento é o princípio da vedação ao enriquecimento sem causa, pois não é justo que alguém obtenha um aumento patrimonial sem que tenha concorrido para tanto, sendo apenas beneficiário de erro de outrem.

Isso se amplifica no caso em tela, em que o erro do contribuinte foi absolutamente escusável, já que o boleto de pagamento continha seu nome e sua completa identificação, constando o nome de outra pessoa apenas nos dados e comprovante do pagamento.

No mesmo sentido, e rebatendo o argumento da decisão de primeiro grau de indeferimento porque os pagamentos foram realizados espontaneamente, Hugo de Brito Machado assenta que no Direito Tributário, em função da obrigação ser compulsória, a vontade do sujeito passivo não influi na relação tributária correspondente. Assim, não será a manifestação de vontade do contribuinte que fará o tributo tornar-se indevido, bem como não será essa mesma vontade que "convalidará" um tributo indevido.

Portanto, diante desse cenário de pagamento indevido por erro na identificação do sujeito passivo, entendo que o recorrente faz jus à compensação pleiteada, por perfeita adequação do fato à norma do art. 84, II do CTM.

2.3 Da Conclusão

Diante do exposto, voto por conhecer do recurso voluntário e, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão de primeira instância e conferindo ao contribuinte o direito de compensar o valor pago indevidamente com débitos municipais existentes em seu nome.

São José, 13 de janeiro de 2020.

MIGUEL ARMANDO PEREIRA JUNIOR
Conselheiro Relator

DECISÃO FINAL – ACÓRDÃO Nº 001/2020

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Voluntário em Processo Administrativo nº 8228/2019.

Acordam, os Conselheiros do Conselho Municipal de Contribuintes de São José/SC, reunidos na 390ª Sessão, decidiu, por unanimidade dos conselheiros aptos a votarem por CONHECER O RECURSO DAR-LHE PROVIMENTO reformando a decisão de primeira instância e conferindo ao contribuinte o direito de compensar o valor pago indevidamente com débitos municipais existentes em seu nome.

O julgamento, realizado nesta data, foi presidido pelo Conselheiro Sr. Júnior Spies, sem voto, e dele participaram, além do Conselheiro Relator Sr. Miguel Armando Pereira Junior, os Conselheiros Sra. Lânea Aparecida Madeira, Sr. Valdeci Sagaz e o Sr. Rodrigo Koerich da Silva. Esteve presente à sessão de julgamento e fez uso da palavra o Sr. Rodrigo João Machado, na qualidade de representante da Fazenda.

São José, 13 de janeiro de 2020.

JUNIOR SPIES
Presidente

MIGUEL ARMANDO PEREIRA JUNIOR Conselheiro Relator	GRAZIELA BESEN PETRY MARIOT Secretária-Geral
RODRIGO JOÃO MACHADO Procurador Municipal Representante da Fazenda Pública	

DECRETO 12832/2020

Publicação Nº 2310639

DECRETO Nº 12832/2020

TORNA PARCIALMENTE SEM EFEITO DECRETO Nº 8040/2017 QUE CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e;

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o inciso XXIV do Decreto 8040/2017 de 05 de maio de 2017, que concede função gratificada FG – G1 à servidora DARCIKLEY CIDRAL LOPES G. OLIVEIRA, matrícula: 103861.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de janeiro de 2020.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO 12833/2020

Publicação Nº 2310643

DECRETO Nº 12833/2020

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Concede à servidora JANETE DE FÁTI, matrícula 115576, a função gratificada de Gerente II – nível FG-G2.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de janeiro de 2020.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO 12834/2020

Publicação Nº 2310658

DECRETO Nº 12834/2020

TORNA PARCIALMENTE SEM EFEITO DECRETO Nº 8040/2017 QUE CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e;

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o inciso XI do Decreto 8040/2017 de 05 de maio de 2017, que concede função gratificada FG – G2 à servidora NICOLE BONACOLSI, matrícula: 35625-5.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de janeiro de 2020.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal**DECRETO 12835/2020**

Publicação Nº 2310661

DECRETO Nº 12835/2020

TORNA PARCIALMENTE SEM EFEITO DECRETO Nº 8040/2017 QUE CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e;

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o inciso XXV do Decreto 8040/2017 de 05 de maio de 2017, que concede função gratificada FG – G1 à servidora JANETE FÁTIMA RODRIGUES, matrícula: 10213-0.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de janeiro de 2020.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal**DECRETO 12836/2020**

Publicação Nº 2310662

DECRETO Nº 12836/2020

CESSA EFEITOS DO DECRETO 12283/2019.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam cessados os efeitos do Decreto 12283/2019 de 10 de setembro de 2019, que concede à servidora FERNANDA B. COELHO ZORTÉA, matrícula 39744-0, a função gratificada de Gerente I – nível FG-G1.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de janeiro de 2020.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal**DECRETO 12837/2020**

Publicação Nº 2310664

DECRETO Nº 12837/2020

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam Concedidas as Funções Gratificadas para os servidores abaixo relacionados:

INCISO	CÓDIGO - FUNÇÃO GRATIFICADA	SERVIDOR	MATRÍCULA
I	FG – G1	NICOLE BONACOLSI	356255
II	FG – G1	JOSILENE ROSELI BERNARDO	4313976
III	FG – A2	FERNANDA B. COELHO ZORTÉA	397440
IV	FG – G2	JANETE DE FÁTIMA RODRIGUES	102130

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de janeiro de 2020.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2020

Publicação Nº 2309626

EDITAL DE CONVOCAÇÃO nº 003/2020

PAUTA DE JULGAMENTO

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes, JUNIOR SPIES, faz saber que, de acordo com o artigo 179 do Código Tributário Municipal, Lei Complementar n.º 21/2005, será julgado na sessão ordinária, a se realizar no dia 27/01/2020, às 10h, na sala de reuniões da Procuradoria Geral deste Município, situada no ático da sede administrativa municipal na Avenida Acioni de Souza Filho, n. 403, Praia Comprida, São José, o seguinte processo administrativo:

Processo Administrativo nº	8500/2016
Recorrente	FILIPPI MACHADO
Procurador habilitado nos autos	O MESMO
Relator	RODRIGO KOERICH DA SILVA

Informa-se ainda que o recorrente ou seu representante legal poderão realizar sustentação oral por 15 (quinze) minutos, e mais 5 (cinco) minutos em réplica mediante requerimento e resumo escrito prévio em até 24h antes da referida sessão pelo e-mail: conselhodecontribuintes@gmail.com, através dos formulários anexos. De acordo com Art. 9º. § 3º e Art. 32º "VI" Do Decreto 5098/2015:

Art. 9º. A intervenção do sujeito passivo far-se-á pessoalmente ou por intermédio de procurador.

É facultada a sustentação oral por parte do sujeito passivo ou do seu procurador mediante requerimento próprio com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas antes do início da sessão.

Art. 32. Declarada aberta a sessão, será observada a seguinte ordem:

VI - durante a sessão de julgamento, o sujeito passivo ou seu Representante, observado o requerimento prévio de que trata o §3º do art. 9º deste Regimento Interno, e o Representante da Fazenda terão direito ao uso da palavra por 15 (quinze) minutos cada um, concedendo-se-lhes réplica e tréplica por 05 (cinco) minutos;

São José, 13 de janeiro de 2020.

JUNIOR SPIES Presidente do CMC Decreto Municipal n.º 11688/2019	GRAZIELA BESEN PETRY MARIOT Secretária Geral do CMC Decreto Municipal n.º 11688/2019
---	--

REQUERIMENTO PARA SUSTENTAÇÃO ORAL

PROCESSO nº _____

Interessado: _____

Eu, _____, CPF/OAB _____, venho por meio deste requerer a realização de sustentação oral, referente ao processo em epígrafe durante a Sessão de Julgamento que ocorrerá no dia _____, conforme Edital de Convocação nº _____.

São José, ____/____/____

Nome:

CPF/OAB

RESUMO DO TEOR DA SUSTENTAÇÃO ORAL

Assinatura CPF/ OAB

PORTARIA FUNESJ/PMSJ Nº 001, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2310505

PORTARIA FUNESJ/PMSJ nº 001, de 02 de JANEIRO de 2020.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO, DECORRENTE DE LICITAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer, no uso da atribuição que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 2.132, de 04 de abril de 1990 e tendo em vista o disposto no art. nº 65, da Lei Ordinária nº 2.248, de 20 de março de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º – Designar o Servidor Luiz Fernando de Aquino - Matrícula 33157-0, ocupante do cargo de Arquiteto, para efetuar a fiscalização do Contrato 162/2018 decorrente da Concorrência nº 009/2018, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, devendo desempenhar as seguintes funções:

- I. Acompanhar toda a execução contratual;
- II. Manter cópias legíveis do Contrato, Edital de Licitação, seus anexos e da proposta vencedora;
- III. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais;
- IV. Esclarecer dúvidas da contratada quanto à execução;
- V. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
- VI. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- VII. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da contratada que embarace a atividade fiscalizatória;
- VIII. Determinar a regularização de faltas, defeitos ou incoerências;
- IX. Adotar medidas para que a fiscalização garanta a qualidade do produto final e/ou o pagamento apenas dos serviços efetivamente executados
- X. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato;
- XI. Atestar as notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços;
- XII. Prestar informações a respeito da execução do objeto e de eventuais glosas nos pagamentos devidos à contratada;
- XIII. Solicitar à autoridade superior as providências que extrapolem a sua competência;
- XIV. Documentar e motivar todas as alterações e prorrogações contratuais;
- XV. Conhecer os limites e as regras para alterações contratuais previstos nas normas licitatórias

Art. 2º – Na ausência da servidora designada no artigo anterior ficará automaticamente designado a Servidora Cintia Luciane de Quadros Fagundes - Matrícula 22720-0, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º – Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 4º – Fica revogada a Portaria FUNESJ/PMSJ nº 002, de 22 de janeiro de 2019.

Art. 5º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

João David Garcia
Superintendente da Fundação Municipal de
Esportes e Lazer - FUNESJ

PORTARIA FUNESJ/PMSJ Nº 002, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2310507

PORTARIA FUNESJ/PMSJ nº 002, de 02 de JANEIRO de 2020.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO, DECORRENTE DE LICITAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer, no uso da atribuição que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 2.132, de 04 de abril de 1990 e tendo em vista o disposto no art. nº 65, da Lei Ordinária nº 2.248, de 20 de março de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º – Designar o Servidor Luiz Fernando de Aquino - matrícula 33157-0, ocupante do cargo de Arquiteto, para efetuar a fiscalização do Contrato 166/2018 decorrente da Tomada de Preço nº 016/2018, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, devendo desempenhar as seguintes funções:

- I. Acompanhar toda a execução contratual;
- II. Manter cópias legíveis do Contrato, Edital de Licitação, seus anexos e da proposta vencedora;
- III. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais;
- IV. Esclarecer dúvidas da contratada quanto à execução;
- V. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
- VI. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- VII. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da contratada que embarace a atividade fiscalizatória;
- VIII. Determinar a regularização de faltas, defeitos ou incoerências;
- IX. Adotar medidas para que a fiscalização garanta a qualidade do produto final e/ou o pagamento apenas dos serviços efetivamente

executados

- X. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato;
- XI. Atestar as notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços;
- XII. Prestar informações a respeito da execução do objeto e de eventuais glosas nos pagamentos devidos à contratada;
- XIII. Solicitar à autoridade superior as providências que extrapolem a sua competência;
- XIV. Documentar e motivar todas as alterações e prorrogações contratuais;
- XV. Conhecer os limites e as regras para alterações contratuais previstos nas normas licitatórias

Art. 2º – Na ausência da servidora designada no artigo anterior ficará automaticamente designado a Servidora Cintia Luciane de Quadros Fagundes - Matrícula 22720-0, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º – Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 4º – Fica revogada a Portaria FUNESJ/PMSJ nº 002, de 22 de janeiro de 2019

Art. 5º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

João David Garcia

Superintendente da Fundação Municipal de
Esportes e Lazer - FUNESJ

São José do Cedro

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 07.2020 PREF.

Publicação Nº 2309653

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2020

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº128/2019, Edital de Pregão Nº128/2019, Objeto: EGISTRO DE PREÇOS para eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FAZER A RETIRADA DE ÁRVORES DE CALÇADAS DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 29 de Janeiro de 2020, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, cita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, pelo e-mail comprascedro@prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36436300, no Depto de Compras, das 07:45hrs às 11:45:00hrs das 13:30hrs às 17:30hrs, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC www.prefcedro.sc.gov.br. Antonio Plinio de Castro Silva– Prefeito Municipal.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.08/2020

Publicação Nº 2309727

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº08/2020

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº08/2020, Edital de Pregão Nº08/2020, Objeto: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES PARA USO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº3818/2011. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 30/01/2020, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, Edital e anexos disponível no www.prefcedro.sc.gov.br, maiores informações pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36436300, no Depto de Compras, no horário de expediente, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 011.1/2019 - ENSINO BILÍNGUE

Publicação Nº 2309580

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 011.1/2019.

Homologa as inscrições realizadas no Processo Seletivo nº 011/2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, inciso IX, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei Municipal nº 1.742, de 09 de abril de 2008, Lei nº 2.522, de 10 de dezembro de 2019, e demais disposições legais aplicáveis à espécie, resolve tornar pública a HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS no Processo Seletivo nº 011/2019, de 23 de dezembro de 2019, tratando-se de Processo Seletivo Público de Provas (Avaliação de Habilidade Prática), destinado à admissão de Professor de Inglês, em caráter temporário e excepcional, bem como, formação de cadastro de reserva, para o ano letivo de 2020, para atuação no Projeto de Ensino Bilíngue, na Escola Básica Municipal Irmã Cecília, conforme quadros constantes a seguir:

1. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

1.1. Ficam homologadas as seguintes inscrições deferidas, realizadas no Processo Seletivo nº 011/2019, destinado à admissão de Professor de Inglês, em caráter temporário e excepcional, bem como, formação de cadastro de reserva, para o ano letivo de 2020, para atuação no Projeto de Ensino Bilíngue, na Escola Básica Municipal Irmã Cecília, conforme segue:

PROFESSOR DE INGLÊS - HABILITADO

NOME	INSC.	SITUAÇÃO
ADRIANE SILVA DOS REIS	2	DEFERIDA
JÉSSICA ANA MILAN	4	DEFERIDA
MICHELLY BOTTEGA	1	DEFERIDA

PROFESSOR DE INGLÊS - NÃO HABILITADO

NOME	INSC.	SITUAÇÃO
ANTONIO CARLOS VALENTINI	3	DEFERIDA

1.2. Não houve inscrições indeferidas no Processo Seletivo nº 011/2019, destinado à admissão de Professor de Inglês, em caráter temporário e excepcional, bem como, formação de cadastro de reserva, para o ano letivo de 2020, para atuação no Projeto de Ensino Bilíngue, na Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

2. DA AVALIAÇÃO DE HABILIDADE PRÁTICA E DA CLASSIFICAÇÃO

2.1. A avaliação de Habilidade Prática dar-se-á mediante a realização de Prova Oral, de caráter eliminatório e classificatório, sendo realizada na sede administrativa da Secretaria Municipal de Educação, localizada na Rua Nereu Ramos, nº 703, Centro, no Município de São Lourenço do Oeste/SC, no dia 22 de janeiro de 2020, com início às 7h30min e término às 12h30min.

2.2. As listas classificatórias serão divulgadas no site oficial do Município, no link www.saolourenco.sc.gov.br/concurso e no Diário Oficial dos Municípios: www.diariomunicipal.sc.gov.br a partir do dia 27 de janeiro de 2020.

São Lourenço do Oeste - SC, 13 de janeiro de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 117, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2309857

PORTARIA Nº 117, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos V do Art. 55, e ao inciso II, letra "a", do Art. 75 da Lei Orgânica do Município e Lei Complementar nº 154 de 09 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR, a Senhora CINARA TISSIANI DOS SANTOS, para exercer o Cargo em Comissão de CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO, Nível AGE-1, em conformidade com a lei Complementar Municipal nº 154, de 09 de setembro de 2013.

Parágrafo único. Pelo exercício da função a servidora receberá Adicional de Responsabilidade nível 1 (AR-1).

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento em execução.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de janeiro de 2020.

São Lourenço do Oeste - SC, 13 de janeiro de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2020.

PORTARIA Nº 118, DE 14 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2310759

PORTARIA Nº 118, DE 14 DE JANEIRO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, em conformidade com o artigo 13, I, da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010, combinado com a Lei Complementar nº 056, de 14 de outubro de 2005 e suas alterações e ainda de acordo com o Decreto nº 6.269, de 06 de maio de 2019,
CONSIDERANDO, o Memorando nº 018/2020, do Sistema 1Doc;

RESOLVE:

Art.1º Nomear, a Senhora NEREDIANA BIAZIN, aprovada no Concurso Público nº 001/2019, para ocupar o cargo de ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, turno matutino/vespertino, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, com início determinado para dia 03 de Fevereiro de 2020.

Parágrafo único: A remuneração do respectivo cargo corresponderá ao nível 1-A, disposto no anexo III da Lei Complementar nº 090, de 26 de dezembro de 2007, acrescido de adicional, previsto no art. 23 da referida lei.

Art.2º A posse e a entrada em exercício serão efetuadas de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.3º As despesas decorrentes desta nomeação correrão por conta do Orçamento Municipal em execução.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 14 de janeiro de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC em:
_____/_____/2020.

PORTARIA Nº 119, DE 14 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2310760

PORTARIA Nº 119, DE 14 DE JANEIRO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, em conformidade com o artigo 13, I, da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010, combinado com a Lei Complementar nº 056, de 14 de outubro de 2005 e suas alterações e ainda de acordo com o Decreto nº 6.269, de 06 de maio de 2019,
CONSIDERANDO, o Memorando nº 018/2020, do Sistema 1Doc;

RESOLVE:

Art.1º Nomear, a Senhora SANDRIANI CE, aprovada no Concurso Público nº 001/2019, para ocupar o cargo de PROFESSOR DE ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, turno vespertino, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, com início determinado para dia 03 de Fevereiro de 2020.

Parágrafo único: A remuneração do respectivo cargo corresponderá ao nível 1-A, disposto no anexo III da Lei Complementar nº 090, de 26 de dezembro de 2007, acrescido de adicional, previsto no art. 23 da referida lei.

Art.2º A posse e a entrada em exercício serão efetuadas de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.3º As despesas decorrentes desta nomeação correrão por conta do Orçamento Municipal em execução.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 14 de janeiro de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC em:
____/____/2020.

São Miguel do Oeste

CÂMARA MUNICIPAL

RERRATIFICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 001/2019 REF. CONTRATO Nº 001/2019 - MKA

Publicação Nº 2310131

RERRATIFICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 001/2019 REF. CONTRATO Nº 001/2019

A CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO OESTE (SC), no uso de suas atribuições legais, vem rerratificar o Termo Aditivo nº 001/2019 referente ao Contrato nº 001/2019.

Onde se lê:

“CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO

O valor do contrato permanece inalterado, correspondendo ao valor mensal de R\$ 149,00 (cento e quarenta e nove reais) totalizando, no período do aditivo (12 meses) o valor de R\$ 1.639,00 (um mil seiscentos e trinta e nove reais).”

Leia-se:

“CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO

O valor do contrato permanece inalterado, correspondendo ao valor mensal de R\$ 149,00 (cento e quarenta e nove reais) totalizando, no período do aditivo (12 meses) o valor de R\$ 1.788,00 (um mil setecentos e oitenta e oito reais).”

Os demais itens do Aditivo permanecem inalterados.

São Miguel do Oeste, 13 de janeiro de 2020.

CÂMARA DE VEREADORES
DE SÃO MIGUEL DO OESTE
Presidente Everaldo Di Berti

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

CONTRATO N.º 011/2020

Publicação Nº 2310258

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE
TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 011/2020

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua Cecília Schappo, nº 115, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhor CHARLES DA CUNHA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 066.071.219-93, residente e domiciliado a Rua João Stahelin, nº. 2249 – Boa Parada – São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2018, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de ENFERMEIRO DO PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 13/01/2020, findando no dia 30/12/2020, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal n.º 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

- 5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
- 5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
- 5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;
- 5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.
- 5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência previdenciária, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

- 8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.
- 8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:
- 8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;
- 8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.
- 8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de quarenta (40) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 13 de janeiro de 2020.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

CHRALES DA CUNHA
CONTRATADO
Testemunhas:

CONTRATO N.º 012/2020

Publicação Nº 2310259

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE
TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 012/2020

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua Cecília Schappo, nº 115, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhorita SABRINA STEFANNE GUIMARÃES

FORMIGOSA MANEI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 082.959.209-10, residente e domiciliada a Rua Santos Saraiva, nº. 711 – Estreito – Florianópolis/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2018, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de MEDICO CLINICO GERAL DO PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 13/01/2020, findando no dia 30/12/2020, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal n.º 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência previdenciária, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de

vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de quarenta (40) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 13 de janeiro de 2020.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

SABRINA STEFANNE GUIMARÃES FORMIGOSA MANEI
CONTRATADA
Testemunhas:

PORTARIA N.º 017/2020

Publicação Nº 2310262

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 017/2020

Admite em Caráter Temporário CHARLES DA CUNHA para o cargo de Enfermeiro do Programa Estratégia de Saúde da Família - ESF.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, CHARLES DA CUNHA para o cargo de Enfermeiro do Programa Estratégia de Saúde da Família - ESF, contrato de trabalho nº. 011/2020.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 13 de janeiro de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em ____/____/2020.

PORTARIA N.º 018/2020

Publicação Nº 2310267

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 018/2020

Concede Função Gratificada ao Servidor CHARLES DA CUNHA.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na lei 635/2011,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor CHARLES DA CUNHA ocupante do cargo de Enfermeiro do Programa Estratégia Saúde da Família, a gratificação de R\$ 845,41 (oitocentos e quarenta cinco reais e quarenta um centavos) mensais.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 13 de janeiro de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em ____/____/2020.

PORTARIA N.º 019/2020

Publicação Nº 2310268

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 019/2020

Admite em Caráter Temporário SABRINA STEFANNE GUIMARÃES FORMIGOSA MANEI para o cargo de Médico Clínico Geral do Programa Saúde da Família - ESF.

ERNEI JOSÉ STAHELIN Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, SABRINA STEFANNE GUIMARÃES FORMIGOSA MANEI para o cargo de Médico Clínico Geral do Programa Saúde da Família - ESF, contrato de trabalho nº. 012/2020.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 13 de janeiro de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2020.

PORTARIA N.º 020/2020

Publicação Nº 2310271

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 020/2020

Concede Gratificação a servidora SABRINA STEFANNE GUIMARÃES FORMIGOSA MANEI.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei nº. 529/2009,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora SABRINA STEFANNE GUIMARÃES FORMIGOSA MANEI, ocupante do cargo de Médico Clínico Geral do

Programa Saúde da Família - ESF, gratificação específica de acordo com a Lei 529/2009.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 13 de janeiro de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2020.

PORTARIA N.º 021/2020

Publicação Nº 2310273

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 021/2020

Exonera MARIO MILTON MULLER do Cargo em Comissão de Secretário Municipal de Indústria, Comércio e Turismo.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso I, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar MARIO MILTON MULLER do Cargo em Comissão de Secretário Municipal de Indústria, Comércio e Turismo.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 07/01/2020.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 13 de janeiro de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2020.

PORTARIA N.º 022/2020

Publicação Nº 2310275

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222.
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 022/2020
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA JANE JUNCKES.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Artigo 10 da Lei 19/97 e artigo 16 da Lei Complementar nº. 08/98,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder progressão funcional a servidora abaixo mencionada, haja vista, ter completado mais três anos de serviço prestado junto a esta Instituição e ter apresentado certificado de cursos de aperfeiçoamento na área da educação:

§ JANE JUNCKES – PROFESSORA AUXILIAR DE SALA – LETRA G.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 14 de janeiro de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2020.

Schroeder

PREFEITURA

PORTARIA Nº 8.141/2019, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2310775

PORTARIA Nº 8.141/2019, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR, o afastamento por Auxílio Doença em 18/12/2019 da servidora Sra. Nadia Cristiane Hefter Tambosi, que desempenha a função de Diretora de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE

Schroeder, 18 de dezembro de 2019.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ORLANDO TECILLA
Secretário de Saúde

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

Seara

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 06/2020

Publicação Nº 2309755

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 06/2020

Convoca aprovado para admissão imediata, em caráter temporário, nos termos do Edital de Processo Seletivo nº. 69/2019.

O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos dos incisos X e XIII do artigo 108 da Lei Orgânica Municipal, inciso I do art. 9º e art. 11 da lei complementar nº. 18/2003, combinadas com as disposições do item 13 – Do Preenchimento Das Vagas, do Edital nº 69/2019,

CONVOCA:

Art. 1º Ficam convocadas para admissão, em caráter temporário, considerando-se para tal o período de 3 (três) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a requerimento do interessado, respeitada a ordem de classificação, as candidatas a seguir, aprovadas no Processo Seletivo Público nº. 69/2019, para a vaga de trabalho a seguir mencionada:

I - Cargo: SERVENTE INTERNO

Número de vagas: 02 vagas

Prazo de contrato: Até término de afastamento das servidoras titulares das vagas.

Candidato: 1º lugar – Juliane Paula Lorscheitter

2º lugar – Sandra Aparecida Antunes de Lima

Art. 2º As convocadas por este Edital, deverão comparecer até o dia 15 de janeiro de 2020, no Departamento de Recursos Humanos, na Avenida Anita Garibaldi, nº 371, Seara/SC, nesta Cidade, para dar ciência no Termo de Convocação e receber a relação de documentos necessários para a sua nomeação ao cargo, no horário das 08h00min às 11h30min horas e das 13h00min às 17h30min horas.

Art. 3º O não comparecimento dos candidatos para ciência do Termo de Convocação previsto no artigo anterior, dentro do prazo estabelecido, será entendido como renúncia tácita.

Parágrafo único. Os candidatos convocados, impossibilitados de comparecer no prazo previsto no artigo 2º do presente Edital e início de atividades previsto no mesmo artigo, poderá requerer diretamente a Secretária Municipal da Administração a prorrogação do prazo até a data de início de suas atividades, podendo ser deferido ou indeferido o requerimento mediante interesse público.

Art. 4º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 10 de janeiro de 2020.

EDEMILSON CANALE

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 10 de janeiro de 2020.

Julio Cesar Paludo

Secretário da Fazenda

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 07/2020

Publicação Nº 2309757

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2020

Convoca aprovado em concurso público para nomeação, posse e exercício, nos termos do Edital do Concurso Público nº. 001/2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos dos incisos X e XIII do artigo 108 da Lei Orgânica Municipal, inciso I do art. 9º e art. 11 da lei complementar nº. 18/2003, combinadas com as disposições do capítulo IX – do Provimento de Vagas do Edital de Concurso Público nº. 001/2018,

CONVOCA:

Art. 1º Fica convocado para admissão, considerando-se para tal o período de 30 (trinta) dias, respeitada a ordem de classificação, o candidato aprovado no Concurso Público nº. 001/2018, para a vaga a seguir:

CARGO – AGENTE DE ATIVIDADES GERAIS – 40 HORAS

Nº INSC	CANDIDATO	POSIÇÃO
1298017	Alexandre Jose Valentini Scussel	7º

Art. 2º O convocado por este Edital, deverá comparecer, preferencialmente até o dia 24 de janeiro de 2020, no Departamento de Recursos Humanos, sito a Av. Anita Garibaldi, 371, nesta Cidade, para dar ciência no Termo de Convocação e receber a relação de documentos necessários para a sua nomeação ao cargo, no horário das 8:00 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:30 horas, bem como para agendar a consulta e exames admissionais.

Art. 3º O não comparecimento do candidato no prazo previsto no art. 1º, será entendido como renúncia tácita.

Art. 4º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 13 de janeiro de 2020.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se
Em 13 de janeiro de 2020.

Julio Cesar Paludo
Secretário da Fazenda

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 08/2020

Publicação Nº 2309759

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 08/2020

Convoca aprovado para admissão imediata, em caráter temporário, nos termos do Edital de Processo Seletivo nº. 69/2019.

O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos dos incisos X e XIII do artigo 108 da Lei Orgânica Municipal, inciso I do art. 9º e art. 11 da lei complementar nº. 18/2003, combinadas com as disposições do item 13 – Do Preenchimento Das Vagas, do Edital nº 69/2019,

CONVOCA:

Art. 1º Fica convocada para admissão, em caráter temporário, considerando-se para tal o período de 3 (três) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a requerimento do interessado, respeitada a ordem de classificação, a candidata a seguir, aprovada no Processo Seletivo Público nº. 69/2019, para a vaga de trabalho a seguir mencionada:

I - Cargo: SERVENTE INTERNO

Número de vagas: 01 vaga

Prazo de contrato: Até término de afastamento da servidora titular da vaga.

Candidato: 3º lugar – Marineide Fatima Bohn

Art. 2º A convocada por este Edital, deverá comparecer até o dia 16 de janeiro de 2020, no Departamento de Recursos Humanos, na Avenida Anita Garibaldi, nº 371, Seara/SC, nesta Cidade, para dar ciência no Termo de Convocação e receber a relação de documentos necessários para a sua nomeação ao cargo, no horário das 08h00min às 11h30min horas e das 13h00min às 17h30min horas.

Art. 3º O não comparecimento do candidato para ciência do Termo de Convocação previsto no artigo anterior, dentro do prazo estabelecido, será entendido como renúncia tácita.

Parágrafo único. O candidato convocado, impossibilitado de comparecer no prazo previsto no artigo 2º do presente Edital e início de atividades previsto no mesmo artigo, poderá requerer diretamente a Secretária Municipal da Administração a prorrogação do prazo até a data de início de suas atividades, podendo ser deferido ou indeferido o requerimento mediante interesse público.

Art. 4º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 13 de janeiro de 2020.

EDEMILSON CANALE
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se
Em 13 de janeiro de 2020.

Julio Cesar Paludo
Secretário da Fazenda

Serra Alta

PREFEITURA

CONTRATO DE RATEIO Nº 14/2020- CONSÓRCIO CIDIR

Publicação Nº 2309692

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 14-2020.

CONTRATO DE RATEIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
URBANOS E INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA.

CONTRATANTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA – CIDIR, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 11.117.243/0001-20, com sede administrativa na Avenida São Paulo, nº 1615, 1º Andar, Centro, Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. JAIRO RIVELINO EBELING, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 949.929.169-53 e RG nº 1.878.282 SSP/SC, doravante denominado CONSÓRCIO.

CONTRATADO: MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Avenida Dom Pedro II, nº 830, Centro, Serra Alta, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado por seu Prefeito Sr. DARCI CERIZOLLI, inscrito do CPF nº 430.332.889-87 e RG nº 1.233.665 SSP/SC, doravante denominado CONSORCIADO.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula primeira – Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições legais estabelecidas no art. 241 da Constituição Federal, art. 8º da Lei Federal n. 11.107/2005, regulamentado pelo Decreto Federal 6.017/2007, pelo art. 41, III e IV, da lei Federal n. 10.406/2002 (Código Civil), subsidiariamente a Lei Federal n. 8.666/93, no Protocolo de Intenções, que ratificado por Lei deste Município gerou o Contrato de Consórcio Público, conforme estabelecido no Contrato de Programa, o PPA, LDO e LOA deste Município, bem como o teor das cláusulas deste Contrato Administrativo de Rateio.

Cláusula segunda – É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 2º, III da Lei n. 11.107/2005.

DO OBJETO

Cláusula terceira – Este contrato tem por objeto disciplinar o repasse financeiro do município para manutenção das atividades do CIDIR e/ou elaboração e execução de projetos específicos ou aquisição de bens, prestação de serviços urbanos e execução de serviços de obras de engenharia de infraestrutura rodoviária.

DO RATEIO

Cláusula quarta – Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará anualmente ao consórcio a importância de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), em doze parcelas iguais e sucessivas, no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) mensais.

Parágrafo único – Os valores expressos nesta Cláusula, poderão ser alterados na vigência do contrato, com necessárias justificativas do advento de fato novo, que deverão ser estabelecidas em Termo Aditivo convalidado pela Assembleia Geral do Consórcio.

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Cláusula quinta - São obrigações e responsabilidades do CONSORCIADO/CONTRATADO:

- I - ter assegurado o correspondente crédito orçamentário, à conta da dotação na Lei Orçamentária Anual do Município;
- II - empenhar os recursos necessários, garantindo o cumprimento do Contrato;
- III - cumprir o cronograma de desembolso do repasse dos recursos financeiros deste Contrato de Rateio;
- IV - publicar o extrato do contrato e de seus aditivos, nos termos do artigo 61 da Lei Federal nº 8.666/93;
- V - receber a prestação de contas e consolidar nas contas do Município;
- VI - controlar e acompanhar toda a execução do contrato.

Cláusula sexta - São obrigações e responsabilidades do CONSÓRCIO/CONTRATANTE:

- I - receber os recursos financeiros repassados pelo Município;
- II - aplicar os recursos financeiros oriundos do presente contrato, na consecução do seu objeto, observadas as normas da contabilidade pública;
- III - fornecer as informações necessárias para todas as despesas sejam consolidadas nas contas do Município;
- IV - Colocar à disposição do MUNICÍPIO os serviços objeto do presente contrato de rateio;
- V - Comunicar ao MUNICÍPIO as anormalidades verificadas durante a execução do programa.

DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

Cláusula sétima - A despesa com a execução deste contrato correrá de acordo com a modalidade de despesa nº 3.1.71, do orçamento do Município para o exercício de 2020, devendo ser previstos os novos créditos orçamentários capazes de dar guarida às despesas decorrentes de eventuais alterações ou prorrogações deste contrato, mediante termo aditivo.

DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

Cláusula oitava – A despesa decorrente do presente contrato de rateio está prevista na Lei Orçamentária Anual nº 1.119/2018, e respectivos anexos, nas seguintes rubricas orçamentárias:

3.1.71	Participação em Consórcios Públicos	R\$ 18.000,00
--------	-------------------------------------	---------------

DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula nona - A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste contrato, somente se reputará válida se tomada nos termos da lei e expressamente em termo aditivo, ratificado pela Assembleia Geral.

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Cláusula décima – Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio CIDIR deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do Município, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

DAS PENALIDADES

Cláusula décima primeira – O consorciado inadimplente com o CIDIR será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação, tendo sua senha bloqueada para agendamento.

Cláusula décima segunda – Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

Cláusula décima terceira – Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de 30 dias, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação da Assembleia Geral.

DA VIGÊNCIA

Cláusula décima quinta - Este contrato terá início na data de sua assinatura e vigorará até 31 de dezembro 2020, podendo ser alterado ou aditado mediante Termo Aditivo com ratificação da Assembleia Geral.

DO FORO

Cláusula décima sexta - Fica eleito o foro da Comarca de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima sétima - E por estarem justas e acordadas, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

Município de Pinhalzinho (SC) aos 13 de janeiro de 2020.

JAIRO RIVELINO EBELING Prefeito de Cunha Porã Presidente do CONSÓRCIO	DARCI CERIZOLLI Prefeito de Serra Alta Município CONSORCIADO
---	--

Testemunhas:

NOME ALESSANDRO BELTRAME CPF: 960.801.919-20	NOME LAU GETÚLIO TRICHEZ CPF: 757.987.609-44
---	---

NOME
OAB/SC N. _____
PROCURADOR/ASSESSOR JURIDICO MUNICIPAL

DECRETO Nº 014/2020 DE 13 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2309620

DECRETO Nº 014/2020, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

"INDENIZA LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELENICE CRESTANI DE CARLI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, e de acordo com a Lei Complementar nº 039, de 26 de abril de 2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido na forma indenizada, Licença Prêmio à Servidora Pública Municipal, ELENICE CRESTANI DE CARLI, ocupante do cargo efetivo de Professor III, Nível 220, do Grupo II-MAG, 20 horas semanais, descritas no Plano de Carreira do Município, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, conforme Plano de Cargos e Remuneração do Município de Serra Alta.

Art. 2º. A Licença Prêmio será indenizada na ordem de 70% (setenta por cento) do valor integral da remuneração do mês de janeiro de 2020, referente ao período aquisitivo de 25/02/2015 a 26/04/2018, totalizando 32 dias.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, revogando-se às demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 13 de janeiro de 2020.

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI
Secretário de Administração

DECRETO Nº 015/2020 DE 13 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2310148

DECRETO Nº 015/2020 DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE CONVERSÃO DE 1/3 DE FÉRIAS EM ABONO PECUNIÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas no art. 40 da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Municipal nº 498/2001,

DECRETA:

Art. 1º. Fica determinado o pagamento de férias trabalhadas no mês de janeiro de 2020, a Servidora Municipal abaixo relacionada, que no interesse do Serviço Público dará continuidade às atividades inerentes ao cargo, pelo período de 09/01/2020 à 18/01/2020.

CLAIR FÁTIMA ANDREIS - 10 (DEZ) DIAS – PERÍODO AQUISITIVO 01/01/2019 A 31/12/2019.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto serão utilizados recursos consignados no orçamento municipal vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, revogadas as disposições em contrário.

Serra Alta/SC 13 de janeiro de 2020.

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI
Secretário de Administração

RATIFICAÇÃO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005-2020

Publicação Nº 2309690

PROCESSO Nº 005/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 005/2020

DARCI CERIZOLLI, PREFEITO MUNICIPAL DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em seu cargo e com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores, RATIFICA

RATIFICO a dispensa de licitação para a Contratação direta com o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA-CIDIR, inscrito no CNPJ sob nº 11.117.243/0001-20, estabelecido na Avenida São Paulo, Nº1615, 1º Andar, Centro, Pinhalzinho/SC, no valor global de R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais), sendo distribuído em 12 parcelas de R\$ 1.500,00 (Um mil e quinhentos reais) de janeiro a dezembro de 2020, com fundamento no Parecer Jurídico e da Comissão de Licitação, tendo como base o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas respectivas alterações.

E autorizo o empenho da Despesa no Projeto Atividade: 04.03.2.400- Manutenção da Secretaria de Planejamento e Finanças – 3.1.71.00 DR 0001 no valor total de R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais) em favor do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA-CIDIR, cujo pagamento far-se-á em 12 parcelas mensais de R\$ 1.500,00 (Um mil e quinhentos reais).

Serra Alta/SC, 13 de Janeiro de 2020.

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DL Nº 005/2020

Publicação Nº 2309682

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SERRA ALTA CNPJ: 80.622.319/0001-98 AV. DOM PEDRO II, 830 C.E.P.: 89871-000 - Serra Alta - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 5/2020 - DL Processo Administrativo: 5/2020 Processo de Licitação: 5/2020 Data do Processo: 13/01/2020
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, DARCI CERIZOLLI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 5/2020
b) Licitação Nr.: 5/2020-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 13/01/2020
e) Data da Adjudicação: 13/01/2020 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação A presente Dispensa de licitação consiste na contratação do Consórcio Público CIDIR especializado em Infraestrutura Rodoviária, para RATEAR as despesas com a prestação de serviços urbanos e execução de serviços de obras de engenharia de infraestrutura rodoviária além da manutenção das atividades do consórcio compreendendo aos meses de janeiro a dezembro de 2020.

			(em Reais R\$)
g) Fornecedores e Itens Vencedores:	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 005203 - CIDIR - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENV.	<u>1</u>	0,0000	<u>18.000,00</u>
	1		18.000,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.400.3.1.71.00.00.00.00.00 (24) Saldo: 25.000,00

Serra Alta, 13 de Janeiro de 2020.

LEONARDO VITUS JUNGES
Presidente da Comissão de Licitação

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

Sombrio

PREFEITURA

DECRETO Nº. 001/2019

Publicação Nº 2309486

DECRETO Nº 001 DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC, senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da lei nº. 2462, de 12 de dezembro 2019, (Lei Orçamentária).

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 1.200.000,00 (hum milhão e duzentos mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

05.01 – GERENCIA DE EDUCAÇÃO

1.007 – Reforma e Ampliação da Rede Física do Ensino Fundamental

4.4.90.00.00.00.00.0086 – Aplicações Diretas R\$ 1.200.000,00

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do provável excesso de arrecadação da fonte 86.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio – SC, 02 de janeiro de 2020.

Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças e Administração

PORTARIA Nº 004/2020

Publicação Nº 2309858

PORTARIA Nº. 004 DE 13 DE JANEIRO DE 2020

NOMEIA SERVIDORES APROVADOS PELO CONCURSO PÚBLICO

EDITAL Nº 001/2015 (ADMINISTRAÇÃO)

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, em exercício, Senhora Gislane Dias da Cunha, no uso da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 combinado com a Lei nº. 1.414 de 20 de maio de 2003, e suas alterações.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os servidores abaixo relacionados, aprovados no Concurso Público Edital nº. 001/2015 (Administração), para os cargos de Motorista e Professor de Letras (Inglês/Português), sendo que os referidos candidatos deveram comparecer no prazo de 10 (dez) dias, no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Sombrio, munido dos documentos exigidos pelo Edital do Concurso Público nº. 001/2015, (Administração) para tomar posse:

MOTORISTA

Nome do Candidato	Classificação
Everton Gonçalves Ferreira	15
Adenir Duarte	16

PROFESSOR DE LETRAS (INGLÊS/PORTUGUÊS)

Nome do Candidato	Classificação
Darlan Melo	9

Esta Portaria Entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio – SC, 13 de dezembro de 2019.
Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças e Administração

PORTARIA Nº 005/2020

Publicação Nº 2309860

PORTARIA Nº. 005 DE 13 DE JANEIRO DE 2020

NOMEIA SERVIDOR APROVADOS PELO PROCESSO SELETIVO - ACT , EDITAL Nº 002/2018 (SAÚDE)

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 combinado com a Lei nº. 1.414 de 20 de Maio de 2003, e suas alterações.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo – ACT, Edital nº. 002/2018 (Saúde), para o cargo de Médico Clínico Geral, com 40 (quarenta) horas semanais, sendo que o referido candidato deverá comparecer no prazo de 10 (dez) dias, no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Sombrio, munidos dos documentos exigidos pelo Edital do Processo Seletivo – ACT, nº. 002/2018, (Saúde) para tomar posse:

014 – MÉDICO CLINICO GERAL

Nome do Candidato	Classificação
Gustavo Cardoso da Silva	16

Esta Portaria Entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio – SC, 13 de janeiro de 2020.

Gislane Dias da Cunha
Prefeito Municipal e.e

Registrada e publicada nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças e Administração

PUBLICAÇÃO C.C 120-2019 - SERVIÇO DE GUINCHO-RETIFICAÇÃO

Publicação Nº 2309876

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO
AVISO DE RETIFICAÇÃO LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 120/2019
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 120/2019

Fica Retificada a redação do item 6.1.8.3 do edital, passando a vigorar a seguinte redação:

Item 6.1.8.3: Apresentar escritura pública, contrato de compra e venda ou contrato de aluguel devidamente registrado em cartório de títulos e documentos, em nome da empresa ou do (s) sócio (s) que comprove ser o licitante proprietário ou locatário de imóvel localizado no Município de Sombrio/SC a no máximo 05 (cinco) km de distância do Centro Administrativo Municipal (prefeitura).

O Edital e maiores informações na Prefeitura Municipal de Sombrio/SC, sito à Av. Nereu Ramos, 31, Centro de Sombrio/SC, no horário das 07h00 às 13h00min de segunda a sexta ou pelo telefone (48) 3533-5200 ou pelo e-mail: licita.sombrio@gmail.com.

Sombrio/SC, 13 de janeiro de 2020.

Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO Nº 019 DE 10 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2310351

DECRETO Nº.019, DE 10 DE JANEIRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SERVIDOR MUNICIPAL JOÃO PAULO GUBERT OCUPANTE DO CARGO DE CHEFE DE GABINETE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ÉDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 9º, inciso II, da Lei Municipal nº 384/2001 de 01.06.2001 e artigo 3º da Lei Municipal nº 385 de 01/06/2001, Lei Complementar 881/2013 de 15 de janeiro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado JOÃO PAULO GUBERT, portador do CPF nº027399089-62 e RG nº3.517.717, servidor público municipal de Sul Brasil-SC, ocupante do cargo em Comissão de Chefe de Gabinete, com lotação na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, vinculada a publicação no DOM Lei 1.027/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil, aos 10 de janeiro de 2020.

ÉDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

ELISANDRA ALBANI

Assessora Jurídica

DECRETO Nº 020 DE 13 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2310369

DECRETO Nº. 020, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JOAO PAULO GUBERT PARA OCUPAR O CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ÉDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto nas Leis Municipais nós. 385/2001 de 01.06.2001, 384 de 01.06.2001 e artigo 41, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado o Servidor Público Municipal JOAO PAULO GUBERT, a partir desta data, para ocupar o cargo em Comissão de Diretor do Departamento de Administração – Nível CC-7, com Lotação na Secretaria de Administração.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil, aos 13 de janeiro de 2020.

ÉDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

ELISANDRA ALBANI

Assessora Jurídica

Tangará

PREFEITURA

DECRETO Nº 004, DE 03 DE JANEIRO DE 2020. "NOMEIA COORDENADOR DA ATENÇÃO BÁSICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE TANGARÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Publicação Nº 2310426

DECRETO Nº 004, DE 03 DE JANEIRO DE 2020.

"NOMEIA COORDENADOR DA ATENÇÃO BÁSICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE TANGARÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALMOR ANTONIO VIVIAN, Prefeito Municipal de Tangará em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 74, VII, da Lei Orgânica do Município, e;

Considerando a PORTARIA Nº 2.436, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017, do Ministério da saúde, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Considerando o Ofício 653/2019/SMS/TG da Secretaria Municipal de Saúde, Assistência Social e Habitação.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a servidora MARISA SILVEIRA DAVILA KOCHAN, ocupante do cargo de Enfermeira, Matrícula nº 2681, para atuar como Coordenador da Atenção Básica da Secretaria Municipal de Saúde de Tangará – SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus jurídicos e econômicos efeitos a partir de 01 de dezembro de 2019.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 079, de 07 de agosto de 2019.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 03 DE JANEIRO DE 2020.

VALMOR ANTONIO VIVIAN
PREFEITO MUNICIPAL E.E.

DECRETO Nº 005, DE 03 DE JANEIRO DE 2020. "DISPÕE SOBRE O CUMPRIMENTO DA JORNADA DE TRABALHO SOB O REGIME DE ESCALAS NOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS QUE PRESTAM SERVIÇOS 24 HORAS POR DIA – SAMU, HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO, CASA LAR, CORPO DE BOMBEIROS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Publicação Nº 2310429

DECRETO Nº 005, DE 03 DE JANEIRO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE O CUMPRIMENTO DA JORNADA DE TRABALHO SOB O REGIME DE ESCALAS NOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS QUE PRESTAM SERVIÇOS 24 HORAS POR DIA – SAMU, HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO, CASA LAR, CORPO DE BOMBEIROS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VALMOR ANTONIO VIVIAN, Prefeito de Tangará em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, incisos VII e,

Considerando a essencialidade dos serviços de saúde e assistência social prestado à população de Tangará/SC.

Considerando que para prestar atendimento adequado nos serviços que funcionam 24 horas, há necessidade de regulamentar a jornada de trabalho dos servidores através de adoção de escalas de trabalho e revezamento.

DECRETA:

Art. 1º. A jornada de trabalho dos servidores municipais que laboram em unidades que funcionam 24 horas obedecerá ao constante neste Decreto.

Art. 2º. Observada a necessidade e conveniência da Administração, a jornada de trabalho será cumprida nos seguintes regimes de escala:

I – No SAMU:

a) 24x72 (24h de trabalho por 72h de descanso).

II – No Hospital Municipal Frei Rogério:

a) 12x36 (12h de trabalho por 36h de descanso).

III – Na Casa Lar:

a) 12x36 (12h de trabalho por 36h de descanso).

IV – No Corpo de Bombeiros:

a) 24x48 (24h de trabalho por 48h de descanso).

§ 1º. A apuração das horas trabalhadas em regime de escalas de trabalho se dará de forma mensal, considerando-se para o mês de apuração o do período de frequência.

§ 2º. Os servidores serão escalados, conforme jornada legal de trabalho, para a cobertura de serviços nas 24 horas, de segunda a segunda.

§ 3º. A Direção do Hospital Municipal Frei Rogério, emitirá, mensalmente, relação dos servidores que, devido às particularidades do serviço, não se aplica a escala de revezamento descrita na alínea “a”, do inciso II deste artigo.

Art. 3º. Os horários de início e término da jornada de trabalho e dos intervalos de descanso deverão atender ao interesse do serviço, respeitando os horários de maior concentração de público/usuário, bem como a carga horária do cargo.

Art. 4º. Fica assegurado ao servidor sujeito ao regime de revezamento, mediante organização de escala, que, em um período máximo de quatro semanas de trabalho, tenha pelo menos um domingo de descanso.

Art. 5º. Todos os servidores abrangidos pelo presente Decreto deverão respeitar os horários de trabalho de modo a garantir a continuidade entre os turnos bem como a passagem do plantão.

Art. 6º. As escalas de trabalho serão elaboradas pela chefia imediata de cada órgão elencado no art. 2º desta lei, e deverão garantir o quantitativo de servidores entre os turnos de trabalho, conforme necessidade do serviço e número de servidores lotados.

Art. 7º. Em situações excepcionais o servidor poderá solicitar troca de plantão com antecedência mínima de 24 horas e justificativa formal, que será administrada pela sua chefia imediata, sem prejuízo para os serviços.

Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na data sua publicação, retroagindo seus jurídicos e econômicos efeitos a partir do dia 01 de janeiro de 2020.

Art. 9º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 008, de 27 de janeiro de 2017.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 03 DE JANEIRO DE 2020.

NADIR BAU DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 588, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2019. “DECLARA A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

Publicação Nº 2310412

PORTARIA Nº. 588, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2019.

“DECLARA A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, inciso, VII, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 25, inciso I, da Lei n. 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1.º Declara inexigível a licitação para efetuar os serviços de instalação e operacionalização de 7 (sete) geradores de solo do sistema de anti-granizo em diversas comunidades do interior do Município de Tangará, no valor total de R\$ 128.071,08 (cento e vinte e oito mil e setenta e um reais e oito centavos), na empresa ANTI-GRANIZO FRAIBURGO LTDA-ME.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 13 DE DEZEMBRO DE 2019.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

RETIFICAÇÃO PR 096/2019

Publicação Nº 2310353

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 193/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 096/2019
RETIFICAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ/SC torna às empresas interessadas em participar do referido certame, a RETIFICAÇÃO deste. Corrige-se os requisitos de habilitação e a descrição dos itens do Pregão Presencial nº 096/2019, objeto o registro de preço a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE TENDAS MODELO (CHAPÉU DE BRUXA) E COBERTURA PARA PALCO, PARA EVENTOS ALUSIVOS DO MUNICÍPIO.

Ficando assim alterada data de abertura do mesmo, passando a vigorar com a nova redação.

Entrega dos envelopes: 27/01/2020 até às 14h00min horas

Abertura dos envelopes: 27/01/2020 às 14h00min horas

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Tangará, em dias úteis, de Segunda a Sexta – feira, das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30, na Avenida Irmãos Piccoli, nº 267, Fone (49) 3532-7450.

Tangará, 13 de Janeiro de 2020.

Valmor Antonio Vivian

Prefeito Municipal de Tangará e.e

Tigrinhos

PREFEITURA

DECRETO 108/2020

Publicação Nº 2309534

DECRETO Nº 108/2020 DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL AOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MILTON JOSÉ HUPPES, Prefeito em exercício do município de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso VI do artigo 68 da Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 35 de 03 de novembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida Revisão Geral Anual no percentual de 4,48%, a ser aplicado sobre o vencimento base dos servidores públicos municipais dos Poderes Executivos e legislativo, inclusive Agentes Políticos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua eficácia a publicação em órgão oficial.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Tigrinhos/SC, 13 de janeiro de 2020.

MILTON JOSÉ HUPPES

Prefeito em exercício

PORTARIA 028/2020

Publicação Nº 2309545

PORTARIA Nº. 028/2020, DE 10 DE JANEIRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO E POSSE PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE CONSELHEIRA TUTELAR DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MILTON JOSÉ HUPPES, Prefeito Municipal em Exercício de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e;

Considerando o Processo de Eleitoral do Conselho Tutelar de Tigrinhos, mandato 2020/2024, conforme Ata da Solenidade de Posse dos Conselheiros Tutelares, e conforme Edital CMDCA nº 001/2019 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Considerando a Nomeação e Posse dos 05 (cinco) Conselheiros (as) Tutelares mais votados, conforme Edital CMDCA nº 006/2019 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR a Sra. VERA LÚCIA DE OLIVEIRA WACHHOLZ, inscrita sob CPF nº 039.514.069-25, para exercer o cargo de CONSELHEIRA TUTELAR no Município de Tigrinhos, a partir de 10 de Janeiro de 2020, conforme Ata do Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente, recebendo a remuneração prevista na legislação Municipal vigente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA EM 10 DE JANEIRO DE 2020.

MILTON JOSÉ HUPPES

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA 029/2020

Publicação Nº 2309547

PORTARIA Nº. 029/2020, DE 10 DE JANEIRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO E POSSE PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE CONSELHEIRA TUTELAR DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MILTON JOSÉ HUPPES, Prefeito Municipal em Exercício de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e;

Considerando o Processo de Eleitoral do Conselho Tutelar de Tigrinhos, mandato 2020/2024, conforme Ata da Solenidade de Posse dos Conselheiros Tutelares, e conforme Edital CMDCA nº 001/2019 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Considerando a Nomeação e Posse dos 05 (cinco) Conselheiros (as) Tutelares mais votados, conforme Edital CMDCA nº 006/2019 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR a Sra. GÉSSICA FERNANDA NEU BASTO DE ARAUJO, inscrita sob CPF nº 095.821.019-54, para exercer o cargo de CONSELHEIRA TUTELAR no Município de Tigrinhos, a partir de 10 de Janeiro de 2020, conforme Ata do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, recebendo a remuneração prevista na legislação Municipal vigente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA EM 10 DE JANEIRO DE 2020.

MILTON JOSÉ HUPPES
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA 030/2020

Publicação Nº 2309548

PORTARIA Nº. 030/2020, DE 10 DE JANEIRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO E POSSE PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE CONSELHEIRA TUTELAR DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MILTON JOSÉ HUPPES, Prefeito Municipal em Exercício de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e;

Considerando o Processo de Eleitoral do Conselho Tutelar de Tigrinhos, mandato 2020/2024, conforme Ata da Solenidade de Posse dos Conselheiros Tutelares, e conforme Edital CMDCA nº 001/2019 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Considerando a Nomeação e Posse dos 05 (cinco) Conselheiros (as) Tutelares mais votados, conforme Edital CMDCA nº 006/2019 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR a Sra. LILIAN ROSANA ROHDEN, inscrita sob CPF nº 067.886.659-74, para exercer o cargo de CONSELHEIRA TUTELAR no Município de Tigrinhos, a partir de 10 de Janeiro de 2020, conforme Ata do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, recebendo a remuneração prevista na legislação Municipal vigente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA EM 10 DE JANEIRO DE 2020.

MILTON JOSÉ HUPPES
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA 031/2020

Publicação Nº 2309550

PORTARIA Nº. 031/2020, DE 10 DE JANEIRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO E POSSE PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE CONSELHEIRA TUTELAR DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MILTON JOSÉ HUPPES, Prefeito Municipal em Exercício de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e;

Considerando o Processo de Eleitoral do Conselho Tutelar de Tigrinhos, mandato 2020/2024, conforme Ata da Solenidade de Posse dos Conselheiros Tutelares, e conforme Edital CMDCA nº 001/2019 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Considerando a Nomeação e Posse dos 05 (cinco) Conselheiros (as) Tutelares mais votados, conforme Edital CMDCA nº 006/2019 do

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR o Sr. GEOVANI EDSON MUSCOPF, inscrito sob CPF nº 010.126.949-84, para exercer o cargo de CONSELHEIRO TUTELAR no Município de Tigrinhos, a partir de 10 de Janeiro de 2020, conforme Ata do Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente, recebendo a remuneração prevista na legislação Municipal vigente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA EM 10 DE JANEIRO DE 2020.

MILTON JOSÉ HUPPES
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA 032/2020

Publicação Nº 2309551

PORTARIA Nº. 032/2020, DE 10 DE JANEIRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO E POSSE PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE CONSELHEIRA TUTELAR DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MILTON JOSÉ HUPPES, Prefeito Municipal em Exercício de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e;

Considerando o Processo de Eleitoral do Conselho Tutelar de Tigrinhos, mandato 2020/2024, conforme Ata da Solenidade de Posse dos Conselheiros Tutelares, e conforme Edital CMDCA nº 001/2019 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Considerando a Nomeação e Posse dos 05 (cinco) Conselheiros (as) Tutelares mais votados, conforme Edital CMDCA nº 006/2019 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR a Sra. MICHELLY HONNEF, inscrita sob CPF nº 088.729.649-11, para exercer o cargo de CONSELHEIRA TUTELAR no Município de Tigrinhos, a partir de 10 de Janeiro de 2020, conforme Ata do Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente, recebendo a remuneração prevista na legislação Municipal vigente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA EM 10 DE JANEIRO DE 2020.

MILTON JOSÉ HUPPES
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA 033/2020

Publicação Nº 2309552

PORTARIA Nº. 033/2020, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MILTON JOSÉ HUPPES, Prefeito Municipal em Exercício de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar 035/2015,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias a Servidora Pública Municipal, Sra. KATIA MELISSA BALLESTRERI, Assessora Jurídica, Comissionada, Matrícula nº. 651/01, relativo ao período aquisitivo de Janeiro a Dezembro de 2019, pelo período de 05 (cinco) dias, a partir de 13 de Janeiro de 2020 a 17 de Janeiro de 2020, sendo permitido transformar 10 (dez) dias em abono pecuniário.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 13 DE JANEIRO DE 2020.

MILTON JOSÉ HUPPES
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada nesta Secretaria em treze de janeiro de dois mil e vinte.

PORTARIA 034/2020

Publicação Nº 2309553

PORTARIA Nº. 034/2020, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MILTON JOSÉ HUPPES, Prefeito Municipal em Exercício de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar 035/2015,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias a Servidora Pública Municipal, Sra. ESTELA REGINA DE LIMA SCHAFER, Secretaria Municipal de Assistência Social, Comissionada, Matrícula nº. 369/01, relativo ao período aquisitivo de Janeiro a Dezembro de 2019, pelo período de 20 (vinte) dias, a partir de 13 de Janeiro de 2020 a 01 de Fevereiro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 13 DE JANEIRO DE 2020.

MILTON JOSÉ HUPPES
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada nesta Secretaria em treze de janeiro de dois mil e vinte.

PORTARIA 035/2020

Publicação Nº 2309554

PORTARIA Nº. 035/2020, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MILTON JOSÉ HUPPES, Prefeito Municipal em Exercício de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar 035/2015,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias ao Servidor Público Municipal, Sr. ALDERI PAULO SCHAFER, Fiscal Tributário, Efetivo, Matrícula nº. 288/01, relativo ao período aquisitivo de Janeiro a Dezembro de 2018, pelo período de 20 (vinte) dias, a partir de 13 de Janeiro de 2020 a 01 de Fevereiro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 13 DE JANEIRO DE 2020.

MILTON JOSÉ HUPPES
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada nesta Secretaria em treze de janeiro de dois mil e vinte.

PORTARIA 037/2020

Publicação Nº 2309808

PORTARIA Nº. 037/2020, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

EXONERA A PEDIDO, ATRAVÉS PROGRAMA DEMISSÃO VOLUNTÁRIA, SERVIDORA MUNICIPAL OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE MERENDEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MILTON JOSÉ HUPPES, Prefeito Municipal em Exercício de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso VI do artigo 68 da lei Orgânica Municipal, LC 035/2015 e Lei Municipal nº 784/2014,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonera A PEDIDO da Servidora Pública, a Sra. SIMONE CIBULSKI, portadora do CPF nº. 044.385.839-00, do cargo Efetivo de MERENDEIRA, cadastrada sob na matrícula nº. 474/01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, que aderiu ao Programa de Demissão Voluntária no Município de Tigrinhos/SC, conforme Lei Municipal nº. 784/2014, a partir de 14 de Janeiro de 2020, conforme requerimento da mesma e seu deferimento pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 13 DE JANEIRO DE 2020.

MILTON JOSÉ HUPPES
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada nesta Secretaria em treze de janeiro de dois mil e vinte.

Tijucas

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/PMT/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/PMT/2020

Publicação Nº 2309506

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/PMT/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/PMT/2020

Objeto: Locação de Software AUTODESK AUTOCAD 2020, com as condições expostas no Termo de Referência, a fim de atender as necessidades da área de projetos, da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, do município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço por Item

Data de Abertura: 27 de janeiro de 2020, as 08h00;

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. B-chelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/FMS/2020 DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/FMS/2020

Publicação Nº 2309822

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

O Município de Tijucas SC, inscrito sob o CNPJ n. 82.577.636/0001-65, com sede na Rua Cel. B-chelle, 01, centro, Tijucas SC, de conformidade com a Lei n. 8.666/93, alterada pela Lei n. 8.883/94, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação - CPL comunica que dispensou o Processo Licitatório conforme:

Processo Licitatório nº 001/FMS/2020

Dispensa de Licitação nº 001/FMS/2020

Objeto: Aquisição de medicamentos visando atender as demandas de atendimento do Fundo Municipal de Saúde que atendem Farmácia Básica, Pronto Atendimento e SAMU do município de Tijucas/SC.

Contratado: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA.

Valor: R\$. 16.947,35 (Dezesseis mil, novecentos e quarenta e sete reais e trinta e cinco centavos).

Amparo Legal: Art. 24, incisos II, artigo 23, inciso I, alínea "a" e inciso II, alínea "a" da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores c/c Parecer Jurídico Favorável n. 007/2020/PGM.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

ERRATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 194/PMT/2019 - PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 114/PMT/2019

Publicação Nº 2309845

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 194/PMT/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 114/PMT/2019

REPUBLICAÇÃO E NOVA DATA DE ABERTURA
ERRATA

Objeto: Prestação de serviço de limpeza de caixa de gordura, caixa de passagem, filtro, sumidouro e desentupimento de fossa, pia, vaso sanitário, tubulação e cano de esgoto, para Secretaria de Administração, Fundo Municipal de Assistência Social, Polícia Civil, Bombeiro Militar, Fundo Municipal de Saúde, Secretaria de Educação e Fundação Cultural e Tradição, do município de Tijucas/SC.

ERRATA DOS ITENS: 12.2.8, 12.2.10, 12.2.11, 12.2.22 – "Qualificação Técnica" e no Objeto – "Prestação de serviço de Caminhão Hidrojato de no mínimo 15m³...."

Tipo: Menor Preço por global;

Data de Abertura: 22 de janeiro de 2020, as 08h00;

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. B-chelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO ATA DE JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO APÓS PRAZO DE RECURSO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/SAMAE/2019 DA TOMADA DE PREÇO Nº 006/SAMAE/2019

Publicação Nº 2309579

ATA DE JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO APÓS PRAZO DE RECURSO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/SAMAE/2019
TOMADA DE PREÇO Nº 006/SAMAE/2019

Aos treze dias do mês de janeiro de dois mil e vinte, às nove horas, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Tijucas - SC, reuniram-se a Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria nº 2252/2020 de 06/01/2020, para julgar a Documentação após recurso do Processo Licitatório nº 054/SAMAE/2019 Tomada de Preço nº 006/SAMAE/19, para a para a Contratação de empresa para Execução das Obras Cíveis para Complementação de Rede de Esgoto da Rua Antônio Apolônio Vargas, do município de Tijucas/SC, SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, de acordo com as condições estipuladas neste Edital, nos seus anexos e no contrato, cujos termos, igualmente, o integram. Foram observados os devidos procedimentos de publicidade e legalidade, o qual encontra-se o edital disponível no site do município www.tijucas.sc.gov.br - licitações no momento da abertura desta sessão. Após habilitação da empresa, LF EMPRETEIRA DE MÃO DE OBRA ME. Ficou aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recurso, conforme artigo 109, inciso I "a" da Lei 8.666/93, o qual ninguém manifestou intenção de recorrer. Nada mais havendo a declarar, a Presidente da CPL encerra a sessão. Publique-se para os fins e efeitos legais, designando à abertura da proposta da empresa habilitada para o certame, para o dia 15/01/2020, 09h00. Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. B-chelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.
Jilson José de Oliveira – PRESIDENTE DO SAMAE

EXTRATO SEXTO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO 220/PMT/15

Publicação Nº 2309646

EXTRATO SEXTO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 220/PMT/15 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 132/PMT/15
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

CONTRATADA: AGENTSERV SERVIÇOS GERAOS E ADMINISTRAÇÃO EIRELLI EPP

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VIGILÂNCIA FÍSICA PARA AS DEPENDÊNCIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL, DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC

PRAZO PRORROGADO: DE 01/01/2020 A 18/05/2020

TIJUCAS/SC, 20 DE DEZEMBRO DE 2019.

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 001/FMS/2020 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/FMS/2020 DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/FMS/2020

Publicação Nº 2309854

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 001/FMS/2020 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/FMS/2020 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/FMS/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS VISANDO ATENDER AS DEMANDAS DE ATENDIMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE QUE ATENDEM FARMÁCIA BÁSICA, PRONTO ATENDIMENTO E SAMU DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

VALOR: R\$. 16.947,35 (Dezesseis mil, novecentos e quarenta e sete reais e trinta e cinco centavos).

TIJUCAS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2020.

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 002/PMT/2020

Publicação Nº 2309615

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 002/PMT/2020 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/PMT/19 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/PMT/20

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

CONTRATADA: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAI

OBJETO: contratação da universidade do vale do itajaí (univali) para prestar serviços de assessoria e realizar formação continuada para rede municipal de educação do município de tijucas, para atender a educação infantil e fundamental, sendo um total de 500 horas, da secretaria

municipal de educação, do município de tijucas/sc.

VALOR: R\$. 265.000,00 (Duzentos e sessenta e cinco mil reais).

TIJUCAS/SC, 10 DE JANEIRO DE 2020.

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº003/PMT/2020

Publicação Nº 2310750

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 003/PMT/2020 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/PMT/19 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/PMT/20

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

CONTRATADA: HALLAN DOUGLAS DA SILVA FLORES

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL CAPACITADO PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO ELÉTRICO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, NO BAIRRO NOVA DESCOBERTA, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

VALOR: R\$. 4.800,00 (Quatro mil e oitocentos reais).

TIJUCAS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2020.

PREVISERTI - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS

PORTARIA 001/2020 - RETIFICA A PORTARIA Nº 010/2018

Publicação Nº 2309485

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Tijucas – PREVISERTI

PORTARIA nº 001, de 09 de janeiro de 2020.

Retifica a Portaria nº 010/2018 a qual concedeu Pensão por Morte, em caráter integral, nos termos do art. 40, §7º inciso I da Constituição Federal, do art. 2º, inciso I da Lei federal nº 10887/04 e do art. 81, inciso I da Lei Complementar Municipal nº 37/2015, a dependente presumida do servidor JOÃO RAMOS DA SILVA a partir de 16/07/2018.

Christian Rocha Neves

Presidente do PREVISERTI

PORTARIA 002/2020 - ANULA A PORTARIA Nº 007/2017 E CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À LENIR MAURÍCIO CHAGAS

Publicação Nº 2309705

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Tijucas – PREVISERTI

PORTARIA nº 002, de 13 de janeiro de 2020.

Anula a Portaria nº 007/2017 que concedeu aposentadoria por idade e tempo de contribuição, pela regra de transição, em caráter integral, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 92 da Lei Complementar Municipal nº 37/15 e Processo Administrativo nº 2017005, a servidora LENIR MAURÍCIO CHAGAS, e concede aposentadoria por idade e tempo de contribuição, pela regra de transição, em caráter integral, com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 e Parágrafo Único do art. 94 da Lei Complementar Municipal nº 37/15 e Processo Administrativo nº 2017005, a servidora LENIR MAURÍCIO CHAGAS.

Christian Rocha Neves

Presidente do PREVISERTI

Timbó

PREFEITURA

PORTARIA NO 1772, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2310092

PORTARIA No 1772, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019

Autoriza Servidor Público Municipal, lotado na Administração Direta, a conduzir veículo oficial, em serviço, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base na Lei nº 1931, de 27 de maio de 1997, e

Considerando que a Lei 9.503/97 que estatuiu o Código de Trânsito Brasileiro estabelece em seu artigo 257, §3º, que ao condutor caberá a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo;

Considerando que por força do Pré-Julgado nº 1.216 da lavra do Auditor Evângelo Spyros Diamantaras, onde, em seu teor assenta que "A responsabilidade pelo pagamento das multas de trânsito cabe a quem as cometeu, ou seja, ao motorista, se a infração for inerente à condução do veículo, ou ao responsável pela manutenção e pagamento de taxas, se este deixar de fazê-lo.", Resolve:

AUTORIZAR A CONDUÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL NOS TERMOS QUE SE IMPÕE:

Art. 1º Fica o Servidor Público Municipal abaixo identificado, autorizado a conduzir veículo oficial de propriedade deste Município, quando no exercício de suas funções necessitar deslocamento e não haja motorista oficial disponível, a contar desta data:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E AGRÍCOLAS		
NOME	CARGO DE PROVIMENTO TEMPORÁRIO	Nº CNH / CATEGORIA
Charles Joel Kroenke	Auxiliar Operacional I	02944644802 / AD

Art. 2º Fica o servidor desde já cientificado que durante o período em que estiver de posse do veículo, é responsável não só por sua conservação, nos termos do artigo 117, inciso VII da LC 01/93, como também por todo ato que venha a executar com o veículo na via pública, respondendo diretamente pelo adimplemento de toda e qualquer despesa que, pela incorreta utilização do veículo, venha ocasionar à administração e/ou terceiros, em especial as penalidades por infrações de trânsito.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de dezembro de 2019; 150º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1773, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2310093

PORTARIA No 1773, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019

Autoriza a contratação de Servidor em caráter temporário para a Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e Lei nº 2045, de 22/12/98 e alterações,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL (Fundo Municipal de Saúde)						
Cargo: Médico (GP-75)						
Nome	Código Func.	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período

LUCAS PECKER DE AZAMBUJA (Vacância do cargo/ aprovado no Proc. Seletivo 008/2019)	404135024	1	23/01/1990	021.063.220-89	20h	11/12/2019 a 31/01/2020
--	-----------	---	------------	----------------	-----	----------------------------

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de dezembro de 2019; 150º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1774, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2310096

PORTARIA No 1774, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019

Concede exoneração ao Servidor Público Municipal, de cargo de provimento temporário, lotado na Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO ao Servidor Público Municipal, conforme abaixo relacionado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL			
NOME	CARGO (Contratação Temporária)	PORT.DE CONTRATAÇÃO	A CONTAR DE
Lucas Pecker de Azambuja	Médico	Nº 1561, de 12/08/2019	10/12/2019

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de dezembro de 2019; 150º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº 1775, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2310099

PORTARIA Nº 1775, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019

Altera a data do término do período de contratação de Servidores lotados na Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município e Lei nº 2045, de 22 de dezembro de 1998 e alterações,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a data do término do período de contratação de Servidores abaixo relacionados:

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO (Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos)			
NOME	CÓDIGO FUNC.	CONTRATO	ALTERAR PARA
ALANA FERNANDES SILVA	4040914	3	30/03/2020
MATHEUS HENRIQUE BENDOTTI	404134938	2	30/03/2020

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de dezembro de 2019; 150º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº 1776, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2310102

PORTARIA Nº 1776, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019

Altera a data do término do período de contratação de Servidores lotados na Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município e Lei nº 2045, de 22 de dezembro de 1998 e alterações,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a data do término do período de contratação de Servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL			
NOME	CÓDIGO FUNC.	CONTRATO	ALTERAR PARA
ALCIONE MULLER	404134665	0	15/01/2020
ALINE CRISTINA DUTRA ALECRIM	404135097	0	31/01/2020
ALINE WISNIESKI LEMKE	404135109	0	31/01/2020
AMANDA MARTINS CAMARGO	404134836	0	31/01/2020
ANA PAULA DE OLIVEIRA	40408498	0	31/01/2020
ANA REGINA IASCHOMBEK	576735	1	31/01/2020
ANTONIO CARLOS RICARDO	4041209	10	31/01/2020
BÁRBARA LETÍCIA DIAS NITSCHKE	404134890	0	31/01/2020
BRUNA POLIANA LAZZAROTTO DE ALCANTARA	40408435	2	31/01/2020
BRUNA VIDAL FIGUEIREDO	404135053	0	31/01/2020
CAMILA HILTRUDES NAU	40408507	1	31/01/2020
CARLA CASTRO BARBOSA	404134898	0	31/01/2020
CHARLES DE OLIVEIRA	404134713	0	31/01/2020
DANIELE GUTZ	40408518	2	31/01/2020
DANIELLE MORENO PARREIRA	40408489	0	31/01/2020
EDUARDO ANASTASIO	404134911	0	31/01/2020
EVELYN BARBOSA	404134835	0	31/01/2020
FABIANA DE FATIMA SANTOS	4041338	2	31/01/2020
FERNANDA LOSEKANN	40408569	0	31/01/2020
FLAVIA DE ABREU LOURENÇO	404134837	0	31/01/2020
GUILHERME AUGUSTO TOMASELLI	4040876	4	31/01/2020
HALEXANDRA GOMES FRANCO RODRIGUES	404135101	0	31/01/2020
JANAINA TAPPARO BRAIER	404134884	0	31/01/2020
JANES OSS EMER	1068652	7	31/01/2020
KATHIA SALETE PICININI BENDOTTI	404134509	2	31/01/2020
LARISSA CARLA PIUNKOWSKI	40408433	1	31/01/2020
LUCAS PECKER DE AZAMBUJA	404135024	0	31/01/2020
LUIZA SCHULZE	404134474	2	31/01/2020
MAIRA TARTARE BUTKE	4040906	1	31/01/2020
MAISA PRUBE VIEIRA	40408562	0	31/01/2020
MARCELA OBERZINER	404134833	0	31/01/2020
MARE-STELA ZUMACH	404134838	0	31/01/2020
MARIA DE LOURDES FERREIRA DA SILVA	404134754	0	31/01/2020
MARIA EDUARDA MENESTRINA VIEIRA NEGRI	40408455	1	31/01/2020
MARIA ISABEL SCHUTZ	404134983	1	31/01/2020
MARJORIE MERGEN	404135011	0	31/01/2020
PAMELA REGINA MARTINELLI MARCHI	4040946	2	31/01/2020
PRICYLLA HAGEMANN	40408490	1	31/01/2020
PRISCILA TUANE BATISTA	404134561	0	31/01/2020

QUEREN HAPUQUE GOMES SILVA	365378	4	31/01/2020
ROSA MARIA FERREIRA DA SILVA	40408559	0	31/01/2020
ROSELI APARECIDA MONTEIRO DA SILVA	251151	6	31/01/2020
ROSILDA DA SILVA	404135110	0	31/01/2020
SUZANA BEDIN DE SOUZA	204030	2	31/01/2020
TATIANE SCHUHLI	404134834	0	31/01/2020
VALDIR MANFRINI	40408422	1	31/01/2020
VERA MARCIA DE LIZ	4004787	3	31/01/2020
WELTON MARCELO DOS SANTOS	404135108	0	31/01/2020
WILLIAM MATIAS ZIMMERMANN	404135103	0	31/01/2020
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
NOME	CÓDIGO FUNC.	CONTRATO	ALTERAR PARA
IVONETE APARECIDA RODRIGUES GONÇALVES	404135039	0	13/12/2019
CARINA RENATA DAL CORTIVO DUARTE	345830	4	31/01/2020
MARCIA KLITZKE	404135062	0	31/01/2020
PATRICIA FAES	212032	5	31/01/2020

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de dezembro de 2019; 150o ano de Fundação; 85o ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº 1777, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2310105

PORTARIA Nº 1777, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019

Altera a data do término do período de contratação de Servidores lotados na Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município e Lei nº 2045, de 22 de dezembro de 1998 e alterações,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a data do término do período de contratação de Servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO			
NOME	CÓDIGO FUNC.	CONTRATO	ALTERAR PARA
D' JONATHA BRAYAN CRISTOFOLINI	4041037	2	30/03/2020
DULCE LEIA DÜRCKSEN	404135100	0	30/03/2020
ELIZABETH MARIA ROCHA FERREIRA	4040732	3	30/03/2020
HANA CAROLINA STEUCK	4041084	1	30/03/2020
MAICO ROBERTO BOSHAMMER	4040977	0	30/03/2020
MICHELE BUENO PERES DOS SANTOS	404135057	0	30/03/2020
NICHOLAS FOGOLARI PEREIRA	404134708	1	30/03/2020
SELMA CRISTIANE MACHADO VALENTINO	404135063	0	30/03/2020
THIAGO CAMARA DE VICARI	404135008	1	30/03/2020

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de dezembro de 2019; 150o ano de Fundação; 85o ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº 1778, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2310107

PORTARIA Nº 1778, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019

Altera a data do término do período de contratação de Servidor lotado na Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município e Lei nº 2045, de 22 de dezembro de 1998 e alterações,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a data do término do período de contratação de Servidor abaixo relacionado:

GABINETE DO PREFEITO			
NOME	CÓDIGO FUNC.	CONTRATO	ALTERAR PARA
WALDEMAR ELIZIO NETO	404134711	1	30/03/2020

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de dezembro de 2019; 150o ano de Fundação; 85o ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº 1779, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2310108

PORTARIA Nº 1779, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019

Altera a data do término do período de contratação de Servidores lotados na Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município e Lei nº 2045, de 22 de dezembro de 1998 e alterações,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a data do término do período de contratação de Servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO, MEIO AMBIENTE, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS			
NOME	CÓDIGO FUNC.	CONTRATO	ALTERAR PARA
EDEMIR DALMONICO	20559	3	30/06/2020
LUANA STUEPP	4041154	2	30/06/2020
STEFANI JAQUELINE MAAS	404135009	1	30/06/2020
FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO			
NOME	CÓDIGO FUNC.	CONTRATO	ALTERAR PARA
DIEGO MICAEL VENERA DA ROSA	109983	1	30/06/2020
FLAVIO OSS-EMER	404135010	1	30/06/2020
HILTON DREICK WERNER HARBS	404134700	0	30/06/2020
IRINEU RAMOS DE ANDRADE	223670	3	30/06/2020
JANETE RIBEIRO LUIZ CORREIA	404134899	0	30/06/2020
JEREMIAS DE OLIVEIRA DA SILVA	4094581	1	30/06/2020
WALDEMAR NARDELLI	82422	0	30/06/2020

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo

Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de dezembro de 2019; 150º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

RESOLUÇÃO Nº. 001- SEMFA, 10 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2310510

RESOLUÇÃO Nº. 001- SEMFA, 10 de Janeiro de 2020

Informa o valor da Unidade Fiscal do Município para o ano-calendário 2020 e dá outras providências.

A Secretária Municipal da Fazenda e Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29/12/2000, c/c o disposto na Lei Complementar nº 142, de 21/12/98, § 3º do art. 1º da Lei Complementar nº 193, de 28/12/00 e art. 6º da Lei Complementar nº 255 de 22/12/03; considerando a divulgação do índice do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, mensal (12/2019 = 1,15%) e acumulado no exercício 2019 (4,31%) pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

RESOLVE:

1) A expressão monetária da Unidade Fiscal do Município (UFM), criada pela Lei Complementar nº 193/2000, estabelecida em R\$ 3,2205 para o ano calendário 2015, R\$ 3,5641 para o ano calendário 2016, R\$ 3,7883 para o ano calendário 2017, R\$ 3,9001 para o ano calendário 2018, R\$ 4,0464 para o ano calendário 2019, R\$ 4.2208 para o ano calendário 2020, para vigorar a partir de 01 de fevereiro de 2020.

2) Observado o disposto acima, a expressão monetária da UFM para o ano-calendário 2020 corresponderá à R\$ 4.2208.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de Janeiro de 2020.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretaria Municipal da Fazenda e Administração

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ

PORTARIA N. SAMAE 300 - ALTERA DATA TÉRMINO CONTRATO TEMPORÁRIO - 31.01.2020

Publicação Nº 2310064

PORTARIA Nº SAMAE -300, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019

Altera a data do término do período de contratação de Servidores lotados no SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 15 V da Lei Complementar n. 212, de 21 de Dezembro de 2001, alterada pela Lei Complementar n. 234, de 12 de Dezembro de 2002, e Lei Complementar n. 425, de 20 de Dezembro de 2012, bem como amparado pela necessidade temporária de excepcional interesse público prevista na Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e pela Lei nº 2819, de 22/12/2015;

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a data do término do período de contratação dos Servidores abaixo relacionados:

NOME	ALTERAR PARA
ADRIANO KLEMEZ	31/01/2020
ADRIANO OLIVEIRA	31/01/2020
ANTONIO DA SILVA	31/01/2020
ANTONIO VICTOR MOURA PINHEIRO	31/01/2020
ARIEL MARINHO DO ROSÁRIO	31/01/2020
BRUNA DANIELA MELERE	31/01/2020
CATIA ERDMANN	31/01/2020
CRISTIANO ROEPCKE STEFFEN	31/01/2020
EDEGAR LOMBARDI	31/01/2020
ESTEFANIA DA COSTA AQUINO	31/01/2020
EVANDRO DOS SANTOS	31/01/2020
GILDA ANACLETO	31/01/2020
GUSTAVO OSMAR SIMM COSTA	31/01/2020
JAIME MAAS	31/01/2020
JEFERSON LEANDRO STEFFEN	31/01/2020

JOSIANE ALVARES	31/01/2020
JOZUE NEVES DA COSTA	31/01/2020
LEANDRO MARTINEZ DA SILVA	31/01/2020
LUCAS ALBERTO KLITZKE	31/01/2020
LUCAS ANDERSON MARTINEZ DA SILVA	31/01/2020
MAICO STEFFEN	31/01/2020
MARCIA VANDERLEIA DOS SANTOS PINHEIRO	31/01/2020
MARCOS STEFFEN	31/01/2020
MAXIMILIANA ANDRONHUC	31/01/2020
MICHEL BUTKE	31/01/2020
MOACIR STANO	31/01/2020
RENAN JEAN DANNA	31/01/2020
RIVALDO LOPES SOARES	31/01/2020
VALDECIR ANACLETO CARDOSO	31/01/2020
VANDERLEI GESSNER	31/01/2020

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 18 de Dezembro de 2019; 150o ano de Fundação; 85o ano de Emancipação Política.

WALDEMAR GEBAUER
Diretor Presidente

PORTARIA N. SAMAE 301 - CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA - FISCAL LEITURISTA - PROCESSO SELETIVO

Publicação Nº 2310065

PORTARIA N. SAMAE- 301, DE 06 DE JANEIRO DE 2020

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó – SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.15, V da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001 e alterações;

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no inciso VIII e IX do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e pela Lei 2819, de 22/12/2015;

Considerando a homologação do resultado final do Processo Seletivo n. 09/2019;

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

Cargo: FISCAL LEITURISTA				
Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
CRISTIAN OLIVEIRA DOS SANTOS (vacância do cargo por ausência de aprovados em concurso público)	15/06/1990	038.676.995-85	35 horas	08/01/2020 a 31/01/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 06 de Janeiro de 2020; 150o ano de Fundação; 85o ano de Emancipação Política.

WALDEMAR GEBAUER
Diretor Presidente

TIMBOPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TIMBÓ**PORTARIA TIMBOPREV Nº 01, DE 02 DE JANEIRO DE 2020**

Publicação Nº 2309790

PORTARIA TIMBOPREV Nº 01, DE 02 DE JANEIRO DE 2020

Designa e autoriza Servidores Públicos do TIMBOPREV a elaborar e rubricar o documento intitulado "Carta Margem Consignável" para autorização do servidor ativo e inativo do TIMBOPREV, a descontar através da folha de pagamento importâncias destinadas à satisfação de compromissos assumidos com entidades de classe, Órgãos Públicos, Cooperativas constituídas de servidores públicos estaduais e instituições bancárias devidamente credenciadas junto ao Município de Timbó.

A DIRETORA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, alterado pela Lei Complementar nº 473, de 22 de dezembro de 2015, e considerando o exposto no §1º do art. 58 da Lei Complementar n. 01, de 22 de outubro de 1993,

RESOLVE

Art.1º DESIGNAR e autorizar os Servidores Públicos Municipais Carmelinde Brandt, Maria Luiza Eyng, Rafaela Krieser dos Santos e Thais Becker, a elaborar e rubricar o documento intitulado "Carta Margem Consignável" para autorização dos servidores públicos ativos e inativos (aposentados e pensionistas) do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Timbó - TIMBOPREV, a descontar através de folha de pagamento importâncias destinadas à satisfação de compromissos assumidos com entidades de classe, Órgãos Públicos, Cooperativas constituídas de servidores públicos estaduais e instituições bancárias credenciadas junto ao Município de Timbó/SC.

§1º A consignação em folha de pagamento não implica responsabilidade do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Timbó - TIMBOPREV por dívida, inadimplência, desistência ou pendência de qualquer natureza assumida pelo consignado perante a entidade consignatária.

§2º O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Timbó - TIMBOPREV não integra qualquer relação de consumo originada, direta ou indiretamente, entre consignatária e consignado, limitando-se a permitir os descontos previstos no art. 58 da Lei Complementar n. 01, de 22 de outubro de 1993, que estabelece que os descontos autorizados e as consignações em Folha de Pagamento, não serão superiores a 30% (trinta por cento) da remuneração mensal, abstraidos os descontos legais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de janeiro de 2020; 150º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

CARMELINDE BRANDT

Diretora Administrativa-Financeira do TIMBOPREV

Três Barras

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO 51/2019 - PMTB

Publicação Nº 2309791

EXTRATO DO CONTRATO Nº 51/2019 – PMTB.

Processo Licitatório nº 99/2019

Modalidade: “Tomada de Preços nº 08/2019”

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.400/0001-35, com sede na Avenida Santa Catarina, nº. 616, em Três Barras – SC, por seu Prefeito Municipal o Sr. Luiz Divonsir Shimoguri, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Três Barras - SC, doravante denominado CONTRATANTE.

Contratado: PROGRESSO AMBIENTAL EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 01.901.227/0001-70, regularmente estabelecida na Rodovia Ingo Hering (BR 470), lado par, nº 17120, Belchior Baixo, cidade de Gaspar – SC, CEP. 89.117-395, neste ato representado por seu responsável legal, doravante denominado de CONTRATADA.

Base Legal: Este Instrumento Contratual encontra-se amparo legal na Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei 8.666/1993, artigo 22 inciso II §3º, artigo 23 inciso I alínea “b” e artigos 54 à 80, bem como as condições dispostas no “Processo Licitatório nº 99/2019”, modalidade de “Tomada de Preços” nº 08/2019”.

Objeto: O objeto do presente contrato é a contratação de MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAIS com encargos para: CONTINUIDADE E CONCLUSÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA USINADO A QUENTE no trecho da RUA BENEDITO CORDEIRO, Bairro Vila Nova, num total de 151,35 (cento e cinquenta e um vírgula trinta e cinco) metros lineares de acordo com as especificações contidas na Pasta Técnica, anexo VIII do Procedimento Licitatório nº 99/2019, pelo valor total de R\$ 123.382,90 (cento e vinte e três mil e trezentos e oitenta e dois reais e noventa centavos);

CONTRATO DE REPASSE Nº 1.037.461-52/2017 – SIAFI nº 844420 – Programa Planejamento Urbano – Ministério das Cidades.

Vigência: A vigência do presente Contrato será de 04 (quatro) meses com início em 27 de novembro de 2019 com término previsto para 26 de março de 2020, podendo ser prorrogado e / ou modificado até o limite permitido por Lei, mediante termo aditivo.

Valor: R\$ 123.382,90 (cento e vinte e três mil e trezentos e oitenta e dois reais e noventa centavos);

Previsão Orçamentária: As despesas decorrentes do presente Contrato ficam vinculadas à previsão orçamentária da SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS. Composição dos recursos: a) R\$ 89.011,63 - Oriundos do Contrato de Repasse nº 1.037.461-52/2017 – SIAFI nº 844420 – Programa Planejamento Urbano – Ministério das Cidades e b) R\$ 34.371,27 – Oriundos de recursos próprios do município de Três Barras – SC.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 04 de dezembro de 2019.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 004/2020

Publicação Nº 2310087

“AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL”.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

Procedimento Licitatório nº. 004/2020 - Edital Pregão nº. 01/2020.

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.851/2005, Decreto Municipal nº. 4721/2018 e ainda da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, receberá até as 09 h e 00 min. do dia 27 de janeiro de 2020, Propostas para Prestação de Serviços de Oficineiros para ministrar oficinas de: Capoeira, Teatro, Futebol e Música (violão), em conformidade com o edital.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 27 de janeiro de 2020.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – Fone/Fax: 47 3623-0121 – Três Barras - SC ou no site: <http://tresbarras.sc.gov.br> ícone “LICITAÇÕES ABERTAS”.

Três Barras - SC, 10 de janeiro de 2020.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI – PREFEITO MUNICIPAL

NILTON AVANIR HURMUS - PREGOEIRO

PROCESSO SELETIVO 002/2019 EDUCAÇÃO INFANTIL

Publicação Nº 2310533

PROCESSO SELETIVO 002/2019

EDUCAÇÃO INFANTIL

Classificação	Candidato (a)	Nº inscrição	Resultado
1.	Miriam Kelli S. P. de Lima	338	Aprovado(a) **

2.	Simone Mazureki Soares de Lima	232	Aprovado(a)
3.	Alice Thietdke	216	Aprovado(a)
4.	Cleunice Kosak	408	Aprovado(a)
5.	Edilene Maria Streit de Almeida	83	Aprovado(a)
6.	Carmen Joseli Protzka	413	Aprovado(a)
7.	Clarice Aparecida Maciel	91	Aprovado(a)
8.	Gabriele Bellotto Rudey Scheuer	342	Aprovado(a)
9.	Vera Lucia Rodrigues S.Piotrowski	117	Aprovado(a)
10.	Natana Mara Bueno da Rocha	486	Aprovado(a)
11.	Gilliane Neris Muchinski	296	Aprovado(a)
12.	Karina Franco Fagundes	243	Aprovado(a)
13.	Glaciéli Machado Wachtel	299	Aprovado(a)
14.	Maristela Greschechen	366	Aprovado(a)
15.	Cátia Alórem Palhano	177	Aprovado(a)
16.	Michele Cristina Wosiack	454	Aprovado(a)
17.	Adriana Aparecida Schatzmann	92	Aprovado(a)
18.	Elizete de Fátima Machado de Souza	147	Aprovado(a)
19.	Marli de Fátima Piscoski	306	Aprovado(a)
20.	Kelin Rosiane Cornelsen Imianovski	490	Aprovado(a)
21.	Cássia de Fátima Bomfim Karvat	409	Aprovado(a)
22.	Ana Cátia Gonçalves Dransfeld	403	Aprovado(a)
23.	Natali Welke Lech Pauluka	130	Aprovado(a)
24.	Lucimara Ap. F. de Souza Gonçalves	359	Aprovado(a)
25.	Silmara Franco Teixeira	242	Aprovado(a)
26.	Milene de Souza Rodrigues Veiga	467	Aprovado(a)
27.	Kevellin Marinês M. Dos S. Pinheiro	30	Aprovado(a)
28.	Gilvane Fátima de Oliveira Adur	161	Aprovado(a)
29.	Jéssica Kaminski Alves Massaneiro	291	Aprovado(a)
30.	Fernanda Baptista Moreira Voigt	60	Aprovado(a)
31.	Sabrina Cornelsen	274	Aprovado(a)
32.	Patrícia de Melo Rezende	305	Aprovado(a)
33.	Rozeli Terezinha C. de Oliveira	54	Aprovado(a)
34.	Maria Aparecida Rodrigues Loik	101	Aprovado(a)
35.	Maria Dorotéia P. Machado de Souza	07	Aprovado(a)
36.	Rosane Terezinha Demski	162	Aprovado(a)
37.	Carla Cavalheiro	382	Aprovado(a)
38.	Danny Kuka de Lorena	253	Aprovado(a)
39.	Zelinda Mazorovicz Domingos Pinto	113	Aprovado(a)
40.	Sisleine Dias Kotarsky	33	Aprovado(a)
41.	Jesica Suzana Ribeiro	349	Aprovado(a)
42.	Marcia Regina R. Ferreira Filho	457	Aprovado(a)
43.	Jésica Suzana M. Rodecz Schiessl	270	Aprovado(a)
44.	Luciana de Fátima Wendt	85	Aprovado(a)
45.	Diule Emanuele de Oliveira	215	Aprovado(a)
46.	Amarilda de Jesus Lopes Blanck	272	Aprovado(a)
47.	Ívana Júlia Santos Prestes	279	Aprovado(a)
48.	Kaleandra G. de Almeida dos Santos	77	Aprovado(a)
49.	Danieli Oliskowski Erzinger	214	Aprovado(a)
50.	Neuseli Beyersdorff Olsen	153	Aprovado(a)
51.	Camile Novak Frago	250	Aprovado(a)
52.	Irinéia Weng Bileski	390	Aprovado(a)
53.	Samara Stuber da Silva	53	Aprovado(a)
54.	Maria José Padilha	28	Aprovado(a)
55.	Daniele da Silva	325	Aprovado(a)
56.	Vitor Lucas Krull Calado	401	Aprovado(a)
57.	Giane Aparecida Martins Soares	459	Aprovado(a)
58.	Cristina Aparecida Becker dos Santos	239	Aprovado(a)
59.	Deisi Cristina de Lima Zapor	238	Aprovado(a)
60.	Rosane Sampaio Schiessl	290	Aprovado(a)
61.	Michele Szczygiel	421	Aprovado(a)
62.	Regiane Romilda Marcondes	180	Aprovado(a)
63.	Heloisa de Fátima Ulthes	136	Aprovado(a)
64.	Alicéia Glinski Lemos Krynski	466	Aprovado(a)
65.	Patrícia Maria Silva de Melo	135	Aprovado(a)

66.	Andriele Padilha Demikovski	194	Aprovado(a)
67.	Rosemeri Rocha Przyvitoski	416	Aprovado(a)
68.	Lucimara Aparecida Peters	103	Aprovado(a)
69.	Délis Glinski Furtado Guis	208	Aprovado(a)
70.	Izolda Benjamim Gonçalves	62	Aprovado(a)
71.	Jéssica de Fatima Ulthes	364	Aprovado(a)
72.	Andressa Pires Soares	41	Aprovado(a)
73.	Noélia Tinfe Follador	264	Aprovado(a)
74.	Regina Celia Franco	275	Aprovado(a)
75.	Juliana Iarrocheski	118	Aprovado(a)
76.	Sheila Cristina Cordeiro Alves Bueno	397	Aprovado(a)
77.	Eliane Aparecida Soares Zanella	412	Aprovado(a)
78.	Maria da Luz de Oliveira	477	Aprovado(a)
79.	Ariane Caroline Krailing	06	Aprovado(a)
80.	Gislaine Smangozevski	133	Aprovado(a)
81.	Juliana Kriginski Votcoski	360	Aprovado(a)
82.	Joelma Bueno da Cruz	179	Aprovado(a)
83.	Lauriane Maria Iendras	475	Aprovado(a)
84.	Marilene Madeira Ferreira	80	Aprovado(a)
85.	Alexandra Aparecida de Castro	438	Aprovado(a)
86.	Rosângela Maria Nizer	400	Aprovado(a)
87.	Jociane Helena Lecin	18	Aprovado(a)
88.	Manuelle Anita Pires Heiden	174	Aprovado(a)
89.	Maria Dinacir Silva	202	Aprovado(a)
90.	Fabiane Pedro Leandro	207	Aprovado(a)
91.	Édna Aparecida Mazureki Momot	233	Aprovado(a)
92.	Carine dos Anjos Ottomayer Pimenta	143	Aprovado(a)
93.	Sabrina de Agostinho	98	Aprovado(a)
94.	Janaine Aparecida Juraszck	31	Aprovado(a)
95.	Bianca de Cássia Griten Pires	365	Aprovado(a)
96.	Marly Veiga	251	Aprovado(a)
97.	Terezinha de Jesus Kelcserski Salai	302	Aprovado(a)
98.	Eliane Maria Dias Geraldo	378	Aprovado(a)
99.	Isabel Cristina Euclides	386	Aprovado(a)
100.	Eloina Maria Massaneiro	480	Aprovado(a)
101.	Jeniffer Aparecida Justino dos Santos	49	Aprovado(a)
102.	Roseli Guenze	353	Aprovado(a)
103.	Maiara Correa	111	Aprovado(a)
104.	Jaqueline Jonko	446	Aprovado(a)
105.	Juliana Aparecida Carneiro	391	Aprovado(a)
106.	Maria Lucia Mendes	02	Aprovado(a)
107.	Thais Alves de Oliveira	171	Aprovado(a)
108.	Graziele Ribeiro Schultz	327	Aprovado(a)
109.	Salete Mota	468	Aprovado(a)
110.	Simone Aparecida May Giraldi	411	Aprovado(a)
111.	Keila De Souza Steilein	176	Aprovado(a)
112.	Lucinéia Bonettes	183	Aprovado(a)
113.	Josiméri Protsch Staczuk	228	Aprovado(a)
114.	Heloisa Fernanda de Souza	376	Aprovado(a)
115.	Joelma Taborda Ribas	263	Aprovado(a)
116.	Girlene Correia	40	Aprovado(a)
117.	Francieli Gibowski dos Santos	181	Aprovado(a)
118.	Fernanda Ferreira das Chagas	195	Aprovado(a)
119.	Tereza Lucimara Gabriel Geraldo	237	Aprovado(a)
120.	Andreia Lemes	66	Aprovado(a)
121.	Lucineia Corrêa Pereira	188	Aprovado(a)
122.	Daiana Rissardi	255	Aprovado(a)
123.	Adriana de Fátima Torquato	39	Aprovado(a)
124.	Juliane C. de A.de Oliveira Cordeiro	276	Aprovado(a)
125.	Marizete Cordeiro Bianek	287	Aprovado(a)
126.	Vanessa Aparecida de Oliveira	333	Aprovado(a)
127.	Elisângela Teixeira	09	Aprovado(a)
128.	Eloise de Paula dos Santos	140	Aprovado(a)
129.	Ana Paula da Silva	331	Aprovado(a)

130.	Lúcia Lubke dos Santos	277	Aprovado(a)
131.	Carla Aparecida Gomes	129	Aprovado(a)
132.	Maiara Ostroski	470	Aprovado(a)
133.	Luzia Franciane Flores Nunes	321	Aprovado(a)
134.	Lucia Maria Wosiack	455	Aprovado(a)
135.	Kaísa Rauen Bedritchuk Pacheco	125	Aprovado(a)
136.	Adriane Golon Prins	03	Aprovado(a)
137.	Marina da Silveira	81	Aprovado(a)
138.	Michelle Cristina Leal de Barros	223	Aprovado(a)
139.	Josiane Erzinger	42	Aprovado(a)
140.	Larissa Novitzki	346	Aprovado(a)
141.	Níssia Cecília Nunes	309	Aprovado(a)
142.	Saila Andriele Wolochen Corrêa	142	Aprovado(a)
143.	Aurelia Terezinha das Chagas Walter	244	Aprovado(a)
144.	Ana Maria da Silva Lima	67	Aprovado(a)
145.	Claudia Aparecida de Oliveira	131	Aprovado(a)
146.	Angelita Domingues de Oliveira	61	Aprovado(a)
147.	Juli Ketlin Keiser	398	Aprovado(a)
148.	Josiane Aparecida Radol Batista	220	Aprovado(a)
149.	Jéssica Rauen	34	Aprovado(a)
150.	Silvana Mariza Silveira	344	Aprovado(a)
151.	Dircemara de Fátima Cordeiro Meyer	105	Aprovado(a)
152.	Maiara Daiane Rosa	114	Aprovado(a)
153.	Adriana Aparecida Soares da Silveira	68	Aprovado(a)
154.	Suélen Aparecida Wrublevski	369	Aprovado(a)
155.	Priscila Andressa Soares Leite	452	Aprovado(a)
156.	Rosangela Rodrigues Duarte	361	Aprovado(a)
157.	Damaris Yara Tinfer Zacko	70	Aprovado(a)
158.	Marisa dos Santos	256	Aprovado(a)
159.	Andriele Yasmin da Silveira	393	Aprovado(a)
160.	Denise Gauloski	471	Aprovado(a)
161.	Karine Elaine Wendt	278	Aprovado(a)
162.	Rosana da Silva	491	Aprovado(a)
163.	Samara Cristhiny Cordeiro Burginski	182	Aprovado(a)
164.	Mariana Henrique	326	Aprovado(a)
165.	Jaqueline Aparecida Castro	297	Aprovado(a)
166.	Maria das Graças de Lima	498	Aprovado(a)
167.	Gislaine Ap ^a Sasso R. dos Anjos	123	Aprovado(a)
168.	Tainá Cardoso Kaczowski	26	Aprovado(a)
169.	Josiane Ferreira da Costa	266	Aprovado(a)
170.	Fabiola Marciane Marchinhaki	324	Aprovado(a)
171.	Romilda Lima	227	N/C
172.	Maristela Bail de Faveri	298	N/C
173.	Katia Regina Finta Zipperer	430	N/C
174.	Jocimara de Agostinho Drzeviecki	429	N/C
175.	Marizilda Ferreira da Silva Franco	59	N/C
176.	Jaciane Ap. dos Santos Pacheco	303	N/C
177.	Andrea Lesnioski Porta	283	N/C
178.	Adriele Pereira da Cruz	211	N/C

N/C : não compareceu

** : Aprovado(a) conforme item 6.5 do Edital 002/2019

PROCESSO SELETIVO 002/2019

MONITOR

Classificação	Candidato (a)	Nº inscrição	Resultado
1.	Eunice Muller de O. Provenci	63	Aprovado(a) **
2.	Osvaldo Carvalho do Prado	236	Aprovado(a) **
3.	Rosa Maria De Souza	337	Aprovado(a) **
4.	Juliano de Freitas Padilha	38	Aprovado(a)
5.	Ellen Tibes Alves Martins	389	Aprovado(a)
6.	Anna Rosa Zavaski	352	Aprovado(a)

7.	Alessandra Borges Barboza	37	Aprovado(a)
8.	Ana Karla Tadra Paneitz	12	Aprovado(a)
9.	Luciana Guimarães Gomes de Lima	36	Aprovado(a)
10.	Viviane Gravi de Freitas	460	Aprovado(a)
11.	Vanessa Gonçalves Padilha	126	Aprovado(a)
12.	Samara Cavalheiro Walter	199	Aprovado(a)
13.	Daiane de Souza Criminácio	184	Aprovado(a)
14.	Eliane Castilho	351	Aprovado(a)
15.	Francielli Pereira Blank	230	Aprovado(a)
16.	Daiane Cristina Massaneiro Riske	447	Aprovado(a)
17.	Amanda Carolina G.Dransfeld	404	Aprovado(a)
18.	Lilian Aparecida Sudoski	14	Aprovado(a)
19.	Eduarda Bileski	362	Aprovado(a)
20.	Mirele Pereira da Cruz Borges	45	Aprovado(a)
21.	Tais Regina de Camargo	51	Aprovado(a)
22.	Tatiane Jonko	35	Aprovado(a)
23.	Sirlene Cavalheiro	314	Aprovado(a)
24.	Cristiane Metka da Silva	247	Aprovado(a)
25.	Georgia Cristiane Pereira de Castilho	340	Aprovado(a)
26.	João Victor Correa de Andrade	08	Aprovado(a)
27.	Gertrudes Ribeiro	293	Aprovado(a)
28.	Márcia de Jesus Albighaus Zaleuski	96	Aprovado(a)
29.	Tatiane Gabriele Lisboa	433	Aprovado(a)
30.	Ethel Manchalowsky	288	Aprovado(a)
31.	Simone de F. de Almeida Ferreira	21	Aprovado(a)
32.	Alexsandra Rafalski Pereira	465	Aprovado(a)
33.	Odimara Joela Pavesi de Lima	89	Aprovado(a)
34.	Patrícia Daniele Antunes dos Santos	281	Aprovado(a)
35.	Rosângela Aparecida Brozowski	343	Aprovado(a)
36.	Regina Marin	55	Aprovado(a)
37.	Gabrieli Ulthes	44	Aprovado(a)
38.	Aliane Lescovitz	285	Aprovado(a)
39.	Tamires Luana Brozowski Rodrigues	128	Aprovado(a)
40.	Daniele Cristina Thomaszecki Felipe	119	Aprovado(a)
41.	Arielle Pereira Coutinho	99	Aprovado(a)
42.	Valeria Bianek das Chagas	355	Aprovado(a)
43.	Ana Flávia Moissa	371	Aprovado(a)
44.	Suelin Maria de Augustinho	473	Aprovado(a)
45.	Selma Pinheiro Dias Machado	64	Aprovado(a)
46.	Carla Souza de Oliveira	381	Aprovado(a)
47.	Carine Stein Odovane	206	Aprovado(a)
48.	Aline Terezinha Hudzinski	464	Aprovado(a)
49.	Tereza Gonçalves Ribeiro Machado	295	Aprovado(a)
50.	Bruna Alves de Lima	23	Aprovado(a)
51.	Silvanira Cordeiro de Oliveira	43	Aprovado(a)
52.	Ana Carolina Brudnicki	90	Aprovado(a)
53.	Vilma Schulka	57	Aprovado(a)
54.	Fernanda Euclides Bedritchuk	385	Aprovado(a)
55.	Leticia da Silva	65	Aprovado(a)
56.	Gislaine De Araújo Bueno de Oliveira	316	Aprovado(a)
57.	Rosane Maria de Souza	431	Aprovado(a)
58.	Samara Sabatke	210	Aprovado(a)
59.	Gislaine Fuck Poltroniere Martins	13	Aprovado(a)
60.	Sabrina das Chagas Pauluk	484	Aprovado(a)
61.	Clarice de Freitas Padilha Furst	27	Aprovado(a)
62.	Adelina Verence Hudzinski	254	Aprovado(a)
63.	Lidiane Ulthes	94	Aprovado(a)
64.	Ana Andriéli do Prado Portella Pereira	127	Aprovado(a)
65.	Ezequiel Alves Lopes	52	Aprovado(a)
66.	Rosane Vieira Zipper Dobrefuop	474	Aprovado(a)
67.	Aline M-Iler	481	Aprovado(a)
68.	Julia Renata Kosmala Pogogelski	310	Aprovado(a)
69.	Raquel Tananuska	453	Aprovado(a)
70.	Bruna de Paula	234	Aprovado(a)

71.	Neusa Witt	205	Aprovado(a)
72.	Edna Francielli Teleginski	335	Aprovado(a)
73.	Silvana Pereira da Silva	485	Aprovado(a)
74.	Tais Cristina de Souza dos Passos	432	Aprovado(a)
75.	Viviane Girardi Varela de Oliveira	395	Aprovado(a)
76.	Leticia Deller Morvan Mendes	458	Aprovado(a)
77.	Marli Lothar	496	Aprovado(a)
78.	Patrícia Aparecida Padilha de Barros	167	Aprovado(a)
79.	Joelma Hartinger	383	Aprovado(a)
80.	Miquelina Lakovitz Kieski	330	Aprovado(a)
81.	Jociane Werner Karpen	341	Aprovado(a)
82.	Nilcéa Albighaus	190	Aprovado(a)
83.	Maria Aparecida Prussaki	58	Aprovado(a)
84.	Andrieli Fuck	308	Aprovado(a)
85.	Taís Liscoski	10	Aprovado(a)
86.	Cleverton Rodrigo M. Gonçalves	437	Aprovado(a)
87.	Janaina Schidolski	32	Aprovado(a)
88.	Vanessa Guesser	25	Aprovado(a)
89.	Lucas Vieira	16	Aprovado(a)
90.	Mirian de Oliveira Izidio	144	Aprovado(a)
91.	Alana Milena da Silva	267	Aprovado(a)
92.	Edemilson José de Oliveira	248	Aprovado(a)
93.	Janete Rosane Pacheco	417	Aprovado(a)
94.	Eduarda Aparecida Machado	200	Aprovado(a)
95.	Ana Paula Fritsch	19	Aprovado(a)
96.	Daiana Lemos dos Santos	441	Aprovado(a)
97.	Talita Raiane dos Santos Schelbauer	262	Aprovado(a)
98.	Isadora Ruchert	286	Aprovado(a)
99.	Jaqueline Farias Cardoso de Jesus	436	Aprovado(a)
100.	Arielli Pereira Blank	231	Aprovado(a)
101.	Suliane Pires de Lima	154	Aprovado(a)
102.	Milena de Souza	173	Aprovado(a)
103.	Cintia Michele Cordeiro	434	Aprovado(a)
104.	Joanita Aparecida Sclaski	69	Aprovado(a)
105.	Josiane de Fátima Pape Ulbrich	141	Aprovado(a)
106.	Bruna Aparecida Carlos de Maria	150	Aprovado(a)
107.	Elaine da Silveira	82	Aprovado(a)
108.	Ivete Terezinha da Silva	107	Aprovado(a)
109.	Fabiane Lopes Wengrzynovski	368	Aprovado(a)
110.	Lizete Weklak de Oliveira	186	Aprovado(a)
111.	Eliane Albighaus	192	Aprovado(a)
112.	Terezinha Ap. dos Santos Pacheco	185	Aprovado(a)
113.	Luciane de Jesus Fernandes Ferreira	280	Aprovado(a)
114.	Tania Garcia da Silva Torres	307	Aprovado(a)
115.	Rubiane Bueno de Farias	170	Aprovado(a)
116.	Francine Pereira Nunes	451	Aprovado(a)
117.	Cirlete Apª Prestes de Al. de Mélo	22	Aprovado(a)
118.	Bruna Daiane Crisan	88	Aprovado(a)
119.	Maria Vanessa Greschechen	265	Aprovado(a)
120.	Luciane Cantoviski das Chagas	402	Aprovado(a)
121.	Sandiel Bileski Simão de Lorena	04	Aprovado(a)
122.	Taina de Oliveira Chaves	109	Aprovado(a)
123.	Solange Baze	268	Aprovado(a)
124.	Aline Leite Kluczkovski	146	Aprovado(a)
125.	Suelen Marafigo da Silva	406	Aprovado(a)
126.	Maria Euclair Welke Lech	134	Aprovado(a)
127.	Rosiliane Aparecida Muller Ostroske	104	Aprovado(a)
128.	Camila Loik Ferreira	100	Aprovado(a)
129.	Loriane Latchuky de Oliveira	339	Aprovado(a)
130.	Daiane Romanovitch	175	Aprovado(a)
131.	Sandra Maria Karvat	198	Aprovado(a)
132.	Paula Eloisa dos Santos Veiga	487	Aprovado(a)
133.	Bruna Regina Rodrigues Duarte	72	Aprovado(a)
134.	Marcela Tavares de Camargo	221	Aprovado(a)

135.	Natália de Jesus Ribeiro	294	Aprovado(a)
136.	Andrea Paula Ribeiro	456	Aprovado(a)
137.	Eliane de Souza	419	Aprovado(a)
138.	Rodrigo Barankiévicz	407	Aprovado(a)
139.	Jéssica De Toni Cruz	120	Aprovado(a)
140.	Leticia Cardoso Borges Pancheski	29	Aprovado(a)
141.	Andrieli Luciana Kessin	201	Aprovado(a)
142.	Leticia de Mello	479	Aprovado(a)
143.	Roseli Prestes de Souza	166	Aprovado(a)
144.	Rosemari Ribeiro Weng	163	Aprovado(a)
145.	Michele de Matos	11	Aprovado(a)
146.	Rafaela Silveira Padilha Bonette	112	Aprovado(a)
147.	Thais Milena Ferreira Ramos	178	Aprovado(a)
148.	Luana Daiane de Souza Lima	493	Aprovado(a)
149.	Valdirene Walter de Brito	172	Aprovado(a)
150.	Maiara Lemos dos Santos	440	Aprovado(a)
151.	Jamille Cristiane Pilotto Morantt	241	N/C
152.	Bruna Latauczski	102	N/C
153.	Luciana Aparecida de Oliveira Deller	315	N/C
154.	Rozinilda Groscopp	336	N/C
155.	Debora Leite	284	N/C
156.	Aline Gomes	304	N/C
157.	Débora Massaneiro	235	N/C

N/C : não compareceu

** : Aprovado(a) conforme item 6.5 do Edital 002/2019

PROCESSO SELETIVO 002/2019

ANOS INICIAIS

Classificação	Candidato (a)	Nº inscrição	Resultado
1.	Luciane Chrisostomo Seleme	138	Aprovado(a)**
2.	Lucimari Carlos de Maria	358	Aprovado(a)
3.	Silviele Santos Alves de Lima	323	Aprovado(a)
4.	Valquiria Aparecida Cuco Guedes	152	Aprovado(a)
5.	Geny Leffel Fontes	79	Aprovado(a)
6.	Andréia Meyer Adur	160	Aprovado(a)
7.	Vânia Wagner Tartari	159	Aprovado(a)
8.	Ana Paula Blanck Raabe	271	Aprovado(a)
9.	Karina Casas	249	Aprovado(a)
10.	Maria Rosa Neves Vieira Marques	497	Aprovado(a)
11.	Ivete Terezinha P. Carvalho Zucco	229	Aprovado(a)
12.	Vanessa Wagner D'Oliveira	157	Aprovado(a)
13.	Mari Silvia de Augustinho	260	Aprovado(a)
14.	Jéssica Paola P. Augustyniak Schroeder	115	Aprovado(a)
15.	Marivalda de J. Alexandre Palhano	05	Aprovado(a)
16.	Denise Antunes de Oliveira	106	Aprovado(a)
17.	Lediane Magalhães	97	Aprovado(a)
18.	Adriane Cláudia M. B. de Carvalho	354	Aprovado(a)
19.	Elizete Padilha Colaço Pinto	410	Aprovado(a)
20.	Izolda Vânia D. B. de C. S. dos Santos	435	Aprovado(a)
21.	Maria Angélica Barbosa	448	Aprovado(a)
22.	Jaqueline Fontes Nardini	78	Aprovado(a)
23.	Valci Konkel de Paula	189	Aprovado(a)
24.	Felipe Clenilson Cotovicz Carvinho	196	Aprovado(a)
25.	Clair Franco de Oliveira	48	Aprovado(a)
26.	Hilda Ulthes Heuko	427	Aprovado(a)
27.	Zenilda de Lima	222	Aprovado(a)
28.	Fabiana da Veiga	399	Aprovado(a)
29.	Eliane Karvat Veiga	422	Aprovado(a)
30.	Andrieli Holler	442	Aprovado(a)
31.	Maria Cristiane dos Santos Hoinasky	379	Aprovado(a)
32.	Roseli Aparecida Almeida Borges	15	Aprovado(a)

33.	Márcia Claudilene Walter Urbaneck	261	Aprovado(a)
34.	Rosemari Subtil Sasso Antunes	122	Aprovado(a)
35.	Josiane Vaz	155	Aprovado(a)
36.	Ana Claudia Pinto	282	Aprovado(a)
37.	Cássia Sokacheski	420	Aprovado(a)
38.	Ciderlei Maule de Lima	300	Aprovado(a)
39.	Walquiria Madzgala Cavalheiro	372	Aprovado(a)
40.	Luciana Brozski	252	Aprovado(a)
41.	Veridiana Wagner de Barros	158	Aprovado(a)
42.	Claudia Terezinha Jonko	405	Aprovado(a)
43.	Elli Leonilda Beije Burzi	301	Aprovado(a)
44.	Cristiana Florisbella Adam	392	Aprovado(a)
45.	Priscila Vanessa dos Santos	462	Aprovado(a)
46.	Otávio Hoinasky Filho	380	Aprovado(a)
47.	Maristela dos Reis Barbosa	168	Aprovado(a)
48.	Fabiane Aparecida Colaço	193	Aprovado(a)
49.	Caroline Holler	86	Aprovado(a)
50.	Jussimara Oliva	375	Aprovado(a)
51.	Susana Gracia Almeida	463	Aprovado(a)
52.	Ana Alves Nunes	450	Aprovado(a)
53.	Clarice Dransfeld	449	Aprovado(a)
54.	Eliane Valomin Durau	139	Aprovado(a)
55.	Marcio Pedro Pereira	76	Aprovado(a)
56.	Sônia Adelia Wiese Pereira	74	Aprovado(a)
57.	Silvia Cristina Rodrigues	01	Aprovado(a)
58.	Amanda Aparecida Góes	217	Aprovado(a)
59.	Elizabete Martins Maia	311	N/C
60.	Joséli de Fátima Popovitz	488	N/C
61.	Patrícia de Souza Ferreira	489	N/C

N/C : não compareceu

** : Aprovado(a) conforme item 6.5 do Edital 002/2019

PROCESSO SELETIVO 002/2019

ANOS FINAIS
CIÊNCIAS

Classificação	Candidato (a)	Nº inscrição	Resultado
1.	Karina Voigt Simões	47	Aprovado(a)
2.	Fernanda Aparecida Caldas	269	Aprovado(a)
3.	Danielcio Ferreira Lourenço	461	Aprovado(a)
4.	Ione Thereza Vicente de Souza	363	Aprovado(a)
5.	Gisele Aparecida da Silva	46	Aprovado(a)
6.	Milena Aparecida de Melo	258	Aprovado(a)

PROCESSO SELETIVO 002/2019

ANOS FINAIS
MATEMÁTICA

Classificação	Candidato (a)	Nº inscrição	Resultado
1.	Evelize Roscoche	384	Aprovado(a)
2.	Priscila Alves Pereira	445	Aprovado(a)
3.	Janaína Bueno	169	Aprovado(a)
4.	Marisa Loik dos Santos Geraldo	317	Aprovado(a)
5.	Cristina Ferreira Schonton	213	Aprovado(a)
6.	Elias Padilha	219	Aprovado(a)
7.	Gustavo Leandro de Araujo	472	Aprovado(a)
8.	Felipe Finta	212	N/C

PROCESSO SELETIVO 002/2019

ANOS FINAIS
HISTÓRIA

Classificação	Candidato (a)	Nº inscrição	Resultado
1.	Elisabete Gude Reck	319	Aprovado(a)
2.	Maury Kettlen Welke	469	Aprovado(a)
3.	Silvana Moreira	273	Aprovado(a)
4.	Jaqueline Ribeiro	482	Aprovado(a)
5.	Sabrina Mello	110	Aprovado(a)
6.	Mailson Julian de Lima	494	Aprovado(a)
7.	Lindamar de Oliveira Dias	367	Aprovado(a)
8.	Vanessa Soares Fragoso	428	Aprovado(a)
9.	Cristian de Barros	289	N/C
10.	Luana dos Santos da Cruz	373	N/C

PROCESSO SELETIVO 002/2019

ANOS FINAIS
GEOGRAFIA

Classificação	Candidato (a)	Nº inscrição	Resultado
1.	Joilson Stawas Zvares	187	Aprovado(a)
2.	Fábio Aquiles Carvinho	197	Aprovado(a)
3.	Doriane Vieira dos Santos	164	Aprovado(a)
4.	Heloise Bianek Chagas	356	Aprovado(a)
5.	Jusimara da Silveira	387	Aprovado(a)
6.	Welerson Adaminski	56	Desclassificado

PROCESSO SELETIVO 002/2019

ANOS FINAIS
LÍNGUA PORTUGUESA

Classificação	Candidato (a)	Nº inscrição	Resultado
1.	Gina Falkiévicz Maciel	132	Aprovado(a)
2.	Joceli da Silveira Holzapfel	320	Aprovado(a)
3.	Moisés Rafael dos Santos Veiga	17	Aprovado(a)
4.	Tamirys Pereira Taborda	245	Aprovado(a)
5.	Sandra Mara Guedes	151	Aprovado(a)
6.	Edevane Voinarski	394	Aprovado(a)
7.	Vinicius Genésio dos Santos	350	Aprovado(a)

PROCESSO SELETIVO 002/2019

ANOS FINAIS
INGLÊS

Classificação	Candidato (a)	Nº inscrição	Resultado
1.	Carlos Alfredo Rotenski	24	Aprovado(a)
2.	Barbara Krailing	93	Aprovado(a)
3.	Cristopher Siems	492	Aprovado(a)
4.	Patrícia Mendes	388	Aprovado(a)

PROCESSO SELETIVO 002/2019

ANOS FINAIS
ENSINO RELIGIOSO

Classificação	Candidato (a)	Nº inscrição	Resultado
1.	Idlauson Pitt	246	Aprovado(a)
2.	Suelin Conrado Jonko	318	Aprovado(a)
3.	Silmar Ciriaco	292	Aprovado(a)

PROCESSO SELETIVO 002/2019

ANOS FINAIS
EDUCAÇÃO FÍSICA

Classificação	Candidato (a)	Nº inscrição	Resultado
1.	Gabriele Lisboa	313	Aprovado(a)

2.	Sabrina Ferreira da Rosa	345	Aprovado(a)
3.	Eliza Ap. de Souza Franco Furtado	137	Aprovado(a)
4.	Cicero Tadeu Cornelsen	121	Aprovado(a)
5.	Andriéli Cordeiro	357	Aprovado(a)
6.	Simone Bredum	240	Aprovado(a)
7.	Kelly Sampaio	165	Aprovado(a)
8.	Ruan Paulo Diefentheler	329	Aprovado(a)
9.	Fernando Grosskopf	374	Aprovado(a)
10.	Fabiana Vanessa dos S.Linsmeier	425	Aprovado(a)
11.	Monique Metka da Silva	124	Aprovado(a)
12.	Yan Abner Bishop	95	Aprovado(a)
13.	Dolizete Celestino Carlos de Maria	149	Aprovado(a)
14.	Cleberson Ferreira	334	Aprovado(a)
15.	Adriane Jurék Biluk Lukachinski	476	Aprovado(a)
16.	Cleverson José Nizer	116	Aprovado(a)
17.	Lucia Cleonice de Souza dos Santos	226	Aprovado(a)
18.	Franciane Tamara Fuck	108	Aprovado(a)
19.	Diego José Dranka	443	Aprovado(a)
20.	Jaine Aparecida Paltronieri	418	Aprovado(a)
21.	Jefferson Walter de Lima	224	Aprovado(a)
22.	Wesley Alexis Vieira de Lima	478	Aprovado(a)
23.	Marcio Pedro Pereira Junior	75	Aprovado(a)
24.	Tarcila Alves Pereira	444	N/C
25.	Tiago Fabian Machado Belgrowicz	148	N/C

PROCESSO SELETIVO 002/2019

ANOS FINAIS
ARTE

Classificação	Candidato (a)	Nº inscrição	Resultado
1.	Paulo Roberto Guebert	71	Aprovado(a)
2.	Silvia Cristina Vieira dos Santos	322	Aprovado(a)
3.	Claudete Rodrigues Gravi Gonçalves	20	Aprovado(a)
4.	Marina Aparecida Schpanski	225	Aprovado(a)
5.	Agostinho Kryszyszyn	423	Aprovado(a)
6.	Daiane Lis Rempel	156	Aprovado(a)
7.	Sabrina de Cassia Senen	259	Aprovado(a)
8.	Lucimara Pedro Konckel	50	Aprovado(a)
9.	Cirlea Maria Bege	415	Aprovado(a)
10.	Cleunice Urbanek Cordeiro de Souza	414	Aprovado(a)
11.	Mirian Alves Lourenço	483	Aprovado(a)
12.	Ana Paula da Silveira	332	Aprovado(a)
13.	Kelin de Paula Farias	348	Aprovado(a)
14.	Marcela Ap. P. Ferreira das Chagas	87	Aprovado(a)
15.	Giovana da Rosa Gevieski	347	Aprovado(a)
16.	Janaína Raquel A. C. Coutinho	439	Aprovado(a)

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA N. 682/2020**

Publicação Nº 2310173

PORTARIA Nº 0682/2020 EXONERA SERVIDOR LEONEL MACEDO JÚNIOR. FABIANO JOSÉ MENDES, Presidente da Câmara de Vereadores de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais, RESOLVE: EXONERAR o Senhor LEONEL MACEDO JÚNIOR, CPF N. 075.562.389-46 no cargo de Assessor Parlamentar de Apoio Técnico, Padrão CC-02-A, do Quadro de Pessoal Comissionado da Câmara de Vereadores de Três Barras, a contar desta data. Gabinete da Presidência da Câmara de Vereadores, em 13 de Janeiro de 2020. A presente Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração da Câmara na data supra e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br na data de 14 de Janeiro de 2020. Joel Antonio Voigt Gestor Legislativo e Contábil Fabiano José Mendes (PSD)

Treviso

PREFEITURA

DECRETO Nº 09/2020, DE 02 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2310745

DECRETO Nº 09/2020, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

ENCERRA CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO DA EMPREGADA DANIELA APARECIDA PRESTES UGIONI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e conforme dispõe o Art. 45, Incisos II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, a Lei Municipal nº 691/13 de 04 de dezembro de 2013 e o Decreto nº 598/19 de 01 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica encerrado na data 02 de janeiro de 2020, o contrato de trabalho por tempo determinado e, de consequência exonerada a empregada DANIELA APARECIDA PRESTES UGIONI das funções do emprego de TELEFONISTA - FUNTREV, em virtude do término de contrato por tempo determinado.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de janeiro de 2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISÓ/SC

Em, 02 de janeiro de 2020.

JAIMIR COMIN

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 14 de janeiro de 2020.

GETULIO HOFFMANN MIRANDA

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 10/2020, DE 02 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2310746

DECRETO Nº 10/2020, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

CONTRATA E NOMEIA, POR TEMPO DETERMINADO, VINICIUS PASQUALI ANTUNES PINTO PARA EXERCER AS FUNÇÕES DO EMPREGO DE ENGENHEIRO AMBIENTAL - FUNTREV E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e conforme dispõe com a Lei Complementar nº 691/13, de 04 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º. Fica contratado e nomeado na data de 06 de janeiro de 2020, por tempo determinado, VINICIUS PASQUALI ANTUNES PINTO, para exercer as funções do emprego de ENGENHEIRO AMBIENTAL - FUNTREV, vinculado a Fundação Municipal do Meio Ambiente de Treviso – FUNTREV.

Parágrafo 1º. A referida contratação é necessária, pois o Município não dispõe de servidores concursados para o emprego em referência.

Parágrafo 2º. O período determinado, constante no caput deste Artigo, será por seis meses, renovável por até igual período.

Parágrafo 3º. A carga horária a ser executada por este profissional será de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º. O salário base do empregado acima especificado será de acordo com os valores constantes na Lei nº 691/13, de 04 de dezembro de 2013, e alterações posteriores e, em caso específico, proporcional as horas trabalhadas.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de janeiro de 2020.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISÓ/SC

Em, 02 de janeiro de 2020.

JAIMIR COMIN

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 14 de janeiro de 2020.

GETULIO HOFFMANN MIRANDA
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 11/2020, DE 02 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2310747

DECRETO Nº 11/2020, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

CONTRATA E NOMEIA, POR TEMPO DETERMINADO, LEONARDO NAVA BLASIUS PARA EXERCER AS FUNÇÕES DO EMPREGO DE ENGENHEIRO AGRIMENSOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e conforme dispõe com a Lei Complementar nº 804/17, de 09 de janeiro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º. Fica contratado e nomeado na data de 06 de janeiro de 2020, por tempo determinado, LEONARDO NAVA BLASIUS, para exercer as funções do emprego de ENGENHEIRO AGRIMENSOR, vinculado ao Departamento de Planejamento da Secretaria de Planejamento dentro da Estrutura Administrativa do Município.

Parágrafo 1º. A referida contratação é necessária, pois o Município não dispõe de servidores concursados para o emprego em referência.

Parágrafo 2º. O período determinado, constante no caput deste Artigo, será por seis meses, renovável por até igual período.

Parágrafo 3º. A carga horária a ser executada por este profissional será de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º. O salário base do empregado acima especificado será de acordo com os valores constantes do Anexo II – Quadro de Empregos Públicos Permanentes do Município constantes da Lei nº 468/07 de 18 de dezembro de 2007, e alterações posteriores e, em caso específico, proporcional às horas trabalhadas.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de janeiro de 2020.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISÓ/SC
Em, 02 de janeiro de 2020.

JAIMIR COMIN
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 14 de janeiro de 2020.

GETULIO HOFFMANN MIRANDA
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 12/2020, DE 02 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2310796

DECRETO Nº 12/2020, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

FIXA O CALENDÁRIO FISCAL DO MUNICÍPIO, PARA O EXERCÍCIO DE 2020 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe os Artigos 7º, 9º, 269 § 1º e 2º e 410 § 2º e 3º, da Lei 111/98, de 16 de dezembro de 1998 e alterações posteriores.

DECRETA:

Art. 1º. Fica fixado, para efeitos de arrecadação dos tributos municipais, o Calendário Fiscal do Município para o exercício de 2020, dentro dos prazos abaixo especificados:

I – IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO – IPTU

a) Recolhimento da parcela única até 12 de março de 2020, com desconto de 10% (dez por cento).

b) Recolhimento de forma parcelada, dividido em 3 (três) vezes, sendo que a 1ª parcela vence em 12 de março de 2020 e, respectivamente a 2ª e 3ª parcelas, com vencimento nas datas de 12 de abril e 14 de maio de 2020, sem desconto.

II – IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN

Até o dia 25 de cada mês, relativos às notas fiscais emitidas no mês anterior.

O recolhimento das parcelas devidas com base de cálculo em valores fixos serão os mesmos vinculados à variação da Unidade Fiscal do Município – UFM.

III – TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO - ALVARÁ

A taxa de Localização e Funcionamento devida no exercício de 2020 deverá ser paga até o dia 12 de março de 2020, com desconto de 10%

(dez por cento).

Art. 2º. Os demais tributos deverão ser recolhidos com a observância dos prazos determinados na legislação vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de janeiro de 2020.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISO/SC

Em, 02 de janeiro de 2020.

JAIMIR COMIN

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 14 de janeiro de 2020.

GETULIO HOFFMANN MIRANDA

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 13/2020, DE 02 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2310798

DECRETO Nº 13/2020, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

ENCERRA CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO DA SERVIDORA BEATRIZ FORGIARINI DO CARGO DE AGENTE PÚBLICO CONSELHEIRO TUTELAR DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45., Incisos II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 395/05, de 15 de junho de 2005, suas alterações em especial a Lei nº 752/15, de 20 de maio de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica encerrado na data 09 de janeiro de 2020, o contrato de trabalho por tempo determinado e, de consequência exonerada a empregada BEATRIZ FORGIARINI do cargo de Agente Público CONSELHEIRO TUTELAR, em virtude do término de contrato por tempo determinado.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de janeiro de 2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISO/SC

Em, 02 de janeiro de 2020.

JAIMIR COMIN

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 14 de janeiro de 2020.

GETULIO HOFFMANN MIRANDA

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 14/2020, DE 02 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2310803

DECRETO Nº 14/2020, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

ENCERRA CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO DA SERVIDORA MARIA ALBERTINA GAVA DA BOIT DO CARGO DE AGENTE PÚBLICO CONSELHEIRO TUTELAR DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45., Incisos II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 395/05, de 15 de junho de 2005, suas alterações em especial a Lei nº 752/15, de 20 de maio de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica encerrado na data 09 de janeiro de 2020, o contrato de trabalho por tempo determinado e, de consequência exonerada a empregada MARIA ALBERTINA GAVA DA BOIT do cargo de Agente Público CONSELHEIRO TUTELAR, em virtude do término de contrato por tempo determinado.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de janeiro de 2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISÓ/SC

Em, 02 de janeiro de 2020.

JAIMIR COMIN

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 14 de janeiro de 2020.

GETULIO HOFFMANN MIRANDA

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 15/2020, DE 02 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2310806

DECRETO Nº 15/2020, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

ENCERRA CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO DA SERVIDORA ROSIMERE MARIA PAGANI DO CARGO DE AGENTE PÚBLICO CONSELHEIRO TUTELAR DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Trevisó, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45., Incisos II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 395/05, de 15 de junho de 2005, suas alterações em especial a Lei nº 752/15, de 20 de maio de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica encerrado na data 09 de janeiro de 2020, o contrato de trabalho por tempo determinado e, de consequência exonerada a empregada ROSIMERE MARIA PAGANI do cargo de Agente Público CONSELHEIRO TUTELAR, em virtude do término de contrato por tempo determinado.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de janeiro de 2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISÓ/SC

Em, 02 de janeiro de 2020.

JAIMIR COMIN

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 14 de janeiro de 2020.

GETULIO HOFFMANN MIRANDA

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 16/2020, DE 02 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2310808

DECRETO Nº 16/2020, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

ENCERRA CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO DA SERVIDORA ROZANGELA MARIANI BORGES DO CARGO DE AGENTE PÚBLICO CONSELHEIRO TUTELAR DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Trevisó, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45., Incisos II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 395/05, de 15 de junho de 2005, suas alterações em especial a Lei nº 752/15, de 20 de maio de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica encerrado na data 09 de janeiro de 2020, o contrato de trabalho por tempo determinado e, de consequência exonerada a empregada ROZANGELA MARIANI BORGES do cargo de Agente Público CONSELHEIRO TUTELAR, em virtude do término de contrato por tempo determinado.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de janeiro de 2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISÓ/SC

Em, 02 de janeiro de 2020.

JAIMIR COMIN

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 14 de janeiro de 2020.

GETULIO HOFFMANN MIRANDA
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 17/2020, DE 02 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2310812

DECRETO Nº 17/2020, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

ENCERRA CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO DA SERVIDORA SAMARA REGINA COSSA DO CARGO DE AGENTE PÚBLICO CONSELHEIRO TUTELAR DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45., Incisos II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 395/05, de 15 de junho de 2005, suas alterações em especial a Lei nº 752/15, de 20 de maio de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica encerrado na data 09 de janeiro de 2020, o contrato de trabalho por tempo determinado e, de consequência exonerada a empregada SAMARA REGINA COSSA do cargo de Agente Público CONSELHEIRO TUTELAR, em virtude do término de contrato por tempo determinado.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de janeiro de 2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISÓ/SC
Em, 02 de janeiro de 2020.

JAIMIR COMIN
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 14 de janeiro de 2020.

GETULIO HOFFMANN MIRANDA
Secretário de Administração e Finanças

Trombudo Central

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 4/2020

Publicação Nº 2310432

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL
PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 4/2020

O Município de Trombudo Central, por intermédio da Prefeita Sr.^a Geovana Gessner, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, decreto regulamentar nº 3.555/2000 com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 4/2020, tipo de licitação MENOR PREÇO, FORMA DE JULGAMENTO GLOBAL, objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SUPORTE TÉCNICO E APOIO ADMINISTRATIVO, ATRAVÉS DE APOIO TÉCNICO ESPECIALIZADO NA OPERACIONALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMÁTICA NA ÁREA DE PLANEJAMENTO EM SEUS VÁRIOS MÓDULOS, PRINCIPALMENTE NO GERENCIAMENTO DOS PROGRAMAS DIRECIONADOS A EXECUÇÃO DOS CONVÊNIOS, UTILIZADOS NA PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL, ALÉM DO ACOMPANHAMENTO E ORIENTAÇÃO ESCRITA E VERBAL NAS ÁREAS DE PLANEJAMENTO, PRESTAÇÃO DE CONTAS DE TERMO DE COMPROMISSO/CONVÊNIOS/OPERAÇÃO DE CRÉDITO, EM ESTRITA OBSERVÂNCIA AS ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA), QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DESTA EDITAL. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 9h, do dia 27 de Janeiro de 2020, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração - Protocolo, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central – SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 8h às 17h30min, ou ainda pelo endereço eletrônico: www.trombudocentral.sc.gov.br. Informações no telefone 47 3544 0271 – Pregoeiro.

Trombudo Central, 14 de Janeiro de 2020.

Geovana Gessner
Prefeita Municipal

Tunápolis

PREFEITURA

1CONTRATO Nº 09/2020.

Publicação Nº 2310581

CONTRATO Nº 09/2020.

CONTRATANTE: Município de Tunápolis pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa AUTO POSTO PITANGA LTDA, estabelecida na Linha Pitangueira, s/n, interior de Tunápolis, -SC, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 03.920.016/0001-00, neste ato representado pelo PROCURADOR o senhor GERVANE LOCKS, inscrito no CPF sob nº 030.631.919-57, considerado doravante CONTRATADO.

01	50.000,00	L	Óleo Diesel Comum, a ser entregue durante o exercício de 2020 nas máquinas a serviço do Município no interior, o óleo diesel deverá ser transportado pelo licitante vencedor em veículo apropriado	RODOIL	3,72
02	20.000,00	L	Óleo Diesel S10, a ser entregue durante o exercício de 2020 nas máquinas a serviço do Município no interior, o óleo diesel deverá ser transportado pelo licitante vencedor em veículo apropriado	RODOIL	3,83

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações, na Lei nº 10.520/02 e no Processo Licitatório nº 350/2019, e Pregão Presencial nº 210/2019.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis, a ser entregue durante o exercício de 2020, nas máquinas a serviço do Município no interior, transportado pelo licitante vencedor em veículo apropriado.

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE

2.1 – O pagamento da presente licitação será efetivado em até 8 (oito) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome do Município de Tunápolis, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

2.2 A emissão das NOTAS FISCAIS que comprovem os litros abastecidos deve ser obrigatoriamente quantificada, com as quantidades e valores praticados naquele instante e acompanhadas da ordem de abastecimento autorizada pelo titular da pasta à qual pertencer o veículo ou máquina.

2.3 O valor do preço unitário do objeto do presente contrato sofrerá reajuste pelo mesmo índice de majoração aplicado pelos Distribuidores ao proponente vencedor do presente certame, devendo este apresentar as notas fiscais da compra dos combustíveis toda vez que haja alteração nos preços dos combustíveis mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora. Na hipótese de o Governo Federal promover diminuição no preço dos combustíveis, o mesmo desconto será aplicado aos preços do objeto do presente contrato.

2.4 Somente serão pagas as notas fiscais para as empresas que estiverem com a regularidade fiscal e trabalhista de acordo com o que rege a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações (art. 27, IV; art. 55, XIII). Deverão ser encaminhadas as seguintes Certidões Negativas: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa Estadual; Certidão Negativa Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e, Certidão de Regularidade Trabalhista – CNDT. As CND's poderão ser enviadas para um dos e-mails: compras@tunapolis.sc.gov.br; compras3@tunapolis.sc.gov.br; contabil@tunapolis.sc.gov.br, acompanhadas da nota fiscal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

3.1 –O contratado deverá entregar o óleo diesel em veículo próprio e apropriado, sempre que solicitado pelo Secretário Municipal dos Transportes e Obras, no horário das 6:00 (seis) às 19:00 (dezenove) horas, de segunda a sábado, no interior do Município, as entregas somente poderão ser efetuadas mediante ordem de abastecimento do contratante, constando a quantidade de litros que deverão ser entregues, sendo que a contratada deverá emitir nota fiscal correspondente discriminando a quantidade de litros e respectivos valores.

3.2 Os quantitativos descritos constituem mera previsão, dimensionada com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescentá-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los.

3.3 Os combustíveis deverão ser originais e corresponder à bandeira da companhia representada pela proponente vencedora.

3.4 A CONTRATADA deverá fornecer os combustíveis descritos neste contrato, buscando o fiel cumprimento dos pedidos efetuados pelo setor municipal competente.

3.5 Caberá a proponente vencedora obedecer ao objeto do presente contrato e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

4.1 O CONTRATADO obriga-se fornecer os combustíveis contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 350/2019 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

4.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, a CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

4.3 O CONTRATADO responderá pelos vícios dos produtos que se compromete a fornecer, e por quaisquer danos que venha a causar inclusive perante terceiros, ficando a Prefeitura Municipal isento de qualquer responsabilidade, em virtude da aquisição dos produtos, objeto do presente contrato.

4.4 Manter, durante a execução do objeto todas as condições de habilitação previstas neste contrato, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.5 Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do objeto;

4.6 Fornecer os combustíveis de acordo com os padrões de qualidade exigidos pela Agência Nacional do Petróleo – ANP;

4.7 Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação do combustível solicitado, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1 O Município obriga-se adquirir os combustíveis acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO.

6.1 – O contrato a ser firmado terá vigência até dia 31 de Dezembro de 2020, podendo ser renovado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, dada a sua essencialidade e necessidade pública permanente. As quantidades estimadas são para o ano de 2019, sendo que para os anos seguintes poderá haver variações.

CLÁUSULA SÉTIMA - RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

7.1.1. Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

7.1.2. Por acordo entre as partes;

7.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA– PENALIDADES

8.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

8.1.1. Advertência.

8.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

8.1.3. Declaração de inidoneidade;

8.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA NONA - FORO COMPETENTE

9.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

RENATO PAULATA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

AUTO POSTO PITANGA LTDA .
GERVANE LOCKS/ CPF sob nº 030.631.919-57
PROCURADOR
CONTRATADA

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683.

JULINHO ZINHANI
FISCAL DESTE CONTRATO
CPF sob nº 898.699.400-30.
Secretário de Obras.

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259-60

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 14/2020

Publicação Nº 2310575

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL nº 14/2020

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, o MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho n.111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr: RENATO PAULATA, portador do RG nº 1.857.045 e CPF nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº467 neste Município, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a Sra. Liria Gossler, inscrita no CPF nº 000.110.129-35, portadora da cédula de identidade n 13/R-3.457.795, residente e domiciliado na Avenida Cerro Largo, nesta cidade de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente LOCADORA, celebram o presente contrato de locação de imóvel, nas condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

FUNDAMENTAÇÃO: Dispensa de Licitação em conformidade com o que preceitua o art. 24, inciso X da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações vigentes e solicitamos a locação do imóvel de acordo com o laudo de avaliação.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: Locação uma sala comercial de 132 m², existente no Prédio construído na Avenida Cerro Largo, nº 586, neste Município de Tunápolis - SC, registrado no Registro de Imóveis de Itapiranga sob a matrícula nº 6.461, conforme Laudo de Avaliação da Comissão, prorrogáveis conforme a necessidade/conveniência da Administração Pública e acordo entre as partes nos termos da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Que a finalidade da presente locação, é a ocupação das instalações da Creche berçário (0-1ano) .

PARÁGRAFO SEGUNDO - As instalações e equipamentos anexados ao imóvel pelo Município, em virtude da ocupação a que se destina a presente locação reverterão à Municipalidade após o término do contrato ora celebrado.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO:

2.1 - O preço do aluguel ora avençado é de R\$ 1.066,97 (Um mil e sessenta e seis reais e noventa e sete centavos) mensais, conforme consta no laudo de avaliação.

2.2 - Os pagamentos serão efetuados mensalmente dia até o dia 12 do mês subseq-ente ao mês base, através de depósito bancário.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os valores estabelecidos nesta cláusula não sofrerão reajuste durante o período estabelecido na Cláusula Terceira deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA:

3.1 O prazo de vigência será do dia 02 Janeiro de 2020 até 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado, nos limites de Lei 8.666/93, havendo interesse da Administração.

3.2 Considerando que o Município de Tunápolis está com a obra em andamento da construção da creche municipal, poderá rescindir o contrato de aluguel a qualquer tempo, sem a incidência de qualquer multa, mediante comunicação prévia, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO: Além de efetuar os pagamentos na forma e prazos aqui avençados, o MUNICÍPIO deverá zelar o imóvel locado, devolvendo-o nas mesmas condições em que o mesmo foi recebido.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÃO DA LOCADORA: Além do fiel cumprimento das demais cláusulas deste contrato, obriga-se o Locador:

- I - ressaltar o presente contrato em caso de venda do imóvel ora locado;
- II - responsabilizar-se pelo pagamento impostos incidentes sobre imóvel objeto desta locação;
- III - abster-se de qualquer ato ou atitude que possa interferir no bom uso do imóvel pelo Locatário;
- IV - garantir, ao Município, já na assinatura do presente contrato, a posse da área locada, livre de qualquer embaraço.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES: O descumprimento, por parte da Proprietária, de qualquer das cláusulas deste contrato ensejará a aplicação de multa de dez por cento do valor total avençado, sem prejuízo das penalidades previstas no art. 87 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA: Os recursos orçamentários serão atendidos pelas dotações do orçamento vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (107), do Município de Tunápolis do ano de 2020.

CLÁUSULA OITAVA - Elegem de comum acordo o FORO da Comarca de Itapiranga - SC., para dirimir questões inerentes ao presente

contrato.

Estando juntos e acertados, firmam o presente contrato, em duas vias de igual teor e forma, para que sejam alcançadas as finalidades colimadas.

Tunápolis, SC, aos 02 de janeiro de 2020

RENATO PAULATA
PREFEITO MUNICIPAL

LIRIA GOSSLER RECKTENVALD
Locadora

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

ANGELITA TERESINHA STULP BOURCHEID Secretária da Educação
Fiscal deste Contrato

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259-60

CONTRATO DE LOCACAO DE IMOVEL Nº 21/2019

Publicação Nº 2310539

CONTRATO DE LOCACAO DE IMOVEL Nº 21/2019

Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado o Sr. EDGAR PREIS, inscrito no CPF nº 760.385.489-04, portador da cédula de identidade nº 13/R-2.643.997, residente e domiciliado na Linha Felipe Schmidt, na cidade de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente LOCADOR, celebram o presente contrato de locação de imóvel para abastecimento do sistema de água do Município, com fulcro nas disposições do Art. 24, inc. X da Lei de Licitações - Lei 8666/93, especialmente pela Lei Municipal nº 1.182/2014 de 26 de junho de 2014 e nas condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na locação de parte ideal de uma área de terra com 3.850 m² (três mil, oitocentos e cinq-enta metros quadrados), da área total de 38.304,00 m² (trinta e oito mil, trezentos e quatro metros quadrados), localizada em Linha Felipe Schmidt, Município de Tunápolis, de propriedade do LOCADOR registrada no registro de imóveis de Itapiranga, sob a matrícula nº 14.182.

§ 1º O imóvel de que trata esta cláusula permite ao Município a captação de água de fontes existentes nesta propriedade, o acesso com máquinas e equipamentos necessários para a instalação e bombeamento da água, para ser utilizado para o sistema de abastecimento de água do Município.

§ 2º As instalações e equipamentos instalados ao imóvel pelo Município, em virtude da ocupação a que se destina a presente locação reverterão à Municipalidade após o término do contrato ora celebrado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO; Pela locação o município pagará o valor de R\$ 2.926,92 (dois mil novecentos e vinte e seis reais e noventa e dois centavos) sendo este pago mensalmente no valor de R\$ 243,91 (duzentos e quarenta e três reais e noventa e um centavos).

PARÁGRAFO ÚNICO – Os valores estabelecidos nesta cláusula sofrerão reajuste anualmente pelo mesmo índice usado pelo setor de tributos do Município, que corresponde à variação do IGPM do período.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência até o dia 31/12/2020 iniciando-se da data da assinatura do presente contrato, podendo estender-se até que o Município necessitar do presente imóvel para o sistema de abastecimento de água.

CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO: Além de efetuar os pagamentos na forma e prazos aqui avençados, o MUNICÍPIO deverá zelar o imóvel locado, devolvendo-o nas mesmas condições em que o mesmo foi recebido.

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÃO DO LOCADOR: Além do fiel cumprimento das demais cláusulas deste contrato, obriga-se o Locador:

I – ressalvar o presente contrato em caso de venda do imóvel ora locado;

II – abster-se de qualquer ato ou atitude que possa interferir no bom uso do imóvel pelo Locatário;

III – garantir, ao Município, já na assinatura do presente contrato, a posse da área locada, livre de qualquer embaraço.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES: O descumprimento, por parte do Proprietário, de qualquer das cláusulas deste contrato ensejará a aplicação de multa de dez por cento do valor total avençado, sem prejuízo das penalidades previstas no art. 87 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA: Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (206) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do ano de 2020.

CLÁUSULA OITAVA - Elegem de comum acordo o FORO da Comarca de Itapiranga – SC., para dirimir questões inerentes ao presente contrato.

Estando juntos e acertados, firmam o presente contrato, em duas vias de igual teor e forma, para que sejam alcançadas as finalidades colimadas.

Tunápolis, SC, aos 02 de janeiro de 2020.

RENATO PAULATA EDGAR PREIS
Prefeito Municipal Locador

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

Maria Fernanda Rodriguez Hierro
Eng Sanitarista e Ambiental
Fiscal deste Contrato

Testemunhas:

Karine Epping
CPF:009.815.549-03

Sheila Inês Bieger
CPF:020.226.259-60

CONTRATO DE RATEIO Nº 15/2020

Publicação Nº 2310574

CONTRATO DE RATEIO Nº 15/2020

Contrato de Rateio celebrado entre o Município de TUNÁPOLIS e o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER.

Pelo presente instrumento de Contrato de Rateio que celebram entre si o Município de TUNÁPOLIS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 78.486.198/0001-52, com sede na Praça João Castilho, nº 111, centro, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, residente e domiciliado na Rua Afonso Rodrigues, no Município de Tunápolis/SC, e do outro lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL-CONDER, entidade com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 23.773.012/0001-54, com sede na Rua Osvaldo Cruz, nº 167, centro, município de São Miguel do Oeste, neste ato representado pelo seu presidente Sr. Genésio Bressiani, prefeito municipal de Belmonte, portador da Carteira de Identidade nº 1.853.258, inscrito no CPF sob o nº 707.799.379-53, residente e domiciliado na Rua Maurício Cardoso, nº 431, centro, município de Belmonte, SC, resolvem firmar o presente Contrato de Rateio objetivando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais a continuidade dos serviços transferidos, conforme Protocolo de Intenções, 1ª e 2ª Alteração Contratual.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Aplicam-se ao presente Contrato de Rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05, Lei Federal nº 8.666/93, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, legislação municipal de Ratificação do Protocolo de Intenções, 1ª e 2ª Alteração Contratual do CONDER, Lei Municipal nº 1.314/2017, bem como, as cláusulas do Contrato de Consórcio Público – Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional - CONDER.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS NORMAS LEGAIS

É dispensada a realização de licitação para a celebração deste Contrato de Rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto ratear as despesas do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional-CONDER, entre os CONSORCIADOS nos termos do art. 8º da Lei nº. 11.107/05.

Parágrafo Único. Consideram-se despesas do Consórcio entre outras que vierem a ser regularmente constituídas:
Despesas de instalação, aquisição de equipamentos, mobiliário e manutenção da estrutura existente, inclusive reposição.
Despesas de execução do objeto e das finalidades do Consórcio previstos no contrato de consórcio público.
Despesas de remuneração de empregados, nela incluída as obrigações trabalhistas previstas em lei.
Despesas relativas à prestação de serviços, aquisição de materiais de uso e consumo, locação de softwares de gestão, necessários para o desempenho das atividades administrativas e financeiras do Consórcio.

CLÁUSULA QUARTA – DO RATEIO

Para a execução do objeto deste Contrato de Rateio, e pelo correto e perfeito desempenho dos serviços ora contratados, o Município repassará ao Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER, conforme definição em Assembleia do Consórcio realizada em 17/12/2019, e registrado em Ata sob o nº 008/2019, o mesmo valor do exercício de 2019, para o exercício de 2020, aplicado somente o reajuste pelo índice do IGPM acumulado de janeiro a dezembro de 2019 que foi de (7.3179%) de acordo com o quadro abaixo:

Parcela	Vencimento	Repasso mensal R\$
01	30.01.2020	675,78
02	28.02.2020	675,78
03	30.03.2020	675,78
04	30.04.2020	675,78
05	30.05.2020	675,78
06	30.06.2020	675,78
07	30.07.2020	675,78
08	30.08.2020	675,78
09	30.09.2020	675,78
10	30.10.2020	675,78
11	30.11.2020	675,78
12	30.12.2020	675,78
REPASSE TOTAL ANUAL		R\$ 8.109,36

Os valores serão depositados em conta específica do CONDER: Banco: 001 – Banco do Brasil, agência 0599-1, conta corrente 123.456-0.

CLÁUSULA QUINTA – DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Contrato de Rateio correrão por conta da rubrica orçamentária de acordo com a Lei Orçamentária Anual sob nº 1418/2019 e respectivos anexos, nas seguintes rubricas orçamentárias:

Rubrica Dotação	Especificação	Valor Mensal (R\$)	Valor Anual (R\$)	(%)
3.1.71.70	Transferência a Consórcios Públicos - Rateio Despesas de Pessoal	540,62	6.487,49	80
3.3.71.70	Transferência a Consórcios Públicos - Rateio Despesas de Manutenção	101,36	1.216,26	15
4.4.71.70	Transferência a Consórcios Públicos - Rateio Despesas de Investimento	33,80	405,60	5
TOTAL		675,78	8.109,36	100,00

CLÁUSULA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do Município, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONSÓRCIO

São obrigações do CONDER:

- Acompanhar e controlar a qualidade técnica dos serviços prestados durante todo o processo, através de relatórios das atividades;
- Fornecer mensalmente recibo do valor pago pelo Município.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

São obrigações do Município:

- Acompanhar os serviços oferecidos pelo Consórcio;
- Auxiliar o Consórcio a ampliar o rol de benefícios para os consorciados;
- Definir conjuntamente com o Consórcio a necessidade de novos serviços.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato de rateio terá vigência a partir de sua assinatura até o dia 31/12/2020, podendo ser prorrogado por igual período.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de São Miguel do Oeste/SC, para dirimir as questões e/ou procedimentos decorrentes ao cumprimento deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais questões serão resolvidas consoante às disposições do Estatuto Social do CONDER e das normas da Lei Federal nº 11.107/2005, bem como pelas deliberações tomadas em Assembleia Geral.

E por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato de Rateio em 02(duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 02 de janeiro de 2020.

RENATO PAULATA
PREFEITO MUNICIPAL
MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS
CONTRATANTE

GENÉSIO BRESSIANI
Presidente do CONDER
CONTRATADO

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

DONATO LAUSCHNER
Secretário da administração
Fiscal deste contrato

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259-60

CONTRATO DE RATEIO Nº 16/2020

Publicação Nº 2310568

CONTRATO DE RATEIO Nº 16/2020

“Contrato de Rateio celebrado entre o Município de TUNÁPOLIS e o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER”. O MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 78.486.198/0001-52, com sede na Praça João Castilho, nº 111, centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. RENATO PAULATA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 605.081.919-04, residente e domiciliado no município de Tunápolis, SC, ora doravante denominado CONTRATANTE, e CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL-CONDER, entidade com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 23.773.012/0001-54, com sede na Rua Osvaldo Cruz, nº 167, centro, município de São Miguel do Oeste, neste ato representado pelo seu presidente Sr. GENÉSIO BRESSIANI, prefeito municipal de Belmonte, portador da Carteira de Identidade nº 1.853.258, inscrito no CPF sob o nº 707.799.379-53, residente e domiciliado na Rua Maurício Cardoso, nº 431, centro, município de Belmonte, SC, ora doravante denominado CONTRATADA, resolvem firmar o presente CONTRATO DE RATEIO com o objetivo de estruturar e manter o PROGRAMA GESTÃO AMBIENTAL, oferecido pelo CONDER, tendo como base legal a Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.107/2005 e ao Decreto nº 6.017/2007, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, Lei Municipal de Ratificação do Consórcio Público, Contrato de Programa, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem como objeto disciplinar o rateio dos recursos necessários à estruturação e manutenção do Programa de “Gestão Ambiental” que prevê sobre a gestão associada dos serviços públicos no licenciamento, monitoramento, controle, inspeção e fiscalização ambiental das atividades de impacto local, bem como no desenvolvimento, articulação e implementação de ações e projetos de conservação e preservação do meio ambiente, do uso sustentável e de redução dos impactos da ação humana nos ecossistemas naturais do município de TUNÁPOLIS através do CONDER no exercício fiscal de 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. A gestão associada dos serviços públicos de licenciamento, monitoramento, controle, inspeção e fiscalização ambiental das atividades de impacto local, bem como no desenvolvimento, articulação e implementação de ações e projetos de conservação e preservação do meio ambiente, do uso sustentável e de redução dos impactos da ação humana nos ecossistemas naturais será executada de forma parcial pelo CONDER, consistindo na elaboração de estudos, pareceres, ações, programas e projetos, com vistas ao assessoramento técnico, planejamento integrado, controle e/ou execução de atividades do órgão ambiental local.

2.2. Para a consecução da gestão associada tratada neste instrumento, o município de TUNÁPOLIS transfere ao CONDER o exercício parcial das competências de planejamento, de gestão ou execução dos serviços públicos, praticando os demais atos de sua competência e/ou necessidade.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE RATEIO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O rateio dos recursos necessários à estruturação e manutenção do Programa de “Gestão Ambiental” entre o município e o CONDER para a gestão associada do objeto deste contrato.

3.2. A falta de repasse dos valores constante do presente contrato poderá ensejar a aplicação de multa e a cobrança de juros de mora, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas em Lei ou no Estatuto do CONDER, Contrato de Consórcio Público e suas alterações.

3.3. Na eventualidade de não observância dos prazos de repasses pelo município este deverá inscrever em seu passivo permanente os valores a serem repassados.

3.4. Outras despesas não previstas, necessárias à consecução do objeto deste instrumento ficam condicionadas a aprovação em Assembleia

do CONDER e deverão ser objeto de termo aditivo ao presente contrato de rateio.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO/VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato de rateio terá vigência a partir da sua assinatura até o dia 31/12/2020, podendo ser prorrogado por igual período.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR/RATEIO

5.1. Para a execução do objeto deste Contrato de Rateio, e pelo correto e perfeito desempenho dos serviços ora contratados, o município repassará ao Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER, conforme definição em Assembleia do Consórcio realizada em 17/12/2019, e registrado em Ata sob o nº 008/2019, o mesmo valor mensal repassado no exercício de 2019, para o exercício de 2020, aplicado somente sobre este valor o reajuste pelo índice do IGPM acumulado de janeiro a dezembro de 2019 que foi de (7.3179%) de acordo com os valores expostos no quadro abaixo:

Parcela	Vencimento	Repasse mensal R\$
01	30/01/2020	2.052,13
02	28/02/2020	2.052,13
03	30/03/2020	2.052,13
04	30/04/2020	2.052,13
05	30/05/2020	2.052,13
06	30/06/2020	2.052,13
07	30/07/2020	2.052,13
08	30/08/2020	2.052,13
09	30/09/2020	2.052,13
10	30/10/2020	2.052,13
11	30/11/2020	2.052,13
12	30/12/2020	2.052,13
REPASSE TOTAL ANUAL		24.625,56

Os valores serão depositados em conta específica do Programa Gestão Ambiental do CONDER: Banco: 001 – Banco do Brasil, agência 0599-1, conta corrente 52571-5.

CLÁUSULA SEXTA – DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes da transferência financeira previstas no presente contrato de rateio correrão por conta das dotações orçamentárias próprias constantes do orçamento do município de TUNÁPOLIS vigentes para o exercício financeiro de 2020, nas seguintes rubricas orçamentárias, sinteticamente pelos números: 209,210,212.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1. Sem prejuízo das atribuições dispostas nas demais cláusulas, fica desde já o CONDER responsável por:

- Promover a gestão técnico-administrativa, executando direta ou indiretamente todos os serviços necessários para o cumprimento das finalidades deste instrumento;
- Contabilizar os recursos recebidos e os créditos decorrentes deste contrato de rateio, fornecendo recibo dos depósitos efetuados em conta corrente pelo município de TUNÁPOLIS;
- Aplicar os recursos recebidos exclusivamente na manutenção das finalidades previstas neste instrumento;
- Facilitar o acompanhamento e a fiscalização de todas as atividades objeto do presente instrumento;
- Fornecer todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados, inclusive prestando contas na forma da Lei.

7.2. Além das demais obrigações e responsabilidades constantes da Legislação, deste instrumento, do Estatuto do CONDER, Contrato de Consórcio Público e suas alterações, fica o município de TUNÁPOLIS desde já responsável por:

- Efetuar o pagamento mensal de sua cota de rateio, nos termos estipulados neste contrato;
- Designar servidor para responder pelo órgão ambiental municipal com quem o CONDER manterá todos os contatos pertinentes ao Programa "Gestão Ambiental";
- Inscrever em seu passivo permanente os valores a serem repassados na eventualidade de não observância dos prazos fixados para repasse, assegurando o pagamento futuro e a correta demonstração contábil do débito;
- Fiscalizar e acompanhar o cumprimento e a execução do presente instrumento.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1. Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, o CONDER deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do Município de TUNÁPOLIS todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1. Sem prejuízo do previsto no art. 87 da Lei nº 8.666/93, o Município de TUNÁPOLIS ficará sujeito à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato em caso de inadimplência, sendo suspensos os serviços até a regularização da dívida.

9.2. Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de 60 (sessenta) dias, o Município de TUNÁPOLIS poderá ser excluído do Programa de "Gestão Ambiental" sendo que a exclusão não exime o município do pagamento dos valores constantes neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1. Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga SC, para dirimir quaisquer dúvidas e/ou procedimentos relacionados com o cumprimento deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. As demais questões serão resolvidas consoante às disposições do Estatuto Social, Contrato de Consórcio Público e posteriores alterações do CONDER e das normas da Lei Federal nº 11.107/2005, bem como pelas deliberações tomadas em Assembleia Geral. E por estarem de acordo com as condições estabelecidas, assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e valor, na presença de duas testemunhas.

Tunápolis/SC 02 de janeiro de 2020

GENÉSIO BRESSIANI RENATO PAULATA
Presidente do CONDER Prefeito de Tunápolis
Prefeito de Belmonte

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

DONATO LAUSCHNER
Secretario da administração
Fiscal deste contrato

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF:918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259-60

CONTRATO N º 22/2020 TERMO DE CREDENCIAMENTO

Publicação Nº 2310538

CONTRATO N º 22/2020 TERMO DE CREDENCIAMENTO

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC doravante denominado de CREDENCIANTE, e de outro lado, empresa TRANSPORTES E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS PAMPEIRO LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita sob o nº. 07.078.578.0001-00, estabelecida á Avenida Cerro Largo, 429, Centro, no Município de Tunápolis, Santa Catarina, neste ato devidamente representado pelo sócio administrador Sr. Franciano Blanc Alves, inscrito no CPF sob o nº. 001.310.250-82 e doravante denominado CREDENCIADA, resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento para a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS VETERINÁRIOS, A SEREM PRESTADOS NAS PROPRIEDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, POR VETERINÁRIO HABILITADO DURANTE O EXERCÍCIO DE 2020.em decorrência do Aviso de Credenciamento nº 30/2019, e de conformidade com o que preceitua a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO - O presente Contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DESERVIÇOS VETERINÁRIOS, A SEREM PRESTADOS NAS PROPRIEDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, POR VETERINÁRIO HABILITADO DURANTE O EXERCÍCIO DE 2020.

Item	Quantidade	Unid.	Preço Máximo UNIT	Especificação
------	------------	-------	-------------------	---------------

1	1.100,00	atendi	40,00	Contratação de serviços veterinários, para prestar atendimento clínico nas propriedades rurais do município de Tunápolis, por médico veterinário habilitado, nos rebanhos de ovinos, suínos, bovinos, caprinos, equinos, devendo para tanto, o contratado providenciar todos os instrumentos, materiais e medicamentos e demais acessórios necessários para o atendimento que serão de responsabilidade do mesmo, a serem cobrados pelo contratado junto ao produtor rural atendido. Quando o veterinário contratado atender o chamado na propriedade e tiver mais de um animal a ser atendido, somente poderá cobrar 1(um) atendimento, por chamado. A relação dos atendimentos realizados no período, deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Agricultura no máximo até dia 25 de cada mês OBRIGATORIAMENTE, para possibilitar a conferência e emissão do documento fiscal dentro do mês de competência	
---	----------	--------	-------	--	--

CLÁUSULA TERCEIRA – CRITÉRIOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução dos serviços de consulta e ou procedimentos veterinários, será de forma continuada, com disponibilidade do Contratado, independente de dia e horário, sempre que houver solicitação que se fará através de contato por telefone ou outro meio, sendo que o profissional deverá atender o chamado dentro de máximo 4 horas após comunicado. Para a execução dos atendimentos a empresa ou pessoa física deverá dispor de veículo e equipamentos próprios, bem como dependências e serviços que se fizerem necessários para a total execução dos serviços objeto deste contrato, para com isso administrar o presente contrato. Fornecer relatórios, constando os atendimentos realizados durante o mês devendo ser entregue mensalmente para a Secretaria Municipal da Agricultura. Utilizar as técnicas disponíveis para a realização dos atendimentos Veterinários, empregando seus melhores esforços na consecução da mesma. Utilizar as técnicas disponíveis para a realização das atividades aliadas à consultoria, empregando seus melhores esforços na consecução da mesma. Os custos com medicamentos e tratamentos necessários ficarão a cargo do proprietário do animal; Os atendimentos clínicos serão gratuitos ao produtores rurais. Somente serão pagas as notas fiscais para os CONTRATADOS que estiverem com a regularidade fiscal e trabalhista, (Certidões Negativas: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa Estadual; Certidão Negativa Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e, Certidão de Regularidade Trabalhista – CNDT) REGULARIZADA, de acordo com o que rege a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações (art. 27, IV; art. 55, XIII). A relação dos atendimentos realizados no período, deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Agricultura no máximo até dia 25 de cada mês OBRIGATORIAMENTE, para possibilitar a conferência e emissão do documento fiscal dentro do mês de competência

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

O Município pagará à Licitante vencedora o valor de R\$ 40,00(quarenta reais) por chamado, computando-se a totalidade por mês, sendo que o valor total será pago até o dia 05 do mês subsequente ao serviço prestado, mediante a apresentação da nota fiscal, acompanhada de relatório discriminativo dos serviços prestados, a fim de que se comprove a quantidade de atendimentos efetuados no mês. Em caso de prorrogação da vigência do contrato decorrente da presente licitação, o preço cotado será reajustado com base no IGPM ou outro índice que o substituir. A mora ocorrida entre a data fixada para o pagamento (vencimento da obrigação) até o efetivo pagamento, será calculada tomando-se por base a variação do IGP-M ou outro índice que venha a substituí-lo. Somente serão pagas as notas fiscais para os CONTRATADOS que estiverem com a regularidade fiscal e trabalhista, (Certidões Negativas: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa Estadual; Certidão Negativa Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e, Certidão de Regularidade Trabalhista – CNDT) REGULARIZADA, de acordo com o que rege a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações (art. 27, IV; art. 55, XIII).

CLÁUSULA QUINTA – DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

Na eventualidade do Município não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (131) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do ano de 2020. Os recursos financeiros serão próprios do credenciante. Os recursos administrativos serão regidos conforme a Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PESSOAS JURÍDICAS CREDENCIADAS

A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as solicitações feitas pela CONTRATANTE, contidas no objeto contratado, de maneira a atender as necessidades da Secretaria Municipal da Agricultura. A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços. A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo. A CONTRATADA cumprirá o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999. A CONTRATADA assume responsabilidade pela prestação do serviço descrito no objeto, bem como por quaisquer danos causados a CONTRATANTE e/ou a terceiros. A CONTRATADA é responsável em formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas dela decorrentes na execução do presente termo, tais como: sociais, tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato. Como também responsabiliza-se por eventuais substituição de pessoas que se fizerem necessário.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- a) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste instrumento, atestando ao final o recebimento dos mesmos, mediante Termo próprio ou meio substitutivo que oferte comprovante a CONTRATADA;
- b) prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela CONTRATADA e pertinente ao objeto do presente contrato;
- c) efetuar o recebimento dos serviços através de servidor de sua indicação, fornecendo comprovante a CONTRATADA;
- d) efetuar o pagamento ajustado;
- e) dar a CONTRATADA as condições necessárias a regular execução do Contrato.
- f) O Município reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo ser descredenciado, em casos de má prestação, verificada em processo administrativo específico com garantia do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA NONA - DO DESCREDENCIAMENTO

O credenciado que descumprir, injustificadamente, as condições estabelecidas para o atendimento constantes neste termo, ensejará, após devidamente comprovadas pelo Município e dependendo da gravidade e/ou dano/prejuízo acarretado, concedido o direito à ampla defesa e contraditório, a sua imediata exclusão (do rol de credenciados) e descredenciamento, sem prejuízo de aplicação cumulativa das demais sanções administrativas e civis previstas neste edital e na lei aplicáveis in casu.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, aplicar à contratada as seguintes sanções, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;
- c) Rescisão Contratual;
- d) Suspensão temporária para licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS;
- e) Declaração de inidoneidade.

- A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

- À CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na prestação de serviços ou prestação de serviços que não atendam as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

- A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.
b) À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste contrato

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

O presente termo entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até dia 31.12.2020, podendo ser prorrogado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a critério da administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

- Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Tunápolis - SC., 03 de janeiro de 2020.

RENATO PAULATA
Prefeito Municipal
CREDENCIANTE

TRANS. E REPRES. COMER. PAMPEIRO LTDA-ME
CREDENCIADO
Franciano Blanc Alves
Sócio Administrador

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

PEDRO BAUMGRATZ
Fiscal do Contrato
CPF: 384.288.819-87

Testemunhas:
Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259-60

CONTRATO N º 23/2020 TERMO DE CREDENCIAMENTO

Publicação Nº 2310537

CONTRATO N º 23/2020 TERMO DE CREDENCIAMENTO

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC doravante denominado de CREDENCIANTE, e de outro lado, a empresa AGROTUNAS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita sob o nº. 07.954.463/0001-31, estabelecida na Rua Santo Cristo, 44, Centro, no Município de Tunápolis, Santa Catarina, neste ato devidamente representado pelo sócio administrador Sr. Arcádio Luis Orth, inscrito no CPF sob o nº. 024.491.829-50 e doravante denominado CREDENCIADO, resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento para prestação de SERVIÇOS VETERINÁRIOS, A SEREM PRESTADOS NAS PROPRIEDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, POR VETERINÁRIO HABILITADO DURANTE O EXERCÍCIO DE 2020, de conformidade com o que preceitua a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO - O presente Contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS VETERINÁRIOS, A SEREM PRESTADOS NAS PROPRIEDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, POR VETERINÁRIO HABILITADO DURANTE O EXERCÍCIO DE 2020.

Item	Quantidade	Unid.	Preço Máximo UNIT	Especificação
------	------------	-------	-------------------	---------------

1	1.100,00	atendi	40,00	Contratação de serviços veterinários, para prestar atendimento clínico nas propriedades rurais do município de Tunápolis, por médico veterinário habilitado, nos rebanhos de ovinos, suínos, bovinos, caprinos, equinos, devendo para tanto, o contratado providenciar todos os instrumentos, materiais e medicamentos e demais acessórios necessários para o atendimento que serão de responsabilidade do mesmo, a serem cobrados pelo contratado junto ao produtor rural atendido. Quando o veterinário contratado atender o chamado na propriedade e tiver mais de um animal a ser atendido, somente poderá cobrar 1(um) atendimento, por chamado. A relação dos atendimentos realizados no período, deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Agricultura no máximo até dia 25 de cada mês OBRIGATORIAMENTE, para possibilitar a conferência e emissão do documento fiscal dentro do mês de competência	
---	----------	--------	-------	--	--

CLÁUSULA TERCEIRA – CRITÉRIOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução dos serviços de consulta e ou procedimentos veterinários, será de forma continuada, com disponibilidade do Contratado, independente de dia e horário, sempre que houver solicitação que se fará através de contato por telefone ou outro meio, sendo que o profissional deverá atender o chamado dentro de máximo 4 horas após comunicado. Para a execução dos atendimentos a empresa ou pessoa física deverá dispor de veículo e equipamentos próprios, bem como dependências e serviços que se fizerem necessários para a total execução dos serviços objeto deste contrato, para com isso administrar o presente contrato. Fornecer relatórios, constando os atendimentos realizados durante o mês devendo ser entregue mensalmente para a Secretaria Municipal da Agricultura. Utilizar as técnicas disponíveis para a realização dos atendimentos Veterinários, empregando seus melhores esforços na consecução da mesma. Utilizar as técnicas disponíveis para a realização das atividades aliadas à consultoria, empregando seus melhores esforços na consecução da mesma. Os custos com medicamentos e tratamentos necessários ficarão a cargo do proprietário do animal; Os atendimentos clínicos serão gratuitos ao produtores rurais. Somente serão pagas as notas fiscais para os CONTRATADOS que estiverem com a regularidade fiscal e trabalhista, (Certidões Negativas: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa Estadual; Certidão Negativa Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e, Certidão de Regularidade Trabalhista – CNDT) REGULARIZADA, de acordo com o que rege a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações (art. 27, IV; art. 55, XIII). A relação dos atendimentos realizados no período, deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Agricultura no máximo até dia 25 de cada mês OBRIGATORIAMENTE, para possibilitar a conferência e emissão do documento fiscal dentro do mês de competência

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

O Município pagará à Licitante vencedora o valor de R\$ 40,00(quarenta reais) por chamado, computando-se a totalidade por mês, sendo que o valor total será pago até o dia 05 do mês subsequente ao serviço prestado, mediante a apresentação da nota fiscal, acompanhada de relatório discriminativo dos serviços prestados, a fim de que se comprove a quantidade de atendimentos efetuados no mês. Em caso de prorrogação da vigência do contrato decorrente da presente licitação, o preço cotado será reajustado com base no IGPM ou outro índice que o substituir. A mora ocorrida entre a data fixada para o pagamento (vencimento da obrigação) até o efetivo pagamento, será calculada tomando-se por base a variação do IGP-M ou outro índice que venha a substituí-lo. Somente serão pagas as notas fiscais para os CONTRATADOS que estiverem com a regularidade fiscal e trabalhista, (Certidões Negativas: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa Estadual; Certidão Negativa Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e, Certidão de Regularidade Trabalhista – CNDT) REGULARIZADA, de acordo com o que rege a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações (art. 27, IV; art. 55, XIII).

CLÁUSULA QUINTA – DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

Na eventualidade do Município não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (131) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do ano de 2020. Os recursos financeiros serão próprios do credenciante. Os recursos administrativos serão regidos conforme a Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PESSOAS JURÍDICAS CREDENCIADAS

A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as solicitações feitas pela CONTRATANTE, contidas no objeto contratado, de maneira a atender as necessidades da Secretaria Municipal da Agricultura. A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços. A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo. A CONTRATADA cumprirá o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999. A CONTRATADA assume responsabilidade pela prestação do serviço descrito no objeto, bem como por quaisquer danos causados a CONTRATANTE e/ou a terceiros. A CONTRATADA é responsável em formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas dela decorrentes na execução do presente termo, tais como: sociais, tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato. Como também responsabiliza-se por eventuais substituição de pessoas que se fizerem necessário.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- a) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste instrumento, atestando ao final o recebimento dos mesmos, mediante Termo próprio ou meio substitutivo que oferte comprovante a CONTRATADA;
- b) prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela CONTRATADA e pertinente ao objeto do presente contrato;
- c) efetuar o recebimento dos serviços através de servidor de sua indicação, fornecendo comprovante a CONTRATADA;
- d) efetuar o pagamento ajustado;
- e) dar a CONTRATADA as condições necessárias a regular execução do Contrato.
- f) O Município reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo ser descredenciado, em casos de má prestação, verificada em processo administrativo específico com garantia do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA NONA - DO DESCREDENCIAMENTO

O credenciado que descumprir, injustificadamente, as condições estabelecidas para o atendimento constantes neste termo, ensejará, após devidamente comprovadas pelo Município e dependendo da gravidade e/ou dano/prejuízo acarretado, concedido o direito à ampla defesa e contraditório, a sua imediata exclusão (do rol de credenciados) e descredenciamento, sem prejuízo de aplicação cumulativa das demais sanções administrativas e civis previstas neste edital e na lei aplicáveis in casu.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, aplicar à contratada as seguintes sanções, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;
- c) Rescisão Contratual;
- d) Suspensão temporária para licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS;
- e) Declaração de inidoneidade.

- A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

- À CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na prestação de serviços ou prestação de serviços que não atendam as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

- A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.
- b) À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste contrato

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

O presente termo entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até dia 31.12.2020, podendo ser prorrogado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a critério da administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

- Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Tunápolis - SC., 03 de janeiro de 2020.

RENATO PAULATA
Prefeito Municipal

AGROTUNAS LTDA -ME
CREDENCIADO
Arcádio Luis Orth
Sócio Administrador
CPF: 024.491.829.50

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

PEDRO BAUMGRATZ
Fiscal do Contrato
CPF: 384.288.819-87

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF:918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

CONTRATO N º 24/2020 TERMO DE CREDENCIAMENTO

Publicação Nº 2310535

CONTRATO N º 24/2020 TERMO DE CREDENCIAMENTO

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC doravante denominado de CREDENCIANTE, e de outro lado, a empresa GABRIEL VENICIUS BORTOLANZA- ME devidamente inscrito no CNPJ nº. 27.242.243/0001-92, estabelecido na Avenida Cerro Largo, 911, Centro, Tunápolis, Santa Catarina e doravante denominado CREDENCIADO, resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento para prestação de SERVIÇOS VETERINÁRIOS, A SEREM PRESTADOS NAS PROPRIEDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, POR VETERINÁRIO HABILITADO DURANTE O EXERCÍCIO DE 2020, de conformidade com o que preceitua a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO - O presente Contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DESERVIÇOS VETERINÁRIOS, A SEREM PRESTADOS NAS PROPRIEDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, POR VETERINÁRIO HABILITADO DURANTE O EXERCÍCIO DE 2020.

Item	Quantidade	Unid.	Preço Máximo UNIT	Especificação
------	------------	-------	-------------------	---------------

1	1.200,00	atendi	40,00	Contratação de serviços veterinários, para prestar atendimento clínico nas propriedades rurais do município de Tunápolis, por médico veterinário habilitado, nos rebanhos de ovinos, suínos, bovinos, caprinos, equinos, devendo para tanto, o contratado providenciar todos os instrumentos, materiais e medicamentos e demais acessórios necessários acessórios necessários para o atendimento que serão de responsabilidade do mesmo, a serem cobrados pelo contratado junto ao produtor rural atendido. Quando o veterinário contratado atender o chamado na propriedade e tiver mais de um animal a ser atendido, somente poderá cobrar 1(um) atendimento, por chamado. A relação dos atendimentos realizados no período, deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Agricultura no máximo até dia 25 de cada mês OBRIGATORIAMENTE, para possibilitar a conferência e emissão do documento fiscal dentro do mês de competência	
---	----------	--------	-------	---	--

CLÁUSULA TERCEIRA – CRITÉRIOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução dos serviços de consulta e ou procedimentos veterinários, será de forma continuada, com disponibilidade do Contratado, independente de dia e horário, sempre que houver solicitação que se fará através de contato por telefone ou outro meio, sendo que o profissional deverá atender o chamado dentro de máximo 4 horas após comunicado. Para a execução dos atendimentos a empresa ou pessoa física deverá dispor de veículo e equipamentos próprios, bem como dependências e serviços que se fizerem necessários para a total execução dos serviços objeto deste contrato, para com isso administrar o presente contrato. Fornecer relatórios, constando os atendimentos realizados durante o mês devendo ser entregue mensalmente para a Secretaria Municipal da Agricultura. Utilizar as técnicas disponíveis para a realização dos atendimentos Veterinários, empregando seus melhores esforços na consecução da mesma. Utilizar as técnicas disponíveis para a realização das atividades aliadas à consultoria, empregando seus melhores esforços na consecução da mesma. Os custos com medicamentos e tratamentos necessários ficarão a cargo do proprietário do animal; Os atendimentos clínicos serão gratuitos ao produtores rurais. Somente serão pagas as notas fiscais para os CONTRATADOS que estiverem com a regularidade fiscal e trabalhista, (Certidões Negativas: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa Estadual; Certidão Negativa Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e, Certidão de Regularidade Trabalhista – CNDT) REGULARIZADA, de acordo com o que rege a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações (art. 27, IV; art. 55, XIII). A relação dos atendimentos realizados no período, deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Agricultura no máximo até dia 25 de cada mês OBRIGATORIAMENTE, para possibilitar a conferência e emissão do documento fiscal dentro do mês de competência

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

O Município pagará à Licitante vencedora o valor de R\$ 40,00(quarenta reais) por chamado, computando-se a totalidade por mês, sendo que o valor total será pago até o dia 05 do mês subsequente ao serviço prestado, mediante a apresentação da nota fiscal, acompanhada de relatório discriminativo dos serviços prestados, a fim de que se comprove a quantidade de atendimentos efetuados no mês. Em caso de prorrogação da vigência do contrato decorrente da presente licitação, o preço cotado será reajustado com base no IGPM ou outro índice que o substituir. A mora ocorrida entre a data fixada para o pagamento (vencimento da obrigação) até o efetivo pagamento, será calculada tomando-se por base a variação do IGP-M ou outro índice que venha a substituí-lo. Somente serão pagas as notas fiscais para os CONTRATADOS que estiverem com a regularidade fiscal e trabalhista, (Certidões Negativas: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa Estadual; Certidão Negativa Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e, Certidão de Regularidade Trabalhista – CNDT) REGULARIZADA, de acordo com o que rege a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações (art. 27, IV; art. 55, XIII).

CLÁUSULA QUINTA – DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

Na eventualidade do Município não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (131) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do ano de 2020. Os recursos financeiros serão próprios do credenciante. Os recursos administrativos serão regidos conforme a Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PESSOAS JURÍDICAS CREDENCIADAS

A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as solicitações feitas pela CONTRATANTE, contidas no objeto contratado, de maneira a atender as necessidades da Secretaria Municipal da Agricultura. A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços. A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo. A CONTRATADA cumprirá o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999. A CONTRATADA assume responsabilidade pela prestação do serviço descrito no objeto, bem como por quaisquer danos causados a CONTRATANTE e/ou a terceiros. A CONTRATADA é responsável em formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas dela decorrentes na execução do presente termo, tais como: sociais, tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato. Como também responsabiliza-se por eventuais substituição de pessoas que se fizerem necessário.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- a) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste instrumento, atestando ao final o recebimento dos mesmos, mediante Termo próprio ou meio substitutivo que oferte comprovante a CONTRATADA;
- b) prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela CONTRATADA e pertinente ao objeto do presente contrato;
- c) efetuar o recebimento dos serviços através de servidor de sua indicação, fornecendo comprovante a CONTRATADA;
- d) efetuar o pagamento ajustado;
- e) dar a CONTRATADA as condições necessárias a regular execução do Contrato.
- f) O Município reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo ser descredenciado, em casos de má prestação, verificada em processo administrativo específico com garantia do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA NONA - DO DESCREDENCIAMENTO

O credenciado que descumprir, injustificadamente, as condições estabelecidas para o atendimento constantes neste termo, ensejará, após devidamente comprovadas pelo Município e dependendo da gravidade e/ou dano/prejuízo acarretado, concedido o direito à ampla defesa e contraditório, a sua imediata exclusão (do rol de credenciados) e descredenciamento, sem prejuízo de aplicação cumulativa das demais sanções administrativas e civis previstas neste edital e na lei aplicáveis in casu.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, aplicar à contratada as seguintes sanções, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;
- c) Rescisão Contratual;
- d) Suspensão temporária para licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS;
- e) Declaração de inidoneidade.

- A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

- À CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na prestação de serviços ou prestação de serviços que não atendam as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

- A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.
b) À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste contrato

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

O presente termo entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até dia 31.12.2020, podendo ser prorrogado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a critério da administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

- Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Tunápolis - SC., 03 de janeiro de 2020.

RENATO PAULATA
Prefeito Municipal

GABRIEL VENICIUS BORTOLANZA- ME
CREDENCIADO
GABRIEL VENICIUS BORTOLANZA
Sócio Administrador
CNPJ nº. 27.242.243/0001-92

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

PEDRO BAUMGRATZ
Fiscal do Contrato
CPF: 384.288.819-87

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF:918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259-60

CONTRATO Nº 07/2020

Publicação Nº 2310710

CONTRATO Nº 07/2020

Pelo presente instrumento de contrato o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Rua João Castilho, 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE

CONTRATADO: A empresa Auto Posto Canarinho Ltda, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 83.523.407/0001-20, estabelecida na Rua Caaro, 110 – Centro, no Município de Tunápolis - SC, considerada doravante CONTRATADA, neste ato devidamente representado pelo sócio administrador Sr. Canisio Thomas, inscrito no CPF nº 347.592.209-68.

Item	Qtd.	Uni	DESCRIÇÃO	MARCA	Preço R\$ Unitário
04	43.700,00	L	Óleo Diesel S10	CIAPETRO	3,76
05	1.500,00	L	Etanol combustível comum	CIAPETRO	3,73
06	20.000,00	L	Gasolina Comum	CIAPETRO	4,47

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações, na Lei nº 10.520/02 e no Processo Licitatório nº 350/2019, e Pregão Presencial nº 210/2019.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos de propriedade do Município de Tunápolis para o exercício de 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE

2.1 – O pagamento da presente licitação será efetivado em até 8 (oito) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome do Município de Tunápolis, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

2.2 A emissão das NOTAS FISCAIS que comprovem os litros abastecidos deve ser obrigatoriamente quantificada, com as quantidades e valores praticados naquele instante e acompanhadas da ordem de abastecimento autorizada pelo titular da pasta à qual pertencer o veículo ou máquina.

2.3 O valor do preço unitário do objeto do presente contrato sofrerá reajuste pelo mesmo índice de majoração aplicado pelos Distribuidores ao proponente vencedor do presente certame, devendo este apresentar as notas fiscais da compra dos combustíveis toda vez que haja alteração nos preços dos combustíveis mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora. Na hipótese de o Governo Federal promover diminuição no preço dos combustíveis, o mesmo desconto será aplicado aos preços do objeto do presente contrato.

2.4 Somente serão pagas as notas fiscais para as empresas que estiverem com a regularidade fiscal e trabalhista de acordo com o que rege a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações (art. 27, IV; art. 55, XIII). Deverão ser encaminhadas as seguintes Certidões Negativas: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa Estadual; Certidão Negativa Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e, Certidão de Regularidade Trabalhista – CNDT. As CND's poderão ser enviadas para um dos e-mails: compras@tunapolis.sc.gov.br; compras3@tunapolis.sc.gov.br; contabil@tunapolis.sc.gov.br, acompanhadas da nota fiscal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

3.1 – Os COMBUSTÍVEIS deverão ser fornecidos ao Município, em bomba de abastecimento habilitada, no horário das 6:00 (seis) às 19:00 (dezenove) horas, de segunda a sábado, em bomba de abastecimento devidamente habilitada de acordo com a legislação pertinente, localizada no perímetro urbano do Município de TUNÁPOLIS, diretamente no reservatório dos veículos, máquinas ou equipamentos durante todo o ano de 2020, mediante ordem de abastecimento do contratante, a qual mencionará o veículo ou máquina a ser abastecida e a quantidade de litros a serem entregues, sendo que a contratada deverá emitir nota fiscal correspondente ao abastecimento, discriminando o veículo/máquina abastecida, a quantidade de litros e respectivos valores, bem como a quilometragem ou horas do mesmo. Para cada abastecimento deverá ser emitida uma nota fiscal, a qual deverá ser assinada pelo operador/motorista do veículo abastecido

3.2 Os quantitativos descritos constituem mera previsão, dimensionada com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescentá-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los.

3.3 Os combustíveis deverão ser originais e corresponder à bandeira da companhia representada pela proponente vencedora.

3.4 A CONTRATADA deverá fornecer os combustíveis descritos neste contrato, buscando o fiel cumprimento dos pedidos efetuados pelo setor municipal competente.

3.5 Caberá a proponente vencedora obedecer ao objeto do presente contrato e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

4.1 O CONTRATADO obriga-se fornecer os combustíveis contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 350/2019 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

4.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, a CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

4.3 O CONTRATADO responderá pelos vícios dos produtos que se compromete a fornecer, e por quaisquer danos que venha a causar inclusive perante terceiros, ficando a Prefeitura Municipal isento de qualquer responsabilidade, em virtude da aquisição dos produtos, objeto do presente contrato.

4.4 Manter, durante a execução do objeto todas as condições de habilitação previstas neste contrato, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.5 Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do objeto;

4.6 Fornecer os combustíveis de acordo com os padrões de qualidade exigidos pela Agência Nacional do Petróleo – ANP;

4.7 Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação do combustível solicitado, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1 O Município obriga-se adquirir os combustíveis acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO.

6.1 – O contrato a ser firmado terá vigência até dia 31 de Dezembro de 2020, podendo ser renovado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, dada a sua essencialidade e necessidade pública permanente. As quantidades estimadas são para o ano de 2019, sendo que para os anos seguintes poderá haver variações.

CLÁUSULA SÉTIMA - RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

7.1.1. Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

7.1.2. Por acordo entre as partes;

7.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA- PENALIDADES

8.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

8.1.1. Advertência.

8.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

8.1.3. Declaração de inidoneidade;

8.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA NONA - FORO COMPETENTE

9.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 02 de janeiro de 2020.

RENATO PAULATA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

Auto Posto Canarinho Ltda.
Canisio Thomas/ CPF nº 347.592.209-68
Sócio Administrador
CONTRATADA

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

DONATO LAUSCHNER
FISCAL DESTE CONTRATO
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259-60

CONTRATO Nº 08/2020

Publicação Nº 2310714

CONTRATO Nº 08/2020

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS E INSTALAÇÃO DE LINK DE INTERNET PARA O MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS/SC QUE CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA INFORMÁTICA ITAPIRANGA LTDA EPP -NEDEL TELECOM.

Pelo presente instrumento de contrato, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua João Castilho n.111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, através do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 12.273.240/0001-49, neste ato representado pelo Gestor do Fundo o Sr. Aquiles Bamberg, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1850418 e inscrito no CPF sob nº 760.393.159-20, residente e domiciliado na Rua Afonso Rodrigues, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE, e a empresa INFORMÁTICA ITAPIRANGA LTDA- EPP-NEDEL, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.938.920/0001-55, estabelecida na avenida Beira Rio, 247, centro, no Município de Itapiranga/SC, neste ato representado pelo Sr. Henrique Nedel, sócio administrador, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 777.809.739-72, considerado doravante CONTRATADA acordam e ajustam firmar o presente Contrato, nos termos da Lei Federal nº 8.666/1993, consolidada, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Edital de Pregão Presencial nº 212/2019, pelos termos da proposta da Contratada e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de empresa CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS E INSTALAÇÃO DE LINK DE INTERNET PARA O MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS/SC, tudo em conformidade com o que segue.

1	12	meses	118,00	1.416,00	conexões de internet de 50 Megabits, equipamentos necessários para a entrega consignados, meio de transmissão fibra ótica sendo que cada ponto custará R\$ 118,00 por mês: Locais de entrega: - Secretaria da Saúde,
---	----	-------	--------	----------	---

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 88/2019

Este Contrato está vinculado ao Edital de Pregão Presencial nº 212/2019, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

3.1 – Os custos (material e mão de obra) referentes o meio de transporte e instalação dos locais do anexo I citados é de responsabilidade da empresa vencedora.

3.2. O link e o roteador deverão ser instalados nos locais indicados pela Administração Municipal, devendo atender a legislação e normas técnicas aplicáveis, em especial as normas e regras da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

3.3. O prazo para instalação do link será de até 08 (oito) dias úteis a contar da data da assinatura do contrato, sendo este período considerado como CARÊNCIA, não tendo nenhum tipo de ônus financeiro par o município até que todo o sistema fique instalado e pronto para uso.

3.4. A empresa vencedora deverá ter serviço de suporte para atendimento com ligações gratuitas em 0800 ou fone na área de abrangência prefixo (049), com atendimento via fone, internet ou até mesmo IN LOCO, sempre que necessário, sem custos para o município.

3.5. A garantia da disponibilidade mínima contratada deverá ser de 99% do mês, 24 (vinte e quatro) horas do dia e 07 (sete) dias por semana.

3.6. A empresa deverá prestar assistência técnica gratuita para o Sistema de internet disponibilizado em até 08 (oito) horas a partir da abertura do chamado técnico por parte da PREFEITURA de Tunápolis/SC.

3.7. O sistema de antenas de retransmissão do sinal deverá ser de propriedade ou locadas pela empresa Contratada, sendo estes custos diluídos na Tarifa Mensal. Todos os custos de manutenção das antenas de retransmissão do sinal serão de responsabilidade exclusiva da Contratada.

3.8. Todas as despesas referentes à prestação dos serviços ao Município serão por conta da contratada, despesas essas previstas e/ou computadas na proposta.

3.9. A não prestação dos serviços conforme estabelecido nos itens acima, ensejará a revogação do Contrato e a aplicação das sanções legais previstas, depois de proporcionada a contraditória e ampla defesa.

3.10. A contratada comprometer-se-á integralmente pela boa qualidade dos serviços que prestar aplicando no que couber o Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR CONTRATUAL

Para a entrega do objeto licitado, mencionados no gráfico abaixo, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância de R\$ 1.440,00 (um mil quatrocentos e quarenta reais), que deverá ser paga em parcelas mensais, de R\$ 120,00 (cento e vinte reais) mensais, conforme a execução do objeto, cujos valores estão descritos no gráfico abaixo.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 – A licitante vencedora apresentará nota fiscal de execução dos serviços para regular liquidação e pagamento da despesa pelo Município de Tunápolis, através de ordem bancária mediante crédito em conta corrente da CONTRATADA, em até 10 (dez) dias úteis, contados da data regular liquidação da despesa.

5.2 – O pagamento estará condicionado à execução dos serviços licitados, e de todas as condições de cadastramento e habilitação exigidas pelo Município de Tunápolis/SC.

5.3 – O Município de Tunápolis reserva-se o direito de recusar o pagamento se, na prestação dos serviços, a CONTRATADA agir com imperícia na execução dos serviços.

5.4 – As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome das Unidades Gestoras indicadas no preâmbulo do presente Edital, observada sempre a indicação do CNPJ específico.

a) – De acordo com o §6º, I, do Art. 23, Anexo XI, do Regulamento do ICMS Catarinense, ficam os licitantes vencedores obrigados a emitir nota fiscal eletrônica - NF-e, modelo 55, em substituição às notas fiscais impressas modelos 1 e 1-A, quando for o caso.

b) – O arquivo xml das notas fiscais eletrônicas deverá ser encaminhado obrigatoriamente no seguinte e-mail: compras3@tunapolis.sc.gov.br, para seu devido pagamento.

5.5 – Dos valores acima especificados serão descontados o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), quando devido, conforme Lei Municipal que regulamente este tributo.

CLÁUSULA SEXTA – DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

Na eventualidade do MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (3,7,12,14,43,59,75,89,100106,116,132,156,174,183,) do Município de Tunápolis,

do ano de 2020.

CLÁUSULA OITAVA – DO CRITÉRIO DE REAJUSTE

Parágrafo Primeiro – Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea “d”, do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666/1993, consolidada.

Parágrafo Segundo – No caso de prorrogação do prazo de duração do contrato, não será admitida a renegociação do preço, mas apenas sua atualização monetária, para efeito de reposição das perdas inflacionárias acumuladas no período de 12 (doze) meses, através da aplicação do IGP-M – Índice Geral de Preços do Mercado –ou de outro indicador econômico oficial, no caso de sua extinção, com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da avença, mediante a formalização de apostilamentos específicos decorrentes de manifestação formulada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

Os serviços deverão ser executados nas condições estipuladas neste Contrato e sua execução será sempre fiscalizada pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Parágrafo Primeiro – Constituem direitos de o CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Segundo – Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- a) – Efetuar o pagamento ajustado;
- b) – Dar à CONTRATADA as condições necessárias a regular execução do Contrato; e
- c) – Fornecer informações úteis, boas e necessárias para a perfeita execução do objeto deste Contrato.

Parágrafo Terceiro – Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) – Prestar a execução na forma ajustada;
- b) – Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato, ficando a CONTRATANTE isenta de qualquer vínculo empregatício com os funcionários da CONTRATADA, bem como de quaisquer obrigações tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento deste instrumento contratual;
- c) – Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- d) – Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estarem cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- e) – A CONTRATADA se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades;
- f) – É responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades, causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do Contrato, bem como por eventuais multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS DIREITOS DO MUNICÍPIO

Nos termos da legislação, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS pode exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do Contrato, no seu todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar caso a execução não seja comprovadamente a do Edital de Pregão Presencial nº 212/2019, indenizando a CONTRATADA pela execução dos serviços até então prestados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Parágrafo Primeiro – No caso de não cumprimento dos prazos de entrega do objeto constante na Cláusula Nona, será aplicável à CONTRATADA multa moratória de valor equivalente a 0,1% (um décimo de um por cento) sobre o valor diário correspondente à execução dos serviços.

Parágrafo Segundo – Pela inexecução total ou parcial do Contrato, o CONTRATANTE poderá garantir a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) – Advertência;
- b) – Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;
- c) – Rescisão Contratual;
- d) – Suspensão temporária para licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS;
- e) – Declaração de inidoneidade.

Parágrafo Terceiro – A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

Parágrafo Quarto – A CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na entrega do objeto desta licitação ou pela entrega de objeto que não atenda as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicados oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

Parágrafo Quinto – A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS, pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS.

Parágrafo Sexto – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que licitante ressarcir o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

Parágrafo Sétimo – A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) – Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas nesta Licitação.
- b) – À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

Parágrafo Oitavo – As penalidades previstas nas alíneas “d” e “e” do parágrafo segundo serão levantadas pelo MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS assim que cessar a causa que motivou a respectiva sanção.

Parágrafo Nono – As sanções previstas nas alíneas “a”, “d” e “e” do parágrafo segundo, poderão ser aplicadas juntamente com o disposto na alínea “b”.

Parágrafo Décimo – Se qualquer um dos motivos ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior justificado e aceito pelo

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, a licitante vencedora ficará isenta das penalidades mencionadas.

Parágrafo Décimo Primeiro – As penalidades de multa, suspensão temporária e de declaração de inidoneidade, aplicadas pela autoridade competente do MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, no caso da primeira, ou ministerial, em se tratando das duas últimas, após a instrução do respectivo processo, no qual fica assegurada a ampla defesa da licitante ou Contratada interessada, serão registradas junto ao SICAF em desfavor do fornecedor, sendo que a suspensão temporária e a declaração de inidoneidade implicam na inativação do cadastro, conforme estabelece o subitem 6.4 da IN/MARE/Nº 05/95.

Parágrafo Décimo Segundo – Incorrem à CONTRATADA as mesmas penalidades previstas no Parágrafo Segundo no caso de:

- a) – Transferência ou cessão de suas obrigações, no todo ou em parte a terceiros, sem prévia autorização do CONTRATANTE;
- b) – Inobservância de normas e de determinações da fiscalização;
- c) – Cometimento de qualquer infração às normas legais Federais, Estaduais e Municipais, respondendo ainda, pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida;
- d) – Cometimento de faltas reiteradas na entrega do objeto contratual;
- e) – Não iniciar, sem justa causa, a entrega do objeto contratual, no prazo fixado;
- f) – Recusar-se a entregar, sem justa causa, no todo ou em parte o objeto contratual;
- g) – Praticar, por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má fé, venha a causar dano à contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da contratada em reparar os danos causados.

Parágrafo Décimo Terceiro – Constituem motivos para rescisão unilateral do Contrato, independentemente das sanções legais e contratuais aplicáveis:

- a) – A decretação de falência, a solicitação de concordata, ou falecimento, no caso de firma individual;
- b) – A alteração social ou a modificação da finalidade ou a estrutura da CONTRATADA, de forma que prejudiquem a execução do Contrato, a juízo do CONTRATANTE;

Parágrafo Décimo Quarto – A rescisão unilateral do Contrato será formalizada por ato do Prefeito Municipal.

Parágrafo Décimo Quinto – Sem prejuízo de quaisquer sanções aplicáveis a critério do CONTRATANTE, a rescisão importará em:

- a) – Retenção dos créditos decorrentes do Contrato;
- b) – Responsabilidade da CONTRATADA por prejuízos causados ao CONTRATANTE e a terceiros;
- c) – Sem prejuízo de outras sanções, aplicar-se-á à CONTRATADA a pena de suspensão do direito de licitar com o CONTRATANTE e seus órgãos descentralizados, pelos prazos de 03 (três) meses, 06 (seis) meses e por maiores prazos, em função da gravidade da falta cometida;
- d) – Será aplicada a penalidade de declaração de inidoneidade quando a CONTRATADA sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má fé, a juízo do CONTRATANTE, independentemente das demais sanções cabíveis;
- e) – A pena de inidoneidade será aplicada em despacho fundamentado, assegurada defesa ao infrator, ponderada a natureza, a gravidade da falta e a extensão do dano, efetivo ou potencial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Durante o prazo de duração do contrato, a CONTRATANTE designa o Senhor Secretário Municipal de Administração, para acompanhar e fiscalizar a execução contratual, o qual deverá receber o objeto solicitado, mediante competente atestado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA LIBERAÇÃO

Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no Art. 65 da Lei Federal 8.666/ 1993, consolidada, sempre através de Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO

O presente Contrato pode ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e seguintes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

Parágrafo Único – A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

A troca eventual de documentos e cartas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA VIGÊNCIA

O presente Contrato terá vigência a partir de sua assinatura e com término previsto no dia 31 de dezembro de 2020.

Parágrafo único – O prazo estabelecido no "caput" poderá ser prorrogado até atingir o prazo máximo de 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidada, mediante a formulação de cláusulas aditivas, no interesse do Município de TUNÁPOLIS.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Este Contrato é intransferível, não podendo o CONTRATADO, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada, e dos Princípios Gerais do Direito.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de ITAPIRANGA para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Tunápolis, SC., 02 de janeiro de 2020.

AQUILES BAMBERG
GESTOR DO FUNDO
CONTRATANTE
FISCAL DO CONTRATO

INFORMÁTICA ITAPIRANGA LTDA- EPP,-NEDEL
Henrique Nedel
Sócio Administrador
CPF Nº: 777.809.739-72
CONTRATADA

ALCIDES LUIS HOFER
ASSESSOR JURÍDICO
OAB/SC 33.683.

Testemunhas:

Karine Epping
CPF: 009.815.549-03

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

CONTRATO Nº 09/2020 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO

Publicação Nº 2310713

CONTRATO Nº 09/2020 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO

Pelo presente instrumento de contrato, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua João Castilho n.111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, através do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 12.273.240/0001-49, neste ato representado pelo gestor do FUNDO o Sr. Aquiles Bamberg, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1850418 e inscrito no CPF sob nº 760.393.159-20, residente e domiciliado na Rua Afonso Rodrigues, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CREDENCIANTE, e do outro lado a SOLIS CLÍNICA MÉDICA LTDA com sede na Rua Antonio Pedrassani, 131, no centro da cidade de São Miguel do Oeste-SC, inscrito no CNPJ/MF sob nº 12.986.215/0001-02, neste ato representado pelo sócio administrador o Sr. João Eduardo Schacker, portador do CPF nº 715.897.670-04, residente e domiciliado na cidade de Tunápolis/SC, denominadas, respectivamente, CONTRATANTE e CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTAS PSIQUIÁTRICAS PARA A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS - SC PARA O ANO DE 2020, em decorrência do Aviso de Credenciamento nº 12/2019 e de conformidade com o que preceitua a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo antes nominado, inclusive a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO - O presente edital destina-se a credenciamento de empresa para realização de consultas psiquiátricas para a população do Município de Tunápolis - SC, para o exercício de 2020.

Item	Qtde	Unid.	Especificação	Vlr. Unit.	Valor Total
01	600	unid	Consulta com médico Psiquiatra	R\$ 130,00	78.000,00

CLÁUSULA TERCEIRA – CRITÉRIOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O atendimento aos usuários far-se-á pelo sistema de livre escolha dos credenciados, nos termos e condições previstas neste termo. A(s) credenciada(s) se compromete(m) a prestar a contento, nos termos e condições de sua(s) proposta(s), deste edital e do instrumento contratual firmado, os serviços propostos, aos usuários, mediante a apresentação da Requisição da consulta, documento de identidade ou documento compatível, acompanhada da autorização emitida pela Secretaria de Saúde. É expressamente vedada, em qualquer circunstância, por parte da credenciada, a retenção e/ou exigência de apresentação de quaisquer documentos adicionais aos que estão elencados no item anterior, aposição de assinatura em guia e/ou documento em branco ou de garantia de qualquer espécie. Ao usuário é reservado o direito de denunciar a qualquer tempo e meio, eventual irregularidade verificada no atendimento, faturamento e/ou prestação dos serviços, cabendo ao Fundo Municipal da Saúde a devida apuração, e, se for o caso, a imediata penalização e/ou descumprimento do contratado, no teor da Lei. A prestação dos serviços é exclusiva da credenciada, vedada sua transferência à empresas alheias à relação contratual. Somente poderão executar os serviços as empresas que estiverem com a regularidade fiscal e trabalhista de acordo com o que rege a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações (art. 27, IV; art. 55, XIII). Deverão ser encaminhadas as seguintes Certidões Negativas: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa Estadual; Certidão Negativa Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e, Certidão de Regularidade Trabalhista – CNDT. As CND's poderão ser enviadas para um dos e-mails: compras@tunapolis.sc.gov.br; compras3@tunapolis.sc.gov.br; contabil@tunapolis.sc.gov.br, acompanhadas da nota fiscal.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

O Fundo Municipal da Saúde se dispõe a pagar os valores constantes no item 1.1 por CONSULTA. O Município, através do Fundo Municipal de Saúde, efetuará o pagamento mensalmente, até o dia 05 (cinco) do mês subsequente ao da prestação de serviço. O pagamento será efetuado mediante o recebimento da nota fiscal e do relatório dos serviços prestados. Deverão também ser encaminhadas as seguintes Certidões Negativas: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa Estadual; Certidão Negativa Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e, Certidão de Regularidade Trabalhista – CNDT. As CND's poderão ser enviadas para um dos e-mails: compras@tunapolis.sc.gov.br; compras3@tunapolis.sc.gov.br; contabil@tunapolis.sc.gov.br.

br, acompanhadas da nota fiscal e relatório. É expressamente vedada à cobrança de qualquer sobretaxa à tabela adotada, em qualquer hipótese, do paciente ou do Município, quando do pagamento dos serviços prestados pelo credenciado.

CLÁUSULA QUINTA – DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO/FMS

Na eventualidade do Município - FMS, não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS – Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (35) do Fundo Municipal da Saúde, do ano de 2020.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PESSOAS JURÍDICAS CREDENCIADAS

A clínica credenciada(atraves do médico) deverá realizar as consultas para as quais se credenciou sem cobrança de qualquer valor ao usuário encaminhado pela Secretaria da Saúde. A credenciada deverá prestar os serviços em estabelecimento devidamente licenciado pela vigilância sanitária, diretamente ao paciente, mediante ordem de serviço fornecida pela Secretaria de Saúde. Deverá a pessoa jurídica contratada permitir o acompanhamento e a fiscalização de suas dependências pela Secretaria Municipal de Saúde ou da comissão designada para tal. Deverá de imediato, quando solicitada, apresentar documentos, prontuários ou demais informações necessárias ao acompanhamento da execução do contrato. Comunicar a Secretaria Municipal de Saúde a ocorrência de qualquer irregularidade de que tenha conhecimento. Responsabilizar-se por todos os impostos, taxas, seguros e tudo que, em virtude da lei ou regulamento, recaia ou venha a recair sobre os serviços, bem como por obrigações trabalhistas, previdenciárias, de acidentes e quaisquer outros decorrentes da relação empregatícia entre a contratada e seu pessoal, bem como pelos danos/prejuízos eventualmente causados aos usuários e/ou terceiros. O credenciado obriga-se a manter, durante toda a execução, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na credenciamento, sob pena de rescisão do Termo por não cumprimento do mesmo. O credenciado deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e as recomendações exigidas pela boa técnica dos serviços contratados.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Arcar com as despesas decorrentes da prestação dos serviços. Implantar de forma adequada à supervisão permanente dos serviços de modo a obter um resultado correto e eficaz. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Credenciada, assegurando ao usuário a boa prestação dos serviços. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Credenciada, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela contratante, não deixe ser interrompido. Acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços. O Fundo Municipal de Saúde reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo ser descredenciado, em casos de má prestação, verificada em processo administrativo específico com garantia do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA NONA - DO DESCREDENCIAMENTO

O credenciado que descumprir, injustificadamente, as condições estabelecidas para o atendimento constantes neste termo, ensejará, após devidamente comprovadas pelo Fundo Municipal da Saúde, e dependendo da gravidade e/ou dano/prejuízo acarretado aos usuários, concedido o direito à ampla defesa e contraditório, a sua imediata exclusão (do rol de credenciados) e descredenciamento, sem prejuízo de aplicação cumulativa das demais sanções administrativas e civis previstas neste edital e na lei aplicáveis in casu.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS/FMS, aplicar à contratada as seguintes sanções, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;
- c) Rescisão Contratual;
- d) Suspensão temporária para licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS/FMS;
- e) Declaração de inidoneidade.

- A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS/FMS.

- À CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na prestação de serviços ou prestação de serviços que não atendam as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

- A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS/FMS pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS/FMS.

- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS/FMS pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.
- b) À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

O presente termo entra em vigor na data de sua assinatura e vigorará até dia 31/12/2020.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO - Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do

presente Termo, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Tunápolis, SC., 06 de janeiro de 2020.

AQUILES BAMBERG
GESTOR DO FUNDO
FISCAL DESTE CONTRATO
CONTRATANTE

SOLIS CLÍNICA MÉDICA LTDA
João Eduardo Schacker
CPF nº 715.897.670-04
SÓCIO ADMINISTRADOR
CONTRATADA

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

CONTRATO Nº 10/2020 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO

Publicação Nº 2310712

CONTRATO Nº 10/2020 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO

Contrato que entre si celebram o Município de TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TUNÁPOLIS-APAE do município de Tunápolis para contratação de Instituição, prestadora de serviço de Atendimento/Acompanhamento de Paciente em Reabilitação do Desenvolvimento Neuropsicomotor pelo presente instrumento, de um lado o FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 12.273.240/0001-49, neste ato representado pelo seu gestor, o Sr. Aquiles Bamberg, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1850418 e inscrito no CPF sob nº 760.393.159-20, residente e domiciliado na Rua Afonso Rodrigues, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado o a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TUNÁPOLIS-APAE do Município de Tunápolis, inscrita no CNPJ sob o nº 11.201.022.0001-36, com sede na Rua João Castilho, Centro, deste Município, neste ato representada pela Presidenta da APAE, Sra. Elise Gretzler Trenhago, brasileira, portador da cédula de identidade nº 3.592.295, e inscrita no CPF nº 017.628.959-35, doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o que dispõe a Constituição Federal, em especial em seus artigos nº 196 a 200, as Leis Federais nº 8080/90, nº 8142/90 e nº 8666/93, suas respectivas alterações posteriores, a Portaria GM/MS nº 3277, de 22/12/2006, assim como demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, da mesma forma, com base nos termos do Edital de Chamada Pública de Licitação, publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM); RESOLVEM celebrar o presente CONTRATO de prestação de serviços de assistência à saúde do Sistema Único de Saúde – SUS mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO O presente Contrato tem por objeto o atendimento /Acompanhamento de Paciente em Reabilitação do Desenvolvimento Neuropsicomotor, aos alunos de Escola Especial e usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), de acordo com as normas do SUS (Serviços Ambulatoriais – externos), sendo parte integrantes deste Contrato.

Código procedimento	Número de procedimentos	Valor unitário	Valor total no mês R\$	Total do ano R\$
03.01.07.007-5	554	17,67	9.789,18	117.470.16

Parágrafo Único - Os serviços ora contratados estão referidos a uma base territorial e populacional com base na Programação Pactuada e Integrada (PPI) da Assistência Ambulatorial e o Plano Diretor de Regionalização (PDR), sendo ofertados conforme parâmetros assistenciais, compatibilizando-se a demanda e disponibilidade de recursos financeiros do SUS.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DOCUMENTOS JURÍDICOS E SITUAÇÃO CADASTRAL Os serviços referidos na Cláusula Primeira serão executados pela ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TUNÁPOLIS-APAE do município de Tunápolis com alvará de licença para funcionamento, expedido pela Prefeitura Municipal e alvará sanitário sob nº. 807-9 com vigência até 28 fevereiro de 2020, expedido pela Vigilância Sanitária competente, e sob a responsabilidade técnica do Vanderlei Stoffel, sob a credencial n. 841-311º - No caso de mudança de endereço do estabelecimento da CONTRATADA, deverá ser prontamente comunicada à CONTRATANTE, a qual analisará a manutenção dos serviços ora contratados no novo endereço devidamente vistoriado, podendo rever as condições deste Contrato, e até mesmo rescindi-lo, se entender oportuno e/ou conveniente. Devendo ser providenciado pela CONTRATADA a solicitação de novo alvará.

§ 2º - O responsável pelos serviços de diagnóstico e terapia deverá ser indicado pela CONTRATADA, sendo que sua alteração deverá ser

comunicada, imediatamente, por escrito, à CONTRATANTE, para alteração cadastral. § 3º - A CONTRATADA obriga-se a informar ao Gestor toda e qualquer alteração do ato constitutivo através da Ficha Cadastral de Estabelecimentos de Saúde – FCES, mantendo-a atualizada para fins de atualização do Sistema do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - SCNES; § 4º - A CONTRATANTE obriga-se a repassar as alterações ao SCNES, em tempo hábil;

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES GERAIS O presente Contrato será regido pelas seguintes condições gerais: § 1º - Os serviços ora contratados serão prestados diretamente por profissionais do estabelecimento da CONTRATADA e por profissionais admitidos em suas dependências, para prestar serviços. § 2º - É de responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA a utilização de pessoal para execução do objeto deste contrato, sendo: I - com profissionais que tenham vínculo de emprego com a CONTRATADA, e/ou; II - com profissionais autônomos, que eventual ou constantemente, prestem serviços à CONTRATADA, se por esta autorizado. § 3º - Equipara-se ao profissional autônomo, definido no inciso II do § 2º desta cláusula, a empresa, a cooperativa, o grupo, a sociedade ou conglomerado de profissionais que exerça atividade na área da saúde, formalizados com contratos de prestação de serviços.

§ 4º - Somente a CONTRATADA responde pelos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a CONTRATANTE ou para o Ministério da Saúde, e ainda, a prestação dos serviços contratados não implica vínculo empregatício, nem exclusividade de colaboração entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE; § 5º - Na execução dos serviços ambulatoriais do presente Contrato, os partícipes deverão observar as seguintes condições: I – É vedada a cobrança por serviços ambulatoriais ao usuário do SUS, assim como outros complementares referente à assistência, seguindo o princípio da gratuidade; II – A CONTRATADA responsabilizar-se-á administrativamente por cobrança indevida, feita ao usuário do SUS ou seu representante, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução deste Contrato, assegurado o devido processo legal para identificação do responsável pela cobrança indevida.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA Para o cumprimento do objeto deste Contrato, a CONTRATADA se obriga: § 1º - Observar o encaminhamento e atendimento do usuário, de acordo com as regras estabelecidas para a referência e contra referência, ressalvadas as situações de urgência. § 2º - Oferecer ao usuário os recursos necessários ao seu atendimento; § 3º - Colocar à disposição da CONTRATANTE, para prestação de atendimentos aos usuários do SUS, obedecendo-o Princípio da Integralidade disponibilizando-os para regulação do Gestor Municipal; § 4º - Atender usuários com dignidade e respeito de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade dos serviços prestados, de acordo com o que preconiza as normas do SUS e, em especial, seguir as diretrizes da PNH – Política Nacional de Humanização/Humaniza-SUS; § 5º - Afixar em local visível e de grande circulação de usuários aviso de sua condição de entidade integrante do SUS e da gratuidade dos serviços prestados nessa condição; § 6º - Manter as dependências em perfeito estado de conservação, higiene e funcionamento; § 7º - Manter cadastro dos usuários sempre atualizado, assim como prontuário dos pacientes e arquivos médicos, que permitam acompanhamento, controle e supervisão dos serviços; § 8º - Justificar ao usuário ou a seu representante, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato profissional previsto neste contrato; § 9º - Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem usuários para fins de experimentação; § 10º – Respeitar a decisão do paciente ao consentir ou recusar os serviços de saúde ofertados, salvo nos casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal; § 11º - A CONTRATADA estará submetida às novas legislações pertinentes editadas pelo Sistema Único de Saúde e/ou pelo gestor local de saúde; § 12º - Os serviços contratados deverão estar de acordo com os critérios estabelecidos no Programa Nacional de Avaliação dos Serviços de Saúde – PNASS. § 13º - Garantir o acesso do Conselho de Saúde ao serviço contratado no exercício de seu poder de fiscalização.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE Para cumprir o objeto deste Contrato, a CONTRATANTE se obriga: § 1º - Pagar mensalmente à CONTRATADA a importância referente aos serviços contratados, autorizados e realizados dentro do limite definido na Cláusula Sétima e em conformidade com a PPI da Assistência. § 2º - Exercer atividades de Controle, Avaliação e Auditoria na CONTRATADA, mediante procedimentos de supervisão direta ou indireta de acordo com as normas que regem o SUS. § 3º - Revisar semestralmente os serviços contratados, tendo como base os serviços realizados que excederem os limites previstos na Cláusula Sétima. § 4º - Elaborar Termos Aditivos em conformidade com as atualizações da PPI da Assistência, para tanto, serão considerados os resultados da revisão que trata o parágrafo anterior.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA É de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, civil e criminalmente, as eventuais indenizações por danos causados aos usuários, órgãos do SUS ou terceiros, decorrentes de ação ou omissão voluntária, de negligência, imperícia ou imprudência, para o cumprimento do objeto deste Contrato. Parágrafo Único – A fiscalização e o acompanhamento da execução deste Contrato por órgãos do Ministério da Saúde e Secretaria de Estado da Saúde não excluem nem reduzem a responsabilidade civil da CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS FINANCEIROS A CONTRATADA receberá, mensalmente, da CONTRATANTE os recursos para a cobertura dos serviços contratados, autorizados e efetivamente prestados, de acordo com o pactuado neste Contrato e em conformidade com a tabela do SUS vigente.

§ 1º - As despesas decorrentes do atendimento de “Ações de Média e Alta Complexidade Ambulatorial”, consignados nos Sistema de Informação Ambulatorial – SIA/SUS têm o valor limite definido na FPO – Ficha de Programação Orçamentária conforme abaixo especificado: Resumo da Programação Orçamentária Mensal Anual Mensal Anual Média Complexidade Ambulatorial – MAC Alta Complexidade Ambulatorial TOTAL

§ 2º - Os valores supracitados correspondem aos serviços contratados, porém, será repassado à CONTRATADA somente o valor mensal aprovado no SIA/SUS posteriormente à prestação dos serviços, ou seja, após produção, apresentação, aprovação, processamento e concomitantemente à respectiva transferência financeira do FNS.

§ 3º - Os valores correspondem a média de 12 (doze) procedimentos/mês por aluno, ao valor de R\$ 17,67 por procedimento (Tabela SUS) para os alunos devidamente atendidos/acompanhados.

CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS Os recursos orçamentários têm como origem à transferência fundo a fundo pelo Ministério da Saúde, classificados em receitas correntes/transferências pelo Fundo Estadual de Saúde.

§ 1º - A base para a construção dos valores aqui contratados é a Programação Pactuada Integrada – PPI da Assistência vigente, a série histórica e a tabela de valores e procedimentos do SUS. § 2º - As despesas decorrentes do presente Contrato serão atendidas pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (35) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do ano de 2019, por conta dos exercícios subsequentes, os quais serão aditados ao presente termo.

CLÁUSULA NONA – DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO O valor estipulado neste Contrato será pago da seguinte forma: § 1º - A CONTRATADA apresentará a produção dos serviços realizados, mensalmente à CONTRATANTE, por meio magnético de acordo com o Sistema SIA-SIH/SUS, obedecendo, para tanto, o procedimento, os prazos e o cronograma, estabelecido pelo Ministério da

Saúde e CONTRATANTE. § 2º - A CONTRATANTE, revisará e processará os dados recebidos da CONTRATADA e seus documentos, procederá ao pagamento das ações, observando as diretrizes e normas emanadas pelo Ministério da Saúde e pela Secretaria de Estado da Saúde, nos termos das respectivas competências e atribuições legais; § 3º - A produção rejeitada pelo serviço de processamento de dados, ou pela conferência técnica e administrativa, será devolvida à CONTRATADA para as correções cabíveis, devendo ser reapresentada no prazo estabelecido pelo Ministério da Saúde. O documento reapresentado será acompanhado do correspondente documento original devidamente inutilizado por meio de carimbo, quando cabível; § 4º - Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento da produção, por culpa da CONTRATANTE, esta garantirá à CONTRATADA o pagamento, no prazo avençado neste Contrato, pelos valores do mês imediatamente anterior e que tenha sido validado pelas partes, acertando as diferenças que houver no pagamento seguinte, mas ficando a Secretaria de Estado da Saúde e o Ministério da Saúde, exonerados do pagamento de multas e sanções financeiras, assim como correção monetária dos créditos e outros acréscimos porventura incidentes nas diferenças apuradas; § 5º - Para fins de comprovar a apresentação das contas e observância dos prazos de pagamento, deverá ser entregue Recibo de prestação de serviços da CONTRATADA para a CONTRATANTE; § 6º - A CONTRATANTE, após revisão dos recibos efetuará o pagamento do valor apurado nos termos da Cláusula Sétima depositando-o à CONTRATADA em Conta Corrente de acordo com os prazos estipulados na Portaria GM/MS 3478/98. § 7º - O não cumprimento pelo Ministério da Saúde da obrigação de repassar os recursos correspondentes aos valores constantes deste Contrato não transfere para o CONTRATANTE a obrigação de pagar os serviços ora contratados, os quais são de responsabilidade do Ministério da Saúde para todos os efeitos legais. § 8º - A CONTRATADA responderá pelos encargos financeiros assumidos além do limite dos recursos que lhe são destinados, ficando a Secretaria de Estado da Saúde e o Ministério da Saúde exonerados do pagamento de eventual excesso.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CONTROLE, AVALIAÇÃO E AUDITORIA A execução do presente Contrato será avaliada pela CONTRATANTE, mediante procedimentos de supervisão local direta ou indireta, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições ora estabelecidas e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados. § 1º - Poderá a qualquer tempo ser realizada auditoria pelos Gestores do SUS, de acordo com o Decreto Estadual nº 688 de 2 de Outubro de 2007, publicado no DOE nº 18.219 que institui na Secretaria de Estado da Saúde, o Componente Estadual de Auditoria - CEA do Sistema Único de Saúde. § 2º - A CONTRATANTE efetuará vistorias nas instalações da CONTRATADA para verificar se persistem as mesmas condições técnicas básicas comprovadas por ocasião da assinatura deste Contrato. § 3º - A fiscalização exercida pela CONTRATANTE sobre serviços ora contratados não eximirá a CONTRATADA da sua plena responsabilidade perante a CONTRATANTE, ou para com os usuários e terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do Contrato. § 4º - A CONTRATADA facilitará o acompanhamento e a fiscalização permanente, pela CONTRATANTE, dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos auditores designados para tal fim. § 5º - Em qualquer hipótese é assegurado à CONTRATADA amplo direito de defesa, nos termos das normas gerais do Ministério da Saúde e da Lei Federal de licitações e contratos administrativos. § 6º - As contas serão objeto de análise pelos órgãos de Controle, Avaliação e Auditoria do SUS, que emitirão parecer conclusivo no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de tornar-se nula a rejeição, validada a conta e, conseqüentemente, remunerado o serviço no pagamento imediatamente subsequente, de acordo com a regulamentação do Sistema Estadual de Auditoria.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES A inobservância, pela CONTRATADA, de cláusula ou obrigação constante deste Contrato, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, autorizará a CONTRATANTE, garantida a prévia defesa, a aplicar, em cada caso, as sanções administrativas previstas nos artigos 86 e 87, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Da mesma forma, em conformidade com o art. 14 da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), além das demais normas em vigor. § 1º - A imposição das penalidades previstas nesta cláusula dependerá da gravidade do fato que as motivar, considerada sua avaliação na situação e circunstância objetiva em que ele ocorreu e dela será notificado a CONTRATADA. § 2º - A multa que vier a ser aplicada, será comunicada à CONTRATADA, e o respectivo montante será descontado pela CONTRATANTE, dos pagamentos devidos, ficando garantido o pleno direito de defesa em processo regular. § 3º - A imposição de qualquer das sanções estipuladas nesta cláusula não ilidirá o direito da CONTRATANTE de exigir indenização integral do autor da infração pelos prejuízos que o fato gerador da penalidade acarretar para os órgãos gestores do SUS, seus usuários e terceiros, independentemente das responsabilidades criminal e/ou ética deste. § 4º - A violação ao disposto no inciso I do § 4º da Cláusula Terceira deste Contrato sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas nesta cláusula, ficando a CONTRATANTE autorizada a reter o valor indevidamente cobrado do montante devido à CONTRATADA, para fins de ressarcimento do usuário do SUS, por via administrativa, sem prejuízo do disposto § 5º desta Cláusula, assegurado o devido processo legal para identificação do responsável pela cobrança indevida. §

5º - As distorções verificadas através do Sistema Estadual de Auditoria de Saúde – SEAS, ficando comprovada cobrança indevida de procedimentos SIA ou SIH, serão objeto de Ordem de Recolhimento – OR em favor do Fundo Estadual de Saúde/SES, em conta específica e demais medidas administrativas que o fato requer.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO A rescisão obedecerá às disposições contidas nos artigos 77 à 80, da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações: § 1º - Todos os casos de rescisão contratual deverão ser oficialmente motivados, assegurado o contraditório e a ampla defesa; § 2º - A CONTRATADA reconhece desde já os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa; § 3º - Qualquer uma das partes poderá solicitar rescisão contratual, devidamente formalizada a outra parte interessada, com 30 dias de antecedência contados a partir do recebimento da notificação; § 4º - Em caso de rescisão do presente Contrato por parte da CONTRATADA, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, A CONTRATANTE poderá exigir o prazo suplementar de até 120 dias para efetiva paralisação de prestação de serviços, além dos 30 dias previstos no parágrafo anterior.

Se nestes prazos a CONTRATADA negligenciar a prestação dos serviços ora contratados sofrerá as penalidades previstas em lei; § 5º - A CONTRATADA poderá solicitar rescisão do presente Contrato no caso de descumprimento, pela CONTRATANTE, das obrigações aqui previstas, em especial, no caso de atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos; § 6º - Em caso de rescisão do presente Contrato por parte da CONTRATANTE não caberá à CONTRATADA, direito a qualquer indenização, salvo o pagamento pelos serviços prestados até a data da rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS RECURSOS PROCESSUAIS Dos atos de rescisão deste Contrato praticados pela CONTRATANTE cabem à CONTRATADA: § 1º - Recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata; § 2º - Pedido de reconsideração de decisão da CONTRATANTE, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação do ato. § 3º - A CONTRATANTE poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis, desde que o faça motivadamente diante de razões de interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO O prazo de vigência do presente Contrato é 31 de dezembro de 2020, tendo por termo inicial na data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos de 12 meses, limitado a 60 (sessenta) meses. § 1º - A parte que não se interessar pela prorrogação contratual deverá comunicar a sua intenção, por escrito, à outra parte, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias. § 2º - A continuação da prestação de serviços nos exercícios financeiros subsequentes ao presente, fica condicionada à vigência dos respectivos créditos orçamentários. § 3º - O Termo Aditivo referente à prorrogação contratual de

celebração obrigatória será acompanhada do Termo de Vistoria, onde constará se persistem as mesmas condições técnicas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES Qualquer alteração do presente Contrato será objeto de termo aditivo, na forma da legislação referente a licitações e contratos administrativos. § 1º - Os valores estipulados neste Contrato serão reajustados na mesma proporção dos reajustes concedidos pelo Ministério da Saúde, através de Termo Aditivo; § 2º - Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa da CONTRATADA poderá ensejar a não prorrogação deste Contrato ou a revisão das condições estipuladas; § 3º - Cabe Termo Aditivo em função do desenvolvimento tecnológico, elevando assim o grau de complexidade assistencial necessários ao SUS, desde que devidamente acordado entre as partes e pactuado com o Gestor de Saúde local.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO As partes elegem o Foro da Comarca de Itapiranga/SC, para solução judicial, desistindo os interessados de qualquer outro, mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente Contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes.

E por estarem as partes justas e acordes, firmam o presente Contrato em 3 (vias) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas, abaixo assinadas.

Tunápolis – SC, 06 de janeiro de 2020.

AQUILES BAMBERG

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

CREDENCIANTE-FISCAL DESTE CONTRATO

ASSOC. DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TUNÁPOLIS-APAE

Elise Gretzler Trenhago

CPF nº 017.628.959-35

Presidenta da APAE

CREDENCIADA

Alcides Luis Hofer

Assessor Jurídico

OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger

CPF: 020.226.259-60

CONTRATO Nº 10/2020.

Publicação Nº 2310579

CONTRATO Nº 10/2020.

CONTRATANTE: Município de Tunápolis pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa Auto Posto Canarinho Ltda, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 83.523.407/0001-20, estabelecida na Rua Caaro, 110 – Centro, no Município de Tunápolis - SC, considerada doravante CONTRATADA, neste ato devidamente representado pelo sócio administrador Sr. Canisio Thomas, inscrito no CPF nº 347.592.209-68.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações, na Lei nº 10.520/02 e no Processo Licitatório nº 352/2019, e Pregão Presencial nº 211/2019.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA LAVAGEM DE VEÍCULOS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, DA POLÍCIA CIVIL E MILITAR.

Item	Qtd.	Uni	DESCRIÇÃO	Preço R\$ Unitário	PREÇO TOTAL
01	220,00	UNI	Serviço para Lavagem interna (A lavagem interna compreende limpeza dos tapetes, bancos, painel, porta malas) e externa de veículos LEVES. AUTO POSTO CANRINHO LTDA.	36,00	7.920,00
			TOTAL GERAL		7.920,00

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE

2.1 – O pagamento da presente licitação será efetivado em até 8 (oito) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome do Município de Tunápolis, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

2.2 Somente serão pagas as notas para a empresa que estiver com a regularidade fiscal e trabalhista, (Certidões Negativas: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa Estadual; Certidão Negativa Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e, Certidão de Regularidade Trabalhista – CNDT) REGULARIZADA, de acordo com o que rege a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações (art. 27, IV; art. 55, XIII).

2.3 A emissão das NOTAS FISCAIS devem estar acompanhadas da autorização de fornecimento autorizada pelo titular da pasta à qual pertencer o veículo .

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

3.1 – Os serviços deverão ser prestados em estabelecimento devidamente habilitado, estabelecido no perímetro urbano dentro do município de Tunápolis durante o ano 2020, devendo ocorrer no dia em que o mesmo for solicitado pela Secretaria Responsável pelo veículo a ser lavado. As lavagens deverão ser feitas conforme descritas nos itens anexo I a este edital.

3.2 – As lavagens só poderão ser efetuadas mediante ordem do contratante, a qual mencionará o veículo a ser lavado, sendo que a contratada deverá emitir nota fiscal correspondente a lavagem, discriminando o veículo. Para cada lavagem deverá ser emitida uma nota fiscal, a qual deverá ser assinada pelo motorista do veículo lavado.

3.3 Somente serão emitidas autorizações de fornecimento para as empresas que estiverem com a regularidade fiscal e trabalhista, (Certidões Negativas: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa Estadual; Certidão Negativa Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e, Certidão de Regularidade Trabalhista – CNDT) REGULARIZADA, de acordo com o que rege a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações (art. 27, IV; art. 55, XIII).

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

4.1 O CONTRATADO obriga-se a PRESTAR OS SERVIÇOS (lavagem) contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 352/2019 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

4.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, a CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

4.3 O CONTRATADO responderá pelos vícios dos produtos que se compromete a fornecer, e por quaisquer danos que venha a causar inclusive perante terceiros, ficando a Prefeitura Municipal isento de qualquer responsabilidade, em virtude da aquisição dos produtos, objeto do presente contrato.

4.4 Manter, durante a execução do objeto todas as condições de habilitação previstas neste contrato, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.5 Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do objeto;

4.6 Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a execução do serviço (lavagem), a fim de comprovar o serviço.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1 O Município obriga-se adquirir os serviços acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SEXTA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

6.1 - Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: (7,10,3546,58,83,87,94,156,118,128,137) do Município de Tunápolis, do ano de 2020.

CLÁUSULA SETIMA - DO PRAZO.

7.1 – O contrato a ser firmado terá vigência até dia 31 de Dezembro de 2020, podendo ser renovado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, dada a sua essencialidade e necessidade pública permanente.

CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

8.1.1. Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

8.1.2. Por acordo entre as partes;

8.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

9.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

- 9.1.1. Advertência.
9.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;
9.1.3. Declaração de inidoneidade;
9.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA - FORO COMPETENTE

10.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (dois) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 02 de janeiro de 2020.

RENATO PAULATA Auto Posto Canarinho Ltda.
PREFEITO MUNICIPAL Canisio Thomas/ CPF nº 347.592.209-68
CONTRATANTE Sócio Administrador
CONTRATADA

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

DONATO LAUSCHNER
FISCAL DESTE CONTRATO
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Testemunhas: _____

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259-60

CONTRATO Nº 11/2020

Publicação Nº 2310578

CONTRATO Nº 11/2020

Pelo presente instrumento de contrato o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Rua João Castilho, 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa ANDRE STRIEDER, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 34.085.014/0001-77, estabelecida na Rua Santa Maria, 157, anexo, 02 Centro, no Município de Tunápolis - SC, considerada doravante CONTRATADA, neste ato devidamente representado pelo sócio administrador Sr. Andre Strieder, sócio administrador, inscrito no CPF nº 098.053.009-19.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações, na Lei nº 10.520/02 e no Processo Licitatório nº 352/2019, e Pregão Presencial nº 211/2019.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA LAVAGEM DE VEÍCULOS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, DA POLÍCIA CIVIL E MILITAR.

Item	Qtd.	Uni	DESCRIÇÃO	Preço R\$ Unitário	PREÇO TOTAL
02	80	UNI	Serviço para Lavagem interna (A lavagem interna compreende limpeza dos tapetes, bancos, painel, porta malas) e externa de veículos tipo "VAN" "AMBULÂNCIA".	46,50	6.975,00

03	120	UNI	Serviço para Lavagem interna (A lavagem interna compreende limpeza dos tapetes, bancos, painel, porta malas) e externa DE ÔNIBUS.	57,50	6.900,00
			TOTAL GERAL		13.875,00

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE

2.1 – O pagamento da presente licitação será efetivado em até 8 (oito) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome do Município de Tunápolis, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

2.2 Somente serão pagas as notas para a empresa que estiver com a regularidade fiscal e trabalhista, (Certidões Negativas: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa Estadual; Certidão Negativa Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e, Certidão de Regularidade Trabalhista – CNDT) REGULARIZADA, de acordo com o que rege a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações (art. 27, IV; art. 55, XIII).

2.3 A emissão das NOTAS FISCAIS devem estar acompanhadas da autorização de fornecimento autorizada pelo titular da pasta à qual pertencer o veículo .

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

3.1 – Os serviços deverão ser prestados em estabelecimento devidamente habilitado, estabelecido no perímetro urbano dentro do município de Tunápolis durante o ano 2020, devendo ocorrer no dia em que o mesmo for solicitado pela Secretaria Responsável pelo veículo a ser lavado. As lavagens deverão ser feitas conforme descritas nos itens anexo I a este edital.

3.2 – As lavagens só poderão ser efetuadas mediante ordem do contratante, a qual mencionará o veículo a ser lavado, sendo que a contratada deverá emitir nota fiscal correspondente a lavagem, discriminando o veículo. Para cada lavagem deverá ser emitida uma nota fiscal, a qual deverá ser assinada pelo motorista do veículo lavado.

3.3 Somente serão emitidas autorizações de fornecimento para as empresas que estiverem com a regularidade fiscal e trabalhista, (Certidões Negativas: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa Estadual; Certidão Negativa Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e, Certidão de Regularidade Trabalhista – CNDT) REGULARIZADA, de acordo com o que rege a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações (art. 27, IV; art. 55, XIII).

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

4.1 O CONTRATADO obriga-se a PRESTAR OS SERVIÇOS (lavagem) contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 352/2019 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

4.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, a CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

4.3 O CONTRATADO responderá pelos vícios dos produtos que se compromete a fornecer, e por quaisquer danos que venha a causar inclusive perante terceiros, ficando a Prefeitura Municipal isento de qualquer responsabilidade, em virtude da aquisição dos produtos, objeto do presente contrato.

4.4 Manter, durante a execução do objeto todas as condições de habilitação previstas neste contrato, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.5 Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do objeto;

4.6 Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a execução do serviço (lavagem), a fim de comprovar o serviço.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1 O Município obriga-se adquirir os serviços acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SEXTA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

6.1 - Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: (7,10,3546,58,83,87,94,156,118,128,137) do Município de Tunápolis, do ano de 2020.

CLÁUSULA SETIMA - DO PRAZO.

7.1 – O contrato a ser firmado terá vigência até dia 31 de Dezembro de 2020, podendo ser renovado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, dada a sua essencialidade e necessidade pública permanente.

CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

8.1.1. Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

8.1.2. Por acordo entre as partes;

8.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

9.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

9.1.1. Advertência.

9.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

9.1.3. Declaração de inidoneidade;

9.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA - FORO COMPETENTE

10.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (dois) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 02 de janeiro de 2020.

RENATO PAULATA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

ANDRE STRIEDER.
Andre Strieder/ CPF nº 098.053.009-19.
Sócio Administrador
CONTRATADA

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

JULINHO ZINHANI
FISCAL DESTE CONTRATO
CPF sob nº 898.699.400-30.
Secretário de Obras.

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

CONTRATO Nº 12/2020

Publicação Nº 2310577

CONTRATO Nº 12/2020

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS E INSTALAÇÃO DE LINK DE INTERNET PARA O MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS/SC QUE CELEBRAM ENTRE A EMPRESA INFORMÁTICA ITAPIRANGA LTDA EPP -NEDEL TELECOM.

Pelo presente instrumento de contrato, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua João Castilho n.111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa INFORMÁTICA ITAPIRANGA LTDA- EPP,-NEDEL, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.938.920/0001-55, estabelecida na avenida Beira Rio, 247, centro, no Município de Itapiranga/SC, neste ato representado pelo Sr. Henrique Nedel, sócio administrador, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 777.809.739-72, considerado doravante CONTRATADA acordam e ajustam firmar o presente Contrato, nos termos da Lei Federal nº 8.666/1993, consolidada, e legislação pertinente, assim como

pelas condições do Edital de Pregão Presencial nº 212/2019, pelos termos da proposta da Contratada e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de empresa CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS E INSTALAÇÃO DE LINK DE INTERNET PARA O MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS/SC, tudo em conformidade com o que segue.

item	Qtade	unid	Valor mensal	Valor total no ano	Especificação
1	12	meses	550,00	6.600,00	1 Link Dedicado de internet banda FULL de 50 Megabits, bloco /29 com 5 endereços IPs válidos, equipamentos necessários para a entrega do link consignados, meio de transmissão fibra ótica. Local de entrega sede da prefeitura municipal (Disponibilizado na Prefeitura Municipal)
2	12	meses	588,00	7.056,00	Conexões de internet de 20 Megabits, equipamentos necessários para a entrega consignados, meio de transmissão fibra ótica, sendo que cada ponto custará R\$ 98,00 por mês: Locais de entrega: CME Escola Pitangueira Escola De Educação Infantil Lar dos Idosos Creche Conselho Tutelar
3	12	meses	590,00	7.080,00	conexões de internet de 50 Megabits, equipamentos necessários para a entrega consignados, meio de transmissão fibra ótica sendo que cada ponto custará R\$ 118,00 por mês: Locais de entrega: Secretaria da Agricultura, - Secretaria da Educação, - DMER, - CRAS e Escola Helga Follmann
4	12	meses	100,00	1.200,00	Conexões de internet de 10 Megabits, equipamentos necessários para a entrega consignados, meio de transmissão via rádio. Local de entrega: Escola São Pedro. Valor Mensal unitário: R\$ 100,00.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 88/2019

Este Contrato está vinculado ao Edital de Pregão Presencial nº 212/2019, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

3.1 – Os custos (material e mão de obra) referentes o meio de transporte e instalação dos locais do anexo I citados é de responsabilidade da empresa vencedora.

3.2. O link e o roteador deverão ser instalados nos locais indicados pela Administração Municipal, devendo atender a legislação e normas técnicas aplicáveis, em especial as normas e regras da Agencia Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

3.3. O prazo para instalação do link será de até 08 (oito) dias uteis a contar da data da assinatura do contrato, sendo este período considerado como CARÊNCIA, não tendo nenhum tipo de ônus financeiro par o município até que todo o sistema fique instalado e pronto para uso.

3.4. A empresa vencedora deverá ter serviço de suporte para atendimento com ligações gratuitas em 0800 ou fone na área de abrangência prefixo (049), com atendimento via fone, internet ou até mesmo IN LOCO, sempre que necessário, sem custos para o município.

3.5. A garantia da disponibilidade mínima contratada deverá ser de 99% do mês, 24 (vinte e quatro) horas do dia e 07 (sete) dias por semana.

3.6. A empresa deverá prestar assistência técnica gratuita para o Sistema de internet disponibilizado em até 08 (oito) horas a partir da abertura do chamado técnico por parte da PREFEITURA de Tunápolis/SC.

3.7. O sistema de antenas de retransmissão do sinal deverá ser de propriedade ou locadas pela empresa Contratada, sendo estes custos diluídos na Tarifa Mensal. Todos os custos de manutenção das antenas de retransmissão do sinal serão de responsabilidade exclusiva da Contratada.

3.8. Todas as despesas referentes à prestação dos serviços ao Município serão por conta da contratada, despesas essas previstas e/ou computadas na proposta.

3.9. A não prestação dos serviços conforme estabelecido nos itens acima, ensejará a revogação do Contrato e a aplicação das sanções legais

previstas, depois de proporcionada a contraditória e ampla defesa.

3.10. A contratada comprometer-se-á integralmente pela boa qualidade dos serviços que prestar aplicando no que couber o Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR CONTRATUAL

Para a entrega do objeto CONTRATADO, mencionados no gráfico da cláusula primeira, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância dos valores constantes neste contrato na cláusula primeira, conforme a execução do objeto, cujos valores estão descritos no gráfico da cláusula primeira.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 – A CONTRATADA apresentará nota fiscal de execução dos serviços para regular liquidação e pagamento da despesa pelo Município de Tunápolis, através de ordem bancária mediante crédito em conta corrente da CONTRATADA, em até 10 (dez) dias úteis, contados da data regular liquidação da despesa.

5.2 – O pagamento estará condicionado à execução dos serviços licitados, e de todas as condições de cadastramento e habilitação exigidas pelo Município de Tunápolis/SC.

5.3 – O Município de Tunápolis reserva-se o direito de recusar o pagamento se, na prestação dos serviços, a CONTRATADA agir com imperícia na execução dos serviços.

5.4 – As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome das Unidades Gestoras indicadas no preâmbulo do presente Edital, observada sempre a indicação do CNPJ específico.

a) – De acordo com o §6º, I, do Art. 23, Anexo XI, do Regulamento do ICMS Catarinense, ficam os licitantes vencedores obrigados a emitir nota fiscal eletrônica - NF-e, modelo 55, em substituição às notas fiscais impressas modelos 1 e 1-A, quando for o caso.

b) – O arquivo xml das notas fiscais eletrônicas deverá ser encaminhado obrigatoriamente no seguinte e-mail: compras3@tunapolis.sc.gov.br, para seu devido pagamento.

5.5 – Dos valores acima especificados serão descontados o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), quando devido, conforme Lei Municipal que regulamente este tributo.

CLÁUSULA SEXTA – DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

Na eventualidade do MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (3,7,12,14,43,59,75,89,100106,116,132,156,174,183,) do Município de Tunápolis, do ano de 2020.

CLÁUSULA OITAVA – DO CRITÉRIO DE REAJUSTE

Parágrafo Primeiro – Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea “d”, do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666/1993, consolidada.

Parágrafo Segundo – No caso de prorrogação do prazo de duração do contrato, não será admitida a renegociação do preço, mas apenas sua atualização monetária, para efeito de reposição das perdas inflacionárias acumuladas no período de 12 (doze) meses, através da aplicação do IGP-M – Índice Geral de Preços do Mercado –ou de outro indicador econômico oficial, no caso de sua extinção, com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da avença, mediante a formalização de apostilamentos específicos decorrentes de manifestação formulada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

Os serviços deverão ser executados nas condições estipuladas neste Contrato e sua execução será sempre fiscalizada pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Parágrafo Primeiro – Constituem direitos de o CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Segundo – Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- a) – Efetuar o pagamento ajustado;
- b) – Dar à CONTRATADA as condições necessárias a regular execução do Contrato; e
- c) – Fornecer informações úteis, boas e necessárias para a perfeita execução do objeto deste Contrato.

Parágrafo Terceiro – Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) – Prestar a execução na forma ajustada;
- b) – Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato, ficando a CONTRATANTE isenta de qualquer vínculo empregatício com os funcionários da CONTRATADA, bem como de quaisquer obrigações tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento deste instrumento contratual;
- c) – Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- d) – Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estarem cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- e) – A CONTRATADA se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades;
- f) – É responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades, causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do Contrato, bem como por eventuais multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS DIREITOS DO MUNICÍPIO

Nos termos da legislação, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS pode exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do Contrato, no seu todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar caso a execução não seja comprovadamente a do Edital de Pregão Presencial nº 212/2019, indenizando a CONTRATADA pela execução dos serviços até então prestados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Parágrafo Primeiro – No caso de não cumprimento dos prazos de entrega do objeto constante na Cláusula Nona, será aplicável à CONTRATADA multa moratória de valor equivalente a 0,1% (um décimo de um por cento) sobre o valor diário correspondente à execução dos serviços.

Parágrafo Segundo – Pela inexecução total ou parcial do Contrato, o CONTRATANTE poderá garantir a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) – Advertência;
- b) – Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;
- c) – Rescisão Contratual;
- d) – Suspensão temporária para licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS;
- e) – Declaração de inidoneidade.

Parágrafo Terceiro – A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS.

Parágrafo Quarto – A CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na entrega do objeto desta licitação ou pela entrega de objeto que não atenda as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicados oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

Parágrafo Quinto – A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS, pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS.

Parágrafo Sexto – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que licitante ressarcir o MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

Parágrafo Sétimo – A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) – Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas nesta Licitação.
- b) – À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

Parágrafo Oitavo – As penalidades previstas nas alíneas “d” e “e” do parágrafo segundo serão levantadas pelo MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS assim que cessar a causa que motivou a respectiva sanção.

Parágrafo Nono – As sanções previstas nas alíneas “a”, “d” e “e” do parágrafo segundo, poderão ser aplicadas juntamente com o disposto na alínea “b”.

Parágrafo Décimo – Se qualquer um dos motivos ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior justificado e aceito pelo MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS, a licitante vencedora ficará isenta das penalidades mencionadas.

Parágrafo Décimo Primeiro – As penalidades de multa, suspensão temporária e de declaração de inidoneidade, aplicadas pela autoridade competente do MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS, no caso da primeira, ou ministerial, em se tratando das duas últimas, após a instrução do respectivo processo, no qual fica assegurada a ampla defesa da licitante ou Contratada interessada, serão registradas junto ao SICAF em desfavor do fornecedor, sendo que a suspensão temporária e a declaração de inidoneidade implicam na inativação do cadastro, conforme estabelece o subitem 6.4 da IN/MARE/Nº 05/95.

Parágrafo Décimo Segundo – Incorrem à CONTRATADA as mesmas penalidades previstas no Parágrafo Segundo no caso de:

- a) – Transferência ou cessão de suas obrigações, no todo ou em parte a terceiros, sem prévia autorização do CONTRATANTE;
- b) – Inobservância de normas e de determinações da fiscalização;
- c) – Cometimento de qualquer infração às normas legais Federais, Estaduais e Municipais, respondendo ainda, pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida;
- d) – Cometimento de faltas reiteradas na entrega do objeto contratual;
- e) – Não iniciar, sem justa causa, a entrega do objeto contratual, no prazo fixado;
- f) – Recusar-se a entregar, sem justa causa, no todo ou em parte o objeto contratual;
- g) – Praticar, por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má fé, venha a causar dano à contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da contratada em reparar os danos causados.

Parágrafo Décimo Terceiro – Constituem motivos para rescisão unilateral do Contrato, independentemente das sanções legais e contratuais aplicáveis:

- a) – A decretação de falência, a solicitação de concordata, ou falecimento, no caso de firma individual;
- b) – A alteração social ou a modificação da finalidade ou a estrutura da CONTRATADA, de forma que prejudiquem a execução do Contrato, a juízo do CONTRATANTE;

Parágrafo Décimo Quarto – A rescisão unilateral do Contrato será formalizada por ato do Prefeito Municipal.

Parágrafo Décimo Quinto – Sem prejuízo de quaisquer sanções aplicáveis a critério do CONTRATANTE, a rescisão importará em:

- a) – Retenção dos créditos decorrentes do Contrato;
- b) – Responsabilidade da CONTRATADA por prejuízos causados ao CONTRATANTE e a terceiros;
- c) – Sem prejuízo de outras sanções, aplicar-se-á à CONTRATADA a pena de suspensão do direito de licitar com o CONTRATANTE e seus órgãos descentralizados, pelos prazos de 03 (três) meses, 06 (seis) meses e por maiores prazos, em função da gravidade da falta cometida;
- d) – Será aplicada a penalidade de declaração de inidoneidade quando a CONTRATADA sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má fé, a juízo do CONTRATANTE, independentemente das demais sanções cabíveis;
- e) – A pena de inidoneidade será aplicada em despacho fundamentado, assegurada defesa ao infrator, ponderada a natureza, a gravidade da falta e a extensão do dano, efetivo ou potencial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Durante o prazo de duração do contrato, a CONTRATANTE designa o Senhor Secretário Municipal de Administração, para acompanhar e fiscalizar a execução contratual, o qual deverá receber o objeto solicitado, mediante competente atestado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA LIBERAÇÃO

Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no Art. 65 da Lei Federal 8.666/ 1993, consolidada, sempre através de Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO

O presente Contrato pode ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e seguintes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

Parágrafo Único – A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

A troca eventual de documentos e cartas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA VIGÊNCIA

O presente Contrato terá vigência a partir do dia 02/01/2020 e com término previsto no dia 31 de dezembro de 2020.

Parágrafo único – O prazo estabelecido no "caput" poderá ser prorrogado até atingir o prazo máximo de 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidada, mediante a formulação de cláusulas aditivas, no interesse do Município de TUNÁPOLIS.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Este Contrato é intransferível, não podendo o CONTRATADO, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada, e dos Princípios Gerais do Direito.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de ITAPIRANGA para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Tunápolis, SC., 02 de janeiro de 2020.

AQUILES BAMBERG
GESTOR DO FUNDO
CONTRATANTE
FISCAL DO CONTRATO

INFORMÁTICA ITAPIRANGA LTDA- EPP,-NEDEL
Henrique Nedel
Sócio Administrador
CPF Nº: 777.809.739-72
CONTRATADA

ALCIDES LUIS HOFER
ASSESSOR JURÍDICO
OAB/SC 33.683.

Testemunhas:

Karine Epping
CPF: 009.815.549-03

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

CONTRATO Nº 17/2020

Publicação Nº 2310550

CONTRATO nº 17/2020

Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado o Sr. JOÃO GUIDO KERKHOFF, inscrito no CPF nº 313.778.409-30, portador da cédula de identidade nº 1.858.435, residente e domiciliado na Rodovia SC 496, Bairro Progresso, na cidade de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente LOCADOR, celebram o presente contrato de locação de imóvel para abastecimento do sistema de água do Município, com fulcro disposições do Art. 24, inc. X da Lei de Licitações - Lei 8666/93, especialmente pela Lei Municipal nº 1.182/2014 de 26 de junho de 2014 e nas condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na locação de parte ideal de uma área de terra com 22.500 m² (vinte dois mil e quinhentos reais), localizada na Rodovia SC 496,S/N, Bairro Progresso do Município de Tunápolis, de propriedade do LOCADOR.

§ 1º O imóvel de que trata esta cláusula permite ao Município a captação de água de fontes existentes nesta propriedade, o acesso com máquinas e equipamentos necessários para a instalação e bombeamento da água, para ser utilizado para o sistema de abastecimento de água do Município.

§ 2º As instalações e equipamentos instalados ao imóvel pelo Município, em virtude da ocupação a que se destina a presente locação reverterão à Municipalidade após o término do contrato ora celebrado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO: Pela locação o município pagará o valor de R\$ 17.105,64 (dezessete mil cento e cinco reais e sessenta

e quatro centavos), sendo este pago mensalmente no valor de R\$ 1.425,47 (um mil quatrocentos e vinte e cinco reais e quarenta e sete centavos).

PARÁGRAFO ÚNICO – Os valores estabelecidos nesta cláusula sofrerão reajuste anualmente pelo mesmo índice usado pelo setor de tributos do Município, que corresponde a variação do IGPM do período.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência até o dia 31/12/2020 iniciando-se da data da assinatura do presente contrato, podendo estender-se até que o Município necessitar do presente imóvel para o sistema de abastecimento de água.

CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO: Além de efetuar os pagamentos na forma e prazos aqui avençados, o MUNICÍPIO deverá zelar o imóvel locado, devolvendo-o nas mesmas condições em que o mesmo foi recebido.

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÃO DO LOCADOR: Além do fiel cumprimento das demais cláusulas deste contrato, obriga-se o Locador:

I – ressaltar o presente contrato em caso de venda do imóvel ora locado;

II – abster-se de qualquer ato ou atitude que possa interferir no bom uso do imóvel pelo Locatário;

III – garantir, ao Município, já na assinatura do presente contrato, a posse da área locada, livre de qualquer embaraço.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES: O descumprimento, por parte do Proprietário, de qualquer das cláusulas deste contrato ensejará a aplicação de multa de dez por cento do valor total avençado, sem prejuízo das penalidades previstas no art. 87 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA: Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (206) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do ano de 2020.

CLÁUSULA OITAVA - Elegem de comum acordo o FORO da Comarca de Itapiranga – SC., para dirimir questões inerentes ao presente contrato.

Estando juntos e acertados, firmam o presente contrato, em duas vias de igual teor e forma, para que sejam alcançadas as finalidades colimadas.

Tunápolis, SC, aos 02 de janeiro de 2020.

RENATO PAULATA JOÃO GUIDO KERKHOFF
Prefeito Municipal Locador

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

Maria Fernanda Rodriguez Hierro
Eng Sanitarista e Ambiental
Fiscal deste Contrato

Testemunhas:

Karine Epping
CPF: 009.815.549-03

Sheila Inês Bieger
CPF:020.226.259-60

CONTRATO Nº 18/2020

Publicação Nº 2310548

CONTRATO nº 18/2020

Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado o Sr. INOCÊNCIO HECK, inscrito no CPF nº 675.263.499-87, portador da cédula de identidade nº 13/R-1.419.602, residente e domiciliado na Linha Pitangueira, na cidade de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente LOCADOR, celebram o presente contrato de locação de imóvel para abastecimento do sistema de água do Município, com fulcro disposições do Art. 24, inc. X da Lei de Licitações - Lei 8666/93, especialmente pela Lei Municipal nº 1.182/2014 de 26 de junho de 2014 e nas condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na locação de parte ideal de uma área de terra com 8.000 m² (oito mil metros quadrados), da área total de 150.000 m² (cento e cinq-enta mil metros quadrados), localizada em Linha Pitangueira, Município de Tunápolis, de propriedade do LOCADOR registrada no registro de imóveis de Itapiranga, sob a matrícula nº 829.

§ 1º O imóvel de que trata esta cláusula permite ao Município a captação de água de fontes existentes nesta propriedade, o acesso com máquinas e equipamentos necessários para a instalação e bombeamento da água, para ser utilizado para o sistema de abastecimento de água do Município.

§ 2º As instalações e equipamentos instalados ao imóvel pelo Município, em virtude da ocupação a que se destina a presente locação reverterão à Municipalidade após o término do contrato ora celebrado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO: Pela locação o município pagará o valor de R\$ 6.081,84 (seis mil oitenta e um reais e oitenta e quatro centavos) sendo este pago mensalmente no valor de R\$ 506,82 (quinhentos e seis reais e oitenta e dois centavos).

PARÁGRAFO ÚNICO – Os valores estabelecidos nesta cláusula sofrerão reajuste anualmente pelo mesmo índice usado pelo setor de tributos do Município, que corresponde a variação do IGPM do período.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência até o dia 31/12/2020 iniciando-se da data da assinatura do presente contrato, podendo estender-se até que o Município necessitar do presente imóvel para o sistema de abastecimento de água.

CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO: Além de efetuar os pagamentos na forma e prazos aqui avençados, o MUNICÍPIO deverá zelar o imóvel locado, devolvendo-o nas mesmas condições em que o mesmo foi recebido.

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÃO DO LOCADOR: Além do fiel cumprimento das demais cláusulas deste contrato, obriga-se o Locador:

I – ressalvar o presente contrato em caso de venda do imóvel ora locado;

II – abster-se de qualquer ato ou atitude que possa interferir no bom uso do imóvel pelo Locatário;

III – garantir, ao Município, já na assinatura do presente contrato, a posse da área locada, livre de qualquer embaraço.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES: O descumprimento, por parte do Proprietário, de qualquer das cláusulas deste contrato ensejará a aplicação de multa de dez por cento do valor total avençado, sem prejuízo das penalidades previstas no art. 87 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA: Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (206) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do ano de 2020.

CLÁUSULA OITAVA - Elegem de comum acordo o FORO da Comarca de Itapiranga – SC., para dirimir questões inerentes ao presente contrato.

Estando juntos e acertados, firmam o presente contrato, em duas vias de igual teor e forma, para que sejam alcançadas as finalidades colimadas.

Tunápolis, SC, aos 02 de janeiro de 2020.

RENATO PAULATA INOCÊNCIO HECK
Prefeito Municipal Locador

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

Maria Fernanda Rodriguez Hierro
Eng Sanitarista e Ambiental
Fiscal deste Contrato

Testemunhas:

Karine Epping
CPF: 099.815.549-03

Sheila Inês Bieger
CPF:020.226.259-60

CONTRATO Nº 19/2020

Publicação Nº 2310545

CONTRATO Nº 19/2020

Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis – SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado o Sr. JOÃO CARLOS DE BRITO, inscrito no CPF nº 691.043.289-49, portador da cédula de identidade nº 13/R-2.457.3388, residente e domiciliado na Linha Pitangueira, na cidade de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente LOCADOR, celebram o presente contrato de locação de imóvel para abastecimento do sistema de água do Município, com fulcro nas disposições da Lei Federal nº 8666 de 21/06/93, especialmente pela Lei Municipal nº 1.182/2014 de 26 de junho de 2014 e nas condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na locação de parte ideal de uma área de terra com 700 m² (setecentos metros quadrados), da área total de 140.900,00 m² (cento e quarenta mil e novecentos metros quadrados), localizada em Linha Felipe Pitangueira, Município de Tunápolis, de propriedade do LOCADOR registrada no registro de imóveis de Itapiranga, sob a matrícula nº 3.630.

§ 1º O imóvel de que trata esta cláusula permite ao Município a captação de água de fontes existentes nesta propriedade, o acesso com máquinas e equipamentos necessários para a instalação e bombeamento da água, para ser utilizado para o sistema de abastecimento de água do Município.

§ 2º As instalações e equipamentos instalados ao imóvel pelo Município, em virtude da ocupação a que se destina a presente locação

reverterão à Municipalidade após o término do contrato ora celebrado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO: Pela locação o município pagará o valor de R\$ 532,20 (quinhentos e trinta e dois reais e vinte centavos), sendo este pago mensalmente no valor de R\$ 44,35 (quarenta e quatro reais e trinta e cinco centavos).

Os recursos financeiros utilizados correspondem a recursos próprios da Prefeitura Municipal de Tunápolis, decorrentes do exercício financeiro de 2020.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os valores estabelecidos nesta cláusula sofrerão reajuste anualmente pelo mesmo índice usado pelo setor de tributos do Município, que corresponde a variação do IGPM do período.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência até o dia 31/12/2020 iniciando-se da data da assinatura do presente contrato, podendo estender-se até que o Município necessitar do presente imóvel para o sistema de abastecimento de água.

CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO: Além de efetuar os pagamentos na forma e prazos aqui avençados, o MUNICÍPIO deverá zelar o imóvel locado, devolvendo-o nas mesmas condições em que o mesmo foi recebido.

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÃO DO LOCADOR: Além do fiel cumprimento das demais cláusulas deste contrato, obriga-se o Locador:

I – ressalvar o presente contrato em caso de venda do imóvel ora locado;

II – abster-se de qualquer ato ou atitude que possa interferir no bom uso do imóvel pelo Locatário;

III – garantir, ao Município, já na assinatura do presente contrato, a posse da área locada, livre de qualquer embaraço.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES: O descumprimento, por parte do Proprietário, de qualquer das cláusulas deste contrato ensejará a aplicação de multa de dez por cento do valor total avençado, sem prejuízo das penalidades previstas no art. 87 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA: Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (206) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do de ano de 2020.

CLÁUSULA OITAVA - Elegem de comum acordo o FORO da Comarca de Itapiranga – SC., para dirimir questões inerentes ao presente contrato.

Estando juntos e acertados, firmam o presente contrato, em duas vias de igual teor e forma, para que sejam alcançadas as finalidades colimadas.

Tunápolis, SC, aos 02 de janeiro de 2020.

RENATO PAULATA JOÃO CARLOS DE BRITO
Prefeito Municipal Locador

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

Maria Fernanda Rodriguez Hierro
Eng Sanitarista e Ambiental
Fiscal deste Contrato

Testemunhas:

Karine Epping
CPF:009.815.549-03

Sheila Inês Bieger
CPF:020.226.259-60

CONTRATO Nº 20/2020

Publicação Nº 2310542

CONTRATO Nº 20/2020

Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado o Sr. BENÍCIO BAUMGRATZ, inscrito no CPF nº 800.313.159-68, portador da cédula de identidade nº 13/R-2.941.871, residente e domiciliado na Linha Felipe Schmidt na cidade de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente LOCADOR, celebram o presente contrato de locação de imóvel para abastecimento do sistema de água do Município, com fulcro nas disposições do Art. 24, inc. X da Lei de Licitações - Lei 8666/93, especialmente pela Lei Municipal nº 1.182/2014 de 26 de junho de 2014 e nas condições estabelecidas nas clausulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na locação de parte ideal de uma área de terra com 7000 m² (setecentos metros quadrados), localizada em Linha Felipe Schmidt, Município de Tunápolis, de propriedade do LOCADOR registrada no registro de imóveis de Itapiranga, sob a matrícula nº 11.567.

§ 1º O imóvel de que trata esta cláusula permite ao Município a captação de água de fontes existentes nesta propriedade, o acesso com máquinas e equipamentos necessários para a instalação e bombeamento da água, para ser utilizado para o sistema de abastecimento de água do Município.

§ 2º As instalações e equipamentos instalados ao imóvel pelo Município, em virtude da ocupação a que se destina a presente locação reverterão à Municipalidade após o término do contrato ora celebrado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO: Pela locação o município pagará o valor de R\$ 5.321,76 (cinco mil trezentos e vinte um reais e setenta e seis centavos), sendo este pago mensalmente no valor de R\$ 443,48 (quatrocentos e quarenta e três reais e quarenta e oito centavos).

PARÁGRAFO ÚNICO – Os valores estabelecidos nesta cláusula sofrerão reajuste anualmente pelo mesmo índice usado pelo setor de tributos do Município, que corresponde à variação do IGPM do período.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência até o dia 31/12/2020 iniciando-se da data da assinatura do presente contrato, podendo estender-se até que o Município necessitar do presente imóvel para o sistema de abastecimento de água.

CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO: Além de efetuar os pagamentos na forma e prazos aqui avençados, o MUNICÍPIO deverá zelar o imóvel locado, devolvendo-o nas mesmas condições em que o mesmo foi recebido.

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÃO DO LOCADOR: Além do fiel cumprimento das demais cláusulas deste contrato, obriga-se o Locador:

I – ressalvar o presente contrato em caso de venda do imóvel ora locado;

II – abster-se de qualquer ato ou atitude que possa interferir no bom uso do imóvel pelo Locatário;

III – garantir, ao Município, já na assinatura do presente contrato, a posse da área locada, livre de qualquer embaraço.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES: O descumprimento, por parte do Proprietário, de qualquer das cláusulas deste contrato ensejará a aplicação de multa de dez por cento do valor total avençado, sem prejuízo das penalidades previstas no art. 87 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA: Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (206) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do ano de 2020.

CLÁUSULA OITAVA - Elegem de comum acordo o FORO da Comarca de Itapiranga – SC., para dirimir questões inerentes ao presente contrato.

Estando juntos e acertados, firmam o presente contrato, em duas vias de igual teor e forma, para que sejam alcançadas as finalidades colimadas.

Tunápolis, SC, aos 02 de Janeiro de 2020.

Renato Paulata BENÍCIO BAUMGRATZ
Prefeito Municipal Locador

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

Maria Fernanda Rodriguez Hierro
Eng Sanitarista e Ambiental
Fiscal deste Contrato

Testemunhas:

Karine Epping
CPF:009.815.549-03

Sheila InêsBieger
CPF:020.226.259-60

CONTRATO Nº 25/2020

Publicação Nº 2310531

CONTRATO Nº 25/2020

Pelo presente instrumento de contrato em regime d/e execução parcelada, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa LABB LABORATORIOS DE ANALISES AMBIENTAIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Para, nº 50, Bairro Itoupava Seca, no Município de Blumenau, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 81.322.141/0001-22 neste ato representado legalmente pelo Sr. Luiz Ademir Thiber de Barros, brasileira, portador do RG nº 1.070.103 e portador do CPF nº 469.138.409-00, doravante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar o presente contrato para a CONTRATAÇÃO DE LABORATORIO ESPECIALIZADO PARA REALIZAÇÃO DE ANALISES DE AGUA DE AMOSTRAS COLETADAS NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE AGUA AO CONSUMO HUMANO, EM ATENDIMENTO A PORTARIA 2.914/2011, DO MINISTERIO DA SAUDE, E ANÁLISES LABORATORIAIS PARA MANTER A QUALIDADE E A EFICIÊNCIA DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO (ETE), de conformidade com o que preceitua a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE LABORATORIO ESPECIALIZADO PARA REALIZAÇÃO DE ANALISES DE AGUA DE AMOSTRAS COLETADAS NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE AGUA AO CONSUMO HUMANO, EM ATENDIMENTO A PORTARIA 2.914/2011, DO MINISTERIO DA SAUDE, E ANÁLISES LABORATORIAIS PARA MANTER A QUALIDADE E A EFICIÊNCIA DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO (ETE).

ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTOS	
				Unitário	Global
1	Análises de Cianobactérias da água	unid.	48	54,189	2.601,07
2	Análises de Escherichia coli da água	unid.	1080	7,9689	8.606,41
3	Análises de Clorofila-a da água	unid.	140	9,5627	1.338,78
4	Análises de Coliformes Totais da água	unid.	960	7,9689	7.650,14
5	Análises de Gosto e Odor da água	unid.	14	7,9689	111,56
6	Análises de água de amostras coletadas nas ETA's destinadas ao consumo humano, atendendo as exigências e relação de exames contidos na Portaria 2.914/2011, conforme anexo VII, VIII, IX e X (essa análise abordará substâncias organolépticas, inorgânicas, orgânicas, agrotóxicos, desinfetantes e produtos secundários da desinfecção, radioatividade)	unid.	10	819,2037	8,192,04
TOTAL GERAL DO LOTE 01				R\$ 28.500,00	

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS -

2.1—Os laudos contendo os resultados das análises deverão ser entregues no Centro Administrativo Municipal, sito a Rua João Castilho n.111, Centro deste Município, devendo ocorrer no prazo máximo de 20 (vinte) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município e encaminhamento das amostras.

2.2—A contratada deverá efetuar todas as análises das amostras de água enviadas, levando em conta todos os parâmetros de qualidade de água obrigatórios e estabelecidos pela Portaria 2.914/MS/2011, obedecendo rigorosamente às normas técnicas e a legislação pertinente.

2.3—A contratada será responsável pelo fornecimento das embalagens a serem utilizadas para armazenar as amostras da água.

2.4—As amostras das análises serão coletadas pelos técnicos do Município, porém o laboratório vencedor será responsável pela retirada do material coletado no mesmo dia da coleta no município de Tunápolis. Os dias das coletas serão informados ao laboratório vencedor com antecedência pelo setor do SAMAE deste Município.

2.5 O Setor do SAMAE deste Município, comunicará com antecedência a data da coleta e data limite para retirada do material coletado, sendo que todas as despesas com transporte, deslocamento, impostos e outros que surgirem serão de responsabilidade do laboratório vencedor.

2.6—A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93 atualizada.

2.7—Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

2.8 Somente será emitido Autorização de fornecimento se a empresa que estiver com a regularidade fiscal e trabalhista, (Certidões Negativas: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa Estadual; Certidão Negativa Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e, Certidão de Regularidade Trabalhista – CNDT) REGULARIZADA, de acordo com o que rege a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações (art. 27, IV; art. 55, XIII).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

3.1 Somente serão pagas as notas fiscais se a empresa que estiver com a regularidade fiscal e trabalhista, (Certidões Negativas: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa Estadual; Certidão Negativa Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e, Certidão de Regularidade Trabalhista – CNDT) REGULARIZADA, de acordo com o que rege a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações (art. 27, IV; art. 55, XIII).

3.1.1 —Os pagamentos devidos aos vencedores serão efetuados EM ATE 10 DIAS APOS A EMISSÃO DA NOTA FISCAL dos laudos das análises e efetiva apresentação da nota fiscal. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos serviços, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE - Não haverá reajuste.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS E VIGÊNCIAS

O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de dezembro de 2020, iniciando na data de sua assinatura, podendo ser renovado por iguais e sucessivos períodos, com fulcro no inciso IV do art. 57 da Lei 8.666/93, desde que tenha interesse de ambas as partes.

CLÁUSULA SEXTA - DA DESPESA

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (206) do MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, do ano de 2020.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O Município por seus responsáveis, fornecerá informações úteis, boas e necessárias, a perfeita execução dos serviços com vistas à execução do objeto deste Contrato, bem como, efetuarão o respectivo pagamento na data e condições aqui estabelecidas.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuará, pelo fornecimento do pessoal para prestação dos serviços.

A CONTRATADA se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização dos serviços que serão feitas por servidores desta Municipalidade, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato da assinatura do contrato, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;
- c) Rescisão Contratual;
- d) Suspensão temporária para licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS;
- e) Declaração de inidoneidade.

A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

À CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na prestação dos serviços ou pela prestação dos serviços que não atenda as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.
- b) À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A fiscalização será efetuada pelo responsável do SAMAE.

A fiscalização exercerá controle rigoroso quanto à qualidade dos serviços prestados.

As reclamações entre a contratada e a fiscalização serão feitas mediante ofício protocolado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no Art. 65 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada, sempre através de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

- a) Por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- b) Amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio com antecedência mínima de trinta (30) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

§ 1º - O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

§ 2º - A rescisão do contrato, com base no parágrafo anterior, sujeita à CONTRATADA a aplicação das penalidades relacionadas na cláusula nona deste contrato.

§ 3º - Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666/93 de 21/6/93, suas alterações.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

Este Contrato está vinculado ao Pregão Presencial nº 348/2019, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Itapiranga, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 2 (duas) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo.

Tunápolis SC, 03 de Janeiro de 2020.

RENATO PAULATA LAB. BECKHAUSER E BARROS LTDA EPP
 Prefeito Municipal LUIZ ADEMIR THIBER DE BARROS CONTRATANTE REPRESENTANTE LEGAL
 CPF: 469.138.409-00
 CONTRADO

Alcides Luis Hofer
 Assessor Jurídico
 OAB/SC 33.683

Maria Fernanda Rodriguez Hierro
 Eng Sanitarista e Ambiental
 Fiscal deste Contrato

Testemunhas:

Karine Epping
 CPF:009.815.549-03

Sheila InêsBieger
 CPF:020.226.259-60

CONTRATO Nº 26/2020

Publicação Nº 2310527

CONTRATO Nº 26/2020

Pelo presente instrumento de contrato em regime d/e execução parcelada, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa TERRANALISES LABORATÓRIO DE ANÁLISES AMBIENTAIS, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Avenida João Marques Vieira, nº 440, Centro no Município de Fraiburgo/SC, devidamente inscrita no CNPJ sob o n. 09.579.096/0001-69, neste ato representado pelo seu sócio administrador Sr. Fabiano Martinello, brasileiro, portador do CPF nº 004.853.709-80, doravante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar o presente contrato para a CONTRATAÇÃO DE LABORATORIO ESPECIALIZADO PARA REALIZAÇÃO DE ANALISES DE AGUA DE AMOSTRAS COLETADAS NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE AGUA AO CONSUMO HUMANO, EM ATENDIMENTO A PORTARIA 2.914/2011, DO MINISTERIO DA SAUDE, E ANÁLISES LABORATORIAIS PARA MANTER A QUALIDADE E A EFICIÊNCIA DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO (ETE), de conformidade com o que preceitua a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE LABORATORIO ESPECIALIZADO PARA REALIZAÇÃO DE ANALISES DE AGUA DE AMOSTRAS COLETADAS NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE AGUA AO CONSUMO HUMANO, EM ATENDIMENTO A PORTARIA 2.914/2011, DO MINISTERIO DA SAUDE, E ANÁLISES LABORATORIAIS PARA MANTER A QUALIDADE E A EFICIÊNCIA DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO (ETE).

ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	CUSTOS	
				Unitá.	Global
1	Análises de Ph da água Entrada e Saída	und.	12	10,8417	130,10
2	Análises de temperatura entrada e saída	und.	12	3,0127	36,15
3	Análises de de materiais sedimentáveis na entrada e saída	und.	12	9,0382	108,46
4	Análises de DBO na entrada e saída	und.	24	28,3197	679,67
5	Análises de substancias solúveis em hexano na saída de tratamento	und.	12	28,3197	339,84
6	Análises de materiais flutuantes na saída de tratamento	und.	12	3,0127	36,15
7	Arsênio total na saída de tratamento	und.	12	18,0764	216,92
8	Bário total na saída de tratamento	und.	12	18,0764	216,92
9	Cádmio total na saída de tratamento	und.	12	18,0764	216,92
10	Chumbo total na saída de tratamento	und.	12	18,0764	216,92
11	Cianeto total na saída de tratamento	und.	12	22,2942	267,53
12	Cobre dissolvido na saída de tratamento	und.	12	18,0764	216,92
13	Manganês dissolvido na saída de tratamento	und.	12	18,0764	216,92
14	Mercúrio total na saída de tratamento	und.	12	18,0764	216,92
15	Níquel total na saída de tratamento	und.	12	18,0764	216,92

16	Prata total na saída de tratamento	und.	12	18,0764	216,92
17	Selênio total na saída de tratamento	und.	12	18,0764	216,92
18	Zinco total na saída de tratamento	und.	12	18,0764	216,92
19	Benzeno na saída de tratamento	und.	12	27,1146	325,38
20	fenóis totais na saída de tratamento	und.	12	28,3197	339,84
21	Tolueno na saída de tratamento	und.	12	27,1146	325,38
22	Xileno na saída de tratamento	und.	12	27,1146	325,38
TOTAL DO LOTE 02				R\$ 5.300,00	

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS -

2.1—Os laudos contendo os resultados das análises deverão ser entregues no Centro Administrativo Municipal, sito a Rua João Castilho n.111, Centro deste Município, devendo ocorrer no prazo máximo de 20 (vinte) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município e encaminhamento das amostras.

2.2—A contratada deverá efetuar todas as análises das amostras de água enviadas, levando em conta todos os parâmetros de qualidade de água obrigatórios e estabelecidos pela Portaria 2.914/MS/2011, obedecendo rigorosamente às normas técnicas e a legislação pertinente.

2.3—A contratada será responsável pelo fornecimento das embalagens a serem utilizadas para armazenar as amostras da água.

2.4—As amostras das análises serão coletadas pelos técnicos do Município, porém o laboratório vencedor será responsável pela retirada do material coletado no mesmo dia da coleta no município de Tunápolis. Os dias das coletas serão informados ao laboratório vencedor com antecedência pelo setor do SAMAE deste Município.

2.5 O Setor do SAMAE deste Município, comunicará com antecedência a data da coleta e data limite para retirada do material coletado, sendo que todas as despesas com transporte, deslocamento, impostos e outros que surgirem serão de responsabilidade do laboratório vencedor.

2.6—A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93 atualizada.

2.7—Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

2.8 Somente será emitida Autorização de fornecimento se a empresa que estiver com a regularidade fiscal e trabalhista, (Certidões Negativas: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa Estadual; Certidão Negativa Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e, Certidão de Regularidade Trabalhista – CNDT) REGULARIZADA, de acordo com o que rege a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações (art. 27, IV; art. 55, XIII).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

3.1 Somente serão pagas as notas fiscais se a empresa que estiver com a regularidade fiscal e trabalhista, (Certidões Negativas: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa Estadual; Certidão Negativa Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e, Certidão de Regularidade Trabalhista – CNDT) REGULARIZADA, de acordo com o que rege a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações (art. 27, IV; art. 55, XIII).

3.1.1 —Os pagamentos devidos aos vencedores serão efetuados EM ATE 10 DIAS APOS A EMISSÃO DA NOTA FISCAL dos laudos das análises e efetiva apresentação da nota fiscal. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos serviços, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE - Não haverá reajuste.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS E VIGÊNCIAS

O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de dezembro de 2020, iniciando na data de sua assinatura, podendo ser renovado por iguais e sucessivos períodos, com fulcro no inciso IV do art. 57 da Lei 8.666/93, desde que tenha interesse de ambas as partes.

CLÁUSULA SEXTA - DA DESPESA

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (206) do MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, do ano de 2020.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O Município por seus responsáveis, fornecerá informações úteis, boas e necessárias, a perfeita execução dos serviços com vistas à execução do objeto deste Contrato, bem como, efetuarão o respectivo pagamento na data e condições aqui estabelecidas.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuará, pelo fornecimento do pessoal para prestação dos serviços.

A CONTRATADA se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização dos serviços que serão feitas por servidores desta Municipalidade, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato da assinatura do contrato, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;

- c) Rescisão Contratual;
- d) Suspensão temporária para licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS;
- e) Declaração de inidoneidade.

A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

A CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na prestação dos serviços ou pela prestação dos serviços que não atenda as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.
- b) À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A fiscalização será efetuada pelo responsável do SAMAE.

A fiscalização exercerá controle rigoroso quanto à qualidade dos serviços prestados.

As reclamações entre a contratada e a fiscalização serão feitas mediante ofício protocolado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no Art. 65 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada, sempre através de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

- a) Por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- b) Amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio com antecedência mínima de trinta (30) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

§ 1º - O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

§ 2º - A rescisão do contrato, com base no parágrafo anterior, sujeita à CONTRATADA a aplicação das penalidades relacionadas na cláusula nona deste contrato.

§ 3º - Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666/93 de 21/6/93, suas alterações.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

Este Contrato está vinculado ao Pregão Presencial nº 348/2019, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Itapiranga, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 2 (duas) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo. Tunápolis SC, 03 de Janeiro de 2020.

RENATO PAULATA TERRANALISES LABORATORIO DE ANALISES

Prefeito Municipal AMBIENTAIS LTDA CONTRATANTE FABIANO MARTINELLO

Sócio Administrador

CPF: 004.853.709-80

Alcides Luis Hofer

Assessor Jurídico

OAB/SC 33.683

Maria Fernanda Rodriguez Hierro
Eng Sanitarista e Ambiental
Fiscal deste Contrato

Testemunhas:

Karine Epping
CPF:009.815.549-03

Sheila Inês Bieger
CPF:020.226.259-60

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 20/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 15/2020

Publicação Nº 2309541

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS
RUA JOÃO CASTILHO N.111
89.898.000 – TUNÁPOLIS – SC

Secretaria de Administração/Departamento de Compras
Processo de Compra Nº.: 20/2020
Pregão Presencial nº: 15/2020
Data Emissão: 13/01/2020
Forma de Julgamento: Menor Preço por Item

O MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, por intermédio do Presidente da Comissão Municipal de Esportes e Secretaria Municipal da Educação, comunicam aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial nº 15/2020, do tipo Menor Preço Unitário por item, conforme dispõe a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e legislação vigente e pertinente à matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as propostas de preços e de nº 02, contendo a documentação de habilitação serão recebidos pela pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, situado na Rua João Castilho, 111 – Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até às 13h30 do dia 30 de janeiro de 2020, iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A AQUISIÇÃO UNIFORME ESPORTIVO PARA OS ATLETAS DA COMISSÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, CONFORME ITENS, QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I DESTE EDITAL.

A sessão de processamento do pregão será realizada no endereço acima mencionado, iniciando-se no dia 13h30 do dia 30 de janeiro de 2020, e será conduzida pela Pregoeira ou seu substituto, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-1122.

AQUILES BAMBERG
Prefeito Municipal em Exercício

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 13/2020

Publicação Nº 2310576

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL nº 14/2020

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, o MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho n.111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr: RENATO PAULATA, portador do RG nº 1.857.045 e CPF nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº467 neste Município, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a Sra. Liria Gossler, inscrita no CPF nº 000.110.129-35, portadora da cédula de identidade n 13/R-3.457.795, residente e domiciliado na Avenida Cerro Largo, nesta cidade de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente LOCADORA, celebram o presente contrato de locação de imóvel, nas condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

FUNDAMENTAÇÃO: Dispensa de Licitação em conformidade com o que preceitua o art. 24, inciso X da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações vigentes e solicitamos a locação do imóvel de acordo com o laudo de avaliação.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: Locação uma sala comercial de 132 m², existente no Prédio construído na Avenida Cerro Largo, nº 586, neste Município de Tunápolis – SC, registrado no Registro de Imóveis de Itapiranga sob a matrícula nº 6.461, conforme Laudo de Avaliação da Comissão, prorrogáveis conforme a necessidade/conveniência da Administração Pública e acordo entre as partes nos termos da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Que a finalidade da presente locação, é a ocupação das instalações da Creche berçário (0-1ano) .

PARÁGRAFO SEGUNDO – As instalações e equipamentos anexados ao imóvel pelo Município, em virtude da ocupação a que se destina a presente locação reverterão à Municipalidade após o término do contrato ora celebrado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO:

2.1 - O preço do aluguel ora avençado é de R\$ 1.066,97 (Um mil e sessenta e seis reais e noventa e sete centavos) mensais, conforme consta no laudo de avaliação.

2.2 – Os pagamentos serão efetuados mensalmente dia até o dia 12 do mês subseq-ente ao mês base, através de depósito bancário.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os valores estabelecidos nesta cláusula não sofrerão reajuste durante o período estabelecido na Cláusula Terceira deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA:

3.1 O prazo de vigência será do dia 02 Janeiro de 2020 até 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado, nos limites de Lei 8.666/93, havendo interesse da Administração.

3.2 Considerando que o Município de Tunápolis está com a obra em andamento da construção da creche municipal, poderá rescindir o contrato de aluguel a qualquer tempo, sem a incidência de qualquer multa, mediante comunicação prévia, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO: Além de efetuar os pagamentos na forma e prazos aqui avençados, o MUNICÍPIO deverá zelar o imóvel locado, devolvendo-o nas mesmas condições em que o mesmo foi recebido.

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÃO DA LOCADORA: Além do fiel cumprimento das demais cláusulas deste contrato, obriga-se o Locador:

I – ressalvar o presente contrato em caso de venda do imóvel ora locado;

II – responsabilizar-se pelo pagamento impostos incidentes sobre imóvel objeto desta locação;

III – abster-se de qualquer ato ou atitude que possa interferir no bom uso do imóvel pelo Locatário;

IV – garantir, ao Município, já na assinatura do presente contrato, a posse da área locada, livre de qualquer embaraço.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES: O descumprimento, por parte da Proprietária, de qualquer das cláusulas deste contrato ensejará a aplicação de multa de dez por cento do valor total avençado, sem prejuízo das penalidades previstas no art. 87 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA: Os recursos orçamentários serão atendidos pelas dotações do orçamento vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (107), do Município de Tunápolis do ano de 2020.

CLÁUSULA OITAVA - Elegem de comum acordo o FORO da Comarca de Itapiranga – SC., para dirimir questões inerentes ao presente contrato.

Estando juntos e acertados, firmam o presente contrato, em duas vias de igual teor e forma, para que sejam alcançadas as finalidades colimadas.

Tunápolis, SC, aos 02 de janeiro de 2020

RENATO PAULATA
PREFEITO MUNICIPAL

LÍRIA GOSSLER RECKTENVALD
Locadora

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

ANGELITA TERESINHA STULP BOURCHEID Secretária da Educação
Fiscal deste Contrato

Testemunhas: _____

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

Turvo

PREFEITURA

2ªTA AO CONTRATO Nº73/2017

Publicação Nº 2310023

Estado de Santa Catarina
Município de Turvo/SC

Extrato do Termo Aditivo

2º Termo Aditivo ao Contrato nº73/2017

Contratante: Município de Turvo/SC

Contratado: Consórcio de Informática na Gestão Publica Municipal-CIGA

Objeto: Constitui objeto do presente instrumento a prorrogação do prazo de vigência estabelecido o contrato nº73/2017

Vigência: 01/01/2020 a 31/12/2020

Turvo/SC, 27/12/2019

6ªTA AO CONTRATO Nº33/2018

Publicação Nº 2310027

Estado de Santa Catarina
Município de Turvo/SC

Extrato do Termo Aditivo

6 º Termo Aditivo ao Contrato nº 33/2018

Contratante: Município de Turvo/SC

Contratado: JR Construções e Terraplanagem Ltda

Objeto: Constitui objeto do presente instrumento a prorrogação de prazo de vigência estabelecido no Contrato nº 33/2018.

Vigência:01/01/2020 a 30/06/2020

Turvo/SC, 28/12/2019

EXTRATO DO CONTRATO Nº01/2020 FMS

Publicação Nº 2310007

Estado de Santa Catarina
Fundo Municipal de saúde de Turvo/SC

Termo de Contrato nº 01/2020

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: Tereza Pescador Recco

Objeto: locação de 02 (duas) salas comerciais de alvenaria, Sala 01 com área de 89,80m² e sala 02 com área de 86,66m², sito na Rua Ângelo Rovaris, 1365 no município de Turvo/SC, destinada ao funcionamento da Secretaria Municipal de Saúde do município de Turvo/SC

Valor: R\$ 1.390,00(um mil e trezentos e noventa reais) mensal

Vigência: de 02/01/2020 a 31/12/2020

EXTRATO DO CONTRATO Nº02/2020 FMS

Publicação Nº 2310013

Estado de Santa Catarina
Fundo Municipal de saúde de Turvo/SC

Termo de Contrato nº 02/2020

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: Ponto System Comércio de Relógio Ponto Ltda.

Objeto: locação de relógios ponto com leitura biométrica de impressão digital e suporte técnico especializado, para controle do ponto dos servidores públicos do Fundo Municipal de Saúde do município de Turvo/SC.

Valor: R\$ 1.120,00(um mil e cento e vinte reais) mensal

Vigência: de 02/01/2020 a 31/12/2020

EXTRATO DO CONTRATO Nº03/2020 FMS

Publicação Nº 2310018

Estado de Santa Catarina
Fundo Municipal de saúde de Turvo/SC

Termo de Contrato nº 03/2020

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: Colix Soluções para Resíduos Ltda.

Objeto: A prestação dos serviços de coleta, transporte e destino final dos resíduos de serviço de saúde ("lixo hospitalar").

Valor: R\$ 1.440,00(um mil quatrocentos e quarenta reais) mensal

Vigência: de 02/01/2020 a 31/12/2020

EXTRATO DO CONTRATO Nº06/2020

Publicação Nº 2310330

Estado de Santa Catarina
Município de Turvo

Termo de Contrato nº 06/2020

Contratante: Município de Turvo

Contratado: Marilene Bristot Niero

Objeto: Prestação de serviços de execução e fiscalização de pavimentação asfáltica no município de Turvo/SC.

Valor: R\$1.460,00(um mil e quatrocentos e sessenta reais) mensal

Vigência: 02/01/2020 a 31/12/2020

EXTRATO DO CONTRATO Nº08/2020

Publicação Nº 2310327

Estado de Santa Catarina
Município de Turvo

Termo de Contrato nº 08/2020

Contratante: Município de Turvo

Contratado: Gilvan Frigo ME

Objeto: Prestação de serviços de levantamento topográfico e assessoria técnica no processo de regularização fundiária, REURB – SOCIAL, no núcleo urbano informal, "LOTEAMENTO SANTA LUZIA", localizado no bairro Santa Luzia, município de Turvo/SC.

Valor: R\$ 4.385,00 (quatro mil e trezentos e oitenta e cinco reais) mensal

Vigência: 07/01/2020 a 30/04/2020

União do Oeste

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2020

Publicação Nº 2309661

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2020

PROCESSO Nº 02/2020
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2020

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: 12 (doze) meses, contado a partir da data da publicação da respectiva Ata.

Aos treze dias do mês de janeiro de 2020, o Município de União do Oeste, inscrito no CNPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, com sede na Avenida São Luiz 531, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. CELSO MATIELLO, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 02/2020, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa JOEL CELLA ME, de acordo com a classificação nos itens por ela alcançados, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

1.1. A presente ata tem por objeto o Registro de Preços para AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS – “HOMEM HORA”, PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA MECÂNICA SOLDA E SERVIÇOS DE REBOQUE (24 HORAS, 07 DIAS P/ SEMANA) INCLUINDO-SE TODOS OS SERVIÇOS NECESSÁRIOS, PELA RELAÇÃO DE PREÇO HOMEM/HORA, COM O FORNECIMENTO DE PEÇAS PELO CONTRATADO, SEM EXCLUSIVIDADE, COM PRÉVIA APROVAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE DO ORÇAMENTO DAS PEÇAS A SEREM SUBSTITUÍDAS NOS VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONVENIADOS E OU CEDIDOS LEGALMENTE, conforme itens descritos no quadro abaixo:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
1	SERVICO MECANICO EM GERAL PARA CONserto DE AUTOMOVEIS, INCLUINDO GEOMETRIA E BALANCEAMENTO E SERVIÇO DE SOLDA (OXIGENIO, MIG OU ELÉTRICA) CASO NECESSÁRIO.	H	400,00	80,00	32.000,00

1.3 – Se o Município vier adquirir algum veículo novo o mesmo será incluído na lista acima.

2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contado a partir da data da publicação da respectiva Ata.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Sr. PEDRO ANTONIO TRENTIN, chefe de Gabinete da Prefeitura Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3 Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sendo revogada a presente ata de registro de preços, sendo então convocado os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; procedendo a revogação da ata de registro de preços e,

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa JOEL CELLA ME, a critério do Município de União do Oeste, de acordo com necessidade, será intimada para prestar os serviços, sendo os mesmos requeridos através de Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

5. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

5.1. MANUTENÇÃO CORRETIVA: Refere-se ao conserto do veículo em função de defeito ou dano material registrado que possa comprometer sua utilização. A manutenção corretiva será efetuada sempre que houver sua necessidade. Os serviços de manutenção corretiva que exigirem a troca de peças poderão ser realizados desde que comprovada sua inadequação, mediante orçamento e prévia autorização da CONTRATANTE.

5.1.1. METODOLOGIA DOS SERVIÇOS: Os defeitos ou danos constatados deverão ser registrados pela Contratada, que apresentará à Contratante orçamento prévio, com os valores individualizados de peças e serviços. Os serviços poderão ser efetuados, após o recebimento e autorização da Contratante. A Contratante atestará a execução, ao final de sua conclusão, realizando teste de performance e funcionamento. As peças porventura substituídas serão devolvidas à Contratante.

6. DA GARANTIA DAS PEÇAS E SERVIÇOS: Todas as peças deverão ser novas, de primeiro uso e deverão ter garantia mínima de 06 (seis) meses. Os serviços terão garantia mínima de 03 (três) meses. As peças e os serviços em garantia serão repostos sem ônus para a Contratante.

7. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: Quanto aberto um chamado para manutenção/conserto de algum veículo, o mesmo deverá ser atendimento em até 03 horas. Depois de atendimento o chamado, os veículos, máquinas e equipamentos deverão ser entregues em perfeito estado de uso e funcionamento no prazo não superior a 15 (quinze) dias úteis para os casos de retífica de motor e 04 (quatro) dias úteis para os demais serviços, contados a partir da autorização da realização do serviço e substituição de peças, mediante aprovação total ou parcial do orçamento apresentado.

7. DAS CONDIÇÕES GERAIS:

8.1. Os serviços deverão ser prestados preferencialmente na Garagem da Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Públicos.

8.2. A Contratada deverá dispor de serviço de REBOQUE para fins de transporte dos veículos que estejam sem condições de funcionamento, com cobertura gratuita para deslocamentos necessários.

8.2.1. Os serviços seguirão rigorosamente os padrões técnicos similares aos utilizados nas assistências técnicas das concessionárias.

8.3. Nos preços propostos já estarão incluídas as despesas referentes:

- Aos salários, encargos sociais, tributários e fiscais decorrentes da realização dos serviços;
- Ao transporte (ida/volta) de qualquer equipamento para a oficina da Contratada, em caso de necessidade;
- À locomoção dos técnicos.

8.4. Se o fornecedor recusar-se a executar os serviços requeridos, sem justificativa por escrito, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitar-se-á às penalidades legalmente estabelecidas.

8.5 - A Contratada deverá disponibilizar à Prefeitura o nº da Conta Bancária onde serão efetuados os depósitos do pagamento dos produtos.

8.6. Os Serviços somente serão solicitados mediante a necessidade dos mesmos.

9. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado em Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 30 dias após a realização dos serviços e recebimento da respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita pela municipalidade.

9.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à conta da Dotação do orçamento municipal vigente, com as seguintes classificações:

Órgão – 02 – GABINETE DO PREFEITO

Unidade – 01 – GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO

Projeto Atividade – 2.004 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE

Cód. Red. 02 – 3.3.90.00.00.00.00

Órgão – 03 – SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Unidade – 01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Projeto Atividade – 2.005 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Cód. Red. 13 – 3.3.90.00.00.00.00

Órgão – 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Projeto Atividade – 2.010 – MANUT. DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Cód. Red. 36 – 3.3.90.00.00.00.00

Projeto Atividade – 2.015 – MANUT. DAS ATIV. DA EDUC. INFANTIL - CRECHE

Cód. Red. 56 – 3.3.90.00.00.00.00

Projeto Atividade – 2.045 – MANUT. DAS ATIV. DA EDUC. INFANTIL – PRÉ ESCOLAR

Cód. Red. 63 – 3.3.90.00.00.00.00

Órgão – 06 – SECRETARIA MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade – 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Projeto Atividade – 2.018 – MANUT. DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Cód. Red. 88 – 3.3.90.00.00.00.00

Órgão – 07 – SECRETARIA MUNIC. DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade – 01 – FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Projeto Atividade – 2.025 – MANUT. DAS ATIVIDADES DA AGRICULTURA

Cód. Red. 113 – 3.3.90.00.00.00.00

Órgão – 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade – 01 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E OBRAS

Projeto Atividade – 2.027 – MANUTENÇÃO DO DPTO. DE TRANSPORTES E OBRAS

Cód. Red. 136 – 3.3.90.00.00.00.00

Entidade: 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE

Órgão – 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade – 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto Atividade - 2.036 MANUT. ATIVIDADES DA SAÚDE

Elemento de Despesa: 11 - 3.3.90.00.00.00.00

10. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

10.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

10.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

11.1 Executar os serviços de manutenção corretiva, visando eliminar os defeitos gerados em virtude de sinistros, quebras, panes, desgastes prematuro ou natural de peças e/ou componentes dos veículos e outro qualquer necessário ao restabelecimento do veículo à sua condição de uso;

11.2 Disponibilizar serviço de reboque de 24 (vinte e quatro) horas, 07 (sete) dias por semana;

11.3 Apresentar orçamento, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a entrega do veículo, máquina ou equipamento, em formulário próprio, que deverá ser aprovado pela Administração Municipal e que comprove a quantidade de homem-hora necessária para a realização do serviço descrito no orçamento correspondente;

11.3.1 As peças necessárias ao conserto dos veículos não são de exclusividade da CONTRATADA, sendo necessário também, apresentar orçamento das mesmas, para aprovação ou não da Administração Municipal.

11.4 Executar os serviços dentro de elevados padrões de eficiência e capacitação, assumindo inteira responsabilidade pela execução dos mesmos;

11.5 Executar os serviços no prazo não superior a 15 (quinze) dias úteis para os casos de retífica de motor e 04 (quatro) dias úteis para os demais serviços, contados a partir da autorização da realização do serviço e substituição de peças, mediante aprovação total ou parcial do orçamento apresentado.

11.6 As peças, materiais e acessórios que forem substituídos, devem ser devolvidas ao fiscal do contrato e/ou outro responsável da administração Municipal.

11.7 Executar fielmente e dentro das melhores normas técnicas os serviços que lhe forem confiados, de acordo com as especificações de fábrica e eventuais complementações da Administração Municipal, bem como executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessária à perfeita execução dos serviços.

11.8 Fornecer sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE, todos os aparelhos, instalações básicas, materiais, utensílios, equipamentos, ferramentas, etc, necessários para a completa realização dos serviços, sendo que os mesmos deverão ser prestados preferencialmente da Garagem da Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Públicos.

11.9 Reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e/ou refazer, prioritariamente e exclusivamente por conta e risco da CONTRATADA, no total ou em parte e dentro de um prazo não maior que o original, os serviços executados com vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas, imperfeições ou recusados pela CONTRATANTE, decorrente de culpa da CONTRATADA, inclusive por emprego de mão-de-obra imprópria, sem que tal fato possa ser invocado para justificar qualquer cobrança adicional, a qualquer título, mesmo nas aquisições e serviços recebidos pela CONTRATANTE, mas cujas irregularidades venham a surgir quando da aceitação e/ou dentro do prazo de garantia, bem como repor peças, consideradas inaptas, decorrentes de falhas na prestação dos serviços contratados.

11.10 Responsabilizar-se integralmente pelos veículos recebidos da CONTRATANTE, incluindo todos os pertences, acessórios e objetos nele contidos, obrigando-se à reparação total da perda em casos de furto ou roubo, incêndios ou acidentes, independente de culpa, não transferindo tal responsabilidade a terceiros, desde o momento do recebimento do veículo para orçamento até a entrega do bem à CONTRATANTE.

11.11 Empregar, na execução dos serviços, pessoal devidamente qualificado.

11.12 Manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto para tratar com a CONTRATANTE.

11.13 Iniciar, após o recebimento da autorização, a execução dos serviços contratados, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir as atividades conforme o estabelecido.

11.14 Responder por danos e desaparecimento de bens materiais e avarias, inclusive os equipamentos, acessórios, causadas por seus empregados ou preposto ou subcontratada, não se eximindo ou transferindo a sua responsabilidade à CONTRATANTE, desde que fique comprovada sua responsabilidade, de acordo com o art. 70, da Lei n.º 8.666/93.

11.15 Manter durante a vigência desta Ata e suas possíveis prorrogações as mesmas condições de habilitação para contratar com a Administração Pública exigidas na licitação, apresentando sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal.

11.16 Permitir ao servidor credenciado pela CONTRATANTE fiscalizar os serviços objeto deste contrato que estiverem sendo executados sob sua responsabilidade, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas, podendo o mesmo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer quaisquer serviços que não esteja de acordo com as normas, especificações e técnicas usuais, ou que atentem contra a segurança dos usuários ou de terceiros;

11.17 A CONTRATADA deverá iniciar a correção dos serviços não aceitos pela CONTRATANTE imediatamente após a identificação dos mesmos, tendo um prazo não superior ao original, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

11.18 Arcar com todos os ônus decorrentes da execução dos serviços, tais como, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, de ordem de classe, fiscais, indenizações e licenças concernentes à execução dos serviços, inclusive seguros contra acidentes no trabalho e contra fogo, resultante da execução dos serviços;

11.19 Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes e quaisquer outras devidas aos seus empregados ou prepostos necessárias ao bom desempenho dos serviços objetos desta Licitação, ficando ainda a Administração isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

CLÁUSULA DOZE - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1 Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 8.666/93, deverá a CONTRATANTE obedecer às seguintes disposições:

- a) Efetuar os pagamentos nos termos previstos em contrato;
- b) Exercer a fiscalização do contrato, através de servidor especialmente designado;
- c) Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste contrato.

13. DAS PENALIDADES

13.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na execução dos serviços;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

13.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 02/2020 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

14. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. O fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não executar os serviços no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

14.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

15. DA PUBLICIDADE

15. Os preços, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Diário oficial dos municípios (DOM).

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 02/2020 e documentos atinentes ao processo licitatório.

17. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

CELSO MATIELLO
Prefeito Municipal

JOEL CELLA ME
CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____ 02. _____
Andressa G. Donzelli Nome: Joel Fernando Capeleto
CPF: 090.534.369-79 CPF: 061.870.909-69

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2020

Publicação Nº 2309665

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2020

PROCESSO Nº 02/2020
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2020

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: 12 (doze) meses, contado a partir da data da publicação da respectiva Ata.

Aos treze dias do mês de janeiro de 2020, o Município de União do Oeste, inscrito no CNPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, com sede na Avenida São Luiz 531, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. CELSO MATIELLO, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 02/2020, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa AUTO MECANICA CENTRAL SUL EIRELI ME, de acordo com a classificação nos itens por ela alcançados, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

1.1. A presente ata tem por objeto o Registro de Preços para AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS – “HOMEM HORA”, PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA MECÂNICA SOLDA E SERVIÇOS DE REBOQUE (24 HORAS, 07 DIAS P/ SEMANA) INCLUINDO-SE TODOS OS SERVIÇOS NECESSÁRIOS, PELA RELAÇÃO DE PREÇO HOMEM/HORA, COM O FORNECIMENTO DE PEÇAS PELO CONTRATADO, SEM EXCLUSIVIDADE, COM PRÉVIA APROVAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE DO ORÇAMENTO DAS PEÇAS A SEREM SUBSTITUÍDAS NOS VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONVENIADOS E OU CEDIDOS LEGALMENTE, conforme itens descritos no quadro abaixo:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
2	SERVICO MECANICO EM GERAL PARA CONserto DE VEÍCULOS UTILITÁRIOS, VANS E MICRO ONIBUS , INCLUINDO GEOMETRIA E BALANCEAMENTO E SERVIÇO DE SOLDA (OXIGENIO, MIG OU ELÉTRICA) CASO NECESSÁRIO.	H	400,00	94,00	37.600,00

1.3 – Se o Município vier adquirir algum veículo novo o mesmo será incluído na lista acima.

2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contado a partir da data da publicação da respectiva Ata.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Sr. PEDRO ANTONIO TRENTIN, chefe de Gabinete da Prefeitura Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3 Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sendo revogada a presente ata de registro de preços, sendo então convocado os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; procedendo a revogação da ata de registro de preços e,

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa AUTO MECÂNICA CENTRAL SUL EIRELI ME, a critério do Município de União do Oeste, de acordo com necessidade, será intimada para prestar os serviços, sendo os mesmos requeridos através de Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

5. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

5.1. MANUTENÇÃO CORRETIVA: Refere-se ao conserto do veículo em função de defeito ou dano material registrado que possa comprometer sua utilização. A manutenção corretiva será efetuada sempre que houver sua necessidade. Os serviços de manutenção corretiva que exigirem a troca de peças poderão ser realizados desde que comprovada sua inadequação, mediante orçamento e prévia autorização da CONTRATANTE.

5.1.1. METODOLOGIA DOS SERVIÇOS: Os defeitos ou danos constatados deverão ser registrados pela Contratada, que apresentará à Contratante orçamento prévio, com os valores individualizados de peças e serviços. Os serviços poderão ser efetuados, após o recebimento e autorização da Contratante. A Contratante atestará a execução, ao final de sua conclusão, realizando teste de performance e funcionamento. As peças porventura substituídas serão devolvidas à Contratante.

6. DA GARANTIA DAS PEÇAS E SERVIÇOS: Todas as peças deverão ser novas, de primeiro uso e deverão ter garantia mínima de 06 (seis) meses. Os serviços terão garantia mínima de 03 (três) meses. As peças e os serviços em garantia serão repostos sem ônus para a Contratante.

7. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: Quanto aberto um chamado para manutenção/conserto de algum veículo, o mesmo deverá ser atendimento em até 03 horas. Depois de atendimento o chamado, os veículos, máquinas e equipamentos deverão ser entregues em perfeito estado de uso e funcionamento no prazo não superior a 15 (quinze) dias úteis para os casos de retífica de motor e 04 (quatro) dias úteis para os demais serviços, contados a partir da autorização da realização do serviço e substituição de peças, mediante aprovação total ou parcial do orçamento apresentado.

7. DAS CONDIÇÕES GERAIS:

8.1. Os serviços deverão ser prestados preferencialmente na Garagem da Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Públicos.
8.2. A Contratada deverá dispor de serviço de REBOQUE para fins de transporte dos veículos que estejam sem condições de funcionamento, com cobertura gratuita para deslocamentos necessários.

8.2.1. Os serviços seguirão rigorosamente os padrões técnicos similares aos utilizados nas assistências técnicas das concessionárias.

8.3. Nos preços propostos já estarão incluídas as despesas referentes:

- Aos salários, encargos sociais, tributários e fiscais decorrentes da realização dos serviços;
- Ao transporte (ida/volta) de qualquer equipamento para a oficina da Contratada, em caso de necessidade;
- À locomoção dos técnicos.

8.4. Se o fornecedor recusar-se a executar os serviços requeridos, sem justificativa por escrito, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitar-se-á às penalidades legalmente estabelecidas.

8.5 - A Contratada deverá disponibilizar à Prefeitura o nº da Conta Bancária onde serão efetuados os depósitos do pagamento dos produtos.

8.6. Os Serviços somente serão solicitados mediante a necessidade dos mesmos.

9. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado em Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 30 dias após a realização dos serviços e recebimento da respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita pela municipalidade.

9.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à conta da Dotação do orçamento municipal vigente, com as seguintes classificações:

Órgão – 02 – GABINETE DO PREFEITO

Unidade – 01 – GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO

Projeto Atividade – 2.004 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE

Cód. Red. 02 – 3.3.90.00.00.00.00

Órgão – 03 – SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Unidade – 01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Projeto Atividade – 2.005 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Cód. Red. 13 – 3.3.90.00.00.00.00

Órgão – 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Projeto Atividade – 2.010 – MANUT. DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Cód. Red. 36 – 3.3.90.00.00.00.00

Projeto Atividade – 2.015 – MANUT. DAS ATIV. DA EDUC. INFANTIL - CRECHE

Cód. Red. 56 – 3.3.90.00.00.00.00

Projeto Atividade – 2.045 – MANUT. DAS ATIV. DA EDUC. INFANTIL – PRÉ ESCOLAR

Cód. Red. 63 – 3.3.90.00.00.00.00

Órgão – 06 – SECRETARIA MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade – 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Projeto Atividade – 2.018 – MANUT. DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Cód. Red. 88 – 3.3.90.00.00.00.00

Órgão – 07 – SECRETARIA MUNIC. DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade – 01 – FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Projeto Atividade – 2.025 – MANUT. DAS ATIVIDADES DA AGRICULTURA

Cód. Red. 113 – 3.3.90.00.00.00.00

Órgão – 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade – 01 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E OBRAS

Projeto Atividade – 2.027 – MANUTENÇÃO DO DPTO. DE TRANSPORTES E OBRAS

Cód. Red. 136 – 3.3.90.00.00.00.00

Entidade: 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE
Órgão – 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade – 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Projeto Atividade - 2.036 MANUT. ATIVIDADES DA SAÚDE
Elemento de Despesa: 11 - 3.3.90.00.00.00.00

10. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

10.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

10.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

11.1 Executar os serviços de manutenção corretiva, visando eliminar os defeitos gerados em virtude de sinistros, quebras, panes, desgastes prematuro ou natural de peças e/ou componentes dos veículos e outro qualquer necessário ao restabelecimento do veículo à sua condição de uso;

11.2 Disponibilizar serviço de reboque de 24 (vinte e quatro) horas, 07 (sete) dias por semana;

11.3 Apresentar orçamento, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a entrega do veículo, máquina ou equipamento, em formulário próprio, que deverá ser aprovado pela Administração Municipal e que comprove a quantidade de homem-hora necessária para a realização do serviço descrito no orçamento correspondente;

11.3.1 As peças necessárias ao conserto dos veículos não são de exclusividade da CONTRATADA, sendo necessário também, apresentar orçamento das mesmas, para aprovação ou não da Administração Municipal.

11.4 Executar os serviços dentro de elevados padrões de eficiência e capacitação, assumindo inteira responsabilidade pela execução dos mesmos;

11.5 Executar os serviços no prazo não superior a 15 (quinze) dias úteis para os casos de retífica de motor e 04 (quatro) dias úteis para os demais serviços, contados a partir da autorização da realização do serviço e substituição de peças, mediante aprovação total ou parcial do orçamento apresentado.

11.6 As peças, materiais e acessórios que forem substituídos, devem ser devolvidas ao fiscal do contrato e/ou outro responsável da administração Municipal.

11.7 Executar fielmente e dentro das melhores normas técnicas os serviços que lhe forem confiados, de acordo com as especificações de fábrica e eventuais complementações da Administração Municipal, bem como executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessária à perfeita execução dos serviços.

11.8 Fornecer sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE, todos os aparelhos, instalações básicas, materiais, utensílios, equipamentos, ferramentas, etc, necessários para a completa realização dos serviços, sendo que os mesmos deverão ser prestados preferencialmente da Garagem da Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Públicos.

11.9 Reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e/ou refazer, prioritariamente e exclusivamente por conta e risco da CONTRATADA, no total ou em parte e dentro de um prazo não maior que o original, os serviços executados com vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas, imperfeições ou recusados pela CONTRATANTE, decorrente de culpa da CONTRATADA, inclusive por emprego de mão-de-obra imprópria, sem que tal fato possa ser invocado para justificar qualquer cobrança adicional, a qualquer título, mesmo nas aquisições e serviços recebidos pela CONTRATANTE, mas cujas irregularidades venham a surgir quando da aceitação e/ou dentro do prazo de garantia, bem como repor peças, consideradas inaptas, decorrentes de falhas na prestação dos serviços contratados.

11.10 Responsabilizar-se integralmente pelos veículos recebidos da CONTRATANTE, incluindo todos os pertences, acessórios e objetos nele contidos, obrigando-se à reparação total da perda em casos de furto ou roubo, incêndios ou acidentes, independente de culpa, não transferindo tal responsabilidade a terceiros, desde o momento do recebimento do veículo para orçamento até a entrega do bem à CONTRATANTE.

11.11 Empregar, na execução dos serviços, pessoal devidamente qualificado.

11.12 Manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto para tratar com a CONTRATANTE.

11.13 Iniciar, após o recebimento da autorização, a execução dos serviços contratados, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir as atividades conforme o estabelecido.

11.14 Responder por danos e desaparecimento de bens materiais e avarias, inclusive os equipamentos, acessórios, causadas por seus empregados ou preposto ou subcontratada, não se eximindo ou transferindo a sua responsabilidade à CONTRATANTE, desde que fique comprovada sua responsabilidade, de acordo com o art. 70, da Lei n.º 8.666/93.

11.15 Manter durante a vigência desta Ata e suas possíveis prorrogações as mesmas condições de habilitação para contratar com a Administração Pública exigidas na licitação, apresentando sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal.

11.16 Permitir ao servidor credenciado pela CONTRATANTE fiscalizar os serviços objeto deste contrato que estiverem sendo executados sob sua responsabilidade, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas, podendo o mesmo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer quaisquer serviços que não esteja de acordo com as normas, especificações e técnicas usuais, ou que atentem contra a segurança dos usuários ou de terceiros;

11.17 A CONTRATADA deverá iniciar a correção dos serviços não aceitos pela CONTRATANTE imediatamente após a identificação dos mesmos, tendo um prazo não superior ao original, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

11.18 Arcar com todos os ônus decorrentes da execução dos serviços, tais como, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, de ordem de classe, fiscais, indenizações e licenças concernentes à execução dos serviços, inclusive seguros contra acidentes no trabalho e contra fogo, resultante da execução dos serviços;

11.19 Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes e quaisquer outras devidas aos seus empregados ou prepostos necessárias ao bom desempenho dos serviços objetos desta Licitação, ficando ainda a Administração isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

CLÁUSULA DOZE - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1 Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 8.666/93, deverá a CONTRATANTE obedecer às seguintes disposições:

- a) Efetuar os pagamentos nos termos previstos em contrato;
- b) Exercer a fiscalização do contrato, através de servidor especialmente designado;
- c) Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste contrato.

13. DAS PENALIDADES

13.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na execução dos serviços;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

13.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 02/2020 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

14. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. O fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não executar os serviços no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

14.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

15. DA PUBLICIDADE

15. Os preços, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Diário oficial dos municípios (DOM).

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 02/2020 e documentos atinentes ao processo licitatório.

17. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

CELSONI MATIELLO
Prefeito Municipal

AUTO MECANICA CENTRAL SUL EIRELI ME
LUIZ HENRIQUE MARAFON AVILOFF
CONTRATADA

PEDRO ANTONIO TRENTIN
FISCAL DE CONTRATO

Testemunhas:

01. _____	02. _____
Andressa G. Donzelli	Nome: Joel Fernando Capeleto
CPF: 090.534.369-79	CPF: 061.870.909-69

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 02/2020

Publicação Nº 2309875

Resolução 02 União do Oeste, 13 de janeiro de 2020.

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2019 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VITORIO GUBERT, presidente da câmara de vereadores do Município de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com supervisão da comissão especial do concurso publico

Resolve:

Art.1º. Fica homologado, o resultado da classificação final do concurso público nº01/2019, conforme relação a seguir:

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se a disposição em contrário.

Gabinete do poder legislativo do município de União do Oeste-SC, 13 de janeiro de 2020.

VITORIO GUBERT
Presidente

Urubici

PREFEITURA

EXTRATO PROCESSO ADMINISTRATIVO 002/2020

Publicação Nº 2309891

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI

EXTRATO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2020

Objeto: Contratação consórcio público através de termos de uso. Contratado: Consórcio Interfederativo Santa Catarina CINCATARINA. CNPJ: 12.075.748/0001-32. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente extrato para que surta seu jurídico e legal efeito. Antônio Zilli- Prefeito Municipal.

Urussanga

PREFEITURA

AVISO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 01/2020

Publicação Nº 2310566

Estado de Santa Catarina

Governo do Município de Urussanga

Secretaria de Administração Setor Licitações

##ATO AVISO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 01/2020

##TEX Objeto: Contratação de empresa para execução de pavimentação com lajota sextavada, terraplanagem, drenagem, obras de arte corrente e sinalização nas ruas Luiz Serafim e Trieste, no bairro Nova Itália, rua Octávio de Pelegrin no bairro De Villa, rua Silvio Ferraro no bairro da Estação, rua Nazaré no bairro de Villa e rua Paulo Aires Zanelatto no bairro Das Damas no município de Urussanga/SC, com o fornecimento de materiais e mão de obra, conforme especificações constante do projeto básico. Convênio com o Governo Federal, sob o contrato de repasse OGU nº 868465/2018 OPERAÇÃO 1054398-34 DO PROGRAMA PLANEJAMENTO URBANO. Recebimento dos envelopes: até 14h30 dia 30/01/2020 na sede da Prefeitura Municipal, sito à Praça da Bandeira, 12 – Departamento de Licitações. Abertura dos envelopes: às 15:00h do dia 30/01/2020. O edital estará à disposição dos interessados das 08h às 11h30 e das 13h às 17h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser acessado no site oficial desta municipalidade www.urussanga.sc.gov.br, na página principal, ícone LICITAÇÕES, ano "2019" situação "ABERTA". Outros esclarecimentos poderão ser solicitados no e-mail urussangalicitacao@urussanga.sc.gov.br ou através do telefone (48) 3465-1188. Luis Gustavo Cancellier. Prefeito Municipal.

AVISO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2020/PMU

Publicação Nº 2310569

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE URUSSANGA

AVISO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2020/PMU

Objeto: Contratação de empresa para execução de Revitalização e Reforma do Ginásio Municipal Centenário, no bairro Estação, Município de Urussanga-SC. Governo do Estado de Santa Catarina/FESPORTE. SGPe SEF 5139/2019. Proposta transferência 21553. EMENDA IMPOSITIVA Nº 963. Conforme especificações constante do projeto básico. Recebimento dos envelopes: até 15h30 dia 30/01/2020 na sede da Prefeitura Municipal, sito à Praça da Bandeira, 12 – Departamento de Licitações. Abertura dos envelopes: às 16:00h do dia 30/01/2020. O edital estará à disposição dos interessados das 08h às 11h30 e das 13h às 17h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser acessado no site oficial desta municipalidade www.urussanga.sc.gov.br, na página principal, ícone LICITAÇÕES, ano "2019" situação "ABERTA". Outros esclarecimentos poderão ser solicitados no e-mail urussangalicitacao@urussanga.sc.gov.br ou através do telefone (48) 3465-1188. Luis Gustavo Cancellier. Prefeito Municipal

ERRATA AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2020/PMU

Publicação Nº 2310593

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE URUSSANGA

ERRATA AO AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2020/PMU

Onde se lê:

Objeto: O presente procedimento licitatório tem por finalidade a registrar preços para aquisição parcelada de serviços de transporte escolar municipal e intermunicipal para o calendário letivo do ano de 2020.

Leia-se:

Objeto: O presente procedimento licitatório tem por finalidade a aquisição parcelada de serviços de transporte escolar municipal e intermunicipal para o calendário letivo do ano de 2020.

Vargeão

PREFEITURA

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 01/2020

Publicação Nº 2310244

Aviso de Licitação. EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS n.º 01/2020. ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE VARGEÃO. O Município de Vargeão, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que no dia 30 de Janeiro de 2020, até às 09h00min, a Comissão Permanente de Licitações de Bens e Avaliações, estará recebendo as propostas dos interessados nesta licitação, tendo como objetivo a seleção de empresa para a execução de reforma do Centro de Educação Infantil Alencar, a serem executadas na Rua 1º de Maio, centro da cidade de Vargeão, Estado de Santa Catarina, com fornecimento de materiais e mão de obra especializada, com execução indireta, no regime de empreitada por preço unitário. Informações complementares serão prestadas através do e-mail compras@vargeao.sc.gov.br, fone fax (0**49) 3434-0148, informando o número da licitação. O Edital encontra-se disponível para download no site da Prefeitura Municipal de Vargeão no link <https://www.vargeao.sc.gov.br/> Gabinete do Prefeito Municipal de Vargeão, Estado de Santa Catarina, em 13 de Janeiro de 2020. Volmir Felipe - Prefeito Municipal

Vargem

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2020/FMS - EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2020/FMS

Publicação Nº 2310437

ESTADO DE SANTA CATARINA - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE VARGEM

Processo Licitatório nº 01/2020/FMS - Edital de Pregão Presencial nº 01/2020/FMS

Objeto: Aquisição de medicamentos genéricos e éticos para o Fundo Municipal de Saúde, mediante aplicação de maior desconto sobre a Tabela ABC Farma.

Data e horário: o recebimento dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será até às 13h00min do dia 24/01/2020, sendo que a abertura e julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário.

Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Vargem, Rua Benjamin Margotti, 214, Centro, Vargem/SC, CEP 89638-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 12h00min às 18h00min.

Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3549-0068 ou no endereço citado.

Adriana Correa – Gestora do FMS.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2020 - EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2020

Publicação Nº 2310433

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE VARGEM

Processo Licitatório nº 03/2020 - Edital de Pregão Presencial nº 01/2020

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para a merenda escolar.

Data e horário: O recebimento dos envelopes nº 01 "documentos" e nº 02 "proposta" será até às 14h30min do dia 24/01/2020, sendo que a abertura e julgamento da licitação será no mesmo dia e no mesmo horário.

Local: Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Vargem, Rua Benjamin Margotti, 214, Centro, Vargem/SC, CEP 89638-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital.

Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3549-0068 ou no endereço citado.

Milena Andersen Lopes Becher - Prefeita Municipal.

Vidal Ramos

PREFEITURA

CREDENCIAMENTO Nº. 02/2020 - FISIOTERAPEUTA

Publicação Nº 2310376

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 02/2020 - EDITAL CREDENCIAMENTO nº. 02/2020

Chamamento público para CREDENCIAMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE VIDAL RAMOS, SC, ODILMAR DE SOUZA, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, comunica aos interessados que está procedendo ao CHAMAMENTO PÚBLICO e apresentação de documentos, no horário das 8:00 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:00 horas com início 14/01/2020 até 15/02/2020, na Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, 1180 - Centro – Vidal Ramos, SC, para fins de CREDENCIAMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE, para realização de prestação de serviços Especializados, Atendimentos de Outros Profissionais de Saúde de nível superior; com pagamento à pessoas jurídicas, conforme relação de serviços: 01 – FISIOTERAPEUTA

Obs: Poderão se credenciar somente empresas que estejam localizadas a 60 km do município de Vidal Ramos/SC.

- Os atendimentos serão prestados na unidade de saúde de Vidal Ramos

Vidal Ramos, 13 de janeiro de 2020

ODILMAR DE SOUZA
Prefeito Municipal

Videira**PREFEITURA****INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2020 - FMAS**

Publicação Nº 2310337

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2020 - FMAS

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2020 - FMAS

HOMOLOGAÇÃO: 13/01/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO FUTURA COM PEDIDOS PARCELADOS DE PASSAGENS PARA O DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL E SETORES PERTENCENTES A ELE.

VALOR DA DESPESA: R\$ 22.082,80 (vinte e dois mil oitocentos e oitenta e dois reais e oitenta centavos.).

FUNDAMENTO: Art. 25 "caput" e inciso I, atentando também com o Art. 26, ambos da Lei n. 8.666/93.

Videira - SC, 13 de janeiro de 2020.

EURO VIECELI

Secretário Municipal de Gabinete

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL- LOTEAMENTO RAGADALLI - DIAGHILEV MUGNOL

Publicação Nº 2310095

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Destinatário: Diaghilev Mugnol, portador do CPF nº 070.722.419-57

Endereço: Rua Eleonora Schuler, 14 - Universitário

CEP: 89566-304

Objeto: Notificação Extrajudicial para apresentar impugnação quanto a regularização fundiária REURB-E do Loteamento Ragadalli, em virtude de ser confrontante do terreno

O MUNICÍPIO DE VIDEIRA, entidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 83.039.842/0001-84, com sede na Av. Manoel Roque, nº 188, Bairro Alvorada, na forma do artigo 31, § 1º, da Lei Federal nº 13.465/17, através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos, neste ato representada pelo seu titular senhor Franck Mayer Brandalise, vem NOTIFICAR, Vossa Senhoria, para, querendo, apresente impugnação no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento desta notificação, referente ao processo administrativo de Regularização Fundiária Urbana – Reurb-E, previsto na Lei nº 13.465/17, visando regularizar o “núcleo urbano informal consolidado” denominado Loteamento Ragadalli, localizado na Rua Genelvira Ragadalli Torkatto, Bairro Universitário, neste município.

Conforme consta dos autos do Processo Administrativo nº 13.889/2019, a notificação é realizada, tendo em vista ser proprietário do imóvel de matrícula nº 22.811, situado na Rua Wilmar Caldart – Bairro Universitário – inscrição imobiliária municipal nº 01.02.102.0024, ou seja, é confrontante (vizinho) ao “núcleo urbano informal consolidado” e, necessário se faz, em conformidade com a Lei acima citada, a concordância ou não de dita regularização fundiária pelo fato exclusivo da confrontação de terreno.

Assim, se houver a necessidade de impugnação ao feito, deverá ser devidamente motivada e devidamente apresentada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos.

Não sendo apresentada manifestação/oposição de dita regularização no prazo determinado, haverá o prosseguimento do processo de Regularização Fundiária Urbana – Reurb do mencionado “núcleo urbano informal consolidado” e a consequente concordância desta.

Por fim, destacamos que estamos disponíveis para atendimento e esclarecimento de dúvidas quanto a notificação na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos e no número de telefone 49 3566-9095.

Findado o prazo, serão tomadas as providências legais cabíveis.

Atenciosamente,
Videira, 03 de janeiro de 2020.

Franck Mayer Brandalise
Secretário de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos

Recebido por: _____

Em: ____ / ____ / 2020

Assinatura: _____

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL- LOTEAMENTO RAGADALLI - ELOIR DE OLIVEIRA

Publicação Nº 2310101

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Destinatário: Eloir João de Oliveira, portador do CPF nº 478.348.549-68

Endereço: Rua 10 de Setembro, 2080 – Universitário

CEP: 89566-266

Objeto: Notificação Extrajudicial para apresentar impugnação quanto a regularização fundiária REURB-E do Loteamento Ragadalli, em virtude de ser confrontante do terreno

O MUNICÍPIO DE VIDEIRA, entidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 83.039.842/0001-84, com sede na Av. Manoel Roque, nº 188, Bairro Alvorada, na forma do artigo 31, § 1º, da Lei Federal nº 13.465/17, através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos, neste ato representada pelo seu titular senhor Franck Mayer Brandalise, vem NOTIFICAR, Vossa Senhoria, para, querendo, apresente impugnação no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento desta notificação, referente ao processo administrativo de Regularização Fundiária Urbana – Reurb-E, previsto na Lei nº 13.465/17, visando regularizar o “núcleo urbano informal consolidado” denominado Loteamento Ragadalli, localizado na Rua Genelvira Ragadalli Torkatto, Bairro Universitário, neste município.

Conforme consta dos autos do Processo Administrativo nº 13.889/2019, a notificação é realizada, tendo em vista ser proprietário do imóvel de matrícula nº 18.745, situado na Rua Guilherme Brandalise – Bairro Universitário – inscrição imobiliária municipal nº 01.02.101.0342, ou seja, é confrontante (vizinho) ao “núcleo urbano informal consolidado” e, necessário se faz, em conformidade com a Lei acima citada, a concordância ou não de dita regularização fundiária pelo fato exclusivo da confrontação de terreno.

Assim, se houver a necessidade de impugnação ao feito, deverá ser devidamente motivada e devidamente apresentada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos.

Não sendo apresentada manifestação/oposição de dita regularização no prazo determinado, haverá o prosseguimento do processo de Regularização Fundiária Urbana – Reurb do mencionado “núcleo urbano informal consolidado” e a consequente concordância desta.

Por fim, destacamos que estamos disponíveis para atendimento e esclarecimento de dúvidas quanto a notificação na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos e no número de telefone 49 3566-9095.

Findado o prazo, serão tomadas as providências legais cabíveis.

Atenciosamente,
Videira, 03 de janeiro de 2020.

Franck Mayer Brandalise
Secretário de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos

Recebido por: _____

Em: ____ / ____ / 2020

Assinatura: _____

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL- LOTEAMENTO RAGADALLI - JACIR PERIN

Publicação Nº 2310103

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Destinatário: Jacir Perin, portadora do CPF nº 548.236.769-04

Endereço: Rua Agostinho Spricigo, 26 – Centro – Arroio Trinta

CEP: 89590-000

Objeto: Notificação Extrajudicial para apresentar impugnação quanto a regularização fundiária REURB-E do Loteamento Ragadalli, em virtude de ser confrontante do terreno

O MUNICÍPIO DE VIDEIRA, entidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 83.039.842/0001-84, com sede na Av. Manoel Roque, nº 188, Bairro Alvorada, na forma do artigo 31, § 1º, da Lei Federal nº 13.465/17, através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico,

Habitação e Projetos, neste ato representada pelo seu titular senhor Franck Mayer Brandalise, vem NOTIFICAR, Vossa Senhoria, para, querendo, apresente impugnação no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento desta notificação, referente ao processo administrativo de Regularização Fundiária Urbana – Reurb-E, previsto na Lei nº 13.465/17, visando regularizar o “núcleo urbano informal consolidado” denominado Loteamento Ragadalli, localizado na Rua Genelvira Ragadalli Torkatto, Bairro Universitário, neste município. Conforme consta dos autos do Processo Administrativo nº 13.889/2019, a notificação é realizada, tendo em vista ser proprietário do imóvel situado na Rua Guilherme Brandalise – Bairro Universitário – inscrição imobiliária municipal nº 01.02.101.0329, ou seja, é confrontante (vizinho) ao “núcleo urbano informal consolidado” e, necessário se faz, em conformidade com a Lei acima citada, a concordância ou não de dita regularização fundiária pelo fato exclusivo da confrontação de terreno.

Assim, se houver a necessidade de impugnação ao feito, deverá ser devidamente motivada e devidamente apresentada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos.

Não sendo apresentada manifestação/oposição de dita regularização no prazo determinado, haverá o prosseguimento do processo de Regularização Fundiária Urbana – Reurb do mencionado “núcleo urbano informal consolidado” e a consequente concordância desta.

Por fim, destacamos que estamos disponíveis para atendimento e esclarecimento de dúvidas quanto a notificação na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos e no número de telefone 49 3566-9095.

Findado o prazo, serão tomadas as providências legais cabíveis.

Atenciosamente,
Videira, 03 de janeiro de 2020.

Franck Mayer Brandalise
Secretário de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos

Recebido por: _____

Em: ____ / ____ / 2020

Assinatura: _____

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL- LOTEAMENTO RAGADALLI - JOAO VALDECIR SURDI

Publicação Nº 2310106

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Destinatário: João Valdecir Surdi, portador do CPF nº 386.082.439-20

Endereço: Rua 10 de Setembro, 2050 - Universitário

CEP: 89566-266

Objeto: Notificação Extrajudicial para apresentar impugnação quanto a regularização fundiária REURB-E do Loteamento Ragadalli, em virtude de ser confrontante do terreno

O MUNICÍPIO DE VIDEIRA, entidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 83.039.842/0001-84, com sede na Av. Manoel Roque, nº 188, Bairro Alvorada, na forma do artigo 31, § 1º, da Lei Federal nº 13.465/17, através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos, neste ato representada pelo seu titular senhor Franck Mayer Brandalise, vem NOTIFICAR, Vossa Senhoria, para, querendo, apresente impugnação no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento desta notificação, referente ao processo administrativo de Regularização Fundiária Urbana – Reurb-E, previsto na Lei nº 13.465/17, visando regularizar o “núcleo urbano informal consolidado” denominado Loteamento Ragadalli, localizado na Rua Genelvira Ragadalli Torkatto, Bairro Universitário, neste município. Conforme consta dos autos do Processo Administrativo nº 13.889/2019, a notificação é realizada, tendo em vista ser proprietário do imóvel de matrícula nº 19.219, situado na Rua 10 de Setembro, nº 2050 – Bairro Universitário – inscrição imobiliária municipal nº 01.02.101.0314, ou seja, é confrontante (vizinho) ao “núcleo urbano informal consolidado” e, necessário se faz, em conformidade com a Lei acima citada, a concordância ou não de dita regularização fundiária pelo fato exclusivo da confrontação de terreno.

Assim, se houver a necessidade de impugnação ao feito, deverá ser devidamente motivada e devidamente apresentada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos.

Não sendo apresentada manifestação/oposição de dita regularização no prazo determinado, haverá o prosseguimento do processo de Regularização Fundiária Urbana – Reurb do mencionado “núcleo urbano informal consolidado” e a consequente concordância desta.

Por fim, destacamos que estamos disponíveis para atendimento e esclarecimento de dúvidas quanto a notificação na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos e no número de telefone 49 3566-9095.

Findado o prazo, serão tomadas as providências legais cabíveis.

Atenciosamente,
Videira, 03 de janeiro de 2020.

Franck Mayer Brandalise
Secretário de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos

Recebido por: _____

Em: _____ / _____ / 2020

Assinatura: _____

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL- LOTEAMENTO RAGADALLI - JOAO VANIN

Publicação Nº 2310109

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Destinatário: Joao Vanin, portador do CPF nº 569.535.779-91

Endereço: Rua Augusto Benetti, 327 - Marafon

CEP: 89560-470

Objeto: Notificação Extrajudicial para apresentar impugnação quanto a regularização fundiária REURB-E do Loteamento Ragadalli, em virtude de ser confrontante do terreno

O MUNICÍPIO DE VIDEIRA, entidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 83.039.842/0001-84, com sede na Av. Manoel Roque, nº 188, Bairro Alvorada, na forma do artigo 31, § 1º, da Lei Federal nº 13.465/17, através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos, neste ato representada pelo seu titular senhor Franck Mayer Brandalise, vem NOTIFICAR, Vossa Senhoria, para, querendo, apresente impugnação no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento desta notificação, referente ao processo administrativo de Regularização Fundiária Urbana – Reurb-E, previsto na Lei nº 13.465/17, visando regularizar o “núcleo urbano informal consolidado” denominado Loteamento Ragadalli, localizado na Rua Genelvira Ragadalli Torkatto, Bairro Universitário, neste município.

Conforme consta dos autos do Processo Administrativo nº 13.889/2019, a notificação é realizada, tendo em vista ser proprietário do imóvel, situado na Rua Wilmar Caldart – Bairro Universitário – inscrição imobiliária municipal nº 01.02.103.0114, ou seja, é confrontante (vizinho) ao “núcleo urbano informal consolidado” e, necessário se faz, em conformidade com a Lei acima citada, a concordância ou não de dita regularização fundiária pelo fato exclusivo da confrontação de terreno.

Assim, se houver a necessidade de impugnação ao feito, deverá ser devidamente motivada e devidamente apresentada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos.

Não sendo apresentada manifestação/oposição de dita regularização no prazo determinado, haverá o prosseguimento do processo de Regularização Fundiária Urbana – Reurb do mencionado “núcleo urbano informal consolidado” e a consequente concordância desta.

Por fim, destacamos que estamos disponíveis para atendimento e esclarecimento de dúvidas quanto a notificação na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos e no número de telefone 49 3566-9095.

Findado o prazo, serão tomadas as providências legais cabíveis.

Atenciosamente,
Videira, 10 de dezembro de 2019.

Franck Mayer Brandalise
Secretário de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos

Recebido por: _____

Em: _____ / _____ / 2019

Assinatura: _____

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL- LOTEAMENTO RAGADALLI - JOSE ADEMIR LIRA

Publicação Nº 2310110

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Destinatário: Jose Ademir Lira, portador do CPF nº 539.150.709-04

Endereço: Rua Coronel Alberto Schmidt, 89 - Centro

CEP: 89560-198

Objeto: Notificação Extrajudicial para apresentar impugnação quanto a regularização fundiária REURB-E do Loteamento Ragadalli, em virtude de ser confrontante do terreno

O MUNICÍPIO DE VIDEIRA, entidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 83.039.842/0001-84, com sede na Av. Manoel Roque, nº 188, Bairro Alvorada, na forma do artigo 31, § 1º, da Lei Federal nº 13.465/17, através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos, neste ato representada pelo seu titular senhor Franck Mayer Brandalise, vem NOTIFICAR, Vossa Senhoria, para, querendo, apresente impugnação no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento desta notificação, referente ao processo administrativo de Regularização Fundiária Urbana – Reurb-E, previsto na Lei nº 13.465/17, visando regularizar o “núcleo urbano informal consolidado” denominado Loteamento Ragadalli, localizado na Rua Genelvira Ragadalli Torkatto, Bairro Universitário, neste município. Conforme consta dos autos do Processo Administrativo nº 13.889/2019, a notificação é realizada, tendo em vista ser proprietário do imóvel situado na Rua 10 de Setembro, nº 2040 – Bairro Universitário – inscrição imobiliária municipal nº 01.02.101.0275, ou seja, é confrontante (vizinho) ao “núcleo urbano informal consolidado” e, necessário se faz, em conformidade com a Lei acima citada, a concordância ou não de dita regularização fundiária pelo fato exclusivo da confrontação de terreno.

Assim, se houver a necessidade de impugnação ao feito, deverá ser devidamente motivada e devidamente apresentada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos.

Não sendo apresentada manifestação/oposição de dita regularização no prazo determinado, haverá o prosseguimento do processo de Regularização Fundiária Urbana – Reurb do mencionado “núcleo urbano informal consolidado” e a consequente concordância desta.

Por fim, destacamos que estamos disponíveis para atendimento e esclarecimento de dúvidas quanto a notificação na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos e no número de telefone 49 3566-9095.

Findado o prazo, serão tomadas as providências legais cabíveis.

Atenciosamente,
Videira, 03 de janeiro de 2020.

Franck Mayer Brandalise
Secretário de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos

Recebido por: _____

Em: _____ / _____ / 2020

Assinatura: _____

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL- LOTEAMENTO RAGADALLI - MARCIA PASTORE

Publicação Nº 2310111

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Destinatário: Marcia Pastore, portadora do CPF nº 014.923.839-88

Endereço: Rua Guilherme Brandalise, 100 - Universitário

CEP: 89566-258

Objeto: Notificação Extrajudicial para apresentar impugnação quanto a regularização fundiária REURB-E do Loteamento Ragadalli, em virtude de ser confrontante do terreno

O MUNICÍPIO DE VIDEIRA, entidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 83.039.842/0001-84, com sede na Av. Manoel Roque, nº 188, Bairro Alvorada, na forma do artigo 31, § 1º, da Lei Federal nº 13.465/17, através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos, neste ato representada pelo seu titular senhor Franck Mayer Brandalise, vem NOTIFICAR, Vossa Senhoria, para, querendo, apresente impugnação no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento desta notificação, referente ao processo administrativo de Regularização Fundiária Urbana – Reurb-E, previsto na Lei nº 13.465/17, visando regularizar o “núcleo urbano informal consolidado” denominado Loteamento Ragadalli, localizado na Rua Genelvira Ragadalli Torkatto, Bairro Universitário, neste município.

Conforme consta dos autos do Processo Administrativo nº 13.889/2019, a notificação é realizada, tendo em vista ser proprietário do imóvel de matrícula nº 19.808, situado na Rua Guilherme Brandalise, nº 100 – Bairro Universitário – inscrição imobiliária municipal nº 01.02.101.0411, ou seja, é confrontante (vizinho) ao “núcleo urbano informal consolidado” e, necessário se faz, em conformidade com a Lei acima citada, a concordância ou não de dita regularização fundiária pelo fato exclusivo da confrontação de terreno.

Assim, se houver a necessidade de impugnação ao feito, deverá ser devidamente motivada e devidamente apresentada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos.

Não sendo apresentada manifestação/oposição de dita regularização no prazo determinado, haverá o prosseguimento do processo de Regularização Fundiária Urbana – Reurb do mencionado “núcleo urbano informal consolidado” e a consequente concordância desta.

Por fim, destacamos que estamos disponíveis para atendimento e esclarecimento de dúvidas quanto a notificação na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos e no número de telefone 49 3566-9095.

Findado o prazo, serão tomadas as providências legais cabíveis.

Atenciosamente,
Videira, 03 de janeiro de 2020.

Franck Mayer Brandalise
Secretário de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos

Recebido por: _____

Em: _____ / _____ / 2020

Assinatura: _____

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL- LOTEAMENTO RAGADALLI - MARCIO RODRIGO NHOATTO

Publicação Nº 2310112

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Destinatário: Marcio Rodrigo Nhoatto, portador do CPF nº 018.265.409-54

Endereço: Rua Guilherme Brandalise, 167 - Universitário

CEP: 89566-258

Objeto: Notificação Extrajudicial para apresentar impugnação quanto a regularização fundiária REURB-E do Loteamento Ragadalli, em virtude de ser confrontante do terreno

O MUNICÍPIO DE VIDEIRA, entidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 83.039.842/0001-84, com sede na Av. Manoel Roque, nº 188, Bairro Alvorada, na forma do artigo 31, § 1º, da Lei Federal nº 13.465/17, através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos, neste ato representada pelo seu titular senhor Franck Mayer Brandalise, vem NOTIFICAR, Vossa Senhoria, para, querendo, apresente impugnação no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento desta notificação, referente ao processo administrativo de Regularização Fundiária Urbana – Reurb-E, previsto na Lei nº 13.465/17, visando regularizar o “núcleo urbano informal consolidado” denominado Loteamento Ragadalli, localizado na Rua Genelvira Ragadalli Torkatto, Bairro Universitário, neste município.

Conforme consta dos autos do Processo Administrativo nº 13.889/2019, a notificação é realizada, tendo em vista ser proprietário do imóvel situado na Rua Guilherme Brandalise, nº 167 – Bairro Universitário – inscrição imobiliária municipal nº 01.02.101.0369, ou seja, é confrontante (vizinho) ao “núcleo urbano informal consolidado” e, necessário se faz, em conformidade com a Lei acima citada, a concordância ou não de dita regularização fundiária pelo fato exclusivo da confrontação de terreno.

Assim, se houver a necessidade de impugnação ao feito, deverá ser devidamente motivada e devidamente apresentada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos.

Não sendo apresentada manifestação/oposição de dita regularização no prazo determinado, haverá o prosseguimento do processo de Regularização Fundiária Urbana – Reurb do mencionado “núcleo urbano informal consolidado” e a consequente concordância desta.

Por fim, destacamos que estamos disponíveis para atendimento e esclarecimento de dúvidas quanto a notificação na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos e no número de telefone 49 3566-9095.

Findado o prazo, serão tomadas as providências legais cabíveis.

Atenciosamente,
Videira, 03 de janeiro de 2020.

Franck Mayer Brandalise
Secretário de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos

Recebido por: _____

Em: _____ / _____ / 2020

Assinatura: _____

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL- LOTEAMENTO RAGADALLI - MARIA MARGARETE TURKOT ANTUNES PEREIRA

Publicação Nº 2310114

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Destinatário: Maria Margarete Turkot Antunes Pereira, portadora do CPF nº 593.556.119-00

Endereço: Rua 10 de Setembro, 2020 - Universitário

CEP: 89566-266

Objeto: Notificação Extrajudicial para apresentar impugnação quanto a regularização fundiária REURB-E do Loteamento Ragadalli, em

virtude de ser confrontante do terreno

O MUNICÍPIO DE VIDEIRA, entidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 83.039.842/0001-84, com sede na Av. Manoel Roque, nº 188, Bairro Alvorada, na forma do artigo 31, § 1º, da Lei Federal nº 13.465/17, através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos, neste ato representada pelo seu titular senhor Franck Mayer Brandalise, vem NOTIFICAR, Vossa Senhoria, para, querendo, apresente impugnação no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento desta notificação, referente ao processo administrativo de Regularização Fundiária Urbana – Reurb-E, previsto na Lei nº 13.465/17, visando regularizar o “núcleo urbano informal consolidado” denominado Loteamento Ragadalli, localizado na Rua Genelvira Ragadalli Torkatto, Bairro Universitário, neste município.

Conforme consta dos autos do Processo Administrativo nº 13.889/2019, a notificação é realizada, tendo em vista ser proprietário do imóvel situado na Rua 10 de Setembro, nº 2020 – Bairro Universitário – inscrição imobiliária municipal nº 01.02.101.0260, ou seja, é confrontante (vizinho) ao “núcleo urbano informal consolidado” e, necessário se faz, em conformidade com a Lei acima citada, a concordância ou não de dita regularização fundiária pelo fato exclusivo da confrontação de terreno.

Assim, se houver a necessidade de impugnação ao feito, deverá ser devidamente motivada e devidamente apresentada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos.

Não sendo apresentada manifestação/oposição de dita regularização no prazo determinado, haverá o prosseguimento do processo de Regularização Fundiária Urbana – Reurb do mencionado “núcleo urbano informal consolidado” e a consequente concordância desta.

Por fim, destacamos que estamos disponíveis para atendimento e esclarecimento de dúvidas quanto a notificação na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos e no número de telefone 49 3566-9095.

Findado o prazo, serão tomadas as providências legais cabíveis.

Atenciosamente,
Videira, 03 de janeiro de 2020.

Franck Mayer Brandalise
Secretário de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos

Recebido por: _____

Em: _____ / _____ / 2020

Assinatura: _____

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL- LOTEAMENTO RAGADALLI - MIRELLE CUNHA

Publicação Nº 2310118

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Destinatário: Mirelle Jorge Cunha, portador do CPF nº 043.188.499-45

Endereço: Rua 230, nº 308 Apto 1001 – Meia Praia - Itapema

CEP: 88220-000

Objeto: Notificação Extrajudicial para apresentar impugnação quanto a regularização fundiária REURB-E do Loteamento Ragadalli, em virtude de ser confrontante do terreno

O MUNICÍPIO DE VIDEIRA, entidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 83.039.842/0001-84, com sede na Av. Manoel Roque, nº 188, Bairro Alvorada, na forma do artigo 31, § 1º, da Lei Federal nº 13.465/17, através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos, neste ato representada pelo seu titular senhor Franck Mayer Brandalise, vem NOTIFICAR, Vossa Senhoria, para, querendo, apresente impugnação no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento desta notificação, referente ao processo administrativo de Regularização Fundiária Urbana – Reurb-E, previsto na Lei nº 13.465/17, visando regularizar o “núcleo urbano informal consolidado” denominado Loteamento Ragadalli, localizado na Rua Genelvira Ragadalli Torkatto, Bairro Universitário, neste município.

Conforme consta dos autos do Processo Administrativo nº 13.889/2019, a notificação é realizada, tendo em vista ser proprietário do imóvel de matrícula nº 21.739, situado na Rua Guilherme Brandalise, nº 90 – Bairro Universitário – inscrição imobiliária municipal nº 01.02.101.0383, ou seja, é confrontante (vizinho) ao “núcleo urbano informal consolidado” e, necessário se faz, em conformidade com a Lei acima citada, a concordância ou não de dita regularização fundiária pelo fato exclusivo da confrontação de terreno.

Assim, se houver a necessidade de impugnação ao feito, deverá ser devidamente motivada e devidamente apresentada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos.

Não sendo apresentada manifestação/oposição de dita regularização no prazo determinado, haverá o prosseguimento do processo de Regularização Fundiária Urbana – Reurb do mencionado “núcleo urbano informal consolidado” e a consequente concordância desta.

Por fim, destacamos que estamos disponíveis para atendimento e esclarecimento de dúvidas quanto a notificação na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos e no número de telefone 49 3566-9095.

Findado o prazo, serão tomadas as providências legais cabíveis.

Atenciosamente,

Videira, 03 de janeiro de 2020.

Franck Mayer Brandalise
Secretário de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos

Recebido por: _____

Em: _____ / _____ / 2020

Assinatura: _____

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL- LOTEAMENTO RAGADALLI - PAULO VILSON ALVES MORESCO

Publicação Nº 2310120

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Destinatário: Paulo Vilson Alves Moresco, portador do CPF nº 458.831.810-15

Endereço: Rua Guilherme Brandalise, 99 - Universitário

CEP: 89566-258

Objeto: Notificação Extrajudicial para apresentar impugnação quanto a regularização fundiária REURB-E do Loteamento Ragadalli, em virtude de ser confrontante do terreno

O MUNICÍPIO DE VIDEIRA, entidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 83.039.842/0001-84, com sede na Av. Manoel Roque, nº 188, Bairro Alvorada, na forma do artigo 31, § 1º, da Lei Federal nº 13.465/17, através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos, neste ato representada pelo seu titular senhor Franck Mayer Brandalise, vem NOTIFICAR, Vossa Senhoria, para, querendo, apresente impugnação no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento desta notificação, referente ao processo administrativo de Regularização Fundiária Urbana – Reurb-E, previsto na Lei nº 13.465/17, visando regularizar o “núcleo urbano informal consolidado” denominado Loteamento Ragadalli, localizado na Rua Genelvira Ragadalli Torkatto, Bairro Universitário, neste município.

Conforme consta dos autos do Processo Administrativo nº 13.889/2019, a notificação é realizada, tendo em vista ser proprietário do imóvel de matrícula nº 21.417, situado na Rua Guilherme Brandalise, nº 99 – Bairro Universitário – inscrição imobiliária municipal nº 01.02.101.0397, ou seja, é confrontante (vizinho) ao “núcleo urbano informal consolidado” e, necessário se faz, em conformidade com a Lei acima citada, a concordância ou não de dita regularização fundiária pelo fato exclusivo da confrontação de terreno.

Assim, se houver a necessidade de impugnação ao feito, deverá ser devidamente motivada e devidamente apresentada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos.

Não sendo apresentada manifestação/oposição de dita regularização no prazo determinado, haverá o prosseguimento do processo de Regularização Fundiária Urbana – Reurb do mencionado “núcleo urbano informal consolidado” e a consequente concordância desta.

Por fim, destacamos que estamos disponíveis para atendimento e esclarecimento de dúvidas quanto a notificação na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos e no número de telefone 49 3566-9095.

Findado o prazo, serão tomadas as providências legais cabíveis.

Atenciosamente,
Videira, 03 de janeiro de 2020.

Franck Mayer Brandalise
Secretário de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos

Recebido por: _____

Em: _____ / _____ / 2020

Assinatura: _____

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2020 - BANDA JOVEM SOL-LÁ-SI, BANDA SINFÔNICA E CAMERATA VIDEIRA

Publicação Nº 2310417

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2020 - BANDA JOVEM SOL-LÁ-SI, BANDA SINFÔNICA E CAMERATA VIDEIRA

O MUNICÍPIO DE VIDEIRA, por meio da SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Decreto nº 17.133/19, que define os feriados e pontos facultativos no Município de Videira, torna pública a retificação do item 2, do Edital de Convocação nº 001/2020, alterando as datas dos testes de solfejo da Banda Jovem Sol-Lá-Si e da Banda Sinfônica, conforme o quadro

abaixo, que passa a ter a seguinte redação:

“2 Dos Testes

Os testes serão realizados nas dependências do Centro de Eventos Vitória, na Rua XV de Novembro, 115 – Centro, conforme cronograma abaixo:

DATA	TESTE	HORÁRIO
10 de fevereiro de 2020	Teste teórico para os três grupos	19h30min
12 de fevereiro de 2020	Teste prático da Camerata Videira	19h00min
17 de fevereiro de 2020	Teste prático da Banda Jovem Sol-Lá-Si	19h00min
19 de fevereiro de 2020	Teste prático da Banda Sinfônica	19h00min
02 de março de 2020	Teste de solfejo da Banda Jovem Sol-Lá-Si	19h00min
04 de março de 2020	Teste de solfejo da Banda Sinfônica	19h00min

.”

As demais disposições do Edital de Convocação nº 001/2020 - Banda Jovem Sol-Lá-Si, Banda Sinfônica e Camerata Videira permanecem inalteradas.

Videira, 10 de janeiro de 2020.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI FRANCINI LIRA DE OLIVEIRA
Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal Secretária de Turismo e Cultura

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

RESULTADO DE RECURSO TP 32/2019 - PMV

Publicação Nº 2310587

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

JULGAMENTO DO RECURSO DA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 32/2019-PMV

A Vice Prefeita na Chefia do Executivo Municipal de Videira , torna público o julgamento do recurso interposto pela empresa MR CONCRETOS, ARGAMASSAS E PAVIMENTAÇÕES no processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NA RODOVIA MUNICIPAL VDR - 070, DISTRITO DE ANTA GORDA, COM ÁREA TOTAL DE INTERVENÇÃO DE 14.116,10M² E ÁREA DE EXTENSÃO DE 1.147,67M, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO, foi recebido e no mérito julgado IMPROCEDENTE, mantendo-se a desclassificação da recorrida, uma vez que descumpriu com o requisito exigido no edital. Videira, 13 de janeiro de 2020.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI
VICE PREFEITA NA CHEFIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 05 FÉRIAS TAMIRES

Publicação Nº 2309940

PORTARIA Nº 05/2020
Concede Férias a TAMIRES MATTE.

CARLOS DEMENEK, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Videira, no uso das suas atribuições, resolve:

Art. 1º. Conceder 10 (dez) dias de férias à Servidora Tamires Matte, Portaria de Nomeação nº 008/2018, Cargo de Provimento Efetivo de Jornalista, nível de vencimento III, referente ao período aquisitivo de 05/03/2019 a 04/03/2020, a partir do dia 22 de janeiro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei nº 2.070/08.

Videira (SC), 13 de janeiro de 2020.

CARLOS DEMENEK
Presidente

VISAN - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA**PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2020 - VISAN**

Publicação Nº 2310601

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - VISAN

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2020 – VISAN

REGISTRO DE PREÇOS

O Diretor Geral da VISAN torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 02/2020 - VISAN. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, COM ENTREGAS PARCELADAS, DE DIESEL COMUM PARA O ABASTECIMENTO DE GERADORES PARA O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA – VISAN. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES: até as 09:00:00h do dia 27/01/2020, no Setor de Protocolo, localizado no Paço Municipal, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Bairro Alvorada, Videira/SC. Abertura da sessão e credenciamento no mesmo dia às 09:15:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034. Videira/SC, 13 de janeiro de 2020

SANDRO ANTONIO CAREGNATO

Diretor Geral

Vitor Meireles

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 004/2020

Publicação Nº 2310318

Processo de Licitação 004/2020
Modalidade: Pregão 003/2020
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Modalidade: Pregão

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DEVIDAMENTE REGULARIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA SECRETARIA DE ESPORTES NO ANO DE 2020, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DO EDITAL, e que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até as 14h00min, do dia 30 de janeiro de 2020 em sessão pública, na mesma dirigida pelo pregoeiro designado, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site www.vitormeireles.sc.gov.br, informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 14 de janeiro de 2020.
BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito Municipal

Xanxerê

PREFEITURA

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0050/2015

Publicação Nº 2309865

Extrato 5º Aditivo ao Contrato nº 0050/2015

Contratante: O Município de Xanxerê.

Contratado: Iguazu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda

Objeto: Prestação de Serviços de cobrança e arrecadação da Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública – COSIP.

Fica prorrogado o prazo de vigência constante na Cláusula Quinta do Contrato Originário, contado a partir de 01/01/2020 vigorando até 02/07/2020, sendo atingido o prazo máximo de 60 (sessenta) meses previsto no artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993.

Xanxerê-SC, 30 de dezembro de 2019. Avelino Menegolla - Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 040/2020

Publicação Nº 2310744

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº 040/2020

TORNAR SEM EFEITO AS FÉRIAS DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77 e Decreto AJG 186/2016.

RESOLVE

TORNAR SEM EFEITO as férias do Servidor Público Sra. RONEI DA VEIGA LINHARES, nomeado conforme Decreto nº BLB 083/09, férias concedidas de 02.01.2020 a 31.01.2020, referente ao período aquisitivo de 10.03.2018 a 09.03.2019, conforme descrito na Portaria nº 711/2019, sendo que o mesmo será exonerado conforme carta de concessão, aposentadoria por tempo de contribuição nº 182.133.441-5 do Instituto Nacional do Seguro Social.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 13 de Janeiro de 2020.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 041/2020

Publicação Nº 2310749

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº 041/2020

EXONERAR SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – INSS

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê Santa Catarina

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Art. 69 incisos VI e Lei HW 1.775/91.

RESOLVE

EXONERAR a partir de 10.01.2020, o Servidor Público Municipal o Sr. RONEI DA VEIGA LINHARES, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portador do RG n.º 2.428.774 e CPF n.º 693.161.989-68, nomeado conforme Decreto nº BLB 083/09, no cargo de MOTORISTA, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - INSS, conforme benefício nº 182.133.441-5 Espécie 42.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário, principalmente o Decreto nº BLB 083/09.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.
Em 13 de Janeiro de 2020.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº035/2020

Publicação Nº 2310821

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº 035/2020
NOMEIA CONSELHEIRO TUTELAR.
AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 69 incisos VI e VIII e Lei nº Lei nº AJG 3524/13, Lei nº 4069/2019

CONSIDERANDO o disposto no Edital nº 01/2019/CMDCA que trata do processo seletivo simplificado das eleições para conselheiros tutelares temporários e na Resolução do Conanda nº 170, de 10.12.2014 e Resolução 008/2019/CMDCA

RESOLVE:

NOMEAR a partir de 10 de Janeiro de 2020 o Sr. ADIR BAGGIO, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portador do RG nº 1.692.033 e inscrito no CPF nº 506.408.289-49, na função de CONSELHEIRO TUTELAR, com 40 (quarenta) horas semanais, vinculado ao Gabinete do Prefeito conforme Edital CMDCA nº 01/2019/CMDCA do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Determinar que esta nomeação vigore a partir de 10.01.2020 a 09.01.2024, conforme disposto no Edital nº 01/2019/ CMDCA.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.
Em 10 de Janeiro de 2020.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 038/2020

Publicação Nº 2309567

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº 038/2020
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77, Decreto AJG 186/16.

RESOLVE

CONCEDER 20 (vinte) dias de férias a partir de 15.01.2020 a 03.02.2020 ao Servidor Público Municipal Sr. ELOIR FILISBINO, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portador do RG n.º 2.074.939 CPF n.º 824.235.719-68, nomeado conforme Decreto n.º AM 188/08, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços.

As férias referem-se ao período abaixo especificado:
05.11.2015 A 04.11.2016 = 20 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 10 de Janeiro de 2020

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 039/2020

Publicação Nº 2309795

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº 039/2020
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW nº 1.775/91 Art. 77 e Decreto AJG 186/2016.
RESOLVE

CONCEDER 30 (trinta) dias de férias a partir de 03.02.2020 a 03.03.2020 ao Servidor Público Municipal o Sr. ALMERI PAULO RODRIGUES, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portador do RG n.º 3.807.223, CPF n.º 826.339.089-34, nomeado conforme Decreto n.º JB 30/96, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços.

Sendo as férias referente ao período abaixo especificado:
01.02.2019 a 31.01.2020 = 30 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 13 de Janeiro de 2020.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 042/2020

Publicação Nº 2310789

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº 042/2020

TORNAR SEM EFEITO AS FÉRIAS DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77 e Decreto AJG 186/2016.
RESOLVE

TORNAR SEM EFEITO as férias da Servidora Pública Sra. ANNA ALICE DEBIASI, nomeado conforme Decreto nº BLB 068/09, férias concedidas de 15.01.2020 a 13.02.2020, referente ao período aquisitivo de 02.03.2018 a 01.03.2019, conforme descrito na Portaria nº 686/2019, sendo que foi apresentado no dia 14.01.2020 solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, conforme Ofício SMS/RH/026/2020.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 14 de Janeiro de 2020.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

DECRETO 410/2020

Publicação Nº 2309962

DECRETO Nº 410, DE 10 DE JANEIRO DE 2020.

Dispõe sobre a nomeação de Conselheiros Tutelares do Município de Xavantina e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e com fundamento na Lei Municipal nº 1.683/2019;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os novos membros eleitos do Conselho Tutelar do Município de Xavantina, com mandato de 04 (quatro) anos, no período de 2020 a 2023, conforme segue:

I – Membros titulares:

- a) JUCARA FATIMA CAMERA LECARDELLI – CPF 789.842.899-49;
- b) KARINA ADRIANA WETTER DELMONDES - CPF: 027.402.789-50;
- c) SIMONE CARPI DA SILVEIRA GUGEL - CPF: 071.696.169-55;
- d) DANIELI RAIMUNDI ALVES CAVALHEIRO - CPF: 090.574.599-06;
- e) LARISSA TERESINHA DA SILVA - CPF:089.312.019-74.

Art. 2º Os membros constantes no Art. 1º foram oficialmente empossados no dia 10 de janeiro de 2020, em ato solene presidido pelo Chefe do Poder Executivo Municipal conforme termo de posse.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina/SC, 10 de Janeiro de 2020.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA Nº 014/2020

Publicação Nº 2309951

PORTARIA Nº 014, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

Concede férias a Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e, com fundamento no Art. 134 e seguintes da Lei Complementar Municipal nº 002/2000;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30(trinta) dias de férias a(o) Servidor(a) Público(a) Municipal LEONORA BRANDELERO KIPPER, ocupante do cargo comissionado de Diretor(a) do Quadro de Pessoal do Município de Xavantina, referente ao período aquisitivo de 03/05/2018 a 02/05/2019, com período de gozo de 15/01/2020 a 13/02/2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Xavantina/SC, em 13 de Janeiro de 2020.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA Nº 015/2020

Publicação Nº 2309953

PORTARIA Nº 015, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

Interrompe parcialmente férias concedidas a Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, da Lei orgânica Municipal e, considerando a necessidade do(s) profissional(is) para fins de atender serviços relevantes e de superior interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Convocar o(a) Servidor(a) Público(a) Municipal GLAUCIA GISELE NARDI, ocupante do cargo comissionado de Assessor(a) Jurídico(a) do Quadro de Pessoal do Município de Xavantina, para retornar aos trabalhos indispensáveis à Administração Pública Municipal.

Parágrafo Único. A interrupção das férias ocorre a partir da data de 13 de Janeiro de 2020, sendo que os 16(dezesseis) dias de férias remanescentes serão oportunamente concedidos pela Administração Pública Municipal, de conformidade com o interesse público.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.
Xavantina/SC, em 13 de Janeiro de 2020.

ENOIR FAZOLO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).
JAQUELINE RIBEIROS
Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA Nº 016/2020

Publicação Nº 2309955

PORTARIA Nº 016, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

Interrompe parcialmente férias concedidas a Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, da Lei orgânica Municipal e, considerando a necessidade do(s) profissional(is) para fins de atender serviços relevantes e de superior interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Convocar o(a) Servidor(a) Público(a) Municipal CAMILA BEDIN, ocupante do cargo comissionado de Diretor(a) do Quadro de Pessoal do Município de Xavantina, para retornar aos trabalhos indispensáveis à Administração Pública Municipal.

Parágrafo Único. A interrupção das férias ocorre a partir da data de 13 de Janeiro de 2020, sendo que os 23(vinte e três) dias de férias remanescentes serão oportunamente concedidos pela Administração Pública Municipal, de conformidade com o interesse público.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.
Xavantina/SC, em 13 de Janeiro de 2020.

ENOIR FAZOLO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).
JAQUELINE RIBEIROS
Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA Nº 017/2020

Publicação Nº 2309957

PORTARIA Nº 017, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

Interrompe parcialmente férias concedidas a Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, da Lei orgânica Municipal e, considerando a necessidade do(s) profissional(is) para fins de atender serviços relevantes e de superior interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Convocar o(a) Servidor(a) Público(a) Municipal KERLEY BRANDELERO KIPPER, ocupante do cargo comissionado de Assessor(a) de Direção Escolar do Quadro de Pessoal do Município de Xavantina, para retornar aos trabalhos indispensáveis à Administração Pública Municipal.

Parágrafo Único. A interrupção das férias ocorre a partir da data de 13 de Janeiro de 2020, sendo que os 23(vinte e três) dias de férias remanescentes serão oportunamente concedidos pela Administração Pública Municipal, de conformidade com o interesse público.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.
Xavantina/SC, em 13 de Janeiro de 2020.

ENOIR FAZOLO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).
JAQUELINE RIBEIROS
Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA Nº 018/2020

Publicação Nº 2309960

PORTARIA Nº 018, DE 13 DE JANEIRO DE 2020.

Concede férias remanescentes a Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e, Considerando a Portaria nº 002/2019, que concedeu 30 (trinta) dias de férias; Considerando a Portaria nº 029/2019,

que interrompeu parcialmente as férias concedidas e, considerando que restam dias de férias remanescentes;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 09 (nove) dias de férias remanescentes a(o) Servidor(a) Público(a) Municipal BRUNA ALEXSANDRA RIGO, ocupante do cargo efetivo de Farmacêutico(a) do Quadro de Pessoal do Município de Xavantina.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Xavantina/SC, em 13 de Janeiro de 2020.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

TERMO DE TRANSMISSÃO DE CARGO Nº 001/2020

Publicação Nº 2309997

Termo de Transmissão de Cargo nº 001/2020

Aos quatorze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte, às sete horas e quarenta e cinco minutos, reuniram-se nas dependências do Gabinete do Prefeito, o Prefeito Municipal Sr. Enoir Fazolo e o Vice Prefeito Municipal Sr. Claudi Babinski e os que este Termo subscrevem, para a realização da Transmissão de Cargo de Prefeito Municipal ao Sr. Claudi Babinski (Vice Prefeito), para que o Sr. Enoir Fazolo (Prefeito) possa realizar viagem até a viagem à Capital Estadual – Florianópolis/SC a fim de tratar de interesses do Município, no período compreendido entre os dias quatorze a dezesseis de janeiro. E para constar, Eu, Jaqueline Ribeiros, lavrei o presente Termo, que será assinado por mim e pelos demais presentes. Xavantina/SC, quatorze de janeiro de dois mil e vinte.

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROC Nº 134/2019 - PREGÃO Nº 079/2019

Publicação Nº 2310483

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. nº 134/2019

EDITAL: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 079/2019

TIPO: Menor Preço por Lote

OBJETO: Registro de Preços para a contratação de hospitais especializados e/ou geral para a realização de procedimentos cirúrgicos de alta complexidade em coluna, joelho, quadril, pé/tornozelo e urologia, incluindo consultas nas mesmas áreas, para atendimento da lista de pacientes na lista de espera, residentes no Município de Xaxim.

Entrega dos Envelopes: até às 08h30min do dia 28 de janeiro de 2020.

Abertura dos Envelopes: às 09h do dia 28 de janeiro de 2020.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Rui Barbosa, nº 347, de Segunda à Sexta, das 08h às 11h45min e das 13h30min. às 17h30min, pelo fone (0**49) 3353.8201 ou na página eletrônica do município www.xaxim.sc.gov.br.

Xaxim (SC), 13 de janeiro de 2020. Lírio Dagort. Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO PROC Nº 136/2019 - PREGÃO Nº 080/2019

Publicação Nº 2310482

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. nº 136/2019

EDITAL: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 080/2019

TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de um veículo hatch, novo, zero quilômetro, ano/modelo mínimo 2019/2020, destinado a Secretaria Municipal de Assistência Social de Xaxim.

Entrega dos Envelopes: até às 08h30min do dia 29 de janeiro de 2020.

Abertura dos Envelopes: às 09h do dia 29 de janeiro de 2020.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Rui Barbosa, nº 347, de Segunda à Sexta, das 08h às 11h45min e das 13h30min. às 17h30min, pelo fone (0**49) 3353.8201 ou na página eletrônica do município www.xaxim.sc.gov.br.

Xaxim (SC), 13 de janeiro de 2020. Lírio Dagort. Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO PROC. Nº 009/2020 - PREGÃO Nº 003/2020

Publicação Nº 2310416

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. nº 009/2020

EDITAL: Pregão Presencial para Compras e Serviços nº 003/2020

TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: Aquisição de 3 caminhões trucados, novos, zero km, ano/modelo mínimo 2019/2019 e 3 carrocerias basculantes novas, para atender as necessidades da Secretaria de Infraestrutura de Xaxim.

Entrega dos Envelopes: até às 08h30min do dia 24 de janeiro de 2020.

Abertura dos Envelopes: às 09h do dia 24 de janeiro de 2020.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Rui Barbosa, nº 347, de Segunda à Sexta, das 08h às 11h45min e das 13h30min. às 17h30min, pelo fone (0**49) 3353.8201 ou na página eletrônica do município www.xaxim.sc.gov.br.

Xaxim (SC), 13 de janeiro de 2020. LÍRIO DAGORT. Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO PROC. Nº 133/2019 - PREGÃO Nº 078/2019

Publicação Nº 2310490

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. nº 133/2019

EDITAL: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 078/2019

TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva, para fornecimento a funcionários da Prefeitura de Xaxim.

Entrega dos Envelopes: até às 08h30min do dia 27 de janeiro de 2020.

Abertura dos Envelopes: às 09h do dia 27 de janeiro de 2020.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Rui Barbosa, nº 347, de Segunda à Sexta, das 08h às 11h45min e das 13h30min. às 17h30min, pelo fone (0**49) 3353.8201 ou na página eletrônica do município www.xaxim.sc.gov.br.

Xaxim (SC), 13 de janeiro de 2020. Lírio Dagort. Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO PROC. Nº 138/2019 - TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2019

Publicação Nº 2310469

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. nº 138/2019

EDITAL: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 006/2019

TIPO: Menor Preço Global

OBJETO: Contratação de empresa para reforma da Unidade de Saúde Central do Município de Xaxim, conforme Projeto, Memorial Descritivo, Planilha de Orçamento e Cronograma Físico-Financeiro.

Entrega dos Envelopes: até às 08h30min do dia 30 de janeiro de 2020.

Abertura dos Envelopes: às 09h do dia 30 de janeiro de 2020.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Rui Barbosa, nº 347, de Segunda à Sexta, das 08h às 11h45min e das 13h30min. às 17h30min, pelo fone (0**49) 3353.8201 ou na página eletrônica do município www.xaxim.sc.gov.br.

Xaxim (SC), 13 de janeiro de 2020. Lírio Dagort. Prefeito Municipal.

DECRETO 004

Publicação Nº 2309609

DECRETO Nº. 004/2020.

Nomeia servidor em cargo comissionado e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado pelo presente Decreto, o Sr. ADEMIR CESAR CHITOLINA, CPF: 195.646.439-53, a partir de 06 de janeiro de 2020, no cargo de DIRETOR GERAL, na Secretaria Municipal de Saúde, deste município de Xaxim – SC, percebendo remuneração constantes em lei vigente.

Art. 2º O servidor ora nomeado pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 06 de janeiro de 2020.

Lírio Dagort

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Melchior Berte

Secretário Municipal de Administração

DECRETO 005

Publicação Nº 2309673

DECRETO Nº. 005/2020.

Nomeia servidor em cargo comissionado e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, pelo presente Decreto, a Sra. ERONILDE KERN, CPF: 933.768.639-20, a partir de 07 de janeiro de 2020, no cargo de COORDENADOR DE UNIDADE DE SAÚDE, na Secretaria Municipal de Saúde, deste município de Xaxim – SC, percebendo remuneração constantes em lei vigente.

Art. 2º O servidor ora nomeado pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 06 de janeiro de 2020.

Lirio Dagort
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Melchior Berte
Secretário Municipal de Administração

Associações

FECAM

RESOLUÇÃO FECAM Nº 24/2019

Publicação Nº 2310509

RESOLUÇÃO Nº 24/2019

O Presidente da Federação Catarinense de Municípios, Associações de Municípios e Consórcios de Santa Catarina – FECAM, JOARES CARLOS PONTICELLI, Prefeito do Município de Tubarão, SC, no uso de suas atribuições estatutárias,

Considerando a necessária e perene observância à Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) no âmbito de atuação da instituição,

RESOLVE:

1. Designar os funcionários abaixo relacionados para constituírem Comissão Especial com a finalidade de promover boas práticas administrativas que garantam efetividade ao programa interno “FECAM 100% Transparente”, em observância às disposições da Lei de Acesso à Informação – LAI:

- 1.1. Juares Augusto Dias – Assessor Administrativo;
- 1.2. Jaqueline Alessandra Domingues – Assessora Administrativa;
- 1.3. Juliana Plácido – Assessora Técnica;
- 1.4. Michel Silveira Raupp – Assistente de Projetos/TI.

2. A supervisão dos trabalhos da Comissão Especial ficará sob a responsabilidade do Diretor Executivo da FECAM.

3. Todos os atos da Comissão deverão ser registrados em ata.

4. Fica revogada a Resolução 09/2018.

5. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis/SC, 12 de dezembro de 2019.

JOARES CARLOS PONTICELLI

Prefeito de Tubarão

Presidente da FECAM

RESOLUÇÃO FECAM Nº 25/2019

Publicação Nº 2310552

RESOLUÇÃO Nº 25/2019

O Diretor Executivo da Federação Catarinense de Municípios, Associações de Municípios e Consórcios – FECAM, Sr. RUI BRAUN, no uso de suas atribuições e deveres que lhe outorga o Estatuto Social da instituição, conforme dispõe o art. 36, através da presente resolução, fixa a baixa no balancete de dezembro de 2019 dos saldos de adiantamentos de férias e adiantamentos de funcionários e dá outras providências,

CONSIDERANDO que é dever desta administração zelar e promover ações de aprimoramento da gestão contábil e financeiras.

CONSIDERANDO que a transparência e publicidade destas informações são de interesse geral do sistema municipalista.

CONSIDERANDO que a atual administração constatou, conforme relatório de auditoria, que remanescem no balanço orçamentário do ano de 2019 adiantamentos de férias e adiantamentos de funcionários na ordem de R\$ 590,31 e R\$ 1.491,31, respectivamente.

CONSIDERANDO que a FECAM, realizou amplo procedimento de verificação para a identificação das prestações de contas de todos os adiantamentos realizados pela entidade durante o ano de 2019 e constatou ao final do exercício que todos os adiantamentos restavam solvidos.

RESOLVE:

- 1- Determinar baixa no saldo da conta contábil de adiantamentos em férias, no balancete de dezembro de 2019, no valor de R\$ 590,31.
- 2 - Determinar baixa no saldo da conta contábil de adiantamentos de funcionário, no balancete de dezembro de 2019, no valor de R\$ 1.419,31.
- 3 – Estabelecer que as prestações de contas com relação aos adiantamentos dos funcionários devem ser realizadas exclusivamente, dentro do mês de competência da referida despesa.
- 4 – Estabelecer que o gerenciamento e o controle gerenciais das prestações de contas relativo aos aditamentos realizados pela entidade serão feitos pelo sistema “Hi Gestor”;
- 5 - Esta resolução entrará em vigor na data de sua assinatura.

Florianópolis, 16 de dezembro de 2019.

RUI BRAUN

Diretor Executivo da FECAM

Consórcios

ARIS

DELIBERAÇÃO N. 001/2020 DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA REAJUSTE DAS TARIFAS DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PRESTADO PELO SAMAE DE SAUDADES.

Publicação Nº 2310310

DELIBERAÇÃO n. 001/2020

Dispõe sobre a autorização para reajuste das tarifas do serviço de abastecimento de água prestado pelo SAMAE de Saudades.

O Diretor-Geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), no uso das suas atribuições legais previstas no artigo 40, inciso II do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público da ARIS, considerando as disposições dos artigos 22, IV, 29, § 1º, 30, 37 e 39 da Lei federal n. 11.445/2007, considerando o Protocolo 651/2019, no qual o SAMAE de Saudades requer autorização para reajuste da tabela tarifária para os serviços de abastecimento de água; DELIBERA:

Art. 1º Reajustar as tarifas e preços públicos praticados pelo SAMAE de Saudades em 4,31%, referente ao IPCA acumulado no período de janeiro de 2019 a dezembro de 2019, conforme Parecer da Diretoria de Regulação da ARIS;

Art. 2º Os novos valores das Tarifas de Água a serem praticados pela autarquia entrarão em vigor 30 (trinta) dias após a publicação desta Resolução no Diário Oficial dos Municípios (DOM), conforme disposto no artigo 39 da Lei federal nº 11.445/2007.

§ 1º A publicação acima referida não exime a obrigação da autarquia em divulgar os novos valores em seu sítio na internet e através de mensagens em suas contas/faturas.

§ 2º A autarquia obedecerá ao prazo estabelecido no caput deste artigo para a realização das leituras e medições e as respectivas emissões das Contas/Faturas com os valores reajustados.

Art. 3º A autarquia deverá encaminhar a esta agência em até 15 dias da data da publicação desta deliberação comprovante de divulgação da nova Tabela Tarifária, em seu sítio eletrônico, nas contas/faturas e, se for o caso, na imprensa local;

Art. 4º A presente Deliberação entra em vigor na data da sua publicação.

Florianópolis, 10 de janeiro de 2020.

Adir Faccio

Diretor-geral da ARIS

DELIBERAÇÃO N. 002/2020 DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA REAJUSTE DAS TARIFAS DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PRESTADO PELO SMAE DE ITAPIRANGA.

Publicação Nº 2310323

DELIBERAÇÃO n. 002/2020

Dispõe sobre a autorização para reajuste das tarifas do serviço de abastecimento de água prestado pelo SMAE de Itapiranga.

O Diretor-Geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), no uso das suas atribuições legais previstas no artigo 40, inciso II do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público da ARIS, considerando as disposições dos artigos 22, IV, 29, § 1º, 30, 37 e 39 da Lei federal n. 11.445/2007, considerando o Protocolo 010/2020, no qual o SMAE de Itapiranga requer autorização para reajuste da tabela tarifária para os serviços de abastecimento de água; DELIBERA:

Art. 1º Reajustar as tarifas e preços públicos praticados pelo SMAE de Itapiranga em 7,32%, referente ao IGPM acumulado no período de janeiro de 2019 a dezembro de 2019, conforme Parecer da Diretoria de Regulação da ARIS;

Art. 2º Os novos valores das Tarifas de Água a serem praticados pela prestadora de serviços entrarão em vigor 30 (trinta) dias após a publicação desta Resolução no Diário Oficial dos Municípios (DOM), conforme disposto no artigo 39 da Lei federal nº 11.445/2007.

§ 1º A publicação acima referida não exime a obrigação da prestadora de serviços em divulgar os novos valores em seu sítio na internet e através de mensagens em suas contas/faturas.

§ 2º A prestadora de serviços obedecerá ao prazo estabelecido no caput deste artigo para a realização das leituras e medições e as respectivas emissões das Contas/Faturas com os valores reajustados.

Art. 3º A prestadora de serviço deverá encaminhar a esta agência em até 15 dias da data da publicação desta deliberação comprovante de divulgação da nova Tabela Tarifária, em seu sítio eletrônico, nas contas/faturas e, se for o caso, na imprensa local;

Art. 4º A presente Deliberação entra em vigor na data da sua publicação.

Florianópolis, 13 de janeiro de 2020.

Adir Faccio

Diretor-geral da ARIS

DELIBERAÇÃO N. 003/2020 DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA O REAJUSTE DAS TARIFAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO E DOS PREÇOS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS COMPLEMENTARES DO SAMAE DE SÃO BENTO DO SUL/SC.

Publicação Nº 2310326

DELIBERAÇÃO n. 003/2020

Dispõe sobre a autorização para o reajuste das tarifas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário e dos preços dos serviços públicos complementares do SAMAE de São Bento do Sul/SC.

O Diretor-geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), no uso das suas atribuições legais previstas no artigo 40, inciso II do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público da ARIS, considerando as disposições dos artigos 22, IV, 29, § 1º, 30, 37 e 39 da Lei federal n. 11.445/2007, considerando a documentação encaminhada pelo SAMAE de São Bento do Sul, responsável pela prestação dos serviços abastecimento de água e esgotamento sanitário no município de São Bento do Sul, o qual requer a autorização de reajustamento do plano tarifário e preços públicos; e considerando o parecer técnico da Diretoria de Regulação, DELIBERA:

Art. 1º Reajustar as tarifas e preços públicos praticados pelo SAMAE de São Bento do Sul em 3,18%, conforme composição de índices referentes a janeiro de 2019 a dezembro de 2019 e de acordo com parecer da Diretoria de Regulação da ARIS.

Art. 2º Os novos valores das tarifas de água e esgotamento sanitário a serem praticados pela autarquia entrarão em vigor 30 (trinta) dias após a publicação desta deliberação no Diário Oficial dos Municípios (DOM), conforme disposto no artigo 39 da Lei federal nº 11.445/2007. § 1º A publicação acima referida não exime a obrigação da autarquia em divulgar os novos valores e em seu sítio na internet e através de mensagens em suas contas/faturas.

§ 2º A autarquia obedecerá ao prazo estabelecido no caput deste artigo para a realização das leituras e medições e as respectivas emissões das Contas/Faturas com os valores reajustados.

Art. 3º A autarquia deverá encaminhar a esta agência em até 15 dias da data da publicação desta deliberação comprovante de divulgação da nova tabela tarifária, em seu sítio eletrônico, nas contas/faturas e, se for o caso, na imprensa local;

Art. 4º A presente deliberação entra em vigor na data da sua publicação.

Florianópolis, 13 de janeiro de 2020.

Adir Faccio
Diretor-geral da ARIS

PORTARIA/DIRETOR GERAL Nº 001/2020 - NOMEIA O CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO N. 01/2019 PARA PROVIMENTO DO CARGO PÚBLICO DE ENGENHEIRO SANITARISTA.

Publicação Nº 2309514

PORTARIA/Diretor geral nº 001, de janeiro de 2020

Nomeia o candidato aprovado no Concurso Público n. 01/2019 para provimento do cargo público de Engenheiro Sanitarista, na ordem de classificação.

O Diretor-geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), Sr. Adir Faccio, no uso da sua atribuição, RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeado o candidato abaixo listado, na ordem de classificação do Concurso Público nº 01/2019, homologado em 12 de dezembro de 2019, para tomar posse no prazo de 30 (trinta) dias nos cargos públicos abaixo indicados:

NOME	Nº inscrição	CARGO PÚBLICO	LOCAL DE TRABALHO	Classificação Final
Francine Caldart	234	Engenheiro Sanitarista	Chapecó	1º

Art. 2º No ato da posse, o servidor apresentará declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio, podendo ser substituída pela declaração de imposto de renda (Anexo I) e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública (Anexo II) e comprovará os seguintes requisitos básicos:

- Nacionalidade brasileira, sendo admitidos estrangeiros na forma da lei;
- O gozo dos direitos políticos;
- A quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- Escolaridade em conformidade com a habilitação exigida (diploma de conclusão do curso);
- Idade mínima de 18 (dezoito) anos completados até a data da posse
- Ser considerado APTO por perícia médica oficial em todos os exames médicos pré-admissionais relacionados, devendo o candidato apresentar os exames clínicos e laboratoriais solicitados, os quais correrão às suas expensas, observada as condições do Anexo III. Caso o candidato seja considerado INAPTO para as atividades relacionadas ao cargo, por ocasião dos exames médicos pré-admissionais, este não será investido no cargo. Essa avaliação terá caráter eliminatório;
- Regular registro no Conselho Regional de Classe em Santa Catarina, quando for o caso;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, em âmbito estadual e federal do domicílio do candidato;
- Ter carteira de motorista categoria "B";

- i) 01 (uma) foto 3x4;
j) Certidão de casamento ou nascimento se for solteiro;
k) Certidão de nascimento de filhos com até 18 (dezoito) anos;
l) Declaração assinada de que o candidato não sofreu penalidades no exercício de suas atividades na Administração Pública (Anexo IV);
m) Informar nº da conta corrente e Agência do Banco do Brasil S.A.;
n) Informar nº PIS/PASEP;
o) Informar dados para contato: número de telefone e endereço eletrônico.

§ 1º Deverão os candidatos comparecer na sede da ARIS para a entrega dos documentos listados neste artigo e a assinatura do respectivo termo de posse.

§ 2º É de 15 (quinze) dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.

§ 3º Caso não obedecidos os prazos fixados neste artigo pelo candidato, o ato de posse tornar-se-á sem efeito, sendo que a ARIS convocará os próximos candidatos, na ordem da listagem de classificação e do Cadastro de Reserva. O candidato preterido será colocado ao final da lista de classificação do Cadastro de Reserva.

Art. 3º Fica o candidato autorizado a retirar todos os documentos junto à sede da ARIS.

Art. 4º Este ato entrará em vigor na data da sua publicação.

Florianópolis, 13 de janeiro de 2020.

Adir Faccio
Diretor Geral da ARIS

ANEXO I – DA DECLARAÇÃO DE BENS

Declaro, nos termos da Lei, nesta data, que:

() Não possuo bens a declarar

() Possuo bens a declarar, conforme segue abaixo:

Casa, apartamento ou terreno					
Endereço		Data da aquisição	Valor de aquisição	Valor de venda atual	
Veículo					
Tipo	Ano	Data da aquisição	Valor de aquisição	Valor de venda atual	
Outros					

Fontes de renda

NOME COMPLETO: _____

CARGO: _____

Local e data: _____

Assinatura do candidato

ANEXO II – DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGOS

Eu, _____, brasileiro(a), _____ (estado civil), inscrito (a) no RG nº _____, e CPF nº _____, declaro para os fins, para tomar posse no cargo de _____, que não sou titular, não exerço e/ou não estou em licença, remunerada ou não, de qualquer cargo, emprego, ou função pública da administração pública direta e indireta, incluídas as autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de qualquer Município, Estado, do Distrito Federal ou da União, que seja incompatível com o Cargo em que tomarei posse, em consonância com os incisos XVI e XVII do art. 37, da Constituição Federal.

DECLARO, que não percebo proventos de aposentadoria decorrente do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da Constituição Federal, que seja incompatível com o Cargo em que tomarei posse.

DECLARO, outrossim, estar ciente de que devo comunicar à Diretoria na Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS, qualquer alteração que venha a ocorrer em minha vida funcional que não atenda às determinações legais vigentes relativamente à acumulação de cargos.

DECLARO, ainda, estar ciente de que prestar declaração falsa é crime previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, sujeitando o declarante às suas penas, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Florianópolis/SC, ____ de _____ de 2020.

Assinatura do candidato

ANEXO III – DA AVALIAÇÃO MÉDICA

DA AVALIAÇÃO MÉDICA

1. Quanto à Avaliação Médica, para atestar a aptidão física e mental para o exercício do cargo, o candidato de posse dos exames clínicos e laboratoriais abaixo listados deverá providenciar Avaliação Clínica. (Atestado Admissional).
2. O valor referente a Avaliação Clínica será ressarcido pela ARIS em até R\$ 100,00 (cem reais) mediante apresentação pelo candidato da nota fiscal em nome da ARIS.
3. Os exames clínicos e laboratoriais abaixo indicados correrão às expensas do candidato.

RELAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS

EXAMES DE EXIGÊNCIA BÁSICA DE CARÁTER GERAL

3.1 EXAMES LABORATORIAIS:

- 3.1.1 Hemograma Completo
- 3.1.2 Glicose
- 3.1.3 Parasitológico de fezes
- 3.1.4 Parcial de urina
- 3.1.5 VDRL

3.2 EXAMES RADIOLÓGICOS:

- 3.2.1 Raio X de Tórax (PA e Perfil)
- 3.2.2 Raio de Coluna Lombo - Sacra (PA e Perfil)

3.3 EXAMES PARA MAIORES DE 40 ANOS DE IDADE:

- 3.3.1 Exames Laboratoriais e Radiológicos descritos no item anterior
- 3.3.2 Colesterol
- 3.3.3 Triglicerídeos
- 3.3.4 Creatinina
- 3.3.5 Eletrocardiograma com laudo
- 3.3.6 Acuidade visual de fundo de Olho com Laudo de Oftalmologista.

3.4 COMPROVANTES DAS SEGUINTE VACINAS:

- 3.4.1 Antitetânica
- 3.4.2 Trílice Viral
- 3.4.3 Hepatite B

ANEXO IV

D E C L A R A Ç Ã O

_____, portador(a) da carteira de identidade número _____, inscrito(a) no CPF sob o número _____, declaro para os devidos que no exercício de cargo ou função pública, não sofri penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Florianópolis/SC, ____/____/____.

Assinatura do Candidato

CISNORDESTE**ERRATA - SEGUNDO ADITIVO 28/2018**

Publicação Nº 2309518



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Max Colin, 1843 – América – 89204 635 – Joinville - SC
Fone/Fax: 47 3422 9838 e 3422 5715
CNPJ: 03.222.337 /0001-31

SEGUNDO ADITIVO - Contrato 28/2018

TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE CELEBRADO ENTRE O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC (CONTRATANTE) E CONSULTÓRIO CASS EIRELI (CONTRATADA). PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 111/2014.

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, pessoa jurídica de direito público do tipo associação pública, com sede na Rua Max Colin, nº. 1843, Bairro América, cidade de Joinville/SC, CNPJ nº. 03.222.337/0001-31, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr. Júlio César Ronconi, brasileiro, casado, Prefeito Municipal de Rio Negrinho, inscrito no CPF nº 004.431.189-30 e RG nº 2.927.567 SSP/SC;

CONTRATADA: CONSULTÓRIO CASS EIRELI, com sede social a Avenida Dom Pedro II, nº 403, sala 37, Bairro Centro, na cidade de São Bento do Sul (SC), CNPJ nº 16.587.425/0001-89, neste ato representado por seu único sócio Carlos Alberto de Souza Sampaio, brasileiro, casado, médico, portador do RG nº 5.841.321 SSP/SC, inscrito no CPF nº 839.967.107-04, CRM/SC sob nº 6849.

Pelo presente instrumento, as partes acima qualificadas, têm entre si justos e avençados e celebram o presente termo de aditamento ao contrato 28/2018, de prestação de serviços de saúde, a serem desenvolvidos conforme especificações constantes no contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente termo de aditamento tem como objeto: a prorrogação por 06 meses do prazo de vigência do contrato e a inclusão de procedimentos, exames e consultas em gastroenterologia contratualizadas junto a CONTRATANTE.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

2.1 Fica prorrogada a duração do contrato firmado entre as partes em 24/09/2018, fazendo-o viger até 30/06/2020, prorrogáveis através de termo aditivo, por iguais e sucessivos períodos, respeitando o limite legal de 60 (sessenta) meses.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE

3.1 De acordo com a Resolução 33/2019, deliberada pelo Conselho Administrativo do CISNORDESTE, os valores praticados até o fim da vigência deste aditivo serão os mesmos praticados em 2019.

**NORDESTE/SC**

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Max Colin, 1843 – América – 89204 635 – Joinville - SC
Fone/Fax: 47 3422 9838 e 3422 5715
CNPJ: 03.222.337 /0001-31

4. CLÁUSULA QUARTA – DA INCLUSÃO DE PROCEDIMENTOS

4.1 A partir de 01/01/2020, os procedimentos, exames e consultas abaixo elencados serão incluídos no contrato 28/2018, celebrado entre as partes.

Código	Procedimento/ Exame/ Consulta	Qtde Mês	Valor Unit.	Valor Mensal
02.09.01.003-7	Esofagogastroduodenoscopia com Sedação (Endoscopia Digestiva) acima de 16 anos)	10	R\$ 190,30	R\$ 1.903,00

Valor médio deste aditivo/mês: R\$ 1.903,00 (hum mil, novecentos e três reais)

Valor médio deste aditivo/ano: R\$ 22.836,00 (vinte e dois mil, oitocentos e trinta e seis reais).

5. CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1- As despesas dos serviços realizados por força deste termo aditivo correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Araquari:	1.1001.10.302.0.2.2.0.339000
Bal. Barra do Sul:	1.1001.10.302.0.2.3.0.339000
Barra Velha:	1.1001.10.302.0.2.4.0.339000
Campo Alegre:	1.1001.10.302.0.2.5.0.339000
Corupá:	1.1001.10.302.0.2.6.0.339000
Garuva:	1.1001.10.302.0.2.7.0.339000
Guaramirim:	1.1001.10.302.0.2.8.0.339000
Itapoá:	1.1001.10.302.0.2.9.0.339000
Jaraguá do Sul:	1.1001.10.302.0.2.10.0.339000
Joinville:	1.1001.10.302.0.2.11.0.339000
Massaranduba:	1.1001.10.302.0.2.12.0.339000
Piên:	1.1001.10.302.0.2.13.0.339000
Rio Negrinho:	1.1001.10.302.0.2.14.0.339000
São Bento do Sul:	1.1001.10.302.0.2.15.0.339000
São Francisco do Sul:	1.1001.10.302.0.2.16.0.339000
São João do Itaperiú:	1.1001.10.302.0.2.17.0.339000
Schroeder:	1.1001.10.302.0.2.18.0.339000

6. CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO

6.1 As partes, neste ato, ratificam todas as demais cláusulas e disposições constantes do contrato original, passando o presente termo aditivo a integrá-lo, independentemente de sua transcrição, para todos os fins e efeitos jurídicos.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

7.1 O Contratante providenciará a publicação deste Termo Aditivo, no Diário Oficial dos Municípios, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

8.1 As partes elegem o Foro da Comarca de Joinville (SC), com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente termo aditivo que não puderem ser resolvidas pelas partes.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Max Colin, 1843 – América – 89204 635 – Joinville - SC
Fone/Fax: 47 3422 9838 e 3422 5715
CNPJ: 03.222.337 /0001-31

E, por estarem as partes mutuamente de acordo com as cláusulas do presente instrumento, firmam o presente termo aditivo em duas (02) vias de igual teor e forma, na presença de duas (2) testemunhas, abaixo assinadas.

Joinville/ SC, 01 de janeiro de 2020.

Julio César Ronconi
Prefeito Municipal de Rio Negrinho
Presidente do CISONORDESTE/ SC
CONTRATANTE

Carlos Alberto de Souza Sampaio
Consultório Cass Eireli
CONTRATADA

Testemunhas:

Ana Maria Groff Jansen
CPF:

CPF:

ERRATA - TERCEIRO ADITIVO - CONTRATO 06/2018

Publicação Nº 2310068

**TERCEIRO ADITIVO - Contrato 06/2018****CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Max Colin, 1843 – América – 89204 635 – Joinville - SC

Fone/Fax: 47 3422 9838 e 3422 5715

CNPJ: 03.222.337 /0001-31

**TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS DE SAÚDE CELEBRADO ENTRE O
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE
DE SANTA CATARINA – CISONORDESTE/SC (CONTRATANTE)
E CLÍNICA DE OFTALMOLOGIA E CORREÇÃO DA VISÃO
LTDA – EPP (CONTRATADA). PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº. 111/2014.**

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISONORDESTE/SC, pessoa jurídica de direito público do tipo associação pública, com sede na Rua Max Colin, nº. 1843, Bairro América, cidade de Joinville/SC, CNPJ nº. 03.222.337/0001-31, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr. Júlio César Ronconi, brasileiro, casado, Prefeito Municipal de Rio Negrinho, inscrito no CPF nº 004.431.189-30 e RG nº 2.927.567 SSP/SC;

CONTRATADA: CLÍNICA DE OFTALMOLOGIA E CORREÇÃO DA VISÃO LTDA – EPP, com sede na Avenida Gabriel Garcia Leal nº 1.880, Bairro Jardim Palmares, na cidade de Guaíra (SP) e Filial nº 01 localizada na Rua Padre Kolb nº 1.449, Bairro Bucarein, na cidade de Joinville (SC), neste ato representado por seus sócios administradores: João Roberto Alvarenga Machado, brasileiro, casado, médico, inscrito no CPF nº 681.807.996-20, RG nº M-4.722.901 SSP/MG e CRM/SC nº 19798, e, Marisa Aparecida Poletto Machado, brasileira, casada, médica, CPF nº 150.703.868-24, RG nº 11.865.866-9 SSP/SP e CRM nº 25383.

Pelo presente instrumento, as partes acima qualificadas, têm entre si justos e avençados e celebram o presente termo de aditamento ao contrato **06/2018**, de prestação de serviços de saúde (consultas e exames em oftalmologia), a serem desenvolvidos conforme especificações constantes no contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente termo de aditamento tem como objeto: a prorrogação por 06 meses do prazo de vigência do contrato e a exclusão de procedimentos, exames e consultas em oftalmologia contratualizadas junto a CONTRATANTE.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

2.1 Fica prorrogada a duração do contrato **06/2018** firmado entre as partes em **19/02/2018**, fazendo-o vigorar até **30/06/2020**, prorrogáveis através de termo aditivo, por iguais e sucessivos períodos, respeitando o limite legal de 60 (sessenta) meses.

**NORDESTE/SC**

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Max Colin, 1843 – América – 89204 635 – Joinville - SC
Fone/Fax: 47 3422 9838 e 3422 5715
CNPJ: 03.222.337 /0001-31

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE

3.1 De acordo com a **Resolução 33/2019**, deliberada pelo Conselho Administrativo do CISNORDESTE, os valores praticados até o fim da vigência deste aditivo **serão os mesmos** praticados em 2019.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA EXCLUSÃO DE PROCEDIMENTOS

4.1 A partir de 01/01/2020, os procedimentos, exames e consultas abaixo elencados serão excluídos do contrato 06/2018, celebrado entre as partes.

Código	Procedimento/ Exame/ Consulta	Qtde Mês	Valor Unit.	Valor Mensal
02.11.06.024-0	Teste para adaptação de lente de contato (binocular)	20	R\$ 12,34	R\$ 246,80

Valor médio deste aditivo/mês: R\$ 246,80 (duzentos e quarenta e seis reais e oitenta centavos)
Valor médio deste aditivo/ano: R\$ 2.961,60 (dois mil, novecentos e sessenta e um reais e sessenta centavos).

5. CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1- As despesas dos serviços realizados por força deste termo aditivo correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Araquari:	1.1001.10.302.0.2.2.0.339000
Bal. Barra do Sul:	1.1001.10.302.0.2.3.0.339000
Barra Velha:	1.1001.10.302.0.2.4.0.339000
Campo Alegre:	1.1001.10.302.0.2.5.0.339000
Corupá:	1.1001.10.302.0.2.6.0.339000
Garuva:	1.1001.10.302.0.2.7.0.339000
Guaramirim:	1.1001.10.302.0.2.8.0.339000
Itapoá:	1.1001.10.302.0.2.9.0.339000
Jaraguá do Sul:	1.1001.10.302.0.2.10.0.339000
Joinville:	1.1001.10.302.0.2.11.0.339000
Massaranduba:	1.1001.10.302.0.2.12.0.339000
Piên:	1.1001.10.302.0.2.13.0.339000
Rio Negrinho:	1.1001.10.302.0.2.14.0.339000
São Bento do Sul:	1.1001.10.302.0.2.15.0.339000
São Francisco do Sul:	1.1001.10.302.0.2.16.0.339000
São João do Itaperiú:	1.1001.10.302.0.2.17.0.339000
Schroeder:	1.1001.10.302.0.2.18.0.339000

6. CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO

6.1 As partes, neste ato, ratificam todas as demais cláusulas e disposições constantes do contrato original, passando o presente termo aditivo a integrá-lo, independentemente de sua transcrição, para todos os fins e efeitos jurídicos.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

7.1 O Contratante providenciará a publicação deste Termo Aditivo, no Diário Oficial dos Municípios, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br.

**NORDESTE/SC****CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Max Colin, 1843 – América – 89204 635 – Joinville - SC

Fone/Fax: 47 3422 9838 e 3422 5715

CNPJ: 03.222.337 /0001-31

8. CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

8.1 As partes elegem o Foro da Comarca de Joinville (SC), com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente termo aditivo que não puderem ser resolvidas pelas partes.

E, por estarem as partes mutuamente de acordo com as cláusulas do presente instrumento, firmam o presente termo aditivo em duas (02) vias de igual teor e forma, na presença de duas (2) testemunhas, abaixo assinadas.

Joinville/ SC, 01 de janeiro de 2020.

Julio César Ronconi

Prefeito Municipal de Rio Negrinho

Presidente do CISONORDESTE/ SC

CONTRATANTE

João Roberto Alvarenga Machado

Clínica de Oftalmologia e Correção da Visão Ltda - EPP

CONTRATADA

Marisa Aparecida Poletto Machado

Clínica de Oftalmologia e Correção da Visão Ltda - EPP

CONTRATADA

Testemunhas:

Ana Maria Groff Jansen

CPF:

CPF:

SEGUNDO ADITIVO - CONTRATO 18/2018

Publicação Nº 2309619



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA
Max Colin, 1843 – América – 89204 635 – Joinville - SC
Fone/Fax: 47 3422 9838 e 3422 5715
CNPJ: 03.222.337 /0001-31

SEGUNDO ADITIVO - CONTRATO 18/2018

TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE CELEBRADO ENTRE O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC (CONTRATANTE) E CLÍNICA DENSITOM JARAGUÁ SSP- EPP. (CONTRATADA). PROCESSO ADMINISTRATIVO 111/2014.

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, pessoa jurídica de direito público do tipo associação pública, com sede na Rua Max Colin, nº. 1843, Bairro América, cidade de Joinville/SC, CNPJ nº. 03.222.337/0001-31, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr. Júlio César Ronconi, brasileiro, casado, Prefeito Municipal de Rio Negrinho, inscrito no CPF nº 004.431.189-30 e RG nº 2.927.567 SSP/SC;

CONTRATADA: DENSITOM JARAGUÁ SSP- EPP, com sede a Rua Frederico Bartel, 105, bairro Centro, na cidade de Jaraguá do Sul/ SC, CNPJ n.º 01.005.059/0001-35 neste ato representada por seus sócios administradores, **Dr. Wandér Luiz Watzko**, brasileiro, solteiro, médico, portador do RG nº 488.830-SSP/SC, inscrito no CPF nº 490.444.949-53 e CRM/SC nº 5.222; **Johnny Adams Valle Vargas**, boliviano, solteiro, médico, inscrito no CPF nº 631.584.429-49, RG nº V051458-3, expedida pela divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras/ PR e CREMESC nº 4.984 e **Marcos Fernando Ferreira Subtil**, brasileiro, casado, médico, CPF Nº 450.848.077-20, RG Nº 173.518-SPTC-ES e CRM nº 4.408.

Pelo presente instrumento, as partes acima qualificadas, têm entre si justos e avençados e celebram o presente termo de aditamento ao contrato **18/2018**, de prestação de serviços de saúde, a serem desenvolvidos conforme especificações constantes no contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente termo de aditamento tem como objeto a prorrogação por 06 meses do prazo de vigência do contrato junto a CONTRATANTE.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

2.1 Fica prorrogada a duração do contrato firmado entre as partes em **01/01/2018**, fazendo-o vigorar até 30/06/2020, prorrogáveis através de termo aditivo, por iguais e sucessivos períodos, respeitando o limite legal de 60 (sessenta) meses.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE

3.1 De acordo com a Resolução 33/2019, deliberada pelo Conselho Administrativo do CISNORDESTE, os valores praticados até o fim da vigência deste aditivo serão os mesmos praticados em 2019.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1- As despesas dos serviços realizados por força deste termo aditivo correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

**NORDESTE/SC****CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Max Colin, 1843 – América – 89204 635 – Joinville - SC

Fone/Fax: 47 3422 9838 e 3422 5715

CNPJ: 03.222.337 /0001-31

Araquari:	1.1001.10.302.0.2.2.0.339000
Bal. Barra do Sul:	1.1001.10.302.0.2.3.0.339000
Barra Velha:	1.1001.10.302.0.2.4.0.339000
Campo Alegre:	1.1001.10.302.0.2.5.0.339000
Corupá:	1.1001.10.302.0.2.6.0.339000
Garuva:	1.1001.10.302.0.2.7.0.339000
Guaramirim:	1.1001.10.302.0.2.8.0.339000
Itapoá:	1.1001.10.302.0.2.9.0.339000
Jaraguá do Sul:	1.1001.10.302.0.2.10.0.339000
Joinville:	1.1001.10.302.0.2.11.0.339000
Massaranduba:	1.1001.10.302.0.2.12.0.339000
Piên:	1.1001.10.302.0.2.13.0.339000
Rio Negrinho:	1.1001.10.302.0.2.14.0.339000
São Bento do Sul:	1.1001.10.302.0.2.15.0.339000
São Francisco do Sul:	1.1001.10.302.0.2.16.0.339000
São João do Itaperiú:	1.1001.10.302.0.2.17.0.339000
Schroeder:	1.1001.10.302.0.2.18.0.339000

5. CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

5.1 As partes, neste ato, ratificam todas as demais cláusulas e disposições constantes do contrato original, passando o presente termo aditivo a integrá-lo, independentemente de sua transcrição, para todos os fins e efeitos jurídicos.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

6.1 O Contratante providenciará a publicação deste Termo Aditivo, no Diário Oficial dos Municípios, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 As partes elegem o Foro da Comarca de Joinville (SC), com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente termo aditivo que não puderem ser resolvidas pelas partes.

E, por estarem as partes mutuamente de acordo com as cláusulas do presente instrumento, firmam o presente termo aditivo em duas (02) vias de igual teor e forma, na presença de duas (2) testemunhas, abaixo assinadas.

Joinville/ SC, 01 de janeiro de 2020.

Julio César Ronconi

Prefeito Municipal de Rio Negrinho
Presidente do CISONORDESTE/ SC
CONTRATANTE

Wander Luiz Watzko

Densitom SSP- EPP
CONTRATADA

Johnny Adams Valle Vargas

Densitom SSP- EPP
CONTRATADA

Marcos Fernando Ferreira Subtil

Densitom SSP- EPP
CONTRATADA

Testemunhas:

Ana Maria Groff Jansen

CPF:

CPF:

TERCEIRO ADITIVO - CONTRATO 01/2017

Publicação Nº 2310502

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Max Colin, 1843 – América – 89204 635 – Joinville - SC

Fone/Fax: 47 3422 9838 e 3422 5715

CNPJ: 03.222.337 /0001-31

TERCEIRO ADITIVO - CONTRATO 01/2017**TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS DE SAÚDE CELEBRADO ENTRE O
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE
DE SANTA CATARINA – CISONORDESTE/SC (CONTRATANTE)
E CENTRO DE DIAGNÓSTICO ANÁTOMO PATOLÓGICO
LTDA (CONTRATADA). PROCESSO ADMINISTRATIVO
111/2014.**

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISONORDESTE/SC, pessoa jurídica de direito público do tipo associação pública, com sede na Rua Max Colin, nº. 1843, Bairro América, cidade de Joinville/SC, CNPJ nº. 03.222.337/0001-31, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr. Júlio César Ronconi, brasileiro, casado, Prefeito Municipal de Rio Negrinho, inscrito no CPF nº 004.431.189-30 e RG nº 2.927.567 SSP/SC;

CONTRATADA: Centro de Diagnóstico Anátomo Patológico Ltda, com sede na Rua Mário Lobo, nº. 61, bairro Centro, na cidade de Joinville (SC) CNPJ nº. 01.046.691/0001-27, neste ato representado pelos sócios, **Dr. Hercílio Fronza Jr**, brasileiro, separado judicialmente, médico patologista, inscrito no CPF sob o nº 343.194.099-49, RG nº 1/R-189.517 SSI/SC, CRM/SC nº 3014, e, **Dra. Beatriz Hornburg**, brasileira, casada no regime de comunhão parcial de bens, médica patologista, inscrita no CPF sob o nº 615.274.759-72, portadora da cédula de identidade nº 2/R 929.222 SSI/SC e CRM/SC nº 5.503.

Pelo presente instrumento, as partes acima qualificadas, têm entre si justos e avençados e celebram o presente termo de aditamento ao contrato 01/2017, de prestação de serviços de diagnósticos anátomo patológicos, a serem desenvolvidos conforme especificações constantes no contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente termo de aditamento tem como objeto a prorrogação por 06 meses do prazo de vigência do contrato junto a CONTRATANTE.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

2.1 Fica prorrogada a duração do contrato 01/2017 firmado entre as partes em 01/01/2017, fazendo-o vigor até 30/06/2020, prorrogáveis através de termo aditivo, por iguais e sucessivos períodos, respeitando o limite legal de 60 (sessenta) meses.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE

3.1 De acordo com a Resolução 33/2019, deliberada pelo Conselho Administrativo do CISONORDESTE, os valores praticados até o fim da vigência deste aditivo serão os mesmos praticados em 2019.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1- As despesas dos serviços realizados por força deste termo aditivo correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

**NORDESTE/SC****CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Max Colin, 1843 – América – 89204 635 – Joinville - SC

Fone/Fax: 47 3422 9838 e 3422 5715

CNPJ: 03.222.337 /0001-31

Araquari:	1.1001.10.302.0.2.2.0.339000
Bal. Barra do Sul:	1.1001.10.302.0.2.3.0.339000
Barra Velha:	1.1001.10.302.0.2.4.0.339000
Campo Alegre:	1.1001.10.302.0.2.5.0.339000
Corupá:	1.1001.10.302.0.2.6.0.339000
Garuva:	1.1001.10.302.0.2.7.0.339000
Guaramirim:	1.1001.10.302.0.2.8.0.339000
Itapoá:	1.1001.10.302.0.2.9.0.339000
Jaraguá do Sul:	1.1001.10.302.0.2.10.0.339000
Joinville:	1.1001.10.302.0.2.11.0.339000
Massaranduba:	1.1001.10.302.0.2.12.0.339000
Piên:	1.1001.10.302.0.2.13.0.339000
Rio Negrinho:	1.1001.10.302.0.2.14.0.339000
São Bento do Sul:	1.1001.10.302.0.2.15.0.339000
São Francisco do Sul:	1.1001.10.302.0.2.16.0.339000
São João do Itaperiú:	1.1001.10.302.0.2.17.0.339000
Schroeder:	1.1001.10.302.0.2.18.0.339000

5. CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

5.1 As partes, neste ato, ratificam todas as demais cláusulas e disposições constantes do contrato original, passando o presente termo aditivo a integrá-lo, independentemente de sua transcrição, para todos os fins e efeitos jurídicos.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

6.1 O Contratante providenciará a publicação deste Termo Aditivo, no Diário Oficial dos Municípios, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 As partes elegem o Foro da Comarca de Joinville (SC), com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente termo aditivo que não puderem ser resolvidas pelas partes.

E, por estarem as partes mutuamente de acordo com as cláusulas do presente instrumento, firmam o presente termo aditivo em duas (02) vias de igual teor e forma, na presença de duas (2) testemunhas, abaixo assinadas.

Joinville/ SC, 01 de janeiro de 2020.

Julio César RonconiPrefeito Municipal de Rio Negrinho
Presidente do CISONORDESTE/ SC
CONTRATANTE**Hercílio Fronza Jr.**Centro de Diagnóstico Anátomo Patológico Ltda
CONTRATADA**Beatriz Hornburg**Centro de Diagnóstico Anátomo Patológico Ltda
CONTRATADA

Testemunhas:

Ana Maria Groff Jansen
CPF:_____
CPF:

TERCEIRO ADITIVO - CONTRATO 01/2018

Publicação Nº 2309841

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Max Colin, 1843 – América – 89204 635 – Joinville - SC

Fone/Fax: 47 3422 9838 e 3422 5715

CNPJ: 03.222.337 /0001-31

TERCEIRO ADITIVO - CONTRATO 01/2018

TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE CELEBRADO ENTRE O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISONORDESTE/SC (CONTRATANTE) E CLÍNICA PAULO RICARDO DA COSTA LOPES CLÍNICA MÉDICA EIRELI – EPP (CONTRATADA). PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 111/2014.

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISONORDESTE/SC, pessoa jurídica de direito público do tipo associação pública, com sede na Rua Max Colin, nº. 1843, Bairro América, cidade de Joinville/SC, CNPJ nº. 03.222.337/0001-31, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr. Júlio César Ronconi, brasileiro, casado, Prefeito Municipal de Rio Negrinho, inscrito no CPF nº 004.431.189-30 e RG nº 2.927.567 SSP/SC;

CONTRATADA: CLÍNICA PAULO RICARDO DA COSTA LOPES CLÍNICA MÉDICA EIRELI – EPP (UNNIDOR), com sede na Rua Doutor Osório de Souza Freitas, 26, bairro Centro, na cidade de São Bento do Sul (SC), CNPJ nº. 26.863.828/0001-67, neste ato representada por seu sócio administrador, Paulo Ricardo da Costa Lopes, brasileiro, divorciado, médico, inscrito no CPF nº 789.979.769-15, RG nº 2586696 SSP/SC e CRM/PR nº 6.413/SC.

Pelo presente instrumento, as partes acima qualificadas, têm entre si justos e avençados e celebram o presente termo de aditamento ao contrato 01/2018, de prestação de serviços de saúde, a serem desenvolvidos conforme especificações constantes no contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente termo de aditamento tem como objeto a prorrogação por 06 meses do prazo de vigência do contrato junto a CONTRATANTE.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

2.1 Fica prorrogada a duração do contrato firmado entre as partes em 16/01/2018, fazendo-o vigorar até 30/06/2020, prorrogáveis através de termo aditivo, por iguais e sucessivos períodos, respeitando o limite legal de 60 (sessenta) meses.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE

3.1 De acordo com a Resolução 33/2019, deliberada pelo Conselho Administrativo do CISONORDESTE, os valores praticados até o fim da vigência deste aditivo serão os mesmos praticados em 2019.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1- As despesas dos serviços realizados por força deste termo aditivo correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Araquari:	1.1001.10.302.0.2.2.0.339000
Bal. Barra do Sul:	1.1001.10.302.0.2.3.0.339000
Barra Velha:	1.1001.10.302.0.2.4.0.339000

**NORDESTE/SC****CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Max Colin, 1843 – América – 89204 635 – Joinville - SC

Fone/Fax: 47 3422 9838 e 3422 5715

CNPJ: 03.222.337 /0001-31

Campo Alegre:	1.1001.10.302.0.2.5.0.339000
Corupá:	1.1001.10.302.0.2.6.0.339000
Garuva:	1.1001.10.302.0.2.7.0.339000
Guaramirim:	1.1001.10.302.0.2.8.0.339000
Itapoá:	1.1001.10.302.0.2.9.0.339000
Jaraguá do Sul:	1.1001.10.302.0.2.10.0.339000
Joinville:	1.1001.10.302.0.2.11.0.339000
Massaranduba:	1.1001.10.302.0.2.12.0.339000
Piên:	1.1001.10.302.0.2.13.0.339000
Rio Negrinho:	1.1001.10.302.0.2.14.0.339000
São Bento do Sul:	1.1001.10.302.0.2.15.0.339000
São Francisco do Sul:	1.1001.10.302.0.2.16.0.339000
São João do Itaperiú:	1.1001.10.302.0.2.17.0.339000
Schroeder:	1.1001.10.302.0.2.18.0.339000

5. CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

5.1 As partes, neste ato, ratificam todas as demais cláusulas e disposições constantes do contrato original, passando o presente termo aditivo a integrá-lo, independentemente de sua transcrição, para todos os fins e efeitos jurídicos.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

6.1 O Contratante providenciará a publicação deste Termo Aditivo, no Diário Oficial dos Municípios, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 As partes elegem o Foro da Comarca de Joinville (SC), com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente termo aditivo que não puderem ser resolvidas pelas partes.

E, por estarem as partes mutuamente de acordo com as cláusulas do presente instrumento, firmam o presente termo aditivo em duas (02) vias de igual teor e forma, na presença de duas (2) testemunhas, abaixo assinadas.

Joinville/ SC, 01 de janeiro de 2020.

Julio César Ronconi

Prefeito Municipal de Rio Negrinho
Presidente do CISONORDESTE/ SC
CONTRATANTE

Paulo Ricardo da Costa Lopes

Paulo Ricardo da Costa Lopes Clínica
Médica Eireli EPP
CONTRATADA

Testemunhas:

Ana Maria Groff Jansen
CPF:

CPF:

TERCEIRO ADITIVO - CONTRATO 03/2018

Publicação Nº 2309761

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Max Colin, 1843 – América – 89204 635 – Joinville - SC
Fone/Fax: 47 3422 9838 e 3422 5715
CNPJ: 03.222.337 /0001-31

TERCEIRO ADITIVO - CONTRATO 03/2018

**TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS DE SAÚDE CELEBRADO ENTRE O
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE
DE SANTA CATARINA – CISONORDESTE/SC (CONTRATANTE)
E CLÍNICA BOGO & GALINDO LTDA (CONTRATADA).
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 111/2014.**

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISONORDESTE/SC, pessoa jurídica de direito público do tipo associação pública, com sede na Rua Max Colin, nº. 1843, Bairro América, cidade de Joinville/SC, CNPJ nº. 03.222.337/0001-31, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr. Júlio César Ronconi, brasileiro, casado, Prefeito Municipal de Rio Negrinho, inscrito no CPF nº 004.431.189-30 e RG nº 2.927.567 SSP/SC;

CONTRATADA: CLÍNICA BOGO & GALINDO LTDA, com sede na Av. Emanuel Pinto, nº 925, salas 01 a 12 e sala 14, Bairro Centro, na cidade de Balneário de Piçarras (SC), CNPJ nº. 08.563.034/0001-04, neste ato representada por seus sócios administradores, Rosângela Bogo Galindo, brasileira, médica, inscrito no CPF nº 015.269.749-75, RG nº 23.513.629 SSP/SC, CRM/SC nº 12.383/SC, e, Geraldo Galindo Filho, brasileiro, médico, CPF nº 005.874.429-05, RG nº 3.491.892-2, CRM/SC 12.382/SC.

Pelo presente instrumento, as partes acima qualificadas, têm entre si justos e avençados e celebram o presente termo de aditamento ao contrato 03/2018, de prestação de serviços de saúde, a serem desenvolvidos conforme especificações constantes no contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente termo de aditamento tem como objeto a prorrogação por 06 meses do prazo de vigência do contrato junto a CONTRATANTE.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

2.1 Fica prorrogada a duração do contrato firmado entre as partes em 16/01/2018, fazendo-o vigorar até 30/06/2020, prorrogáveis através de termo aditivo, por iguais e sucessivos períodos, respeitando o limite legal de 60 (sessenta) meses.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE

3.1 De acordo com a Resolução 33/2019, deliberada pelo Conselho Administrativo do CISONORDESTE, os valores praticados até o fim da vigência deste aditivo serão os mesmos praticados em 2019.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1- As despesas dos serviços realizados por força deste termo aditivo correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Araquari:	1.1001.10.302.0.2.2.0.339000
Bal. Barra do Sul:	1.1001.10.302.0.2.3.0.339000
Barra Velha:	1.1001.10.302.0.2.4.0.339000

**NORDESTE/SC****CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Max Colin, 1843 – América – 89204 635 – Joinville - SC

Fone/Fax: 47 3422 9838 e 3422 5715

CNPJ: 03.222.337 /0001-31

Campo Alegre:	1.1001.10.302.0.2.5.0.339000
Corupá:	1.1001.10.302.0.2.6.0.339000
Garuva:	1.1001.10.302.0.2.7.0.339000
Guaramirim:	1.1001.10.302.0.2.8.0.339000
Itapoá:	1.1001.10.302.0.2.9.0.339000
Jaraguá do Sul:	1.1001.10.302.0.2.10.0.339000
Joinville:	1.1001.10.302.0.2.11.0.339000
Massaranduba:	1.1001.10.302.0.2.12.0.339000
Piên:	1.1001.10.302.0.2.13.0.339000
Rio Negrinho:	1.1001.10.302.0.2.14.0.339000
São Bento do Sul:	1.1001.10.302.0.2.15.0.339000
São Francisco do Sul:	1.1001.10.302.0.2.16.0.339000
São João do Itaperiú:	1.1001.10.302.0.2.17.0.339000
Schroeder:	1.1001.10.302.0.2.18.0.339000

5. CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

5.1 As partes, neste ato, ratificam todas as demais cláusulas e disposições constantes do contrato original, passando o presente termo aditivo a integrá-lo, independentemente de sua transcrição, para todos os fins e efeitos jurídicos.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

6.1 O Contratante providenciará a publicação deste Termo Aditivo, no Diário Oficial dos Municípios, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 As partes elegem o Foro da Comarca de Joinville (SC), com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente termo aditivo que não puderem ser resolvidas pelas partes.

E, por estarem as partes mutuamente de acordo com as cláusulas do presente instrumento, firmam o presente termo aditivo em duas (02) vias de igual teor e forma, na presença de duas (2) testemunhas, abaixo assinadas.

Joinville/ SC, 01 de janeiro de 2020.

Julio César Ronconi

Prefeito Municipal de Rio Negrinho
Presidente do CISNORDESTE/ SC
CONTRATANTE

Geraldo Galindo Filho

Clínica Bogo & Galindo Ltda
CONTRATADA

Rosangela Bogo Galindo

Clínica Bogo & Galindo Ltda
CONTRATADA

Testemunhas:

Ana Maria Groff Jansen
CPF:

CPF:

TERCEIRO ADITIVO - CONTRATO 19/2017

Publicação Nº 2310345

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Max Colin, 1843 – América – 89204 635 – Joinville - SC

Fone/Fax: 47 3422 9838 e 3422 5715

CNPJ: 03.222.337 /0001-31

TERCEIRO ADITIVO - CONTRATO 19/2017**TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS DE SAÚDE CELEBRADO ENTRE O
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE
DE SANTA CATARINA – CISONORDESTE/SC (CONTRATANTE)
E ULTRAIMAGEM ULTRASONOGRAFIA S/S LTDA
(CONTRATADA). PROCESSO ADMINISTRATIVO 111/2014.**

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISONORDESTE/SC, pessoa jurídica de direito público do tipo associação pública, com sede na Rua Max Colin, nº. 1843, Bairro América, cidade de Joinville/SC, CNPJ nº. 03.222.337/0001-31, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr. Júlio César Ronconi, brasileiro, casado, Prefeito Municipal de Rio Negrinho, inscrito no CPF nº 004.431.189-30 e RG nº 2.927.567 SSP/SC;

CONTRATADA: Ultraimagem Ultra Sonografia S/S Ltda, com sede a Avenida Getúlio Vargas, 271, bairro Bucarein, na cidade de Joinville (SC), CNPJ sob o número 14.229.037/0001-09, neste ato representado por seu sócio-administrador e responsável técnico, Dr. Mário Augusto Olaio Roscalli, brasileiro, casado, médico, inscrito no CPF nº 032.188.979-71, RG nº 6.290.910-2/ SSP-PR e CRM nº 13.128/SC.

Pelo presente instrumento, as partes acima qualificadas, têm entre si justos e avençados e celebram o presente termo de aditamento ao contrato 19/2017, de prestação de serviços de saúde, a serem desenvolvidos conforme especificações constantes no contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente termo de aditamento tem como objeto: a prorrogação por 06 meses do prazo de vigência do contrato e a inclusão de procedimentos, exames e consultas em serviços de diagnóstico por imagem contratualizadas junto a CONTRATANTE.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

2.1 Fica prorrogada a duração do contrato firmado entre as partes em 14/08/2017, fazendo-o vigorar até 30/06/2020, prorrogáveis através de termo aditivo, por iguais e sucessivos períodos, respeitando o limite legal de 60 (sessenta) meses.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE

3.1 De acordo com a Resolução 33/2019, deliberada pelo Conselho Administrativo do CISONORDESTE, os valores praticados até o fim da vigência deste aditivo serão os mesmos praticados em 2019.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA INCLUSÃO DE PROCEDIMENTOS

4.1 A partir de 13/01/2020, os procedimentos, exames e consultas abaixo elencados serão incluídos no contrato 19/2017, celebrado entre as partes.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Max Colin, 1843 – América – 89204 635 – Joinville - SC
Fone/Fax: 47 3422 9838 e 3422 5715
CNPJ: 03.222.337 /0001-31

Código	Procedimento/ Exame/ Consulta	Qtde Mês	Valor Unit.	Valor Mensal
11.11.05.013-1	Ultrassonografia transvaginal com doppler	30	R\$ 110,00	R\$ 3.300,00
11.11.05.014-2	Ultrassonografia de tireóide com doppler	30	R\$ 90,00	R\$ 2.700,00
11.11.05.016-4	Ultrassonografia de bolsa escrotal com doppler	30	R\$ 90,00	R\$ 2.700,00

Valor médio deste aditivo/mês: R\$ 8.700,00 (oito mil e setecentos reais)

Valor médio deste aditivo/ano: R\$ 104.400,00 (cento e quatro mil e quatrocentos reais).

5. CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1- As despesas dos serviços realizados por força deste termo aditivo correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Araquari:	1.1001.10.302.0.2.2.0.339000
Bal. Barra do Sul:	1.1001.10.302.0.2.3.0.339000
Barra Velha:	1.1001.10.302.0.2.4.0.339000
Campo Alegre:	1.1001.10.302.0.2.5.0.339000
Corupá:	1.1001.10.302.0.2.6.0.339000
Garuva:	1.1001.10.302.0.2.7.0.339000
Guaramirim:	1.1001.10.302.0.2.8.0.339000
Itapoá:	1.1001.10.302.0.2.9.0.339000
Jaraguá do Sul:	1.1001.10.302.0.2.10.0.339000
Joinville:	1.1001.10.302.0.2.11.0.339000
Massaranduba:	1.1001.10.302.0.2.12.0.339000
Piên:	1.1001.10.302.0.2.13.0.339000
Rio Negrinho:	1.1001.10.302.0.2.14.0.339000
São Bento do Sul:	1.1001.10.302.0.2.15.0.339000
São Francisco do Sul:	1.1001.10.302.0.2.16.0.339000
São João do Itaperiú:	1.1001.10.302.0.2.17.0.339000
Schroeder:	1.1001.10.302.0.2.18.0.339000

6. CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO

6.1 As partes, neste ato, ratificam todas as demais cláusulas e disposições constantes do contrato original, passando o presente termo aditivo a integrá-lo, independentemente de sua transcrição, para todos os fins e efeitos jurídicos.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

7.1 O Contratante providenciará a publicação deste Termo Aditivo, no Diário Oficial dos Municípios, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

8.1 As partes elegem o Foro da Comarca de Joinville (SC), com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente termo aditivo que não puderem ser resolvidas pelas partes.

**NORDESTE/SC****CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**

Max Colin, 1843 – América – 89204 635 – Joinville - SC

Fone/Fax: 47 3422 9838 e 3422 5715

CNPJ: 03.222.337 /0001-31

E, por estarem as partes mutuamente de acordo com as cláusulas do presente instrumento, firmam o presente termo aditivo em duas (02) vias de igual teor e forma, na presença de duas (2) testemunhas, abaixo assinadas.

Joinville/ SC, 01 de janeiro de 2020.

Julio César Ronconi

Prefeito Municipal de Rio Negrinho
Presidente do CISONORDESTE/ SC
CONTRATANTE

Mário Augusto Olaio Riscalli

Ultraimagem Ultra Sonografia S/S Ltda
CONTRATADA

Testemunhas:

Ana Maria Groff Jansen
CPF:

CPF:



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO NORDESTE DE SANTA CATARINA**
Max Colin, 1843 – América – 89204 635 – Joinville - SC
Fone/Fax: 47 3422 9838 e 3422 5715
CNPJ: 03.222.337 /0001-31

CITMAR**EXTRATO CONTRATO DE PROGRAMA E RATEIO Nº 01/2020**

Publicação Nº 2309817

EXTRATO DE CONTRATO DE PROGRAMA E RATEIO Nº. 01/2020

Consortiado: Município de Balneário Camboriú/SC

Consórcio: Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar – CITMAR

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a prestação de serviços pelo CITMAR ao CONSORCIADO para, propor, planejar executar, operar, avaliar, coordenar e supervisionar ações destinadas a fomentar o turismo local e regional, de forma a impulsionar o desenvolvimento sustentável do Município ora CONSORCIADO, bem como, na região abrangida pelos Municípios que integram o CITMAR desenvolvendo ações e consiste também no rateio dos recursos financeiros necessários à realização das despesas de custeio e investimento para o exercício financeiro do ano de 2020, conforme orçamento aprovado através da Resolução CITMAR nº. 01 de 30 de agosto de 2019, com vistas a financiar a execução de ações previstas no Protocolo de Intenções e no Plano de Trabalho posteriormente aprovado em Assembleia.

Amparo Legal: Lei nº. 11.107/05 c/c Decreto nº. 6.017/07.

Do Valor: R\$ 229.076,55 (duzentos e vinte e nove mil setenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos) no ano de 2020.

Vigência: O presente contrato terá vigência até o dia 31 de dezembro de 2020.

Itajaí /SC, 03 de dezembro de 2019.

Fabrício José Satiro De Oliveira
Município de Balneário CamboriúCélio José Bernardino
Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar – CITMARSecretário(a) Municipal de Turismo
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico**EXTRATO CONTRATO DE PROGRAMA E RATEIO Nº 04/2020**

Publicação Nº 2309818

EXTRATO DE CONTRATO DE PROGRAMA E RATEIO Nº. 04/2020

Consortiado: Município de Camboriú/SC

Consórcio: Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar – CITMAR

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a prestação de serviços pelo CITMAR ao CONSORCIADO para, propor, planejar executar, operar, avaliar, coordenar e supervisionar ações destinadas a fomentar o turismo local e regional, de forma a impulsionar o desenvolvimento sustentável do Município ora CONSORCIADO, bem como, na região abrangida pelos Municípios que integram o CITMAR desenvolvendo ações e consiste também no rateio dos recursos financeiros necessários à realização das despesas de custeio e investimento para o exercício financeiro do ano de 2020, conforme orçamento aprovado através da Resolução CITMAR nº. 01 de 30 de agosto de 2019, com vistas a financiar a execução de ações previstas no Protocolo de Intenções e no Plano de Trabalho posteriormente aprovado em Assembleia.

Amparo Legal: Lei nº. 11.107/05 c/c Decreto nº. 6.017/07.

Do Valor: R\$ 76.191,57 (setenta e seis mil cento e noventa e um reais e cinquenta e sete centavos) no ano de 2020.

Vigência: O presente contrato terá vigência até o dia 31 de dezembro de 2020.

Itajaí /SC, 03 de dezembro de 2019.

Élcio Rogério Kuhnen
Município de CamboriúCélio José Bernardino
Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar – CITMARSecretário(a) Municipal de Turismo
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

CVC**ATA Nº 03 P A MUNHOZ - SANTA CECILIA**

Publicação Nº 2309769

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 007/2019- CVC
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2019 - CVC
REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2019 – CVC

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/20209

Aos dez dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte, presentes de um lado, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfe-derativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na AVENIDA SANTA CATARINA, 346 sala 2 - CENTRO, NO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS-SC neste ato representado por seu PRESIDENTE, Sr. CARLOS ALBERTO TOZZO, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR, e o seguinte município:

MUNICÍPIO DE SANTA CECILIA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Goetten Sobrinho, nº 555, Centro, Santa Cecilia-SC CEP: 89.540-000, inscrito no CNPJ sob nº 85.997.237/0001-41, neste ato representado pela PREFEITA MUNICIPAL Sra. ALESSANDRA APARECIDA GARCIA.

Doravante denominado ORGÃOS PARTICIPANTES, RESOLVEM Registrar os Preços da empresa P A MUNHOZ EIRELI pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Avenida BRASIL 2435 S/N REGIÃO DO LAGO CEP 85.812-500 - Cascavel/PR CEP: 85.812-500, inscrita no CNPJ sob o nº 10.494.712/0001-68, neste ato representada SÓCIO ADMINISTRADOR, Sr. PATRICIA APARECIDA MUNHOZ,, doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Resolução nº 01, de 19 de março de 2015, nº 02, de 24 de março de 2015, Resolução nº 03, de 27 de março de 2015, e suas alterações, Lei nº10.520, de 17 de julho de 2002, e pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de LU-BRIFICANTES E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC: MUNICÍPIO DE SANTA CECILIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

2.1 – Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima quinta.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

2.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

2.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

2.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

2.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

2.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 - Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

3.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente ATA, será feito pelo Órgão Participante em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal.

4.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento dos itens, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e atualização do fornecimento junto ao Sistema de Gestão de Compras do Consórcio CVC com a(s) cópia da Nota Fiscal e arquivo(s) XML anexado(s), ambos emitidos para o mesmo nome/CNPJ constantes no empenho da referida Autorização de Fornecimento.

3.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.

3.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

3.4 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas.

b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência.

d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;

- e) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;
- f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, "online", disponibilizado pelo Consorcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC.
- g) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participante as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

7.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

7.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

- a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e
- c) convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.

7.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I. Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:

- d) manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;
- e) manter o valor de sua proposta classificada;
- f) realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;

II. Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.

III. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

7.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) tiver presentes razões de interesse público;
- e) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) for impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.
- g) não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

8.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

8.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) por razão de interesse público; ou
b) a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2020.

9.2 – O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

11.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitação nº 7/2019 - CVC, Pregão Eletrônico nº 5/2019 - CVC, REGISTRO DE PREÇOS nº 6/2019 - CVC, realizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Órgão Gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA

11.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 10/01/2020 à 30/09/2020.

12.2 – O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a um ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3 – A vigência para a execução dos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao (Órgão Gerenciador (Consortio CVC) ou para os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da sua estimativa de consumo.

12.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante (Município Consorciado) poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo Órgão Participante.

12.3 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

12.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC (Órgão Gerenciador) e os Municípios Consorciados (Órgãos Participantes), nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

12.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

13.5.1– Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão. 13.5.2– Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

12.4.3 – As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Anexo VI do Edital)

12.4.4 – Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item (Anexo VI do Edital) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independente do número de órgãos que aderirem.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TABELA DO OBJETO E DO PREÇO

14.1 – Tabela relacionando o objeto e o preço:

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
1	400	UN	ADITIVOS PARA O LÍQUIDO DE ARREFECIMENTO (SOLÚVEIS EM ÁGUA) SEM PROTEÇÃO ANTI CONGELANTE - EMBALAGEM 1 LITRO	TEC BRILL	15,00
2	20	UN	FLUÍDO DE FREIO DOT 4 - EMBALAGEM 500ML	VARGA	16,35
3	20	UN	FLUÍDO DE FREIO DOT 4 - EMBALAGEM 200ML	VARGA	9,37

5	13	UN	GRAXA DE ALTA PERFORMANCE PARA APLICAÇÃO EM ROLAMENTOS SUJEITOS A ALTA VELOCIDADE E TEMPERATURA, INDICADO PARA CUBO DE RODA DE CARRETA. COMPOSTO DE SABÃO DE COMPLEXO DE LÍTIO, VISCOSIDADE DE ÓLEO 220 - ATENDE NORMA ASTM D4950-07 LB-GC - EMBALAGEM 20KG	PETRONAS	337,00
6	1	UN	GRAXA DE ALTA PERFORMANCE PARA APLICAÇÃO EM ROLAMENTOS SUJEITOS A ALTA VELOCIDADE E TEMPERATURA, INDICADO PARA CUBO DE RODA DE CARRETA. COMPOSTO DE SABÃO DE COMPLEXO DE LÍTIO, VISCOSIDADE DE ÓLEO 220 - ATENDE NORMA ASTM D4950-07 LB-GC - EMBALAGEM 170KG	PETRONAS	3.470,00
8	4	UN	GRAXA DE ALTA PERFORMANCE PARA APLICAÇÃO EM ROLAMENTOS COM CARGA SEVERA, CONDIÇÕES DE VIBRAÇÃO E PRESENÇA DE ÁGUA. COMPOSTA DE SABÃO DE CÁLCIO/LÍTIO - VISCOSIDADE DE ÓLEO ISO 220 - NLGI 2 - EMBALAGEM DE 18 KG	TG	429,00
11	6	UN	GRAXA DE ALTA PERFORMANCE PARA APLICAÇÃO EM ROLAMENTOS COM CARGA SEVERA, CONDIÇÕES DE VIBRAÇÃO E PRESENÇA DE ÁGUA. COMPOSTA DE SABÃO DE CÁLCIO/LÍTIO, ADITIVO MOS2 - VISCOSIDADE DE ÓLEO ISO 220 - NLGI 2 - EMBALAGEM DE 18 KG	PETRONAS	449,00
12	1	UN	GRAXA DE ALTA PERFORMANCE PARA APLICAÇÃO EM ROLAMENTOS COM CARGA SEVERA, CONDIÇÕES DE VIBRAÇÃO E PRESENÇA DE ÁGUA. COMPOSTA DE SABÃO DE CÁLCIO/LÍTIO, ADITIVO MOS2 - VISCOSIDADE DE ÓLEO ISO 220 - NLGI 2 - EMBALAGEM MINIMA 170 KG	PETRONAS	3.755,00
13	100	UN	ÓLEO LUBRIFICANTE MINERAL PARA MOTORES GASOLINA, ÁLCOOL E GÁS SAE 20W50 API SL - EMBALAGEM 1 LT.	IPIRANGA	12,20
15	100	UN	ÓLEO LUBRIFICANTE MINERAL PARA MOTORES GASOLINA, ÁLCOOL E GÁS SAE 25W60 API SL - EMBALAGEM 1 LT.	SHELL	18,20
17	25	UN	ÓLEO PARA SISTEMA HIDRÁULICOS QUE OPEREM EM CONDIÇÕES SEVERAS DE PRESSÃO E TEMPERATURA, ISO VG 150, ATENDA NORMA DIN 51524. BALDE DE 20 LITROS.	PETRONAS	235,00
19	15	UN	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA TRANSMISSÃO MULTIVISCOSSO SAE 80W90, API GL-5. BALDE DE 20 LITROS.	PETROBRAS	258,00

22	15	UN	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA TRANSMISSÃO MULTIVISCOSO SAE 80W, API GL-4. BALDE DE 20 LITROS.	PETRONAS	249,00
23	50	UN	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA TRANSMISSÃO MULTIVISCOSO SAE 90, API GL-5. BALDE DE 20 LITROS.	PETROBRAS	229,50
29	70	UN	ÓLEO LUBRIFICANTES MULTIVISCOSO PARA MOTORES A DIESEL SAE 15W40 API CI-4 APROVAÇÃO CATERPILLAR: ECF2, ECF 1; MAN: M3275; MB: 228.3; VOLVO: VDS 3; CUMMINS: CES 20078, 77,76,75, 72,71 - BALDE 20 LITROS	PETRONAS	219,00
30	35	UN	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA TRANSMISSÃO E EIXO DIFERENCIAL - 100% SINTÉTICO SAE 75W90, API GL-5, ATENDA AS ESPECIFICAÇÃO: VOLVO 97312, SAE J2360, MAN 342 TIPO S1, SCANIA STO 1:0, DAF, IVECO EXTENDED DRAIN	IPIRANGA	127,40
31	25	UN	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA TRANSMISSÃO E FREIOS ÚMIDOS FORA DE ESTRADA SAE 10W TO-4 APROVAÇÃO: CATERPILLAR TRATOR TO-4 ZF TE-ML 03 - RECOMENDAÇÕES CATERPILLAR, KOMATSU, KOMATSU-DRESSER. TRANSMISSÃO EATON, EATON FULLER, ZF, DANA, ROCKWELL - BALDE 20 LITROS	PETRONAS	266,00
34	35	UN	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA TRANSMISSÃO DE ENGRENAGEM E DIFERENCIAL COM CARGA MODERADA, SAE 80W90. APROVAÇÕES: MERCEDES BENZ 235.6, ZF TE - ML 05A, 07A, 16C, 17B, 19B 21A	SHELL	377,00
35	15	UN	ÓLEO LUBRIFICANTE P/TRANSMISSÃO E HIDRÁULICO DE TRATORES UNIVERSAL SAE 10W30, API: GL-4 APROVAÇÃO: CAIXA NEW HOLLAND MAT 3525, M2C 134 A-D, FNHA-2, D.201.00; JOHN DEERE JDM-J20C; MASSEY FERGUSON M1143, M1145; KOMATSU, CATERPILLAR; CLACK; CASE MS 1207,1209 OU 1210 - BALDE 20LTS	PETRONAS	299,00
36	30	UN	ÓLEO HIDRÁULICO ATF TIPO A, COM ESPECIFICAÇÃO GM DEXRON III E FORD MERCON, PARA TRANSMISSÕES AUTOMÁTICAS, DIREÇÕES HIDRÁULICAS E CAIXAS DE TRANSMISSÃO ALLISON. DE 1ª QUALIDADE. BALDE DE 20 LITROS	SHELL	456,00
40	30	UN	ÓLEO LUBRIFICANTE 100% SINTÉTICO PARA MOTOR DIESEL R6 M, SAE 10W40 API CF, ACEA E7, APROVAÇÃO MB228.5; MACK EO-M PLUS. MTU CATEGORIA 3. BALDE DE 20 LITROS	PETRONAS	272,00

41	35	UNID	ÓLEO LUBRIFICANTE 100% SINTÉTICO SAE 5W30 API - SN, PARA MOTORES DIESEL - EMBALAGENS 1 LT.	PETRONAS	23,00
42	15	BALDE	ÓLEO LUBRIFICANTE 10W BALDE 20LTS	PETROBRAS	192,70
43	45	BALDE	ÓLEO LUBRIFICANTE 68 BALDE 20LTS	PETRONAS	177,90
45	20	BALDE	ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 140 BALDE 20LTS	PETROBRAS	244,00
46	30	UN	FLUIDO DE FREIO DOT 3 - EMBALAGEM 500ML	BOSCH	14,95
47	10	LT	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA FERRAMENTAS PNEUMÁTICAS SAE 10, EMBALAGEM COM 1 LITRO	VR LUB	15,60
49	80	UNID	AGENTE REDUTOR LIQUIDO DE NOX AUTOMOTIVO, COMPOSIÇÃO 67,5% DE ÁGUA DESMINERALIZADA / 32,5% UREIA, GALÃO DE 20 LTS	RODOARLA	71,50
55	15	CAIXA	ÓLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCOSO SEMISSINTÉTICO 10W30, API SL/CF, PARA MOTORES A GASOLINA E/OU ÁLCOOL. EMBALAGEM: CAIXA COM 24 UNIDADES DE 1 LITRO.	IPIRANGA	499,00
57	20	CAIXA	ÓLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCOSO SEMISSINTÉTICO 20W50, API SL/CF, PARA MOTORES A GASOLINA E/OU ÁLCOOL. EMBALAGEM: CAIXA COM 24 UNIDADES DE 1 LITRO.	VR LUB	325,00

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

15.1 – Estimativa de consumo de cada item conforme a tabela 14º (decima quarta)

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 – É competente o foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas (SC), 10/01/2020

CARLOS A. TOZZO
PRESIDENTE
Órgão Gerenciador

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA
MUNICÍPIO DE SANTA CECILIA
Órgão Participante

P A MUNHOZ EIRELI
Fornecedor

Testemunha

Testemunha

ATA Nº 04 J. MARANGONI - SANTA CECILIA

Publicação Nº 2309771

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 007/2019- CVC
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2019 - CVC
REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2019 – CVC

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2020

Aos dez dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte, presentes de um lado, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na AVENIDA SANTA CATARINA, 346 sala 2 - CENTRO, NO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS-SC neste ato representado por seu PRESIDENTE, Sr. CARLOS ALBERTO TOZZO, doravante denominado ORGÃO

GERENCIADOR, e o seguinte município:

MUNICÍPIO DE SANTA CECILIA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Goetten Sobrinho, nº 555, Centro, Santa Cecilia-SC CEP: 89.540-000, inscrito no CNPJ sob nº 85.997.237/0001-41, neste ato representado pela PREFEITA MUNICIPAL Sra. ALESSANDRA APARECIDA GARCIA.

Doravante denominado ORGÃOS PARTICIPANTES, RESOLVEM Registrar os Preços da empresa J. MARANGONI COMERCIAL - IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI EPP pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Rua CARLOS GOMES, Nº 790 S/N CENTRO CEP 15.830-000 - Pindorama/SP CEP: 15.830-000, inscrita no CNPJ sob o nº 20.649.395/0001-65, neste ato representada SÓCIO ADMINISTRADOR, Sr. DAIANE GENTILE MARANGONI, doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Resolução nº 01, de 19 de março de 2015, nº 02, de 24 de março de 2015, Resolução nº 03, de 27 de março de 2015, e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de LUBRIFICANTES E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC: MUNICÍPIO DE SANTA CECILIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

2.1 – Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima quinta.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

2.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

2.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

2.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

2.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

2.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 - Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

3.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente ATA, será feito pelo Órgão Participante em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal.

4.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento dos itens, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e atualização do fornecimento junto ao Sistema de Gestão de Compras do Consórcio CVC com a(s) cópia da Nota Fiscal e arquivo(s) XML anexado(s), ambos emitidos para o mesmo nome/CNPJ constantes no empenho da referida Autorização de Fornecimento.

3.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.

3.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

3.4 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas.

b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência.

d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;

e) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;

f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, "online", disponibilizado pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC.

g) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participante as seguintes sanções:

a) advertência;

b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação

limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

7.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

7.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e

c) convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.

7.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I. Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:

d) manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;

e) manter o valor de sua proposta classificada;

f) realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;

II. Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.

III. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

7.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) tiver presentes razões de interesse público;

e) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) for impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

g) não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

8.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

8.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) por razão de interesse público; ou

b) a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2020.

9.2 – O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

11.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitatório nº 7/2019 - CVC, Pregão Eletrônico nº 5/2019 - CVC, REGISTRO DE PREÇOS nº 6/2019 - CVC, realizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Órgão Gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA

11.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 10/01/2020 à 30/09/2020.

12.2 – O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a um ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3 – A vigência para a execução dos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao (Órgão Gerenciador (Consortio CVC) ou para os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da sua estimativa de consumo.

12.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante (Município Consorciado) poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo Órgão Participante.

12.3 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

12.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Consórcio Inter-municipal Velho Coronel - CVC (Órgão Gerenciador) e os Municípios Consorciados (Órgãos Participantes), nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

12.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

13.5.1– Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão. 13.5.2– Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

12.4.3 – As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Anexo VI do Edital)

12.4.4 – Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item (Anexo VI do Edital) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independente do número de órgãos que aderirem.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TABELA DO OBJETO E DO PREÇO

14.1 – Tabela relacionando o objeto e o preço:

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
09	2	UN	GRAXA A BASE DE SABÃO DE CÁLCIO PARA LUBRIFICAÇÃO ENTRE SUPERFÍCIES. UTILIZADA EM OPERAÇÕES SEVERAS E PRESENÇA DE POEIRA. RESISTENTE A ÁGUA. EMBALAGEM DE 170KG.	IPIRANGA IPIRANGA	1.490,00
14	70	UN	ÓLEO LUBRIFICANTE SEMISSINTÉTICO PARA MOTORES GASOLINA, ÁLCOOL E GÁS SAE 15W40 API SN - EMBALAGEM 1 LT.	PETRONAS PETRONAS	16,39
20	35	UN	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA TRANSMISSÃO MULTIVISCOSO SAE 85W140, API GL-5. BALDE DE 20 LITROS.	LUBRAX LUBRAX	258,00
27	45	UN	ÓLEO HIDRÁULICO ISO AW 68 DIN 51524 PARTE 3 TIPO HVLP - APROVAÇÃO BOMBA HIDRÁULICA DENISON E/OU EATON - BALDE 20 LTS	PETRONAS PETRONAS	203,00
32	35	UN	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA TRANSMISSÃO E FREIOS ÚMIDOS FORA DE ESTRADA SAE 30W TO-4 APROVAÇÃO: CATERPILLAR TRATOR TO-4 ZF TE-ML 03 - RECOMENDAÇÕES CATERPILLAR, KOMATSU, KOMATSU-DRESSER. TRANSMISSÃO EATON, EATON FULLER, ZF, DANA, ROCKWELL - BALDE 20 LITROS	PETRONAS PETRONAS	320,00

48	70	UN	LIQUIDO DE FREIO, FLUÍDO DE BASE MINERAL DE COR VERDE, ESPECIFICO PARA SISTEMA DE FREIOS HIDRAÚLICOS E EMBREAGENS DE TRATORES, MÁQUINAS AGRÍCOLAS EMBALAGEM DE 1 LT	PETRONAS PETRONAS	70,00
----	----	----	---	----------------------	-------

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

15.1 – Estimativa de consumo de cada item conforme a tabela 14º (decima quarta)

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 – É competente o foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas (SC), 10/01/2020

CARLOS A. TOZZO
PRESIDENTE
Órgão Gerenciador

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA
MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA
Órgão Participante

J. MARANGONI
COMERCIAL - IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI EPP
Fornecedor

Testemunha

Testemunha

CIM-AMREC**ATA TP 345.CIM-AMREC.2019 - 9 - CONFERENCIA DAS PROPOSTAS E HOMOLOGAÇÃO**

Publicação Nº 2310541

ATA 09
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA
PODER EXECUTIVO
DIRETORIA DE LOGÍSTICA – SETOR DE LICITAÇÕES
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMREC – CIM-AMREC
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 345/CIM-AMREC/2019

ATA DA REUNIÃO RESERVADA DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA PARA ANÁLISE, CONFERÊNCIA DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E HOMOLOGAÇÃO DO EDITAL ACIMA EPIGRAFADO.

OBJETO: Contratação de empresas especializadas para execução de execução dos Serviços de Limpeza da Plataforma Estradal de Rodovias Estaduais sob a jurisdição da Superintendência Regional Sul do DEINFRA, compreendendo os municípios de Criciúma, Içara, Balneário Rincão, Nova Veneza, Forquilha, Cocal do Sul, Siderópolis, Morro da Fumaça, Treviso, Orleans, Lauro Muller e Urussanga, conforme relacionado no QUADRO N.º 01, adiante, cujos quantitativos e orçamentos estão indicados no ANEXO I, em regime de empreitada por preço unitário, nas condições previstas neste Edital e seus anexos, através de Convênio com a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – SIE.

Às dez horas, do dia treze, do mês de janeiro, do ano de dois mil e vinte, na sala de reuniões da Diretoria de Logística - localizada pavimento superior do Paço Municipal "Marcos Rovaris", na Rua Domênico Sonogo nº 542, nesta cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina, reuniram-se os membros titulares da Comissão Permanente de Licitações do Município designada pelo Decreto SG/nº 537/19 de 09 de abril de 2019, alterada pelo decreto SG/nº 1435/19 de 08 de novembro de 2019, para análise e conferência das propostas de preços da Tomada de Preços nº 345/CIM-AMREC/2019. Aberta a sessão pelo Presidente, Sr. GIACOMO DELLA GIUSTINA FILHO, ele informou a Comissão que após análise e conferência das planilhas orçamentárias pelo Engº Leandro Arns Back pertencente ao quadro técnico do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da AMREC – CIM-AMREC, o mesmo constatou que a empresa COLINA COMERCIO DE PLANTAS LTDA – EPP não apresentou planilha orçamentária, somente um único item no valor global de proposta, sendo impossível avaliar os valores unitários, tornando a proposta desclassificada. Já as demais propostas estavam corretas e atendem a planilha orçamentária oficial e que os preços unitários e

global propostos são exequíveis e estão dentro dos praticados no mercado da região. Portando, desta forma, a Comissão, sugere ao senhor HÉLIO ROBERTO CESA, Presidente da CIM-AMREC, que analise o processo licitatório e homologue o parecer desta Comissão para após, querendo, adjudicar os serviços/obras a empresa vencedora TEC – TÉCNICA DE ENGENHARIA CATARINENSE LTDA, que ofertou o preço global de R\$470.179,49 (Quatrocentos e setenta mil cento e setenta e nove reais e quarenta e nove centavos). O parecer técnico datado de 10 de janeiro de 2020, emitido pelo Engº Leandro Arns Back, fica fazendo parte integrante e inseparável desta ATA, como se aqui estivesse transcrito. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão as 15h40min. e lavrou-se a presente Ata, que vai assinada pelos integrantes da Comissão de Licitações, Sala de Licitações, (segunda-feira), aos 13 dias do mês de janeiro do ano de 2020.

GIÁCOMO DELLA GIUSTINA FILHO	KARINA TRES	ANTONIO DE OLIVEIRA
Presidente	Secretária	Membro

CINFRA

1ºTA AO CONTRATO Nº02/2019

Publicação Nº 2310338

Estado de Santa Catarina
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
RODOVIÁRIA DA AMESC – CINFRA

Extrato do Contrato nº02/2019

1ºTermo Aditivo ao Contrato nº 02/2019

Contratante: Consórcio Intermunicipal de Infraestrutura Rodoviária da Amesc – CINFRA

Contratado: Traçado Construções e Serviços Ltda.

Objeto: Constitui objeto do presente instrumento a prorrogação de prazo de vigência estabelecido no Contrato nº 02/2019.

Vigência: 01/01/2020 a 31/12/2020

CIRSURES

EXTRATO DE CHAMADA PÚBLICA PARA CADASTRO 001/2020

Publicação Nº 2309703

ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL - CIRSURES
CHAMADA PÚBLICA N.001/2020

O Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos Urbanos da Região Sul – CIRSURES, em conformidade com o disposto no artigo 34 § 1º da Lei 8.666/93, comunica que está realizando o chamamento público para a atualização dos registros existentes e para o ingresso de novos interessados para fins de habilitação à participação nas licitações a serem realizadas por este consórcio. O edital e a relação de documentos a serem apresentados no departamento de cadastro deste consórcio está à disposição dos interessados no site oficial deste consórcio. Outras informações poderão ser obtidas junto à administração do CIRSURES, localizado na rua Vidal Ramos, 170 – Centro Profissional Executivo, sala 11, bairro Centro, Urussanga – SC, somente em dias úteis.

